



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

Processo: **001365-0200/21-9**

Gabinete: **Renato Luís B. Azeredo**

Data de abertura: **08 de janeiro de 2021**

Matéria: **Contas Anuais**

Órgão: **PM DE SENTINELADO SUL - 81400**

Interessado(s): **José Flávio Raphaelli Trescastro**



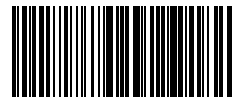
Consoante disposto no Regimento Interno deste Tribunal, em atos normativos próprios, e conforme o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001365-0200/21-9
Órgão: PM de Sentinela do Sul
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Gab. Renato Luís B. Azeredo
Exercício: 2021

Distribuído em 11 de Janeiro de 2021.

Rogério de Borba Ávila - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 31/01/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 4311157000199

Telefone: (51)2182200

Responsável: Rafael Sebben

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: SAÚDE, EDUCAÇÃO E FROTAS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO-SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

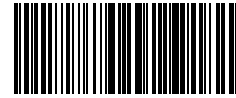
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	72.262,21
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	0,00
Receita de Servicos	221.610,00	4.982,50
Transferencias Correntes	16.701.651,51	1.604.554,16
Outras Receitas Correntes	736.735,99	1.970,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	1.690.205,58
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Empréstimos	114.000,00	220,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	220,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-261.051,01
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	1.429.374,57

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	2.130.379,79
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	19.389.379,79
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	4.342.228,23
Liquidado	829.446,22
Pago	597.529,61
SALDO A LIQUIDAR	3.512.782,01
SALDO A PAGAR	231.916,61
DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR



Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	194.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	21.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

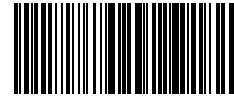
ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	1.730.379,79
Suplementações Orçamentárias entre entidades	400.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	6.452.277,87D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	19.570.665,60D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	533.126,00C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	618.881,93D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	157.239,46D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	217.927,62D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	65.966,03D
TRIBUTARIAS	0,00	8.599,59D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	4.661,75D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	331.593,79C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	5.292,99C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	28.168,96C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.530.768,88C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	4.148,53C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	41.631.608,02D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	41.631.608,02C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	7.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	7.123.826,14D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.012.745,19D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	560,90D



	Saldo Inicial	Saldo Final
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	7.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	7.123.826,14C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.012.745,19C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	560,90C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	4.547,03D	2.546,38D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	4.386.462,10D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.325.970,84D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	5.714.979,32D

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00

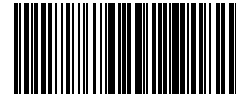
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00

TOTAL	4.880.038,66D	5.714.979,32D
--------------	----------------------	----------------------

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	23.126.856,33	21.553.125,93



CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA	18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00



12101033813097011

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em Execução

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

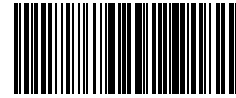
Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	2.093.669,65	1.258.728,99
Demais Contas	101.353.044,34	102.187.985,00
Totais	103.446.713,99	103.446.713,99
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		12.296

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	6.792,00	0,00	6.792,00
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	2.830,03	0,00	2.830,03
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	1.697,98	0,00	1.697,98
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	9.681,21	0,00	9.681,21
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	4.033,96	0,00	4.033,96
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	2.420,19	0,00	2.420,19
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	2,18	0,00	2,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	0,91	0,00	0,91
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	0,54	0,00	0,54
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	542,72	0,00	542,72
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	226,16	0,00	226,16
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	135,61	0,00	135,61
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	88,08	0,00	88,08
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	36,76	0,00	36,76
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	22,00	0,00	22,00
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	7.526,40	0,00	7.526,40
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	3.136,00	0,00	3.136,00
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	1.881,60	0,00	1.881,60
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	10.998,46	0,00	10.998,46
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	4.582,72	0,00	4.582,72
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	2.749,58	0,00	2.749,58
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	507.982,60	0,00	507.982,60
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	42.331,89	0,00	42.331,89
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	126.995,64	0,00	126.995,64



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	169.327,50	0,00	169.327,50
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	1.304,80	0,00	1.304,80
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	108,73	0,00	108,73
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	326,20	0,00	326,20
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	434,92	0,00	434,92
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	182.186,07	0,00	182.186,07
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	15.182,17	0,00	15.182,17
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	45.546,52	0,00	45.546,52
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	60.728,70	0,00	60.728,70
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	36.048,41	0,00	36.048,41
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	3.004,04	0,00	3.004,04
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	9.012,09	0,00	9.012,09
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	12.016,13	0,00	12.016,13
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	3.121,33	0,00	3.121,33
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	260,11	0,00	260,11
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	780,34	0,00	780,34
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.040,45	0,00	1.040,45
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-9.630,03	0,00	-9.630,03
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-4.012,64	0,00	-4.012,64
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-2.407,40	0,00	-2.407,40
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-26,60	0,00	-26,60
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-11,09	0,00	-11,09
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-6,65	0,00	-6,65
SUBTOTAL		1.261.029,32	0,00	1.261.029,32

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **315.257,33**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

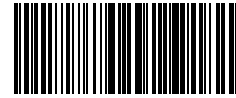
Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	14.846,54	0,00	14.846,54
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.886,94	0,00	60.886,94
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-4.023,73	0,00	-4.023,73
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	243.547,70	0,00	243.547,70
TOTAL II		315.257,45	0,00	315.257,45

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	52.842,28	0,00	52.842,28
31	Ensino Fundamental	184.643,37	0,00	184.643,37
31	Educação Infantil	26.914,97	0,00	26.914,97
SUBTOTAL I		264.400,62	0,00	264.400,62

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00



(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	55.820,58	0,00	55.820,58
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	16,54		208.580,04

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

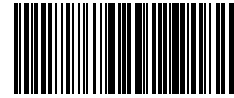
Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	507.982,60	0,00	507.982,60
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	42.331,89	0,00	42.331,89
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	126.995,64	0,00	126.995,64
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	169.327,50	0,00	169.327,50
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.304,80	0,00	1.304,80
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	108,73	0,00	108,73
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	326,20	0,00	326,20
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	434,92	0,00	434,92
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	182.186,07	0,00	182.186,07
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	15.182,17	0,00	15.182,17
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	45.546,52	0,00	45.546,52
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	60.728,70	0,00	60.728,70
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	36.048,41	0,00	36.048,41
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	3.004,04	0,00	3.004,04
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	9.012,09	0,00	9.012,09
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	12.016,13	0,00	12.016,13
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	3.121,33	0,00	3.121,33
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	260,11	0,00	260,11
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	780,34	0,00	780,34
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.040,45	0,00	1.040,45
SUBTOTAL		1.217.738,64	0,00	1.217.738,64
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				243.547,73

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	243.547,70	0,00	243.547,70
TOTAL II		243.547,70	0,00	243.547,70

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	184.643,37	0,00	184.643,37
31	Educação Infantil	26.914,97	0,00	26.914,97
SUBTOTAL I		211.558,34	0,00	211.558,34



12101033813097011

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	55.820,58	0,00	55.820,58
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB	12,79		155.737,76

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	299.368,28	0,00	299.368,28
Total		299.368,28	0,00	299.368,28

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB

179.620,97

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	184.157,41	0,00	184.157,41
31	Educação Infantil	26.658,86	0,00	26.658,86
TOTAL		210.816,27	0,00	210.816,27

% de Aplicação

70,42

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%

4.848,16

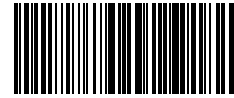
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	6.792,00	0,00	6.792,00
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	2.830,03	0,00	2.830,03
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	1.697,98	0,00	1.697,98
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	9.681,21	0,00	9.681,21
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	4.033,96	0,00	4.033,96



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	2.420,19	0,00	2.420,19
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	2,18	0,00	2,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	0,91	0,00	0,91
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	0,54	0,00	0,54
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	542,72	0,00	542,72
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	226,16	0,00	226,16
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	135,61	0,00	135,61
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	88,08	0,00	88,08
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	36,76	0,00	36,76
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	22,00	0,00	22,00
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	7.526,40	0,00	7.526,40
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	3.136,00	0,00	3.136,00
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	1.881,60	0,00	1.881,60
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	10.998,46	0,00	10.998,46
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	4.582,72	0,00	4.582,72
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	2.749,58	0,00	2.749,58
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	507.982,60	0,00	507.982,60
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	42.331,89	0,00	42.331,89
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	126.995,64	0,00	126.995,64
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	169.327,50	0,00	169.327,50
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	1.304,80	0,00	1.304,80
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	108,73	0,00	108,73
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	326,20	0,00	326,20
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	434,92	0,00	434,92
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	182.186,07	0,00	182.186,07
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	15.182,17	0,00	15.182,17
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	45.546,52	0,00	45.546,52
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	60.728,70	0,00	60.728,70
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	36.048,41	0,00	36.048,41
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	3.004,04	0,00	3.004,04
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	9.012,09	0,00	9.012,09
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	12.016,13	0,00	12.016,13
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	3.121,33	0,00	3.121,33
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	260,11	0,00	260,11
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	780,34	0,00	780,34
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.040,45	0,00	1.040,45
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-9.630,03	0,00	-9.630,03
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-4.012,64	0,00	-4.012,64
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-2.407,40	0,00	-2.407,40
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-26,60	0,00	-26,60
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-11,09	0,00	-11,09
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-6,65	0,00	-6,65
SUBTOTAL I		1.261.029,32	0,00	1.261.029,32

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada 189.154,40

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.907,50	0,00	8.907,50
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	182.660,79	0,00	182.660,79
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2.414,05	0,00	-2.414,05
TOTAL II		189.154,24	0,00	189.154,24

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	194.493,12	0,00	194.493,12
SUBTOTAL I		194.493,12	0,00	194.493,12

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS

		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	15,42	194.493,12

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	7 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	6 ocorrência(s) da licitação nr. 30, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 5,426%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	90,909% das 11 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 1/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 54,848%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 38,788%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0	JUSTIF.	Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não incluída na folha de pagamento)



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação da conta 0000000000020831430 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	22	0	AVISO	Linha: 22 - Validação da conta 000000000000011419 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 000000000000000010 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 0000000000000101365 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	93	0	AVISO	Linha: 93 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	93	0	AVISO	Linha: 93 - Validação da conta 0000000000606440003 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	94	0	AVISO	Linha: 94 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	94	0	AVISO	Linha: 94 - Validação da conta 00000000006000043608 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	96	0	AVISO	Linha: 96 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	96	0	AVISO	Linha: 96 - Validação da conta 00000000006066470297 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	97	0	AVISO	Linha: 97 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	97	0	AVISO	Linha: 97 - Validação da conta 00000000006300417214 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	104	0	AVISO	Linha: 104 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	104	0	AVISO	Linha: 104 - Validação da conta 00000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação da conta 00000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	107	0	AVISO	Linha: 107 - Validação da conta 00000000004017807708 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	110	0	AVISO	Linha: 110 - Validação da conta 00000000004022017007 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	112	0	AVISO	Linha: 112 - Validação da conta 000000000040237140 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	114	0	AVISO	Linha: 114 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	135	0	AVISO	Linha: 135 - Validação da conta 0000000000040685780 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_33	158	0	AVISO	Linha: 158 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	158	0	AVISO	Linha: 158 - Validação da conta 0000000001300001201 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0	JUSTIF.	Código de Recurso Vinculado 4040, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 1/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: Na geração de Empenho não foi preenchido espaço destinado ao contrato, quando não possui contrato vigente.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não foi empenhado exonerações

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 4040, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: Recurso 4040 refere-se Fundo Municipal de Saúde

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal



5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

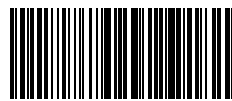
RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	1.690.205,58
2º Bimestre	3.374.234,85	0,00
3º Bimestre	3.374.234,85	0,00
4º Bimestre	3.374.234,85	0,00
5º Bimestre	3.374.234,85	0,00
6º Bimestre	3.374.233,25	0,00
TOTAL	20.245.407,50	1.690.205,58
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	220,00
2º Bimestre	19.016,67	0,00
3º Bimestre	19.016,67	0,00
4º Bimestre	19.016,67	0,00
5º Bimestre	19.016,67	0,00
6º Bimestre	19.016,65	0,00
TOTAL	114.100,00	220,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-261.051,01
2º Bimestre	-409.917,92	0,00
3º Bimestre	-409.917,92	0,00
4º Bimestre	-409.917,92	0,00
5º Bimestre	-409.917,92	0,00
6º Bimestre	-409.917,90	0,00
TOTAL	-2.459.507,50	-261.051,01
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	1.429.374,57

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.



Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

AVISOS EM VERIFICAÇÃO



12101033813097011



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 23 de Fevereiro de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 28/02/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 4311157000199

Telefone: (51)2182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: SAÚDE, EDUCAÇÃO E CONTROLE DE FROTAS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO-SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



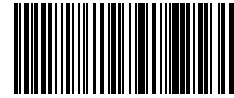
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	155.375,96
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	775,82
Receita de Servicos	221.610,00	22.088,89
Transferencias Correntes	16.701.651,51	3.425.415,28
Outras Receitas Correntes	736.735,99	2.291,02
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	3.612.383,46
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	454,09
Outras Receitas de Capital	0,00	8,14
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	462,23
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-565.113,75
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	3.047.731,94

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	2.416.217,80
Créditos Especiais	49.128,97
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	105.650,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	19.618.696,77
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	5.250.955,20
Liquidado	1.835.877,00
Pago	1.695.793,15
SALDO A LIQUIDAR	3.415.078,20
SALDO A PAGAR	140.083,85



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	194.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	21.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

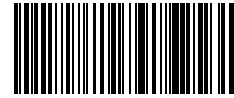
ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	1.870.379,79
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	80.376,02
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	105.650,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	105.650,00
Suplementações Orçamentárias entre entidades	400.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	6.941.537,35D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	19.530.059,62D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	442.120,77C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.217.364,75D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	478.930,43D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	488.161,92D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	138.998,33D
TRIBUTARIAS	0,00	25.581,58D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	8.977,67D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	383.911,20C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	22.325,28C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	36.725,54C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	3.276.686,64C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	4.721,52C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	42.769.651,97D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	42.769.651,97C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C



	Saldo Inicial	Saldo Final
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	7.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	8.845.287,61D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.017.990,42D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	560,90D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	7.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	8.845.287,61C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.017.990,42C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	560,90C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	4.547,03D	2.347,62D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	4.805.199,27D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.380.370,32D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	6.187.917,21D

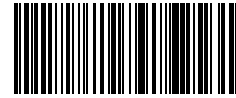
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00

TOTAL	Saldo Inicial	Saldo Final
TOTAL	4.880.038,66D	6.187.917,21D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30



CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA	18.936.474,97	19.382.433,38

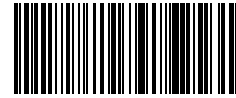
2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	4.626.751,30	3.318.872,75
Demais Contas	119.974.103,25	121.281.981,80
Totais	124.600.854,55	124.600.854,55
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		26.822

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	13.337,07	0,00	13.337,07
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	5.557,16	0,00	5.557,16
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPSP	3.334,25	0,00	3.334,25
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	840,43	0,00	840,43
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	350,18	0,00	350,18
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPSP	210,10	0,00	210,10
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	10.535,45	0,00	10.535,45
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	4.389,90	0,00	4.389,90
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPSP	2.633,75	0,00	2.633,75
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	2,18	0,00	2,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	0,91	0,00	0,91
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPSP	0,54	0,00	0,54
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PROPRIO	1.373,69	0,00	1.373,69
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	572,53	0,00	572,53
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPSP	343,22	0,00	343,22
11180114010000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	247,59	0,00	247,59
11180114020000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	103,38	0,00	103,38
11180114030000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPSP	61,83	0,00	61,83
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	14.750,40	0,00	14.750,40
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.146,00	0,00	6.146,00



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.687,60	0,00	3.687,60
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	22.603,29	0,00	22.603,29
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	9.418,09	0,00	9.418,09
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	5.650,77	0,00	5.650,77
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	34,89	0,00	34,89
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	14,56	0,00	14,56
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	8,72	0,00	8,72
11180234010000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	3,30	0,00	3,30
11180234020000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1,38	0,00	1,38
11180234030000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	0,84	0,00	0,84
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.173.818,98	0,00	1.173.818,98
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	97.818,25	0,00	97.818,25
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	293.454,73	0,00	293.454,73
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	391.272,93	0,00	391.272,93
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.533,62	0,00	1.533,62
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	127,80	0,00	127,80
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	383,40	0,00	383,40
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	511,19	0,00	511,19
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	391.979,42	0,00	391.979,42
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	32.664,95	0,00	32.664,95
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	97.994,86	0,00	97.994,86
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	130.659,83	0,00	130.659,83
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	48.613,13	0,00	48.613,13
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	4.051,12	0,00	4.051,12
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	12.153,29	0,00	12.153,29
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	16.204,41	0,00	16.204,41
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	5.593,16	0,00	5.593,16
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	466,10	0,00	466,10
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.398,30	0,00	1.398,30
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.864,40	0,00	1.864,40
91118011101000000000	Dedução - IPTU - Principal - PRÓPRIO	-9.799,64	0,00	-9.799,64
91118011102000000000	Dedução - IPTU - Principal - MDE	-4.083,32	0,00	-4.083,32
91118011103000000000	Dedução - IPTU - Principal - ASPS	-2.449,80	0,00	-2.449,80
91118011401000000000	Dedução - IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	-54,22	0,00	-54,22
91118011402000000000	Dedução - IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	-22,61	0,00	-22,61
91118011403000000000	Dedução - IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-13,55	0,00	-13,55
SUBTOTAL		2.792.354,73	0,00	2.792.354,73

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **698.088,68**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	26.554,09	0,00	26.554,09
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	135.128,22	0,00	135.128,22
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-4.105,93	0,00	-4.105,93
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	540.512,76	0,00	540.512,76
TOTAL II		698.089,14	0,00	698.089,14



3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	94.604,19	0,00	94.604,19
31	Ensino Fundamental	328.214,80	0,00	328.214,80
31	Educação Infantil	51.366,20	0,00	51.366,20
SUBTOTAL I		474.185,19	0,00	474.185,19

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		17.331,59	0,00	17.331,59
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		34,54	0,00	34,54
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		17,60		491.482,24

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.173.818,98	0,00	1.173.818,98
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	97.818,25	0,00	97.818,25
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	293.454,73	0,00	293.454,73
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	391.272,93	0,00	391.272,93
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.533,62	0,00	1.533,62
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	127,80	0,00	127,80
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	383,40	0,00	383,40
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	511,19	0,00	511,19
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	391.979,42	0,00	391.979,42
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	32.664,95	0,00	32.664,95
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	97.994,86	0,00	97.994,86
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	130.659,83	0,00	130.659,83
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	48.613,13	0,00	48.613,13
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	4.051,12	0,00	4.051,12
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	12.153,29	0,00	12.153,29
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	16.204,41	0,00	16.204,41
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	5.593,16	0,00	5.593,16
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	466,10	0,00	466,10
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.398,30	0,00	1.398,30
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.864,40	0,00	1.864,40



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		2.702.563,87	0,00	2.702.563,87

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **540.512,77**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	540.512,76	0,00	540.512,76
TOTAL II		540.512,76	0,00	540.512,76

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	328.214,80	0,00	328.214,80
31	Educação Infantil	51.366,20	0,00	51.366,20
SUBTOTAL I		379.581,00	0,00	379.581,00

(+) Perda com o FUNDEB	17.331,59	0,00	17.331,59
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	11,42	0,00	11,42

	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB	14,69		396.901,17

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	11,42	0,00	11,42
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	523.181,17	0,00	523.181,17
Total		523.192,59	0,00	523.192,59

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB **313.915,55**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	319.027,45	0,00	319.027,45
31	Educação Infantil	47.045,41	0,00	47.045,41
TOTAL		366.072,86	0,00	366.072,86

% de Aplicação **69,97**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20



Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%

4.848,16

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	13.337,07	0,00	13.337,07
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	5.557,16	0,00	5.557,16
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.334,25	0,00	3.334,25
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	840,43	0,00	840,43
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	350,18	0,00	350,18
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	210,10	0,00	210,10
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	10.535,45	0,00	10.535,45
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	4.389,90	0,00	4.389,90
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	2.633,75	0,00	2.633,75
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	2,18	0,00	2,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	0,91	0,00	0,91
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	0,54	0,00	0,54
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PROPRIO	1.373,69	0,00	1.373,69
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	572,53	0,00	572,53
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	343,22	0,00	343,22
11180114010000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	247,59	0,00	247,59
11180114020000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	103,38	0,00	103,38
11180114030000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	61,83	0,00	61,83
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	14.750,40	0,00	14.750,40
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.146,00	0,00	6.146,00
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.687,60	0,00	3.687,60
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	22.603,29	0,00	22.603,29
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	9.418,09	0,00	9.418,09
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	5.650,77	0,00	5.650,77
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PROPRIO	34,89	0,00	34,89
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	14,56	0,00	14,56
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	8,72	0,00	8,72
11180234010000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	3,30	0,00	3,30
11180234020000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1,38	0,00	1,38
11180234030000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	0,84	0,00	0,84
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	1.173.818,98	0,00	1.173.818,98
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	97.818,25	0,00	97.818,25
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	293.454,73	0,00	293.454,73



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	391.272,93	0,00	391.272,93
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	1.533,62	0,00	1.533,62
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	127,80	0,00	127,80
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	383,40	0,00	383,40
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	511,19	0,00	511,19
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	391.979,42	0,00	391.979,42
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	32.664,95	0,00	32.664,95
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	97.994,86	0,00	97.994,86
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	130.659,83	0,00	130.659,83
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	48.613,13	0,00	48.613,13
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	4.051,12	0,00	4.051,12
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	12.153,29	0,00	12.153,29
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	16.204,41	0,00	16.204,41
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	5.593,16	0,00	5.593,16
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	466,10	0,00	466,10
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.398,30	0,00	1.398,30
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.864,40	0,00	1.864,40
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-9.799,64	0,00	-9.799,64
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-4.083,32	0,00	-4.083,32
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-2.449,80	0,00	-2.449,80
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-54,22	0,00	-54,22
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-22,61	0,00	-22,61
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-13,55	0,00	-13,55
SUBTOTAL I		2.792.354,73	0,00	2.792.354,73

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada 418.853,21

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	15.931,62	0,00	15.931,62
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	405.384,58	0,00	405.384,58
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2.463,35	0,00	-2.463,35
TOTAL II		418.852,85	0,00	418.852,85

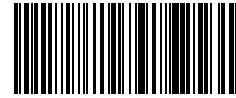
3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	515.597,46	0,00	515.597,46
SUBTOTAL I		515.597,46	0,00	515.597,46

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		11,01	0,00	11,01
SUBTOTAL III		11,01	0,00	11,01



	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	18,46	515.586,45

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	7 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	6 ocorrência(s) da licitação nr. 30, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 6,497%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	93,333% das 15 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 2/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 57,162%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 31,924%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação da conta 0000000000020831430 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	22	0	AVISO	Linha: 22 - Validação da conta 0000000000000011419 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 000000000000000010 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 0000000000000101365 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	93	0	AVISO	Linha: 93 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	93	0	AVISO	Linha: 93 - Validação da conta 0000000006064400003 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	94	0	AVISO	Linha: 94 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	94	0	AVISO	Linha: 94 - Validação da conta 0000000006000043608 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	96	0	AVISO	Linha: 96 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	96	0	AVISO	Linha: 96 - Validação da conta 0000000006066470297 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	97	0	AVISO	Linha: 97 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	97	0	AVISO	Linha: 97 - Validação da conta 0000000006300417214 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	104	0	AVISO	Linha: 104 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	104	0	AVISO	Linha: 104 - Validação da conta 0000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação da conta 0000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	107	0	AVISO	Linha: 107 - Validação da conta 0000000004017807708 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	110	0	AVISO	Linha: 110 - Validação da conta 0000000004022017007 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	112	0	AVISO	Linha: 112 - Validação da conta 0000000000040237140 inconsistente para o código do banco 41



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_34	114	0	AVISO	Linha: 114 - Validação da conta 00000000000000001111 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	135	0	AVISO	Linha: 135 - Validação da conta 00000000000040685780 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_33	160	0	AVISO	Linha: 160 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	160	0	AVISO	Linha: 160 - Validação da conta 0000000001300001201 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0	JUSTIF.	Código de Recurso Vinculado 2504, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0	JUSTIF.	Código de Recurso Vinculado 4094, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 2/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 2504, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 4094, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

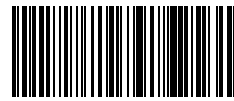
5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	04/03/2021	rol entrada prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	04/03/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	29/01/2021	mural rol entrada prefeitura

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real



Data 28/05/2013 Endereço Eletrônico <http://192,168.11,25,9091//pronimtb/index.asp>

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES

	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	0,00
3º Bimestre	3.374.234,85	0,00
4º Bimestre	3.374.234,85	0,00
5º Bimestre	3.374.234,85	0,00
6º Bimestre	3.374.233,25	0,00
TOTAL	20.245.407,50	3.612.383,46

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL

	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	0,00
3º Bimestre	19.016,67	0,00
4º Bimestre	19.016,67	0,00
5º Bimestre	19.016,67	0,00
6º Bimestre	19.016,65	0,00
TOTAL	114.100,00	462,23

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	0,00
3º Bimestre	-409.917,92	0,00
4º Bimestre	-409.917,92	0,00
5º Bimestre	-409.917,92	0,00
6º Bimestre	-409.917,90	0,00
TOTAL	-2.459.507,50	-565.113,75

TOTAL DA RECEITA

	17.900.000,00	3.047.731,94
--	----------------------	---------------------

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

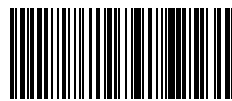
5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.



Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

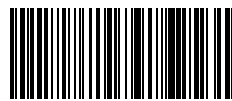
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

EM VERIFICAÇÃO PARA SANAR AVISOS



12101033503995114

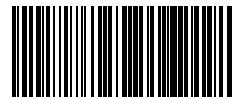


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 05 de Março de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 31/03/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA

CNPJ: 4311157000199

Telefone: (51)2182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: SAÚDE, EDUCAÇÃO E CONTROLE DE FROTAS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



22101033304758323

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	311.083,57
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	1.424,21
Receita de Servicos	221.610,00	32.121,19
Transferencias Correntes	16.701.651,51	5.052.135,41
Outras Receitas Correntes	736.735,99	4.215,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	5.407.416,09
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	7.076,34
Outras Receitas de Capital	0,00	63,43
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	7.139,77
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-819.394,46
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	4.595.161,40

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	2.817.752,26
Créditos Especiais	115.038,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	153.650,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	20.038.140,32
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	6.232.646,47
Liquidado	3.401.738,53
Pago	3.174.541,52
SALDO A LIQUIDAR	2.830.907,94
SALDO A PAGAR	227.197,01



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	194.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	21.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

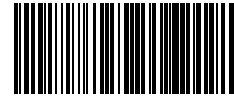
ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	1.921.288,88
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	250.453,46
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	153.650,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	153.650,00
Suplementações Orçamentárias entre entidades	598.457,02

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	7.091.228,73D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	19.906.036,91D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	537.626,16C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.831.400,29D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	907.364,60D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	680.337,85D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	144.874,15D
TRIBUTARIAS	0,00	39.111,33D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	13.378,50D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	514.278,71C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	32.357,58C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	52.113,61C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	4.807.290,55C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	6.945,05C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	44.170.786,79D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	44.170.786,79C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C



	Saldo Inicial	Saldo Final
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	7.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	10.503.317,09D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.023.059,93D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.121,80D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	7.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	10.503.317,09C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.023.059,93C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.121,80C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	4.547,03D	1.543,81D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	4.781.331,23D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.438.685,70D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	6.221.560,74D

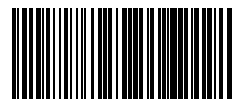
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00

TOTAL	4.880.038,66D	6.221.560,74D
--------------	----------------------	----------------------

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30



CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA	18.936.474,97	19.382.433,38

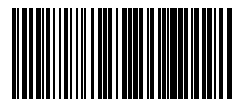
2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	7.043.478,41	5.701.956,33
Demais Contas	142.825.531,52	144.167.053,60
Totais	149.869.009,93	149.869.009,93
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		45.146

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	20.502,51	0,00	20.502,51
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	8.542,78	0,00	8.542,78
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPSP	5.125,62	0,00	5.125,62
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	1.678,61	0,00	1.678,61
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	699,43	0,00	699,43
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPSP	419,63	0,00	419,63
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	37.624,48	0,00	37.624,48
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	15.677,35	0,00	15.677,35
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPSP	9.405,77	0,00	9.405,77
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	2,18	0,00	2,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	0,91	0,00	0,91
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPSP	0,54	0,00	0,54
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.995,29	0,00	1.995,29
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	831,61	0,00	831,61
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPSP	498,56	0,00	498,56
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	468,75	0,00	468,75
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	195,69	0,00	195,69
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPSP	117,08	0,00	117,08
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	16.364,64	0,00	16.364,64
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.818,60	0,00	6.818,60



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.091,16	0,00	4.091,16
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	72.281,17	0,00	72.281,17
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	30.117,38	0,00	30.117,38
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	18.070,21	0,00	18.070,21
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	31,03	0,00	31,03
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	12,93	0,00	12,93
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	7,77	0,00	7,77
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	51,54	0,00	51,54
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	21,49	0,00	21,49
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	12,88	0,00	12,88
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	4,79	0,00	4,79
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	2,01	0,00	2,01
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1,21	0,00	1,21
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	1.620.115,13	0,00	1.620.115,13
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	135.009,59	0,00	135.009,59
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	405.028,76	0,00	405.028,76
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	540.038,28	0,00	540.038,28
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.173,59	0,00	2.173,59
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	181,14	0,00	181,14
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	543,40	0,00	543,40
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	724,51	0,00	724,51
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	648.405,03	0,00	648.405,03
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	54.033,75	0,00	54.033,75
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	162.101,26	0,00	162.101,26
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	216.135,03	0,00	216.135,03
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	77.923,53	0,00	77.923,53
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	6.493,67	0,00	6.493,67
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	19.480,88	0,00	19.480,88
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	25.974,57	0,00	25.974,57
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	8.205,74	0,00	8.205,74
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	683,81	0,00	683,81
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.051,44	0,00	2.051,44
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.735,26	0,00	2.735,26
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-15.153,37	0,00	-15.153,37
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-6.314,30	0,00	-6.314,30
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-3.788,03	0,00	-3.788,03
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-62,12	0,00	-62,12
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-25,91	0,00	-25,91
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-15,52	0,00	-15,52
SUBTOTAL		4.154.354,72	0,00	4.154.354,72

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.038.588,68**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	62.920,18	0,00	62.920,18
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	196.401,96	0,00	196.401,96
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-6.340,21	0,00	-6.340,21



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	785.607,65	0,00	785.607,65
TOTAL II		1.038.589,58	0,00	1.038.589,58

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	197.150,68	0,00	197.150,68
31	Ensino Fundamental	481.683,77	0,00	481.683,77
31	Educação Infantil	83.628,68	0,00	83.628,68
SUBTOTAL I		762.463,13	0,00	762.463,13

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		13.209,96	0,00	13.209,96
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		81,18	0,00	81,18
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		18,03		749.171,99

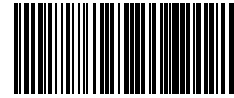
3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	1.620.115,13	0,00	1.620.115,13
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	135.009,59	0,00	135.009,59
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	405.028,76	0,00	405.028,76
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	540.038,28	0,00	540.038,28
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.173,59	0,00	2.173,59
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	181,14	0,00	181,14
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	543,40	0,00	543,40
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	724,51	0,00	724,51
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	648.405,03	0,00	648.405,03
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	54.033,75	0,00	54.033,75
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	162.101,26	0,00	162.101,26
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	216.135,03	0,00	216.135,03
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	77.923,53	0,00	77.923,53
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	6.493,67	0,00	6.493,67
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	19.480,88	0,00	19.480,88
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	25.974,57	0,00	25.974,57
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	8.205,74	0,00	8.205,74



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	683,81	0,00	683,81
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.051,44	0,00	2.051,44
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.735,26	0,00	2.735,26
SUBTOTAL		3.928.038,37	0,00	3.928.038,37
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				785.607,67

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	785.607,65	0,00	785.607,65
TOTAL II		785.607,65	0,00	785.607,65

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	481.683,77	0,00	481.683,77
31	Educação Infantil	83.628,68	0,00	83.628,68
SUBTOTAL I		565.312,45	0,00	565.312,45
	(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	13.209,96	0,00	13.209,96
	(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	32,66	0,00	32,66
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		14,05		552.069,83

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	32,66	0,00	32,66
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	798.817,61	0,00	798.817,61
Total		798.850,27	0,00	798.850,27
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				479.310,16

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	460.423,16	0,00	460.423,16
31	Educação Infantil	69.880,67	0,00	69.880,67
TOTAL		530.303,83	0,00	530.303,83
% de Aplicação				66,38

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
-------------------------------------------	--------	------	--------



Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **4.848,16**

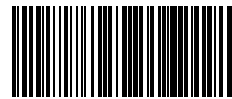
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	20.502,51	0,00	20.502,51
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	8.542,78	0,00	8.542,78
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	5.125,62	0,00	5.125,62
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	1.678,61	0,00	1.678,61
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	699,43	0,00	699,43
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	419,63	0,00	419,63
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	37.624,48	0,00	37.624,48
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	15.677,35	0,00	15.677,35
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	9.405,77	0,00	9.405,77
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	2,18	0,00	2,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	0,91	0,00	0,91
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	0,54	0,00	0,54
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.995,29	0,00	1.995,29
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	831,61	0,00	831,61
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	498,56	0,00	498,56
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	468,75	0,00	468,75
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	195,69	0,00	195,69
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	117,08	0,00	117,08
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	16.364,64	0,00	16.364,64
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.818,60	0,00	6.818,60
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.091,16	0,00	4.091,16
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	72.281,17	0,00	72.281,17
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	30.117,38	0,00	30.117,38
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	18.070,21	0,00	18.070,21
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	31,03	0,00	31,03
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	12,93	0,00	12,93
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	7,77	0,00	7,77
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	51,54	0,00	51,54
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	21,49	0,00	21,49
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	12,88	0,00	12,88
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	4,79	0,00	4,79



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234020000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	2,01	0,00	2,01
11180234030000000000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1,21	0,00	1,21
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.620.115,13	0,00	1.620.115,13
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	135.009,59	0,00	135.009,59
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	405.028,76	0,00	405.028,76
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	540.038,28	0,00	540.038,28
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	2.173,59	0,00	2.173,59
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	181,14	0,00	181,14
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	543,40	0,00	543,40
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	724,51	0,00	724,51
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	648.405,03	0,00	648.405,03
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	54.033,75	0,00	54.033,75
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	162.101,26	0,00	162.101,26
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	216.135,03	0,00	216.135,03
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	77.923,53	0,00	77.923,53
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	6.493,67	0,00	6.493,67
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	19.480,88	0,00	19.480,88
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	25.974,57	0,00	25.974,57
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	8.205,74	0,00	8.205,74
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	683,81	0,00	683,81
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.051,44	0,00	2.051,44
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.735,26	0,00	2.735,26
91118011101000000000	Dedução - IPTU - Principal - PRÓPRIO	-15.153,37	0,00	-15.153,37
91118011102000000000	Dedução - IPTU - Principal - MDE	-6.314,30	0,00	-6.314,30
91118011103000000000	Dedução - IPTU - Principal - ASPS	-3.788,03	0,00	-3.788,03
91118011401000000000	Dedução - IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	-62,12	0,00	-62,12
91118011402000000000	Dedução - IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	-25,91	0,00	-25,91
91118011403000000000	Dedução - IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-15,52	0,00	-15,52
SUBTOTAL I		4.154.354,72	0,00	4.154.354,72

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **623.153,21**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	37.750,43	0,00	37.750,43
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	589.205,74	0,00	589.205,74
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3.803,55	0,00	-3.803,55
TOTAL II		623.152,62	0,00	623.152,62

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	904.563,04	0,00	904.563,04
SUBTOTAL I		904.563,04	0,00	904.563,04

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões



Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		22,32	0,00	22,32
SUBTOTAL III		22,32	0,00	22,32

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	21,77	904.540,72

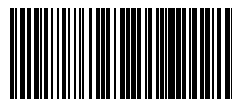
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	7 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	6 ocorrência(s) da licitação nr. 30, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 6,589%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	94,444% das 18 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 3/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 61,994%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 27,472%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação da conta 0000000000020831430 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	22	0	AVISO	Linha: 22 - Validação da conta 0000000000000011419 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 0000000000000000010 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 0000000000000101365 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	98	0	AVISO	Linha: 98 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	98	0	AVISO	Linha: 98 - Validação da conta 0000000006064400003 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	99	0	AVISO	Linha: 99 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	99	0	AVISO	Linha: 99 - Validação da conta 0000000006000043608 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	101	0	AVISO	Linha: 101 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	101	0	AVISO	Linha: 101 - Validação da conta 0000000006066470297 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação da conta 0000000006300417214 inconsistente para o código do banco 104



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_33	109	0	AVISO	Linha: 109 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	109	0	AVISO	Linha: 109 - Validação da conta 00000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	110	0	AVISO	Linha: 110 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	110	0	AVISO	Linha: 110 - Validação da conta 00000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	112	0	AVISO	Linha: 112 - Validação da conta 00000000004017807708 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	115	0	AVISO	Linha: 115 - Validação da conta 00000000004022017007 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	117	0	AVISO	Linha: 117 - Validação da conta 0000000000040237140 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	119	0	AVISO	Linha: 119 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	140	0	AVISO	Linha: 140 - Validação da conta 00000000000040685780 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_33	165	0	AVISO	Linha: 165 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	165	0	AVISO	Linha: 165 - Validação da conta 00000000001300001201 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0	JUSTIF.	Código de Recurso Vinculado 2504, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0	JUSTIF.	Código de Recurso Vinculado 4094, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 3/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 2504, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 4094, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

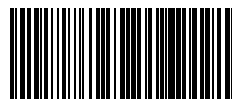
Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp



22101033304758323



Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

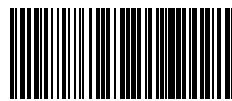
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

EM VERIFICAÇÃO ,AVISOS PARA CORREÇÕES



22101033304758323

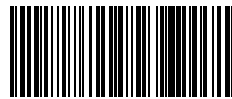


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 08 de Abril de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 30/04/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 4311157000199

Telefone: (51)2182200

Responsável: RAFFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: SAÚDE, EDUCAÇÃO E FROTAS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO-SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

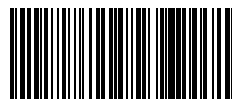
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



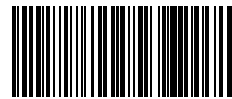
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	432.484,57
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	4.185,20
Receita de Servicos	221.610,00	47.147,96
Transferencias Correntes	16.701.651,51	6.786.143,64
Outras Receitas Correntes	736.735,99	17.751,13
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	7.294.148,99
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	9.052,55
Outras Receitas de Capital	0,00	240,80
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	9.293,35
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-1.075.343,32
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	6.228.099,02

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	2.988.661,35
Créditos Especiais	157.238,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	304.559,09
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	20.100.340,32
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	7.213.863,02
Liquidado	4.646.429,08
Pago	4.472.827,66



SALDO A LIQUIDAR	2.567.433,94
SALDO A PAGAR	173.601,42

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	194.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	21.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	1.961.288,88
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	272.653,46
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	304.559,09
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	304.559,09
Suplementações Orçamentárias entre entidades	598.457,02

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	7.108.959,83D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	20.034.062,20D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	486.160,78C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.448.195,64D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.592.720,40D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	879.097,51D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	155.226,78D
TRIBUTARIAS	0,00	54.961,80D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	17.618,27D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	550.514,06C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	47.384,35C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	68.722,65C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	6.452.808,98C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	1.228,53C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	20.902,38C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	45.214.203,34D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	45.214.203,34C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	14.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	12.238.080,66D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.028.855,89D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.682,70D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	14.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	12.238.080,66C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.028.855,89C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.682,70C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

	Saldo Inicial	Saldo Final
PODER EXECUTIVO		
Caixa	4.547,03D	1.216,82D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	4.999.247,02D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.516.494,76D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	6.516.958,60D
RPPS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	4.880.038,66D	6.516.958,60D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06



CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA		18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

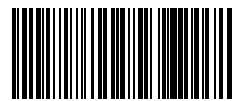
Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	9.894.282,16	8.257.362,22
Demais Contas	164.888.715,89	166.525.635,83
Totais	174.782.998,05	174.782.998,05
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		65.504

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	27.736,73	0,00	27.736,73
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11.557,07	0,00	11.557,07
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPSP	6.934,18	0,00	6.934,18
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	2.680,76	0,00	2.680,76
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.117,00	0,00	1.117,00
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPSP	670,16	0,00	670,16
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	73.992,09	0,00	73.992,09
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	30.830,89	0,00	30.830,89
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPSP	18.497,26	0,00	18.497,26
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	2,18	0,00	2,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	0,91	0,00	0,91
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPSP	0,54	0,00	0,54
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PROPRIO	3.928,13	0,00	3.928,13



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.637,29	0,00	1.637,29
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	981,63	0,00	981,63
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.202,01	0,00	1.202,01
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	501,58	0,00	501,58
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	300,01	0,00	300,01
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	20.819,52	0,00	20.819,52
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.674,80	0,00	8.674,80
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	5.204,88	0,00	5.204,88
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	87.243,09	0,00	87.243,09
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	36.351,67	0,00	36.351,67
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	21.810,66	0,00	21.810,66
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	31,03	0,00	31,03
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	12,93	0,00	12,93
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	7,77	0,00	7,77
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	208,60	0,00	208,60
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	86,99	0,00	86,99
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	52,08	0,00	52,08
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	50,55	0,00	50,55
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	21,07	0,00	21,07
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	12,74	0,00	12,74
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	2.086.683,93	0,00	2.086.683,93
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	173.890,32	0,00	173.890,32
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	521.670,96	0,00	521.670,96
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	695.561,18	0,00	695.561,18
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.269,03	0,00	2.269,03
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	189,09	0,00	189,09
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	567,26	0,00	567,26
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	756,32	0,00	756,32
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	849.859,16	0,00	849.859,16
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	70.821,60	0,00	70.821,60
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	212.464,79	0,00	212.464,79
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	283.286,42	0,00	283.286,42
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	138.978,09	0,00	138.978,09
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	11.581,56	0,00	11.581,56
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	34.744,54	0,00	34.744,54
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	46.326,11	0,00	46.326,11
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	11.166,34	0,00	11.166,34
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	930,52	0,00	930,52
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	2.791,58	0,00	2.791,58
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	3.722,13	0,00	3.722,13
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.115,56	0,00	-22.115,56
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.215,47	0,00	-9.215,47
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.528,30	0,00	-5.528,30
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-85,60	0,00	-85,60
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-35,76	0,00	-35,76
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-21,37	0,00	-21,37
SUBTOTAL		5.474.417,67	0,00	5.474.417,67



22101033312116683

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.368.604,42**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	90.792,20	0,00	90.792,20
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	257.413,09	0,00	257.413,09
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-9.251,23	0,00	-9.251,23
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.029.652,16	0,00	1.029.652,16
TOTAL II		1.368.606,22	0,00	1.368.606,22

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	253.491,52	0,00	253.491,52
31	Ensino Fundamental	651.591,25	0,00	651.591,25
31	Educação Infantil	115.016,68	0,00	115.016,68
SUBTOTAL I		1.020.099,45	0,00	1.020.099,45

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		72.746,82	0,00	72.746,82
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		344,07	0,00	344,07
SUBTOTAL III		-73.090,89	0,00	-73.090,89

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	17,30	947.008,56

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	2.086.683,93	0,00	2.086.683,93
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	173.890,32	0,00	173.890,32
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	521.670,96	0,00	521.670,96
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	695.561,18	0,00	695.561,18
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.269,03	0,00	2.269,03
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	189,09	0,00	189,09
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	567,26	0,00	567,26
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	756,32	0,00	756,32
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	849.859,16	0,00	849.859,16
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	70.821,60	0,00	70.821,60
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	212.464,79	0,00	212.464,79
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	283.286,42	0,00	283.286,42



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	138.978,09	0,00	138.978,09
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	11.581,56	0,00	11.581,56
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	34.744,54	0,00	34.744,54
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	46.326,11	0,00	46.326,11
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	11.166,34	0,00	11.166,34
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	930,52	0,00	930,52
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.791,58	0,00	2.791,58
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.722,13	0,00	3.722,13
SUBTOTAL		5.148.260,93	0,00	5.148.260,93

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.029.652,19**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.029.652,16	0,00	1.029.652,16
TOTAL II		1.029.652,16	0,00	1.029.652,16

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	651.591,25	0,00	651.591,25
31	Educação Infantil	115.016,68	0,00	115.016,68
SUBTOTAL I		766.607,93	0,00	766.607,93

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	72.746,82	0,00	72.746,82
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	167,90	0,00	167,90
SUBTOTAL III	-72.914,72	0,00	-72.914,72

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB	13,47	693.693,21

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	167,90	0,00	167,90
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	1.102.398,98	0,00	1.102.398,98
Total		1.102.566,88	0,00	1.102.566,88

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **771.796,82**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	602.108,92	0,00	602.108,92
31	Educação Infantil	93.875,19	0,00	93.875,19
SUBTOTAL I		695.984,11	0,00	695.984,11

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

TOTAL III		695.984,11	0,00	695.984,11
------------------	--	-------------------	-------------	-------------------

% de Aplicação				63,12
-----------------------	--	--	--	--------------

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			4.848,16
------------------------------------------------------------------------	--	--	-----------------

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	27.736,73	0,00	27.736,73
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11.557,07	0,00	11.557,07
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	6.934,18	0,00	6.934,18
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	2.680,76	0,00	2.680,76
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.117,00	0,00	1.117,00
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	670,16	0,00	670,16
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	73.992,09	0,00	73.992,09
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	30.830,89	0,00	30.830,89
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	18.497,26	0,00	18.497,26
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	2,18	0,00	2,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	0,91	0,00	0,91
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	0,54	0,00	0,54
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PROPRIO	3.928,13	0,00	3.928,13
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	1.637,29	0,00	1.637,29
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	981,63	0,00	981,63



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.202,01	0,00	1.202,01
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	501,58	0,00	501,58
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	300,01	0,00	300,01
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	20.819,52	0,00	20.819,52
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.674,80	0,00	8.674,80
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	5.204,88	0,00	5.204,88
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	87.243,09	0,00	87.243,09
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	36.351,67	0,00	36.351,67
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	21.810,66	0,00	21.810,66
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	31,03	0,00	31,03
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	12,93	0,00	12,93
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	7,77	0,00	7,77
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	208,60	0,00	208,60
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	86,99	0,00	86,99
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	52,08	0,00	52,08
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	50,55	0,00	50,55
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	21,07	0,00	21,07
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	12,74	0,00	12,74
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	2.086.683,93	0,00	2.086.683,93
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	173.890,32	0,00	173.890,32
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	521.670,96	0,00	521.670,96
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	695.561,18	0,00	695.561,18
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.269,03	0,00	2.269,03
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	189,09	0,00	189,09
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	567,26	0,00	567,26
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	756,32	0,00	756,32
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	849.859,16	0,00	849.859,16
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	70.821,60	0,00	70.821,60
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	212.464,79	0,00	212.464,79
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	283.286,42	0,00	283.286,42
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	138.978,09	0,00	138.978,09
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	11.581,56	0,00	11.581,56
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	34.744,54	0,00	34.744,54
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	46.326,11	0,00	46.326,11
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	11.166,34	0,00	11.166,34
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	930,52	0,00	930,52
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	2.791,58	0,00	2.791,58
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	3.722,13	0,00	3.722,13
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.115,56	0,00	-22.115,56
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.215,47	0,00	-9.215,47
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.528,30	0,00	-5.528,30
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-85,60	0,00	-85,60
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-35,76	0,00	-35,76
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-21,37	0,00	-21,37
SUBTOTAL I		5.474.417,67	0,00	5.474.417,67

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **821.162,65**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	54.471,91	0,00	54.471,91
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	772.239,13	0,00	772.239,13
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-5.549,67	0,00	-5.549,67
TOTAL II		821.161,37	0,00	821.161,37

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.258.039,75	0,00	1.258.039,75
SUBTOTAL I		1.258.039,75	0,00	1.258.039,75

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS

		57,66	0,00	57,66
SUBTOTAL III		57,66	0,00	57,66

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	22,98	1.257.982,09

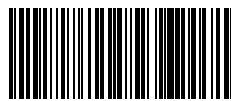
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	7 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 6,508%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	95,238% das 21 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 4/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 62,485%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 24,671%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.



22101033312116683

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_34	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação da conta 00000000000020831430 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 0000000000000000010 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 00000000000000101365 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	98	0	AVISO	Linha: 98 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	98	0	AVISO	Linha: 98 - Validação da conta 0000000006064400003 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	99	0	AVISO	Linha: 99 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	99	0	AVISO	Linha: 99 - Validação da conta 0000000006000043608 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	101	0	AVISO	Linha: 101 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	101	0	AVISO	Linha: 101 - Validação da conta 0000000006066470297 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação da conta 0000000006300417214 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	109	0	AVISO	Linha: 109 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	109	0	AVISO	Linha: 109 - Validação da conta 0000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	110	0	AVISO	Linha: 110 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	110	0	AVISO	Linha: 110 - Validação da conta 0000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	117	0	AVISO	Linha: 117 - Validação da conta 0000000000040237140 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	119	0	AVISO	Linha: 119 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_33	168	0	AVISO	Linha: 168 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	168	0	AVISO	Linha: 168 - Validação da conta 0000000001300001201 inconsistente para o código do banco 104
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

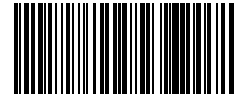
Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 4/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF



Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	05/03/2021	mural rol entrada prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	05/03/2021	http://192.168.11.25.9091/prinimtb/index.asp
2º Bimestre	Mural	27/05/2021	mural rol entrada prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	27/05/2021	http://192.168.11.25.9091/prinimtb/index.asp

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	25/01/2021	http://192.168.11.25.9091/prinimtb/index.asp
1º Quadrimestre/2021	27/05/2021	http://192.168.11.25.9091/prinimtb/index.asp

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://192.168.11.25.9091/prinimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

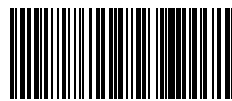
RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	3.681.765,53
3º Bimestre	3.374.234,85	0,00
4º Bimestre	3.374.234,85	0,00
5º Bimestre	3.374.234,85	0,00
6º Bimestre	3.374.233,25	0,00
TOTAL	20.245.407,50	7.294.148,99

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	8.831,12
3º Bimestre	19.016,67	0,00
4º Bimestre	19.016,67	0,00
5º Bimestre	19.016,67	0,00
6º Bimestre	19.016,65	0,00
TOTAL	114.100,00	9.293,35

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	-510.229,57
3º Bimestre	-409.917,92	0,00
4º Bimestre	-409.917,92	0,00
5º Bimestre	-409.917,92	0,00
6º Bimestre	-409.917,90	0,00



22101033312116683



DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	-2.459.507,50	-1.075.343,32
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	6.228.099,02

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

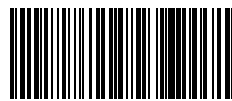
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

EM VERIFICAÇÃO AVISOS PARA DEIXAR DE EXISTIR



22101033312116683



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 27 de Maio de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 31/05/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: SAÚDE, EDUCAÇÃO E CONTROLE DE FROTAS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO-SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



32101031804887097

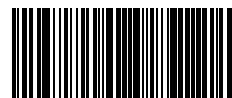
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	488.219,31
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	8.635,92
Receita de Servicos	221.610,00	75.842,51
Transferencias Correntes	16.701.651,51	8.708.448,44
Outras Receitas Correntes	736.735,99	56.981,53
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	9.344.564,20
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	9.286,64
Outras Receitas de Capital	0,00	548,22
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	9.834,86
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-1.355.923,23
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	7.998.475,83

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	3.808.761,35
Créditos Especiais	212.238,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.169.559,09
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	20.110.440,32
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	8.308.072,40
Liquidado	5.834.558,14
Pago	5.683.513,48



SALDO A LIQUIDAR	2.473.514,26
SALDO A PAGAR	151.044,66

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	194.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	21.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

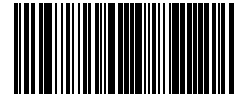
ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	1.961.288,88
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	272.653,46
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.169.559,09
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.169.559,09
Suplementações Orçamentárias entre entidades	608.557,02

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	7.838.243,77D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	20.092.286,05D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	462.312,51C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.066.182,83D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.863.440,35D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.109.071,23D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	157.268,14D
TRIBUTARIAS	0,00	72.846,49D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	21.758,05D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	593.828,38C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	76.078,90C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	82.095,68C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	8.281.747,96C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	1.228,53C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	60.684,25C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	46.318.512,72D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D



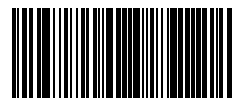
	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	46.318.512,72C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	14.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	14.114.676,92D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.034.010,37D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.682,70D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	14.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	14.114.676,92C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.034.010,37C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.682,70C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

	Saldo Inicial	Saldo Final
PODER EXECUTIVO		
Caixa	4.547,03D	1.502,45D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	5.471.211,30D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.558.116,22D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	7.030.829,97D
RPPS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	4.880.038,66D	7.030.829,97D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06

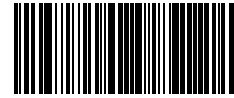


CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA		18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	12.390.333,15	10.239.541,84
Demais Contas	189.258.246,36	191.409.037,67
Totais	201.648.579,51	201.648.579,51
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		82.272

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	34.777,87	0,00	34.777,87
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	14.490,90	0,00	14.490,90
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPSP	8.694,44	0,00	8.694,44
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	3.663,52	0,00	3.663,52
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.526,49	0,00	1.526,49
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPSP	915,84	0,00	915,84
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	77.948,55	0,00	77.948,55
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	32.479,58	0,00	32.479,58
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPSP	19.486,15	0,00	19.486,15
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	26,79	0,00	26,79
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	11,28	0,00	11,28
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPSP	6,57	0,00	6,57
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	5.295,16	0,00	5.295,16



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	2.207,03	0,00	2.207,03
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	1.323,29	0,00	1.323,29
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.790,14	0,00	1.790,14
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	746,79	0,00	746,79
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	446,87	0,00	446,87
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	25.519,68	0,00	25.519,68
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	10.633,20	0,00	10.633,20
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	6.379,92	0,00	6.379,92
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	98.988,35	0,00	98.988,35
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	41.245,62	0,00	41.245,62
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	24.746,90	0,00	24.746,90
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	31,29	0,00	31,29
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	13,04	0,00	13,04
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	7,84	0,00	7,84
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	208,60	0,00	208,60
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	86,99	0,00	86,99
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	52,08	0,00	52,08
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	50,55	0,00	50,55
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	21,07	0,00	21,07
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	12,74	0,00	12,74
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	2.647.435,37	0,00	2.647.435,37
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	220.619,61	0,00	220.619,61
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	661.858,83	0,00	661.858,83
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	882.478,30	0,00	882.478,30
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.339,77	0,00	2.339,77
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	194,98	0,00	194,98
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	584,94	0,00	584,94
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	779,88	0,00	779,88
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.089.997,60	0,00	1.089.997,60
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	90.833,14	0,00	90.833,14
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	272.499,41	0,00	272.499,41
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	363.332,58	0,00	363.332,58
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	176.367,63	0,00	176.367,63
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	14.697,38	0,00	14.697,38
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	44.091,94	0,00	44.091,94
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	58.789,35	0,00	58.789,35
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	13.735,58	0,00	13.735,58
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	1.144,63	0,00	1.144,63
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	3.433,89	0,00	3.433,89
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	4.578,55	0,00	4.578,55
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-93,27	0,00	-93,27
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-38,96	0,00	-38,96
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-23,28	0,00	-23,28
SUBTOTAL		6.926.461,30	0,00	6.926.461,30



32101031804887097

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.731.615,32**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	103.461,99	0,00	103.461,99
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	327.489,74	0,00	327.489,74
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-9.292,53	0,00	-9.292,53
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.309.958,66	0,00	1.309.958,66
TOTAL II		1.731.617,86	0,00	1.731.617,86

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	336.815,92	0,00	336.815,92
31	Ensino Fundamental	805.617,29	0,00	805.617,29
31	Educação Infantil	139.940,26	0,00	139.940,26
SUBTOTAL I		1.282.373,47	0,00	1.282.373,47

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		112.674,99	0,00	112.674,99
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		830,18	0,00	830,18
SUBTOTAL III		-113.505,17	0,00	-113.505,17

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	16,88	1.168.868,30

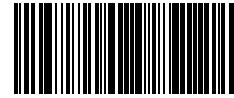
3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	2.647.435,37	0,00	2.647.435,37
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	220.619,61	0,00	220.619,61
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	661.858,83	0,00	661.858,83
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	882.478,30	0,00	882.478,30
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.339,77	0,00	2.339,77
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	194,98	0,00	194,98
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	584,94	0,00	584,94
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	779,88	0,00	779,88
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.089.997,60	0,00	1.089.997,60
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	90.833,14	0,00	90.833,14
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	272.499,41	0,00	272.499,41
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	363.332,58	0,00	363.332,58



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	176.367,63	0,00	176.367,63
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	14.697,38	0,00	14.697,38
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	44.091,94	0,00	44.091,94
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	58.789,35	0,00	58.789,35
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	13.735,58	0,00	13.735,58
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.144,63	0,00	1.144,63
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.433,89	0,00	3.433,89
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.578,55	0,00	4.578,55
SUBTOTAL		6.549.793,36	0,00	6.549.793,36

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.309.958,67**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.309.958,66	0,00	1.309.958,66
TOTAL II		1.309.958,66	0,00	1.309.958,66

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	805.617,29	0,00	805.617,29
31	Educação Infantil	139.940,26	0,00	139.940,26
SUBTOTAL I		945.557,55	0,00	945.557,55

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	112.674,99	0,00	112.674,99
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	438,98	0,00	438,98
SUBTOTAL III	-113.113,97	0,00	-113.113,97

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB	12,71	832.443,58

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	438,98	0,00	438,98
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	1.422.633,65	0,00	1.422.633,65
Total		1.423.072,63	0,00	1.423.072,63

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **996.150,84**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	745.478,93	0,00	745.478,93
31	Educação Infantil	116.426,64	0,00	116.426,64
SUBTOTAL I		861.905,57	0,00	861.905,57

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

TOTAL III		861.905,57	0,00	861.905,57
------------------	--	-------------------	-------------	-------------------

% de Aplicação				60,57
-----------------------	--	--	--	--------------

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			4.848,16
------------------------------------------------------------------------	--	--	-----------------

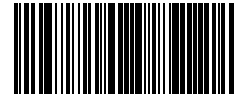
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

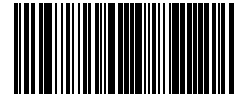
3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	34.777,87	0,00	34.777,87
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	14.490,90	0,00	14.490,90
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	8.694,44	0,00	8.694,44
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	3.663,52	0,00	3.663,52
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.526,49	0,00	1.526,49
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	915,84	0,00	915,84
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	77.948,55	0,00	77.948,55
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	32.479,58	0,00	32.479,58
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	19.486,15	0,00	19.486,15
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	26,79	0,00	26,79
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	11,28	0,00	11,28
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	6,57	0,00	6,57
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	5.295,16	0,00	5.295,16
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	2.207,03	0,00	2.207,03
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	1.323,29	0,00	1.323,29



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.790,14	0,00	1.790,14
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	746,79	0,00	746,79
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	446,87	0,00	446,87
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	25.519,68	0,00	25.519,68
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	10.633,20	0,00	10.633,20
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	6.379,92	0,00	6.379,92
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	98.988,35	0,00	98.988,35
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	41.245,62	0,00	41.245,62
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	24.746,90	0,00	24.746,90
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	31,29	0,00	31,29
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	13,04	0,00	13,04
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	7,84	0,00	7,84
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	208,60	0,00	208,60
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	86,99	0,00	86,99
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	52,08	0,00	52,08
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	50,55	0,00	50,55
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	21,07	0,00	21,07
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	12,74	0,00	12,74
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	2.647.435,37	0,00	2.647.435,37
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	220.619,61	0,00	220.619,61
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	661.858,83	0,00	661.858,83
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	882.478,30	0,00	882.478,30
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.339,77	0,00	2.339,77
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	194,98	0,00	194,98
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	584,94	0,00	584,94
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	779,88	0,00	779,88
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.089.997,60	0,00	1.089.997,60
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	90.833,14	0,00	90.833,14
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	272.499,41	0,00	272.499,41
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	363.332,58	0,00	363.332,58
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	176.367,63	0,00	176.367,63
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	14.697,38	0,00	14.697,38
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	44.091,94	0,00	44.091,94
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	58.789,35	0,00	58.789,35
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	13.735,58	0,00	13.735,58
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	1.144,63	0,00	1.144,63
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	3.433,89	0,00	3.433,89
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	4.578,55	0,00	4.578,55
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-93,27	0,00	-93,27
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-38,96	0,00	-38,96
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-23,28	0,00	-23,28
SUBTOTAL I		6.926.461,30	0,00	6.926.461,30
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				1.038.969,19

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	62.072,64	0,00	62.072,64
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	982.469,01	0,00	982.469,01
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-5.574,43	0,00	-5.574,43
TOTAL II		1.038.967,22	0,00	1.038.967,22

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.612.736,62	0,00	1.612.736,62
SUBTOTAL I		1.612.736,62	0,00	1.612.736,62

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS

		105,70	0,00	105,70
SUBTOTAL III		105,70	0,00	105,70

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	23,28	1.612.630,92

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	7 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 575, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 588, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 633, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 7,121%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	95,833% das 24 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 5/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 62,599%



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,90%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação da conta 00000000000020831430 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 000000000000000010 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 0000000000000101365 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação da conta 00000000006064400003 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	103	0	AVISO	Linha: 103 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	103	0	AVISO	Linha: 103 - Validação da conta 00000000006000043608 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação da conta 00000000006066470297 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	106	0	AVISO	Linha: 106 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	106	0	AVISO	Linha: 106 - Validação da conta 00000000006300417214 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	113	0	AVISO	Linha: 113 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	113	0	AVISO	Linha: 113 - Validação da conta 0000000000606710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	114	0	AVISO	Linha: 114 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	114	0	AVISO	Linha: 114 - Validação da conta 0000000000606710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	121	0	AVISO	Linha: 121 - Validação da conta 00000000000040237140 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	123	0	AVISO	Linha: 123 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_33	173	0	AVISO	Linha: 173 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	173	0	AVISO	Linha: 173 - Validação da conta 0000000001300001201 inconsistente para o código do banco 104
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 5/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: Em verificação

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal



32101031804887097

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	3.681.765,53
3º Bimestre	3.374.234,85	2.050.415,21
4º Bimestre	3.374.234,85	0,00
5º Bimestre	3.374.234,85	0,00
6º Bimestre	3.374.233,25	0,00
TOTAL	20.245.407,50	9.344.564,20
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	8.831,12
3º Bimestre	19.016,67	541,51
4º Bimestre	19.016,67	0,00
5º Bimestre	19.016,67	0,00
6º Bimestre	19.016,65	0,00
TOTAL	114.100,00	9.834,86
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	-510.229,57
3º Bimestre	-409.917,92	-280.579,91
4º Bimestre	-409.917,92	0,00
5º Bimestre	-409.917,92	0,00
6º Bimestre	-409.917,90	0,00
TOTAL	-2.459.507,50	-1.355.923,23
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	7.998.475,83

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.



32101031804887097

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

EM VERIFICAÇÃO OS AVISOS



32101031804887097

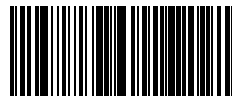


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 14 de Junho de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 30/06/2021

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: SAÚDE,EDUCAÇÃO,CONTROLE DE FROTAS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO-SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

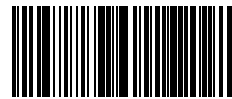
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



32101010774220172



2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	587.269,94
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	16.808,54
Receita de Servicos	221.610,00	92.914,80
Transferencias Correntes	16.701.651,51	10.442.684,23
Outras Receitas Correntes	736.735,99	57.845,03
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	11.203.959,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	10.723,15
Outras Receitas de Capital	0,00	1.084,19
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	11.807,34
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-1.608.815,05
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	9.606.951,32

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	6.005.120,82
Créditos Especiais	252.338,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.476.218,37
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	22.040.240,51
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	9.647.549,93
Liquidado	7.080.799,92
Pago	6.874.190,90



SALDO A LIQUIDAR	2.566.750,01
SALDO A PAGAR	206.609,02

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	194.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	21.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	3.050.358,56
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	1.113.383,97
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.476.218,37
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.476.218,37
Suplementações Orçamentárias entre entidades	608.557,02

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	7.958.235,06D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	20.172.607,62D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	532.052,26C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.692.997,17D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.607.597,44D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.320,00D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.317.434,14D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	198.075,99D
TRIBUTARIAS	0,00	89.284,11D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	25.907,82D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	682.265,27C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	93.151,19C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	98.937,34C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	9.931.376,29C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	1.228,53C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	62.327,77C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	49.587.790,44D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D



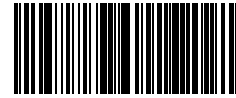
	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	49.587.790,44C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	14.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	15.841.529,66D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.039.050,30D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	3.365,40D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	14.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	15.841.529,66C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.039.050,30C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	3.365,40C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

	Saldo Inicial	Saldo Final
PODER EXECUTIVO		
Caixa	4.547,03D	1.012,74D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	5.805.046,84D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.614.658,26D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	7.420.717,84D
RPPS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	4.880.038,66D	7.420.717,84D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06

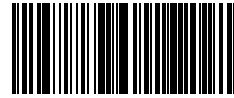


CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA		18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

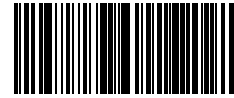
Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	15.166.481,68	12.625.802,50
Demais Contas	215.803.847,32	218.344.526,50
Totais	230.970.329,00	230.970.329,00
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		101.008

3. Índices Constitucionais

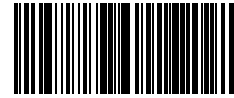
3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	41.980,38	0,00	41.980,38
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	17.491,98	0,00	17.491,98
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPSP	10.495,05	0,00	10.495,05
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	1.688,61	0,00	1.688,61
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	703,58	0,00	703,58
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPSP	422,16	0,00	422,16
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	3.847,29	0,00	3.847,29
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.603,07	0,00	1.603,07
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPSP	961,78	0,00	961,78
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	80.649,18	0,00	80.649,18
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	33.605,03	0,00	33.605,03



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	20.161,11	0,00	20.161,11
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	57,51	0,00	57,51
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	24,18	0,00	24,18
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	14,17	0,00	14,17
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	5.884,73	0,00	5.884,73
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	2.452,74	0,00	2.452,74
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	1.470,66	0,00	1.470,66
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.917,14	0,00	1.917,14
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	799,80	0,00	799,80
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	478,54	0,00	478,54
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	31.423,68	0,00	31.423,68
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	13.093,20	0,00	13.093,20
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	7.855,92	0,00	7.855,92
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	121.448,00	0,00	121.448,00
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	50.603,86	0,00	50.603,86
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	30.361,79	0,00	30.361,79
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	34,53	0,00	34,53
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	14,41	0,00	14,41
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	8,63	0,00	8,63
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	208,60	0,00	208,60
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	86,99	0,00	86,99
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	52,08	0,00	52,08
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	50,55	0,00	50,55
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	21,07	0,00	21,07
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	12,74	0,00	12,74
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	3.132.398,30	0,00	3.132.398,30
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	261.033,19	0,00	261.033,19
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	783.099,56	0,00	783.099,56
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.044.132,58	0,00	1.044.132,58
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.401,78	0,00	2.401,78
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	200,15	0,00	200,15
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	600,45	0,00	600,45
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	800,55	0,00	800,55
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.327.727,70	0,00	1.327.727,70
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	110.643,98	0,00	110.643,98
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	331.931,93	0,00	331.931,93
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	442.575,95	0,00	442.575,95
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	189.779,61	0,00	189.779,61
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.815,06	0,00	15.815,06
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	47.444,95	0,00	47.444,95
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	63.260,05	0,00	63.260,05
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	16.415,71	0,00	16.415,71
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	1.367,98	0,00	1.367,98
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	4.103,92	0,00	4.103,92
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	5.471,94	0,00	5.471,94
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-100,18	0,00	-100,18
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-41,84	0,00	-41,84
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25,02	0,00	-25,02
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL		8.224.550,81	0,00	8.224.550,81

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.056.137,70**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	120.499,91	0,00	120.499,91
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	389.060,36	0,00	389.060,36
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-9.660,55	0,00	-9.660,55
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.556.241,07	0,00	1.556.241,07
TOTAL II		2.056.140,79	0,00	2.056.140,79

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	386.925,79	0,00	386.925,79
31	Administração Geral	73,69	0,00	73,69
31	Ensino Fundamental	968.473,68	0,00	968.473,68
31	Educação Infantil	164.326,31	0,00	164.326,31
SUBTOTAL I		1.519.799,47	0,00	1.519.799,47

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
	(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	127.217,49	0,00	127.217,49
	(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	1.864,79	0,00	1.864,79
SUBTOTAL III		-129.082,28	0,00	-129.082,28

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	16,91	1.390.717,19

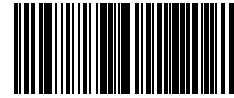
3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	3.132.398,30	0,00	3.132.398,30
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	261.033,19	0,00	261.033,19
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	783.099,56	0,00	783.099,56



32101010774220172

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.044.132,58	0,00	1.044.132,58
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.401,78	0,00	2.401,78
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	200,15	0,00	200,15
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	600,45	0,00	600,45
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	800,55	0,00	800,55
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.327.727,70	0,00	1.327.727,70
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	110.643,98	0,00	110.643,98
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	331.931,93	0,00	331.931,93
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	442.575,95	0,00	442.575,95
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	189.779,61	0,00	189.779,61
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.815,06	0,00	15.815,06
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	47.444,95	0,00	47.444,95
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	63.260,05	0,00	63.260,05
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	16.415,71	0,00	16.415,71
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.367,98	0,00	1.367,98
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.103,92	0,00	4.103,92
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.471,94	0,00	5.471,94
SUBTOTAL		7.781.205,34	0,00	7.781.205,34

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.556.241,07**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.556.241,07	0,00	1.556.241,07
TOTAL II		1.556.241,07	0,00	1.556.241,07

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	73,69	0,00	73,69
31	Ensino Fundamental	968.473,68	0,00	968.473,68
31	Educação Infantil	164.326,31	0,00	164.326,31
SUBTOTAL I		1.132.873,68	0,00	1.132.873,68

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	127.217,49	0,00	127.217,49
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	1.081,67	0,00	1.081,67
SUBTOTAL III	-128.299,16	0,00	-128.299,16

	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB	12,91		1.004.574,52

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021



Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	1.081,67	0,00	1.081,67
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	1.683.458,56	0,00	1.683.458,56
Total		1.684.540,23	0,00	1.684.540,23
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				1.179.178,16

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	899.310,57	0,00	899.310,57
31	Educação Infantil	138.978,09	0,00	138.978,09
SUBTOTAL I		1.038.288,66	0,00	1.038.288,66
Despesas Não Computáveis				
Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
TOTAL III		1.038.288,66	0,00	1.038.288,66
% de Aplicação				61,64

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **4.848,16**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

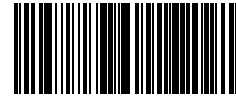
3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	41.980,38	0,00	41.980,38
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	17.491,98	0,00	17.491,98
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	10.495,05	0,00	10.495,05
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	1.688,61	0,00	1.688,61
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	703,58	0,00	703,58



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	422,16	0,00	422,16
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	3.847,29	0,00	3.847,29
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.603,07	0,00	1.603,07
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	961,78	0,00	961,78
11180111010000000000	IPU - Principal - PRÓPRIO	80.649,18	0,00	80.649,18
11180111020000000000	IPU - Principal - MDE	33.605,03	0,00	33.605,03
11180111030000000000	IPU - Principal - ASPS	20.161,11	0,00	20.161,11
11180112010000000000	IPU - Multas e Juros - PRÓPRIO	57,51	0,00	57,51
11180112020000000000	IPU - Multas e Juros - MDE	24,18	0,00	24,18
11180112030000000000	IPU - Multas e Juros - ASPS	14,17	0,00	14,17
11180113010000000000	IPU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	5.884,73	0,00	5.884,73
11180113020000000000	IPU - Dívida Ativa - MDE	2.452,74	0,00	2.452,74
11180113030000000000	IPU - Dívida Ativa - ASPS	1.470,66	0,00	1.470,66
11180114010000000000	IPU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.917,14	0,00	1.917,14
11180114020000000000	IPU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	799,80	0,00	799,80
11180114030000000000	IPU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	478,54	0,00	478,54
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	31.423,68	0,00	31.423,68
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	13.093,20	0,00	13.093,20
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	7.855,92	0,00	7.855,92
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	121.448,00	0,00	121.448,00
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	50.603,86	0,00	50.603,86
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	30.361,79	0,00	30.361,79
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	34,53	0,00	34,53
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	14,41	0,00	14,41
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	8,63	0,00	8,63
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	208,60	0,00	208,60
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	86,99	0,00	86,99
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	52,08	0,00	52,08
11180234010000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	50,55	0,00	50,55
11180234020000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	21,07	0,00	21,07
11180234030000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	12,74	0,00	12,74
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.132.398,30	0,00	3.132.398,30
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	261.033,19	0,00	261.033,19
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	783.099,56	0,00	783.099,56
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.044.132,58	0,00	1.044.132,58
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	2.401,78	0,00	2.401,78
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	200,15	0,00	200,15
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	600,45	0,00	600,45
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	800,55	0,00	800,55
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.327.727,70	0,00	1.327.727,70
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	110.643,98	0,00	110.643,98
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	331.931,93	0,00	331.931,93
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	442.575,95	0,00	442.575,95
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	189.779,61	0,00	189.779,61
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.815,06	0,00	15.815,06



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	47.444,95	0,00	47.444,95
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	63.260,05	0,00	63.260,05
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	16.415,71	0,00	16.415,71
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.367,98	0,00	1.367,98
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.103,92	0,00	4.103,92
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.471,94	0,00	5.471,94
91118011101000000000	Dedução - IPTU - Principal - PRÓPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Dedução - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Dedução - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Dedução - IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	-100,18	0,00	-100,18
91118011402000000000	Dedução - IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	-41,84	0,00	-41,84
91118011403000000000	Dedução - IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25,02	0,00	-25,02
91118023101000000000	Dedução - ISS - Principal - PRÓPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Dedução - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Dedução - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL I		8.224.550,81	0,00	8.224.550,81
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				1.233.682,62

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	72.294,63	0,00	72.294,63
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.167.180,81	0,00	1.167.180,81
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-5.795,25	0,00	-5.795,25
TOTAL II		1.233.680,19	0,00	1.233.680,19

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.976.204,38	0,00	1.976.204,38
SUBTOTAL I		1.976.204,38	0,00	1.976.204,38

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS

		219,58	0,00	219,58
SUBTOTAL III		219,58	0,00	219,58

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	24,03	1.975.984,80

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

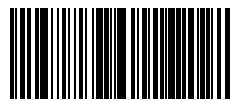


32101010774220172

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	7 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	4 ocorrência(s) da licitação nr. 19, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 575, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 588, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 633, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 752, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 759, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 760, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 808, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 809, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 824, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 825, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 826, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 7,121%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	92,308% das 26 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 6/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 62,236%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,048%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação da conta 00000000000020831430 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 000000000000000010 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 0000000000000101365 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação da conta 0000000006064400003 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	103	0	AVISO	Linha: 103 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	103	0	AVISO	Linha: 103 - Validação da conta 0000000006000043608 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação da conta 0000000006066470297 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	106	0	AVISO	Linha: 106 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	106	0	AVISO	Linha: 106 - Validação da conta 0000000006300417214 inconsistente para o código do banco 104



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_33	113	0	AVISO	Linha: 113 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	113	0	AVISO	Linha: 113 - Validação da conta 00000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	114	0	AVISO	Linha: 114 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	114	0	AVISO	Linha: 114 - Validação da conta 00000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	121	0	AVISO	Linha: 121 - Validação da conta 0000000000040237140 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	123	0	AVISO	Linha: 123 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_33	174	0	AVISO	Linha: 174 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	174	0	AVISO	Linha: 174 - Validação da conta 0000000001300001201 inconsistente para o código do banco 104
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 6/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	05/03/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	05/03/2021	HTTP://192.168.11.25.9091/PRONIMTB/INDEX.ASP
2º Bimestre	Mural	06/05/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	06/05/2021	HTTP://192.168.11.25.9091/PRONIMTB/INDEX.ASP
3º Bimestre	Mural	09/07/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	09/07/2021	HTTP://192.168.11.25.9091/PRONIMTB/INDEX.ASP



32101010774220172

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	08/07/2021	MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	08/07/2021	HTTP://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
1º Quadrimestre	Mural	06/05/2021	MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	06/05/2021	HTTP://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	29/01/2021	MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA
1º Quadrimestre/2021	06/05/2021	MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://196.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/07/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	11.796.343,56	0,00	11.796.343,56
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.240.646,74	0,00	-1.240.646,74
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	29.958,11	0,00	29.958,11
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	14.979,05	0,00	14.979,05
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	29.958,02	0,00	29.958,02
TOTAL		10.480.801,64	0,00	10.480.801,64
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		10.480.801,64	0,00	10.480.801,64

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	11.203.959,03	0,00	11.203.959,03
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.608.815,05	0,00	-1.608.815,05
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		9.595.143,98	0,00	9.595.143,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		20.075.945,62	0,00	20.075.945,62
Emendas Parlamentares Individuais				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3110 / 17280311150000000000	Port SES/RS 319/2021	100.000,00	0,00	100.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		19.975.945,62	0,00	19.975.945,62
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		19.975.945,62	0,00	19.975.945,62

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/07/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

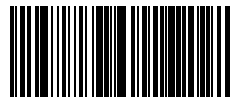
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.379.410,71	0,00	4.379.410,71
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3190160400000000	CONVOCACAO EXTRAORDINARIA	2.618,76	0,00	2.618,76
3190940101000000	INDENIZACAO PARA DEMISSAO DE SERVIDORES/ EMPREGADOS	26.678,77	0,00	26.678,77
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		4.350.113,18	0,00	4.350.113,18

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	29.958,11	0,00	29.958,11
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	14.979,05	0,00	14.979,05
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	29.958,02	0,00	29.958,02
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		74.895,18	0,00	74.895,18

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00



RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		4.275.218,00	0,00	4.275.218,00

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.690.391,41	0,00	3.690.391,41
3300340100000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		3.690.391,41	0,00	3.690.391,41

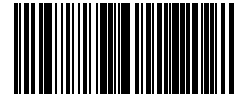
CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	195.538,64	0,00	195.538,64
3300340100000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		195.538,64	0,00	195.538,64

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	3.885.930,05	0,00	3.885.930,05
Total da Despesa com Pessoal	8.161.148,05	0,00	8.161.148,05



Observação: Onde se lê 3300340100000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

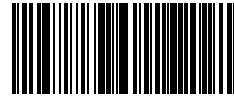
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211410601000000	INSS - DEBITO PARCELADO	154.000,00	0,00	154.000,00
TOTAL		154.000,00	0,00	154.000,00

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

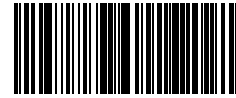
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111110100000000	CAIXA	1.012,74	0,00	1.012,74
111111902010000	BANCO DO BRASIL CFM	4.473,84	0,00	4.473,84
111111902030000	BANCO DO BRASIL - ICMS - EXP	3.509,39	0,00	3.509,39
111111902040000	BANCO DO BRASIL - ITR	6.080,83	0,00	6.080,83
111111902050000	BANCO DO BRASIL - CEX	21.807,94	0,00	21.807,94
111111902060000	BANCO DO BRASIL CIDE	33.875,38	0,00	33.875,38
111111902070000	BANCO DO BRASIL DISPOSICAO - LIVRE	942.513,42	0,00	942.513,42
111111902090000	BANCO DO BRASIL - MDE	357.774,79	0,00	357.774,79
111111902100000	BANCO DO BRASIL - PNAE - FNDE	0,11	0,00	0,11
111111902120000	BANCO DO BRASIL - FUS	62.996,83	0,00	62.996,83
111111902160000	BANCO DO BRASIL - PROGRAMA BOLSA FAMILIA	248,46	0,00	248,46
111111902170000	BANCO DO BRASIL - FUNDEB	18.658,60	0,00	18.658,60
111111902190000	BANCO DO BRASIL - SIMPLES NACIONAL	6.422,63	0,00	6.422,63
111111902200000	BANCO DO BRASIL AFB/MS	136,94	0,00	136,94
111111902210000	BANCO DO BRASIL ACOES EM VIGILANCIA	9,43	0,00	9,43
111111902220000	BANCO DO BRASIL - MERENDA ESCOLAR	57.161,73	0,00	57.161,73
111111902230000	BANCO DO BRASIL - AFM - APOIO FINANCEIRO MUNICIPAL	0,02	0,00	0,02
111111902240000	BANCO DO BRASIL - PDDE (A/C DE 2010)	570,34	0,00	570,34
111111902340000	BANCO DO BRASIL - AFM MP 613	333,07	0,00	333,07
111111902370000	Banco do Brasil SA FNS-INVAN	2.625,16	0,00	2.625,16
111111902480000	Banco do Brasil s/ FNS INVESTIMENTOS	293,14	0,00	293,14
111111902520000	BANCO DO BRASIL C/ AFB MP 815/2017	12,01	0,00	12,01
111111902540000	BANCO DO BRASIL C/FEB(FUNDEB)	682.576,03	0,00	682.576,03
111111902550000	BANCO DO BRASIL FARMACIA BASICA	16.616,91	0,00	16.616,91
111111902560000	BANCO DO BRASIL PISO DE ATENCAO BASICA (PAB)	120.215,86	0,00	120.215,86
111111902570000	BANCO DO BRASIL VIGILANCIA EM SAUDE	55.622,31	0,00	55.622,31
111111902580000	BANCO DO BRASIL CESSAO ONEROSA (FEP)	11.694,55	0,00	11.694,55
111111902590000	BANCO DO BRASIL FEP	536.312,12	0,00	536.312,12



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190260000	BANCO DO BRASIL INCENTIVO FINANCEIRO APS	179.498,38	0,00	179.498,38
111111902610000	BB Port 480/2020 COVID - 19	4.370,59	0,00	4.370,59
111111902620000	BBSA C/COVID NO SUAS PARA EPI	36,18	0,00	36,18
111111902630000	BB Aux.Fin.Un Enfr COVID 19 LC 173/2020 Assist Social	12.509,92	0,00	12.509,92
111111902640000	BB Aux.Fin.Un Mitigacao Efeitos Fin da COVID 19 LC 173/2020	137,28	0,00	137,28
111111902650000	BANCO DO BRASIL - SAL. EDUCACAO	282.328,71	0,00	282.328,71
111111902660000	BB Port 1666/2020 COVID - 19	89.285,25	0,00	89.285,25
111111902670000	BB Aux.Fin.Un Enfr COVID 19 LC 173/2020 Saude	1.715,71	0,00	1.715,71
111111902680000	BB FNS - Port GM/MS 1857/2020 - COVID 19	3.067,23	0,00	3.067,23
111111902690000	BB Conta BL PSB FNAS INCREMENTO COMB.COVID-19	114.316,47	0,00	114.316,47
111111902710000	BB conta Port.GM/MS2358/2020 -COVID -19	1.225,46	0,00	1.225,46
111111902720000	BB conta Port GM/MS 2405/2020-COVID -19	6.640,00	0,00	6.640,00
111111902730000	BB contaPort.2222/2020-COVID-19	2.400,00	0,00	2.400,00
111111902740000	BB conta PortGM/MS 2222/2020-COVID-19 GESTANTES	5,00	0,00	5,00
111111902750000	BB conta Port.2222/2020-COVID-19 GESTANTES II	6.848,56	0,00	6.848,56
111111902760000	BB conta Port 2516/2020-COVID-19 -SCTIE	11.379,21	0,00	11.379,21
111111902770000	BB Finan.Prog.Saude na ESCOLA Crescer Saudavel	6.676,00	0,00	6.676,00
111111902780000	BANCO DO BRASIL LEI ALDIR BLANC (14017/2020)	55.598,08	0,00	55.598,08
111111902790000	BANCO DO BRASIL AGENTE DE COMUNITARIO DE SAUDE	29.500,00	0,00	29.500,00
111111902810000	BANCO DO BRASIL BRASIL CARINHOSO	322,26	0,00	322,26
111111902820000	BB BPC	327,62	0,00	327,62
111111902830000	BANCO DO BRASIL - FNAS PBF	19.791,90	0,00	19.791,90
111111902840000	BANCO DO BRASIL C/ DBPC ESCOLA	639,83	0,00	639,83
111111902850000	BANCO DO BRASIL C/ BL GBF FNAS	9.187,26	0,00	9.187,26
111111902860000	BANCO DO BRASIL C/ BL GSUAS FNAS	593,34	0,00	593,34
111111902880000	BANCO DO BRASIL FNS BLMAC	599,63	0,00	599,63
111111902890000	BANCO DO BRASIL - HIPERTENSAO ARTERIAL E DIABETES	30,07	0,00	30,07
111111902900000	BB C/PORTARIA GM/MS-2994/2020 COVID-19	3.287,60	0,00	3.287,60
111111902920000	BANCO DO BRASIL - PNATE	134.937,45	0,00	134.937,45
111111902930000	BANCO DO BRASIL - FNAS SCFV	16.879,16	0,00	16.879,16
111111902940000	BB S/ BL MAC FNAS	677,90	0,00	677,90
111111902950000	BB Port 731/2021 Covid 19 Mov	8.008,50	0,00	8.008,50
111111902960000	BB Port 894/2021 Covid 19 Inc. I	10.492,28	0,00	10.492,28
111111902970000	BB Port 894/2021 Covid 19 Inc. II	5.391,76	0,00	5.391,76
111111902980000	BB Port 894/2021 Covid 19 Inc. III	12.806,74	0,00	12.806,74
111111903010000	CEF - DISPOSICAO	1.911,57	0,00	1.911,57
111111903020000	CEF - PRO-MORADIA	911,96	0,00	911,96
111111903030000	CEF - HABITAR	348,57	0,00	348,57
111111903080000	CEF CONTRIBUICAO SINDICAL - 13417214	111.397,94	0,00	111.397,94
111111903130000	CEF-PM SENTINELA DO SUL C/00071009-1CONV.891054/2019	27.766,89	0,00	27.766,89



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903150000	CEF-PMSSENTINELA DO SUL/SICONV 889892/19-MAPA	239.694,33	0,00	239.694,33
111111903160000	CEF-PMSSENTINELA DO SUL/SICONV889892/19 MAPA-CONTRAPARTIDA PM	141.250,00	0,00	141.250,00
111111912010000	BANRISUL CENTRO DESPORTIVO MUNICIPAL	307,60	0,00	307,60
111111912020000	BANRISUL IPVA	73.971,22	0,00	73.971,22
111111912030000	BANRISUL DISPOSICAO - LIVRE	353.371,05	0,00	353.371,05
111111912050000	BANRISUL PRADEM	50,00	0,00	50,00
111111912060000	BANRISUL SALARIO-EDUCACAO	157,09	0,00	157,09
111111912070000	BANRISUL TRANSPORTE ESCOLAR (PEAT)	204.498,28	0,00	204.498,28
111111912080000	BANRISUL - FARMACIA BASICA	77,33	0,00	77,33
111111912110000	BANRISUL TRIBUTOS	32.195,42	0,00	32.195,42
111111912130000	BANRISUL - CONS POP CPT 2010	1.505,46	0,00	1.505,46
111111912140000	BANRISUL - PMS PATRULHA AGRIC CONS POP 2006	1.866,48	0,00	1.866,48
111111912160000	PM SENT SUL CONS POP SAUDE 2007/2008	0,81	0,00	0,81
111111912170000	PM SENTINELA PISO DE ATENCAO BASICA	73,97	0,00	73,97
111111912180000	PM SENTINELA INVERNO GAUCHO	26,22	0,00	26,22
111111912190000	BANRISUL EVENTOS MUNICIPAIS	128,99	0,00	128,99
111111912200000	Banrisul c/ Fundo Municipal do Meio Ambiente	48,72	0,00	48,72
111111912210000	BANRISUL FMS AFB	9,07	0,00	9,07
111111912230000	BANRISUL PRIMEIRA INFANCIA MELHOR (PIM)	11.376,62	0,00	11.376,62
111111912240000	BANRISUL FMS EPIDEMIO E PROMO SAUDE	207,81	0,00	207,81
111111912250000	BANRISUL FMS CONSULTA POPULAR 2008/2009	12,00	0,00	12,00
111111912260000	BANRISUL FMS CONSULTA POPULAR 2009/2010	13,17	0,00	13,17
111111912270000	BANRISUL FMS SAUDE MENTAL NAAB	196.750,65	0,00	196.750,65
111111912280000	BANRISUL QUAL ATEN BAS SAUDE (PIES)	64.621,58	0,00	64.621,58
111111912320000	BANRISUL CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA (CIP)	6.978,81	0,00	6.978,81
111111912340000	BANRISUL ESF SANTA CLARA	2.753,57	0,00	2.753,57
111111912370000	BANRISUL FMS CONSULTA POPULAR 2015/2016	21,04	0,00	21,04
111111912400000	FMAS SENTINELA DO SUL	11.224,21	0,00	11.224,21
111111912420000	BANRISUL C/ SDR CONSULTA POPULAR 2017	2,40	0,00	2,40
111111912440000	BANRISUL SISTEMA TROCA-TROCA SEMENTES E OUTROS	34.950,12	0,00	34.950,12
111111912450000	BANRISUL C/FUNDICA-FUNDO MUN.DA CRIANCA	1.998,66	0,00	1.998,66
111111912480000	BANRISUL FARMACIA BASICA (DIABETES)	35.214,78	0,00	35.214,78
111111912510000	BANRISUL C/ CONCURSO PUBLICO	51.900,00	0,00	51.900,00
111111912520000	BANRISUL CP 2019/2020 (CONVENIO 654/2020)	19.150,90	0,00	19.150,90
111111912530000	BANRISUL CP 2019/2020 (CONVENIO 654/2020) CONTRAPARTIDA	2.678,32	0,00	2.678,32
111111912540000	BANRISUL - PMS ARMAZ ATRV ACUDE CONS POP2	424,93	0,00	424,93
111111912550000	BANRISUL AQUISICAO E DISPENSACAO DE FRALDAS	18.952,46	0,00	18.952,46
111111912570000	BANRISUL SRAG-COVID19 PORT No 256/2021	78.082,09	0,00	78.082,09
111111912600000	BANRISUL EP99 - PORT. SES-RS No 319/2021	100.000,00	0,00	100.000,00



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912610000	BANRISUL Transf. Consorcio	2.110,58	0,00	2.110,58
111115002000000	POUPANCA	598,27	0,00	598,27
111115099010000	BANRISUL - APLICACAO	1.614.027,97	0,00	1.614.027,97
111115099020000	CEF - APLICACAO 120-1	32,02	0,00	32,02
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-21.384,82	0,00	-21.384,82
TOTAL		7.399.333,02	0,00	7.399.333,02

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				7.399.333,02
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
218810102000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	42.792,86	0,00	42.792,86
218810104050000	RETENCAO IRRF S/ RENDIMENTO DE TERCEIROS	76,50	0,00	76,50
218810109000000	OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	277,00	0,00	277,00
218810113010000	CONTRIBUICAO SINDICAL	41,36	0,00	41,36
218810115010000	BANRISUL - EMPRESTIMOS	31.014,63	0,00	31.014,63
218810117010000	CONTRIBUICAO SINDICAL	11,30	0,00	11,30
218810199010000	LIQUIDO PAGO FERIAS	56.227,25	0,00	56.227,25
218810199100000	IMPOSTOS A REPASSAR ISSQN	1.408,36	0,00	1.408,36
218810199120000	LIQUIDO PAGO RESCISAO	21.784,70	0,00	21.784,70
631100000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	720,00	0,00	720,00
TOTAL		154.353,96	0,00	154.353,96

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

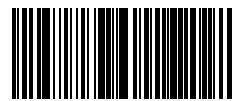
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		0,00	0,00	0,00

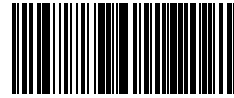
5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	56.420,05	0,00	56.420,05
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	28.209,99	0,00	28.209,99
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	56.419,96	0,00	56.419,96
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	13.719,47	0,00	13.719,47
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	5.716,50	0,00	5.716,50
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	3.429,79	0,00	3.429,79
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	161.964,67	0,00	161.964,67
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	67.490,31	0,00	67.490,31
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	40.487,27	0,00	40.487,27
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	405,03	0,00	405,03
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	169,72	0,00	169,72
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	100,44	0,00	100,44
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	10.930,06	0,00	10.930,06
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	4.555,04	0,00	4.555,04
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	2.731,80	0,00	2.731,80
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	5.105,49	0,00	5.105,49
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.128,56	0,00	2.128,56
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.275,06	0,00	1.275,06
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	122.077,60	0,00	122.077,60
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	50.865,68	0,00	50.865,68
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	30.519,41	0,00	30.519,41
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	754.610,90	0,00	754.610,90
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	314.421,87	0,00	314.421,87
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	188.652,06	0,00	188.652,06
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	126,13	0,00	126,13
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	52,72	0,00	52,72



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	31,29	0,00	31,29
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	947,66	0,00	947,66
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	395,07	0,00	395,07
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	236,69	0,00	236,69
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	538,00	0,00	538,00
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	224,27	0,00	224,27
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	134,40	0,00	134,40
11280191010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	16.605,80	0,00	16.605,80
11280191020000000000	Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	8.135,62	0,00	8.135,62
11280192020000000000	Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	33,04	0,00	33,04
11280193020000000000	Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	563,44	0,00	563,44
11280194020000000000	Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	313,82	0,00	313,82
11280291010000000000	Emolumentos e Custas Processuais	12.154,69	0,00	12.154,69
11280291020000000000	Taxas de Servicos Cadastrais - Decreto 809/14	1.800,00	0,00	1.800,00
11280291030000000000	Taxas de Cemiterio	876,00	0,00	876,00
11280291040000000000	Taxa de Limpeza Publica	29.198,53	0,00	29.198,53
11280291050000000000	Taxa de Emissao de Certidoes	3.719,40	0,00	3.719,40
11280292040000000000	Taxa de Limpeza Publica	92,96	0,00	92,96
11280293040000000000	Taxa de Limpeza Publica	3.156,55	0,00	3.156,55
11280294040000000000	Taxa de Limpeza Publica	1.318,79	0,00	1.318,79
11380411000000000000	Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complementares - Principal	25.984,38	0,00	25.984,38
11380412000000000000	Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complementares - Multas e Juros de Mora	571,39	0,00	571,39
11380413000000000000	Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complementares - Divida Ativa	33,54	0,00	33,54
11380414000000000000	Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complementares - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	37,39	0,00	37,39
12400011000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	522,15	0,00	522,15
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.592.564,27	0,00	4.592.564,27
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.713,71	0,00	382.713,71
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,62	0,00	1.530.854,62
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	28.459,03	0,00	28.459,03
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.371,56	0,00	2.371,56
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	7.114,75	0,00	7.114,75
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	9.486,32	0,00	9.486,32
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.444.847,18	0,00	2.444.847,18
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	203.737,28	0,00	203.737,28
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	611.211,81	0,00	611.211,81
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	817.525,43	0,00	817.525,43
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	223.514,73	0,00	223.514,73
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	18.626,25	0,00	18.626,25
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	55.878,70	0,00	55.878,70
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	103.005,46	0,00	103.005,46
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	34.802,37	0,00	34.802,37
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.281,02	0,00	3.281,02
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.319,79	0,00	8.319,79
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.600,85	0,00	11.600,85
17280141000000000000	Cota-Parte da Contribuicao de Intervencao no Dominio Economico - Principal	7.540,38	0,00	7.540,38
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-100.485,15	0,00	-100.485,15
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-41.873,19	0,00	-41.873,19
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-25.118,20	0,00	-25.118,20
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-15,44	0,00	-15,44
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-6,47	0,00	-6,47
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-3,86	0,00	-3,86
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-3.450,65	0,00	-3.450,65
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-1.437,94	0,00	-1.437,94
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-862,68	0,00	-862,68
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-19.968,00	0,00	-19.968,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-8.320,00	0,00	-8.320,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-4.992,00	0,00	-4.992,00
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-69,71	0,00	-69,71
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-29,05	0,00	-29,05
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-17,40	0,00	-17,40
91128019402000000000	Deducao - Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	-149,38	0,00	-149,38
91128029104000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-16.831,79	0,00	-16.831,79
91128029204000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-2,24	0,00	-2,24
91128029404000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-727,22	0,00	-727,22
91138041100000000000	Deducao - Contribuicao de Melhorias para Pavimentacao e Obras Complementares - Principal	-4.522,41	0,00	-4.522,41
91138041200000000000	Deducao - Contribuicao de Melhorias para Pavimentacao e Obras Complementares - Multas e Juros de Mora	-54,62	0,00	-54,62
TOTAL		14.736.494,28	0,00	14.736.494,28



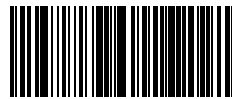
32101010774220172

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.164.989,04	0,00	1.164.989,04	1,2307	1.433.752,01
Fevereiro	1.492.170,43	0,00	1.492.170,43	1,2296	1.834.772,76
Março	1.129.710,81	0,00	1.129.710,81	1,2295	1.388.979,44
Abril	1.111.538,04	0,00	1.111.538,04	1,2097	1.344.627,57
Maiο	891.745,59	0,00	891.745,59	1,2091	1.078.209,59
Junho	1.027.108,10	0,00	1.027.108,10	1,1963	1.228.729,42
Julho	1.275.049,00	0,00	1.275.049,00	1,1774	1.501.242,69
Agosto	1.318.982,66	0,00	1.318.982,66	1,1505	1.517.489,55
Setembro	1.014.027,99	0,00	1.014.027,99	1,1076	1.123.137,40
Outubro	1.062.177,24	0,00	1.062.177,24	1,0723	1.138.972,65
Novembro	1.283.140,16	0,00	1.283.140,16	1,0342	1.327.023,55
Dezembro	1.965.855,22	0,00	1.965.855,22	1,0076	1.980.795,72
TOTAL	14.736.494,28	0,00	14.736.494,28		16.897.732,37

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	3.681.765,53
3º Bimestre	3.374.234,85	3.909.810,04
4º Bimestre	3.374.234,85	0,00
5º Bimestre	3.374.234,85	0,00
6º Bimestre	3.374.233,25	0,00
TOTAL	20.245.407,50	11.203.959,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	8.831,12
3º Bimestre	19.016,67	2.513,99
4º Bimestre	19.016,67	0,00
5º Bimestre	19.016,67	0,00
6º Bimestre	19.016,65	0,00
TOTAL	114.100,00	11.807,34
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	-510.229,57
3º Bimestre	-409.917,92	-533.471,73
4º Bimestre	-409.917,92	0,00



32101010774220172



DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
5º Bimestre	-409.917,92	0,00
6º Bimestre	-409.917,90	0,00
TOTAL	-2.459.507,50	-1.608.815,05
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	9.606.951,32

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Em correção as fontes de recursos para que não gere mais avisos.



32101010774220172



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 09 de Julho de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021

PM DE SENTINELA DO SUL

1º Semestre



32102010774220172



21.0.0.4

09/07/2021

13:19:43

Pág.: 1/2

Nome da Entidade: PM DE SENTINELA DO SUL

CNPJ: 94068277000108

ORGÃO Nº: 81400

Cód. Barras do RVE Vinculado: 32101010774220172

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	20.075.945,62
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	19.975.945,62
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	19.975.945,62

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	8.161.148,05	40,85%
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60%
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30%
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00%

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00%
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00%
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00%

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80%
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00%

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40%
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00%
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30%
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00%



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021

PM DE SENTINELA DO SUL

1º Semestre



32102010774220172



21.0.0.4

09/07/2021

13:19:43

Pág.: 2/2

SENTINELA DO SUL, 9 de Julho de 2021 .

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO GONÇALVES
Responsável pela Administração Financeira

JOSE MARCIO BOEIRA DE SOUZA
Responsável pelo Controle Interno



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 1º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



42104011955956171

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



28/07/2021

10:13:38

3.0.1.4

Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE SENTINELA DO SUL

CNPJ: 94068277000108

ORGÃO Nº: 81400

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 32102010774220172 (Modelo 9)

Possui RPPS? Não

Lei de Instituição do Controle Interno: 1002

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 28/05/2009

(Não houve alteração da Lei de Instituição do Controle Interno)

Norma que aprovou o Regimento Interno do Controle Interno: 682/2011

(Não possui Decreto que regulamenta a Lei de Instituição do Controle Interno)

Forma de Estruturação do Controle Interno:

O SCI funciona sob a forma de Comissão, composta por servidores das principais áreas do Município, abrangendo o Poder Executivo e o Poder Legislativo

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
92522343068	Jose Marcio Boeira de Souza	Presidente	josemarcioboeira@ibest.com.br	

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 1449/2020, publicada em 08/09/2020:

- Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;
- Fixou critérios e forma de limitação de empenho;
- Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- Não definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Não foram inseridas observações para este item.

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2021 e para os dois seguintes.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 1º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



42104011955956171

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



28/07/2021

10:13:38

3.0.1.4

Pág.: 2/6

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2021, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Não possui a avaliação da situação financeira e atuarial dos fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não foram inseridas observações para este item.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação, e:

- Não foram especificadas em separado as medidas de combate à evasão e à sonegação;
- Não foi especificada em separado a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa;
- Não foi especificada em separado a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 1º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



42104011955956171

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



28/07/2021

10:13:38

3.0.1.4

Pág.: 3/6

As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Semestre de 2021, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Semestre de 2021 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 1º Semestre de 2021 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 30/04/2021 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 1º Semestre de 2021 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 1º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



42104011955956171

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



28/07/2021

10:13:38

3.0.1.4

Pág.: 4/6

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	-	-	-
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2021, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2021.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2021.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações não foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em desatendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 1º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



42104011955956171

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



28/07/2021

10:13:38

3.0.1.4

Pág.: 5/6

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Foram requisitadas providências na melhora dos índices constitucionais do Fundeb, através do processo de requerimento nº 1746/2021



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 1º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



42104011955956171

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.1.4

28/07/2021

10:13:38

Pág.: 6/6

PM DE SENTINELA DO SUL, 28/07/2021

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal

Jose Marcio Boeira de Souza
Responsável pelo Controle Interno

Página
117

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
6

Peça
3671007

DOCUMENTO
PUBLICO



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 31/07/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: SAÚDE, EDUCAÇÃO E CONTROLE DE FROTAS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO-SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



42101030821782764

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	673.484,66
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	28.088,40
Receita de Servicos	221.610,00	116.090,84
Transferencias Correntes	16.701.651,51	12.886.008,67
Outras Receitas Correntes	736.735,99	58.486,63
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	13.768.595,69
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	13.440,11
Outras Receitas de Capital	0,00	1.125,33
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	14.565,44
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-1.882.714,47
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	11.900.446,66

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	7.024.414,12
Créditos Especiais	263.738,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.486.218,37
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	23.060.933,81
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	11.866.996,60
Liquidado	8.665.916,91
Pago	8.182.715,19



SALDO A LIQUIDAR	3.201.079,69
SALDO A PAGAR	483.201,72

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	208.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	7.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

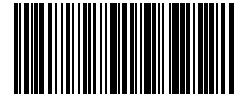
ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	3.071.558,56
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	2.086.176,27
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.486.218,37
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.486.218,37
Suplementações Orçamentárias entre entidades	635.258,02

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	8.876.256,75D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	20.351.348,59D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	784.884,57C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.323.961,45D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.181.381,09D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.320,00D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.501.839,64D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	386.720,61D
TRIBUTARIAS	0,00	108.362,63D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	33.569,58D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	759.188,24C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	115.894,73C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	132.049,04C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	12.244.410,76C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	2.957,75C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	63.254,55C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	52.827.930,41D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	52.827.930,41C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	14.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	18.246.149,92D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.046.687,40D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	3.926,30D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	14.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	18.246.149,92C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.046.687,40C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	3.926,30C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

	Saldo Inicial	Saldo Final
PODER EXECUTIVO		
Caixa	4.547,03D	1.643,61D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	6.678.522,39D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.654.667,85D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	8.334.833,85D
RPPS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	4.880.038,66D	8.334.833,85D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06



CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA		18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em execução

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	18.358.135,71	14.903.340,52
Demais Contas	247.637.803,81	251.092.599,00
Totais	265.995.939,52	265.995.939,52
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		125.246

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	49.432,05	0,00	49.432,05
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	20.596,87	0,00	20.596,87
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPSP	12.357,95	0,00	12.357,95
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	1.688,61	0,00	1.688,61
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	703,58	0,00	703,58
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPSP	422,16	0,00	422,16
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	4.933,49	0,00	4.933,49
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.055,66	0,00	2.055,66
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPSP	1.233,33	0,00	1.233,33
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	82.868,88	0,00	82.868,88
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	34.529,97	0,00	34.529,97



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	20.715,98	0,00	20.715,98
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	90,16	0,00	90,16
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	37,89	0,00	37,89
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	22,23	0,00	22,23
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	7.945,58	0,00	7.945,58
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	3.311,61	0,00	3.311,61
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	1.985,67	0,00	1.985,67
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	2.706,46	0,00	2.706,46
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.128,72	0,00	1.128,72
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	675,81	0,00	675,81
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	50.693,28	0,00	50.693,28
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	21.122,20	0,00	21.122,20
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	12.673,32	0,00	12.673,32
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	136.125,85	0,00	136.125,85
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	56.719,76	0,00	56.719,76
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	34.031,21	0,00	34.031,21
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	39,25	0,00	39,25
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	16,38	0,00	16,38
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	9,96	0,00	9,96
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	3.555.299,65	0,00	3.555.299,65
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	296.274,97	0,00	296.274,97
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	888.824,90	0,00	888.824,90
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.185.099,67	0,00	1.185.099,67
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	399.571,60	0,00	399.571,60
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.431,41	0,00	2.431,41
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	202,61	0,00	202,61
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	607,85	0,00	607,85
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	810,41	0,00	810,41
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.710.705,41	0,00	1.710.705,41
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	142.558,79	0,00	142.558,79
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	427.676,36	0,00	427.676,36
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	570.235,19	0,00	570.235,19
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	194.769,26	0,00	194.769,26
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.230,88	0,00	16.230,88
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	48.692,37	0,00	48.692,37
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	64.923,28	0,00	64.923,28
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	19.318,20	0,00	19.318,20
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	1.609,86	0,00	1.609,86
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	4.829,54	0,00	4.829,54
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	6.439,44	0,00	6.439,44
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-100,18	0,00	-100,18
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-41,84	0,00	-41,84
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25,02	0,00	-25,02
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL		10.057.644,88	0,00	10.057.644,88

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.514.411,22**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	140.347,36	0,00	140.347,36
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	456.877,11	0,00	456.877,11
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-10.210,55	0,00	-10.210,55
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.827.507,99	0,00	1.827.507,99
TOTAL II		2.414.521,91	0,00	2.414.521,91

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	598.706,36	0,00	598.706,36
31	Administração Geral	413,67	0,00	413,67
31	Ensino Fundamental	1.165.423,14	0,00	1.165.423,14
31	Educação Infantil	188.383,18	0,00	188.383,18
SUBTOTAL I		1.952.926,35	0,00	1.952.926,35

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		250.965,30	0,00	250.965,30
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		3.488,52	0,00	3.488,52
SUBTOTAL III		-254.453,82	0,00	-254.453,82

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) **16,89** **1.698.472,53**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB



42101030821782764

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	3.555.299,65	0,00	3.555.299,65
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	296.274,97	0,00	296.274,97
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	888.824,90	0,00	888.824,90
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.185.099,67	0,00	1.185.099,67
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.431,41	0,00	2.431,41
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	202,61	0,00	202,61
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	607,85	0,00	607,85
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	810,41	0,00	810,41
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.710.705,41	0,00	1.710.705,41
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	142.558,79	0,00	142.558,79
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	427.676,36	0,00	427.676,36
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	570.235,19	0,00	570.235,19
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	194.769,26	0,00	194.769,26
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.230,88	0,00	16.230,88
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	48.692,37	0,00	48.692,37
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	64.923,28	0,00	64.923,28
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	19.318,20	0,00	19.318,20
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.609,86	0,00	1.609,86
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.829,54	0,00	4.829,54
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.439,44	0,00	6.439,44
SUBTOTAL		9.137.540,05	0,00	9.137.540,05
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				1.827.508,01

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.827.507,99	0,00	1.827.507,99
TOTAL II		1.827.507,99	0,00	1.827.507,99

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	413,67	0,00	413,67
31	Ensino Fundamental	1.165.423,14	0,00	1.165.423,14
31	Educação Infantil	188.383,18	0,00	188.383,18
SUBTOTAL I		1.354.219,99	0,00	1.354.219,99

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		250.965,30	0,00	250.965,30
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		2.150,08	0,00	2.150,08
SUBTOTAL III		-253.115,38	0,00	-253.115,38
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		12,05		1.101.104,61



42101030821782764

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	2.150,08	0,00	2.150,08
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	2.078.473,29	0,00	2.078.473,29
Total		2.080.623,37	0,00	2.080.623,37
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				1.456.436,36

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.051.709,72	0,00	1.051.709,72
31	Educação Infantil	161.505,46	0,00	161.505,46
SUBTOTAL I		1.213.215,18	0,00	1.213.215,18
Despesas Não Computáveis				
Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
TOTAL III		1.213.215,18	0,00	1.213.215,18
% de Aplicação				58,31

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			
			4.848,16

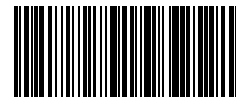
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	49.432,05	0,00	49.432,05
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	20.596,87	0,00	20.596,87
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	12.357,95	0,00	12.357,95



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	1.688,61	0,00	1.688,61
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	703,58	0,00	703,58
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPSP	422,16	0,00	422,16
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	4.933,49	0,00	4.933,49
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.055,66	0,00	2.055,66
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPSP	1.233,33	0,00	1.233,33
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	82.868,88	0,00	82.868,88
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	34.529,97	0,00	34.529,97
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPSP	20.715,98	0,00	20.715,98
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	90,16	0,00	90,16
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	37,89	0,00	37,89
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPSP	22,23	0,00	22,23
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	7.945,58	0,00	7.945,58
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	3.311,61	0,00	3.311,61
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPSP	1.985,67	0,00	1.985,67
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	2.706,46	0,00	2.706,46
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.128,72	0,00	1.128,72
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPSP	675,81	0,00	675,81
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	50.693,28	0,00	50.693,28
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	21.122,20	0,00	21.122,20
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPSP	12.673,32	0,00	12.673,32
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	136.125,85	0,00	136.125,85
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	56.719,76	0,00	56.719,76
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPSP	34.031,21	0,00	34.031,21
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	39,25	0,00	39,25
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	16,38	0,00	16,38
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPSP	9,96	0,00	9,96
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPSP	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPSP	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	3.555.299,65	0,00	3.555.299,65
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	296.274,97	0,00	296.274,97
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPSP	888.824,90	0,00	888.824,90
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.185.099,67	0,00	1.185.099,67
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	399.571,60	0,00	399.571,60
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	2.431,41	0,00	2.431,41
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	202,61	0,00	202,61
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPSP	607,85	0,00	607,85
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	810,41	0,00	810,41
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.710.705,41	0,00	1.710.705,41



42101030821782764

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	142.558,79	0,00	142.558,79
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	427.676,36	0,00	427.676,36
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	570.235,19	0,00	570.235,19
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	194.769,26	0,00	194.769,26
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.230,88	0,00	16.230,88
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	48.692,37	0,00	48.692,37
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	64.923,28	0,00	64.923,28
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	19.318,20	0,00	19.318,20
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.609,86	0,00	1.609,86
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.829,54	0,00	4.829,54
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.439,44	0,00	6.439,44
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-100,18	0,00	-100,18
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-41,84	0,00	-41,84
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25,02	0,00	-25,02
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL I		10.057.644,88	0,00	10.057.644,88

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada

1.508.646,73

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	84.202,46	0,00	84.202,46
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.370.631,02	0,00	1.370.631,02
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-6.125,25	0,00	-6.125,25
TOTAL II		1.448.708,23	0,00	1.448.708,23

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.339.114,47	0,00	2.339.114,47
SUBTOTAL I		2.339.114,47	0,00	2.339.114,47

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00



(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	285,79	0,00	285,79
SUBTOTAL III	285,79	0,00	285,79

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	23,25	0,00	2.338.828,68
-----------------------------------------------------------	--------------	-------------	---------------------

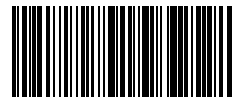
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	7 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 759, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 760, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 808, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 809, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 824, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 825, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 826, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 874, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 886, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 7,012%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	97,143% das 35 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 7/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 61,87%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 24,337%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação da conta 00000000000020831430 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 000000000000000010 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 00000000000000101365 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	102	0	AVISO	Linha: 102 - Validação da conta 0000000006064400003 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	103	0	AVISO	Linha: 103 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_34	103	0	AVISO	Linha: 103 - Validação da conta 00000000006000043608 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação da conta 00000000006066470297 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	106	0	AVISO	Linha: 106 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	106	0	AVISO	Linha: 106 - Validação da conta 00000000006300417214 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	113	0	AVISO	Linha: 113 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	113	0	AVISO	Linha: 113 - Validação da conta 00000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	114	0	AVISO	Linha: 114 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	114	0	AVISO	Linha: 114 - Validação da conta 00000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	121	0	AVISO	Linha: 121 - Validação da conta 0000000000040237140 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	123	0	AVISO	Linha: 123 - Validação da conta 00000000000000011111 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_33	176	0	AVISO	Linha: 176 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	176	0	AVISO	Linha: 176 - Validação da conta 00000000001300001201 inconsistente para o código do banco 104
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 7/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

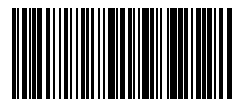
5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://196.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação



RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	3.681.765,53
3º Bimestre	3.374.234,85	3.909.810,04
4º Bimestre	3.374.234,85	2.564.636,66
5º Bimestre	3.374.234,85	0,00
6º Bimestre	3.374.233,25	0,00
TOTAL	20.245.407,50	13.768.595,69
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	8.831,12
3º Bimestre	19.016,67	2.513,99
4º Bimestre	19.016,67	2.758,10
5º Bimestre	19.016,67	0,00
6º Bimestre	19.016,65	0,00
TOTAL	114.100,00	14.565,44
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	-510.229,57
3º Bimestre	-409.917,92	-533.471,73
4º Bimestre	-409.917,92	-273.899,42
5º Bimestre	-409.917,92	0,00
6º Bimestre	-409.917,90	0,00
TOTAL	-2.459.507,50	-1.882.714,47
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	11.900.446,66

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.



42101030821782764



Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Em Verificação para sanar os avisos



42101030821782764



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 12 de Agosto de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 31/08/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: REFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO -SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	739.468,97
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	42.408,45
Receita de Servicos	221.610,00	139.847,32
Transferencias Correntes	16.701.651,51	14.807.785,49
Outras Receitas Correntes	736.735,99	58.486,63
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	15.794.433,35
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	13.830,26
Transferencias de Capital	0,00	28.571,00
Outras Receitas de Capital	0,00	1.917,29
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	44.318,55
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-2.154.318,34
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	13.684.433,56

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	8.189.267,50
Créditos Especiais	292.309,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.506.218,37
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	24.234.358,19
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	13.613.682,65
Liquidado	10.353.489,94



Pago	10.116.451,43
SALDO A LIQUIDAR	3.260.192,71
SALDO A PAGAR	237.038,51

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	208.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	7.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	4.135.411,94
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	2.145.747,27
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.506.218,37
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.506.218,37
Suplementações Orçamentárias entre entidades	685.258,02

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	8.767.251,68D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	20.777.583,31D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	531.157,88C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.950.848,13D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.763.417,73D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.320,00D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.727.270,52D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	394.859,54D
TRIBUTARIAS	0,00	129.391,02D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	65.186,75D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	919.915,41C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	139.651,21C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	156.365,28C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	14.100.160,02C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	3.604,34C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	64.153,84C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	55.748.040,84D



	Saldo Inicial	Saldo Final
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	55.748.040,84C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	14.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	20.144.581,65D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.051.652,07D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	3.926,30D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	14.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	20.144.581,65C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.051.652,07C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	3.926,30C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	4.547,03D	1.208,93D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	6.436.846,87D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.692.501,52D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	8.130.557,32D

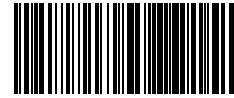
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00

TOTAL	4.880.038,66D	8.130.557,32D
-------	---------------	---------------

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92



CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30
CONTAS DE RECEITA			
		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA			
		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA		18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

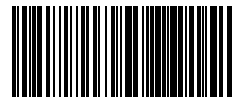
Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	21.043.520,72	17.793.002,06
Demais Contas	281.860.144,11	285.110.662,77
Totais	302.903.664,83	302.903.664,83
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		145.804

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	57.112,89	0,00	57.112,89
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	23.797,27	0,00	23.797,27
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	14.278,15	0,00	14.278,15
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	1.688,61	0,00	1.688,61
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	703,58	0,00	703,58
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	422,16	0,00	422,16
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	6.039,08	0,00	6.039,08
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.516,33	0,00	2.516,33
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.509,73	0,00	1.509,73
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	84.146,31	0,00	84.146,31
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	35.062,29	0,00	35.062,29



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.035,26	0,00	21.035,26
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	136,37	0,00	136,37
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	57,23	0,00	57,23
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	33,62	0,00	33,62
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	8.816,45	0,00	8.816,45
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	3.674,55	0,00	3.674,55
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	2.203,29	0,00	2.203,29
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	2.916,39	0,00	2.916,39
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.216,36	0,00	1.216,36
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	727,93	0,00	727,93
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	63.990,36	0,00	63.990,36
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	26.662,65	0,00	26.662,65
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	15.997,59	0,00	15.997,59
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	149.083,69	0,00	149.083,69
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	62.118,89	0,00	62.118,89
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	37.270,59	0,00	37.270,59
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	41,04	0,00	41,04
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	17,13	0,00	17,13
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	10,41	0,00	10,41
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.085.104,93	0,00	4.085.104,93
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	340.425,40	0,00	340.425,40
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.021.276,21	0,00	1.021.276,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.361.701,41	0,00	1.361.701,41
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	399.571,60	0,00	399.571,60
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	3.231,97	0,00	3.231,97
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	269,33	0,00	269,33
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	808,00	0,00	808,00
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.077,26	0,00	1.077,26
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.988.313,22	0,00	1.988.313,22
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	165.692,76	0,00	165.692,76
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	497.078,31	0,00	497.078,31
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	662.771,13	0,00	662.771,13
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	198.640,79	0,00	198.640,79
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.553,52	0,00	16.553,52
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	49.660,27	0,00	49.660,27
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	66.213,85	0,00	66.213,85
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	21.634,32	0,00	21.634,32
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	1.802,88	0,00	1.802,88
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	5.408,58	0,00	5.408,58
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	7.211,49	0,00	7.211,49
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-100,18	0,00	-100,18
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-41,84	0,00	-41,84
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25,02	0,00	-25,02
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL		11.477.392,79	0,00	11.477.392,79

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.869.348,20**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	155.951,00	0,00	155.951,00
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	524.743,89	0,00	524.743,89
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-10.210,55	0,00	-10.210,55
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.098.975,14	0,00	2.098.975,14
TOTAL II		2.769.459,48	0,00	2.769.459,48

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	660.455,65	0,00	660.455,65
31	Administração Geral	6.255,38	0,00	6.255,38
31	Ensino Fundamental	1.327.942,30	0,00	1.327.942,30
31	Educação Infantil	213.674,18	0,00	213.674,18
SUBTOTAL I		2.208.327,51	0,00	2.208.327,51

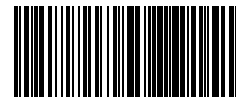
Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	3390302300000000 - Administração Geral	5.216,00	0,00	5.216,00
SUBTOTAL II		5.216,00	0,00	5.216,00
	(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	235.066,95	0,00	235.066,95
	(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	5.975,48	0,00	5.975,48
SUBTOTAL III		-241.042,43	0,00	-241.042,43

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) **17,10** **1.962.069,08**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00



3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.085.104,93	0,00	4.085.104,93
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	340.425,40	0,00	340.425,40
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.021.276,21	0,00	1.021.276,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.361.701,41	0,00	1.361.701,41
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	3.231,97	0,00	3.231,97
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	269,33	0,00	269,33
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	808,00	0,00	808,00
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.077,26	0,00	1.077,26
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.988.313,22	0,00	1.988.313,22
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	165.692,76	0,00	165.692,76
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	497.078,31	0,00	497.078,31
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	662.771,13	0,00	662.771,13
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	198.640,79	0,00	198.640,79
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.553,52	0,00	16.553,52
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	49.660,27	0,00	49.660,27
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	66.213,85	0,00	66.213,85
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	21.634,32	0,00	21.634,32
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.802,88	0,00	1.802,88
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.408,58	0,00	5.408,58
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.211,49	0,00	7.211,49
SUBTOTAL		10.494.875,63	0,00	10.494.875,63

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.098.975,13**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.098.975,14	0,00	2.098.975,14
TOTAL II		2.098.975,14	0,00	2.098.975,14

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	6.255,38	0,00	6.255,38
31	Ensino Fundamental	1.327.942,30	0,00	1.327.942,30
31	Educação Infantil	213.674,18	0,00	213.674,18
SUBTOTAL I		1.547.871,86	0,00	1.547.871,86

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		235.066,95	0,00	235.066,95
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		3.774,74	0,00	3.774,74
SUBTOTAL III		-238.841,69	0,00	-238.841,69



	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB	12,47	1.309.030,17

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	3.774,74	0,00	3.774,74
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	2.334.042,09	0,00	2.334.042,09
Total		2.337.816,83	0,00	2.337.816,83

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **1.636.471,78**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.202.293,92	0,00	1.202.293,92
31	Educação Infantil	185.259,01	0,00	185.259,01
SUBTOTAL I		1.387.552,93	0,00	1.387.552,93

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

TOTAL III **1.387.552,93**

% de Aplicação **59,35**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **4.848,16**

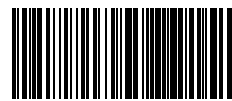
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

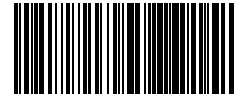
3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	57.112,89	0,00	57.112,89



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	23.797,27	0,00	23.797,27
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	14.278,15	0,00	14.278,15
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	1.688,61	0,00	1.688,61
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	703,58	0,00	703,58
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	422,16	0,00	422,16
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	6.039,08	0,00	6.039,08
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.516,33	0,00	2.516,33
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.509,73	0,00	1.509,73
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	84.146,31	0,00	84.146,31
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	35.062,29	0,00	35.062,29
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.035,26	0,00	21.035,26
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	136,37	0,00	136,37
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	57,23	0,00	57,23
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	33,62	0,00	33,62
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	8.816,45	0,00	8.816,45
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	3.674,55	0,00	3.674,55
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	2.203,29	0,00	2.203,29
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	2.916,39	0,00	2.916,39
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.216,36	0,00	1.216,36
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	727,93	0,00	727,93
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	63.990,36	0,00	63.990,36
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	26.662,65	0,00	26.662,65
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	15.997,59	0,00	15.997,59
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	149.083,69	0,00	149.083,69
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	62.118,89	0,00	62.118,89
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	37.270,59	0,00	37.270,59
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	41,04	0,00	41,04
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	17,13	0,00	17,13
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	10,41	0,00	10,41
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.085.104,93	0,00	4.085.104,93
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	340.425,40	0,00	340.425,40
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.021.276,21	0,00	1.021.276,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.361.701,41	0,00	1.361.701,41
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	399.571,60	0,00	399.571,60
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	3.231,97	0,00	3.231,97
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	269,33	0,00	269,33



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	808,00	0,00	808,00
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.077,26	0,00	1.077,26
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	1.988.313,22	0,00	1.988.313,22
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	165.692,76	0,00	165.692,76
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	497.078,31	0,00	497.078,31
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	662.771,13	0,00	662.771,13
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	198.640,79	0,00	198.640,79
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.553,52	0,00	16.553,52
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	49.660,27	0,00	49.660,27
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	66.213,85	0,00	66.213,85
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	21.634,32	0,00	21.634,32
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.802,88	0,00	1.802,88
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.408,58	0,00	5.408,58
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.211,49	0,00	7.211,49
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-100,18	0,00	-100,18
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-41,84	0,00	-41,84
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25,02	0,00	-25,02
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL I		11.477.392,79	0,00	11.477.392,79

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.721.608,92**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	93.563,57	0,00	93.563,57
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.574.231,37	0,00	1.574.231,37
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-6.125,25	0,00	-6.125,25
TOTAL II		1.661.669,69	0,00	1.661.669,69

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.712.498,70	0,00	2.712.498,70
SUBTOTAL I		2.712.498,70	0,00	2.712.498,70

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis



Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		536,70	0,00	536,70
SUBTOTAL III		536,70	0,00	536,70

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	23,63	2.711.962,00

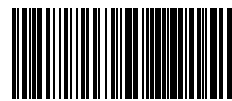
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

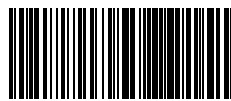
4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade RPO (Adesão à Ata de Registro de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	7 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 13, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 6,701%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	92,50% das 40 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2694 - CNPJ/CPF 6294126000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002652, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2695 - CNPJ/CPF 3652030000170, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002653, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2696 - CNPJ/CPF 34027398000171, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002654, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2697 - CNPJ/CPF 7752236000123, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002655, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2698 - CNPJ/CPF 28093678000185, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002656, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2699 - CNPJ/CPF 2520829000140, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002657, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2714 - CNPJ/CPF 6294126000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002672, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 8/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 62,612%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 22,567%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_34	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação da conta 00000000000020831430 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 0000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 000000000000000010 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 0000000000000101365 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	105	0	AVISO	Linha: 105 - Validação da conta 00000000006064400003 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	106	0	AVISO	Linha: 106 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	106	0	AVISO	Linha: 106 - Validação da conta 0000000006000043608 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	108	0	AVISO	Linha: 108 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	108	0	AVISO	Linha: 108 - Validação da conta 0000000006066470297 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	109	0	AVISO	Linha: 109 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	109	0	AVISO	Linha: 109 - Validação da conta 0000000006300417214 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	116	0	AVISO	Linha: 116 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	116	0	AVISO	Linha: 116 - Validação da conta 0000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	117	0	AVISO	Linha: 117 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	117	0	AVISO	Linha: 117 - Validação da conta 0000000006006710148 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	124	0	AVISO	Linha: 124 - Validação da conta 0000000000040237140 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	125	0	AVISO	Linha: 125 - Validação da conta 000000000000011111 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_33	179	0	AVISO	Linha: 179 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	179	0	AVISO	Linha: 179 - Validação da conta 0000000001300001201 inconsistente para o código do banco 104
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível



42101031358256901

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 2694 - CNPJ/CPF 6294126000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002652, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: RESPONSABILPELO LICITACON JÁ ESTÁ ANALISANDO

Descrição: EMP_87 - Linha 2695 - CNPJ/CPF 3652030000170, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002653, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: RESPONSABILPELO LICITACON JÁ ESTÁ ANALISANDO

Descrição: EMP_87 - Linha 2696 - CNPJ/CPF 34027398000171, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002654, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: RESPONSABILPELO LICITACON JÁ ESTÁ ANALISANDO

Descrição: EMP_87 - Linha 2697 - CNPJ/CPF 7752236000123, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002655, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: RESPONSABILPELO LICITACON JÁ ESTÁ ANALISANDO

Descrição: EMP_87 - Linha 2698 - CNPJ/CPF 28093678000185, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002656, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: RESPONSABILPELO LICITACON JÁ ESTÁ ANALISANDO

Descrição: EMP_87 - Linha 2699 - CNPJ/CPF 2520829000140, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002657, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: RESPONSABILPELO LICITACON JÁ ESTÁ ANALISANDO

Descrição: EMP_87 - Linha 2714 - CNPJ/CPF 6294126000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002672, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: RESPONSABILPELO LICITACON JÁ ESTÁ ANALISANDO

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 8/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	05/03/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	05/03/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
2º Bimestre	Mural	06/05/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	06/05/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
3º Bimestre	Mural	09/07/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	09/07/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
4º Bimestre	Mural	10/09/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	14/09/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	29/01/2021	mural rol entrada prefeitura
1º Quadrimestre/2021	06/05/2021	mural rol entrada prefeitura
2º Quadrimestre/2021	10/09/2021	mural rol entrada prefeitura

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real



Data 28/05/2013 **Endereço Eletrônico** <http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp>

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES

	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	3.681.765,53
3º Bimestre	3.374.234,85	3.909.810,04
4º Bimestre	3.374.234,85	4.590.474,32
5º Bimestre	3.374.234,85	0,00
6º Bimestre	3.374.233,25	0,00
TOTAL	20.245.407,50	15.794.433,35

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL

	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	8.831,12
3º Bimestre	19.016,67	2.513,99
4º Bimestre	19.016,67	32.511,21
5º Bimestre	19.016,67	0,00
6º Bimestre	19.016,65	0,00
TOTAL	114.100,00	44.318,55

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	-510.229,57
3º Bimestre	-409.917,92	-533.471,73
4º Bimestre	-409.917,92	-545.503,29
5º Bimestre	-409.917,92	0,00
6º Bimestre	-409.917,90	0,00
TOTAL	-2.459.507,50	-2.154.318,34
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	13.684.433,56

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

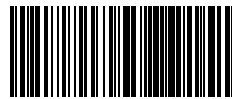
5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.



Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

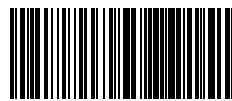
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

EM ANÁLISE PARA NÃO GERAR MAIS AVISOS



42101031358256901

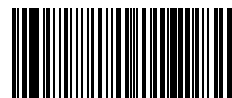


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 14 de Setembro de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 30/09/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: educação, saúde e controle de frotas
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO -SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

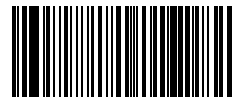
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



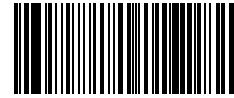
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	849.061,60
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	61.903,89
Receita de Servicos	221.610,00	152.651,90
Transferencias Correntes	16.701.651,51	16.333.493,84
Outras Receitas Correntes	736.735,99	60.171,27
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	17.463.718,99
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	14.376,47
Transferencias de Capital	0,00	28.571,00
Outras Receitas de Capital	0,00	2.900,22
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	45.847,69
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-2.371.806,97
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	15.137.759,71

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	9.428.317,50
Créditos Especiais	292.309,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.507.268,37
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	25.472.358,19
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	14.955.170,56
Liquidado	11.870.869,38



Pago	11.176.775,08
SALDO A LIQUIDAR	3.084.301,18
SALDO A PAGAR	694.094,30

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	208.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	7.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

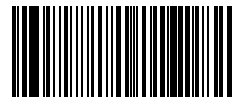
ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	5.104.411,94
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	2.414.747,27
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.507.268,37
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.507.268,37
Suplementações Orçamentárias entre entidades	685.258,02

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	9.164.668,56D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	21.125.142,30D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	1.019.160,11C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	5.587.337,41D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.254.093,14D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.320,00D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.916.637,07D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	399.179,47D
TRIBUTARIAS	0,00	145.418,89D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	69.403,93D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.025.690,91C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	152.175,79C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	183.952,54C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	15.549.679,38C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	3.604,34C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	66.817,00C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	58.327.528,75D



	Saldo Inicial	Saldo Final
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	58.327.528,75C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	14.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	21.706.477,95D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.055.170,58D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	4.487,20D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	14.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	21.706.477,95C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.055.170,58C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	4.487,20C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	4.547,03D	4.056,28D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	6.775.614,39D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.727.181,89D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	8.506.852,56D

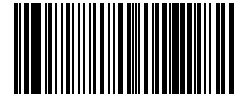
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00

TOTAL	Saldo Inicial	Saldo Final
TOTAL	4.880.038,66D	8.506.852,56D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92

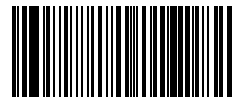


CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30
CONTAS DE RECEITA			
		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA			
		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA		18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	23.476.409,79	19.849.595,89
Demais Contas	307.439.430,45	311.066.244,35
Totais	330.915.840,24	330.915.840,24
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		166.160

3. Índices Constitucionais

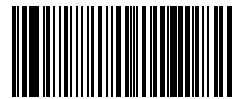
3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	57.112,89	0,00	57.112,89
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	23.797,27	0,00	23.797,27
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	14.278,15	0,00	14.278,15
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	2.279,18	0,00	2.279,18
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	949,65	0,00	949,65
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	569,81	0,00	569,81
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	7.131,69	0,00	7.131,69
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.971,59	0,00	2.971,59
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.782,88	0,00	1.782,88
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	85.394,77	0,00	85.394,77
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	35.582,51	0,00	35.582,51



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.347,39	0,00	21.347,39
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	203,79	0,00	203,79
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	85,42	0,00	85,42
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	50,40	0,00	50,40
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	10.612,21	0,00	10.612,21
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	4.422,87	0,00	4.422,87
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	2.652,08	0,00	2.652,08
11180114010000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.538,82	0,00	3.538,82
11180114020000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.475,79	0,00	1.475,79
11180114030000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	883,33	0,00	883,33
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	78.497,40	0,00	78.497,40
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	32.707,25	0,00	32.707,25
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	19.624,35	0,00	19.624,35
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	190.987,73	0,00	190.987,73
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	79.578,94	0,00	79.578,94
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	47.746,51	0,00	47.746,51
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	41,04	0,00	41,04
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	17,13	0,00	17,13
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	10,41	0,00	10,41
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.501.180,83	0,00	4.501.180,83
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	375.098,39	0,00	375.098,39
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.125.295,19	0,00	1.125.295,19
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.500.393,35	0,00	1.500.393,35
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	8.928,27	0,00	8.928,27
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	744,03	0,00	744,03
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.232,08	0,00	2.232,08
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	2.976,02	0,00	2.976,02
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.210.772,52	0,00	2.210.772,52
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	184.231,05	0,00	184.231,05
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	552.693,15	0,00	552.693,15
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	736.924,24	0,00	736.924,24
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	201.821,26	0,00	201.821,26
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.818,56	0,00	16.818,56
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	50.455,41	0,00	50.455,41
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	67.274,03	0,00	67.274,03
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	24.561,39	0,00	24.561,39
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.046,80	0,00	2.046,80



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.140,35	0,00	6.140,35
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.187,19	0,00	8.187,19
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-122,70	0,00	-122,70
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51,22	0,00	-51,22
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30,65	0,00	-30,65
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL		12.664.300,79	0,00	12.664.300,79

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.166.075,20**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	181.713,14	0,00	181.713,14
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	678.831,73	0,00	678.831,73
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-10.219,93	0,00	-10.219,93
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.315.754,83	0,00	2.315.754,83
TOTAL II		3.166.079,77	0,00	3.166.079,77

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	833.950,09	0,00	833.950,09
31	Administração Geral	7.197,31	0,00	7.197,31
31	Ensino Fundamental	1.493.988,94	0,00	1.493.988,94
31	Educação Infantil	241.892,00	0,00	241.892,00
SUBTOTAL I		2.577.028,34	0,00	2.577.028,34

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	3390302300000000 - Administração Geral	5.216,00	0,00	5.216,00
SUBTOTAL II		5.216,00	0,00	5.216,00

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	261.598,11	0,00	261.598,11
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	9.343,41	0,00	9.343,41
SUBTOTAL III	-270.941,52	0,00	-270.941,52

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) **18,17** **2.300.870,82**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00



52101034115933129

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.501.180,83	0,00	4.501.180,83
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	375.098,39	0,00	375.098,39
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.125.295,19	0,00	1.125.295,19
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.500.393,35	0,00	1.500.393,35
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	8.928,27	0,00	8.928,27
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	744,03	0,00	744,03
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.232,08	0,00	2.232,08
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	2.976,02	0,00	2.976,02
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.210.772,52	0,00	2.210.772,52
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	184.231,05	0,00	184.231,05
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	552.693,15	0,00	552.693,15
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	736.924,24	0,00	736.924,24
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	201.821,26	0,00	201.821,26
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.818,56	0,00	16.818,56
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	50.455,41	0,00	50.455,41
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	67.274,03	0,00	67.274,03
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	24.561,39	0,00	24.561,39
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.046,80	0,00	2.046,80
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.140,35	0,00	6.140,35
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.187,19	0,00	8.187,19
SUBTOTAL		11.578.774,11	0,00	11.578.774,11

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada

2.315.754,82

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.315.754,83	0,00	2.315.754,83
TOTAL II		2.315.754,83	0,00	2.315.754,83

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	7.197,31	0,00	7.197,31
31	Ensino Fundamental	1.493.988,94	0,00	1.493.988,94
31	Educação Infantil	241.892,00	0,00	241.892,00
SUBTOTAL I		1.743.078,25	0,00	1.743.078,25

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	261.598,11	0,00	261.598,11
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	6.186,63	0,00	6.186,63
SUBTOTAL III	-267.784,74	0,00	-267.784,74



52101034115933129

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB	12,74	1.475.293,51

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	6.186,63	0,00	6.186,63
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	2.577.352,94	0,00	2.577.352,94
Total		2.583.539,57	0,00	2.583.539,57

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **1.808.477,70**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.352.878,09	0,00	1.352.878,09
31	Educação Infantil	209.069,35	0,00	209.069,35
SUBTOTAL I		1.561.947,44	0,00	1.561.947,44

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
TOTAL III		1.561.947,44	0,00	1.561.947,44

% de Aplicação **60,46**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **4.848,16**

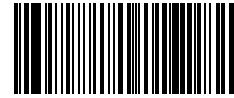
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	57.112,89	0,00	57.112,89



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	23.797,27	0,00	23.797,27
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	14.278,15	0,00	14.278,15
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	2.279,18	0,00	2.279,18
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	949,65	0,00	949,65
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	569,81	0,00	569,81
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	7.131,69	0,00	7.131,69
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.971,59	0,00	2.971,59
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.782,88	0,00	1.782,88
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	85.394,77	0,00	85.394,77
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	35.582,51	0,00	35.582,51
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.347,39	0,00	21.347,39
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	203,79	0,00	203,79
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	85,42	0,00	85,42
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	50,40	0,00	50,40
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	10.612,21	0,00	10.612,21
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	4.422,87	0,00	4.422,87
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	2.652,08	0,00	2.652,08
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	3.538,82	0,00	3.538,82
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.475,79	0,00	1.475,79
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	883,33	0,00	883,33
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	78.497,40	0,00	78.497,40
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	32.707,25	0,00	32.707,25
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	19.624,35	0,00	19.624,35
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	190.987,73	0,00	190.987,73
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	79.578,94	0,00	79.578,94
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	47.746,51	0,00	47.746,51
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	41,04	0,00	41,04
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	17,13	0,00	17,13
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	10,41	0,00	10,41
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.501.180,83	0,00	4.501.180,83
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	375.098,39	0,00	375.098,39
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.125.295,19	0,00	1.125.295,19
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.500.393,35	0,00	1.500.393,35
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	8.928,27	0,00	8.928,27
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	744,03	0,00	744,03
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.232,08	0,00	2.232,08
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	2.976,02	0,00	2.976,02
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.210.772,52	0,00	2.210.772,52
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	184.231,05	0,00	184.231,05
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	552.693,15	0,00	552.693,15
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	736.924,24	0,00	736.924,24
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	201.821,26	0,00	201.821,26
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.818,56	0,00	16.818,56
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	50.455,41	0,00	50.455,41
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	67.274,03	0,00	67.274,03
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	24.561,39	0,00	24.561,39
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.046,80	0,00	2.046,80
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.140,35	0,00	6.140,35
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.187,19	0,00	8.187,19
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-122,70	0,00	-122,70
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51,22	0,00	-51,22
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30,65	0,00	-30,65
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL I		12.664.300,79	0,00	12.664.300,79

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.899.645,12**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	109.020,15	0,00	109.020,15
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.796.751,92	0,00	1.796.751,92
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-6.130,88	0,00	-6.130,88
TOTAL II		1.899.641,19	0,00	1.899.641,19

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	3.075.243,30	0,00	3.075.243,30
SUBTOTAL I		3.075.243,30	0,00	3.075.243,30

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis



Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		902,47	0,00	902,47
SUBTOTAL III		902,47	0,00	902,47
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		24,28		3.074.340,83

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade RPO (Adesão à Ata de Registro de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade TMP (Tomada de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	11 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 13, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 6,892%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	90,698% das 43 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2694 - CNPJ/CPF 6294126000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002652, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2695 - CNPJ/CPF 3652030000170, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002653, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2696 - CNPJ/CPF 34027398000171, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002654, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2697 - CNPJ/CPF 7752236000123, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002655, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2698 - CNPJ/CPF 28093678000185, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002656, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2699 - CNPJ/CPF 2520829000140, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002657, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2714 - CNPJ/CPF 6294126000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002672, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2792 - CNPJ/CPF 28093678000185, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002656, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2820 - CNPJ/CPF 16928871000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002769, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 2821 - CNPJ/CPF 94389400000184, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002770, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 9/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 63,455%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 22,054%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 000000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	107	0	AVISO	Linha: 107 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	107	0	AVISO	Linha: 107 - Validação da conta 00000000006000417214 inconsistente para o código do banco 104
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

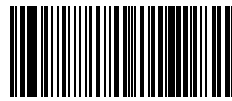
Descrição: EMP_87 - Linha 2694 - CNPJ/CPF 6294126000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002652, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: EMP_87 - Linha 2695 - CNPJ/CPF 3652030000170, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002653, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: EMP_87 - Linha 2696 - CNPJ/CPF 34027398000171, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000002654, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.



52101034115933129

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: EMP_87 - Linha 2697 - CNPJ/CPF 7752236000123, do credor vinculado ao empenho nr. 202100002655, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: EMP_87 - Linha 2698 - CNPJ/CPF 28093678000185, do credor vinculado ao empenho nr. 202100002656, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: EMP_87 - Linha 2699 - CNPJ/CPF 2520829000140, do credor vinculado ao empenho nr. 202100002657, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: EMP_87 - Linha 2714 - CNPJ/CPF 6294126000100, do credor vinculado ao empenho nr. 202100002672, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: EMP_87 - Linha 2792 - CNPJ/CPF 28093678000185, do credor vinculado ao empenho nr. 202100002656, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: EMP_87 - Linha 2820 - CNPJ/CPF 16928871000100, do credor vinculado ao empenho nr. 202100002769, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: EMP_87 - Linha 2821 - CNPJ/CPF 94389400000184, do credor vinculado ao empenho nr. 202100002770, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 26, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 9/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

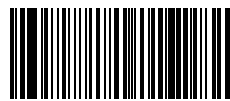
5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	3.681.765,53
3º Bimestre	3.374.234,85	3.909.810,04
4º Bimestre	3.374.234,85	4.590.474,32
5º Bimestre	3.374.234,85	1.669.285,64
6º Bimestre	3.374.233,25	0,00
TOTAL	20.245.407,50	17.463.718,99
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	8.831,12
3º Bimestre	19.016,67	2.513,99



RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
4º Bimestre	19.016,67	32.511,21
5º Bimestre	19.016,67	1.529,14
6º Bimestre	19.016,65	0,00
TOTAL	114.100,00	45.847,69
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	-510.229,57
3º Bimestre	-409.917,92	-533.471,73
4º Bimestre	-409.917,92	-545.503,29
5º Bimestre	-409.917,92	-217.488,63
6º Bimestre	-409.917,90	0,00
TOTAL	-2.459.507,50	-2.371.806,97
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	15.137.759,71

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

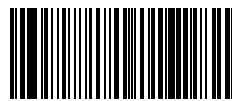
Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024



52101034115933129

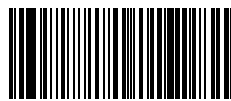


Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

AVISOS EM VERIFICAÇÃO



52101034115933129

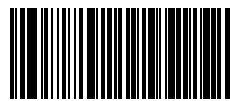


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 25 de Outubro de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 31/10/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: SAÚDE, EDUCAÇÃO E CONTROLE DE FROTAS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO-SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

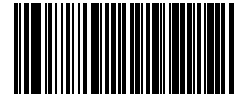
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



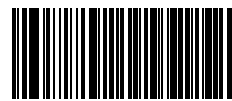
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	1.039.353,23
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	84.038,35
Receita de Servicos	221.610,00	158.401,87
Transferencias Correntes	16.701.651,51	17.738.984,69
Outras Receitas Correntes	736.735,99	60.950,47
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	19.088.165,10
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	14.454,50
Transferencias de Capital	0,00	28.571,00
Outras Receitas de Capital	0,00	3.008,45
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	46.033,95
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-2.569.840,55
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	16.564.358,50

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	9.859.235,50
Créditos Especiais	312.309,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.646.268,37
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	25.784.276,19
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	16.429.551,29
Liquidado	13.369.477,50



Pago	13.167.421,65
SALDO A LIQUIDAR	3.060.073,79
SALDO A PAGAR	202.055,85

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	208.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	7.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

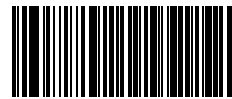
ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	5.124.411,94
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	2.677.665,27
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.646.268,37
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.646.268,37
Suplementações Orçamentárias entre entidades	714.258,02

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	8.507.427,02D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	21.392.541,74D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	494.301,59C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	6.222.334,15D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.835.531,26D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.320,00D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	2.075.242,08D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	402.553,30D
TRIBUTARIAS	0,00	158.357,39D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	73.738,64D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.201.823,84C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	158.700,76C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	212.569,40C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	16.867.976,47C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	3.604,34C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	67.948,48C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	60.113.827,48D



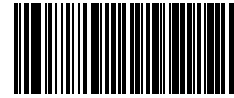
	Saldo Inicial	Saldo Final
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	60.113.827,48C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	14.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	23.249.684,40D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.059.374,49D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	5.048,10D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	14.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	23.249.684,40C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.059.374,49C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	5.048,10C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	4.547,03D	3.870,60D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	6.103.366,63D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.749.537,14D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	7.856.774,37D
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	4.880.038,66D	7.856.774,37D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92

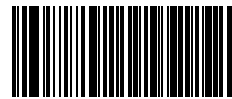


CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30
CONTAS DE RECEITA			
		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA			
		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA		18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

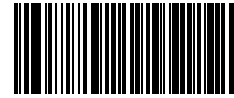
Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	26.334.392,94	23.357.657,23
Demais Contas	338.533.088,25	341.509.823,96
Totais	364.867.481,19	364.867.481,19
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		184.072

3. Índices Constitucionais

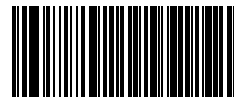
3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	72.863,49	0,00	72.863,49
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	30.360,09	0,00	30.360,09
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	18.215,80	0,00	18.215,80
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	2.279,18	0,00	2.279,18
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	949,65	0,00	949,65
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	569,81	0,00	569,81
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	8.232,75	0,00	8.232,75
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.430,37	0,00	3.430,37
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	2.058,15	0,00	2.058,15
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	86.109,01	0,00	86.109,01
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	35.880,17	0,00	35.880,17



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.525,93	0,00	21.525,93
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	250,56	0,00	250,56
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	104,97	0,00	104,97
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	62,06	0,00	62,06
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	11.655,60	0,00	11.655,60
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	4.857,71	0,00	4.857,71
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	2.912,87	0,00	2.912,87
11180114010000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	4.410,34	0,00	4.410,34
11180114020000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.839,15	0,00	1.839,15
11180114030000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.101,07	0,00	1.101,07
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	152.525,02	0,00	152.525,02
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	63.552,09	0,00	63.552,09
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	38.131,25	0,00	38.131,25
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	204.465,52	0,00	204.465,52
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	85.194,80	0,00	85.194,80
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	51.115,92	0,00	51.115,92
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	43,55	0,00	43,55
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	18,18	0,00	18,18
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	11,06	0,00	11,06
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.814.620,50	0,00	4.814.620,50
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.218,37	0,00	401.218,37
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.203.655,11	0,00	1.203.655,11
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.604.873,22	0,00	1.604.873,22
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	24.587,57	0,00	24.587,57
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.048,97	0,00	2.048,97
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6.146,90	0,00	6.146,90
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	8.195,78	0,00	8.195,78
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.467.004,80	0,00	2.467.004,80
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	205.583,74	0,00	205.583,74
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	616.751,22	0,00	616.751,22
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	822.335,00	0,00	822.335,00
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	204.099,25	0,00	204.099,25
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17.008,40	0,00	17.008,40
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	51.024,92	0,00	51.024,92
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	68.033,37	0,00	68.033,37
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	27.632,36	0,00	27.632,36
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.302,72	0,00	2.302,72



52101032143124978

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.908,10	0,00	6.908,10
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	9.210,85	0,00	9.210,85
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-122,70	0,00	-122,70
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51,22	0,00	-51,22
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30,65	0,00	-30,65
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL		13.827.160,70	0,00	13.827.160,70

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.456.790,18**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	226.311,90	0,00	226.311,90
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	728.055,10	0,00	728.055,10
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-10.219,93	0,00	-10.219,93
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.512.648,22	0,00	2.512.648,22
TOTAL II		3.456.795,29	0,00	3.456.795,29

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	950.002,28	0,00	950.002,28
31	Ensino Fundamental	1.660.182,97	0,00	1.660.182,97
31	Educação Infantil	277.824,84	0,00	277.824,84
SUBTOTAL I		2.888.010,09	0,00	2.888.010,09

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	3390302300000000 - Administração Geral	5.216,00	0,00	5.216,00
SUBTOTAL II		5.216,00	0,00	5.216,00
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		327.223,24	0,00	327.223,24
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		13.014,82	0,00	13.014,82
SUBTOTAL III		-340.238,06	0,00	-340.238,06

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) **18,39** **2.542.556,03**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00



52101032143124978

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.814.620,50	0,00	4.814.620,50
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.218,37	0,00	401.218,37
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.203.655,11	0,00	1.203.655,11
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.604.873,22	0,00	1.604.873,22
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	24.587,57	0,00	24.587,57
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.048,97	0,00	2.048,97
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6.146,90	0,00	6.146,90
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	8.195,78	0,00	8.195,78
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.467.004,80	0,00	2.467.004,80
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	205.583,74	0,00	205.583,74
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	616.751,22	0,00	616.751,22
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	822.335,00	0,00	822.335,00
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	204.099,25	0,00	204.099,25
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17.008,40	0,00	17.008,40
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	51.024,92	0,00	51.024,92
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	68.033,37	0,00	68.033,37
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	27.632,36	0,00	27.632,36
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.302,72	0,00	2.302,72
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.908,10	0,00	6.908,10
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	9.210,85	0,00	9.210,85
SUBTOTAL		12.563.241,15	0,00	12.563.241,15

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada

2.512.648,23

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.512.648,22	0,00	2.512.648,22
TOTAL II		2.512.648,22	0,00	2.512.648,22

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.660.182,97	0,00	1.660.182,97
31	Educação Infantil	277.824,84	0,00	277.824,84
SUBTOTAL I		1.938.007,81	0,00	1.938.007,81

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB

327.223,24

0,00

327.223,24

(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB

8.995,59

0,00

8.995,59

SUBTOTAL III

-336.218,83

0,00

-336.218,83

% de Aplicação

Valor Aplicado



52101032143124978

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB 12,75 1.601.788,98

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	8.995,59	0,00	8.995,59
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	2.839.871,46	0,00	2.839.871,46
Total		2.848.867,05	0,00	2.848.867,05
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				1.994.206,93

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.503.462,27	0,00	1.503.462,27
31	Educação Infantil	238.266,61	0,00	238.266,61
SUBTOTAL I		1.741.728,88	0,00	1.741.728,88
Despesas Não Computáveis				
Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
TOTAL III		1.741.728,88	0,00	1.741.728,88
% de Aplicação				61,14

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 4.848,16

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

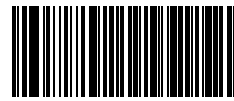
3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	72.863,49	0,00	72.863,49
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	30.360,09	0,00	30.360,09



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	18.215,80	0,00	18.215,80
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	2.279,18	0,00	2.279,18
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	949,65	0,00	949,65
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	569,81	0,00	569,81
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	8.232,75	0,00	8.232,75
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.430,37	0,00	3.430,37
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	2.058,15	0,00	2.058,15
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	86.109,01	0,00	86.109,01
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	35.880,17	0,00	35.880,17
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.525,93	0,00	21.525,93
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	250,56	0,00	250,56
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	104,97	0,00	104,97
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	62,06	0,00	62,06
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	11.655,60	0,00	11.655,60
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	4.857,71	0,00	4.857,71
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	2.912,87	0,00	2.912,87
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	4.410,34	0,00	4.410,34
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.839,15	0,00	1.839,15
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.101,07	0,00	1.101,07
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	152.525,02	0,00	152.525,02
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	63.552,09	0,00	63.552,09
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	38.131,25	0,00	38.131,25
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	204.465,52	0,00	204.465,52
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	85.194,80	0,00	85.194,80
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	51.115,92	0,00	51.115,92
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	43,55	0,00	43,55
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	18,18	0,00	18,18
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	11,06	0,00	11,06
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.814.620,50	0,00	4.814.620,50
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.218,37	0,00	401.218,37
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.203.655,11	0,00	1.203.655,11
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.604.873,22	0,00	1.604.873,22
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	24.587,57	0,00	24.587,57
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.048,97	0,00	2.048,97
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6.146,90	0,00	6.146,90
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	8.195,78	0,00	8.195,78
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.467.004,80	0,00	2.467.004,80
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	205.583,74	0,00	205.583,74
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	616.751,22	0,00	616.751,22
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	822.335,00	0,00	822.335,00
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	204.099,25	0,00	204.099,25
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17.008,40	0,00	17.008,40
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	51.024,92	0,00	51.024,92
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	68.033,37	0,00	68.033,37
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	27.632,36	0,00	27.632,36
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.302,72	0,00	2.302,72
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.908,10	0,00	6.908,10
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	9.210,85	0,00	9.210,85
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-122,70	0,00	-122,70
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51,22	0,00	-51,22
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30,65	0,00	-30,65
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL I		13.827.160,70	0,00	13.827.160,70

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.074.074,10**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

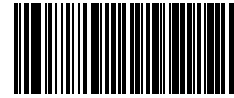
Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	135.778,76	0,00	135.778,76
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.944.421,99	0,00	1.944.421,99
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-6.130,88	0,00	-6.130,88
TOTAL II		2.074.069,87	0,00	2.074.069,87

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	3.448.024,54	0,00	3.448.024,54
SUBTOTAL I		3.448.024,54	0,00	3.448.024,54

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis



Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.422,90	0,00	1.422,90
SUBTOTAL III		1.422,90	0,00	1.422,90

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	24,93	3.446.601,64

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade RPO (Adesão à Ata de Registro de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 6,96%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	97,872% das 47 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 10/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 63,721%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 20,914%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 00000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	107	0	AVISO	Linha: 107 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	107	0	AVISO	Linha: 107 - Validação da conta 0000000006000417214 inconsistente para o código do banco 104
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 10/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

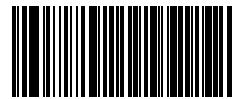
Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	04/03/2021	MURAL ROL ENTRADA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	04/03/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
2º Bimestre	Mural	06/05/2021	MURAL ROL ENTRADA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	06/05/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
3º Bimestre	Mural	09/07/2021	MURAL ROL ENTRADA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	09/07/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
4º Bimestre	Mural	10/09/2021	MURAL ROL ENTRADA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	14/09/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
5º Bimestre	Mural	10/11/2021	MURAL ROL ENTRADA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/11/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	29/01/2021	MURAL ROL ENTRADA PRFEITURA
1º Quadrimestre/2021	06/05/2021	MURAL ROL ENTRADA PREFEITURA
2º Quadrimestre/2021	10/09/2021	MURAL ROL ENTRADA PREFEITURA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp



Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	3.681.765,53
3º Bimestre	3.374.234,85	3.909.810,04
4º Bimestre	3.374.234,85	4.590.474,32
5º Bimestre	3.374.234,85	3.293.731,75
6º Bimestre	3.374.233,25	0,00
TOTAL	20.245.407,50	19.088.165,10
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	8.831,12
3º Bimestre	19.016,67	2.513,99
4º Bimestre	19.016,67	32.511,21
5º Bimestre	19.016,67	1.715,40
6º Bimestre	19.016,65	0,00
TOTAL	114.100,00	46.033,95
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	-510.229,57
3º Bimestre	-409.917,92	-533.471,73
4º Bimestre	-409.917,92	-545.503,29
5º Bimestre	-409.917,92	-415.522,21
6º Bimestre	-409.917,90	0,00
TOTAL	-2.459.507,50	-2.569.840,55
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	16.564.358,50

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

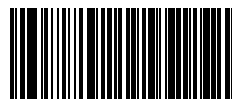
Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.



Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

EM VERIFICAÇÃO OS AVISOS



52101032143124978

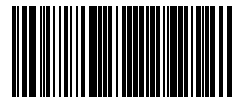


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 30 de Novembro de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108

Período: 01/01/2021 a 30/11/2021

Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL

Logradouro: Rua Augusta

nr: 460 compl:

Telefone: (51) 3679-1067

HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br

E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR

Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: saúde, educação controle de frotas
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO-SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

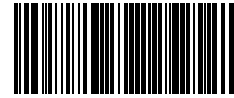
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	1.197.477,47
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	144.328,09
Receita de Servicos	221.610,00	165.400,38
Transferencias Correntes	16.701.651,51	20.075.753,76
Outras Receitas Correntes	736.735,99	60.950,47
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	21.650.346,66
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	15.702,98
Transferencias de Capital	0,00	28.571,00
Outras Receitas de Capital	0,00	8.462,40
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	52.736,38
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-2.925.204,56
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	18.777.878,48

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	10.942.734,50
Créditos Especiais	312.309,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.883.948,37
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	26.630.095,19
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	18.005.127,11
Liquidado	15.147.654,63



Pago	14.836.377,56
SALDO A LIQUIDAR	2.857.472,48
SALDO A PAGAR	311.277,07

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	208.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	7.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

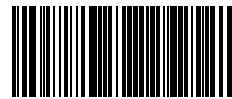
ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	5.364.411,94
Excesso de Arrecadação	8.940,96
Auxílios e Convênios	3.185.465,27
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.883.948,37
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.883.948,37
Suplementações Orçamentárias entre entidades	812.277,02

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	9.013.869,77D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	21.832.767,82D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	608.667,99C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.656.684,21C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	6.849.942,43D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	5.519.733,90D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.320,00D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	2.375.406,82D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	403.307,08D
TRIBUTARIAS	0,00	179.806,26D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	75.995,20D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.353.553,72C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	165.699,27C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	279.817,69C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	19.102.026,85C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	3.604,34C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	76.658,72C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	62.535.222,30D



	Saldo Inicial	Saldo Final
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	62.535.222,30C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	14.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	25.700.057,73D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.063.439,15D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	6.169,90D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	55.265,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	14.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	25.700.057,73C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.063.439,15C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	6.169,90C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	55.265,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	4.547,03D	4.292,53D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	6.576.400,49D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.779.907,30D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	8.360.600,32D
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	4.880.038,66D	8.360.600,32D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92



CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30
CONTAS DE RECEITA			
		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA			
		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA		18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	203.047,71	0,00	203.047,71
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	15.979,71	0,00	15.979,71
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	88.631,91	0,00	88.631,91
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	3.231,90	0,00	3.231,90
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	42.853,04	0,00	42.853,04
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	12.922,34	0,00	12.922,34
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	17.873,00	0,00	17.873,00
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	22.958,93	0,00	22.958,93
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	187.344,72	0,00	187.344,72
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	117.682,83	0,00	117.682,83
121219899011100	DILVANE CORREA DE LIMA - CERTIDAO 437/2019	712,96	0,00	712,96
121219899011200	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 391/2016	1.576,85	0,00	1.576,85
121219899011300	JONES MARTINS DE CARVALHO - CERTIDAO 956/2016	2.093,03	0,00	2.093,03
121219899011400	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 731/2017	1.925,58	0,00	1.925,58
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	106.005,41	0,00	106.005,41
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	15.960,61	0,00	15.960,61
121219899011700	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 645/2018	2.655,36	0,00	2.655,36
121219899011800	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 849/2018	1.616,60	0,00	1.616,60
121219899011900	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1638/2006	3.956,16	0,00	3.956,16
121219899012000	ELAINE OLIVEIRA PASSOS - CERTIDAO 433/2003	6.574,98	0,00	6.574,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		855.603,63	0,00	855.603,63

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	30.638.276,46	27.157.714,80
Demais Contas	372.996.742,39	376.477.304,05
Totais	403.635.018,85	403.635.018,85
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		204.568

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	80.458,65	0,00	80.458,65
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	33.524,76	0,00	33.524,76
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	20.114,61	0,00	20.114,61
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	2.279,18	0,00	2.279,18
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	949,65	0,00	949,65
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	569,81	0,00	569,81
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	9.162,26	0,00	9.162,26
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.817,67	0,00	3.817,67
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	2.290,53	0,00	2.290,53
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	87.143,04	0,00	87.143,04
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	36.311,08	0,00	36.311,08



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.784,40	0,00	21.784,40
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	326,20	0,00	326,20
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	136,60	0,00	136,60
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	80,91	0,00	80,91
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	12.240,63	0,00	12.240,63
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	5.101,60	0,00	5.101,60
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	3.059,03	0,00	3.059,03
11180114010000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	4.904,73	0,00	4.904,73
11180114020000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.045,23	0,00	2.045,23
11180114030000000000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.224,58	0,00	1.224,58
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	222.473,56	0,00	222.473,56
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	92.697,33	0,00	92.697,33
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	55.618,37	0,00	55.618,37
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	216.055,79	0,00	216.055,79
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	90.024,11	0,00	90.024,11
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	54.013,46	0,00	54.013,46
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	51,77	0,00	51,77
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	21,62	0,00	21,62
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	13,10	0,00	13,10
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.566.979,45	0,00	5.566.979,45
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	463.914,96	0,00	463.914,96
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.391.744,85	0,00	1.391.744,85
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.855.659,50	0,00	1.855.659,50
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	25.844,74	0,00	25.844,74
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.153,73	0,00	2.153,73
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6.461,19	0,00	6.461,19
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	8.614,82	0,00	8.614,82
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.770.707,56	0,00	2.770.707,56
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	230.892,29	0,00	230.892,29
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	692.676,90	0,00	692.676,90
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	923.569,25	0,00	923.569,25
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	205.652,94	0,00	205.652,94
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17.137,87	0,00	17.137,87
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	51.413,35	0,00	51.413,35
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	68.551,29	0,00	68.551,29
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	30.531,94	0,00	30.531,94
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.544,35	0,00	2.544,35



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.632,99	0,00	7.632,99
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	10.177,37	0,00	10.177,37
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-122,70	0,00	-122,70
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51,22	0,00	-51,22
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30,65	0,00	-30,65
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL		15.750.549,03	0,00	15.750.549,03

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.937.637,26**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	264.754,37	0,00	264.754,37
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	816.536,10	0,00	816.536,10
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-10.219,93	0,00	-10.219,93
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.866.572,23	0,00	2.866.572,23
TOTAL II		3.937.642,77	0,00	3.937.642,77

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	1.042.014,72	0,00	1.042.014,72
31	Ensino Fundamental	1.834.054,23	0,00	1.834.054,23
31	Educação Infantil	303.802,42	0,00	303.802,42
SUBTOTAL I		3.179.871,37	0,00	3.179.871,37

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	3390302300000000 - Administração Geral	5.216,00	0,00	5.216,00
SUBTOTAL II		5.216,00	0,00	5.216,00
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		321.466,64	0,00	321.466,64
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		23.655,76	0,00	23.655,76
SUBTOTAL III		-345.122,40	0,00	-345.122,40

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) **17,96** **2.829.532,97**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00



3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	5.566.979,45	0,00	5.566.979,45
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	463.914,96	0,00	463.914,96
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.391.744,85	0,00	1.391.744,85
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.855.659,50	0,00	1.855.659,50
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	25.844,74	0,00	25.844,74
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.153,73	0,00	2.153,73
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6.461,19	0,00	6.461,19
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	8.614,82	0,00	8.614,82
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.770.707,56	0,00	2.770.707,56
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	230.892,29	0,00	230.892,29
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	692.676,90	0,00	692.676,90
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	923.569,25	0,00	923.569,25
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	205.652,94	0,00	205.652,94
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17.137,87	0,00	17.137,87
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	51.413,35	0,00	51.413,35
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	68.551,29	0,00	68.551,29
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	30.531,94	0,00	30.531,94
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.544,35	0,00	2.544,35
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.632,99	0,00	7.632,99
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	10.177,37	0,00	10.177,37
SUBTOTAL		14.332.861,34	0,00	14.332.861,34

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.866.572,27**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.866.572,23	0,00	2.866.572,23
TOTAL II		2.866.572,23	0,00	2.866.572,23

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

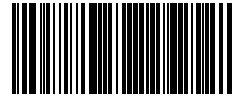
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.834.054,23	0,00	1.834.054,23
31	Educação Infantil	303.802,42	0,00	303.802,42
SUBTOTAL I		2.137.856,65	0,00	2.137.856,65

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
	(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	321.466,64	0,00	321.466,64
	(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	17.655,05	0,00	17.655,05
SUBTOTAL III		-339.121,69	0,00	-339.121,69

% de Aplicação

Valor Aplicado



62101032304448274

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB 12,55 1.798.734,96

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	17.655,05	0,00	17.655,05
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	3.188.038,87	0,00	3.188.038,87
Total		3.205.693,92	0,00	3.205.693,92

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB 2.243.985,74

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.653.528,93	0,00	1.653.528,93
31	Educação Infantil	262.076,95	0,00	262.076,95
SUBTOTAL I		1.915.605,88	0,00	1.915.605,88

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
TOTAL III		1.915.605,88	0,00	1.915.605,88

% de Aplicação 59,76

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 4.848,16

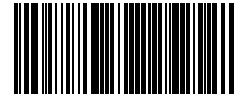
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

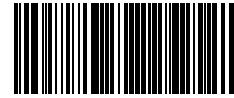
3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	80.458,65	0,00	80.458,65
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	33.524,76	0,00	33.524,76



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	20.114,61	0,00	20.114,61
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	2.279,18	0,00	2.279,18
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	949,65	0,00	949,65
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	569,81	0,00	569,81
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	9.162,26	0,00	9.162,26
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.817,67	0,00	3.817,67
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	2.290,53	0,00	2.290,53
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	87.143,04	0,00	87.143,04
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	36.311,08	0,00	36.311,08
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.784,40	0,00	21.784,40
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	326,20	0,00	326,20
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	136,60	0,00	136,60
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	80,91	0,00	80,91
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	12.240,63	0,00	12.240,63
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	5.101,60	0,00	5.101,60
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	3.059,03	0,00	3.059,03
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	4.904,73	0,00	4.904,73
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.045,23	0,00	2.045,23
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.224,58	0,00	1.224,58
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	222.473,56	0,00	222.473,56
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	92.697,33	0,00	92.697,33
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	55.618,37	0,00	55.618,37
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	216.055,79	0,00	216.055,79
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	90.024,11	0,00	90.024,11
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	54.013,46	0,00	54.013,46
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	51,77	0,00	51,77
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	21,62	0,00	21,62
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	13,10	0,00	13,10
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	5.566.979,45	0,00	5.566.979,45
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	463.914,96	0,00	463.914,96
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.391.744,85	0,00	1.391.744,85
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.855.659,50	0,00	1.855.659,50
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	25.844,74	0,00	25.844,74
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.153,73	0,00	2.153,73
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6.461,19	0,00	6.461,19
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	8.614,82	0,00	8.614,82
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.770.707,56	0,00	2.770.707,56
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	230.892,29	0,00	230.892,29
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	692.676,90	0,00	692.676,90
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	923.569,25	0,00	923.569,25
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	205.652,94	0,00	205.652,94
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	17.137,87	0,00	17.137,87
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	51.413,35	0,00	51.413,35
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	68.551,29	0,00	68.551,29
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	30.531,94	0,00	30.531,94
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.544,35	0,00	2.544,35
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.632,99	0,00	7.632,99
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	10.177,37	0,00	10.177,37
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-122,70	0,00	-122,70
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51,22	0,00	-51,22
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30,65	0,00	-30,65
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL I		15.750.549,03	0,00	15.750.549,03

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.362.582,35**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

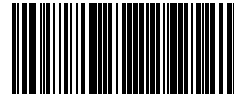
Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	158.843,64	0,00	158.843,64
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.209.865,02	0,00	2.209.865,02
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-6.130,88	0,00	-6.130,88
TOTAL II		2.362.577,78	0,00	2.362.577,78

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	3.783.554,22	0,00	3.783.554,22
SUBTOTAL I		3.783.554,22	0,00	3.783.554,22

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 11/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	3.681.765,53
3º Bimestre	3.374.234,85	3.909.810,04
4º Bimestre	3.374.234,85	4.590.474,32
5º Bimestre	3.374.234,85	3.293.731,75
6º Bimestre	3.374.233,25	2.562.181,56
TOTAL	20.245.407,50	21.650.346,66
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	8.831,12
3º Bimestre	19.016,67	2.513,99
4º Bimestre	19.016,67	32.511,21
5º Bimestre	19.016,67	1.715,40
6º Bimestre	19.016,65	6.702,43
TOTAL	114.100,00	52.736,38



62101032304448274



RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		
	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	-510.229,57
3º Bimestre	-409.917,92	-533.471,73
4º Bimestre	-409.917,92	-545.503,29
5º Bimestre	-409.917,92	-415.522,21
6º Bimestre	-409.917,90	-355.364,01
TOTAL	-2.459.507,50	-2.925.204,56
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	18.777.878,48

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

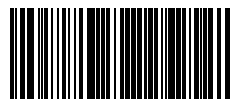
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

EM VERIFICAÇÃO



62101032304448274



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 16 de Dezembro de 2021

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021

PM DE SENTINELA DO SUL

2º Semestre



62102110329947160



21.0.1.3

14/02/2022

10:32:15

Pág.: 1/3

Nome da Entidade: PM DE SENTINELA DO SUL

CNPJ: 94068277000108

ORGÃO Nº: 81400

Cód. Barras do RVE Vinculado: 62101110329947160

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	21.681.888,70
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	21.381.888,70
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	21.381.888,70

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	8.277.249,16	38,71%
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60%
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30%
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00%

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00%
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00%
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00%

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80%
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00%

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40%
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00%
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30%
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00%

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art. 55

Valores expressos em reais

CNPJ: 94068277000108



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021

PM DE SENTINELA DO SUL

2º Semestre



62102110329947160



21.0.1.3

14/02/2022

10:32:15

Pág.: 2/3

Entidade: PM DE SENTINELA DO SUL

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	51.655,57	720,00
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	2.102,20	529.635,22
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	0,00	647.289,83
40	ASPS - Acoes de Servicos Publicos de Saude	2.914,20	10.668,82
4011	Atencao Basica - PIES / Nucleo de Apoio a Atencao Basica - NAAB / Oficinas Terap	0,00	3.940,00
4297	Custeio (medicamentos, exames e/ou consultas especializadas)	15.533,96	0,00
SUBTOTAL		72.205,93	1.192.253,87
TOTAL			1.264.459,80

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DO EXERCÍCIO ATUAL	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00		0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Total Ex Anterior + Ex Atual 0,00



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021

PM DE SENTINELA DO SUL

2º Semestre



62102110329947160



21.0.1.3

14/02/2022

10:32:15

Pág.: 3/3

SENTINELA DO SUL, 14 de Fevereiro de 2022 .

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO GONÇALVES
Responsável pela Administração Financeira

JOSE MARCIO BOEIRA DE SOUZA
Responsável pelo Controle Interno



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 2º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



52104113409476769

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/02/2022

14:46:56

3.0.1.5

Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE SENTINELA DO SUL

CNPJ: 94068277000108

ORGÃO N°: 81400

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 62102110329947160 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Não

Possui RPPS? Não

Lei de Instituição do Controle Interno: 1002

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 28/05/2009

(Não houve alteração da Lei de Instituição do Controle Interno)

Norma que aprovou o Regimento Interno do Controle Interno: Decreto 682/2011

Decreto que regulamentou a Lei de Instituição do Controle Interno: 682/2011

Forma de Estruturação do Controle Interno:

O SCI funciona sob a forma de Comissão, composta por servidores das principais áreas do Município, abrangendo o Poder Executivo e o Poder Legislativo

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
92522343068	Jose Marcio Boeira de Souza	Presidente	josemarcioboeira@gmail.com	(51) 99965-3307

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Rol de Entrada da Prefeitura dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo não colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2021, detalhando, pelo



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 2º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



52104113409476769

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/02/2022

14:46:56

3.0.1.5

Pág.: 2/6

menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Semestre de 2021 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 2º Semestre de 2021 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 2º Semestre de 2021 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 2º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



52104113409476769

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/02/2022

14:46:56

3.0.1.5

Pág.: 3/6

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2021, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2021.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2021.

Não foram inseridas observações para este item.

19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.

22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 2º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



52104113409476769

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/02/2022

14:46:56

3.0.1.5

Pág.: 4/6

23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município não paga complementação de aposentadorias.

Não foram inseridas observações para este item.

24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2021.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações não foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em desatendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

27 - Controle Interno

Parte dos servidores lotados na Unidade Central de Controle Interno exercem suas atividades exclusivamente para o Controle Interno.

Observações: O servidor do controle interno José Márcio Boeira de Souza, exerce suas atividades parcialmente, em períodos que a Contadora Eloísa Oliveira da Silveira, podendo substituí-la em momentos do gozo das suas férias, como Contador Interino. Também exerce as funções de Prestador de Contas de acordo com a portaria nº 268/2017, de acordo com a portaria nº 094/2018 COPERC, Comissão de Inventário Anual de Almoxarifado nº 269/2020.

A Lei Orçamentária Anual estabeleceu a previsão de recursos específicos para as atividades pertinentes ao Sistema de Controle Interno.

Os recursos destinados à atividade do Sistema de Controle Interno foram efetivamente aplicados na unidade.

Não foram inseridas observações para este item.

A Administração Municipal adotou providências tendentes à correção das inconformidades apontadas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela Unidade Central de Controle Interno.

Não foram inseridas observações para este item.

A Administração Municipal adotou providências para regularização das irregularidades e responsabilização dos agentes que agiram em infringência às legislações válidas para a Administração Pública do município.

Observações: As recomendações em questão foram inerentes à índices que a municipalidade apresentava os quais precisavam melho-



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 2º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



52104113409476769

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/02/2022

14:46:56

3.0.1.5

Pág.: 5/6

rar, sob pena de apontamento futuro; E outras inerentes á questões preventivas;

Não há previsão em lei municipal que os órgãos e entidades da Administração Municipal, direta e indireta, além do Poder Legislativo, submetem-se à fiscalização da UCCI - inciso I do art. 3º da Resolução TCE/RS n 936/2012.

Não há previsão em lei municipal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado - alínea 'h' do inciso II do art. 4º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Não foram inseridas observações para este item.

Não há previsão em lei municipal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas - alínea 'c' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Não há indicação em lei municipal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao Tribunal de Contas das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal e alínea 'd' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Não foram inseridas observações para este item.

Não há previsão em lei municipal e/ou em normativas próprias, de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário - inciso II do parágrafo único do art. 6º da Resolução 936/2012.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Período: 2º Semestre
PM DE SENTINELA DO SUL



52104113409476769

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.1.5

23/02/2022

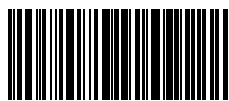
14:46:56

Pág.: 6/6

PM DE SENTINELA DO SUL, 23/02/2022

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal

Jose Marcio Boeira de Souza
Responsável pelo Controle Interno



62110110329947160

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	24.547.387,78
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	1.519.080,21
IMPOSTOS	1.229.293,95
TAXAS	55.837,97
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	233.948,29
CONTRIBUICOES	6.436,49
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	6.436,49
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	176.762,71
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	176.762,71
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	538.478,93
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	336.176,02
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	186.053,72
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS OBTIDOS	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	16.249,19
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	22.219.076,86
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	80.000,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	22.138.733,20
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	343,66
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.604,34
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	3.604,34
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	83.948,24
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	83.948,24
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	18.988.619,15
PESSOAL E ENCARGOS	8.283.760,85
REMUNERACAO A PESSOAL	6.652.786,73
ENCARGOS PATRONAIS	1.292.388,19
BENEFICIOS A PESSOAL	338.585,93
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00



62110110329947160

14 / 02 / 2022 -
10 : 32 : 15

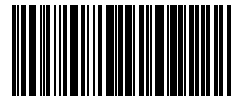
Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Valor
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00
PENSOES	0,00
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	6.740.725,62
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.860.727,94
SERVICOS	3.879.997,68
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.320,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2.320,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	2.670.037,70
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	597.010,53
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.073.027,17
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	991.157,05
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	587.800,00
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	403.357,05
TRIBUTARIAS	220.644,82
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	220.644,82
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	79.973,11
PREMIACOES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	79.973,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.558.768,63



62110110329947160

14 / 02 / 2022 -
10 : 32 : 15

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108 01/01/2021 a 31/12/2021

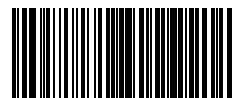
b. Notas Explicativas

Demonstra as variações aumentativas ou diminutivas dos registros da contabilidade neste exercício

SENTINELA DO SUL , 14 de Fevereiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - José Flávio Raphaelli Trescastro - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentosELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
ContabilistaJOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068277000108
 Período: 01/01/2021 a 31/12/2021
 Prefeitura: PM DE SENTINELA DO SUL
 Logradouro: Rua Augusta
 HomePage: www.sentineladosul.rs.gov.br
 Prefeito Municipal: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
 Contabilista: ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Tipo de entrega: Semestral
 nr: 460 compl: Telefone: (51) 3679-1067
 E-Mail: GABINETE@SENTSUL.COM.BR
 Número do CRC: 39488

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
 Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL LTDA
 CNPJ: 04311157000199
 Responsável: Rapaél sebben

Telefone: (51)21182200
 E-Mail: rafael@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
 Financeiro
 Patrimonial
 Pessoal
 Orçamentário
 Tributário
 Folha de Pagamento
 Outros
 Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSÓRCIO CENTRO-SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

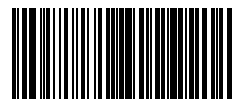
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



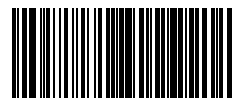
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	1.371.178,83
Contribuicoes	0,00	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	190.081,72
Receita de Servicos	221.610,00	174.315,32
Transferencias Correntes	16.701.651,51	23.122.099,94
Outras Receitas Correntes	736.735,99	60.950,47
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	20.245.407,50	24.925.062,77
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	100,00	0,00
Amortizacao de Emprestimos	114.000,00	16.249,19
Transferencias de Capital	0,00	128.571,00
Outras Receitas de Capital	0,00	10.379,07
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	114.100,00	155.199,26
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.459.507,50	-3.243.253,58
TOTAL DAS RECEITAS	17.900.000,00	21.837.008,45

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	17.259.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	13.108.245,61
Créditos Especiais	312.309,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	3.061.753,50
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	27.617.801,17
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	19.989.645,33
Liquidado	18.798.111,46



Pago	18.729.290,35
SALDO A LIQUIDAR	1.191.533,87
SALDO A PAGAR	68.821,11

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	216.352,89
Liquidado	215.632,89
Pago	212.248,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	720,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	3.384,82

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

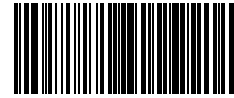
ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	5.364.411,94
Excesso de Arrecadação	217.230,96
Auxílios e Convênios	4.337.158,27
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	3.061.753,50
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	3.061.753,50
Suplementações Orçamentárias entre entidades	440.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	5.513.913,15D	8.080.611,20D
ATIVO NAO CIRCULANTE	19.388.491,44D	22.439.272,03D
PASSIVO CIRCULANTE	245.720,38C	172.314,20C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	24.656.684,21C	24.788.800,40C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	8.283.760,85D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	6.740.725,62D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.320,00D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	2.670.037,70D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	991.157,05D
TRIBUTARIAS	0,00	220.644,82D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	79.973,11D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.519.080,21C
CONTRIBUICOES	0,00	6.436,49C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	176.762,71C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	538.478,93C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	22.219.076,86C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	3.604,34C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	83.948,24C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	65.507.446,50D



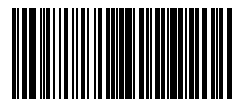
	Saldo Inicial	Saldo Final
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69D	67.003,69D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	65.507.446,50C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	67.003,69C	67.003,69C
ATOS POTENCIAIS	7.752,80D	14.752,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37D	29.134.666,47D
DIVIDA ATIVA	868.135,00D	1.067.606,56D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	6.730,80D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30D	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.752,80C	14.752,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.899.049,37C	29.134.666,47C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	868.135,00C	1.067.606,56C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	6.730,80C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	55.265,30C	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	4.547,03D	2.771,25D
Bancos Conta Movimento	3.567.480,79D	5.679.036,90D
Bancos Conta Aplicação	1.308.010,84D	1.810.296,49D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	4.880.038,66D	7.492.104,64D
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	4.880.038,66D	7.492.104,64D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.638.704,55	2.312.247,61	1.755.412,91
2º Bimestre	3.354.932,03	2.719.491,41	2.902.909,92



CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
3º Bimestre	2.439.341,30	2.727.167,49	2.839.813,06
4º Bimestre	3.007.470,09	2.833.638,41	2.608.308,68
5º Bimestre	2.799.557,45	3.163.808,36	3.467.288,43
6º Bimestre	1.469.571,75	3.952.503,89	4.072.225,30
CONTAS DE RECEITA			
		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		23.126.856,33	21.553.125,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		98.758,64	535.336,02
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA			
		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-4.289.140,00	-2.706.028,57
TOTAL CONTAS DE RECEITA		18.936.474,97	19.382.433,38

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010100	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1639/2006	255.880,45	0,00	255.880,45
121219899010200	ELENILTON DE LIMA SOUZA - CERTIDAO 1822/2006	20.139,44	0,00	20.139,44
121219899010300	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 524/2007	111.798,00	0,00	111.798,00
121219899010400	JOSE ALVACI DA SILVA E SOUZA - CERTIDAO 937/2007	4.078,61	0,00	4.078,61
121219899010500	NILSON OLI MOREIRA BARBOSA - CERTIDAO 1572/2006	53.998,46	0,00	53.998,46
121219899010600	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 895/2006	16.280,32	0,00	16.280,32
121219899010700	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 2033/2006	22.529,72	0,00	22.529,72
121219899010800	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 893/2006	28.924,99	0,00	28.924,99
121219899010900	LUZARDO PACHECO AIBAR - CERTIDAO 363/199	234.651,71	0,00	234.651,71
121219899011000	OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA - CERTIDAO 411/2002	147.774,09	0,00	147.774,09
121219899011500	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 850/2018	142.501,14	0,00	142.501,14
121219899011600	JULIO CESAR CARVALHO - CERTIDAO 646/2018	21.408,19	0,00	21.408,19
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		1.059.965,12	0,00	1.059.965,12

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00



62101110329947160

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

EM EXECUÇÃO

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	36.748.043,66	34.135.977,68
Demais Contas	744.906.997,48	747.519.063,46
Totais	781.655.041,14	781.655.041,14
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		233.118

3. Índices Constitucionais

3.1 Cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira referente aos RPNP do exercício para fins do Gasto Constitucional com Educação

3.1.1 Identificação dos restos a pagar para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	2.102,20	0,00	2.102,20
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		2.102,20	0,00	2.102,20

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00

3.1.2 Disponibilidade Financeira e Saldo Disponível para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

Disponibilidade Financeira - Exercício Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	607.835,77	0,00	607.835,77
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	839.524,93	0,00	839.524,93
SUBTOTAL		1.447.360,70	0,00	1.447.360,70

Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira - Exercício

Cód. Conta	Descrição	Disponibilidade Financeira	Restos a Pagar	Saldo Disponível
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	607.835,77	2.102,20	605.733,57
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	839.524,93	0,00	839.524,93
SUBTOTAL		1.447.360,70	2.102,20	1.445.258,50



62101110329947160

3.1.3 Identificação dos RPNP do exercício e Verificação Suficiência/Insuficiência Financeira

RPNP - Ex. Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	529.635,22	0,00	529.635,22
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	640.169,83	7.120,00	647.289,83
SUBTOTAL		1.169.805,05	7.120,00	1.176.925,05

RPNP - Ex. Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	529.635,22	605.733,57	0,00
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	647.289,83	839.524,93	0,00
SUBTOTAL		1.176.925,05	1.445.258,50	0,00

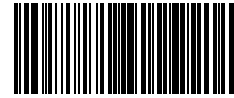
Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	0,00	839.524,93	0,00
SUBTOTAL		0,00	839.524,93	0,00

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	95.314,64	0,00	95.314,64
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	39.714,75	0,00	39.714,75
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - ASPS	23.828,62	0,00	23.828,62
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	3.133,93	0,00	3.133,93
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	1.305,80	0,00	1.305,80
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	783,50	0,00	783,50
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	17.088,72	0,00	17.088,72
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	7.120,40	0,00	7.120,40
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	4.272,14	0,00	4.272,14
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	88.112,94	0,00	88.112,94
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	36.715,23	0,00	36.715,23
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	22.026,89	0,00	22.026,89
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	404,68	0,00	404,68



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	169,34	0,00	169,34
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	100,49	0,00	100,49
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	12.536,40	0,00	12.536,40
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	5.224,89	0,00	5.224,89
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	3.132,90	0,00	3.132,90
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	4.988,35	0,00	4.988,35
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.080,06	0,00	2.080,06
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.245,48	0,00	1.245,48
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	242.721,28	0,00	242.721,28
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	101.133,88	0,00	101.133,88
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	60.680,30	0,00	60.680,30
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	270.339,52	0,00	270.339,52
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	112.642,54	0,00	112.642,54
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	67.584,22	0,00	67.584,22
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	86,09	0,00	86,09
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	36,07	0,00	36,07
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	21,54	0,00	21,54
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	6.191.996,41	0,00	6.191.996,41
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,70	0,00	515.999,70
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,08	0,00	1.547.999,08
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,46	0,00	2.063.998,46
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	271.402,75	0,00	271.402,75
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	113.084,48	0,00	113.084,48
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	67.850,69	0,00	67.850,69
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	27.086,47	0,00	27.086,47
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.257,21	0,00	2.257,21
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6.771,63	0,00	6.771,63
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	9.028,71	0,00	9.028,71
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	3.055.462,81	0,00	3.055.462,81
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	280.751,27	0,00	280.751,27
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	767.273,88	0,00	767.273,88
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.011.671,29	0,00	1.011.671,29
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	266.565,83	0,00	266.565,83
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	22.213,93	0,00	22.213,93
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	66.641,57	0,00	66.641,57



62101110329947160

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	88.855,60	0,00	88.855,60
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	33.201,40	0,00	33.201,40
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.766,80	0,00	2.766,80
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.300,36	0,00	8.300,36
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.067,19	0,00	11.067,19
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-122,70	0,00	-122,70
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51,22	0,00	-51,22
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30,65	0,00	-30,65
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL		18.015.986,54	0,00	18.015.986,54

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada 4.503.996,64

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	306.267,68	0,00	306.267,68
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.036.966,29	0,00	1.036.966,29
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-10.219,93	0,00	-10.219,93
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.184.621,25	0,00	3.184.621,25
TOTAL II		4.517.635,29	0,00	4.517.635,29

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ADMINISTRACAO GERAL	1.720.408,38	0,00	1.720.408,38
31	ENSINO FUNDAMENTAL	3.116.878,74	0,00	3.116.878,74
31	EDUCACAO INFANTIL	389.907,89	0,00	389.907,89
SUBTOTAL I		5.227.195,01	0,00	5.227.195,01

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	3390302300000000 - Administração Geral	5.216,00	0,00	5.216,00
SUBTOTAL II		5.216,00	0,00	5.216,00

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	0,00
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	0,00
SUBTOTAL III		0,00

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.



(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	334.134,85	0,00	334.134,85
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	31.535,38	0,00	31.535,38
SUBTOTAL IV	-365.670,23	0,00	-365.670,23

TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	26,96		4.856.308,78
-------------------------------------------------------------------	--------------	--	---------------------

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	6.191.996,41	0,00	6.191.996,41
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,70	0,00	515.999,70
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,08	0,00	1.547.999,08
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,46	0,00	2.063.998,46
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	27.086,47	0,00	27.086,47
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.257,21	0,00	2.257,21
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6.771,63	0,00	6.771,63
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	9.028,71	0,00	9.028,71
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	3.055.462,81	0,00	3.055.462,81
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	280.751,27	0,00	280.751,27
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	767.273,88	0,00	767.273,88
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.011.671,29	0,00	1.011.671,29
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	266.565,83	0,00	266.565,83
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	22.213,93	0,00	22.213,93
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	66.641,57	0,00	66.641,57
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	88.855,60	0,00	88.855,60
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	33.201,40	0,00	33.201,40
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.766,80	0,00	2.766,80
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.300,36	0,00	8.300,36
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.067,19	0,00	11.067,19
SUBTOTAL		15.979.909,60	0,00	15.979.909,60

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **3.195.981,92**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.184.621,25	0,00	3.184.621,25
TOTAL II		3.184.621,25	0,00	3.184.621,25

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	3.116.878,74	0,00	3.116.878,74



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	EDUCACAO INFANTIL	389.907,89	0,00	389.907,89
SUBTOTAL I		3.506.786,63	0,00	3.506.786,63

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	0,00
SUBTOTAL III		0,00

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	334.134,85	0,00	334.134,85
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	23.748,43	0,00	23.748,43
SUBTOTAL IV	-357.883,28	0,00	-357.883,28

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	19,71	3.148.903,35

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	23.748,43	0,00	23.748,43
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	3.518.756,10	0,00	3.518.756,10
Total		3.542.504,53	0,00	3.542.504,53
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				2.479.753,17

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.054.497,66	141.683,64	2.196.181,30
31	Educação Infantil	311.423,17	25.516,64	336.939,81
SUBTOTAL I		2.365.920,83	167.200,28	2.533.121,11

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituído pela EC no 53/2006)	0,00
SUBTOTAL III		0,00

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.



62101110329947160

TOTAL	2.365.920,83	167.200,28	2.533.121,11
% de Aplicação			71,51

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	240,38	0,00	240,38
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	96.722,82	0,00	96.722,82
TOTAL	96.963,20	0,00	96.963,20

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **4.848,16**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.4 Justificativa de Seleção/Ajustes nas Contas da Educação e FUNDEB

Nome da Planilha: Cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira referente aos RPNP do exercício para fins do Gasto Constitucional com Educação

Justificativa: Empenhos:4034/3062/3804/3966e4055 de 2021,em verificação que por alguma razão o sistema não estava buscando para computar nos percentuais da educação.

Nome da Planilha: Cálculo da proporção de 70% dest. ao pagam. Profissionais do Magistério

Justificativa: Empenhos:3913 /4088 e 4117 que são de folha de pagamento de profissionais do magistério(professores do ensino infantil),estamos verificando que se por não estar com a característica peculiar ,o sistema não buscou essa informação.E da mesma forma os empenhos:2126/2153/3674/3701/3914/4089 e 4118(professores do ensino fundamental)também em verificação ,para se saber a razão de não haver buscado para o cálculo.

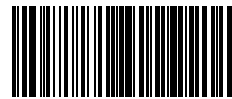
3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	95.314,64	0,00	95.314,64
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	39.714,75	0,00	39.714,75
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	23.828,62	0,00	23.828,62
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	3.133,93	0,00	3.133,93
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	1.305,80	0,00	1.305,80
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	783,50	0,00	783,50
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	17.088,72	0,00	17.088,72
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	7.120,40	0,00	7.120,40
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	4.272,14	0,00	4.272,14
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	88.112,94	0,00	88.112,94
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	36.715,23	0,00	36.715,23
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	22.026,89	0,00	22.026,89
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	404,68	0,00	404,68



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	169,34	0,00	169,34
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	100,49	0,00	100,49
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	12.536,40	0,00	12.536,40
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	5.224,89	0,00	5.224,89
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	3.132,90	0,00	3.132,90
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	4.988,35	0,00	4.988,35
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.080,06	0,00	2.080,06
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.245,48	0,00	1.245,48
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	242.721,28	0,00	242.721,28
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	101.133,88	0,00	101.133,88
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	60.680,30	0,00	60.680,30
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	270.339,52	0,00	270.339,52
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	112.642,54	0,00	112.642,54
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	67.584,22	0,00	67.584,22
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	86,09	0,00	86,09
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	36,07	0,00	36,07
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	21,54	0,00	21,54
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	243,49	0,00	243,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	101,55	0,00	101,55
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	60,80	0,00	60,80
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	55,58	0,00	55,58
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	23,17	0,00	23,17
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	14,04	0,00	14,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	6.191.996,41	0,00	6.191.996,41
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,70	0,00	515.999,70
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,08	0,00	1.547.999,08
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,46	0,00	2.063.998,46
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	271.402,75	0,00	271.402,75
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	113.084,48	0,00	113.084,48
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	67.850,69	0,00	67.850,69
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	27.086,47	0,00	27.086,47
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.257,21	0,00	2.257,21
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6.771,63	0,00	6.771,63
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	9.028,71	0,00	9.028,71
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	3.055.462,81	0,00	3.055.462,81
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	280.751,27	0,00	280.751,27
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	767.273,88	0,00	767.273,88
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.011.671,29	0,00	1.011.671,29
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	266.565,83	0,00	266.565,83
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	22.213,93	0,00	22.213,93
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	66.641,57	0,00	66.641,57



62101110329947160

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	88.855,60	0,00	88.855,60
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PROPRIO	33.201,40	0,00	33.201,40
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.766,80	0,00	2.766,80
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.300,36	0,00	8.300,36
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.067,19	0,00	11.067,19
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-22.206,96	0,00	-22.206,96
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-9.253,57	0,00	-9.253,57
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-5.551,15	0,00	-5.551,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-122,70	0,00	-122,70
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51,22	0,00	-51,22
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30,65	0,00	-30,65
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-1.320,00	0,00	-1.320,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-550,00	0,00	-550,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-330,00	0,00	-330,00
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-876,33	0,00	-876,33
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-365,14	0,00	-365,14
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-219,08	0,00	-219,08
SUBTOTAL I		18.015.986,54	0,00	18.015.986,54
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				2.702.397,98

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	183.750,92	0,00	183.750,92
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.524.772,95	0,00	2.524.772,95
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-6.130,88	0,00	-6.130,88
TOTAL II		2.702.392,99	0,00	2.702.392,99

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	3.779.391,31	0,00	3.779.391,31
SUBTOTAL I		3.779.391,31	0,00	3.779.391,31

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS

		6.247,31	0,00	6.247,31
SUBTOTAL III		6.247,31	0,00	6.247,31

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	20,94	3.773.144,00

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde



Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.7.1 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000000000	RECEITAS CORRENTES	24.925.062,77	0,00	24.925.062,77
20000000000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	155.199,26	0,00	155.199,26
91000000000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.243.116,86	0,00	-3.243.116,86
92000000000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS DE CAPITAL	-136,72	0,00	-136,72
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
13210011010301000000	Remuner. Dep. Ban.Inc.Fin.APS	12.984,45	0,00	12.984,45
13210011010304000000	Remun. Dep. Ban. FARMACIA BASICA Estado	1.046,25	0,00	1.046,25
13210011010308000000	Remun. Dep. Ban. PIM	286,44	0,00	286,44
13210011010318000000	Remun.Dep.Banc. PIES	1.739,82	0,00	1.739,82
13210011010322000000	Remun. Dep. Ban.NAAB	5.623,03	0,00	5.623,03
13210011010325000000	Rem Dep. Ban. Aquisicao de Fraldas	2,99	0,00	2,99
13210011010330000000	Remu.Dep.Banc. Vig.em Saude	0,02	0,00	0,02
13210011010332000000	Remu.Dep.Banc.FNS BLMAC	15,31	0,00	15,31
13210011010333000000	Remun.Dep.Banc. HIPERTENSAO ARTERIAL E DIABETICOS	0,76	0,00	0,76
13210011010334000000	Remun.Dep.Banc.PISO DE ATENCAO BASICA	6,23	0,00	6,23
13210011010335000000	Remun.Dep.Banc.Port.SES/RS 256/2021	1.428,55	0,00	1.428,55
13210011010336000000	Remun. Dep. Ban. ESF Estado	123,59	0,00	123,59
13210011010337000000	Remun.Dep.Banc.Aquis Fraldas	161,77	0,00	161,77
13210011010338000000	Remun.Dep.Banc.Port SES/RS 319/2021	1.967,66	0,00	1.967,66
13210011010339000000	Remun.Dep.Banc.Transf. Consorcio	308,05	0,00	308,05
13210011010340000000	Remun.Dep.Banc Rede Bem Cuidar RS	466,65	0,00	466,65
13210011010701000000	Rem. Dep. Banc. PTMC	16,76	0,00	16,76
13210011010706000000	Remu.Dep.Banc. COVID no SUAS EPI	1,28	0,00	1,28
13210011010708000000	Remun.Dep.Banc. BL GSUAS FNAS	61,40	0,00	61,40
13210011010709000000	Remun.Dep.Banc.BL GBF FNAS	210,49	0,00	210,49
13210011010710000000	Remun.Dep.Banc. DBPC ESCOLA	16,07	0,00	16,07
13210011010711000000	Remun.Dep.Banc.BL PSB FNAS	3.293,95	0,00	3.293,95
13210011010801000000	Rem. Dep. Banc. Salario Educacao	5.876,82	0,00	5.876,82
13210011010802000000	Rem. Dep. Banc. PNATE	2.545,31	0,00	2.545,31
13210011010803000000	Remun. Dep. Banc. PNAE	1.160,81	0,00	1.160,81
13210011010804000000	Remu.Dep.Banc. Brasil Carinhoso	10,94	0,00	10,94
13210011010805000000	Remun.Dep.Banc.AFB MP 815/2017	0,30	0,00	0,30
13210011010806000000	Remun.Dep.Banc.PDDE (A/C DE 2010)	14,28	0,00	14,28
13210011010807000000	Remun.Dep.Banc. SAL. EDUCACAO	3,99	0,00	3,99
13210011010900000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia Social do Servidor - Principal	57,21	0,00	57,21
17180311010000000000	Incremento ao PAB	200.000,00	0,00	200.000,00
17180311090000000000	FMS SUS CUSTEIO-APOIO IMPL.REDE CEGONHA	654,32	0,00	654,32
17180311130000000000	Incentivo Financeiro da APS	348.013,99	0,00	348.013,99
17180311140000000000	Incentivo Financeiro p/Implem.Acoes Prog.Saude na Escola(PSE)	9.346,40	0,00	9.346,40
17180311150000000000	Registra o somatorio da movimentacao financeira das contas existntes na instituicao financeira Banco do Brasil	40.000,00	0,00	40.000,00
17180311170000000000	Port GM/MS 731/2021 - COVID-19	8.008,50	0,00	8.008,50
17180311180000000000	Port GM/MS 894/2021 - COVID-19 Inc. I	10.492,28	0,00	10.492,28



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180311190000000000	Port GM/MS 894/2021 - COVID-19 Inc. II	5.391,76	0,00	5.391,76
17180311200000000000	Port GM/MS 894/2021 - COVID-19 Inc. III	12.806,74	0,00	12.806,74
17180311210000000000	PROGRAMA DE INFORMATIZACAO DA APS	10.000,00	0,00	10.000,00
17180331000000000000	Transferencia de Recursos do SUS - Vigilancia em Saude - Principal	27.948,34	0,00	27.948,34
17180341010000000000	Programa Assist Farmaceutica Basica	33.207,00	0,00	33.207,00
17180511000000000000	Transferencias do Salario-Educao - Principal	214.659,19	0,00	214.659,19
17180531000000000000	Transferencias Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentacao Escolar - PNAE - Principal	48.444,00	0,00	48.444,00
17180541000000000000	Transferencias Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	67.979,78	0,00	67.979,78
17181211050000000000	Piso de Transicao de Media Complexidade	1.007,74	0,00	1.007,74
17181211150000000000	PBF Piso Basico Fixo	32.338,12	0,00	32.338,12
17181211160000000000	SCFV Servicos de Convivencia e Fortalecimento de Vinculos	41.547,18	0,00	41.547,18
17181211170000000000	Bolsa Familia	15.730,00	0,00	15.730,00
17181211180000000000	IGD - SUAS	3.396,00	0,00	3.396,00
17280311010000000000	Qualificacao da Atencao Basica (PIES)	338.291,83	0,00	338.291,83
17280311020000000000	NAAB - Nucleos de Apoio a Atencao Basica	32.000,00	0,00	32.000,00
17280311030000000000	Incentivo a Assistencia Farmaceutica Basica	31.927,26	0,00	31.927,26
17280311060000000000	Aquisicao e Dispencao de Fraldas	22.555,00	0,00	22.555,00
17280311120000000000	PORT.SES/RS256/2021-SRAG-COVID-19-SIND.RES.AGUDA GRAVE	90.909,09	0,00	90.909,09
17280311130000000000	NAAB - Nucleos de Apoio a Atencao Basica	208.000,00	0,00	208.000,00
17280311140000000000	ESF Estado	32.000,00	0,00	32.000,00
17280311150000000000	Port SES/RS 319/2021	100.000,00	0,00	100.000,00
17280311160000000000	PIAPS - Componente Qualificacao da APS / RBC-RS	30.000,00	0,00	30.000,00
17280311170000000000	PIAPS - Componente Sociodemografico	36.534,34	0,00	36.534,34
17280311180000000000	PIAPS - Componente Incentivo a APS (ESF,EAP,ESB)	13.075,41	0,00	13.075,41
17280311190000000000	Farmacia Cuidar + FME Porte I	35.000,00	0,00	35.000,00
17281021010000000000	Transferencias de Convenios para o Transporte Escolar - Principal	229.418,09	0,00	229.418,09
24281091010000000000	Consulta Popular 2020/2021	28.571,00	0,00	28.571,00
TOTAL		19.438.323,91	0,00	19.438.323,91

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 6%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 5%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade RPO (Adesão à Ata de Registro de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 40, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 6,855%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	95,918% das 49 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 4250 - CNPJ/CPF 11549124000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004034, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 39, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 4292 - CNPJ/CPF 5607354000112, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004051, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 39, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_36	0	0	JUSTIF.	Não existe ocorrência, no mês 12/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 64,883%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 20,374%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 00000000000000011111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	115	0	AVISO	Linha: 115 - Validação do prefixo da agência 00517 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	115	0	AVISO	Linha: 115 - Validação da conta 000000000000000417214 inconsistente para o código do banco 104
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 4250 - CNPJ/CPF 11549124000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004034, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 39, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

Descrição: EMP_87 - Linha 4292 - CNPJ/CPF 5607354000112, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004051, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 39, ano 2021, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

Descrição: LIQ_36 - Não existe ocorrência, no mês 12/2021, do campo Existe Contrato/Termo preenchido com "S = Sim"

Justificativa: EM VERIFICAÇÃO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal



62101110329947160

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	04/03/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	04/03/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
2º Bimestre	Mural	06/05/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	06/05/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
3º Bimestre	Mural	09/07/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	09/07/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
4º Bimestre	Mural	10/09/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	14/09/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
5º Bimestre	Mural	10/11/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/11/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
6º Bimestre	Mural	28/01/2022	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	31/01/2022	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

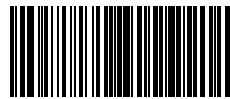
Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	09/07/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	09/07/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
2º Semestre	Mural	14/02/2022	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	14/02/2022	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
1º Quadrimestre	Mural	06/05/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	06/05/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp
2º Quadrimestre	Mural	10/09/2021	ROL ENTRADA DA PREFEITURA
	Jornal		Não Publicado
	Internet	10/09/2021	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	29/01/2021	MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA
1º Quadrimestre/2021	09/05/2021	MURAL ROL ENRADA DA PREFEITURA
2º Quadrimestre/2021	10/09/2021	MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://192.168.11.25.9091/pronimtb/index.asp



62101110329947160

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	24.925.062,77	0,00	24.925.062,77
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.243.116,86	0,00	-3.243.116,86
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
13210011010900000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia Social do Servidor - Principal	57,21	0,00	57,21
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		21.681.888,70	0,00	21.681.888,70
Emendas Parlamentares Individuais				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3110 / 17280311150000000000	Port SES/RS 319/2021	100.000,00	0,00	100.000,00
3110 / 17180311010000000000	Incremento ao PAB	200.000,00	0,00	200.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		21.381.888,70	0,00	21.381.888,70
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		21.381.888,70	0,00	21.381.888,70

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

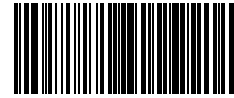
5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.277.249,16	0,00	8.277.249,16
3300340100000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		8.277.249,16	0,00	8.277.249,16

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3300340100000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00

Total da Despesa com Pessoal 8.277.249,16 0,00 8.277.249,16

Observação: Onde se lê 3300340100000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

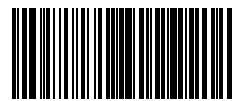
Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	1111101000000000	CAIXA	2.771,25	0,00	2.771,25
1	11111902010000	BANCO DO BRASIL CFM	7.478,97	0,00	7.478,97
1	11111902030000	BANCO DO BRASIL - ICMS - EXP	22.957,42	0,00	22.957,42
1	11111902040000	BANCO DO BRASIL - ITR	30.815,06	0,00	30.815,06
1	11111902070000	BANCO DO BRASIL DISPOSICAO - LIVRE	304.604,96	0,00	304.604,96
1	11111902190000	BANCO DO BRASIL - SIMPLES NACIONAL	73.186,69	0,00	73.186,69
1	11111902200000	BANCO DO BRASIL AFB/MS	140,32	0,00	140,32
1	11111902230000	BANCO DO BRASIL - AFM - APOIO FINANCEIRO MUNICIPAL	0,02	0,00	0,02
1	11111902340000	BANCO DO BRASIL - AFM MP 613	340,62	0,00	340,62
1	11111902590000	BANCO DO BRASIL FEP	649.826,75	0,00	649.826,75
1	11111903010000	CEF - DISPOSICAO	2.189,89	0,00	2.189,89
1	11111903020000	CEF - PRO-MORADIA	661,81	0,00	661,81
1	11111903030000	CEF - HABITAR	348,10	0,00	348,10
1	11111903080000	CEF CONTRIBUICAO SINDICAL - 13417214	162.101,11	0,00	162.101,11
1	11111903160000	CEF-PMSSENTINELA DO SUL/SICONV889892/19 MAPA-CONTRAPARTIDA PM	833,33	0,00	833,33



Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1	11111912020000	BANRISUL IPVA	59.626,76	0,00	59.626,76
1	11111912030000	BANRISUL DISPOSICAO - LIVRE	230.462,00	0,00	230.462,00
1	11111912110000	BANRISUL TRIBUTOS	19.754,32	0,00	19.754,32
1	11111912130000	BANRISUL - CONS POP CPT 2010	1.549,94	0,00	1.549,94
1	11111912140000	BANRISUL - PMS PATRULHA AGRIC CONS POP 2006	1.913,47	0,00	1.913,47
1	11111912160000	PM SENT SUL CONS POP SAUDE 2007/2008	0,81	0,00	0,81
1	11111912180000	PM SENTINELA INVERNO GAUCHO	26,22	0,00	26,22
1	11111912190000	BANRISUL EVENTOS MUNICIPAIS	30,65	0,00	30,65
1	11111912200000	Banrisul c/ Fundo Municipal do Meio Ambiente	50,53	0,00	50,53
1	11111912440000	BANRISUL SISTEMA TROCA-TROCA SEMENTES E OUTROS	1.973,68	0,00	1.973,68
1	11111912510000	BANRISUL C/ CONCURSO PUBLICO	51.900,00	0,00	51.900,00
1	11111912530000	BANRISUL CP 2019/2020 (CONVENIO 654/2020) CONTRAPARTIDA	2.678,32	0,00	2.678,32
1	11111912640000	BANRISUL C/CONS.POPULAR 2020/2021 Contrapartida	5.241,00	0,00	5.241,00
1	11111500200000	POUPANCA	45,27	0,00	45,27
1	111115099010000	BANRISUL - APLICACAO	1.810.248,70	0,00	1.810.248,70
1	111115099020000	CEF - APLICACAO 120-1	2,52	0,00	2,52
20	11111902090000	BANCO DO BRASIL - MDE	607.835,77	0,00	607.835,77
31	11111902170000	BANCO DO BRASIL - FUNDEB	18.658,60	0,00	18.658,60
31	11111902540000	BANCO DO BRASIL C/FEB(FUNDEB)	820.866,33	0,00	820.866,33
40	11111902120000	BANCO DO BRASIL - FUS	669.227,82	0,00	669.227,82
1001	11111912320000	BANRISUL CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA (CIP)	542,32	0,00	542,32
1003	11111902100000	BANCO DO BRASIL - PNAE - FNDE	0,12	0,00	0,12
1030	11111902580000	BANCO DO BRASIL CESSAO ONEROSA (FEP)	11.694,55	0,00	11.694,55
1100	11111912060000	BANRISUL SALARIO-EDUCACAO	171,62	0,00	171,62
1102	11111912050000	BANRISUL PRADEM	49,93	0,00	49,93
1104	11111902240000	BANCO DO BRASIL - PDDE (A/C DE 2010)	582,26	0,00	582,26
1111	11111902690000	BB Conta BL PSB FNAS INCREMENTO COMB.COVID-19	4.369,16	0,00	4.369,16
1113	11111902620000	BBSA C/COVID NO SUAS PARA EPI	36,98	0,00	36,98
1116	11111912370000	BANRISUL FMS CONSULTA POPULAR 2015/2016	21,04	0,00	21,04
1121	11111912010000	BANRISUL CENTRO DESPORTIVO MUNICIPAL	314,50	0,00	314,50
1125	11111912090000	BANRISUL - FMCA	0,21	0,00	0,21
1125	11111912630000	BANRISUL FUMDICA	2.393,59	0,00	2.393,59
1129	11111902060000	BANCO DO BRASIL CIDE	37.668,01	0,00	37.668,01
1130	11111902050000	BANCO DO BRASIL - CEX	22.302,07	0,00	22.302,07
1182	11111912400000	FMAS SENTINELA DO SUL	5.881,97	0,00	5.881,97
1184	11111902810000	BANCO DO BRASIL BRASIL CARINHOSO	446,01	0,00	446,01



Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1185	111111902820000	BB BPC	327,62	0,00	327,62
1200	111111912420000	BANRISUL C/ SDR CONSULTA POPULAR 2017	1,14	0,00	1,14
1201	111111902630000	BB Aux.Fin.Un Enfr COVID 19 LC 173/2020 Assist Social	29,92	0,00	29,92
1203	111111902830000	BANCO DO BRASIL - FNAS PBF	25.142,60	0,00	25.142,60
1204	111111902840000	BANCO DO BRASIL C/ DBPC ESCOLA	654,87	0,00	654,87
1205	111111902850000	BANCO DO BRASIL C/ BL GBF FNAS	8.149,81	0,00	8.149,81
1206	111111902860000	BANCO DO BRASIL C/ BL GSUAS FNAS	3.909,34	0,00	3.909,34
1208	111111902930000	BANCO DO BRASIL - FNAS SCFV	20.187,18	0,00	20.187,18
1210	111111912620000	BANRISUL C/CONS.POPULAR 2020/2021 Conv.	29.059,38	0,00	29.059,38
1301	111111912540000	BANRISUL - PMS ARMAZ ATRV ACUDE CONS POP2	448,47	0,00	448,47
1855	111111902990200	BB - SIGTVE ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DO SUAS	100.563,91	0,00	100.563,91
2001	111111902650000	BANCO DO BRASIL - SAL. EDUCACAO	229.056,43	0,00	229.056,43
2002	111111902220000	BANCO DO BRASIL - MERENDA ESCOLAR	15.692,12	0,00	15.692,12
2003	111111902920000	BANCO DO BRASIL - PNATE	58.485,68	0,00	58.485,68
2004	111111912070000	BANRISUL TRANSPORTE ESCOLAR (PEAT)	272.649,81	0,00	272.649,81
2006	111111902520000	BANCO DO BRASIL C/ AFB MP 815/2017	12,30	0,00	12,30
2020	111111902780000	BANCO DO BRASIL LEI ALDIR BLANC (14017/2020)	561,52	0,00	561,52
2025	111111912520000	BANRISUL CP 2019/2020 (CONVENIO 654/2020)	19.634,13	0,00	19.634,13
2501	111111902940000	BB S/ BL MAC FNAS	920,89	0,00	920,89
3001	111111903150000	CEF-PMSSENTINELA DO SUL/SICONV 889892/19-MAPA	8.572,30	0,00	8.572,30
4001	111111912610000	BANRISUL Transf. Consorcio	1.382,73	0,00	1.382,73
4011	111111912170000	PM SENTINELA PISO DE ATENCAO BASICA	0,99	0,00	0,99
4011	111111912210000	BANRISUL FMS AFB	9,07	0,00	9,07
4011	111111912250000	BANRISUL FMS CONSULTA POPULAR 2008/2009	12,00	0,00	12,00
4011	111111912270000	BANRISUL FMS SAUDE MENTAL NAAB	229.494,33	0,00	229.494,33
4011	111111912280000	BANRISUL QUAL ATEN BAS SAUDE (PIES)	16.060,59	0,00	16.060,59
4011	111111912570000	BANRISUL SRAG-COVID19 PORT No 256/2021	23,68	0,00	23,68
4011	111111912660000	BANRISUL - PIAPS - Componente Qualificacao da APS / RBC-RS	30.466,65	0,00	30.466,65
4011	111111912670000	BANRISUL - PIAPS - Componente Sociodemografico	36.534,34	0,00	36.534,34
4050	111111912080000	BANRISUL - FARMACIA BASICA	205,20	0,00	205,20
4050	111111912260000	BANRISUL FMS CONSULTA POPULAR 2009/2010	13,17	0,00	13,17
4050	111111912480000	BANRISUL FARMACIA BASICA	60.356,35	0,00	60.356,35



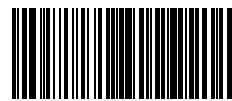
Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		(DIABETES)			
4050	111111912550000	BANRISUL AQUISICAO E DISPENSACAO DE FRALDAS	1,63	0,00	1,63
4050	111111912680000	BANRISUL Farm Cuidar + Port 649/2021	35.000,00	0,00	35.000,00
4090	111111912340000	BANRISUL ESF SANTA CLARA	10,47	0,00	10,47
4090	111111912650000	BANRISUL - PIAPS - Componente Incentivo a APS (ESF,EAP,ESB)	13.075,41	0,00	13.075,41
4160	111111912230000	BANRISUL PRIMEIRA INFANCIA MELHOR (PIM)	11.625,47	0,00	11.625,47
4190	111111912240000	BANRISUL FMS EPIDEMIO E PROMO SAUDE	207,81	0,00	207,81
4297	111111912600000	BANRISUL EP99 - PORT. SES-RS No 319/2021	58.230,61	0,00	58.230,61
4500	111111902600000	BANCO DO BRASIL INCENTIVO FINANCEIRO APS	345.066,99	0,00	345.066,99
4500	111111902770000	BB Finan.Prog.Saude na ESCOLA Crescer Saudavel	16.022,40	0,00	16.022,40
4500	111111902790000	BANCO DO BRASIL AGENTE DE COMUNITARIO DE SAUDE	39.974,97	0,00	39.974,97
4501	111111902880000	BANCO DO BRASIL FNS BLMAC	613,63	0,00	613,63
4501	111111902990100	BB - Rede Cegonha	56,00	0,00	56,00
4502	111111902320000	BANCO DO BRASIL - FMS BLVGS	0,02	0,00	0,02
4502	111111902570000	BANCO DO BRASIL Vigilancia em Saude Combate as Endemias	46.932,08	0,00	46.932,08
4502	111111902990300	BANCO DO BRASIL Vigilancia Sanitaria	6.000,00	0,00	6.000,00
4503	111111902550000	BANCO DO BRASIL FARMACIA BASICA	712,18	0,00	712,18
4503	111111902890000	BANCO DO BRASIL - HIPERTENSAO ARTERIAL E DIABETES	30,75	0,00	30,75
4505	111111902210000	BANCO DO BRASIL ACOES EM VIGILANCIA	9,65	0,00	9,65
4505	111111902370000	Banco do Brasil SA FNS-INVAN	2.684,64	0,00	2.684,64
4505	111111902480000	Banco do Brasil s/ FNS INVESTIMENTOS	299,79	0,00	299,79
8001	111111912980000	BANRISUL Mov Extra Exe	100.108,27	0,00	100.108,27
TOTAL			7.492.104,64	0,00	7.492.104,64

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00	0,00

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

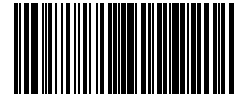


62101110329947160

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

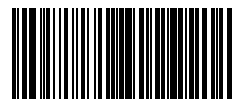
5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111110100000000	CAIXA	2.771,25	0,00	2.771,25
11111902010000	BANCO DO BRASIL CFM	7.478,97	0,00	7.478,97
11111902030000	BANCO DO BRASIL - ICMS - EXP	22.957,42	0,00	22.957,42
11111902040000	BANCO DO BRASIL - ITR	30.815,06	0,00	30.815,06
11111902050000	BANCO DO BRASIL - CEX	22.302,07	0,00	22.302,07
11111902060000	BANCO DO BRASIL CIDE	37.668,01	0,00	37.668,01
11111902070000	BANCO DO BRASIL DISPOSICAO - LIVRE	304.604,96	0,00	304.604,96
11111902090000	BANCO DO BRASIL - MDE	607.835,77	0,00	607.835,77
11111902100000	BANCO DO BRASIL - PNAE - FNDE	0,12	0,00	0,12
11111902120000	BANCO DO BRASIL - FUS	669.227,82	0,00	669.227,82
11111902170000	BANCO DO BRASIL - FUNDEB	18.658,60	0,00	18.658,60
11111902190000	BANCO DO BRASIL - SIMPLES NACIONAL	73.186,69	0,00	73.186,69
11111902200000	BANCO DO BRASIL AFB/MS	140,32	0,00	140,32
11111902210000	BANCO DO BRASIL ACOES EM VIGILANCIA	9,65	0,00	9,65
11111902220000	BANCO DO BRASIL - MERENDA ESCOLAR	15.692,12	0,00	15.692,12
11111902230000	BANCO DO BRASIL - AFM - APOIO FINANCEIRO MUNICIPAL	0,02	0,00	0,02
11111902240000	BANCO DO BRASIL - PDDE (A/C DE 2010)	582,26	0,00	582,26
11111902320000	BANCO DO BRASIL - FMS BLVGS	0,02	0,00	0,02
11111902340000	BANCO DO BRASIL - AFM MP 613	340,62	0,00	340,62
11111902370000	Banco do Brasil SA FNS-INVAN	2.684,64	0,00	2.684,64
11111902480000	Banco do Brasil s/ FNS INVESTIMENTOS	299,79	0,00	299,79
11111902520000	BANCO DO BRASIL C/ AFB MP 815/2017	12,30	0,00	12,30
11111902540000	BANCO DO BRASIL C/FEB(FUNDEB)	820.866,33	0,00	820.866,33
11111902550000	BANCO DO BRASIL FARMACIA BASICA	712,18	0,00	712,18
11111902570000	BANCO DO BRASIL Vigilancia em Saude Combate as Endemias	46.932,08	0,00	46.932,08
11111902580000	BANCO DO BRASIL CESSAO ONEROSA (FEP)	11.694,55	0,00	11.694,55
11111902590000	BANCO DO BRASIL FEP	649.826,75	0,00	649.826,75
11111902600000	BANCO DO BRASIL INCENTIVO FINANCEIRO APS	345.066,99	0,00	345.066,99
11111902620000	BBSA C/COVID NO SUAS PARA EPI	36,98	0,00	36,98
11111902630000	BB Aux.Fin.Un Enfr COVID 19 LC 173/2020 Assist Social	29,92	0,00	29,92
11111902650000	BANCO DO BRASIL - SAL. EDUCACAO	229.056,43	0,00	229.056,43
11111902690000	BB Conta BL PSB FNAS INCREMENTO COMB.COVID-19	4.369,16	0,00	4.369,16



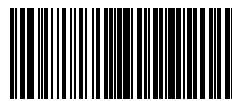
62101110329947160

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902770000	BB Finan.Prog.Saude na ESCOLA Crescer Saudavel	16.022,40	0,00	16.022,40
111111902780000	BANCO DO BRASIL LEI ALDIR BLANC (14017/2020)	561,52	0,00	561,52
111111902790000	BANCO DO BRASIL AGENTE DE COMUNITARIO DE SAUDE	39.974,97	0,00	39.974,97
111111902810000	BANCO DO BRASIL BRASIL CARINHOSO	446,01	0,00	446,01
111111902820000	BB BPC	327,62	0,00	327,62
111111902830000	BANCO DO BRASIL - FNAS PBF	25.142,60	0,00	25.142,60
111111902840000	BANCO DO BRASIL C/ DBPC ESCOLA	654,87	0,00	654,87
111111902850000	BANCO DO BRASIL C/ BL GBF FNAS	8.149,81	0,00	8.149,81
111111902860000	BANCO DO BRASIL C/ BL GSUAS FNAS	3.909,34	0,00	3.909,34
111111902880000	BANCO DO BRASIL FNS BLMAC	613,63	0,00	613,63
111111902890000	BANCO DO BRASIL - HIPERTENSAO ARTERIAL E DIABETES	30,75	0,00	30,75
111111902920000	BANCO DO BRASIL - PNATE	58.485,68	0,00	58.485,68
111111902930000	BANCO DO BRASIL - FNAS SCFV	20.187,18	0,00	20.187,18
111111902940000	BB S/ BL MAC FNAS	920,89	0,00	920,89
111111902990100	BB - Rede Cegonha	56,00	0,00	56,00
111111902990200	BB - SIGTVE ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DO SUAS	100.563,91	0,00	100.563,91
111111902990300	BANCO DO BRASIL Vigilancia Sanitaria	6.000,00	0,00	6.000,00
111111903010000	CEF - DISPOSICAO	2.189,89	0,00	2.189,89
111111903020000	CEF - PRO-MORADIA	661,81	0,00	661,81
111111903030000	CEF - HABITAR	348,10	0,00	348,10
111111903080000	CEF CONTRIBUICAO SINDICAL - 13417214	162.101,11	0,00	162.101,11
111111903150000	CEF-PMSSENTINELA DO SUL/SICONV 889892/19-MAPA	8.572,30	0,00	8.572,30
111111903160000	CEF-PMSSENTINELA DO SUL/SICONV889892/19 MAPA-CONTRAPARTIDA PM	833,33	0,00	833,33
111111912010000	BANRISUL CENTRO DESPORTIVO MUNICIPAL	314,50	0,00	314,50
111111912020000	BANRISUL IPVA	59.626,76	0,00	59.626,76
111111912030000	BANRISUL DISPOSICAO - LIVRE	230.462,00	0,00	230.462,00
111111912050000	BANRISUL PRADEM	49,93	0,00	49,93
111111912060000	BANRISUL SALARIO-EDUCACAO	171,62	0,00	171,62
111111912070000	BANRISUL TRANSPORTE ESCOLAR (PEAT)	272.649,81	0,00	272.649,81
111111912080000	BANRISUL - FARMACIA BASICA	205,20	0,00	205,20
111111912090000	BANRISUL - FMCA	0,21	0,00	0,21
111111912110000	BANRISUL TRIBUTOS	19.754,32	0,00	19.754,32
111111912130000	BANRISUL - CONS POP CPT 2010	1.549,94	0,00	1.549,94
111111912140000	BANRISUL - PMS PATRULHA AGRIC CONS POP 2006	1.913,47	0,00	1.913,47
111111912160000	PM SENT SUL CONS POP SAUDE 2007/2008	0,81	0,00	0,81
111111912170000	PM SENTINELA PISO DE ATENCAO BASICA	0,99	0,00	0,99
111111912180000	PM SENTINELA INVERNO GAUCHO	26,22	0,00	26,22
111111912190000	BANRISUL EVENTOS MUNICIPAIS	30,65	0,00	30,65
111111912200000	Banrisul c/ Fundo Municipal do Meio Ambiente	50,53	0,00	50,53



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912210000	BANRISUL FMS AFB	9,07	0,00	9,07
111111912230000	BANRISUL PRIMEIRA INFANCIA MELHOR (PIM)	11.625,47	0,00	11.625,47
111111912240000	BANRISUL FMS EPIDEMIO E PROMO SAUDE	207,81	0,00	207,81
111111912250000	BANRISUL FMS CONSULTA POPULAR 2008/2009	12,00	0,00	12,00
111111912260000	BANRISUL FMS CONSULTA POPULAR 2009/2010	13,17	0,00	13,17
111111912270000	BANRISUL FMS SAUDE MENTAL NAAB	229.494,33	0,00	229.494,33
111111912280000	BANRISUL QUAL ATEN BAS SAUDE (PIES)	16.060,59	0,00	16.060,59
111111912320000	BANRISUL CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA (CIP)	542,32	0,00	542,32
111111912340000	BANRISUL ESF SANTA CLARA	10,47	0,00	10,47
111111912370000	BANRISUL FMS CONSULTA POPULAR 2015/2016	21,04	0,00	21,04
111111912400000	FMAS SENTINELA DO SUL	5.881,97	0,00	5.881,97
111111912420000	BANRISUL C/ SDR CONSULTA POPULAR 2017	1,14	0,00	1,14
111111912440000	BANRISUL SISTEMA TROCA-TROCA SEMENTES E OUTROS	1.973,68	0,00	1.973,68
111111912480000	BANRISUL FARMACIA BASICA (DIABETES)	60.356,35	0,00	60.356,35
111111912510000	BANRISUL C/ CONCURSO PUBLICO	51.900,00	0,00	51.900,00
111111912520000	BANRISUL CP 2019/2020 (CONVENIO 654/2020)	19.634,13	0,00	19.634,13
111111912530000	BANRISUL CP 2019/2020 (CONVENIO 654/2020) CONTRAPARTIDA	2.678,32	0,00	2.678,32
111111912540000	BANRISUL - PMS ARMAZ ATRV ACUDE CONS POP2	448,47	0,00	448,47
111111912550000	BANRISUL AQUISICAO E DISPENSACAO DE FRALDAS	1,63	0,00	1,63
111111912570000	BANRISUL SRAG-COVID19 PORT No 256/2021	23,68	0,00	23,68
111111912600000	BANRISUL EP99 - PORT. SES-RS No 319/2021	58.230,61	0,00	58.230,61
111111912610000	BANRISUL Transf. Consorcio	1.382,73	0,00	1.382,73
111111912620000	BANRISUL C/CONS.POPULAR 2020/2021 Conv.	29.059,38	0,00	29.059,38
111111912630000	BANRISUL FUMDICA	2.393,59	0,00	2.393,59
111111912640000	BANRISUL C/CONS.POPULAR 2020/2021 Contrapartida	5.241,00	0,00	5.241,00
111111912650000	BANRISUL - PIAPS - Componente Incentivo a APS (ESF,EAP,ESB)	13.075,41	0,00	13.075,41
111111912660000	BANRISUL - PIAPS - Componente Qualificacao da APS / RBC-RS	30.466,65	0,00	30.466,65
111111912670000	BANRISUL - PIAPS - Componente Sociodemografico	36.534,34	0,00	36.534,34
111111912680000	BANRISUL Farm Cuidar + Port 649/2021	35.000,00	0,00	35.000,00
111111912980000	BANRISUL Mov Extra Exe	100.108,27	0,00	100.108,27
111115002000000	POUPANCA	45,27	0,00	45,27
111115099010000	BANRISUL - APLICACAO	1.810.248,70	0,00	1.810.248,70
111115099020000	CEF - APLICACAO 120-1	2,52	0,00	2,52
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-3.384,82	0,00	-3.384,82
632700000000000	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	-68.821,11	0,00	-68.821,11
TOTAL		7.419.898,71	0,00	7.419.898,71

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021



62101110329947160

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				7.419.898,71
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
218810102000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	21.063,08	0,00	21.063,08
218810104010000	RETENCAO IRRF S/RENDIMENTO TRABALHO SERVIDORES ATIVOS	231,72	0,00	231,72
218810109000000	OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	438,29	0,00	438,29
218810115010000	BANRISUL - EMPRESTIMOS	32.789,28	0,00	32.789,28
218810199010000	LIQUIDO PAGO FERIAS	43.997,77	0,00	43.997,77
218810199100000	IMPOSTOS A REPASSAR ISSQN	1.588,13	0,00	1.588,13
631100000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	720,00	0,00	720,00
631710000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRICAO NO EXERCICIO	1.191.533,87	0,00	1.191.533,87
TOTAL		1.292.362,14	0,00	1.292.362,14

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

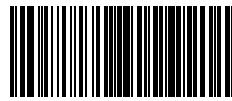
5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00



62101110329947160

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

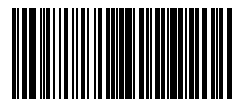
5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		0,00	0,00	0,00

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00



Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

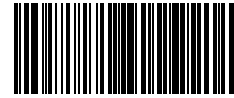
Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	470,62	51.184,95	0,00	51.184,95	51.655,57
20	0,00	2.102,20	0,00	2.102,20	2.102,20
40	2.914,20	0,00	0,00	0,00	2.914,20
4297	0,00	15.533,96	0,00	15.533,96	15.533,96
TOTAL	3.384,82	68.821,11	0,00	68.821,11	72.205,93

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	720,00	0,00	0,00	0,00	720,00
20	0,00	529.635,22	0,00	529.635,22	529.635,22
31	0,00	647.289,83	0,00	647.289,83	647.289,83
40	0,00	10.668,82	0,00	10.668,82	10.668,82
4011	0,00	3.940,00	0,00	3.940,00	3.940,00
TOTAL	720,00	1.191.533,87	0,00	1.191.533,87	1.192.253,87

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		3.443.760,49	0,00	3.443.760,49	
20		607.835,77	0,00	607.835,77	
31		839.524,93	0,00	839.524,93	
40		669.227,82	0,00	669.227,82	
1001		542,32	0,00	542,32	
1003		0,12	0,00	0,12	
1030		11.694,55	0,00	11.694,55	
1100		171,62	0,00	171,62	
1102		49,93	0,00	49,93	
1104		582,26	0,00	582,26	
1111		4.369,16	0,00	4.369,16	

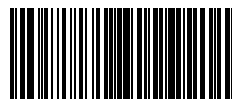


DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1113		36,98	0,00	36,98	
1116		21,04	0,00	21,04	
1121		314,50	0,00	314,50	
1125		2.393,80	0,00	2.393,80	
1129		37.668,01	0,00	37.668,01	
1130		22.302,07	0,00	22.302,07	
1182		5.881,97	0,00	5.881,97	
1184		446,01	0,00	446,01	
1185		327,62	0,00	327,62	
1200		1,14	0,00	1,14	
1201		29,92	0,00	29,92	
1203		25.142,60	0,00	25.142,60	
1204		654,87	0,00	654,87	
1205		8.149,81	0,00	8.149,81	
1206		3.909,34	0,00	3.909,34	
1208		20.187,18	0,00	20.187,18	
1210		29.059,38	0,00	29.059,38	
1301		448,47	0,00	448,47	
1855		100.563,91	0,00	100.563,91	
2001		229.056,43	0,00	229.056,43	
2002		15.692,12	0,00	15.692,12	
2003		58.485,68	0,00	58.485,68	
2004		272.649,81	0,00	272.649,81	
2006		12,30	0,00	12,30	
2020		561,52	0,00	561,52	
2025		19.634,13	0,00	19.634,13	
2501		920,89	0,00	920,89	
3001		8.572,30	0,00	8.572,30	
4001		1.382,73	0,00	1.382,73	
4011		312.601,65	0,00	312.601,65	
4050		95.576,35	0,00	95.576,35	
4090		13.085,88	0,00	13.085,88	
4160		11.625,47	0,00	11.625,47	
4190		207,81	0,00	207,81	
4297		58.230,61	0,00	58.230,61	
4500		401.064,36	0,00	401.064,36	
4501		669,63	0,00	669,63	
4502		52.932,10	0,00	52.932,10	
4503		742,93	0,00	742,93	
4505		2.994,08	0,00	2.994,08	
8001		100.108,27	0,00	100.108,27	
TOTAL		7.492.104,64	0,00	7.492.104,64	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1 Recurso Livre - Administracao Direta Municipal

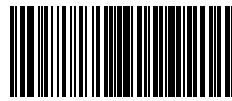


62101110329947160



LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)
40	ASPS - Acoes de Servicos Publicos de Saude
1001	Contribuicao de Iluminacao Publica - CIP
1002	PRADEM
1003	PDDE
1030	PRE-SAL
1052	PBFI
1054	IGD-SUAS
1097	DIABETES ESTADUAL
1100	SALARIO EDUCACAO
1102	PRADEM
1104	PDDE
1106	PAB FEDERAL
1111	INCREMENTO COMBATE AO COVID 19
1113	COVID no SUAS P/epi
1116	PDDE
1121	CME- CENTRO MUNICIPAL DE ESPORTES
1125	FMCA - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENTE
1129	CIDE
1130	CEX
1131	PNATE
1146	PRODESA
1163	PBF - IGD
1177	Convenio SEHABS no 2089/11
1178	SICONV
1182	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1184	FUNDO NAC.DESENV.EDUCACAO-BRASIL CARINHOSO
1185	BPC
1187	FUMDICA-FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA
1200	CONSULTA POPULAR 2017-FOMENTO AO DESENV.RURAL SUSTENTAVEL-AQUISICAO DE EQUIPAMEN
1201	Aux.Fin.Un Enfr COVID 19 LC No173/2020
1202	Aquisicao de Mecanizacao de Patrulha Agricula
1203	PBF Piso Basico Fixo
1204	BL DBPC ESCOLA
1205	BL GBF FNAS
1206	BL GSUAS FNAS
1207	CONVENIO NUMERO 855749 PROCESSO SEI No71000.077707/2017-17 PROPOSTA SICONV No093
1208	SCFV Servicos de Convivencia e Fortalecimento de Vinculos
1210	Consulta Popular 2020/2021
1258	IGDBF
1301	Aquisicao de Mecanizacao de Patrulha Agricula
1521	PTMC
1616	PLE - PASSE LIVRE ESTUDANTIL
1800	SDR AGRICULTURA FAMILIAR
1855	SIGTV - ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DO SUAS
2000	FNDE/LOA-PAR- TRANSFERENCIA DIRETA



62101110329947160

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

2001	QSE -SALARIO EDUCACAO
2002	PNAE
2003	PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar -
2004	Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar - PEATE/RS
2006	OUTRAS TRANSFERENCIAS DIRETA DO FNDE
2020	FUNDO NACIONAL DE CULTURA
2025	CP 2019/2020 FPE 654/2020
2501	PISO DE TRANSICAO DE MEDIA COMPLEXIDADE
2508	BL MAC FNS
3001	MAPA-MINISTERIO DA AGRICULTURA ,PECUARIA E DESENVOLVIMENTO
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saude
4011	Atencao Basica - PIES / Nucleo de Apoio a Atencao Basica - NAAB / Oficinas Terap
4040	NAAB-NUCLEO DE APOIO A ATENCAO BASICA-SAUDE MENTAL
4050	Farmacia Basica / Plantas Medicinais e Fitoterapicos / Diabetes Mellitus / Frald
4090	ESF
4160	PIM - Primeira Infancia Melhor
4190	Vigilancia em Saude / Laboratorio de Entomologia / Dengue / Desastres Ambientais
4297	Custeio (medicamentos, exames e/ou consultas especializadas)
4500	CUSTEIO - Atencao Basica
4501	CUSTEIO - Atencao de media e alta complexidade ambulatorial e hospitalar
4502	CUSTEIO - Vigilancia em Saude
4503	CUSTEIO - Assistencia Farmaceutica
4505	INVESTIMENTO - Atencao Basica
4511	CUSTEIO - Outros programas financiados por transferencias fundo a fundo
4953	Politica de Incentivo Estadual a Qualificacao da Atencao Basica em Saude (PIES)
4990	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE
4999	FEAS
5000	BPC
5014	CONTRAPARTIDA INSUMOS PARA CONTROLE DE DIABETES
5018	Aquisicao de Mecanizacao de Patrulha Agricola
5022	FUNDO NAC.DESENV.EDUCACAO-BRASIL CARINHOSO
6000	BL PSB FNAS
6001	BL DBPC ESCOLA
6002	BL PSEMC FNAS
6003	BL GBF FNAS
6004	BL GSUAS FNAS
8001	Recursos Extraorçamentarios

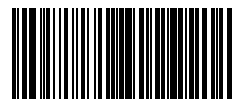
5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

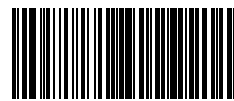
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	56.420,05	0,00	56.420,05
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	28.209,99	0,00	28.209,99



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	56.419,96	0,00	56.419,96
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	13.719,47	0,00	13.719,47
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	5.716,50	0,00	5.716,50
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	3.429,79	0,00	3.429,79
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	161.964,67	0,00	161.964,67
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	67.490,31	0,00	67.490,31
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	40.487,27	0,00	40.487,27
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	405,03	0,00	405,03
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	169,72	0,00	169,72
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	100,44	0,00	100,44
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	10.930,06	0,00	10.930,06
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	4.555,04	0,00	4.555,04
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	2.731,80	0,00	2.731,80
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	5.105,49	0,00	5.105,49
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.128,56	0,00	2.128,56
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.275,06	0,00	1.275,06
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	122.077,60	0,00	122.077,60
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	50.865,68	0,00	50.865,68
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	30.519,41	0,00	30.519,41
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	754.610,90	0,00	754.610,90
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	314.421,87	0,00	314.421,87
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	188.652,06	0,00	188.652,06
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	126,13	0,00	126,13
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	52,72	0,00	52,72
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	31,29	0,00	31,29
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	947,66	0,00	947,66
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	395,07	0,00	395,07
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	236,69	0,00	236,69
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	538,00	0,00	538,00
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	224,27	0,00	224,27
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	134,40	0,00	134,40
11280191010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	16.605,80	0,00	16.605,80
11280191020000000000	Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	8.135,62	0,00	8.135,62
11280192020000000000	Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	33,04	0,00	33,04
11280193020000000000	Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	563,44	0,00	563,44
11280194020000000000	Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	313,82	0,00	313,82
11280291010000000000	Emolumentos e Custas Processuais	12.154,69	0,00	12.154,69
11280291020000000000	Taxas de Servicos Cadastrais - Decreto 809/14	1.800,00	0,00	1.800,00
11280291030000000000	Taxas de Cemiterio	876,00	0,00	876,00



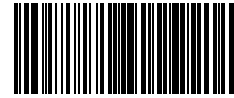
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280291040000000000	Taxa de Limpeza Publica	29.198,53	0,00	29.198,53
11280291050000000000	Taxa de Emissao de Certidoes	3.719,40	0,00	3.719,40
11280292040000000000	Taxa de Limpeza Publica	92,96	0,00	92,96
11280293040000000000	Taxa de Limpeza Publica	3.156,55	0,00	3.156,55
11280294040000000000	Taxa de Limpeza Publica	1.318,79	0,00	1.318,79
11380411000000000000	Contribuicao de Melhorias para Pavimentacao e Obras Complementares - Principal	25.984,38	0,00	25.984,38
11380412000000000000	Contribuicao de Melhorias para Pavimentacao e Obras Complementares - Multas e Juros de Mora	571,39	0,00	571,39
11380413000000000000	Contribuicao de Melhorias para Pavimentacao e Obras Complementares - Divida Ativa	33,54	0,00	33,54
11380414000000000000	Contribuicao de Melhorias para Pavimentacao e Obras Complementares - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	37,39	0,00	37,39
12400011000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	522,15	0,00	522,15
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	4.592.564,27	0,00	4.592.564,27
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.713,71	0,00	382.713,71
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,62	0,00	1.530.854,62
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	28.459,03	0,00	28.459,03
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.371,56	0,00	2.371,56
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	7.114,75	0,00	7.114,75
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	9.486,32	0,00	9.486,32
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	2.444.847,18	0,00	2.444.847,18
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	203.737,28	0,00	203.737,28
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - ASPS	611.211,81	0,00	611.211,81
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	817.525,43	0,00	817.525,43
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	223.514,73	0,00	223.514,73
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	18.626,25	0,00	18.626,25
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	55.878,70	0,00	55.878,70
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	103.005,46	0,00	103.005,46
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	34.802,37	0,00	34.802,37
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	3.281,02	0,00	3.281,02
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	8.319,79	0,00	8.319,79



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.600,85	0,00	11.600,85
17280141000000000000	Cota-Parte da Contribuicao de Intervencao no Dominio Economico - Principal	7.540,38	0,00	7.540,38
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-100.485,15	0,00	-100.485,15
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-41.873,19	0,00	-41.873,19
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-25.118,20	0,00	-25.118,20
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-15,44	0,00	-15,44
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-6,47	0,00	-6,47
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-3,86	0,00	-3,86
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-3.450,65	0,00	-3.450,65
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-1.437,94	0,00	-1.437,94
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-862,68	0,00	-862,68
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-19.968,00	0,00	-19.968,00
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-8.320,00	0,00	-8.320,00
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-4.992,00	0,00	-4.992,00
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-69,71	0,00	-69,71
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-29,05	0,00	-29,05
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-17,40	0,00	-17,40
91128019402000000000	Deducao - Taxa de Licenca de Funcionamento de Estabelecimento	-149,38	0,00	-149,38
91128029104000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-16.831,79	0,00	-16.831,79
91128029204000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-2,24	0,00	-2,24
91128029404000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-727,22	0,00	-727,22
91138041100000000000	Deducao - Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complementares - Principal	-4.522,41	0,00	-4.522,41
91138041200000000000	Deducao - Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complementares - Multas e Juros de Mora	-54,62	0,00	-54,62
TOTAL		14.736.494,28	0,00	14.736.494,28

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.164.989,04	0,00	1.164.989,04	1,2307	1.433.752,01
Fevereiro	1.492.170,43	0,00	1.492.170,43	1,2296	1.834.772,76
Março	1.129.710,81	0,00	1.129.710,81	1,2295	1.388.979,44
Abril	1.111.538,04	0,00	1.111.538,04	1,2097	1.344.627,57
Mai	891.745,59	0,00	891.745,59	1,2091	1.078.209,59
Junho	1.027.108,10	0,00	1.027.108,10	1,1963	1.228.729,42
Julho	1.275.049,00	0,00	1.275.049,00	1,1774	1.501.242,69
Agosto	1.318.982,66	0,00	1.318.982,66	1,1505	1.517.489,55
Setembro	1.014.027,99	0,00	1.014.027,99	1,1076	1.123.137,40
Outubro	1.062.177,24	0,00	1.062.177,24	1,0723	1.138.972,65
Novembro	1.283.140,16	0,00	1.283.140,16	1,0342	1.327.023,55
Dezembro	1.965.855,22	0,00	1.965.855,22	1,0076	1.980.795,72



Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	14.736.494,28	0,00	14.736.494,28		16.897.732,37

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.374.234,85	3.612.383,46
2º Bimestre	3.374.234,85	3.681.765,53
3º Bimestre	3.374.234,85	3.909.810,04
4º Bimestre	3.374.234,85	4.590.474,32
5º Bimestre	3.374.234,85	3.293.731,75
6º Bimestre	3.374.233,25	5.836.897,67
TOTAL	20.245.407,50	24.925.062,77

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	19.016,67	462,23
2º Bimestre	19.016,67	8.831,12
3º Bimestre	19.016,67	2.513,99
4º Bimestre	19.016,67	32.511,21
5º Bimestre	19.016,67	1.715,40
6º Bimestre	19.016,65	109.165,31
TOTAL	114.100,00	155.199,26

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-409.917,92	-565.113,75
2º Bimestre	-409.917,92	-510.229,57
3º Bimestre	-409.917,92	-533.471,73
4º Bimestre	-409.917,92	-545.503,29
5º Bimestre	-409.917,92	-415.522,21
6º Bimestre	-409.917,90	-673.413,03
TOTAL	-2.459.507,50	-3.243.253,58
TOTAL DA RECEITA	17.900.000,00	21.837.008,45

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

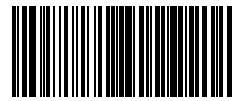
5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.



62101110329947160

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	4.658.340,70	0,00	4.658.340,70
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		4.658.340,70	0,00	4.658.340,70
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				0,00

5.6.2 Previsão das Operações de Crédito e Fixação de Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	6.288.225,39	0,00	6.288.225,39
Deduções				
Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		6.288.225,39	0,00	6.288.225,39
Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				0,00

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: José Flávio Raphaelli Trescastro

CPF: 18015956072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Não houve substituições formais no período.



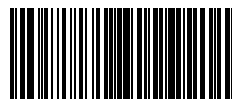
62101110329947160



7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

As alterações realizadas já foi justificado nos quadros correspondentes em anexo. Avisos em verificação.



62101110329947160



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SENTINELA DO SUL, 14 de Fevereiro de 2022

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Balço Patrimonial

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108

01/01/2021 a 31/12/2021

Página
255
Processo
01365-0200/21-9Página da
peça
1Peça
4118470DOCUMENTO
PUBLICO

a. Quadro Principal

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	8.080.611,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.492.104,64
CREDITOS A CURTO PRAZO	557.503,67
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	30.315,89
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	687,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	22.439.272,03
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.107.583,51
CREDITOS A LONGO PRAZO	47.618,39
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.059.965,12
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	37.587,22
IMOBILIZADO	21.294.101,30
INTANGIVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	30.519.883,23

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	172.314,20
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.440,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	56.442,14
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	14.323,79
TRANSFERENCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	100.108,27
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
TRANSFERENCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	172.314,20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	30.347.569,03
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.347.569,03
TOTAL	30.519.883,23



Balanco Patrimonial

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108

01/01/2021 a 31/12/2021

Página
256
Processo
01365-0200/21-9Página da
peça
2Peça
4118470DOCUMENTO
PUBLICO

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	7.511.115,35
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	7.511.115,35
ATIVO PERMANENTE	23.008.767,88
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	23.008.767,88
TOTAL	30.519.883,23

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	1.364.568,07
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	172.314,20
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	720,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	1.191.533,87
PASSIVO PERMANENTE	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	0,00
TOTAL	1.364.568,07
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	29.155.315,16

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	3.397.722,20
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	73.750,79
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	119.567,40
40	ASPS - Acoes de Servicos Publicos de Saude	644.658,48
1001	Contribuicao de Iluminacao Publica - CIP	542,32
1003	PDDE	0,12
1030	PRE-SAL	11.694,55



62108110329947160

14 / 02 / 2022 - 10 : 32 : 15

Balanco Patrimonial

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108

01/01/2021 a 31/12/2021

Código do Recurso	Descrição	Valor
1100	SALARIO EDUCACAO	171,62
1102	PRADEM	49,93
1104	PDDE	582,26
1111	INCREMENTO COMBATE AO COVID 19	4.369,16
1113	COVID no SUAS P/epi	36,98
1116	PDDE	21,04
1121	CME- CENTRO MUNICIPAL DE ESPORTES	314,50
1125	FMCA - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENTE	2.393,80
1129	CIDE	37.668,01
1130	CEX	22.302,07
1182	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.881,97
1184	FUNDO NAC.DESENV.EDUCACAO-BRASIL CARINHOSO	446,01
1185	BPC	327,62
1200	CONSULTA POPULAR 2017-FOMENTO AO DESENV.RURAL SUSTENTAVEL-AQUISICAO DE EQUIPAMEN	1,14
1201	Aux.Fin.Un Enfr COVID 19 LC No173/2020	29,92
1203	PBF Piso Basico Fixo	25.142,60
1204	BL DBPC ESCOLA	654,87
1205	BL GBF FNAS	8.149,81
1206	BL GSUAS FNAS	3.909,34
1208	SCFV Servicos de Convivencia e Fortalecimento de Vinculos	20.187,18
1210	Consulta Popular 2020/2021	29.059,38
1301	Aquisicao de Mecanizacao de Patrulha Agricola	448,47
1855	SIGTV - ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DO SUAS	100.563,91
2001	QSE -SALARIO EDUCACAO	229.056,43
2002	PNAE	15.589,79
2003	PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar -	58.396,88
2004	Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar - PEATE/RS	272.649,81
2006	OUTRAS TRANSFERENCIAS DIRETA DO FNDE	12,30
2020	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	561,52
2025	CP 2019/2020 FPE 654/2020	19.634,13
2501	PISO DE TRANSICAO DE MEDIA COMPLEXIDADE	920,89
3001	MAPA-MINISTERIO DA AGRICULTURA ,PECUARIA E DESENVOLVIMENTO	8.572,30
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saude	1.382,73
4011	Atencao Basica - PIES / Nucleo de Apoio a Atencao Basica - NAAB / Oficinas Terap	308.661,65
4050	Farmacia Basica / Plantas Mediciniais e Fitoterapicos / Diabetes Mellitus / Frald	95.576,35
4090	ESF	13.085,88

Processo
01365-0200/21-9Página da
peça
3Peça
4118470DOCUMENTO
PUBLICO



62108110329947160

14 / 02 / 2022 - 10 : 32 : 15

Balço Patrimonial

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108

01/01/2021 a 31/12/2021

Código do Recurso	Descrição	Valor
4160	PIM - Primeira Infancia Melhor	11.625,47
4190	Vigilancia em Saude / Laboratorio de Entomologia / Dengue / Desastres Ambientais	207,81
4297	Custeio (medicamentos, exames e/ou consultas especializadas)	42.696,65
4500	CUSTEIO - Atencao Basica	400.622,17
4501	CUSTEIO - Atencao de media e alta complexidade ambulatorial e hospitalar	669,63
4502	CUSTEIO - Vigilancia em Saude	52.132,16
4503	CUSTEIO - Assistencia Farmaceutica	742,93
4505	INVESTIMENTO - Atencao Basica	2.994,08
8001	Recursos Extraorcamentarios	100.108,27
Total		6.146.547,28

Processo
01365-0200/21-9Página da
peça
4Peça
4118470DOCUMENTO
PUBLICO



62108110329947160



Balanco Patrimonial

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108

01/01/2021 a 31/12/2021

e. Notas Explicativas

Está evidente os registros na contabilidade de todos os atos e fatos nas respectivas contas e recursos a que se referem

SENTINELA DO SUL , 14 de Fevereiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - José Flávio Raphaelli Trescastro - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
Contabilista

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Balço Orçamentário



62109110329947160

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108

01/01/2021 a 31/12/2021

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.785.900,00	17.785.900,00	21.681.945,91	3.896.045,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.522.910,00	2.522.910,00	1.315.074,82	-1.207.835,18
Receita de Contribuições	0,00	0,00	6.436,49	6.436,49
Receita Patrimonial	62.500,00	62.500,00	190.081,72	127.581,72
Receita de Serviços	221.610,00	221.610,00	171.923,72	-49.686,28
Transferências Correntes	14.242.144,01	14.242.144,01	19.937.478,69	5.695.334,68
Outras Receitas Correntes	736.735,99	736.735,99	60.950,47	-675.785,52
RECEITAS DE CAPITAL (II)	114.100,00	114.100,00	155.062,54	40.962,54
Alienação de Bens	100,00	100,00	0,00	-100,00
Amortização de Empréstimos	114.000,00	114.000,00	16.249,19	-97.750,81
Transferências de Capital	0,00	0,00	128.571,00	128.571,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	10.242,35	10.242,35
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	17.900.000,00	17.900.000,00	21.837.008,45	3.937.008,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	17.900.000,00	17.900.000,00	21.837.008,45	3.937.008,45
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	17.900.000,00	17.900.000,00	21.837.008,45	3.937.008,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	5.364.411,94	-
Superavit Financeiro	-	-	5.364.411,94	-

Processo
01365-0200/21-9Página da
peça
1Peça
4118469DOCUMENTO
PÚBLICO



62109110329947160

Balanco Orçamentário

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108

01/01/2021 a 31/12/2021

Processo
01365-0200/21-9

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	15.411.000,00	21.329.575,78	15.331.304,63	15.311.344,94	15.268.370,55	5.998.271,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.655.990,22	9.694.971,29	8.277.249,16	8.277.249,16	8.277.249,16	1.417.722,13
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	6.000,00	6.000,00	2.320,00	2.320,00	2.320,00	3.680,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.749.009,78	11.628.604,49	7.051.735,47	7.031.775,78	6.988.801,39	4.576.869,02
DESPESAS DE CAPITAL (X)	1.428.000,00	6.288.225,39	4.658.340,70	3.486.766,52	3.460.919,80	1.629.884,69
INVESTIMENTOS	1.418.000,00	6.279.225,39	4.654.765,16	3.483.190,98	3.457.344,26	1.624.460,23
AMORTIZACAO DA DIVIDA	10.000,00	9.000,00	3.575,54	3.575,54	3.575,54	5.424,46
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	17.259.000,00	27.617.801,17	19.989.645,33	18.798.111,46	18.729.290,35	7.628.155,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	17.259.000,00	27.617.801,17	19.989.645,33	18.798.111,46	18.729.290,35	7.628.155,84
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	1.847.363,12	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	17.259.000,00	27.617.801,17	21.837.008,45	18.798.111,46	18.729.290,35	7.628.155,84

Página da
peça
2Peça
4118469DOCUMENTO
PUBLICO



Balanco Orçamentário

PM DE SENTINELA DO SUL

ORGÃO Nº: 81400

CNPJ: 94068277000108

01/01/2021 a 31/12/2021

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPEAS CORRENTES	0,00	720,00	3.384,82	60.502,87	0,00	60.502,87	0,00	4.104,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	720,00	2.914,20	0,00	0,00	0,00	0,00	3.634,20
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	0,00	0,00	470,62	60.502,87	0,00	60.502,87	0,00	470,62
DESPEAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	2.396,00	0,00	2.396,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	2.396,00	0,00	2.396,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	720,00	3.384,82	62.898,87	0,00	62.898,87	0,00	4.104,82

c. Notas Explicativas

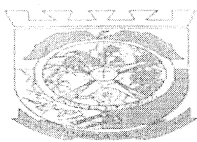
Demonstra o registro das receitas em suas naturezas, bem como as despesas nos recursos correspondentes.

SENTINELA DO SUL , 14 de Fevereiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - José Flávio Raphaelli Trescastro - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
ContabilistaJOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito Municipal



Decreto nº 1090/2021

Dispõe sobre o Plano de Ação para atender ao mínimo de qualidade do SIAFIC e dá outras providências.

Paulo Roberto de Souza Coutinho, Vice-prefeito em exercício de Prefeito Municipal de Sentinela do Sul/RS, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º - Este decreto apresenta o Plano de Ação estabelecido pelo parágrafo único do artigo 18 do Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020, com vistas à implementação do padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

Art. 2º - Os procedimentos e desenvolvimento das ações necessárias para a implementação do Plano de Ação no prazo serão de responsabilidade conjunta dos seguintes Órgãos:

- I - Gabinete do Prefeito;
- II - Secretaria da Administração;
- III - Secretaria da Fazenda e Planejamento.

§ 1º Os responsáveis indicarão um representante para compor uma comissão de implantação e acompanhamento do Plano de Ação com o objetivo de atender ao padrão mínimo de qualidade do SIAFIC.

§ 2º O Poder Legislativo e os Órgãos integrantes do Executivo indicarão um servidor responsável para compor a comissão de implantação e acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Ação para atender ao padrão mínimo de qualidade do SIAFIC.

Art. 3º - O Plano de Ação para implantação do padrão mínimo de qualidade do SIAFIC priorizará as seguintes ações:

- I - Cientificação aos Gestores, Poder Legislativo e Fundos;

CNPJ: 94.068.277/0001-08 - Rua Augusta, 460 – CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679-1067 - 3679-1335

E-mail: gabinete@sentineladosul.rs.gov.br



II - Levantamento das demandas e especificidades dos Órgãos da Administração Municipal;

III - Levantamento das Especificações junto aos diversos Órgãos da Administração Municipal;

IV - Procedimentos para Contratação do Sistema Único para atender a todos os Órgãos da Administração Municipal;

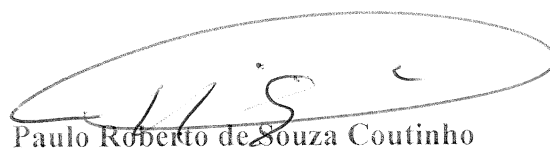
V - Execução da contabilidade e execução orçamentária e financeira de todos os Órgãos da Administração Municipal no sistema único – SIAFIC a partir de 01 de janeiro de 2023.

Parágrafo Único: Será apresentado em anexo ao Plano de Ação um cronograma de desenvolvimento evidenciando os prazos previstos para execução das ações.

Art. 4º - Os responsáveis designados no artigo 2º ficarão responsáveis pela disponibilização do Plano de Ação ao Órgão de Controle Interno e ao Tribunal de Contas do Estado, além da obrigação de divulgar em meio eletrônico de amplo acesso público.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

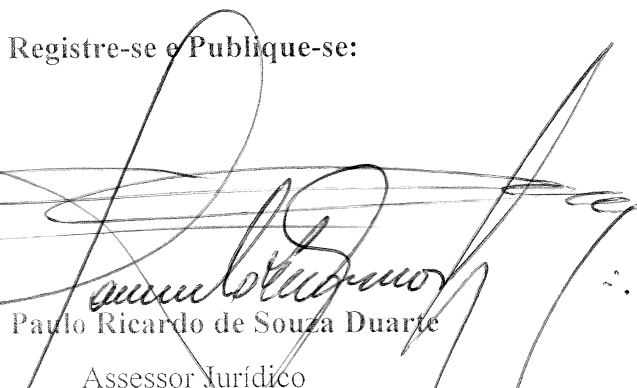
Gabinete do Prefeito, em 29 de abril de 2021.



Paulo Roberto de Souza Coutinho

Vice-prefeito, em exercício de Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:



Paulo Ricardo de Souza Duarte
Assessor Jurídico

CNPJ: 94.068.277/0001-08 - Rua Augusta, 460 – CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679-1067 - 3679-1335

E-mail: gabinete@sentineladosul.rs.gov.br



PLANO DE AÇÃO VOLTADO PARA A ADEQUAÇÃO ÀS DISPOSIÇÕES DO DECRETO FEDERAL Nº 10.540 DE 05 DE NOVEMBRO 2020.

1 - Informações e Descrição do Plano de Ação

O presente Plano de Ação apresenta as ações necessárias para a implementação dos procedimentos voltados ao atendimento às disposições do Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020, que estabelece os requisitos do padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

- Os Entes Federativos estabelecerão, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, plano de ação voltado para adequação às suas disposições no prazo;

- Disponibilização do Plano de Ação aos respectivos Órgão de Controle Interno e Externo e divulgação em meio eletrônico de amplo acesso público;

- Os entes federativos deverão observar as disposições do Decreto a partir de 01 de janeiro de 2023.

Plano de Ação Modelo 5W

- What (O que será feito?)
- Why (Por que será feito?)
- Where (Onde será feito?)
- When (Quando?)
- Who (Por quem será feito?)

1º - What (O que será feito?)

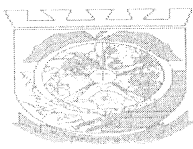
1 - Ciência do Decreto Federal nº 10.540/2020;

2 - Formar Comissão;

CNPJ: 94.068.277/0001-08 - Rua Augusta, 460 - CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679 1067 / (51) 3679 1335

E-mail: gabinete@sentineladosul.rs.gov.br



- 3 - Mapeamento do Decreto Federal nº 10.540/2020;
- 4 - Definir as áreas envolvidas;
- 5 - Prazo;
- 6 - Decreto estabelecendo o Plano de Ação;
- 7 - Encaminhamento do Decreto para o Controle Interno e Externo;
- 8 - Divulgação em meio eletrônico de amplo acesso público;
- 9 - Ações necessárias para a implementação:
 - A - Cientificação (Gestores, Órgão e Poderes);
 - B - Levantamento de demandas das áreas;
 - C - Especificações de sistema de cada área;
 - D - Procedimentos para contratação:
 - Fase Interna
 - Fase externa
- 10 - Execução no SIAFIC.

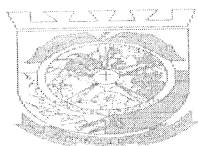
2º - Why (Por que será feito?)

- 1 - Necessidade de adequação dos Poderes e Órgãos ao Padrão Mínimo de Sistema;
- 2 - Cumprir com as exigências voltadas à Transparência;
- 3 - Elaborar as Demonstrações Contábeis e Prestações de contas de forma automática e aderente às orientações da STN;
- 4 - Gerar uma Consolidação de Contas (a nível do ente) e Nacional com qualidade e padrão orientados.

3º - Where (Onde será feito?)

- 1 - Área responsável pela Contabilidade;
- 2 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento;
- 3 - Secretaria Municipal da Administração;

CNPJ: 94.068.277/0001-08 - Rua Augusta, 460 - CEP: 96.765-000
Fone: (51) 3679 1067 / (51) 3679 1335
E-mail: gabinete@sentineladosul.rs.gov.br



4 - Governo (Decreto do Prefeito);

5 - Unidade de Controle Interno.

4º - When (Quando?)

1 - Ciência do Decreto Federal nº 10.540/2020:

- Abril de 2021

2 - Formar Comissão:

- Abril de 2021

3 - Mapeamento do Decreto Federal nº10.540/2020:

- Abril de 2021

4 - Definir as áreas envolvidas:

- Abril de 2021

5 - Estabelecer as ações necessárias para a implementação:

- Abril de 2021

6 - Estabelecer os Prazos:

- Abril de 2021

7 - Decreto estabelecendo o Plano de Ação:

- Abril de 2021

8 - Encaminhamento do Decreto para os Controle Interno e Externo:

- Abril de 2021

9 - Divulgação em meio eletrônico de amplo acesso público:

- Abril de 2021

10 - Implementação de Ações:

- Em 2021 e 2022

11 - Execução no SIAFIC:

 Janeiro de 2023

CNPJ: 94.068.277/0001-08 - Rua Augusta, 460 - CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679 1067 / (51) 3679 1335

E-mail: gabinete@sentineladosul.rs.gov.br



5º - Who (Por quem será feito?)

Responsáveis pelas Áreas:

- 1 - Contabilidade;
- 2 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento;
- 3 - Secretaria Municipal da Administração;
- 4 - Governo (Decreto do Prefeito);
- 5 - Controle Interno.

Gabinete do Prefeito, em 29 de abril de 2021.

Paulo Roberto de Souza Coutinho

Vice-prefeito, em exercício de Prefeito Municipal

**RELATÓRIO
CIRCUNSTANCIADO DO
PREFEITO
DO MUNICÍPIO DE SENTINELA
DO SUL/RS**

RESOLUÇÃO TCE/RS 544/2000, ARTIGO 113, INCISO I, LETRA “A”

EXERCÍCIO DE 2021

PREFEITO: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO

- I – Informações sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- II – Informações sobre as metas atingidas e sobre os recursos aplicados em MDE/Fundeb e ações de serviços públicos de saúde.

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO
DO MUNICÍPIO DE SENTINELA DO SUL/RS**

I

EXERCÍCIO DE 2021

O Sr. **JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO**, Prefeito de Sentinela do Sul/RS, na forma legal e tempestiva, apresenta o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2021, no qual transcreve e relata fatos, ocorrências, circunstâncias e motivações do Administrador Público, na busca de agir sempre de acordo com a legislação pertinente, nos termos a seguir aduzidos:

* **Lei nº. 1449/2020** que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do ano de 2021, e dá outras providências;

* **Lei nº. 1451/2020** que estima a receita e fixa a despesa do município no exercício de 2021;



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA

A lei orçamentária nº 1451/2020 em seu Artigo 2º, fixou a previsão e estimou a Receita do município de Sentinela do Sul para o exercício de 2021, na importância total orçada de R\$ 17.900.000,00 (Dezessete milhões e novecentos mil reais), tendo sido a realização efetiva da Receita na ordem de R\$ 21.837.008,45 (Vinte e um milhões oitocentos e trinta e sete mil e oito reais com quarenta e cinco centavos).

É notório e devemos salientar que não só nosso município, o Estado, a nação e o mundo, passaram, que neste ano objeto de análise, após o enfrentamento de uma crise sanitária, onde permaneceram seus resquícios, trazendo prejuízos aos meios de produção existentes em uma sociedade como isso foi refletindo dentro dos municípios, trazendo transtornos não só aos gestores, como aos municipais e aos munícipes que são os usuários finais de toda esta relação.

Foram adotadas medidas através de decretos, medidas essas de natureza organizacional, econômica e financeira para dar sobrevida ao município e não sobrecarregar o contribuinte o qual ajuda a produzir impostos e contribuições para a manutenção da nação.

É reconhecido, que essas medidas trouxeram um risco iminente para diminuição de qualidade na prestação de serviços, havendo sobrecarga de serviço, e tarefas nos servidores que possuem maior capacidade, haja vista o cumprimento de tais medidas. Bem como a adoção de medidas protetivas para preservar a saúde e integridade de nossos servidores, à fim de se evitar perdas manifestas na manutenção dos serviços realizados por esta organização.

E dentro deste contexto atípico, é conveniente aludir que a Receita se realizou dentro das expectativas, concretizando-se totalmente nas Receitas Patrimoniais, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes Somente na realização das Receitas tributária, de contribuições e de serviços,.



III

Conforme podemos de forma nítida, clara e visível observar, a Receita Orçada foi portanto de, R\$ 17.900.000,00 (Dezessete milhões e novecentos mil reais) , tendo sido a realização efetiva da Receita na ordem de R\$ 21.837.008,45 (Vinte e um milhões oitocentos e trinta e sete mil e oito reais com quarenta e cinco centavos), sendo que houve um aumento de R\$ 3.937.008,45 (Três milhões, novecentos e trinta e sete mil e oito reais com quarenta e cinco centavos), se analisarmos o relatório circunstanciado do ano anterior, verificamos que a diferença diminuiu significativamente, mas a diferença diminuindo ainda persiste em virtude da administração realizada em tempos de crise sanitária, que demandou mais gastos em cumprimento das adequações para o desenvolvimento das atividades, com proteção e responsabilidade e com tudo isso no mesmo ambiente, cabe dizer que a produção de trabalho não se demonstrou afetada.

DESPESA

A lei orçamentária n°. 1451/2020, no seu Artigo 3°, fixou e estimou a Despesa para o Exercício de 2021 no montante de R\$ 17.900.000,00 (Dezessete milhões e novecentos mil reais), tendo sido a Despesa Orçamentária efetivamente empenhada na ordem de R\$ 20.521.532,28 (Vinte milhões quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e trinta e dois reais com vinte e oito centavos).

Desse total foi empenhada a despesa de R\$ 20.521.532,28 (Vinte milhões quinhentos e vinte e um mil quinhentos e trinta e dois reais com vinte oito centavos) , tendo sido liquidada a despesa de R\$ 19.306.544,18 (Dezenove milhões, trezentos e seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais com dezoito centavos), e efetivamente pago o montante de R\$ 19.237.723,07 (Dezenove milhões duzentos e trinta e sete mil, setecentos e vinte e três reais com sete centavos), restando assim uma diferença de R\$ 4.104,82 (Quatro mil e cento e quatro reais com oitenta e dois centavos) de restos à pagar.

Quanto à situação dos restos a pagar, ficou constituída em restos a pagar processados a



IV

importância de, que na presente situação possuem suficiência financeira.

Não obstante, mencionar no parágrafo acima, consta observar, que no exercício em análise, não houve insuficiência financeira.

Dentro das expectativas, pode-se dizer que foram atingidas as metas traçadas pelo Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, respeitando-se sempre as limitações e execuções da receita para a realização das despesas. Salientando que todas as receitas e despesas foram contempladas na legislação pertinente.

FINANCEIRO

RECEITA/DESPESA/RESULTADO/DÍVIDA

A Receita orçamentária realizada do exercício de 2021 foi de R\$ 21.837.008,45 (Vinte e um milhões oitocentos e trinta e sete mil e oito reais com quarenta e cinco centavos).

A Despesa orçamentária efetivamente paga no Exercício de 2021 foi de R\$ 19.237.723,07 (Dezenove milhões, duzentos e trinta e sete mil setecentos e vinte e três reais com sete centavos).

Portanto, as receitas realizadas que compuseram o montante antes mencionado, menos as despesas pagas não incluindo os restos a pagar processados e não processados, considerando o movimento de crédito no sistema financeiro menos o movimento de débito no sistema financeiro, resultaram num saldo final de disponibilidades em 31 de dezembro de 2021 representado pelo valor R\$ 1.242.509,81 (Um milhão duzentos e quarenta e dois mil quinhentos e nove reais com oitenta e um centavos).

Destarte, mesmo primando e agindo pelo princípio da economicidade, da continuidade e do bom e perfeito andamento dos serviços públicos, houve recursos para a cobertura suficiente e eficiente dos serviços públicos necessários e essenciais.



V

Desta forma, verifica-se que tivemos um trabalho árduo, eficiente e eficaz para alcançarmos nossos objetivos no Exercício de 2021, sempre primando e mantendo o equilíbrio entre as receitas e despesas e prestando bons serviços à comunidade.

Salienta-se que a dívida fundada encontra-se devida e perfeitamente parcelada, tornando assim exequíveis as ações de prestação dos serviços públicos para o próximo exercício e mantendo o bom, perfeito e fiel equilíbrio e suficiência financeira.

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO e FUNDEB

Quanto ao percentual mínimo de 25% determinado pelo art. 212 da CF de aplicações no MDE, o administrador procurou tomar e adotar todas as medidas e motivações para o bom e suficiente serviço público relacionado à educação.

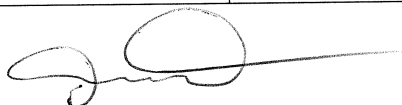
O Executivo do município de Sentinela do Sul considera e sempre considerou a educação e a saúde como elementos imprescindíveis à comunidade, motivo pelo qual sempre agiu da maneira mais correta e adequada ao cumprimento da legislação pertinente.

FUNDEB

Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB	18.015.986,54
Base de Cálculo da Receita Do FUNDEB	3.195.981,92
Cálculo da Despesa com Educação (FUNDEB)	2.479.753,17
Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) – Valor 60%	2.533.121,11
Percentual gasto na educação	71,51

MDE + FUNDEB

Verificação do Limite legal cfe. Inciso VII do Art. 29 da CF.	18.015.986,54
Base de Cálculo da Receita da Educação	3.661.531,02



VI

Cálculo da Despesa com Educação (MDE + FUNDEB)	4.503.996,54
Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) – Valor Aplicado	4.856.308,78
Percentual gasto na educação	26,96%

Por inúmeras e reiteradas vezes foram solicitadas informações e memoriais de cálculos dos percentuais legais e constitucionais a Contadoria, motivo pelo qual realizamos análise e conferência para o cumprimento dos percentuais de acordo com a legislação, motivo pelo qual constatamos que cumprimos as determinações da legislação vigente.

Desta forma, podemos analisar e concluir que o município de Sentinela do Sul/RS aplicou o percentual de **26,96%** em educação, sendo que o limite mínimo constitucional é de 25%, portanto, aplicou 1.96% (um ponto e noventa e seis décimos percentuais) acima do limite constitucional. Bem como nos gastos com o FUNDEB, o município aplicou 71,51%, ficando, portanto, 1,51% acima do limite mínimo determinado pela legislação, tudo conforme se demonstra na tabela anteriormente elaborada.

Tal situação ocorreu ante a grande importância que o Administrador e a comunidade Sentinelense atribuem às ações de educação.

SAÚDE

As despesas com saúde foram realizadas em percentuais acima dos mínimos exigidos pela legislação vigente.

O percentual da saúde foi calculado e realizado da seguinte forma:

Base Receita Saúde - 15% Receita Ajustada	2.702.397,98
Base de Cálculo da Receita da Saúde (ASPS)	2.702.397,98



VII

Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)	3.773.144,00
Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS) - Valor Aplicado	3.773.144,00
Percentual gasto na saúde	20,94%

As ações da saúde pública tiveram o resultado esperado na boa execução das atividades de prevenção e cura, atendimento aos diabéticos, aos pacientes de hemodiálise, a saúde da mulher, a saúde mental e ao idoso e criança.

Dentro das limitações técnicas e de recursos financeiros, esta Administração com fidelidade e honestidade esmerou-se ao máximo no cumprimento do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias, e da execução do Orçamento, embora, algumas vezes tendo que corrigir falhas, próprias das ações humanas, mas sempre com o objetivo de prestar serviços públicos justos, perfeitos e com qualidade, visando o bem estar social e atendendo as necessidades e aos anseios da comunidade. A saúde de Sentinela do Sul constitui-se num dos elementos de maior importância, haja vista, que aplicamos em saúde e educação valores bem superiores aos limites constitucionais estabelecidos. Tal situação, de aplicação acima dos percentuais constitucionais, ocorreu ante a necessidade atual da população, de forma que não medimos esforços em prestar bons serviços nessas duas áreas.




CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as informações prestadas no presente relatório circunstanciado do Prefeito de Sentinelado Sul referente ao ano de 2021, a administração municipal evidenciou no concernente a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que atendeu aos princípios da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), haja vista que primou por uma gestão orçamentária equilibrada, por outro lado, economia nos gastos, finalizando o exercício com recursos suficientes para o pagamento das suas contas e, ainda, com geração de caixa para o ano de 2022.

A partir da avaliação detalhada das metas atingidas, considerando as atribuições de cada Secretaria, podemos verificar que os recursos públicos foram aplicados nas diversas áreas, atuando tanto em ações contínuas, como em projetos voltados diretamente à população.

Acreditamos estar revertendo os esforços da comunidade através dos pagamentos de impostos em seu benefício por meio dos serviços públicos prestados em saúde, educação, assistência social, cultura, desporto, lazer, infra-estrutura urbana e rural, promoção industrial, comercial e de serviços, bem como atuação na preservação e proteção do meio ambiente e na complementação de ações que são de competência de outras esferas governamentais.

A avaliação detalhada das metas também detectou que a maioria delas não foram totalmente atingidas, o que teve como principal causa a correta administração e aplicação dos recursos orçamentários próprios e, em alguns casos o recebimento de recursos referentes a projetos enviados a outras esferas governamentais. Salientamos que as metas não atingidas, consideradas de relevância para o funcionamento do serviço público e para o bem estar



IX

da população foram novamente contempladas na legislação pertinente.

No exercício de 2021, a despesa com pessoal do Poder Executivo Municipal e do Poder Legislativo, estiveram dentro dos limites constitucionais da LC 101/00, conforme pode se observar mediante certidão que será expedida pelo próprio TCE/RS confirmando tal constatação.

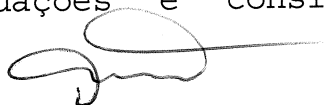
No que se refere à aplicação dos recursos em educação e saúde, evidenciou-se que o Município, alcançou o percentual de investimento de 26,96% (Educação), dos seus impostos e transferências constitucionais em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e FUNDEB, superando a aplicação mínima de 25% exigida pelo art. 211, § 2º e art. 212 da CF/88, e 20,94% (saúde) em ações e serviços públicos de saúde, superando a aplicação mínima de 15% instituída através do art. 77, § III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Imperioso também ressaltar, que o município no exercício de 2021 cumpriu com o disposto no Artigo 167, III (conforme estabelecido no Art. 53 § 1º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000) da Constituição Federal de 1988.

Igualmente, também cumpriu com o disposto nos Artigos 11, 23, 52, 55 § 2º da Lei Complementar 101/2000.

Por fim, entendemos que as informações prestadas no presente relatório atendem ao exigido na letra "a" do Artigo 113 da Resolução 544/2000 (Regimento Interno), com as alterações da Resolução 591/2002 desta egrégia Corte de Contas.

Sem mais a acrescentar para o momento, eram essas as circunstâncias que mais nos despertaram atenção e que ora relatamos certos de ter oferecido e esclarecido todas as situações e considerações necessárias.



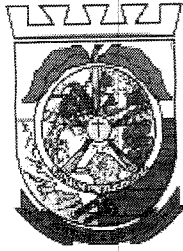
X

Sentinela do Sul/RS, 28 de março de 2022.

José Flávio Raphaelli Trescastro
Prefeito Municipal

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Prefeito de Sentinela do Sul/RS
Período de 01/01/2021 a 31/12/2021

XI



Município de Sentinela do Sul

GESTÃO 2017 - 2020

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL

Na qualidade de responsável pela Unidade central do Controle Interno do Município de Sentinela do Sul, vem apresentar Relatório do Poder Executivo, relativo ao **Exercício de 2021**, em conformidade com o previsto no art.74 da Constituição da República, artigo 59 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto no art.2º, inciso I, letra "b" da Resolução nº962, de 19 de dezembro de 2012, e Resolução nº 1028, de 04 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado.

1. Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº1002 de 28 de maio de 2009 e regulamentado pelo Decreto nº682/2011 datado de 14 de janeiro de 2011, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº440/2014. E Revoga portaria nº477/2014 tão somente quanto ao servidor. Portaria nº211/2015 datado de 18/05/2015 revoga tão somente quanto ao servidor.

2. O responsável pela UCCI desenvolveu suas atividades (de forma particionada): Foram emitidos Relatórios Bimestrais protocolados por processo de requerimento, através de Recomendações, e enviadas ao Poder Executivo, visando a sanar irregularidades ou deficiências administrativas detectadas. Dando início aos trabalhos a UCCI (Unidade Central do Controle Interno) desenvolveu verificações junto aos sistemas SIOPE, SIOPS, SICONFI, Receita Federal do Brasil, em busca de pendências e irregularidades, que possam causar transtornos a municipalidade.

OS RELATÓRIOS EMITIDOS AO PREFEITO ABAIXO-RELACIONADOS:

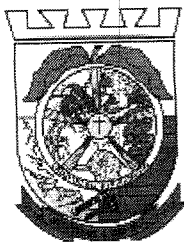
- PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/01/276 – Requisição do Relatório Circunstanciado da SMS do ano de 2020.

PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/02/405 – Ofício do TCE requisitando informações

PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/03/546– Solicita que providenciem a nova constituição do CMS.

- PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/03/772 – Solicita resoluções de questionários do TCE par Assistência Social.

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/03/773 – Solicita resoluções de questionários do TCE para o Meio Ambiente.

- PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/03/774 – Solicita resoluções de questionários do TCE para Educação.

PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/01/775 – Solicita resoluções de questionários do TCE para Saúde.

- PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/07/1610 – Requisita criação de empenhos para quitação de débitos oriundos de pesquisas de débitos;

PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/07/1746 – Solicita reunião com a Fazenda e a Educação, para que tomem providências referentes aos índices de gastos constitucionais do fundeb no primeiro e segundo bimestre;

PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/08/1891 – Sugere ao setor de licitações que verifique com a assessoria jurídica o edital nº 25/2021 item 5.

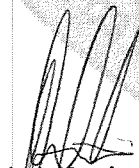
- PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/08/2056 – Solicita que sejam confeccionados documentos de licitação, dispensa e inexigibilidade, contendo a qualificação da empresa, o objeto do negócio jurídico em questão bem como a validade da proposta, etc...

- PROCESSO DE REQUERIMENTO Nº 2021/12/3032 – Documento onde se requer cautela para concessão de direitos da relação de trabalho para os servidores.

COM REFERÊNCIA À CONTAS DE GOVERNO DE 2021:

De acordo com os anexos enviados, as certidões, os pareceres emitidos pelo CMS, CME, e demais verificações inerentes ao exercício de 2021, sugiro a **APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021.**

Sentinela do Sul, 29 de março de 2022.


José Márcio Boeira de Souza
Responsável pelo Controle Interno

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067




Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

DECLARAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

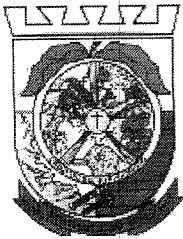
Aos 28 dias do mês de março de 2022, venho por meio deste informar, que não houve nenhuma requisição de tomadas de contas especiais, seja por qualquer ente, do exercício de 2021.

Sentinela do Sul (RS), 28 de março de 2022.



Contador José Márcio Boeira de Souza
UCCI/CEAT/CEPC
PM de Sentinela do Sul

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



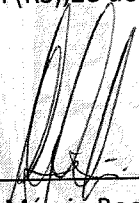
Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

PARECER DA UCCI PARA SAÚDE E SEUS RECURSOS VINCULADOS

Aos 28 dias do mês de março de 2022, em análise e acompanhamento, aos recursos da Saúde e seus recursos vinculados, durante o exercício de 2021.

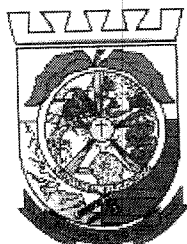
Diante do exposto, e do acompanhado, de forma particionada dou o meu Parecer favorável.

Sentinela do Sul (RS), 28 de março de 2022.



Contador José Márcio Boeira de Souza
UCCI/CEAT/CEPC
PM de Sentinela do Sul

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067




Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

PARECER DA UCCI PARA MDE E RECURSOS VINCULADOS DA EDUCAÇÃO

Aos 28 dias do mês de março de 2022, em análise e acompanhamento, aos recursos vinculados ao ensino e aos recursos do MDE, durante o exercício de 2021.

Diante do exposto, e do acompanhado, de forma particionada dou o meu Parecer favorável.

Sentinela do Sul (RS), 28 de março de 2022.



Contador José Márcio Boeira de Souza
UCCI/CEAT/CEPC
PM de Sentinela do Sul

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL

Ata nº 001/2021

Comissão de Inventário Patrimonial 2021 – Portaria nº 311/2021

Ata de abertura da realização do inventário anual dos bens patrimoniais 2021.

Aos 22 dias do mês de novembro do ano de 2021, reuniu-se a Comissão de inventário e avaliação de bens móveis, designada pela Portaria nº 311/2021, a fim de iniciar a realização de inventário anual e de encerramento de Exercício ano base 2021, para avaliar e relatar os trabalhos atinentes ao inventário dos bens patrimoniais, pertencentes ao Poder Legislativo e Poder Executivo e os que são cedidos, para fins de atendimento a legislação vigente. Conforme Processo 1660/2021 do Poder Legislativo e Processo 2943/2021 do Poder Executivo. Nada mais havendo a tratar encerro a presente ata que vai assinada por todos os presentes.

Maicon Viegas de Lima
Maicon Viegas de Lima
Comissão Port. 311/2021

Jose Marcio Boeira de Souza
Jose Marcio Boeira de Souza
Comissão Port. 311/2021

Eva Alves Meireles
Eva Alves Meireles

Comissão Port. 311/2021

Charles dos Santos Forte
Comissão Port. 311/2021

Dainá Vasiliauskas
Comissão Port. 311/2021

Vânia Lima de Lima
Vânia Lima de Lima
Comissão Port. 311/2021

Catieli S. A. Assis
Catieli Silva Assis D'Avila
Comissão Port. 311/2021

Fernanda Leite Araújo
Comissão Port. 311/2021

Marcileia Abreu da Silva
Marcileia Abreu da Silva
Comissão Port. 311/2021



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL

Ata nº 003/2021

Comissão de Inventário Patrimonial 2021 – Portaria nº 311/2021

Processo nº 2943/2021

PODER EXECUTIVO

Aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2021, reuniu-se os membros da Comissão de inventário e avaliação de bens móveis e imóveis, designada pela Portaria nº 311/2021 – Processo nº 2943/2021, afim de avaliar e relatar os trabalhos atinentes ao inventário dos bens patrimoniais pertencentes ao Poder Executivo e os que lhe são cedidos, para fins do disposto na legislação vigente. Após efetivado os trabalhos tendo como resultado desse levantamento, a conferência dos bens existentes devidamente identificados com respectivo número de tombamento, bem como alguns bens novos sem plaqueta de identificação, também verificou-se bens usados cuja placa de tombamento foi perdida ou extraviada, destaca-se que segue os trabalhos do Setor de Patrimônio com o intento de emplaquetar e sugerir mudanças na rotina de recebimento, movimentação e solicitação de baixa para todas as Secretarias e seus respectivos setores. Segue documentação em Anexo. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou a presente Ata, que vai assinada pelos presentes.

Maicon Viegas de Lima
Maicon Viegas de Lima

Comissão Port. 311/2021

Eva Alves Meireles
Eva Alves Meireles

Comissão Port. 311/2021

Dainá Vasiliauskas

Comissão Port. 311/2021

Catieli S. A. D'Avila
Catieli Silva Assis D'Avila

Comissão Port. 311/2021

Marcileia Abreu da Silva
Marcileia Abreu da Silva

Comissão Port. 311/2021

José Márcio Boeira de Souza
José Márcio Boeira de Souza

Comissão Port. 311/2021

Charles dos Santos Forte

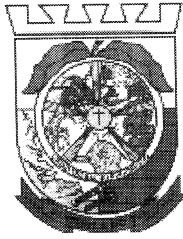
Comissão Port. 311/2021

Vânia Lima de Lima
Vânia Lima de Lima

Comissão Port. 311/2021

Fernanda Leite Araújo

Comissão Port. 311/2021



Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

DECLARAÇÃO SOBRE RENDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que os Agentes Públicos atuantes no poder público de Sentinela do Sul/RS estão em dia com suas declarações de bens e renda nos moldes do Art. 2º, IV da Resolução nº 1134/2020 de 09 de dezembro de 2020.

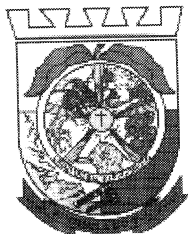
Sentinela do Sul (RS), 25 de janeiro de 2022.

Marilda Munaro
Chefe do Departamento Pessoal
PM de Sentinela do Sul

Ratifico a declaração acima, nesta data.

José Flávio Raphaelli Trescastro
Prefeito Municipal
PM de Sentinela do Sul

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

DECLARAÇÃO SOBRE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Declaramos que foram realizadas as conciliações bancárias, no exercício de 2021, nos moldes do Art. 2º, IV, "e" da Resolução nº 1.134/2020, das seguintes contas:

Relação de todas as contas com saldo em 31 de dezembro de 2021.

BANCO DO BRASIL (001) – AGÊNCIA 0263-1 (Tapes)				
CÓDIGO ST	CONTA	NOME	SALDO BANCÁRIO	SALDO CONTÁBIL
3654	11.419-7	AÇÕES VIGILÂNCIA	9,65	9,65
3653	10.753-0	AFB	140,32	140,32
3748	14.657-9	AFM	340,62	340,62
8144	15.522-5	BPC ESCOLA	654,87	654,87
8140	15.107-6	BRASIL CARINHOSO	446,01	446,01
3638	9.286-X	CEX	22.302,07	22.302,07
3634	15.078-9	CFM	7.478,97	7.478,97
3639	9.614-8	CIDE	37.668,01	37.668,01
7933 (Portaria nº 369/20)	16.687-1	COVIDEPI	36,98	36,98
3640 (livre)	3.730-3	DISPOSIÇÃO - LIVRE	304.604,96	304.604,96
7934 (ass social) LC nº 173/20			29,92	29,92
7935 (livre) LC nº 173/20			0,00	0,00
7939 (saúde) LC nº 173/20			0,00	0,00

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de Sentinela do Sul

GESTÃO 2017 - 2020

3845	6.346-0	DNPM	45,27	45,27
7925 (FEP)	7.067-X	FEP	649.826,75	649.826,75
7924 (cessão onerosa)			11.694,55	11.694,55
7921 (farmácia básica)	16.014-8	FMS CUSTEIO SUS	712,18	712,18
7922 (piso de atenção básico)			0,00	0,00
7923 (vigilância em saúde)			46.932,08	46.932,08
7926 (incentivo financeiro APS)			345.066,99	345.066,99
7965 (agente comunitário de saúde)			39.974,97	39.974,97
8176 (rede cegonha)			56,00	56,00
8184 (vigilância sanitária)			6.000,00	6.000,00
7927 (covid-19) Portaria nº 480 e 774/20			0,00	0,00
7938 (covid-19) Portaria nº 1.666/20			0,00	0,00
7940 (covid-19) Portaria nº 1.857/20			0,00	0,00
7947 (covid-19) Portaria nº 2.358/20			0,00	0,00
7948 (covid-19) Portaria nº 2.405/20			0,00	0,00
7949 (covid-19) Portaria nº 2.222/20			0,00	0,00
7950 (covid-19) Portaria nº 2.222/20			0,00	0,00

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

7951 (covid-19) Portaria nº 2.222/20			0,00	0,00
7953 Crescer Saudável/Saúde na Escola Port. nº 2141/20			16.022,40	16.022,40
7952 (covid-19) Portaria nº 2.516/20			0,00	0,00
8159 (covid-19) Portaria nº 2.994/20			0,00	0,00
8168 (covid-19) Portaria nº 731/2021			0,00	0,00
8169 (covid-19) Portaria nº 894/21 - art. 2º inciso I			0,00	0,00
8170 (covid-19) Portaria nº 894/21 - art. 2º inciso II			0,00	0,00
8171 (covid-19) Portaria nº 894/21 - art. 2º inciso III			0,00	0,00
6515	16.021-0	FMS INVEST	299,79	299,79
3732	13.450-3	FMS VIGILÂNCIA	0,02	0,02
5694	14.174-7	FNS INVAN	2.684,64	2.684,64
6539	16.136-5	FUNDEB	820.828,41	820.866,33
3645	7.686-4	FUS	669.227,82	669.227,82
8145	15.525- X	GBF	8.149,81	8.149,81
8146	15.526-8	GSUAS	3.909,34	3.909,34
8155	11.005-1	HIPERTENSÃO	30,75	30,75
3636	283.143- 0	ICMS EXPORT	22.957,42	22.957,42

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

3637	7.085-8	ITR	30.815,06	30.815,06
8163	16.048-2	MAC FNAS	920,89	920,89
3642	1.205-X	MDE	607.835,77	607.835,77
3655	12.349-8	PNAE (merenda escolar)	15.692,12	15.692,12
8161	9.472-2	PNAT	58.485,68	18.485,68
6534	16.110-1	MP 81 EDUC	12,29	12,30
3657	13.096-6	PDDE	582,26	582,26
8143 (PSB)	15.534-9	PSB/PBFI	25.142,60	25.142,60
8162 (SCFV)			20.187,18	20.187,18
7945 (COVID-19) Portaria nº 369/20			4.369,16	4.369,16
7937	9.265-7	QSE (salário- educação)	229.056,43	229.056,43
3652	11.319-0	SNA (simples nacional)	73.186,69	73.186,69
7954	16.920- X	Lei Aldir Blanc	561,56	561,52
8183	17.479-3	SIGTV Estr4	100.563,91	100.563,91

BANRISUL (041) - AGÊNCIA 1122 (Sentinela do Sul)				
CÓDIGO ST	CONTA	NOME	SALDO BANCÁRIO	SALDO CONTÁBIL
BANCO DO BRASIL (001) - AGÊNCIA 0263-1 (Tapes)				
CÓDIGO ST	CONTA	NOME	SALDO BANCÁRIO	SALDO CONTÁBIL
3654	11.419-7	AÇÕES VIGILÂNCIA	9,65	9,65
3653	10.753-0	AFB	140,32	140,32

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 - Centro - Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de Sentinela do Sul

GESTÃO 2017 - 2020

Página
292

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
5

Peça
4223181

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P04060FA

3748	14.657-9	AFM	340,62	340,62
8144	15.522-5	BPC ESCOLA	654,87	654,87
8140	15.107-6	BRASIL CARINHOSO	446,01	446,01
3638	9.286-X	CEX	22.302,07	22.302,07
3634	15.078-9	CFM	7.478,97	7.478,97
3639	9.614-8	CIDE	37.668,01	37.668,01
7933 (Portaria nº 369/20)	16.687-1	COVIDEPI	36,98	36,98
3640 (livre)	3.730-3	DISPOSIÇÃO - LIVRE	304.604,96	304.604,96
7934 (ass social) LC nº 173/20			29,92	29,92
7935 (livre) LC nº 173/20			0,00	0,00
7939 (saúde) LC nº 173/20			0,00	0,00
3845	6.346-0	DNPM	45,27	45,27
7925 (FEP)	7.067-X	FEP	649.826,75	649.826,75
7924 (cessão onerosa)			11.694,55	11.694,55
7921 (farmácia básica)	16.014-8	FMS CUSTEIO SUS	712,18	712,18
7922 (piso de atenção básico)			0,00	0,00
7923 (vigilância em saúde)			46.932,08	46.932,08
7926 (incentivo financeiro APS)			345.066,99	345.066,99
7965 (agente comunitário de saúde)			39.974,97	39.974,97
8176 (rede cegonha)			56,00	56,00

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

8184 (vigilância sanitária)			6.000,00	6.000,00
7927 (covid-19) Portaria nº 480 e 774/20			0,00	0,00
7938 (covid-19) Portaria nº 1.666/20			0,00	0,00
7940 (covid-19) Portaria nº 1.857/20			0,00	0,00
7947 (covid-19) Portaria nº 2.358/20			0,00	0,00
7948 (covid-19) Portaria nº 2.405/20			0,00	0,00
7949 (covid-19) Portaria nº 2.222/20			0,00	0,00
7950 (covid-19) Portaria nº 2.222/20			0,00	0,00
7951 (covid-19) Portaria nº 2.222/20			0,00	0,00
7953 Crescer Saudável/Saúde na Escola Port. nº 2141/20			16.022,40	16.022,40
7952 (covid-19) Portaria nº 2.516/20			0,00	0,00
8159 (covid-19) Portaria nº 2.994/20			0,00	0,00
8168 (covid-19) Portaria nº 731/2021			0,00	0,00
8169 (covid-19) Portaria nº 894/21 - art. 2º inciso I			0,00	0,00
8170 (covid-19) Portaria nº 894/21 - art. 2º inciso II			0,00	0,00
8171 (covid-19) Portaria nº 894/21 - art. 2º inciso III			0,00	0,00
6515	16.021-0	FMS INVEST	299,79	299,79
3732	13.450-3	FMS VIGILÂNCIA	0,02	0,02

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de Sentinela do Sul

GESTÃO 2017 - 2020

Página
294

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
7

Peça
4223181

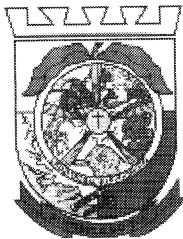
DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P04060FA

5694	14.174-7	FNS INVAN	2.684,64	2.684,64
6539	16.136-5	FUNDEB	820.828,41	820.866,33
3645	7.686-4	FUS	669.227,82	669.227,82
8145	15.525-X	GBF	8.149,81	8.149,81
8146	15.526-8	GSUAS	3.909,34	3.909,34
8155	11.005-1	HIPERTENSÃO	30,75	30,75
3636	283.143-0	ICMS EXPORT	22.957,42	22.957,42
3637	7.085-8	ITR	30.815,06	30.815,06
8163	16.048-2	MAC FNAS	920,89	920,89
3642	1.205-X	MDE	607.835,77	607.835,77
3655	12.349-8	PNAE (merenda escolar)	15.692,12	15.692,12
8161	9.472-2	PNAT	58.485,68	18.485,68
6534	16.110-1	MP 81 EDUC	12,29	12,30
3657	13.096-6	PDDE	582,26	582,26
8143 (PSB)	15.534-9	PSB/PBFI	25.142,60	25.142,60
8162 (SCFV)			20.187,18	20.187,18
7945 (COVID-19) Portaria nº 369/20			4.369,16	4.369,16
7937	9.265-7	QSE (salário-educação)	229.056,43	229.056,43
3652	11.319-0	SNA (simples nacional)	73.186,69	73.186,69
7954	16.920-X	Lei Aldir Blanc	561,56	561,52
8183	17.479-3	SIGTV Estr4	100.563,91	100.563,91

BANRISUL (041) - AGÊNCIA 1122 (Sentinela do Sul)

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 - Centro - Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

Página
295
Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
8

Peça
4223181

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P04060FA

CÓDIGO ST	CONTA	NOME	SALDO BANCÁRIO	SALDO CONTÁBIL
8158	04.175.511.0-9	AQUISIÇÃO FRALDAS	1,63	1,63
3693	04.065.519.0-7	AFB II	9,07	9,07
3689	04.017.646.0-0	APLICAÇÃO	1.810.248,70	1.810.248,70
3674	04.023.856.0-3	CÂMARA DE VEREADORES	7.955,65	7.955,65
3671	04.022.627.0-6	CENTRO DESPORTIVO	314,50	314,50
7936	04.176.938.0-9	CONCURSO 2019	51.900,00	51.900,00
3673	04.017.318.0-6	DISPOSIÇÃO - LIVRE	330.310,60	330.570,27
3701	04.174.898.0-2	ESF SANTA CLARA	10,47	10,47
3691	04.064.600.0-6	EVENTOS MUNICIPAIS	30,65	30,65
7930	04.065.520.0-8	FARMÁCIA BÁSICA - DIABETES	60.356,35	60.356,35
3678	04.023.714.0-8	FARMÁCIA BÁSICA - INCENTIVO	205,20	205,20
6532	04.067.728.0-6	FUNDO MUNIC ASSIST SOCIAL	5.881,97	5.881,97
8173	04.032.379.0-6	TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	1.382,73	1.382,73
3692	04.032.320.0-2	FUNDO MUNIC MEIO AMBIENTE	49,41	50,53

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067

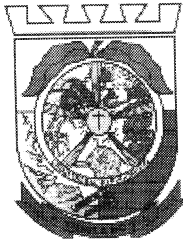


Município de Sentinela do Sul

GESTÃO 2017 - 2020

3679	04.024.145.0-6	FUND MUNIC DIREITOS CRIAN/ADOL	0,21	0,21
8177	04.176.191.0-2	FUMDICA	2.393,59	2.393,59
3775	04.068.578.0-1	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	542,32	542,32
3672	04.017.877.0-8	IPVA	59.626,76	59.626,76
8157	04.065.525.0-4	NAAB (saúde mental)	229.494,33	229.494,33
3677	04.022.717.0-5	PEAT (transporte escolar)	272.649,81	272.649,81
3687	04.032.372.0-9	PISO ATENÇÃO BÁSICO (PAB)/RS	0,99	0,99
3700	04.065.526.0-1	PIES	16.060,59	16.060,59
3695	04.065.521.0-5	PIM II	11.625,47	11.625,47
3675	04.018.343.0-7	PRADEM	49,93	49,93
3676	04.022.017.0-7	SALÁRIO-EDUCAÇÃO/RS	171,62	171,62
3681	04.032.347.0-6	TRIBUTOS	19.728,11	19.754,32
6537	04.176.241.0-6	TROCA-TROCA	2.750,28	1.973,68
3696	04.065522.0-2	EPIDEMIO E PROMO SAÚDE	8,13	207,81
8165	04.177532.0-8	SRAG-COVID19 PORT. N° 256/2021	23,68	23,68

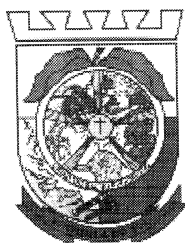
CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

8172	04.177568.0-0	EP 99 - PORT SES RS nº 319/2021	58.190,61	58.230,61
8179	04.177708.0-3	PIAPS - Port. nº 635/21 Rede Cuidar +	30.466,65	30.466,65
8180		PIAPS - Port. nº 635/21 Sociodemográfico	36.534,34	36.534,34
8181		PIAPS - Port. nº 635/21 Incentivo APS (Equipes)	13.075,41	13.075,41
8182	04.177712.0-6	FARMÁCIA CUIDAR + Port. nº 649/21	35.000,00	35.000,00
8148 VINCULADO	04.177042.0-7	CONS POP 2019/2020 FPE 654/2020	19.634,13	19.634,13
8149 CONTRAPART			2.677,32	2.678,32
8174 VINCULADO	04.177489.0-5	CONS POP 20/21 FPE 1588/2021	29.059,38	29.059,38
8178 CONTRAPART			5.101,87	5.241,00
8156	04.030967.02	PMS ARMAZ ATRV AÇUDE CONS POP	448,47	448,47
3697	04.065523.06	FMS CONS POP 2008/2009	11,19	12,00
3698	04.065524.06	FMS CONS POP 2009/2010	13,17	13,17
3684	04.030966.05	PMS PATRULHA AGRIC CONS POP 2006	1.913,47	1.913,47
3683	04.032341.02	CONS POP CPT 2010	1.549,94	1.549,94
CAIXA FEDERAL (104) - AGÊNCIA 0517 (Tapes)				
CÓDIGO ST	CONTA	NOME	SALDO BANCÁRIO	SALDO CONTÁBIL
3690	OPER 006 00000120-1	APLICAÇÃO	2,52	2,52
3660	OPER 006 00000121-0	DISPOSIÇÃO - LIVRE	2.189,89	2.189,89
3661	OPER 006 00000123-6	PRO-MORADIA	661,81	661,81


CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 - Centro - Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067

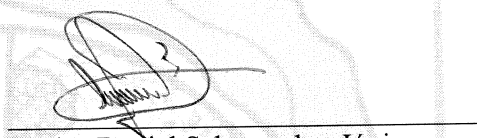


Município de Sentinela do Sul

GESTÃO 2017 - 2020

3662	OPER 006 00000125-2	HABITAR	348,10	348,10
8150 REC VINCUL	OPER 006 00071014-8	PATRULHA MEC CONV Nº 889892/19	8.572,30	8.572,30
8151 CONTRAPA			833,33	833,33
3753	OPER 013 00041721-4	CONTRIB SINDICAL	162.101,11	162.101,11


Eloísa Oliveira da Silveira
Contadora CRCRS nº 39.988
PM de Sentinela do Sul


Carlos Daniel Schumacher Júnior
Tesoureiro Geral
PM de Sentinela do Sul

Ratifico a declaração acima, na presente data:


José Flávio Raphaelli Trescastro
Prefeito Municipal

José Flávio Raphaelli Trescastro
Prefeito Municipal
PM de Sentinela do Sul

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067




Município de Sentinela do Sul

GESTÃO 2017 - 2020

DECLARAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Aos 28 dias do mês de março de 2022, venho por meio deste informar, que não houve nenhuma requisição de tomadas de contas especiais, seja por qualquer ente, do exercício de 2021.

Sentinela do Sul (RS), 28 de março de 2022.



Contador José Márcio Boeira de Souza
UCCI/CEAT/CEPC
PM de Sentinela do Sul

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



Município de Sentinela do Sul

GESTÃO 2017 - 2020

RELATÓRIO DO CONSELHO DO FUNDEB 2021

Aos 28 dias do mês de março de 2022, reuniram-se aqui os membros do CONSELHO DO FUNDEB, juntamente com a Contadora, onde foram apresentadas receitas da contabilidade no Exercício, as despesas de folha de pagamento no valor de R\$ 2.533.121,11, representados pelo percentual de 71,51%, e a Despesa com Educação o valor de R\$ 4.856.308,78 representando o percentual de 26,96% de gastos efetivos com Ensino Municipal, cumprindo dessa forma a legislação vigente. Foi demonstrado que os recursos vinculados foram aplicados a sua finalidade específica, onde foram utilizados para atender os objetos oriundos de suas vinculações, constam de registros próprios, a documentação inerente os mesmos encontram-se arquivados junto aos Empenhos e arquivados junto com os arquivos gerenciais do município.

Diante do exposto o Conselho do Fundeb, emite parecer favorável a Aprovação das Contas da Educação do Exercício de 2021.

Sentinela do Sul (RS), 28 de março de 2022.

Professor Robson Tesch Kologeski
Presidente do Conselho do Fundeb

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067




Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020

PARECER DA UCCI PARA MDE E RECURSOS VINCULADOS DA EDUCAÇÃO

Aos 28 dias do mês de março de 2022, em análise e acompanhamento, aos recursos vinculados ao ensino e aos recursos do MDE, durante o exercício de 2021.

Diante do exposto, e do acompanhado, de forma particionada dou o meu Parecer favorável.

Sentinela do Sul (RS), 28 de março de 2022.



Contador José Márcio Boeira de Souza
UCCI/CEAT/CEPC
PM de Sentinela do Sul

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL- RS



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TURISMO
DESPORTO E CULTURA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2014 - 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL-RS

Júlio Cesar Carvalho

Prefeito

Mário Carvalho Dantas

Vice-Prefeito

Simone Raquel Tesch Barbosa

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

**Comissão Organizadora do Processo de Elaboração do PME e atuantes
do Fórum de Educação**

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Giovana Ronise Bischoff Santos

Representante da Secretaria Municipal da Administração:

Luiz Antônio Salamoni

Representante da Câmara de Vereadores;

Dilvani Correa de Lima

Eva Meireles

Jones Carvalho

Representante do Conselho Municipal de Educação – CME;

Denir Vicentina Golvoni Kologeski de Souza

Representantes de Entidades Sindicais de profissionais da educação;

Paulo Roberto Souza Coutinho

Representante das Escolas Estaduais:

Rosangela Pacheco

Representantes dos estudantes;

Thawilhan Barbosa de Lima

Representantes de Pais e Alunos;

Eliege Lima

Graziela Lemes Schwalm

Representante dos Professores;

Fernanda Leite Araújo

Robson Tesch Kologeski

Tânielle Barbosa de Lima

SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO.....	05
2.INTRODUÇÃO.....	06
3.MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PME-2014-2024.....	08
4.CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	08
4.1 Aspectos Históricos.....	08
4.2 Aspectos Geográficos.....	13
4.3 Símbolos de Sentinela do Sul.....	14
4.4 Aspectos Sócio-Econômicos.....	16
4.5 Aspectos Populacionais	17
4.6 Aspectos Culturais.....	18
4.7 Aspectos Educacionais.....	18
5. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	22
5.1 Caracterização e Diagnóstico.....	24
5.2 Meta e Estratégias.....	25
6. ENSINO FUNDAMENTAL.....	28
6.1 Caracterização e Diagnóstico.....	28
6.2 Meta e Estratégias.....	31
7. ENSINO MÉDIO.....	33
7.1 Caracterização e Diagnóstico.....	33
7.2 Meta e Estratégias.....	35
8. EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	37
8.1 Caracterização e Diagnóstico.....	37
8.2 Meta e Estratégias.....	38
9. EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL.....	41
9.1 Caracterização e Diagnóstico.....	41
9.2 Meta e Estratégias.....	42
10. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	44
10.1 Caracterização e Diagnóstico.....	44
10.2 Meta e Estratégias.....	45
11. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	46
11.1 Caracterização e Diagnóstico.....	47

11.2 Meta e Estratégias.....	49
12. TAXA DE ALFABETIZAÇÃO.....	50
12.1 Caracterização e Diagnóstico.....	50
12.2 Meta e Estratégias.....	51
13. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO.....	52
13.1 Caracterização e Diagnóstico.....	52
13.2 Meta e Estratégias.....	53
14. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	54
14.1 Caracterização e Diagnóstico.....	54
14.2 Meta e Estratégias.....	55
15. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	56
15.1 Caracterização e Diagnóstico.....	56
15.2 Meta e Estratégias.....	57
16. FINANCIAMENTO E GESTÃO.....	60
16.1 Caracterização e Diagnóstico.....	61
16.2 Meta e Estratégias.....	62
BIBLIOGRAFIA.....	64

APRESENTAÇÃO

Há muito se faz preciso que decidamos qual sociedade queremos e tomemos posição para alcançar esse objetivo. A construção e desenvolvimento de qualquer sociedade, esta relacionada à formação da identidade cultural de um povo, a consciência social dos indivíduos, o exercício da cidadania. Sociedade, democracia e educação não são dissociadas, se entrelaçam e se completam, agem em consonância com as necessidades do mundo atual.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.” Paulo Freire

A educação é um fenômeno político, que traduz interesses e objetivos de diferentes grupos sociais e econômicos, os quais são partes integrantes dessas relações, porém sendo capaz de promover relações sociais mais igualitárias, pois só a educação é capaz de transformar o meio no qual vivemos, pode abrir portas para a transformação de uma sociedade mais justa, priorizando o bem em comum entre os indivíduos de uma nação.

Dessa forma é preciso a construção de uma escola autônoma e formadora de cidadãos críticos, atuantes, em que o educando sinta prazer em estudar, de frequentar, de construir e reconstruir o seu conhecimento, como partes integrantes ativos e transformadores do meio no qual estão inseridos.

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Paulo Freire

Para que se torne possível uma educação de qualidade o país está passando por algumas mudanças na estruturação da Educação, o Governo Federal, Estaduais e os Municípios, através do Plano Nacional de Educação, esboçam vinte metas com suas respectivas estratégias, onde preveem ações a serem desenvolvidas na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Integral, Ensino Superior, Ensino Especial e a valorização dos profissionais que atuam na educação.

Então para que a Educação seja igualitária, que fortaleça a diversidade, a cooperação, cidadania, de qualidade, sendo o alicerce transformador para a

construção do futuro a caminho de uma sociedade que esta em movimento e constante de mudanças, dessa forma é necessário o envolvimento de todos: gestores, lideranças, educadores, educandos e família.

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação - PME é um documento que visa contemplar os anseios da sociedade, constitui um instrumento de planejamento visando às diretrizes previstas nos objetivos educacionais para atingir as metas estabelecidas.

O Plano Nacional de Educação, sob a LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Art. 1º - É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

“Art. 214”-. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394/96 – LDB, referindo-se ao artigo 206 da Constituição Federal, estabelece uma base de princípios para o ensino - objeto da legislação educacional - ao estabelecer:

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - “consideração com a diversidade étnico-racial.” (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

A educação do município de Sentinela do Sul, com o presente Plano Municipal de Educação – 2014/2024, elaborado em conformidade com Plano Nacional de Educação/PNE – 2014/2024, está entrando em um novo momento e com novos desafios: de atuar como protagonista para a superação da desigualdade e da exclusão. Para isso, a educação deve estar no centro do projeto de desenvolvimento do Município e ser considerada como bem público e direito social essencial à qualidade de vida de todos os sentinelenses.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF/1988, Art. 227)

O Estado deve assegurar à criança e ao adolescente a Educação Infantil, com o atendimento em creches e pré-escolas (de zero a cinco anos de idade), o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, o acesso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa, a oferta de ensino noturno regular, além do acesso aos esportes, à produção e fruição artística e assistência integral aos estudantes. (ECA/1990, Art. 53, Art. 54; LDBEN/96)

Assim, o presente Plano, fundamentado nos princípios legais citados, subsidiará e orientará, nos próximos dez anos, a educação a ser proporcionada a população do município de Sentinela do Sul.

MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PME – 2014/2024

As metas previstas neste Plano deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME – 2014 a 2024. Para tanto, o município deverá promover a realização de, pelo menos, duas conferências municipais de educação até o final da década, reunindo a comissão que elaborou o Plano Municipal de Educação, com intervalo de até três anos entre elas, com o objetivo de avaliar os indicadores de cada meta e monitorar a execução do PME – 2014 a 2024. A Secretaria Municipal de Educação, Turismo Desporto e Cultura conjuntamente com o Conselho Municipal de Educação articularão as Conferências Municipais.

As estratégias referentes às vinte metas deste plano municipal de educação devem ser executadas da seguinte forma:

A - No primeiro quadriênio deste plano, deverão ter sido implementadas 40% (quarenta por cento) das metas e objetivos previstos no presente plano municipal;

B - No segundo quadriênio, ou seja, em 08 (oito) anos de implementação e aplicação do plano de educação, a municipalidade deverá ter preenchido 80% (oitenta por cento) dos objetivos e metas;

C - Ao final dos 10 (dez) anos, a totalidade das estratégias, metas, objetivos deverão ter sido alcançados na totalidade e integralidade dos 100% (cem por cento).

ASPECTOS HISTÓRICOS

Em 1810 inicio povoamento do município pertencendo a Porto Alegre. A fundação do povoamento veio originar com a doação a Igreja de terra por Francisco Antônio da Cunha e sua mulher Angélica M.^a Conceição em 1819, para que fosse erguida uma Capela em homenagem a Santa de devoção. "Nossa Senhora das Dores". A construção do templo foi um fator de

concentração populacional, pois, antes os habitantes da região, para terem acesso ao sacramento Religioso precisavam dirigir-se à Igreja de Triunfo, situada à cerca de 18 léguas dali. Através do Decreto de 25 de outubro de 1831, sancionou e mandou executar a Resolução originada da Assembleia Geral Legislativa. Por essa Resolução passaram a pertencer à Vila de Triunfo os distritos de Santo Amaro Taquari, Dores de S.J. passando essas Vilas a terem juízes Tabelionários e Contadores. Dessa forma o município de Triunfo passa a ter uma extensão de 17.500Km², quase um Estado.

Após instalar-se a Vila de Triunfo é que a Regência, por Decreto de 13 de novembro de 1832, resolveu fixar normas para a instalação de novas Vilas. Em 4 de maio de 1833 foi então dividida a Vila em 14 Distritos. Esta diferenciação no antigo território de Triunfo serviu de origem a criação, no futuro, de novos Municípios.

Em 29 agosto de 1833 o Distrito de Camaquã, pertencente a Triunfo, foi elevado a freguesia, com a sede e a invocação de N. Sr^a das Dores de Camaquã. Estava plantada a semente da futura emancipação administrativa. A Câmara Municipal de Triunfo continuava a tomar medidas de interesse do Distrito de Dores. Um Ofício de 17 de fevereiro de 1834, da notícia de que Manuel Barbosa era o Procurador da Irmandade de N. S^a das Dores.

Em 15 de abril de 1846 com o fim da Revolução Farroupilha o distrito de Dores, pertencente ao Município de Triunfo, ficava anexo ao da capital. Neste tempo a Freguesia de Dores teve sua vida político-administrativa normalmente exercida na condição de distrito. Mas Dores não desiste de lutar por sua própria autonomia administrativa.

Em seu início Dores teve como centro de interesse comunitário principal o religioso, em função dele, surgiram outros, inclusive o econômico e o político. Dores se constituiu distrito depois a Freguesia primeira de Triunfo; mais tarde de Porto Alegre; por fim de 16 de dezembro de 1857, assinado pelo conselheiro, Ângelo Muniz da Silva Ferroz, foi elevada à categoria de Vila.

Já naquele tempo, a nova Vila demonstrava preocupação com o processo eleitoral; tanto assim que sua Câmara a 20 de dezembro de 1858 anuncia o número de eleitores e de votantes distribuídos em duas paróquias:

- Distrito de Dores - 4 eleitores e 210 votantes.
- Distrito de S. João Batista - 5 eleitores e 255 votantes.

Como nessa época Dolores de Camaquã, cuja existência na condição de Vila apenas começava, estivesse irremediavelmente ameaçada de perder sua autonomia e de ver a sede Municipal transferida para o distrito de São João.

Em 4 de dezembro de 1860 foi assinado um documento pelos vereadores removendo a sede da Vila para a Freguesia de S. João de Camaquã. Em a 20 de novembro de 1861 a Assembleia Legislativa se reúne para uma nova sessão onde Dolores incorpora a Freguesia de S. João Batista e este perde a sua autonomia. Mesmo com toda a luta, Dolores não consegue conservar sua sede e sua autonomia fora em vão. Então é declarado extinto o Município de Dolores a 4 de dezembro de 1861.

Foi um curto período em que Dolores pertenceu ao Município de Porto Alegre, a 31 de outubro de 1862 o Desembargador Francisco de Assis, presidente da Província argumentou a favor do restabelecimento do Município de Dolores.

Em 27 de julho de 1862 no Colégio Eleitoral reuniram-se os Deputados à Assembleia Geral Legislativa para eleger um representante de Dolores de Camaquã onde Dr. Antônio Alves Guimarães de Azambuja ganhou através de uma eleição.

Com a perda de sua sede municipal Dolores sofre uma grande mudança na sua vida política, perdendo a sede administrativa para seu antigo Distrito São João, pois este se torna Vila e inclui em seu território o Distrito de Dolores, a 6 de abril de 1864. Por fim São João consegue elevar-se categoria de Vila de freguesia em 9 de abril do mesmo ano.

Em 7 de janeiro de 1865, assumiram os principais vereadores, entre os quais Bento Gonçalves da Silva Filho. Na Guerra do Paraguai esse município construiu com aproximadamente 1000 homens, entre voluntários e Guardas-nacionais, onde voltaram apenas 400. Isso significava vitória de São João Batista, mas Dolores continuou reivindicando sua autonomia. Depois de ter desaparecido por mais de uma década na qualidade de município autônomo, Dolores, embora com a superfície territorial reduzida quase à metade, consegue novamente a posição de sede de município em 19 de abril de 1875, assinado pelo presidente da Província José Azevedo de Castro em 9 de agosto de 1875, é instalada a Câmara Municipal; os primeiros vereadores tiveram que jurar aos Santos Evangélicos desempenhar as obrigações de vereadores e promover

quando em si couber os meios de sustentar a felicidade do Município; presta este juramento é que ficaram empossados dos feridos cargos.

O município prosseguia no exercício normal de sua vida pública até então. Tais incidentes, entretanto, a expressão de luta entre duas ideologias, a Monarquista e a Republicana. Os Monarquistas tinham a forma de Governo supremo ordinariamente hereditário, diferente dos Republicanos onde sua forma do Governo suprema, mas o poder é exercido temporariamente isso fez com que entrassem em conflito.

Pouco depois, a proclamação da Republica modificou a marcha dos acontecimentos. Passado 10 anos faleceu em Dores seu líder republicano, César Augusto Moreira. Sua morte ocorreu a 18 de agosto de 1899.

Com a morte desse maior líder da região Dores começa a dar para trás na vida política e administrativa, isso causou uma grande mudança e fez com que Dores perdesse sua autonomia.

Logo, mais de vinte anos de vida republicana, Dores de Camaquã ainda sofria as consequências econômicas da abolição da escravatura; da competição de outros mercados em relação aos produtos principais que eram base de sua economia; e do desvio da estrada estadual pelo Porto de Tapes. Esses foram sem dúvida, motivos suficientes para debilitar o organismo funcional do município.

O presidente do Estado do Rio Grande do Sul Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, considera que o município de Dores não tinha mais condições de prover às despesas exigidas pelos serviços que lhe eram encarregados. Considerando que a sua decadência, é manifestada e insuficiente as suas rendas, apesar das fortes contribuições lançadas sobre as minguadas fontes de produção.

Por estes motivos, invocados o conselho, pedi a anexação a Porto Alegre, em janeiro de 1911. Após o curto período de 2 anos e 5 meses em que pertenceu a Porto Alegre, venceram os dorenses, pois foi restabelecido o município de Dores de Camaquã a 15 de junho de 1913, assinado por Borges de Medeiros. Como restabelecimento do município, a 10 de julho de 1913, assume o cargo de intendente provisório Inácio dos Santos Abreu e os conselheiros municipais. Pela Lei Municipal de dezembro do mesmo ano, foi promulgada a Lei Eleitoral do Município.

Com a Revolução de 1923 não foi possível realizar o pleito, suspendendo a eleição que se realizara no dia seguinte.

Porém as 15 h ocorreu um ataque de mão armada, fato até aquele momento desconhecido. A vida de Dores sofrera esse ataque a 25 de junho com aproximadamente 60 homens, comandados por Manuel Batista Martins e João Nunes. Com isso não mais se realizou a eleição.

Em 13 de março de 1924 o vice intendente Barbosa criou a zona colonial serrana do município, um novo distrito, com a denominação de "Terceiro", tendo como sede a povoação "Colônia Rio Grande", hoje é o município de Cerro Grande do Sul.

Em 31 de dezembro de 1925, tomou posse no cargo de intendente Adiles de Araújo Peixoto. É nesse governo que se vai dar a transferência da sede e a mudança do nome para o município de Tapes.

Ao analisarmos a transferência de sede municipal de Dores para Tapes, não podemos, deixar de lembrar a contribuição de Levino Chaves Martins pela imprensa, na propaganda e concretização da mudança para Tapes.

Tapes está localizada na Sesmaria concedida a 21 de maio de 1790, pelo Vice-Rei D. Luis de Vasconcelos. Como fosse Patrício devoto de N.^a Sr.^a do Carmo, obteve em 17 de maio de 1853 licença de D. Feliciano Prates, para poderem celebrar missa, batizados e casamentos em sua fazenda de N.^a Sr.^a do Carmo. Essa licença levou mais tarde a chamar-se de N.^a Sr.^a do Carmo a paróquia de Tapes em homenagem ao fundador da cidade de Tapes, Patrício Vieira Rodrigues.

Em virtude de ter instalado uma charqueada na foz do arroio, na lagoa dos Patos, de haver servido essa charqueada como navegação de sua propriedade e de ter feito sociedade em uma casa comercial na referida charqueada. Em função desse centro de interesse, na Charquada, no porto, navegação e na casa de comércio, é que se originou concentração populacional nesse lugar.

A 6 de janeiro de 1929, houve um plebiscito para decidir quanto à disputa relativa da sede municipal. Em duas sessões extraordinárias, a 16 e 17 daquele mês, foram apurados os votos, ficando transferida a sede municipal para Tapes e Dores ficando como 2º distrito de Tapes.

Desta maneira Dores novamente perde sua autonomia administrativa. Em 29 de novembro de 1938, Dores na condição de 2º Distrito de Tapes, passou a se chamar Vila Vasconcelos, em homenagem ao seu primeiro intendente, Manuel da Cunha Vasconcelos, onde ficou por 4 mandatos sucessivamente, estudou em Portugal deste a infância, tendo feito o curso jurídico na Universidade de Coimbra. Participou da Revolução de 1893 e trabalhou intensamente pela Proclamação da República também fora nomeado Delegado de Polícia, veio a falecer em 1910. Pela quarta vez, Dores de Camaquã obtém sua autonomia administrativa.

Aos vinte dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa e dois, na sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Palácio Piratini, na cidade de Porto Alegre, foi sancionado, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Dr Alceu Collares, a lei Estadual nº 9 584 a criação do Município de Sentinela do Sul.

O município recebeu o nome de Sentinela do Sul por localizar-se em uma zona elevada permitindo que os soldados revolucionários montassem guarda, observando as tropas inimigas, hoje, por sua vez, os habitantes guardam e preservam o que diz respeito ao município e a comunidade.

FONTE: [http: www.sentsul.com.br/símbolos.htm](http://www.sentsul.com.br/símbolos.htm)

ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de Sentinela do Sul esta situado na região Centro-Sul, do Rio Grande do Sul, sua distância da capital, Porto Alegre é de 95 km, ligado pela Br 116, entrando à direita no Km 362.

Seus limites ao norte: Barra do Ribeiro e Sertão Santana; ao sul: Camaquã, ao leste: Tapes, ao oeste: Cerro Grande do Sul.

O município possui zonas rurais (localidades) onde a maior parte população sentinelense reside nestas localidades. Sendo estas: Águas Brancas, Alto de Dores, Araçá, Bela Vista, Bom Recreio, Cerro Chato, costa do Velhaco, Faxinal Queimado, Passo Grande, Pontaleiro, Palmeira, Pitas Potreiro Grande e Santa Barbara.

O clima predominante da região de Sentinela do Sul é o subtropical com incidência de geadas no inverno. Salientado como característica deste tipo

climático constituído em as quatro estações bem definidas, temperatura média entre 14º e 22ºC anualmente. Os ventos que atingem essas localidades costumam interferir no clima. Quando ocorrem durante o verão, recebem o nome de ventos alísios e vem do sudeste; já no inverno, os ventos recebem o nome de minuano ou pampeiro e surgem de massas de ar do Polo Sul.

A vegetação predominante são campos naturais, conhecidos como pampas e mata nativa, o município se localiza entre a faixa de transição da planície costeira da Lagoa dos Patos e o Planalto Sul-rio-grandense, Os morros são cobertos de plantas características da região, tais como figueiras, caporococas, butiazeiros, vassoura vermelha, endêmicas acácia e eucaliptos.

SÍMBOLOS DE SENTINELA DO SUL-RS

BRASÃO

O Brasão é um dos símbolos do nosso município, bem como, a Bandeira e o Hino.

O Brasão fica no centro da Bandeira de Sentinela do Sul e contém elementos com significados relevantes.

Escudo configurado pela ilustração de uma laranja partida ao meio, no sentido vertical, com linhas divisórias, em prosseguimento aos raios solares, formando cinco campos em forma de fatias e bolo centro um sol.

Fatia I- ilustração de folhas de erva-mate, numa homenagem aos pioneiros, na época que eram consideradas culturas silvestres. A cuia e a bomba de chimarrão traduzem a amizade, a cultura e a hospitalidade do povo, além do trabalho artesanal desenvolvido no município.

Fatia II-IV- a agricultura representada por folhas de fumo e um feixe de arroz, estampado ratificam duas das culturas de vital importância na economia do município.

Fatia III- a escolha da ave Quero-quero foi pelo aspecto representativo /externo pelo qual é conhecido o nosso Estado e o sentido que lhe é conferido como: “Sentinela avançado dos Pampas”.

Fatia V- A força de trabalho dos haras, ovinocultura, pecuária e reflorestamento, representam um conjunto de fatores de extrema importância, no contexto econômico.

Parte externa: Complementando o Brasão, na parte superior, vê-se uma coroa mural, com cinco torres vazadas e na parte inferior, uma fita com os dizeres: 20/03 – Sentinela do Sul -1992.

FONTE: <http://www.sentsul.com.br/simbolos.htm>

HINO

Hino de Sentinela do Sul-RS

No horizonte a esperança
o progresso e o amor,
lindos bosques serenos,
num jardim de esplendor.

Sentinela do Sul,
minha terra abençoada,
vigilante soldado,
nobre estrela iluminada.

Teus heróis no passado,
construíram sua história,
mas o vinte de março
fez-te livre com vitória.

Sentinela do Sul
minha terra abençoada,
vigilante soldado,
nobre estrela iluminada.

Pioneiros valentes,
Os teus campos cultivaram,
Construindo riquezas
O futuro anunciaram.

Sentinela do Sul,
minha terra abençoada,
vigilante soldado,
nobre estrela iluminada.

FONTE: <http://www.sentsul.com.br/simbolos.htm>

ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS

As atividades econômicas do município estão centralizadas no setor primário, onde na agricultura destacamos culturas temporárias e culturas permanentes. Sendo as culturas temporárias as que mais se destacam são: arroz, fumo, soja, mandioca, batata, milho, cana-de-açúcar, entre outros produtos. As culturas permanentes que sobressaem são: abacate, caqui, figo, limão, laranja, banana, goiaba, pêssego, tangerina, uva e pera.

Na pecuária, predomina-se a criação de bovinos tanto para pecuária leiteira como de corte. O município também possui criação de ovinos, galináceos, suínos, codornas, equinos, bufalinos, alevinos e caprinos. Salientando a piscicultura e apicultura que esta sendo desenvolvida.

O município de Sentinela do Sul é rico em reservas de granito, sendo este extraído para a utilização da construção civil, nos últimos anos está sendo explorado acrescentando mais fonte de obtenção renda para a população do município.

No setor secundário a indústria de beneficiamento de produtos alimentares representa quase sua totalidade, com os engenhos de beneficiamento de arroz. As indústrias de transformação são compostas por Indústria de cerâmicas (tijolos e telhas), confecções e fábricas de móveis.

O setor terciário é composto por comércio de lojas de confecções, supermercados, autopeças e contamos com duas agências bancárias SICREDI

e BANRISUL. Um posto de atendimento do BRADESCO e uma agência lotérica.

ASPECTOS POPULACIONAIS

Segundo o Censo Demográfico de 2000, a população de Sentinela do Sul era de 4982 habitantes, com população urbana de 1 183 habitantes, e população rural com 3 709 habitantes. População total, conforme dados do último Censo Demográfico, 2010 é de 5 198 habitantes.

População estimada em 2014, 5 463 habitantes. Tendo a densidade demográfica 18,43 habitantes por Km².

Tabela População do Município de Sentinela do Sul Faixa Etária- Censo 2010.

População Localização Faixa/Etária	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais Total	Total
Urbana	2000	88	32	145	79	114	192	532	1182
	2007	73	34	183	66	133	199	527	1215
	2010	53	27	204	58	114	178	648	1282
Rural	2000	258	109	643	227	352	572	1 547	3 708
	2007	221	113	600	212	439	503	1 880	3 968
	2010	164	127	539	208	430	523	1 925	3 916
Total	2000	346	141	788	306	466	764	2 079	4 890
	2007	294	147	783	278	572	702	2 407	5 183
	2010	217	154	743	266	544	701	2 573	5 198

FONTE: (1) IBGE CENSO 2000 E 2010 E CONTAGEM 2007; (2) IBGE 2008, A PREÇOS CORRENTES (1 000 R\$); (3) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PNUD 2000; (4) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA UNICEF 2004;(5) IBGE CENSODEMOGRÁFICO DE 2000.

Ao analisarmos a dinâmica populacional do município de Sentinela do Sul, nota-se que ao observarmos a pirâmide por faixa etária apresenta redução consideravelmente no número de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos e no número de jovens, aumentando por outro lado o número da população adulta e de idosos.

ASPECTOS CULTURAIS

A cultura no município de Sentinela do Sul tem suas origens marcadas no tradicionalismo gaúcho, tendo como valores o resgate e a preservação das nossas raízes culturais. As manifestações culturais na área da dança esta sendo desenvolvida nas áreas do tradicionalismo e ballet.

Na música, destaca-se, neste momento, a banda estudantil, bem como diversos grupos instrumentais e vocais. As manifestações culturais geralmente acontecem no município, com razoável frequência, festas nas localidades.

Os eventos culturais mais significativos do município realizam-se no mês de setembro, durante a semana farroupilha, atividades referentes ao 20 de setembro, realizadas no parque de eventos do município. Ainda neste mês acontece a festa em homenagem à padroeira do município, Nossa Senhora das Dores.

Anualmente é realizado um rodeio campeiro no Parque de Eventos do município, para comemorar o aniversário de emancipação.

Há também a festa do Colono e do Motorista realizado no mês julho, que tem como finalidade de valorização do agricultor do município, tendo em vista que a agricultura é a principal fonte de renda do município. Da mesma forma o reconhecimento ao motorista que transporta a produção local.

No mês de dezembro é comemorado o Natal Gaudério com chegada do Papai Noel de tirolesa e com distribuição de brinquedo para as crianças.

Observando outro aspecto referente à cultura e o desporto são os campeonatos realizados anualmente nas categorias de areia e salão.

ASPECTOS EDUCACIONAIS

Sistema Municipal de Educação

A Rede Municipal de Sentinela do Sul é vinculada a 12ª Coordenadoria Regional de Educação do Estado.

Diretoria de Ensino:

Seção de Expediente e Serviços Gerais;

Seção de Apoio Pedagógico;

Seção de Biblioteca Pública;

Seção de Cultura e Desporto.

Seção de Transporte Escolar.

Seção da Alimentação Escolar

Departamento de Ensino:

Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Jose Soares

Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac

Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Schmidt

Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio

Escola Municipal de Ensino Fundamental São João Batista

Centro de Educação Infantil Professora Geni Carmélia Pacheco Trescastro

REDE ESCOLAR ESTADUAL

Escola Estadual de Ensino Fundamental Gustavo Wurdell. 1º ano ao 9º ano.

Instituto de Educação Professor Luiz Ferreira- 1º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

REDE ESCOLAR MUNICIPAL

A Rede Escolar do município de Sentinela do Sul é composta com as seguintes instituições:



Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Jose Soares – Educação Infantil, 4 e 5 anos, 1º ao 7º ano.

Nº de Alunos: 133

Nº de Professores: 10



Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac 1º ano ao 5º ano.

Nº de Alunos: 54

Nº de Professores: 5



Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Schmidt -4 e 5 anos, 1º ao 9º ano.

Nº de alunos: 99

Nº de professores: 10



Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio – 1º ano ao 5º ano

Nº de Alunos: 51

Nº de Professores: 05



Escola Municipal de Ensino Fundamental São João Batista – 1º ano ao 5º ano.

Nº de Alunos: 24

Nº de Professores: 02



Centro de Educação Infantil Professora Geni Carmélia Pacheco Trescastro – Educação Infantil 2, 3, 4, e 5 anos.

Nº de Alunos: 63

Nº de Professores: 04

ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Escolas	Almoxarifado	Auditório	Refeitório	Direção	Quadra de Esportes	Laboratório de Ciências	Laboratório De Informática	Parque Infantil	Sala de Aula	Sala De Professores	Sala de Leitura	Sala de TV e Vídeo	Sala de Recurso	Sala de apoio Pedagógico
E M E F Santo Antônio			X		X			X						
E M E F Pedro Schmidt	X		X	X	X			X		X	X			
E M E F São Joao Batista			X		X			X			X			
E M E F Manoel Jose Soares	X		X	X	X		X	X		X	X			
E M E F Olavo Bilac			X				X	X		X	X			
Centro de Ed. Infantil Profª Geni C P Trescastro	X		X	X				X			X			

Ao avaliarmos os espaços físicos das escolas municipais, ressaltamos que é necessário maior infraestrutura com construção de novos espaços tais como: salas de aula, laboratório de informática, laboratório de ciências, auditórios, sala de recursos, salas de leitura, entre outros.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, cabe aos municípios oferecer, gratuitamente, a Educação Infantil em creches ou entidades equivalentes para crianças de até 3 anos de idade, e também em pré-escolas, para crianças de 4 a 5 anos.

A Educação Infantil é definida pela LDBEN como a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Os princípios apontados nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil devem ser observados na elaboração das propostas pedagógicas das instituições:

- éticos - de autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito;
- políticos - dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- estéticos - da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

A Educação Infantil vem passando por um longo e permanente processo de transformação no Brasil, especialmente nas últimas duas décadas. Anteriormente, as escolas responsáveis pela fase inicial do aprendizado da criança, adquiriam caráter de assistência social. Atualmente, é consenso que essas instituições são, sim, um assunto do âmbito da Educação. Os especialistas, educadores e pesquisadores na área da educação reconhecem a importância do desenvolvimento integral nos primeiros anos de vida e consideram que a vivência escolar como parte essencial desse processo. Sabemos que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) define a Educação Infantil

como "primeira etapa da educação básica" (artigo 29) e delegue a ela a finalidade de "desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade", na prática, ainda há muito a se fazer e investir nesse sentido, especialmente no ensino público, uma responsabilidade dos governos municipais.

Embora o cuidar e o educar sejam processos interligados, pois um completa o outro, se faz necessário a distinção de ambos para termos uma compreensão coerente em suas semelhanças e diferenças. O educar é propiciar a criança oportunidades de desenvolver suas capacidades e habilidades. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil diz que:

Educar significa, portanto propiciar situações de cuidados, brincadeira e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança ao acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (1988, p.24).

Educar significa proporcionar à criança momentos, espaços e valores de diversas formas e natureza, através da ludicidade, da brincadeira e da troca.

Permitir à criança um ambiente acolhedor, onde ela possa ter liberdade de expressão, sendo vista como sujeito de direitos. Oportunizar a esse ser o despertar de suas potencialidades e capacidades, proporcionado uma aprendizagem significativa, interagindo através do lúdico, da construção do diálogo, do relacionamento mútuo. Cabe ao educador oportunizar um ambiente estimulador associado à realidade do educando, para que seja um constante desafio o ato educativo. É o educar para a vida e para o exercício da cidadania.

Cuidar significa auxiliar a criança em seus primeiros passos. O cuidar não é restrito ao aspecto biológico do corpo é associado também à dimensão afetiva. Pois, a criança precisa de segurança, apoio e incentivo e envolvimento do professor. É relevante considerar as necessidades das crianças que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem nos fornecer dados significativos sobre a qualidade do que estão recebendo. Cabe ao educador estabelecer vínculo com quem é cuidado, auxiliando a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atende-las de forma eficaz.

Segundo o Referencial Curricular para a Educação Infantil nos diz que:

Cuidar da criança é, sobretudo dar atenção; Educar significa, portanto propiciar situações de cuidados, brincadeira e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança ao acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (1998,p.25).

Cabe a nós, profissionais da educação infantil, equilibrar estes dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. Sabemos que, por serem pequenos, necessitam de cuidados primários: alimentação, higiene, segurança... Por outro lado, não podemos esquecer de que a criança vive um momento fecundo, em que a interação com as pessoas e as coisas do mundo vai levando-a a atribuir significados àquilo que a cerca. As crianças passam a participar de experiências culturais, próprias de seu grupo social, o que chamamos de educação. É neste sentido que devemos entender a criança como cidadã de direito, agente, membro e construtora de culturas. Uma criança a ser ouvida e não apenas que escuta. Criança que pensa junto e não que os outros pensam por ela.

Diagnóstico:

O município atende atualmente 10 crianças de 2 a 3 anos, no Centro de Educação Infantil Professora Geni Carmélia Pacheco Trescastro e 76 crianças de 4 a 5 anos em toda a Rede Municipal.

EDUCAÇÃO INFANTIL/ NÚMERO DE MATRÍCULAS

	2007	2009	2012
Rede Municipal de Educação	76	95	57
Rede Estadual de Educação	-	-	-
Total	76	95	57

Precisamos ampliar o número de atendimentos à crianças na faixa de 0 a 3 anos, pois conforme censo (2010) está atendendo 3,3% da população. A estimativa de nascimentos é de aproximadamente 100 nascimentos por ano, conforme a secretaria municipal de saúde.

Número de matrículas na idade pré escolar na faixa de 4 a 5 anos em

cada localidade do município esta atendendo quase em sua totalidade, há vagas nas escolas que atendem a Educação Infantil.

Avaliação da Educação Infantil quanto à infraestrutura, pode ser melhorada com novos materiais de infraestrutura e apoio pedagógico, o quadro de pessoal esta suficiente para atender a demanda na faixa de escolarização.

Observando o número de crianças por turma podemos resgatar mais educandos, pois esta sobrando vagas.

TABELA DE VAGAS OFERECIDAS NO ANO DE 2015

Idade	Vagas	Demanda
2 anos	10	1
3 anos	15	9
4 anos	70	30
5 anos	85	46

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro e cinco anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de zero até três anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

1.1 Concluir o estabelecimento de Ensino de Educação Infantil na sede, atendendo conforme os parâmetros nacionais de qualidade para atender os educandos de 2 anos a 5 anos, em regime de colaboração com a União e o Estado.

1.2 Construir espaços adequados de instituições de Educação Infantil nas escolas do campo em conformidade com padrões arquitetônicos do MEC, respeitando as normas de acessibilidade, as especificidades geográficas e culturais locais, em regime de colaboração com a União e o Estado.

1.3 Assegurar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sócio cultural tais como: brinquedoteca, espaços de leitura e parques infantis.

1.4 Garantir que os espaços sejam adequados aos padrões de qualidade e acessibilidade e mobiliados em conformidade com as especificidades infantis.

1.5 Assegurar a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quando necessário.

1.6 Adotar mecanismos de colaboração entre setores da educação, saúde e assistência social na manutenção, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, contemplando as dimensões do educar e cuidar com participação das comunidades interessadas.

1.7 Realizar a chamada pública para matrícula das crianças de 4 a 5 anos assegurando o controle da frequência em parceria com o Ministério Público e demais instituições interessadas.

1.8 Promover, em regime de colaboração com o Estado e a União, políticas e programas de qualificação permanente de forma presencial e a EAD para os profissionais da Educação Infantil.

1.9 Garantir o transporte escolar na etapa de 4 e 5 anos, em regime de colaboração entre União, Estado e município atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Nacional de Trânsito (DNT) e as normas de acessibilidade que garantam a segurança das crianças com deficiência levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos e assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural e urbana quando houver necessidade. O deslocamento das crianças de zero a três anos fica sob responsabilidade dos pais ou responsáveis.

1.10 Elaborar, implantar, implementar e avaliar a proposta curricular para a Educação Infantil que respeite a cultura do campo e a diversidade étnico racial,

ambiental e de gênero, bem como o ritmo, as necessidades e especificidades das crianças com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação.

1.11 Garantir a permanência de profissionais formados na área, para educar e cuidar das crianças de forma indissociável, conjunta e colaborativa no ambiente educacional de 0 a 5 anos de idade.

1.12 Assegurar a presença do instrutor de Libras, do professor de Braille, do Cuidador e Equipe Multiprofissional nas escolas de Educação Infantil, quando se fizer necessário.

1.13 Garantir a continuidade dos processos conforme os diferentes momentos de transição vividos pela criança: transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição e transição pré-escola/Ensino Fundamental.

1.14 Realizar levantamento da demanda por creche para a população de 0 até 2 (dois) anos como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, bem a garantia de construção de espaços adequados para atendê-los em regime de colaboração União e Estado.

1.15 Priorizar a construção de novas salas de aula de Educação Infantil, em turno integral, em localidades com maior população e demanda e/ou ampliar a Escola Municipal de Educação Infantil já existente.

1.16 Fomentar as parcerias com a Assistência Social e a Saúde, a fim de promover maior conscientização dos pais quanto aos direitos e deveres, às necessidades físicas, psicológicas e sociais da faixa etária dos educandos que frequentam a Educação Infantil.

ENSINO FUNDAMENTAL

Diagnóstico:

Segundo, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996,
Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

– universalização do ensino médio gratuito;

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos estados e aos municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)

Com a alteração da LDB pela lei nº 11.274 o Ensino Fundamental obrigatório, passou a ter duração de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade.

Para que possamos atingir as estratégias propostas para o Ensino Fundamental, devemos observar os seguintes aspectos: sócio-político-econômico, pedagógico, administrativo, descobrir as dificuldades internas e externas. Onde se faz necessário o planejamento das ações para uma educação de qualidade.

Visto que planejar faz parte da história do ser humano, uma vez que o desejo de transformar sonhos em realidade é uma preocupação dos indivíduos em geral. Traçamos metas nosso dia-a-dia, para uma semana, meses, anos,

etc. Deparamo-nos em situações adversas que necessitam de uma idealização prévia, mas nem sempre as nossas atividades são delimitadas em etapas que irão ser concretizadas. Notoriamente estamos sempre, de certa forma, projetando as nossas ações, isto é, ordenando as nossas atividades, pensando nas mais diversas possibilidades, para um bom desenvolvimento do ensino.

Número de alunos matriculados no Ensino Fundamental de 9 (nove) anos em toda a rede pública municipal é de aproximadamente 425 alunos.

O município de Sentinela do Sul na sua rede de escolas, apenas duas possui Ensino Fundamental Séries Finais. Sendo a E M E F Pedro Schmidt atende turmas do 6º ano ao 9º ano; e a E M E F Manoel José Soares atende turmas de 6º ano e 7º ano, após a conclusão do 7º ano nesta escola, os alunos são locados para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Gustavo Wurdell. Ainda contamos com o Instituto Professor Vicente Luiz Ferreira com Ensino Fundamental Séries Finais.

Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.

Meta 100%	Indicadores
Brasil	98,4%
Região Sul	98,6%
Rio Grande do Sul	98,3%
Região Metropolitana	96,7%
Sentinela do Sul	99,5%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Meta 95%	Indicadores
Brasil	66,7%
Região Sul	74,4%
Rio Grande do Sul	69,8%
Região Metropolitana	59,7%
Sentinela do Sul	60,0%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

ENSINO FUNDAMENTAL/ NÚMERO DE MATRÍCULAS

	2007	2009	2012
Rede Municipal de Educação	384	361	322
Rede Estadual de Educação	521	494	476
Total	905	855	798

Meta 02: Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

2.1 Desenvolver progressivamente programas de acompanhamento, que possibilitem a melhoria do nível de aprendizagem dos alunos, em toda a Rede Pública Municipal de Ensino.

2.2 Garantir que, a partir da aprovação do PME, todas as escolas de Ensino Fundamental tenham (re) formulado seus Projetos Político-Pedagógicos, estabelecendo metas de aprendizagem, em conformidade com a organização do currículo, com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental em consonância com as Diretrizes Nacional e Estadual.

2.3 Ajustar a relação entre o número de alunos e professores, garantindo a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

2.4 Fomentar a criação, em regime de colaboração, Programas de Correção de Fluxo Escolar, reduzindo as taxas de repetência, evasão e distorção idade ano, em toda a Rede Pública Municipal de Ensino.

2.5 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, incluindo a igualdade de condições para acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos do Ensino Fundamental, independente de credo, etnia, religião e gênero.

2.6 Ampliar os espaços físicos das escolas do campo, em regime de colaboração com a União e o Estado, para garantir o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos bem como a continuidade dos estudos dos educandos.

2.7 Garantir serviços de apoio e orientação aos estudantes, com fortalecimento de políticas intersetoriais de saúde, assistência e outros, para que, de forma articulada, assegurem à comunidade escolar, direitos e serviços da rede de proteção.

2.8 Efetivar o acompanhamento técnico e pedagógico no monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, assegurando condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias, comunidades e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.9 Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União e Estado atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural.

2.10 Inserir no currículo do Ensino Fundamental conteúdos que tratem dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, conforme a Lei 11.525/07 que orienta o estudo do ECA.

Diagnóstico:

ENSINO MÉDIO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) define:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição;

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

Em tempos de uma sociedade cada vez mais competitiva, a busca de uma qualificação profissional para atender a demanda do mercado de trabalho, se faz imprescindível à busca por educação profissionalizante ou alunos ao término do Ensino Médio preparados para a escolha profissional.

Tendo em vista as especificidades do Ensino Médio deve-se levar em conta uma formação integral aos estudantes do Ensino Médio, a fim de uma nova construção entre os profissionais da educação e os educandos, voltado para o ensino aprendizado significativo, com ações que fortaleçam o diálogo, a participação ativa de todos.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul implantou o Ensino Médio Politécnico, que articula as disciplinas a partir das áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática e suas tecnologias).

No seminário Integrado os alunos desenvolvem atividades de pesquisa, colocando em prática os conhecimentos teóricos. A nova modalidade também busca preparar os jovens para a sua futura inserção no mundo do trabalho ou para a continuidade dos estudos no nível superior.

O Ensino Médio é oferecido em uma escola estadual localizada na sede do município Sentinela do Sul, que atende cerca de 160 alunos.

Os educandos do Ensino Médio que por ventura quiserem fazer outros cursos de Ensino Médio/ Técnicos, o transporte escolar é oferecido de forma gratuita.

Indicador 3A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.

Meta 100%	Indicadores
Brasil	84,3%
Região Sul	83,2%
Rio Grande do Sul	84,5%
Região Metropolitana	82,1%
Sentinela do Sul	88,0%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Indicador 3B - Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.

Meta 85%	Indicadores
Brasil	55,3%
Região Sul	59,6%

Rio Grande do Sul	55,5%
Região Metropolitana	46,5%
Sentinela do Sul	53,6%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

ENSINO MÉDIO/ NÚMERO DE MATRÍCULAS

	2007	2009	2012
Rede Municipal de Educação	-	-	-
Rede Estadual de Educação	200	200	195
Total			

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

META 3: Oportunizar condições, ao atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

ESTRATÉGIAS:

3.1 Intensificar a participação dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica; de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola.

3.2 Estimular para a expansão das matrículas gratuitas no Ensino Médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência.

3.3 Assegurar em regime de colaboração com a união e o Estado o transporte, aos educandos do Ensino Médio.

3.4 Incentivar a busca ativa da população de 15 a 17 anos que estão fora da escola em parceria com os serviços de assistência social, saúde e de proteção ao adolescente e a juventude.

3.5 Fomentar uma chamada pública da matrícula e recenseamento de adolescentes, jovens e adultos através da atualização e aperfeiçoamento do censo educacional anual do município, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde.

3.6 Estabelecer ações de cooperação técnica, apoio e parcerias entre União, Estado, Município e organizações não governamentais, compartilhando responsabilidades para a universalização da oferta no ensino médio.

3.7 Acompanhar as políticas de combate à violência na escola e a construção de cultura da paz e fortalecimento das relações interpessoais na promoção de informação e ações voltadas para o desenvolvimento das aprendizagens, da cultura, lazer, esporte e diversão, tendo como base o artigo 71 ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.

3.8 Articular com a SEDUC-RS, a promoção de programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano.

3.9 Mobilizar, em colaboração com a SEDUC-RS, o acesso a rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudantes nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

3.10 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência da escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e

baixa frequência e garantir em regime de colaboração, a presença do aluno e o apoio à aprendizagem.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diagnóstico:

As propostas para a Educação Especial levam em conta as deliberações formalizadas, nas últimas décadas, decorrentes da CF/1988, LDBEN/1996, Declaração de Salamanca (1994). Conforme a LDBEN nos seguintes artigos regulamenta a Educação Especial no Brasil.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1o Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2o O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3o A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências,

e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem

capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus.

Por sua vez para o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais deve-se estabelecer ações para atender estes educandos, tais como: novas práticas pedagógicas, currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que estes estão inseridos, criando formas de estruturar metodologias direcionadas a um atendimento integrado entre as partes envolvidas no processo ensino-aprendizado.

Os educandos com necessidades especiais no município de Sentinelado Sul frequentam outras instituições como APAES, ONGS e o ensino fundamental regular.

META 4: Garantir, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

ESTRATÉGIAS:

4.1 Garantir o cumprimento dos dispositivos legais constantes na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos 186/2008 e 6949/2009, na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC 2008) e nos marcos legais políticos e pedagógicos da educação inclusiva.

4.2 Desenvolver ações para garantir o processo de inclusão e do atendimento educacional especializado a fim de assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.3 Assegurar a implantação de salas de recursos com materiais adequados para auxiliar o desenvolvimento dos educandos com necessidades especiais,

transtornos globais altas habilidades ou superdotação, com atendimento profissional especializado em regime de colaboração com a União e o estado.

4.4 Fortalecer o trabalho na perspectiva colaborativa entre Educação Especial e Ensino Regular.

4.5 Garantir flexibilização curricular, quando necessário, de acordo com as necessidades do aluno, respeitando-se o currículo, as disciplinas e os temas previstos para as aulas.

4.6 Avalizar diversidade nos instrumentos de avaliação, possibilitando o acompanhamento do avanço dos estudantes.

Diagnóstico:

Os professores da rede pública municipal e rede pública estadual participam do PACTO. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é uma parceria que envolve o MEC, as universidades públicas, as redes municipais e estaduais de ensino e os professores alfabetizadores. Sendo este um programa, no qual têm proposta assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

De acordo com os dados publicados, em 2013 o índice de aprovação no 3º ano do Ensino Fundamental na rede municipal foi de 100%.

META 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS:

5.1 Instituir um grupo de professores alfabetizadores para crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental nos sistemas de ensino assegurando uma política municipal da alfabetização que contemple formação continuada de professores, condições e jornada de trabalho e reconhecimento pela função de professor alfabetizador.

5.2 Instituir parcerias junto as Instituições de Ensino Superior para oferta de formação inicial, formação continuada e cursos de especialização em alfabetização presenciais e a distância para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

5.3 Apoiar a alfabetização de crianças dos povos do campo e de populações itinerantes, com produção de materiais didáticos específicos.

5.4 Assegurar, em regime de cooperação e colaboração, jornada escolar ampliada, integral e integrada, com a garantia de espaços e tempos apropriados às atividades educativas, assegurando a estrutura física em condições adequadas e profissionais habilitados até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação.

5.5 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização.

5.6 Criar e assegurar, na avaliação municipal um exame específico para a aferição da aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização.

5.7 Selecionar, certificar, divulgar e disponibilizar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurando conteúdos das Diretrizes e Propostas Curriculares Nacionais, bem como, o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

5.8 Garantir a alfabetização bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) aos alunos surdos e a aprendizagem do código Braille para os alunos cegos, se necessário.

5.9 Oferecer reforço escolar aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem disponibilizando metodologias diversificadas e demais recursos pedagógicos que possibilitem ao educando avanço necessário na sua aprendizagem;

5.10 Proporcionar serviço profissional especializado, fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo, de apoio e tratamento às crianças com dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais especiais na rede de ensino. Fazendo-se parceria com União e o Estado em sala de recursos e profissionais, onde cada órgão entraria como responsável em determinada parte, assim sendo possível atender as crianças.

Diagnóstico:

A Educação Integral, segundo o MEC, esta presente na legislação educacional brasileira e pode ser abrangida em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 9089/1990). Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/1996) artigo 34 Art. § 2º. “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.”

O MEC proporciona o programa Mais Educação que orienta:

- I Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;
- II. Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;
- III. Integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;
- IV. Promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;
- V. contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;
- VI. Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada;
- VII. Fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;
- VIII. Desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis;
- IV. Estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O município hoje possui Educação em tempo integral na Escola Estadual de Ensino Fundamental Gustavo Wurdell, que atendidos pelo Programa do Governo Federal Mais Educação, sendo estes aproximadamente 130 alunos. A Secretaria Municipal de Educação Turismo Desporto e Cultura cadastrou uma escola municipal para participar deste programa, no qual esta em análise pelo MEC, para os próximos anos pretende cadastrar outras escolas que apresentar demanda para oferta de Educação Integral.

META 6: Oferecer Educação Integral no mínimo 50% das escolas públicas de forma a atender pelo menos 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

ESTRATÉGIAS:

6.1 Oferecer Educação em tempo Integral em 50% das escolas municipais, iniciando pelas escolas de maior vulnerabilidade social e com maior demanda de alunos.

6.2 Promover com o apoio da União a oferta de educação básica pública em tempo Integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas a fim de que o tempo de permanência na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias no decorrer do ano letivo.

6.3 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração com a União e o Estado, a ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios de ciências e informática, espaços para atividades culturais, salas de leituras, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como a de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a Educação Integral em Jornada Ampliada.

6.4 Promover ações pedagógicas voltadas à ampliação do universo escolar, sobretudo das crianças das camadas populares, cujas famílias de origem não

tiveram acesso à escolaridade fundamental para apoiá-las no acompanhamento das atividades escolares.

6.5 Garantir ações pedagógicas para a apropriação dos aspectos cognitivos, orientação do estudo, nas leituras e nos processos de aprendizagem, viabilizando atendimento diferenciado a grupos de alunos com habilidades ou dificuldades específicas.

6.6 Garantir apoio técnico e pedagógico e acompanhamento ao desenvolvimento, no espaço escolar, de trabalhos em equipe e projetos coletivos de professores e alunos, envolvendo grupos de diferentes faixas etárias.

6.7 Assegurar condições para a habilitação dos alunos em estratégias de pesquisa (bibliográfica e/ou temática, seja nas bibliotecas ou na Internet) sob a orientação de professores para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

6.8 Assegurar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

6.9 Atender às escolas do campo, na oferta de Educação Integral em Jornada Ampliada, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.

6.10 Garantir a Educação Integral em Jornada Ampliada para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

6.11 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

6.12 Ampliar gradualmente a jornada escolar, com o objetivo de implantar a escola de tempo integral que abranja um período de, pelo menos, sete horas diárias, considerando atividades que desenvolvam as múltiplas dimensões humanas e disponibilizando infraestrutura física, humana e de material às respectivas unidades escolares.

Diagnóstico:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi instituído no ano de 2007, sendo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação para avaliar a qualidade de ensino no território nacional.

O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. O índice é medido a cada dois anos. Para se obter o IDEB, os municípios participam da Prova Brasil com a aplicação de teste de leitura e matemática para as turmas de quarta e oitavas séries ou quinto e nono anos do Ensino Fundamental. O objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, chegue à nota 6,0 em 2021 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

O IDEB por sua vez, vem ao encontro para que pais e responsáveis, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação, acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o IDEB da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez.

Observando o IDBE dos anos iniciais do Ensino Fundamental, há muito que se fazer para atingir as metas estipuladas pelo governo federal, é preciso melhorar o ensino aprendido.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB - Município

Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Metas	Anos Finais Do Ensino Fundamental	Metas
2005	3.4	3.5	-	-
2007	4.4	3.2	3.5	-
2009	4.1	4.1	3.7	-
2011	5.6	4.2	3.2	3.9
2021	-	6.0	5.5	

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB - Estadual

Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Metas	Anos Finais Do Ensino Fundamental	Metas
2005	4.2	-	3.5	-
2007	4.5	4.2	3.7	3.5
2009	4.8	4.6	3.8	3.9
2011	-	-	-	-
2021	-	6.3	-	5.5

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB -

Ano	Ensino/Médio Rede Estadual Sentinela do Sul	Metas	Ensino/Médio Rede Estadual	Metas
2005	3.4	-	3.0	-
2007	3.4	3.5	3.2	3.1
2009	3.9	3.6	3.4	3.2
2011	-	-	3.4	3.3
2021		5.3	-	4.9

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a superar as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, estabelecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP do Ministério da Educação

7.1. Aumentar os recursos financeiros com colaboração da União e o Estado nas escolas onde a média do IDEB é menor.

7.2 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história étnico-racial, valorizando as diversidades existentes no município.

7.3 Fomentar a qualidade na Educação, com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o IDEB.

7.4 orientar a rede municipal de ensino de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.

7.5 Viabilizar em regime de colaboração com a União e o Estado a educação escolar no campo, de populações tradicionais, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerada as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.8 Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.9 Participar continuamente dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental, realizando os exames aplicados pelo MEC nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Diagnóstico:

A Educação de Jovens e Adultos – EJA; direito subjetivo para os que não tiveram acesso à escolaridade na idade própria, é uma modalidade que faz parte da Educação Básica, sendo assegurado na:

Constituição Federal 1988

Constituição Estadual-RS 1989

Resolução nº 250/99

Resolução nº 774/99

Parecer CNE/CEB nº 11/2000

Parecer nº 958/2001

Lei nº 10.880/2004

Parecer nº 750/2005

Segundo os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN 9394/96:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na formado regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade que vem suprir a escolarização de pessoas trabalhadoras que pelos mais variados motivos abandonaram os estudos na idade apropriada, sendo assim não alcançando a qualificação na época correta. Sabe-se da importância de ofertar a EJA onde haja interesse e necessidade, formar um espaço onde haja parcerias, propicie a troca de ideias, onde se possa aprender e ensinar, que garanta a segurança do aluno e a autonomia da escola.

Ensinar adultos exige não só conhecimento de conteúdo, como também a descoberta de novas maneiras para transmissão dele. A Andragogia, conceito que estabelece uma postura diferente da exigida pela pedagogia tradicional, coloca o professor como "facilitador" e demanda uma horizontalidade nos papéis em sala de aula. Renata Costa

Sendo assim havendo a necessidade de aprimorar os conhecimentos para ingressar no mercado de trabalho os alunos da EJA buscam por aperfeiçoar-se e a escola deve prever ações que busquem a evitar a evasão escolar com projetos bem programados.

Sua oferta no Município de Sentinela do Sul é feita pelo Instituto Estadual Profº Vicente Luiz Ferreira, ofertando turmas do Ensino Fundamental Séries Finais. Constatamos que há uma necessidade de ensino médio na modalidade da EJA para atingirmos maior escolaridade de educandos que por ventura não concluíram em etapa hábil o ensino médio.

Indicador 8A - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

Meta 12 anos	Indicadores
Brasil	9,8
Região Sul	10,2
Rio Grande do Sul	10,0
Região Metropolitana	9,5
Sentinela do Sul	8,9

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Indicador 8B - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.

Meta 12 anos	Indicadores
Brasil	7,8
Região Sul	9,1
Rio Grande do Sul	9,0
Região Metropolitana	7,9
Sentinela do Sul	8,7

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Indicador 8C - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.

Meta 12 anos	Indicadores
Brasil	7,8

Região Sul	8,3
Rio Grande do Sul	8,1
Região Metropolitana	7,6
Sentinela do Sul	8,1

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Indicador 8D - Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.

Meta 100%	Indicadores
Brasil	92,2%
Região Sul	89,7%
Rio Grande do Sul	90,0%
Região Metropolitana	86,0%
Sentinela do Sul	97,5%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

EJA/ NÚMERO DE MATRÍCULAS

	2007	2011	2012
Rede Municipal de Educação	-	-	-
Rede Estadual de Educação		49	27
Total			

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Meta 8: Colaborar com a elevação da escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo .

ESTRATÉGIAS:

8.1 Fomentar programas, em parcerias, que contemplem o desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado e a produção de livros e outros materiais didáticos adequados às características e realidade sociocultural dos segmentos populacionais considerados.

8.2 Estimular a oferta do Ensino Fundamental e Médio em parceria com a rede estadual de ensino com qualificação social e profissional aos segmentos sociais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/ano, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Incentivar a diversificação curricular, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, adequando à organização do tempo e do espaço pedagógico.

8.4 Estimular a oferta gratuita de Educação Profissional por meio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

8.5 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e monitoramento de acesso à escola específica para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência, estabelecendo em regime de colaboração a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

Diagnóstico

Indicador 9A - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

Meta 93,50	Indicadores
Brasil	91,5%
Região Sul	95,4%
Rio Grande do Sul	95,6%

Região Metropolitana	96,6%
Sentinela do Sul	92,5%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Indicador 9B - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta 15.30%	Indicadores
Brasil	29,4%
Região Sul	26,5%
Rio Grande do Sul	30,0%
Região Metropolitana	16,9%
Sentinela do Sul	26,4%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Meta 9: Fomentar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

9.1 Fomentar a oferta gratuita da Educação de Jovens, Adultos e Idosos como direito humano, a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.

9.2 Buscar ações para redução do analfabetismo no município.

9.3 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.4 Estabelecer parcerias entre rede estadual e municipal, na oferta da educação de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

Diagnóstico:**Indicador 10 - Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.**

Meta 25%	Indicadores
Brasil	1,7%
Região Sul	1,0%
Rio Grande do Sul	1,3%
Região Metropolitana	0,9%
Sentinela do Sul	0,0%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê formas de articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, atribuindo a decisão de adoção às redes e instituições escolares.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o ensino médio;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta lei, será desenvolvida de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na 11 mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

META 10: Oportunizar condições que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

10.1 Estimular a expansão das matrículas na Educação de Jovens, Adultos garantindo a oferta pública de Ensino Fundamental e Médio integrado à formação profissional, em parcerias, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador assegurando condições de permanência e conclusão de estudos.

10.2 Incentivar, em regime de colaboração, a chamada pública da população que necessita iniciar ou concluir sua escolarização nas etapas de Ensino Fundamental e Médio.

10.3 Estimular o acesso e permanência a estudantes da EJA no Ensino Fundamental e Médio, em regime de colaboração, com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, com possibilidade de acesso à profissionalização.

10.4 Sensibilizar a integração da EJA com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros na perspectiva da formação integral dos cidadãos.

META 11: Incentivar a ampliação da oferta de matrículas da Educação Profissional de nível médio, até o final da vigência do Plano Municipal de Educação.

ESTRATÉGIAS:

11.1 estimular e buscar a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas e de serviço social (SENAI, SENAC, SENAR, SESC... PRONATEC), de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

11.2 Incentivar parcerias, que contemplem cursos profissionalizantes para o município.

11.3 Assegurar transporte escolar gratuito para alunos do ensino médio que se dirigirem a outras cidades para ensino profissionalizante ou técnico, sempre que houver disponibilidade de recursos financeiros.

Diagnóstico:**EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Os artigos a seguir regulamentam o Ensino Superior do Brasil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos artigos:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Os alunos do município que cursam o Ensino Superior são oferecidos o transporte escolar gratuito abrangendo as seguintes instituições de Ensino Superior ULBRA-Canoas e Guaíba, UNIASSELVI, FUNDASUL, entre outras.

Meta 12: Propiciar a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos, otimizando junto com os órgãos competentes qualidade oferta e expansão de vagas.

12.1 Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

12.2 Favorecer acesso a ensino superior proporcionando transporte gratuito e ou passagens assegurados em lei municipal conforme disponibilidade de recursos financeiros.

12.3 Estimular ampliação da oferta de vagas nos cursos de graduação em licenciaturas interdisciplinares considerando as especificidades locais de modo a atender a formação de professores da Educação Básica.

Meta 13: Incitar a ampliação da educação superior e estimular que no corpo docente da rede municipal e estadual a qualificarem com mestres e doutores no efetivo exercício.

13.1. Solicitar linhas de financiamento de apoio a pesquisa que possam contribuir com a qualificação de mestres e doutores para o avanço do ensino e da pesquisa.

13.2. Estabelecer política de comunicação das ações internas e externas das IES, potencializando meios e formas de socializar os saberes e fazeres produzidos nas ações de pesquisa, ensino e extensão dos professores mestres e doutores.

13.3. Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas do Estado do Rio Grande do Sul e Educação Superior com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Meta 14: Buscar junto as instituições que oferecem matrículas de Pós Graduação, parcerias para formação e qualificação de profissionais da educação.

14.1 Articular juntamente com o Estado do Rio Grande do Sul, União e outras Instituições de Ensino Superior, a oferta, de cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para atender as demandas dos professores da Educação Básica.

14.2 Viabilizar política de formação continuada, pós-graduação lato e stricto sensu para os profissionais da educação: professores, especialistas, agentes

administrativos, auxiliares de serviços gerais, vigilantes, merendeiras e motoristas.

14.3 Estimular os profissionais da educação na participação de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu: vagas, acesso e condições de permanência nas IES públicas.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação, política de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da Educação Básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

15.1 Estimular e financiar curso específico para profissionais da educação que atuam nas escolas do campo.

15.2 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

15.3 Definir e implementar, em regime de colaboração, política de formação continuada dos profissionais da educação pautada pelos princípios e diretrizes estadual e nacional.

15.4 Prover a oferta de concurso público quando se fizer necessário e garantir a nomeação de profissionais da educação para atuarem em sala de aula, atendendo às determinações legais para provimento de cargos e carreiras.

15.5 Garantir tempo disponível para preparação das aulas, correção de atividades disponibilizando espaço físico apropriado com salas de estudo, recursos didáticos apropriados, biblioteca e acompanhamento profissional para apoio sistemático da prática educativa.

15.6 Contemplar e ampliar na infraestrutura existente das escolas espaços de convivência adequada para os trabalhadores da educação equipados com recursos tecnológicos e acesso à Internet.

15.7 Implementar políticas de valorização profissional específicas para os especialistas em educação contemplando a formação continuada e condições de trabalho.

15.8 Instituir, em regime de colaboração, forma de registro de projetos desenvolvidos nas escolas, para incentivo a quem desenvolveu os projetos, pesquisas, publicações no sentido de validar e valorizar as produções do profissional.

Diagnóstico:

Indicador 16 - Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Meta 50%	Indicadores
Brasil	30,2%
Região Sul	48,7%
Rio Grande do Sul	38,1%
Região Metropolitana	31,3%
Sentinela do Sul	27,9%

Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 Fonte: Estado

META 16: Apoiar a formação, em nível de pós-graduação, de 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

16.1 Estabelecer parcerias com Instituição de Ensino Superior - IES e processos de certificação das atividades formativas para os profissionais da Educação Básica e suas Modalidades.

16.2 Fomentar a utilização das obras didáticas, paradidáticas e de literatura do acervo Plano Nacional do Livro e Leitura existente na escola, de forma a favorecer a construção do conhecimento e valorização da cultura da investigação aos professores da rede pública de Educação Básica.

16.3 Prever no Plano de Carreira do magistério municipal licenças para a qualificação profissional em nível de pós-graduação.

Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do vigência deste PME.

17.1 Atualizar o Plano de Carreira do Magistério público municipal.

17.2 Assegurar recursos financeiros em parceria com a União e o Estado para valorização dos profissionais da educação da rede pública municipal de ensino.

17.3 Garantir o cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho extraclasse para formação, estudos, planejamento, avaliações e outros, dos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino de Sentinela do Sul.

17.4 Instituir comissão municipal permanente para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, implantação e implementação dos respectivos planos de carreira.

17.5 Garantir durante a vigência deste plano a revisão periódica do Plano de carreira do Magistério Público Municipal.

META 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a atualização e implantação do plano de carreira para os profissionais da Educação Básica pública do município e tomar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 Constituição Federal.

18.1 Implantar, os cargos dos profissionais da educação não docentes para que sejam de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

18.2 Prever, no Plano de Cargos e Carreira dos profissionais da educação do município, incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de especialização, mestrado e doutorado.

18.3 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

18.4 Instituir critérios técnicos e legais para a transferência ou permuta de professores observando a posição do professor remanejado ou transferido.

18.5 Estabelecer, em regime de colaboração com o governo estadual e o governo federal, aos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino, o acesso gratuito aos instrumentos tecnológicos como notebooks, tablets, data-shows e outros equipamentos necessários aos professores em efetivo exercício.

18.6 Implantar e implementar uma política de recursos humanos para os profissionais da educação, objetivando adequar os processos de atualização dos profissionais ao desempenho das funções nos locais de trabalho.

Diagnóstico:

A escola deve ser espaço social e democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade cuja escola está inserida. O planejamento de todas as suas ações seja de forma coletiva e democrática, dando a todos que estão direta ou indiretamente ligados à escola, oportunidade de participarem da elaboração de um projeto de vida, de um projeto que irá afetar de forma positiva ou não os destinos de todos que por ele serão influenciados. Sendo de suma importância do Projeto Político–Pedagógico em ser um instrumento

poderoso para a gestão democrática da escola pública, para a formação da consciência coletiva, para a mudança de hábitos tanto dos alunos, seus familiares e da comunidade em geral, e na inserção comunidade como um todo. Portanto, o político e o pedagógico, sempre deverão andar juntos, quando se tratar de uma ação intencional de educação escolar. Este deve ser projetado visando à construção da cidadania, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática.

Paulo Freire (2002, p. 96), que afirma,

O que importa é que a escola de nossa atualidade eduque seu aluno e suas famílias no sentido da responsabilidade social e política, de que somos tão carecentes ainda. Responsabilidade que só se ganha vivendo. Que só se obtém inserindo em projetos onde seja ela experimentada.

A autonomia é uma questão essencial para a gestão democrática da escola pública, o Projeto Político-Pedagógico é um instrumento eficiente se adequado à escola pública, por meio de condições de se planejar e buscar meios e aglutinar pessoas e recursos na concretização do projeto necessitam de pessoas envolvidas na construção e execução, no qual definir a visão de homem, sociedade e mundo, que tenha bem claro, que homem que essa escola irá formar, para qual sociedade e para qual mundo, mundo esse que devido ao fenômeno da globalização afeta qualquer ser humano em qualquer parte do nosso planeta Terra.

A Lei de Diretrizes e base da Educação trata a questão da autonomia no:

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Para Vasconcelos, a autonomia precisa ser vista com cuidado, pois ao poder público transferir para a escola a responsabilidade da elaboração do seu projeto político-pedagógico, transfere também a questão do seu sucesso ou fracasso, podendo ser uma estratégia de descompromisso e de transferência de responsabilidade por parte do Estado. (2000, p. 173).

META 19: Estabelecer condições, nos prazos vigentes para que a gestão democrática se constitua de fato, com critérios técnicos de mérito e desempenho, com a participação da comunidade escolar.

19.1 estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.2 estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.3 promover os processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede municipal de ensino.

19.4 propiciar programas de formação continuada do pessoal técnico e equipes diretivas das escolas para suprir as necessidades de capacitação dos setores de atuação.

19.5 Manter a transparência e publicação em relação à destinação dos recursos, garantindo um dos pressupostos da gestão democrática.

META 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto – PIB do país no 5º ano de vigência desta Lei e no mínimo o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

20.1 Incrementar anualmente o equivalente a 0,5 % do PIB no orçamento da educação até o último ano da vigência do plano.

20.2 Reivindicar, junto à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a fim de conseguir atingir o valor do CAQi (custo aluno qualidade inicial) e, posteriormente, do CAQ (custo aluno qualidade);

20.3 Aplicar os recursos financeiros permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação, observando-se as políticas de colaboração entre o estado e o município, em especial as decorrentes do FUNDEB (art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e do artigo 75 § 1º da LDB (Lei nº 9.394, de 1996), que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, para atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

20.4 Estabelecer parceria com o governo estadual e federal a fim de garantir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado aos profissionais da educação, em parceria com os Institutos de Educação Superior.

20.5 Caso haja aprovação e regulamentação, destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (Royalties do Pré-sal) e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 da Constituição Federal;

20.6 Melhorar a relação número de alunos por professor, a fim de ampliar o retorno do Fundeb;

20.7 Acompanhar, monitorar e socializar com a comunidade educacional o desenvolvimento das ações planejadas e executadas pelo Plano de Ações Articuladas - PAR, mediante as responsabilidades estabelecidas.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Fernando. **Educação e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HADJI, C. **Avaliação demistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. 7 ed. São Paulo: Ática, 1986.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2004.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Senado, 1988;

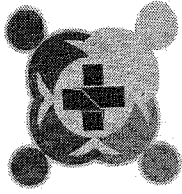
BRASIL. Planejando a Próxima Década. 1º Alinhando os Planos de Educação. 2º Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. 3º Construindo as Metas do Seu Município. Documentos SASE/MEC,2014.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Brasília: Ministério da Educação – Imprensa Oficial, 1996;

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Câmara dos Deputados. Brasília.

2014;



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SENTINELA DO SUL/RS

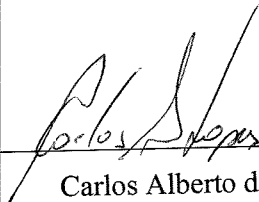
RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE 2021

Aos 23 dias do mês de março de 2022, reuniram-se aqui os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, juntamente com o Contador José Marcio Boeira, onde foram apresentadas receitas da contabilidade no Exercício, as despesas em Saúde do Município (ASPS), representados pelo percentual de 20,94%, despesa representada pelo valor de R\$ 3.773.144,00, cumprindo dessa forma a legislação vigente. Foi demonstrado que os recursos vinculados da Saúde foram aplicados a sua finalidade específica, onde foram utilizados para atender os objetos oriundos de suas vinculações, constam de registros próprios, a documentação inerente o mesmo encontra-se arquivada junto aos Empenhos e arquivados junto com os arquivos gerenciais do município.

Incluindo também o cumprimento e execução do disposto no cumprimento das metas do Plano Plurianual de Saúde e no cumprimento de metas de saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Diante do exposto o Conselho Municipal de Saúde, emite parecer favorável à Aprovação das Contas da Saúde do Exercício de 2021.

Sentinela do Sul (RS), 23 de março de 2022.

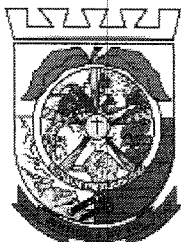


Carlos Alberto da Silva Lopes
Presidente do Conselho Municipal da Saúde

Sentinela do Sul - Rua Marcilio Oliveira nº 90 - CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261

E-mail: cmssentineladosul@gmail.com



Município de Sentinela do Sul


GESTÃO 2017 - 2020

PARECER DA UCCI PARA SAÚDE E SEUS RECURSOS VINCULADOS

Aos 28 dias do mês de março de 2022, em análise e acompanhamento, aos recursos da Saúde e seus recursos vinculados, durante o exercício de 2021.

Diante do exposto, e do acompanhado, de forma particionada dou o meu Parecer favorável.

Sentinela do Sul (RS), 28 de março de 2022.



Contador José Márcio Boeira de Souza
UCCI/CEAT/CEPC
PM de Sentinela do Sul

CNPJ nº 94.064.277/0001-08
Rua Augusta nº 460 – Centro – Sentinela do Sul/RS
Fone: 51-3679-1067



PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

SENTINELA DO SUL 2018 – 2021

Prefeito: José Flavio Raphaelli Trescastro

Secretária Municipal de Saúde: Paulo Roberto de Souza Coutinho

Responsável Clínico: Dr. Marco Aurélio Goldenfun CRM-RS 13856



PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde de Sentinela do Sul tem como missão “cuidar de forma integral da saúde do cidadão do Município assegurando seus direitos e respeitando as diversidades” em concordância com a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90 e 8142/90), que apresenta como princípios e diretrizes a universalidade do acesso aos serviços de saúde, a integralidade da assistência e a igualdade da assistência à saúde. O Plano Municipal de Saúde, além de constituir-se numa exigência legal, é um instrumento fundamental para a consolidação do SUS, visto que, através dele, busca-se explicitar o caminho a ser seguido pela Secretaria de Saúde para atingir a sua missão. Assim, ele apresenta a orientação política sobre o que fazer no conjunto das organizações de saúde durante o período de quatro anos, a partir da explicitação de diretrizes, objetivos, ações, indicadores e metas. Segundo Teixeira (2001), o “Plano é a expressão da responsabilidade municipal com a saúde da população, sendo a síntese de um processo de decisão sobre o que fazer para enfrentar um conjunto de problemas”.

Pretende-se, ainda, que o debate permanente deste Plano Municipal de Saúde e seus ajustes anuais, possam dar vida a este documento e torná-lo um instrumento de uso cotidiano, a ser continuamente aprimorado à luz das mudanças da realidade municipal e do aprimoramento, também, das ações e serviços de saúde.

Paulo Roberto de Souza outinho
Secretário Municipal de Saúde



INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Sentinela do Sul para o período de 2018 a 2021, partiu da análise situacional e epidemiológica, e, subsidiou os objetivos, metas e atividades que deverão nortear as agendas municipais de saúde para os anos seguintes. As revisões anuais deste Plano, serão elaboradas pelos técnicos de saúde do Município em conjunto com os profissionais da Saúde e validados pelo Conselho Municipal de Saúde.

Os princípios do Sistema Único de Saúde de universalidade do processo de integralidade da atenção, conforme a Constituição Federal de 1988, Lei 8.142/90, faz-se necessário planejar e organizar as ações administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Sentinela do Sul, visando o melhor aproveitando dos recursos disponíveis e necessários, para que os objetivos propostos sejam alcançados com o mínimo de custos.

A importância de racionalizar ações para o desenvolvimento de um trabalho harmonioso, organizado e de qualidade, atendendo ao disposto nas normas operacionais de assistências à saúde – NOAS – Ato Portaria nº 373, em 27 de fevereiro de 2002, de incentivar os gestores, profissionais, os responsáveis pela saúde da população a organizarem e desenvolverem campanhas e atividades permanentes em parceria com outras instituições e com os Poderes Públicos possibilitando cada vez mais a maioria das condições de saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde.

E na organização SUS também se fazem necessários e urgentes transformações no sentido de aproveitamento nos avanços da tecnologia, traduzindo-se em mudanças nos comportamentos pessoais e sociais, impondo novas formas de pensar, agir e relacionar-se, elevando princípios morais e éticos no atendimento aos pacientes e usuários, buscar a consolidação e o desenvolvimento de um atendimento de qualidade em serviços, na irradiação de doenças, na prevenção de doenças, na orientação aos usuários, na melhoria e qualificação dos profissionais da área de saúde, no aumento das condições físicas, de recursos, equipamento e pessoal. É imprescindível projetar o futuro através de um planejamento que defina metas e estratégias para atingi-las, principalmente ampliando as responsabilidades do município na atenção básica, no estabelecimento de um processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e da busca de maior



equidade, criando mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procedendo a atualização dos critérios de habilitação do Município.

HISTÓRICO DA SAÚDE

Durante muitos anos tivemos no Brasil cobertura assistencial de saúde pública apenas aos trabalhadores formais, contribuintes do sistema de seguridade social. Os cidadãos que não estivessem inseridos nesta formalidade, estavam sujeitos ao uso de planos de saúde privados, atendimentos particulares ou à atenção dos atendimentos de caridade realizados na grande maioria das vezes pelas Santas Casas de Misericórdia. Antes que o Sistema Único de Saúde o SUS fosse decretado de vez, a atuação do Ministério da Saúde era baseada em pequenas atividades como a prevenção de doenças como as campanhas de vacinação ou também através de promoções de saúde que eram as campanhas feitas para que toda a população se mantivesse em alerta sempre. Estas campanhas e promoções eram feitas em caráter universal, e toda a assistência médico- hospitalar para algumas poucas doenças serviam as pessoas que eram indigentes, ou seja, às pessoas que não tinham acesso a nenhum tipo de atendimento pelo INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social). A Saúde Pública no Brasil teve muitos avanços nos últimos vinte anos, com Sistema Único de Saúde o SUS como processo social, político e democrático. O SUS norteia-se pelos seguintes princípios doutrinários:

- Universalidade
- Equidade
- Integralidade

O SUS há que ser entendido em seus objetivos finais de dar assistência à população baseada no modelo da promoção, proteção e recuperação da saúde, para que assim, busquemos os meios, processos, estruturas e métodos capazes de alcançar tais objetivos com eficiência e eficácia e, torná-lo efetivo em nosso país. Estes meios, orientados pelos princípios organizativos da descentralização, regionalização, hierarquização, resolutividade, participação social e complementaridade do setor privado, devem



constituir-se em objetivos estratégicos que dêem consistência ao modelo de atenção à saúde desejada.

Universalidade: Todas as pessoas têm direito ao atendimento independente de cor, raça, religião, local de moradia, situação de emprego ou renda, etc. A saúde é direito de cidadania e dever dos governos Municipal, Estadual e Federal.

Equidade: Todo cidadão é igual perante o Sistema Único de Saúde e será atendido conforme as suas necessidades. Os serviços de saúde devem considerar que em cada população existem grupos que vivem de forma diferente, ou seja, cada grupo ou classe social ou região tem seus problemas específicos, têm diferenças no modo de viver, de adoecer e de ter oportunidades de satisfazer suas necessidades de vida.

Integralidade: As ações de saúde devem ser combinadas e voltadas ao mesmo tempo para prevenção e a cura. O indivíduo não deve ser visto apenas como partes de um todo (coração, fígado, pulmões, etc.). É um ser humano, social, cidadão que biologicamente, psicologicamente, e socialmente está sujeito a riscos de vida. As unidades que prestam serviços de saúde ao usuário devem atender o indivíduo como um ser humano integral, submetido às mais diferentes situações de vida e trabalho, que o leva a adoecer e a morrer. Desta forma a política de saúde deve ser direcionada para a prevenção das doenças e não somente para a sua recuperação. Isto exige que o atendimento deva ser feito também para erradicar as causas e diminuir os riscos, além de tratar os danos.

Um conjunto de ações de promoção da saúde (que envolvem ações em outras áreas como habitação, meio ambiente, educação, etc.), de prevenção (saneamento básico, imunizações, ações coletivas e preventivas, vigilância à saúde, etc.) e de recuperação (atendimento médico tratamento e reabilitação para os doentes) são suas principais vertentes. Estas ações de promoção, proteção e de recuperação formam um todo indivisível que não podem ser compartimentalizadas. As unidades prestadoras de serviço com seus diversos graus de complexidade formam também um todo indivisível, configurando um sistema capaz de prestar assistência integral. Ampliado o acesso, o desafio recai sobre a permanente qualificação da rede assistencial, o que depende de profissionais de saúde capacitados e supervisionados.

E de acordo com as legislações a administração do sistema de saúde deve estar



Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024

localizada perto do usuário e de suas especificidades, facilitando assim o acesso e a fiscalização. Essa descentralização comina com o reconhecimento da responsabilidade do município na organização e administração de saúde de seus clientes, mas cabendo a união e ao estado na cooperação técnica e financeira para o exercício da pactuação.

O Município de Sentinela do Sul está com a saúde municipalizada na forma de gestão municipal, de acordo com as diretrizes do SISPACTO, desde junho de 2013 conforme Resolução 05/2013 da Comissão Intergestores Tripartite. Este Pacto é a diretriz norteadora para a organização dos serviços de saúde que estão sob sua gestão sob as esferas municipais, estaduais e federais. A administração municipal assumiu gradativamente a responsabilidade de organizar e desenvolver o sistema municipal de saúde, onde se insere o conjunto de ações que caracterizam a Atenção Básica.

Nem sempre é possível ao município executar sozinho todos os serviços de saúde. Pequenos municípios carecem de recursos humanos qualificados, recursos financeiros e materiais, e sua população é insuficiente para manter um hospital ou serviços especializados. Por isso, a descentralização dos serviços implica também na sua regionalização. Num país imenso como o nosso, para evitar desperdícios e duplicações faz-se necessário organizar os serviços, visando dar acesso a todos os tipos de atendimento.

A construção do Sistema Único de saúde o SUS, deve ser compartilhada entre as três esferas: federal, estadual e municipal, com importante participação da sociedade que é feita por intermédio das secretarias de saúde. O empenho de todos devera assegurar o acesso de todo cidadão aos serviços de saúde e a informação, respeitando as legislações vigentes.



OBJETIVOS DO PLANO

Os objetivos do plano são os seguintes:

- Organizar as ações administrativas da Secretaria Municipal de Saúde a fim de atingir os objetivos propostos com racionalidade dos recursos financeiros com foco em prevenir e proteger a saúde da população;
- Definição de prioridades alinhadas ao perfil epidemiológico com vistas a desenvolver um trabalho efetivo e de qualidade;
- Incentivar os profissionais, gestores da área da saúde a organizarem e desenvolverem campanhas, projetos-atividades e ações permanentes e transformadores de acordo com a realidade local;
- Adequar a organização do Sistema Municipal de Saúde às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando as mudanças sociais decorrentes dos avanços tecnológicos e científicos que impõem novas formas de pensar, agir e de se relacionar;
- Buscar a consolidação e o desenvolvimento do atendimento às ações básicas de saúde, através de serviços qualificados, visando à satisfação do usuário do SUS e a solução dos problemas de saúde existentes no Município de Sentinela do Sul;
- Contemplar a agenda de saúde municipal, harmonizando com as agendas, Nacional e Estadual, bem como o quadro de metas, mediante o qual será efetuado o acompanhamento dos Relatórios de Gestão;
- Compartilhar as ações previstas, validando e implementando o Plano Municipal de Saúde em todas as esferas: Controle Social, Gestão e Profissionais de Saúde, afim de que este seja o eixo norteador de todas as ações da Saúde, no âmbito municipal das ações da Secretaria Municipal de Saúde de Sentinela do Sul.



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Figura 1: Mapa de Localização do Município.

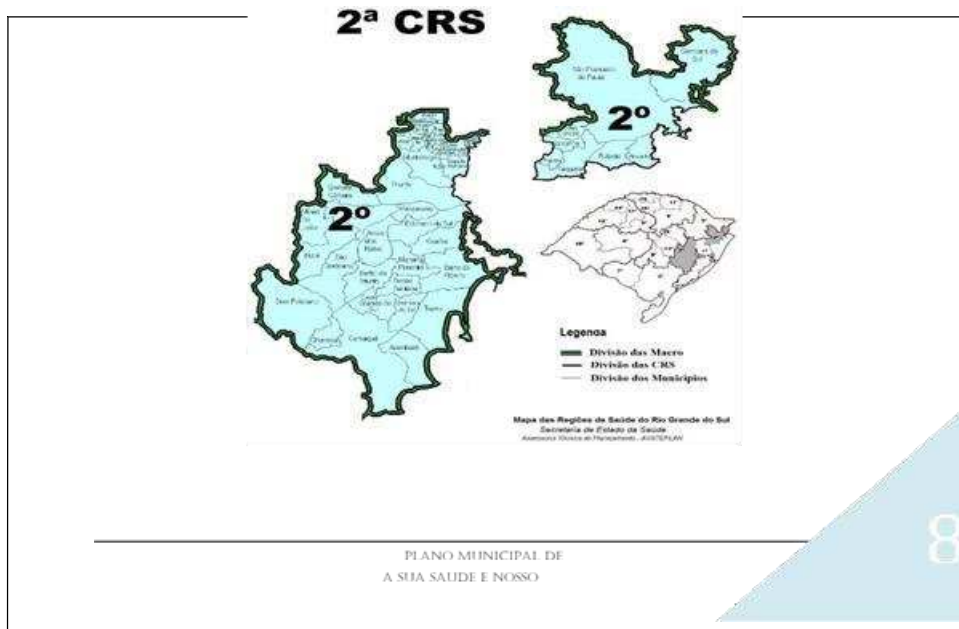


Figura 2: Mapa da 2ª Coordenadoria Geral da Saúde e da 9ª Região Costa Doce.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Conselho Municipal de Saúde é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo. Por isso deve funcionar e tomar decisões regularmente acompanhando a execução da política de saúde e propondo correções e aperfeiçoamento em seus rumos.

A lei 8142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, define, no parágrafo primeiro, artigo segundo, o papel dos conselhos: atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, incluídos os aspectos financeiros.

A lei também é clara quanto a forma de composição dos conselhos. Em primeiro lugar, garante a representação dos seguintes segmentos: governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários. Em seguida define a paridade da composição de usuários em relação aos demais segmentos. Isto significa que 50% dos demais segmentos sendo que 25% destes será destinado aos trabalhadores de saúde e 25% para prestadores de serviços públicos e privados.

O Conselho Municipal de Saúde de Sentinela do Sul tomou posse respeitando a lei nº 248/96, que dispõe sobre o Conselho Municipal e da outras providencias. O atual CMS é composto por 12 conselheiros sendo 03 representantes do governo municipal, 03 representantes dos prestadores de serviço de saúde, 03 representantes dos trabalhadores (profissionais de saúde) e 03 representantes dos usuários.

Os conselheiros se reúnem ordinariamente uma vez ao mês sempre na primeira terça feira do mês e extraordinariamente quando necessário. O CMS não possui sede própria, atualmente reúne-se na Secretaria Municipal de Saúde, dispõe de linha telefônica, computador com internet e de estrutura administrativa.

O SUS tem como base os princípios de igualdade e da universalidade a saúde. A participação da comunidade é uma forma de controle social que possibilita a população, através de seus representantes, definir, acompanhar a execução e fiscalizar as políticas públicas de saúde.

A lei orgânica estabelece duas formas de participação da comunidade na gestão SUS: as conferências e os conselhos de saúde.



DADOS GEOGRÁFICOS E POPULACIONAIS

O município de Sentinela do Sul, emancipado em 20/03/1992 (vinte de março de mil novecentos e noventa e dois), possui 5.486 habitantes conforme (censo 2010), se localiza na Região Centro-sul/RS, com uma área territorial de 281.965km², limítrofe com os municípios: Ao Norte – Sertão Santana e Barrado Ribeiro; ao Sul – Camaquã; ao Leste – Tapes e ao Oeste Cerro Grande do Sul.

Seu relevo a altitude média do território fica entre 40 e 50 m, havendo 70% de áreas onduladas e 30% planas.

A vegetação do município é predominada por matos e campos. Os campos de vegetação baixa, rasteira e sem árvores, são próprios para criação de gado. Predominam na matas árvores como as figueiras, a capororoca, o butiazeiro, a vassoura vermelha e outros. Existem ainda florestas de eucaliptos que são plantas exóticas, isto é, não são nativas, mas foram plantadas pela mão do homem e que constituem fontes de renda para o município.

O Clima predominante é do tipo tropical temperado apresenta temperaturas que variam entre 10 e 32 graus centígrados. As quatro estações são bem definidas, com média de 15° no inverno e 32° no verão.

O município possui água em boa qualidade, não há rios, destacando-se os arroios, favorecendo a agricultura, e muitos açudes.

DADOS DA POPULAÇÃO

Entre 2000 e 2010, a população de Sentinela do Sul cresceu a uma taxa média anual de 0,61%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 24,18% para 24,66%. Em 2010 viviam no município 5.198 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de -0,53%. Na UF, esta taxa foi de 1,21%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 11,28% para 24,18%.



Tabela 1: Dados demográficos da população de Sentinela do Sul.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	5.131	100,00	4.892	100,00	5.198	100,00
Homens	2.668	52,00	2.540	51,92	2.666	51,29
Mulheres	2.463	48,00	2.352	48,08	2.532	48,71
Urbana	579	11,28	1.183	24,18	1.282	24,66
Rural	4.552	88,72	3.709	75,82	3.916	75,34

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

ESTRUTURA ETÁRIA

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 54,57% para 49,54% e a taxa de envelhecimento, de 9,22% para 11,70%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 60,70% e 7,62%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

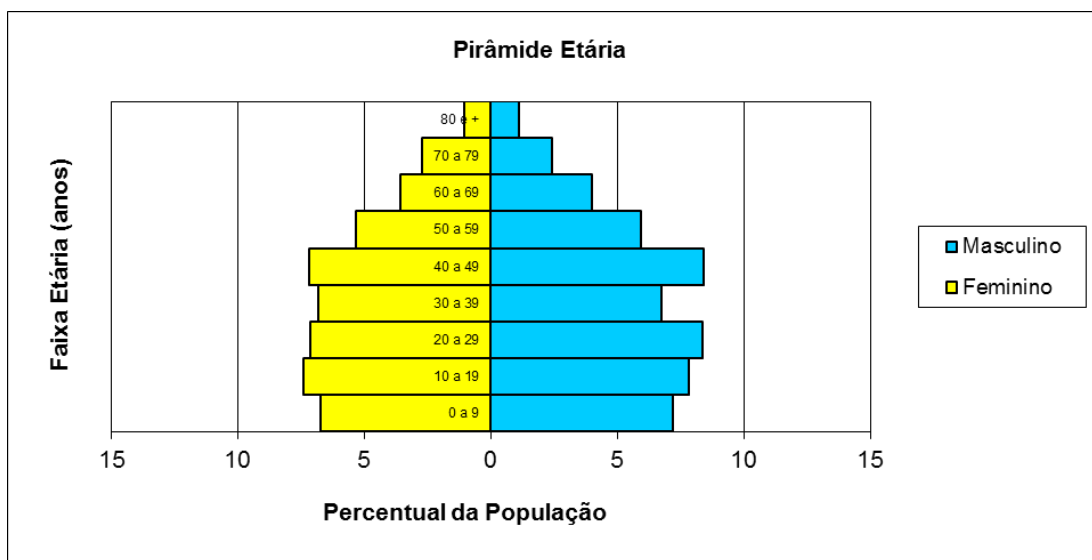


Figura 3: Pirâmide etária.



Tabela 2: População Residente por Faixa Etária e Sexo (2009).

Faixa Etária	Masculin o	Feminin o	Total
Menor 1	33	31	64
1 a 4	146	141	287
5 a 9	224	204	428
10 a 14	219	204	423
15 a 19	219	212	431
20 a 29	469	400	869
30 a 39	379	383	762
40 a 49	473	403	876
50 a 59	334	299	633
60 a 69	224	201	425
70 a 79	136	151	287
80 e +	62	58	120
Ignorada	-	-	-
Total	2.918	2.687	5.605

Taxa de crescimento anual estimada (%) (2006-2009)	3,2
Mulheres em idade fértil (10-49 anos), 2009	1.602
Proporção da pop. feminina em idade fértil, 2009 (%)	59,6

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS COMPONENTES

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Sentinela do Sul é 0,671, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,826, seguida de Renda, com índice de 0,671, e de Educação, com índice de 0,545.

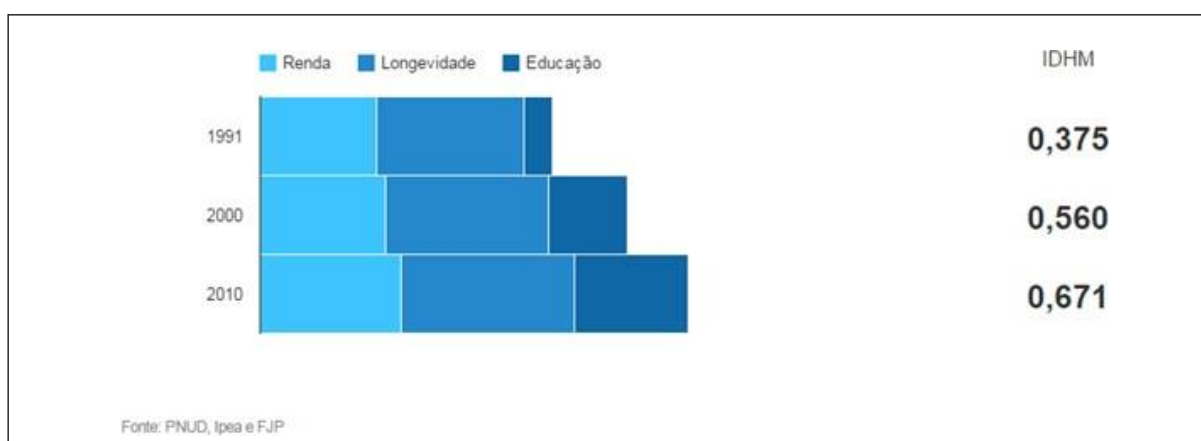


Figura 4: Índice de desenvolvimento humano médio de 1991 a 2010.

Tabela 3: IDHM e seus componentes de 1991 a 2010.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,135	0,377	0,545
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	9,89	22,06	32,72
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	21,14	55,93	80,78
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	31,90	73,82	99,06
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	6,08	46,88	68,29
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	3,49	20,19	33,34
IDHM Longevidade	0,707	0,776	0,826
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,42	71,56	74,57
IDHM Renda	0,554	0,601	0,671
Renda per capita (em R\$)	251,84	337,01	519,10

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



EVOLUÇÃO DO IDHM

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,375, em 1991, para 0,671, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 78,93% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 52,64% para o município e 53,85% para a UF.

No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,410), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

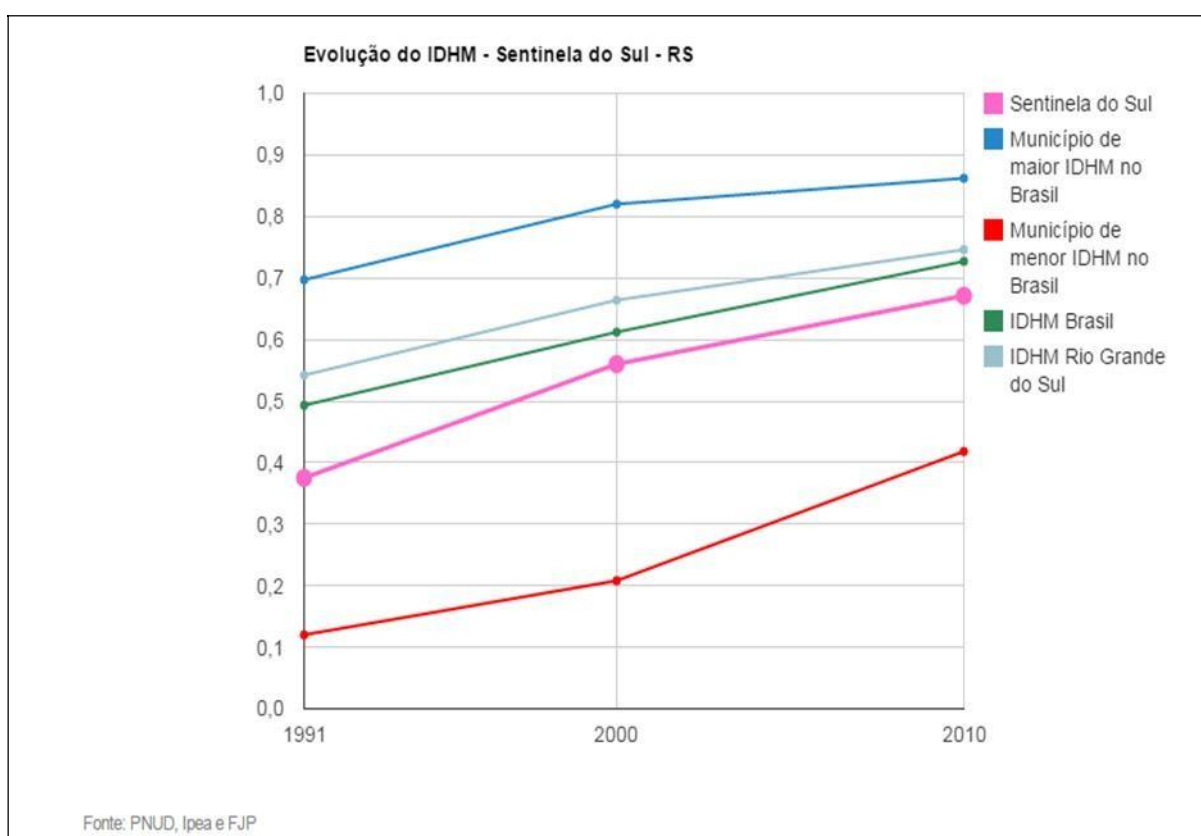


Figura 5: Evolução do IDHM do município de Sentinela do Sul.



POPULAÇÃO ADULTA

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 22,06% para 32,72%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 9,89% no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 9,22% eram analfabetos, 25,36% tinham o ensino fundamental completo, 15,81% possuíam o ensino médio completo e 3,38%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

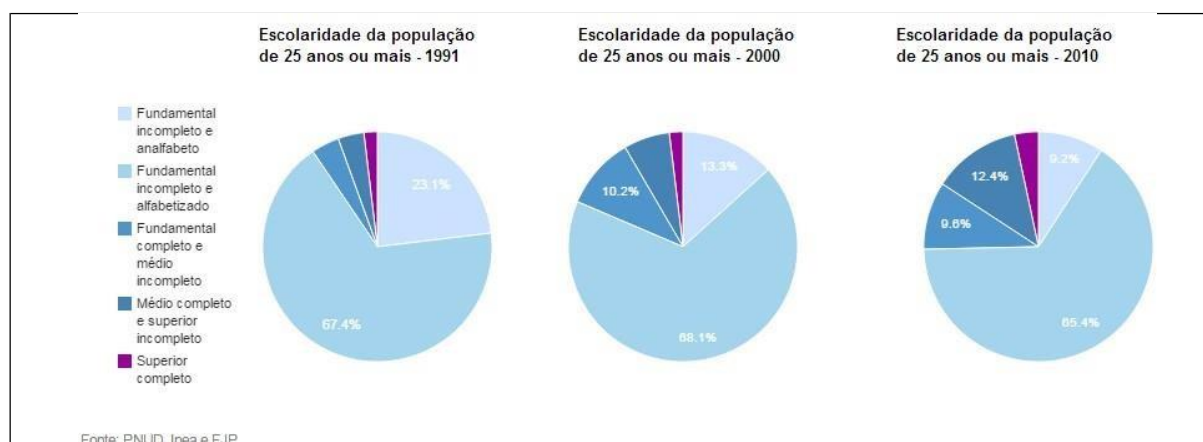


Figura 6: Indicador de escolaridade da população adulta.

RENDA

A renda per capita média de Sentinela do Sul cresceu 106,12% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 251,84, em 1991, para R\$ 337,01, em 2000, e para R\$ 519,10, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,88%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,29%, entre 1991 e 2000, e 4,41%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a



R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 49,61%, em 1991, para 32,48%, em 2000, e para 12,81%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,53, em 1991, para 0,50, em 2000, e para 0,47, em 2010.

TRABALHO

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 61,39% em 2000 para 69,40% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,25% em 2000 para 2,16% em 2010.

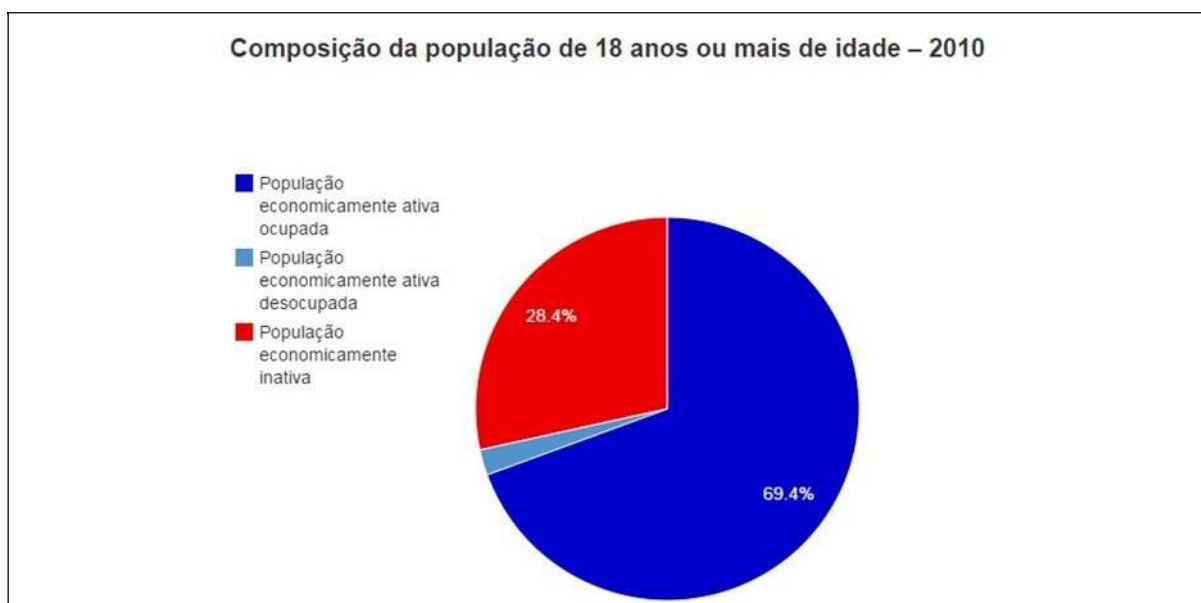


Figura 7: Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010.



Tabela 4: Ocupação da população de 18 anos ou mais.

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Sentinela do Sul - RS		
	2000	2010
Taxa de atividade	61,39	69,40
Taxa de desocupação	8,25	2,16
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	46,83	25,65
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	28,36	37,25
% dos ocupados com médio completo	14,98	22,67
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	61,37	46,14
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	87,66	88,60
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	97,13	98,18

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 55,34% trabalhavam no setor agropecuário, 0,71% na indústria extrativa, 8,34% na indústria de transformação, 2,91% no setor de construção, 0,08% nos setores de utilidade pública, 4,80% no comércio e 23,99% no setor de serviços.

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 19,7 por mil nascidos vivos, em 2000, para 13,3 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 25,1. Já na UF, a taxa era de 12,4, em 2010, de 16,7, em 2000 e 22,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.



Tabela 5: Taxas de longevidade, mortalidade e fecundidade.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Sentinela do Sul - RS			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,4	71,6	74,6
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	25,1	19,7	13,3
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	29,4	22,9	15,6
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,4	2,6	2,1

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 3,0 anos na última década, passando de 71,6 anos, em 2000, para 74,6 anos, em 2010. Em 1991, era de 67,4 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

MEIO AMBIENTE

AMBIENTE URBANO

O município possui na área urbana uma praça central arborizada a qual possui trilhas e equipamentos para realizar atividades esportivas do Programa Academia de Saúde. Além disso, há bancos públicos e equipamentos destinados à recreação e lazer. As ruas da cidade são arborizadas com árvores frutíferas disponíveis à população.



RECREAÇÃO

O Município possui um Parque Municipal de Eventos com mais de 10 ha de área verde, onde encontra-se um Ginásio de Esportes, um campo de Futebol, uma Cancha de Rodeios. Neste parque, são realizados os eventos municipais, sendo os principais eventos do município: Rodeio e Festa da Emancipação do Município (março), Festa do Colono (julho), realização de Jogos Rurais (agosto) com as microrregiões do município, tendo como objetivo a integração da comunidade local. A Semana Farroupilha com duração de uma semana, é um momento de integração das secretarias municipais com a população, e no final do ano ocorre o Natal de uma Felicidade com programação de shows, corais e entrega de presentes as crianças.

HABITAÇÃO

No município a maioria dos domicílios são em alvenaria, mas também existem casas de madeira e mistas, e ainda são vistas casas muito antigas, construídas pelos primeiros ocupantes do local.

REDE ELÉTRICA

Mais **de 95% das residências** de Sentinela do Sul, possuem energia elétrica fornecida pela CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica).

SANEAMENTO

Na sede do município o abastecimento de água é de responsabilidade da CORSAN, e na área rural a população conta com **poços artesianos (6 poços)**. A Secretaria de Saúde é responsável pelo monitoramento da qualidade da água para consumo humano, o qual é realizado através de coletas de amostras d'água mensalmente, estas amostras são encaminhadas ao LACEN (Laboratório Central do Estado do Rio Grande do Sul).

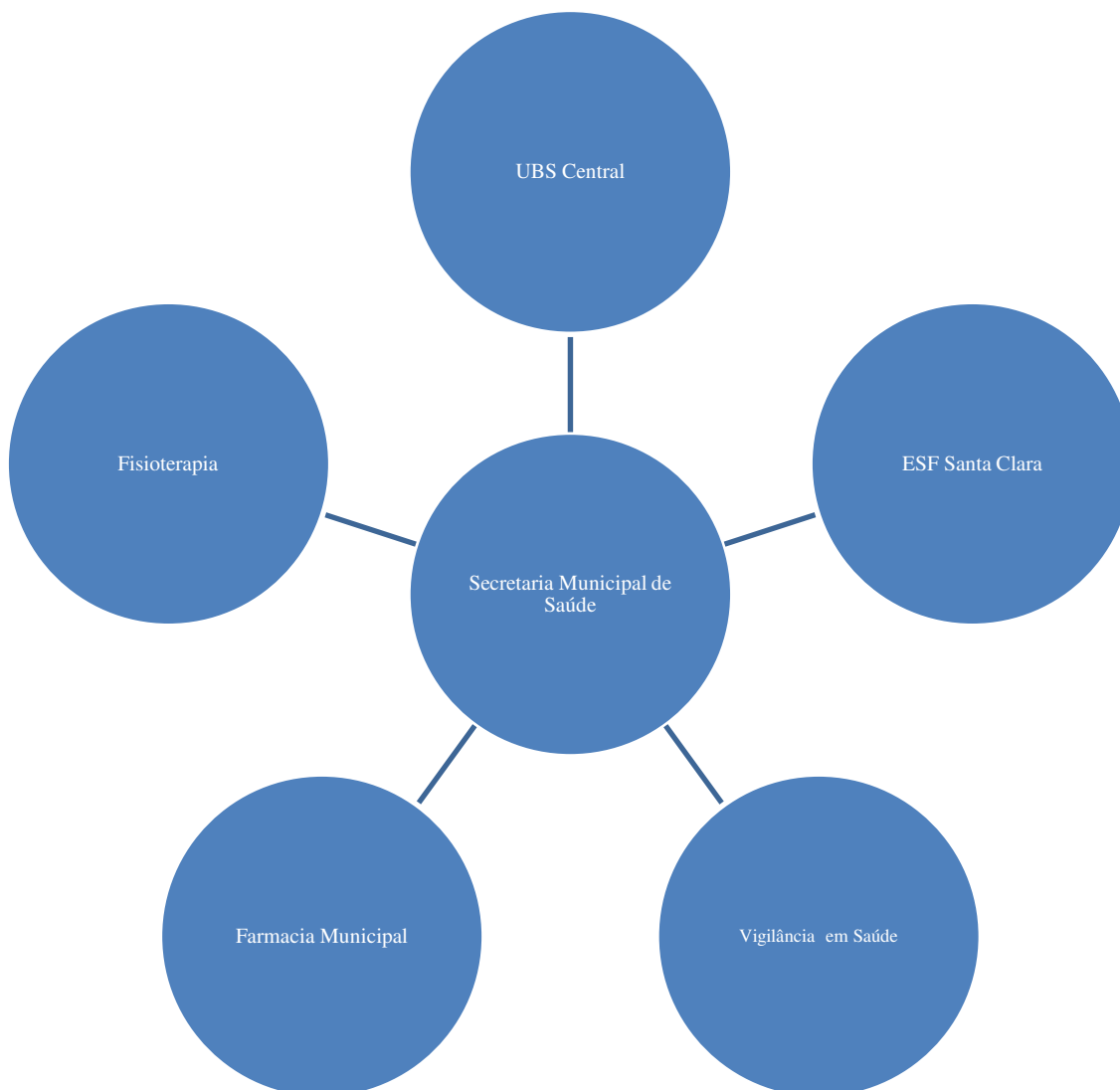


COLETA DE LIXO

A coleta de lixo da sede do município é **realizada três vezes por semana** e no interior ocorre uma vez por semana. O lixo depois de recolhido é levado através de transporte apropriado para ser depositado no aterro sanitário de Minas do Leão.

SERVIÇOS DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde de Sentinela do Sul estruturou os serviços de saúde voltados para o atendimento da população da seguinte forma:





ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

A unidade de Saúde Santa Clara, localizada no Potreiro Grande, dista 16 km do centro da cidade e, o acesso faz-se por estrada de chão batido. A equipe desloca-se com veículo da Secretaria de Saúde e/ou ônibus de linha no início e ao término da jornada de trabalho.

O processo de trabalho desenvolvido pela equipe é o atendimento aos usuários na modalidade de demanda espontânea, tendo uma média de 15 usuários/dia.

O território da ESF Santa Clara está subdividido em quatro (04) micro áreas sendo também esta a distribuição de área de atuação das agentes de saúde. Esta divisão segue a premissa de que os agentes tenham contato permanente com a comunidade local e por residirem nos territórios, conhecem a população.

São as micro áreas:

- Água Branca /Pita e Boa Vista;
- Bela Vista /Passo da Venda e parte do Faxinal Queimado;
- Potreiro Grande e Faxinal;
- Velhaco/Passo da Venda e Criuvas.

UBS CENTRO- UNIDADE BÁSICA CENTRO

A UBS Centro localiza-se numa área locada, próximo à sede da Secretaria de Saúde, instalação temporária por ter sua sede sofrido um incêndio no início de 2015 e está em recuperação e adequação predial, com inauguração prevista para segundo semestre de 2016.

Junto a UBS Centro funciona um Pronto Atendimento (P.A.) na modalidade portas abertas a população, conduzido por equipe de médicos de uma empresa terceirizada. Estrutura física atual bastante precária para atuar como um Pronto Atendimento.



O processo de trabalho está organizado a atender consultas eletivas, agendadas e /ou por demanda espontânea, que após Acolhidos pela equipe de Enfermagem, são encaminhados para o atendimento médico do PA.

Nesta UBS também são atendidas as consultas eletivas das especialidades: Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral e psiquiatria a com agendamento prévio no balcão da UBS Central.

São realizados exames de eletrocardiograma (5 exames/agendamento), exames; preventivos de câncer de útero (30/semana); testes rápidos de HIV, sífilis e Hepatite B; agendamento com nutricionista (10/semana) e aferição de glicemia (20/semana).

FARMÁCIA MUNICIPAL

A Farmácia Municipal localiza-se ao lado da Secretaria de Saúde e, sua equipe é composta por duas profissionais.

A equipe utiliza dois sistemas de Informações para controle, aferição e dispensação de medicamentos, a saber: AME PROCERGS – Sistema que monitora os medicamentos especiais e dispensados pelo Estado, e o Sistema Propio da GOVBR para farmácia básica.

Este setor está em fase de revisão de seus processos internos principalmente quanto ao controle de estoque e, implantando rotinas, fluxos, indicadores referente ao uso dos medicamentos e insumos.

SALA DE IMUNIZAÇÕES

O setor de imunizações, localizado junto a UBS Central, este serviço é responsável pelo cumprimento do calendário de imunizações determinado pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde.



SECRETARIA DA SAÚDE

A Secretaria da Saúde é responsável pelos processos de:

- Agendamento de Consultas SUS e particulares, exames SUS e os disponibilizados via Consórcio Intermunicipal Centro Sul; Reconsultas em Hospitais SUS e Particulares;
- Marcação de Exames de média e alta complexidade, (Raio X, Tomografia, Ecografia, Ressonância)
- Agendamento de Viagens dentro e fora do município, referente a exames e consultas a serem realizadas em outros locais de referência;
- Notificações epidemiológicas :SINAN; SINASC; E-SUS NOTIFICA; SAÚDE DO TRABALHADOR e demais processos da Vigilância em Saúde;
- Sistemas de informação do SUS; .
- Desenvolvimento das ações estratégicas da vigilância em Saúde
- Gerenciamento dos Processos Administrativos;
- Planejamento das ações educativas de prevenção e promoção da saúde.

LABORATÓRIO CLÍNICO

O município conta com o Laboratório de Análises Clínicas - Garcez para realização de exames conforme pactuação Estadual, atendendo a demanda de exames clínicos conforme prescrições médicas da rede básica do SUS.



PROGRAMAS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS NO MUNICÍPIO

SAÚDE DA MULHER E REDE CEGONHA

Neste programa são realizadas ações de planejamento familiar, com a distribuição de preservativos e anticoncepcionais de acordo com a demanda, alinhado às atividades educacionais. As consultas ginecológicas e exames preventivos do colo do uterino e de mama (coleta de material para o exame de citologia) o tratamento e prevenção da menopausa, o pré-natal com destaque para o atendimento especializado são realizados pelo médico Gineco- Obstetra. As gestantes realizam exames de ultrassonografia no próprio município. Os exames laboratoriais solicitados também são realizados no município e também fora conforme a necessidade, os procedimentos de média e alta complexidade são realizados no município de referência conforme pactuação estadual.

VIGILÂNCIA SAÚDE

A Vigilância em Saúde do Município tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias observados pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde, visando a promoção e a proteção da saúde e a prevenção de doenças e agravos, bem como a redução da morbimortalidade, vulnerabilidades e riscos decorrentes das dinâmicas de produção e consumo nos territórios, com um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública, incluindo a regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde, para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças.



CONTROLE DE HIPERTENSÃO E DO DIABETES MELLITUS

Os programas consistem em diagnosticar precocemente os portadores de síndrome metabólica. Esses programas visam a redução e/ou prevenção das complicações decorrentes da hipertensão e diabetes mellitus. Voltando a ressaltar a importância dos agentes comunitários fazendo esse elo e ajudando no acompanhamento destes usuários. O programa oferta medicação, exames laboratoriais quando solicitados pelo médico, glicemia capilar nas unidades, consulta de enfermagem, consulta com clínico geral, outros exames especializados (eletrocardiograma, ecodopler, etc.) e encaminhamentos para nutricionista. Ainda é ofertado aos pacientes diabéticos de forma de comodato aparelhos de controle de glicemia, e distribuição de fitas com recursos estaduais e recursos do município.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de construção tem como base diversas referências legais e normativas, como a Lei nº 8080/90, Lei complementar nº 141/2012 e a portaria nº 2.135 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o planejamento do SUS, define como instrumento do planejamento em saúde o Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS) e o Relatório Anual de Gestão (RAG) e orienta os pressupostos para o planejamento.

Em função da determinação normativa de configurar-se em um instrumento de base para execução, acompanhamento e execução do SUS, o PMS é ferramenta de gestão, que dá condições referenciais para os instrumentos de planejamento, incluindo aqueles de monitoramento e avaliação e estabelece prerrogativas de dinamizador do processo de gestão. Com espaços participativos em especial do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e das Conferências Municipais de Saúde. É um processo participativo em contraponto a um planejamento burocrático e normativo, que permite a discussão e construção de consensos sobre problemas de saúde e a melhor forma de enfrenta-los.

Definidas as diretrizes, objetivos, metas, indicadores e ações, a partir da análise da situação da saúde, é necessário executa-los. O que exige que os processos de planejamento, monitoramento e avaliação sejam sistêmicos e permanentes. O monitoramento representa o



Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024

acompanhamento continuado dos compromissos explicitados em planos (Metas e Ações), para verificar se estão sendo executados conforme previsto. A avaliação é entendida como um processo que implica julgar, emitir julgamento considerando se a execução é perfeita, e partir de então anotar as necessidades de ajuste, redimensionamento e desenho do objeto analisado.

A base fundamental para o monitoramento e avaliação são os indicadores, que são instrumentos que são utilizados para medir a eficácia, eficiência e o impacto das políticas e programas, os meios dessa verificação sobre os resultados dos indicadores são os Relatórios Quadrimestrais de prestação de contas e o Relatório Anual de Gestão, o que deve ser um processo de rotina institucional.

Por fim, os responsáveis por conduzir os processos (Gestores de Políticas), integrantes de equipes representantes de conselhos, gerentes de programas e projetos devem estimular a reflexão, sensibilização, conscientização para qualificação técnica, compromisso ético com as políticas de saúde para poder monitorar e avaliar as ações envolvidas com o Plano Municipal de Saúde.

Resumo da Programação Anual de Saúde - 2021

Município: Sentinela Do Sul - RS

Região de Saúde: Região 09 - Carbonífera/Costa Doce

Período do Plano de Saúde: 2018-2021

Data de finalização: 27/01/2022 14:32:50

Status da PAS: Em análise no Conselho de Saúde

Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas Anualizadas e Indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Ampliar e qualificar o acesso integral à ações e serviços na Atenção Básica.

OBJETIVO Nº 1.1 - Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso a Atenção Básica.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.1.1	Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica								
1.1.2	Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	-	-	Percentual	25,00	25,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica								
1.1.3	Ampliar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada	Ações coletivas de escovação dental supervisionada.	-	-	Percentual	50,00	50,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ações coletivas de escovação dental supervisionada								
1.1.4	Manter o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos abaixo dos 5%.	Proporção de exodontia em relação aos procedimentos.	-	-	Proporção	5,00	5,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de exodontia em relação aos procedimentos								
1.1.5	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos para a detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de colo de útero de 0,62 para 0,75	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	-	-	Razão	0,75	0,75	Percentual
Ação Nº 1 - Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local								
1.1.6	Ampliar a razão de exame de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade para a detecção precoce do câncer de mama de 0,35 para 0,60	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	-	-	Razão	0,60	0,60	Percentual
Ação Nº 1 - Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local								
1.1.7	Manter a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal SUS acima de 90%	Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	-	-	Proporção	90,00	90,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal								
OBJETIVO Nº 1.2 - Adequação da capacidade instalada e fortalecimento dos processos de trabalho								

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.2.1	Realizar no mínimo 01 capacitação no ano para todos os funcionários da atenção básica quanto aos protocolos clínicos do MS (pré-natal, puericultura, doenças crônicas, Urgência e Emergência, IST/testes rápidos, rastreamento de câncer de útero, mama e próstata) e também quanto a Política de Nacional de Humanização	Educação Permanente - Número de capacitações implantados no período X nº participantes nas capacitações e nos cursos realizados no período (por CBO)	-	-	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Educação Permanente - numero de capacitações implantados no período X nº participantes nas capacitações e nos cursos realizados no período (por CBO)								
1.2.2	Informatizar 100% dos serviços de Atenção básica.	Percentual de serviços informatizados	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Percentual de serviços informatizados								
1.2.3	Manter o percentual de registros de óbitos com causa básica definida igual ou acima de 95%	Proporção de registro de óbitos com causa básica	-	-	Percentual	95,00	95,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de registro de óbitos com causa básica								
1.2.4	Realizar dimensionamento de pessoal em 100% em toda a Atenção Básica Municipal	Alinhamento entre as equipes mínimas necessárias nos serviços de saúde com o CNES	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Alinhamento entre as equipes mínimas necessárias nos serviços de saúde com o CNES								
1.2.5	Cadastrar no CNES 100% dos estabelecimentos de saúde de acordo com as inspeções realizadas.	Preencher formulários de solicitação de CNES e encaminhar para a Secretaria Municipal de Saúde para digitação.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Preencher formulário de solicitação do CNES e encaminhar para a Secretaria Municipal de Saúde para digitação								

DIRETRIZ Nº 2 - Ampliar e qualificar as ações e serviços da Vigilância em Saúde.

OBJETIVO Nº 2.1 - Fortalecimento dos processo de trabalho da Vigilância em Saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.1.1	Manter o agente de Combate a Endemias capacitado e atualizado	Número absoluto de capacitações realizadas.	-	-	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Número absoluto de capacitação realizados								
2.1.2	Cadastrar estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, de acordo com as inspeções realizadas	Número de cadastros realizados.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Números de cadastros realizados								
2.1.3	Excluir do cadastro estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária com atividades encerradas.	Proporção total de cadastros de estabelecimentos com alvará de saúde.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção total de cadastro de estabelecimentos com alvará de saúde								
2.1.4	Alimentar mensalmente o SIPNIWEB em todas as salas de vacina	Proporção da sala de vacina.	-	-	Proporção	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de Sala de Vacina								
2.1.5	Atualizar periodicamente o Plano de Contingência da dengue	Número de vezes de atualização do plano de contingência no ano	-	-	Número	2,00	8,00	Proporção
Ação Nº 1 - Número de vezes de atualização do plano de contingência no ano								
2.1.6	Controle da dengue, simúldeos, zoonoses; Vigilância de fontes de água.	Implantação do Departamento de Vigilância Ambiental	-	-	Número	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Implantação do Departamento de Vigilância Ambiental								
2.1.7	Alimentar o Sistema do Programa Nacional de Controle da Dengue.	Número de remessas realizadas.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número de remessas realizadas								

DIRETRIZ Nº 3 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de prevenção, promoção vigilância em saúde.

OBJETIVO Nº 3.1 - Estimular a promoção em Vigilância em Saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
3.1.1	Atingir o percentual de 95% na cobertura vacinal infantil	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	-	-	Percentual	95,00	95,00	Percentual

Ação Nº 1 - Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada									
3.1.2	Realizar anualmente campanha nacional de vacinação contra a Influenza.	Proporção de vacinados nos grupos elegíveis	-	-	Percentual	90,00	90,00	Percentual	
Ação Nº 1 - Proporção de vacinados nos grupos elegíveis									
3.1.3	Realizar monitoramento anual de cobertura vacinal.	Número de monitoramento anual de cobertura vacinal.	-	-	Percentual	95,00	95,00	Percentual	
Ação Nº 1 - Número de monitoramento anual de cobertura vacinal.									
3.1.4	Vistoriar os domicílios do município para o controle das endemias	Proporção de imóveis vistoriadas em pelo menos 4 ciclos	-	-	Proporção	90,00	90,00	Proporção	
Ação Nº 1 - Proporção de imóveis vistoriadas em pelo menos 4 ciclos									
3.1.5	Realizar tratamento com larvicida nos criadouros de impossibilidade de remoção para o controle de combate ao Aedes aegypti	Número de imóveis tratados com larvicida.	-	-	Percentual	95,00	95,00	Percentual	
Ação Nº 1 - Número de imóveis tratados com larvicida.									
3.1.6	Realizar vistoria quinzenal em pontos estratégicos no combate a Aedes aegypti.	Número de visitas em pontos estratégicos.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual	
Ação Nº 1 - Número de visitas em pontos estratégicos.									
3.1.7	Notificar agravos relacionados ao trabalho através do SIST e SINAN	Número absoluto de notificações.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual	
Ação Nº 1 - Número absoluto de notificações.									
3.1.8	Manter percentual 100% de investigação dos óbitos relacionados ao trabalho.	Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual	
Ação Nº 1 - Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados									
3.1.9	Manter o percentual de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação em 90%	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	-	-	Percentual	90,00	90,00	Percentual	
Ação Nº 1 - Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados									
3.1.10	Realizar alimentação e manutenção dos Sistemas de Informação: SIM, SINASC, SIPN	Número absoluto de remessas enviadas.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual	
Ação Nº 1 - Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação									
3.1.11	Realizar e encaminhar ao LACEN 100% das amostras coletadas	Número absoluto de amostras encaminhadas GAL	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual	
Ação Nº 1 - amostras coletadas Número absoluto de amostras encaminhadas GAL									

OBJETIVO Nº 3.2 - Promover atividades de prevenção em saúde no seus setores e para população em geral.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
3.2.1	Executar o projeto Gerenciamento de Resíduos em Saúde em 100% dos estabelecimentos acompanhados	Incluir os estabelecimentos na execução do Projeto Gerenciamento de Resíduos	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Incluir os estabelecimentos na execução do Projeto Gerenciamento de Resíduos								
3.2.2	Executar o Projeto Boas Práticas em Comercialização de alimentos em 100% dos estabelecimentos acompanhados	Número de participantes nas atividades do Projeto Boas Práticas em Comercialização de Alimentos	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número de participantes nas atividades do Projeto Boas Práticas em Comercialização de Alimentos								
3.2.3	Realizar no mínimo 01 atividade educativa anual na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	Numero absoluto de atividades educativas realizadas.	-	-	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Numero absoluto de atividades educativas realizadas.								

DIRETRIZ Nº 4 - Qualificação e Humanização da Atenção em Saúde Mental, Álcool e outras drogas.

OBJETIVO Nº 4.1 - Fortalecer políticas de saúde voltadas para grupos de pessoas com transtornos mentais de alta prevalência e baixa cobertura assistencial, e pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, através da consolidação e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
4.1.1	Fortalecer o Componente Composição de Redução de Danos para abordagem a usuários de drogas.	Percentual de usuários que utilizam esse método de abordagem e tratamento.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Percentual de usuários que utilizam esse método de abordagem e tratamento.								
4.1.2	Ampliar oficinas terapêuticas na atenção básica	Número de oficinas terapêuticas instituídas nas unidades de saúde.	-	-	Número	3	3	Número
Ação Nº 1 - Número de oficinas terapêuticas instituídas nas unidades de saúde.								
4.1.3	Promover a inserção de uma equipe multiprofissional composta por: 01 médico psiquiatra ou 01 psicólogo; 01 Assistente Social; 01 enfermeiro; 01 técnico de enfermagem	Propor um plano de intervenção com vistas à melhoria do acompanhamento dos pacientes com transtorno mental	-	-	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Propor um plano de intervenção com vistas à melhoria do acompanhamento dos pacientes com transtorno mental								
4.1.4	Intensificar o controle do tratamento realizado pelos pacientes psiquiátricos através da realização de visitas domiciliares com maior periodicidade realizada por todos os membros da equipe de saúde;	Proporção de visitas realizadas a cada quadrimestre.	0,00	-	Proporção	90,00	90,00	Proporção
Ação Nº 1 - Proporção de visitas realizadas a cada quadrimestre.								
4.1.5	Aumentar em 25% os serviços da rede de Atenção Psicossocial no município	Ampliação do acesso aos serviços psicossocial para os usuários do sistema de saúde municipal	-	-	Percentual	23,00	25,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ampliação do acesso aos serviços psicossocial para os usuários do sistema de saúde municipal								
4.1.6	Atendimento compartilhado entre equipes de AB e NAAB para intervenção interdisciplinar, incluindo articulação com a rede de saúde, intersetorial.	Reestruturação do NAAB	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Reestruturação do NAAB								

DIRETRIZ Nº 5 - Garantia de assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 5.1 - Qualificar a gestão da assistência farmacêutica no SUS.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
5.1.1	Qualificar a gestão da assistência farmacêutica e contribuir para a ampliação do acesso da população aos medicamentos.	Gestão da farmácia municipal e ampliação da oferta de medicamentos	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Gestão da farmácia municipal e ampliação da oferta de medicamentos								

DIRETRIZ Nº 6 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do adoecimento saudável.

OBJETIVO Nº 6.1 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
6.1.1	Fortalecer as ações de investigação para controle dos óbitos infantil por causas presumíveis no município.	Taxa de mortalidade infantil.	-	-	Percentual	0,10	0,00	Percentual
Ação Nº 1 - Taxa de mortalidade infantil.								
6.1.2	Reduzir o número de óbitos maternos	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	-	-	Percentual	0,10	0,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.								
6.1.3	Aumentar o número de investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados								

DIRETRIZ Nº 7 - Implantação de plano estratégico de enfrentamento a COVID-19 por meio de ações preventivas, de controle da doença e de atendimento à população.

OBJETIVO Nº 7.1 - Fortalecer os processos de trabalho de vigilância em saúde em todo o território e promover ações intersetoriais para o enfrentamento a COVID-19.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
7.1.1	Implantação de normatização que institua a política de vigilância em saúde, com previsão de medidas preventivas para controle da pandemia, garantidas pelo poder de polícia exercido pelas autoridades sanitárias, além de arcabouço legal completo para as Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e em Saúde do Trabalhador.	Realizar fiscalização sanitária verificando o cumprimento das medidas a serem adotadas por todos os estabelecimentos comerciais ou responsáveis por gerar aglomerações contrariando os princípios da prevenção do novo Coronavírus.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Realizar fiscalização sanitária verificando o cumprimento das medidas a serem adotadas por todos os estabelecimentos comerciais ou responsáveis por gerar aglomerações contrariando os princípios da prevenção do novo Coronavírus.								
7.1.2	Pulverização química com solução a base de hipoclorito em espaços públicos que ocorram grandes aglomerações e permanente circulação de pessoas.	Pulverizar no período noturno, quando diminui a circulação de pessoas, todos os espaços públicos considerados de risco para transmissão do vírus por superfícies contaminados de uso coletivo.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Pulverizar no período noturno, quando diminui a circulação de pessoas, todos os espaços públicos considerados de risco para transmissão do vírus por superfícies contaminados de uso coletivo.								
7.1.3	Fiscalização sanitária e em saúde do trabalhador nos estabelecimentos em geral impedindo a propagação do novo Coronavírus	Garantir o cumprimento da legislação no que se refere as medidas de proteção da saúde instituídas pela União, Estados e Município.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Garantir o cumprimento da legislação no que se refere as medidas de proteção da saúde instituídas pela União, Estados e Município.								

OBJETIVO Nº 7.2 - Implementar ação estratégica de imunização por meio da oferta de vacinas do Ministério da Saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
7.2.1	Vacinar no mínimo 90% da população alvo de cada grupo prioritário.	Proporção de pessoas vacinadas em cada grupo.	-	-	-	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de pessoas vacinadas em cada grupo.								

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções da Saúde	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício
301 - Atenção Básica	Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	100,00
	Fortalecer as ações de investigação para controle dos óbitos infantil por causas presumíveis no município.	0,10
	Qualificar a gestão da assistência farmacêutica e contribuir para a ampliação do acesso da população aos medicamentos.	100,00
	Fortalecer o Componente Composição de Redução de Danos para abordagem a usuários de drogas.	100,00
	Realizar no mínimo 01 capacitação no ano para todos os funcionários da atenção básica quanto aos protocolos clínicos do MS (pré-natal, puericultura, doenças crônicas, Urgência e Emergência, IST/testes rápidos, rastreamento de câncer de útero, mama e próstata) e também quanto a Política de Nacional de Humanização	1
	Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	25,00
	Reduzir o número de óbitos maternos	0,10
	Ampliar oficinas terapêuticas na atenção básica	3
	Informatizar 100% dos serviços de Atenção básica.	100,00
	Ampliar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada	50,00
	Aumentar o número de investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil	100,00
	Promover a inserção de uma equipe multiprofissional composta por: 01 médico psiquiatra ou 01 psicólogo; 01 Assistente Social; 01 enfermeiro; 01 técnico de enfermagem	1
	Realizar no mínimo 01 atividade educativa anual na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	1
	Manter o percentual de registros de óbitos com causa básica definida igual ou acima de 95%	95,00
	Manter o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos abaixo dos 5%.	5,00
	Intensificar o controle do tratamento realizado pelos pacientes psiquiátricos através da realização de visitas domiciliares com maior periodicidade realizada por todos os membros da equipe de saúde;	90,00
	Realizar dimensionamento de pessoal em 100% em toda a Atenção Básica Municipal	100,00
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos para a detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de colo de útero de 0,62 para 0,75	0,75
	Aumentar em 25% os serviços da rede de Atenção Psicossocial no município	23,00
	Cadastrar no CNES 100% dos estabelecimentos de saúde de acordo com as inspeções realizadas.	100,00
Ampliar a razão de exame de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade para a detecção precoce do câncer de mama de 0,35 para 0,60	0,60	
Atendimento compartilhado entre equipes de AB e NAAB para intervenção interdisciplinar, incluindo articulação com a rede de saúde, intersetorial.	100,00	
Manter a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal SUS acima de 90%	90,00	
304 - Vigilância Sanitária	Executar o projeto Gerenciamento de Resíduos em Saúde em 100% dos estabelecimentos acompanhados	100,00

Assinado digitalmente por: JOSE MARCIO BOEIRA DE SOUZA em 30/03/22, JOSE FLAVIO RAPHAELLI TRESCASTRO em 30/03/22 e ELOISA OLIVEIRA DA SILVA em 30/03/22.
<http://tce.rs.gov.br>
 Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AE63.57B2.E458.484A.4B6D.

	Cadastrar estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, de acordo com as inspeções realizadas	100,00
	Executar o Projeto Boas Práticas em Comercialização de alimentos em 100% dos estabelecimentos acompanhados	100,00
	Excluir do cadastro estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária com atividades encerradas.	100,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Manter o agente de Combate a Endemias capacitado e atualizado	1
	Vacinar no mínimo 90% da população alvo de cada grupo prioritário.	100,00
	Implantação de normatização que institua a política de vigilância em saúde, com previsão de medidas preventivas para controle da pandemia, garantidas pelo poder de polícia exercido pelas autoridades sanitárias, além de arcabouço legal completo para as Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e em Saúde do Trabalhador.	100,00
	Attingir o percentual de 95% na cobertura vacinal infantil	95,00
	Realizar anualmente campanha nacional de vacinação contra a Influenza.	90,00
	Pulverização química com solução a base de hipoclorito em espaços públicos que ocorram grandes aglomerações e permanente circulação de pessoas.	100,00
	Realizar monitoramento anual de cobertura vacinal.	95,00
	Fiscalização sanitária e em saúde do trabalhador nos estabelecimentos em geral impedindo a propagação do novo Coronavírus	100,00
	Alimentar mensalmente o SIPNIWEB em todas as salas de vacina	100,00
	Vistoriar os domicílios do município para o controle das endemias	90,00
	Atualizar periodicamente o Plano de Contingência da dengue	2,00
	Realizar tratamento com larvicida nos criadouros de impossibilidade de remoção para o controle de combate ao Aedes aegypti	95,00
	Controle da dengue, simuliões, zoonoses; Vigilância de fontes de água.	100,00
	Realizar vistoria quinzenal em pontos estratégicos no combate a Aedes aegypti.	100,00
	Alimentar o Sistema do Programa Nacional de Controle da Dengue.	100,00
	Notificar agravos relacionados ao trabalho através do SIST e SINAN	100,00
	Manter percentual 100% de investigação dos óbitos relacionados ao trabalho.	100,00
Manter o percentual de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação em 90%	90,00	
Realizar alimentação e manutenção dos Sistemas de Informação: SIM, SINASC, SIPN	100,00	
Realizar e encaminhar ao LACEN 100% das amostras coletadas	100,00	

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Natureza e Fonte

Subfunções da Saúde	Natureza da Despesa	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	3.779.391,31	N/A	9.527,90	N/A	N/A	N/A	1.035,90	3.789.955,11
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	N/A	N/A	640.011,93	N/A	N/A	N/A	N/A	640.011,93
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A



Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024

RELATORIO DE GESTÃO

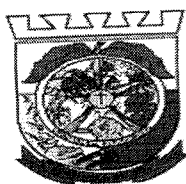
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANO 2021

CNPJ: 94.068.277/0001-08 – Rua Marcilio Oliveira nº 90 – CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261

E-mail: saude@sentineladosul.rs.gov.br



APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Gestão é um dos instrumentos de planejamento estabelecido por portaria do Ministério da Saúde e é utilizado em todas as esferas de gestão do SUS. Esse Relatório Anual de Gestão da Saúde do município de Sentinela do Sul.

A elaboração do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2021 representa muito mais do que preceito legal, significa respeito e compromisso com os usuários do SUS. "Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade" (OMS). Portanto, a cordialidade e atenção dispensadas ao cidadão, sob qualquer natureza, também são elementos que geram saúde. Para alcançar os objetivos que atenda satisfatoriamente as pessoas é preciso envolvimento de gestores e técnicos, além de conhecimento que permita avaliação crítica das ações a serem implementadas ao longo de um ano de trabalho.

Fica evidente a importância dos instrumentos de gestão para o planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no município. É inegável sua evolução sistemática e contínua ao longo dos anos, inclusive como meio importante para mudança de cultura e paradigma. Percebe-se maior adesão de gestores e técnicos no cumprimento de seu papel de tornar pública a aplicação dos recursos nas ações de saúde em nosso município, entretanto, ainda há um longo caminho até atingirmos o estágio ideal.

CNPJ: 94.068.277/0001-08 – Rua Marcilio Oliveira nº 90 – CEP: 96.765-000
Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261
E-mail: saude@sentineladosul.rs.gov.br

MS



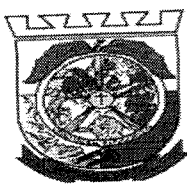
Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

- Sentinela do Sul
- Data de criação: 20 de março de 1992
- População Estimada IBGE: 5.635 Habitantes
- Coordenadoria: 1ª CRS
- COREDE: Centro Sul
- Gestão: Atenção Básica Ampliada

CNPJ: 94.068.277/0001-08 – Rua Marcilio Oliveira nº 90 – CEP: 96.765-000
Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261
E-mail: saude@sentineladosul.rs.gov.br

MS



Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024

**ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Compete a Secretaria Municipal de Saúde, coordenar e executar a política de saúde, de acordo com diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Sentinela do Sul, aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde, em consonância com a Constituição Federal – 1988, Título VIII da Ordem Social, Seção II da Saúde; com a Lei 8.080, de 19/09/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; com a Lei 8.142, de 28/12/1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei 53/93 – Estabelece a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Sentinela do Sul;

Lei 52/93 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde de Sentinela do Sul;

Lei 57/93 – Dispõe sobre o Fundo Municipal de Saúde e das outras providências.

Lei 248/96 – Institui o Conselho Municipal da Saúde

Lei 1051/10 – (...) cria o cargo de Diretor Clínico

Lei 1053/10 – (...) cria o cargo de Diretor Técnico em Saúde

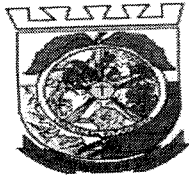
Lei 1054/10 – Reestrutura o Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências.

CNPJ: 94.068.277/0001-08 – Rua Marcílio Oliveira nº 90 – CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261

E-mail: saude@sentineladosul.rs.gov.br

MS



Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024

PARTICIPAÇÃO DA SMS EM INSTÂNCIA COLEGIAIS

A Secretaria Municipal de Saúde participa do Conselho Municipal de Saúde e Comissão Intergestores Municipais (CIR).

**PROGRAMA DE SAÚDE GERAL
PROCEDIMENTO INDIVIDUAL**

CODIGO TAB/SUS	NOME DO PRECEDIMENTO	QUANTITATIVO 2021
301100020	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	7.601
301110039	AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL	26.286
303010070	AFERIÇÃO DE TEMPERATURA	2.877
302050027	ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO	3.125
0301060037	ATENDIMENTOS ODONTOLOGICOS	1.864
101040024	AVALIAÇÃO ANTROPOMETRICA	2.176
301010030	CONSULTA DE ENFERMAGEM	2.610
301010064	CONSULTA MEDICA DE ATENÇÃO BASICA	24.272
301010110	CONSULTA PRE-NATAL	278
401040023	CURATIVO DE GRAU I	4.839
401010015	CURATIVO GRAU II	289
211020036	ELETROCARDIOGRAMA	378
201020033	EXAME CITOPATOLOGICO	720
214010015	GLICEMIA CAPILAR	1.742
303090200	IMOBILIZAÇÃO	235
30110010	NEBULIZAÇÃO	674
301100152	RETIRADA DE PONTOS	387
401010066	SUTURA SIMPLES	289
TOTAL DE CONSULTA E PROCEDIMENTOS NO ANO DE 2021		80.651

CNPJ: 94.068.277/0001-08 – Rua Marcilio Oliveira nº 90 – CEP: 96.765-000
Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261
E-mail: saude@sentineladosul.rs.gov.br

MS



Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024

**REORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS E
PROGRAMAS DE SAÚDE.**

RELAÇÃO DE PROGRAMAS E SISTEMAS
SIM (Sistema de Informação Sobre Mortalidade)
SI PNI (Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações)
SINASC (Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos)
SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação)
SISPRE-NATAL (Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pré Natal)
SISCAN (Sistema de Informação do Câncer)
SIS AGUA (Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo)
SIA/SUS (Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS)
SAIH (Sistema de Autorização de Internação Hospitalar)
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
E-SUS (Sistema de Informação em Saúde do Ministério da Saúde)
DIGISUS
GERCON (Sistema de Gerenciamento de Consultas)
CAD WEB (Cartão SUS)
SISREG (Sistema Nacional de Regulação)
BOLSA FAMÍLIA
AME PROCERGS (Sistema de Medicamento do Estado)
GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial – LACEN) Água
GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial – LACEN) Biologia Médica
NAAB (Núcleo de Apoio a Atenção Básica)
COMBATE A ENDEMIAS
SAÚDE DA MULHER – REDE CEGONHA
VIGILÂNCIA EM SAÚDE
CONTROLE DA TUBERCULOSE
CONTROLE DE HIPERTENSÃO E DIABETES
PROGRAMA DE SAÚDE NAS ESCOLAS
GRUPO DOS HIPERTENSOS E DIABÉTICOS
TABAGISMO
PALESTAS DE PREVENÇÃO EM SAÚDE NAS LOCALIDADES

CNPJ: 94.068.277/0001-08 – Rua Marcílio Oliveira nº 90 – CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261

E-mail: saude@sentineladosul.rs.gov.br

HS



Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024

**TRANSPORTE DE PACIENTES PARA EXAMES DE ALTO CUSTO,
CONSULTAS ESPECIALIZADAS, INTERNAÇÕES, EMERGÊNCIAS E
SERVIÇO SOCIAL:**

3.870 Viagens realizadas pela frota da Secretaria Municipal de Saúde no corrente ano.

15.480 Pacientes conduzidos conforme encaminhamentos médicos ao município da região.

AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO MUNICÍPIO.

SERVIÇO	TOTAL
Ginecologista	1.200 Consultas
Psiquiatra	600 Consultas
Pediatra	600 Consultas
Massoterapeuta	960 Consultas
Fisioterapia	2.892 Sessões

RECURSOS HUMANOS

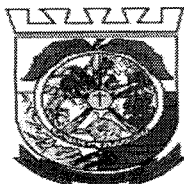
AREA DE ATUAÇÃO	Nº DE PROFISSIONAIS
ADMINISTRATIVO	08
AGENTE DE ENDEMIAS	01
AGENTE DE SAÚDE	02
ASSISTENTE SOCIAL	01
CLINICO GERAL	03
ODONTÓLOGO	03
ECOGRAFISTA	01
ENFERMEIRA	04
FARMACÊUTICO	01
FISIOTERAPEUTA	01
GINECOLOGISTA	01
MOTORISTA	13
PEDIATRA	01
PSICÓLOGA	01
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	10
VIGILANTE	01
ZELADORA	04

CNPJ: 94.068.277/0001-08 – Rua Marcilio Oliveira nº 90 – CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261

E-mail: saude@sentineladosul.rs.gov.br

MS



CONSULTAS ESPECIALIZADAS – PORTO ALEGRE

ESPECIALIDADE	Nº DE CONSULTAS MARCADAS
CARDIOLOGIA ADULTA	20
CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA	02
CIRURGIA APARELHO DIGESTIVO	01
CIRURGIA GERAL PEDIÁTRICA	03
CIRURGIA VASCULAR ADULTO	02
DERMATOLOGIA ADULTO	12
ENDOCRINOLOGIA PEDIÁTRICO	02
ESTOMATOLOGIA GERAL	01
GASTRO ADULTO	02
GINECOLOGIA COLO UTERINO	08
GINECOLOGIA INFANTO PUBERAL	01
GINECOLOGIA MAMA	06
HEMATOLOGIA ADULTO	01
INFECTOLOGIA ADULTO	01
NEFROLOGIA ADULTA	03
NEUROLOGIA ADULTA	06
NEUROLOGIA PEDIÁTRICA	02
OFTALMO ADULTO	04
OFTALMO CATARATA	10
OFTALMO PEDIÁTRICO	01
ONCOLOGIA UROLOGIA	04
ORTOPEDIA JOELHO	04
PNEUMOLOGIA ADULTO	03
URULOGIA ADULTO	01

SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

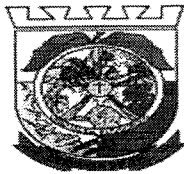
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

A UNIDADE BASICA DE SAÚDE CENTRAL, com sede a Rua Coronel Vasconcelos, nº 120, centro de Sentinela do Sul, disponibiliza uma área de cerca de 200m² onde conta com Pronto Atendimento, atendimentos médico clinico geral, Ginecologista, Pediatra, Psiquiatra, exames de ecografia, citopatológicos, eletrocardiogramas, testes rápidos e Sala de Imunizações.

CNPJ: 94.068.277/0001-08 – Rua Marcilio Oliveira nº 90 – CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261

E-mail: saude@sentineladosul.rs.gov.br



Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde, com sede a Rua Marcirio Oliveira, nº 90, Centro, Sentinela do Sul, conta com: serviço de fisioterapia, odontologia, assistente social, marcação de consultas, farmácia básica, marcação de transporte, massoterapia vigilância em saúde.

**ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
SANTA CLARA**

O ESF SANTA CLARA, com sede na localidade de Potreiro Grande, interior, Sentinela do Sul, possui uma equipe composta por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes de saúde, atendendo as microregiões de Potreiro Grande, Passo da Venda, Bela Vista, Faxinal Queimado, Pitas, Água Branca, Criuvas e Costa do Velhaco.

CONCLUSÃO

Durante o ano de 2021, foram realizados, no UBS CENTRAL, ESF SANTA CLARA E DEMAIS SERVIÇOS, o total estimado de 80.651 (oitenta mil seiscentos e cinquenta e um) atendimentos, dando uma média anual de atendimentos de 14,31 atendimento habitante/ano. Com base nos parâmetros do Ministério da Saúde que prevê uma mediana de 02 a 03 atendimentos habitantes/ano, o município se encontra bem acima da média de atendimento prevista.

Procuramos atender a demanda espontânea na Atenção Básica do nosso Município e quando necessário encaminhamos os pacientes para os Hospitais de Referência da região, Porto Alegre, Camaquã, entre outros, sempre zelando pelo bom atendimento aos nossos municípios conforme os princípios do Sistema Único de Saúde.

A secretaria continuou com dificuldades nos encaminhamentos de média e alta complexidade, onde demanda referenciar com Porto Alegre. O Sistema SISREG, GERCON e mesmo diante destes processos de regulação ainda não se consegue atender as demandas do município, ocasionando que os pacientes acabam que tendo que aguardar muitas vezes

CNPJ: 94.068.277/0001-08 – Rua Marcirio Oliveira nº 90 – CEP: 96.765-000

Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261

E-mail: saude@sentineladosul.rs.gov.br

HS



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
PLANO MUNICIPAL SANEAMENTO
BÁSICO



SENTINELA DO SUL

RELATÓRIO I

ETAPA I - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

07/2014



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL

ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2013



SENTINELA DO SUL

VOLUME I

FASE I - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

07-2014



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Página
418

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
3

Peça
4223193

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P0406106



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO DA CONSULTORIA

COORDENADOR

ENGENHEIRO CIVIL JOSÉ VILMAR VIEGAS

APOIO TÉCNICO

ENGENHEIRO CIVIL GUILHERME WEISSHEIMER PINHEIRO

COLABORADORES

CARLOS HENRIQUE GARBIN

LUIZ FELIPE ZIMMERMANN ODY

SIMEONY OLIVEIRA ZUFFO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ENGENHEIRO CIVIL JOSÉ VILMAR VIEGAS

CREA - 44.586



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
INTRODUÇÃO	2
I. PLANO DE TRABALHO.....	4
I.1 APRESENTAÇÃO.....	5
I.2 OBJETIVOS	5
I.3 ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO.....	5
I.4 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	5
II. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	11
II.1 INTRODUÇÃO	12
II.2 OBJETIVOS GERAIS.....	12
II.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
II.4 PLANO DE TRABALHO PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	13
II.4.1 CRONOGRAMA SINTÉTICO DO PMSB.....	13
II.4.2 REUNIÃO INICIAL - AUTORIDADES MUNICIPAIS e TSA CONSULTORIA.....	15
II.4.3 FORMAÇÃO DOS COMITÊS DE COORDENAÇÃO (CC) e EXECUTIVO (CE)	16
II.4.4. EVENTOS COMUNITÁRIOS.....	17
II.4.5 EVENTO DE DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO	17
II.4.6 EVENTO DE DISCUSSÃO DOS PROGRAMAS, PLANOS E METAS E MODELO DE GESTÃO	18
II.4.7 AUDIÊNCIA PÚBLICA FINAL	18
II.5 METODOLOGIA PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	18
II.5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS FACILITADORES - LÍDERES COMUNITÁRIOS E AGENTES INTERNOS À ADMINISTRAÇÃO.....	18
II.5.2 CONVOCAÇÃO PARA AS REUNIÕES.....	19
II.5.3 SELEÇÃO DOS LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS.	19
II.5.4 DIVULGAÇÃO	19
II.5.5 DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS	20
II.5.6 DISPONIBILIZAÇÃO DOS PRODUTOS PARA CONSULTA E SUGESTÕES	20
II.5.7 QUESTIONÁRIOS	20
II.5.8 ELABORAÇÃO DE LISTA DE PRESENÇA, ATA DO EVENTO, REGISTRO FOTOGRÁFICO, ÁUDIO E VÍDEO.....	20



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - PLANO DE TRABALHO.....	7
TABELA 2 - PLANO DE TRABALHO.....	8
TABELA 3 - PLANO DE TRABALHO.....	9
TABELA 4 - PLANO DE TRABALHO.....	10
TABELA 5 - FASES DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO.....	13
TABELA 6 - CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO.....	14
TABELA 7 - RELAÇÃO DE EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO	17



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

APRESENTAÇÃO

Conforme exigência prevista no Artigo 9º, Parágrafo I, da Lei Federal nº11.445 de 05 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, fica o município obrigado a elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico. Tal Plano será um requisito prévio para que o município possa ter acesso aos recursos públicos não onerosos e onerosos para aplicação em ações de saneamento básico.

O Plano abrange os serviços relativos a abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, como também, drenagem e manejo de águas pluviais.

De acordo com as atividades contratuais previstas no Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório Nº 057/2013, Pregão Presencial Nº 029/2013, estamos apresentando o RELATÓRIO I referente a **FASE I – PLANO MOBILIZAÇÃO SOCIAL** que contem, em volume único, os seguintes capítulos:

I - Plano de trabalho

II - Plano mobilização social



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído pela Lei 11.445/2007, previsto para ser elaborado sob a responsabilidade dos municípios, constitui-se um dos instrumentos de política e gestão dos serviços de saneamento. No plano, deverão estar presentes as diretrizes que estabelecerão as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, definindo os objetivos, as metas para a universalização bem como os programas, projetos e ações necessários para alcançá-las.

O plano deverá, também, estabelecer as formas de gestão dos serviços públicos de saneamento e estabelecer a garantia do atendimento essencial à saúde pública, os direitos e deveres dos usuários, o controle social, a regulação e fiscalização dos serviços, o sistema de informações conforme o Decreto 7.217/2010 (Fonte: Termo de referencia SEHADUR).

Conforme transcrito do manual do MCIDADES “A Política (art. 9º) e o Plano de Saneamento Básico (art. 19), instituídos pela Lei 11.445/2007, são os elementos centrais da gestão dos serviços. Conforme essa lei, a boa gestão é objeto das definições da política de saneamento básico formulada pelo titular dos serviços e engloba: o respectivo plano; o estabelecimento das funções e normas de regulação, fiscalização e avaliação; a definição do modelo para a prestação dos serviços; a fixação dos direitos e deveres dos usuários, inclusive quanto ao atendimento essencial à saúde pública; o estabelecimento dos mecanismos de controle social e do sistema de informação; dentre outras definições. Como atribuições indelegáveis do titular dos serviços a Política e o Plano devem ser elaborados com a participação da sociedade por meio de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (inciso IV, art 3º).

O arcabouço legal que deverá nortear os trabalhos é a Lei Estadual nº 12.037, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a política Estadual de Saneamento, da Lei 12.305 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e de seu Decreto de Regulamentação nº 7.404 bem como da Lei nº 10.257/2001, de 10 de julho de 2001, que estabelece o Estatuto das Cidades. A Lei Federal nº 11.445/07 estabelece que saneamento básico compreende conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- Abastecimento de água potável: Constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.
- Esgotamento sanitário: Constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.
- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: Conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

2



RUA TAQUARA 383, SL 204 CEP 90640-210
PETROPOLIS – PORTO ALEGRE FONE 3094 0200



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

ETAPA I

MOBILIZAÇÃO SOCIAL



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Página
425

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
10

Peça
4223193

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P0406106

I. PLANO DE TRABALHO

4



RUA TAQUARA 383, SL 204 CEP 90640-210
PETROPOLIS – PORTO ALEGRE FONE 3094 0200

Assinado digitalmente por: JOSE MARCIO BOEIRA DE SOUZA em 30/03/22, JOSE FLAVIO RAPHAELLI TRESCASTRO em 30/03/22 e ELOISA OLIVEIRA DA SILVEIRA em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.14E1.C0FA.F2B6.AADD.3525.



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

I.1 APRESENTAÇÃO

Nesta etapa da elaboração do plano municipal de saneamento será apresentada o planejamento evolução do planejamento da condução do plano através de plano de trabalho contendo as diretrizes gerais para o desenvolvimento dos estudos e o cronograma de entrega dos resultados.

O plano de trabalho foi elaborado e apresentado para o comite de coordenação em reunião inicial da prestação dos serviços com uma versão inicial dos cronogramas e etapas a serem vencidas com a definição de revisões mensais no sentido de atualizar o andamento dos serviços.

A fase I deste plano de saneamento compreende a etapa formada pelas atividades preparatórias para a elaboração do PMSB: organização administrativa do processo, instituição do processo de participação social e de comunicação social, formulação preliminar dos princípios, diretrizes e objetivos, e elaboração do projeto de trabalho.

I.2 OBJETIVOS

O objetivo específico desta etapa é estabelecer o planejamento das atividades que deverão ser executadas para a elaboração do plano de maneira que possa ser estruturada da forma mais adequada com a realidade e as características do município.

I.3 ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho deverá ser estruturado para conter o planejamento dos trabalhos, contextualização dos estudos necessários, indicação das equipes, seu perfil, a descrição das atividades com sua organização, o organograma para os trabalhos, fluxograma e tudo o mais que norteie o desenvolvimento e acompanhamento dos estudos e projetos. A segmentação do plano será da seguinte forma:

I.4 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS

O plano foi elaborado formatado em 6 etapas abaixo relacionadas conforme previsto no termo de referencia deste edital:

- ETAPA I - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL
- ETAPA II - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO
- ETAPA III - PROGNÓSTICOS, OBJETIVOS E METAS
- ETAPA IV - PROGRAMAS E AÇÕES
- ETAPA V - MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL
- ETAPA VI - RELATÓRIO FINAL

A seguir iremos apresentar os planos de trabalho versão inicial, em consonancia com as deliberações tomadas em conjunto com o comite coordenador da prefeitura municipal.

O plano de trabalho apresentado contem todas as decisões ajustadas na reunião inicial de trabalho entre o comitê executivo da contratante, a equipe da contratada e a partir do inicio dos trabalhos foi elaborada duas revisões de cronograma em função dos seguintes fatores:



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

- Dificuldades de obtenção de dados primários referente ao abastecimento de água na área rural onde foi necessário um tempo maior do que o previsto para a coleta de dados operacionais das comunidades com abastecimento de água.
- A entrega dos dados operacionais do sistema de abastecimento de água operado pela CORSAN também somente ocorreu em março-2014 que impossibilitou de conclusão do diagnóstico da situacional.



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

TABELA 1 - PLANO DE TRABALHO

Município	Sentinela do Sul	Contrato	12-2013	Data elaboração	Revisão	0	
Etapa	Atividade	Descrição das atividades			Equipe responsável	Data início	Data final
Atividades preliminares	Reunião inicial	Apresentação das etapas de elaboração do plano de saneamento e encaminhamento de solicitação de informações e definição de calendário de eventos: <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo e conteúdo do plano de saneamento. • Diretrizes da elaboração do plano de saneamento. • Apresentação de listagem de dados para coleta de informações de abastecimento de água, esgoto sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. • Definição dos eventos de mobilização (reunião e audiência pública). • Definição das formas de comunicação da elaboração do plano (rádio, internet, folders, etc). 			TSA - Coordenador	07-01-2014	07-01-2014
		Discussão e Definições dos itens relacionados.			Comite executivo	07-01-2014	07-01-2014
		Definição do programa de treinamento agentes facilitadores.			TSA - Comite executivo	07-01-2014	07-01-2014



RUA TAQUARA 383_SL 204 CEP 90640-210
PETROPOLIS – PORTO ALEGRE FONE 3094 0200



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

TABELA 2 - PLANO DE TRABALHO

Município	Sentinela do Sul	Contrato	12-2013	Data elaboração	Revisão	0
Etapa	Atividade	Descrição das atividades		Equipe responsável	Data início	Data final
ETAPA I	Plano de mobilização social	Elaboração do plano mobilização e comunicação.		TSA - Assistente social	03-03-2014	18-01-2014
		Treinamento facilitadores (mobilização e comunicação).		TSA - Equipe	30-01-2014	30-01-2014
		Publicação das atividades (internet, jornal e etc).		Comite executivo	20-02-2014	20-02-2014
		Seminário I - Diagnóstico situacional e prognosticos, objetivos e metas (comunidades rurais).		TSA - Comite executivo	12-03-2014	12-03-2014
		Seminário I - Diagnóstico situacional e prognosticos, objetivos e metas (escolas, entidades, classe e etc).		TSA - Comite executivo	12-03-2014	12-03-2014
		Seminário II - Programas, ações e controle social - (comunidades rurais, escolas, entidades classe etc).		TSA - Comite executivo	01-04-2014	01-04-2014
		Audiência Pública - Apresentação relatório final para aprovação (Comunidades rurais, escolas, entidades classe e etc).		TSA - Comite executivo	25-07-2014	25-07-2014
ETAPA II	Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico	Situação institucional dos serviços de saneamento (gestão, legislação, controle e etc).		TSA - Equipe	03-02-2014	28-02-2014
		Caracterização territorial, social, economica, saúde e meio ambiente.		TSA - Equipe	03-02-2014	28-02-2014
		Situação do sistema de abastecimento água - área urbana.		TSA - Equipe	03-02-2014	28-02-2014
		Situação do sistema de abastecimento água - área rural resíduos sólidos e limpeza urbana.		TSA - Equipe	03-02-2014	28-02-2014
		Situação do sistema de esgotamento sanitário.		TSA - Equipe	03-02-2014	28-02-2014
		Situação do sistema de drenagem urbana.		TSA - Equipe	03-02-2014	28-02-2014
		Situação econômica e financeira do município.		TSA - Equipe	03-02-2014	28-02-2014
		Análise e aprovação do diagnóstico.		Comite executivo	28-02-2014	07-03-2014

8



RUA TAQUARA 383_SL 204 CEP 90640-210
PETROPOLIS – PORTO ALEGRE FONE 3094 0200

ACESSO
P0406106

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

**Peça
4223193**

Página da
peça
14

**Processo
01365-0200/21-9**

Página
429



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

TABELA 3 - PLANO DE TRABALHO

Município	Sentinela do Sul	Contrato	12-2013	Data elaboração	Revisão	0	
Etapa	Atividade	Descrição das atividades			Equipe responsável	Data início	Data final
ETAPA III	Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e metas.	Objetivos e Metas.			TSA - Equipe	03-03-2014	27-03-2014
		Projeção do crescimento populacional 2014 - 2034			TSA - Equipe	03-03-2014	27-03-2014
		Modelo de gestão dos serviços de saneamento básico.			TSA - Equipe	03-03-2014	27-03-2014
		Projeções de demanda de serviços públicos de saneamento.			TSA - Equipe	03-03-2014	27-03-2014
		Modelo de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.			TSA - Equipe	03-03-2014	27-03-2014
		Análise das alternativas de Intervenção.			TSA - Equipe	03-03-2014	27-03-2014
		Projeção de investimentos.			TSA - Equipe	03-03-2014	27-03-2014
		Avaliação econômica da viabilidade dos Investimentos.			TSA - Equipe	03-03-2014	27-03-2014
		Definição de Subsídios, Tarifas para sustentabilidade do investimentos.			TSA - Equipe	01-0-2014	27-03-2014
		Análise e aprovação do diagnóstico.			Comite executivo	26-02-2014	07-03-2014
ETAPA IV	Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB. Definição das ações para emergência e contingência para o município.	Programa de ações imediatas.			TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Programa de investimentos - abastecimento de água.			TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Programa de Investimentos - esgotamento sanitário.			TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Programa de investimentos - drenagem e limpeza urbana.			TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Programa de investimentos - resíduos sólidos.			TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Hierarquização dos investimentos.			TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Mecanismo de avaliação do andamento do plano.			TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Programa de contingenciamento e emergencias.			TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Análise e aprovação dos programas.			Comite Executivo	17-03-2014	21-03-2014



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

TABELA 4 - PLANO DE TRABALHO

Município	Sentinela do Sul	Contrato	12-2013	Data elaboração	Revisão	0
Etapa	Atividade	Descrição das atividades		Equipe responsável	Data início	Data final
Etapa V	Mecanismos e procedimentos para o controle social	Estruturação do mecanismo de participação social.		TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Ferramentas de divulgação e comunicação das ações.		TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Instrumentos de controle social.		TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Conselho municipal de saneamento.		TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Consulta pública.		TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Audiência pública.		TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Conferência municipal de saneamento.		TSA - Equipe	05-03-2014	14-03-2014
		Análise e aprovação dos programas.		Comite Executivo	17-03-2014	21-03-2014
Etapa VI	Controle social	Definição de matriz de indicadores de prestação de serviços.		TSA - Equipe	17-03-2014	21-03-2014
		Definição de formas de acompanhamento e de avaliação dos resultados do plano.		TSA - Equipe	17-03-2014	21-03-2014
		Estruturação local da fiscalização e da regulação - controle social.		TSA - Equipe	17-03-2014	21-03-2014
		Análise e aprovação dos indicadores e da estrutura controle social.		Comite Executivo	24-03-2014	28-03-2014
EtapaVII	Relatório final do plano PMSB	Elaboração do relatório final - versão preliminar.		TSA - Equipe	15-04-2014	17-04-2014
		Discussão e aprovação em audiência pública.			17-04-2014	17-04-2014
		Elaboração do Relatório Final – Versão Aprovada		TSA - Equipe	21-04-2014	25-04-2014
		Elaboração da Minuta da Lei do PMSB		TSA - Equipe	21-04-2014	25-04-2014
Equipe técnica TSA		Recursos materiais		Responsável		
Coordenador - Eng civil Eng civil Eng ambiental		Computador Impressoras Software Autocad		TSA TSA TSA		



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

II. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

11



RUA TAQUARA 383, SL 204 CEP 90640-210
PETROPOLIS – PORTO ALEGRE FONE 3094 0200



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

II.1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os objetivos gerais e específicos de um Plano de Mobilização, um fluxograma de atividades/participação social e uma proposição de metodologia e planejamento para realização dos trabalhos.

II.2 OBJETIVOS GERAIS

O Plano de Mobilização Social visa desenvolver ações para a sensibilização da população quanto à relevância do Plano Municipal de Saneamento Básico e da necessidade da sua participação no processo de elaboração e terá os seguintes objetivos gerais:

- Garantir a participação social em todas as etapas do processo de desenvolvimento do PMSB tenha natureza democrática e participativa.
- Desenvolver junto à sociedade a noção de responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais.
- Dispor os mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, dos serviços prestados e sua avaliação, das futuras etapas do PMSB, dos eventos previstos e as propostas relativas ao PMSB.
- Estabelecer canais para recebimento de sugestões e comentários, garantindo se a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas.
- Desenvolver eventos abertos à comunidade local, a exemplo de reuniões e audiência pública para discussão e participação popular na formulação do PMSB, incluindo a recepção de dados de saneamento.
- Desenvolver e estimular forma de acompanhamento e participação, no processo de elaboração do PMSB, dos Conselhos de Saúde, de Meio Ambiente e de Educação, lideranças locais, etc.
- Estimular a criação e a perenização de grupos representativos da sociedade para discutir o assunto Saneamento, pós elaboração do PMSB.

II.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conforme especificado no Termo de Referência apresenta-se a seguir os objetivos específicos que devem ser atingidos com a implementação do processo participativo de elaboração do Plano de Mobilização Social proposto:



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

TABELA 5 - FASES DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO

Fases	Objetivos
Todas	<p>Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envolver a população na discussão das potencialidades dos problemas de salubridade e saneamento ambiental e suas implicações. - Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento ambiental, seus benefícios e vantagens. - Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais. - Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental. - Sensibilizar a administração municipal para o fomento de ações de educação ambiental e mobilização social de forma permanente. - Ser ferramenta eficiente para que a comunidade participe efetivamente da elaboração do PMSB.
Diagnóstico técnicos	<p>Identificar as percepções sociais, conhecimentos e anseios a respeito do saneamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descrever as características, a realidade prática das es econômico-sociais e culturais locais. - Agregar a realidade das práticas locais e da condição de saneamento e saúde às informações técnicas obtidas. - Identificar as formas de organização social da comunidade local.
Programas, projetos e ações	<p>Hierarquizar a aplicação de programas e investimentos considerando as necessidades reais e os anseios da população:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os hábitos, as percepções e as atitudes, em nível local, a respeito do saneamento básico.
Execução, avaliação e provisão do PMSB	<p>Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implementação da política municipal de saneamento básico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular a criação de grupos representativos da sociedade não organizada sensibilizados e com conhecimentos mínimos de saneamento ambiental para acompanhar e fiscalizar a execução do PMSB.

II.4 PLANO DE TRABALHO PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Neste tópico está apresentado o planejamento geral para o desenvolvimento do Plano de Mobilização Social e deverá constar o seguinte:

II.4.1 CRONOGRAMA SINTÉTICO DO PMSB

O quadro a seguir mostra as atividades conforme o evento que será realizado, indicando o meio, os prazos e os responsáveis por cada etapa.



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

TABELA 6 - CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO				
Evento	Atividade	Meio	Data	Responsável
Reunião Inicial	Convocação	E-Mail	02-01-14	Comitê
	Apresentação plano de trabalho.	Relato verbal Computador	07-01-14	TSA/Comitê
	Definição dos eventos: Reuniões.	Discussão Verbal	07-01-14	TSA/Comitê
	Definição de forma de comunicação: Rádio, internet, folders.	Discussão Verbal	07-01-14	TSA/Comitê
	Definição de forma de coleta sugestões: Internet e caixa de sugestões.	Discussão Verbal	07-01-14	TSA/Comitê
	Definição do programa de treinamento agentes facilitadores.	Discussão Verbal	07-01-14	TSA/Comitê
	Ata da reunião.	Computador	07-01-14	Comitê
Plano Mobilização Social	Apresentação Plano Mobilização Social - V ₀ .	Power Point Computador	15-02-14	TSA
	Discussão e Sugestões: Reunião de treinamento site da prefeitura.	Power Point Internet	15-02-14	TSA
	Apresentação do PMS - V ₁ .	Impresso/Digital	18-02-14	TSA
	Validação do plano.		19-02-14	Comitê
	Publicação do PMSB.	Site Prefeitura	20-02-14	Comitê
	Ata de Reunião		15-02-14	Comitê
	Lista de presença.		15-02-14	Comitê
	Entrega de material sugestões.	Folders	15-02-14	TSA
Diagnóstico e Prognósticos	Solicitação de dados e informações.	Lista	15-02-14	TSA
	Coleta dos dados.	-	15-02-14	
	Elaboração R-2 Diagnóstico/Prognósticos V ₀ .	Computador	06-03-14	TSA
	Seminário de apresentação. Convocação. Local do evento. Convites. Apresentação do relatório. Discussão e sugestões. Ata reunião.	e-mail - e-mail Power Point - impresso	13-03-14	Comitê Comitê Comitê TSA Comitê Comitê
	Elaboração R-2 Diagnóstico/Prognósticos V-1	Computador	17-03-14	TSA
	Validação.		21-3-14	
	Publicação do Plano Municipal.	Site PM	24-03-14	
	Elaboração R-III - Projetos e planos de ações V-0.	Computador	27-03-14	TSA

14



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Programa, Projetos e Ações	Seminário de apresentação convocação Local do Evento Convites Apresentação do relatório Discussão e Sugestões Ata Reunião	e-mail - e-mail Power Point - impresso	10-04-14	Comitê Comitê Comitê TSA Comitê Comitê
	Elaboração R-3 Diagnóstico/Prognósticos V-1	Computador	14-04-14	TSA
	Validação		17-04-14	
	Publicação do Plano Municipal	Site PM	22-04-14	
Audiência Pública	Consulta de Sugestões	Site PM Caixa Sugestões	05-05-14	
	Elaborar Relatório Final V-0	Computador	12-5-14	TSA
	Audiência Pública Convocação Local do Evento Convites Apresentação do relatório Discussão e Sugestões Aprovação do Relatório Ata Reunião	e-mail - e-mail Power Point - impresso	21-5-14	Comitê Comitê Comitê TSA Comitê Comitê Comitê
	Elaboração relatório Final	Computador	26-5-14	TSA
	Validação		29-05-14	Comitê
	Elaboração Projeto de Lei	Computador	26-5-14	TSA
	Aprovação do Projeto		29-5-14	Comitê
	Publicação	Site PM	30-5-14	PM

II.4.2 REUNIÃO INICIAL - AUTORIDADES MUNICIPAIS e TSA CONSULTORIA

A reunião inicial entre a Contratante e Contratada será realizada com as presenças dos representantes da Empresa, da Prefeitura Municipal e os designados para compor o comitê de Coordenação (CC) e Executivo (CE) com o objetivo de alinhar os procedimentos para a elaboração do plano abordando os seguintes aspectos:

- Apresentação expositiva do que compõe o plano, dos seus objetivos, da metodologia de trabalho e da proposição de uma versão inicial do plano de trabalho contando com as atividades a serem desenvolvidas.
- Descrição das necessidades de informações técnicas a serem obtidas pelos representantes da Prefeitura Municipal referente aos quatro eixos do plano (abastecimento de água, esgoto sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos).
- Definição dos representantes do comitê de Coordenação e Executivo que deverão coordenar as atividades de elaboração e aprovação do plano com representação da sociedade e da prefeitura municipal.

15



RUA TAQUARA 383, SL 204 CEP 90640-210
PETROPOLIS – PORTO ALEGRE FONE 3094 0200



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

- Planejamento inicial dos eventos a serem realizados dentro do plano de Mobilização Social incluindo a audiência pública final.
- Elaboração de programa de treinamento dos agentes de saúde e de educação para mobilização da sociedade através de contato direto e busca de sugestões

II.4.3 FORMAÇÃO DOS COMITÊS DE COORDENAÇÃO (CC) e EXECUTIVO (CE)

A elaboração do plano deverá ser coordenada por representantes da prefeitura e da sociedade civil com uma composição ajustada as condições de município de pequeno porte constituída da seguinte forma:

A representação do comitê de coordenação e executivo foi definida pela prefeitura municipal conforme ato de designação portaria especial municipal número 101-2013 de 14/03/2013, com representantes do poder público e da sociedade civil e foi constituída da seguinte forma:

• Comitê de coordenação: A instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada, responsável pela condução da elaboração do PMSB com as atribuições de discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pela consultora com a composição de representantes da alta direção da Prefeitura Municipal e de entidades da sociedade civil a critério da Prefeitura foi constituída pelos seguintes representantes:

- **Iara Marta da Rosa:** Secretária Municipal de Coordenação e Planejamento
- **Uelinton Paulo Nath Santin:** Assessor Jurídico
- **Leonardo Iarcheski:** Arquiteto
- **Vanderlei Antonio de Almeida:** Engenheiro Agrônomo

• Comitê executivo: O Comitê executivo deverá ser formado por representantes (técnicos) das instituições do Poder Público Municipal relacionadas com o setor de saneamento básico (prestador de serviços de saneamento, Secretarias de Meio Ambiente, Saúde, Obras, Planejamento, e outras) e é responsável por apoio na execução de todas as atividades previstas neste Termo de Referência e em prestar informações técnicas à consultora e acompanhar os prazos indicados no cronograma de execução dos produtos foi constituída pelos seguintes representantes:

- **Celso Grando** - Corsan
- **Marli Terezinha Bernardi Emater**
- **Sergio Cé** - Sindicato Trabalhador Rural
- **Leandro Orback** - Conselho Municipal Meio Ambiente
- **Keli Cazonato** - Conselho Municipal Assistência Social
- **Ricardo Buffon** - Conselho Municipal Saúde

No assessoramento ao comitê e com a função de elaboração do plano foi contratada a TSA-Tecnologia Saneamento Ambiental Ltda, empresa especializada na elaboração de planos municipais composta de profissionais com experiência em saneamento básico e em áreas correlatas (políticas públicas, planejamento urbano, saúde, economia, meio ambiente, educação ambiental, recursos hídricos, etc.).

16



RUA TAQUARA 383, SL 204 CEP 90640-210
PETROPOLIS – PORTO ALEGRE FONE 3094 0200



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

II.4.4. EVENTOS COMUNITÁRIOS

Para que sejam atendidos os objetivos do PMS, foi proposto os seguintes eventos, apresentados no quadro a seguir:

TABELA 7- RELAÇÃO DE EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO					
Área	Abrangência	População	Evento		
			Diagnóstico	Planos	Audiência pública
Urbana	Município	6550	1	1	1
Rural	Município	3671	1		

O planejamento dos eventos comunitários propostos tem o objetivo de discutir as fases do o plano atendendo a seguinte lógica:

- Seminário de discussão do diagnóstico e prognóstico das atividades do saneamento para as comunidades rurais abordando todos os aspectos referentes ao saneamento rural informando da situação atual e dos procedimentos de gestão dos serviços prestados atualmente.
- Seminário de discussão do diagnóstico e prognóstico das atividades do saneamento para a área urbana abordando todos os aspectos referentes aos serviços bem como dos procedimentos de gestão e os prognósticos.
- Seminário de Apresentação dos planos, programas e metas em seção única para a apresentação final do plano e colher as sugestões e recomendações para a redação final.
- Audiência Pública é o evento previsto para a apresentação da revisão final do plano e deverá contar com a participação de toda a representação da sociedade para aprovação do texto.

II.4.5 EVENTO DE DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO

Nestes eventos, serão apresentados às comunidades as duas etapas da elaboração do plano que estão descritas a seguir:

- Diagnóstico da situação operacional: Deverá se abordado a situa atual dos sistemas, seus pontos fortes e fracos, problemas de gestão, identificados pela consultora, prefeitura municipal e comunidades através dos meios disponíveis que são as reuniões, seminários e da coleta de sugestões.
- Prognósticos: Atividade de planejamento do sistema, projeção de demandas para o período do plano, cenários dos serviços, objetivos e metas propostas para o plano de execução.

As informações e sugestões referente a situação operacional dos serviços bem como das sugestões de melhoria que deverão ser analisadas, processadas e validadas incorporado ao relatório todas as sugestões apreciadas tecnicamente.



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

O relatório deverá ser elaborado em uma versão preliminar e disponibilizado para o comitê coordenador para análise e conhecimento em período anterior ao seminário de discussão e disponibilização no site da prefeitura para conhecimento geral da comunidade.

No seminário de discussão deverá ser definida a versão final do diagnóstico e dos prognósticos e deverá ser a base da definição dos planos, projetos e metas e que deverá ficar disponível no site à disposição na administração até a versão final do PMSB.

II.4.6 EVENTO DE DISCUSSÃO DOS PROGRAMAS, PLANOS E METAS E MODELO DE GESTÃO

Nestes eventos, serão apresentados as etapas de elaboração dos planos, programas e de metas bem como do processo de gestão dos serviços descritas a seguir:

- Planos, programas e ações: Os planos e ações definidos no plano deverão ser discutidos nos seus vários aspectos como as soluções de concepção técnica, viabilidade econômica bem como a hierarquização dos investimentos;
- Modelo de gestão: Atividade de planejamento da gestão de todos os serviços abordando as responsabilidades e os processos formais de institucionalização dos serviços bem como os mecanismos de controle social e de acompanhamento.

O relatório deverá ser elaborado em uma versão preliminar e disponibilizado para o comitê coordenador para análise e conhecimento em período anterior ao seminário de discussão e disponibilização no site da prefeitura para conhecimento geral da comunidade.

II.4.7 AUDIÊNCIA PÚBLICA FINAL

A audiência pública para divulgação e aprovação do plano de saneamento, na sua versão final, deverá ser realizada após a disponibilização prévia da versão preliminar do relatório final.

A audiência pública deverá ser amplamente divulgada com antecedência para permitir uma discussão e entendimento adequado dos projetos aprovados.

Após a exposição do plano deverá ser permitido um ciclo de debates com as últimas sugestões para a redação final.

II.5 METODOLOGIA PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A seguir será apresentada em detalhes cada uma das atividades que compõem os eventos relativos à elaboração do Plano de Mobilização Social.

II.5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS FACILITADORES - LÍDERES COMUNITÁRIOS E AGENTES INTERNOS À ADMINISTRAÇÃO



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Os facilitadores pertencentes ao poder público (prefeitura municipal) e os agentes externos (representantes de entidades sociais) deverão ser identificados com os seguintes dados complementares:

- Nome do representante.
- Nome do bairro ou entidade representada.
- Endereço completo para correspondência.
- Telefone e e-mail.

Dentre os profissionais pertencentes ao poder público recomenda-se a indicação de assistentes sociais, de agentes de saúde e da vigilância sanitária, bem como membros operacionais da defesa civil, se houver.

II.5.2 CONVOCAÇÃO PARA AS REUNIÕES

Recomenda-se que a convocação para todos os eventos descritos no PMSB seja de responsabilidade do coordenador do comitê executivo.

A convocação deverá ser realizada com um prazo mínimo de 3 dias de antecedência, através de convite digital, via email, com confirmação de recebimento, direcionado a todos integrantes de ambos Comitês (CC e CE), lideranças comunitárias e autoridades locais.

II.5.3 SELEÇÃO DOS LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS.

Os locais, datas e horários dos eventos serão definidos conjuntamente pelo comitê de coordenação e comitê executivo, para garantir requisitos de espaço físico, acomodação, acessibilidade e conforto aos participantes. Esta definição deve ser dar com um prazo mínimo de:

- 3 (três) dias antecedentes à data da reunião inicial.
- 5 (cinco) dias para os eventos de: divulgação, discussão do diagnóstico e do prognóstico.
- 10 (dez) dias para a audiência pública do plano municipal de saneamento básico.

A atividade de agendamento e ata de presenças ficará a cargo do comitê executivo, podendo ser assessorado pelo comitê de coordenação.

II.5.4 DIVULGAÇÃO

A TSA elaborará um plano de divulgação específico para cada evento, onde constará:

- Elaboração de documento pertinente a ser entregue ao comitê para divulgação e disponibilização no site da Prefeitura Municipal.
- O comitê de coordenação será responsável pela aprovação, emissão e entrega dos documentos e pela divulgação do evento.

19



RUA TAQUARA 383, SL 204 CEP 90640-210
PETROPOLIS – PORTO ALEGRE FONE 3094 0200



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Os líderes comunitários bem como os agentes facilitadores da prefeitura podem ser acionados para divulgação dos documentos em suas áreas de atuação.

II.5.5 DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Para um bom andamento na elaboração do PMSB é importante a alocação e disponibilização de recursos humanos em conjunto pela equipe técnica da contratada com a Prefeitura Municipal composta dos seguintes recursos:

- Recursos humanos técnicos da empresa contratada para a elaboração e preparação dos materiais do evento bem como da apresentação do plano.
- Recursos materiais necessários para realização dos eventos, tais como projetor, registro fotográfico, local e apoio administrativo ficando sob responsabilidade do comitê de coordenação.

II.5.6 DISPONIBILIZAÇÃO DOS PRODUTOS PARA CONSULTA E SUGESTÕES

Os relatórios elaborados deverão ficar disponíveis para consulta antes de cada evento, em versão preliminar e após o evento, após eventuais atualizações, em versão final.

A administração deverá disponibilizar espaço em seu site para receber o material produzido pela TSA.

Para os interessados que não quiserem consultar a internet, será disponibilizado material impresso versão preliminar e final, em local a ser informado pela Prefeitura, em horário de funcionamento da mesma.

II.5.7 QUESTIONÁRIOS

A aplicação de questionários junto à comunidade participante no processo de elaboração do PMSB será importante para compilar as informações, contribuições e reclamações referentes ao saneamento no município.

II.5.8 ELABORAÇÃO DE LISTA DE PRESENÇA, ATA DO EVENTO, REGISTRO FOTOGRÁFICO, ÁUDIO E VÍDEO

O registro de cada evento, através de atas, será realizado sob responsabilidade do Comitê Executivo e poderão contar com as seguintes etapas:

- Registros fotográficos de cada evento destacando o público presente.
- Lista de Presenças em cada evento para que seja elaborada uma lista de presenças oficial para cada evento.
- Os equipamentos de áudio e vídeo ficam a critério da Prefeitura Municipal sobre sua utilização nos eventos.

20



RUA TAQUARA 383, SL 204 CEP 90640-210
PETROPOLIS – PORTO ALEGRE FONE 3094 0200

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS)

Município de Sentinela do Sul

PLANO DE TRABALHO




PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE


Proecológica
PROECOLÓGICA ACESSORIA E CONSULTORIA LTDA - EPP
(CONTRATO Nº 9/2013)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

PLANO DE TRABALHO

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SENTINELA DO SUL/RS

Lixo Municipal

Adequado à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (§ 2º do art. 19) e pelo Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 (art. 51).



Elaboração: Proecológica Assessoria e Consultoria Ltda - EPP
Contrato nº 9/2013

Sentinela do Sul, novembro de 2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

JÚLIO CÉSAR CARVALHO
Prefeito Municipal

EDGAR VICENTE CASTANEDA CASTANEDA
Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

CLAUDIOMAR MACHADO BARBOSA
Diretor do Departamento de Meio Ambiente

ALEXANDRE DUARTE
Licenciador Ambiental

EQUIPE TÉCNICA

PROECOLÓGICA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ nº 12.244.381/0001-33
Contrato nº 9/2013

Coordenador e responsável técnico:			
	Rafael Fernandes	Tecnólogo em Saneamento Ambiental	CREA/RS 169437
Equipe técnica de apoio:			
	Silvio Luís Bischoff da Silva	Engenheiro Agrônomo	CREA/RS 108979
	Thiago Rosa da Cunha	Geólogo	CREA/RS 176320
	Bruna Maia Moreira	Estagiária – Estudante do Curso Superior Tecnológico de Gestão Ambiental	



1. INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Sentinela do Sul buscou a consultoria e assessoria técnica da empresa Proecológica Assessoria e Consultoria Ltda - EPP (Contrato nº 9/2013) para a elaboração do Plano Municipal enfocando manejo dos resíduos sólidos que estão dentro da esfera de responsabilidade do município e que serão definidos como lixo municipal¹. Qualquer outra citação do termo lixo em contexto diferente será identificada.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) será desenvolvido de acordo com as "*Orientações para elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PSGIRS) para municípios com população inferior a 20 mil habitantes*", editado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (2013) e seu conteúdo mínimo visa atender ao disposto no art. 51, § 1º, incisos I a XIV, do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que trata sobre a elaboração de Planos Municipais Simplificados em municípios com população total inferior a vinte mil habitantes.

De acordo com o art. 51 do Decreto Federal 7.404/2010, os planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos deverão conter (BRASIL, 2010-a; art. 51):

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, com a indicação da origem, do volume e da massa, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição e o zoneamento ambiental, quando houver;

III - identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando a

¹ Constituído pelos materiais de origem domiciliar, de estabelecimentos de comércio, de serviços, de varrição e de feiras livres, sendo de atribuição e responsabilidade exclusivas das prefeituras, desde a coleta até a destinação final (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 2002).



economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento ou ao sistema de logística reversa, conforme os arts. 20 e 33 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as disposições deste Decreto e as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, em consonância com o disposto na Lei nº 11.445, de 2007, e no Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

VI - regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS, bem como as demais disposições previstas na legislação federal e estadual;

VII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização pelo Poder Público, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

VIII - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos;

IX - programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, quando houver;

X - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observado o disposto na Lei nº 11.445, de 2007;

XI - metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;

XII - descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no



art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos:

XIII - identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras; e

XIV - periodicidade de sua revisão.

O desenvolvimento deste trabalho contará com a colaboração dos gestores e técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Sentinela do Sul.

Todas as ações a serem desenvolvidas, bem como o cronograma a ser estabelecido no desenvolvimento do PMGIRS de Sentinela do Sul estão elencadas neste Plano de Trabalho.



2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do Plano é a melhoria da gestão dos resíduos sólidos, através do incremento do ferramental, do planejamento adequado dos procedimentos e da capacitação dos servidores que atuam nesta área. Nesse aspecto, o estudo abrange os aspectos técnicos, administrativos, jurídicos, educacionais e socioambientais relacionados à coleta, transporte, tratamento, reciclagem e disposição final do lixo municipal.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos da gestão integrada de resíduos sólidos no Município de Sentinela do Sul:

- diagnosticar e reordenar o modelo atual de gestão do lixo municipal;
- implementar a coleta seletiva do lixo municipal na área urbana, atingindo 100% de cobertura da coleta seletiva;
- implementar a coleta do lixo seco na área rural, atingindo gradualmente 50%, 75% e 100% de cobertura da coleta;
- aumentar a frequência de coleta de lixo seco na área rural gradualmente até estabelecer um regime de coleta semanal;
- promover a capacitação dos profissionais envolvidos na limpeza urbana;
- dotar a Prefeitura Municipal de um conjunto de informações sobre o funcionamento e o desempenho do sistema de limpeza urbana;
- envolver o governo municipal e a sociedade organizada na construção de um modelo de gestão do lixo municipal;
- criar elementos técnicos que subsidiem a organização dos catadores de materiais recicláveis;
- buscar a implantação e o fortalecimento de um programa de educação sobre limpeza urbana e reciclagem de materiais;



- implantar um comitê de acompanhamento e monitoramento da gestão do lixo municipal, munido de assessoria técnica especializada.

3. CONTEÚDO MÍNIMO

Segundo o Edital do Processo Licitatório, o Plano Municipal Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá identificar e indicar medidas saneadoras para os passivos ambientais originados, entre outros, de:

- Áreas contaminadas, inclusive lixões e aterros controlados;
- Empreendimentos sujeitos à elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá conter:
 - Diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, com a indicação da origem, do volume e da massa, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;
 - Identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do artigo 182 da Constituição e o zoneamento ambiental, quando houver;
 - Identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando a economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;
 - Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento ou ao sistema de logística reversa, conforme os artigos 20 e 33 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as disposições do Decreto nº 7.404, de 2010, e as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;
 - Procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos



sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, em consonância com o disposto na Lei nº 11.445, de 2007, e no Decreto no 7.217, de 2010;

- Regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS, bem como as demais disposições previstas na legislação federal e estadual;

- Definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização pelo Poder Público, incluídas as etapas do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

- Programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos;

- Programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, quando houver;

- Sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observado o disposto na Lei nº 11.445, de 2007;

- Metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;

- Descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2010, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

- Identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras; e

- Periodicidade de sua revisão.



4. CRONOGRAMA DAS AÇÕES

O desenvolvimento do MSGIRS de Sentinela do Sul ocorrerá de acordo com o cronograma:

FASE	DESCRIÇÃO	PERÍODO
1	Coleta de dados para elaboração do diagnóstico	Dezembro de 2013 e janeiro de 2014
2	Levantamento de campo (mapas, imagens de satélite e fotografias)	Fevereiro de 2014
3	Diálogos com os setores da Prefeitura Municipal envolvidos	De 15 a 28 de Fevereiro de 2014
4	Diálogos com os setores da sociedade envolvidos	De 1º a 10 de Março de 2014
5	Elaboração do Diagnóstico do MSGIRS	De 11 a 28 de Março de 2014
6	Formulação das metas e das propostas e elaboração dos cenários referentes ao horizonte de planejamento do MSGIRS	De 31 de Março a 16 de Abril de 2014
7	Reunião de trabalho com a equipe técnica que irá elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e com os representantes da Prefeitura Municipal envolvidos	De 23 a 25 de abril de 2013
8	Revisão, complementação e conclusão da da Versão Provisória do MSGIRS (relatório)	De 28 de Abril a 9 de Maio de 2014
9	Elaboração da apresentação (multimídia) do MSGIRS para realização da Audiência Pública	De 28 de Abril a 9 de Maio de 2014
10	Publicação da Versão Provisória do MSGIRS (relatório)	12 de maio 2014
11	Realização de Audiência Pública com a sociedade para apresentação, discussão, avaliação e aprovação	De 12 a 16 de Maio de 2014
12	Inserção dos dados coletados na Audiência Pública no documento final, revisão final, impressão e encadernação	De 13 a 22 de Maio de 2014
13	Publicação e entrega da Versão Final do MSGIRS (documento)	23 de maio de 2014

Sentinela do Sul, RS, 11 de dezembro de 2013.


RAFAEL FERNANDES

Tecnólogo em Saneamento Ambiental
CREA/RS 169437



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma NBR 10004:2004. Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004-a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma NBR 10007:2004. Amostragem de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004-b.

BRASIL. Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasília: 2010-a.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: 2010-b.

CARVALHO, A. B. & CAMPANI, F. Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) pela disposição de resíduos sólidos urbanos sem uso. Campani e Silva Soluções Ambientais (Agroambiental): Sentinela do Sul, 2010.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Brasília: CONAMA, 1997.

Sentinela do Sul. Plano Ambiental Municipal. Sentinela do Sul: Prefeitura Municipal, 2009.

FUNASA. Orientações técnicas para apresentação de projetos de resíduos sólidos urbanos. 1ª reimpressão — Brasília: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, 2006.

FUNASA. Ordem de Serviço nº 1, de 28 de abril de 2010. Aprova as orientações técnicas para elaboração e análise de projetos para aquisição de equipamentos e veículos coletores para sistema de resíduos sólidos urbanos.

IBGE. Censo Demográfico de 2000. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico de 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2ª edição corrigida. Brasília: IPT/CEMPRE/Fundação Banco do Brasil, 2002.

Município de Sentinela do Sul/RS



Plano Municipal de Gestão
Integrada de Resíduos Sólidos

JUNKES, M.B. Procedimentos para Aproveitamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios de Pequeno Porte. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC. Florianópolis, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Orientações para elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PSGIRS) para municípios com população inferior a 20 mil habitantes. Brasília: Gerência de Resíduos Sólidos. Departamento de Ambiente Urbano. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, 2013.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) Município de Sentinela do Sul

ADEQUADO À POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS, INSTITUÍDA PELA LEI FEDERAL Nº 12.305,
DE 2 DE AGOSTO DE 2010 (§ 2º DO ART. 19) E PELO
DECRETO FEDERAL Nº 7.404, DE 23 DE
DEZEMBRO DE 2010 (ART. 51).

SENTINELA DO SUL, 23 DE JULHO DE 2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE


Proecológica

CONSULTORIA LTDA - EPP

Assinado digitalmente por: JOSE MARCIO BOEIRA DE SOUZA em 30/03/22, JOSE FLAVIO RAPHAELLI TRESCASTRO em 30/03/22 e ELOISA OLIVEIRA DA SILVEIRA em 30/03/22.

Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8D50.0340.E6E2.7D6E.1078.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

**PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS
SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SENTINELA DO SUL/RS**
Lixo Municipal

Adequado à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (§ 2º do art. 19) e pelo Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 (art. 51).



Elaboração: Proecológica Assessoria e Consultoria Ltda - EPP
Contrato nº 9/2013

Sentinela do Sul, 23 de julho de 2014.



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO	10
2.1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS	10
2.1.1. Aspectos gerais do Município	11
2.1.2. Infraestrutura e serviços	14
2.1.3. Aspectos jurídicos institucionais	17
2.1.4. Aspectos econômicos	17
2.1.5. Aspectos ambientais	17
2.1.6. Aspectos sociais	17
2.1.7. Logística reversa	18
2.2. PROGNÓSTICO	18
2.2.1. Evolução populacional	18
2.2.2. Evolução da geração de resíduos	20
2.2.3. Identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos	22
2.2.4. Identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios	22
3. OBJETIVOS, PROGRAMAS, AÇÕES, INDICADORES E METAS	23
3.1. METODOLOGIA	23
3.2. DADOS PROJETADOS	24
4. CUSTOS E COBRANÇA	29
5. RESPONSABILIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	32
5.1. GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	32



1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Sentinela do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, foi concebido dentro dos princípios da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – que institui a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), bem como do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que a regulamenta, quais sejam (BRASIL, 2010-b; art. 6º):

- I - a prevenção e a precaução;
- II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;
- V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX - o respeito às diversidades locais e regionais;
- X - o direito da sociedade à informação e ao controle social; e,
- XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.



33 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as disposições deste Decreto e as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, em consonância com o disposto na Lei nº 11.445, de 2007, e no Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

VI - regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS, bem como as demais disposições previstas na legislação federal e estadual;

VII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização pelo Poder Público, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

VIII - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos;

IX - programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, quando houver;

X - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observado o disposto na Lei nº 11.445, de 2007;

XI - metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;

XII - descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras; e



2. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO

2.1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS

A fase de diagnóstico consiste em um levantamento da situação atual dos diferentes tipos de resíduos sólidos, conforme classificação prevista no artigo 13, incisos I e II da Lei nº 12.305/10². Abrange as modalidades de resíduos classificados pela Lei tanto segundo a origem (resíduos sólidos urbanos, agrossilvopastoris, industriais etc) como quanto à periculosidade (perigosos ou não perigosos).

Compreende também um inventário quantitativo e qualitativo de todos os resíduos que sejam gerados, coletados, transportados, reutilizados, recuperados, reciclados, tratados, beneficiados, ou que tenham destinação no território do município, bem como da disposição final dos rejeitos. Inclui informações que permitem uma avaliação da gestão dos resíduos sólidos como um todo.

O levantamento de informações pode ser organizado em áreas temáticas:

1. infraestrutura e serviços;
2. aspectos jurídico institucionais;
3. aspectos econômicos;
4. aspecto ambientais; e
5. aspectos sociais.

As informações incluídas no diagnóstico serão utilizadas para o planejamento da gestão dos resíduos sólidos.

² Conforme o artigo 13 da Lei nº 12.305/2010, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:
I - quanto à origem: a) resíduos domiciliares; b) resíduos de limpeza urbana; c) resíduos sólidos urbanos; d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico; f) resíduos industriais; g) resíduos de serviços de saúde; h) resíduos da construção civil; i) resíduos agrossilvopastoris; j) resíduos de serviços de transportes; k) resíduos de mineração.
II - quanto à periculosidade: a) resíduos perigosos; b) resíduos não perigosos.

Município de Sentinela do Sul/RS



Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

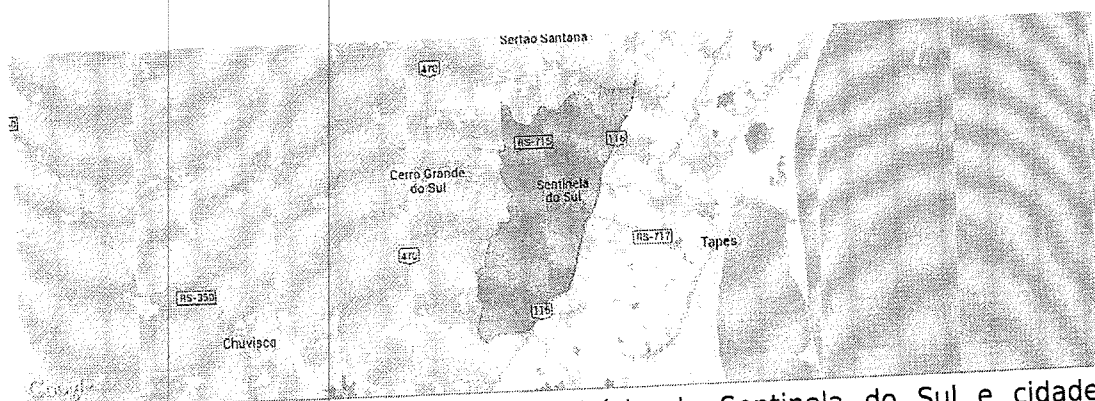


Figura 1: Mapa de localização do Município de Sentinela do Sul e cidades limítrofes, extraído do Atlas do Desenvolvimento – PNUD Brasil 2013 - IDH-M.

Entre 2000 e 2010, a população de Sentinela do Sul cresceu a uma taxa média anual de 0,61%, enquanto no Brasil foi de 1,01%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 24,18% para 24,66%.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de -0,53%. No Rio Grande do Sul, esta taxa foi de 1,01%, enquanto no Brasil foi de 1,02%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 11,28% para 24,18%.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	5.131	100,00	4.892	100,00	5.198	100,00
Homens	2.668	52,00	2.540	51,92	2.666	51,29
Mulheres	2.463	48,00	2.352	48,08	2.532	48,71
Urbana	579	11,28	1.183	24,18	1.282	24,66
Rural	4.552	88,72	3.709	75,82	3.916	75,34

Tabela 1: População total, por gênero, rural e urbana. Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência³ no município passou de 54,57% para 49,54% e a taxa de envelhecimento⁴, de 9,22% para 11,70%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 60,70% e 7,62%. Já no Rio Grande do Sul, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de

³ Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

⁴ Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.



2010, esse percentual passou de 22,06% para 32,72%, no município, e de 39,76% para 54,92%, no Rio Grande do Sul. Em 1991, os percentuais eram de 9,89%, no Município, e 30,09%, no Estado. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 9,22% eram analfabetos, 25,36% tinham o ensino fundamental completo, 15,81% possuíam o ensino médio completo e 3,38%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

2.1.2. Infraestrutura e serviços

O sistema de resíduos sólidos é composto pelos serviços executados e terceirizados pela Prefeitura Municipal para a coleta e disposição final do lixo municipal e pelos serviços contratados e executados através de parcerias para a coleta, tratamento e disposição final de outros resíduos, conforme a Tabela 3:

Tipo de Resíduo	Execução do Serviço
Lixo Municipal	O recolhimento nas áreas urbana e rural é realizado por empresa contratada (Transportes Linter Ltda ME). Não há transbordo e o lixo é transportado até o Aterro Sanitário da empresa SIL Soluções Ambientais, denominado Central de Resíduos do Recreio, no Município de Minas do Leão/RS (Rodovia BR 290, Km 181).
Resíduos sólidos de serviços da saúde (RSSS)	Os resíduos são coletados nos locais de geração por empresa contratada (Ambientuus Tratamento Disposição Final e Transporte de Resíduos Sólidos Ltda) e, devidamente acondicionados, são transportados e incinerados (tratamento/destinação final) nas dependências da contratada, no Município de Cachoeirinha/RS.
Lâmpadas usadas	São entregues a uma empresa que realiza o tratamento de resíduos tóxicos.
Pilhas e baterias	São entregues a uma empresa que realiza o tratamento de resíduos tóxicos.
Pneus inservíveis	São destinados a um depósito no Município de Tapes/RS que armazena os pneus de quatro municípios da região para posterior destino a uma empresa que realiza sua reciclagem.

Tabela 3: Execução de serviços por tipo de resíduos.

O serviço de limpeza urbana é realizado por uma equipe formada por um motorista, dois operadores de máquinas e seis operários da Prefeitura



Na atual conjuntura, pode-se dizer que 100% da população urbana é atingida pela coleta do lixo municipal e que a coleta de lixo seco na área rural tem capacidade de atingir cerca de 100% dos domicílios, desde que haja a adesão dos moradores ao sistema de lixeiras comunitárias. É prudente que na área rural o lixo orgânico continue sendo objeto de compostagem dentro das propriedades. Hoje não é possível determinar com precisão qual a cobertura dos serviços na área rural. Mas, pelo fato de que a coleta do lixo municipal na área rural teve uma implantação recente, grande parte após a pesquisa do Censo Demográfico, e ainda há uma certa desinformação da população em relação ao sistema de lixeiras comunitárias, conclui-se que esses dados merecem uma pesquisa quantitativa-qualitativa específica.

A **disposição final do lixo municipal** proveniente dos dois subsistemas é feita sem que haja triagem ou reaproveitamento (reciclagem e compostagem). O volume coletado é integralmente destinado ao Aterro Sanitário da empresa SIL Soluções Ambientais, denominado Central de Resíduos do Recreio, no Município de Minas do Leão/RS (Rodovia BR 290, Km 181). Este empreendimento possui licença do órgão ambiental do Estado para depósito de resíduos domiciliares (Classe II) e resíduos caracterizados como Classe III (inertes), de conformidade com a Norma ABNT NBR 10004:2004, operação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da Central de Resíduos do Recreio e coleta e oxidação térmica do biogás gerado no aterro sanitário.

A limpeza pública consiste na varrição de ruas, que ocorre regularmente e está concentrada nas ruas centrais da cidade (área urbana). A atividade de varrição não obedece a uma frequência regular, a limpeza e conservação de praças e outros espaços públicos e ao recolhimento dos resíduos de podas e capinas realizadas diretamente pelos moradores.

Os subsistemas de coleta urbana e rural utilizam um caminhão compactador que pertence à empresa contratada e também é empregado em sistemas de coleta de outros municípios

A **caracterização geral das ruas e estradas** onde trafegam os veículos durante a coleta apresenta um predomínio de ruas planas na área urbana e estradas com morros (alta declividade) na área rural. Em geral, as ruas e



refere-se ao aproveitamento de resíduos através de reciclagem e implantação de um sistema de coleta seletiva no Município de Sentinela do Sul.

Em geral, a população se manifesta de forma satisfatória ao atual sistema de coleta.

Não existem registros oficiais de atuação de catadores no Município e a participação social dá-se através do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

2.1.7. Logística reversa

A logística reversa atualmente implantada diz respeito às embalagens de agrotóxicos, pneumáticos, pilhas e baterias e outros resíduos perigosos, através de iniciativas esporádicas, operacionalizadas pelo Departamento de Meio Ambiente.

2.2. PROGNÓSTICO

Para o planejamento das ações necessárias de adequação dos sistemas de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, faz-se necessário estimar a geração futura de resíduos sólidos ao longo do horizonte do plano. Esta estimativa exige inicialmente uma projeção da evolução populacional para o horizonte do plano, seguida de uma projeção da geração de resíduos sólidos do município para o mesmo período.

2.2.1. Evolução populacional

O memorial de cálculo do Projeto segue o modelo proposto pela Ordem de Serviço nº 1, de 28 de abril de 2010, editada pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2010).

O crescimento populacional foi calculado por meio da equação:

$$P_{2010} = P_{2000} \cdot T_{C10}/100 + P_{2000} \quad (\text{equação 1})$$

Em que:

P_{2010} = população apurada no Censo Demográfico do ano de 2010 (IBGE, 2010);



2024	5672	0,625511%
2025	5708	0,625511%
2026	5743	0,625511%
2027	5779	0,625511%
2028	5815	0,625511%
2029	5852	0,625511%
2030	5888	0,625511%

Tabela 5: Crescimento populacional do Município de Sentinela do Sul projetado a partir da taxa de crescimento apresentada pelos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010.

2.2.2. Evolução da geração de resíduos

A caracterização do lixo municipal se deu com base nas Normas NBR 10004:2004 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004-a) e NBR 10007:2004 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004-b), que dizem respeito à classificação e amostragem de resíduos sólidos, respectivamente. A caracterização qualitativa do lixo domiciliar coletado constituiu-se na tradicional determinação dos materiais presentes no lixo e do percentual em peso que os mesmos ocorrem em relação ao total produzido. Refere-se às porcentagens das várias frações normalmente presentes no lixo doméstico de uma cidade, tais como papel, papelão, plástico mole, plástico duro, PET, metal ferroso/alumínio, vidro, matéria orgânica e outros constituintes.

Uma das expectativas da caracterização dos materiais presentes no lixo urbano é a possibilidade de verificar quais materiais entram na constituição do lixo gerado e em que percentual ocorrem, permitindo, então, inferir sobre a viabilidade da implantação da coleta diferenciada dos materiais recicláveis, bem como, poder definir as dimensões das instalações necessárias, a equipe de trabalho e os equipamentos envolvidos.

Os resíduos coletados para estudo foram retirados de lixeiras públicas situadas na área urbana, antes da passagem do caminhão de coleta, para evitar a compactação dos mesmos. Foram coletados para estudo cerca de 200 kg de lixo municipal, sendo 150 kg provenientes do subsistema de coleta rural e 50 kg do subsistema de coleta urbana. As parcelas do lixo municipal que seriam efetivamente utilizadas no processo de caracterização gravimétrica, após homogeneização, foram selecionadas por meio de



2.2.3. Identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos

Não encontra-se na perspectiva do Município de Sentinela do Sul a implantação de aterros sanitários próprios, sendo que não foram investigadas áreas sfavoráveis para disposição adequada de rejeitos neste Município.

2.2.4. Identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios

As soluções consorciadas e compartilhadas com outros Municípios que podem ser desenvolvidas em Sentinela do Sul dizem respeito a implantação e operação de uma central de Compostagem de Resíduos Orgânicos, inclusive através de Parceria Público-Privada, possível de ser desenvolvida em áreas próximas à Rodovia BR-116, resolvendo um passivo importante e atendendo à demanda de outros municípios.



- envolver o governo municipal e a sociedade organizada na construção de um modelo de gestão do lixo municipal;
- criar elementos técnicos que subsidiem a organização dos catadores de materiais recicláveis;
- buscar a implantação e o fortalecimento de um programa de educação sobre limpeza urbana e reciclagem de materiais;
- implantar um comitê de acompanhamento e monitoramento da gestão do lixo municipal, munido de assessoria técnica especializada.

3.2. DADOS PROJETADOS

As metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) podem ser classificadas conforme a Tabela 6:

Prazo	Meta	Descrição
Curto	1	Aquisição e instalação de novos equipamentos para a coleta seletiva (caminhão compactador, contentores seletivos, lixeiras, carrinhos de coleta seletiva, carrinhos de varrição e materiais gráficos).
	2	Estruturação de um Departamento de Gestão do Lixo Municipal.
	3	Elaboração do Projeto Básico da Central de Triagem de Resíduos.
	4	Reorganização do sistema de coleta de lixo municipal, executado diretamente pela Prefeitura Municipal.
	5	Ampliação da cobertura da coleta de lixo seco na área rural para 50% da população residente, aumentando a frequência de coleta para cada 15 dias.
Médio	6	Implantação da coleta seletiva em 100% dos domicílios da área urbana
	7	Ampliação da cobertura da coleta de lixo seco na área rural para 75% da população residente, aumentando a frequência de coleta para cada 10 dias.
	8	Adquisição de novos equipamentos para a coleta rural (caminhão compactador e lixeiras rurais)
	9	Desenvolvimento de uma ampla campanha pública comunitária acerca da separação do lixo para a coleta seletiva.



e uma semana, será necessário investir em novos equipamentos e, consequentemente, no aumento da equipe de trabalho.

O sistema de coleta urbana avançará de um estágio de total ausência de planejamento para uma gestão efetiva da Prefeitura Municipal. A municipalidade irá assumir a titularidade dos serviços, executando com meios próprios a coleta de todo o lixo municipal na área urbana.

A Prefeitura Municipal deverá desenvolver, nos prazos especificados no cronograma deste Projeto, o Projeto Básico e o Projeto Executivo da Central de Triagem de Resíduos, bem como da Usina de Compostagem, onde irão atuar os catadores de resíduos recicláveis (em número reduzido). Na Central de Triagem de Resíduos serão processados todos os resíduos provenientes dos sistemas de coleta urbana e rural, os rejeitos serão acondicionados em contêiner a ser implantado sob as condições operacionais e ambientais adequadas e serão encaminhados para a destinação final em aterro sanitário licenciado.

Os rejeitos não aproveitáveis pela reciclagem ou compostagem (orgânicos) serão transportados até o Aterro Sanitário da empresa SLL Soluções Ambientais, denominado Central de Resíduos do Recreio, no Município de Minas do Leão/RS.

As atividades que serão realizadas e seu respectivo cronograma de execução estão apresentadas na Tabela 7:

Período	Atividades	Adquirir novos equipamentos para a coleta seletiva urbana	Instalar novos equipamentos para a coleta seletiva
46-48 meses			
43-45 meses			
40-42 meses			
37-39 meses			
34-36 meses			
31-33 meses			
28-30 meses			
25-27 meses			
22-24 meses			
19-21 meses			
16-18 meses			
13-15 meses			
10-12 meses			
7-9 meses			
4-6 meses			
1-3 meses			

Resumindo, os serviços de limpeza urbana (varrição, capina, poda, desobstrução do sistema de águas pluviais e limpeza de outros locais de circulação pública) deverão ser custeados por outras receitas do município como: transferências do governo federal (exemplo: FPM - Fundo de Participação do Município); repasse do governo estadual (exemplo: ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de

Sobre a cobrança da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, o Supremo Tribunal Federal - STF entende como específicos e divisíveis os serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, desde que essas atividades sejam completamente dissociadas de outros serviços públicos de limpeza realizados em benefício da população em geral e de bens públicos (praças, calçadas, vias, ruas, bueiros). Razão pela qual as taxas cobradas em razão exclusivamente dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de resíduos sólidos provenientes de imóveis são cobradas em razão exclusiva dos serviços públicos de limpeza de logradouros e bens públicos (praças, calçadas, vias, ruas, bueiros). Razão pela qual as taxas como taxa em razão de serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos.

Resumindo, a diferença entre taxa e tarifa, consiste em que a primeira é um tributo que tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Enquanto a tarifa é um preço público unitário preestabelecido cobrado pela prestação de serviço de caráter individualizado e facultativo. A tarifa não tem natureza tributária, estando relacionada à quantidade de serviço efetivamente prestado (por exemplo: à massa ou ao volume de resíduos recolhidos) e à possibilidade de rescisão.

A tarifa é cobrança facultativa em decorrência da utilização de serviço público, feita indiretamente pelo estado, por meio de empresas que prestam serviços em nome do mesmo.

decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos



Município de Sentinela do Sul/RS

- 32 -

5. RESPONSABILIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1. GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As regras para os devidos processos de armazenamento, acondicionamento, coleta e transporte, tratamento, triagem e reciclagem e destinação final dos resíduos sólidos gerados no município de Sentinela do Sul, bem como as responsabilidades inerentes aos geradores e ao Poder Público estão especificados no Anexo I – Memorial Descritivo dos Serviços.

Plano Municipal de Gestão
Integrada de Resíduos Sólidos



Município de Sentinela do Sul/RS



7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma NBR 10004:2004. Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004-a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma NBR 10007:2004. Amostragem de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004-b.
- BRASIL. Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasília: 2010-a.
- BRASIL. Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: 2010-b.
- CARVALHO, A. B. & CAMPANI, F. Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) pela disposição de resíduos sólidos urbanos sem uso. Campani e Silva Soluções Ambientais (Agroambiental): Sentinela do Sul, 2010.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Brasília: CONAMA, 1997.
- Sentinela do Sul. Plano Ambiental Municipal. Sentinela do Sul: Prefeitura Municipal, 2009.
- FUNASA. Orientações técnicas para apresentação de projetos de resíduos sólidos urbanos. 1ª reimpressão — Brasília: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, 2006.
- FUNASA. Ordem de Serviço nº 1, de 28 de abril de 2010. Aprova as orientações técnicas para elaboração e análise de projetos para aquisição de equipamentos e veículos coletores para sistema de resíduos sólidos urbanos.
- IBGE. Censo Demográfico de 2000. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IBGE. Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico de 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2ª edição corrigida. Brasília: IPT/CEMPRE/Fundação Banco do Brasil, 2002.

Município de Sentinela do Sul/RS



Plano Municipal de Gestão
Integrada de Resíduos Sólidos

Página
471

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
30

Peça
4223196

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P0406109

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS
LEI FEDERAL Nº 12.305/2010, NORMAS ABNT NBR 9.190
E NBR 12.980 (DOMICÍLIOS, COMÉRCIOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS)

Município de Sentinela do Sul/RS



Plano Municipal de Gestão
Integrada de Resíduos Sólidos

Página
472

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
31

Peça
4223196

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P0406109

ANEXO III

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO)



Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Página
473

Processo
01365-0200/21-9

Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
Entrega concluída em: 03/11/2021 08:52
Assinatura concluída em: 03/11/2021 08:48
Período de Informações: 9º mês de 2021
Tipo de Entrega: Internet
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do RS
Nr. do Protocolo: 414717
Tipo do Protocolo: Remessa de dados do SIAPC
Nr. do Processo: 001365-0200/21-9

Página da
peça
1

Situação das Remessas:

Tipo de Documento	Código de barras	Situação
RVE-SIAPC	52101034115933129	Sem pendências

Peça
4707153

Histórico de Eventos:

Descrição	Data
Protocolo aceito automaticamente	03/11/2021 08:52
Protocolo enviado por JOSE MARCIO BOEIRA DE SOUZA.	03/11/2021 08:52
Peça nº 3896667 assinada por JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO (JOSE FLAVIO RAPHAELLI TRESCASTRO)	03/11/2021 08:48
e-Protocolo acessado pela primeira vez por JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO	03/11/2021 08:48
e-Protocolo acessado pela primeira vez por JOSE MARCIO BOEIRA DE SOUZA	27/10/2021 14:45
e-Protocolo acessado pela primeira vez por MARILDA MUNARO	26/10/2021 16:13
Peça nº 3896667 assinada por ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA (ELOISA OLIVEIRA DA SILVEIRA)	26/10/2021 11:53
e-Protocolo acessado pela primeira vez por ELOÍSA OLIVEIRA DA SILVEIRA	26/10/2021 11:36
Protocolo gerado a partir de remessa do SIAPC	25/10/2021 15:02

DOCUMENTO
PUBLICO

Prezado Senhor,
O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul acusa o recebimento dos presentes documentos (RVE-SIAPC) que passam a integrar esta solicitação de protocolo.
Este recibo não garante o aceite do protocolo eletrônico, devendo o interessado acompanhar a análise desta solicitação no sítio institucional do TCERS na Internet.

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54



RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Licitações

Órgão PM DE SENTINELA DO SUL **Data/Hora da consulta** 02/05/2022 02:54:50
Data Início 01/01/2021 **Data Fim** 31/12/2021 **% Fora do prazo** 93,60 **Atraso Médio** 38,29 dias

Licitação	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Adesão à Ata de Registro de Preços 1/2021	Extrato de adesão a registro de preços	11/08/2021	26/11/2021	68	5	63
Adesão à Ata de Registro de Preços 4/2021	Extrato de adesão a registro de preços	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Concorrência 1/2021	Revogação de ofício	10/05/2021	26/11/2021	134	5	129
Concorrência 1/2021	Edital e anexos	05/04/2021	20/04/2021	11	5	6
Concorrência 1/2022	Edital e anexos	28/12/2021	31/01/2022	19	5	14
Pregão Eletrônico 19/2020	Homologação	19/01/2021	18/02/2021	18	5	13
Pregão Eletrônico 1/2021	Edital e anexos	21/01/2021	18/02/2021	16	5	11
Pregão Eletrônico 1/2021	Homologação	08/03/2021	20/04/2021	29	5	24
Pregão Eletrônico 4/2021	Edital e anexos	26/01/2021	18/02/2021	13	5	8
Pregão Eletrônico 4/2021	Homologação	22/04/2021	29/07/2021	68	5	63
Pregão Eletrônico 5/2021	Homologação	22/04/2021	29/07/2021	68	5	63
Pregão Eletrônico 5/2021	Edital e anexos	19/02/2021	20/04/2021	39	5	34
Pregão Eletrônico 6/2021	Edital e anexos	19/02/2021	20/04/2021	39	5	34
Pregão Eletrônico 6/2021	Homologação	22/04/2021	29/07/2021	68	5	63
Pregão Eletrônico 7/2021	Homologação	22/04/2021	29/07/2021	68	5	63
Pregão Eletrônico 7/2021	Edital e anexos	19/02/2021	29/07/2021	108	5	103
Pregão Eletrônico 8/2021	Edital e anexos	01/03/2021	20/04/2021	34	5	29
Pregão Eletrônico 8/2021	Homologação	31/05/2021	29/07/2021	42	5	37
Pregão Eletrônico 9/2021	Homologação	22/04/2021	29/07/2021	68	5	63
Pregão Eletrônico 9/2021	Edital e anexos	22/03/2021	20/04/2021	19	5	14
Pregão Eletrônico 10/2021	Edital e anexos	01/03/2021	20/04/2021	34	5	29
Pregão Eletrônico 10/2021	Homologação	22/04/2021	29/07/2021	68	5	63
Pregão Eletrônico 11/2021	Edital e anexos	22/03/2021	20/04/2021	19	5	14
Pregão Eletrônico 11/2021	Homologação	05/04/2021	29/07/2021	80	5	75
Pregão Eletrônico 13/2021	Edital e anexos	05/04/2021	20/04/2021	11	5	6
Pregão Eletrônico 13/2021	Homologação	28/04/2021	29/07/2021	64	5	59
Pregão Eletrônico 14/2021	Edital e anexos	05/04/2021	20/04/2021	11	5	6
Pregão Eletrônico 14/2021	Homologação	28/04/2021	27/05/2021	20	5	15
Pregão Eletrônico 16/2021	Edital e anexos	10/05/2021	29/07/2021	57	5	52
Pregão Eletrônico 16/2021	Homologação	12/07/2021	29/07/2021	13	5	8
Pregão Eletrônico 17/2021	Edital e anexos	10/05/2021	29/07/2021	57	5	52
Pregão Eletrônico 17/2021	Revogação de ofício	25/05/2021	29/07/2021	46	5	41
Pregão Eletrônico 18/2021	Homologação	14/07/2021	29/07/2021	11	5	6
Pregão Eletrônico 18/2021	Edital e anexos	10/05/2021	29/07/2021	57	5	52
Pregão Eletrônico 19/2021	Edital e anexos	10/05/2021	29/07/2021	57	5	52
Pregão Eletrônico 19/2021	Homologação	17/06/2021	29/07/2021	30	5	25
Pregão Eletrônico 22/2021	Edital e anexos	13/05/2021	29/07/2021	54	5	49
Pregão Eletrônico 22/2021	Revogação de ofício	25/05/2021	29/07/2021	46	5	41
Pregão Eletrônico 23/2021	Edital e anexos	15/06/2021	29/07/2021	32	5	27



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SISTEMA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - LicitaCon
RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE



Licitação	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Pregão Eletrônico 23/2021	Homologação	15/07/2021	29/07/2021	10	5	5
Pregão Eletrônico 24/2021	Homologação	15/07/2021	29/07/2021	10	5	5
Pregão Eletrônico 24/2021	Edital e anexos	15/06/2021	29/07/2021	32	5	27
Pregão Eletrônico 25/2021	Homologação	19/07/2021	29/07/2021	8	5	3
Pregão Eletrônico 25/2021	Edital e anexos	15/06/2021	29/07/2021	32	5	27
Pregão Eletrônico 26/2021	Edital e anexos	06/07/2021	29/07/2021	17	5	12
Pregão Eletrônico 26/2021	Homologação	18/08/2021	26/11/2021	66	5	61
Pregão Eletrônico 27/2021	Edital e anexos	12/08/2021	26/11/2021	67	5	62
Pregão Eletrônico 27/2021	Homologação	09/09/2021	26/11/2021	51	5	46
Pregão Eletrônico 28/2021	Homologação	09/09/2021	26/11/2021	51	5	46
Pregão Eletrônico 28/2021	Edital e anexos	12/08/2021	26/11/2021	67	5	62
Pregão Eletrônico 29/2021	Edital e anexos	24/08/2021	26/11/2021	62	5	57
Pregão Eletrônico 29/2021	Homologação	24/09/2021	26/11/2021	41	5	36
Pregão Eletrônico 31/2021	Edital e anexos	13/09/2021	26/11/2021	49	5	44
Pregão Eletrônico 31/2021	Homologação	19/10/2021	26/11/2021	25	5	20
Pregão Eletrônico 32/2021	Edital e anexos	23/09/2021	26/11/2021	42	5	37
Pregão Eletrônico 33/2021	Homologação	03/11/2021	26/11/2021	16	5	11
Pregão Eletrônico 33/2021	Edital e anexos	29/09/2021	26/11/2021	38	5	33
Pregão Eletrônico 34/2021	Edital e anexos	29/09/2021	08/11/2021	25	5	20
Pregão Eletrônico 35/2021	Aviso de republicação de edital	16/11/2021	18/03/2022	75	5	70
Pregão Eletrônico 35/2021	Edital e anexos	16/11/2021	26/11/2021	8	5	3
Pregão Eletrônico 35/2021	Aviso de republicação de edital	12/11/2021	18/03/2022	76	5	71
Pregão Eletrônico 37/2021	Aviso de republicação de edital	03/12/2021	03/01/2022	14	5	9
Pregão Eletrônico 37/2021	Aviso de alteração do Edital/Errata	29/11/2021	03/01/2022	18	5	13
Pregão Eletrônico 37/2021	Aviso de alteração do Edital/Errata	30/11/2021	03/01/2022	17	5	12
Pregão Eletrônico 37/2021	Aviso de republicação de edital	06/12/2021	03/01/2022	13	5	8
Pregão Eletrônico 38/2021	Homologação	17/12/2021	18/03/2022	52	5	47
Pregão Eletrônico 39/2021	Homologação	16/12/2021	18/03/2022	53	5	48
Pregão Eletrônico 40/2021	Aviso de alteração do Edital/Errata	06/12/2021	18/03/2022	61	5	56
Pregão Eletrônico 40/2021	Edital e anexos	06/12/2021	18/03/2022	61	5	56
Pregão Eletrônico 40/2021	Homologação	21/12/2021	18/03/2022	50	5	45
Pregão Eletrônico 40/2021	Aviso de alteração do Edital/Errata	03/12/2021	18/03/2022	62	5	57
Pregão Eletrônico 1/2022	Edital e anexos	28/12/2021	31/01/2022	19	5	14
Pregão Presencial 2/2021	Edital e anexos	21/01/2021	18/02/2021	16	5	11
Pregão Presencial 2/2021	Homologação	17/02/2021	20/04/2021	41	5	36
Pregão Presencial 3/2021	Edital e anexos	21/01/2021	08/02/2021	11	5	6
Pregão Presencial 3/2021	Homologação	17/02/2021	20/04/2021	41	5	36
Pregão Presencial 12/2021	Edital e anexos	29/03/2021	29/07/2021	83	5	78
Pregão Presencial 15/2021	Edital e anexos	05/04/2021	20/04/2021	11	5	6
Pregão Presencial 20/2021	Homologação	17/06/2021	29/07/2021	30	5	25
Pregão Presencial 20/2021	Edital e anexos	10/05/2021	29/07/2021	57	5	52
Pregão Presencial 21/2021	Revogação de ofício	31/05/2021	29/07/2021	42	5	37
Pregão Presencial 21/2021	Edital e anexos	10/05/2021	29/07/2021	57	5	52
Pregão Presencial 30/2021	Edital e anexos	03/09/2021	26/11/2021	54	5	49
Pregão Presencial 36/2021	Edital e anexos	05/11/2021	26/11/2021	14	5	9
Processo de Dispensa 19/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	04/01/2021	18/02/2021	29	5	24
Processo de Dispensa 29/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	04/01/2021	18/02/2021	29	5	24
Processo de Dispensa 30/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	11/01/2021	20/04/2021	64	5	59



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SISTEMA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - LicitaCon
RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE



Licitação	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Processo de Dispensa 575/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	05/05/2021	29/07/2021	59	5	54
Processo de Dispensa 588/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	10/05/2021	29/07/2021	57	5	52
Processo de Dispensa 633/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	18/05/2021	29/07/2021	51	5	46
Processo de Dispensa 752/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	15/06/2021	29/07/2021	32	5	27
Processo de Dispensa 932/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	21/07/2021	29/07/2021	6	5	1
Processo de Dispensa 1049/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	11/08/2021	26/11/2021	68	5	63
Processo de Dispensa 1050/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	11/08/2021	26/11/2021	68	5	63
Processo de Dispensa 1051/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	11/08/2021	26/11/2021	68	5	63
Processo de Dispensa 1131/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	23/08/2021	26/11/2021	63	5	58
Processo de Dispensa 1138/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	23/08/2021	26/11/2021	63	5	58
Processo de Dispensa 1257/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	10/09/2021	26/11/2021	50	5	45
Processo de Dispensa 1381/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	05/10/2021	26/11/2021	34	5	29
Processo de Dispensa 1428/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	14/10/2021	26/11/2021	28	5	23
Processo de Dispensa 1436/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	18/10/2021	26/11/2021	26	5	21
Processo de Dispensa 1744/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	30/11/2021	18/03/2022	65	5	60
Processo de Dispensa 1808/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	10/12/2021	18/03/2022	57	5	52
Processo de Dispensa 1834/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	13/12/2021	23/12/2021	8	5	3
Processo de Inexigibilidade 1/2021	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	01/10/2021	26/11/2021	36	5	31
Processo de Inexigibilidade 2/2021	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	04/01/2021	18/02/2021	29	5	24
Processo de Inexigibilidade 3/2021	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	04/01/2021	18/02/2021	29	5	24
Processo de Inexigibilidade 4/2021	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	18/01/2021	26/11/2021	205	5	200
Processo de Inexigibilidade 13/2021	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	25/08/2021	26/11/2021	61	5	56
Tomada de Preços 1/2021	Homologação	29/04/2021	29/07/2021	63	5	58
Tomada de Preços 1/2021	Edital e anexos	09/03/2021	31/03/2021	16	5	11
Tomada de Preços 2/2021	Homologação	21/07/2021	29/07/2021	6	5	1
Tomada de Preços 2/2021	Edital e anexos	15/06/2021	29/07/2021	32	5	27
Tomada de Preços 3/2021	Edital e anexos	12/08/2021	26/11/2021	67	5	62
Tomada de Preços 3/2021	Homologação	09/09/2021	26/11/2021	51	5	46
Tomada de Preços 4/2021	Edital e anexos	14/09/2021	26/11/2021	48	5	43
Tomada de Preços 4/2021	Homologação	19/10/2021	26/11/2021	25	5	20



RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Contratos

Órgão PM DE SENTINELA DO SUL **Data/Hora da consulta** 02/05/2022 02:54:51
Data Início 01/01/2021 **Data Fim** 31/12/2021 **% Fora do prazo** 100,00 **Atraso Médio** 80,65 dias

Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 29/2016	Termo aditivo	28/07/2021	18/03/2022	145	5	140
Contrato 35/2016	Termo aditivo	28/07/2021	18/03/2022	145	5	140
Contrato 44/2017	Termo aditivo	28/07/2021	18/03/2022	145	5	140
Contrato 59/2017	Termo aditivo	04/01/2021	18/02/2021	29	5	24
Contrato 62/2018	Termo aditivo	04/10/2021	18/03/2022	102	5	97
Contrato 66/2018	Termo aditivo	04/01/2021	18/02/2021	29	5	24
Contrato 66/2018	Termo aditivo	20/12/2021	18/03/2022	51	5	46
Contrato 66/2018	Termo aditivo	04/05/2021	18/03/2022	204	5	199
Contrato 67/2018	Termo aditivo	02/01/2021	18/03/2022	282	5	277
Contrato 74/2019	Termo aditivo	30/09/2021	01/12/2021	40	5	35
Contrato 28/2020	Termo aditivo	21/02/2021	20/04/2021	38	5	33
Contrato 54/2020	Termo aditivo	23/02/2021	18/03/2022	250	5	245
Contrato 54/2020	Termo aditivo	15/02/2021	18/03/2022	254	5	249
Contrato 64/2020	Termo aditivo	17/09/2021	18/03/2022	112	5	107
Contrato 64/2020	Termo aditivo	10/05/2021	29/07/2021	57	5	52
Contrato 86/2020	Termo aditivo	23/02/2021	17/03/2021	15	5	10
Contrato 88/2020	Termo aditivo	27/10/2021	18/03/2022	86	5	81
Contrato 8219/2020	Termo aditivo	30/12/2021	18/03/2022	47	5	42
Contrato 8219/2020	Termo aditivo	23/03/2021	18/03/2022	231	5	226
Contrato 8219/2020	Termo aditivo	30/06/2021	18/03/2022	165	5	160
Contrato 1/2021	Contrato	25/06/2021	29/07/2021	24	5	19
Contrato 2/2021	Contrato	04/01/2021	26/11/2021	215	5	210
Contrato 3/2021	Contrato	04/01/2021	26/11/2021	215	5	210
Contrato 5/2021	Contrato	04/01/2021	26/11/2021	215	5	210
Contrato 6/2021	Contrato	04/01/2021	26/11/2021	215	5	210
Contrato 17/2021	Contrato	04/05/2021	26/11/2021	137	5	132
Contrato 21/2021	Contrato	31/05/2021	26/11/2021	119	5	114
Contrato 24/2021	Contrato	01/07/2021	26/11/2021	97	5	92
Contrato 25/2021	Contrato	22/07/2021	26/11/2021	82	5	77
Contrato 29/2021	Contrato	09/09/2021	26/11/2021	51	5	46
Contrato 30/2021	Contrato	05/10/2021	26/11/2021	34	5	29
Contrato 32/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 33/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 34/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 35/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 36/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 37/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 38/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 39/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 40/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26



Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 41/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 42/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 43/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 44/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26
Contrato 45/2021	Contrato	18/10/2021	26/11/2021	26	5	21
Contrato 46/2021	Termo aditivo	29/11/2021	18/03/2022	66	5	61
Contrato 46/2021	Contrato	18/10/2021	26/11/2021	26	5	21
Contrato 46/2021	Termo aditivo	22/10/2021	18/03/2022	89	5	84
Contrato 47/2021	Contrato	19/10/2021	18/03/2022	92	5	87
Contrato 48/2021	Contrato	03/11/2021	26/11/2021	16	5	11
Contrato 49/2021	Contrato	29/11/2021	18/03/2022	66	5	61
Contrato 50/2021	Contrato	13/12/2021	23/12/2021	8	5	3
Contrato 51/2021	Contrato	21/12/2021	18/03/2022	50	5	45
Contrato 52/2021	Contrato	21/12/2021	18/03/2022	50	5	45
Termo de adesão 31/2021	Contrato	08/10/2021	26/11/2021	31	5	26



Recibo de Envio de Informações Nº 1/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 08h e 58min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Art. 26-A - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	
1.1) Previsão normativa	
1.1.1) O Executivo Municipal ou o Conselho Municipal de Educação criaram alguma normativa, vigente, relativa à implementação do ensino da história e cultura, afro-brasileira e indígena (Artigo 26-A da LDB)?	Não
1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:	Registros informados: 0
1.1.2) O Plano Municipal de Educação inclui o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN dentre as metas a serem atingidas, promovendo o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, conforme disposto na Lei Estadual nº 14.895/2015?	Sim
1.2) Equipe responsável	
1.2.1) A Secretaria Municipal de Educação possui setor ou equipe técnica permanente com a atribuição específica de orientar, coordenar e controlar a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas municipais?	Não
1.2.1.1) Informar a composição da Equipe técnica lotada no Setor indicado:	Registros informados: 0
1.2.1.2) Anexar documento que comprova que a coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é atribuição do Setor informado.	-
1.2.1.3) Informe a composição da Equipe técnica permanente e anexe documento que define suas atribuições	Registros informados: 0
1.2.1.4) Anexar documento que comprova que a designação de equipe responsável pela coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	-
1.3) Documentação pedagógica	
1.3.1) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura africana	Não
1.3.1.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	-
1.3.2) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura afro-brasileira	Não
1.3.2.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	-
1.3.3) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura indígena?	Não
1.3.3.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	-
1.3.4) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura africana?	Não
1.3.4.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	-
1.3.5) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura afro-brasileira?	Não
1.3.5.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	-



Pergunta	Resposta
1.3.6) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura indígena?	Não
1.3.6.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	-
1.4) Previsão orçamentária	
1.4.1) Nas peças orçamentárias do Município (PPA, LDO e LOA) existe recurso orçamentário específico e exclusivo para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena?	Não
1.4.1.1) Informe a classificação orçamentária do(s) recurso(s) destinado(s) ao ensino das relações étnico-raciais, bem como o respectivo valor.	Registros informados: 0
1.4.2) Dos recursos orçados para a Função Educação, algum montante foi destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020 (valor liquidado)?	Não
1.4.3) De que forma foi empregado o valor destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	
1.5) Formação dos professores	
1.5.1) No último concurso público para o magistério municipal, o ensino da histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas foi exigido dentre os conteúdos a serem estudados pelos candidatos?	Não
1.5.1.1) Anexar cópia do edital.	-
1.5.2) O Município promoveu a capacitação de professores para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	Não
1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2020	Registros informados: 0
1.5.2.2) Informe a Área de conhecimento dos professores capacitados para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020:	
1.5.3) O Município organizou e realizou evento(s) de formação (mesmo que virtual) sobre o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN em 2020?	Não
1.5.3.1) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de:	
1.6) Abrangência do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	
1.6.1) A Secretaria Municipal de Educação implantou e está em plena execução o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, conforme previsto no Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) e de acordo com as diretrizes nacionais para implementação da educação das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?	Não
Justifique o descumprimento da obrigação legal	Foi implantado através de Projetos Escolares
1.6.2) Tendo em vista o parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, e os Pareceres do Conselho Nacional de Educação nºs CNE/CP 003/2004 e CNE/CEB 002/2007, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas:	
1.6.3) Considerando as escolas da rede pública municipal, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas:	
1.6.4) Tendo em vista o parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, os conteúdos de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas são ministrados nas disciplinas de:	
1.6.5) A Secretaria Municipal de Educação realiza consultas nas escolas do Município, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, conforme prevê o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017?	Não



Pergunta	Resposta
1.6.5.1) Anexar cópia dos relatórios anuais referentes a 2019 e/ou 2020.	-
2) Plano Municipal de Educação	
2.1) O município possui plano municipal de educação?	Sim
2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3) Meta 18 PNE	
3.1) O município possui plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação básica pública?	Sim
3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.2) O município observa o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme disposto no § 4º, art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008	Não
3.3) O município utiliza o piso salarial nacional profissional do magistério público da educação básica como valor mínimo proporcional do vencimento básico para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais?	Sim

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
SPTQ7-DIFP6-JHHC8



Dados Tabulares

2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	1.265
Ano	2015
Anexar arquivo	Lei 1265-2015.pdf (1209,32 KB)



Dados Tabulares

3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	407
Ano	1998
Anexar arquivo	81400-120455-00407-1998.doc (69 KB)



Recibo de Envio de Informações Nº 3/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 16/04/2021, às 14h e 35min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Assistência Social?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social	
2.1) Nome completo:	NASTIA DUARTE GARCIA
2.2) CPF:	65976142087
2.3) E-mail para contato:	nastiagarcia1970@hotmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51996886685
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social.	
3.1) Informar o número da lei.	184
3.2) Informar o ano da lei.	1995
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	IMG_20210416_0013.pdf (4,43MB)
4) O Conselho Municipal de Assistência Social possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	IMG_20210416_0014.pdf (2,10MB)
5) O Conselho Municipal de Assistência Social possui caráter:	Deliberativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 3 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	IMG_20210416_0016.pdf (2,88MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social?	Outro
Qual?	SALA REUNIÃO SMTCAS
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Computador sem acesso à internet Impressora Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	1
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	1
11) O Conselho Municipal de Assistência Social possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado
12) O Conselho Municipal de Assistência Social possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim



Pergunta	Resposta
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Assistência Social, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	IMG_20210416_0017.pdf (2,04MB)

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
MSJS2-EUVR5-NOEP3



Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	SEC. MUN. DO TRABALHO
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	SECRETARIA DE SAÚDE
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2



Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	08
Unidade	02
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	334 - Fomento ao Trabalho
Programa	58
Projeto/atividade	1058
Dotação autorizada (R\$)	0,00
Valor empenhado (R\$)	0,00
Valor liquidado (R\$)	0,00



Recibo de Envio de Informações Nº 4/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 08h e 49min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Educação?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Educação	
2.1) Nome completo:	Michela Aparecida Graboski Serrate
2.2) CPF:	96712236053
2.3) E-mail para contato:	michelagraboski@hotmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51996666588
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Educação.	
3.1) Informar o número da lei.	344
3.2) Informar o ano da lei.	1997
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LEI 344-1997.pdf (1,10MB)
4) O Conselho Municipal de Educação possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	DECRETO 915-2017.pdf (2,24MB)
5) O Conselho Municipal de Educação possui caráter:	Deliberativo Consultivo Normativo Outro
Especifique	Mobilizador
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 5 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	ATA 03-2020.pdf (0,52MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	2
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Educação?	Local aleatório - ocupado conforme a disponibilidade
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Educação. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Educação possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado
12) O Conselho Municipal de Educação possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Educação, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não



Pergunta	Resposta
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Educação, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Não
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	CONTAS ANUAIS 2020 - CME.pdf (1,16MB)

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
VFCP7-EMDA4-WNFW2



Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Secretaria da Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Secretaria Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Comunidade Escolar Magistério
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	3
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	3

Nome da Entidade	Associação de Moradores
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Conselho de Pais e Mestres
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1



Recibo de Envio de Informações Nº 5/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 16/04/2021, às 08h e 48min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Igualdade Racial?	Não
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Igualdade Racial	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Igualdade Racial.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Igualdade Racial?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Igualdade Racial. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Igualdade Racial, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e	Registros informados: 0



Pergunta	Resposta
projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Igualdade Racial, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação

RGSJ5-WHCQ6-IJSN3



Recibo de Envio de Informações Nº 6/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 19h e 44min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Não
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Meio Ambiente, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e	Registros informados: 0



Pergunta	Resposta
projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Meio Ambiente, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação

FPAH8-WXRF3-MQGN8



Recibo de Envio de Informações Nº 7/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 16/04/2021, às 14h e 40min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres?	Não
2) Informar os dados da(o) Presidente do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	



Pergunta	Resposta
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pela(o) Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
VWPF2-GFOP9-BMFI6



Recibo de Envio de Informações Nº 8/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 19h e 45min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Saneamento Básico?	Não
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Saneamento Básico.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Saneamento Básico, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e	Registros informados: 0



Pergunta	Resposta
projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Saneamento Básico, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
AADH7-FPOK2-PQVF7



Recibo de Envio de Informações Nº 9/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 18h e 23min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Saúde?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Saúde	
2.1) Nome completo:	Carlos Alberto da Silva Lopes
2.2) CPF:	96574305004
2.3) E-mail para contato:	carlosdelopeseng@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51995234759
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Saúde.	
3.1) Informar o número da lei.	1.054
3.2) Informar o ano da lei.	2010
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	IMG_20210428_0006.pdf (2,65MB)
4) O Conselho Municipal de Saúde possui Regimento Interno?	Não
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Saúde possui caráter:	Deliberativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 3 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Decreto nº 1085.pdf (0,21MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Saúde?	Sala disponibilizada pelo Executivo exclusivamente para o Conselho
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saúde. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	1
11) O Conselho Municipal de Saúde possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado
12) O Conselho Municipal de Saúde possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Saúde, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem	Registros informados: 0



Pergunta	Resposta
como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Saúde, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Não
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo(a) Presidente do Conselho, digitalizado.	IMG_20210428_0002.pdf (2,53MB)

Justificativas e Observações

Foi alterada a resposta nº 14, para Não, e no scanner foi sim. Em virtude de reavaliação do gestor, e pelo decurso de tempo foi enviado um novo scanner porém não se adequou a pagina conforme exigências do TCE.

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
SSBF9-UVVK4-GNNX4



Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Associações
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	6
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	6

Nome da Entidade	Governamental
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	3
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	3

Nome da Entidade	Trabalhadores da Saúde
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	3
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	3



Recibo de Envio de Informações Nº 10/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 16/04/2021, às 10h e 32min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
2.1) Nome completo:	MELLINA HELENA ETCHEGARAY MATTOS CAMINHA DE OLIVEIRA
2.2) CPF:	00807892009
2.3) E-mail para contato:	HELENAMATTOS2016@GMAIL.COM
2.4) Telefone celular para contato:	51999093271
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	
3.1) Informar o número da lei.	1.203
3.2) Informar o ano da lei.	2013
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	Lei 1203 Conselho Tutelar.doc (1,70MB)
4) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui Regimento Interno?	Não
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui caráter:	Deliberativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 6 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	IMG_20210416_0005.pdf (2,61MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?	Outro
Qual?	SALA REUNIÃO SMTCAS
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Computador sem acesso à internet Impressora Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	1
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	1
11) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado



Pergunta	Resposta
12) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Não
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	IMG_20210416_0001.pdf (1,25MB)

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
TQRV2-DSSR5-RXMP9



Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	SECRETARIA SAÚDE
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	SECRETARIA EDUCAÇÃO
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	SECRETARIA FAZENDA
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	REPRESENTANTE CPM
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORES
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2



Recibo de Envio de Informações Nº 11/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 16/04/2021, às 13h e 01min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Tutelar?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Tutelar	
2.1) Nome completo:	VERA LUCIA BRASIL QUADRADO
2.2) CPF:	68855761072
2.3) E-mail para contato:	vbrasilquadrado@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51996243637
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Tutelar.	
3.1) Informar o número da lei.	1.203
3.2) Informar o ano da lei.	2013
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	Lei 1203 Conselho Tutelar.doc (1,70MB)
4) O Conselho Tutelar possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	IMG_20210416_0007.pdf (3,14MB)
5) Informar o número total de conselheiros tutelares em atividade	05
5.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	IMG_20210416_0008.pdf (1,14MB)
6) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	48
7) Foram realizadas eleições para a escolha dos atuais conselheiros tutelares?	Sim
7.1) Informar a data de realização da mesma.	06/10/2019
7.2) Anexar o edital de abertura do processo de escolha.	IMG_20210416_0009.pdf (3,41MB)
7.3) Anexar o edital de homologação do resultado do pleito.	IMG_20210416_0010.pdf (0,71MB)
7.4) Informar a forma pela qual os conselheiros foram alçados à função (aprovação em concurso público, designação para cargo em comissão, etc.).	
8) Indicar a alternativa que reflete a situação do espaço físico ocupado em 2020 pelo Conselho Tutelar.	Prédio disponibilizado pelo Executivo - exclusivamente para o Conselho
9) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Tutelar. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Computador sem acesso à internet Impressora Telefone
9.1) Quantos computadores com acesso à internet?	01
9.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	01
9.3) Quantas impressoras?	01
9.4) Quantos telefones?	02
10) O Conselho Tutelar possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado
11) O Conselho Tutelar possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não



Pergunta	Resposta
12) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Tutelar, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
12.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
13) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Tutelar, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
14) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo(a) Presidente do Conselho, digitalizado.	IMG_20210416_0011.pdf (2,64MB)

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
BKMA5-SKPA2-LEAN2



Dados Tabulares

12.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	08
Unidade	02
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	08
Projeto/atividade	2342
Dotação autorizada (R\$)	81.256,33
Valor empenhado (R\$)	81.256,33
Valor liquidado (R\$)	81.256,33



Recibo de Envio de Informações Nº 12/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 16/04/2021, às 08h e 47min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O Município recebeu algum recurso ou aderiu a algum programa para desenvolvimento de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar advindo do governo federal, no exercício de 2020?	Não
2) O Município possui convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para desenvolvimento de políticas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar?	Não
3) Na estrutura administrativa do Executivo Municipal existe Unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres?	Não
3.1) Esta Unidade foi criada por lei?	
3.2) Qual é a unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres?	
3.3) Informe o nome da Secretaria, Coordenadoria, Departamento ou Setor responsável pelas políticas públicas para as mulheres no Município	
3.4) A qual Secretaria a Unidade de Políticas para Mulheres está vinculada?	
3.5) Anexar cópia digitalizada da lei ou outra norma local que disciplina a existência e competências da unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres no Município.	-
3.6) A Unidade responsável pelas políticas para mulheres no Município possui recurso orçamentário próprio?	
3.7) Informe o(s) valor(es) e a(s) respectiva(s) classificação(ões) orçamentária(s):	Registros informados: 0
3.8) Esta unidade possui quadro exclusivo de servidores/as?	
4) Existem no Município serviços especializados para atendimento às mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar?	Não
5) O Município possui programas e campanhas de enfrentamento à violência doméstica e familiar?	Sim
Quais?	Campanhas Realizadas no CRAS
6) Informar se há ações de prevenção e atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar realizadas pelo Município nas seguintes áreas: (não preencha as áreas em que não há ação.)	Área da assistência social
7) A Administração Municipal acompanha, com algum tipo de atendimento, as mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar?	Não
7.1) Quantas mulheres vítimas de violência foram assistidas em 2020?	
8) O município conta com serviço policial especializado, no próprio município ou em município próximo, como DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres?	Não
8.1) No caso do município contar com atendimento da DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres, o atendimento ocorre durante 24 horas, todos os dias da semana?	
8.2) No caso do Município não possuir ou não estar ligado a DEAM, a Delegacia de Polícia mais próxima oferece atendimento adequado para os casos de violência doméstica ou familiar?	Não



Pergunta	Resposta
9) O Município possui alguma política pública determinada por Lei municipal em um dos 04 (quatro) eixos estruturantes da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres? (Prevenção/Combate/Acolhimento-Assistência/Garantia de Direitos)?	Sim
9.1) Para quais eixos?	Acolhimento-Assistência
10) Qual a quantidade de leis municipais estabelecendo alguma política para cumprimento da Lei Maria da Penha há no Município?	Nenhuma
11) No seu Município a rede de proteção/assistência e combate à violência contra mulher conta com a participação do Poder Judiciário (vara especializada), Ministério Público, Defensoria Pública, DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e entidades da sociedade civil como ONGs?	
12) Quais as secretarias municipais que participam das políticas públicas para mulheres, tanto na prevenção, como proteção e assistência?	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
13) O Município possui local e equipamentos próprios ou decorrentes de convênios (ex: sala, banheiro, carro, mesa, cadeiras, climatizador, etc.) necessários à estruturação de espaço para atendimento às mulheres vítimas de violência?	Não
13.1) Os equipamentos estão lotados no setor específico de combate à violência contra a mulher?	

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
AQAD3-XQZL8-SMAV6



Dados Tabulares

12) Quais as secretarias municipais que participam das políticas públicas para mulheres, tanto na prevenção, como proteção e assistência?

Nome da Secretaria	CRAS"TEMPO DE VIVER"
Ações executadas pela Secretaria	Campanhas Preventivas



Recibo de Envio de Informações Nº 13/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 19h e 32min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Qual a situação do Plano de Saúde 2018-2021 do Município?	Aprovado.
1.1) Anexe aqui a resolução de apreciação do Plano de Saúde pelo respectivo Conselho de Saúde.	IMG_20210430_0001.pdf (0,12MB)
2) Qual a situação da Programação Anual de Saúde do Município, a vigorar em 2021?	Não iniciada a elaboração.
2.1) Anexe o comprovante contendo a data de encaminhamento da Programação Anual de Saúde ao Conselho de Saúde.	-
2.2) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação da Programação Anual de Saúde pelo respectivo conselho, contendo a data da aprovação.	-
2.3) Informar a data de aprovação da Programação Anual da Saúde pelo Conselho.	
2.4) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação da Programação Anual de Saúde pelo respectivo Conselho de Saúde.	-
3) Qual a situação do Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2019 no Município?	Aprovado.
3.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do Relatório Anual de Gestão ao respectivo conselho de saúde.	IMG_20210430_0002.pdf (0,51MB)
3.2) Anexe a resolução de apreciação do Relatório Anual de Gestão pelo conselho de saúde.	IMG_20210430_0001.pdf (0,12MB)
4) Informar a data do encaminhamento do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a vigorar em 2021 à Câmara de Vereadores.	18/06/2020
4.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do projeto da lei aqui - em formato PDF.	Projeto de Lei no 011 LDO 2021-6228.pdf (0,25MB)
5) O Plano Municipal de Saúde 2018-2021 foi alterado em decorrência do enfrentamento à pandemia da COVID-19?	Não.
5.1) O Plano Municipal de Saúde contendo essas alterações deve ser anexado aqui - em formato PDF.	-
5.2) A resolução de apreciação das alterações no Plano de Saúde pelo respectivo conselho de saúde deve ser anexada aqui - em formato PDF.	-
6) A Programação Anual de Saúde vigente em 2020 foi alterada em decorrência do enfrentamento à pandemia da COVID-19?	Não.
6.1) A Programação Anual de Saúde contendo essas alterações deve ser anexada aqui - em formato PDF.	-
6.2) A resolução de apreciação das alterações na Programação Anual de Saúde pelo respectivo Conselho de Saúde deve ser anexada aqui - em formato PDF.	-

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
FJQU4-CWGJ5-UHXR7



Recibo de Envio de Informações Nº 14/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 20h e 22min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Política Municipal de Meio Ambiente	
1.1) Com relação à Política Municipal de Meio Ambiente, assinale os itens em que a questão ambiental é considerada no planejamento do município. Para cada item, indique documentos que comprovem a ação através de link ou anexando o documento, informando, se necessário, a página, artigo ou item ao qual se reporta a ação.	
1.1.1) Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente. Assinale "Sim" caso positivo, informando o número da lei no campo equivalente.	Não
1.1.1.1) No tocante à Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página, artigo ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.2) Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.2.1) No tocante ao Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo. Anexe documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe pelo menos um artigo ou item do documento associado que se reporte à ação no campo Observações.	-
Link:	
Observações:	
1.1.3) Definição de espaços territoriais e componentes a serem protegidos, e planos de manejo correspondentes. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.3.1) No tocante à definição de espaços territoriais e componentes a serem protegidos, e planos de manejo correspondentes. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.4) Aplicação dos recursos auferidos por compensação ambiental em Unidades de Conservação no município.	Não
1.1.4.1) No tocante à aplicação dos recursos auferidos por compensação ambiental em Unidades de Conservação no município. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.5) Monitoramento de indicadores ambientais e avaliação da série histórica. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.5.1) No tocante ao monitoramento de indicadores ambientais e avaliação da série histórica. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-



Pergunta	Resposta
Link:	
Observações:	
1.1.5.2) Indique quais indicadores ambientais são monitorados.	
1.1.6) Sistematização das informações sobre o Meio Ambiente, visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.6.1) No tocante à sistematização das informações sobre o Meio Ambiente, visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através do link que é disponibilizado à população.	-
Link:	
Observações:	
1.1.7) Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído.	Sim
1.1.7.1) Informe o número da lei que institui o FMMA.	977
1.1.7.2) No tocante ao Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	lei 977 cria fundo Municipal Meio Ambiente.docx (0,86MB)
Link:	
Observações:	Art. 1º
1.1.8) Previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.8.1) No tocante à previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.9) Ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.9.1) No tocante às ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link onde são reportadas as ações. Informando, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.10) Apoio à execução de projetos, programas e ações que visem à proteção do meio ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.10.1) No tocante ao apoio à execução de projetos, programas e ações que visem à proteção do meio ambiente. Anexe evidência que demonstre a sua execução, e/ou indique a página da internet onde se encontram tais evidências. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.11) Articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.11.1) No tocante à articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	



Pergunta	Resposta
Observações:	
2) Estrutura Municipal de Controle e Fiscalização Ambiental	
2.1) Existem pendências do Município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a descumprimento dos requisitos legais atinentes à estrutura municipal na área de controle e fiscalização ambiental?	Não
2.1.1) Anexe Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta expedido pelo MPRS, e/ou outros documentos que se associem às pendências referidas.	-
2.1.2) Relacione as pendências registradas no(s) documento(s) anexado(s).	
2.1.3) Informe a data limite definida para a regularização das pendências	
2.1.4) Havendo desconformidade no prazo de regularização das pendências registradas, justifique.	
2.2) O Município possui unidade administrativa dedicada exclusivamente ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local?	Não
2.2.1) Indique o nome da unidade responsável pelo meio ambiente:	
2.2.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	
2.2.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	
2.2.4) Há funcionários terceirizados dedicados às atividades relativas às questões ambientais?	
2.2.4.1) Quantos contratados são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	
2.2.4.2) Registre o nome, a formação e o cargo/função dos contratados dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental.	Registros informados: 0
2.2.5) Indique o número de notificações realizadas no ano de referência.	
2.2.6) Informe as principais causas de notificações no município no ano de referência.	
2.2.7) Há responsáveis técnicos formalmente habilitados e designados para as questões ambientais no Município?	Não
2.2.8) Informe a unidade/órgão onde é(são) lotado(s) o(s) técnico(s) responsável(is) pelas questões ambientais no município	
2.2.9) Há pelo menos um fiscal concursado designado por portaria e dedicado à área ambiental?	
2.2.9.1) Registre o nome, a formação, o vínculo e o cargo/função do(s) responsável(is) pelas atividades de controle e fiscalização.	Registros informados: 0
2.2.9.2) Anexe o ato de nomeação	-
2.2.9.3) Caso não exista pelo menos um fiscal concursado designado e dedicado à área ambiental, apresente manifestação/justificativa.	
3) Estrutura Municipal de Licenciamento Ambiental	
3.1) O Município realiza procedimentos de licenciamento ambiental de atividades de impacto local?	Sim
3.1.1) Indique a unidade responsável pelo licenciamento ambiental	Departamento de Meio Ambiente
3.1.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	0
3.1.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de licenciamento ambiental no município?	01
Informe o número de servidores	01
3.1.4) Registre abaixo o nome, a formação e o cargo/função dos servidores responsáveis e dedicados ao licenciamento ambiental.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.



Pergunta	Resposta
3.1.5) São contratados profissionais para apoiar a análise dos processos de licenciamento ambiental?	Sim
3.1.5.1) Informar o número de profissionais contratados.	01
3.1.5.2) Registre abaixo o nome, formação e CPF do(s) profissional(is) contratado(s).	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.1.6) São contratadas empresas ou existe convênio com outra instituição para apoiar a análise dos processos de licenciamento ambiental?	Sim
3.1.6.1) Registre abaixo o nome e CNPJ da(s) empresa(s) contratada(s).	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.1.7) Informe o número de processos de licenciamento analisados no ano de referência.	33
3.1.8) Informe o número de licenças ambientais emitidas no ano de referência	33
3.2) No caso de o município não realizar atividades de Licenciamento Ambiental, qual órgão (estadual ou municipal) é responsável pelo licenciamento ambiental das atividades de impacto local no município?	
3.2.1) Anexe o instrumento de cooperação institucional firmado com o órgão responsável pelo licenciamento ambiental do município.	-
3.3) Na unidade administrativa responsável pelo licenciamento ambiental há histórico de avaliação de atividades sujeitas à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)?	Não
3.3.1) Informe o número de licenciamentos com EIA analisados no ano de referência:	
3.3.2) Informe a(s) atividade(s) a que se referem os EIA analisados no ano de referência.	
3.4) Estando localizado na área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006, o município possui convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente/FEPAM para o licenciamento de manejo/corte de vegetação nativa de Mata Atlântica?	Não possui convênio
3.4.1) Neste caso, anexe o convênio/termo de cooperação firmado com SEMA/FEPAM.	-
4) Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS)	
4.1) Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), nos moldes do art. 19 da Lei nº 12.305/2010, informe a situação em que o mesmo se encontra:	Instrumento normativo publicado ou promulgado
4.1.1) Indique o número da lei	1245/2014
4.1.2) Indique o endereço eletrônico onde o documento é disponibilizado.	http://sentineladosul.rs.gov/transparencia/16/programas-acoes-projetos-e-obras
4.1.3) Indique a data do encaminhamento à Câmara de Vereadores	
4.1.4) Anexe cópia do documento submetido à Câmara de Vereadores	-
4.1.5) Indique a fase em que se encontra o processo de elaboração do PMGIRS.	
4.1.6) Justifique a não realização do PMGIRS	
4.2) No caso de haver ações implementadas pelo município na instrumentalização do plano municipal de gerenciamento integrado de Resíduos Sólidos, responda:	
4.2.1) Qual(is) a(s) origem(ns) dos recursos utilizados no processo de elaboração do Plano Municipal (ou Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação? Por favor, escolha as opções que se aplicam:	Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal
4.2.2) A elaboração do Plano Municipal (Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, consolidado ou em consolidação, foi realizada com a atuação/participação de: Por favor, escolha as opções que se aplicam.	Equipe técnica contratada (prestador de serviços)
4.2.3) Dos elementos abaixo descritos, quais constam incluídos no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação?	Diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território (origem, volume e massa), caracterização dos resíduos e formas



Pergunta	Resposta
	de destinação e disposição final Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento ou ao sistema de logística reversa Definição de programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos Metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos
5) Destinação final ambientalmente adequada	
5.1) Indique a situação de destinação final de resíduos urbanos no município	Aterro sanitário
5.1.1) No caso de a destinação final se dar em lixão a céu aberto ou em aterro controlado, há ações de regularização em andamento?	
5.1.1.1) Informe a ação em andamento.	
5.1.1.2) Anexe documentação comprobatória.	-
5.2) Sobre a propriedade da área onde se situa o sistema de disposição final de RSU, indique	Empresa privada (indique o nome da empresa e a localização (município) da área de disposição final)
Complemente com o solicitado	BILL/MINAS DO LEÃO/RS
5.3) Indique a alternativa que representa a regularidade da área de disposição final, do ponto de vista ambiental:	Área licenciada em situação regular
Número da licença ambiental da área de disposição final de resíduos	2155/2020
5.3.1) No caso de situação irregular, justifique e indique as ações corretivas encaminhadas	
5.4) Há estação de transbordo?	Não
5.4.1) A licença de operação da área de transbordo está em situação regular?	
5.4.2) Indique o número da licença de operação	
5.4.3) Anexe o documento.	-
6) Sustentabilidade Econômica	
6.1) Há cobrança por serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana no município?	Não
6.2) Quanto à arrecadação, informe:	
6.3) No caso de haver cobrança pelos serviços de manejo de RSU e de limpeza urbana, informe o número e o ano da Lei ou instrumento normativo que autoriza a cobrança da taxa de limpeza urbana ou tributo equivalente:	
6.4) Anexe o documento referido na questão anterior.	-
6.5) No caso de haver cobrança dos serviços de manejo de RSU e limpeza urbana, informe como é feita a cobrança.	
7) Abrangência da Prestação	
7.1) Informar o percentual da população URBANA atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos:	30
7.1.1) Justifique se julgar necessário.	
7.2) Informar o percentual da população RURAL atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos	30
7.2.1) Justifique se julgar necessário	70
8) Coleta Seletiva e Participação Comunitária	
8.1) A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	Não



Pergunta	Resposta
8.2) A coleta seletiva no município é realizada por:	
9) Participação em Consórcio Público	
9.1) O município participa de Consórcio Público intermunicipal que realiza a gestão e o manejo de resíduos sólidos, constituídos nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005?	Não há iniciativas relativas ao consorciamento municipal para o gerenciamento de RSU
9.1.1) Havendo iniciativas para a gestão consorciada de RSU, indique que etapas do gerenciamento de RSU são/serão contempladas pelo consórcio.	
9.1.2) Anexe a norma municipal que autoriza o consórcio.	-
9.1.3) Anexe o contrato orienta sobre as responsabilidades e ações pertinentes aos participantes do consórcio.	-
10) Gestão de Resíduos da Construção Civil	
10.1) No planejamento municipal, há diretrizes que orientam sobre os procedimentos a serem adotados pelos grandes e pequenos geradores de Resíduos da Construção Civil, com previsão de alternativa de destinação final para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)?	Não
10.1.1) Informar em que instrumento municipal são constituídas as diretrizes relativas a Resíduos de Construção e Demolição.	
10.1.2) Indique quais são as deficiências municipais associadas ao gerenciamento de Resíduos de Construção e Demolição.	Município de baixo poder aquisitivo, possui baixa incidência de construções, cerca de 5.000 habitantes
11) Esgotamento Sanitário	
11.1) O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	Não
11.1.1) Qual a data da aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)?	
11.1.2) Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico	
11.1.2.1) Anexe o documento.	-
11.2) Quem opera os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município? Favor escolher apenas uma das opções a seguir.	CORSAN
11.2.1) Qual a data do contrato com a empresa ou entidade que opera os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município?	Não há contrato firmado
11.3) No que diz respeito à rede pública de esgotamento sanitário, o Município: (favor escolher apenas uma das opções a seguir)	Adota apenas soluções individuais (por exemplo, filtro, fossa séptica e sumidouro) em todo o Município
11.3.1) Informar o tipo de sistema de coleta da rede pública de esgotamento sanitário:	
11.3.2) Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	Não possui registro
11.4) Qual o número total de economias no Município no último dia do ano de referência?	0
11.5) Qual o número de economias no Município para as quais a ligação de esgoto cloacal está disponível?	0
11.6) Qual o volume de água para consumo humano disponibilizado pelo sistema de abastecimento de água municipal? (m³/ano)	0
11.7) Qual o volume de água faturado? (m³/ano)	0
11.8) Qual o volume de água consumido*? (em m³/ano)	0
11.9) Qual o volume estimado de esgoto gerado no ano de referência (em m³/ano)?	0
11.10) Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	Não possui registro
11.11) Qual o volume de esgoto tratado no ano de referência? (em m³/ano)	0



Pergunta	Resposta
11.12) O Município possui lei própria para disciplinar a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto, com previsão de aplicação de sanções em caso de descumprimento?	Não há lei própria sobre o tema.
11.12.1) Qual o número da lei que disciplina a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto? Informar o número e o ano da lei.	
11.13) Qual o número de economias no Município que estão conectadas a rede de esgotamento sanitário?	0

Justificativas e Observações

Possui Lei de Plano Municipal de Saneamento Básico Lei nº 1241/2014 aprovada em 16/12/2014 porém até o fechamento deste questionário não foi apresentada cópia.

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
AIDX2-CCIQ6-DPYY5



Dados Tabulares

3.1.4) Registre abaixo o nome, a formação e o cargo/função dos servidores responsáveis e dedicados ao licenciamento ambiental.

Nome completo	Alexandre Duarte
Formação	Técnico Agrícola Ensino Medio
Cargo/função	Técnico Agrícola



Dados Tabulares

3.1.5.2) Registre abaixo o nome, formação e CPF do(s) profissional(is) contratado(s).

Nome	RAFAEL FERNANDES
Formação	TECNOLOGO AMBIENTAL
CPF	95969420000



Dados Tabulares

3.1.6.1) Registre abaixo o nome e CNPJ da(s) empresa(s) contratada(s).

Nome da empresa	Proambiental
CNPJ	30951199000102



Recibo de Envio de Informações Nº 43/2021

LEI DA TRANSPARÊNCIA (FISCAL) (Lei Complementar Federal nº 101/ 2000 e alterações)

Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL

Site: www.sentineladosul.rs.gov.br

População: 5.609

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
23) Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Existência do PPA	S	-	S
- PPA - Existência do anexo PPA	S	-	S
- Existência da LDO	N	S	N
- LDO - Existência do anexo LDO	N	S	N
- Existência da LOA	N	S	N
- LOA - Existência do anexo LOA	N	S	N
24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Balanço Orçamentário	N	S	S
- Balanço Financeiro	N	S	S
- Balanço Patrimonial	N	S	S
- Demonstração das Variações Patrimoniais	N	S	S
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	N	S	S

Código de autenticação

UGJE5-OZPF6-ZXRH6

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: <https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021>.



Anexo de Justificativas

LEI DA TRANSPARÊNCIA (FISCAL) (Lei Complementar Federal nº 101/ 2000 e alterações)

PM DE SENTINELA DO SUL

Item 23) Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000)

Pergunta: - Existência da LDO;

- LDO - Existência do anexo LDO;
- Existência da LOA;
- LOA - Existência do anexo LOA;

Justificativa: A LDO está desatualizada;

Não foi localizado a LOA.

ANÁLISE DO RECURSO:

Foi procurado no site, conforme descrito na justificativa do Município, mas não foi localizado a LDO, LOA e anexos para o exercício 2021.

The screenshot shows a web browser window displaying the website 'SENTINELA DO SUL'. The main content area features a document titled 'LEI Nº 1393/2018' with the subject 'DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019'. The text of the law is partially visible, mentioning 'José Flávio Rapphaelli Trescastro, Prefeito Municipal de Sentinela do Sul/RS'. To the right, there is a sidebar titled 'O que seu vereador está fazendo?' listing several council members with their names and municipalities: JULIANA PAVAN (Cambará - SC), KALITO STOECKL (Foz do Iguaçu - PR), LÉO CORDEIRO (Itapema - SC), REINALDO GOMES (...), and DELEGADO LUIZ AL... (Maringá - PR). At the bottom of the page, there is a 'Receba essas notícias por email' button and a 'Leis à Sociedade' link. The browser's address bar shows 'http://leismunicipais.is/aqfrw'. The system tray at the bottom indicates the date as 24/08/2021 and the time as 14:34.

LDO e LOA



Legislação de
Sentinela do Sul/RS

Pesquisa por número do ato, ou palavra-chave. Pesquisar

Filtrar Legislação ▾

Pesquisa Avançada ▾

Legislação por assunto

★ Leis Relevantes

COVID-19	Lei Orgânica	Lei de Diretrizes Urbanas	Código Tributário	Plano de Cargos e Carreiras	Código Municipal do Meio Ambiente
Regime Previdência Social do Servidor	Plano Plurianual	Lei das Diretrizes Orçamentárias	Direitos da Criança e do Adolescente	Plano de Cargos e Carreiras da Educação	

Windows taskbar: 14:30 24/08/2021

LDO e LOA



Nome: PPA- Plano Plurianual 2018/2021
Arquivo: [LEI N° 1351-2017.pdf](#)
Descrição: Lei que define o Plano Plurianual
Data inclusão no Portal: 29/01/2020

Nome: LO 2018
Arquivo: [LO 2018.pdf](#)
Descrição: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Sentinela do Sul para o exercício financeiro de 2018
Data inclusão no Portal: 29/01/2020

Nome: LDO-2018
Arquivo: [Lei 1354 - LDO.pdf](#)
Descrição: Dispõe sobre as diretrizes orçamentarias para o exercício financeiro de 2018
Data inclusão no Portal: 29/01/2020

Nome: LDO 2017.pdf
Arquivo: [LDO 2017.pdf](#)
Descrição:
Data inclusão no Portal: 05/04/2019

Nome: LDO 2018.pdf
Arquivo: [LDO 2018.pdf](#)
Descrição:
Data inclusão no Portal: 05/04/2019

Nome: LDO 2019.pdf
Arquivo: [LDO 2019.pdf](#)
Descrição:
Data inclusão no Portal: 05/04/2019

Nome: LO 2017.pdf
Arquivo: [LO 2017.pdf](#)
Descrição:
Data inclusão no Portal: 05/04/2019

Nome: lo 2018.pdf
Arquivo: [lo 2018.pdf](#)
Descrição:
Data inclusão no Portal: 05/04/2019

Nome: LO 2019.pdf
Arquivo: [LO 2019.pdf](#)
Descrição:
Data inclusão no Portal: 05/04/2019

Pesquisa em 17-11-2021



Recibo de Envio de Informações Nº 43/2021

**LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
(Lei Federal nº 12.527/2011)**

Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL

Site: www.sentineladosul.rs.gov.br

População: 5.609

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)			
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	N	S	N
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	N	S	N
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	N	S	N
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	N	S	N
- Número do processo correspondente	N	S	N
- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido	N	S	N
- Objeto	N	S	N
- Valor	N	S	N
10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)			
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	N	S	N
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	N	S	N
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	N	S	N
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	N	S	N
13) Recursos Humanos (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Relação dos servidores	S	-	S
- Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor	S	-	S
- Indicação da remuneração nominal de cada servidor	S	-	S
- Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções	S	-	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S	-	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S	-	S
14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Nome do beneficiário	S	-	S
- Cargo do beneficiário	S	-	S
- Número de diárias usufruídas por afastamento	S	-	S
- Período de afastamento	S	-	S
- Motivo do afastamento	S	-	S
- Local de destino	S	-	S
- Tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	N	S	S
- Existência de informações atualizadas	S	-	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S	-	S
18) Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais (Artigo 8º, § 3º, inciso VIII, da Lei nº 12.527/2011)	8,30	-	8,30



Código de autenticação
UGJE5-OZPF6-ZXRH6

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: <https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021>.



Anexo de Justificativas

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (Lei Federal nº 12.527/2011)

PM DE SENTINELA DO SUL

Item 4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)

Pergunta: - Existência de histórico das informações (art. 8º);

- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I);
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II);
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI);
- Número do processo correspondente;
- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido;
- Objeto;
- Valor;

Justificativa: Não constam informações sobre transferências realizadas para entidades privadas. Caso o município não tenha realizado transferências para entidades privadas, deverá informar expressamente tal informação.

Análise do recurso: página não abre.

Administration | Receipts | Expenses | Financial Transfers | Voluntary Transfers | Creditors | Personnel Management | Access to Information | Publications

GOVBR 521

Exercício: 2021 | Período: 01/09/2021 a 30/09/2021

Unidade Gestora: CONSOLIDADA

Transferências Concedidas

Não há informações de empenho para o filtro selecionado.

print da tela 09-09-2021



portaltb.sentsul.com.br:9091/pronimtb/index.asp



Não é possível acessar esse site

portaltb.sentsul.com.br demorou muito para responder.

Tente:

- Verificar a conexão
- Verificar o proxy e o firewall
- Executar o Diagnóstico de Rede do Windows

ERR_CONNECTION_TIMED_OUT

Recarregar

Saiba mais



print de tela 25/11/2021

portaltb.sentsul.com.br:9091/pronimtb/index.asp?acao=3&item=14



Não é possível acessar esse site

portaltb.sentsul.com.br demorou muito para responder.

Tente:

- Verificar a conexão
- Verificar o proxy e o firewall
- Executar o Diagnóstico de Rede do Windows

ERR_CONNECTION_TIMED_OUT

Recarregar

Saiba mais



print de tela 26/11/2021



Item 10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)

Pergunta: - Existência de histórico das informações (art. 8º);

- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I);
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II);
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI);

Justificativa: Apesar de constar seção específica para o acompanhamento de programas/ações/projetos/obras do Executivo Municipal, não constam dados para atendimento ao critério requerido pela Cartilha Acesso à Informação na Prática do TCE. Anexo, segue print das orientações sobre o item em questão.

Análise de Recurso: O município não fornece histórico de informações, ferramenta de pesquisa, gravação de relatórios e informações atualizadas conforme pode-se observar pela imagem anexa.

Análise do Recurso:

Persiste a irregularidade.

Conforme print, a situação está inalterada.

The screenshot shows the website of the Prefeitura de Sentinela do Sul. The browser address bar displays 'https://www.sentineladosul.rs.gov.br/transparencia/16/programas-acoes-projetos-e-obras'. The website header includes the municipal coat of arms and the text 'Prefeitura de Sentinela do Sul'. A search bar is present with the text 'Pesquisar no portal'. A navigation menu at the bottom of the header includes 'MUNICÍPIO', 'GOVERNO', 'COMUNICAÇÃO', 'CARTA DE SERVIÇO', 'TRANSPARÊNCIA', 'CONTATO', and 'OUVIDORIA'. The 'TRANSPARÊNCIA' menu item is highlighted. Below the menu, there are social media icons for Facebook, Twitter, and Google+. The page content area is mostly blank, with the title 'PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E OBRAS' visible at the bottom of the screenshot.

PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E OBRAS

The screenshot shows a Windows taskbar. The active window is titled 'Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)'. The system tray on the right shows the time as 10:41 and the date as 18/08/2021.

Pesquisa em 18-08-2021



Critério

10. DADOS GERAIS PARA ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E OBRAS

Artigo 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011

Orientação

No site, deve existir **seção específica** para acompanhamento de **programas, ações, projetos e obras** (em conjunto ou separadas), com informações permitam a identificação do seu estágio atual.

Ações, programas e projetos:

Nome do Programa, Ação ou Projeto (conforme PPA/LDO/LOA)	Valor Empenho	Valor Liquidação	Valor Pago	Percentual Executado OU Informação	Data da Informação
----------------------------------------------------------	---------------	------------------	------------	------------------------------------	--------------------

Obras:

Local da obra	Objeto da Obra	Valor	Percentual Executado OU Informação sobre o estágio atual	Data da Informação
---------------	----------------	-------	----------------------------------------------------------	--------------------

Não atende ao quesito:

- O site que disponibiliza **apenas notícias** a respeito do tema
- O site que redireciona o internauta para a **seção de obras do Portal do TCE-RS**

PARA ESTE CRITÉRIO, APLICA-SE:

APLICÁVEL AO EXECUTIVO?

APLICÁVEL AO LEGISLATIVO?

** Detalhamento na pág. 06*

Cartilha TCE - Orientações Questão 10



sentineladosul.rs.gov.br/transparencia/16/programas-acoes-projetos-e-obras

de Sentinela do Sul

MUNICÍPIO - GOVERNO - COMUNICAÇÃO - CARTA DE SERVIÇO - TRANSPARÊNCIA - CONTATO - OUVIDORIA

INÍCIO / TRANSPARÊNCIA

Compartilhar: f t G+

PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E OBRAS

Plano Municipal de Gestao Integrada de Residuos Solidos (PMGIRS)
PUBLICADO DIA 29/04/2021 ÀS 16:39
[Abrir no navegador](#) [Baixar arquivo](#)

Justificativa Quest...doc Justificativa Quest...doc Exibir todos

print recurso



Recibo de Envio de Informações Nº 45/2021

LEI DAS OUVIDORIAS (Lei Federal nº 13.460/2017)

Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL

Site: www.sentineladosul.rs.gov.br

População: 5.609

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)			
- Canal para acesso à Ouvidoria	S		S
- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)	N		N
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017)	N		N

Código de autenticação

PWJJ7-YDEL4-QAMS5

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: <https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021>.



Anexo de Justificativas

LEI DAS OUVIDORIAS (Lei Federal nº 13.460/2017)

PM DE SENTINELA DO SUL

Item 25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)

Pergunta: - Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)

Justificativa: PARA ATENDIMENTO DO CRITÉRIO, CONSULTE O ITEM 25 DA CARTILHA “ACESSO A INFORMAÇÃO NA PRÁTICA”.

• **CARTA DE SERVIÇOS** - com informações sobre os serviços prestados, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, apresentando informações relacionadas a:

I - serviços oferecidos;

II - requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço;

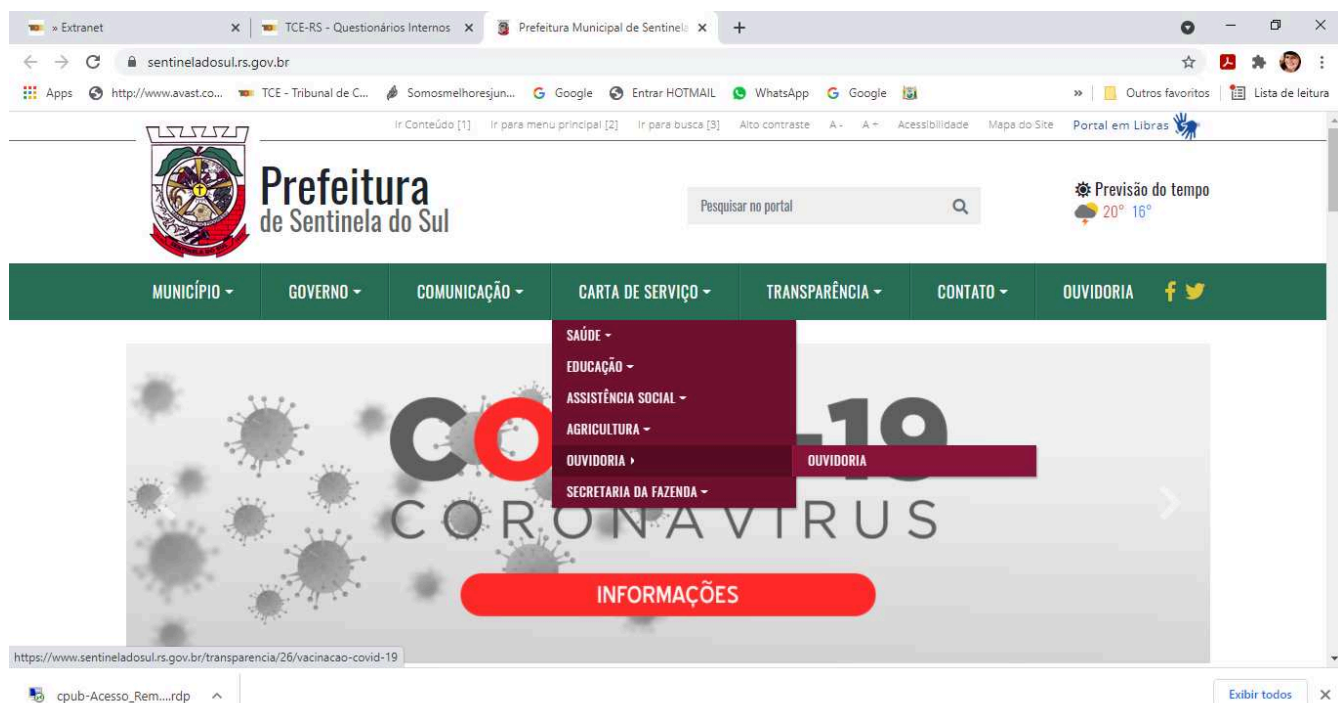
III - principais etapas para processamento do serviço;

IV - previsão do prazo máximo para a prestação do serviço;

V - forma de prestação do serviço; e

VI - locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço.

LEI DAS OUVIDORIAS 14.460/2017



08/09/21



Item 25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)

Pergunta: - Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017)

Justificativa: NÃO FOI LOCALIZADO O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO PARA ATENDIMENTO DO CRITÉRIO, CONSULTE O ITEM 25 DA CARTILHA "ACESSO A INFORMAÇÃO NA PRÁTICA".
RELATÓRIOS ANUAL DE GESTÃO - contendo dados sobre:

- i) manifestações de usuários que tiverem sido recebidas, analisadas e respondidas,
 - ii) falhas identificadas
 - iii) sugestões de melhorias na prestação de serviços públicos
- LEI DAS OUVIDORIAS 14.460/2017

08/09/21



Recibo de Envio de Informações Nº 46/2021

ENFRENTAMENTO À COVID-19 (Lei Federal nº 13.979/2020)

Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL

Site: www.sentineladosul.rs.gov.br

População: 5.609

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
26) Contratações ou aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (art. 4º, §2º da Lei nº 13.979/2020)			
- Local específico para consulta às despesas despendidas no combate ao Coronavírus	S		S
- Nome do contratado	S		S
- Número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil	S		S
- Prazo contratual	S		S
- Valor	S		S
- Processo de contratação ou aquisição	S		S
- Existência de informações atualizadas	N		N

Código de autenticação

WUTC5-CVAG5-KBJE3



Anexo de Justificativas

ENFRENTAMENTO À COVID-19 (Lei Federal nº 13.979/2020)

PM DE SENTINELA DO SUL

Item 26) Contratações ou aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (art. 4º, §2º da Lei nº 13.979/2020)

Pergunta: - Existência de informações atualizadas

Justificativa: *As informações divulgadas no Portal não estão atualizadas(as últimas datam de 21/06/2021). Para atendimento ao critério as informações devem ter sido atualizadas há no máximo 30 dias.*

LIQ. DO EMPENHO 1741.pdf 1/4

Ordem nº: 01755
Emissão: 21/06/2021
Empenho nº: 001741/2021

ENTIDADE: 0000 - Prefeitura Municipal

À TESOURARIA:
Pague-se à EDUARDO KONIG NUNES PAPELARIA, inscrita no CNPJ sob nº 19.384.907/0001-20, no valor de R\$ 2.783,00 (dois mil setecentos e oitenta e três reais**).

CREDOR: 95877 - EDUARDO KONIG NUNES PAPELARIA, CNPJ: 19.384.907/0001-20, Endereço: AV AMADO PERES 328 COHAB, Sentinela do Sul - RS - CEP: 96765-000, Telefone: (51) 99876-2074.

EMPENHO	VALOR
001741/2021 - 07.04.10.123.0036.0037 - PORTARIA COVID-19 (173/2020) 2854 - 339030240000 - MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS / IN 4001 - Outras receitas municipais apl	2.783,00

RETENÇÃO

TOTAL: 2.783,00

21 JUN 2021

AUTORIZAÇÃO, VISTOS E ASSINATURAS

Visto: [Assinatura]

Pagamento: [Assinatura]

Recibo: Recebi(emos) o valor da presente Nota de Empenho / Ordem de Pagamento, pelo que dou(amos) plena, geral e



Recibo de Envio de Informações Nº 40/2021

Lei Federal nº 14.124/2021

Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL

Site: www.sentineladosul.rs.gov.br

População: 5.609

Período da Pesquisa: 19/07/2021 a 10/08/2021. Período para apresentação dos recursos: 11/08/2021 a 25/08/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 23/2021 e 31/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
1) Há divulgação destacada/em seção específica, de fácil acesso, denominada "Vacinação COVID-19" (ou similar) no portal da transparência e/ou site oficial?	S		S
2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?	N		N
3) Há divulgação no portal da transparência e/ou site oficial das informações sobre a segurança, eficácia, potenciais riscos e benefícios de cada uma das vacinas contra a COVID-19 utilizadas no município?	S		S
4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?			
- Ordem dos grupos prioritários	S		S
- Quantitativo de pessoas de cada grupo	S		S
- Destaque da fase vigente	S		S
5) Há divulgação atualizada no portal da transparência e/ou site oficial do placar/vacinômetro: população estimada X número de pessoas vacinadas com a 1ª dose e número de pessoas vacinadas com a 2ª dose?			
- Vacinômetro apresenta a estimativa geral de pessoas a serem vacinadas	S		S
- Vacinômetro apresenta o número de pessoas vacinadas	S		S
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias	S		S
6) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de doses de vacinas recebidas/adquiridas com a indicação do fabricante e data do recebimento ou aquisição?			
- Quantitativo de vacinas recebidas/adquiridas	S		S
- Indicação do fabricante	S		S
- Data do recebimento ou aquisição	S		S
7) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de insumos recebidos/adquiridos relacionados à vacinação contra a COVID-19?	S		S
8) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos canais disponibilizados ao cidadão para o envio de denúncias de "fura-filas" e outras irregularidades relacionadas à vacinação contra a covid-19?	S		S
9) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos endereços, telefones e horários de funcionamento das salas de vacinação e documentos necessários para vacinação?			
- Há divulgação destacada	S		S
- Endereços	S		S
- Telefones	S		S
- Horários de funcionamento	S		S
- Documentos necessários	S		S
10) Há divulgação dos processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal da transparência?	N		N
11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?			



Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
- Registro de sobra	N		N
- Local de aplicação em que a sobra ocorreu	N		N
- Documento de orientação no caso de sobra	N		N
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias	N		N

Código de autenticação
AFVC3-GXEG8-CAXJ8

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações do Manual dos critérios de avaliação
- Transparência na vacinação covid-19, disponível em: <https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021>.



Anexo de Justificativas

Lei Federal nº 14.124/2021

PM DE SENTINELA DO SUL

Item 2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?

Justificativa: Não foi localizado o Plano de Ação Municipal de Vacinação. A versão atualizada do Plano de Ação Municipal de Vacinação deve ser publicada em local de fácil acesso, na seção específica "COVID-19" ou "Vacinação COVID-19" do portal da transparência e/ou no site do município. Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".

https://www.sentineladosul.rs.gov.br/transparencia/26/vacinacao-covid-19

MUNICÍPIO GOVERNO COMUNICAÇÃO CARTA DE SERVIÇO TRANSPARÊNCIA CONTATO OUVIDORIA

INÍCIO / TRANSPARÊNCIA

VACINAÇÃO COVID-19

Quantitativo de doses recebidas
PUBLICADO DIA 14/07/2021 ÀS 13:40
[Abrir no navegador](#) [Baixar arquivo](#)

Disk denuncia
PUBLICADO DIA 14/07/2021 ÀS 14:50
[Abrir no navegador](#) [Baixar arquivo](#)

23:15
22/07/2021

Não há Plano de Ação.



Item 10) Há divulgação dos processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal de transparência?

Justificativa: Não foram localizados processos de aquisição realizados especificamente para uso na vacinação COVID-19. Caso o Município não tenha realizado processos específicos de aquisição de insumos relacionados à vacinação, deverá divulgar expressamente, na seção específica "COVID-19" ou "Vacinação COVID-19" existente no site oficial/portal de transparência, a seguinte informação: "até a presente data, o Município não realizou processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação". Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".

Não há informações.



Item 11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

Pergunta: - Registro de sobra;

- Local de aplicação em que a sobra ocorreu ;
- Documento de orientação no caso de sobra ;
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias;

Justificativa: Não foram localizadas as informações avaliadas neste item. Para atendimento do critério, deve ser divulgado o Documento de Orientação no caso de sobra (por exemplo - Nota técnica expedida pela Prefeitura/Secretaria de Saúde do Município dispondo sobre as orientações no caso de sobra de vacinas), bem como as informações sobre o registro da sobra e dos locais de aplicação em que tal situação ocorreu. As informações publicadas devem ter sido atualizadas há no máximo sete dias. Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".

Quantitativo de doses recebidas
PUBLICADO DIA 14/07/2021 ÀS 13:40
[Abrir no navegador](#) [Baixar arquivo](#)

Disk denuncia
PUBLICADO DIA 14/07/2021 ÀS 14:50
[Abrir no navegador](#) [Baixar arquivo](#)

Não há informações.



Conselho Municipal de Educação

Parecer nº 01/2016, aprovado em 08/11/2016.

Assunto: Orientações para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

1- INTRODUÇÃO

A Resolução CNE Nº 01, de 17 de junho de 2004, define a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de Educação Básica. Trata-se de uma decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, pretende-se valorizar devidamente a história e culturas negras. Busca-se reparar danos, que se repetem há séculos, quando da perda ou desconsideração da identidade de tal povo.

Propõem-se com esse documento esclarecer que: o estudo, a valorização das relações étnico-raciais devem ser desenvolvidos por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores.

2 - BASE LEGAL

Constituição Federal, nos seus artigos 5º, inciso I, Art. 210, Art. 206, inciso I, § 1º do art. 242, Art. 215 e Art. 216 asseguram direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

Lei nº 10.639 de 09/01/2003 alterou a Lei nº 9394 de 20/12/96, pelo acréscimo dos Arts. 26-A e 79-B, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino sobre "História e Cultura Afro-Brasileira".

Art. 26-A: "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira".

Art. 79-B: "O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra". Parecer CNE/CP 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. "Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também às famílias dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.

Resolução CNE nº 01 de 17/06/2004 que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Art. 3º: "A Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 3/2004".

3- CONCLUSÃO

A pluralidade étnica e cultural existente encaminha para verificação d necessidade de que não sejam impostos padrões únicos a quaisquer grupos étnicos e culturais, resgatando-se sua história, símbolos e tradições. A escola se constitui um lugar de encontro destes diferentes grupos étnicos e culturais, possibilitando aos mesmos o reconhecimento e aceitação da diversidade, com o objetivo de proporcionar uma



Conselho Municipal de Educação

convivência construtiva entre todos. É de especial relevância que se estabeleçam estudos sobre as culturas étnicas africanas, raízes constituidoras do povo brasileiro e sua nacionalidade.


Conforme § 3º do Ar. 3º da Resolução CNE nº 01 de 07/06/2004 “o ensino sistemático da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10.639/2003, refere-se em especial aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.”

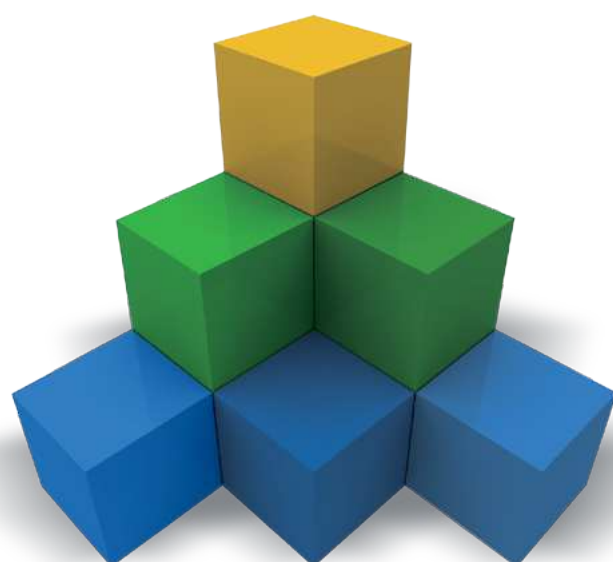
Acredita-se que todas as áreas de conhecimento devem abordar tal temática, de forma interdisciplinar, incentivando e valorizando os processos educativos orientados por valores, visões do mundo, conhecimentos afro-brasileiros e de todos os demais povos, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas e culturais da educação brasileira.

Considera-se que a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringem à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes em uma sociedade que apresenta diversidade cultural e étnica, capazes de construir uma nação democrática.

As escolas da Rede Municipal de Ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, com os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e que todos os procedimentos aqui colocados, com relação a obrigatoriedade do ensino sobre “História e Cultura Afro-Brasileira” nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, sejam orientados e disciplinados conforme dispostos no Parecer CNE/CP 03/2004.

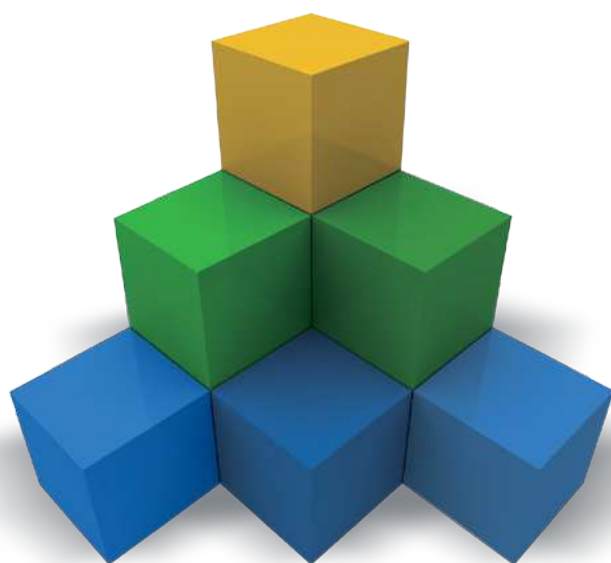
As atividades programadas pelas unidades escolares deverão ser orientadas e acompanhadas no âmbito municipal, pela Secretaria Municipal de Educação, Turismo, Desporto e Cultura, a quem compete também a educação continuada dos participantes do processo educacional.


Denir Vicentina Kologeski de Souza
Presidente do CME



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

EDUCAÇÃO É A BASE



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

EDUCAÇÃO É A BASE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Rossieli Soares da Silva

SECRETARIA EXECUTIVA

Henrique Sartori de Almeida Prado

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Katia Cristina Stocco Smole

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PARCERIA

Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME

SUMÁRIO

Apresentação	5	4.1.1.2. Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades	136
1. INTRODUÇÃO	7	4.1.2. Arte.....	193
A Base Nacional Comum Curricular.....	7	* <i>Competências específicas de Arte para o Ensino Fundamental</i>	198
* <i>Competências gerais da Educação Básica</i>	9	4.1.2.1. Arte no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades	199
Os marcos legais que embasam a BNCC	10	4.1.2.2. Arte no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades	205
Os fundamentos pedagógicos da BNCC	13	4.1.3. Educação Física.....	213
O pacto interfederativo e a implementação da BNCC.....	15	* <i>Competências específicas de Educação Física para o Ensino Fundamental</i>	223
2. ESTRUTURA DA BNCC	23	4.1.3.1. Educação Física no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades	224
3. A ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	35	4.1.3.2. Educação Física no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades	231
A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular	35	4.1.4. Língua Inglesa.....	241
A Educação Infantil no contexto da Educação Básica.....	36	* <i>Competências específicas de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental</i>	246
* <i>Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil</i>	38	4.1.4.1. Língua Inglesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades	247
3.1. Os campos de experiências	40	4.2. A área de Matemática.....	265
3.2. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil.....	44	* <i>Competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental</i>	267
3.3. A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental	53	4.2.1. Matemática	268
4. A ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	57	4.2.1.1. Matemática no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.....	276
O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica.....	57	4.2.1.2. Matemática no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.....	298
4.1. A área de Linguagens	63		
* <i>Competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental</i>	65		
4.1.1. Língua Portuguesa.....	67		
* <i>Competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental</i>	87		
4.1.1.1. Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades	89		

<p>4.3. A área de Ciências da Natureza 321 <i>* Competências específicas de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental 324</i></p> <p>4.3.1. Ciências 325</p> <p>4.3.1.1. Ciências no Ensino Fundamental - Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades 331</p> <p>4.3.1.2. Ciências no Ensino Fundamental - Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades 343</p> <p>4.4. A área de Ciências Humanas353 <i>* Competências específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental 357</i></p> <p>4.4.1. Geografia 359 <i>* Competências específicas de Geografia para o Ensino Fundamental 366</i></p> <p>4.4.1.1. Geografia no Ensino Fundamental - Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades 367</p> <p>4.4.1.2. Geografia no Ensino Fundamental - Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades 381</p> <p>4.4.2. História 397 <i>* Competências específicas de História para o Ensino Fundamental 402</i></p> <p>4.4.2.1. História no Ensino Fundamental - Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades403</p> <p>4.4.2.2. História no Ensino Fundamental - Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades416</p> <p>4.5. A área de Ensino Religioso 435 <i>* Competências específicas de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental 437</i></p> <p>4.5.1. Ensino Religioso438</p> <p>4.5.1.1. Ensino Religioso no Ensino Fundamental - Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades442</p>	<p>4.5.1.2. Ensino Religioso no Ensino Fundamental - Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades 452</p> <p>5. A ETAPA DO ENSINO MÉDIO.....461</p> <p>O Ensino Médio no contexto da Educação Básica461</p> <p>A BNCC do Ensino Médio 469</p> <p>Currículos: BNCC e itinerários.....475</p> <p>5.1. A área de Linguagens e suas Tecnologias.....481 <i>* Competências específicas de Linguagens e suas Tecnologias para o Ensino Médio.....490</i></p> <p>5.1.1. Linguagens e suas Tecnologias no Ensino Médio: competências específicas e habilidades491</p> <p>5.1.2. Língua Portuguesa.....498</p> <p>5.1.2.1. Língua Portuguesa no Ensino Médio: campos de atuação social, competências específicas e habilidades505</p> <p>5.2. A área de Matemática e suas Tecnologias..... 527 <i>* Competências específicas de Matemática e suas Tecnologias para o Ensino Médio..... 531</i></p> <p>5.2.1. Matemática e suas Tecnologias no Ensino Médio: competências específicas e habilidades 532</p> <p>5.3. A área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias 547 <i>* Competências específicas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias para o Ensino Médio..... 553</i></p> <p>5.3.1. Ciências da Natureza e suas Tecnologias no Ensino Médio: competências específicas e habilidades 554</p> <p>5.4. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas..... 561 <i>* Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio..... 570</i></p> <p>5.4.1. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio: competências específicas e habilidades 571</p> <p>Ficha técnica 581</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

APRESENTAÇÃO

É com alegria que entregamos ao Brasil a versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a inclusão da etapa do Ensino Médio, e, assim, atingimos o objetivo de uma Base para toda a Educação Básica brasileira. A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC é uma peça central nessa direção, em especial para o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes.

Elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro.

Concluída após amplos debates com a sociedade e os educadores do Brasil, o texto referente ao Ensino Médio possibilitará dar sequência ao trabalho de adequação dos currículos regionais e das propostas pedagógicas das escolas públicas e particulares brasileiras iniciado quando da homologação da etapa até o 9º ano do Ensino Fundamental. Com a Base, vamos garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos.

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base.

Temos um documento relevante, pautado em altas expectativas de aprendizagem, que deve ser acompanhado pela sociedade para que, em regime de colaboração, faça o país avançar. Assim como aconteceu na etapa já homologada, a BNCC passa agora às redes de ensino, às escolas e aos educadores. Cabe ao MEC ser um grande parceiro neste processo, de modo que, em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras. Somente aí teremos cumprido o compromisso da equidade que a sociedade brasileira espera daqueles que juntos atuam na educação.

Rosseli Soares da Silva
Ministro da Educação

1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)².

1 BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

2 BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 out. 2017.

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez **competências gerais**, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴.

É imprescindível destacar que as **competências gerais da Educação Básica**, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação

3 BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2017.

4 ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.



COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Os marcos legais que embasam a BNCC

A Constituição Federal de 1988⁵, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **competências e diretrizes** para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

5 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: **as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos**. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que

os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000.

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010⁶.

Em 2014, a Lei nº 13.005/2014⁷ promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de

6 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, p. 10. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb007_10.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

7 BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá **direitos e objetivos de aprendizagem** do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas **competências e habilidades** será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2017⁸; ênfases adicionadas).

Trata-se, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

8 BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Os fundamentos pedagógicos da BNCC

Foco no desenvolvimento de competências

O conceito de **competência**, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35).

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI⁹, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos¹⁰. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês)¹¹, e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol)¹².

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

9 Segundo a pesquisa elaborada pelo Cenpec, das 16 Unidades da Federação cujos documentos curriculares foram analisados, 10 delas explicitam uma visão de ensino por competências, recorrendo aos termos “competência” e “habilidade” (ou equivalentes, como “capacidade”, “expectativa de aprendizagem” ou “o que os alunos devem aprender”). “O ensino por competências aparece mais claramente derivado dos PCN” (p. 75). CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Currículos para os anos finais do Ensino Fundamental**: concepções, modos de implantação e usos. São Paulo: Cenpec, 2015. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Relatorio_Pesquisa_Curriculos_EF2_Final.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

10 Austrália, Portugal, França, Colúmbia Britânica, Polônia, Estados Unidos da América, Chile, Peru, entre outros.

11 OECD. **Global Competency for an Inclusive World**. Paris: OECD, 2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/aboutpisa/Global-competency-for-an-inclusive-world.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

12 UNESCO. Oficina Regional de Educación de la Unesco para América Latina y el Caribe. **Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación** (LLECE). Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/es/santiago/education/education-assessment-llece>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

O compromisso com a educação integral

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a **educação integral**¹³. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

13 Na história educacional brasileira, as primeiras referências à educação integral remontam à década de 1930, incorporadas ao movimento dos Pioneiros da Educação Nova e em outras correntes políticas da época, nem sempre com o mesmo entendimento sobre o seu significado.

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

O pacto interfederativo e a implementação da BNCC

Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e equidade

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a **igualdade** educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza.

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias.

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na **equidade**, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas

originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)¹⁴.

Base Nacional Comum Curricular e currículos

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se, entre outras ações, a:

- contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;
- decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;

¹⁴ BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

- selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;
- conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;
- construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;
- selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;
- criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;
- manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino.

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais. No caso da Educação Escolar Indígena, por exemplo, isso significa assegurar competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares. Significa também, em uma perspectiva intercultural, considerar seus projetos educativos, suas cosmologias, suas lógicas, seus valores e princípios pedagógicos próprios (em consonância com a Constituição Federal, com as Diretrizes Internacionais da OIT - Convenção 169 e com documentos da ONU e Unesco sobre os direitos indígenas) e suas referências específicas, tais como: construir currículos

interculturais, diferenciados e bilíngues, seus sistemas próprios de ensino e aprendizagem, tanto dos conteúdos universais quanto dos conhecimentos indígenas, bem como o ensino da língua indígena como primeira língua¹⁵.

É também da alçada dos entes federados responsáveis pela implementação da BNCC o reconhecimento da experiência curricular existente em seu âmbito de atuação. Nas duas últimas décadas, mais da metade dos Estados e muitos Municípios vêm elaborando currículos para seus respectivos sistemas de ensino, inclusive para atender às especificidades das diferentes modalidades. Muitas escolas públicas e particulares também acumularam experiências de desenvolvimento curricular e de criação de materiais de apoio ao currículo, assim como instituições de ensino superior construíram experiências de consultoria e de apoio técnico ao desenvolvimento curricular. Inventariar e avaliar toda essa experiência pode contribuir para aprender com acertos e erros e incorporar práticas que propiciaram bons resultados.

15 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção nº 169**. Genebra, 7 de junho de 1989. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang-pt/index.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 14, de 14 de setembro de 1999**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de outubro de 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 10 de novembro de 1999**. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de novembro de 1999. Seção 1, p. 19. Republicada em 14 de dezembro de 1999, Seção 1, p. 58, por ter saído com incorreção do original. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 13, de 10 de maio de 2012**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de junho de 2012, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10806-pceb013-12-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de junho de 2012, Seção 1, p. 7. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 6, de 2 de abril de 2014**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, de 31 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 85. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15619-ppc006-14&category_slug=maio-2014-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, de 08 de janeiro de 2015, Seção 1, p. 11-12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192>. Acessos em: 7 de nov. 2017.

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990¹⁶), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997¹⁷), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012¹⁸), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009¹⁹), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003²⁰), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012²¹), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer

16 BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

17 BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

18 BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 14, 6 de junho de 2012.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de junho de 2012, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955-pcp014-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012, Seção 1, p. 70. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acessos em: 16 out. 2017.

19 BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

20 BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

21 BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 8, 6 de março de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de maio de 2012, Seção 1, p.33. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012, Seção 1, p. 48. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acessos em: 16 out. 2017.

CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004²²), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010²³). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada.

Base Nacional Comum Curricular e regime de colaboração

Legitimada pelo pacto interfederativo, nos termos da Lei nº 13.005/2014, que promulgou o PNE, a BNCC depende do adequado funcionamento do **regime de colaboração** para alcançar seus objetivos. Sua formulação, sob coordenação do MEC, contou com a participação dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios, depois de ampla consulta à comunidade educacional e à sociedade, conforme consta da apresentação do presente documento.

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica.

22 BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 3, de 10 de março de 2004**. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acessos em: 16 out. 2017.

23 BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acessos em: 23 mar. 2017.

Embora a implementação seja prerrogativa dos sistemas e das redes de ensino, a dimensão e a complexidade da tarefa vão exigir que União, Estados, Distrito Federal e Municípios somem esforços. Nesse regime de colaboração, as responsabilidades dos entes federados serão diferentes e complementares, e a União continuará a exercer seu papel de coordenação do processo e de correção das desigualdades.

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC.

Compete ainda à União, como anteriormente anunciado, promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Por se constituir em uma política nacional, a implementação da BNCC requer, ainda, o monitoramento pelo MEC em colaboração com os organismos nacionais da área - CNE, Consed e Undime. Em um país com a dimensão e a desigualdade do Brasil, a permanência e a sustentabilidade de um projeto como a BNCC dependem da criação e do fortalecimento de instâncias técnico-pedagógicas nas redes de ensino, priorizando aqueles com menores recursos, tanto técnicos quanto financeiros. Essa função deverá ser exercida pelo MEC, em parceria com o Consed e a Undime, respeitada a autonomia dos entes federados.

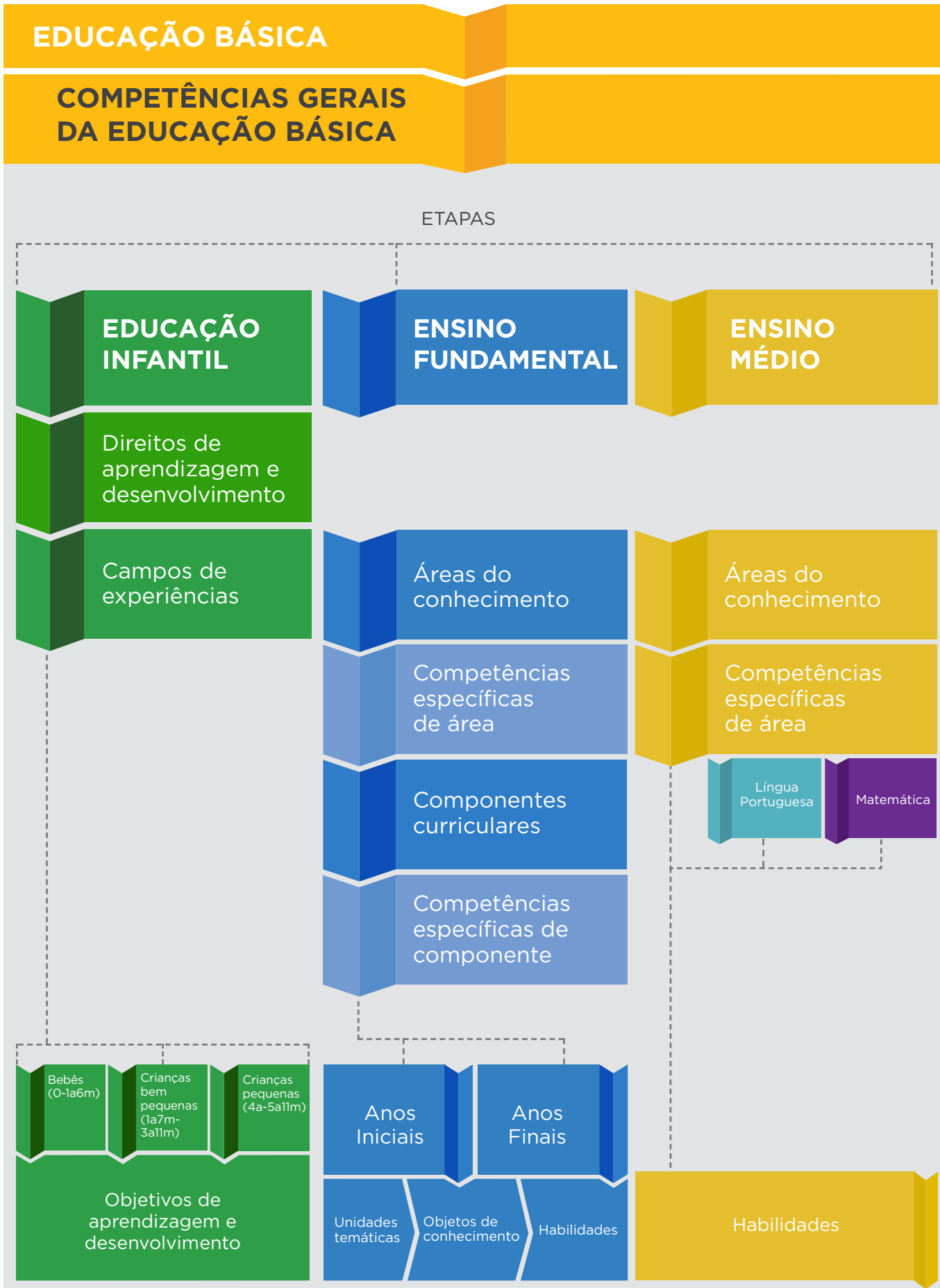
A atuação do MEC, além do apoio técnico e financeiro, deve incluir também o fomento a inovações e a disseminação de casos de sucesso; o apoio a experiências curriculares inovadoras; a criação de oportunidades de acesso a conhecimentos e experiências de outros países; e, ainda, o fomento de estudos e pesquisas sobre currículos e temas afins.

2. ESTRUTURA DA BNCC

Em conformidade com os fundamentos pedagógicos apresentados na Introdução deste documento, a BNCC está estruturada de modo a explicitar as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes.

Na próxima página, apresenta-se a estrutura geral da BNCC para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Também se esclarece como as aprendizagens estão organizadas em cada uma dessas etapas e se explica a composição dos códigos alfanuméricos criados para identificar tais aprendizagens.



EDUCAÇÃO BÁSICA

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ao longo da Educação Básica – na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver as dez **competências gerais da Educação Básica**, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Direitos de aprendizagem e desenvolvimento

Campos de experiências

Bebês
(0-1a6m)

Crianças bem
pequenas
(1a7m-3a11m)

Crianças
pequenas
(4a-5a11m)

Objetivos de
aprendizagem e
desenvolvimento

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis **direitos de aprendizagem e desenvolvimento**, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver.

Conviver
Brincar
Participar
Explorar
Expressar
Conhecer-se

Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece cinco **campos de experiências**, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver.

- O eu, o outro e o nós
- Corpo, gestos e movimentos
- Traços, sons, cores e formas
- Escuta, fala, pensamento e imaginação
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

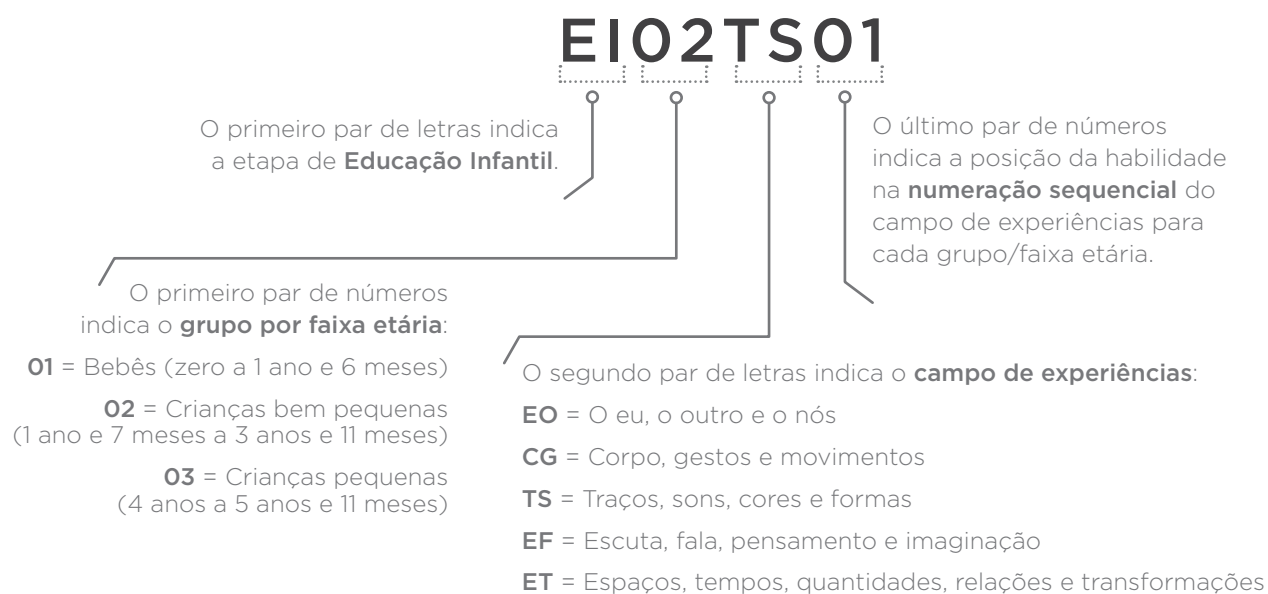
Em cada campo de experiências, são definidos **objetivos de aprendizagem e desenvolvimento** organizados em três **grupos por faixa etária**.

Portanto, na Educação Infantil, o quadro de cada campo de experiências se organiza em três colunas - relativas aos grupos por faixa etária -, nas quais estão detalhados os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Em cada linha da coluna, os objetivos definidos para os diferentes grupos referem-se a um mesmo aspecto do campo de experiências, conforme ilustrado a seguir.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS”

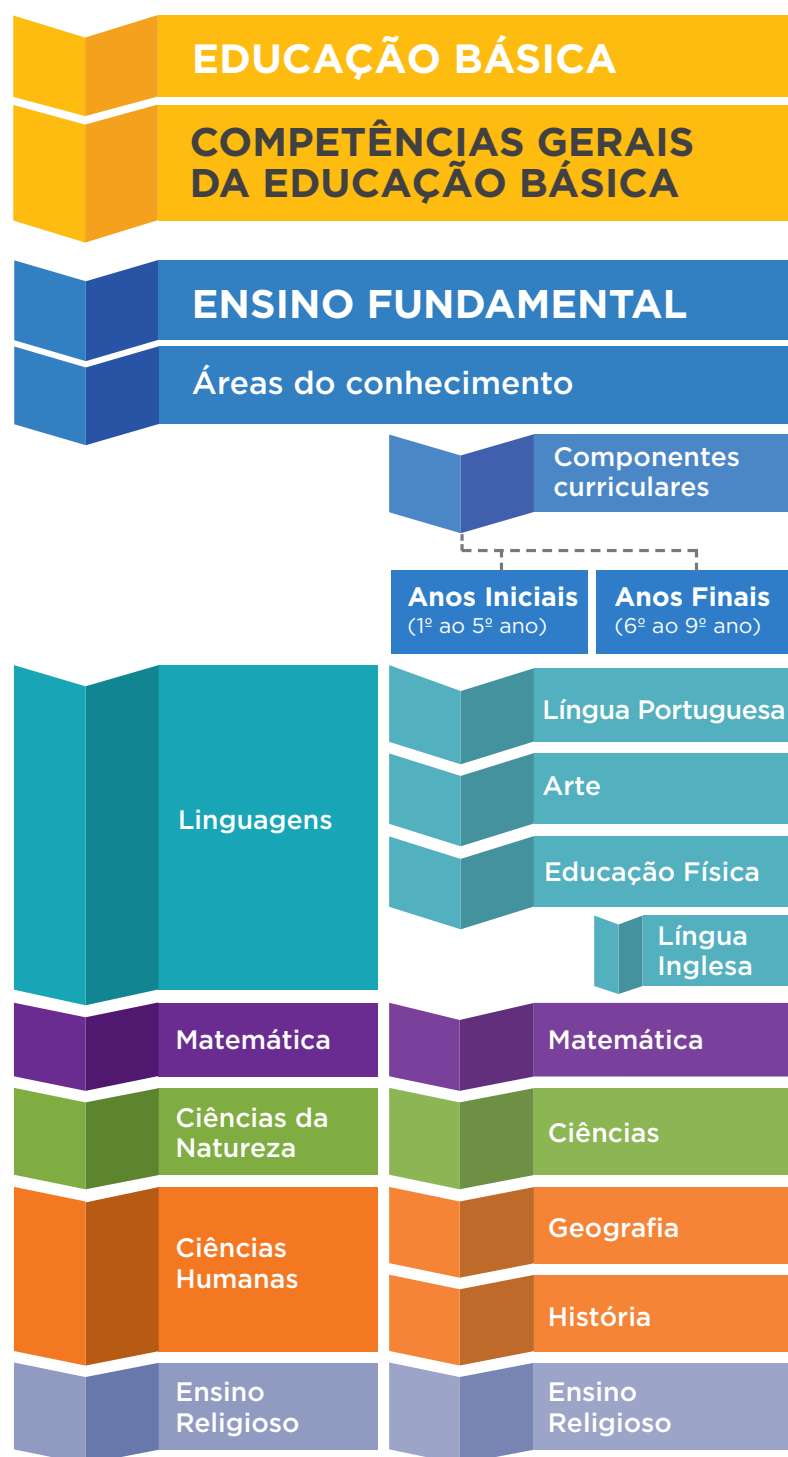
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.

Como é possível observar no exemplo apresentado, cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é identificado por um **código alfanumérico** cuja composição é explicada a seguir:



Segundo esse critério, o código **EI02TS01** refere-se ao primeiro objetivo de aprendizagem e desenvolvimento proposto no campo de experiências “Traços, sons, cores e formas” para as crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses).

Cumpra-se destacar que a numeração sequencial dos códigos alfanuméricos não sugere ordem ou hierarquia entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.



Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em cinco **áreas do conhecimento**.

Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010²⁴, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes **componentes curriculares**” (BRASIL, 2010). Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes.

Nos textos de apresentação, cada área do conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e destaca particularidades para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e o Ensino Fundamental - Anos Finais, considerando tanto as características do alunado quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização.

24 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2017.

EDUCAÇÃO BÁSICA

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



Cada área do conhecimento estabelece **competências específicas de área**, cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dos nove anos. Essas competências explicitam como as dez competências gerais se expressam nessas áreas.

Nas áreas que abrigam mais de um componente curricular (Linguagens e Ciências Humanas), também são definidas **competências específicas do componente** (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Geografia e História) a ser desenvolvidas pelos alunos ao longo dessa etapa de escolarização.



As competências específicas possibilitam a **articulação horizontal** entre as áreas, perpassando todos os componentes curriculares, e também a **articulação vertical**, ou seja, a **progressão** entre o **Ensino Fundamental - Anos Iniciais** e o **Ensino Fundamental - Anos Finais** e a continuidade das experiências dos alunos, considerando suas especificidades.

Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de **habilidades**. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes **objetos de conhecimento** – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em **unidades temáticas**.

Respeitando as muitas possibilidades de organização do conhecimento escolar, as **unidades temáticas** definem um arranjo dos **objetos de conhecimento** ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática contempla uma gama maior ou menor de objetos de conhecimento, assim como cada objeto de conhecimento se relaciona a um número variável de habilidades, conforme ilustrado a seguir.

CIÊNCIAS - 1º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Vida e evolução	Corpo humano Respeito à diversidade	<p>(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções.</p> <p>(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.</p> <p>(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.</p>

As **habilidades** expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares. Para tanto, elas são descritas de acordo com uma determinada estrutura, conforme ilustrado no exemplo a seguir, de História **(EF06HI14)**.

Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.

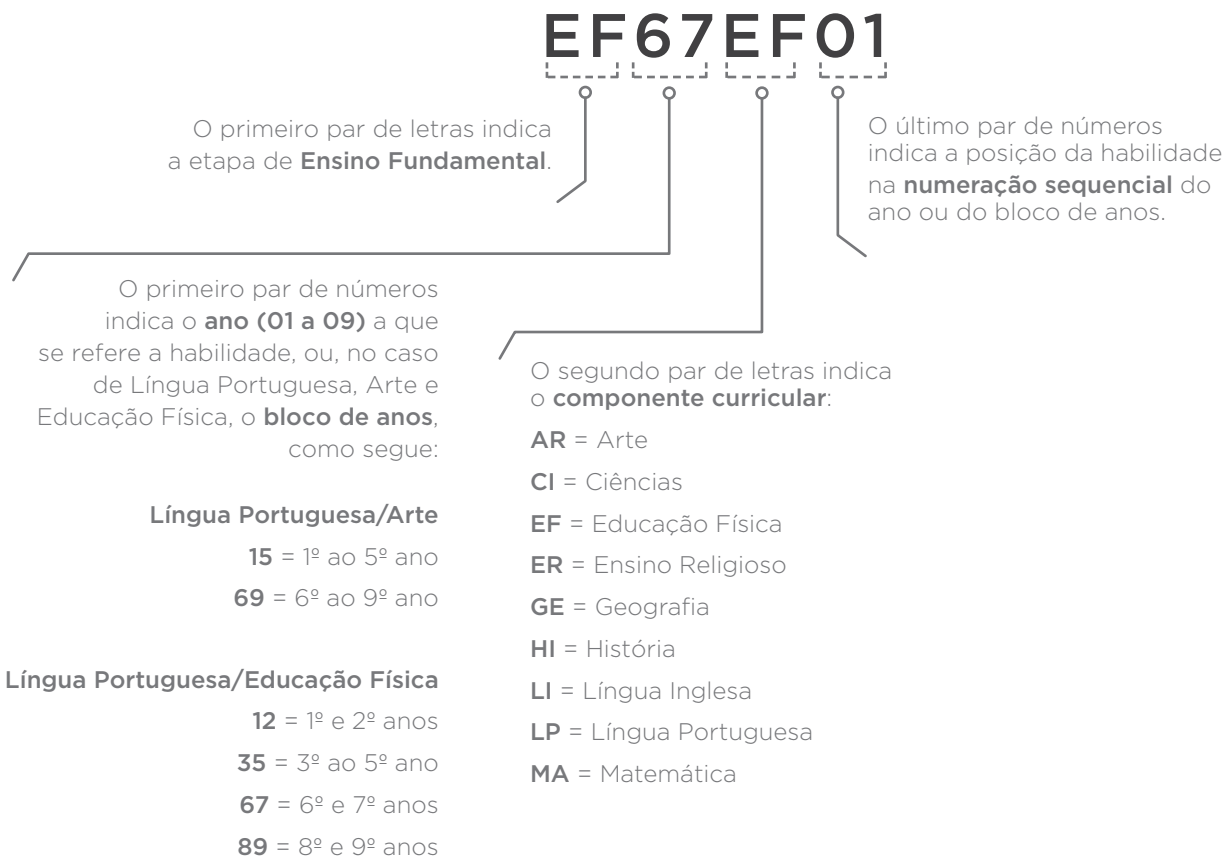
Verbo(s) que explicita(m) o(s) **processo(s) cognitivo(s)** envolvido(s) na habilidade.

Complemento do(s) verbo(s), que explicita o(s) **objeto(s) de conhecimento** mobilizado(s) na habilidade.

Modificadores do(s) verbo(s) ou do complemento do(s) verbo(s), que explicitam o **contexto** e/ou uma maior **especificação** da aprendizagem esperada.

Os **modificadores** devem ser entendidos como a explicitação da situação ou condição em que a habilidade deve ser desenvolvida, considerando a faixa etária dos alunos. Ainda assim, as habilidades **não descrevem ações ou condutas esperadas do professor, nem induzem à opção por abordagens ou metodologias**. Essas escolhas estão no âmbito dos currículos e dos projetos pedagógicos, que, como já mencionado, devem ser adequados à realidade de cada sistema ou rede de ensino e a cada instituição escolar, considerando o contexto e as características dos seus alunos.

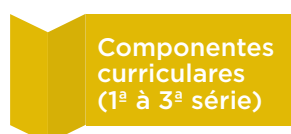
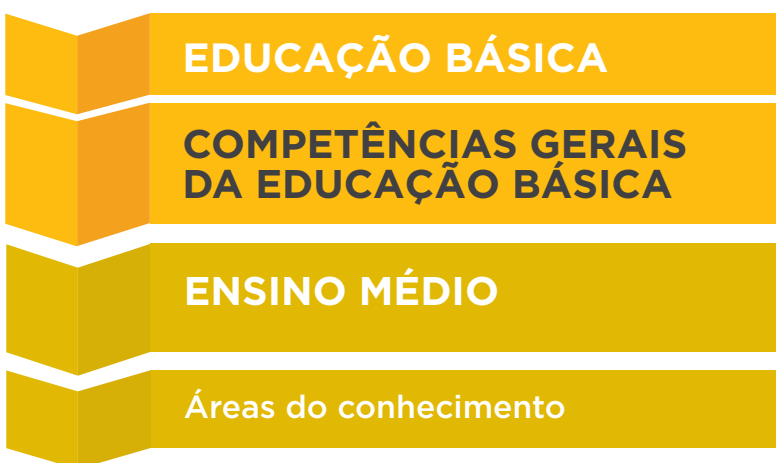
Nos quadros que apresentam as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades definidas para cada ano (ou bloco de anos), cada habilidade é identificada por um **código alfanumérico** cuja composição é a seguinte:



Segundo esse critério, o código **EF67EF01**, por exemplo, refere-se à primeira habilidade proposta em Educação Física no bloco relativo ao 6º e 7º anos, enquanto o código **EFO4MA10** indica a décima habilidade do 4º ano de Matemática.

Vale destacar que o uso de **numeração sequencial** para identificar as habilidades de cada ano ou bloco de anos **não representa uma ordem ou hierarquia esperada das aprendizagens**. A progressão das aprendizagens, que se explicita na comparação entre os quadros relativos a cada ano (ou bloco de anos), pode tanto estar relacionada aos **processos cognitivos** em jogo – sendo expressa por verbos que indicam processos cada vez mais ativos ou exigentes – quanto aos **objetos de conhecimento** – que podem apresentar crescente sofisticação ou complexidade –, ou, ainda, aos **modificadores** – que, por exemplo, podem fazer referência a contextos mais familiares aos alunos e, aos poucos, expandir-se para contextos mais amplos.

Também é preciso enfatizar que os **critérios de organização das habilidades** do Ensino Fundamental na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos **não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos**. Essa forma de apresentação adotada na BNCC tem por objetivo assegurar a **clareza**, a **precisão** e a **explicitação** do que se espera que todos os alunos aprendam no Ensino Fundamental, fornecendo orientações para a elaboração de currículos em todo o País, adequados aos diferentes contextos.

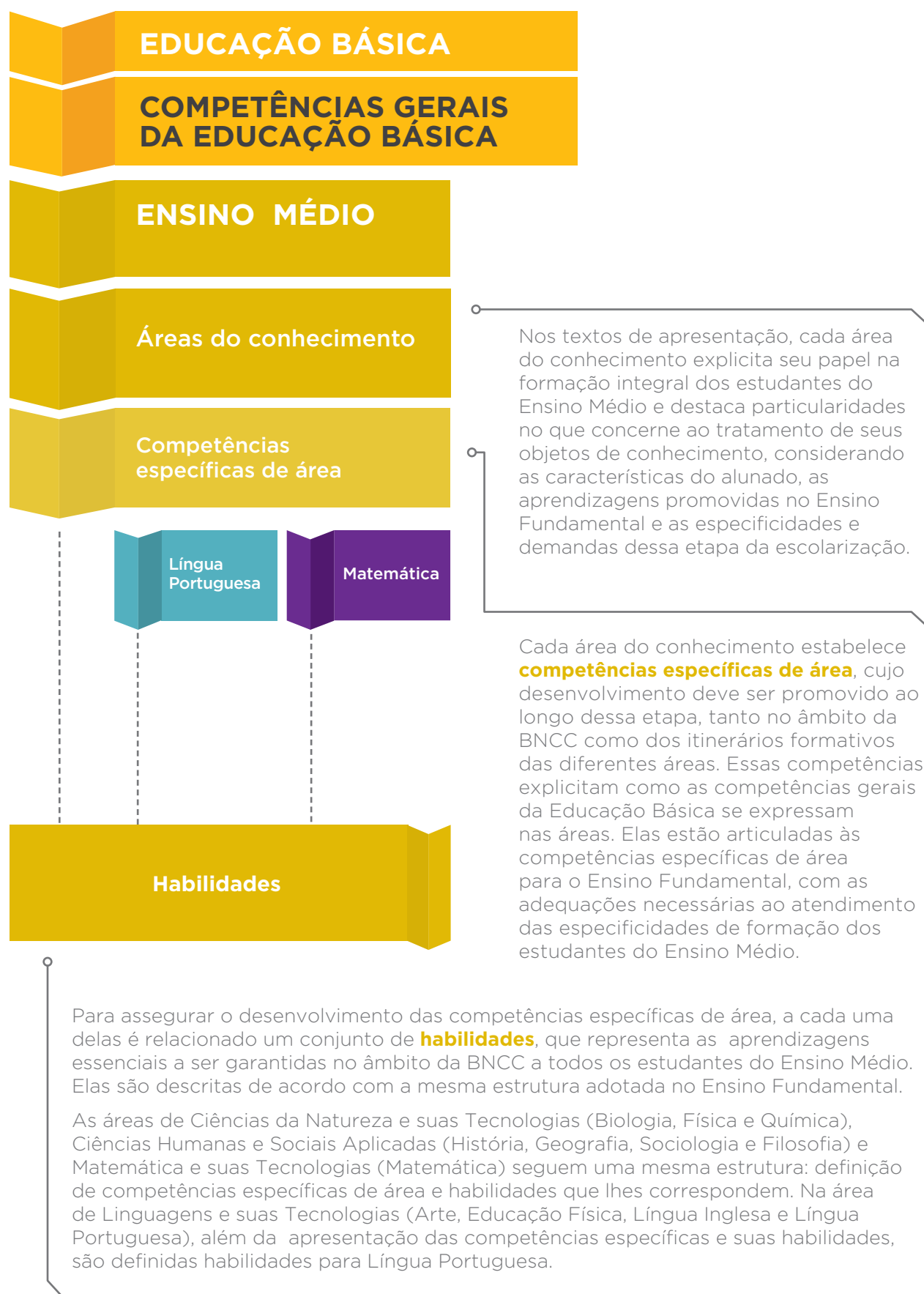


Na BNCC, o Ensino Médio está organizado em **quatro áreas do conhecimento**, conforme determina a LDB.

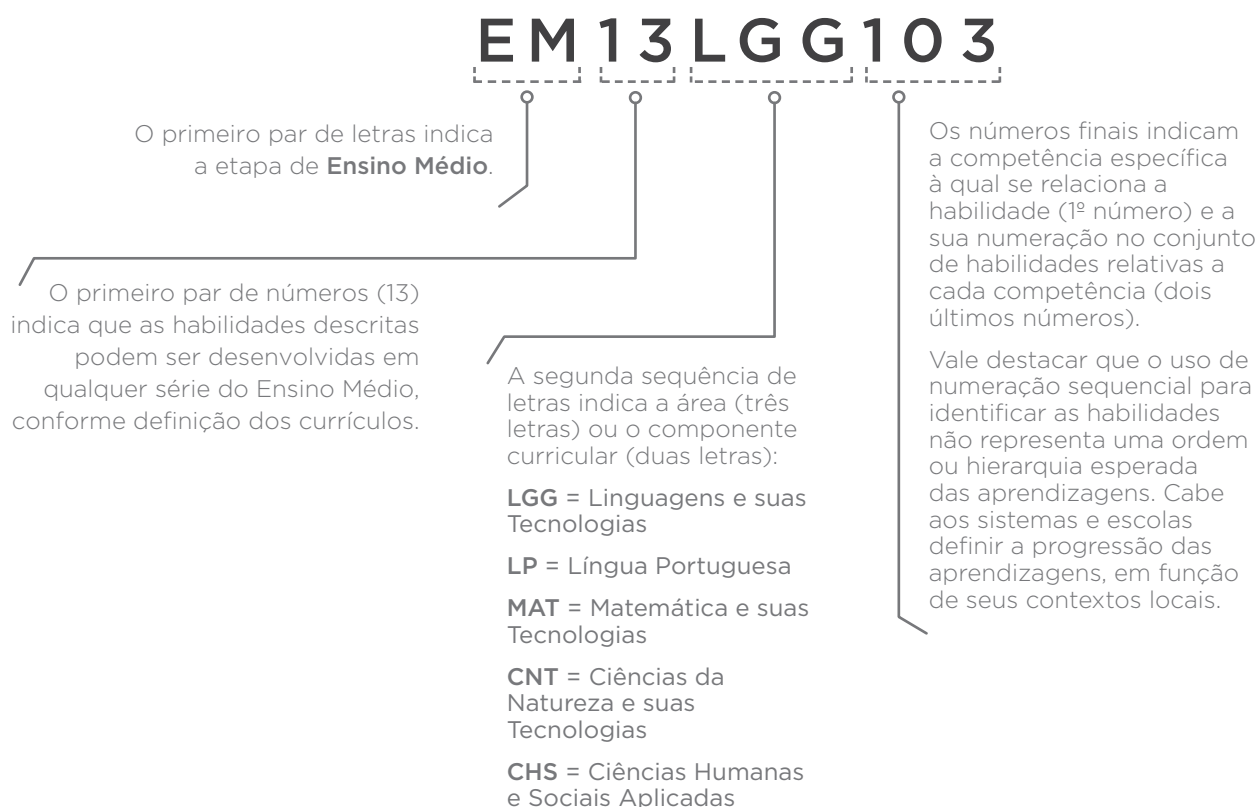
A organização por áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CP nº 11/2009²⁵, “não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o **fortalecimento das relações** entre elas e a sua **contextualização para apreensão e intervenção na realidade**, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino” (BRASIL, 2009; ênfases adicionadas).

Em função das determinações da Lei nº 13.415/2017, são detalhadas as habilidades de Língua Portuguesa e Matemática, considerando que esses componentes curriculares devem ser oferecidos nos três anos do Ensino Médio. Ainda assim, para garantir aos sistemas de ensino e às escolas a construção de currículos e propostas pedagógicas flexíveis e adequados à sua realidade, essas habilidades são apresentadas sem indicação de seriação.

25 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Parecer nº 11, de 30 de junho de 2009**. Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de agosto de 2009, Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1685-ppc011-09-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 fev. 2018.



Cada habilidade é identificada por um **código alfanumérico** cuja composição é a seguinte:



Segundo esse critério, o código **EM13LGG103**, por exemplo, refere-se à terceira habilidade proposta na área de Linguagens e suas Tecnologias relacionada à competência específica 1, que pode ser desenvolvida em qualquer série do Ensino Médio, conforme definições curriculares.

Também é preciso enfatizar que a **organização das habilidades** do Ensino Médio na BNCC (com a explicitação da vinculação entre competências específicas de área e habilidades) tem como objetivo definir claramente às aprendizagens essenciais a ser garantidas aos estudantes nessa etapa.

3. A ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular

A expressão educação “pré-escolar”, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal.

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/2009²⁶, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil.

Com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica.

A Educação Infantil no contexto da Educação Básica

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família

26 BRASIL. **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009)²⁷, em seu Artigo 4º, definem a criança como

sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os **eixos estruturantes das práticas pedagógicas** dessa etapa da Educação Básica são as **interações** e a **brincadeira**, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis **direitos de aprendizagem e desenvolvimento** asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

²⁷ BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2017.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir **intencionalidade educativa** às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas.

Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.

Ainda, é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de *cada criança* e de *todo o grupo* - suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças.

3.1. OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de *conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se*, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco **campos de experiências**, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.

A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza a BNCC são:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço

e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e viver um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).

Traços, sons, cores e formas - Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em *escritas espontâneas*, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

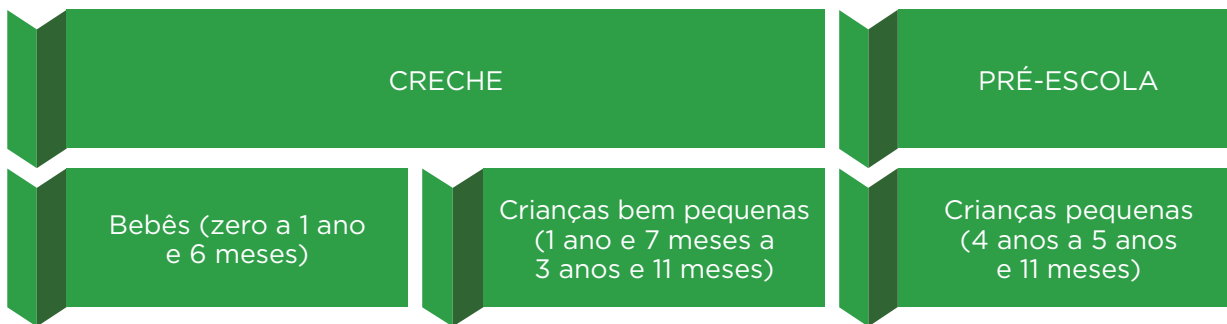
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstrem também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes

tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

3.2. OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como **objetivos de aprendizagem e desenvolvimento**.

Reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão sequencialmente organizados em três **grupos por faixa etária**, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças, conforme indicado na figura a seguir. Todavia, esses grupos não podem ser considerados de forma rígida, já que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser consideradas na prática pedagógica.



CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “O EU, O OUTRO E O NÓS”

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.	(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.	(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.
(EI01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa.	(EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.	(EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.
(EI01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos, brinquedos.	(EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.	(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.
(EI01EO04) Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras.	(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.	(EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.
(EI01EO05) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.	(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.	(EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “O EU, O OUTRO E O NÓS” (Continuação)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01EO06) Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social.	(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.	(EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.
	(EI02EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.	(EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS”

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.	(EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.	(EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.
(EI01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.	(EI02CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.	(EI03CG02) Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.
(EI01CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais.	(EI02CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.	(EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.
(EI01CG04) Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.	(EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.	(EI03CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência.
(EI01CG05) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.	(EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.	(EI03CG05) Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS”

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
<p>(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.</p>	<p>(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.</p>	<p>(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.</p>
<p>(EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.</p>	<p>(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.</p>	<p>(EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.</p>
<p>(EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.</p>	<p>(EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.</p>	<p>(EI03TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.</p>

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO”

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
<p>(EI01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.</p>	<p>(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.</p>	<p>(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.</p>
<p>(EI01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.</p>	<p>(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.</p>	<p>(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.</p>
<p>(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).</p>	<p>(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).</p>	<p>(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.</p>
<p>(EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.</p>	<p>(EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.</p>	<p>(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.</p>
<p>(EI01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.</p>	<p>(EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.</p>	<p>(EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.</p>

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO” (Continuação)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
<p>(EI01EF06) Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.</p>	<p>(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.</p>	<p>(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.</p>
<p>(EI01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, <i>tablet</i> etc.).</p>	<p>(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.</p>	<p>(EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.</p>
<p>(EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).</p>	<p>(EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).</p>	<p>(EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).</p>
<p>(EI01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.</p>	<p>(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.</p>	<p>(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.</p>

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES”

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).	(EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).	(EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.
(EI01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.	(EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).	(EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.
(EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.	(EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.	(EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.
(EI01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.	(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).	(EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.
(EI01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.	(EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).	(EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.
(EI01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.).	(EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).	(EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES” (Continuação)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
	(EIO2ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.	(EIO3ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.
	(EIO2ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).	(EIO3ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.

3.3. A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo **integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças**, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar.

Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico. Nessa direção, considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, apresenta-se a **síntese das aprendizagens** esperadas em cada campo de experiências. Essa síntese deve ser compreendida como **elemento balizador e indicativo** de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental.

SÍNTESE DAS APRENDIZAGENS

O eu, o outro e o nós	<p>Respeitar e expressar sentimentos e emoções.</p> <p>Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.</p> <p>Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro.</p>
Corpo, gestos e movimentos	<p>Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e a manutenção de ambientes saudáveis.</p> <p>Apresentar autonomia nas práticas de higiene, alimentação, vestir-se e no cuidado com seu bem-estar, valorizando o próprio corpo.</p> <p>Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio.</p> <p>Coordenar suas habilidades manuais.</p>
Traços, sons, cores e formas	<p>Discriminar os diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música, percebendo-a como forma de expressão individual e coletiva.</p> <p>Expressar-se por meio das artes visuais, utilizando diferentes materiais.</p> <p>Relacionar-se com o outro empregando gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressão corporal.</p>

SÍNTESE DAS APRENDIZAGENS

<p>Escuta, fala, pensamento e imaginação</p>	<p>Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de interação, por diferentes meios.</p> <p>Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando sua fala ao contexto em que é produzida.</p> <p>Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas.</p> <p>Conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação.</p>
<p>Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações</p>	<p>Identificar, nomear adequadamente e comparar as propriedades dos objetos, estabelecendo relações entre eles.</p> <p>Interagir com o meio ambiente e com fenômenos naturais ou artificiais, demonstrando curiosidade e cuidado com relação a eles.</p> <p>Utilizar vocabulário relativo às noções de grandeza (maior, menor, igual etc.), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido, curto, grosso, fino) como meio de comunicação de suas experiências.</p> <p>Utilizar unidades de medida (dia e noite; dias, semanas, meses e ano) e noções de tempo (presente, passado e futuro; antes, agora e depois), para responder a necessidades e questões do cotidiano.</p> <p>Identificar e registrar quantidades por meio de diferentes formas de representação (contagens, desenhos, símbolos, escrita de números, organização de gráficos básicos etc.).</p>

4. A ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010)²⁸, essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

A BNCC do **Ensino Fundamental - Anos Iniciais**, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária **articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil**. Tal articulação precisa prever tanto a **progressiva sistematização**

28 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de **novas formas de relação** com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Como destacam as DCN, a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço; a relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permite a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela; a afirmação de sua identidade em relação ao coletivo no qual se inserem resulta em formas mais ativas de se relacionarem com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades e pelo acolhimento e pela valorização das diferenças.

Ampliam-se também as experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação, elementos importantes para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço. Os alunos se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas.

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos **interesses manifestos pelas crianças**, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa

compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010²⁹, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

Ao longo do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela **consolidação das aprendizagens anteriores** e pela **ampliação das práticas** de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos alunos um **percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental**, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais” (BRASIL, 2010). Realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 5º quanto no 6º ano, para apoiar os alunos nesse processo de transição, pode **evitar ruptura no processo de aprendizagem**, garantindo-lhes maiores condições de sucesso.

29 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Ao longo do **Ensino Fundamental - Anos Finais**, os estudantes se deparam com **desafios de maior complexidade**, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, **retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental - Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas**, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Nesse sentido, também é importante **fortalecer a autonomia** desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social. Conforme reconhecem as DCN, é frequente, nessa etapa,

observar forte adesão aos padrões de comportamento dos jovens da mesma idade, o que é evidenciado pela forma de se vestir e também pela linguagem utilizada por eles. Isso requer dos educadores maior disposição para entender e dialogar com as formas próprias de expressão das culturas juvenis, cujos traços são mais visíveis, sobretudo, nas áreas urbanas mais densamente povoadas (BRASIL, 2010).

Há que se considerar, ainda, que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, *tablets* e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar.

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes.

Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola.

Em todas as etapas de escolarização, mas de modo especial entre os estudantes dessa fase do Ensino Fundamental, esses fatores frequentemente dificultam a convivência cotidiana e a aprendizagem, conduzindo ao desinteresse e à alienação e, não raro, à agressividade e ao fracasso escolar. Atenta a culturas distintas, não uniformes nem contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário

que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos. A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa.

Nessa direção, no Ensino Fundamental - Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

4.1. A ÁREA DE LINGUAGENS

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos.

Na BNCC, a área de Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa. A finalidade é possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.

As linguagens, antes articuladas, passam a ter *status* próprios de objetos de conhecimento escolar. O importante, assim, é que os estudantes se apropriem das especificidades de cada linguagem, sem perder a visão do todo no qual elas estão inseridas. Mais do que isso, é relevante que compreendam que as linguagens são dinâmicas, e que todos participam desse processo de constante transformação.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social.

Por sua vez, no Ensino Fundamental – Anos Finais, as aprendizagens, nos componentes curriculares dessa área, ampliam as práticas de linguagem conquistadas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, incluindo a aprendizagem de Língua Inglesa. Nesse segmento, a diversificação dos contextos permite o aprofundamento de práticas

de linguagem artísticas, corporais e linguísticas que se constituem e constituem a vida social.

É importante considerar, também, o aprofundamento da reflexão crítica sobre os conhecimentos dos componentes da área, dada a maior capacidade de abstração dos estudantes. Essa dimensão analítica é proposta não como fim, mas como meio para a compreensão dos modos de se expressar e de participar no mundo, constituindo práticas mais sistematizadas de formulação de questionamentos, seleção, organização, análise e apresentação de descobertas e conclusões.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Linguagens deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

4.1.1. LÍNGUA PORTUGUESA

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20).

Tal proposta assume a centralidade do **texto** como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses.

Ao mesmo tempo que se fundamenta em concepções e conceitos já disseminados em outros documentos e orientações curriculares e em contextos variados de formação de professores, já relativamente conhecidos no ambiente escolar – tais como práticas de linguagem, discurso e gêneros discursivos/gêneros textuais, esferas/campos de circulação dos discursos –, considera as práticas contemporâneas de linguagem, sem o que a participação nas esferas da vida pública, do trabalho e pessoal pode se dar de forma desigual. Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem. Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas.

Ao componente **Língua Portuguesa** cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica

nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. As novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam acessíveis a qualquer um a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da *Web*. Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, *podcasts*, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc. Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, pode-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; podemos produzir *playlists*, *vlogs*, vídeos-minuto, escrever *fanfics*, produzir *e-zines*, nos tornar um *booktuber*, dentre outras muitas possibilidades. Em tese, a *Web* é democrática: todos podem acessá-la e alimentá-la continuamente. Mas se esse espaço é livre e bastante familiar para crianças, adolescentes e jovens de hoje, por que a escola teria que, de alguma forma, considerá-lo?

Ser familiarizado e usar não significa necessariamente levar em conta as dimensões ética, estética e política desse uso, nem tampouco lidar de forma crítica com os conteúdos que circulam na *Web*. A contrapartida do fato de que todos podem postar quase tudo é que os critérios editoriais e seleção do que é adequado, bom, fidedigno não estão “garantidos” de início. Passamos a depender de curadores ou de uma curadoria própria, que supõe o desenvolvimento de diferentes habilidades.

A viralização de conteúdos/publicações fomenta fenômenos como o da pós-verdade, em que as opiniões importam mais do que os fatos em si. Nesse contexto, torna-se menos importante checar/verificar se algo aconteceu do que simplesmente acreditar que aconteceu (já que isso vai ao encontro da própria opinião ou perspectiva). As fronteiras entre o público e o privado estão sendo recolocadas. Não se trata de querer impor a tradição a qualquer custo, mas de refletir sobre as redefinições desses limites e de desenvolver habilidades para esse trato, inclusive refletindo sobre questões envolvendo o excesso de exposição nas redes sociais. Em nome da liberdade de expressão, não se pode dizer qualquer coisa em qualquer situação. Se, potencialmente, a internet seria o lugar para a divergência e o diferente circularem, na prática, a maioria das interações se dá em diferentes bolhas, em que o outro é parecido e pensa de forma semelhante. Assim, compete à escola garantir o trato, cada vez mais necessário, com a diversidade, com a diferença.

Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários.

Não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola³⁰, tais como notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica etc., próprios do letramento da letra e do impresso, mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais. Como resultado de um trabalho de pesquisa sobre produções culturais, é possível, por exemplo, supor a produção de um ensaio e de um vídeo-minuto. No primeiro caso, um maior aprofundamento teórico-conceitual sobre o objeto parece necessário, e certas habilidades analíticas estariam mais em evidência. No segundo caso, ainda que um nível de análise possa/tenha que existir, as habilidades mobilizadas estariam mais ligadas à síntese e percepção das potencialidades e formas de construir sentido das diferentes linguagens. Ambas as habilidades são importantes. Compreender uma palestra é importante, assim como ser capaz de atribuir diferentes sentidos a um *gif* ou meme. Da mesma forma que fazer uma comunicação oral adequada e saber produzir *gifs* e memes significativos também podem sê-lo.

Uma parte considerável das crianças e jovens que estão na escola hoje vai exercer profissões que ainda nem existem e se deparar com problemas de diferentes ordens e que podem requerer diferentes habilidades, um repertório de experiências e práticas e o domínio de ferramentas que a vivência dessa diversificação pode favorecer. O que pode parecer um gênero menor (no sentido de ser menos valorizado, relacionado a situações tidas como pouco sérias, que envolvem paródias, chistes, remixes ou condensações e narrativas paralelas), na verdade, pode favorecer o domínio de modos de significação nas diferentes linguagens, o que a análise ou produção de uma foto convencional, por exemplo, pode não propiciar.

30 O espaço maior nesse trecho introdutório destinado aos novos letramentos e à cultura digital é devido tão somente ao fato de que sua articulação ao currículo é mais recente e ainda pouco usual, ao contrário da consideração dos letramentos da letra já consolidados. Os quadros de habilidades mais adiante atestam ainda a primazia da escrita e do oral.

Essa consideração dos novos e multiletramentos; e das práticas da cultura digital no currículo não contribui somente para que uma participação mais efetiva e crítica nas práticas contemporâneas de linguagem por parte dos estudantes possa ter lugar, mas permite também que se possa ter em mente mais do que um “usuário da língua/das linguagens”, na direção do que alguns autores vão denominar de *designer*: alguém que toma algo que já existe (inclusive textos escritos), mescla, remixa, transforma, redistribui, produzindo novos sentidos, processo que alguns autores associam à criatividade. Parte do sentido de criatividade em circulação nos dias atuais (“economias criativas”, “cidades criativas” etc.) tem algum tipo de relação com esses fenômenos de reciclagem, mistura, apropriação e redistribuição.

Dessa forma, a BNCC procura contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia.

Da mesma maneira, imbricada à questão dos multiletramentos, essa proposta considera, como uma de suas premissas, a diversidade cultural. Sem aderir a um raciocínio classificatório reducionista, que desconsidera as hibridizações, apropriações e mesclas, é importante contemplar o cânone, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente.

Ainda em relação à diversidade cultural, cabe dizer que se estima que mais de 250 línguas são faladas no país – indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse patrimônio cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira.

No Brasil com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, oficializou-se também a Língua Brasileira de Sinais (Libras), tornando possível, em âmbito nacional, realizar discussões relacionadas à necessidade do respeito às particularidades linguísticas da comunidade surda e do uso dessa língua nos ambientes escolares.

Assim, é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. Por outro lado, existem muitas línguas ameaçadas de extinção no país e no mundo, o que nos chama a atenção para a correlação entre repertórios culturais e linguísticos, pois o desaparecimento de uma língua impacta significativamente a cultura.

Muitos representantes de comunidades de falantes de diferentes línguas, especialistas e pesquisadores vêm demandando o reconhecimento de direitos linguísticos³¹. Por isso, já temos municípios brasileiros que cooficializaram línguas indígenas – tukano, baniwa, nheengatu, akwe xerente, guarani, macuxi – e línguas de migração – talian, pomerano, hunsrickisch -, existem publicações e outras ações expressas nessas línguas (livros, jornais, filmes, peças de teatro, programas de radiodifusão) e programas de educação bilíngue³².

Considerando esse conjunto de princípios e pressupostos, os eixos de integração considerados na BNCC de Língua Portuguesa são aqueles já consagrados nos documentos curriculares da Área, correspondentes às **práticas de linguagem**: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão -, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses). Cabe ressaltar, reiterando o movimento metodológico de documentos curriculares anteriores, que estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – não devem nesse nível de ensino ser tomados como um fim em si mesmo, devendo estar envolvidos em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem.

O **Eixo Leitura** compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades.

31 **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**, Barcelona, 1996, com o patrocínio da UNESCO. Disponível em: <<http://e-ipol.org/direito-linguistic>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

32 O MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica, desenvolve o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), no âmbito do MERCOSUL, em cidades brasileiras da faixa de fronteira e em suas respectivas cidades-gêmeas de países fronteiriços ao Brasil. É objetivo do PEIF promover a integração regional por meio da educação intercultural que garanta formação integral às crianças e aos jovens nas regiões de fronteira do Brasil com outros países, com atenção para os usos linguísticos. Disponível em: <<http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira>>. Acesso em: 6 dez. 2017. Os povos indígenas têm o direito constitucional de desenvolver em seus territórios projetos educacionais e práticas pedagógicas de ensino intercultural e bilíngue. Os pomeranos também dispõem de programas de educação bilíngue, no Espírito Santo. MORELLO, R (Organizadora). **Leis e línguas no Brasil**. O processo de cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL, 2015, 140p.

Leitura no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais.

O tratamento das práticas leitoras compreende dimensões inter-relacionadas às práticas de uso e reflexão, tais como as apresentadas a seguir.

Reconstrução e reflexão sobre as **condições de produção e recepção dos textos** pertencentes a diferentes gêneros e que circulam nas diferentes mídias e esferas/campos de atividade humana

- Relacionar o texto com suas condições de produção, seu contexto sócio-histórico de circulação e com os projetos de dizer: leitor e leitura previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas em jogo, papel social do autor, época, gênero do discurso e esfera/campo em questão etc.
- Analisar a circulação dos gêneros do discurso nos diferentes campos de atividade, seus usos e funções relacionados com as atividades típicas do campo, seus diferentes agentes, os interesses em jogo e as práticas de linguagem em circulação e as relações de determinação desses elementos sobre a construção composicional, as marcas linguísticas ligadas ao estilo e o conteúdo temático dos gêneros.
- Refletir sobre as transformações ocorridas nos campos de atividades em função do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, do uso do hipertexto e da hipermídia e do surgimento da *Web 2.0*: novos gêneros do discurso e novas práticas de linguagem próprias da cultura digital, transmutação ou reelaboração dos gêneros em função das transformações pelas quais passam o texto (de formatação e em função da convergência de mídias e do funcionamento hipertextual), novas formas de interação e de compartilhamento de textos/ conteúdos/informações, reconfiguração do papel de leitor, que passa a ser também produtor, dentre outros, como forma de ampliar as possibilidades de participação na cultura digital e contemplar os novos e os multiletramentos.
- Fazer apreciações e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas, dentre outras, envolvidas na leitura crítica de textos verbais e de outras produções culturais.

<p>Reconstrução e reflexão sobre as condições de produção e recepção dos textos pertencentes a diferentes gêneros e que circulam nas diferentes mídias e esferas/campos de atividade humana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as diferentes formas de manifestação da compreensão ativa (réplica ativa) dos textos que circulam nas redes sociais, <i>blogs/microblog, sites</i> e afins e os gêneros que conformam essas práticas de linguagem, como: comentário, carta de leitor, <i>post</i> em rede social³³, <i>gif</i>, meme, <i>fanfic</i>, <i>vlogs</i> variados, <i>political remix</i>, charge digital, paródias de diferentes tipos, vídeos-minuto, <i>e-zine</i>, fanzine, fanvídeo, <i>vidding</i>, <i>gameplay</i>, <i>walkthrough</i>, detonado, <i>machinima</i>, <i>trailer</i> honesto, <i>playlists</i> comentadas de diferentes tipos etc., de forma a ampliar a compreensão de textos que pertencem a esses gêneros e a possibilitar uma participação mais qualificada do ponto de vista ético, estético e político nas práticas de linguagem da cultura digital.
<p>Dialogia e relação entre textos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e refletir sobre as diferentes perspectivas ou vozes presentes nos textos e sobre os efeitos de sentido do uso do discurso direto, indireto, indireto livre, citações etc. • Estabelecer relações de intertextualidade e interdiscursividade que permitam a identificação e compreensão dos diferentes posicionamentos e/ou perspectivas em jogo, do papel da paráfrase e de produções como as paródias e a estilizações.
<p>Reconstrução da textualidade, recuperação e análise da organização textual, da progressão temática e estabelecimento de relações entre as partes do texto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer relações entre as partes do texto, identificando repetições, substituições e os elementos coesivos que contribuem para a continuidade do texto e sua progressão temática. • Estabelecer relações lógico-discursivas variadas (identificar/distinguir e relacionar fato e opinião; causa/efeito; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.). • Selecionar e hierarquizar informações, tendo em vista as condições de produção e recepção dos textos.
<p>Reflexão crítica sobre as temáticas tratadas e validade das informações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir criticamente sobre a fidedignidade das informações, as temáticas, os fatos, os acontecimentos, as questões controversas presentes nos textos lidos, posicionando-se.
<p>Compreensão dos efeitos de sentido provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos em textos pertencentes a gêneros diversos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar implícitos e os efeitos de sentido decorrentes de determinados usos expressivos da linguagem, da pontuação e de outras notações, da escolha de determinadas palavras ou expressões e identificar efeitos de ironia ou humor. • Identificar e analisar efeitos de sentido decorrentes de escolhas e formatação de imagens (enquadramento, ângulo/vetor, cor, brilho, contraste), de sua sequenciação (disposição e transição, movimentos de câmera, remix) e da performance – movimentos do corpo, gestos, ocupação do espaço cênico e elementos sonoros (entonação, trilha sonora, sampleamento etc.) que nela se relacionam. • Identificar e analisar efeitos de sentido decorrentes de escolhas de volume, timbre, intensidade, pausas, ritmo, efeitos sonoros, sincronização etc. em artefatos sonoros.

33 As atividades de leitura autônoma e produção de textos em redes sociais e de produção de *fanfics* devem observar a faixa etária mínima permitida de acesso a esses ambientes/sites.

<p>Estratégias e procedimentos de leitura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar procedimentos de leitura adequados a diferentes objetivos e interesses, levando em conta características do gênero e suporte do texto, de forma a poder proceder a uma leitura autônoma em relação a temas familiares. • Estabelecer/considerar os objetivos de leitura. • Estabelecer relações entre o texto e conhecimentos prévios, vivências, valores e crenças. • Estabelecer expectativas (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre gênero textual, suporte e universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos. • Localizar/recuperar informação. • Inferir ou deduzir informações implícitas. • Inferir ou deduzir, pelo contexto semântico ou linguístico, o significado de palavras ou expressões desconhecidas. • Identificar ou selecionar, em função do contexto de ocorrência, a acepção mais adequada de um vocábulo ou expressão. • Apreender os sentidos globais do texto. • Reconhecer/inferir o tema. • Articular o verbal com outras linguagens – diagramas, ilustrações, fotografias, vídeos, arquivos sonoros etc. – reconhecendo relações de reiteração, complementaridade ou contradição entre o verbal e as outras linguagens. • Buscar, selecionar, tratar, analisar e usar informações, tendo em vista diferentes objetivos. • Manejar de forma produtiva a não linearidade da leitura de hipertextos e o manuseio de várias janelas, tendo em vista os objetivos de leitura.
<p>Adesão às práticas de leitura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura, textos de divulgação científica e/ou textos jornalísticos que circulem em várias mídias. • Mostrar-se ou tornar-se receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativa, que representem um desafio em relação às suas possibilidades atuais e suas experiências anteriores de leitura, apoiando-se nas marcas linguísticas, em seu conhecimento sobre os gêneros e a temática e nas orientações dadas pelo professor.

Como já ressaltado, na perspectiva da BNCC, as habilidades não são desenvolvidas de forma genérica e descontextualizada, mas por meio da leitura de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana. Daí que, em cada campo que será apresentado adiante, serão destacadas as habilidades de leitura, oralidade e escrita, de forma contextualizada pelas práticas, gêneros e diferentes objetos do conhecimento em questão.

A demanda cognitiva das atividades de leitura deve aumentar progressivamente desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Esta complexidade se expressa pela articulação:

- da diversidade dos gêneros textuais escolhidos e das práticas consideradas em cada campo;
- da complexidade textual que se concretiza pela temática, estruturação sintática, vocabulário, recursos estilísticos utilizados, orquestração de vozes e linguagens presentes no texto;
- do uso de habilidades de leitura que exigem processos mentais necessários e progressivamente mais demandantes, passando de processos de recuperação de informação (identificação, reconhecimento, organização) a processos de compreensão (comparação, distinção, estabelecimento de relações e inferência) e de reflexão sobre o texto (justificação, análise, articulação, apreciação e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas);
- da consideração da cultura digital e das TDIC;
- da consideração da diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas, a literatura infantil e juvenil, o cânone, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, as culturas juvenis etc., de forma a garantir ampliação de repertório, além de interação e trato com o diferente.

A participação dos estudantes em atividades de leitura com demandas crescentes possibilita uma ampliação de repertório de experiências, práticas, gêneros e conhecimentos que podem ser acessados diante de novos textos, configurando-se como conhecimentos prévios em novas situações de leitura.

Por conta dessa natureza repertorial, é possível tratar de gêneros do discurso sugeridos em outros anos que não os indicados. Embora preveja certa progressão, a indicação no ano visa antes garantir uma distribuição adequada em termos de diversidades. Assim, se fizer mais sentido que um gênero mencionado e/ou habilidades a ele

relacionadas no 9º ano sejam trabalhadas no 8º, isso não configura um problema, desde que ao final do nível a diversidade indicada tenha sido contemplada.

Mesmo em relação à progressão das habilidades, seu desenvolvimento não se dá em curto espaço de tempo, podendo supor diferentes graus e ir se complexificando durante vários anos.

Durante a leitura, as habilidades operam de forma articulada. Dado o desenvolvimento de uma autonomia de leitura em termos de fluência e progressão, é difícil discretizar um grau ou mesmo uma habilidade, não existindo muitos pré-requisitos (a não ser em termos de conhecimentos prévios), pois os caminhos para a construção dos sentidos são diversos. O interesse por um tema pode ser tão grande que mobiliza para leituras mais desafiadoras, que, por mais que possam não contar com uma compreensão mais fina do texto, podem, em função de relações estabelecidas com conhecimentos ou leituras anteriores, possibilitar entendimentos parciais que respondam aos interesses/objetivos em pauta. O grau de envolvimento com uma personagem ou um universo ficcional, em função da leitura de livros e HQs anteriores, da vivência com filmes e *games* relacionados, da participação em comunidades de fãs etc., pode ser tamanho que encoraje a leitura de trechos de maior extensão e complexidade lexical ou sintática dos que os em geral lidos.

O **Eixo da Produção de Textos** compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos enunciativos como, por exemplo, construir um álbum de personagens famosas, de heróis/heroínas ou de vilões ou vilãs; produzir um almanaque que retrate as práticas culturais da comunidade; narrar fatos cotidianos, de forma crítica, lírica ou bem-humorada em uma crônica; comentar e indicar diferentes produções culturais por meio de resenhas ou de *playlists* comentadas; descrever, avaliar e recomendar (ou não) um *game* em uma resenha, *gameplay* ou *vlog*; escrever verbetes de curiosidades científicas; sistematizar dados de um estudo em um relatório ou relato multimidiático de campo; divulgar conhecimentos específicos por meio de um verbete de enciclopédia digital colaborativa; relatar fatos relevantes para a comunidade em notícias; cobrir acontecimentos ou levantar dados relevantes para a comunidade em uma reportagem; expressar posição em uma carta de leitor ou artigo de opinião; denunciar situações de desrespeito aos direitos por meio de fotorreportagem, fotodenúncia, poema, lambe-lambe, microrroteiro, dentre outros.

O tratamento das práticas de produção de textos compreende dimensões inter-relacionadas às práticas de uso e reflexão, tais como:

<p>Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multissemiótica e características da conectividade (uso de hipertextos e <i>hiperlinks</i>, dentre outros, presentes nos textos que circulam em contexto digital). • Analisar as condições de produção do texto no que diz respeito ao lugar social assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo; ao leitor pretendido; ao veículo ou à mídia em que o texto ou produção cultural vai circular; ao contexto imediato e ao contexto sócio-histórico mais geral; ao gênero do discurso/campo de atividade em questão etc. • Analisar aspectos sociodiscursivos, temáticos, composicionais e estilísticos dos gêneros propostos para a produção de textos, estabelecendo relações entre eles.
<p>Dialogia e relação entre textos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Orquestrar as diferentes vozes nos textos pertencentes aos gêneros literários, fazendo uso adequado da “fala” do narrador, do discurso direto, indireto e indireto livre. • Estabelecer relações de intertextualidade para explicitar, sustentar e qualificar posicionamentos, construir e referendar explicações e relatos, fazendo usos de citações e paráfrases, devidamente marcadas e para produzir paródias e estilizações.
<p>Alimentação temática</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar informações e dados, argumentos e outras referências em fontes confiáveis impressas e digitais, organizando em roteiros ou outros formatos o material pesquisado, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum, quando for esse o caso) e contemple a sustentação das posições defendidas.
<p>Construção da textualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer relações entre as partes do texto, levando em conta a construção composicional e o estilo do gênero, evitando repetições e usando adequadamente elementos coesivos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática. • Organizar e/ou hierarquizar informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico discursivas em jogo: causa/efeito; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc. • Usar recursos linguísticos e multissemióticos de forma articulada e adequada, tendo em vista o contexto de produção do texto, a construção composicional e o estilo do gênero e os efeitos de sentido pretendidos.

<p>Aspectos notacionais e gramaticais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar, ao produzir textos, os conhecimentos dos aspectos notacionais – ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc., sempre que o contexto exigir o uso da norma-padrão.
<p>Estratégias de produção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estratégias de planejamento, revisão, edição, reescrita/<i>redesign</i> e avaliação de textos, considerando-se sua adequação aos contextos em que foram produzidos, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semioses apropriadas a esse contexto, os enunciadores envolvidos, o gênero, o suporte, a esfera/campo de circulação, adequação à norma-padrão etc. • Utilizar <i>softwares</i> de edição de texto, de imagem e de áudio para editar textos produzidos em várias mídias, explorando os recursos multimídias disponíveis.

Da mesma forma que na leitura, não se deve conceber que as habilidades de produção sejam desenvolvidas de forma genérica e descontextualizadas, mas por meio de situações efetivas de produção de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana. Os mesmos princípios de organização e progressão curricular valem aqui, resguardadas a mudança de papel assumido frente às práticas discursivas em questão, com crescente aumento da informatividade e sustentação argumentativa, do uso de recursos estilísticos e coesivos e da autonomia para planejar, produzir e revisar/editar as produções realizadas.

Aqui, também, a escrita de um texto argumentativo no 7º ano, em função da mobilização frente ao tema ou de outras circunstâncias, pode envolver análise e uso de diferentes tipos de argumentos e movimentos argumentativos, que podem estar previstos para o 9º ano. Da mesma forma, o manuseio de uma ferramenta ou a produção de um tipo de vídeo proposto para uma apresentação oral no 9º ano pode se dar no 6º ou 7º anos, em função de um interesse que possa ter mobilizado os alunos para tanto. Nesse sentido, o manuseio de diferentes ferramentas – de edição de texto, de vídeo, áudio etc. – requerido pela situação e proposto ao longo dos diferentes anos pode se dar a qualquer momento, mas é preciso garantir a diversidade sugerida ao longo dos anos.

O **Eixo da Oralidade** compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, *spot* de campanha, *jingle*, seminário, debate, programa de rádio, entrevista,

declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, *playlist* comentada de músicas, *vlog de game*, contação de histórias, diferentes tipos de *podcasts* e vídeos, dentre outras. Envolve também a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação. O tratamento das práticas orais compreende:³⁴

<p>Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multissemiótica. • Conhecer e refletir sobre as tradições orais e seus gêneros, considerando-se as práticas sociais em que tais textos surgem e se perpetuam, bem como os sentidos que geram.
<p>Compreensão de textos orais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder a uma escuta ativa, voltada para questões relativas ao contexto de produção dos textos, para o conteúdo em questão, para a observação de estratégias discursivas e dos recursos linguísticos e multissemióticos mobilizados, bem como dos elementos paralinguísticos e cinésicos.
<p>Produção de textos orais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir textos pertencentes a gêneros orais diversos, considerando-se aspectos relativos ao planejamento, à produção, ao <i>redesign</i>, à avaliação das práticas realizadas em situações de interação social específicas.
<p>Compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos em textos pertencentes a gêneros diversos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e analisar efeitos de sentido decorrentes de escolhas de volume, timbre, intensidade, pausas, ritmo, efeitos sonoros, sincronização, expressividade, gestualidade etc. e produzir textos levando em conta efeitos possíveis.

³⁴ Grande parte das habilidades descritas nos eixos Leitura e Produção de texto também se relaciona com o eixo Oralidade. Foram incluídas no quadro a seguir somente habilidades que se relacionam com gêneros e aspectos mais específicos da modalidade oral.

Relação entre fala e escrita

- Estabelecer relação entre fala e escrita, levando-se em conta o modo como as duas modalidades se articulam em diferentes gêneros e práticas de linguagem (como jornal de TV, programa de rádio, apresentação de seminário, mensagem instantânea etc.), as semelhanças e as diferenças entre modos de falar e de registrar o escrito e os aspectos sociodiscursivos, composicionais e linguísticos de cada modalidade sempre relacionados com os gêneros em questão.
- Oralizar o texto escrito, considerando-se as situações sociais em que tal tipo de atividade acontece, seus elementos paralinguísticos e cinésicos, dentre outros.
- Refletir sobre as variedades linguísticas, adequando sua produção a esse contexto.

Se uma face do aprendizado da Língua Portuguesa decorre da efetiva atuação do estudante em práticas de linguagem que envolvem a leitura/escuta e a produção de textos orais, escritos e multissemióticos, situadas em campos de atuação específicos, a outra face provém da reflexão/análise sobre/da própria experiência de realização dessas práticas. Temos aí, portanto, o eixo da análise linguística/semiótica, que envolve o conhecimento sobre a língua, sobre a norma-padrão e sobre as outras semioses, que se desenvolve transversalmente aos dois eixos – leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica – e que envolve análise textual, gramatical, lexical, fonológica e das materialidades das outras semioses.

O **Eixo da Análise Linguística/Semiótica** envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido. Assim, no que diz respeito à linguagem verbal oral e escrita, as formas de composição dos textos dizem respeito à coesão, coerência e organização da progressão temática dos textos, influenciadas pela organização típica (forma de composição) do gênero em questão. No caso de textos orais, essa análise envolverá também os elementos próprios da fala – como ritmo, altura, intensidade, clareza de articulação, variedade linguística adotada, estilização etc. –, assim como os elementos paralinguísticos e cinésicos – postura, expressão facial, gestualidade etc. No que tange ao estilo, serão levadas em conta as escolhas de léxico e de variedade linguística ou estilização e alguns mecanismos sintáticos e morfológicos, de acordo com a situação de produção, a forma e o estilo de gênero.

Já no que diz respeito aos textos multissemióticos, a análise levará em conta as formas de composição e estilo de cada uma das linguagens que os integram, tais como plano/ângulo/lado, figura/fundo, profundidade e foco, cor e intensidade nas imagens visuais estáticas, crescendo, nas imagens dinâmicas e performances, as características de montagem, ritmo, tipo de movimento, duração, distribuição no espaço, sincronização com outras linguagens, complementaridade e interferência etc. ou tais como ritmo, andamento, melodia, harmonia, timbres, instrumentos, sampleamento, na música.

Os conhecimentos grafofônicos, ortográficos, lexicais, morfológicos, sintáticos, textuais, discursivos, sociolinguísticos e semióticos que operam nas análises linguísticas e semióticas necessárias à compreensão e à produção de linguagens estarão, concomitantemente, sendo construídos durante o Ensino Fundamental. Assim, as práticas de leitura/escuta e de produção de textos orais, escritos e multissemióticos oportunizam situações de reflexão sobre a língua e as linguagens de uma forma geral, em que essas descrições, conceitos e regras operam e nas quais serão concomitantemente construídos: comparação entre definições que permitam observar diferenças de recortes e ênfases na formulação de conceitos e regras; comparação de diferentes formas de dizer “a mesma coisa” e análise dos efeitos de sentido que essas formas podem trazer/suscitar; exploração dos modos de significar dos diferentes sistemas semióticos etc.

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado.

Esses conhecimentos linguísticos operam em todos os campos/esferas de atuação.

Em função do privilégio social e cultural dado à escrita, tendemos a tratar as outras linguagens como tratamos o linguístico – buscando a narrativa/relato/exposição, a relação com o verbal –, os elementos presentes, suas formas de combinação, sem muitas vezes prestarmos atenção em outras características das outras semioses que produzem sentido, como variações de graus de tons, ritmos, intensidades, volumes, ocupação no espaço (presente também no escrito, mas tradicionalmente pouco explorado) etc. Por essa razão, em cada campo é destacado o que pode/deve ser trabalhado em termos de

semioses/modalidades, de forma articulada com as práticas de leitura/escuta e produção, já mencionadas nos quadros dessas práticas, para que a análise não se limite aos elementos dos diferentes sistemas e suas relações, mas seja relacionada a situações de uso.

O que seria comum em todas essas manifestações de linguagem é que elas sempre expressam algum conteúdo ou emoção – narram, descrevem, subvertem, (re)criam, argumentam, produzem sensações etc. –, veiculam uma apreciação valorativa, organizando diferentes elementos e/ou graus/intensidades desses diferentes elementos, dentre outras possibilidades. A questão que se coloca é como articular essas dimensões na leitura e produção de textos, no que uma organização do tipo aqui proposto poderá ajudar.

A separação dessas práticas (de uso e de análise) se dá apenas para fins de organização curricular, já que em muitos casos (o que é comum e desejável), essas práticas se interpenetram e se retroalimentam (quando se lê algo no processo de produção de um texto ou quando alguém relê o próprio texto; quando, em uma apresentação oral, conta-se com apoio de *slides* que trazem imagens e texto escrito; em um programa de rádio, que embora seja veiculado oralmente, parte-se de um roteiro escrito; quando roteirizamos um *podcast*; ou quando, na leitura de um texto, pensa-se que a escolha daquele termo não foi gratuita; ou, ainda, na escrita de um texto, passa-se do uso da 1ª pessoa do plural para a 3ª pessoa, após se pensar que isso poderá ajudar a conferir maior objetividade ao texto). Assim, para fins de organização do quadro de habilidades do componente, foi considerada a prática principal (eixo), mas uma mesma habilidade incluída no eixo Leitura pode também dizer respeito ao eixo Produção de textos e vice-versa. O mesmo cabe às habilidades de análise linguística/semiótica, cuja maioria foi incluída de forma articulada às habilidades relativas às práticas de uso – leitura/escuta e produção de textos. São apresentados em quadro referente a todos os campos os conhecimentos linguísticos relacionados a ortografia, pontuação, conhecimentos gramaticais (morfológicos, sintáticos, semânticos), entre outros:

Fono-ortografia	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e analisar as relações regulares e irregulares entre fonemas e grafemas na escrita do português do Brasil. • Conhecer e analisar as possibilidades de estruturação da sílaba na escrita do português do Brasil.
------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Morfossintaxe</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as classes de palavras abertas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) e fechadas (artigos, numerais, preposições, conjunções, pronomes) e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento (concordância, regência). • Perceber o funcionamento das flexões (número, gênero, tempo, pessoa etc.) de classes gramaticais em orações (concordância). • Correlacionar as classes de palavras com as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.).
<p>Sintaxe</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e analisar as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.). • Conhecer e analisar a organização sintática canônica das sentenças do português do Brasil e relacioná-la à organização de períodos compostos (por coordenação e subordinação). • Perceber a correlação entre os fenômenos de concordância, regência e retomada (progressão temática – anáfora, catáfora) e a organização sintática das sentenças do português do Brasil.
<p>Semântica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas, deônticas, apreciativas; modos e aspectos verbais.
<p>Variação linguística</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos. • Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.
<p>Elementos notacionais da escrita</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as diferentes funções e perceber os efeitos de sentidos provocados nos textos pelo uso de sinais de pontuação (ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos) e de pontuação e sinalização dos diálogos (dois-pontos, travessão, verbos de dizer). • Conhecer a acentuação gráfica e perceber suas relações com a prosódia. • Utilizar os conhecimentos sobre as regularidades e irregularidades ortográficas do português do Brasil na escrita de textos.

Como já destacado, os eixos apresentados relacionam-se com práticas de linguagem situadas. Em função disso, outra categoria organizadora do currículo que se articula com as práticas são os campos de atuação em que essas práticas se realizam. Assim, na BNCC, a organização das práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) por **campos de atuação** aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes.

São cinco os campos de atuação considerados: Campo da vida cotidiana (somente anos iniciais), Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo jornalístico-midiático e Campo de atuação na vida pública, sendo que esses dois últimos aparecem fundidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a denominação Campo da vida pública:

Anos iniciais	Anos finais
Campo da vida cotidiana	
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública

A escolha por esses campos, de um conjunto maior, deu-se por se entender que eles contemplam dimensões formativas importantes de uso da linguagem na escola e fora dela e criam condições para uma formação para a atuação em atividades do dia a dia, no espaço familiar e escolar, uma formação que contempla a produção do conhecimento e a pesquisa; o exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles, de poder propor pautas de discussão e soluções de problemas, como forma de vislumbrar formas de atuação na vida pública; uma formação estética, vinculada à experiência de leitura e escrita do texto literário e à compreensão e produção de textos artísticos multissemióticos.

Os campos de atuação considerados em cada segmento já contemplam um movimento de progressão que parte das práticas mais cotidianas em que a circulação de gêneros orais e menos institucionalizados é maior (Campo da vida cotidiana), em direção a práticas e gêneros mais institucionalizados, com predomínio da escrita e do oral público (demais campos). A seleção de gêneros, portadores e exemplares textuais propostos também organizam a progressão, como será detalhado mais adiante.

Os campos de atuação orientam a seleção de gêneros, práticas, atividades e procedimentos em cada um deles. Diferentes recortes são possíveis quando se pensa em campos. As fronteiras entre eles são tênues, ou seja, reconhece-se que alguns gêneros incluídos em um determinado campo estão também referenciados a outros, existindo trânsito entre esses campos. Práticas de leitura e produção escrita ou oral do campo jornalístico-midiático se conectam com as de atuação na vida pública. Uma reportagem científica transita tanto pelo campo jornalístico-midiático quanto pelo campo de divulgação científica; uma resenha crítica pode pertencer tanto ao campo jornalístico quanto ao literário ou de investigação. Enfim, os exemplos são muitos. É preciso considerar, então, que os campos se interseccionam de diferentes maneiras. Mas o mais importante a se ter em conta é que justifica sua presença como organizador do componente é que os campos de atuação permitem considerar as práticas de linguagem – leitura e produção de textos orais e escritos – que neles têm lugar em uma perspectiva situada, o que significa, nesse contexto, que o conhecimento metalinguístico e semiótico em jogo – conhecimento sobre os gêneros, as configurações textuais e os demais níveis de análise linguística e semiótica – deve poder ser revertido para situações significativas de uso e de análise para o uso.

Compreende-se, então, que a divisão por campos de atuação tem também, no componente Língua Portuguesa, uma função didática de possibilitar a compreensão de que os textos circulam dinamicamente na prática escolar e na vida social, contribuindo para a necessária organização dos saberes sobre a língua e as outras linguagens, nos tempos e espaços escolares.

A pesquisa, além de ser mais diretamente focada em um campo, perpassa todos os outros em ações de busca, seleção, validação, tratamento e organização de informação envolvidas na curadoria de informação, podendo/devendo também estar presente no tratamento metodológico dos conteúdos. A cultura digital perpassa todos os campos, fazendo surgir ou modificando gêneros e práticas. Por essa razão, optou-se por um tratamento transversal da cultura digital, bem como das TDIC, articulado a outras dimensões nas práticas em que aparecem. De igual forma, procurou-se contemplar formas de expressão das culturas juvenis, que estão mais evidentes nos campos artístico-literário e jornalístico-midiático, e menos evidentes nos campos de atuação na vida pública e das práticas de estudo e pesquisa, ainda que possam, nesse campo, ser objeto de pesquisa e ainda que seja possível pensar em um vídeo-minuto para apresentar resultados de pesquisa, *slides* de apresentação que simulem um *game* ou em formatos de apresentação dados por um número mínimo de

imagens que condensam muitas ideias e relações, como acontece em muitas das formas de expressão das culturas juvenis.

Os direitos humanos também perpassam todos os campos de diferentes formas: seja no debate de ideias e organização de formas de defesa dos direitos humanos (campo jornalístico-midiático e campo de atuação na vida pública), seja no exercício desses direitos – direito à literatura e à arte, direito à informação e aos conhecimentos disponíveis.

Para cada campo de atuação, os objetos de conhecimento e as habilidades estão organizados a partir das práticas de linguagem e distribuídos pelos nove anos em dois segmentos (Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Ensino Fundamental – Anos Finais), dadas as especificidades de cada segmento.

As habilidades são apresentadas segundo a necessária continuidade das aprendizagens ao longo dos anos, crescendo progressivamente em complexidade. Acrescente-se que, embora as habilidades estejam agrupadas nas diferentes práticas, essas fronteiras são tênues, pois, no ensino, e também na vida social, estão intimamente interligadas.

Assim, as habilidades devem ser consideradas sob as perspectivas da continuidade das aprendizagens e da integração dos eixos organizadores e objetos de conhecimento ao longo dos anos de escolarização. Por esses motivos, optou-se por apresentar os quadros de habilidades em seis blocos (1º ao 5º ano; 1º e 2º anos; 3º ao 5º ano; 6º ao 9º ano; 6º e 7º anos; e 8º e 9º anos), sem que isso represente qualquer tipo de normatização de organização em ciclos.

Cumprir destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em práticas de linguagem e campos de atuação) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as **competências específicas** da área de Linguagens, o componente curricular de Língua Portuguesa deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas. Vale ainda destacar que tais competências perpassam todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental e são essenciais para a ampliação das possibilidades de participação dos estudantes em práticas de diferentes campos de atividades humanas e de pleno exercício da cidadania.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulem em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

4.1.1.1.

LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS: PRÁTICAS DE LINGUAGEM, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, aprofundam-se as experiências com a língua oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil.

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo **Oralidade**, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo **Análise Linguística/Semiótica**, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo **Leitura/Escuta**, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo **Produção de Textos**, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais.

As diversas práticas letradas em que o aluno já se inseriu na sua vida social mais ampla, assim como na Educação Infantil, tais como cantar cantigas e recitar parlendas e quadrinhas, ouvir e recontar contos, seguir regras de jogos e receitas, jogar *games*, relatar experiências e experimentos, serão progressivamente intensificadas e complexificadas, na direção de gêneros secundários com textos mais complexos.

Preserva-se, nesses eventos de letramento, mesmo em situação escolar, sua inserção na vida, como práticas situadas em eventos motivados, embora se preserve também a análise de aspectos desses enunciados orais e escritos que viabilizam a consciência e o aperfeiçoamento de práticas situadas.

O processo de alfabetização

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os

sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua.

Dominar o sistema de escrita do português do Brasil não é uma tarefa tão simples: trata-se de um processo de construção de habilidades e capacidades de análise e de transcodificação linguística. Um dos fatos que frequentemente se esquece é que estamos tratando de uma nova forma ou modo (gráfico) de representar o português do Brasil, ou seja, estamos tratando de uma língua com suas variedades de fala regionais, sociais, com seus alofones³⁵, e não de fonemas neutralizados e despidos de sua vida na língua falada local. De certa maneira, é o alfabeto que neutraliza essas variações na escrita.

Assim, alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante. Para isso, é preciso conhecer as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito. Dito de outro modo, conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc. Ocorre que essas relações não são tão simples quanto as cartilhas ou livros de alfabetização fazem parecer. Não há uma regularidade nessas relações e elas são construídas por convenção. Não há, como diria Saussure, “motivação” nessas relações, ou seja, diferente dos desenhos, as letras da escrita não representam propriedades concretas desses sons.

A humanidade levou milênios para estabelecer a relação entre um grafismo e um som. Durante esse período, a representação gráfica deixou de ser motivada pelos objetos e ocorreu um deslocamento da representação do significado das palavras para a representação convencional de sons dessas palavras. No alfabeto ugarítico, por exemplo, as consoantes, mais salientes sonoramente e em maior número, foram isoladas primeiro.

³⁵ Alofones - variante fonética de um fonema, por exemplo /t/ e /tʃ/ para a letra T.

Pesquisas sobre a construção da língua escrita pela criança mostram que, nesse processo, é preciso:

- diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
- desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
- construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
- perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
- construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos;
- perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação;
- até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica.

Esse processo básico (alfabetização) de construção do conhecimento das relações fonografêmicas em uma língua específica, que pode se dar em dois anos, é, no entanto, complementado por outro, bem mais longo, que podemos chamar de ortografização, que complementarmente o conhecimento da ortografia do português do Brasil. Na construção desses conhecimentos, há três relações que são muito importantes: a) as relações entre a variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística); b) os tipos de relações fono-ortográficas do português do Brasil; e c) a estrutura da sílaba do português do Brasil (perspectiva fonológica).

Mencionamos a primeira relação ao dizer que a criança está relacionando com as letras não propriamente os fonemas (entidades abstratas da língua), mas fones e alofones de sua variedade linguística (entidades concretas da fala).

O segundo tipo de relações – as **relações fono-ortográficas do português do Brasil** – é complexo, pois, diferente do finlandês e do alemão, por exemplo, há muito pouca regularidade de representação entre fonemas e grafemas no português do Brasil. No português do Brasil, há uma letra para um som (regularidade biunívoca) apenas em poucos casos. Há, isso sim, várias letras para um som – /s/ s, c, ç, x, ss, sc, z, xc;

/j/ g, j; /z/ x, s, z e assim por diante -; vários sons para uma letra: s - /s/ e /z/; z - /s/, /z/; x - /s/, /z/, /ʃ/, /ks/ e assim por diante; e até nenhum som para uma letra - h, além de vogais abertas, fechadas e nasalizadas (a/ã; e/é; o/ó/õ).

Dos 26 grafemas de nosso alfabeto, apenas sete - p, b, t, d³⁶, f, v, k - apresentam uma relação regular direta entre fonema e grafema e essas são justamente as consoantes bilabiais, linguodentais e labiodentais surdas e sonoras. Essas são as regulares diretas.

Há, ainda, outros tipos de regularidades de representação: as regulares contextuais e as regulares morfológico-gramaticais, para as quais o aluno, ao longo de seu aprendizado, pode ir construindo “regras”. As regulares contextuais têm uma escrita regular (regrada) pelo contexto fonológico da palavra; é o caso de: R/RR; S/SS; G+A,O,U/GU+E,I; C+A,O,U/QU+E,I; M+P,B/N+outras, por exemplo.

As regulares morfológico-gramaticais, para serem construídas, dependem de que o aluno já tenha algum conhecimento de gramática, pois as regras a serem construídas dependem desse conhecimento, isto é, são definidas por aspectos ligados à categoria gramatical da palavra, envolvendo morfemas (derivação, composição), tais como: adjetivos de origem com S; substantivos derivados de adjetivos com Z; coletivos em /au/ com L; substantivos terminados com o sufixo /ise/ com C (chatice, mesmice); formas verbais da 3ª pessoa do singular do passado com U; formas verbais da 3ª pessoa do plural do futuro com ãO e todas as outras com M; flexões do Imperfeito do Subjuntivo com SS; Infinitivo com R; derivações mantêm a letra do radical, dentre outras. Algumas dessas regularidades são apresentadas por livros didáticos nos 3º a 5º anos e depois.

Todo o restante das relações é irregular. São definidas por aspectos históricos da evolução da ortografia e nada, a não ser a memória, assegura seu uso. Ou seja, dependem de memorização a cada nova palavra para serem construídas. É, pois, de se supor que o processo de construção dessas relações irregulares leve longo tempo, se não a vida toda.

Por fim, temos a questão de como é muitas vezes erroneamente tratada a estrutura da sílaba do português do Brasil na alfabetização. Normalmente, depois de apresentadas as vogais, as famílias silábicas são apresentadas sempre com sílabas simples consoante/vogal (CV). Esse processo de apresentação dura cerca de um ano letivo e as sílabas não CV (somente V; CCV; CVC; CCVC; CVV) somente são apresentadas ao final do ano.

36 Isso se não considerarmos as variedades do português que realizam T como /t/ e como /tʃ/ e D como /d/ e como /dj/.

As sílabas deveriam ser apresentadas como o que são, isto é, grupos de fonemas pronunciados em uma só emissão de voz, organizados em torno de um núcleo vocálico obrigatório, mas com diversos arranjos consonantais/vocálicos em torno da vogal núcleo.

Em resumo, podemos definir as capacidades/habilidades envolvidas na alfabetização/ como sendo capacidades de *(de)codificação*, que envolvem:

- Compreender *diferenças entre escrita e outras formas gráficas* (outros sistemas de representação);
- Dominar as *convenções gráficas* (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e *script*);
- Conhecer o *alfabeto*;
- Compreender a *natureza alfabética do nosso sistema de escrita*;
- Dominar as *relações entre grafemas e fonemas*;
- Saber *decodificar palavras e textos* escritos;
- Saber ler, *reconhecendo globalmente as palavras*;
- Ampliar a sacada do olhar para *porções maiores de texto* que meras palavras, desenvolvendo assim *fluência* e rapidez de leitura (*fatiamento*).

É preciso também ter em mente que este processo de ortografização em sua completude pode tomar até mais do que os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Evidentemente, os processos de alfabetização e ortografização terão impacto nos textos em gêneros abordados nos anos iniciais. Em que pese a leitura e a produção compartilhadas com o docente e os colegas, ainda assim, os gêneros propostos para leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica, nos primeiros anos iniciais, serão mais simples, tais como listas (de chamada, de ingredientes, de compras), bilhetes, convites, fotolegenda, manchetes e lides, listas de regras da turma etc., pois favorecem um foco maior na grafia, complexificando-se conforme se avança nos anos iniciais. Nesse sentido, ganha destaque o campo da vida cotidiana, em que circulam gêneros mais familiares aos alunos, como as cantigas de roda, as receitas, as regras de jogo etc. Do mesmo modo, os conhecimentos e a análise linguística e multissemiótica avançarão em outros aspectos notacionais da escrita, como pontuação e acentuação e introdução das classes morfológicas de palavras a partir do 3º ano.

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º AO 5º ANO

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Reconstrução das condições de produção e recepção de textos	
	Estratégia de leitura	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Planejamento de texto	
	Revisão de textos	
	Edição de textos	
	Utilização de tecnologia digital	
Oralidade	Oralidade pública/Intercâmbio conversacional em sala de aula	
	Escuta atenta	
	Características da conversação espontânea	
	Aspectos não linguísticos (paralinguísticos) no ato da fala	
	Relato oral/Registro formal e informal	

HABILIDADES

(EF15LP01) Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.

(EF15LP02) Estabelecer expectativas em relação ao texto que vai ler (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função social do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre as condições de produção e recepção desse texto, o gênero, o suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas.

(EF15LP03) Localizar informações explícitas em textos.

(EF15LP04) Identificar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos.

(EF15LP05) Planejar, com a ajuda do professor, o texto que será produzido, considerando a situação comunicativa, os interlocutores (quem escreve/para quem escreve); a finalidade ou o propósito (escrever para quê); a circulação (onde o texto vai circular); o suporte (qual é o portador do texto); a linguagem, organização e forma do texto e seu tema, pesquisando em meios impressos ou digitais, sempre que for preciso, informações necessárias à produção do texto, organizando em tópicos os dados e as fontes pesquisadas.

(EF15LP06) Rer e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, para corrigi-lo e aprimorá-lo, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de ortografia e pontuação.

(EF15LP07) Editar a versão final do texto, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, ilustrando, quando for o caso, em suporte adequado, manual ou digital.

(EF15LP08) Utilizar *software*, inclusive programas de edição de texto, para editar e publicar os textos produzidos, explorando os recursos multissemióticos disponíveis.

(EF15LP09) Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor e usando a palavra com tom de voz audível, boa articulação e ritmo adequado.

(EF15LP10) Escutar, com atenção, falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.

(EF15LP11) Reconhecer características da conversação espontânea presencial, respeitando os turnos de fala, selecionando e utilizando, durante a conversação, formas de tratamento adequadas, de acordo com a situação e a posição do interlocutor.

(EF15LP12) Atribuir significado a aspectos não linguísticos (paralinguísticos) observados na fala, como direção do olhar, riso, gestos, movimentos da cabeça (de concordância ou discordância), expressão corporal, tom de voz.

(EF15LP13) Identificar finalidades da interação oral em diferentes contextos comunicativos (solicitar informações, apresentar opiniões, informar, relatar experiências etc.).

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO DA VIDA COTIDIANA - Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, próprias de atividades vivenciadas cotidianamente por crianças, adolescentes, jovens e adultos, no espaço doméstico e familiar, escolar, cultural e profissional. Alguns gêneros textuais deste campo: agendas, listas, bilhetes, recados, avisos, convites, cartas, cardápios, diários, receitas, regras de jogos e brincadeiras.</p>		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Leitura de imagens em narrativas visuais	
<p>CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO - Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, fruição e produção de textos literários e artísticos, representativos da diversidade cultural e linguística, que favoreçam experiências estéticas. Alguns gêneros deste campo: lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/cartum, dentre outros.</p>		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Formação do leitor literário	
	Leitura colaborativa e autônoma	
	Apreciação estética/Estilo	
	Formação do leitor literário/Leitura multissemiótica	
Oralidade	Contagem de histórias	

HABILIDADES

(EF15LP14) Construir o sentido de histórias em quadrinhos e tirinhas, relacionando imagens e palavras e interpretando recursos gráficos (tipos de balões, de letras, onomatopeias).

(EF15LP15) Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.

(EF15LP16) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor e, mais tarde, de maneira autônoma, textos narrativos de maior porte como contos (populares, de fadas, acumulativos, de assombração etc.) e crônicas.

(EF15LP17) Apreciar poemas visuais e concretos, observando efeitos de sentido criados pelo formato do texto na página, distribuição e diagramação das letras, pelas ilustrações e por outros efeitos visuais.

(EF15LP18) Relacionar texto com ilustrações e outros recursos gráficos.

(EF15LP19) Recontar oralmente, com e sem apoio de imagem, textos literários lidos pelo professor.

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º E 2º ANOS

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Protocolos de leitura	
	Decodificação/Fluência de leitura	
	Formação de leitor	
Escrita (compartilhada e autônoma)	Correspondência fonema-grafema	
	Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	
	Construção do sistema alfabético/ Estabelecimento de relações anafóricas na referenciação e construção da coesão	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Conhecimento do alfabeto do português do Brasil	
	Construção do sistema alfabético	
	Construção do sistema alfabético e da ortografia	

HABILIDADES	
1º ANO	2º ANO
(EF01LP01) Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página.	
(EF12LP01) Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização.	
(EF12LP02) Buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura compartilhada), textos que circulem em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses.	
(EF01LP02) Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética - usando letras/grafemas que representem fonemas.	
(EF01LP03) Observar escritas convencionais, comparando-as às suas produções escritas, percebendo semelhanças e diferenças.	(EFO2LP01) Utilizar, ao produzir o texto, grafia correta de palavras conhecidas ou com estruturas silábicas já dominadas, letras maiúsculas em início de frases e em substantivos próprios, segmentação entre as palavras, ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação.
(EF12LP03) Copiar textos breves, mantendo suas características e voltando para o texto sempre que tiver dúvidas sobre sua distribuição gráfica, espaçamento entre as palavras, escrita das palavras e pontuação.	
(EF01LP04) Distinguir as letras do alfabeto de outros sinais gráficos.	
(EF01LP05) Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação dos sons da fala.	
(EF01LP06) Segmentar oralmente palavras em sílabas.	(EFO2LP02) Segmentar palavras em sílabas e remover e substituir sílabas iniciais, mediais ou finais para criar novas palavras.
(EF01LP07) Identificar fonemas e sua representação por letras.	(EFO2LP03) Ler e escrever palavras com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas (f, v, t, d, p, b) e correspondências regulares contextuais (c e q; e e o, em posição átona em final de palavra).

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º E 2º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	
	Conhecimento do alfabeto do português do Brasil	
	Conhecimento das diversas grafias do alfabeto/ Acentuação	
	Segmentação de palavras/Classificação de palavras por número de sílabas	
	Construção do sistema alfabético	
	Pontuação	
	Sinonímia e antonímia/Morfologia/Pontuação	
	Morfologia	

HABILIDADES	
1º ANO	2º ANO
(EF01LP08) Relacionar elementos sonoros (sílabas, fonemas, partes de palavras) com sua representação escrita.	(EF02LP04) Ler e escrever corretamente palavras com sílabas CV, V, CVC, CCV, identificando que existem vogais em todas as sílabas.
(EF01LP09) Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas iniciais.	(EF02LP05) Ler e escrever corretamente palavras com marcas de nasalidade (til, m, n).
(EF01LP10) Nomear as letras do alfabeto e recitá-lo na ordem das letras.	(EF02LP06) Perceber o princípio acrofônico que opera nos nomes das letras do alfabeto.
(EF01LP11) Conhecer, diferenciar e relacionar letras em formato imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas.	(EF02LP07) Escrever palavras, frases, textos curtos nas formas imprensa e cursiva.
(EF01LP12) Reconhecer a separação das palavras, na escrita, por espaços em branco.	(EF02LP08) Segmentar corretamente as palavras ao escrever frases e textos.
(EF01LP13) Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas mediais e finais.	
(EF01LP14) Identificar outros sinais no texto além das letras, como pontos finais, de interrogação e exclamação e seus efeitos na entonação.	(EF02LP09) Usar adequadamente ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação.
(EF01LP15) Agrupar palavras pelo critério de aproximação de significado (sinonímia) e separar palavras pelo critério de oposição de significado (antonímia).	(EF02LP10) Identificar sinônimos de palavras de texto lido, determinando a diferença de sentido entre eles, e formar antônimos de palavras encontradas em texto lido pelo acréscimo do prefixo de negação in-/im-.
	(EF02LP11) Formar o aumentativo e o diminutivo de palavras com os sufixos -ão e -inho/-zinho.

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º E 2º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO DA VIDA COTIDIANA - Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, próprias de atividades vivenciadas cotidianamente por crianças, adolescentes, jovens e adultos, no espaço doméstico e familiar, escolar, cultural e profissional. Alguns gêneros textuais deste campo: agendas, listas, bilhetes, recados, avisos, convites, cartas, cardápios, diários, receitas, regras de jogos e brincadeiras.</p>		
<p>Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)</p>	<p>Compreensão em leitura</p>	
<p>Escrita (compartilhada e autônoma)</p>	<p>Escrita autônoma e compartilhada</p>	
	<p>Escrita compartilhada</p>	
<p>Oralidade</p>	<p>Produção de texto oral</p>	

HABILIDADES	
1º ANO	2º ANO
<p>(EF12LP04) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor ou já com certa autonomia, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem (digitais ou impressos), dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.</p>	
<p>(EF01LP16) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.</p>	<p>(EF02LP12) Ler e compreender com certa autonomia cantigas, letras de canção, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.</p>
<p>(EF01LP17) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem e legendas para álbuns, fotos ou ilustrações (digitais ou impressos), dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.</p>	<p>(EF02LP13) Planejar e produzir bilhetes e cartas, em meio impresso e/ou digital, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.</p>
<p>(EF01LP18) Registrar, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, cantigas, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.</p>	<p>(EF02LP14) Planejar e produzir pequenos relatos de observação de processos, de fatos, de experiências pessoais, mantendo as características do gênero, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>
<p>(EF12LP05) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, (re)contagens de histórias, poemas e outros textos versificados (letras de canção, quadrinhas, cordel), poemas visuais, tiras e histórias em quadrinhos, dentre outros gêneros do campo artístico-literário, considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.</p>	
<p>(EF12LP06) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, recados, avisos, convites, receitas, instruções de montagem, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.</p>	
<p>(EF01LP19) Recitar parlendas, quadras, quadrinhas, trava-línguas, com entonação adequada e observando as rimas.</p>	<p>(EF02LP15) Cantar cantigas e canções, obedecendo ao ritmo e à melodia.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º E 2º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DA VIDA COTIDIANA		
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Forma de composição do texto	
<p>CAMPO DA VIDA PÚBLICA – Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura e escrita, especialmente de textos das esferas jornalística, publicitária, política, jurídica e reivindicatória, contemplando temas que impactam a cidadania e o exercício de direitos. Alguns gêneros textuais deste campo: notas; álbuns noticiosos; notícias; reportagens; cartas do leitor (revista infantil); comentários em <i>sítes</i> para criança; textos de campanhas de conscientização; Estatuto da Criança e do Adolescente; abaixo-assinados; cartas de reclamação, regras e regulamentos.</p>		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Compreensão em leitura	

HABILIDADES	
1º ANO	2º ANO
<p>(EF12LP07) Identificar e (re)produzir, em cantiga, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas e canções, rimas, aliterações, assonâncias, o ritmo de fala relacionado ao ritmo e à melodia das músicas e seus efeitos de sentido.</p>	
<p>(EF01LP20) Identificar e reproduzir, em listas, agendas, calendários, regras, avisos, convites, receitas, instruções de montagem e legendas para álbuns, fotos ou ilustrações (digitais ou impressos), a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros.</p>	<p>(EF02LP16) Identificar e reproduzir, em bilhetes, recados, avisos, cartas, <i>e-mails</i>, receitas (modo de fazer), relatos (digitais ou impressos), a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros.</p>
	<p>(EF02LP17) Identificar e reproduzir, em relatos de experiências pessoais, a sequência dos fatos, utilizando expressões que marquem a passagem do tempo (“antes”, “depois”, “ontem”, “hoje”, “amanhã”, “outro dia”, “antigamente”, “há muito tempo” etc.), e o nível de informatividade necessário.</p>
<p>(EF12LP08) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em notícias, manchetes e lides em notícias, álbum de fotos digital noticioso e notícias curtas para público infantil, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	
<p>(EF12LP09) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, <i>slogans</i>, anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	
<p>(EF12LP10) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, cartazes, avisos, folhetos, regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar, dentre outros gêneros do campo da atuação cidadã, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º E 2º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DA VIDA PÚBLICA		
Escrita (compartilhada e autônoma)	Escrita compartilhada	
Oralidade	Produção de texto oral	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Forma de composição do texto	

HABILIDADES	
1º ANO	2º ANO
<p>(EF12LP11) Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em notícias, manchetes e lides em notícias, álbum de fotos digital noticioso e notícias curtas para público infantil, digitais ou impressos, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	
<p>(EF12LP12) Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, <i>slogans</i>, anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.</p>	
<p>(EF01LP21) Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas de regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar, dentre outros gêneros do campo da atuação cidadã, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	<p>(EFO2LP18) Planejar e produzir cartazes e folhetos para divulgar eventos da escola ou da comunidade, utilizando linguagem persuasiva e elementos textuais e visuais (tamanho da letra, leiaute, imagens) adequados ao gênero, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>
	<p>(EFO2LP19) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, notícias curtas para público infantil, para compor jornal falado que possa ser repassado oralmente ou em meio digital, em áudio ou vídeo, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>
<p>(EF12LP13) Planejar, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, <i>slogans</i> e peça de campanha de conscientização destinada ao público infantil que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.</p>	
<p>(EF12LP14) Identificar e reproduzir, em fotolegendas de notícias, álbum de fotos digital noticioso, cartas de leitor (revista infantil), digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais.</p>	
<p>(EF12LP15) Identificar a forma de composição de <i>slogans</i> publicitários.</p>	
<p>(EF12LP16) Identificar e reproduzir, em anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil (orais e escritos, digitais ou impressos), a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive o uso de imagens.</p>	

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º E 2º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA – Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura/escrita que possibilitem conhecer os textos expositivos e argumentativos, a linguagem e as práticas relacionadas ao estudo, à pesquisa e à divulgação científica, favorecendo a aprendizagem dentro e fora da escola. Alguns gêneros deste campo em mídia impressa ou digital: enunciados de tarefas escolares; relatos de experimentos; quadros; gráficos; tabelas; infográficos; diagramas; entrevistas; notas de divulgação científica; verbetes de enciclopédia.</p>		
<p>Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)</p>	Compreensão em leitura	
	Imagens analíticas em textos	
	Pesquisa	
<p>Escrita (compartilhada e autônoma)</p>	Produção de textos	
	Escrita autônoma	
<p>Oralidade</p>	Planejamento de texto oral	
	Exposição oral	

HABILIDADES	
1º ANO	2º ANO
(EF12LP17) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, enunciados de tarefas escolares, diagramas, curiosidades, pequenos relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, entre outros gêneros do campo investigativo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	
	(EF02LP20) Reconhecer a função de textos utilizados para apresentar informações coletadas em atividades de pesquisa (enquetes, pequenas entrevistas, registros de experimentações).
	(EF02LP21) Explorar, com a mediação do professor, textos informativos de diferentes ambientes digitais de pesquisa, conhecendo suas possibilidades.
(EF01LP22) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, diagramas, entrevistas, curiosidades, dentre outros gêneros do campo investigativo, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.	(EF02LP22) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, pequenos relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, dentre outros gêneros do campo investigativo, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
	(EF02LP23) Planejar e produzir, com certa autonomia, pequenos registros de observação de resultados de pesquisa, coerentes com um tema investigado.
(EF01LP23) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, entrevistas, curiosidades, dentre outros gêneros do campo investigativo, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.	(EF02LP24) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, relatos de experimentos, registros de observação, entrevistas, dentre outros gêneros do campo investigativo, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º E 2º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA		
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Forma de composição dos textos/Adequação do texto às normas de escrita	
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO - Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, fruição e produção de textos literários e artísticos, representativos da diversidade cultural e linguística, que favoreçam experiências estéticas. Alguns gêneros deste campo: lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/cartum, dentre outros.		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Formação do leitor literário	
	Apreciação estética/Estilo	
Escrita (compartilhada e autônoma)	Escrita autônoma e compartilhada	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Formas de composição de narrativas	
	Formas de composição de textos poéticos	
	Formas de composição de textos poéticos visuais	

HABILIDADES	
1º ANO	2º ANO
(EF01LP24) Identificar e reproduzir, em enunciados de tarefas escolares, diagramas, entrevistas, curiosidades, digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais.	(EFO2LP25) Identificar e reproduzir, em relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais.
	(EFO2LP26) Ler e compreender, com certa autonomia, textos literários, de gêneros variados, desenvolvendo o gosto pela leitura.
(EF12LP18) Apreciar poemas e outros textos versificados, observando rimas, sonoridades, jogos de palavras, reconhecendo seu pertencimento ao mundo imaginário e sua dimensão de encantamento, jogo e fruição.	
(EFO1LP25) Produzir, tendo o professor como escriba, recontagens de histórias lidas pelo professor, histórias imaginadas ou baseadas em livros de imagens, observando a forma de composição de textos narrativos (personagens, enredo, tempo e espaço).	(EFO2LP27) Reescrever textos narrativos literários lidos pelo professor.
(EFO1LP26) Identificar elementos de uma narrativa lida ou escutada, incluindo personagens, enredo, tempo e espaço.	(EFO2LP28) Reconhecer o conflito gerador de uma narrativa ficcional e sua resolução, além de palavras, expressões e frases que caracterizam personagens e ambientes.
(EF12LP19) Reconhecer, em textos versificados, rimas, sonoridades, jogos de palavras, palavras, expressões, comparações, relacionando-as com sensações e associações.	
	(EFO2LP29) Observar, em poemas visuais, o formato do texto na página, as ilustrações e outros efeitos visuais.

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Decodificação/Fluência de leitura	
	Formação de leitor	
	Compreensão	
	Estratégia de leitura	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	
	Construção do sistema alfabético/ Estabelecimento de relações anafóricas na referenciação e construção da coesão	
	Planejamento de texto/Progressão temática e paragrafação	
Oralidade	Forma de composição de gêneros orais	
	Variação linguística	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
		(EF35LP01) Ler e compreender, silenciosamente e, em seguida, em voz alta, com autonomia e fluência, textos curtos com nível de textualidade adequado.
		(EF35LP02) Selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura.
		(EF35LP03) Identificar a ideia central do texto, demonstrando compreensão global.
		(EF35LP04) Inferir informações implícitas nos textos lidos.
		(EF35LP05) Inferir o sentido de palavras ou expressões desconhecidas em textos, com base no contexto da frase ou do texto.
		(EF35LP06) Recuperar relações entre partes de um texto, identificando substituições lexicais (de substantivos por sinônimos) ou pronominais (uso de pronomes anafóricos – pessoais, possessivos, demonstrativos) que contribuem para a continuidade do texto.
		(EF35LP07) Utilizar, ao produzir um texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais, tais como ortografia, regras básicas de concordância nominal e verbal, pontuação (ponto final, ponto de exclamação, ponto de interrogação, vírgulas em enumerações) e pontuação do discurso direto, quando for o caso.
		(EF35LP08) Utilizar, ao produzir um texto, recursos de referência (por substituição lexical ou por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos), vocabulário apropriado ao gênero, recursos de coesão pronominal (pronomes anafóricos) e articuladores de relações de sentido (tempo, causa, oposição, conclusão, comparação), com nível suficiente de informatividade.
		(EF35LP09) Organizar o texto em unidades de sentido, dividindo-o em parágrafos segundo as normas gráficas e de acordo com as características do gênero textual.
		(EF35LP10) Identificar gêneros do discurso oral, utilizados em diferentes situações e contextos comunicativos, e suas características linguístico-expressivas e composicionais (conversação espontânea, conversação telefônica, entrevistas pessoais, entrevistas no rádio ou na TV, debate, noticiário de rádio e TV, narração de jogos esportivos no rádio e TV, aula, debate etc.).
		(EF35LP11) Ouvir gravações, canções, textos falados em diferentes variedades linguísticas, identificando características regionais, urbanas e rurais da fala e respeitando as diversas variedades linguísticas como características do uso da língua por diferentes grupos regionais ou diferentes culturas locais, rejeitando preconceitos linguísticos.

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	
	Conhecimento do alfabeto do português do Brasil/Ordem alfabética/Polissemia	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
<p>(EF35LP12) Recorrer ao dicionário para esclarecer dúvida sobre a escrita de palavras, especialmente no caso de palavras com relações irregulares fonema-grafema.</p>		
<p>(EF03LP01) Ler e escrever palavras com correspondências regulares contextuais entre grafemas e fonemas - c/qu; g/gu; r/rr; s/ss; o (e não u) e e (e não i) em sílaba átona em final de palavra - e com marcas de nasalidade (til, m, n).</p>	<p>(EF04LP01) Grafar palavras utilizando regras de correspondência fonema-grafema regulares diretas e contextuais.</p>	<p>(EF05LP01) Grafar palavras utilizando regras de correspondência fonema-grafema regulares, contextuais e morfológicas e palavras de uso frequente com correspondências irregulares.</p>
<p>(EF03LP02) Ler e escrever corretamente palavras com sílabas CV, V, CVC, CCV, VC, VV, CVV, identificando que existem vogais em todas as sílabas.</p>	<p>(EF04LP02) Ler e escrever, corretamente, palavras com sílabas VV e CVV em casos nos quais a combinação VV (ditongo) é reduzida na língua oral (ai, ei, ou).</p>	
<p>(EF03LP03) Ler e escrever corretamente palavras com os dígrafos lh, nh, ch.</p>		
<p>(EF35LP13) Memorizar a grafia de palavras de uso frequente nas quais as relações fonema-grafema são irregulares e com h inicial que não representa fonema.</p>		
	<p>(EF04LP03) Localizar palavras no dicionário para esclarecer significados, reconhecendo o significado mais plausível para o contexto que deu origem à consulta.</p>	<p>(EF05LP02) Identificar o caráter polissêmico das palavras (uma mesma palavra com diferentes significados, de acordo com o contexto de uso), comparando o significado de determinados termos utilizados nas áreas científicas com esses mesmos termos utilizados na linguagem usual.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Conhecimento das diversas grafias do alfabeto/Acentuação	
	Segmentação de palavras/Classificação de palavras por número de sílabas	
	Construção do sistema alfabético	
	Pontuação	
	Morfologia/Morfossintaxe	

HABILIDADES			
	3º ANO	4º ANO	5º ANO
	(EF03LP04) Usar acento gráfico (agudo ou circunflexo) em monossílabos tônicos terminados em a, e, o e em palavras oxítonas terminadas em a, e, o, seguidas ou não de s.	(EF04LP04) Usar acento gráfico (agudo ou circunflexo) em paroxítonas terminadas em -i(s), -l, -r, -ão(s).	(EF05LP03) Acentuar corretamente palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.
	(EF03LP05) Identificar o número de sílabas de palavras, classificando-as em monossílabas, dissílabas, trissílabas e polissílabas.		
	(EF03LP06) Identificar a sílaba tônica em palavras, classificando-as em oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.		
	(EF03LP07) Identificar a função na leitura e usar na escrita ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação e, em diálogos (discurso direto), dois-pontos e travessão.	(EF04LP05) Identificar a função na leitura e usar, adequadamente, na escrita ponto final, de interrogação, de exclamação, dois-pontos e travessão em diálogos (discurso direto), vírgula em enumerações e em separação de vocativo e de apostro.	(EF05LP04) Diferenciar, na leitura de textos, vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos e reconhecer, na leitura de textos, o efeito de sentido que decorre do uso de reticências, aspas, parênteses.
			(EF05LP05) Identificar a expressão de presente, passado e futuro em tempos verbais do modo indicativo.
	(EF03LP08) Identificar e diferenciar, em textos, substantivos e verbos e suas funções na oração: agente, ação, objeto da ação.	(EF04LP06) Identificar em textos e usar na produção textual a concordância entre substantivo ou pronome pessoal e verbo (concordância verbal).	(EF05LP06) Flexionar, adequadamente, na escrita e na oralidade, os verbos em concordância com pronomes pessoais/nomes sujeitos da oração.

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Morfossintaxe	
	Morfologia	
CAMPO DA VIDA COTIDIANA - Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, próprias de atividades vivenciadas cotidianamente por crianças, adolescentes, jovens e adultos, no espaço doméstico e familiar, escolar, cultural e profissional. Alguns gêneros textuais deste campo: agendas, listas, bilhetes, recados, avisos, convites, cartas, cardápios, diários, receitas, regras de jogos e brincadeiras.		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Compreensão em leitura	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
(EF03LP09) Identificar, em textos, adjetivos e sua função de atribuição de propriedades aos substantivos.	(EF04LP07) Identificar em textos e usar na produção textual a concordância entre artigo, substantivo e adjetivo (concordância no grupo nominal).	
(EF35LP14) Identificar em textos e usar na produção textual pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, como recurso coesivo anafórico.		
		(EF05LP07) Identificar, em textos, o uso de conjunções e a relação que estabelecem entre partes do texto: adição, oposição, tempo, causa, condição, finalidade.
(EF03LP10) Reconhecer prefixos e sufixos produtivos na formação de palavras derivadas de substantivos, de adjetivos e de verbos, utilizando-os para compreender palavras e para formar novas palavras.	(EF04LP08) Reconhecer e grafar, corretamente, palavras derivadas com os sufixos -agem, -oso, -eza, -izar/-isar (regulares morfológicas).	(EF05LP08) Diferenciar palavras primitivas, derivadas e compostas, e derivadas por adição de prefixo e de sufixo.
(EF03LP11) Ler e compreender, com autonomia, textos injuntivos instrucionais (receitas, instruções de montagem etc.), com a estrutura própria desses textos (verbos imperativos, indicação de passos a ser seguidos) e mesclando palavras, imagens e recursos gráfico-visuais, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	(EF04LP09) Ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero (campos, itens elencados, medidas de consumo, código de barras) e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.	(EF05LP09) Ler e compreender, com autonomia, textos instrucional de regras de jogo, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DA VIDA COTIDIANA		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Compreensão em leitura	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Escrita colaborativa	
Escrita (compartilhada e autônoma)	Escrita colaborativa	
Oralidade	Produção de texto oral	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
<p>(EF03LP12) Ler e compreender, com autonomia, cartas pessoais e diários, com expressão de sentimentos e opiniões, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	<p>(EF04LP10) Ler e compreender, com autonomia, cartas pessoais de reclamação, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.</p>	<p>(EF05LP10) Ler e compreender, com autonomia, anedotas, piadas e cartuns, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.</p>
<p>(EF03LP13) Planejar e produzir cartas pessoais e diários, com expressão de sentimentos e opiniões, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções dos gêneros carta e diário e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	<p>(EF04LP11) Planejar e produzir, com autonomia, cartas pessoais de reclamação, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero carta e com a estrutura própria desses textos (problema, opinião, argumentos), considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.</p>	<p>(EF05LP11) Registrar, com autonomia, anedotas, piadas e cartuns, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.</p>
<p>(EF03LP14) Planejar e produzir textos injuntivos instrucionais, com a estrutura própria desses textos (verbos imperativos, indicação de passos a ser seguidos) e mesclando palavras, imagens e recursos gráfico-visuais, considerando a situação comunicativa e o tema/ assunto do texto.</p>		<p>(EF05LP12) Planejar e produzir, com autonomia, textos instrucionais de regras de jogo, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.</p>
<p>(EF03LP15) Assistir, em vídeo digital, a programa de culinária infantil e, a partir dele, planejar e produzir receitas em áudio ou vídeo.</p>	<p>(EF04LP12) Assistir, em vídeo digital, a programa infantil com instruções de montagem, de jogos e brincadeiras e, a partir dele, planejar e produzir tutoriais em áudio ou vídeo.</p>	<p>(EF05LP13) Assistir, em vídeo digital, a postagem de <i>vlog</i> infantil de críticas de brinquedos e livros de literatura infantil e, a partir dele, planejar e produzir resenhas digitais em áudio ou vídeo.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DA VIDA COTIDIANA		
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Forma de composição do texto	
CAMPO DA VIDA PÚBLICA – Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura e escrita, especialmente de textos das esferas jornalística, publicitária, política, jurídica e reivindicatória, contemplando temas que impactam a cidadania e o exercício de direitos. Alguns gêneros textuais deste campo: notas; álbuns noticiosos; notícias; reportagens; cartas do leitor (revista infantil); comentários em <i>sites</i> para criança; textos de campanhas de conscientização; Estatuto da Criança e do Adolescente; abaixo-assinados; cartas de reclamação, regras e regulamentos.		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Compreensão em leitura	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
<p>(EF03LP16) Identificar e reproduzir, em textos injuntivos instrucionais (receitas, instruções de montagem, digitais ou impressos), a formatação própria desses textos (verbos imperativos, indicação de passos a ser seguidos) e a diagramação específica dos textos desses gêneros (lista de ingredientes ou materiais e instruções de execução - "modo de fazer").</p>	<p>(EF04LP13) Identificar e reproduzir, em textos injuntivos instrucionais (instruções de jogos digitais ou impressos), a formatação própria desses textos (verbos imperativos, indicação de passos a ser seguidos) e formato específico dos textos orais ou escritos desses gêneros (lista/apresentação de materiais e instruções/passos de jogo).</p>	<p>(EF05LP14) Identificar e reproduzir, em textos de resenha crítica de brinquedos ou livros de literatura infantil, a formatação própria desses textos (apresentação e avaliação do produto).</p>
<p>(EF03LP17) Identificar e reproduzir, em gêneros epistolares e diários, a formatação própria desses textos (relatos de acontecimentos, expressão de vivências, emoções, opiniões ou críticas) e a diagramação específica dos textos desses gêneros (data, saudação, corpo do texto, despedida, assinatura).</p>		
<p>(EF03LP18) Ler e compreender, com autonomia, cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas de leitor e de reclamação a jornais, revistas) e notícias, dentre outros gêneros do campo jornalístico, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	<p>(EF04LP14) Identificar, em notícias, fatos, participantes, local e momento/tempo da ocorrência do fato noticiado.</p>	<p>(EF05LP15) Ler/assistir e compreender, com autonomia, notícias, reportagens, vídeos em <i>v/logs</i> argumentativos, dentre outros gêneros do campo político-cidadão, de acordo com as convenções dos gêneros e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DA VIDA PÚBLICA		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Compreensão em leitura	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Escrita colaborativa	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
<p>(EF03LP19) Identificar e discutir o propósito do uso de recursos de persuasão (cores, imagens, escolha de palavras, jogo de palavras, tamanho de letras) em textos publicitários e de propaganda, como elementos de convencimento.</p>	<p>(EF04LP15) Distinguir fatos de opiniões/sugestões em textos (informativos, jornalísticos, publicitários etc.).</p>	<p>(EF05LP16) Comparar informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias e concluir sobre qual é mais confiável e por quê.</p>
<p>(EF03LP20) Produzir cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas do leitor ou de reclamação a jornais ou revistas), dentre outros gêneros do campo político-cidadão, com opiniões e críticas, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	<p>(EF04LP16) Produzir notícias sobre fatos ocorridos no universo escolar, digitais ou impressas, para o jornal da escola, noticiando os fatos e seus atores e comentando decorrências, de acordo com as convenções do gênero notícia e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>	<p>(EF05LP17) Produzir roteiro para edição de uma reportagem digital sobre temas de interesse da turma, a partir de buscas de informações, imagens, áudios e vídeos na internet, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>
<p>(EF03LP21) Produzir anúncios publicitários, textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, observando os recursos de persuasão utilizados nos textos publicitários e de propaganda (cores, imagens, <i>slogan</i>, escolha de palavras, jogo de palavras, tamanho e tipo de letras, diagramação).</p>		
<p>(EF35LP15) Opinar e defender ponto de vista sobre tema polêmico relacionado a situações vivenciadas na escola e/ou na comunidade, utilizando registro formal e estrutura adequada à argumentação, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>		

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DA VIDA PÚBLICA		
Oralidade	Planejamento e produção de texto	
	Produção de texto	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Forma de composição dos textos	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
<p>(EF03LP22) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas, telejornal para público infantil com algumas notícias e textos de campanhas que possam ser repassados oralmente ou em meio digital, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa, a organização específica da fala nesses gêneros e o tema/assunto/finalidade dos textos.</p>	<p>(EF04LP17) Produzir jornais radiofônicos ou televisivos e entrevistas veiculadas em rádio, TV e na internet, orientando-se por roteiro ou texto e demonstrando conhecimento dos gêneros jornal falado/televisivo e entrevista.</p>	<p>(EF05LP18) Roteirizar, produzir e editar vídeo para <i>vlogs</i> argumentativos sobre produtos de mídia para público infantil (filmes, desenhos animados, HQs, <i>games</i> etc.), com base em conhecimentos sobre os mesmos, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.</p>
		<p>(EF05LP19) Argumentar oralmente sobre acontecimentos de interesse social, com base em conhecimentos sobre fatos divulgados em TV, rádio, mídia impressa e digital, respeitando pontos de vista diferentes.</p>
<p>(EF35LP16) Identificar e reproduzir, em notícias, manchetes, lides e corpo de notícias simples para público infantil e cartas de reclamação (revista infantil), digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais.</p>		
<p>(EF03LP23) Analisar o uso de adjetivos em cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas do leitor ou de reclamação a jornais ou revistas), digitais ou impressas.</p>		<p>(EF05LP20) Analisar a validade e força de argumentos em argumentações sobre produtos de mídia para público infantil (filmes, desenhos animados, HQs, <i>games</i> etc.), com base em conhecimentos sobre os mesmos.</p>
	<p>(EF04LP18) Analisar o padrão entonacional e a expressão facial e corporal de âncoras de jornais radiofônicos ou televisivos e de entrevistadores/entrevistados.</p>	<p>(EF05LP21) Analisar o padrão entonacional, a expressão facial e corporal e as escolhas de variedade e registro linguísticos de <i>vloggers</i> de <i>vlogs</i> opinativos ou argumentativos.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA - Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura/escrita que possibilitem conhecer os textos expositivos e argumentativos, a linguagem e as práticas relacionadas ao estudo, à pesquisa e à divulgação científica, favorecendo a aprendizagem dentro e fora da escola. Alguns gêneros deste campo em mídia impressa ou digital: enunciados de tarefas escolares; relatos de experimentos; quadros; gráficos; tabelas; infográficos; diagramas; entrevistas; notas de divulgação científica; verbetes de enciclopédia.</p>		
<p>Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)</p>	<p>Compreensão em leitura</p>	
	<p>Imagens analíticas em textos</p>	
	<p>Pesquisa</p>	
<p>Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)</p>	<p>Produção de textos</p>	
	<p>Escrita autônoma</p>	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
(EF03LP24) Ler/ouvir e compreender, com autonomia, relatos de observações e de pesquisas em fontes de informações, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	(EF04LP19) Ler e compreender textos expositivos de divulgação científica para crianças, considerando a situação comunicativa e o tema/ assunto do texto.	(EF05LP22) Ler e compreender verbetes de dicionário, identificando a estrutura, as informações gramaticais (significado de abreviaturas) e as informações semânticas.
	(EF04LP20) Reconhecer a função de gráficos, diagramas e tabelas em textos, como forma de apresentação de dados e informações.	(EF05LP23) Comparar informações apresentadas em gráficos ou tabelas.
(EF35LP17) Buscar e selecionar, com o apoio do professor, informações de interesse sobre fenômenos sociais e naturais, em textos que circulam em meios impressos ou digitais.		
(EF03LP25) Planejar e produzir textos para apresentar resultados de observações e de pesquisas em fontes de informações, incluindo, quando pertinente, imagens, diagramas e gráficos ou tabelas simples, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	(EF04LP21) Planejar e produzir textos sobre temas de interesse, com base em resultados de observações e pesquisas em fontes de informações impressas ou eletrônicas, incluindo, quando pertinente, imagens e gráficos ou tabelas simples, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	(EF05LP24) Planejar e produzir texto sobre tema de interesse, organizando resultados de pesquisa em fontes de informação impressas ou digitais, incluindo imagens e gráficos ou tabelas, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
	(EF04LP22) Planejar e produzir, com certa autonomia, verbetes de enciclopédia infantil, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/ assunto/finalidade do texto.	(EF05LP25) Planejar e produzir, com certa autonomia, verbetes de dicionário, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA		
Oralidade	Escuta de textos orais	
	Compreensão de textos orais	
	Planejamento de texto oral Exposição oral	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Forma de composição dos textos Adequação do texto às normas de escrita	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Forma de composição dos textos Coesão e articuladores	
	Forma de composição dos textos Adequação do texto às normas de escrita	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
(EF35LP18) Escutar, com atenção, apresentações de trabalhos realizadas por colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.		
(EF35LP19) Recuperar as ideias principais em situações formais de escuta de exposições, apresentações e palestras.		
(EF35LP20) Expor trabalhos ou pesquisas escolares, em sala de aula, com apoio de recursos multissemióticos (imagens, diagrama, tabelas etc.), orientando-se por roteiro escrito, planejando o tempo de fala e adequando a linguagem à situação comunicativa.		
(EF03LP26) Identificar e reproduzir, em relatórios de observação e pesquisa, a formatação e diagramação específica desses gêneros (passos ou listas de itens, tabelas, ilustrações, gráficos, resumo dos resultados), inclusive em suas versões orais.		(EF05LP26) Utilizar, ao produzir o texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: regras sintáticas de concordância nominal e verbal, convenções de escrita de citações, pontuação (ponto final, dois-pontos, vírgulas em enumerações) e regras ortográficas.
	(EF04LP23) Identificar e reproduzir, em verbetes de enciclopédia infantil, digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica desse gênero (título do verbete, definição, detalhamento, curiosidades), considerando a situação comunicativa e o tema/ assunto/finalidade do texto.	(EF05LP27) Utilizar, ao produzir o texto, recursos de coesão pronominal (pronomes anafóricos) e articuladores de relações de sentido (tempo, causa, oposição, conclusão, comparação), com nível adequado de informatividade.
	(EF04LP24) Identificar e reproduzir, em seu formato, tabelas, diagramas e gráficos em relatórios de observação e pesquisa, como forma de apresentação de dados e informações.	

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO - Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, fruição e produção de textos literários e artísticos, representativos da diversidade cultural e linguística, que favoreçam experiências estéticas. Alguns gêneros deste campo: lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/cartum, dentre outros.</p>		
<p>Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)</p>	Formação do leitor literário	
	Formação do leitor literário/ Leitura multissemiótica	
	Apreciação estética/Estilo	
	Textos dramáticos	
<p>Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)</p>	Escrita autônoma e compartilhada	
	Escrita autônoma	
<p>Oralidade</p>	Declamação	
	Performances orais	

HABILIDADES		
3º ANO	4º ANO	5º ANO
(EF35LP21) Ler e compreender, de forma autônoma, textos literários de diferentes gêneros e extensões, inclusive aqueles sem ilustrações, estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.		
(EF35LP22) Perceber diálogos em textos narrativos, observando o efeito de sentido de verbos de enunciação e, se for o caso, o uso de variedades linguísticas no discurso direto.		
(EF35LP23) Apreciar poemas e outros textos versificados, observando rimas, aliterações e diferentes modos de divisão dos versos, estrofes e refrões e seu efeito de sentido.		
(EF35LP24) Identificar funções do texto dramático (escrito para ser encenado) e sua organização por meio de diálogos entre personagens e marcadores das falas das personagens e de cena.		
(EF35LP25) Criar narrativas ficcionais, com certa autonomia, utilizando detalhes descritivos, sequências de eventos e imagens apropriadas para sustentar o sentido do texto, e marcadores de tempo, espaço e de fala de personagens.		
(EF35LP26) Ler e compreender, com certa autonomia, narrativas ficcionais que apresentem cenários e personagens, observando os elementos da estrutura narrativa: enredo, tempo, espaço, personagens, narrador e a construção do discurso indireto e discurso direto.		
(EF35LP27) Ler e compreender, com certa autonomia, textos em versos, explorando rimas, sons e jogos de palavras, imagens poéticas (sentidos figurados) e recursos visuais e sonoros.		
(EF35LP28) Declamar poemas, com entonação, postura e interpretação adequadas.		
(EF03LP27) Recitar cordel e cantar repentes e emboladas, observando as rimas e obedecendo ao ritmo e à melodia.	(EF04LP25) Representar cenas de textos dramáticos, reproduzindo as falas das personagens, de acordo com as rubricas de interpretação e movimento indicadas pelo autor.	

LÍNGUA PORTUGUESA - 3º AO 5º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO		
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Formas de composição de narrativas	
	Discurso direto e indireto	
	Forma de composição de textos poéticos	
	Forma de composição de textos poéticos visuais	
	Forma de composição de textos dramáticos	

HABILIDADES			
3º ANO	4º ANO	5º ANO	
(EF35LP29) Identificar, em narrativas, cenário, personagem central, conflito gerador, resolução e o ponto de vista com base no qual histórias são narradas, diferenciando narrativas em primeira e terceira pessoas.			
(EF35LP30) Diferenciar discurso indireto e discurso direto, determinando o efeito de sentido de verbos de enunciação e explicando o uso de variedades linguísticas no discurso direto, quando for o caso.			
(EF35LP31) Identificar, em textos versificados, efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos rítmicos e sonoros e de metáforas.			
	(EFO4LP26) Observar, em poemas concretos, o formato, a distribuição e a diagramação das letras do texto na página.	(EFO5LP28) Observar, em ciberpoemas e minicontos infantis em mídia digital, os recursos multissemióticos presentes nesses textos digitais.	
	(EFO4LP27) Identificar, em textos dramáticos, marcadores das falas das personagens e de cena.		

4.1.1.2.

LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS: PRÁTICAS DE LINGUAGEM, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o adolescente/jovem participa com maior criticidade de situações comunicativas diversificadas, interagindo com um número de interlocutores cada vez mais amplo, inclusive no contexto escolar, no qual se amplia o número de professores responsáveis por cada um dos componentes curriculares. Essa mudança em relação aos anos iniciais favorece não só o aprofundamento de conhecimentos relativos às áreas, como também o surgimento do desafio de aproximar esses múltiplos conhecimentos. A continuidade da formação para a autonomia se fortalece nessa etapa, na qual os jovens assumem maior protagonismo em práticas de linguagem realizadas dentro e fora da escola.

No componente Língua Portuguesa, amplia-se o contato dos estudantes com gêneros textuais relacionados a vários campos de atuação e a várias disciplinas, partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens para a ampliação dessas práticas, em direção a novas experiências.

Como consequência do trabalho realizado em etapas anteriores de escolarização, os adolescentes e jovens já conhecem e fazem uso de gêneros que circulam nos campos das práticas artístico-literárias, de estudo e pesquisa, jornalístico-midiático, de atuação na vida pública e campo da vida pessoal, cidadãos, investigativas.

Aprofunda-se, nessa etapa, o tratamento dos gêneros que circulam na esfera pública, nos campos jornalístico-midiático e de atuação na vida pública. No primeiro campo, os gêneros jornalísticos – informativos e opinativos – e os publicitários são privilegiados, com foco em estratégias linguístico-discursivas e semióticas voltadas para a argumentação e persuasão. Para além dos gêneros, são consideradas práticas contemporâneas de curtir, comentar, redistribuir, publicar notícias, curar etc. e tematizadas questões polêmicas envolvendo as dinâmicas das redes sociais e os interesses que movem a esfera jornalística-midiática. A questão da confiabilidade da informação, da proliferação de *fake news*, da manipulação de fatos e opiniões tem destaque e muitas das habilidades se relacionam com a comparação e análise de notícias em diferentes fontes e mídias, com análise de *sites* e serviços checadores de notícias e com o exercício da curadoria, estando previsto o uso de ferramentas digitais de curadoria. A proliferação do discurso de ódio também é tematizada em todos os anos e habilidades relativas ao trato e respeito com o diferente e com a participação ética e respeitosa

em discussões e debates de ideias são consideradas. Além das habilidades de leitura e produção de textos já consagradas para o impresso são contempladas habilidades para o trato com o hipertexto e também com ferramentas de edição de textos, áudio e vídeo e produções que podem prever postagem de novos conteúdos locais que possam ser significativos para a escola ou comunidade ou apreciações e réplicas a publicações feitas por outros. Trata-se de promover uma formação que faça frente a fenômenos como o da pós-verdade, o efeito bolha e proliferação de discursos de ódio, que possa promover uma sensibilidade para com os fatos que afetam drasticamente a vida de pessoas e prever um trato ético com o debate de ideias.

Como já destacado, além dos gêneros jornalísticos, também são considerados nesse campo os publicitários, estando previsto o tratamento de diferentes peças publicitárias, envolvidas em campanhas, para além do anúncio publicitário e a propaganda impressa, o que supõe habilidades para lidar com a multisssemiose dos textos e com as várias mídias. Análise dos mecanismos e persuasão ganham destaque, o que também pode ajudar a promover um consumo consciente.

No campo de atuação da vida pública ganham destaque os gêneros legais e normativos – abrindo-se espaço para aqueles que regulam a convivência em sociedade, como regimentos (da escola, da sala de aula) e estatutos e códigos (Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito etc.), até os de ordem mais geral, como a Constituição e a Declaração dos Direitos Humanos, sempre tomados a partir de seus contextos de produção, o que contextualiza e confere significado a seus preceitos. Trata-se de promover uma consciência dos direitos, uma valorização dos direitos humanos e a formação de uma ética da responsabilidade (o outro tem direito a uma vida digna tanto quanto eu tenho).

Ainda nesse campo, estão presentes gêneros reivindicatórios e propositivos e habilidades ligadas a seu trato. A exploração de canais de participação, inclusive digitais, também é prevista. Aqui também a discussão e o debate de ideias e propostas assume um lugar de destaque. Assim, não se trata de promover o silenciamento de vozes dissonantes, mas antes de explicitá-las, de convocá-las para o debate, analisá-las, confrontá-las, de forma a propiciar uma autonomia de pensamento, pautada pela ética, como convém a Estados democráticos. Nesse sentido, também são propostas análises linguísticas e semióticas de textos vinculados a formas políticas não institucionalizadas, movimentos de várias naturezas, coletivos, produções artísticas, intervenções urbanas etc.

No campo das práticas investigativas, há uma ênfase nos gêneros didático-expositivos, impressos ou digitais, do 6º ao 9º ano, sendo a

progressão dos conhecimentos marcada pela indicação do que se operacionaliza na leitura, escrita, oralidade. Nesse processo, procedimentos e gêneros de apoio à compreensão são propostos em todos os anos. Esses textos servirão de base para a reelaboração de conhecimentos, a partir da elaboração de textos-síntese, como quadro-sinóticos, esquemas, gráficos, infográficos, tabelas, resumos, entre outros, que permitem o processamento e a organização de conhecimentos em práticas de estudo e de dados levantados em diferentes fontes de pesquisa. Será dada ênfase especial a procedimentos de busca, tratamento e análise de dados e informações e a formas variadas de registro e socialização de estudos e pesquisas, que envolvem não só os gêneros já consagrados, como apresentação oral e ensaio escolar, como também outros gêneros da cultura digital – relatos multimidiáticos, verbetes de enciclopédias colaborativas, vídeos-minuto etc. Trata-se de fomentar uma formação que possibilite o trato crítico e criterioso das informações e dados.

No âmbito do Campo artístico-literário, trata-se de possibilitar o contato com as manifestações artísticas em geral, e, de forma particular e especial, com a arte literária e de oferecer as condições para que se possa reconhecer, valorizar e fruir essas manifestações. Está em jogo a continuidade da formação do leitor literário, com especial destaque para o desenvolvimento da fruição, de modo a evidenciar a condição estética desse tipo de leitura e de escrita. Para que a função utilitária da literatura – e da arte em geral – possa dar lugar à sua dimensão humanizadora, transformadora e mobilizadora, é preciso supor – e, portanto, garantir a formação de – um leitor-fruidor, ou seja, de um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de “desvendar” suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura. Para tanto, as habilidades, no que tange à formação literária, envolvem conhecimentos de gêneros narrativos e poéticos que podem ser desenvolvidos em função dessa apreciação e que dizem respeito, no caso da narrativa literária, a seus elementos (espaço, tempo, personagens); às escolhas que constituem o estilo nos textos, na configuração do tempo e do espaço e na construção dos personagens; aos diferentes modos de se contar uma história (em primeira ou terceira pessoa, por meio de um narrador personagem, com pleno ou parcial domínio dos acontecimentos); à polifonia própria das narrativas, que oferecem níveis de complexidade a serem explorados em cada ano da escolaridade; ao fôlego dos textos. No caso da poesia, destacam-se, inicialmente, os efeitos de sentido produzidos por recursos de diferentes naturezas, para depois se alcançar a dimensão imagética, constituída de processos metafóricos e metonímicos muito presentes na linguagem poética.

Ressalta-se, ainda, a proposição de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que concorrem para a capacidade dos estudantes

de relacionarem textos, percebendo os efeitos de sentidos decorrentes da intertextualidade temática e da polifonia resultante da inserção – explícita ou não – de diferentes vozes nos textos. A relação entre textos e vozes se expressa, também, nas práticas de compartilhamento que promovem a escuta e a produção de textos, de diferentes gêneros e em diferentes mídias, que se prestam à expressão das preferências e das apreciações do que foi lido/ouvido/assistido.

Por fim, destaque-se a relevância desse campo para o exercício da empatia e do diálogo, tendo em vista a potência da arte e da literatura como expedientes que permitem o contato com diversificados valores, comportamentos, crenças, desejos e conflitos, o que contribui para reconhecer e compreender modos distintos de ser e estar no mundo e, pelo reconhecimento do que é diverso, compreender a si mesmo e desenvolver uma atitude de respeito e valorização do que é diferente.

Outros gêneros, além daqueles cuja abordagem é sugerida na BNCC, podem e devem ser incorporados aos currículos das escolas e, assim como já salientado, os gêneros podem ser contemplados em anos diferentes dos indicados.

Também, como já mencionado, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, os conhecimentos sobre a língua, sobre as demais semioses e sobre a norma-padrão se articulam aos demais eixos em que se organizam os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de Língua Portuguesa. Dessa forma, as abordagens linguística, metalinguística e reflexiva ocorrem sempre a favor da prática de linguagem que está em evidência nos eixos de leitura, escrita ou oralidade.

Os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas. A seleção de habilidades na BNCC está relacionada com aqueles conhecimentos fundamentais para que o estudante possa apropriar-se do sistema linguístico que organiza o português brasileiro.

Alguns desses objetivos, sobretudo aqueles que dizem respeito à norma, são transversais a toda a base de Língua Portuguesa. O conhecimento da ortografia, da pontuação, da acentuação, por exemplo, deve estar presente ao longo de toda escolaridade, abordados conforme o ano da escolaridade. Assume-se, na BNCC de Língua Portuguesa, uma perspectiva de progressão de conhecimentos que vai das regularidades às irregularidades e dos usos mais frequentes e simples aos menos habituais e mais complexos.

LÍNGUA PORTUGUESA – 6º AO 9º ANO

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO – Trata-se, em relação a este Campo, de ampliar e qualificar a participação das crianças, adolescentes e jovens nas práticas relativas ao trato com a informação e opinião, que estão no centro da esfera jornalística/midiática. Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa.</p>		
<p>Leitura</p>	<p>Apreciação e réplica Relação entre gêneros e mídias</p>	
	<p>Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto</p>	
	<p>Efeitos de sentido</p>	

HABILIDADES

Vários são os gêneros possíveis de serem contemplados em atividades de leitura e produção de textos para além dos já trabalhados nos anos iniciais do ensino fundamental (notícia, álbum noticioso, carta de leitor, entrevista etc.): reportagem, reportagem multimidiática, fotorreportagem, foto-denúncia, artigo de opinião, editorial, resenha crítica, crônica, comentário, debate, *vlog* noticioso, *vlog* cultural, meme, charge, charge digital, *political remix*, anúncio publicitário, propaganda, *jingle*, *spot*, dentre outros. A referência geral é que, em cada ano, contemplem-se gêneros que lidem com informação, opinião e apreciação, gêneros mais típicos dos letramentos da letra e do impresso e gêneros multissemióticos e hipermidiáticos, próprios da cultura digital e das culturas juvenis.

Diversos também são os processos, ações e atividades que podem ser contemplados em atividades de uso e reflexão: curar, seguir/ser seguido, curtir, comentar, compartilhar, remixar etc.

Ainda com relação a esse campo, trata-se também de compreender as formas de persuasão do discurso publicitário, o apelo ao consumo, as diferenças entre vender um produto e “vender” uma ideia, entre anúncio publicitário e propaganda.

(EF69LP01) Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso.

(EF69LP02) Analisar e comparar peças publicitárias variadas (cartazes, folhetos, *outdoor*, anúncios e propagandas em diferentes mídias, *spots*, *jingle*, vídeos etc.), de forma a perceber a articulação entre elas em campanhas, as especificidades das várias semioses e mídias, a adequação dessas peças ao público-alvo, aos objetivos do anunciante e/ou da campanha e à construção composicional e estilo dos gêneros em questão, como forma de ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.

(EF69LP03) Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.

(EF69LP04) Identificar e analisar os efeitos de sentido que fortalecem a persuasão nos textos publicitários, relacionando as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo conscientes.

(EF69LP05) Inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges, memes, *gifs* etc. –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso ambíguo de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos, de pontuação etc.

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
Produção de textos	Relação do texto com o contexto de produção e experimentação de papéis sociais	
	Textualização	
	Revisão/edição de texto informativo e opinativo	
	Planejamento de textos de peças publicitárias de campanhas sociais	
Oralidade *Considerar todas as habilidades dos eixos leitura e produção que se referem a textos ou produções orais, em áudio ou vídeo	Produção de textos jornalísticos orais	

HABILIDADES

(EF69LP06) Produzir e publicar notícias, fotodenúncias, fotorreportagens, reportagens, reportagens multimidiáticas, infográficos, *podcasts* noticiosos, entrevistas, cartas de leitor, comentários, artigos de opinião de interesse local ou global, textos de apresentação e apreciação de produção cultural – resenhas e outros próprios das formas de expressão das culturas juvenis, tais como *vlogs* e *podcasts* culturais, *gameplay*, *detonado* etc.– e cartazes, anúncios, propagandas, *spots*, *jingles* de campanhas sociais, dentre outros em várias mídias, vivenciando de forma significativa o papel de repórter, de comentarista, de analista, de crítico, de editor ou articulista, de *booktuber*, de *vlogger* (vlogueiro) etc., como forma de compreender as condições de produção que envolvem a circulação desses textos e poder participar e vislumbrar possibilidades de participação nas práticas de linguagem do campo jornalístico e do campo midiático de forma ética e responsável, levando-se em consideração o contexto da *Web 2.0*, que amplia a possibilidade de circulação desses textos e “fundé” os papéis de leitor e autor, de consumidor e produtor.

(EF69LP07) Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto produção e circulação – os enunciadores envolvidos, os objetivos, o gênero, o suporte, a circulação –, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semiótica apropriada a esse contexto, à construção da textualidade relacionada às propriedades textuais e do gênero), utilizando estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, *reescrita/redesign* e avaliação de textos, para, com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, corrigir e aprimorar as produções realizadas, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de concordância, ortografia, pontuação em textos e editando imagens, arquivos sonoros, fazendo cortes, acréscimos, ajustes, acrescentando/alterando efeitos, ordenamentos etc.

(EF69LP08) Revisar/editar o texto produzido – notícia, reportagem, resenha, artigo de opinião, dentre outros –, tendo em vista sua adequação ao contexto de produção, a mídia em questão, características do gênero, aspectos relativos à textualidade, a relação entre as diferentes semioses, a formatação e uso adequado das ferramentas de edição (de texto, foto, áudio e vídeo, dependendo do caso) e adequação à norma culta.

(EF69LP09) Planejar uma campanha publicitária sobre questões/problemas, temas, causas significativas para a escola e/ou comunidade, a partir de um levantamento de material sobre o tema ou evento, da definição do público-alvo, do texto ou peça a ser produzido – cartaz, *banner*, folheto, panfleto, anúncio impresso e para internet, *spot*, propaganda de rádio, TV etc. –, da ferramenta de edição de texto, áudio ou vídeo que será utilizada, do recorte e enfoque a ser dado, das estratégias de persuasão que serão utilizadas etc.

(EF69LP10) Produzir notícias para rádios, TV ou vídeos, *podcasts* noticiosos e de opinião, entrevistas, comentários, *vlogs*, jornais radiofônicos e televisivos, dentre outros possíveis, relativos a fato e temas de interesse pessoal, local ou global e textos orais de apreciação e opinião – *podcasts* e *vlogs* noticiosos, culturais e de opinião, orientando-se por roteiro ou texto, considerando o contexto de produção e demonstrando domínio dos gêneros.

(EF69LP11) Identificar e analisar posicionamentos defendidos e refutados na escuta de interações polêmicas em entrevistas, discussões e debates (televisivo, em sala de aula, em redes sociais etc.), entre outros, e se posicionar frente a eles.

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
Oralidade *Considerar todas as habilidades dos eixos leitura e produção que se referem a textos ou produções orais, em áudio ou vídeo	Planejamento e produção de textos jornalísticos orais	
Oralidade	Participação em discussões orais de temas controversos de interesse da turma e/ou de relevância social	
Análise linguística/semiótica	Construção composicional	
	Estilo	
	Efeito de sentido	

HABILIDADES

(EF69LP12) Desenvolver estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/*redesign* (esses três últimos quando não for situação ao vivo) e avaliação de textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos, à forma composicional e estilo de gêneros, a clareza, progressão temática e variedade linguística empregada, os elementos relacionados à fala, tais como modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc., os elementos cinésicos, tais como postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.

(EF69LP13) Engajar-se e contribuir com a busca de conclusões comuns relativas a problemas, temas ou questões polêmicas de interesse da turma e/ou de relevância social.

(EF69LP14) Formular perguntas e decompor, com a ajuda dos colegas e dos professores, tema/questão polêmica, explicações e ou argumentos relativos ao objeto de discussão para análise mais minuciosa e buscar em fontes diversas informações ou dados que permitam analisar partes da questão e compartilhá-los com a turma.

(EF69LP15) Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos e/ou polêmicos.

(EF69LP16) Analisar e utilizar as formas de composição dos gêneros jornalísticos da ordem do relatar, tais como notícias (pirâmide invertida no impresso X blocos noticiosos hipertextuais e hipermediáticos no digital, que também pode contar com imagens de vários tipos, vídeos, gravações de áudio etc.), da ordem do argumentar, tais como artigos de opinião e editorial (contextualização, defesa de tese/opinião e uso de argumentos) e das entrevistas: apresentação e contextualização do entrevistado e do tema, estrutura pergunta e resposta etc.

(EF69LP17) Perceber e analisar os recursos estilísticos e semióticos dos gêneros jornalísticos e publicitários, os aspectos relativos ao tratamento da informação em notícias, como a ordenação dos eventos, as escolhas lexicais, o efeito de imparcialidade do relato, a morfologia do verbo, em textos noticiosos e argumentativos, reconhecendo marcas de pessoa, número, tempo, modo, a distribuição dos verbos nos gêneros textuais (por exemplo, as formas de pretérito em relatos; as formas de presente e futuro em gêneros argumentativos; as formas de imperativo em gêneros publicitários), o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados (tempo verbal, jogos de palavras, metáforas, imagens).

(EF69LP18) Utilizar, na escrita/reescrita de textos argumentativos, recursos linguísticos que marquem as relações de sentido entre parágrafos e enunciados do texto e operadores de conexão adequados aos tipos de argumento e à forma de composição de textos argumentativos, de maneira a garantir a coesão, a coerência e a progressão temática nesses textos (“primeiramente, mas, no entanto, em primeiro/segundo/terceiro lugar, finalmente, em conclusão” etc.).

(EF69LP19) Analisar, em gêneros orais que envolvam argumentação, os efeitos de sentido de elementos típicos da modalidade falada, como a pausa, a entonação, o ritmo, a gestualidade e expressão facial, as hesitações etc.

LÍNGUA PORTUGUESA – 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA – Trata-se, neste Campo, de ampliar e qualificar a participação dos jovens nas práticas relativas ao debate de ideias e à atuação política e social, por meio do(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> - compreensão dos interesses que movem a esfera política em seus diferentes níveis e instâncias, das formas e canais de participação institucionalizados, incluindo os digitais, e das formas de participação não institucionalizadas, incluindo aqui manifestações artísticas e intervenções urbanas; - reconhecimento da importância de se envolver com questões de interesse público e coletivo e compreensão do contexto de promulgação dos direitos humanos, das políticas afirmativas, e das leis de uma forma geral em um estado democrático, como forma de propiciar a vivência democrática em várias instâncias e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade (o outro tem direito a uma vida digna tanto quanto eu tenho); - desenvolvimento de habilidades e aprendizagem de procedimentos envolvidos na leitura/escuta e produção de textos pertencentes a gêneros relacionados à discussão e implementação de propostas, à defesa de direitos e a projetos culturais e de interesse público de diferentes naturezas. <p>Envolvem o domínio de gêneros legais e o conhecimento dos canais competentes para questionamentos, reclamação de direitos e denúncias de desrespeitos a legislações e regulamentações e a direitos; de discussão de propostas e programas de interesse público no contexto de agremiações, coletivos, movimentos e outras instâncias e fóruns de discussão da escola, da comunidade e da cidade.</p>		
<p>Leitura</p>	<p>Reconstrução das condições de produção e circulação e adequação do texto à construção composicional e ao estilo de gênero (Lei, código, estatuto, código, regimento etc.)</p>	
	<p>Apreciação e réplica</p>	
<p>Produção de textos</p>	<p>Textualização, revisão e edição</p>	

HABILIDADES

Trata-se também de possibilitar vivências significativas, na articulação com todas as áreas do currículo e com os interesses e escolhas pessoais dos adolescentes e jovens, que envolvam a proposição, desenvolvimento e avaliação de ações e projetos culturais, de forma a fomentar o protagonismo juvenil de forma contextualizada.

Essas habilidades mais gerais envolvem o domínio contextualizado de gêneros já considerados em outras esferas – como discussão oral, debate, palestra, apresentação oral, notícia, reportagem, artigo de opinião, cartaz, *spot*, propaganda (de campanhas variadas, nesse campo inclusive de campanhas políticas) – e de outros, como estatuto, regimento, projeto cultural, carta aberta, carta de solicitação, carta de reclamação, abaixo-assinado, petição *on-line*, requerimento, turno de fala em assembleia, tomada de turno em reuniões, edital, proposta, ata, parecer, enquete, relatório etc., os quais supõem o reconhecimento de sua função social, a análise da forma como se organizam e dos recursos e elementos linguísticos e das demais semioses envolvidos na tessitura de textos pertencentes a esses gêneros.

Em especial, vale destacar que o trabalho com discussão oral, debate, propaganda, campanha e apresentação oral podem/devem se relacionar também com questões, temáticas e práticas próprias do campo de atuação na vida pública. Assim, as mesmas habilidades relativas a esses gêneros e práticas propostas para o Campo jornalístico-midiático e para o Campo das práticas de ensino e pesquisa devem ser aqui consideradas: discussão, debate e apresentação oral de propostas políticas ou de solução para problemas que envolvem a escola ou a comunidade e propaganda política. Da mesma forma, as habilidades relacionadas à argumentação e à distinção entre fato e opinião também devem ser consideradas nesse campo.

(EF69LP20) Identificar, tendo em vista o contexto de produção, a forma de organização dos textos normativos e legais, a lógica de hierarquização de seus itens e subitens e suas partes: parte inicial (título – nome e data – e ementa), blocos de artigos (parte, livro, capítulo, seção, subseção), artigos (*caput* e parágrafos e incisos) e parte final (disposições pertinentes à sua implementação) e analisar efeitos de sentido causados pelo uso de vocabulário técnico, pelo uso do imperativo, de palavras e expressões que indicam circunstâncias, como advérbios e locuções adverbiais, de palavras que indicam generalidade, como alguns pronomes indefinidos, de forma a poder compreender o caráter imperativo, coercitivo e generalista das leis e de outras formas de regulamentação.

(EF69LP21) Posicionar-se em relação a conteúdos veiculados em práticas não institucionalizadas de participação social, sobretudo àquelas vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e práticas próprias das culturas juvenis que pretendam denunciar, expor uma problemática ou “convocar” para uma reflexão/ação, relacionando esse texto/produção com seu contexto de produção e relacionando as partes e semioses presentes para a construção de sentidos.

(EF69LP22) Produzir, revisar e editar textos reivindicatórios ou propositivos sobre problemas que afetam a vida escolar ou da comunidade, justificando pontos de vista, reivindicações e detalhando propostas (justificativa, objetivos, ações previstas etc.), levando em conta seu contexto de produção e as características dos gêneros em questão.

(EF69LP23) Contribuir com a escrita de textos normativos, quando houver esse tipo de demanda na escola – regimentos e estatutos de organizações da sociedade civil do âmbito da atuação das crianças e jovens (grêmio livre, clubes de leitura, associações culturais etc.) – e de regras e regulamentos nos vários âmbitos da escola – campeonatos, festivais, regras de convivência etc., levando em conta o contexto de produção e as características dos gêneros em questão.

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA		
Oralidade	Discussão oral	
	Registro	
Análise linguística/semiótica	Análise de textos legais/normativos, propositivos e reivindicatórios	
	Modalização	

HABILIDADES

(EF69LP24) Discutir casos, reais ou simulações, submetidos a juízo, que envolvam (supostos) desrespeitos a artigos, do ECA, do Código de Defesa do Consumidor, do Código Nacional de Trânsito, de regulamentações do mercado publicitário etc., como forma de criar familiaridade com textos legais – seu vocabulário, formas de organização, marcas de estilo etc. -, de maneira a facilitar a compreensão de leis, fortalecer a defesa de direitos, fomentar a escrita de textos normativos (se e quando isso for necessário) e possibilitar a compreensão do caráter interpretativo das leis e as várias perspectivas que podem estar em jogo.

(EF69LP25) Posicionar-se de forma consistente e sustentada em uma discussão, assembleia, reuniões de colegiados da escola, de agremiações e outras situações de apresentação de propostas e defesas de opiniões, respeitando as opiniões contrárias e propostas alternativas e fundamentando seus posicionamentos, no tempo de fala previsto, valendo-se de sínteses e propostas claras e justificadas.

(EF69LP26) Tomar nota em discussões, debates, palestras, apresentação de propostas, reuniões, como forma de documentar o evento e apoiar a própria fala (que pode se dar no momento do evento ou posteriormente, quando, por exemplo, for necessária a retomada dos assuntos tratados em outros contextos públicos, como diante dos representados).

(EF69LP27) Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/ jurídicos e a gêneros da esfera política, tais como propostas, programas políticos (posicionamento quanto a diferentes ações a serem propostas, objetivos, ações previstas etc.), propaganda política (propostas e sua sustentação, posicionamento quanto a temas em discussão) e textos reivindicatórios: cartas de reclamação, petição (proposta, suas justificativas e ações a serem adotadas) e suas marcas linguísticas, de forma a incrementar a compreensão de textos pertencentes a esses gêneros e a possibilitar a produção de textos mais adequados e/ou fundamentados quando isso for requerido.

(EF69LP28) Observar os mecanismos de modalização adequados aos textos jurídicos, as modalidades deônticas, que se referem ao eixo da conduta (obrigatoriedade/possibilidade) como, por exemplo: Proibição: “Não se deve fumar em recintos fechados.”; Obrigatoriedade: “A vida tem que valer a pena.”; Possibilidade: “É permitido a entrada de menores acompanhados de adultos responsáveis”, e os mecanismos de modalização adequados aos textos políticos e propositivos, as modalidades apreciativas, em que o locutor exprime um juízo de valor (positivo ou negativo) acerca do que enuncia. Por exemplo: “Que belo discurso!”, “Discordo das escolhas de Antônio.” “Felizmente, o buraco ainda não causou acidentes mais graves.”

LÍNGUA PORTUGUESA – 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA – Trata-se de ampliar e qualificar a participação dos jovens nas práticas relativas ao estudo e à pesquisa, por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - compreensão dos interesses, atividades e procedimentos que movem as esferas científica, de divulgação científica e escolar; - reconhecimento da importância do domínio dessas práticas para a compreensão do mundo físico e da realidade social, para o prosseguimento dos estudos e para formação para o trabalho; e - desenvolvimento de habilidades e aprendizagens de procedimentos envolvidos na leitura/escuta e produção de textos pertencentes a gêneros relacionados ao estudo, à pesquisa e à divulgação científica. 		
<p>Leitura</p>	<p>Reconstrução das condições de produção e recepção dos textos e adequação do texto à construção composicional e ao estilo de gênero</p>	
	<p>Relação entre textos</p>	
	<p>Apreciação e réplica</p>	
	<p>Estratégias e procedimentos de leitura Relação do verbal com outras semioses Procedimentos e gêneros de apoio à compreensão</p>	

HABILIDADES

Essas habilidades mais gerais envolvem o domínio contextualizado de gêneros como apresentação oral, palestra, mesa-redonda, debate, artigo de divulgação científica, artigo científico, artigo de opinião, ensaio, reportagem de divulgação científica, texto didático, infográfico, esquemas, relatório, relato (multimidiático) de campo, documentário, cartografia animada, *podcasts* e vídeos diversos de divulgação científica, que supõem o reconhecimento de sua função social, a análise da forma como se organizam e dos recursos e elementos linguísticos das demais semioses (ou recursos e elementos multimodais) envolvidos na tessitura de textos pertencentes a esses gêneros.

Trata-se também de aprender, de forma significativa, na articulação com outras áreas e com os projetos e escolhas pessoais dos jovens, procedimentos de investigação e pesquisa. Para além da leitura/escuta de textos/produções pertencentes aos gêneros já mencionados, cabe diversificar, em cada ano e ao longo dos anos, os gêneros/produções escolhidos para apresentar e socializar resultados de pesquisa, de forma a contemplar a apresentação oral, gêneros mais típicos dos letramentos da letra e do impresso, gêneros multissemióticos, textos hipermidiáticos, que suponham colaboração, próprios da cultura digital e das culturas juvenis.

(EF69LP29) Refletir sobre a relação entre os contextos de produção dos gêneros de divulgação científica - texto didático, artigo de divulgação científica, reportagem de divulgação científica, verbete de enciclopédia (impressa e digital), esquema, infográfico (estático e animado), relatório, relato multimidiático de campo, *podcasts* e vídeos variados de divulgação científica etc. - e os aspectos relativos à construção composicional e às marcas linguística características desses gêneros, de forma a ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.

(EF69LP30) Comparar, com a ajuda do professor, conteúdos, dados e informações de diferentes fontes, levando em conta seus contextos de produção e referências, identificando coincidências, complementaridades e contradições, de forma a poder identificar erros/imprecisões conceituais, compreender e posicionar-se criticamente sobre os conteúdos e informações em questão.

(EF69LP31) Utilizar pistas linguísticas - tais como “em primeiro/segundo/terceiro lugar”, “por outro lado”, “dito de outro modo”, isto é”, “por exemplo” - para compreender a hierarquização das proposições, sintetizando o conteúdo dos textos.

(EF69LP32) Selecionar informações e dados relevantes de fontes diversas (impressas, digitais, orais etc.), avaliando a qualidade e a utilidade dessas fontes, e organizar, esquematicamente, com ajuda do professor, as informações necessárias (sem excedê-las) com ou sem apoio de ferramentas digitais, em quadros, tabelas ou gráficos.

(EF69LP33) Articular o verbal com os esquemas, infográficos, imagens variadas etc. na (re)construção dos sentidos dos textos de divulgação científica e retextualizar do discursivo para o esquemático - infográfico, esquema, tabela, gráfico, ilustração etc. - e, ao contrário, transformar o conteúdo das tabelas, esquemas, infográficos, ilustrações etc. em texto discursivo, como forma de ampliar as possibilidades de compreensão desses textos e analisar as características das multissemioses e dos gêneros em questão.

(EF69LP34) Grifar as partes essenciais do texto, tendo em vista os objetivos de leitura, produzir marginais (ou tomar notas em outro suporte), sínteses organizadas em itens, quadro sinóptico, quadro comparativo, esquema, resumo ou resenha do texto lido (com ou sem comentário/análise), mapa conceitual, dependendo do que for mais adequado, como forma de possibilitar uma maior compreensão do texto, a sistematização de conteúdos e informações e um posicionamento frente aos textos, se esse for o caso.

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA		
Produção de textos	Consideração das condições de produção de textos de divulgação científica Estratégias de escrita	
	Estratégias de escrita: textualização, revisão e edição	
	Estratégias de produção	
Oralidade	Estratégias de produção: planejamento e produção de apresentações orais	
	Estratégias de produção	

HABILIDADES

- (EF69LP35)** Planejar textos de divulgação científica, a partir da elaboração de esquema que considere as pesquisas feitas anteriormente, de notas e sínteses de leituras ou de registros de experimentos ou de estudo de campo, produzir, revisar e editar textos voltados para a divulgação do conhecimento e de dados e resultados de pesquisas, tais como artigo de divulgação científica, artigo de opinião, reportagem científica, verbete de enciclopédia, verbete de enciclopédia digital colaborativa, infográfico, relatório, relato de experimento científico, relato (multimidiático) de campo, tendo em vista seus contextos de produção, que podem envolver a disponibilização de informações e conhecimentos em circulação em um formato mais acessível para um público específico ou a divulgação de conhecimentos advindos de pesquisas bibliográficas, experimentos científicos e estudos de campo realizados.
- (EF69LP36)** Produzir, revisar e editar textos voltados para a divulgação do conhecimento e de dados e resultados de pesquisas, tais como artigos de divulgação científica, verbete de enciclopédia, infográfico, infográfico animado, *podcast* ou *vlog* científico, relato de experimento, relatório, relatório multimidiático de campo, dentre outros, considerando o contexto de produção e as regularidades dos gêneros em termos de suas construções composicionais e estilos.
- (EF69LP37)** Produzir roteiros para elaboração de vídeos de diferentes tipos (*vlog* científico, vídeo-minuto, programa de rádio, *podcasts*) para divulgação de conhecimentos científicos e resultados de pesquisa, tendo em vista seu contexto de produção, os elementos e a construção composicional dos roteiros.
- (EF69LP38)** Organizar os dados e informações pesquisados em painéis ou *slides* de apresentação, levando em conta o contexto de produção, o tempo disponível, as características do gênero apresentação oral, a multissemiose, as mídias e tecnologias que serão utilizadas, ensaiar a apresentação, considerando também elementos paralinguísticos e cinésicos e proceder à exposição oral de resultados de estudos e pesquisas, no tempo determinado, a partir do planejamento e da definição de diferentes formas de uso da fala - memorizada, com apoio da leitura ou fala espontânea.
- (EF69LP39)** Definir o recorte temático da entrevista e o entrevistado, levantar informações sobre o entrevistado e sobre o tema da entrevista, elaborar roteiro de perguntas, realizar entrevista, a partir do roteiro, abrindo possibilidades para fazer perguntas a partir da resposta, se o contexto permitir, tomar nota, gravar ou salvar a entrevista e usar adequadamente as informações obtidas, de acordo com os objetivos estabelecidos.

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA		
Análise linguística/semiótica	<p>Construção composicional</p> <p>Elementos paralinguísticos e cinésicos</p> <p>Apresentações orais</p>	
	<p>Usar adequadamente ferramentas de apoio a apresentações orais</p>	
	<p>Construção composicional e estilo</p> <p>Gêneros de divulgação científica</p>	
	<p>Marcas linguísticas</p> <p>Intertextualidade</p>	

HABILIDADES

(EF69LP40) Analisar, em gravações de seminários, conferências rápidas, trechos de palestras, dentre outros, a construção composicional dos gêneros de apresentação – abertura/saudação, introdução ao tema, apresentação do plano de exposição, desenvolvimento dos conteúdos, por meio do encadeamento de temas e subtemas (coesão temática), síntese final e/ou conclusão, encerramento –, os elementos paralinguísticos (tais como: tom e volume da voz, pausas e hesitações – que, em geral, devem ser minimizadas –, modulação de voz e entonação, ritmo, respiração etc.) e cinésicos (tais como: postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia, modulação de voz e entonação, sincronia da fala com ferramenta de apoio etc.), para melhor performar apresentações orais no campo da divulgação do conhecimento.

(EF69LP41) Usar adequadamente ferramentas de apoio a apresentações orais, escolhendo e usando tipos e tamanhos de fontes que permitam boa visualização, topicalizando e/ou organizando o conteúdo em itens, inserindo de forma adequada imagens, gráficos, tabelas, formas e elementos gráficos, dimensionando a quantidade de texto (e imagem) por *slide*, usando progressivamente e de forma harmônica recursos mais sofisticados como efeitos de transição, *slides* mestres, *layouts* personalizados etc.

(EF69LP42) Analisar a construção composicional dos textos pertencentes a gêneros relacionados à divulgação de conhecimentos: título, (olho), introdução, divisão do texto em subtítulos, imagens ilustrativas de conceitos, relações, ou resultados complexos (fotos, ilustrações, esquemas, gráficos, infográficos, diagramas, figuras, tabelas, mapas) etc., exposição, contendo definições, descrições, comparações, enumerações, exemplificações e remissões a conceitos e relações por meio de notas de rodapé, boxes ou *links*; ou título, contextualização do campo, ordenação temporal ou temática por tema ou subtema, intercalação de trechos verbais com fotos, ilustrações, áudios, vídeos etc. e reconhecer traços da linguagem dos textos de divulgação científica, fazendo uso consciente das estratégias de impessoalização da linguagem (ou de pessoalização, se o tipo de publicação e objetivos assim o demandarem, como em alguns *podcasts* e vídeos de divulgação científica), 3ª pessoa, presente atemporal, recurso à citação, uso de vocabulário técnico/especializado etc., como forma de ampliar suas capacidades de compreensão e produção de textos nesses gêneros.

(EF69LP43) Identificar e utilizar os modos de introdução de outras vozes no texto – citação literal e sua formatação e paráfrase –, as pistas linguísticas responsáveis por introduzir no texto a posição do autor e dos outros autores citados (“Segundo X; De acordo com Y; De minha/nossa parte, penso/amos que”...) e os elementos de normatização (tais como as regras de inclusão e formatação de citações e paráfrases, de organização de referências bibliográficas) em textos científicos, desenvolvendo reflexão sobre o modo como a intertextualidade e a retextualização ocorrem nesses textos.

LÍNGUA PORTUGUESA – 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO – O que está em jogo neste campo é possibilitar às crianças, adolescentes e jovens dos Anos Finais do Ensino Fundamental o contato com as manifestações artísticas e produções culturais em geral, e com a arte literária em especial, e oferecer as condições para que eles possam compreendê-las e fruí-las de maneira significativa e, gradativamente, crítica. Trata-se, assim, de ampliar e diversificar as práticas relativas à leitura, à compreensão, à fruição e ao compartilhamento das manifestações artístico-literárias, representativas da diversidade cultural, linguística e semiótica, por meio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - da compreensão das finalidades, das práticas e dos interesses que movem a esfera artística e a esfera literária, bem como das linguagens e mídias que dão forma e sustentação às suas manifestações; - da experimentação da arte e da literatura como expedientes que permitem (re)conhecer diferentes maneiras de ser, pensar, (re)agir, sentir e, pelo confronto com o que é diverso, desenvolver uma atitude de valorização e de respeito pela diversidade; - do desenvolvimento de habilidades que garantam a compreensão, a apreciação, a produção e o compartilhamento de textos dos diversos gêneros, em diferentes mídias, que circulam nas esferas literária e artística. <p>Para que a experiência da literatura – e da arte em geral – possa alcançar seu potencial transformador e humanizador, é preciso promover a formação de um leitor que não apenas compreenda os sentidos dos textos, mas também que seja capaz de fruí-los. Um sujeito que desenvolve critérios de escolha e preferências (por autores, estilos, gêneros) e que compartilha impressões e críticas com outros leitores-fruidores.</p>		
<p>Leitura</p>	<p>Reconstrução das condições de produção, circulação e recepção</p> <p>Apreciação e réplica</p>	

HABILIDADES

A formação desse leitor-fruidor exige o desenvolvimento de habilidades, a vivência de experiências significativas e aprendizagens que, por um lado, permitam a compreensão dos modos de produção, circulação e recepção das obras e produções culturais e o desvelamento dos interesses e dos conflitos que permeiam suas condições de produção e, por outro lado, garantam a análise dos recursos linguísticos e semióticos necessária à elaboração da experiência estética pretendida.

Aqui também a diversidade deve orientar a organização/progressão curricular: diferentes gêneros, estilos, autores e autoras – contemporâneos, de outras épocas, regionais, nacionais, portugueses, africanos e de outros países – devem ser contemplados; o cânone, a literatura universal, a literatura juvenil, a tradição oral, o multissemiótico, a cultura digital e as culturas juvenis, dentre outras diversidades, devem ser consideradas, ainda que deva haver um privilégio do letramento da letra.

Compete ainda a este campo o desenvolvimento das práticas orais, tanto aquelas relacionadas à produção de textos em gêneros literários e artísticos diversos quanto as que se prestam à apreciação e ao compartilhamento e envolvam a seleção do que ler/ouvir/assistir e o exercício da indicação, da crítica, da recriação e do diálogo, por meio de diferentes práticas e gêneros, que devem ser explorados ao longo dos anos.

(EF69LP44) Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção.

(EF69LP45) Posicionar-se criticamente em relação a textos pertencentes a gêneros como quarta-capa, programa (de teatro, dança, exposição etc.), sinopse, resenha crítica, comentário em *blog/vlog* cultural etc., para selecionar obras literárias e outras manifestações artísticas (cinema, teatro, exposições, espetáculos, CD's, DVD's etc.), diferenciando as sequências descritivas e avaliativas e reconhecendo-os como gêneros que apoiam a escolha do livro ou produção cultural e consultando-os no momento de fazer escolhas, quando for o caso.

(EF69LP46) Participar de práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras literárias/manifestações artísticas, como rodas de leitura, clubes de leitura, eventos de contação de histórias, de leituras dramáticas, de apresentações teatrais, musicais e de filmes, cineclubes, festivais de vídeo, *saraus*, *slams*, canais de *booktubers*, redes sociais temáticas (de leitores, de cinéfilos, de música etc.), dentre outros, tecendo, quando possível, comentários de ordem estética e afetiva e justificando suas apreciações, escrevendo comentários e resenhas para jornais, *blogs* e redes sociais e utilizando formas de expressão das culturas juvenis, tais como, *vlogs* e *podcasts* culturais (literatura, cinema, teatro, música), *playlists* comentadas, *fanfics*, *fanzines*, *e-zines*, *fanvídeos*, *fanclipes*, *posts* em *fanpages*, *trailer* honesto, vídeo-minuto, dentre outras possibilidades de práticas de apreciação e de manifestação da cultura de fãs.

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO		
Leitura	Reconstrução da textualidade e compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos	
	Adesão às práticas de leitura	
Produção de textos	Relação entre textos	
	Consideração das condições de produção Estratégias de produção: planejamento, textualização e revisão/edição	
Oralidade	Produção de textos orais	

HABILIDADES

(EF69LP47) Analisar, em textos narrativos ficcionais, as diferentes formas de composição próprias de cada gênero, os recursos coesivos que constroem a passagem do tempo e articulam suas partes, a escolha lexical típica de cada gênero para a caracterização dos cenários e dos personagens e os efeitos de sentido decorrentes dos tempos verbais, dos tipos de discurso, dos verbos de enunciação e das variedades linguísticas (no discurso direto, se houver) empregados, identificando o enredo e o foco narrativo e percebendo como se estrutura a narrativa nos diferentes gêneros e os efeitos de sentido decorrentes do foco narrativo típico de cada gênero, da caracterização dos espaços físico e psicológico e dos tempos cronológico e psicológico, das diferentes vozes no texto (do narrador, de personagens em discurso direto e indireto), do uso de pontuação expressiva, palavras e expressões conotativas e processos figurativos e do uso de recursos linguístico-gramaticais próprios a cada gênero narrativo.

(EF69LP48) Interpretar, em poemas, efeitos produzidos pelo uso de recursos expressivos sonoros (estrofação, rimas, aliterações etc), semânticos (figuras de linguagem, por exemplo), gráfico-espacial (distribuição da mancha gráfica no papel), imagens e sua relação com o texto verbal.

(EF69LP49) Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura e por outras produções culturais do campo e receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativas, que representem um desafio em relação às suas possibilidades atuais e suas experiências anteriores de leitura, apoiando-se nas marcas linguísticas, em seu conhecimento sobre os gêneros e a temática e nas orientações dadas pelo professor.

(EF69LP50) Elaborar texto teatral, a partir da adaptação de romances, contos, mitos, narrativas de enigma e de aventura, novelas, biografias romanceadas, crônicas, dentre outros, indicando as rubricas para caracterização do cenário, do espaço, do tempo; explicitando a caracterização física e psicológica dos personagens e dos seus modos de ação; reconfigurando a inserção do discurso direto e dos tipos de narrador; explicitando as marcas de variação linguística (dialetos, registros e jargões) e retextualizando o tratamento da temática.

(EF69LP51) Engajar-se ativamente nos processos de planejamento, textualização, revisão/edição e reescrita, tendo em vista as restrições temáticas, composicionais e estilísticas dos textos pretendidos e as configurações da situação de produção - o leitor pretendido, o suporte, o contexto de circulação do texto, as finalidades etc. - e considerando a imaginação, a estesia e a verossimilhança próprias ao texto literário.

(EF69LP52) Representar cenas ou textos dramáticos, considerando, na caracterização dos personagens, os aspectos linguísticos e paralinguísticos das falas (timbre e tom de voz, pausas e hesitações, entonação e expressividade, variedades e registros linguísticos), os gestos e os deslocamentos no espaço cênico, o figurino e a maquiagem e elaborando as rubricas indicadas pelo autor por meio do cenário, da trilha sonora e da exploração dos modos de interpretação.

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º AO 9º ANO (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO		
Oralidade	Produção de textos orais Oralização	
Análise linguística/semiótica	Recursos linguísticos e semióticos que operam nos textos pertencentes aos gêneros literários	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica	Variação linguística	

HABILIDADES

(EF69LP53) Ler em voz alta textos literários diversos – como contos de amor, de humor, de suspense, de terror; crônicas líricas, humorísticas, críticas; bem como leituras orais capituladas (compartilhadas ou não com o professor) de livros de maior extensão, como romances, narrativas de enigma, narrativas de aventura, literatura infantojuvenil, – contar/recontar histórias tanto da tradição oral (causos, contos de esperteza, contos de animais, contos de amor, contos de encantamento, piadas, dentre outros) quanto da tradição literária escrita, expressando a compreensão e interpretação do texto por meio de uma leitura ou fala expressiva e fluente, que respeite o ritmo, as pausas, as hesitações, a entonação indicados tanto pela pontuação quanto por outros recursos gráfico-editoriais, como negritos, itálicos, caixa-alta, ilustrações etc., gravando essa leitura ou esse conto/reconto, seja para análise posterior, seja para produção de *audiobooks* de textos literários diversos ou de *podcasts* de leituras dramáticas com ou sem efeitos especiais e ler e/ou declamar poemas diversos, tanto de forma livre quanto de forma fixa (como quadras, sonetos, liras, haicais etc.), empregando os recursos linguísticos, paralinguísticos e cinésicos necessários aos efeitos de sentido pretendidos, como o ritmo e a entonação, o emprego de pausas e prolongamentos, o tom e o timbre vocais, bem como eventuais recursos de gestualidade e pantomima que convenham ao gênero poético e à situação de compartilhamento em questão.

(EF69LP54) Analisar os efeitos de sentido decorrentes da interação entre os elementos linguísticos e os recursos paralinguísticos e cinésicos, como as variações no ritmo, as modulações no tom de voz, as pausas, as manipulações do estrato sonoro da linguagem, obtidos por meio da estrofação, das rimas e de figuras de linguagem como as aliterações, as assonâncias, as onomatopeias, dentre outras, a postura corporal e a gestualidade, na declamação de poemas, apresentações musicais e teatrais, tanto em gêneros em prosa quanto nos gêneros poéticos, os efeitos de sentido decorrentes do emprego de figuras de linguagem, tais como comparação, metáfora, personificação, metonímia, hipérbole, eufemismo, ironia, paradoxo e antítese e os efeitos de sentido decorrentes do emprego de palavras e expressões denotativas e conotativas (adjetivos, locuções adjetivas, orações subordinadas adjetivas etc.), que funcionam como modificadores, percebendo sua função na caracterização dos espaços, tempos, personagens e ações próprios de cada gênero narrativo.

(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.

(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º E 7º ANOS

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
Leitura	Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos	
	Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital	
	Apreciação e réplica	
	Relação entre textos	
	Estratégia de leitura Distinção de fato e opinião	
	Estratégia de leitura: identificação de teses e argumentos Apreciação e réplica	
	Efeitos de sentido	

HABILIDADES	
6º ANO	7º ANO
<p>(EF06LP01) Reconhecer a impossibilidade de uma neutralidade absoluta no relato de fatos e identificar diferentes graus de parcialidade/imparcialidade dados pelo recorte feito e pelos efeitos de sentido advindos de escolhas feitas pelo autor, de forma a poder desenvolver uma atitude crítica frente aos textos jornalísticos e tornar-se consciente das escolhas feitas enquanto produtor de textos.</p>	<p>(EF07LP01) Distinguir diferentes propostas editoriais – sensacionalismo, jornalismo investigativo etc. –, de forma a identificar os recursos utilizados para impactar/chocar o leitor que podem comprometer uma análise crítica da notícia e do fato noticiado.</p>
<p>(EF06LP02) Estabelecer relação entre os diferentes gêneros jornalísticos, compreendendo a centralidade da notícia.</p>	<p>(EF07LP02) Comparar notícias e reportagens sobre um mesmo fato divulgadas em diferentes mídias, analisando as especificidades das mídias, os processos de (re)elaboração dos textos e a convergência das mídias em notícias ou reportagens multissemióticas.</p>
<p>(EF67LP01) Analisar a estrutura e funcionamento dos <i>hiperlinks</i> em textos noticiosos publicados na <i>Web</i> e vislumbrar possibilidades de uma escrita hipertextual.</p>	
<p>(EF67LP02) Explorar o espaço reservado ao leitor nos jornais, revistas, impressos e <i>on-line</i>, <i>sites</i> noticiosos etc., destacando notícias, fotorreportagens, entrevistas, charges, assuntos, temas, debates em foco, posicionando-se de maneira ética e respeitosa frente a esses textos e opiniões a eles relacionadas, e publicar notícias, notas jornalísticas, fotorreportagem de interesse geral nesses espaços do leitor.</p>	
<p>(EF67LP03) Comparar informações sobre um mesmo fato divulgadas em diferentes veículos e mídias, analisando e avaliando a confiabilidade.</p>	
<p>(EF67LP04) Distinguir, em segmentos descontínuos de textos, fato da opinião enunciada em relação a esse mesmo fato.</p>	
<p>(EF67LP05) Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e argumentos em textos argumentativos (carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), manifestando concordância ou discordância.</p>	
<p>(EF67LP06) Identificar os efeitos de sentido provocados pela seleção lexical, topicalização de elementos e seleção e hierarquização de informações, uso de 3ª pessoa etc.</p> <p>(EF67LP07) Identificar o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e perceber seus efeitos de sentido.</p>	

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º E 7º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
Leitura	Efeitos de sentido Exploração da multissemiótica	
Produção de textos	Estratégias de produção: planejamento de textos informativos	
	Textualização, tendo em vista suas condições de produção, as características do gênero em questão, o estabelecimento de coesão, adequação à norma-padrão e o uso adequado de ferramentas de edição	
	Estratégias de produção: planejamento de textos argumentativos e apreciativos	
	Textualização de textos argumentativos e apreciativos	
	Produção e edição de textos publicitários	

HABILIDADES	
6º ANO	7º ANO
	<p>(EF67LP08) Identificar os efeitos de sentido devidos à escolha de imagens estáticas, sequenciação ou sobreposição de imagens, definição de figura/fundo, ângulo, profundidade e foco, cores/tonalidades, relação com o escrito (relações de reiteração, complementação ou oposição) etc. em notícias, reportagens, fotorreportagens, foto-denúncias, memes, <i>gifs</i>, anúncios publicitários e propagandas publicados em jornais, revistas, <i>sites</i> na internet etc.</p>
	<p>(EF67LP09) Planejar notícia impressa e para circulação em outras mídias (rádio ou TV/vídeo), tendo em vista as condições de produção, do texto – objetivo, leitores/espectadores, veículos e mídia de circulação etc. –, a partir da escolha do fato a ser noticiado (de relevância para a turma, escola ou comunidade), do levantamento de dados e informações sobre o fato – que pode envolver entrevistas com envolvidos ou com especialistas, consultas a fontes, análise de documentos, cobertura de eventos etc.–, do registro dessas informações e dados, da escolha de fotos ou imagens a produzir ou a utilizar etc. e a previsão de uma estrutura hipertextual (no caso de publicação em <i>sites</i> ou <i>blogs</i> noticiosos).</p>
	<p>(EF67LP10) Produzir notícia impressa tendo em vista características do gênero – título ou manchete com verbo no tempo presente, linha fina (opcional), lide, progressão dada pela ordem decrescente de importância dos fatos, uso de 3ª pessoa, de palavras que indicam precisão –, e o estabelecimento adequado de coesão e produzir notícia para TV, rádio e internet, tendo em vista, além das características do gênero, os recursos de mídias disponíveis e o manejo de recursos de captação e edição de áudio e imagem.</p>
	<p>(EF67LP11) Planejar resenhas, <i>vlogs</i>, vídeos e <i>podcasts</i> variados, e textos e vídeos de apresentação e apreciação próprios das culturas juvenis (algumas possibilidades: fanzines, fanclipes, <i>e-zines</i>, <i>gameplay</i>, detonado etc.), dentre outros, tendo em vista as condições de produção do texto – objetivo, leitores/espectadores, veículos e mídia de circulação etc. –, a partir da escolha de uma produção ou evento cultural para analisar – livro, filme, série, <i>game</i>, canção, videoclipe, fanclipe, <i>show</i>, <i>saraus</i>, <i>slams</i> etc. – da busca de informação sobre a produção ou evento escolhido, da síntese de informações sobre a obra/evento e do elenco/seleção de aspectos, elementos ou recursos que possam ser destacados positiva ou negativamente ou da roteirização do passo a passo do <i>game</i> para posterior gravação dos vídeos.</p>
	<p>(EF67LP12) Produzir resenhas críticas, <i>vlogs</i>, vídeos, <i>podcasts</i> variados e produções e gêneros próprios das culturas juvenis (algumas possibilidades: fanzines, fanclipes, <i>e-zines</i>, <i>gameplay</i>, detonado etc.), que apresentem/descrevam e/ou avaliem produções culturais (livro, filme, série, <i>game</i>, canção, disco, videoclipe etc.) ou evento (<i>show</i>, <i>sarau</i>, <i>slam</i> etc.), tendo em vista o contexto de produção dado, as características do gênero, os recursos das mídias envolvidas e a textualização adequada dos textos e/ou produções.</p>
	<p>(EF67LP13) Produzir, revisar e editar textos publicitários, levando em conta o contexto de produção dado, explorando recursos multissemióticos, relacionando elementos verbais e visuais, utilizando adequadamente estratégias discursivas de persuasão e/ou convencimento e criando título ou <i>slogan</i> que façam o leitor motivar-se a interagir com o texto produzido e se sinta atraído pelo serviço, ideia ou produto em questão.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º E 7º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
Oralidade	Planejamento e produção de entrevistas orais	
CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA		
Leitura	Estratégias e procedimentos de leitura em textos legais e normativos	
	Contexto de produção, circulação e recepção de textos e práticas relacionadas à defesa de direitos e à participação social	
	Relação entre contexto de produção e características composicionais e estilísticas dos gêneros (carta de solicitação, carta de reclamação, petição <i>on-line</i> , carta aberta, abaixo-assinado, proposta etc.) Apreciação e réplica	
	Estratégias, procedimentos de leitura em textos reivindicatórios ou propositivos	
Produção de textos	Estratégia de produção: planejamento de textos reivindicatórios ou propositivos	

HABILIDADES	
6º ANO	7º ANO
	<p>(EF67LP14) Definir o contexto de produção da entrevista (objetivos, o que se pretende conseguir, porque aquele entrevistado etc.), levantar informações sobre o entrevistado e sobre o acontecimento ou tema em questão, preparar o roteiro de perguntar e realizar entrevista oral com envolvidos ou especialistas relacionados com o fato noticiado ou com o tema em pauta, usando roteiro previamente elaborado e formulando outras perguntas a partir das respostas dadas e, quando for o caso, selecionar partes, transcrever e proceder a uma edição escrita do texto, adequando-o a seu contexto de publicação, à construção composicional do gênero e garantindo a relevância das informações mantidas e a continuidade temática.</p>
	<p>(EF67LP15) Identificar a proibição imposta ou o direito garantido, bem como as circunstâncias de sua aplicação, em artigos relativos a normas, regimentos escolares, regimentos e estatutos da sociedade civil, regulamentações para o mercado publicitário, Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito, ECA, Constituição, dentre outros.</p>
	<p>(EF67LP16) Explorar e analisar espaços de reclamação de direitos e de envio de solicitações (tais como ouvidorias, SAC, canais ligados a órgãos públicos, plataformas do consumidor, plataformas de reclamação), bem como de textos pertencentes a gêneros que circulam nesses espaços, reclamação ou carta de reclamação, solicitação ou carta de solicitação, como forma de ampliar as possibilidades de produção desses textos em casos que remetam a reivindicações que envolvam a escola, a comunidade ou algum de seus membros como forma de se engajar na busca de solução de problemas pessoais, dos outros e coletivos.</p>
	<p>(EF67LP17) Analisar, a partir do contexto de produção, a forma de organização das cartas de solicitação e de reclamação (datação, forma de início, apresentação contextualizada do pedido ou da reclamação, em geral, acompanhada de explicações, argumentos e/ou relatos do problema, fórmula de finalização mais ou menos cordata, dependendo do tipo de carta e subscrição) e algumas das marcas linguísticas relacionadas à argumentação, explicação ou relato de fatos, como forma de possibilitar a escrita fundamentada de cartas como essas ou de postagens em canais próprios de reclamações e solicitações em situações que envolvam questões relativas à escola, à comunidade ou a algum dos seus membros.</p>
	<p>(EF67LP18) Identificar o objeto da reclamação e/ou da solicitação e sua sustentação, explicação ou justificativa, de forma a poder analisar a pertinência da solicitação ou justificativa.</p>
	<p>(EF67LP19) Realizar levantamento de questões, problemas que requeiram a denúncia de desrespeito a direitos, reivindicações, reclamações, solicitações que contemplem a comunidade escolar ou algum de seus membros e examinar normas e legislações.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º E 7º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA		
Leitura	Curadoria de informação	
Produção de textos	Estratégias de escrita: textualização, revisão e edição	
Oralidade	Conversação espontânea	
	Procedimentos de apoio à compreensão Tomada de nota	
Análise linguística/semiótica	Textualização Progressão temática	
	Textualização	
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO		
Leitura	Relação entre textos	
	Estratégias de leitura Apreciação e réplica	
	Reconstrução da textualidade Efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos	

HABILIDADES	
6º ANO	7º ANO
	(EF67LP20) Realizar pesquisa, a partir de recortes e questões definidos previamente, usando fontes indicadas e abertas.
	(EF67LP21) Divulgar resultados de pesquisas por meio de apresentações orais, painéis, artigos de divulgação científica, verbetes de enciclopédia, <i>podcasts</i> científicos etc. (EF67LP22) Produzir resumos, a partir das notas e/ou esquemas feitos, com o uso adequado de paráfrases e citações.
	(EF67LP23) Respeitar os turnos de fala, na participação em conversações e em discussões ou atividades coletivas, na sala de aula e na escola e formular perguntas coerentes e adequadas em momentos oportunos em situações de aulas, apresentação oral, seminário etc.
	(EF67LP24) Tomar nota de aulas, apresentações orais, entrevistas (ao vivo, áudio, TV, vídeo), identificando e hierarquizando as informações principais, tendo em vista apoiar o estudo e a produção de sínteses e reflexões pessoais ou outros objetivos em questão.
	(EF67LP25) Reconhecer e utilizar os critérios de organização tópica (do geral para o específico, do específico para o geral etc.), as marcas linguísticas dessa organização (marcadores de ordenação e enumeração, de explicação, definição e exemplificação, por exemplo) e os mecanismos de paráfrase, de maneira a organizar mais adequadamente a coesão e a progressão temática de seus textos.
	(EF67LP26) Reconhecer a estrutura de hipertexto em textos de divulgação científica e proceder à remissão a conceitos e relações por meio de notas de rodapés ou boxes.
	(EF67LP27) Analisar, entre os textos literários e entre estes e outras manifestações artísticas (como cinema, teatro, música, artes visuais e midiáticas), referências explícitas ou implícitas a outros textos, quanto aos temas, personagens e recursos literários e semióticos
	(EF67LP28) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes –, romances infantojuvenis, contos populares, contos de terror, lendas brasileiras, indígenas e africanas, narrativas de aventuras, narrativas de enigma, mitos, crônicas, autobiografias, histórias em quadrinhos, mangás, poemas de forma livre e fixa (como sonetos e cordéis), vídeo-poemas, poemas visuais, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.
	(EF67LP29) Identificar, em texto dramático, personagem, ato, cena, fala e indicações cênicas e a organização do texto: enredo, conflitos, ideias principais, pontos de vista, universos de referência.

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º E 7º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO		
Produção de textos	Construção da textualidade Relação entre textos	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica	Fono-ortografia	
	Elementos notacionais da escrita	
	Léxico/morfologia	
	Morfossintaxe	

HABILIDADES	
6º ANO	7º ANO
<p>(EF67LP30) Criar narrativas ficcionais, tais como contos populares, contos de suspense, mistério, terror, humor, narrativas de enigma, crônicas, histórias em quadrinhos, dentre outros, que utilizem cenários e personagens realistas ou de fantasia, observando os elementos da estrutura narrativa próprios ao gênero pretendido, tais como enredo, personagens, tempo, espaço e narrador, utilizando tempos verbais adequados à narração de fatos passados, empregando conhecimentos sobre diferentes modos de se iniciar uma história e de inserir os discursos direto e indireto.</p> <p>(EF67LP31) Criar poemas compostos por versos livres e de forma fixa (como quadras e sonetos), utilizando recursos visuais, semânticos e sonoros, tais como cadências, ritmos e rimas, e poemas visuais e vídeo-poemas, explorando as relações entre imagem e texto verbal, a distribuição da mancha gráfica (poema visual) e outros recursos visuais e sonoros.</p>	
<p>(EF67LP32) Escrever palavras com correção ortográfica, obedecendo as convenções da língua escrita.</p>	
<p>(EF67LP33) Pontuar textos adequadamente.</p>	
<p>(EF06LP03) Analisar diferenças de sentido entre palavras de uma série sinonímica.</p>	<p>(EF07LP03) Formar, com base em palavras primitivas, palavras derivadas com os prefixos e sufixos mais produtivos no português.</p>
<p>(EF67LP34) Formar antônimos com acréscimo de prefixos que expressam noção de negação.</p>	
<p>(EF67LP35) Distinguir palavras derivadas por acréscimo de afixos e palavras compostas.</p>	
<p>(EF06LP04) Analisar a função e as flexões de substantivos e adjetivos e de verbos nos modos Indicativo, Subjuntivo e Imperativo: afirmativo e negativo.</p>	<p>(EF07LP04) Reconhecer, em textos, o verbo como o núcleo das orações.</p>
<p>(EF06LP05) Identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o gênero textual e a intenção comunicativa.</p>	<p>(EF07LP05) Identificar, em orações de textos lidos ou de produção própria, verbos de predicação completa e incompleta: intransitivos e transitivos.</p>
<p>(EF06LP06) Empregar, adequadamente, as regras de concordância nominal (relações entre os substantivos e seus determinantes) e as regras de concordância verbal (relações entre o verbo e o sujeito simples e composto).</p>	<p>(EF07LP06) Empregar as regras básicas de concordância nominal e verbal em situações comunicativas e na produção de textos.</p>
	<p>(EF07LP07) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, a estrutura básica da oração: sujeito, predicado, complemento (objetos direto e indireto).</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º E 7º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica	Morfossintaxe	
	Sintaxe	
	Elementos notacionais da escrita/morfossintaxe	
	Semântica Coesão	

HABILIDADES	
6º ANO	7º ANO
	(EF07LP08) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, adjetivos que ampliam o sentido do substantivo sujeito ou complemento verbal.
	(EF07LP09) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, advérbios e locuções adverbiais que ampliam o sentido do verbo núcleo da oração.
(EF06LP07) Identificar, em textos, períodos compostos por orações separadas por vírgula sem a utilização de conectivos, nomeando-os como períodos compostos por coordenação.	
(EF06LP08) Identificar, em texto ou sequência textual, orações como unidades constituídas em torno de um núcleo verbal e períodos como conjunto de orações conectadas.	(EF07LP10) Utilizar, ao produzir texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: modos e tempos verbais, concordância nominal e verbal, pontuação etc.
(EF06LP09) Classificar, em texto ou sequência textual, os períodos simples compostos.	(EF07LP11) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, períodos compostos nos quais duas orações são conectadas por vírgula, ou por conjunções que expressem soma de sentido (conjunção “e”) ou oposição de sentidos (conjunções “mas”, “porém”).
(EF06LP10) Identificar sintagmas nominais e verbais como constituintes imediatos da oração.	
(EF06LP11) Utilizar, ao produzir texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: tempos verbais, concordância nominal e verbal, regras ortográficas, pontuação etc.	
(EF06LP12) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão referencial (nome e pronomes), recursos semânticos de sinonímia, antonímia e homonímia e mecanismos de representação de diferentes vozes (discurso direto e indireto).	(EF07LP12) Reconhecer recursos de coesão referencial: substituições lexicais (de substantivos por sinônimos) ou pronominais (uso de pronomes anafóricos – pessoais, possessivos, demonstrativos).

LÍNGUA PORTUGUESA - 6º E 7º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica	Coesão	
	Sequências textuais	
	Modalização	
	Figuras de linguagem	

HABILIDADES	
6º ANO	7º ANO
(EF67LP36) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão referencial (léxica e pronominal) e sequencial e outros recursos expressivos adequados ao gênero textual.	(EF07LP13) Estabelecer relações entre partes do texto, identificando substituições lexicais (de substantivos por sinônimos) ou pronominais (uso de pronomes anafóricos – pessoais, possessivos, demonstrativos), que contribuem para a continuidade do texto.
(EF67LP37) Analisar, em diferentes textos, os efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos linguístico-discursivos de prescrição, causalidade, sequências descritivas e expositivas e ordenação de eventos.	(EF07LP14) Identificar, em textos, os efeitos de sentido do uso de estratégias de modalização e argumentatividade.
(EF67LP38) Analisar os efeitos de sentido do uso de figuras de linguagem, como comparação, metáfora, metonímia, personificação, hipérbole, dentre outras.	

LÍNGUA PORTUGUESA - 8º E 9º ANOS

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
Leitura	<p>Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos</p> <p>Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital</p>	
	<p>Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto</p> <p>Apreciação e réplica</p>	
	<p>Relação entre textos</p>	
	<p>Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto</p> <p>Apreciação e réplica</p>	
	<p>Efeitos de sentido</p>	
	<p>Efeitos de sentido</p> <p>Exploração da multissemiose</p>	

HABILIDADES	
8º ANO	9º ANO
<p>(EF89LP01) Analisar os interesses que movem o campo jornalístico, os efeitos das novas tecnologias no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria, de forma a poder desenvolver uma atitude crítica frente aos textos jornalísticos.</p>	
<p>(EF08LP01) Identificar e comparar as várias editorias de jornais impressos e digitais e de <i>sites</i> noticiosos, de forma a refletir sobre os tipos de fato que são noticiados e comentados, as escolhas sobre o que noticiar e o que não noticiar e o destaque/enfoque dado e a fidedignidade da informação.</p>	<p>(EF09LP01) Analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais e desenvolver estratégias para reconhecê-las, a partir da verificação/avaliação do veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, da análise da formatação, da comparação de diferentes fontes, da consulta a <i>sites</i> de curadoria que atestam a fidedignidade do relato dos fatos e denunciam boatos etc.</p>
<p>(EF89LP02) Analisar diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, <i>gif</i>, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma presença mais crítica e ética nas redes.</p>	
<p>(EF89LP03) Analisar textos de opinião (artigos de opinião, editoriais, cartas de leitores, comentários, <i>posts</i> de <i>blog</i> e de redes sociais, charges, memes, <i>gifs</i> etc.) e posicionar-se de forma crítica e fundamentada, ética e respeitosa frente a fatos e opiniões relacionados a esses textos.</p>	
<p>(EF08LP02) Justificar diferenças ou semelhanças no tratamento dado a uma mesma informação veiculada em textos diferentes, consultando <i>sites</i> e serviços de checadores de fatos.</p>	<p>(EF09LP02) Analisar e comentar a cobertura da imprensa sobre fatos de relevância social, comparando diferentes enfoques por meio do uso de ferramentas de curadoria.</p>
<p>(EF89LP04) Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e implícitos, argumentos e contra-argumentos em textos argumentativos do campo (carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), posicionando-se frente à questão controversa de forma sustentada.</p>	
<p>(EF89LP05) Analisar o efeito de sentido produzido pelo uso, em textos, de recurso a formas de apropriação textual (paráfrases, citações, discurso direto, indireto ou indireto livre).</p> <p>(EF89LP06) Analisar o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e seus efeitos de sentido.</p>	
<p>(EF89LP07) Analisar, em notícias, reportagens e peças publicitárias em várias mídias, os efeitos de sentido devidos ao tratamento e à composição dos elementos nas imagens em movimento, à performance, à montagem feita (ritmo, duração e sincronização entre as linguagens - complementaridades, interferências etc.) e ao ritmo, melodia, instrumentos e sampleamentos das músicas e efeitos sonoros.</p>	

LÍNGUA PORTUGUESA - 8º E 9º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
Produção de textos	Estratégia de produção: planejamento de textos informativos	
	Estratégia de produção: textualização de textos informativos	
	Estratégia de produção: planejamento de textos argumentativos e apreciativos	
	Textualização de textos argumentativos e apreciativos	
	Estratégias de produção: planejamento, textualização, revisão e edição de textos publicitários	

HABILIDADES	
8º ANO	9º ANO
<p>(EF89LP08) Planejar reportagem impressa e em outras mídias (rádio ou TV/vídeo, <i>sites</i>), tendo em vista as condições de produção do texto – objetivo, leitores/espectadores, veículos e mídia de circulação etc. – a partir da escolha do fato a ser aprofundado ou do tema a ser focado (de relevância para a turma, escola ou comunidade), do levantamento de dados e informações sobre o fato ou tema – que pode envolver entrevistas com envolvidos ou com especialistas, consultas a fontes diversas, análise de documentos, cobertura de eventos etc. -, do registro dessas informações e dados, da escolha de fotos ou imagens a produzir ou a utilizar etc., da produção de infográficos, quando for o caso, e da organização hipertextual (no caso a publicação em <i>sites</i> ou <i>blogs</i> noticiosos ou mesmo de jornais impressos, por meio de boxes variados).</p>	
<p>(EF89LP09) Produzir reportagem impressa, com título, linha fina (optativa), organização composicional (expositiva, interpretativa e/ou opinativa), progressão temática e uso de recursos linguísticos compatíveis com as escolhas feitas e reportagens multimidiáticas, tendo em vista as condições de produção, as características do gênero, os recursos e mídias disponíveis, sua organização hipertextual e o manejo adequado de recursos de captação e edição de áudio e imagem e adequação à norma-padrão.</p>	
<p>(EF89LP10) Planejar artigos de opinião, tendo em vista as condições de produção do texto – objetivo, leitores/espectadores, veículos e mídia de circulação etc. –, a partir da escolha do tema ou questão a ser discutido(a), da relevância para a turma, escola ou comunidade, do levantamento de dados e informações sobre a questão, de argumentos relacionados a diferentes posicionamentos em jogo, da definição – o que pode envolver consultas a fontes diversas, entrevistas com especialistas, análise de textos, organização esquemática das informações e argumentos – dos (tipos de) argumentos e estratégias que pretende utilizar para convencer os leitores.</p>	
<p>(EF08LP03) Produzir artigos de opinião, tendo em vista o contexto de produção dado, a defesa de um ponto de vista, utilizando argumentos e contra-argumentos e articuladores de coesão que marquem relações de oposição, contraste, exemplificação, ênfase.</p>	<p>(EF09LP03) Produzir artigos de opinião, tendo em vista o contexto de produção dado, assumindo posição diante de tema polêmico, argumentando de acordo com a estrutura própria desse tipo de texto e utilizando diferentes tipos de argumentos – de autoridade, comprovação, exemplificação princípio etc.</p>
<p>(EF89LP11) Produzir, revisar e editar peças e campanhas publicitárias, envolvendo o uso articulado e complementar de diferentes peças publicitárias: cartaz, <i>banner</i>, <i>indoor</i>, folheto, panfleto, anúncio de jornal/revista, para internet, <i>spot</i>, propaganda de rádio, TV, a partir da escolha da questão/problema/causa significativa para a escola e/ou a comunidade escolar, da definição do público-alvo, das peças que serão produzidas, das estratégias de persuasão e convencimento que serão utilizadas.</p>	

LÍNGUA PORTUGUESA - 8º E 9º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
Oralidade	Estratégias de produção: planejamento e participação em debates regrados	
	Estratégias de produção: planejamento, realização e edição de entrevistas orais	
Análise linguística/semiótica	Argumentação: movimentos argumentativos, tipos de argumento e força argumentativa	
	Estilo	
	Modalização	

HABILIDADES	
8º ANO	9º ANO
	<p>(EF89LP12) Planejar coletivamente a realização de um debate sobre tema previamente definido, de interesse coletivo, com regras acordadas e planejar, em grupo, participação em debate a partir do levantamento de informações e argumentos que possam sustentar o posicionamento a ser defendido (o que pode envolver entrevistas com especialistas, consultas a fontes diversas, o registro das informações e dados obtidos etc.), tendo em vista as condições de produção do debate - perfil dos ouvintes e demais participantes, objetivos do debate, motivações para sua realização, argumentos e estratégias de convencimento mais eficazes etc. e participar de debates regrados, na condição de membro de uma equipe de debatedor, apresentador/mediador, espectador (com ou sem direito a perguntas), e/ou de juiz/avaliador, como forma de compreender o funcionamento do debate, e poder participar de forma convincente, ética, respeitosa e crítica e desenvolver uma atitude de respeito e diálogo para com as ideias divergentes.</p>
	<p>(EF89LP13) Planejar entrevistas orais com pessoas ligadas ao fato noticiado, especialistas etc., como forma de obter dados e informações sobre os fatos cobertos sobre o tema ou questão discutida ou temáticas em estudo, levando em conta o gênero e seu contexto de produção, partindo do levantamento de informações sobre o entrevistado e sobre a temática e da elaboração de um roteiro de perguntas, garantindo a relevância das informações mantidas e a continuidade temática, realizar entrevista e fazer edição em áudio ou vídeo, incluindo uma contextualização inicial e uma fala de encerramento para publicação da entrevista isoladamente ou como parte integrante de reportagem multimidiática, adequando-a a seu contexto de publicação e garantindo a relevância das informações mantidas e a continuidade temática.</p>
	<p>(EF89LP14) Analisar, em textos argumentativos e propositivos, os movimentos argumentativos de sustentação, refutação e negociação e os tipos de argumentos, avaliando a força/tipo dos argumentos utilizados.</p>
	<p>(EF89LP15) Utilizar, nos debates, operadores argumentativos que marcam a defesa de ideia e de diálogo com a tese do outro: <i>concordo, discordo, concordo parcialmente, do meu ponto de vista, na perspectiva aqui assumida</i> etc.</p>
	<p>(EF89LP16) Analisar a modalização realizada em textos noticiosos e argumentativos, por meio das modalidades apreciativas, viabilizadas por classes e estruturas gramaticais como adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, locuções adverbiais, orações adjetivas e adverbiais, orações relativas restritivas e explicativas etc., de maneira a perceber a apreciação ideológica sobre os fatos noticiados ou as posições implícitas ou assumidas.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 8º E 9º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA		
Leitura	Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos legais e normativos	
	Contexto de produção, circulação e recepção de textos e práticas relacionadas à defesa de direitos e à participação social	
	Relação entre contexto de produção e características composicionais e estilísticas dos gêneros Apreciação e réplica	
	Estratégias e procedimentos de leitura em textos reivindicatórios ou propositivos	
Produção de textos	Estratégia de produção: planejamento de textos reivindicatórios ou propositivos	

HABILIDADES	
8º ANO	9º ANO
	<p>(EF89LP17) Relacionar textos e documentos legais e normativos de importância universal, nacional ou local que envolvam direitos, em especial, de crianças, adolescentes e jovens – tais como a Declaração dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira, o ECA -, e a regulamentação da organização escolar – por exemplo, regimento escolar -, a seus contextos de produção, reconhecendo e analisando possíveis motivações, finalidades e sua vinculação com experiências humanas e fatos históricos e sociais, como forma de ampliar a compreensão dos direitos e deveres, de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade (o outro tem direito a uma vida digna tanto quanto eu tenho).</p>
	<p>(EF89LP18) Explorar e analisar instâncias e canais de participação disponíveis na escola (conselho de escola, outros colegiados, grêmio livre), na comunidade (associações, coletivos, movimentos, etc.), no município ou no país, incluindo formas de participação digital, como canais e plataformas de participação (como portal e-cidadania), serviços, portais e ferramentas de acompanhamentos do trabalho de políticos e de tramitação de leis, canais de educação política, bem como de propostas e proposições que circulam nesses canais, de forma a participar do debate de ideias e propostas na esfera social e a engajar-se com a busca de soluções para problemas ou questões que envolvam a vida da escola e da comunidade.</p>
	<p>(EF89LP19) Analisar, a partir do contexto de produção, a forma de organização das cartas abertas, abaixo-assinados e petições <i>on-line</i> (identificação dos signatários, explicitação da reivindicação feita, acompanhada ou não de uma breve apresentação da problemática e/ou de justificativas que visam sustentar a reivindicação) e a proposição, discussão e aprovação de propostas políticas ou de soluções para problemas de interesse público, apresentadas ou lidas nos canais digitais de participação, identificando suas marcas linguísticas, como forma de possibilitar a escrita ou subscrição consciente de abaixo-assinados e textos dessa natureza e poder se posicionar de forma crítica e fundamentada frente às propostas.</p>
	<p>(EF89LP20) Comparar propostas políticas e de solução de problemas, identificando o que se pretende fazer/implementar, por que (motivações, justificativas), para que (objetivos, benefícios e consequências esperados), como (ações e passos), quando etc. e a forma de avaliar a eficácia da proposta/solução, contrastando dados e informações de diferentes fontes, identificando coincidências, complementaridades e contradições, de forma a poder compreender e posicionar-se criticamente sobre os dados e informações usados em fundamentação de propostas e analisar a coerência entre os elementos, de forma a tomar decisões fundamentadas.</p>
	<p>(EF89LP21) Realizar enquetes e pesquisas de opinião, de forma a levantar prioridades, problemas a resolver ou propostas que possam contribuir para melhoria da escola ou da comunidade, caracterizar demanda/necessidade, documentando-a de diferentes maneiras por meio de diferentes procedimentos, gêneros e mídias e, quando for o caso, selecionar informações e dados relevantes de fontes pertinentes diversas (<i>sites</i>, impressos, vídeos etc.), avaliando a qualidade e a utilidade dessas fontes, que possam servir de contextualização e fundamentação de propostas, de forma a justificar a proposição de propostas, projetos culturais e ações de intervenção.</p>

LÍNGUA PORTUGUESA - 8º E 9º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA		
Oralidade	Escuta Apreender o sentido geral dos textos Apreciação e réplica Produção/Proposta	
Análise linguística/semiótica	Movimentos argumentativos e força dos argumentos	
CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA		
Leitura	Curadoria de informação	
Produção de textos	Estratégias de escrita: textualização, revisão e edição	
Oralidade	Conversação espontânea	
	Procedimentos de apoio à compreensão Tomada de nota	
Análise linguística/semiótica	Textualização Progressão temática	
	Textualização	
	Modalização	

HABILIDADES	
8º ANO	9º ANO
	(EF89LP22) Compreender e comparar as diferentes posições e interesses em jogo em uma discussão ou apresentação de propostas, avaliando a validade e força dos argumentos e as consequências do que está sendo proposto e, quando for o caso, formular e negociar propostas de diferentes naturezas relativas a interesses coletivos envolvendo a escola ou comunidade escolar.
	(EF89LP23) Analisar, em textos argumentativos, reivindicatórios e propositivos, os movimentos argumentativos utilizados (sustentação, refutação e negociação), avaliando a força dos argumentos utilizados.
	(EF89LP24) Realizar pesquisa, estabelecendo o recorte das questões, usando fontes abertas e confiáveis.
	(EF89LP25) Divulgar o resultado de pesquisas por meio de apresentações orais, verbetes de enciclopédias colaborativas, reportagens de divulgação científica, <i>vlogs</i> científicos, vídeos de diferentes tipos etc. (EF89LP26) Produzir resenhas, a partir das notas e/ou esquemas feitos, com o manejo adequado das vozes envolvidas (do resenhador, do autor da obra e, se for o caso, também dos autores citados na obra resenhada), por meio do uso de paráfrases, marcas do discurso reportado e citações.
	(EF89LP27) Tecer considerações e formular problematizações pertinentes, em momentos oportunos, em situações de aulas, apresentação oral, seminário etc.
	(EF89LP28) Tomar nota de videoaulas, aulas digitais, apresentações multimídias, vídeos de divulgação científica, documentários e afins, identificando, em função dos objetivos, informações principais para apoio ao estudo e realizando, quando necessário, uma síntese final que destaque e reorganize os pontos ou conceitos centrais e suas relações e que, em alguns casos, seja acompanhada de reflexões pessoais, que podem conter dúvidas, questionamentos, considerações etc.
	(EF89LP29) Utilizar e perceber mecanismos de progressão temática, tais como retomadas anafóricas (“que, cujo, onde”, pronomes do caso reto e oblíquos, pronomes demonstrativos, nomes correferentes etc.), catáforas (remetendo para adiante ao invés de retomar o já dito), uso de organizadores textuais, de coesivos etc., e analisar os mecanismos de reformulação e paráfrase utilizados nos textos de divulgação do conhecimento.
	(EF89LP30) Analisar a estrutura de hipertexto e <i>hiperlinks</i> em textos de divulgação científica que circulem na <i>Web</i> e proceder à remissão a conceitos e relações por meio de <i>links</i> .
	(EF89LP31) Analisar e utilizar modalização epistêmica, isto é, modos de indicar uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade de uma proposição, tais como os asseverativos – quando se concorda com (“realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, claro, certo, lógico, sem dúvida” etc.) ou discorda de (“de jeito nenhum, de forma alguma”) uma ideia; e os quase-asseverativos, que indicam que se considera o conteúdo como quase certo (“talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente”).

LÍNGUA PORTUGUESA - 8º E 9º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO		
Leitura	Relação entre textos	
	Estratégias de leitura Apreciação e réplica	
	Reconstrução da textualidade e compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos	
Produção de textos	Construção da textualidade	
	Relação entre textos	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/ semiótica	Fono-ortografia	
	Léxico/morfologia	

HABILIDADES	
8º ANO	9º ANO
<p>(EF89LP32) Analisar os efeitos de sentido decorrentes do uso de mecanismos de intertextualidade (referências, alusões, retomadas) entre os textos literários, entre esses textos literários e outras manifestações artísticas (cinema, teatro, artes visuais e midiáticas, música), quanto aos temas, personagens, estilos, autores etc., e entre o texto original e paródias, paráfrases, pastiches, <i>trailer</i> honesto, vídeos-minuto, <i>vidding</i>, dentre outros.</p>	
<p>(EF89LP33) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes – romances, contos contemporâneos, minicontos, fábulas contemporâneas, romances juvenis, biografias romanceadas, novelas, crônicas visuais, narrativas de ficção científica, narrativas de suspense, poemas de forma livre e fixa (como haicai), poema concreto, ciberpoema, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.</p>	
<p>(EF89LP34) Analisar a organização de texto dramático apresentado em teatro, televisão, cinema, identificando e percebendo os sentidos decorrentes dos recursos linguísticos e semióticos que sustentam sua realização como peça teatral, novela, filme etc.</p>	
<p>(EF89LP35) Criar contos ou crônicas (em especial, líricas), crônicas visuais, minicontos, narrativas de aventura e de ficção científica, dentre outros, com temáticas próprias ao gênero, usando os conhecimentos sobre os constituintes estruturais e recursos expressivos típicos dos gêneros narrativos pretendidos, e, no caso de produção em grupo, ferramentas de escrita colaborativa.</p>	
<p>(EF89LP36) Parodiar poemas conhecidos da literatura e criar textos em versos (como poemas concretos, ciberpoemas, haicais, líricas, microrroteiros, lambe-lambes e outros tipos de poemas), explorando o uso de recursos sonoros e semânticos (como figuras de linguagem e jogos de palavras) e visuais (como relações entre imagem e texto verbal e distribuição da mancha gráfica), de forma a propiciar diferentes efeitos de sentido.</p>	
<p>(EF08LP04) Utilizar, ao produzir texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: ortografia, regências e concordâncias nominal e verbal, modos e tempos verbais, pontuação etc.</p>	<p>(EF09LP04) Escrever textos corretamente, de acordo com a norma-padrão, com estruturas sintáticas complexas no nível da oração e do período.</p>
<p>(EF08LP05) Analisar processos de formação de palavras por composição (aglutinação e justaposição), apropriando-se de regras básicas de uso do hífen em palavras compostas.</p>	

LÍNGUA PORTUGUESA - 8º E 9º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/ semiótica	Morfossintaxe	

HABILIDADES	
8º ANO	9º ANO
(EF08LP06) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, os termos constitutivos da oração (sujeito e seus modificadores, verbo e seus complementos e modificadores).	(EF09LP05) Identificar, em textos lidos e em produções próprias, orações com a estrutura sujeito-verbo de ligação-predicativo.
(EF08LP07) Diferenciar, em textos lidos ou de produção própria, complementos diretos e indiretos de verbos transitivos, apropriando-se da regência de verbos de uso frequente.	(EF09LP06) Diferenciar, em textos lidos e em produções próprias, o efeito de sentido do uso dos verbos de ligação “ser”, “estar”, “ficar”, “parecer” e “permanecer”.
(EF08LP08) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, verbos na voz ativa e na voz passiva, interpretando os efeitos de sentido de sujeito ativo e passivo (agente da passiva).	(EF09LP07) Comparar o uso de regência verbal e regência nominal na norma-padrão com seu uso no português brasileiro coloquial oral.
(EF08LP09) Interpretar efeitos de sentido de modificadores (adjuntos adnominais – artigos definido ou indefinido, adjetivos, expressões adjetivas) em substantivos com função de sujeito ou de complemento verbal, usando-os para enriquecer seus próprios textos.	
(EF08LP10) Interpretar, em textos lidos ou de produção própria, efeitos de sentido de modificadores do verbo (adjuntos adverbiais – advérbios e expressões adverbiais), usando-os para enriquecer seus próprios textos.	
(EF08LP11) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, agrupamento de orações em períodos, diferenciando coordenação de subordinação.	
(EF08LP12) Identificar, em textos lidos, orações subordinadas com conjunções de uso frequente, incorporando-as às suas próprias produções.	(EF09LP08) Identificar, em textos lidos e em produções próprias, a relação que conjunções (e locuções conjuntivas) coordenativas e subordinativas estabelecem entre as orações que conectam.
(EF08LP13) Inferir efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos de coesão sequencial: conjunções e articuladores textuais.	

LÍNGUA PORTUGUESA - 8º E 9º ANOS (Continuação)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica	Elementos notacionais da escrita/morfossintaxe	
	Semântica	
	Coesão	
	Modalização	
	Figuras de linguagem	
	Variação linguística	

HABILIDADES	
8º ANO	9º ANO
	(EF09LP09) Identificar efeitos de sentido do uso de orações adjetivas restritivas e explicativas em um período composto.
(EF08LP14) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão sequencial (articuladores) e referencial (léxica e pronominal), construções passivas e impessoais, discurso direto e indireto e outros recursos expressivos adequados ao gênero textual.	
(EF08LP15) Estabelecer relações entre partes do texto, identificando o antecedente de um pronome relativo ou o referente comum de uma cadeia de substituições lexicais.	(EF09LP10) Comparar as regras de colocação pronominal na norma-padrão com o seu uso no português brasileiro coloquial.
	(EF09LP11) Inferir efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos de coesão sequencial (conjunções e articuladores textuais).
(EF08LP16) Explicar os efeitos de sentido do uso, em textos, de estratégias de modalização e argumentatividade (sinais de pontuação, adjetivos, substantivos, expressões de grau, verbos e perífrases verbais, advérbios etc.).	
(EF89LP37) Analisar os efeitos de sentido do uso de figuras de linguagem como ironia, eufemismo, antítese, aliteração, assonância, dentre outras.	
	(EF09LP12) Identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso.

4.1.2. ARTE

No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes **linguagens**: as **Artes visuais**, a **Dança**, a **Música** e o **Teatro**. Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte.

O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas.

Nesse sentido, as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas. A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores.

A prática artística possibilita o compartilhamento de saberes e de produções entre os alunos por meio de exposições, saraus, espetáculos, *performances*, concertos, recitais, intervenções e outras apresentações e eventos artísticos e culturais, na escola ou em outros locais. Os processos de criação precisam ser compreendidos como tão relevantes quanto os eventuais produtos. Além disso, o compartilhamento das ações artísticas produzidas pelos alunos, em diálogo com seus professores, pode acontecer não apenas em eventos específicos, mas ao longo do ano, sendo parte de um trabalho em processo.

A prática investigativa constitui o modo de produção e organização dos conhecimentos em Arte. É no percurso do fazer artístico que os alunos criam, experimentam, desenvolvem e percebem uma poética pessoal. Os conhecimentos, processos e técnicas produzidos e acumulados ao longo do tempo em Artes visuais, Dança, Música e Teatro contribuem para a contextualização dos saberes e das práticas artísticas. Eles possibilitam compreender as relações entre tempos e contextos sociais dos sujeitos na sua interação com a arte e a cultura.

A BNCC propõe que a abordagem das linguagens articule seis **dimensões do conhecimento** que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística. Tais dimensões perpassam os conhecimentos das Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro e as aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural. Não se trata de eixos temáticos ou categorias, mas de linhas maleáveis que se interpenetram, constituindo a especificidade da construção do conhecimento em Arte na escola. Não há nenhuma hierarquia entre essas dimensões, tampouco uma ordem para se trabalhar com cada uma no campo pedagógico.

As dimensões são:

- **Criação:** refere-se ao fazer artístico, quando os sujeitos criam, produzem e constroem. Trata-se de uma atitude intencional e investigativa que confere materialidade estética a sentimentos, ideias, desejos e representações em processos, acontecimentos e produções artísticas individuais ou coletivas. Essa dimensão trata do apreender o que está em jogo durante o fazer artístico, processo permeado por tomadas de decisão, entraves, desafios, conflitos, negociações e inquietações.
- **Crítica:** refere-se às impressões que impulsionam os sujeitos em direção a novas compreensões do espaço em que vivem, com base no estabelecimento de relações, por meio do estudo e da pesquisa, entre as diversas experiências e manifestações artísticas e culturais vividas e conhecidas. Essa dimensão articula ação e pensamento propositivos, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais.
- **Estesia:** refere-se à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e aos diferentes materiais. Essa dimensão articula a sensibilidade e a percepção, tomadas como forma de conhecer a si mesmo, o outro e o mundo. Nela, o corpo em sua totalidade (emoção, percepção, intuição, sensibilidade e intelecto) é o protagonista da experiência.
- **Expressão:** refere-se às possibilidades de exteriorizar e manifestar as criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos, tanto em âmbito individual quanto coletivo. Essa dimensão emerge da experiência artística com os elementos constitutivos de cada linguagem, dos seus vocabulários específicos e das suas materialidades.

- **Fruição:** refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais. Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais.
- **Reflexão:** refere-se ao processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruções, as experiências e os processos criativos, artísticos e culturais. É a atitude de perceber, analisar e interpretar as manifestações artísticas e culturais, seja como criador, seja como leitor.

A referência a essas dimensões busca facilitar o **processo de ensino e aprendizagem em Arte**, integrando os conhecimentos do componente curricular. Uma vez que os conhecimentos e as experiências artísticas são constituídos por materialidades verbais e não verbais, sensíveis, corporais, visuais, plásticas e sonoras, é importante levar em conta sua natureza vivencial, experiencial e subjetiva.

As **Artes visuais** são os processos e produtos artísticos e culturais, nos diversos tempos históricos e contextos sociais, que têm a expressão visual como elemento de comunicação. Essas manifestações resultam de explorações plurais e transformações de materiais, de recursos tecnológicos e de apropriações da cultura cotidiana.

As Artes visuais possibilitam aos alunos explorar múltiplas culturas visuais, dialogar com as diferenças e conhecer outros espaços e possibilidades inventivas e expressivas, de modo a ampliar os limites escolares e criar novas formas de interação artística e de produção cultural, sejam elas concretas, sejam elas simbólicas.

A **Dança** se constitui como prática artística pelo pensamento e sentimento do corpo, mediante a articulação dos processos cognitivos e das experiências sensíveis implicados no movimento dançado. Os processos de investigação e produção artística da dança centram-se naquilo que ocorre no e pelo corpo, discutindo e significando relações entre corporeidade e produção estética.

Ao articular os aspectos sensíveis, epistemológicos e formais do movimento dançado ao seu próprio contexto, os alunos problematizam e transformam percepções acerca do corpo e da dança, por meio de arranjos que permitem novas visões de si e do mundo. Eles têm, assim, a oportunidade de repensar dualidades e binômios (corpo *versus* mente, popular *versus* erudito, teoria *versus* prática), em favor de um conjunto híbrido e dinâmico de práticas.

A **Música** é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio de cada cultura.

A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade.

O **Teatro** instaura a experiência artística multissensorial de encontro com o outro em *performance*. Nessa experiência, o corpo é lócus de criação ficcional de tempos, espaços e sujeitos distintos de si próprios, por meio do verbal, não verbal e da ação física. Os processos de criação teatral passam por situações de criação coletiva e colaborativa, por intermédio de jogos, improvisações, atuações e encenações, caracterizados pela interação entre atuantes e espectadores.

O fazer teatral possibilita a intensa troca de experiências entre os alunos e aprimora a percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção.

Ainda que, na BNCC, as linguagens artísticas das Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro sejam consideradas em suas especificidades, as experiências e vivências dos sujeitos em sua relação com a Arte não acontecem de forma compartimentada ou estanque. Assim, é importante que o componente curricular Arte leve em conta o diálogo entre essas linguagens, o diálogo com a literatura, além de possibilitar o contato e a reflexão acerca das formas estéticas híbridas, tais como as artes circenses, o cinema e a *performance*.

Atividades que facilitem um trânsito criativo, fluido e desfragmentado entre as linguagens artísticas podem construir uma rede de interlocução, inclusive, com a literatura e com outros componentes curriculares. Temas, assuntos ou habilidades afins de diferentes componentes podem compor projetos nos quais saberes se integrem, gerando experiências de aprendizagem amplas e complexas.

Em síntese, o componente Arte no Ensino Fundamental articula manifestações culturais de tempos e espaços diversos, incluindo o entorno artístico dos alunos e as produções artísticas e culturais que lhes são contemporâneas. Do ponto de vista histórico, social e político, propicia a eles o entendimento dos costumes e dos valores constituintes

das culturas, manifestados em seus processos e produtos artísticos, o que contribui para sua formação integral.

Ao longo do Ensino Fundamental, os alunos devem expandir seu repertório e ampliar sua autonomia nas práticas artísticas, por meio da reflexão sensível, imaginativa e crítica sobre os conteúdos artísticos e seus elementos constitutivos e também sobre as experiências de pesquisa, invenção e criação.

Para tanto, é preciso reconhecer a diversidade de saberes, experiências e práticas artísticas como modos legítimos de pensar, de experimentar e de fruir a Arte, o que coloca em evidência o caráter social e político dessas práticas.

Na BNCC de Arte, cada uma das quatro linguagens do componente curricular - **Artes visuais, Dança, Música e Teatro** - constitui uma **unidade temática** que reúne objetos de conhecimento e habilidades articulados às seis dimensões apresentadas anteriormente. Além dessas, uma última unidade temática, **Artes integradas**, explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

Nessas unidades, as habilidades são organizadas em dois blocos (1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano), com o intuito de permitir que os sistemas e as redes de ensino, as escolas e os professores organizem seus currículos e suas propostas pedagógicas com a devida adequação aos seus contextos. A progressão das aprendizagens não está proposta de forma linear, rígida ou cumulativa com relação a cada linguagem ou objeto de conhecimento, mas propõe um movimento no qual cada nova experiência se relaciona com as anteriores e as posteriores na aprendizagem de Arte.

Cumprido destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e as competências específicas da área de Linguagens, o componente curricular de Arte deve garantir aos alunos o desenvolvimento de algumas **competências específicas**.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ARTE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades.
2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.
3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando-as nas criações em Arte.
4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, resignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.
5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.
6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.
7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.
8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.
9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

4.1.2.1.

**ARTE NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS:
UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO
E HABILIDADES**

Ao ingressar no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os alunos vivenciam a transição de uma orientação curricular estruturada por campos de experiências da Educação Infantil, em que as interações, os jogos e as brincadeiras norteiam o processo de aprendizagem e desenvolvimento, para uma organização curricular estruturada por áreas de conhecimento e componentes curriculares.

Nessa nova etapa da Educação Básica, o ensino de Arte deve assegurar aos alunos a possibilidade de se expressar criativamente em seu fazer investigativo, por meio da ludicidade, propiciando uma experiência de continuidade em relação à Educação Infantil. Dessa maneira, é importante que, nas quatro linguagens da Arte – integradas pelas seis dimensões do conhecimento artístico –, as experiências e vivências artísticas estejam centradas nos interesses das crianças e nas culturas infantis.

Tendo em vista o compromisso de assegurar aos alunos o desenvolvimento das competências relacionadas à alfabetização e ao letramento, o componente Arte, ao possibilitar o acesso à leitura, à criação e à produção nas diversas linguagens artísticas, contribui para o desenvolvimento de habilidades relacionadas tanto à linguagem verbal quanto às linguagens não verbais.

ARTE – 1º AO 5º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Artes visuais	Contextos e práticas	
	Elementos da linguagem	
	Matrizes estéticas e culturais	
	Materialidades	
	Processos de criação	
	Sistemas da linguagem	
Dança	Contextos e práticas	
	Elementos da linguagem	
	Processos de criação	

HABILIDADES

- (EF15AR01)** Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.
- (EF15AR02)** Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, cor, espaço, movimento etc.).
- (EF15AR03)** Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais.
- (EF15AR04)** Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.
- (EF15AR05)** Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo, explorando diferentes espaços da escola e da comunidade.
- (EF15AR06)** Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.
- (EF15AR07)** Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais (museus, galerias, instituições, artistas, artesãos, curadores etc.).
- (EF15AR08)** Experimentar e apreciar formas distintas de manifestações da dança presentes em diferentes contextos, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório corporal.
- (EF15AR09)** Estabelecer relações entre as partes do corpo e destas com o todo corporal na construção do movimento dançado.
- (EF15AR10)** Experimentar diferentes formas de orientação no espaço (deslocamentos, planos, direções, caminhos etc.) e ritmos de movimento (lento, moderado e rápido) na construção do movimento dançado.
- (EF15AR11)** Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e colaborativo, considerando os aspectos estruturais, dinâmicos e expressivos dos elementos constitutivos do movimento, com base nos códigos de dança.
- (EF15AR12)** Discutir, com respeito e sem preconceito, as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola, como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.

ARTE – 1º AO 5º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Música	Contexto e práticas	
	Elementos da linguagem	
	Materialidades	
	Notação e registro musical	
	Processos de criação	
Teatro	Contextos e práticas	
	Elementos da linguagem	
	Processos de criação	
Artes integradas	Processos de criação	
	Matrizes estéticas culturais	
	Patrimônio cultural	
	Arte e tecnologia	

HABILIDADES

- (EF15AR13)** Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções da música em diversos contextos de circulação, em especial, aqueles da vida cotidiana.
- (EF15AR14)** Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical.
- (EF15AR15)** Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados.
- (EF15AR16)** Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional.
- (EF15AR17)** Experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo.
- (EF15AR18)** Reconhecer e apreciar formas distintas de manifestações do teatro presentes em diferentes contextos, aprendendo a ver e a ouvir histórias dramatizadas e cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório ficcional.
- (EF15AR19)** Descobrir teatralidades na vida cotidiana, identificando elementos teatrais (variadas entonações de voz, diferentes fisicalidades, diversidade de personagens e narrativas etc.).
- (EF15AR20)** Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro, explorando desde a teatralidade dos gestos e das ações do cotidiano até elementos de diferentes matrizes estéticas e culturais.
- (EF15AR21)** Exercitar a imitação e o faz de conta, ressignificando objetos e fatos e experimentando-se no lugar do outro, ao compor e encenar acontecimentos cênicos, por meio de músicas, imagens, textos ou outros pontos de partida, de forma intencional e reflexiva.
- (EF15AR22)** Experimentar possibilidades criativas de movimento e de voz na criação de um personagem teatral, discutindo estereótipos.
- (EF15AR23)** Reconhecer e experimentar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas.
- (EF15AR24)** Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais.
- (EF15AR25)** Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.
- (EF15AR26)** Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografia, *softwares* etc.) nos processos de criação artística.

4.1.2.2.

**ARTE NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS:
UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E
HABILIDADES**

No Ensino Fundamental – Anos Finais, é preciso assegurar aos alunos a ampliação de suas interações com manifestações artísticas e culturais nacionais e internacionais, de diferentes épocas e contextos. Essas práticas podem ocupar os mais diversos espaços da escola, espraiando-se para o seu entorno e favorecendo as relações com a comunidade.

Além disso, o diferencial dessa fase está na maior sistematização dos conhecimentos e na proposição de experiências mais diversificadas em relação a cada linguagem, considerando as culturas juvenis.

Desse modo, espera-se que o componente Arte contribua com o aprofundamento das aprendizagens nas diferentes linguagens – e no diálogo entre elas e com as outras áreas do conhecimento –, com vistas a possibilitar aos estudantes maior autonomia nas experiências e vivências artísticas.

ARTE - 6º AO 9º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Artes visuais	Contextos e práticas	
	Elementos da linguagem	
	Materialidades	
	Processos de criação	
	Sistemas da linguagem	
Dança	Contextos e práticas	
	Elementos da linguagem	
	Processos de criação	

HABILIDADES

(EF69AR01) Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas e em diferentes matrizes estéticas e culturais, de modo a ampliar a experiência com diferentes contextos e práticas artístico-visuais e cultivar a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.

(EF69AR02) Pesquisar e analisar diferentes estilos visuais, contextualizando-os no tempo e no espaço.

(EF69AR03) Analisar situações nas quais as linguagens das artes visuais se integram às linguagens audiovisuais (cinema, animações, vídeos etc.), gráficas (capas de livros, ilustrações de textos diversos etc.), cenográficas, coreográficas, musicais etc.

(EF69AR04) Analisar os elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, direção, cor, tom, escala, dimensão, espaço, movimento etc.) na apreciação de diferentes produções artísticas.

(EF69AR05) Experimentar e analisar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, *performance* etc.).

(EF69AR06) Desenvolver processos de criação em artes visuais, com base em temas ou interesses artísticos, de modo individual, coletivo e colaborativo, fazendo uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais.

(EF69AR07) Dialogar com princípios conceituais, proposições temáticas, repertórios imagéticos e processos de criação nas suas produções visuais.

(EF69AR08) Diferenciar as categorias de artista, artesão, produtor cultural, curador, *designer*, entre outras, estabelecendo relações entre os profissionais do sistema das artes visuais.

(EF69AR09) Pesquisar e analisar diferentes formas de expressão, representação e encenação da dança, reconhecendo e apreciando composições de dança de artistas e grupos brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas.

(EF69AR10) Explorar elementos constitutivos do movimento cotidiano e do movimento dançado, abordando, criticamente, o desenvolvimento das formas da dança em sua história tradicional e contemporânea.

(EF69AR11) Experimentar e analisar os fatores de movimento (tempo, peso, fluência e espaço) como elementos que, combinados, geram as ações corporais e o movimento dançado.

(EF69AR12) Investigar e experimentar procedimentos de improvisação e criação do movimento como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.

(EF69AR13) Investigar brincadeiras, jogos, danças coletivas e outras práticas de dança de diferentes matrizes estéticas e culturais como referência para a criação e a composição de danças autorais, individualmente e em grupo.

(EF69AR14) Analisar e experimentar diferentes elementos (figurino, iluminação, cenário, trilha sonora etc.) e espaços (convencionais e não convencionais) para composição cênica e apresentação coreográfica.

(EF69AR15) Discutir as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola e em outros contextos, problematizando estereótipos e preconceitos.

ARTE – 6º AO 9º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Música	Contextos e práticas	
	Elementos da linguagem	
	Materialidades	
	Notação e registro musical	
	Processos de criação	
Teatro	Contextos e práticas	
	Elementos da linguagem	
	Processos de criação	

HABILIDADES

- (EF69AR16)** Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.
- (EF69AR17)** Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.
- (EF69AR18)** Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.
- (EF69AR19)** Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.
- (EF69AR20)** Explorar e analisar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (*games* e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais.
- (EF69AR21)** Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de instrumentos musicais diversos.
- (EF69AR22)** Explorar e identificar diferentes formas de registro musical (notação musical tradicional, partituras criativas e procedimentos da música contemporânea), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.
- (EF69AR23)** Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, *jingles*, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.
- (EF69AR24)** Reconhecer e apreciar artistas e grupos de teatro brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas, investigando os modos de criação, produção, divulgação, circulação e organização da atuação profissional em teatro.
- (EF69AR25)** Identificar e analisar diferentes estilos cênicos, contextualizando-os no tempo e no espaço de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética teatral.
- (EF69AR26)** Explorar diferentes elementos envolvidos na composição dos acontecimentos cênicos (figurinos, adereços, cenário, iluminação e sonoplastia) e reconhecer seus vocabulários.
- (EF69AR27)** Pesquisar e criar formas de dramaturgias e espaços cênicos para o acontecimento teatral, em diálogo com o teatro contemporâneo.
- (EF69AR28)** Investigar e experimentar diferentes funções teatrais e discutir os limites e desafios do trabalho artístico coletivo e colaborativo.
- (EF69AR29)** Experimentar a gestualidade e as construções corporais e vocais de maneira imaginativa na improvisação teatral e no jogo cênico.
- (EF69AR30)** Compor improvisações e acontecimentos cênicos com base em textos dramáticos ou outros estímulos (música, imagens, objetos etc.), caracterizando personagens (com figurinos e adereços), cenário, iluminação e sonoplastia e considerando a relação com o espectador.

ARTE – 6º AO 9º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Artes integradas	Contextos e práticas	
	Processos de criação	
	Matrizes estéticas e culturais	
	Patrimônio cultural	
	Arte e tecnologia	

HABILIDADES

(EF69AR31) Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.

(EF69AR32) Analisar e explorar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas.

(EF69AR33) Analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando as narrativas eurocêntricas e as diversas categorizações da arte (arte, artesanato, folclore, *design* etc.).

(EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.

(EF69AR35) Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável.

4.1.3. EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo.

Nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade.

É fundamental frisar que a Educação Física oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural. Esse universo compreende saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola. Experimentar e analisar as diferentes formas de expressão que não se alicerçam apenas nessa racionalidade é uma das potencialidades desse componente na Educação Básica. Para além da vivência, a experiência efetiva das práticas corporais oportuniza aos alunos participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e saúde.

Há três **elementos fundamentais comuns às práticas corporais**: **movimento corporal** como elemento essencial; **organização interna** (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e **produto cultural** vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde.

Portanto, entende-se que essas práticas corporais são aquelas realizadas fora das obrigações laborais, domésticas, higiênicas e religiosas, nas quais os sujeitos se envolvem em função de propósitos específicos, sem caráter instrumental.

Cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção.

Esse modo de entender a Educação Física permite articulá-la à área de Linguagens, resguardadas as singularidades de cada um dos seus componentes, conforme reafirmado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010)³⁷.

Na BNCC, cada uma das práticas corporais tematizadas compõe uma das seis **unidades temáticas** abordadas ao longo do Ensino Fundamental. Cabe destacar que a categorização apresentada não tem pretensões de universalidade, pois se trata de um entendimento possível, entre outros, sobre as denominações das (e as fronteiras entre as) manifestações culturais tematizadas na Educação Física escolar.

A unidade temática **Brincadeiras e jogos** explora aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de brincar em si. Essas práticas não possuem um conjunto estável de regras e, portanto, ainda que possam ser reconhecidos jogos similares em diferentes épocas e partes do mundo, esses são recriados, constantemente, pelos diversos grupos culturais. Mesmo assim, é possível reconhecer que um conjunto grande dessas brincadeiras e jogos é difundido por meio de redes de sociabilidade informais, o que permite denominá-los populares.

É importante fazer uma distinção entre jogo como conteúdo específico e jogo como ferramenta auxiliar de ensino. Não é raro que, no campo educacional, jogos e brincadeiras sejam inventados com o objetivo de provocar interações sociais específicas entre seus participantes ou para fixar determinados conhecimentos. O jogo, nesse sentido, é entendido como meio para se aprender outra coisa, como no jogo dos “10 passes” quando usado para ensinar retenção

37 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

coletiva da posse de bola, concepção não adotada na organização dos conhecimentos de Educação Física na BNCC. Neste documento, as brincadeiras e os jogos têm valor em si e precisam ser organizados para ser estudados. São igualmente relevantes os jogos e as brincadeiras presentes na memória dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, que trazem consigo formas de conviver, oportunizando o reconhecimento de seus valores e formas de viver em diferentes contextos ambientais e socioculturais brasileiros.

Por sua vez, a unidade temática **Espportes** reúne tanto as manifestações mais formais dessa prática quanto as derivadas. O esporte como uma das práticas mais conhecidas da contemporaneidade, por sua grande presença nos meios de comunicação, caracteriza-se por ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras formais, institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas), as quais definem as normas de disputa e promovem o desenvolvimento das modalidades em todos os níveis de competição. No entanto, essas características não possuem um único sentido ou somente um significado entre aqueles que o praticam, especialmente quando o esporte é realizado no contexto do lazer, da educação e da saúde. Como toda prática social, o esporte é passível de recriação por quem se envolve com ele.

As práticas derivadas dos esportes mantêm, essencialmente, suas características formais de regulação das ações, mas adaptam as demais normas institucionais aos interesses dos participantes, às características do espaço, ao número de jogadores, ao material disponível etc. Isso permite afirmar, por exemplo, que, em um jogo de dois contra dois em uma cesta de basquetebol, os participantes estão jogando basquetebol, mesmo não sendo obedecidos os 50 artigos que integram o regulamento oficial da modalidade.

Para a estruturação dessa unidade temática, é utilizado um modelo de classificação baseado na lógica interna, tendo como referência os critérios de cooperação, interação com o adversário, desempenho motor e objetivos táticos da ação. Esse modelo possibilita a distribuição das modalidades esportivas em categorias, privilegiando as ações motoras intrínsecas, reunindo esportes que apresentam exigências motrizes semelhantes no desenvolvimento de suas práticas. Assim, são apresentadas sete categorias de esportes (note-se que as modalidades citadas na descrição das categorias servem apenas para facilitar a compreensão do que caracteriza cada uma das categorias. Portanto, não são prescrições das modalidades a ser obrigatoriamente tematizadas na escola):

- **Marca:** conjunto de modalidades que se caracterizam por comparar os resultados registrados em segundos, metros ou quilos (patinação de velocidade, todas as provas do atletismo, remo, ciclismo, levantamento de peso etc.).
- **Precisão:** conjunto de modalidades que se caracterizam por arremessar/lançar um objeto, procurando acertar um alvo específico, estático ou em movimento, comparando-se o número de tentativas empreendidas, a pontuação estabelecida em cada tentativa (maior ou menor do que a do adversário) ou a proximidade do objeto arremessado ao alvo (mais perto ou mais longe do que o adversário conseguiu deixar), como nos seguintes casos: bocha, *curling*, golfe, tiro com arco, tiro esportivo etc.
- **Técnico-combinatório:** reúne modalidades nas quais o resultado da ação motora comparado é a qualidade do movimento segundo padrões técnico-combinatórios (ginástica artística, ginástica rítmica, nado sincronizado, patinação artística, saltos ornamentais etc.).
- **Rede/quadra dividida ou parede de rebote:** reúne modalidades que se caracterizam por arremessar, lançar ou rebater a bola em direção a setores da quadra adversária nos quais o rival seja incapaz de devolvê-la da mesma forma ou que leve o adversário a cometer um erro dentro do período de tempo em que o objeto do jogo está em movimento. Alguns exemplos de esportes de rede são voleibol, vôlei de praia, tênis de campo, tênis de mesa, *badminton* e peteca. Já os esportes de parede incluem pelota basca, raquetebol, *squash* etc.
- **Campo e taco:** categoria que reúne as modalidades que se caracterizam por rebater a bola lançada pelo adversário o mais longe possível, para tentar percorrer o maior número de vezes as bases ou a maior distância possível entre as bases, enquanto os defensores não recuperam o controle da bola, e, assim, somar pontos (beisebol, críquete, *softbol* etc.).
- **Invasão ou territorial:** conjunto de modalidades que se caracterizam por comparar a capacidade de uma equipe introduzir ou levar uma bola (ou outro objeto) a uma meta ou setor da quadra/campo defendida pelos adversários (gol, cesta, *touchdown* etc.), protegendo, simultaneamente, o próprio alvo, meta ou setor do campo (basquetebol, *frisbee*, futebol, futsal, futebol americano, handebol, hóquei sobre grama, polo aquático, rúgbi etc.).

- **Combate:** reúne modalidades caracterizadas como disputas nas quais o oponente deve ser subjugado, com técnicas, táticas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço, por meio de combinações de ações de ataque e defesa (judô, boxe, esgrima, *tae kwon do* etc.).

Na unidade temática **Ginásticas**, são propostas práticas com formas de organização e significados muito diferentes, o que leva à necessidade de explicitar a classificação adotada³⁸: (a) ginástica geral; (b) ginásticas de condicionamento físico; e (c) ginásticas de conscientização corporal.

A ginástica geral³⁹, também conhecida como ginástica para todos, reúne as práticas corporais que têm como elemento organizador a exploração das possibilidades acrobáticas e expressivas do corpo, a interação social, o compartilhamento do aprendizado e a não competitividade. Podem ser constituídas de exercícios no solo, no ar (saltos), em aparelhos (trapézio, corda, fita elástica), de maneira individual ou coletiva, e combinam um conjunto bem variado de piruetas, rolamentos, paradas de mão, pontes, pirâmides humanas etc. Integram também essa prática os denominados jogos de malabar ou malabarismo⁴⁰.

As ginásticas de condicionamento físico se caracterizam pela execução corporal orientada à melhoria do rendimento, à aquisição e à manutenção da condição física individual ou à modificação da composição corporal. Geralmente, são organizadas em sessões planejadas de movimentos repetidos, com frequência e intensidade definidas. Podem ser orientadas de acordo com uma população específica, como a ginástica para gestantes, ou atreladas a situações ambientais determinadas, como a ginástica laboral.

38 As denominadas ginásticas competitivas foram consideradas como práticas esportivas e, por tal motivo, foram alocadas na unidade temática Esportes com outras modalidades técnico-combinatórias. Essas modalidades fazem parte de um conjunto de esportes que se caracterizam pela comparação de desempenho centrada na dimensão estética e acrobática do movimento, dentro de determinados padrões ou critérios técnicos. Portanto, contempla as modalidades de ginástica acrobática, aeróbica esportiva, artística, rítmica e de trampolim.

39 Essa manifestação da ginástica pode receber outras tantas denominações, como ginástica básica, de demonstração, acrobacias, entre outras.

40 Prática corporal milenar que consiste em manipular um ou mais objetos arremessando-os ao ar de forma alternada, em um movimento contínuo, sem perder o controle ou mantendo-os em equilíbrio. Os jogos de malabar caracterizam-se por sua dificuldade e beleza, desafiando o jogador (malabarista) a aprender técnicas específicas, utilizando diversas partes do corpo, principalmente as mãos.

As ginásticas de conscientização corporal⁴¹ reúnem práticas que empregam movimentos suaves e lentos, tal como a recorrência a posturas ou à conscientização de exercícios respiratórios, voltados para a obtenção de uma melhor percepção sobre o próprio corpo. Algumas dessas práticas que constituem esse grupo têm origem em práticas corporais milenares da cultura oriental.

Por sua vez, a unidade temática **Danças** explora o conjunto das práticas corporais caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias. As danças podem ser realizadas de forma individual, em duplas ou em grupos, sendo essas duas últimas as formas mais comuns. Diferentes de outras práticas corporais rítmico-expressivas, elas se desenvolvem em codificações particulares, historicamente constituídas, que permitem identificar movimentos e ritmos musicais peculiares associados a cada uma delas.

A unidade temática **Lutas**⁴² focaliza as disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas lutas brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara etc.), bem como lutas de diversos países do mundo (judô, *aikido*, jiu-jítsu, *muay thai*, boxe, *chinese boxing*, esgrima, *kendo* etc.).

Por fim, na unidade temática **Práticas corporais de aventura**, exploram-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador. Algumas dessas práticas costumam receber outras denominações, como esportes de risco, esportes alternativos e esportes extremos. Assim como as demais práticas, elas são objeto também de diferentes classificações, conforme o critério que se utilize. Neste documento, optou-se por diferenciá-las com base no ambiente de que necessitam para ser realizadas: na natureza e urbanas. As práticas de aventura na natureza se caracterizam por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o

41 Essas práticas podem ser denominadas de diferentes formas, como: alternativas, introjetivas, introspectivas, suaves. Alguns exemplos são a biodança, a bioenergética, a eutonia, a antiginástica, o Método Feldenkrais, a ioga, o *tai chi chuan*, a ginástica chinesa, entre outros.

42 As lutas esportivas também são tratadas na unidade temática Esporte, especificamente no objeto de conhecimento denominado como categoria de esportes de combate.

praticante na geração da vertigem e do risco controlado, como em corrida orientada, corrida de aventura, corridas de *mountain bike*, rapel, tirolesa, *arborismo* etc. Já as práticas de aventura urbanas exploram a “paisagem de cimento” para produzir essas condições (vertigem e risco controlado) durante a prática de *parkour*, *skate*, patins, *bike* etc.

Em princípio, todas as práticas corporais podem ser objeto do trabalho pedagógico em qualquer etapa e modalidade de ensino. Ainda assim, alguns critérios de **progressão do conhecimento** devem ser atendidos, tais como os elementos específicos das diferentes práticas corporais, as características dos sujeitos e os contextos de atuação, sinalizando tendências de organização dos conhecimentos. Na BNCC, as unidades temáticas de **Brincadeiras e jogos, Danças e Lutas** estão organizadas em objetos de conhecimento conforme a ocorrência social dessas práticas corporais, das esferas sociais mais familiares (localidade e região) às menos familiares (esferas nacional e mundial). Em **Ginásticas**, a organização dos objetos de conhecimento se dá com base na diversidade dessas práticas e nas suas características. Em **Esportes**, a abordagem recai sobre a sua tipologia (modelo de classificação), enquanto **Práticas corporais de aventura** se estrutura nas vertentes urbana e na natureza.

Ainda que não tenham sido apresentadas como uma das práticas corporais organizadoras da Educação Física na BNCC, é importante sublinhar a necessidade e a pertinência dos estudantes do País terem a oportunidade de experimentar práticas corporais no meio líquido, dado seu inegável valor para a segurança pessoal e seu potencial de fruição durante o lazer. Essa afirmação não se vincula apenas à ideia de vivenciar e/ou aprender, por exemplo, os esportes aquáticos (em especial, a natação em seus quatro estilos competitivos), mas também à proposta de experimentar “atividades aquáticas”. São, portanto, práticas centradas na ambientação dos estudantes ao meio líquido que permitem aprender, entre outros movimentos básicos, o controle da respiração, a flutuação em equilíbrio, a imersão e os deslocamentos na água.

Ressalta-se que as práticas corporais na escola devem ser reconstruídas com base em sua função social e suas possibilidades materiais. Isso significa dizer que as mesmas podem ser transformadas no interior da escola. Por exemplo, as práticas corporais de aventura devem ser adaptadas às condições da escola, ocorrendo de maneira simulada, tomando-se como referência o cenário de cada contexto escolar.

É importante salientar que a organização das unidades temáticas se baseia na compreensão de que o caráter lúdico está presente em todas as práticas corporais, ainda que essa não seja a finalidade da Educação Física na escola. Ao brincar, dançar, jogar, praticar esportes, ginásticas ou atividades de aventura, para além da ludicidade, os estudantes se apropriam das lógicas intrínsecas (regras, códigos, rituais, sistemáticas de funcionamento, organização, táticas etc.) a essas manifestações, assim como trocam entre si e com a sociedade as representações e os significados que lhes são atribuídos. Por essa razão, a delimitação das habilidades privilegia oito **dimensões de conhecimento**:

- **Experimentação:** refere-se à dimensão do conhecimento que se origina pela vivência das práticas corporais, pelo envolvimento corporal na realização das mesmas. São conhecimentos que não podem ser acessados sem passar pela vivência corporal, sem que sejam efetivamente experimentados. Trata-se de uma possibilidade única de apreender as manifestações culturais tematizadas pela Educação Física e do estudante se perceber como sujeito “de carne e osso”. Faz parte dessa dimensão, além do imprescindível acesso à experiência, cuidar para que as sensações geradas no momento da realização de uma determinada vivência sejam positivas ou, pelo menos, não sejam desagradáveis a ponto de gerar rejeição à prática em si.
- **Uso e apropriação:** refere-se ao conhecimento que possibilita ao estudante ter condições de realizar de forma autônoma uma determinada prática corporal. Trata-se do mesmo tipo de conhecimento gerado pela experimentação (saber fazer), mas dele se diferencia por possibilitar ao estudante a competência⁴³ necessária para potencializar o seu envolvimento com práticas corporais no lazer ou para a saúde. Diz respeito àquele rol de conhecimentos que viabilizam a prática efetiva das manifestações da cultura corporal de movimento não só durante as aulas, como também para além delas.
- **Fruição:** implica a apreciação estética das experiências sensíveis geradas pelas vivências corporais, bem como das diferentes práticas corporais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos. Essa dimensão está vinculada com a apropriação de um conjunto de conhecimentos que permita ao estudante desfrutar

43 Ser competente em uma prática corporal é apresentado no texto no sentido de poder dar conta das exigências colocadas no momento de sua realização no contexto do lazer. Trata-se de um grau de domínio da prática que permite ao sujeito uma atuação que lhe produz satisfação.

da realização de uma determinada prática corporal e/ou apreciar essa e outras tantas quando realizadas por outros.

- **Reflexão sobre a ação:** refere-se aos conhecimentos originados na observação e na análise das próprias vivências corporais e daquelas realizadas por outros. Vai além da reflexão espontânea, gerada em toda experiência corporal. Trata-se de um ato intencional, orientado a formular e empregar estratégias de observação e análise para: (a) resolver desafios peculiares à prática realizada; (b) apreender novas modalidades; e (c) adequar as práticas aos interesses e às possibilidades próprios e aos das pessoas com quem compartilha a sua realização.
- **Construção de valores:** vincula-se aos conhecimentos originados em discussões e vivências no contexto da tematização das práticas corporais, que possibilitam a aprendizagem de valores e normas voltadas ao exercício da cidadania em prol de uma sociedade democrática. A produção e partilha de atitudes, normas e valores (positivos e negativos) são inerentes a qualquer processo de socialização. No entanto, essa dimensão está diretamente associada ao ato intencional de ensino e de aprendizagem e, portanto, demanda intervenção pedagógica orientada para tal fim. Por esse motivo, a BNCC se concentra mais especificamente na construção de valores relativos ao respeito às diferenças e no combate aos preconceitos de qualquer natureza. Ainda assim, não se pretende propor o tratamento apenas desses valores, ou fazê-lo só em determinadas etapas do componente, mas assegurar a superação de estereótipos e preconceitos expressos nas práticas corporais.
- **Análise:** está associada aos conceitos necessários para entender as características e o funcionamento das práticas corporais (saber sobre). Essa dimensão reúne conhecimentos como a classificação dos esportes, os sistemas táticos de uma modalidade, o efeito de determinado exercício físico no desenvolvimento de uma capacidade física, entre outros.
- **Compreensão:** está também associada ao conhecimento conceitual, mas, diferentemente da dimensão anterior, refere-se ao esclarecimento do processo de inserção das práticas corporais no contexto sociocultural, reunindo saberes que possibilitam compreender o lugar das práticas corporais no mundo. Em linhas gerais, essa dimensão está relacionada a temas que permitem aos estudantes interpretar as manifestações da cultura corporal de movimento em relação às dimensões éticas e estéticas, à

época e à sociedade que as gerou e as modificou, às razões da sua produção e transformação e à vinculação local, nacional e global. Por exemplo, pelo estudo das condições que permitem o surgimento de uma determinada prática corporal em uma dada região e época ou os motivos pelos quais os esportes praticados por homens têm uma visibilidade e um tratamento midiático diferente dos esportes praticados por mulheres.

- **Protagonismo comunitário:** refere-se às atitudes/ações e conhecimentos necessários para os estudantes participarem de forma confiante e autoral em decisões e ações orientadas a democratizar o acesso das pessoas às práticas corporais, tomando como referência valores favoráveis à convivência social. Contempla a reflexão sobre as possibilidades que eles e a comunidade têm (ou não) de acessar uma determinada prática no lugar em que moram, os recursos disponíveis (públicos e privados) para tal, os agentes envolvidos nessa configuração, entre outros, bem como as iniciativas que se dirigem para ambientes além da sala de aula, orientadas a interferir no contexto em busca da materialização dos direitos sociais vinculados a esse universo.

Vale ressaltar que não há nenhuma hierarquia entre essas dimensões, tampouco uma ordem necessária para o desenvolvimento do trabalho no âmbito didático. Cada uma delas exige diferentes abordagens e graus de complexidade para que se tornem relevantes e significativas.

Considerando as características dos conhecimentos e das experiências próprias da Educação Física, é importante que cada dimensão seja sempre abordada de modo integrado com as outras, levando-se em conta sua natureza vivencial, experiencial e subjetiva. Assim, não é possível operar como se as dimensões pudessem ser tratadas de forma isolada ou sobreposta.

Cumprido destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e as competências específicas da área de Linguagens, o componente curricular de Educação Física deve garantir aos alunos o desenvolvimento de **competências específicas**.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.
3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

4.1.3.1.

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

Os alunos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais possuem modos próprios de vida e múltiplas experiências pessoais e sociais, o que torna necessário reconhecer a existência de infâncias no plural e, conseqüentemente, a singularidade de qualquer processo escolar e sua interdependência com as características da comunidade local. É importante reconhecer, também, a necessária continuidade às experiências em torno do brincar, desenvolvidas na Educação Infantil. As crianças possuem conhecimentos que precisam ser, por um lado, reconhecidos e problematizados nas vivências escolares com vistas a proporcionar a compreensão do mundo e, por outro, ampliados de maneira a potencializar a inserção e o trânsito dessas crianças nas várias esferas da vida social.

Diante do compromisso com a formação estética, sensível e ética, a Educação Física, aliada aos demais componentes curriculares, assume compromisso claro com a qualificação para a leitura, a produção e a vivência das práticas corporais. Ao mesmo tempo, pode colaborar com os processos de letramento e alfabetização dos alunos, ao criar oportunidades e contextos para ler e produzir textos que focalizem as distintas experiências e vivências nas práticas corporais tematizadas. Para tanto, os professores devem buscar formas de trabalho pedagógico pautadas no diálogo, considerando a impossibilidade de ações uniformes.

Além disso, para aumentar a flexibilidade na delimitação dos currículos e propostas curriculares, tendo em vista a adequação às realidades locais, as habilidades de Educação Física para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais estão sendo propostas na BNCC organizadas em dois blocos (1º e 2º anos; 3º ao 5º ano) e se referem aos seguintes objetos de conhecimento em cada unidade temática:

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
	1º E 2º ANOS	3º AO 5º ANO
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão	Esportes de campo e taco Esportes de rede/parede Esportes de invasão
Ginásticas	Ginástica geral	Ginástica geral
Danças	Danças do contexto comunitário e regional	Danças do Brasil e do mundo Danças de matriz indígena e africana
Lutas		Lutas do contexto comunitário e regional Lutas de matriz indígena e africana
Práticas corporais de aventura		

EDUCAÇÃO FÍSICA - 1º E 2º ANOS

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão	
Ginásticas	Ginástica geral	
Danças	Danças do contexto comunitário e regional	

HABILIDADES

(EF12EF01) Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas.

(EF12EF02) Explicar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem.

(EF12EF03) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, com base no reconhecimento das características dessas práticas.

(EF12EF04) Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras e jogos e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos, audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade.

(EF12EF05) Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de esportes de marca e de precisão, identificando os elementos comuns a esses esportes.

(EF12EF06) Discutir a importância da observação das normas e das regras dos esportes de marca e de precisão para assegurar a integridade própria e as dos demais participantes.

(EF12EF07) Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais) e da ginástica geral, de forma individual e em pequenos grupos, adotando procedimentos de segurança.

(EF12EF08) Planejar e utilizar estratégias para a execução de diferentes elementos básicos da ginástica e da ginástica geral.

(EF12EF09) Participar da ginástica geral, identificando as potencialidades e os limites do corpo, e respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal.

(EF12EF10) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita e audiovisual), as características dos elementos básicos da ginástica e da ginástica geral, identificando a presença desses elementos em distintas práticas corporais.

(EF12EF11) Experimentar e fruir diferentes danças do contexto comunitário e regional (rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas), e recriá-las, respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal.

(EF12EF12) Identificar os elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças do contexto comunitário e regional, valorizando e respeitando as manifestações de diferentes culturas.

EDUCAÇÃO FÍSICA - 3º AO 5º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana	
Esportes	Esportes de campo e taco Esportes de rede/parede Esportes de invasão	
Ginásticas	Ginástica geral	
Danças	Danças do Brasil e do mundo Danças de matriz indígena e africana	
Lutas	Lutas do contexto comunitário e regional Lutas de matriz indígena e africana	

HABILIDADES

(EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural.

(EF35EF02) Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os alunos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana.

(EF35EF03) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas.

(EF35EF04) Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.

(EF35EF05) Experimentar e fruir diversos tipos de esportes de campo e taco, rede/parede e invasão, identificando seus elementos comuns e criando estratégias individuais e coletivas básicas para sua execução, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo.

(EF35EF06) Diferenciar os conceitos de jogo e esporte, identificando as características que os constituem na contemporaneidade e suas manifestações (profissional e comunitária/lazer).

(EF35EF07) Experimentar e fruir, de forma coletiva, combinações de diferentes elementos da ginástica geral (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais), propondo coreografias com diferentes temas do cotidiano.

(EF35EF08) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios na execução de elementos básicos de apresentações coletivas de ginástica geral, reconhecendo as potencialidades e os limites do corpo e adotando procedimentos de segurança.

(EF35EF09) Experimentar, recriar e fruir danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem.

(EF35EF10) Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) em danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana.

(EF35EF11) Formular e utilizar estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças populares do Brasil e do mundo, e das danças de matriz indígena e africana.

(EF35EF12) Identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais e discutir alternativas para superá-las.

(EF35EF13) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas presentes no contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana.

(EF35EF14) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana experimentadas, respeitando o colega como oponente e as normas de segurança.

(EF35EF15) Identificar as características das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana, reconhecendo as diferenças entre lutas e brigas e entre lutas e as demais práticas corporais.

4.1.3.2.

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

No Ensino Fundamental - Anos Finais, os estudantes se deparam com diversos docentes, o que torna mais complexas as interações e a sistemática de estudos. Ainda assim, os alunos nessa fase de escolarização têm maior capacidade de abstração e de acessar diferentes fontes de informação. Essas características permitem aos estudantes maior aprofundamento nos estudos das práticas corporais na escola.

Nesse contexto, e para aumentar a flexibilidade na delimitação dos currículos e propostas curriculares, tendo em vista a adequação às realidades locais, as habilidades de Educação Física para o Ensino Fundamental - Anos Finais, assim como no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, estão sendo propostas na BNCC organizadas em dois blocos (6º e 7º anos; 8º e 9º anos) e se referem aos seguintes objetos de conhecimento, em cada unidade temática:

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
	6º E 7º ANOS	8º E 9º ANOS
Brincadeiras e jogos	Jogos eletrônicos	
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão Esportes de invasão Esportes técnico-combinatórios	Esportes de rede/parede Esportes de campo e taco Esportes de invasão Esportes de combate
Ginásticas	Ginástica de condicionamento físico	Ginástica de condicionamento físico Ginástica de conscientização corporal
Danças	Danças urbanas	Danças de salão
Lutas	Lutas do Brasil	Lutas do mundo
Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura urbanas	Práticas corporais de aventura na natureza

Ressalte-se que, a partir do 6º ano, prevê-se que os estudantes possam ter acesso a um conhecimento mais aprofundado de algumas das práticas corporais, como também sua realização em contextos de lazer e saúde, dentro e fora da escola.

EDUCAÇÃO FÍSICA - 6º E 7º ANOS

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Brincadeiras e jogos	Jogos eletrônicos	
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão Esportes de invasão Esportes técnico-combinatórios	
Ginásticas	Ginástica de condicionamento físico	
Danças	Danças urbanas	

HABILIDADES

(EF67EF01) Experimentar e fruir, na escola e fora dela, jogos eletrônicos diversos, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais e etários.

(EF67EF02) Identificar as transformações nas características dos jogos eletrônicos em função dos avanços das tecnologias e nas respectivas exigências corporais colocadas por esses diferentes tipos de jogos.

(EF67EF03) Experimentar e fruir esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

(EF67EF04) Praticar um ou mais esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios oferecidos pela escola, usando habilidades técnico-táticas básicas e respeitando regras.

(EF67EF05) Planejar e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma específica.

(EF67EF06) Analisar as transformações na organização e na prática dos esportes em suas diferentes manifestações (profissional e comunitário/lazer).

(EF67EF07) Propor e produzir alternativas para experimentação dos esportes não disponíveis e/ou acessíveis na comunidade e das demais práticas corporais tematizadas na escola.

(EF67EF08) Experimentar e fruir exercícios físicos que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando seus tipos (força, velocidade, resistência, flexibilidade) e as sensações corporais provocadas pela sua prática.

(EF67EF09) Construir, coletivamente, procedimentos e normas de convívio que viabilizem a participação de todos na prática de exercícios físicos, com o objetivo de promover a saúde.

(EF67EF10) Diferenciar exercício físico de atividade física e propor alternativas para a prática de exercícios físicos dentro e fora do ambiente escolar.

(EF67EF11) Experimentar, fruir e recriar danças urbanas, identificando seus elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos).

(EF67EF12) Planejar e utilizar estratégias para aprender elementos constitutivos das danças urbanas.

(EF67EF13) Diferenciar as danças urbanas das demais manifestações da dança, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais.

EDUCAÇÃO FÍSICA - 6º E 7º ANOS (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Lutas	Lutas do Brasil	
Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura urbanas	

HABILIDADES

(EF67EF14) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas do Brasil, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais.

(EF67EF15) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do Brasil, respeitando o colega como oponente.

(EF67EF16) Identificar as características (códigos, rituais, elementos técnico-táticos, indumentária, materiais, instalações, instituições) das lutas do Brasil.

(EF67EF17) Problematizar preconceitos e estereótipos relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais, propondo alternativas para superá-los, com base na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito.

(EF67EF18) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura urbanas, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais.

(EF67EF19) Identificar os riscos durante a realização de práticas corporais de aventura urbanas e planejar estratégias para sua superação.

(EF67EF20) Executar práticas corporais de aventura urbanas, respeitando o patrimônio público e utilizando alternativas para a prática segura em diversos espaços.

(EF67EF21) Identificar a origem das práticas corporais de aventura e as possibilidades de recriá-las, reconhecendo as características (instrumentos, equipamentos de segurança, indumentária, organização) e seus tipos de práticas.

EDUCAÇÃO FÍSICA - 8º E 9º ANOS

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Esportes	<p>Esportes de rede/parede</p> <p>Esportes de campo e taco</p> <p>Esportes de invasão</p> <p>Esportes de combate</p>	
Ginásticas	<p>Ginástica de condicionamento físico</p> <p>Ginástica de conscientização corporal</p>	
Danças	<p>Danças de salão</p>	

HABILIDADES

- (EF89EF01)** Experimentar diferentes papéis (jogador, árbitro e técnico) e fruir os esportes de rede/parede, campo e taco, invasão e combate, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
- (EF89EF02)** Praticar um ou mais esportes de rede/parede, campo e taco, invasão e combate oferecidos pela escola, usando habilidades técnico-táticas básicas.
- (EF89EF03)** Formular e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de campo e taco, rede/parede, invasão e combate como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma específica.
- (EF89EF04)** Identificar os elementos técnicos ou técnico-táticos individuais, combinações táticas, sistemas de jogo e regras das modalidades esportivas praticadas, bem como diferenciar as modalidades esportivas com base nos critérios da lógica interna das categorias de esporte: rede/parede, campo e taco, invasão e combate.
- (EF89EF05)** Identificar as transformações históricas do fenômeno esportivo e discutir alguns de seus problemas (*doping*, corrupção, violência etc.) e a forma como as mídias os apresentam.
- (EF89EF06)** Verificar locais disponíveis na comunidade para a prática de esportes e das demais práticas corporais tematizadas na escola, propondo e produzindo alternativas para utilizá-los no tempo livre.
- (EF89EF07)** Experimentar e fruir um ou mais programas de exercícios físicos, identificando as exigências corporais desses diferentes programas e reconhecendo a importância de uma prática individualizada, adequada às características e necessidades de cada sujeito.
- (EF89EF08)** Discutir as transformações históricas dos padrões de desempenho, saúde e beleza, considerando a forma como são apresentados nos diferentes meios (científico, midiático etc.).
- (EF89EF09)** Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais.
- (EF89EF10)** Experimentar e fruir um ou mais tipos de ginástica de conscientização corporal, identificando as exigências corporais dos mesmos.
- (EF89EF11)** Identificar as diferenças e semelhanças entre a ginástica de conscientização corporal e as de condicionamento físico e discutir como a prática de cada uma dessas manifestações pode contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde, bem-estar e cuidado consigo mesmo.
- (EF89EF12)** Experimentar, fruir e recriar danças de salão, valorizando a diversidade cultural e respeitando a tradição dessas culturas.
- (EF89EF13)** Planejar e utilizar estratégias para se apropriar dos elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças de salão.
- (EF89EF14)** Discutir estereótipos e preconceitos relativos às danças de salão e demais práticas corporais e propor alternativas para sua superação.
- (EF89EF15)** Analisar as características (ritmos, gestos, coreografias e músicas) das danças de salão, bem como suas transformações históricas e os grupos de origem.

EDUCAÇÃO FÍSICA - 8º E 9º ANOS (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Lutas	Lutas do mundo	
Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura na natureza	

HABILIDADES

(EF89EF16) Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente.

(EF89EF17) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas experimentadas, reconhecendo as suas características técnico-táticas.

(EF89EF18) Discutir as transformações históricas, o processo de esportivização e a midiaticização de uma ou mais lutas, valorizando e respeitando as culturas de origem.

(EF89EF19) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental.

(EF89EF20) Identificar riscos, formular estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza.

(EF89EF21) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas.

4.1.4. LÍNGUA INGLESA

Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias. Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos. É esse caráter **formativo** que inscreve a aprendizagem de inglês em uma perspectiva de educação linguística, consciente e crítica, na qual as dimensões pedagógicas e políticas estão intrinsecamente ligadas.

Ensinar inglês com essa finalidade tem, para o currículo, três implicações importantes. A primeira é que esse caráter formativo obriga a rever as relações entre língua, território e cultura, na medida em que os falantes de inglês já não se encontram apenas nos países em que essa é a língua oficial. Esse fato provoca uma série de indagações, dentre elas, “Que inglês é esse que ensinamos na escola?”.

Alguns conceitos parecem já não atender as perspectivas de compreensão de uma língua que “viralizou” e se tornou “miscigenada”, como é o caso do conceito de língua estrangeira, fortemente criticado por seu viés eurocêntrico. Outras terminologias, mais recentemente propostas, também provocam um intenso debate no campo, tais como inglês como língua internacional, como língua global, como língua adicional, como língua franca, dentre outras. Em que pese as diferenças entre uma terminologia e outra, suas ênfases, pontos de contato e eventuais sobreposições, o tratamento dado ao componente na BNCC prioriza o foco **da função social e política do inglês** e, nesse sentido, passa a tratá-la em seu *status* de **língua franca**. O conceito não é novo e tem sido recontextualizado por teóricos do campo em estudos recentes que analisam os usos da língua inglesa no mundo contemporâneo. Nessa proposta, a língua inglesa não é mais aquela do “estrangeiro”, oriundo de países hegemônicos, cujos falantes servem de modelo a ser seguido, nem tampouco trata-se de uma variante da língua inglesa. Nessa perspectiva, são acolhidos e legitimados os usos que dela fazem falantes espalhados no mundo inteiro, com diferentes repertórios linguísticos e culturais, o que possibilita, por exemplo, questionar a visão de que o único inglês “correto” – e a ser ensinado – é aquele falado por estadunidenses ou britânicos.

Mais ainda, o tratamento do inglês como língua franca o desvincula da noção de pertencimento a um determinado território e, conseqüentemente, a culturas típicas de comunidades específicas, legitimando os usos da língua inglesa em seus contextos locais. Esse entendimento favorece uma educação linguística voltada para a interculturalidade, isto é, para o reconhecimento das (e o respeito às) diferenças, e para a compreensão de como elas são produzidas nas diversas práticas sociais de linguagem, o que favorece a reflexão crítica sobre diferentes modos de ver e de analisar o mundo, o(s) outro(s) e a si mesmo.

A segunda implicação diz respeito à ampliação da visão de letramento, ou melhor, dos **multiletramentos**, concebida também nas práticas sociais do mundo digital – no qual saber a língua inglesa potencializa as possibilidades de participação e circulação – que aproximam e entrelaçam diferentes semioses e linguagens (verbal, visual, corporal, audiovisual), em um contínuo processo de significação contextualizado, dialógico e ideológico. Concebendo a língua como construção social, o sujeito “interpreta”, “reinventa” os sentidos de modo situado, criando novas formas de identificar e expressar ideias, sentimentos e valores. Nesse sentido, ao assumir seu *status* de língua franca – uma língua que se materializa em usos híbridos, marcada pela fluidez e que se abre para a invenção de novas formas de dizer, impulsionada por falantes pluri/multilíngues e suas características multiculturais –, a língua inglesa torna-se um bem simbólico para falantes do mundo todo.

Por fim, a terceira implicação diz respeito a abordagens de ensino. Situar a língua inglesa em seu *status* de língua franca implica compreender que determinadas crenças – como a de que há um “inglês melhor” para se ensinar, ou um “nível de proficiência” específico a ser alcançado pelo aluno – precisam ser relativizadas. Isso exige do professor uma **atitude** de acolhimento e legitimação de diferentes formas de expressão na língua, como o uso de *ain't* para fazer a negação, e não apenas formas “padrão” como *isn't* ou *aren't*. Em outras palavras, não queremos tratar esses usos como uma exceção, uma curiosidade local da língua, que foge ao “padrão” a ser seguido. Muito pelo contrário – é tratar usos locais do inglês e recursos linguísticos a eles relacionados na perspectiva de construção de um repertório linguístico, que deve ser analisado e disponibilizado ao aluno para dele fazer uso observando sempre a condição de inteligibilidade na interação linguística. Ou seja, o *status* de inglês como língua franca implica deslocá-la de um modelo ideal de falante, considerando a importância da cultura no ensino-aprendizagem da língua e buscando romper com aspectos relativos à “correção”, “precisão” e “proficiência” linguística.

Essas três implicações orientam os **eixos organizadores** propostos para o componente Língua Inglesa, apresentados a seguir.

O eixo **Oralidade** envolve as práticas de linguagem em situações de uso oral da língua inglesa, com foco na compreensão (ou escuta) e na produção oral (ou fala), articuladas pela negociação na construção de significados partilhados pelos interlocutores e/ou participantes envolvidos, com ou sem contato face a face. Assim, as práticas de linguagem oral presenciais, com contato face a face – tais como debates, entrevistas, conversas/diálogos, entre outras –, constituem gêneros orais nas quais as características dos textos, dos falantes envolvidos e seus “modos particulares de falar a língua”, que, por vezes, marcam suas identidades, devem ser considerados. Itens lexicais e estruturas linguísticas utilizados, pronúncia, entonação e ritmo empregados, por exemplo, acrescidos de estratégias de compreensão (compreensão global, específica e detalhada), de acomodação (resolução de conflitos) e de negociação (solicitação de esclarecimentos e confirmações, uso de paráfrases e exemplificação) constituem aspectos relevantes na configuração e na exploração dessas práticas. Em outros contextos, nos quais as práticas de uso oral acontecem sem o contato face a face – como assistir a filmes e programações via *web* ou TV ou ouvir músicas e mensagens publicitárias, entre outras –, a compreensão envolve escuta e observação atentas de outros elementos, relacionados principalmente ao contexto e aos usos da linguagem, às temáticas e a suas estruturas.

Além disso, a oralidade também proporciona o desenvolvimento de uma série de comportamentos e atitudes – como arriscar-se e se fazer compreender, dar voz e vez ao outro, entender e acolher a perspectiva do outro, superar mal-entendidos e lidar com a insegurança, por exemplo. Para o trabalho pedagógico, cabe ressaltar que diferentes recursos midiáticos verbo-visuais (cinema, internet, televisão, entre outros) constituem insumos autênticos e significativos, imprescindíveis para a instauração de práticas de uso/interação oral em sala de aula e de exploração de campos em que tais práticas possam ser trabalhadas. Nessas práticas, que articulam aspectos diversos das linguagens para além do verbal (tais como o visual, o sonoro, o gestual e o tátil), os estudantes terão oportunidades de vivência e reflexão sobre os usos orais/oralizados da língua inglesa.

O eixo **Leitura** aborda práticas de linguagem decorrentes da interação do leitor com o texto escrito, especialmente sob o foco da construção de significados, com base na compreensão e interpretação dos gêneros escritos em língua inglesa, que circulam nos diversos campos e esferas da sociedade.

As práticas de leitura em inglês promovem, por exemplo, o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento textual (o uso de pistas verbais e não verbais para formulação de hipóteses e inferências) e de investigação sobre as formas pelas quais os contextos de produção

favorecem processos de significação e reflexão crítica/problematização dos temas tratados.

O trabalho com gêneros verbais e híbridos, potencializados principalmente pelos meios digitais, possibilita vivenciar, de maneira significativa e situada, diferentes modos de leitura (ler para ter uma ideia geral do texto, buscar informações específicas, compreender detalhes etc.), bem como diferentes objetivos de leitura (ler para pesquisar, para revisar a própria escrita, em voz alta para expor ideias e argumentos, para agir no mundo, posicionando-se de forma crítica, entre outras). Além disso, as práticas leitoras em língua inglesa compreendem possibilidades variadas de contextos de uso das linguagens para pesquisa e ampliação de conhecimentos de temáticas significativas para os estudantes, com trabalhos de natureza interdisciplinar ou fruição estética de gêneros como poemas, peças de teatro etc.

A vivência em leitura a partir de práticas situadas, envolvendo o contato com gêneros escritos e multimodais variados, de importância para a vida escolar, social e cultural dos estudantes, bem como as perspectivas de análise e problematização a partir dessas leituras, corroboram para o desenvolvimento da leitura crítica e para a construção de um percurso criativo e autônomo de aprendizagem da língua.

Do ponto de vista metodológico, a apresentação de situações de leitura organizadas em pré-leitura, leitura e pós-leitura deve ser vista como potencializadora dessas aprendizagens de modo contextualizado e significativo para os estudantes, na perspectiva de um (re) dimensionamento das práticas e competências leitoras já existentes, especialmente em língua materna.

As práticas de produção de textos propostas no eixo **Escrita** consideram dois aspectos do ato de escrever. Por um lado, enfatizam sua natureza processual e colaborativa. Esse processo envolve movimentos ora coletivos, ora individuais, de planejamento-produção-revisão, nos quais são tomadas e avaliadas as decisões sobre as maneiras de comunicar o que se deseja, tendo em mente aspectos como o objetivo do texto, o suporte que lhe permitirá circulação social e seus possíveis leitores. Por outro lado, o ato de escrever é também concebido como prática social e reitera a finalidade da escrita condizente com essa prática, oportunizando aos alunos agir com protagonismo.

Trata-se, portanto, de uma escrita autoral, que se inicia com textos que utilizam poucos recursos verbais (mensagens, tirinhas, fotolegendas, adivinhas, entre outros) e se desenvolve para textos mais elaborados (autobiografias, esquetes, notícias, relatos de opinião, *chat*, *fôlder*, entre outros), nos quais recursos linguístico-discursivos variados

podem ser trabalhados. Essas vivências contribuem para o desenvolvimento de uma escrita autêntica, criativa e autônoma.

O eixo **Conhecimentos linguísticos** consolida-se pelas práticas de uso, análise e reflexão sobre a língua, sempre de modo contextualizado, articulado e a serviço das práticas de oralidade, leitura e escrita. O estudo do léxico e da gramática, envolvendo formas e tempos verbais, estruturas frasais e conectores discursivos, entre outros, tem como foco levar os alunos, de modo indutivo, a descobrir o funcionamento sistêmico do inglês. Para além da definição do que é certo e do que é errado, essas descobertas devem propiciar reflexões sobre noções como “adequação”, “padrão”, “variação linguística” e “inteligibilidade”, levando o estudante a pensar sobre os usos da língua inglesa, questionando, por exemplo: “Essa forma de usar o inglês estaria ‘adequada’ na perspectiva de quem? Quem define o que é o ‘correto’ na língua? Quem estaria incluído nesses usos da linguagem? Quem estaria silenciado?” De modo contrastivo, devem também explorar relações de semelhança e diferença entre a língua inglesa, a língua portuguesa e outras línguas que porventura os alunos também conheçam. Para além de uma comparação trivial, com vistas à mera curiosidade, o transitar por diferentes línguas pode se constituir um exercício metalinguístico frutífero, ao mesmo tempo em que dá visibilidade a outras línguas, que não apenas o inglês.

A proposição do eixo **Dimensão intercultural** nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea, estão em contínuo processo de interação e (re)construção. Desse modo, diferentes grupos de pessoas, com interesses, agendas e repertórios linguísticos e culturais diversos, vivenciam, em seus contatos e fluxos interacionais, processos de constituição de identidades abertas e plurais. Este é o cenário do inglês como língua franca, e, nele, aprender inglês implica problematizar os diferentes papéis da própria língua inglesa no mundo, seus valores, seu alcance e seus efeitos nas relações entre diferentes pessoas e povos, tanto na sociedade contemporânea quanto em uma perspectiva histórica. Nesse sentido, o tratamento do inglês como língua franca impõe desafios e novas prioridades para o ensino, entre os quais o adensamento das reflexões sobre as relações entre língua, identidade e cultura, e o desenvolvimento da competência intercultural.

É imprescindível dizer que esses eixos, embora tratados de forma separada na explicitação da BNCC, estão intrinsecamente ligados nas práticas sociais de usos da língua inglesa e devem ser assim trabalhados nas situações de aprendizagem propostas no contexto escolar. Em outras palavras, é a **língua em uso, sempre híbrida, polifônica e multimodal** que leva ao estudo de suas características específicas, não devendo ser nenhum dos eixos, sobretudo o de Conhecimentos linguísticos, tratado como pré-requisito para esse uso.

Cumpra-se destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e as competências específicas da área de Linguagens, o componente curricular de Língua Inglesa deve garantir aos alunos o desenvolvimento de **competências específicas**⁴⁴.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA INGLESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.

⁴⁴ Essas competências podem ser referência para a elaboração de currículos de outras línguas, caso seja opção dos sistemas e redes ofertá-las.

4.1.4.1.

LÍNGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

A BNCC de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental – Anos Finais está organizada por eixos, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. As unidades temáticas, em sua grande maioria, repetem-se e são ampliadas as habilidades a elas correspondentes. Para cada unidade temática, foram selecionados objetos de conhecimento e habilidades a ser **ênfatizados** em cada ano de escolaridade (6º, 7º, 8º e 9º anos), servindo de referência para a construção dos currículos e planejamentos de ensino, que devem ser complementados e/ou redimensionados conforme as especificidades dos contextos locais.

Tal opção de apresentação da BNCC permite, por exemplo, que determinadas habilidades possam ser trabalhadas em outros anos, se assim for conveniente e significativo para os estudantes, o que também atende a uma perspectiva de currículo espiralado.

LÍNGUA INGLESA - 6º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
EIXO ORALIDADE - Práticas de compreensão e produção oral de língua inglesa, em diferentes contextos discursivos presenciais ou simulados, com repertório de falas diversas, incluída a fala do professor.		
Interação discursiva	Construção de laços afetivos e convívio social	
	Funções e usos da língua inglesa em sala de aula (<i>Classroom language</i>)	
Compreensão oral	Estratégias de compreensão de textos orais: palavras cognatas e pistas do contexto discursivo	
Produção oral	Produção de textos orais, com a mediação do professor	
EIXO LEITURA - Práticas de leitura de textos diversos em língua inglesa (verbais, verbo-visuais, multimodais) presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem articulação com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas.		
Estratégias de leitura	Hipóteses sobre a finalidade de um texto	
	Compreensão geral e específica: leitura rápida (<i>skimming, scanning</i>)	
Práticas de leitura e construção de repertório lexical	Construção de repertório lexical e autonomia leitora	
Atitudes e disposições favoráveis do leitor	Partilha de leitura, com mediação do professor	

HABILIDADES

(EF06LI01) Interagir em situações de intercâmbio oral, demonstrando iniciativa para utilizar a língua inglesa.

(EF06LI02) Coletar informações do grupo, perguntando e respondendo sobre a família, os amigos, a escola e a comunidade..

(EF06LI03) Solicitar esclarecimentos em língua inglesa sobre o que não entendeu e o significado de palavras ou expressões desconhecidas.

(EF06LI04) Reconhecer, com o apoio de palavras cognatas e pistas do contexto discursivo, o assunto e as informações principais em textos orais sobre temas familiares.

(EF06LI05) Aplicar os conhecimentos da língua inglesa para falar de si e de outras pessoas, explicitando informações pessoais e características relacionadas a gostos, preferências e rotinas.

(EF06LI06) Planejar apresentação sobre a família, a comunidade e a escola, compartilhando-a oralmente com o grupo.

(EF06LI07) Formular hipóteses sobre a finalidade de um texto em língua inglesa, com base em sua estrutura, organização textual e pistas gráficas.

(EF06LI08) Identificar o assunto de um texto, reconhecendo sua organização textual e palavras cognatas.

(EF06LI09) Localizar informações específicas em texto.

(EF06LI10) Conhecer a organização de um dicionário bilíngue (impresso e/ou *on-line*) para construir repertório lexical.

(EF06LI11) Explorar ambientes virtuais e/ou aplicativos para construir repertório lexical na língua inglesa.

(EF06LI12) Interessar-se pelo texto lido, compartilhando suas ideias sobre o que o texto informa/comunica.

LÍNGUA INGLESA – 6º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>EIXO ESCRITA – Práticas de produção de textos em língua inglesa relacionados ao cotidiano dos alunos, em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem a escrita mediada pelo professor ou colegas e articulada com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas.</p>		
Estratégias de escrita: pré-escrita	Planejamento do texto: <i>brainstorming</i>	
	Planejamento do texto: organização de ideias	
Práticas de escrita	Produção de textos escritos, em formatos diversos, com a mediação do professor	
<p>EIXO CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS – Práticas de análise linguística para a reflexão sobre o funcionamento da língua inglesa, com base nos usos de linguagem trabalhados nos eixos Oralidade, Leitura, Escrita e Dimensão intercultural.</p>		
Estudo do léxico	Construção de repertório lexical	
	Pronúncia	
Gramática	Presente simples e contínuo (formas afirmativa, negativa e interrogativa)	
	Imperativo	
	Caso genitivo ('s)	
	Adjetivos possessivos	
<p>EIXO DIMENSÃO INTERCULTURAL – Reflexão sobre aspectos relativos à interação entre culturas (dos alunos e aquelas relacionadas a demais falantes de língua inglesa), de modo a favorecer o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos.</p>		
A língua inglesa no mundo	Países que têm a língua inglesa como língua materna e/ou oficial	
A língua inglesa no cotidiano da sociedade brasileira/comunidade	Presença da língua inglesa no cotidiano	

HABILIDADES

(EF06LI13) Listar ideias para a produção de textos, levando em conta o tema e o assunto.

(EF06LI14) Organizar ideias, selecionando-as em função da estrutura e do objetivo do texto.

(EF06LI15) Produzir textos escritos em língua inglesa (histórias em quadrinhos, cartazes, *chats*, blogues, agendas, fotolegendas, entre outros), sobre si mesmo, sua família, seus amigos, gostos, preferências e rotinas, sua comunidade e seu contexto escolar.

(EF06LI16) Construir repertório relativo às expressões usadas para o convívio social e o uso da língua inglesa em sala de aula.

(EF06LI17) Construir repertório lexical relativo a temas familiares (escola, família, rotina diária, atividades de lazer, esportes, entre outros).

(EF06LI18) Reconhecer semelhanças e diferenças na pronúncia de palavras da língua inglesa e da língua materna e/ou outras línguas conhecidas.

(EF06LI19) Utilizar o presente do indicativo para identificar pessoas (verbo *to be*) e descrever rotinas diárias.

(EF06LI20) Utilizar o presente contínuo para descrever ações em progresso.

(EF06LI21) Reconhecer o uso do imperativo em enunciados de atividades, comandos e instruções.

(EF06LI22) Descrever relações por meio do uso de apóstrofo (') + s.

(EF06LI23) Empregar, de forma inteligível, os adjetivos possessivos.

(EF06LI24) Investigar o alcance da língua inglesa no mundo: como língua materna e/ou oficial (primeira ou segunda língua).

(EF06LI25) Identificar a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado.

(EF06LI26) Avaliar, problematizando elementos/produtos culturais de países de língua inglesa absorvidos pela sociedade brasileira/comunidade.

LÍNGUA INGLESA - 7º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
EIXO ORALIDADE - Práticas de compreensão e produção oral de língua inglesa, em diferentes contextos discursivos presenciais ou simulados, com repertório de falas diversas, incluída a fala do professor.		
Interação discursiva	Funções e usos da língua inglesa: convivência e colaboração em sala de aula	
	Práticas investigativas	
Compreensão oral	Estratégias de compreensão de textos orais: conhecimentos prévios	
	Compreensão de textos orais de cunho descritivo ou narrativo	
Produção oral	Produção de textos orais, com mediação do professor	
EIXO LEITURA - Práticas de leitura de textos diversos em língua inglesa (verbais, verbo-visuais, multimodais) presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem articulação com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas.		
Estratégias de leitura	Compreensão geral e específica: leitura rápida (<i>skimming, scanning</i>)	
	Construção do sentido global do texto	
Práticas de leitura e pesquisa	Objetivos de leitura	
	Leitura de textos digitais para estudo	
Atitudes e disposições favoráveis do leitor	Partilha de leitura	

HABILIDADES

(EF07LI01) Interagir em situações de intercâmbio oral para realizar as atividades em sala de aula, de forma respeitosa e colaborativa, trocando ideias e engajando-se em brincadeiras e jogos.

(EF07LI02) Entrevistar os colegas para conhecer suas histórias de vida.

(EF07LI03) Mobilizar conhecimentos prévios para compreender texto oral.

(EF07LI04) Identificar o contexto, a finalidade, o assunto e os interlocutores em textos orais presentes no cinema, na internet, na televisão, entre outros.

(EF07LI05) Compor, em língua inglesa, narrativas orais sobre fatos, acontecimentos e personalidades marcantes do passado.

(EF07LI06) Antecipar o sentido global de textos em língua inglesa por inferências, com base em leitura rápida, observando títulos, primeiras e últimas frases de parágrafos e palavras-chave repetidas.

(EF07LI07) Identificar a(s) informação(ões)-chave de partes de um texto em língua inglesa (parágrafos).

(EF07LI08) Relacionar as partes de um texto (parágrafos) para construir seu sentido global.

(EF07LI09) Selecionar, em um texto, a informação desejada como objetivo de leitura.

(EF07LI10) Escolher, em ambientes virtuais, textos em língua inglesa, de fontes confiáveis, para estudos/pesquisas escolares.

(EF07LI11) Participar de troca de opiniões e informações sobre textos, lidos na sala de aula ou em outros ambientes.

LÍNGUA INGLESA – 7º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>EIXO ESCRITA – Práticas de produção de textos em língua inglesa relacionados ao cotidiano dos alunos, presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem a escrita mediada pelo professor ou colegas e articulada com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas.</p>		
Estratégias de escrita: pré-escrita e escrita	Pré-escrita: planejamento de produção escrita, com mediação do professor	
	Escrita: organização em parágrafos ou tópicos, com mediação do professor	
Práticas de escrita	Produção de textos escritos, em formatos diversos, com mediação do professor	
<p>EIXO CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS – Práticas de análise linguística para a reflexão sobre o funcionamento da língua inglesa, com base nos usos de linguagem trabalhados nos eixos Oralidade, Leitura, Escrita e Dimensão intercultural.</p>		
Estudo do léxico	Construção de repertório lexical	
	Pronúncia	
	Polissemia	
Gramática	Passado simples e contínuo (formas afirmativa, negativa e interrogativa)	
	Pronomes do caso reto e do caso oblíquo	
	Verbo modal <i>can</i> (presente e passado)	
<p>EIXO DIMENSÃO INTERCULTURAL – Reflexão sobre aspectos relativos à interação entre culturas (dos alunos e aquelas relacionadas a demais falantes de língua inglesa), de modo a favorecer o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos.</p>		
A língua inglesa no mundo	A língua inglesa como língua global na sociedade contemporânea	
Comunicação intercultural	Variação linguística	

HABILIDADES

- (EF07LI12)** Planejar a escrita de textos em função do contexto (público, finalidade, *layout* e suporte).
- (EF07LI13)** Organizar texto em unidades de sentido, dividindo-o em parágrafos ou tópicos e subtópicos, explorando as possibilidades de organização gráfica, de suporte e de formato do texto.
- (EF07LI14)** Produzir textos diversos sobre fatos, acontecimentos e personalidades do passado (linha do tempo/*timelines*, biografias, verbetes de enciclopédias, blogues, entre outros).
- (EF07LI15)** Construir repertório lexical relativo a verbos regulares e irregulares (formas no passado), preposições de tempo (*in, on, at*) e conectores (*and, but, because, then, so, before, after*, entre outros).
- (EF07LI16)** Reconhecer a pronúncia de verbos regulares no passado (*-ed*).
- (EF07LI17)** Explorar o caráter polissêmico de palavras de acordo com o contexto de uso.
- (EF07LI18)** Utilizar o passado simples e o passado contínuo para produzir textos orais e escritos, mostrando relações de sequência e causalidade.
- (EF07LI19)** Discriminar sujeito de objeto utilizando pronomes a eles relacionados.
- (EF07LI20)** Empregar, de forma inteligível, o verbo modal *can* para descrever habilidades (no presente e no passado).
- (EF07LI21)** Analisar o alcance da língua inglesa e os seus contextos de uso no mundo globalizado.
- (EF07LI22)** Explorar modos de falar em língua inglesa, refutando preconceitos e reconhecendo a variação linguística como fenômeno natural das línguas.
- (EF07LI23)** Reconhecer a variação linguística como manifestação de formas de pensar e expressar o mundo.

LÍNGUA INGLESA - 8º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
EIXO ORALIDADE - Práticas de compreensão e produção oral de língua inglesa, em diferentes contextos discursivos presenciais ou simulados, com repertório de falas diversas, incluída a fala do professor.		
Interação discursiva	Negociação de sentidos (mal-entendidos no uso da língua inglesa e conflito de opiniões)	
	Usos de recursos linguísticos e paralinguísticos no intercâmbio oral	
Compreensão oral	Compreensão de textos orais, multimodais, de cunho informativo/jornalístico	
Produção oral	Produção de textos orais com autonomia	
EIXO LEITURA - Práticas de leitura de textos diversos em língua inglesa (verbais, verbo-visuais, multimodais) presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem articulação com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas, especialmente a língua inglesa.		
Estratégias de leitura	Construção de sentidos por meio de inferências e reconhecimento de implícitos	
Práticas de leitura e fruição	Leitura de textos de cunho artístico/literário	
Avaliação dos textos lidos	Reflexão pós-leitura	
EIXO ESCRITA - Práticas de produção de textos em língua inglesa relacionados ao cotidiano dos alunos, presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem a escrita mediada pelo professor ou colegas e articulada com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas, especialmente a língua inglesa.		
Estratégias de escrita: escrita e pós-escrita	Revisão de textos com a mediação do professor	
Práticas de escrita	Produção de textos escritos com mediação do professor/colegas	

HABILIDADES

(EF08LI01) Fazer uso da língua inglesa para resolver mal-entendidos, emitir opiniões e esclarecer informações por meio de paráfrases ou justificativas.

(EF08LI02) Explorar o uso de recursos linguísticos (frases incompletas, hesitações, entre outros) e paralinguísticos (gestos, expressões faciais, entre outros) em situações de interação oral.

(EF08LI03) Construir o sentido global de textos orais, relacionando suas partes, o assunto principal e informações relevantes.

(EF08LI04) Utilizar recursos e repertório linguísticos apropriados para informar/comunicar/falar do futuro: planos, previsões, possibilidades e probabilidades.

(EF08LI05) Inferir informações e relações que não aparecem de modo explícito no texto para construção de sentidos.

(EF08LI06) Apreciar textos narrativos em língua inglesa (contos, romances, entre outros, em versão original ou simplificada), como forma de valorizar o patrimônio cultural produzido em língua inglesa.

(EF08LI07) Explorar ambientes virtuais e/ou aplicativos para acessar e usufruir do patrimônio artístico literário em língua inglesa.

(EF08LI08) Analisar, criticamente, o conteúdo de textos, comparando diferentes perspectivas apresentadas sobre um mesmo assunto.

(EF08LI09) Avaliar a própria produção escrita e a de colegas, com base no contexto de comunicação (finalidade e adequação ao público, conteúdo a ser comunicado, organização textual, legibilidade, estrutura de frases).

(EF08LI10) Reconstruir o texto, com cortes, acréscimos, reformulações e correções, para aprimoramento, edição e publicação final.

(EF08LI11) Produzir textos (comentários em fóruns, relatos pessoais, mensagens instantâneas, *tweets*, reportagens, histórias de ficção, blogues, entre outros), com o uso de estratégias de escrita (planejamento, produção de rascunho, revisão e edição final), apontando sonhos e projetos para o futuro (pessoal, da família, da comunidade ou do planeta).

LÍNGUA INGLESA – 8º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
EIXO CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS – Práticas de análise linguística para a reflexão sobre o funcionamento da língua inglesa, com base nos usos de linguagem trabalhados nos eixos Oralidade, Leitura, Escrita e Dimensão intercultural.		
Estudo do léxico	Construção de repertório lexical	
	Formação de palavras: prefixos e sufixos	
Gramática	Verbos para indicar o futuro	
	Comparativos e superlativos	
	Quantificadores	
	Pronomes relativos	
EIXO DIMENSÃO INTERCULTURAL – Reflexão sobre aspectos relativos à interação entre culturas (dos alunos e aquelas relacionadas a demais falantes de língua inglesa), de modo a favorecer o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos.		
Manifestações culturais	Construção de repertório artístico-cultural	
Comunicação intercultural	Impacto de aspectos culturais na comunicação	

HABILIDADES

(EF08LI12) Construir repertório lexical relativo a planos, previsões e expectativas para o futuro.

(EF08LI13) Reconhecer sufixos e prefixos comuns utilizados na formação de palavras em língua inglesa.

(EF08LI14) Utilizar formas verbais do futuro para descrever planos e expectativas e fazer previsões.

(EF08LI15) Utilizar, de modo inteligível, as formas comparativas e superlativas de adjetivos para comparar qualidades e quantidades.

(EF08LI16) Utilizar, de modo inteligível, corretamente, *some, any, many, much*.

(EF08LI17) Empregar, de modo inteligível, os pronomes relativos (*who, which, that, whose*) para construir períodos compostos por subordinação.

(EF08LI18) Construir repertório cultural por meio do contato com manifestações artístico-culturais vinculadas à língua inglesa (artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, dança, festividades, entre outros), valorizando a diversidade entre culturas.

(EF08LI19) Investigar de que forma expressões, gestos e comportamentos são interpretados em função de aspectos culturais.

(EF08LI20) Examinar fatores que podem impedir o entendimento entre pessoas de culturas diferentes que falam a língua inglesa.

LÍNGUA INGLESA - 9º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>EIXO ORALIDADE - Práticas de compreensão e produção oral de língua inglesa, em diferentes contextos discursivos presenciais ou simulados, com repertório de falas diversas, incluída a fala do professor.</p>		
Interação discursiva	Funções e usos da língua inglesa: persuasão	
Compreensão oral	Compreensão de textos orais, multimodais, de cunho argumentativo	
Produção oral	Produção de textos orais com autonomia	
<p>EIXO LEITURA - Práticas de leitura de textos diversos em língua inglesa (verbais, verbo-visuais, multimodais) presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem articulação com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas, especialmente a língua inglesa.</p>		
Estratégias de leitura	Recursos de persuasão	
	Recursos de argumentação	
Práticas de leitura e novas tecnologias	Informações em ambientes virtuais	
Avaliação dos textos lidos	Reflexão pós-leitura	

HABILIDADES

(EF09LI01) Fazer uso da língua inglesa para expor pontos de vista, argumentos e contra-argumentos, considerando o contexto e os recursos linguísticos voltados para a eficácia da comunicação.

(EF09LI02) Compilar as ideias-chave de textos por meio de tomada de notas.

(EF09LI03) Analisar posicionamentos defendidos e refutados em textos orais sobre temas de interesse social e coletivo.

(EF09LI04) Expor resultados de pesquisa ou estudo com o apoio de recursos, tais como notas, gráficos, tabelas, entre outros, adequando as estratégias de construção do texto oral aos objetivos de comunicação e ao contexto.

(EF09LI05) Identificar recursos de persuasão (escolha e jogo de palavras, uso de cores e imagens, tamanho de letras), utilizados nos textos publicitários e de propaganda, como elementos de convencimento.

(EF09LI06) Distinguir fatos de opiniões em textos argumentativos da esfera jornalística.

(EF09LI07) Identificar argumentos principais e as evidências/exemplos que os sustentam.

(EF09LI08) Explorar ambientes virtuais de informação e socialização, analisando a qualidade e a validade das informações veiculadas.

(EF09LI09) Compartilhar, com os colegas, a leitura dos textos escritos pelo grupo, valorizando os diferentes pontos de vista defendidos, com ética e respeito.

LÍNGUA INGLESA – 9º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>EIXO ESCRITA – Práticas de produção de textos em língua inglesa relacionados ao cotidiano dos alunos, presentes em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem a escrita mediada pelo professor ou colegas e articulada com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas, especialmente a língua inglesa.</p>		
Estratégias de escrita	Escrita: construção da argumentação	
	Escrita: construção da persuasão	
Práticas de escrita	Produção de textos escritos, com mediação do professor/colegas	
<p>EIXO CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS – Práticas de análise linguística para a reflexão sobre o funcionamento da língua inglesa, com base nos usos de linguagem trabalhados nos eixos Oralidade, Leitura, Escrita e Dimensão intercultural.</p>		
Estudo do léxico	Usos de linguagem em meio digital: “internetês”	
	Conectores (<i>linking words</i>)	
Gramática	Orações condicionais (tipos 1 e 2)	
	Verbos modais: <i>should, must, have to, may e might</i>	
<p>EIXO DIMENSÃO INTERCULTURAL – Reflexão sobre aspectos relativos à interação entre culturas (dos alunos e aquelas relacionadas a demais falantes de língua inglesa), de modo a favorecer o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos.</p>		
A língua inglesa no mundo	Expansão da língua inglesa: contexto histórico	
	A língua inglesa e seu papel no intercâmbio científico, econômico e político	
Comunicação intercultural	Construção de identidades no mundo globalizado	

HABILIDADES

- (EF09LI10)** Propor potenciais argumentos para expor e defender ponto de vista em texto escrito, refletindo sobre o tema proposto e pesquisando dados, evidências e exemplos para sustentar os argumentos, organizando-os em sequência lógica.
- (EF09LI11)** Utilizar recursos verbais e não verbais para construção da persuasão em textos da esfera publicitária, de forma adequada ao contexto de circulação (produção e compreensão).
- (EF09LI12)** Produzir textos (infográficos, fóruns de discussão *on-line*, fotorreportagens, campanhas publicitárias, *memes*, entre outros) sobre temas de interesse coletivo local ou global, que revelem posicionamento crítico.
- (EF09LI13)** Reconhecer, nos novos gêneros digitais (blogues, mensagens instantâneas, *tweets*, entre outros), novas formas de escrita (abreviação de palavras, palavras com combinação de letras e números, pictogramas, símbolos gráficos, entre outros) na constituição das mensagens.
- (EF09LI14)** Utilizar conectores indicadores de adição, condição, oposição, contraste, conclusão e síntese como auxiliares na construção da argumentação e intencionalidade discursiva.
- (EF09LI15)** Empregar, de modo inteligível, as formas verbais em orações condicionais dos tipos 1 e 2 (*If-clauses*).
- (EF09LI16)** Empregar, de modo inteligível, os verbos *should*, *must*, *have to*, *may* e *might* para indicar recomendação, necessidade ou obrigação e probabilidade.
- (EF09LI17)** Debater sobre a expansão da língua inglesa pelo mundo, em função do processo de colonização nas Américas, África, Ásia e Oceania.
- (EF09LI18)** Analisar a importância da língua inglesa para o desenvolvimento das ciências (produção, divulgação e discussão de novos conhecimentos), da economia e da política no cenário mundial.
- (EF09LI19)** Discutir a comunicação intercultural por meio da língua inglesa como mecanismo de valorização pessoal e de construção de identidades no mundo globalizado.

4.2. A ÁREA DE MATEMÁTICA

O conhecimento matemático é necessário para todos os alunos da Educação Básica, seja por sua grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais.

A Matemática não se restringe apenas à quantificação de fenômenos determinísticos – contagem, medição de objetos, grandezas – e das técnicas de cálculo com os números e com as grandezas, pois também estuda a incerteza proveniente de fenômenos de caráter aleatório. A Matemática cria sistemas abstratos, que organizam e inter-relacionam fenômenos do espaço, do movimento, das formas e dos números, associados ou não a fenômenos do mundo físico. Esses sistemas contêm ideias e objetos que são fundamentais para a compreensão de fenômenos, a construção de representações significativas e argumentações consistentes nos mais variados contextos.

Apesar de a Matemática ser, por excelência, uma ciência hipotético-dedutiva, porque suas demonstrações se apoiam sobre um sistema de axiomas e postulados, é de fundamental importância também considerar o papel heurístico das experimentações na aprendizagem da Matemática.

No Ensino Fundamental, essa área, por meio da articulação de seus diversos campos – Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade –, precisa garantir que os alunos relacionem observações empíricas do mundo real a representações (tabelas, figuras e esquemas) e associem essas representações a uma atividade matemática (conceitos e propriedades), fazendo induções e conjecturas. Assim, espera-se que eles desenvolvam a capacidade de identificar oportunidades de utilização da matemática para resolver problemas, aplicando conceitos, procedimentos e resultados para obter soluções e interpretá-las segundo os contextos das situações. A dedução de algumas propriedades e a verificação de conjecturas, a partir de outras, podem ser estimuladas, sobretudo ao final do Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do **letramento matemático**⁴⁵, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas. É também o letramento matemático que assegura aos alunos reconhecer que os conhecimentos matemáticos são fundamentais para a compreensão e a atuação no mundo e perceber o caráter de jogo intelectual da matemática, como aspecto que favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico, estimula a investigação e pode ser prazeroso (fruição).

O desenvolvimento dessas habilidades está intrinsecamente relacionado a algumas formas de organização da aprendizagem matemática, com base na análise de situações da vida cotidiana, de outras áreas do conhecimento e da própria Matemática. Os **processos matemáticos** de resolução de problemas, de investigação, de desenvolvimento de projetos e da modelagem podem ser citados como formas privilegiadas da atividade matemática, motivo pelo qual são, ao mesmo tempo, objeto e estratégia para a aprendizagem ao longo de todo o Ensino Fundamental. Esses processos de aprendizagem são potencialmente ricos para o desenvolvimento de competências fundamentais para o letramento matemático (raciocínio, representação, comunicação e argumentação) e para o desenvolvimento do pensamento computacional.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Matemática e, por consequência, o componente curricular de Matemática devem garantir aos alunos o desenvolvimento de **competências específicas**.

45 Segundo a Matriz do Pisa 2012, o "letramento matemático é a capacidade individual de formular, empregar e interpretar a matemática em uma variedade de contextos. Isso inclui raciocinar matematicamente e utilizar conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas para descrever, explicar e prever fenômenos. Isso auxilia os indivíduos a reconhecer o papel que a matemática exerce no mundo e para que cidadãos construtivos, engajados e reflexivos possam fazer julgamentos bem fundamentados e tomar as decisões necessárias.". Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2013/matriz_avaliacao_matematica.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.
2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.
3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).
7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

4.2.1. MATEMÁTICA

Com base nos recentes documentos curriculares brasileiros, a BNCC leva em conta que os diferentes campos que compõem a Matemática reúnem um conjunto de **ideias fundamentais** que produzem articulações entre eles: **equivalência, ordem, proporcionalidade, interdependência, representação, variação e aproximação**. Essas ideias fundamentais são importantes para o desenvolvimento do pensamento matemático dos alunos e devem se converter, na escola, em objetos de conhecimento. A proporcionalidade, por exemplo, deve estar presente no estudo de: operações com os números naturais; representação fracionária dos números racionais; áreas; funções; probabilidade etc. Além disso, essa noção também se evidencia em muitas ações cotidianas e de outras áreas do conhecimento, como vendas e trocas mercantis, balanços químicos, representações gráficas etc.

Nessa direção, a BNCC propõe cinco **unidades temáticas**, correlacionadas, que orientam a formulação de habilidades a ser desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental. Cada uma delas pode receber ênfase diferente, a depender do ano de escolarização.

A unidade temática **Números** tem como finalidade desenvolver o pensamento numérico, que implica o conhecimento de maneiras de quantificar atributos de objetos e de julgar e interpretar argumentos baseados em quantidades. No processo da construção da noção de número, os alunos precisam desenvolver, entre outras, as ideias de aproximação, proporcionalidade, equivalência e ordem, noções fundamentais da Matemática. Para essa construção, é importante propor, por meio de situações significativas, sucessivas ampliações dos campos numéricos. No estudo desses campos numéricos, devem ser enfatizados registros, usos, significados e operações.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a expectativa em relação a essa temática é que os alunos resolvam problemas com números naturais e números racionais cuja representação decimal é finita, envolvendo diferentes significados das operações, argumentem e justifiquem os procedimentos utilizados para a resolução e avaliem a plausibilidade dos resultados encontrados. No tocante aos cálculos, espera-se que os alunos desenvolvam diferentes estratégias para a obtenção dos resultados, sobretudo por estimativa e cálculo mental, além de algoritmos e uso de calculadoras.

Nessa fase espera-se também o desenvolvimento de habilidades no que se refere à leitura, escrita e ordenação de números naturais e números racionais por meio da identificação e compreensão

de características do sistema de numeração decimal, sobretudo o valor posicional dos algarismos. Na perspectiva de que os alunos aprofundem a noção de número, é importante colocá-los diante de tarefas, como as que envolvem medições, nas quais os números naturais não são suficientes para resolvê-las, indicando a necessidade dos números racionais tanto na representação decimal quanto na fracionária.

Com referência ao Ensino Fundamental – Anos Finais, a expectativa é a de que os alunos resolvam problemas com números naturais, inteiros e racionais, envolvendo as operações fundamentais, com seus diferentes significados, e utilizando estratégias diversas, com compreensão dos processos neles envolvidos. Para que aprofundem a noção de número, é importante colocá-los diante de problemas, sobretudo os geométricos, nos quais os números racionais não são suficientes para resolvê-los, de modo que eles reconheçam a necessidade de outros números: os irracionais. Os alunos devem dominar também o cálculo de porcentagem, juros, descontos e acréscimos, incluindo o uso de tecnologias digitais. No tocante a esse tema, espera-se que saibam reconhecer, comparar e ordenar números reais, com apoio da relação desses números com pontos na reta numérica. Cabe ainda destacar que o desenvolvimento do pensamento numérico não se completa, evidentemente, apenas com objetos de estudos descritos na unidade Números. Esse pensamento é ampliado e aprofundado quando se discutem situações que envolvem conteúdos das demais unidades temáticas: Álgebra, Geometria, Grandezas e medidas e Probabilidade e estatística.

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de *marketing*. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos.

A unidade temática **Álgebra**, por sua vez, tem como finalidade o desenvolvimento de um tipo especial de pensamento – pensamento algébrico – que é essencial para utilizar modelos matemáticos na compreensão, representação e análise de relações quantitativas de grandezas e, também, de situações e estruturas matemáticas, fazendo uso de letras e outros símbolos. Para esse desenvolvimento, é necessário que os alunos identifiquem regularidades e padrões de sequências numéricas e não numéricas, estabeleçam leis matemáticas que expressem a relação de interdependência entre grandezas em diferentes contextos, bem como criar, interpretar e transitar entre as diversas representações gráficas e simbólicas, para resolver problemas por meio de equações e inequações, com compreensão dos procedimentos utilizados. As ideias matemáticas fundamentais vinculadas a essa unidade são: equivalência, variação, interdependência e proporcionalidade. Em síntese, essa unidade temática deve enfatizar o desenvolvimento de uma linguagem, o estabelecimento de generalizações, a análise da interdependência de grandezas e a resolução de problemas por meio de equações ou inequações.

Nessa perspectiva, é imprescindível que algumas dimensões do trabalho com a álgebra estejam presentes nos processos de ensino e aprendizagem desde o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, como as ideias de regularidade, generalização de padrões e propriedades da igualdade. No entanto, nessa fase, não se propõe o uso de letras para expressar regularidades, por mais simples que sejam. A relação dessa unidade temática com a de Números é bastante evidente no trabalho com sequências (recursivas e repetitivas), seja na ação de completar uma sequência com elementos ausentes, seja na construção de sequências segundo uma determinada regra de formação. A relação de equivalência pode ter seu início com atividades simples, envolvendo a igualdade, como reconhecer que se $2 + 3 = 5$ e $5 = 4 + 1$, então $2 + 3 = 4 + 1$. Atividades como essa contribuem para a compreensão de que o sinal de igualdade não é apenas a indicação de uma operação a ser feita. A noção intuitiva de função pode ser explorada por meio da resolução de problemas envolvendo a variação proporcional direta entre duas grandezas (sem utilizar a regra de três), como: “Se com duas medidas de suco concentrado eu obtenho três litros de refresco, quantas medidas desse suco concentrado eu preciso para ter doze litros de refresco?”

No Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudos de Álgebra retomam, aprofundam e ampliam o que foi trabalhado no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Nessa fase, os alunos devem compreender os diferentes significados das variáveis numéricas em

uma expressão, estabelecer uma generalização de uma propriedade, investigar a regularidade de uma sequência numérica, indicar um valor desconhecido em uma sentença algébrica e estabelecer a variação entre duas grandezas. É necessário, portanto, que os alunos estabeleçam conexões entre variável e função e entre incógnita e equação. As técnicas de resolução de equações e inequações, inclusive no plano cartesiano, devem ser desenvolvidas como uma maneira de representar e resolver determinados tipos de problema, e não como objetos de estudo em si mesmos.

Outro aspecto a ser considerado é que a aprendizagem de Álgebra, como também aquelas relacionadas a Números, Geometria e Probabilidade e estatística, podem contribuir para o desenvolvimento do pensamento computacional dos alunos, tendo em vista que eles precisam ser capazes de traduzir uma situação dada em outras linguagens, como transformar situações-problema, apresentadas em língua materna, em fórmulas, tabelas e gráficos e vice-versa.

Associado ao pensamento computacional, cumpre salientar a importância dos algoritmos e de seus fluxogramas, que podem ser objetos de estudo nas aulas de Matemática. Um algoritmo é uma sequência finita de procedimentos que permite resolver um determinado problema. Assim, o algoritmo é a decomposição de um procedimento complexo em suas partes mais simples, relacionando-as e ordenando-as, e pode ser representado graficamente por um fluxograma. A linguagem algorítmica tem pontos em comum com a linguagem algébrica, sobretudo em relação ao conceito de variável. Outra habilidade relativa à álgebra que mantém estreita relação com o pensamento computacional é a identificação de padrões para se estabelecer generalizações, propriedades e algoritmos.

A **Geometria** envolve o estudo de um amplo conjunto de conceitos e procedimentos necessários para resolver problemas do mundo físico e de diferentes áreas do conhecimento. Assim, nessa unidade temática, estudar posição e deslocamentos no espaço, formas e relações entre elementos de figuras planas e espaciais pode desenvolver o pensamento geométrico dos alunos. Esse pensamento é necessário para investigar propriedades, fazer conjecturas e produzir argumentos geométricos convincentes. É importante, também, considerar o aspecto funcional que deve estar presente no estudo da Geometria: as transformações geométricas, sobretudo as simetrias. As ideias matemáticas fundamentais associadas a essa temática são, principalmente, construção, representação e interdependência.

No Ensino Fundamental - Anos Iniciais, espera-se que os alunos identifiquem e estabeleçam pontos de referência para a localização e o deslocamento de objetos, construam representações de espaços conhecidos e estimem distâncias, usando, como suporte, mapas (em papel, *tablets* ou *smartphones*), croquis e outras representações. Em relação às formas, espera-se que os alunos indiquem características das formas geométricas tridimensionais e bidimensionais, associem figuras espaciais a suas planificações e vice-versa. Espera-se, também, que nomeiem e comparem polígonos, por meio de propriedades relativas aos lados, vértices e ângulos. O estudo das simetrias deve ser iniciado por meio da manipulação de representações de figuras geométricas planas em quadriculados ou no plano cartesiano, e com recurso de *softwares* de geometria dinâmica.

No Ensino Fundamental - Anos Finais, o ensino de Geometria precisa ser visto como consolidação e ampliação das aprendizagens realizadas. Nessa etapa, devem ser enfatizadas também as tarefas que analisam e produzem transformações e ampliações/reduções de figuras geométricas planas, identificando seus elementos variantes e invariantes, de modo a desenvolver os conceitos de congruência e semelhança. Esses conceitos devem ter destaque nessa fase do Ensino Fundamental, de modo que os alunos sejam capazes de reconhecer as condições necessárias e suficientes para obter triângulos congruentes ou semelhantes e que saibam aplicar esse conhecimento para realizar demonstrações simples, contribuindo para a formação de um tipo de raciocínio importante para a Matemática, o raciocínio hipotético-dedutivo. Outro ponto a ser destacado é a aproximação da Álgebra com a Geometria, desde o início do estudo do plano cartesiano, por meio da geometria analítica. As atividades envolvendo a ideia de coordenadas, já iniciadas no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, podem ser ampliadas para o contexto das representações no plano cartesiano, como a representação de sistemas de equações do 1º grau, articulando, para isso, conhecimentos decorrentes da ampliação dos conjuntos numéricos e de suas representações na reta numérica.

Assim, a Geometria não pode ficar reduzida a mera aplicação de fórmulas de cálculo de área e de volume nem a aplicações numéricas imediatas de teoremas sobre relações de proporcionalidade em situações relativas a feixes de retas paralelas cortadas por retas secantes ou do teorema de Pitágoras. A equivalência de áreas, por exemplo, já praticada há milhares de anos pelos mesopotâmios e gregos antigos sem utilizar fórmulas, permite transformar qualquer região poligonal plana em um quadrado com mesma área (é o

que os gregos chamavam “fazer a quadratura de uma figura”). Isso permite, inclusive, resolver geometricamente problemas que podem ser traduzidos por uma equação do 2º grau.

As medidas quantificam grandezas do mundo físico e são fundamentais para a compreensão da realidade. Assim, a unidade temática **Grandezas e medidas**, ao propor o estudo das medidas e das relações entre elas – ou seja, das relações métricas –, favorece a integração da Matemática a outras áreas de conhecimento, como Ciências (densidade, grandezas e escalas do Sistema Solar, energia elétrica etc.) ou Geografia (coordenadas geográficas, densidade demográfica, escalas de mapas e guias etc.). Essa unidade temática contribui ainda para a consolidação e ampliação da noção de número, a aplicação de noções geométricas e a construção do pensamento algébrico.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a expectativa é que os alunos reconheçam que medir é comparar uma grandeza com uma unidade e expressar o resultado da comparação por meio de um número. Além disso, devem resolver problemas oriundos de situações cotidianas que envolvem grandezas como comprimento, massa, tempo, temperatura, área (de triângulos e retângulos) e capacidade e volume (de sólidos formados por blocos retangulares), sem uso de fórmulas, recorrendo, quando necessário, a transformações entre unidades de medida padronizadas mais usuais. Espera-se, também, que resolvam problemas sobre situações de compra e venda e desenvolvam, por exemplo, atitudes éticas e responsáveis em relação ao consumo. Sugere-se que esse processo seja iniciado utilizando, preferencialmente, unidades não convencionais para fazer as comparações e medições, o que dá sentido à ação de medir, evitando a ênfase em procedimentos de transformação de unidades convencionais. No entanto, é preciso considerar o contexto em que a escola se encontra: em escolas de regiões agrícolas, por exemplo, as medidas agrárias podem merecer maior atenção em sala de aula.

No Ensino Fundamental – Anos Finais, a expectativa é a de que os alunos reconheçam comprimento, área, volume e abertura de ângulo como grandezas associadas a figuras geométricas e que consigam resolver problemas envolvendo essas grandezas com o uso de unidades de medida padronizadas mais usuais. Além disso, espera-se que estabeleçam e utilizem relações entre essas grandezas e entre elas e grandezas não geométricas, para estudar grandezas derivadas como densidade, velocidade, energia, potência, entre outras. Nessa fase da escolaridade, os alunos devem determinar expressões de cálculo de áreas de quadriláteros, triângulos e círculos, e as de volumes de prismas e de cilindros. Outro ponto a ser destacado

refere-se à introdução de medidas de capacidade de armazenamento de computadores como grandeza associada a demandas da sociedade moderna. Nesse caso, é importante destacar o fato de que os prefixos utilizados para *byte* (quilo, mega, giga) não estão associados ao sistema de numeração decimal, de base 10, pois um *quilobyte*, por exemplo, corresponde a 1024 *bytes*, e não a 1000 *bytes*.

A incerteza e o tratamento de dados são estudados na unidade temática **Probabilidade e estatística**. Ela propõe a abordagem de conceitos, fatos e procedimentos presentes em muitas situações-problema da vida cotidiana, das ciências e da tecnologia. Assim, todos os cidadãos precisam desenvolver habilidades para coletar, organizar, representar, interpretar e analisar dados em uma variedade de contextos, de maneira a fazer julgamentos bem fundamentados e tomar as decisões adequadas. Isso inclui raciocinar e utilizar conceitos, representações e índices estatísticos para descrever, explicar e prever fenômenos.

Merece destaque o uso de tecnologias – como calculadoras, para avaliar e comparar resultados, e planilhas eletrônicas, que ajudam na construção de gráficos e nos cálculos das medidas de tendência central. A consulta a páginas de institutos de pesquisa – como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – pode oferecer contextos potencialmente ricos não apenas para aprender conceitos e procedimentos estatísticos, mas também para utilizá-los com o intuito de compreender a realidade.

No que concerne ao estudo de noções de probabilidade, a finalidade, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é promover a compreensão de que nem todos os fenômenos são determinísticos. Para isso, o início da proposta de trabalho com probabilidade está centrado no desenvolvimento da noção de aleatoriedade, de modo que os alunos compreendam que há eventos certos, eventos impossíveis e eventos prováveis. É muito comum que pessoas julguem impossíveis eventos que nunca viram acontecer. Nessa fase, é importante que os alunos verbalizem, em eventos que envolvem o acaso, os resultados que poderiam ter acontecido em oposição ao que realmente aconteceu, iniciando a construção do espaço amostral. No Ensino Fundamental – Anos Finais, o estudo deve ser ampliado e aprofundado, por meio de atividades nas quais os alunos façam experimentos aleatórios e simulações para confrontar os resultados obtidos com a probabilidade teórica – probabilidade frequentista. A progressão dos conhecimentos se faz pelo aprimoramento da capacidade de enumeração dos elementos do espaço amostral, que está associada, também, aos problemas de contagem.

Com relação à estatística, os primeiros passos envolvem o trabalho com a coleta e a organização de dados de uma pesquisa de interesse dos alunos. O planejamento de como fazer a pesquisa ajuda a compreender o papel da estatística no cotidiano dos alunos. Assim, a leitura, a interpretação e a construção de tabelas e gráficos têm papel fundamental, bem como a forma de produção de texto escrito para a comunicação de dados, pois é preciso compreender que o texto deve sintetizar ou justificar as conclusões. No Ensino Fundamental – Anos Finais, a expectativa é que os alunos saibam planejar e construir relatórios de pesquisas estatísticas descritivas, incluindo medidas de tendência central e construção de tabelas e diversos tipos de gráfico. Esse planejamento inclui a definição de questões relevantes e da população a ser pesquisada, a decisão sobre a necessidade ou não de usar amostra e, quando for o caso, a seleção de seus elementos por meio de uma adequada técnica de amostragem.

Cumprir destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos. Essa divisão em unidades temáticas serve tão somente para facilitar a compreensão dos conjuntos de habilidades e de como eles se inter-relacionam. Na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas, devem ser enfatizadas as articulações das habilidades com as de outras áreas do conhecimento, entre as unidades temáticas e no interior de cada uma delas.

Na definição das habilidades, a progressão ano a ano se baseia na compreensão e utilização de novas ferramentas e também na complexidade das situações-problema propostas, cuja resolução exige a execução de mais etapas ou noções de unidades temáticas distintas. Os problemas de contagem, por exemplo, devem, inicialmente, estar restritos àqueles cujas soluções podem ser obtidas pela descrição de todos os casos possíveis, mediante a utilização de esquemas ou diagramas, e, posteriormente, àqueles cuja resolução depende da aplicação dos princípios multiplicativo e aditivo e do princípio da casa dos pombos. Outro exemplo é o da resolução de problemas envolvendo as operações fundamentais, utilizando ou não a linguagem algébrica.

4.2.1.1.

MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, deve-se retomar as vivências cotidianas das crianças com números, formas e espaço, e também as experiências desenvolvidas na Educação Infantil, para iniciar uma sistematização dessas noções. Nessa fase, as habilidades matemáticas que os alunos devem desenvolver não podem ficar restritas à aprendizagem dos algoritmos das chamadas “quatro operações”, apesar de sua importância. No que diz respeito ao cálculo, é necessário acrescentar, à realização dos algoritmos das operações, a habilidade de efetuar cálculos mentalmente, fazer estimativas, usar calculadora e, ainda, para decidir quando é apropriado usar um ou outro procedimento de cálculo.

Portanto, a BNCC orienta-se pelo pressuposto de que a aprendizagem em Matemática está intrinsecamente relacionada à compreensão, ou seja, à apreensão de significados dos objetos matemáticos, sem deixar de lado suas aplicações. Os significados desses objetos resultam das conexões que os alunos estabelecem entre eles e os demais componentes, entre eles e seu cotidiano e entre os diferentes temas matemáticos. Desse modo, recursos didáticos como malhas quadriculadas, ábacos, jogos, livros, vídeos, calculadoras, planilhas eletrônicas e *softwares* de geometria dinâmica têm um papel essencial para a compreensão e utilização das noções matemáticas. Entretanto, esses materiais precisam estar integrados a situações que levem à reflexão e à sistematização, para que se inicie um processo de formalização.

Em todas as unidades temáticas, a delimitação dos objetos de conhecimento e das habilidades considera que as noções matemáticas são retomadas, ampliadas e aprofundadas ano a ano. No entanto, é fundamental considerar que a leitura dessas habilidades não seja feita de maneira fragmentada. A compreensão do papel que determinada habilidade representa no conjunto das aprendizagens demanda a compreensão de como ela se conecta com habilidades dos anos anteriores, o que leva à identificação das aprendizagens já consolidadas, e em que medida o trabalho para o desenvolvimento da habilidade em questão serve de base para as aprendizagens posteriores. Nesse sentido, é fundamental considerar, por exemplo, que a contagem até 100, proposta no 1º ano, não deve ser interpretada como restrição a ampliações possíveis em cada escola e em cada turma. Afinal, não se pode frear a curiosidade e o entusiasmo pela aprendizagem, tão comum nessa etapa da escolaridade, e muito menos os conhecimentos prévios dos alunos.

Na Matemática escolar, o processo de aprender uma noção em um contexto, abstrair e depois aplicá-la em outro contexto envolve capacidades essenciais, como formular, empregar, interpretar e avaliar – criar, enfim –, e não somente a resolução de enunciados típicos que são, muitas vezes, meros exercícios e apenas simulam alguma aprendizagem. Assim, algumas das habilidades formuladas começam por: “resolver e elaborar problemas envolvendo...”. Nessa enunciação está implícito que se pretende não apenas a resolução do problema, mas também que os alunos reflitam e questionem o que ocorreria se algum dado do problema fosse alterado ou se alguma condição fosse acrescentada ou retirada. Nessa perspectiva, pretende-se que os alunos também formulem problemas em outros contextos.

MATEMÁTICA - 1º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Números	Contagem de rotina Contagem ascendente e descendente Reconhecimento de números no contexto diário: indicação de quantidades, indicação de ordem ou indicação de código para a organização de informações	
	Quantificação de elementos de uma coleção: estimativas, contagem um a um, pareamento ou outros agrupamentos e comparação	
	Leitura, escrita e comparação de números naturais (até 100) Reta numérica	
	Construção de fatos básicos da adição	
	Composição e decomposição de números naturais	
	Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar)	
Álgebra	Padrões figurais e numéricos: investigação de regularidades ou padrões em sequências	
	Sequências recursivas: observação de regras usadas utilizadas em seriações numéricas (mais 1, mais 2, menos 1, menos 2, por exemplo)	
Geometria	Localização de objetos e de pessoas no espaço, utilizando diversos pontos de referência e vocabulário apropriado	
	Figuras geométricas espaciais: reconhecimento e relações com objetos familiares do mundo físico	
	Figuras geométricas planas: reconhecimento do formato das faces de figuras geométricas espaciais	

HABILIDADES

(EF01MA01) Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas e reconhecer situações em que os números não indicam contagem nem ordem, mas sim código de identificação.

(EF01MA02) Contar de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos.

(EF01MA03) Estimar e comparar quantidades de objetos de dois conjuntos (em torno de 20 elementos), por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois) para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”.

(EF01MA04) Contar a quantidade de objetos de coleções até 100 unidades e apresentar o resultado por registros verbais e simbólicos, em situações de seu interesse, como jogos, brincadeiras, materiais da sala de aula, entre outros.

(EF01MA05) Comparar números naturais de até duas ordens em situações cotidianas, com e sem suporte da reta numérica.

(EF01MA06) Construir fatos básicos da adição e utilizá-los em procedimentos de cálculo para resolver problemas.

(EF01MA07) Compor e decompor número de até duas ordens, por meio de diferentes adições, com o suporte de material manipulável, contribuindo para a compreensão de características do sistema de numeração decimal e o desenvolvimento de estratégias de cálculo.

(EF01MA08) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até dois algarismos, com os significados de juntar, acrescentar, separar e retirar, com o suporte de imagens e/ou material manipulável, utilizando estratégias e formas de registro pessoais.

(EF01MA09) Organizar e ordenar objetos familiares ou representações por figuras, por meio de atributos, tais como cor, forma e medida.

(EF01MA10) Descrever, após o reconhecimento e a explicitação de um padrão (ou regularidade), os elementos ausentes em sequências recursivas de números naturais, objetos ou figuras.

(EF01MA11) Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço em relação à sua própria posição, utilizando termos como à direita, à esquerda, em frente, atrás.

(EF01MA12) Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço segundo um dado ponto de referência, compreendendo que, para a utilização de termos que se referem à posição, como direita, esquerda, em cima, em baixo, é necessário explicitar-se o referencial.

(EF01MA13) Relacionar figuras geométricas espaciais (cones, cilindros, esferas e blocos retangulares) a objetos familiares do mundo físico.

(EF01MA14) Identificar e nomear figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo) em desenhos apresentados em diferentes disposições ou em contornos de faces de sólidos geométricos.

MATEMÁTICA – 1º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Grandezas e medidas	Medidas de comprimento, massa e capacidade: comparações e unidades de medida não convencionais	
	Medidas de tempo: unidades de medida de tempo, suas relações e o uso do calendário	
	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas	
Probabilidade e estatística	Noção de acaso	
	Leitura de tabelas e de gráficos de colunas simples	
	Coleta e organização de informações Registros pessoais para comunicação de informações coletadas	

HABILIDADES

(EF01MA15) Comparar comprimentos, capacidades ou massas, utilizando termos como mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, mais pesado, mais leve, cabe mais, cabe menos, entre outros, para ordenar objetos de uso cotidiano.

(EF01MA16) Relatar em linguagem verbal ou não verbal sequência de acontecimentos relativos a um dia, utilizando, quando possível, os horários dos eventos.

(EF01MA17) Reconhecer e relacionar períodos do dia, dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, quando necessário.

(EF01MA18) Produzir a escrita de uma data, apresentando o dia, o mês e o ano, e indicar o dia da semana de uma data, consultando calendários.

(EF01MA19) Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante.

(EF01MA20) Classificar eventos envolvendo o acaso, tais como “acontecerá com certeza”, “talvez aconteça” e “é impossível acontecer”, em situações do cotidiano.

(EF01MA21) Ler dados expressos em tabelas e em gráficos de colunas simples.

(EF01MA22) Realizar pesquisa, envolvendo até duas variáveis categóricas de seu interesse e universo de até 30 elementos, e organizar dados por meio de representações pessoais.

MATEMÁTICA - 2º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Números	Leitura, escrita, comparação e ordenação de números de até três ordens pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e papel do zero)	
	Composição e decomposição de números naturais (até 1000)	
	Construção de fatos fundamentais da adição e da subtração	
	Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar)	
	Problemas envolvendo adição de parcelas iguais (multiplicação)	
	Problemas envolvendo significados de dobro, metade, triplo e terça parte	
Álgebra	Construção de sequências repetitivas e de sequências recursivas	
	Identificação de regularidade de sequências e determinação de elementos ausentes na sequência	
Geometria	Localização e movimentação de pessoas e objetos no espaço, segundo pontos de referência, e indicação de mudanças de direção e sentido	
	Esboço de roteiros e de plantas simples	
	Figuras geométricas espaciais (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera): reconhecimento e características	
	Figuras geométricas planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo): reconhecimento e características	

HABILIDADES

- (EF02MA01)** Comparar e ordenar números naturais (até a ordem de centenas) pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e função do zero).
- (EF02MA02)** Fazer estimativas por meio de estratégias diversas a respeito da quantidade de objetos de coleções e registrar o resultado da contagem desses objetos (até 1000 unidades).
- (EF02MA03)** Comparar quantidades de objetos de dois conjuntos, por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois, entre outros), para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”, indicando, quando for o caso, quantos a mais e quantos a menos.
- (EF02MA04)** Compor e decompor números naturais de até três ordens, com suporte de material manipulável, por meio de diferentes adições.
- (EF02MA05)** Construir fatos básicos da adição e subtração e utilizá-los no cálculo mental ou escrito.
- (EF02MA06)** Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, utilizando estratégias pessoais.
- (EF02MA07)** Resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4 e 5) com a ideia de adição de parcelas iguais por meio de estratégias e formas de registro pessoais, utilizando ou não suporte de imagens e/ou material manipulável.
- (EF02MA08)** Resolver e elaborar problemas envolvendo dobro, metade, triplo e terça parte, com o suporte de imagens ou material manipulável, utilizando estratégias pessoais.
- (EF02MA09)** Construir seqüências de números naturais em ordem crescente ou decrescente a partir de um número qualquer, utilizando uma regularidade estabelecida.
- (EF02MA10)** Descrever um padrão (ou regularidade) de seqüências repetitivas e de seqüências recursivas, por meio de palavras, símbolos ou desenhos.
- (EF02MA11)** Descrever os elementos ausentes em seqüências repetitivas e em seqüências recursivas de números naturais, objetos ou figuras.
- (EF02MA12)** Identificar e registrar, em linguagem verbal ou não verbal, a localização e os deslocamentos de pessoas e de objetos no espaço, considerando mais de um ponto de referência, e indicar as mudanças de direção e de sentido.
- (EF02MA13)** Esboçar roteiros a ser seguidos ou plantas de ambientes familiares, assinalando entradas, saídas e alguns pontos de referência.
- (EF02MA14)** Reconhecer, nomear e comparar figuras geométricas espaciais (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera), relacionando-as com objetos do mundo físico.
- (EF02MA15)** Reconhecer, comparar e nomear figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo), por meio de características comuns, em desenhos apresentados em diferentes disposições ou em sólidos geométricos.

MATEMÁTICA – 2º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Grandezas e medidas	Medida de comprimento: unidades não padronizadas e padronizadas (metro, centímetro e milímetro)	
	Medida de capacidade e de massa: unidades de medida não convencionais e convencionais (litro, mililitro, cm ³ , grama e quilograma)	
	Medidas de tempo: intervalo de tempo, uso do calendário, leitura de horas em relógios digitais e ordenação de datas	
	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas e equivalência de valores	
Probabilidade e estatística	Análise da ideia de aleatório em situações do cotidiano	
	Coleta, classificação e representação de dados em tabelas simples e de dupla entrada e em gráficos de colunas	

HABILIDADES

(EF02MA16) Estimar, medir e comparar comprimentos de lados de salas (incluindo contorno) e de polígonos, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas (metro, centímetro e milímetro) e instrumentos adequados.

(EF02MA17) Estimar, medir e comparar capacidade e massa, utilizando estratégias pessoais e unidades de medida não padronizadas ou padronizadas (litro, mililitro, grama e quilograma).

(EF02MA18) Indicar a duração de intervalos de tempo entre duas datas, como dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, para planejamentos e organização de agenda.

(EF02MA19) Medir a duração de um intervalo de tempo por meio de relógio digital e registrar o horário do início e do fim do intervalo.

(EF02MA20) Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações cotidianas.

(EF02MA21) Classificar resultados de eventos cotidianos aleatórios como “pouco prováveis”, “muito prováveis”, “improváveis” e “impossíveis”.

(EF02MA22) Comparar informações de pesquisas apresentadas por meio de tabelas de dupla entrada e em gráficos de colunas simples ou barras, para melhor compreender aspectos da realidade próxima.

(EF02MA23) Realizar pesquisa em universo de até 30 elementos, escolhendo até três variáveis categóricas de seu interesse, organizando os dados coletados em listas, tabelas e gráficos de colunas simples.

MATEMÁTICA – 3º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Números	Leitura, escrita, comparação e ordenação de números naturais de quatro ordens	
	Composição e decomposição de números naturais	
	Construção de fatos fundamentais da adição, subtração e multiplicação Reta numérica	
	Procedimentos de cálculo (mental e escrito) com números naturais: adição e subtração	
	Problemas envolvendo significados da adição e da subtração: juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades	
	Problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação e da divisão: adição de parcelas iguais, configuração retangular, repartição em partes iguais e medida	
	Significados de metade, terça parte, quarta parte, quinta parte e décima parte	
Álgebra	Identificação e descrição de regularidades em sequências numéricas recursivas	
	Relação de igualdade	
Geometria	Localização e movimentação: representação de objetos e pontos de referência	
	Figuras geométricas espaciais (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera): reconhecimento, análise de características e planificações	

HABILIDADES

- (EF03MA01)** Ler, escrever e comparar números naturais de até a ordem de unidade de milhar, estabelecendo relações entre os registros numéricos e em língua materna.
- (EF03MA02)** Identificar características do sistema de numeração decimal, utilizando a composição e a decomposição de número natural de até quatro ordens.
- (EF03MA03)** Construir e utilizar fatos básicos da adição e da multiplicação para o cálculo mental ou escrito.
- (EF03MA04)** Estabelecer a relação entre números naturais e pontos da reta numérica para utilizá-la na ordenação dos números naturais e também na construção de fatos da adição e da subtração, relacionando-os com deslocamentos para a direita ou para a esquerda.
- (EF03MA05)** Utilizar diferentes procedimentos de cálculo mental e escrito, inclusive os convencionais, para resolver problemas significativos envolvendo adição e subtração com números naturais.
- (EF03MA06)** Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades, utilizando diferentes estratégias de cálculo exato ou aproximado, incluindo cálculo mental.
- (EF03MA07)** Resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4, 5 e 10) com os significados de adição de parcelas iguais e elementos apresentados em disposição retangular, utilizando diferentes estratégias de cálculo e registros.
- (EF03MA08)** Resolver e elaborar problemas de divisão de um número natural por outro (até 10), com resto zero e com resto diferente de zero, com os significados de repartição equitativa e de medida, por meio de estratégias e registros pessoais.
- (EF03MA09)** Associar o quociente de uma divisão com resto zero de um número natural por 2, 3, 4, 5 e 10 às ideias de metade, terça, quarta, quinta e décima partes.
- (EF03MA10)** Identificar regularidades em sequências ordenadas de números naturais, resultantes da realização de adições ou subtrações sucessivas, por um mesmo número, descrever uma regra de formação da sequência e determinar elementos faltantes ou seguintes.
- (EF03MA11)** Compreender a ideia de igualdade para escrever diferentes sentenças de adições ou de subtrações de dois números naturais que resultem na mesma soma ou diferença.
- (EF03MA12)** Descrever e representar, por meio de esboços de trajetos ou utilizando croquis e maquetes, a movimentação de pessoas ou de objetos no espaço, incluindo mudanças de direção e sentido, com base em diferentes pontos de referência.
- (EF03MA13)** Associar figuras geométricas espaciais (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera) a objetos do mundo físico e nomear essas figuras.
- (EF03MA14)** Descrever características de algumas figuras geométricas espaciais (prismas retos, pirâmides, cilindros, cones), relacionando-as com suas planificações.

MATEMÁTICA – 3º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Geometria	Figuras geométricas planas (triângulo, quadrado, retângulo, trapézio e paralelogramo): reconhecimento e análise de características	
	Congruência de figuras geométricas planas	
Grandezas e medidas	Significado de medida e de unidade de medida	
	Medidas de comprimento (unidades não convencionais e convencionais): registro, instrumentos de medida, estimativas e comparações	
	Medidas de capacidade e de massa (unidades não convencionais e convencionais): registro, estimativas e comparações	
	Comparação de áreas por superposição	
	Medidas de tempo: leitura de horas em relógios digitais e analógicos, duração de eventos e reconhecimento de relações entre unidades de medida de tempo	
	Sistema monetário brasileiro: estabelecimento de equivalências de um mesmo valor na utilização de diferentes cédulas e moedas	
Probabilidade e estatística	Análise da ideia de acaso em situações do cotidiano: espaço amostral	
	Leitura, interpretação e representação de dados em tabelas de dupla entrada e gráficos de barras	
	Coleta, classificação e representação de dados referentes a variáveis categóricas, por meio de tabelas e gráficos	

HABILIDADES

- (EF03MA15)** Classificar e comparar figuras planas (triângulo, quadrado, retângulo, trapézio e paralelogramo) em relação a seus lados (quantidade, posições relativas e comprimento) e vértices.
- (EF03MA16)** Reconhecer figuras congruentes, usando sobreposição e desenhos em malhas quadriculadas ou triangulares, incluindo o uso de tecnologias digitais.
- (EF03MA17)** Reconhecer que o resultado de uma medida depende da unidade de medida utilizada.
- (EF03MA18)** Escolher a unidade de medida e o instrumento mais apropriado para medições de comprimento, tempo e capacidade.
- (EF03MA19)** Estimar, medir e comparar comprimentos, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas mais usuais (metro, centímetro e milímetro) e diversos instrumentos de medida.
- (EF03MA20)** Estimar e medir capacidade e massa, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas mais usuais (litro, mililitro, quilograma, grama e miligrama), reconhecendo-as em leitura de rótulos e embalagens, entre outros.
- (EF03MA21)** Comparar, visualmente ou por superposição, áreas de faces de objetos, de figuras planas ou de desenhos.
- (EF03MA22)** Ler e registrar medidas e intervalos de tempo, utilizando relógios (analógico e digital) para informar os horários de início e término de realização de uma atividade e sua duração.
- (EF03MA23)** Ler horas em relógios digitais e em relógios analógicos e reconhecer a relação entre hora e minutos e entre minuto e segundos.
- (EF03MA24)** Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca.
- (EF03MA25)** Identificar, em eventos familiares aleatórios, todos os resultados possíveis, estimando os que têm maiores ou menores chances de ocorrência.
- (EF03MA26)** Resolver problemas cujos dados estão apresentados em tabelas de dupla entrada, gráficos de barras ou de colunas.
- (EF03MA27)** Ler, interpretar e comparar dados apresentados em tabelas de dupla entrada, gráficos de barras ou de colunas, envolvendo resultados de pesquisas significativas, utilizando termos como maior e menor frequência, apropriando-se desse tipo de linguagem para compreender aspectos da realidade sociocultural significativos.
- (EF03MA28)** Realizar pesquisa envolvendo variáveis categóricas em um universo de até 50 elementos, organizar os dados coletados utilizando listas, tabelas simples ou de dupla entrada e representá-los em gráficos de colunas simples, com e sem uso de tecnologias digitais.

MATEMÁTICA - 4º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Números	Sistema de numeração decimal: leitura, escrita, comparação e ordenação de números naturais de até cinco ordens	
	Composição e decomposição de um número natural de até cinco ordens, por meio de adições e multiplicações por potências de 10	
	Propriedades das operações para o desenvolvimento de diferentes estratégias de cálculo com números naturais	
	Problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação e da divisão: adição de parcelas iguais, configuração retangular, proporcionalidade, repartição equitativa e medida	
	Problemas de contagem	
	Números racionais: frações unitárias mais usuais ($1/2$, $1/3$, $1/4$, $1/5$, $1/10$ e $1/100$)	
	Números racionais: representação decimal para escrever valores do sistema monetário brasileiro	
Álgebra	Sequência numérica recursiva formada por múltiplos de um número natural	
	Sequência numérica recursiva formada por números que deixam o mesmo resto ao ser divididos por um mesmo número natural diferente de zero	
	Relações entre adição e subtração e entre multiplicação e divisão	
	Propriedades da igualdade	

HABILIDADES

(EF04MA01) Ler, escrever e ordenar números naturais até a ordem de dezenas de milhar.

(EF04MA02) Mostrar, por decomposição e composição, que todo número natural pode ser escrito por meio de adições e multiplicações por potências de dez, para compreender o sistema de numeração decimal e desenvolver estratégias de cálculo.

(EF04MA03) Resolver e elaborar problemas com números naturais envolvendo adição e subtração, utilizando estratégias diversas, como cálculo, cálculo mental e algoritmos, além de fazer estimativas do resultado.

(EF04MA04) Utilizar as relações entre adição e subtração, bem como entre multiplicação e divisão, para ampliar as estratégias de cálculo.

(EF04MA05) Utilizar as propriedades das operações para desenvolver estratégias de cálculo.

(EF04MA06) Resolver e elaborar problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação (adição de parcelas iguais, organização retangular e proporcionalidade), utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.

(EF04MA07) Resolver e elaborar problemas de divisão cujo divisor tenha no máximo dois algarismos, envolvendo os significados de repartição equitativa e de medida, utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.

(EF04MA08) Resolver, com o suporte de imagem e/ou material manipulável, problemas simples de contagem, como a determinação do número de agrupamentos possíveis ao se combinar cada elemento de uma coleção com todos os elementos de outra, utilizando estratégias e formas de registro pessoais.

(EF04MA09) Reconhecer as frações unitárias mais usuais ($1/2$, $1/3$, $1/4$, $1/5$, $1/10$ e $1/100$) como unidades de medida menores do que uma unidade, utilizando a reta numérica como recurso.

(EF04MA10) Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para a representação decimal de um número racional e relacionar décimos e centésimos com a representação do sistema monetário brasileiro.

(EF04MA11) Identificar regularidades em sequências numéricas compostas por múltiplos de um número natural.

(EF04MA12) Reconhecer, por meio de investigações, que há grupos de números naturais para os quais as divisões por um determinado número resultam em restos iguais, identificando regularidades.

(EF04MA13) Reconhecer, por meio de investigações, utilizando a calculadora quando necessário, as relações inversas entre as operações de adição e de subtração e de multiplicação e de divisão, para aplicá-las na resolução de problemas.

(EF04MA14) Reconhecer e mostrar, por meio de exemplos, que a relação de igualdade existente entre dois termos permanece quando se adiciona ou se subtrai um mesmo número a cada um desses termos.

(EF04MA15) Determinar o número desconhecido que torna verdadeira uma igualdade que envolve as operações fundamentais com números naturais.

MATEMÁTICA – 4º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Geometria	Localização e movimentação: pontos de referência, direção e sentido Paralelismo e perpendicularismo	
	Figuras geométricas espaciais (prismas e pirâmides): reconhecimento, representações, planificações e características	
	Ângulos retos e não retos: uso de dobraduras, esquadros e <i>softwares</i>	
	Simetria de reflexão	
Grandezas e medidas	Medidas de comprimento, massa e capacidade: estimativas, utilização de instrumentos de medida e de unidades de medida convencionais mais usuais	
	Áreas de figuras construídas em malhas quadriculadas	
	Medidas de tempo: leitura de horas em relógios digitais e analógicos, duração de eventos e relações entre unidades de medida de tempo	
	Medidas de temperatura em grau Celsius: construção de gráficos para indicar a variação da temperatura (mínima e máxima) medida em um dado dia ou em uma semana	
	Problemas utilizando o sistema monetário brasileiro	
Probabilidade e estatística	Análise de chances de eventos aleatórios	
	Leitura, interpretação e representação de dados em tabelas de dupla entrada, gráficos de colunas simples e agrupadas, gráficos de barras e colunas e gráficos pictóricos	
	Diferenciação entre variáveis categóricas e variáveis numéricas Coleta, classificação e representação de dados de pesquisa realizada	

HABILIDADES

(EF04MA16) Descrever deslocamentos e localização de pessoas e de objetos no espaço, por meio de malhas quadriculadas e representações como desenhos, mapas, planta baixa e croquis, empregando termos como direita e esquerda, mudanças de direção e sentido, intersecção, transversais, paralelas e perpendiculares.

(EF04MA17) Associar prismas e pirâmides a suas planificações e analisar, nomear e comparar seus atributos, estabelecendo relações entre as representações planas e espaciais.

(EF04MA18) Reconhecer ângulos retos e não retos em figuras poligonais com o uso de dobraduras, esquadros ou *softwares* de geometria.

(EF04MA19) Reconhecer simetria de reflexão em figuras e em pares de figuras geométricas planas e utilizá-la na construção de figuras congruentes, com o uso de malhas quadriculadas e de *softwares* de geometria.

(EF04MA20) Medir e estimar comprimentos (incluindo perímetros), massas e capacidades, utilizando unidades de medida padronizadas mais usuais, valorizando e respeitando a cultura local.

(EF04MA21) Medir, comparar e estimar área de figuras planas desenhadas em malha quadriculada, pela contagem dos quadradinhos ou de metades de quadradinho, reconhecendo que duas figuras com formatos diferentes podem ter a mesma medida de área.

(EF04MA22) Ler e registrar medidas e intervalos de tempo em horas, minutos e segundos em situações relacionadas ao seu cotidiano, como informar os horários de início e término de realização de uma tarefa e sua duração.

(EF04MA23) Reconhecer temperatura como grandeza e o grau Celsius como unidade de medida a ela associada e utilizá-lo em comparações de temperaturas em diferentes regiões do Brasil ou no exterior ou, ainda, em discussões que envolvam problemas relacionados ao aquecimento global.

(EF04MA24) Registrar as temperaturas máxima e mínima diárias, em locais do seu cotidiano, e elaborar gráficos de colunas com as variações diárias da temperatura, utilizando, inclusive, planilhas eletrônicas.

(EF04MA25) Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável.

(EF04MA26) Identificar, entre eventos aleatórios cotidianos, aqueles que têm maior chance de ocorrência, reconhecendo características de resultados mais prováveis, sem utilizar frações.

(EF04MA27) Analisar dados apresentados em tabelas simples ou de dupla entrada e em gráficos de colunas ou pictóricos, com base em informações das diferentes áreas do conhecimento, e produzir texto com a síntese de sua análise.

(EF04MA28) Realizar pesquisa envolvendo variáveis categóricas e numéricas e organizar dados coletados por meio de tabelas e gráficos de colunas simples ou agrupadas, com e sem uso de tecnologias digitais.

MATEMÁTICA – 5º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Números	Sistema de numeração decimal: leitura, escrita e ordenação de números naturais (de até seis ordens)	
	Números racionais expressos na forma decimal e sua representação na reta numérica	
	Representação fracionária dos números racionais: reconhecimento, significados, leitura e representação na reta numérica	
	Comparação e ordenação de números racionais na representação decimal e na fracionária utilizando a noção de equivalência	
	Cálculo de porcentagens e representação fracionária	
	Problemas: adição e subtração de números naturais e números racionais cuja representação decimal é finita	
	Problemas: multiplicação e divisão de números racionais cuja representação decimal é finita por números naturais	
Álgebra	Problemas de contagem do tipo: “Se cada objeto de uma coleção A for combinado com todos os elementos de uma coleção B, quantos agrupamentos desse tipo podem ser formados?”	
	Propriedades da igualdade e noção de equivalência	
	Grandezas diretamente proporcionais Problemas envolvendo a partição de um todo em duas partes proporcionais	

HABILIDADES

(EF05MA01) Ler, escrever e ordenar números naturais até a ordem das centenas de milhar com compreensão das principais características do sistema de numeração decimal.

(EF05MA02) Ler, escrever e ordenar números racionais na forma decimal com compreensão das principais características do sistema de numeração decimal, utilizando, como recursos, a composição e decomposição e a reta numérica.

(EF05MA03) Identificar e representar frações (menores e maiores que a unidade), associando-as ao resultado de uma divisão ou à ideia de parte de um todo, utilizando a reta numérica como recurso.

(EF05MA04) Identificar frações equivalentes.

(EF05MA05) Comparar e ordenar números racionais positivos (representações fracionária e decimal), relacionando-os a pontos na reta numérica.

(EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

(EF05MA07) Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com números naturais e com números racionais, cuja representação decimal seja finita, utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.

(EF05MA08) Resolver e elaborar problemas de multiplicação e divisão com números naturais e com números racionais cuja representação decimal é finita (com multiplicador natural e divisor natural e diferente de zero), utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.

(EF05MA09) Resolver e elaborar problemas simples de contagem envolvendo o princípio multiplicativo, como a determinação do número de agrupamentos possíveis ao se combinar cada elemento de uma coleção com todos os elementos de outra coleção, por meio de diagramas de árvore ou por tabelas.

(EF05MA10) Concluir, por meio de investigações, que a relação de igualdade existente entre dois membros permanece ao adicionar, subtrair, multiplicar ou dividir cada um desses membros por um mesmo número, para construir a noção de equivalência.

(EF05MA11) Resolver e elaborar problemas cuja conversão em sentença matemática seja uma igualdade com uma operação em que um dos termos é desconhecido.

(EF05MA12) Resolver problemas que envolvam variação de proporcionalidade direta entre duas grandezas, para associar a quantidade de um produto ao valor a pagar, alterar as quantidades de ingredientes de receitas, ampliar ou reduzir escala em mapas, entre outros.

(EF05MA13) Resolver problemas envolvendo a partilha de uma quantidade em duas partes desiguais, tais como dividir uma quantidade em duas partes, de modo que uma seja o dobro da outra, com compreensão da ideia de razão entre as partes e delas com o todo.

MATEMÁTICA – 5º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Geometria	Plano cartesiano: coordenadas cartesianas (1º quadrante) e representação de deslocamentos no plano cartesiano	
	Figuras geométricas espaciais: reconhecimento, representações, planificações e características	
	Figuras geométricas planas: características, representações e ângulos	
	Ampliação e redução de figuras poligonais em malhas quadriculadas: reconhecimento da congruência dos ângulos e da proporcionalidade dos lados correspondentes	
Grandezas e medidas	Medidas de comprimento, área, massa, tempo, temperatura e capacidade: utilização de unidades convencionais e relações entre as unidades de medida mais usuais	
	Áreas e perímetros de figuras poligonais: algumas relações	
	Noção de volume	
Probabilidade e estatística	Espaço amostral: análise de chances de eventos aleatórios	
	Cálculo de probabilidade de eventos equiprováveis	
	Leitura, coleta, classificação interpretação e representação de dados em tabelas de dupla entrada, gráfico de colunas agrupadas, gráficos pictóricos e gráfico de linhas	

HABILIDADES

(EF05MA14) Utilizar e compreender diferentes representações para a localização de objetos no plano, como mapas, células em planilhas eletrônicas e coordenadas geográficas, a fim de desenvolver as primeiras noções de coordenadas cartesianas.

(EF05MA15) Interpretar, descrever e representar a localização ou movimentação de objetos no plano cartesiano (1º quadrante), utilizando coordenadas cartesianas, indicando mudanças de direção e de sentido e giros.

(EF05MA16) Associar figuras espaciais a suas planificações (prismas, pirâmides, cilindros e cones) e analisar, nomear e comparar seus atributos.

(EF05MA17) Reconhecer, nomear e comparar polígonos, considerando lados, vértices e ângulos, e desenhá-los, utilizando material de desenho ou tecnologias digitais.

(EF05MA18) Reconhecer a congruência dos ângulos e a proporcionalidade entre os lados correspondentes de figuras poligonais em situações de ampliação e de redução em malhas quadriculadas e usando tecnologias digitais.

(EF05MA19) Resolver e elaborar problemas envolvendo medidas das grandezas comprimento, área, massa, tempo, temperatura e capacidade, recorrendo a transformações entre as unidades mais usuais em contextos socioculturais.

(EF05MA20) Concluir, por meio de investigações, que figuras de perímetros iguais podem ter áreas diferentes e que, também, figuras que têm a mesma área podem ter perímetros diferentes.

(EF05MA21) Reconhecer volume como grandeza associada a sólidos geométricos e medir volumes por meio de empilhamento de cubos, utilizando, preferencialmente, objetos concretos.

(EF05MA22) Apresentar todos os possíveis resultados de um experimento aleatório, estimando se esses resultados são igualmente prováveis ou não.

(EF05MA23) Determinar a probabilidade de ocorrência de um resultado em eventos aleatórios, quando todos os resultados possíveis têm a mesma chance de ocorrer (equiprováveis).

(EF05MA24) Interpretar dados estatísticos apresentados em textos, tabelas e gráficos (colunas ou linhas), referentes a outras áreas do conhecimento ou a outros contextos, como saúde e trânsito, e produzir textos com o objetivo de sintetizar conclusões.

(EF05MA25) Realizar pesquisa envolvendo variáveis categóricas e numéricas, organizar dados coletados por meio de tabelas, gráficos de colunas, pictóricos e de linhas, com e sem uso de tecnologias digitais, e apresentar texto escrito sobre a finalidade da pesquisa e a síntese dos resultados.

4.2.1.2.

MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

Para o desenvolvimento das habilidades previstas para o Ensino Fundamental – Anos Finais, é imprescindível levar em conta as experiências e os conhecimentos matemáticos já vivenciados pelos alunos, criando situações nas quais possam fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos da realidade, estabelecendo inter-relações entre eles e desenvolvendo ideias mais complexas. Essas situações precisam articular múltiplos aspectos dos diferentes conteúdos, visando ao desenvolvimento das ideias fundamentais da matemática, como equivalência, ordem, proporcionalidade, variação e interdependência.

Da mesma forma que na fase anterior, a aprendizagem em Matemática no Ensino Fundamental – Anos Finais também está intrinsecamente relacionada à apreensão de significados dos objetos matemáticos. Esses significados resultam das conexões que os alunos estabelecem entre os objetos e seu cotidiano, entre eles e os diferentes temas matemáticos e, por fim, entre eles e os demais componentes curriculares. Nessa fase, precisa ser destacada a importância da comunicação em linguagem matemática com o uso da linguagem simbólica, da representação e da argumentação.

Além dos diferentes recursos didáticos e materiais, como malhas quadriculadas, ábacos, jogos, calculadoras, planilhas eletrônicas e *softwares* de geometria dinâmica, é importante incluir a história da Matemática como recurso que pode despertar interesse e representar um contexto significativo para aprender e ensinar Matemática. Entretanto, esses recursos e materiais precisam estar integrados a situações que propiciem a reflexão, contribuindo para a sistematização e a formalização dos conceitos matemáticos.

A leitura dos objetos de conhecimento e das habilidades essenciais de cada ano nas cinco unidades temáticas permite uma visão das possíveis articulações entre as habilidades indicadas para as diferentes temáticas. Entretanto, recomenda-se que se faça também uma leitura (vertical) de cada unidade temática, do 6º ao 9º ano, com a finalidade de identificar como foi estabelecida a progressão das habilidades. Essa maneira é conveniente para comparar as habilidades de um dado tema a ser efetivadas em um dado ano escolar com as aprendizagens propostas em anos anteriores e

também para reconhecer em que medida elas se articulam com as indicadas para os anos posteriores, tendo em vista que as noções matemáticas são retomadas ano a ano, com ampliação e aprofundamento crescentes.

Cumpra também considerar que, para a aprendizagem de certo conceito ou procedimento, é fundamental haver um contexto significativo para os alunos, não necessariamente do cotidiano, mas também de outras áreas do conhecimento e da própria história da Matemática. No entanto, é necessário que eles desenvolvam a capacidade de abstrair o contexto, apreendendo relações e significados, para aplicá-los em outros contextos. Para favorecer essa abstração, é importante que os alunos reelaborem os problemas propostos após os terem resolvido. Por esse motivo, nas diversas habilidades relativas à resolução de problemas, consta também a elaboração de problemas. Assim, pretende-se que os alunos formulem novos problemas, baseando-se na reflexão e no questionamento sobre o que ocorreria se alguma condição fosse modificada ou se algum dado fosse acrescentado ou retirado do problema proposto.

Além disso, nessa fase final do Ensino Fundamental, é importante iniciar os alunos, gradativamente, na compreensão, análise e avaliação da argumentação matemática. Isso envolve a leitura de textos matemáticos e o desenvolvimento do senso crítico em relação à argumentação neles utilizada.

MATEMÁTICA - 6º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Números	Sistema de numeração decimal: características, leitura, escrita e comparação de números naturais e de números racionais representados na forma decimal	
	Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação) com números naturais Divisão euclidiana	
	Fluxograma para determinar a paridade de um número natural Múltiplos e divisores de um número natural Números primos e compostos	
	Frações: significados (parte/todo, quociente), equivalência, comparação, adição e subtração; cálculo da fração de um número natural; adição e subtração de frações	
	Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação) com números racionais	
	Aproximação de números para múltiplos de potências de 10	
	Cálculo de porcentagens por meio de estratégias diversas, sem fazer uso da “regra de três”	

HABILIDADES

- (EF06MA01)** Comparar, ordenar, ler e escrever números naturais e números racionais cuja representação decimal é finita, fazendo uso da reta numérica.
- (EF06MA02)** Reconhecer o sistema de numeração decimal, como o que prevaleceu no mundo ocidental, e destacar semelhanças e diferenças com outros sistemas, de modo a sistematizar suas principais características (base, valor posicional e função do zero), utilizando, inclusive, a composição e decomposição de números naturais e números racionais em sua representação decimal.
- (EF06MA03)** Resolver e elaborar problemas que envolvam cálculos (mentais ou escritos, exatos ou aproximados) com números naturais, por meio de estratégias variadas, com compreensão dos processos neles envolvidos com e sem uso de calculadora.
- (EF06MA04)** Construir algoritmo em linguagem natural e representá-lo por fluxograma que indique a resolução de um problema simples (por exemplo, se um número natural qualquer é par).
- (EF06MA05)** Classificar números naturais em primos e compostos, estabelecer relações entre números, expressas pelos termos “é múltiplo de”, “é divisor de”, “é fator de”, e estabelecer, por meio de investigações, critérios de divisibilidade por 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 100 e 1000.
- (EF06MA06)** Resolver e elaborar problemas que envolvam as ideias de múltiplo e de divisor.
- (EF06MA07)** Compreender, comparar e ordenar frações associadas às ideias de partes de inteiros e resultado de divisão, identificando frações equivalentes.
- (EF06MA08)** Reconhecer que os números racionais positivos podem ser expressos nas formas fracionária e decimal, estabelecer relações entre essas representações, passando de uma representação para outra, e relacioná-los a pontos na reta numérica.
- (EF06MA09)** Resolver e elaborar problemas que envolvam o cálculo da fração de uma quantidade e cujo resultado seja um número natural, com e sem uso de calculadora.
- (EF06MA10)** Resolver e elaborar problemas que envolvam adição ou subtração com números racionais positivos na representação fracionária.
- (EF06MA11)** Resolver e elaborar problemas com números racionais positivos na representação decimal, envolvendo as quatro operações fundamentais e a potenciação, por meio de estratégias diversas, utilizando estimativas e arredondamentos para verificar a razoabilidade de respostas, com e sem uso de calculadora.
- (EF06MA12)** Fazer estimativas de quantidades e aproximar números para múltiplos da potência de 10 mais próxima.
- (EF06MA13)** Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

MATEMÁTICA – 6º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Álgebra	Propriedades da igualdade	
	Problemas que tratam da partição de um todo em duas partes desiguais, envolvendo razões entre as partes e entre uma das partes e o todo	
Geometria	Plano cartesiano: associação dos vértices de um polígono a pares ordenados	
	Prismas e pirâmides: planificações e relações entre seus elementos (vértices, faces e arestas)	
	Polígonos: classificações quanto ao número de vértices, às medidas de lados e ângulos e ao paralelismo e perpendicularismo dos lados	
	Construção de figuras semelhantes: ampliação e redução de figuras planas em malhas quadriculadas	
	Construção de retas paralelas e perpendiculares, fazendo uso de régua, esquadros e <i>softwares</i>	
Grandezas e medidas	Problemas sobre medidas envolvendo grandezas como comprimento, massa, tempo, temperatura, área, capacidade e volume	
	Ângulos: noção, usos e medida	
	Plantas baixas e vistas aéreas	
	Perímetro de um quadrado como grandeza proporcional à medida do lado	

HABILIDADES

- (EF06MA14)** Reconhecer que a relação de igualdade matemática não se altera ao adicionar, subtrair, multiplicar ou dividir os seus dois membros por um mesmo número e utilizar essa noção para determinar valores desconhecidos na resolução de problemas.
- (EF06MA15)** Resolver e elaborar problemas que envolvam a partilha de uma quantidade em duas partes desiguais, envolvendo relações aditivas e multiplicativas, bem como a razão entre as partes e entre uma das partes e o todo.
- (EF06MA16)** Associar pares ordenados de números a pontos do plano cartesiano do 1º quadrante, em situações como a localização dos vértices de um polígono.
- (EF06MA17)** Quantificar e estabelecer relações entre o número de vértices, faces e arestas de prismas e pirâmides, em função do seu polígono da base, para resolver problemas e desenvolver a percepção espacial.
- (EF06MA18)** Reconhecer, nomear e comparar polígonos, considerando lados, vértices e ângulos, e classificá-los em regulares e não regulares, tanto em suas representações no plano como em faces de poliedros.
- (EF06MA19)** Identificar características dos triângulos e classificá-los em relação às medidas dos lados e dos ângulos.
- (EF06MA20)** Identificar características dos quadriláteros, classificá-los em relação a lados e a ângulos e reconhecer a inclusão e a intersecção de classes entre eles.
- (EF06MA21)** Construir figuras planas semelhantes em situações de ampliação e de redução, com o uso de malhas quadriculadas, plano cartesiano ou tecnologias digitais.
- (EF06MA22)** Utilizar instrumentos, como réguas e esquadros, ou *softwares* para representações de retas paralelas e perpendiculares e construção de quadriláteros, entre outros.
- (EF06MA23)** Construir algoritmo para resolver situações passo a passo (como na construção de dobraduras ou na indicação de deslocamento de um objeto no plano segundo pontos de referência e distâncias fornecidas etc.).
- (EF06MA24)** Resolver e elaborar problemas que envolvam as grandezas comprimento, massa, tempo, temperatura, área (triângulos e retângulos), capacidade e volume (sólidos formados por blocos retangulares), sem uso de fórmulas, inseridos, sempre que possível, em contextos oriundos de situações reais e/ou relacionadas às outras áreas do conhecimento.
- (EF06MA25)** Reconhecer a abertura do ângulo como grandeza associada às figuras geométricas.
- (EF06MA26)** Resolver problemas que envolvam a noção de ângulo em diferentes contextos e em situações reais, como ângulo de visão.
- (EF06MA27)** Determinar medidas da abertura de ângulos, por meio de transferidor e/ou tecnologias digitais.
- (EF06MA28)** Interpretar, descrever e desenhar plantas baixas simples de residências e vistas aéreas.
- (EF06MA29)** Analisar e descrever mudanças que ocorrem no perímetro e na área de um quadrado ao se ampliarem ou reduzirem, igualmente, as medidas de seus lados, para compreender que o perímetro é proporcional à medida do lado, o que não ocorre com a área.

MATEMÁTICA – 6º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Probabilidade e estatística	Cálculo de probabilidade como a razão entre o número de resultados favoráveis e o total de resultados possíveis em um espaço amostral equiprovável	
	Cálculo de probabilidade por meio de muitas repetições de um experimento (frequências de ocorrências e probabilidade frequentista)	
	Leitura e interpretação de tabelas e gráficos (de colunas ou barras simples ou múltiplas) referentes a variáveis categóricas e variáveis numéricas	
	Coleta de dados, organização e registro	
	Construção de diferentes tipos de gráficos para representá-los e interpretação das informações	
	Diferentes tipos de representação de informações: gráficos e fluxogramas	

HABILIDADES

(EF06MA30) Calcular a probabilidade de um evento aleatório, expressando-a por número racional (forma fracionária, decimal e percentual) e comparar esse número com a probabilidade obtida por meio de experimentos sucessivos.

(EF06MA31) Identificar as variáveis e suas frequências e os elementos constitutivos (título, eixos, legendas, fontes e datas) em diferentes tipos de gráfico.

(EF06MA32) Interpretar e resolver situações que envolvam dados de pesquisas sobre contextos ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, entre outros, apresentadas pela mídia em tabelas e em diferentes tipos de gráficos e redigir textos escritos com o objetivo de sintetizar conclusões.

(EF06MA33) Planejar e coletar dados de pesquisa referente a práticas sociais escolhidas pelos alunos e fazer uso de planilhas eletrônicas para registro, representação e interpretação das informações, em tabelas, vários tipos de gráficos e texto.

(EF06MA34) Interpretar e desenvolver fluxogramas simples, identificando as relações entre os objetos representados (por exemplo, posição de cidades considerando as estradas que as unem, hierarquia dos funcionários de uma empresa etc.).

MATEMÁTICA - 7º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Números	Múltiplos e divisores de um número natural	
	Cálculo de porcentagens e de acréscimos e decréscimos simples	
	Números inteiros: usos, história, ordenação, associação com pontos da reta numérica e operações	
	Fração e seus significados: como parte de inteiros, resultado da divisão, razão e operador	
	Números racionais na representação fracionária e na decimal: usos, ordenação e associação com pontos da reta numérica e operações	
Álgebra	Linguagem algébrica: variável e incógnita	
	Equivalência de expressões algébricas: identificação da regularidade de uma sequência numérica	
	Problemas envolvendo grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais	
	Equações polinomiais do 1º grau	

HABILIDADES

(EF07MA01) Resolver e elaborar problemas com números naturais, envolvendo as noções de divisor e de múltiplo, podendo incluir máximo divisor comum ou mínimo múltiplo comum, por meio de estratégias diversas, sem a aplicação de algoritmos.

(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros.

(EF07MA03) Comparar e ordenar números inteiros em diferentes contextos, incluindo o histórico, associá-los a pontos da reta numérica e utilizá-los em situações que envolvam adição e subtração.

(EF07MA04) Resolver e elaborar problemas que envolvam operações com números inteiros.

(EF07MA05) Resolver um mesmo problema utilizando diferentes algoritmos.

(EF07MA06) Reconhecer que as resoluções de um grupo de problemas que têm a mesma estrutura podem ser obtidas utilizando os mesmos procedimentos.

(EF07MA07) Representar por meio de um fluxograma os passos utilizados para resolver um grupo de problemas.

(EF07MA08) Comparar e ordenar frações associadas às ideias de partes de inteiros, resultado da divisão, razão e operador.

(EF07MA09) Utilizar, na resolução de problemas, a associação entre razão e fração, como a fração $\frac{2}{3}$ para expressar a razão de duas partes de uma grandeza para três partes da mesma ou três partes de outra grandeza.

(EF07MA10) Comparar e ordenar números racionais em diferentes contextos e associá-los a pontos da reta numérica.

(EF07MA11) Compreender e utilizar a multiplicação e a divisão de números racionais, a relação entre elas e suas propriedades operatórias.

(EF07MA12) Resolver e elaborar problemas que envolvam as operações com números racionais.

(EF07MA13) Compreender a ideia de variável, representada por letra ou símbolo, para expressar relação entre duas grandezas, diferenciando-a da ideia de incógnita.

(EF07MA14) Classificar sequências em recursivas e não recursivas, reconhecendo que o conceito de recursão está presente não apenas na matemática, mas também nas artes e na literatura.

(EF07MA15) Utilizar a simbologia algébrica para expressar regularidades encontradas em sequências numéricas.

(EF07MA16) Reconhecer se duas expressões algébricas obtidas para descrever a regularidade de uma mesma sequência numérica são ou não equivalentes.

(EF07MA17) Resolver e elaborar problemas que envolvam variação de proporcionalidade direta e de proporcionalidade inversa entre duas grandezas, utilizando sentença algébrica para expressar a relação entre elas.

(EF07MA18) Resolver e elaborar problemas que possam ser representados por equações polinomiais de 1º grau, redutíveis à forma $ax + b = c$, fazendo uso das propriedades da igualdade.

MATEMÁTICA – 7º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Geometria	Transformações geométricas de polígonos no plano cartesiano: multiplicação das coordenadas por um número inteiro e obtenção de simétricos em relação aos eixos e à origem	
	Simetrias de translação, rotação e reflexão	
	A circunferência como lugar geométrico	
	Relações entre os ângulos formados por retas paralelas intersectadas por uma transversal	
	Triângulos: construção, condição de existência e soma das medidas dos ângulos internos	
	Polígonos regulares: quadrado e triângulo equilátero	
Grandezas e medidas	Problemas envolvendo medições	
	Cálculo de volume de blocos retangulares, utilizando unidades de medida convencionais mais usuais	
	Equivalência de área de figuras planas: cálculo de áreas de figuras que podem ser decompostas por outras, cujas áreas podem ser facilmente determinadas como triângulos e quadriláteros	
	Medida do comprimento da circunferência	

HABILIDADES

- (EF07MA19)** Realizar transformações de polígonos representados no plano cartesiano, decorrentes da multiplicação das coordenadas de seus vértices por um número inteiro.
- (EF07MA20)** Reconhecer e representar, no plano cartesiano, o simétrico de figuras em relação aos eixos e à origem.
- (EF07MA21)** Reconhecer e construir figuras obtidas por simetrias de translação, rotação e reflexão, usando instrumentos de desenho ou *softwares* de geometria dinâmica e vincular esse estudo a representações planas de obras de arte, elementos arquitetônicos, entre outros.
- (EF07MA22)** Construir circunferências, utilizando compasso, reconhecê-las como lugar geométrico e utilizá-las para fazer composições artísticas e resolver problemas que envolvam objetos equidistantes.
- (EF07MA23)** Verificar relações entre os ângulos formados por retas paralelas cortadas por uma transversal, com e sem uso de *softwares* de geometria dinâmica.
- (EF07MA24)** Construir triângulos, usando régua e compasso, reconhecer a condição de existência do triângulo quanto à medida dos lados e verificar que a soma das medidas dos ângulos internos de um triângulo é 180° .
- (EF07MA25)** Reconhecer a rigidez geométrica dos triângulos e suas aplicações, como na construção de estruturas arquitetônicas (telhados, estruturas metálicas e outras) ou nas artes plásticas.
- (EF07MA26)** Descrever, por escrito e por meio de um fluxograma, um algoritmo para a construção de um triângulo qualquer, conhecidas as medidas dos três lados.
- (EF07MA27)** Calcular medidas de ângulos internos de polígonos regulares, sem o uso de fórmulas, e estabelecer relações entre ângulos internos e externos de polígonos, preferencialmente vinculadas à construção de mosaicos e de ladrilhamentos.
- (EF07MA28)** Descrever, por escrito e por meio de um fluxograma, um algoritmo para a construção de um polígono regular (como quadrado e triângulo equilátero), conhecida a medida de seu lado.
- (EF07MA29)** Resolver e elaborar problemas que envolvam medidas de grandezas inseridos em contextos oriundos de situações cotidianas ou de outras áreas do conhecimento, reconhecendo que toda medida empírica é aproximada.
- (EF07MA30)** Resolver e elaborar problemas de cálculo de medida do volume de blocos retangulares, envolvendo as unidades usuais (metro cúbico, decímetro cúbico e centímetro cúbico).
- (EF07MA31)** Estabelecer expressões de cálculo de área de triângulos e de quadriláteros.
- (EF07MA32)** Resolver e elaborar problemas de cálculo de medida de área de figuras planas que podem ser decompostas por quadrados, retângulos e/ou triângulos, utilizando a equivalência entre áreas.
- (EF07MA33)** Estabelecer o número π como a razão entre a medida de uma circunferência e seu diâmetro, para compreender e resolver problemas, inclusive os de natureza histórica.

MATEMÁTICA – 7º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Probabilidade e estatística	Experimentos aleatórios: espaço amostral e estimativa de probabilidade por meio de frequência de ocorrências	
	Estatística: média e amplitude de um conjunto de dados	
	Pesquisa amostral e pesquisa censitária Planejamento de pesquisa, coleta e organização dos dados, construção de tabelas e gráficos e interpretação das informações	
	Gráficos de setores: interpretação, pertinência e construção para representar conjunto de dados	

HABILIDADES

(EF07MA34) Planejar e realizar experimentos aleatórios ou simulações que envolvem cálculo de probabilidades ou estimativas por meio de frequência de ocorrências.

(EF07MA35) Compreender, em contextos significativos, o significado de média estatística como indicador da tendência de uma pesquisa, calcular seu valor e relacioná-lo, intuitivamente, com a amplitude do conjunto de dados.

(EF07MA36) Planejar e realizar pesquisa envolvendo tema da realidade social, identificando a necessidade de ser censitária ou de usar amostra, e interpretar os dados para comunicá-los por meio de relatório escrito, tabelas e gráficos, com o apoio de planilhas eletrônicas.

(EF07MA37) Interpretar e analisar dados apresentados em gráfico de setores divulgados pela mídia e compreender quando é possível ou conveniente sua utilização.

MATEMÁTICA - 8º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Números	Notação científica	
	Potenciação e radiciação	
	O princípio multiplicativo da contagem	
	Porcentagens	
	Dízimas periódicas: fração geratriz	
Álgebra	Valor numérico de expressões algébricas	
	Associação de uma equação linear de 1º grau a uma reta no plano cartesiano	
	Sistema de equações polinomiais de 1º grau: resolução algébrica e representação no plano cartesiano	
	Equação polinomial de 2º grau do tipo $ax^2 = b$	
	Sequências recursivas e não recursivas	
	Varição de grandezas: diretamente proporcionais, inversamente proporcionais ou não proporcionais	

HABILIDADES

(EF08MA01) Efetuar cálculos com potências de expoentes inteiros e aplicar esse conhecimento na representação de números em notação científica.

(EF08MA02) Resolver e elaborar problemas usando a relação entre potenciação e radiciação, para representar uma raiz como potência de expoente fracionário.

(EF08MA03) Resolver e elaborar problemas de contagem cuja resolução envolva a aplicação do princípio multiplicativo.

(EF08MA04) Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais.

(EF08MA05) Reconhecer e utilizar procedimentos para a obtenção de uma fração geratriz para uma dízima periódica.

(EF08MA06) Resolver e elaborar problemas que envolvam cálculo do valor numérico de expressões algébricas, utilizando as propriedades das operações.

(EF08MA07) Associar uma equação linear de 1º grau com duas incógnitas a uma reta no plano cartesiano.

(EF08MA08) Resolver e elaborar problemas relacionados ao seu contexto próximo, que possam ser representados por sistemas de equações de 1º grau com duas incógnitas e interpretá-los, utilizando, inclusive, o plano cartesiano como recurso.

(EF08MA09) Resolver e elaborar, com e sem uso de tecnologias, problemas que possam ser representados por equações polinomiais de 2º grau do tipo $ax^2 = b$.

(EF08MA10) Identificar a regularidade de uma sequência numérica ou figural não recursiva e construir um algoritmo por meio de um fluxograma que permita indicar os números ou as figuras seguintes.

(EF08MA11) Identificar a regularidade de uma sequência numérica recursiva e construir um algoritmo por meio de um fluxograma que permita indicar os números seguintes.

(EF08MA12) Identificar a natureza da variação de duas grandezas, diretamente, inversamente proporcionais ou não proporcionais, expressando a relação existente por meio de sentença algébrica e representá-la no plano cartesiano.

(EF08MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam grandezas diretamente ou inversamente proporcionais, por meio de estratégias variadas.

MATEMÁTICA – 8º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Geometria	Congruência de triângulos e demonstrações de propriedades de quadriláteros	
	Construções geométricas: ângulos de 90°, 60°, 45° e 30° e polígonos regulares	
	Mediatriz e bissetriz como lugares geométricos: construção e problemas	
	Transformações geométricas: simetrias de translação, reflexão e rotação	
Grandezas e medidas	Área de figuras planas Área do círculo e comprimento de sua circunferência	
	Volume de bloco retangular Medidas de capacidade	
Probabilidade e estatística	Princípio multiplicativo da contagem Soma das probabilidades de todos os elementos de um espaço amostral	
	Gráficos de barras, colunas, linhas ou setores e seus elementos constitutivos e adequação para determinado conjunto de dados	
	Organização dos dados de uma variável contínua em classes	
	Medidas de tendência central e de dispersão	
	Pesquisas censitária ou amostral Planejamento e execução de pesquisa amostral	

HABILIDADES

- (EF08MA14)** Demonstrar propriedades de quadriláteros por meio da identificação da congruência de triângulos.
- (EF08MA15)** Construir, utilizando instrumentos de desenho ou *softwares* de geometria dinâmica, mediatriz, bissetriz, ângulos de 90° , 60° , 45° e 30° e polígonos regulares.
- (EF08MA16)** Descrever, por escrito e por meio de um fluxograma, um algoritmo para a construção de um hexágono regular de qualquer área, a partir da medida do ângulo central e da utilização de esquadros e compasso.
- (EF08MA17)** Aplicar os conceitos de mediatriz e bissetriz como lugares geométricos na resolução de problemas.
- (EF08MA18)** Reconhecer e construir figuras obtidas por composições de transformações geométricas (translação, reflexão e rotação), com o uso de instrumentos de desenho ou de *softwares* de geometria dinâmica.
- (EF08MA19)** Resolver e elaborar problemas que envolvam medidas de área de figuras geométricas, utilizando expressões de cálculo de área (quadriláteros, triângulos e círculos), em situações como determinar medida de terrenos.
- (EF08MA20)** Reconhecer a relação entre um litro e um decímetro cúbico e a relação entre litro e metro cúbico, para resolver problemas de cálculo de capacidade de recipientes.
- (EF08MA21)** Resolver e elaborar problemas que envolvam o cálculo do volume de recipiente cujo formato é o de um bloco retangular.
- (EF08MA22)** Calcular a probabilidade de eventos, com base na construção do espaço amostral, utilizando o princípio multiplicativo, e reconhecer que a soma das probabilidades de todos os elementos do espaço amostral é igual a 1.
- (EF08MA23)** Avaliar a adequação de diferentes tipos de gráficos para representar um conjunto de dados de uma pesquisa.
- (EF08MA24)** Classificar as frequências de uma variável contínua de uma pesquisa em classes, de modo que resumam os dados de maneira adequada para a tomada de decisões.
- (EF08MA25)** Obter os valores de medidas de tendência central de uma pesquisa estatística (média, moda e mediana) com a compreensão de seus significados e relacioná-los com a dispersão de dados, indicada pela amplitude.
- (EF08MA26)** Selecionar razões, de diferentes naturezas (física, ética ou econômica), que justificam a realização de pesquisas amostrais e não censitárias, e reconhecer que a seleção da amostra pode ser feita de diferentes maneiras (amostra casual simples, sistemática e estratificada).
- (EF08MA27)** Planejar e executar pesquisa amostral, selecionando uma técnica de amostragem adequada, e escrever relatório que contenha os gráficos apropriados para representar os conjuntos de dados, destacando aspectos como as medidas de tendência central, a amplitude e as conclusões.

MATEMÁTICA - 9º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Números	Necessidade dos números reais para medir qualquer segmento de reta Números irracionais: reconhecimento e localização de alguns na reta numérica	
	Potências com expoentes negativos e fracionários	
	Números reais: notação científica e problemas	
	Porcentagens: problemas que envolvem cálculo de percentuais sucessivos	
Álgebra	Funções: representações numérica, algébrica e gráfica	
	Razão entre grandezas de espécies diferentes	
	Grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais	
	Expressões algébricas: fatoração e produtos notáveis Resolução de equações polinomiais do 2º grau por meio de fatorações	
Geometria	Demonstrações de relações entre os ângulos formados por retas paralelas intersectadas por uma transversal	
	Relações entre arcos e ângulos na circunferência de um círculo	
	Semelhança de triângulos	

HABILIDADES

(EF09MA01) Reconhecer que, uma vez fixada uma unidade de comprimento, existem segmentos de reta cujo comprimento não é expresso por número racional (como as medidas de diagonais de um polígono e alturas de um triângulo, quando se toma a medida de cada lado como unidade).

(EF09MA02) Reconhecer um número irracional como um número real cuja representação decimal é infinita e não periódica, e estimar a localização de alguns deles na reta numérica.

(EF09MA03) Efetuar cálculos com números reais, inclusive potências com expoentes fracionários.

(EF09MA04) Resolver e elaborar problemas com números reais, inclusive em notação científica, envolvendo diferentes operações.

(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.

(EF09MA06) Compreender as funções como relações de dependência unívoca entre duas variáveis e suas representações numérica, algébrica e gráfica e utilizar esse conceito para analisar situações que envolvam relações funcionais entre duas variáveis.

(EF09MA07) Resolver problemas que envolvam a razão entre duas grandezas de espécies diferentes, como velocidade e densidade demográfica.

(EF09MA08) Resolver e elaborar problemas que envolvam relações de proporcionalidade direta e inversa entre duas ou mais grandezas, inclusive escalas, divisão em partes proporcionais e taxa de variação, em contextos socioculturais, ambientais e de outras áreas.

(EF09MA09) Compreender os processos de fatoração de expressões algébricas, com base em suas relações com os produtos notáveis, para resolver e elaborar problemas que possam ser representados por equações polinomiais do 2º grau.

(EF09MA10) Demonstrar relações simples entre os ângulos formados por retas paralelas cortadas por uma transversal.

(EF09MA11) Resolver problemas por meio do estabelecimento de relações entre arcos, ângulos centrais e ângulos inscritos na circunferência, fazendo uso, inclusive, de *softwares* de geometria dinâmica.

(EF09MA12) Reconhecer as condições necessárias e suficientes para que dois triângulos sejam semelhantes.

MATEMÁTICA – 9º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Geometria	Relações métricas no triângulo retângulo	
	Teorema de Pitágoras: verificações experimentais e demonstração	
	Retas paralelas cortadas por transversais: teoremas de proporcionalidade e verificações experimentais	
	Polígonos regulares	
	Distância entre pontos no plano cartesiano	
Grandezas e medidas	Vistas ortogonais de figuras espaciais	
	Unidades de medida para medir distâncias muito grandes e muito pequenas	
	Unidades de medida utilizadas na informática	
Probabilidade e estatística	Volume de prismas e cilindros	
	Análise de probabilidade de eventos aleatórios: eventos dependentes e independentes	
	Análise de gráficos divulgados pela mídia: elementos que podem induzir a erros de leitura ou de interpretação	
	Leitura, interpretação e representação de dados de pesquisa expressos em tabelas de dupla entrada, gráficos de colunas simples e agrupadas, gráficos de barras e de setores e gráficos pictóricos	
	Planejamento e execução de pesquisa amostral e apresentação de relatório	

HABILIDADES

(EF09MA13) Demonstrar relações métricas do triângulo retângulo, entre elas o teorema de Pitágoras, utilizando, inclusive, a semelhança de triângulos.

(EF09MA14) Resolver e elaborar problemas de aplicação do teorema de Pitágoras ou das relações de proporcionalidade envolvendo retas paralelas cortadas por secantes.

(EF09MA15) Descrever, por escrito e por meio de um fluxograma, um algoritmo para a construção de um polígono regular cuja medida do lado é conhecida, utilizando régua e compasso, como também *softwares*.

(EF09MA16) Determinar o ponto médio de um segmento de reta e a distância entre dois pontos quaisquer, dadas as coordenadas desses pontos no plano cartesiano, sem o uso de fórmulas, e utilizar esse conhecimento para calcular, por exemplo, medidas de perímetros e áreas de figuras planas construídas no plano.

(EF09MA17) Reconhecer vistas ortogonais de figuras espaciais e aplicar esse conhecimento para desenhar objetos em perspectiva.

(EF09MA18) Reconhecer e empregar unidades usadas para expressar medidas muito grandes ou muito pequenas, tais como distância entre planetas e sistemas solares, tamanho de vírus ou de células, capacidade de armazenamento de computadores, entre outros.

(EF09MA19) Resolver e elaborar problemas que envolvam medidas de volumes de prismas e de cilindros retos, inclusive com uso de expressões de cálculo, em situações cotidianas.

(EF09MA20) Reconhecer, em experimentos aleatórios, eventos independentes e dependentes e calcular a probabilidade de sua ocorrência, nos dois casos.

(EF09MA21) Analisar e identificar, em gráficos divulgados pela mídia, os elementos que podem induzir, às vezes propositadamente, erros de leitura, como escalas inapropriadas, legendas não explicitadas corretamente, omissão de informações importantes (fontes e datas), entre outros.

(EF09MA22) Escolher e construir o gráfico mais adequado (colunas, setores, linhas), com ou sem uso de planilhas eletrônicas, para apresentar um determinado conjunto de dados, destacando aspectos como as medidas de tendência central.

(EF09MA23) Planejar e executar pesquisa amostral envolvendo tema da realidade social e comunicar os resultados por meio de relatório contendo avaliação de medidas de tendência central e da amplitude, tabelas e gráficos adequados, construídos com o apoio de planilhas eletrônicas.

4.3. A ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

A sociedade contemporânea está fortemente organizada com base no desenvolvimento científico e tecnológico. Da metalurgia, que produziu ferramentas e armas, passando por máquinas e motores automatizados, até os atuais *chips* semicondutores, ciência e tecnologia vêm se desenvolvendo de forma integrada com os modos de vida que as diversas sociedades humanas organizaram ao longo da história.

No entanto, o mesmo desenvolvimento científico e tecnológico que resulta em novos ou melhores produtos e serviços também pode promover desequilíbrios na natureza e na sociedade.

Para debater e tomar posição sobre alimentos, medicamentos, combustíveis, transportes, comunicações, contracepção, saneamento e manutenção da vida na Terra, entre muitos outros temas, são imprescindíveis tanto conhecimentos éticos, políticos e culturais quanto científicos. Isso por si só já justifica, na educação formal, a presença da área de Ciências da Natureza, e de seu compromisso com a formação integral dos alunos.

Portanto, ao longo do Ensino Fundamental, a área de Ciências da Natureza tem um compromisso com o desenvolvimento do **letramento científico**, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências.

Em outras palavras, apreender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim, o desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania.

Nessa perspectiva, a área de Ciências da Natureza, por meio de um olhar articulado de diversos campos do saber, precisa assegurar aos alunos do Ensino Fundamental o acesso à diversidade de **conhecimentos científicos** produzidos ao longo da história, bem como a aproximação gradativa aos principais **processos, práticas e procedimentos da investigação científica**.

Espera-se, desse modo, possibilitar que esses alunos tenham um novo olhar sobre o mundo que os cerca, como também façam escolhas e intervenções conscientes e pautadas nos princípios da sustentabilidade e do bem comum.

Para tanto, é imprescindível que eles sejam progressivamente estimulados e apoiados no planejamento e na realização cooperativa de atividades investigativas, bem como no compartilhamento dos resultados dessas investigações. Isso não significa realizar atividades seguindo, necessariamente, um conjunto de etapas predefinidas, tampouco se restringir à mera manipulação de objetos ou realização de experimentos em laboratório.

Ao contrário, pressupõe organizar as situações de aprendizagem partindo de questões que sejam desafiadoras e, reconhecendo a diversidade cultural, estimulem o interesse e a curiosidade científica dos alunos e possibilitem definir problemas, levantar, analisar e representar resultados; comunicar conclusões e propor intervenções.

Dessa forma, o processo investigativo deve ser entendido como elemento central na formação dos estudantes, em um sentido mais amplo, e cujo desenvolvimento deve ser atrelado a situações didáticas planejadas ao longo de toda a educação básica, de modo a possibilitar aos alunos revisitar de forma reflexiva seus conhecimentos e sua compreensão acerca do mundo em que vivem. Sendo assim, o ensino de Ciências deve promover situações nas quais os alunos possam:

<ul style="list-style-type: none"> • Observar o mundo a sua volta e fazer perguntas. • Analisar demandas, delinear problemas e planejar investigações. • Propor hipóteses. 	<p>Definição de problemas</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar e realizar atividades de campo (experimentos, observações, leituras, visitas, ambientes virtuais etc.). • Desenvolver e utilizar ferramentas, inclusive digitais, para coleta, análise e representação de dados (imagens, esquemas, tabelas, gráficos, quadros, diagramas, mapas, modelos, representações de sistemas, fluxogramas, mapas conceituais, simulações, aplicativos etc.). • Avaliar informação (validade, coerência e adequação ao problema formulado). • Elaborar explicações e/ou modelos. • Associar explicações e/ou modelos à evolução histórica dos conhecimentos científicos envolvidos. • Selecionar e construir argumentos com base em evidências, modelos e/ou conhecimentos científicos. • Aprimorar seus saberes e incorporar, gradualmente, e de modo significativo, o conhecimento científico. • Desenvolver soluções para problemas cotidianos usando diferentes ferramentas, inclusive digitais. 	<p>Levantamento, análise e representação</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Organizar e/ou extrapolar conclusões. • Relatar informações de forma oral, escrita ou multimodal. • Apresentar, de forma sistemática, dados e resultados de investigações. • Participar de discussões de caráter científico com colegas, professores, familiares e comunidade em geral. • Considerar contra-argumentos para rever processos investigativos e conclusões. 	<p>Comunicação</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar soluções e avaliar sua eficácia para resolver problemas cotidianos. • Desenvolver ações de intervenção para melhorar a qualidade de vida individual, coletiva e socioambiental. 	<p>Intervenção</p>

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Ciências da Natureza – e, por consequência, o componente curricular de Ciências –, devem garantir aos alunos o desenvolvimento de **competências específicas**.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.
2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

4.3.1. CIÊNCIAS

Ao estudar Ciências, as pessoas aprendem a respeito de si mesmas, da diversidade e dos processos de evolução e manutenção da vida, do mundo material – com os seus recursos naturais, suas transformações e fontes de energia –, do nosso planeta no Sistema Solar e no Universo e da aplicação dos conhecimentos científicos nas várias esferas da vida humana. Essas aprendizagens, entre outras, possibilitam que os alunos compreendam, expliquem e intervenham no mundo em que vivem.

Para orientar a elaboração dos currículos de Ciências, as aprendizagens essenciais a ser asseguradas neste componente curricular foram organizadas em três **unidades temáticas** que se repetem ao longo de todo o Ensino Fundamental.

A unidade temática **Matéria e energia** contempla o estudo de materiais e suas transformações, fontes e tipos de energia utilizados na vida em geral, na perspectiva de construir conhecimento sobre a natureza da matéria e os diferentes usos da energia.

Dessa maneira, nessa unidade estão envolvidos estudos referentes à ocorrência, à utilização e ao processamento de recursos naturais e energéticos empregados na geração de diferentes tipos de energia e na produção e no uso responsável de materiais diversos. Discute-se, também, a perspectiva histórica da apropriação humana desses recursos, com base, por exemplo, na identificação do uso de materiais em diferentes ambientes e épocas e sua relação com a sociedade e a tecnologia.

Nos anos iniciais, as crianças já se envolvem com uma série de objetos, materiais e fenômenos em sua vivência diária e na relação com o entorno. Tais experiências são o ponto de partida para possibilitar a construção das primeiras noções sobre os materiais, seus usos e suas propriedades, bem como sobre suas interações com luz, som, calor, eletricidade e umidade, entre outros elementos. Além de prever a construção coletiva de propostas de reciclagem e reutilização de materiais, estimula-se ainda a construção de hábitos saudáveis e sustentáveis por meio da discussão acerca dos riscos associados à integridade física e à qualidade auditiva e visual. Espera-se também que os alunos possam reconhecer a importância, por exemplo, da água, em seus diferentes estados, para a agricultura, o clima, a conservação do solo, a geração de energia elétrica, a qualidade do ar atmosférico e o equilíbrio dos ecossistemas.

Em síntese, valorizam-se, nessa fase, os elementos mais concretos e os ambientes que os cercam (casa, escola e bairro), oferecendo aos alunos a oportunidade de interação, compreensão e ação no seu entorno.

Por sua vez, nos anos finais, a ampliação da relação dos jovens com o ambiente possibilita que se estenda a exploração dos fenômenos relacionados aos materiais e à energia ao âmbito do sistema produtivo e ao seu impacto na qualidade ambiental. Assim, o aprofundamento da temática dessa unidade, que envolve inclusive a construção de modelos explicativos, deve possibilitar aos estudantes fundamentar-se no conhecimento científico para, por exemplo, avaliar vantagens e desvantagens da produção de produtos sintéticos a partir de recursos naturais, da produção e do uso de determinados combustíveis, bem como da produção, da transformação e da propagação de diferentes tipos de energia e do funcionamento de artefatos e equipamentos que possibilitam novas formas de interação com o ambiente, estimulando tanto a reflexão para hábitos mais sustentáveis no uso dos recursos naturais e científico-tecnológicos quanto a produção de novas tecnologias e o desenvolvimento de ações coletivas de aproveitamento responsável dos recursos.

A unidade temática **Vida e evolução** propõe o estudo de questões relacionadas aos seres vivos (incluindo os seres humanos), suas características e necessidades, e a vida como fenômeno natural e social, os elementos essenciais à sua manutenção e à compreensão dos processos evolutivos que geram a diversidade de formas de vida no planeta. Estudam-se características dos ecossistemas destacando-se as interações dos seres vivos com outros seres vivos e com os fatores não vivos do ambiente, com destaque para as interações que os seres humanos estabelecem entre si e com os demais seres vivos e elementos não vivos do ambiente. Abordam-se, ainda, a importância da preservação da biodiversidade e como ela se distribui nos principais ecossistemas brasileiros.

Nos anos iniciais, as características dos seres vivos são trabalhadas a partir das ideias, representações, disposições emocionais e afetivas que os alunos trazem para a escola. Esses saberes dos alunos vão sendo organizados a partir de observações orientadas, com ênfase na compreensão dos seres vivos do entorno, como também dos elos nutricionais que se estabelecem entre eles no ambiente natural.

Nos anos finais, a partir do reconhecimento das relações que ocorrem na natureza, evidencia-se a participação do ser humano nas cadeias alimentares e como elemento modificador do ambiente, seja evidenciando maneiras mais eficientes de usar os recursos naturais sem desperdícios, seja discutindo as implicações do consumo excessivo e

descarte inadequado dos resíduos. Contempla-se, também, o incentivo à proposição e adoção de alternativas individuais e coletivas, ancoradas na aplicação do conhecimento científico, que concorram para a sustentabilidade socioambiental. Assim, busca-se promover e incentivar uma convivência em maior sintonia com o ambiente, por meio do uso inteligente e responsável dos recursos naturais, para que estes se recomponham no presente e se mantenham no futuro.

Outro foco dessa unidade é a percepção de que o corpo humano é um todo dinâmico e articulado, e que a manutenção e o funcionamento harmonioso desse conjunto dependem da integração entre as funções específicas desempenhadas pelos diferentes sistemas que o compõem. Além disso, destacam-se aspectos relativos à saúde, compreendida não somente como um estado de equilíbrio dinâmico do corpo, mas como um bem da coletividade, abrindo espaço para discutir o que é preciso para promover a saúde individual e coletiva, inclusive no âmbito das políticas públicas.

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira.

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Além disso, os estudantes devem ser capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas (campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde da família e da comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores, entre outros) no desenvolvimento de condições propícias à saúde.

Na unidade temática **Terra e Universo**, busca-se a compreensão de características da Terra, do Sol, da Lua e de outros corpos celestes – suas dimensões, composição, localizações, movimentos e forças que atuam entre eles. Ampliam-se experiências de observação do céu, do planeta Terra, particularmente das zonas habitadas pelo ser humano e demais seres vivos, bem como de observação dos principais fenômenos celestes. Além disso, ao salientar que a construção dos conhecimentos sobre a Terra e o céu se deu de diferentes formas em distintas culturas ao longo da história da humanidade, explora-se a riqueza envolvida nesses conhecimentos, o que permite, entre outras coisas, maior valorização de outras formas de conceber o mundo, como os conhecimentos próprios dos povos indígenas originários.

Assim, ao abranger com maior detalhe características importantes para a manutenção da vida na Terra, como o efeito estufa e a camada de ozônio, espera-se que os estudantes possam compreender também alguns fenômenos naturais como vulcões, *tsunamis* e terremotos, bem como aqueles mais relacionados aos padrões de circulação atmosférica e oceânica e ao aquecimento desigual causado pela forma e pelos movimentos da Terra, em uma perspectiva de maior ampliação de conhecimentos relativos à evolução da vida e do planeta, ao clima e à previsão do tempo, entre outros fenômenos.

Os estudantes dos anos iniciais se interessam com facilidade pelos objetos celestes, muito por conta da exploração e valorização dessa temática pelos meios de comunicação, brinquedos, desenhos animados e livros infantis. Dessa forma, a intenção é aguçar ainda mais a curiosidade das crianças pelos fenômenos naturais e desenvolver o pensamento espacial a partir das experiências cotidianas de observação do céu e dos fenômenos a elas relacionados. A sistematização dessas observações e o uso adequado dos sistemas de referência permitem a identificação de fenômenos e regularidades que deram à humanidade, em diferentes culturas, maior autonomia na regulação da agricultura, na conquista de novos espaços, na construção de calendários etc.

Nos anos finais, há uma ênfase no estudo de solo, ciclos biogeoquímicos, esferas terrestres e interior do planeta, clima e seus efeitos sobre a vida na Terra, no intuito de que os estudantes possam desenvolver uma visão mais sistêmica do planeta com base em princípios de sustentabilidade socioambiental.

Além disso, o conhecimento espacial é ampliado e aprofundado por meio da articulação entre os conhecimentos e as experiências de observação vivenciadas nos anos iniciais, por um lado, e os modelos

explicativos desenvolvidos pela ciência, por outro. Dessa forma, privilegia-se, com base em modelos, a explicação de vários fenômenos envolvendo os astros Terra, Lua e Sol, de modo a fundamentar a compreensão da controvérsia histórica entre as visões geocêntrica e heliocêntrica.

A partir de uma compreensão mais aprofundada da Terra, do Sol e de sua evolução, da nossa galáxia e das ordens de grandeza envolvidas, espera-se que os alunos possam refletir sobre a posição da Terra e da espécie humana no Universo.

Essas três unidades temáticas devem ser consideradas sob a perspectiva da continuidade das aprendizagens e da integração com seus objetos de conhecimento ao longo dos anos de escolarização. Portanto, é fundamental que elas não se desenvolvam isoladamente.

Essa integração se evidencia quando temas importantes como a sustentabilidade socioambiental, o ambiente, a saúde e a tecnologia são desenvolvidos nas três unidades temáticas. Por exemplo, para que o estudante compreenda saúde de forma abrangente, e não relacionada apenas ao seu próprio corpo, é necessário que ele seja estimulado a pensar em saneamento básico, geração de energia, impactos ambientais, além da ideia de que medicamentos são substâncias sintéticas que atuam no funcionamento do organismo.

De forma similar, a compreensão do que seja sustentabilidade pressupõe que os alunos, além de entenderem a importância da biodiversidade para a manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio dinâmico socioambiental, sejam capazes de avaliar hábitos de consumo que envolvam recursos naturais e artificiais e identifiquem relações dos processos atmosféricos, geológicos, celestes e sociais com as condições necessárias para a manutenção da vida no planeta.

Impossível pensar em uma educação científica contemporânea sem reconhecer os múltiplos papéis da tecnologia no desenvolvimento da sociedade humana. A investigação de materiais para usos tecnológicos, a aplicação de instrumentos óticos na saúde e na observação do céu, a produção de material sintético e seus usos, as aplicações das fontes de energia e suas aplicações e, até mesmo, o uso da radiação eletromagnética para diagnóstico e tratamento médico, entre outras situações, são exemplos de como ciência e tecnologia, por um lado, viabilizam a melhoria da qualidade de vida humana, mas, por outro, ampliam as desigualdades sociais e a degradação do ambiente. Dessa forma, é importante salientar os múltiplos papéis desempenhados pela relação ciência-tecnologia-sociedade na vida moderna e na vida do planeta Terra como elementos centrais no

posicionamento e na tomada de decisões frente aos desafios éticos, culturais, políticos e socioambientais.

As unidades temáticas estão estruturadas em um conjunto de habilidades cuja complexidade cresce progressivamente ao longo dos anos. Essas habilidades mobilizam conhecimentos conceituais, linguagens e alguns dos principais processos, práticas e procedimentos de investigação envolvidos na dinâmica da construção de conhecimentos na ciência.

Assim, quando é utilizado um determinado verbo em uma habilidade, como “apresentar” ou “relatar”, este se refere a procedimentos comuns da ciência, neste caso relacionados à comunicação, que envolvem também outras etapas do processo investigativo. A ideia implícita está em relatar de forma sistemática o resultado de uma coleta de dados e/ou apresentar a organização e extrapolação de conclusões, de tal forma a considerar os contra-argumentos apresentados, no caso de um debate, por exemplo.

Da mesma forma, quando é utilizado o verbo “observar”, tem-se em mente o aguçamento da curiosidade dos alunos sobre o mundo, em busca de questões que possibilitem elaborar hipóteses e construir explicações sobre a realidade que os cerca.

Cumpramos destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

4.3.1.1.

CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

Antes de iniciar sua vida escolar, as crianças já convivem com fenômenos, transformações e aparatos tecnológicos em seu dia a dia. Além disso, na Educação Infantil, como proposto na BNCC, elas têm a oportunidade de explorar ambientes e fenômenos e também a relação com seu próprio corpo e bem-estar, em todos os campos de experiências.

Assim, ao iniciar o Ensino Fundamental, os alunos possuem vivências, saberes, interesses e curiosidades sobre o mundo natural e tecnológico que devem ser valorizados e mobilizados. Esse deve ser o ponto de partida de atividades que assegurem a eles construir conhecimentos sistematizados de Ciências, oferecendo-lhes elementos para que compreendam desde fenômenos de seu ambiente imediato até temáticas mais amplas.

Nesse sentido, não basta que os conhecimentos científicos sejam apresentados aos alunos. É preciso oferecer oportunidades para que eles, de fato, envolvam-se em processos de aprendizagem nos quais possam vivenciar momentos de investigação que lhes possibilitem exercitar e ampliar sua curiosidade, aperfeiçoar sua capacidade de observação, de raciocínio lógico e de criação, desenvolver posturas mais colaborativas e sistematizar suas primeiras explicações sobre o mundo natural e tecnológico, e sobre seu corpo, sua saúde e seu bem-estar, tendo como referência os conhecimentos, as linguagens e os procedimentos próprios das Ciências da Natureza.

É necessário destacar que, em especial nos dois primeiros anos da escolaridade básica, em que se investe prioritariamente no processo de alfabetização das crianças, as habilidades de Ciências buscam propiciar um contexto adequado para a ampliação dos contextos de letramento.

CIÊNCIAS - 1º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Matéria e energia	Características dos materiais	
Vida e evolução	Corpo humano Respeito à diversidade	
Terra e Universo	Escalas de tempo	

HABILIDADES

(EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente.

(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções.

(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.

(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.

(EF01CI05) Identificar e nomear diferentes escalas de tempo: os períodos diários (manhã, tarde, noite) e a sucessão de dias, semanas, meses e anos.

(EF01CI06) Selecionar exemplos de como a sucessão de dias e noites orienta o ritmo de atividades diárias de seres humanos e de outros seres vivos.

CIÊNCIAS - 2º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Matéria e energia	Propriedades e usos dos materiais Prevenção de acidentes domésticos	
Vida e evolução	Seres vivos no ambiente Plantas	
Terra e Universo	Movimento aparente do Sol no céu O Sol como fonte de luz e calor	

HABILIDADES

(EF02CI01) Identificar de que materiais (metais, madeira, vidro etc.) são feitos os objetos que fazem parte da vida cotidiana, como esses objetos são utilizados e com quais materiais eram produzidos no passado.

(EF02CI02) Propor o uso de diferentes materiais para a construção de objetos de uso cotidiano, tendo em vista algumas propriedades desses materiais (flexibilidade, dureza, transparência etc.).

(EF02CI03) Discutir os cuidados necessários à prevenção de acidentes domésticos (objetos cortantes e inflamáveis, eletricidade, produtos de limpeza, medicamentos etc.).

(EF02CI04) Descrever características de plantas e animais (tamanho, forma, cor, fase da vida, local onde se desenvolvem etc.) que fazem parte de seu cotidiano e relacioná-las ao ambiente em que eles vivem.

(EF02CI05) Investigar a importância da água e da luz para a manutenção da vida de plantas em geral.

(EF02CI06) Identificar as principais partes de uma planta (raiz, caule, folhas, flores e frutos) e a função desempenhada por cada uma delas, e analisar as relações entre as plantas, o ambiente e os demais seres vivos.

(EF02CI07) Descrever as posições do Sol em diversos horários do dia e associá-las ao tamanho da sombra projetada.

(EF02CI08) Comparar o efeito da radiação solar (aquecimento e reflexão) em diferentes tipos de superfície (água, areia, solo, superfícies escura, clara e metálica etc.).

CIÊNCIAS - 3º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Matéria e energia	Produção de som Efeitos da luz nos materiais Saúde auditiva e visual	
Vida e evolução	Características e desenvolvimento dos animais	
Terra e Universo	Características da Terra Observação do céu Usos do solo	

HABILIDADES

(EF03CI01) Produzir diferentes sons a partir da vibração de variados objetos e identificar variáveis que influem nesse fenômeno.

(EF03CI02) Experimentar e relatar o que ocorre com a passagem da luz através de objetos transparentes (copos, janelas de vidro, lentes, prismas, água etc.), no contato com superfícies polidas (espelhos) e na intersecção com objetos opacos (paredes, pratos, pessoas e outros objetos de uso cotidiano).

(EF03CI03) Discutir hábitos necessários para a manutenção da saúde auditiva e visual considerando as condições do ambiente em termos de som e luz.

(EF03CI04) Identificar características sobre o modo de vida (o que comem, como se reproduzem, como se deslocam etc.) dos animais mais comuns no ambiente próximo.

(EF03CI05) Descrever e comunicar as alterações que ocorrem desde o nascimento em animais de diferentes meios terrestres ou aquáticos, inclusive o homem.

(EF03CI06) Comparar alguns animais e organizar grupos com base em características externas comuns (presença de penas, pelos, escamas, bico, garras, antenas, patas etc.).

(EF03CI07) Identificar características da Terra (como seu formato esférico, a presença de água, solo etc.), com base na observação, manipulação e comparação de diferentes formas de representação do planeta (mapas, globos, fotografias etc.).

(EF03CI08) Observar, identificar e registrar os períodos diários (dia e/ou noite) em que o Sol, demais estrelas, Lua e planetas estão visíveis no céu.

(EF03CI09) Comparar diferentes amostras de solo do entorno da escola com base em características como cor, textura, cheiro, tamanho das partículas, permeabilidade etc.

(EF03CI10) Identificar os diferentes usos do solo (plantação e extração de materiais, dentre outras possibilidades), reconhecendo a importância do solo para a agricultura e para a vida.

CIÊNCIAS - 4º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Matéria e energia	Misturas Transformações reversíveis e não reversíveis	
Vida e evolução	Cadeias alimentares simples Microrganismos	
Terra e Universo	Pontos cardeais Calendários, fenômenos cíclicos e cultura	

HABILIDADES

(EF04CI01) Identificar misturas na vida diária, com base em suas propriedades físicas observáveis, reconhecendo sua composição.

(EF04CI02) Testar e relatar transformações nos materiais do dia a dia quando expostos a diferentes condições (aquecimento, resfriamento, luz e umidade).

(EF04CI03) Concluir que algumas mudanças causadas por aquecimento ou resfriamento são reversíveis (como as mudanças de estado físico da água) e outras não (como o cozimento do ovo, a queima do papel etc.).

(EF04CI04) Analisar e construir cadeias alimentares simples, reconhecendo a posição ocupada pelos seres vivos nessas cadeias e o papel do Sol como fonte primária de energia na produção de alimentos.

(EF04CI05) Descrever e destacar semelhanças e diferenças entre o ciclo da matéria e o fluxo de energia entre os componentes vivos e não vivos de um ecossistema.

(EF04CI06) Relacionar a participação de fungos e bactérias no processo de decomposição, reconhecendo a importância ambiental desse processo.

(EF04CI07) Verificar a participação de microrganismos na produção de alimentos, combustíveis, medicamentos, entre outros.

(EF04CI08) Propor, a partir do conhecimento das formas de transmissão de alguns microrganismos (vírus, bactérias e protozoários), atitudes e medidas adequadas para prevenção de doenças a eles associadas.

(EF04CI09) Identificar os pontos cardeais, com base no registro de diferentes posições relativas do Sol e da sombra de uma vara (gnômon).

(EF04CI10) Comparar as indicações dos pontos cardeais resultantes da observação das sombras de uma vara (gnômon) com aquelas obtidas por meio de uma bússola.

(EF04CI11) Associar os movimentos cíclicos da Lua e da Terra a períodos de tempo regulares e ao uso desse conhecimento para a construção de calendários em diferentes culturas.

CIÊNCIAS – 5º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Matéria e energia	<p>Propriedades físicas dos materiais</p> <p>Ciclo hidrológico</p> <p>Consumo consciente</p> <p>Reciclagem</p>	
Vida e evolução	<p>Nutrição do organismo</p> <p>Hábitos alimentares</p> <p>Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório</p>	
Terra e Universo	<p>Constelações e mapas celestes</p> <p>Movimento de rotação da Terra</p> <p>Periodicidade das fases da Lua</p> <p>Instrumentos óticos</p>	

HABILIDADES

(EF05CI01) Explorar fenômenos da vida cotidiana que evidenciem propriedades físicas dos materiais – como densidade, condutibilidade térmica e elétrica, respostas a forças magnéticas, solubilidade, respostas a forças mecânicas (dureza, elasticidade etc.), entre outras.

(EF05CI02) Aplicar os conhecimentos sobre as mudanças de estado físico da água para explicar o ciclo hidrológico e analisar suas implicações na agricultura, no clima, na geração de energia elétrica, no provimento de água potável e no equilíbrio dos ecossistemas regionais (ou locais).

(EF05CI03) Selecionar argumentos que justifiquem a importância da cobertura vegetal para a manutenção do ciclo da água, a conservação dos solos, dos cursos de água e da qualidade do ar atmosférico.

(EF05CI04) Identificar os principais usos da água e de outros materiais nas atividades cotidianas para discutir e propor formas sustentáveis de utilização desses recursos.

(EF05CI05) Construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos na escola e/ou na vida cotidiana.

(EF05CI06) Selecionar argumentos que justifiquem por que os sistemas digestório e respiratório são considerados corresponsáveis pelo processo de nutrição do organismo, com base na identificação das funções desses sistemas.

(EF05CI07) Justificar a relação entre o funcionamento do sistema circulatório, a distribuição dos nutrientes pelo organismo e a eliminação dos resíduos produzidos.

(EF05CI08) Organizar um cardápio equilibrado com base nas características dos grupos alimentares (nutrientes e calorias) e nas necessidades individuais (atividades realizadas, idade, sexo etc.) para a manutenção da saúde do organismo.

(EF05CI09) Discutir a ocorrência de distúrbios nutricionais (como obesidade, subnutrição etc.) entre crianças e jovens a partir da análise de seus hábitos (tipos e quantidade de alimento ingerido, prática de atividade física etc.).

(EF05CI10) Identificar algumas constelações no céu, com o apoio de recursos (como mapas celestes e aplicativos digitais, entre outros), e os períodos do ano em que elas são visíveis no início da noite.

(EF05CI11) Associar o movimento diário do Sol e das demais estrelas no céu ao movimento de rotação da Terra.

(EF05CI12) Concluir sobre a periodicidade das fases da Lua, com base na observação e no registro das formas aparentes da Lua no céu ao longo de, pelo menos, dois meses.

(EF05CI13) Projetar e construir dispositivos para observação à distância (luneta, periscópio etc.), para observação ampliada de objetos (lupas, microscópios) ou para registro de imagens (máquinas fotográficas) e discutir usos sociais desses dispositivos.

4.3.1.2.

CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a exploração das vivências, saberes, interesses e curiosidades dos alunos sobre o mundo natural e material continua sendo fundamental. Todavia, ao longo desse percurso, percebem-se uma ampliação progressiva da capacidade de abstração e da autonomia de ação e de pensamento, em especial nos últimos anos, e o aumento do interesse dos alunos pela vida social e pela busca de uma identidade própria. Essas características possibilitam a eles, em sua formação científica, explorar aspectos mais complexos das relações consigo mesmos, com os outros, com a natureza, com as tecnologias e com o ambiente; ter consciência dos valores éticos e políticos envolvidos nessas relações; e, cada vez mais, atuar socialmente com respeito, responsabilidade, solidariedade, cooperação e repúdio à discriminação.

Nesse contexto, é importante motivá-los com desafios cada vez mais abrangentes, o que permite que os questionamentos apresentados a eles, assim como os que eles próprios formulam, sejam mais complexos e contextualizados.

Além disso, à medida que se aproxima a conclusão do Ensino Fundamental, os alunos são capazes de estabelecer relações ainda mais profundas entre a ciência, a natureza, a tecnologia e a sociedade, o que significa lançar mão do conhecimento científico e tecnológico para compreender os fenômenos e conhecer o mundo, o ambiente, a dinâmica da natureza. Além disso, é fundamental que tenham condições de ser protagonistas na escolha de posicionamentos que valorizem as experiências pessoais e coletivas, e representem o autocuidado com seu corpo e o respeito com o do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva.

CIÊNCIAS - 6º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Matéria e energia	Misturas homogêneas e heterogêneas Separação de materiais Materiais sintéticos Transformações químicas	
Vida e evolução	Célula como unidade da vida Interação entre os sistemas locomotor e nervoso Lentes corretivas	
Terra e Universo	Forma, estrutura e movimentos da Terra	

HABILIDADES

(EF06CI01) Classificar como homogênea ou heterogênea a mistura de dois ou mais materiais (água e sal, água e óleo, água e areia etc.).

(EF06CI02) Identificar evidências de transformações químicas a partir do resultado de misturas de materiais que originam produtos diferentes dos que foram misturados (mistura de ingredientes para fazer um bolo, mistura de vinagre com bicarbonato de sódio etc.).

(EF06CI03) Selecionar métodos mais adequados para a separação de diferentes sistemas heterogêneos a partir da identificação de processos de separação de materiais (como a produção de sal de cozinha, a destilação de petróleo, entre outros).

(EF06CI04) Associar a produção de medicamentos e outros materiais sintéticos ao desenvolvimento científico e tecnológico, reconhecendo benefícios e avaliando impactos socioambientais.

(EF06CI05) Explicar a organização básica das células e seu papel como unidade estrutural e funcional dos seres vivos.

(EF06CI06) Concluir, com base na análise de ilustrações e/ou modelos (físicos ou digitais), que os organismos são um complexo arranjo de sistemas com diferentes níveis de organização.

(EF06CI07) Justificar o papel do sistema nervoso na coordenação das ações motoras e sensoriais do corpo, com base na análise de suas estruturas básicas e respectivas funções.

(EF06CI08) Explicar a importância da visão (captação e interpretação das imagens) na interação do organismo com o meio e, com base no funcionamento do olho humano, selecionar lentes adequadas para a correção de diferentes defeitos da visão.

(EF06CI09) Deduzir que a estrutura, a sustentação e a movimentação dos animais resultam da interação entre os sistemas muscular, ósseo e nervoso.

(EF06CI10) Explicar como o funcionamento do sistema nervoso pode ser afetado por substâncias psicoativas.

(EF06CI11) Identificar as diferentes camadas que estruturam o planeta Terra (da estrutura interna à atmosfera) e suas principais características.

(EF06CI12) Identificar diferentes tipos de rocha, relacionando a formação de fósseis a rochas sedimentares em diferentes períodos geológicos.

(EF06CI13) Selecionar argumentos e evidências que demonstrem a esfericidade da Terra.

(EF06CI14) Inferir que as mudanças na sombra de uma vara (gnômon) ao longo do dia em diferentes períodos do ano são uma evidência dos movimentos relativos entre a Terra e o Sol, que podem ser explicados por meio dos movimentos de rotação e translação da Terra e da inclinação de seu eixo de rotação em relação ao plano de sua órbita em torno do Sol.

CIÊNCIAS – 7º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Matéria e energia	Máquinas simples Formas de propagação do calor Equilíbrio termodinâmico e vida na Terra História dos combustíveis e das máquinas térmicas	
Vida e evolução	Diversidade de ecossistemas Fenômenos naturais e impactos ambientais Programas e indicadores de saúde pública	
Terra e Universo	Composição do ar Efeito estufa Camada de ozônio Fenômenos naturais (vulcões, terremotos e <i>tsunamis</i>) Placas tectônicas e deriva continental	

HABILIDADES

(EF07CI01) Discutir a aplicação, ao longo da história, das máquinas simples e propor soluções e invenções para a realização de tarefas mecânicas cotidianas.

(EF07CI02) Diferenciar temperatura, calor e sensação térmica nas diferentes situações de equilíbrio termodinâmico cotidianas.

(EF07CI03) Utilizar o conhecimento das formas de propagação do calor para justificar a utilização de determinados materiais (condutores e isolantes) na vida cotidiana, explicar o princípio de funcionamento de alguns equipamentos (garrafa térmica, coletor solar etc.) e/ou construir soluções tecnológicas a partir desse conhecimento.

(EF07CI04) Avaliar o papel do equilíbrio termodinâmico para a manutenção da vida na Terra, para o funcionamento de máquinas térmicas e em outras situações cotidianas.

(EF07CI05) Discutir o uso de diferentes tipos de combustível e máquinas térmicas ao longo do tempo, para avaliar avanços, questões econômicas e problemas socioambientais causados pela produção e uso desses materiais e máquinas.

(EF07CI06) Discutir e avaliar mudanças econômicas, culturais e sociais, tanto na vida cotidiana quanto no mundo do trabalho, decorrentes do desenvolvimento de novos materiais e tecnologias (como automação e informatização).

(EF07CI07) Caracterizar os principais ecossistemas brasileiros quanto à paisagem, à quantidade de água, ao tipo de solo, à disponibilidade de luz solar, à temperatura etc., correlacionando essas características à flora e fauna específicas.

(EF07CI08) Avaliar como os impactos provocados por catástrofes naturais ou mudanças nos componentes físicos, biológicos ou sociais de um ecossistema afetam suas populações, podendo ameaçar ou provocar a extinção de espécies, alteração de hábitos, migração etc.

(EF07CI09) Interpretar as condições de saúde da comunidade, cidade ou estado, com base na análise e comparação de indicadores de saúde (como taxa de mortalidade infantil, cobertura de saneamento básico e incidência de doenças de veiculação hídrica, atmosférica entre outras) e dos resultados de políticas públicas destinadas à saúde.

(EF07CI10) Argumentar sobre a importância da vacinação para a saúde pública, com base em informações sobre a maneira como a vacina atua no organismo e o papel histórico da vacinação para a manutenção da saúde individual e coletiva e para a erradicação de doenças.

(EF07CI11) Analisar historicamente o uso da tecnologia, incluindo a digital, nas diferentes dimensões da vida humana, considerando indicadores ambientais e de qualidade de vida.

(EF07CI12) Demonstrar que o ar é uma mistura de gases, identificando sua composição, e discutir fenômenos naturais ou antrópicos que podem alterar essa composição.

(EF07CI13) Descrever o mecanismo natural do efeito estufa, seu papel fundamental para o desenvolvimento da vida na Terra, discutir as ações humanas responsáveis pelo seu aumento artificial (queima dos combustíveis fósseis, desmatamento, queimadas etc.) e selecionar e implementar propostas para a reversão ou controle desse quadro.

(EF07CI14) Justificar a importância da camada de ozônio para a vida na Terra, identificando os fatores que aumentam ou diminuem sua presença na atmosfera, e discutir propostas individuais e coletivas para sua preservação.

(EF07CI15) Interpretar fenômenos naturais (como vulcões, terremotos e *tsunamis*) e justificar a rara ocorrência desses fenômenos no Brasil, com base no modelo das placas tectônicas.

(EF07CI16) Justificar o formato das costas brasileira e africana com base na teoria da deriva dos continentes.

CIÊNCIAS - 8º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Matéria e energia	Fontes e tipos de energia Transformação de energia Cálculo de consumo de energia elétrica Circuitos elétricos Uso consciente de energia elétrica	
Vida e evolução	Mecanismos reprodutivos Sexualidade	
Terra e Universo	Sistema Sol, Terra e Lua Clima	

HABILIDADES

- (EF08CI01)** Identificar e classificar diferentes fontes (renováveis e não renováveis) e tipos de energia utilizados em residências, comunidades ou cidades.
- (EF08CI02)** Construir circuitos elétricos com pilha/bateria, fios e lâmpada ou outros dispositivos e compará-los a circuitos elétricos residenciais.
- (EF08CI03)** Classificar equipamentos elétricos residenciais (chuveiro, ferro, lâmpadas, TV, rádio, geladeira etc.) de acordo com o tipo de transformação de energia (da energia elétrica para a térmica, luminosa, sonora e mecânica, por exemplo).
- (EF08CI04)** Calcular o consumo de eletrodomésticos a partir dos dados de potência (descritos no próprio equipamento) e tempo médio de uso para avaliar o impacto de cada equipamento no consumo doméstico mensal.
- (EF08CI05)** Propor ações coletivas para otimizar o uso de energia elétrica em sua escola e/ou comunidade, com base na seleção de equipamentos segundo critérios de sustentabilidade (consumo de energia e eficiência energética) e hábitos de consumo responsável.
- (EF08CI06)** Discutir e avaliar usinas de geração de energia elétrica (termelétricas, hidrelétricas, eólicas etc.), suas semelhanças e diferenças, seus impactos socioambientais, e como essa energia chega e é usada em sua cidade, comunidade, casa ou escola.
- (EF08CI07)** Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.
- (EF08CI08)** Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.
- (EF08CI09)** Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
- (EF08CI10)** Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.
- (EF08CI11)** Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).
- (EF08CI12)** Justificar, por meio da construção de modelos e da observação da Lua no céu, a ocorrência das fases da Lua e dos eclipses, com base nas posições relativas entre Sol, Terra e Lua.
- (EF08CI13)** Representar os movimentos de rotação e translação da Terra e analisar o papel da inclinação do eixo de rotação da Terra em relação à sua órbita na ocorrência das estações do ano, com a utilização de modelos tridimensionais.
- (EF08CI14)** Relacionar climas regionais aos padrões de circulação atmosférica e oceânica e ao aquecimento desigual causado pela forma e pelos movimentos da Terra.
- (EF08CI15)** Identificar as principais variáveis envolvidas na previsão do tempo e simular situações nas quais elas possam ser medidas.
- (EF08CI16)** Discutir iniciativas que contribuam para restabelecer o equilíbrio ambiental a partir da identificação de alterações climáticas regionais e globais provocadas pela intervenção humana.

CIÊNCIAS - 9º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Matéria e energia	Aspectos quantitativos das transformações químicas Estrutura da matéria Radiações e suas aplicações na saúde	
Vida e evolução	Hereditariedade Ideias evolucionistas Preservação da biodiversidade	
Terra e Universo	Composição, estrutura e localização do Sistema Solar no Universo Astronomia e cultura Vida humana fora da Terra Ordem de grandeza astronômica Evolução estelar	

HABILIDADES

(EF09CI01) Investigar as mudanças de estado físico da matéria e explicar essas transformações com base no modelo de constituição submicroscópica.

(EF09CI02) Comparar quantidades de reagentes e produtos envolvidos em transformações químicas, estabelecendo a proporção entre as suas massas.

(EF09CI03) Identificar modelos que descrevem a estrutura da matéria (constituição do átomo e composição de moléculas simples) e reconhecer sua evolução histórica.

(EF09CI04) Planejar e executar experimentos que evidenciem que todas as cores de luz podem ser formadas pela composição das três cores primárias da luz e que a cor de um objeto está relacionada também à cor da luz que o ilumina.

(EF09CI05) Investigar os principais mecanismos envolvidos na transmissão e recepção de imagem e som que revolucionaram os sistemas de comunicação humana.

(EF09CI06) Classificar as radiações eletromagnéticas por suas frequências, fontes e aplicações, discutindo e avaliando as implicações de seu uso em controle remoto, telefone celular, raio X, forno de micro-ondas, fotocélulas etc.

(EF09CI07) Discutir o papel do avanço tecnológico na aplicação das radiações na medicina diagnóstica (raio X, ultrassom, ressonância nuclear magnética) e no tratamento de doenças (radioterapia, cirurgia ótica a *laser*, infravermelho, ultravioleta etc.).

(EF09CI08) Associar os gametas à transmissão das características hereditárias, estabelecendo relações entre ancestrais e descendentes.

(EF09CI09) Discutir as ideias de Mendel sobre hereditariedade (fatores hereditários, segregação, gametas, fecundação), considerando-as para resolver problemas envolvendo a transmissão de características hereditárias em diferentes organismos.

(EF09CI10) Comparar as ideias evolucionistas de Lamarck e Darwin apresentadas em textos científicos e históricos, identificando semelhanças e diferenças entre essas ideias e sua importância para explicar a diversidade biológica.

(EF09CI11) Discutir a evolução e a diversidade das espécies com base na atuação da seleção natural sobre as variantes de uma mesma espécie, resultantes de processo reprodutivo.

(EF09CI12) Justificar a importância das unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio nacional, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações humanas e as atividades a eles relacionados.

(EF09CI13) Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações de consumo consciente e de sustentabilidade bem-sucedidas.

(EF09CI14) Descrever a composição e a estrutura do Sistema Solar (Sol, planetas rochosos, planetas gigantes gasosos e corpos menores), assim como a localização do Sistema Solar na nossa Galáxia (a Via Láctea) e dela no Universo (apenas uma galáxia dentre bilhões).

(EF09CI15) Relacionar diferentes leituras do céu e explicações sobre a origem da Terra, do Sol ou do Sistema Solar às necessidades de distintas culturas (agricultura, caça, mito, orientação espacial e temporal etc.).

(EF09CI16) Selecionar argumentos sobre a viabilidade da sobrevivência humana fora da Terra, com base nas condições necessárias à vida, nas características dos planetas e nas distâncias e nos tempos envolvidos em viagens interplanetárias e interestelares.

(EF09CI17) Analisar o ciclo evolutivo do Sol (nascimento, vida e morte) baseado no conhecimento das etapas de evolução de estrelas de diferentes dimensões e os efeitos desse processo no nosso planeta.

4.4. A ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

A área de Ciências Humanas contribui para que os alunos desenvolvam a cognição *in situ*, ou seja, sem prescindir da **contextualização** marcada pelas noções de **tempo** e **espaço**, conceitos fundamentais da área. **Cognição** e **contexto** são, assim, categorias elaboradas conjuntamente, em meio a circunstâncias históricas específicas, nas quais a diversidade humana deve ganhar especial destaque, com vistas ao acolhimento da diferença. O **raciocínio espaço-temporal** baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente.

A abordagem das relações espaciais e o conseqüente desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal no ensino de Ciências Humanas devem favorecer a compreensão, pelos alunos, dos tempos sociais e da natureza e de suas relações com os espaços. A exploração das noções de espaço e tempo deve se dar por meio de diferentes linguagens, de forma a permitir que os alunos se tornem produtores e leitores de mapas dos mais variados lugares vividos, concebidos e percebidos.

Na análise geográfica, os espaços percebidos, concebidos e vividos não são lineares. Portanto, é necessário romper com essa concepção para possibilitar uma leitura geo-histórica dos fatos e uma análise com abordagens históricas, sociológicas e espaciais (geográficas) simultâneas. Retomar o sentido dos espaços percebidos, concebidos e vividos nos permite reconhecer os objetos, os fenômenos e os lugares distribuídos no território e compreender os diferentes olhares para os arranjos desses objetos nos planos espaciais.

Embora o **tempo**, o **espaço** e o **movimento** sejam categorias básicas na área de Ciências Humanas, não se pode deixar de valorizar também a **crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder** e, especialmente, **à produção de conhecimentos e saberes**, frutos de diferentes circunstâncias históricas e espaços geográficos. O ensino de Geografia e História, ao estimular os alunos a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento

autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem.

As Ciências Humanas devem, assim, estimular uma **formação ética**, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os **direitos humanos**; o **respeito ao ambiente e à própria coletividade**; o fortalecimento de valores sociais, tais como a **solidariedade**, a **participação** e o **protagonismo** voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as **desigualdades sociais**. Cabe, ainda, às Ciências Humanas cultivar a formação de alunos intelectualmente autônomos, com capacidade de articular categorias de pensamento histórico e geográfico em face de seu próprio tempo, percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base na diversidade de pontos de vista.

Os conhecimentos específicos na área de Ciências Humanas exigem clareza na definição de um conjunto de objetos de conhecimento que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e que aprimorem a capacidade de os alunos pensarem diferentes culturas e sociedades, em seus tempos históricos, territórios e paisagens (compreendendo melhor o Brasil, sua diversidade regional e territorial). E também que os levem a refletir sobre sua inserção singular e responsável na história da sua família, comunidade, nação e mundo.

Ao longo de toda a Educação Básica, o ensino das Ciências Humanas deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza. Dessa maneira, a área contribui para o adensamento de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas, fortalecendo a formação dos alunos e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bases para uma atuação crítica e orientada por valores democráticos.

Desde a Educação Infantil, os alunos expressam percepções simples, mas bem definidas, de sua vida familiar, seus grupos e seus espaços de convivência. No cotidiano, por exemplo, desenham familiares, identificam relações de parentesco, reconhecem a si mesmos em fotos (classificando-as como antigas ou recentes), guardam datas e fatos, sabem a hora de dormir e de ir para a escola, negociam horários, fazem relatos orais e revisitam o passado por meio de jogos, cantigas e brincadeiras ensinadas pelos mais velhos. Com essas experiências, começam a levantar hipóteses e a se posicionar sobre determinadas situações.

No decorrer do Ensino Fundamental, os **procedimentos de investigação** em Ciências Humanas devem contribuir para que os alunos desenvolvam a capacidade de observação de diferentes indivíduos, situações e objetos que trazem à tona dinâmicas sociais em razão de sua própria natureza (tecnológica, morfológica, funcional). A Geografia e a História, ao longo dessa etapa, trabalham o reconhecimento do Eu e o sentimento de pertencimento dos alunos à vida da família e da comunidade.

No **Ensino Fundamental - Anos Iniciais**, é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). Essa abordagem privilegia o trabalho de campo, as entrevistas, a observação, o desenvolvimento de análises e de argumentações, de modo a potencializar descobertas e estimular o pensamento criativo e crítico. É nessa fase que os alunos começam a desenvolver procedimentos de investigação em Ciências Humanas, como a pesquisa sobre diferentes fontes documentais, a observação e o registro - de paisagens, fatos, acontecimentos e depoimentos - e o estabelecimento de comparações. Esses procedimentos são fundamentais para que compreendam a si mesmos e àqueles que estão em seu entorno, suas histórias de vida e as diferenças dos grupos sociais com os quais se relacionam. O processo de aprendizagem deve levar em conta, de forma progressiva, a escola, a comunidade, o Estado e o país. É importante também que os alunos percebam as relações com o ambiente e a ação dos seres humanos com o mundo que os cerca, refletindo sobre os significados dessas relações.

Nesse período, o desenvolvimento da capacidade de observação e de compreensão dos componentes da paisagem contribui para a articulação do espaço vivido com o tempo vivido. O vivido é aqui considerado como **espaço biográfico**, que se relaciona com as experiências dos alunos em seus lugares de vivência.

Na passagem para o Ensino Fundamental - Anos Finais, os alunos vivenciam diversas mudanças biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Eles ampliam suas descobertas em relação a si próprios e às suas relações com grupos sociais, tornando-se mais autônomos para cuidar de si e do mundo ao seu redor. Se, no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, o desenvolvimento da percepção está voltado para o reconhecimento do Eu, do Outro e do Nós, no **Ensino Fundamental - Anos Finais** é possível analisar os indivíduos como atores inseridos em um mundo em constante movimento de objetos e populações e com exigência de constante comunicação.

Nesse contexto, faz-se necessário o desenvolvimento de habilidades voltadas para o uso concomitante de diferentes linguagens (oral, escrita, cartográfica, estética, técnica etc.). Por meio delas, torna-se possível o diálogo, a comunicação e a socialização dos indivíduos, condição necessária tanto para a resolução de conflitos quanto para um convívio equilibrado entre diferentes povos e culturas. O desafio é grande, exigindo capacidade para responder de maneira crítica, propositiva e ética aos conflitos impostos pela história.

Progressivamente, ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, o ensino favorece uma ampliação das perspectivas e, portanto, de variáveis, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal. Isso permite aos alunos identificar, comparar e conhecer o mundo, os espaços e as paisagens com mais detalhes, complexidade e espírito crítico, criando condições adequadas para o conhecimento de outros lugares, sociedades e temporalidades históricas. Nessa fase, as noções de temporalidade, espacialidade e diversidade são abordadas em uma perspectiva mais complexa, que deve levar em conta a perspectiva dos direitos humanos.

Essa é uma questão complexa, que envolve a compreensão do conceito de Estado e dos mecanismos institucionais dos quais as diferentes sociedades dispõem para fazer justiça e criar um novo campo republicano de direitos. Portanto, o desafio não está apenas no campo da produção e reprodução de uma memória histórica, mas nos questionamentos com vistas a uma posição ética dos indivíduos em relação ao passado e ao presente. Vários temas decorrem dessa reflexão, tais como a interculturalidade e a valorização das diferenças, em meio a um intenso movimento das populações e dos direitos civis.

O Ensino Fundamental – Anos Finais tem o compromisso de dar continuidade à compreensão dessas noções, aprofundando os questionamentos sobre as pessoas, os grupos humanos, as culturas e os modos de organizar a sociedade; as relações de produção e de poder; e a transformação de si mesmos e do mundo. O desenvolvimento das habilidades voltadas para identificação, classificação, organização e comparação, em contexto local ou global, é importante para a melhor compreensão de si, do outro, da escola, da comunidade, do Estado, do país e do mundo. Dá-se, assim, um passo importante para a responsabilização do cidadão para com o mundo em que vive.

Em suma, a área de Ciências Humanas deve propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Ciências Humanas deve garantir aos alunos o desenvolvimento de algumas **competências específicas**.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.
2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.
3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.
4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.
6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

4.4.1. GEOGRAFIA

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças.

Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. O pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte e Literatura). Essa interação visa à resolução de problemas que envolvem mudanças de escala, orientação e direção de objetos localizados na superfície terrestre, efeitos de distância, relações hierárquicas, tendências à centralização e à dispersão, efeitos da proximidade e vizinhança etc.

O **raciocínio geográfico**, uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplica determinados princípios (Quadro 1) para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas.⁴⁶

46 Essa concepção, que valoriza a capacidade dos jovens de pensar espacialmente por meio do raciocínio geográfico, é compartilhada por propostas curriculares de diversos países, como o Reino Unido, Portugal, Estados Unidos da América, Chile e Austrália.

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Analogia	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.
Conexão	Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.
Diferenciação*	É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
Distribuição	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
Extensão	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.
Localização	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
Ordem**	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Fontes: FERNANDES, José Alberto Rio; TRIGAL, Lourenzo López; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Dicionário de Geografia aplicada**. Porto: Porto Editora, 2016.

* MOREIRA, Ruy. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 41-58, 1999.

** MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 35-49.

Essa é a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatural (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania.

Ao utilizar corretamente os conceitos geográficos, mobilizando o pensamento espacial e aplicando procedimentos de pesquisa e análise das informações geográficas, os alunos podem reconhecer: a desigualdade dos usos dos recursos naturais pela população mundial; o impacto da distribuição territorial em disputas geopolíticas; e a desigualdade socioeconômica da população mundial em diferentes contextos urbanos e rurais. Desse modo, a aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza). Ela também estimula a capacidade de empregar o raciocínio geográfico para pensar e resolver problemas gerados na vida cotidiana, condição fundamental para o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC.

Nessa direção, a BNCC está organizada com base nos **principais conceitos** da Geografia contemporânea, diferenciados por níveis de complexidade. Embora o **espaço** seja o conceito mais amplo e complexo da Geografia, é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressam aspectos diferentes do espaço geográfico: **território, lugar, região, natureza e paisagem**.

O conceito de espaço é inseparável do conceito de tempo e ambos precisam ser pensados articuladamente como um processo. Assim como para a História, o tempo é para a Geografia uma construção social, que se associa à memória e às identidades sociais dos sujeitos. Do mesmo modo, os tempos da natureza não podem ser ignorados, pois marcam a memória da Terra e as transformações naturais que explicam as atuais condições do meio físico natural. Assim, pensar a temporalidade das ações humanas e das sociedades por meio da relação tempo-espaço representa um importante e desafiador processo na aprendizagem de Geografia.

Para isso, é preciso superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia, cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A ultrapassagem dessa condição meramente descritiva exige o domínio de conceitos e generalizações. Estes permitem novas formas de ver o mundo e de compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica.

Para dar conta desse desafio, o componente Geografia da BNCC foi dividido em cinco **unidades temáticas** comuns ao longo do Ensino Fundamental, em uma progressão das habilidades.

Na unidade temática **O sujeito e seu lugar no mundo**, focalizam-se as noções de pertencimento e identidade. No Ensino Fundamental - Anos Iniciais, busca-se ampliar as experiências com o espaço e o tempo vivenciadas pelas crianças em jogos e brincadeiras na Educação Infantil, por meio do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmas e de sua comunidade, valorizando-se os contextos mais próximos da vida cotidiana. Espera-se que as crianças percebam e compreendam a dinâmica de suas relações sociais e étnico-raciais, identificando-se com a sua comunidade e respeitando os diferentes contextos socioculturais. Ao tratar do conceito de espaço, estimula-se o desenvolvimento das relações espaciais topológicas, projetivas e euclidianas, além do raciocínio geográfico, importantes para o processo de alfabetização cartográfica e a aprendizagem com as várias linguagens (formas de representação e pensamento espacial).

Além disso, pretende-se possibilitar que os estudantes construam sua identidade relacionando-se com o outro (sentido de alteridade); valorizem as suas memórias e marcas do passado vivenciadas em diferentes lugares; e, à medida que se alfabetizam, ampliem a sua compreensão do mundo. Em continuidade, no Ensino Fundamental - Anos Finais, procura-se expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. Dessa forma, o estudo da Geografia constitui-se em uma busca do lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-o em uma categoria mais ampla de sujeito social: a de cidadão ativo, democrático e solidário. Enfim, cidadãos produtos de sociedades localizadas em determinado tempo e espaço, mas também produtores dessas mesmas sociedades, com sua cultura e suas normas.

Em **Conexões e escalas**, a atenção está na articulação de diferentes espaços e escalas de análise, possibilitando que os alunos compreendam as relações existentes entre fatos nos níveis local e global. Portanto, no decorrer do Ensino Fundamental, os alunos precisam compreender as interações multiescalares existentes entre sua vida familiar, seus grupos e espaços de convivência e as interações espaciais mais complexas. A conexão é um princípio da Geografia que estimula a compreensão do que ocorre entre os componentes da sociedade e do meio físico natural. Ela também analisa o que ocorre entre quaisquer elementos que constituem um conjunto na superfície terrestre e que explicam um lugar na sua totalidade. Conexões e escalas explicam os arranjos das paisagens, a localização e a distribuição de diferentes fenômenos e objetos técnicos, por exemplo.

Dessa maneira, desde o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, as crianças compreendem e estabelecem as interações entre sociedade e meio físico natural. No decorrer desse processo, os alunos devem aprender a considerar as escalas de tempo e as periodizações históricas, importantes para a compreensão da produção do espaço geográfico em diferentes sociedades e épocas.

Em **Mundo do trabalho**, abordam-se, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os processos e as técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos. São igualmente abordadas as características das inúmeras atividades e suas funções socioeconômicas nos setores da economia e os processos produtivos agroindustriais, expressos em distintas cadeias produtivas. No Ensino Fundamental – Anos Finais, essa unidade temática ganha relevância: incorpora-se o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo, fator desencadeador de mudanças substanciais nas relações de trabalho, na geração de emprego e na distribuição de renda em diferentes escalas. A Revolução Industrial, a revolução técnico-científico-informacional e a urbanização devem ser associadas às alterações no mundo do trabalho. Nesse sentido, os alunos terão condição de compreender as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho em variados tempos, escalas e processos históricos, sociais e étnico-raciais.

Por sua vez, na unidade temática **Formas de representação e pensamento espacial**, além da ampliação gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, são reunidas aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico. Espera-se que, no decorrer do Ensino Fundamental, os alunos tenham domínio da leitura e elaboração de mapas e gráficos, iniciando-se na alfabetização cartográfica. Fotografias, mapas, esquemas, desenhos, imagens de satélites, audiovisuais, gráficos, entre outras alternativas, são frequentemente utilizados no componente curricular. Quanto mais diversificado for o trabalho com linguagens, maior o repertório construído pelos alunos, ampliando a produção de sentidos na leitura de mundo. Compreender as particularidades de cada linguagem, em suas potencialidades e em suas limitações, conduz ao reconhecimento dos produtos dessas linguagens não como verdades, mas como possibilidades.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os alunos começam, por meio do exercício da localização geográfica, a desenvolver o pensamento espacial, que gradativamente passa a envolver outros princípios metodológicos do raciocínio geográfico, como os de localização, extensão,

correlação, diferenciação e analogia espacial. No Ensino Fundamental – Anos Finais, espera-se que os alunos consigam ler, comparar e elaborar diversos tipos de mapas temáticos, assim como as mais diferentes representações utilizadas como ferramentas da análise espacial. Essa, aliás, deve ser uma preocupação norteadora do trabalho com mapas em Geografia. Eles devem, sempre que possível, servir de suporte para o repertório que faz parte do raciocínio geográfico, fugindo do ensino do mapa pelo mapa, como fim em si mesmo.

Na unidade temática **Natureza, ambientes e qualidade de vida**, busca-se a unidade da geografia, articulando geografia física e geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, destacam-se as noções relativas à percepção do meio físico natural e de seus recursos. Com isso, os alunos podem reconhecer de que forma as diferentes comunidades transformam a natureza, tanto em relação às inúmeras possibilidades de uso ao transformá-la em recursos quanto aos impactos socioambientais delas provenientes. No Ensino Fundamental – Anos Finais, essas noções ganham dimensões conceituais mais complexas, de modo a levar os estudantes a estabelecer relações mais elaboradas, conjugando natureza, ambiente e atividades antrópicas em distintas escalas e dimensões socioeconômicas e políticas. Dessa maneira, torna-se possível a eles conhecer os fundamentos naturais do planeta e as transformações impostas pelas atividades humanas na dinâmica físico-natural, inclusive no contexto urbano e rural.

Em todas essas unidades, destacam-se aspectos relacionados ao **exercício da cidadania** e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, as crianças devem ser desafiadas a reconhecer e comparar as realidades de diversos lugares de vivência, assim como suas semelhanças e diferenças socioespaciais, e a identificar a presença ou ausência de equipamentos públicos e serviços básicos essenciais (como transporte, segurança, saúde e educação). No Ensino Fundamental – Anos Finais, espera-se que os alunos compreendam os processos que resultaram na desigualdade social, assumindo a responsabilidade de transformação da atual realidade, fundamentando suas ações em princípios democráticos, solidários e de justiça. Dessa maneira, possibilita-se o entendimento do que é Geografia, com base nas práticas espaciais, que dizem

respeito às ações espacialmente localizadas de cada indivíduo, considerado como agente social concreto. Ao observar e analisar essas ações, visando a interesses individuais (práticas espaciais), espera-se que os alunos estabeleçam relações de alteridade e de modo de vida em diferentes tempos.

Assim, com o aprendizado de Geografia, os estudantes têm a oportunidade de trabalhar com conceitos que sustentam ideias plurais de natureza, território e territorialidade. Dessa forma, eles podem construir uma base de conhecimentos que incorpora os segmentos sociais culturalmente diferenciados e também os diversos tempos e ritmos naturais.

Essa dimensão conceitual permite que os alunos desenvolvam aproximações e compreensões sobre os saberes científicos – a respeito da natureza, do território e da territorialidade, por exemplo – presentes nas situações cotidianas. Quanto mais um cidadão conhece os elementos físico-naturais e sua apropriação e produção, mais pode ser protagonista autônomo de melhores condições de vida. Trata-se, nessa unidade temática, de desenvolver o conceito de ambiente na perspectiva geográfica, o que se fundamenta na transformação da natureza pelo trabalho humano. Não se trata de transferir o conhecimento científico para o escolar, mas, por meio dele, permitir a compreensão dos processos naturais e da produção da natureza na sociedade capitalista. Nesse sentido, ao compreender o contexto da natureza vivida e apropriada pelos processos socioeconômicos e culturais, os alunos constroem criticidade, fator fundamental de autonomia para a vida fora da escola.

Para tanto, a abordagem dessas unidades temáticas deve ser realizada integradamente, uma vez que a **situação geográfica** não é apenas um pedaço do território, uma área contínua, mas um conjunto de relações. Portanto, a análise de situação resulta da busca de características fundamentais de um lugar na sua relação com outros lugares. Assim, ao se estudarem os objetos de aprendizagem de Geografia, a ênfase do aprendizado é na posição relativa dos objetos no espaço e no tempo, o que exige a compreensão das características de um lugar (localização, extensão, conectividade, entre outras), resultantes das relações com outros lugares. Por causa disso, o entendimento da situação geográfica, pela sua natureza, é o procedimento para o estudo dos objetos de aprendizagem pelos alunos. Em uma mesma atividade a ser desenvolvida pelo professor, os alunos podem mobilizar, ao mesmo tempo, diversas habilidades de diferentes unidades temáticas.

Cumpra-se destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais

se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as competências específicas da área de Ciências Humanas, o componente curricular de Geografia também deve garantir aos alunos o desenvolvimento de **competências específicas**.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE GEOGRAFIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

4.4.1.1.

GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

No contexto da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, será necessário considerar o que as crianças aprenderam na Educação Infantil.

Em seu cotidiano, por exemplo, elas desenham familiares, enumeram relações de parentesco, reconhecem-se em fotos (classificando-as como antigas ou recentes), guardam datas e fatos, sabem a hora de dormir, de ir para a escola, negociam horários, fazem relatos orais, revisitam o passado por meio de jogos, cantigas e brincadeiras ensinadas pelos mais velhos, posicionam-se criticamente sobre determinadas situações, e tantos outros.

Tendo por referência esses conhecimentos das próprias crianças, o estudo da Geografia no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, em articulação com os saberes de outros componentes curriculares e áreas de conhecimento, concorre para o processo de alfabetização e letramento e para o desenvolvimento de diferentes raciocínios.

O estudo da Geografia permite atribuir sentidos às dinâmicas das relações entre pessoas e grupos sociais, e desses com a natureza, nas atividades de trabalho e lazer. É importante, na faixa etária associada a essa fase do Ensino Fundamental, o desenvolvimento da capacidade de leitura por meio de fotos, desenhos, plantas, maquetes e as mais diversas representações. Assim, os alunos desenvolvem a percepção e o domínio do espaço.

Nessa fase, é fundamental que os alunos consigam saber e responder algumas questões a respeito de si, das pessoas e dos objetos: Onde se localiza? Por que se localiza? Como se distribui? Quais são as características socioespaciais? Essas perguntas mobilizam as crianças a pensar sobre a localização de objetos e das pessoas no mundo, permitindo que compreendam seu lugar no mundo.

“Onde se localiza?” é uma indagação que as leva a mobilizar o pensamento espacial e as informações geográficas para interpretar as paisagens e compreender os fenômenos socioespaciais, tendo na alfabetização cartográfica um importante encaminhamento.

“Por que se localiza?” permite a orientação e a aplicação do pensamento espacial em diferentes lugares e escalas de análise.

“Como se distribui?” é uma pergunta que remete ao princípio geográfico de diferenciação espacial, que estimula os alunos a entender o ordenamento territorial e a paisagem, estabelecendo relações entre os conceitos principais da Geografia.

“Quais são as características socioespaciais?” permite que reconheçam a dinâmica da natureza e a interferência humana na superfície terrestre, conhecendo os lugares e estabelecendo conexões entre eles, sejam locais, regionais ou mundiais, além de contribuir para a percepção das temáticas ambientais.

A ênfase nos lugares de vivência, dada no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, oportuniza o desenvolvimento de noções de pertencimento, localização, orientação e organização das experiências e vivências em diferentes locais.

Essas noções são fundamentais para o trato com os conhecimentos geográficos. Mas o aprendizado não deve ficar restrito apenas aos lugares de vivência. Outros conceitos articuladores, como paisagem, região e território, vão se integrando e ampliando as escalas de análise.

De maneira geral, na abordagem dos objetos de conhecimento, é necessário garantir o estabelecimento de relações entre conceitos e fatos que possibilitem o conhecimento da dinâmica do meio físico, social, econômico e político. Dessa forma, deve-se garantir aos alunos a compreensão das características naturais e culturais nas diferentes sociedades e lugares do seu entorno, incluindo a noção espaço-tempo.

Assim, é imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. Do mesmo modo, é necessário que eles diferenciem os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos.

Essas aprendizagens servem de base para o desenvolvimento de atitudes, procedimentos e elaborações conceituais que potencializam o reconhecimento e a construção das identidades e a participação em diferentes grupos sociais.

Esse processo de aprendizado abre caminhos para práticas de estudo provocadoras e desafiadoras, em situações que estimulem a curiosidade, a reflexão e o protagonismo. Pautadas na observação, nas experiências diretas, no desenvolvimento de variadas formas de expressão, registro e problematização, essas práticas envolvem, especialmente, o trabalho de campo.

GEOGRAFIA – 1º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O sujeito e seu lugar no mundo	O modo de vida das crianças em diferentes lugares	
	Situações de convívio em diferentes lugares	
Conexões e escalas	Ciclos naturais e a vida cotidiana	
Mundo do trabalho	Diferentes tipos de trabalho existentes no seu dia a dia	
Formas de representação e pensamento espacial	Pontos de referência	
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Condições de vida nos lugares de vivência	

HABILIDADES

(EF01GE01) Descrever características observadas de seus lugares de vivência (moradia, escola etc.) e identificar semelhanças e diferenças entre esses lugares.

(EF01GE02) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras de diferentes épocas e lugares.

(EF01GE03) Identificar e relatar semelhanças e diferenças de usos do espaço público (praças, parques) para o lazer e diferentes manifestações.

(EF01GE04) Discutir e elaborar, coletivamente, regras de convívio em diferentes espaços (sala de aula, escola etc.).

(EF01GE05) Observar e descrever ritmos naturais (dia e noite, variação de temperatura e umidade etc.) em diferentes escalas espaciais e temporais, comparando a sua realidade com outras.

(EF01GE06) Descrever e comparar diferentes tipos de moradia ou objetos de uso cotidiano (brinquedos, roupas, mobiliários), considerando técnicas e materiais utilizados em sua produção.

(EF01GE07) Descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade.

(EF01GE08) Criar mapas mentais e desenhos com base em itinerários, contos literários, histórias inventadas e brincadeiras.

(EF01GE09) Elaborar e utilizar mapas simples para localizar elementos do local de vivência, considerando referenciais espaciais (frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) e tendo o corpo como referência.

(EF01GE10) Descrever características de seus lugares de vivência relacionadas aos ritmos da natureza (chuva, vento, calor etc.).

(EF01GE11) Associar mudanças de vestuário e hábitos alimentares em sua comunidade ao longo do ano, decorrentes da variação de temperatura e umidade no ambiente.

GEOGRAFIA – 2º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O sujeito e seu lugar no mundo	Convivência e interações entre pessoas na comunidade	
	Riscos e cuidados nos meios de transporte e de comunicação	
Conexões e escalas	Experiências da comunidade no tempo e no espaço	
	Mudanças e permanências	
Mundo do trabalho	Tipos de trabalho em lugares e tempos diferentes	
Formas de representação e pensamento espacial	Localização, orientação e representação espacial	
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Os usos dos recursos naturais: solo e água no campo e na cidade	

HABILIDADES

(EF02GE01) Descrever a história das migrações no bairro ou comunidade em que vive.

(EF02GE02) Comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro ou comunidade em que vive, reconhecendo a importância do respeito às diferenças.

(EF02GE03) Comparar diferentes meios de transporte e de comunicação, indicando o seu papel na conexão entre lugares, e discutir os riscos para a vida e para o ambiente e seu uso responsável.

(EF02GE04) Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares.

(EF02GE05) Analisar mudanças e permanências, comparando imagens de um mesmo lugar em diferentes tempos.

(EF02GE06) Relacionar o dia e a noite a diferentes tipos de atividades sociais (horário escolar, comercial, sono etc.).

(EF02GE07) Descrever as atividades extrativas (minerais, agropecuárias e industriais) de diferentes lugares, identificando os impactos ambientais.

(EF02GE08) Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência.

(EF02GE09) Identificar objetos e lugares de vivência (escola e moradia) em imagens aéreas e mapas (visão vertical) e fotografias (visão oblíqua).

(EF02GE10) Aplicar princípios de localização e posição de objetos (referenciais espaciais, como frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) por meio de representações espaciais da sala de aula e da escola.

(EF02GE11) Reconhecer a importância do solo e da água para a vida, identificando seus diferentes usos (plantação e extração de materiais, entre outras possibilidades) e os impactos desses usos no cotidiano da cidade e do campo.

GEOGRAFIA – 3º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O sujeito e seu lugar no mundo	A cidade e o campo: aproximações e diferenças	
Conexões e escalas	Paisagens naturais e antrópicas em transformação	
Mundo do trabalho	Matéria-prima e indústria	
Formas de representação e pensamento espacial	Representações cartográficas	
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Produção, circulação e consumo	
	Impactos das atividades humanas	

HABILIDADES

- (EF03GE01)** Identificar e comparar aspectos culturais dos grupos sociais de seus lugares de vivência, seja na cidade, seja no campo.
- (EF03GE02)** Identificar, em seus lugares de vivência, marcas de contribuição cultural e econômica de grupos de diferentes origens.
- (EF03GE03)** Reconhecer os diferentes modos de vida de povos e comunidades tradicionais em distintos lugares.
- (EF03GE04)** Explicar como os processos naturais e históricos atuam na produção e na mudança das paisagens naturais e antrópicas nos seus lugares de vivência, comparando-os a outros lugares.
- (EF03GE05)** Identificar alimentos, minerais e outros produtos cultivados e extraídos da natureza, comparando as atividades de trabalho em diferentes lugares.
- (EF03GE06)** Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em diferentes tipos de representação cartográfica.
- (EF03GE07)** Reconhecer e elaborar legendas com símbolos de diversos tipos de representações em diferentes escalas cartográficas.
- (EF03GE08)** Relacionar a produção de lixo doméstico ou da escola aos problemas causados pelo consumo excessivo e construir propostas para o consumo consciente, considerando a ampliação de hábitos de redução, reúso e reciclagem/descarte de materiais consumidos em casa, na escola e/ou no entorno.
- (EF03GE09)** Investigar os usos dos recursos naturais, com destaque para os usos da água em atividades cotidianas (alimentação, higiene, cultivo de plantas etc.), e discutir os problemas ambientais provocados por esses usos.
- (EF03GE10)** Identificar os cuidados necessários para utilização da água na agricultura e na geração de energia de modo a garantir a manutenção do provimento de água potável.
- (EF03GE11)** Comparar impactos das atividades econômicas urbanas e rurais sobre o ambiente físico natural, assim como os riscos provenientes do uso de ferramentas e máquinas.

GEOGRAFIA – 4º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O sujeito e seu lugar no mundo	Território e diversidade cultural	
	Processos migratórios no Brasil	
	Instâncias do poder público e canais de participação social	
Conexões e escalas	Relação campo e cidade	
	Unidades político-administrativas do Brasil	
	Territórios étnico-culturais	
Mundo do trabalho	Trabalho no campo e na cidade	
	Produção, circulação e consumo	
Formas de representação e pensamento espacial	Sistema de orientação	
	Elementos constitutivos dos mapas	
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Conservação e degradação da natureza	

HABILIDADES

(EF04GE01) Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira.

(EF04GE02) Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

(EF04GE03) Distinguir funções e papéis dos órgãos do poder público municipal e canais de participação social na gestão do Município, incluindo a Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais.

(EF04GE04) Reconhecer especificidades e analisar a interdependência do campo e da cidade, considerando fluxos econômicos, de informações, de ideias e de pessoas.

(EF04GE05) Distinguir unidades político-administrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia, localizando seus lugares de vivência.

(EF04GE06) Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios.

(EF04GE07) Comparar as características do trabalho no campo e na cidade.

(EF04GE08) Descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias-primas), circulação e consumo de diferentes produtos.

(EF04GE09) Utilizar as direções cardeais na localização de componentes físicos e humanos nas paisagens rurais e urbanas.

(EF04GE10) Comparar tipos variados de mapas, identificando suas características, elaboradores, finalidades, diferenças e semelhanças.

(EF04GE11) Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.

GEOGRAFIA – 5º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O sujeito e seu lugar no mundo	Dinâmica populacional	
	Diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais	
Conexões e escalas	Território, redes e urbanização	
Mundo do trabalho	Trabalho e inovação tecnológica	
Formas de representação e pensamento espacial	Mapas e imagens de satélite	
	Representação das cidades e do espaço urbano	
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Qualidade ambiental	
	Diferentes tipos de poluição	
	Gestão pública da qualidade de vida	

HABILIDADES

- (EF05GE01)** Descrever e analisar dinâmicas populacionais na Unidade da Federação em que vive, estabelecendo relações entre migrações e condições de infraestrutura.
- (EF05GE02)** Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios.
- (EF05GE03)** Identificar as formas e funções das cidades e analisar as mudanças sociais, econômicas e ambientais provocadas pelo seu crescimento.
- (EF05GE04)** Reconhecer as características da cidade e analisar as interações entre a cidade e o campo e entre cidades na rede urbana.
- (EF05GE05)** Identificar e comparar as mudanças dos tipos de trabalho e desenvolvimento tecnológico na agropecuária, na indústria, no comércio e nos serviços.
- (EF05GE06)** Identificar e comparar transformações dos meios de transporte e de comunicação.
- (EF05GE07)** Identificar os diferentes tipos de energia utilizados na produção industrial, agrícola e extrativa e no cotidiano das populações.
- (EF05GE08)** Analisar transformações de paisagens nas cidades, comparando sequência de fotografias, fotografias aéreas e imagens de satélite de épocas diferentes.
- (EF05GE09)** Estabelecer conexões e hierarquias entre diferentes cidades, utilizando mapas temáticos e representações gráficas.
- (EF05GE10)** Reconhecer e comparar atributos da qualidade ambiental e algumas formas de poluição dos cursos de água e dos oceanos (esgotos, efluentes industriais, marés negras etc.).
- (EF05GE11)** Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do patrimônio histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas.
- (EF05GE12)** Identificar órgãos do poder público e canais de participação social responsáveis por buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida (em áreas como meio ambiente, mobilidade, moradia e direito à cidade) e discutir as propostas implementadas por esses órgãos que afetam a comunidade em que vive.

4.4.1.2.

GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

Nessa fase final do Ensino Fundamental, pretende-se garantir a continuidade e a progressão das aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais em níveis crescentes de complexidade da compreensão conceitual a respeito da produção do espaço. Para tanto, é preciso que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre o uso do espaço em diferentes situações geográficas regidas por normas e leis historicamente instituídas, compreendendo a transformação do espaço em território usado – espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder, considerando também o espaço virtual proporcionado pela rede mundial de computadores e das geotecnologias. Desenvolvendo a análise em diferentes escalas, espera-se que os estudantes demonstrem capacidade não apenas de visualização, mas que relacionem e entendam espacialmente os fatos e fenômenos, os objetos técnicos e o ordenamento do território usado.

Para tanto, no 6º ano, propõe-se a retomada da identidade sociocultural, do reconhecimento dos lugares de vivência e da necessidade do estudo sobre os diferentes e desiguais usos do espaço, para uma tomada de consciência sobre a escala da interferência humana no planeta. Aborda-se também o desenvolvimento de conceitos estruturantes do meio físico natural, destacadamente, as relações entre os fenômenos no decorrer dos tempos da natureza e as profundas alterações ocorridas no tempo social. Ambas são responsáveis pelas significativas transformações do meio e pela produção do espaço geográfico, fruto da ação humana sobre o planeta e sobre seus elementos reguladores.

Trata-se, portanto, de compreender o conceito de natureza; as disputas por recursos e territórios que expressam conflitos entre os modos de vida das sociedades originárias e/ou tradicionais; e o avanço do capital, todos retratados na paisagem local e representados em diferentes linguagens, entre elas o mapa temático. O entendimento dos conceitos de paisagem e transformação é necessário para que os alunos compreendam o processo de evolução dos seres humanos e das diversas formas de ocupação espacial em diferentes épocas. Nesse sentido, espera-se que eles compreendam o papel de diferentes povos e civilizações na produção do espaço e na transformação da interação sociedade/natureza.

No 7º ano, os objetos de conhecimento abordados partem da formação territorial do Brasil, sua dinâmica sociocultural, econômica e política. Objetiva-se o aprofundamento e a compreensão dos conceitos de Estado-nação e formação territorial, e também dos que envolvem a dinâmica físico-natural, sempre articulados às ações humanas no uso do território. Espera-se que os alunos compreendam e relacionem as possíveis conexões existentes entre os componentes físico-naturais e as múltiplas escalas de análise, como também entendam o processo socioespacial da formação territorial do Brasil e analisem as transformações no federalismo brasileiro e os usos desiguais do território.

Nesse contexto, as discussões relativas à formação territorial contribuem para a aprendizagem a respeito da formação da América Latina, em especial da América portuguesa, que são apresentadas no contexto do estudo da geografia brasileira. Ressalta-se que o conceito de região faz parte das situações geográficas que necessitam ser desenvolvidas para o entendimento da formação territorial brasileira.

Nos dois últimos anos do Ensino Fundamental – Anos Finais, o estudo da Geografia se concentra no espaço mundial. Para isso, parte da compreensão de que, na realidade atual, a divisão internacional do trabalho e a distribuição da riqueza tornaram-se muito mais fluídas e complexas do ponto de vista das interações espaciais e das redes de interdependência em diferentes escalas. Por esse motivo, no estudo dos países de diferentes continentes (América, Europa, Ásia, África e Oceania), são tematizadas as dimensões da política, da cultura e da economia.

Nessa direção, explora-se, no 8º ano, uma análise mais profunda dos conceitos de território e região, por meio dos estudos da América e da África. Pretende-se, com as possíveis análises, que os estudantes possam compreender a formação dos Estados Nacionais e as implicações na ocupação e nos usos do território americano e africano. As relações entre como ocorreram as ocupações e as formações territoriais dos países podem ser analisadas por meio de comparações, por exemplo, de países africanos com países latino-americanos, inserindo, nesse contexto, o processo socioeconômico brasileiro. Destaca-se também a relevância do estudo da América do Norte, com ênfase no papel dos Estados Unidos da América na economia do pós-guerra e em sua participação na geopolítica mundial na contemporaneidade. Nos estudos regionais, sejam da América, sejam da África, as informações geográficas são fundamentais para analisar geoespacialmente os dados econômicos, culturais e socioambientais – tais como GINI, IDH, saneamento

básico, moradia, entre outros –, comparando-os com eventos de pequenas e grandes magnitudes, como terremotos, *tsunamis* e desmoronamentos devidos a chuvas intensas e falta da cobertura vegetal. Considera-se que os estudantes precisam conhecer as diferentes concepções dos usos dos territórios, tendo como referência diferentes contextos sociais, geopolíticos e ambientais, por meio de conceitos como classe social, modo de vida, paisagem e elementos físicos naturais, que contribuem para uma aprendizagem mais significativa, estimulando o entendimento das abordagens complexas da realidade, incluindo a leitura de representações cartográficas e a elaboração de mapas e croquis.

Por fim, no 9º ano, é dada atenção para a constituição da nova (des)ordem mundial e a emergência da globalização/mundialização, assim como suas consequências. Por conta do estudo do papel da Europa na dinâmica econômica e política, é necessário abordar a visão de mundo do ponto de vista do Ocidente, especialmente dos países europeus, desde a expansão marítima e comercial, consolidando o Sistema Colonial em diferentes regiões do mundo. É igualmente importante abordar outros pontos de vista, seja o dos países asiáticos na sua relação com o Ocidente, seja o dos colonizados, com destaque para o papel econômico e cultural da China, do Japão, da Índia e do Oriente Médio. Entender a dimensão sociocultural e geopolítica da Eurásia na formação e constituição do Estado Moderno e nas disputas territoriais possibilita uma aprendizagem com ênfase no processo geo-histórico, ampliando e aprofundando as análises geopolíticas, por meio das situações geográficas que contextualizam os temas da geografia regional.

Espera-se, assim, que o estudo da Geografia no Ensino Fundamental – Anos Finais possa contribuir para o delineamento do projeto de vida dos jovens alunos, de modo que eles compreendam a produção social do espaço e a transformação do espaço em território usado. Anseia-se, também, que entendam o papel do Estado-nação em um período histórico cuja inovação tecnológica é responsável por grandes transformações socioespaciais, acentuando ainda mais a necessidade de que possam conjecturar as alternativas de uso do território e as possibilidades de seus próprios projetos para o futuro. Espera-se, também, que, nesses estudos, sejam utilizadas diferentes representações cartográficas e linguagens para que os estudantes possam, por meio delas, entender o território, as territorialidades e o ordenamento territorial em diferentes escalas de análise.

GEOGRAFIA – 6º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	
Conexões e escalas	Relações entre os componentes físico-naturais	
Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas	
Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras	
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade e ciclo hidrológico	
	Atividades humanas e dinâmica climática	

HABILIDADES

(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.

(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.

(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.

(EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.

(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.

(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.

(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.

(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.

(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.

(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares.

(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.

(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.

(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).

GEOGRAFIA – 7º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O sujeito e seu lugar no mundo	Ideias e concepções sobre a formação territorial do Brasil	
Conexões e escalas	Formação territorial do Brasil	
	Características da população brasileira	
Mundo do trabalho	Produção, circulação e consumo de mercadorias	
	Desigualdade social e o trabalho	
Formas de representação e pensamento espacial	Mapas temáticos do Brasil	
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade brasileira	

HABILIDADES

(EF07GE01) Avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil.

(EF07GE02) Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.

(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.

(EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.

(EF07GE05) Analisar fatos e situações representativas das alterações ocorridas entre o período mercantilista e o advento do capitalismo.

(EF07GE06) Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares.

(EF07GE07) Analisar a influência e o papel das redes de transporte e comunicação na configuração do território brasileiro.

(EF07GE08) Estabelecer relações entre os processos de industrialização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro.

(EF07GE09) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais.

(EF07GE10) Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras.

(EF07GE11) Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucária).

(EF07GE12) Comparar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

GEOGRAFIA – 8º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O sujeito e seu lugar no mundo	Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais	
	Diversidade e dinâmica da população mundial e local	
Conexões e escalas	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial	

HABILIDADES

(EF08GE01) Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes.

(EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial.

(EF08GE03) Analisar aspectos representativos da dinâmica demográfica, considerando características da população (perfil etário, crescimento vegetativo e mobilidade espacial).

(EF08GE04) Compreender os fluxos de migração na América Latina (movimentos voluntários e forçados, assim como fatores e áreas de expulsão e atração) e as principais políticas migratórias da região.

(EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra.

(EF08GE06) Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos.

(EF08GE07) Analisar os impactos geoeconômicos, geoestratégicos e geopolíticos da ascensão dos Estados Unidos da América no cenário internacional em sua posição de liderança global e na relação com a China e o Brasil.

(EF08GE08) Analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra.

(EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

(EF08GE10) Distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, no campo e na cidade, comparando com outros movimentos sociais existentes nos países latino-americanos.

(EF08GE11) Analisar áreas de conflito e tensões nas regiões de fronteira do continente latino-americano e o papel de organismos internacionais e regionais de cooperação nesses cenários.

(EF08GE12) Compreender os objetivos e analisar a importância dos organismos de integração do território americano (Mercosul, OEA, OEI, Nafta, Unasul, Alba, Comunidade Andina, Aladi, entre outros).

GEOGRAFIA – 8º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Mundo do trabalho	Os diferentes contextos e os meios técnico e tecnológico na produção	
	Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina	
Formas de representação e pensamento espacial	Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África	
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Identities e interculturalidades regionais: Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África	
	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina	

HABILIDADES

(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África.

(EF08GE14) Analisar os processos de desconcentração, descentralização e recentralização das atividades econômicas a partir do capital estadunidense e chinês em diferentes regiões no mundo, com destaque para o Brasil.

(EF08GE15) Analisar a importância dos principais recursos hídricos da América Latina (Aquífero Guarani, Bacias do rio da Prata, do Amazonas e do Orinoco, sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes, entre outros) e discutir os desafios relacionados à gestão e comercialização da água.

(EF08GE16) Analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas relacionadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho.

(EF08GE17) Analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de riscos.

(EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América.

(EF08GE19) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfoses geográficas com informações geográficas acerca da África e América.

(EF08GE20) Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos.

(EF08GE21) Analisar o papel ambiental e territorial da Antártica no contexto geopolítico, sua relevância para os países da América do Sul e seu valor como área destinada à pesquisa e à compreensão do ambiente global.

(EF08GE22) Identificar os principais recursos naturais dos países da América Latina, analisando seu uso para a produção de matéria-prima e energia e sua relevância para a cooperação entre os países do Mercosul.

(EF08GE23) Identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia.

(EF08GE24) Analisar as principais características produtivas dos países latino-americanos (como exploração mineral na Venezuela; agricultura de alta especialização e exploração mineira no Chile; circuito da carne nos pampas argentinos e no Brasil; circuito da cana-de-açúcar em Cuba; polígono industrial do sudeste brasileiro e plantações de soja no centro-oeste; maquiladoras mexicanas, entre outros).

GEOGRAFIA – 9º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O sujeito e seu lugar no mundo	A hegemonia europeia na economia, na política e na cultura	
	Corporações e organismos internacionais	
	As manifestações culturais na formação populacional	
Conexões e escalas	Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização	
	A divisão do mundo em Ocidente e Oriente	
	Intercâmbios históricos e culturais entre Europa, Ásia e Oceania	
Mundo do trabalho	Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial	
	Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas	

HABILIDADES

(EF09GE01) Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflito, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes tempos e lugares.

(EF09GE02) Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade.

(EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças.

(EF09GE04) Relacionar diferenças de paisagens aos modos de viver de diferentes povos na Europa, Ásia e Oceania, valorizando identidades e interculturalidades regionais.

(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização.

(EF09GE06) Associar o critério de divisão do mundo em Ocidente e Oriente com o Sistema Colonial implantado pelas potências europeias.

(EF09GE07) Analisar os componentes físico-naturais da Eurásia e os determinantes histórico-geográficos de sua divisão em Europa e Ásia.

(EF09GE08) Analisar transformações territoriais, considerando o movimento de fronteiras, tensões, conflitos e múltiplas regionalidades na Europa, na Ásia e na Oceania.

(EF09GE09) Analisar características de países e grupos de países europeus, asiáticos e da Oceania em seus aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir suas desigualdades sociais e econômicas e pressões sobre seus ambientes físico-naturais.

(EF09GE10) Analisar os impactos do processo de industrialização na produção e circulação de produtos e culturas na Europa, na Ásia e na Oceania.

(EF09GE11) Relacionar as mudanças técnicas e científicas decorrentes do processo de industrialização com as transformações no trabalho em diferentes regiões do mundo e suas consequências no Brasil.

(EF09GE12) Relacionar o processo de urbanização às transformações da produção agropecuária, à expansão do desemprego estrutural e ao papel crescente do capital financeiro em diferentes países, com destaque para o Brasil.

(EF09GE13) Analisar a importância da produção agropecuária na sociedade urbano-industrial ante o problema da desigualdade mundial de acesso aos recursos alimentares e à matéria-prima.

GEOGRAFIA – 9º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Formas de representação e pensamento espacial	Leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para analisar informações geográficas	
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na Europa, na Ásia e na Oceania	

HABILIDADES

(EF09GE14) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfoses geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais.

(EF09GE15) Comparar e classificar diferentes regiões do mundo com base em informações populacionais, econômicas e socioambientais representadas em mapas temáticos e com diferentes projeções cartográficas.

(EF09GE16) Identificar e comparar diferentes domínios morfoclimáticos da Europa, da Ásia e da Oceania.

(EF09GE17) Explicar as características físico-naturais e a forma de ocupação e usos da terra em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da Oceania.

(EF09GE18) Identificar e analisar as cadeias industriais e de inovação e as consequências dos usos de recursos naturais e das diferentes fontes de energia (tais como termoelétrica, hidrelétrica, eólica e nuclear) em diferentes países.

4.4.2. HISTÓRIA

Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambas expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico.

As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual.

A relação passado/presente não se processa de forma automática, pois exige o conhecimento de referências teóricas capazes de trazer inteligibilidade aos objetos históricos selecionados. Um objeto só se torna documento quando apropriado por um narrador que a ele confere sentido, tornando-o capaz de expressar a dinâmica da vida das sociedades. Portanto, o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais. Nesse sentido, “O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica.”⁴⁷

A história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões.

O exercício do “fazer história”, de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um “Outro”, às vezes semelhante, muitas vezes diferente.

47 MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Depois, alarga-se ainda mais em direção a outros povos, com seus usos e costumes específicos. Por fim, parte-se para o mundo, sempre em movimento e transformação. Em meio a inúmeras combinações dessas variáveis – do Eu, do Outro e do Nós –, inseridas em tempos e espaços específicos, indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação.

Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos.

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história.

A utilização de objetos materiais pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Por meio dessa prática, docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental.

Os **processos** de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento.

De que material é feito o objeto em questão? Como é produzido? Para que serve? Quem o consome? Seu significado se alterou no tempo e no espaço? Como cada indivíduo descreve o mesmo objeto? Os procedimentos de análise utilizados são sempre semelhantes ou não? Por quê? Essas perguntas auxiliam a **identificação** de uma questão ou objeto a ser estudado.

Diferentes formas de percepção e interação com um mesmo objeto podem favorecer uma melhor compreensão da história, das mudanças ocorridas no tempo, no espaço e, especialmente, nas relações sociais. O pilão, por exemplo, serviu para preparar a comida e, posteriormente, transformou-se em objeto de decoração. Que significados o pilão carrega? Que sociedade o produziu? Quem o utilizava e o utiliza? Qual era a sua utilidade na cozinha? Que novos significados lhe são atribuídos? Por quê?

A **comparação** em história faz ver melhor o Outro. Se o tema for, por exemplo, pintura corporal, a comparação entre pinturas de povos indígenas originários e de populações urbanas pode ser bastante esclarecedora quanto ao funcionamento das diferentes sociedades. Indagações sobre, por exemplo, as origens das tintas utilizadas, os instrumentos para a realização da pintura e o tempo de duração dos desenhos no corpo esclarecem sobre os deslocamentos necessários para a obtenção de tinta, as classificações sociais sugeridas pelos desenhos ou, ainda, a natureza da comunicação contida no desenho corporal. Por meio de uma outra linguagem, por exemplo, a matemática, podemos comparar para ver melhor semelhanças e diferenças, elaborando gráficos e tabelas, comparando quantidades e proporções (mortalidade infantil, renda, postos de trabalho etc.) e, também, analisando possíveis desvios das informações contidas nesses gráficos e tabelas.

A **contextualização** é uma tarefa imprescindível para o conhecimento histórico. Com base em níveis variados de exigência, das operações mais simples às mais elaboradas, os alunos devem ser instigados a aprender a contextualizar. Saber localizar momentos e lugares específicos de um evento, de um discurso ou de um registro das atividades humanas é tarefa fundamental para evitar atribuição de sentidos e significados não condizentes com uma determinada época, grupo social, comunidade ou território. Portanto, os estudantes devem identificar, em um contexto, o momento em que uma circunstância histórica é analisada e as condições específicas daquele momento, inserindo o evento em um quadro mais amplo de referências sociais, culturais e econômicas.

Distinguir contextos e localizar processos, sem deixar de lado o que é particular em uma dada circunstância, é uma habilidade necessária e enriquecedora. Ela estimula a percepção de que povos e sociedades, em tempos e espaços diferentes, não são tributários dos mesmos valores e princípios da atualidade.

O exercício da **interpretação** – de um texto, de um objeto, de uma obra literária, artística ou de um mito – é fundamental na formação do pensamento crítico. Exige observação e conhecimento da estrutura do objeto e das suas relações com modelos e formas (semelhantes ou diferentes) inseridas no tempo e no espaço. Interpretações variadas sobre um

mesmo objeto tornam mais clara, explícita, a relação sujeito/objeto e, ao mesmo tempo, estimulam a identificação das hipóteses levantadas e dos argumentos selecionados para a comprovação das diferentes proposições. Um exemplo claro são as pinturas de El Greco. Para alguns especialistas, tratam-se de obras que abandonam as exigências de nitidez e harmonia típicas de uma gramática acadêmica renascentista com a qual o pintor quis romper; para outros, tais características são resultado de estrabismo ou astigmatismo do olho direito do pintor.

O exercício da interpretação também permite compreender o significado histórico de uma cronologia e realizar o exercício da composição de outras ordens cronológicas. Essa prática explicita a dialética da inclusão e da exclusão e dá visibilidade ao seguinte questionamento: “O que torna um determinado evento um marco histórico?” Entre os debates que merecem ser enunciados, destacam-se as dicotomias entre Ocidente e Oriente e os modelos baseados na sequência temporal de surgimento, auge e declínio. Ambos pretendem dar conta de explicações para questões históricas complexas. De um lado, a longa existência de tensões (sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas) entre sociedades ocidentais e orientais; de outro, a busca pela compreensão dos modos de organização das várias sociedades que se sucederam ao longo da história.

A **análise** é uma habilidade bastante complexa porque pressupõe problematizar a própria escrita da história e considerar que, apesar do esforço de organização e de busca de sentido, trata-se de uma atividade em que algo sempre escapa. Segundo Hannah Arendt⁴⁸, trata-se de um saber lidar com o mundo, fruto de um processo iniciado ao nascer e que só se completa com a morte. Nesse sentido, ele é impossível de ser concluído e incapaz de produzir resultados finais, exigindo do sujeito uma compreensão estética e, principalmente, ética do objeto em questão.

Nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a **autonomia de pensamento** e a capacidade de reconhecer que **os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem**, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.

A busca de autonomia também exige reconhecimento das **bases da epistemologia da História**, a saber: a **natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento**, o conceito de **tempo histórico** em seus diferentes ritmos e durações, a concepção de **documento** como suporte das

48 ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

relações sociais, as várias **linguagens** por meio das quais o ser humano se apropria do mundo. Enfim, percepções capazes de responder aos desafios da prática historiadora presente dentro e fora da sala de aula.

Todas essas considerações de ordem teórica devem considerar a experiência dos alunos e professores, tendo em vista a realidade social e o universo da comunidade escolar, bem como seus referenciais históricos, sociais e culturais. Ao promover a diversidade de análises e proposições, espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa. Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades.

A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber.

Problematizando a ideia de um “Outro”, convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia.

Por todas as razões apresentadas, espera-se que o **conhecimento histórico** seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive.

Retornando ao ambiente escolar, a BNCC pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, eles próprios devem assumir uma **atitude historiadora** diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental.

Cumprando destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as competências específicas da área de Ciências Humanas, o componente curricular de História deve garantir aos alunos o desenvolvimento de **competências específicas**.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

4.4.2.1.

HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

A BNCC de História no Ensino Fundamental - Anos Iniciais contempla, antes de mais nada, a construção do sujeito. O processo tem início quando a criança toma consciência da existência de um “Eu” e de um “Outro”. O exercício de separação dos sujeitos é um método de conhecimento, uma maneira pela qual o indivíduo toma consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social.

Esse processo de constituição do sujeito é longo e complexo. Os indivíduos desenvolvem sua percepção de si e do outro em meio a vivências cotidianas, identificando o seu lugar na família, na escola e no espaço em que vivem. O aprendizado, ao longo do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, torna-se mais complexo à medida que o sujeito reconhece que existe um “Outro” e que cada um apreende o mundo de forma particular. A percepção da distância entre objeto e pensamento é um passo necessário para a autonomia do sujeito, tomado como produtor de diferentes linguagens. É ela que funda a relação do sujeito com a sociedade. Nesse sentido, a História depende das linguagens com as quais os seres humanos se comunicam, entram em conflito e negociam.

A existência de diferentes linguagens pode ser explicada pela análise, por exemplo, de sistemas numéricos utilizados por distintas culturas. Compreender a enorme variedade de sistemas (com base um, com base dois, com base dez etc.) é um bom exercício, assim como refletir sobre as ideias de adição, subtração, multiplicação e divisão, evitando um olhar universalizante para os números.

Em determinadas culturas, o número usado para contar seres humanos pode ser diferente do número que se usa para contar mandiocas, como acontece com os membros da etnia palikur. O que isso significa? Se na tradição de matriz grega, a unidade é o um (1), para muitos povos indígenas originários, a unidade é o dois (2). Para os xavantes, por exemplo, a ideia de paridade é um princípio ordenador, pois em torno dela existe uma espécie de modelagem do mundo. Identificar essas diferenças significa tomar consciência de que existem várias formas de apreensão da realidade.

Não são apenas os sistemas numéricos que explicam variações de linguagem. Existem inúmeras maneiras de se comunicar por meio de expressões corporais, sonoras ou gustativas – como o que se come ou não se come. No Brasil, por exemplo, não se comem cachorros; prefere-se carne de vaca ou uma dieta à base de vegetais. Por quê? E a cobra, é uma boa opção para quem? Essas descobertas simples resultam em um aprimoramento dos mecanismos de comunicação e se constituem, posteriormente, no substrato para a elaboração do diálogo e da resolução de conflitos.

Aprender a identificar códigos variados é tarefa necessária para o desenvolvimento da cognição, comunicação e socialização, competências essenciais para o viver em sociedade.

Retomando as grandes temáticas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, pode-se dizer que, do 1º ao 5º ano, as habilidades trabalham com diferentes graus de complexidade, mas o objetivo primordial é o reconhecimento do “Eu”, do “Outro” e do “Nós”. Há uma ampliação de escala e de percepção, mas o que se busca, de início, é o conhecimento de si, das referências imediatas do círculo pessoal, da noção de comunidade e da vida em sociedade. Em seguida, por meio da relação diferenciada entre sujeitos e objetos, é possível separar o “Eu” do “Outro”. Esse é o ponto de partida.

No 3º e no 4º ano contemplam-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural. Nesse momento, também são analisados processos mais longínquos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos.

Essa análise se amplia no 5º ano, cuja ênfase está em pensar a diversidade dos povos e culturas e suas formas de organização. A noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos.

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos.

Convém observar que é pressuposto dos objetos de conhecimento, no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, analisar como o sujeito se aprimorou na **pólis**, tanto do ponto de vista político quanto ético. Entretanto, respondendo aos desafios contemporâneos marcados por grandes movimentos populacionais e pela globalização, considerou-se uma nova dimensão para o projeto pedagógico.

Nessa perspectiva, emerge um sujeito coletivo mais desenraizado, seja por contingências históricas (migrações), seja, ainda, em razão de viver em uma época em que se buscam múltiplos referenciais identitários que questionam as antigas construções do ideário do Estado-nação. Seja como for, em ambos os casos, os indivíduos devem se preparar para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

HISTÓRIA – 1º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade (passado, presente, futuro)	
	As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade	
	A escola e a diversidade do grupo social envolvido	
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	A vida em casa, a vida na escola e formas de representação social e espacial: os jogos e brincadeiras como forma de interação social e espacial	
	A vida em família: diferentes configurações e vínculos	
	A escola, sua representação espacial, sua história e seu papel na comunidade	

HABILIDADES

(EF01HI01) Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.

(EF01HI02) Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade.

(EF01HI03) Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade.

(EF01HI04) Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade), reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.

(EF01HI05) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras atuais e de outras épocas e lugares.

(EF01HI06) Conhecer as histórias da família e da escola e identificar o papel desempenhado por diferentes sujeitos em diferentes espaços.

(EF01HI07) Identificar mudanças e permanências nas formas de organização familiar.

(EF01HI08) Reconhecer o significado das comemorações e festas escolares, diferenciando-as das datas festivas comemoradas no âmbito familiar ou da comunidade.

HISTÓRIA – 2º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
A comunidade e seus registros	A noção do “Eu” e do “Outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas	
	A noção do “Eu” e do “Outro”: registros de experiências pessoais e da comunidade no tempo e no espaço	
	Formas de registrar e narrar histórias (marcos de memória materiais e imateriais)	
	O tempo como medida	
As formas de registrar as experiências da comunidade	As fontes: relatos orais, objetos, imagens (pinturas, fotografias, vídeos), músicas, escrita, tecnologias digitais de informação e comunicação e inscrições nas paredes, ruas e espaços sociais	
O trabalho e a sustentabilidade na comunidade	A sobrevivência e a relação com a natureza	

HABILIDADES

(EF02HI01) Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco.

(EF02HI02) Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades.

(EF02HI03) Selecionar situações cotidianas que remetam à percepção de mudança, pertencimento e memória.

(EF02HI04) Selecionar e compreender o significado de objetos e documentos pessoais como fontes de memórias e histórias nos âmbitos pessoal, familiar, escolar e comunitário.

(EF02HI05) Selecionar objetos e documentos pessoais e de grupos próximos ao seu convívio e compreender sua função, seu uso e seu significado.

(EF02HI06) Identificar e organizar, temporalmente, fatos da vida cotidiana, usando noções relacionadas ao tempo (antes, durante, ao mesmo tempo e depois).

(EF02HI07) Identificar e utilizar diferentes marcadores do tempo presentes na comunidade, como relógio e calendário.

(EF02HI08) Compilar histórias da família e/ou da comunidade registradas em diferentes fontes.

(EF02HI09) Identificar objetos e documentos pessoais que remetam à própria experiência no âmbito da família e/ou da comunidade, discutindo as razões pelas quais alguns objetos são preservados e outros são descartados.

(EF02HI10) Identificar diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive, seus significados, suas especificidades e importância.

(EF02HI11) Identificar impactos no ambiente causados pelas diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive.

HISTÓRIA – 3º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município	O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive	
	Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive	
O lugar em que vive	A produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)	
	A produção dos marcos da memória: formação cultural da população	
	A produção dos marcos da memória: a cidade e o campo, aproximações e diferenças	
A noção de espaço público e privado	A cidade, seus espaços públicos e privados e suas áreas de conservação ambiental	
	A cidade e suas atividades: trabalho, cultura e lazer	

HABILIDADES

(EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc.

(EF03HI02) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive.

(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.

(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.

(EF03HI05) Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados.

(EF03HI06) Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes.

(EF03HI07) Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam.

(EF03HI08) Identificar modos de vida na cidade e no campo no presente, comparando-os com os do passado.

(EF03HI09) Mapear os espaços públicos no lugar em que vive (ruas, praças, escolas, hospitais, prédios da Prefeitura e da Câmara de Vereadores etc.) e identificar suas funções.

(EF03HI10) Identificar as diferenças entre o espaço doméstico, os espaços públicos e as áreas de conservação ambiental, compreendendo a importância dessa distinção.

(EF03HI11) Identificar diferenças entre formas de trabalho realizadas na cidade e no campo, considerando também o uso da tecnologia nesses diferentes contextos.

(EF03HI12) Comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e espaços, analisando mudanças e permanências.

HISTÓRIA – 4º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos	A ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura, escrita, navegações, indústria, entre outras	
	O passado e o presente: a noção de permanência e as lentas transformações sociais e culturais	
Circulação de pessoas, produtos e culturas	A circulação de pessoas e as transformações no meio natural	
	A invenção do comércio e a circulação de produtos	
	As rotas terrestres, fluviais e marítimas e seus impactos para a formação de cidades e as transformações do meio natural	
	O mundo da tecnologia: a integração de pessoas e as exclusões sociais e culturais	
As questões históricas relativas às migrações	O surgimento da espécie humana no continente africano e sua expansão pelo mundo	
	Os processos migratórios para a formação do Brasil: os grupos indígenas, a presença portuguesa e a diáspora forçada dos africanos Os processos migratórios do final do século XIX e início do século XX no Brasil As dinâmicas internas de migração no Brasil a partir dos anos 1960	

HABILIDADES

- (EF04HI01)** Reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo.
- (EF04HI02)** Identificar mudanças e permanências ao longo do tempo, discutindo os sentidos dos grandes marcos da história da humanidade (nomadismo, desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, criação da indústria etc.).
- (EF04HI03)** Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente.
- (EF04HI04)** Identificar as relações entre os indivíduos e a natureza e discutir o significado do nomadismo e da fixação das primeiras comunidades humanas.
- (EF04HI05)** Relacionar os processos de ocupação do campo a intervenções na natureza, avaliando os resultados dessas intervenções.
- (EF04HI06)** Identificar as transformações ocorridas nos processos de deslocamento das pessoas e mercadorias, analisando as formas de adaptação ou marginalização.
- (EF04HI07)** Identificar e descrever a importância dos caminhos terrestres, fluviais e marítimos para a dinâmica da vida comercial.
- (EF04HI08)** Identificar as transformações ocorridas nos meios de comunicação (cultura oral, imprensa, rádio, televisão, cinema, internet e demais tecnologias digitais de informação e comunicação) e discutir seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.
- (EF04HI09)** Identificar as motivações dos processos migratórios em diferentes tempos e espaços e avaliar o papel desempenhado pela migração nas regiões de destino.
- (EF04HI10)** Analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.
- (EF04HI11)** Analisar, na sociedade em que vive, a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional).

HISTÓRIA – 5º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	O que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados	
	As formas de organização social e política: a noção de Estado	
	O papel das religiões e da cultura para a formação dos povos antigos	
	Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas	
Registros da história: linguagens e culturas	As tradições orais e a valorização da memória O surgimento da escrita e a noção de fonte para a transmissão de saberes, culturas e histórias	
	Os patrimônios materiais e imateriais da humanidade	

HABILIDADES

(EF05HI01) Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado.

(EF05HI02) Identificar os mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social.

(EF05HI03) Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos.

(EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.

(EF05HI05) Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.

(EF05HI06) Comparar o uso de diferentes linguagens e tecnologias no processo de comunicação e avaliar os significados sociais, políticos e culturais atribuídos a elas.

(EF05HI07) Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.

(EF05HI08) Identificar formas de marcação da passagem do tempo em distintas sociedades, incluindo os povos indígenas originários e os povos africanos.

(EF05HI09) Comparar pontos de vista sobre temas que impactam a vida cotidiana no tempo presente, por meio do acesso a diferentes fontes, incluindo orais.

(EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.

4.4.2.2.

HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

O processo de ensino e aprendizagem da História no Ensino Fundamental – Anos Finais está pautado por três **procedimentos básicos**:

1. Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico.
2. Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens.
3. Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias.

O **primeiro procedimento** implica o uso de uma forma de registro de memória, a cronológica, constituída por meio de uma seleção de eventos históricos consolidados na cultura historiográfica contemporânea. A cronologia deve ser pensada como um instrumento compartilhado por professores de História com vistas à problematização da proposta, justificção do sentido (contido no sequenciamento) e discussão dos significados dos eventos selecionados por diferentes culturas e sociedades. O ensino de História se justifica na relação do presente com o passado, valorizando o tempo vivido pelo estudante e seu protagonismo, para que ele possa participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A sistematização dos **eventos** é consoante com as noções de **tempo** (medida e datação) e de **espaço** (concebido como lugar produzido pelo ser humano em sua relação com a natureza). Os eventos selecionados permitem a constituição de uma visão global da história, palco das relações entre o Brasil, a Europa, o restante da América, a África e a Ásia ao longo dos séculos. A valorização da história da África e

das culturas afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/2003⁴⁹ e Lei nº 11.645/2008⁵⁰) ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração. Ao mesmo tempo, são objetos de conhecimento os processos de inclusão/exclusão dessas populações nas recém-formadas nações do Brasil e da América ao longo dos séculos XIX e XX.

Se a ênfase no Ensino Fundamental - Anos Iniciais está na compreensão do tempo e do espaço, no sentido de pertencimento a uma comunidade, no Ensino Fundamental - Anos Finais a dimensão espacial e temporal vincula-se à **mobilidade das populações** e suas diferentes formas de inserção ou marginalização nas sociedades estudadas. Propõe-se, assim, o desenvolvimento de habilidades com um maior número de variáveis, tais como contextualização, comparação, interpretação e proposição de soluções.

A presença de diferentes **sujeitos** ganha maior amplitude ao se analisarem processos históricos complexos ocorridos em espaços, tempos e culturas variadas. As mesclas entre as histórias da América, da África, da Europa e de outros continentes apresentam diferentes níveis de elaboração ao serem trazidos à tona rupturas, permanências e movimentos de população e mercadorias, mediados por distintas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais.

As temáticas enunciadas na BNCC, do 6º ao 9º ano, são, resumidamente, as seguintes:

No 6º ano, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. São recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e discutidos procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. No mesmo ano, avança-se ao período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África.

49 BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2003, Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

50 BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008, Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

No 7º ano, as conexões entre Europa, América e África são ampliadas. São debatidos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII.

No 8º ano, o tema é o século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo. Destacam-se os múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos. África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento, com destaque para o nacionalismo, o imperialismo e as resistências a esses discursos e práticas.

No 9º ano, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos. O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros, permite uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU e explicam a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade. Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente.

O **segundo procedimento** diz respeito à escolha de **fontes e documentos**. O exercício de transformar um objeto em **documento** é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu. O documento, para o historiador, é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos. Os documentos são portadores de sentido, capazes de sugerir mediações entre o que é visível (pedra, por exemplo) e o que é invisível (amuleto, por exemplo), permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu.

Os procedimentos básicos para o trato com a documentação envolvem: identificação das propriedades do objeto (peso, textura, sabor, cheiro etc.); compreensão dos sentidos que a sociedade atribuiu ao objeto e seus usos (máquina que produz mercadorias, objeto de arte, conhecimento etc.); e utilização e transformações de significado a que o objeto foi exposto ao longo do tempo. Esse exercício permite que os estudantes desenvolvam a capacidade de identificar, interpretar, analisar, criticar e compreender as formas de registro.

O **terceiro procedimento** citado envolve a escolha de duas ou mais proposições que analisam um mesmo tema ou problema por ângulos diferentes. Tomemos como exemplo a Guerra do Paraguai (1864-1870).

São evidentes e justificáveis as diferenças do olhar brasileiro e do olhar paraguaio sobre ela. Como símbolo da vitória, os brasileiros trouxeram para o seu território um troféu de guerra: um canhão chamado “canhão *cristiano*”, feito com os sinos derretidos de igrejas do país vizinho, derrotado na guerra. Hoje, o artefato integra o acervo do Museu Histórico do Rio de Janeiro. Qual é a relação entre esse objeto e a soberania nacional? Por que o canhão não foi devolvido, apesar das inúmeras solicitações do governo paraguaio? O que ele significava ontem? E o que significa hoje? Interpretações podem ser elaboradas em diferentes linguagens? Como?

Uma guerra pode ser descrita por meio da enumeração das razões do conflito, da descrição e quantificação das armas utilizadas no campo de batalha ou, ainda, por meio de um único símbolo. Canhões, tanques, *drones* ou mesmo facas: o que esses objetos podem significar em uma análise histórica?

Pelo exemplo dado, é importante observar e compreender que a história se faz com perguntas. Portanto, para aprender história, é preciso saber produzi-las.

HISTÓRIA – 6º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
História: tempo, espaço e formas de registros	A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias	
	Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico	
	As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização	
A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades	Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos) Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais	
	O Ocidente Clássico: aspectos da cultura na Grécia e em Roma	
Lógicas de organização política	As noções de cidadania e política na Grécia e em Roma <ul style="list-style-type: none"> • Domínios e expansão das culturas grega e romana • Significados do conceito de “império” e as lógicas de conquista, conflito e negociação dessa forma de organização política As diferentes formas de organização política na África: reinos, impérios, cidades-estados e sociedades linhageiras ou aldeias	
	A passagem do mundo antigo para o mundo medieval A fragmentação do poder político na Idade Média	
	O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio	
Trabalho e formas de organização social e cultural	Senhores e servos no mundo antigo e no medieval Escravidão e trabalho livre em diferentes temporalidades e espaços (Roma Antiga, Europa medieval e África) Lógicas comerciais na Antiguidade romana e no mundo medieval	
	O papel da religião cristã, dos mosteiros e da cultura na Idade Média	
	O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval	

HABILIDADES

(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).

(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.

(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação.

(EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano.

(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.

(EF06HI06) Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano.

(EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.

(EF06HI08) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras.

(EF06HI09) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica, seu alcance e limite na tradição ocidental, assim como os impactos sobre outras sociedades e culturas.

(EF06HI10) Explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da pólis e nas transformações políticas, sociais e culturais.

(EF06HI11) Caracterizar o processo de formação da Roma Antiga e suas configurações sociais e políticas nos períodos monárquico e republicano.

(EF06HI12) Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas.

(EF06HI13) Conceituar “império” no mundo antigo, com vistas à análise das diferentes formas de equilíbrio e desequilíbrio entre as partes envolvidas.

(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços.

(EF06HI15) Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado.

(EF06HI16) Caracterizar e comparar as dinâmicas de abastecimento e as formas de organização do trabalho e da vida social em diferentes sociedades e períodos, com destaque para as relações entre senhores e servos.

(EF06HI17) Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.

(EF06HI18) Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval.

(EF06HI19) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.

HISTÓRIA – 7º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias	A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de História A ideia de “Novo Mundo” ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno	
	Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial	
Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo	Humanismos: uma nova visão de ser humano e de mundo Renascimentos artísticos e culturais	
	Reformas religiosas: a cristandade fragmentada	
	As descobertas científicas e a expansão marítima	
A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano	A formação e o funcionamento das monarquias europeias: a lógica da centralização política e os conflitos na Europa	
	A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação	
	A estruturação dos vice-reinos nas Américas Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa	
Lógicas comerciais e mercantis da modernidade	As lógicas mercantis e o domínio europeu sobre os mares e o contraponto Oriental	
	As lógicas internas das sociedades africanas As formas de organização das sociedades ameríndias A escravidão moderna e o tráfico de escravizados	
	A emergência do capitalismo	

HABILIDADES

(EF07HI01) Explicar o significado de “modernidade” e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia.

(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.

(EF07HI04) Identificar as principais características dos Humanismos e dos Renascimentos e analisar seus significados.

(EF07HI05) Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América.

(EF07HI06) Comparar as navegações no Atlântico e no Pacífico entre os séculos XIV e XVI.

(EF07HI07) Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política.

(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências.

(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência.

(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial.

(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.

(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática).

(EF07HI13) Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico.

(EF07HI14) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente.

(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval.

(EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.

(EF07HI17) Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo.

HISTÓRIA – 8º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise	A questão do iluminismo e da ilustração	
	As revoluções inglesas e os princípios do liberalismo	
	Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas	
	Revolução Francesa e seus desdobramentos	
	Rebeliões na América portuguesa: as conjurações mineira e baiana	
Os processos de independência nas Américas	Independência dos Estados Unidos da América Independências na América espanhola <ul style="list-style-type: none"> A revolução dos escravizados em São Domingo e seus múltiplos significados e desdobramentos: o caso do Haiti Os caminhos até a independência do Brasil	
	A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão	

HABILIDADES

(EF08HI01) Identificar os principais aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo.

(EF08HI02) Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa.

(EF08HI03) Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas.

(EF08HI04) Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.

(EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas.

(EF08HI06) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões.

(EF08HI07) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais.

(EF08HI08) Conhecer o ideário dos líderes dos movimentos independentistas e seu papel nas revoluções que levaram à independência das colônias hispano-americanas.

(EF08HI09) Conhecer as características e os principais pensadores do Pan-americanismo.

(EF08HI10) Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações.

(EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti.

(EF08HI12) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira.

(EF08HI13) Analisar o processo de independência em diferentes países latino-americanos e comparar as formas de governo neles adotadas.

(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.

HISTÓRIA – 8º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O Brasil no século XIX	Brasil: Primeiro Reinado O Período Regencial e as contestações ao poder central O Brasil do Segundo Reinado: política e economia <ul style="list-style-type: none"> • A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado • Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai 	
	O escravismo no Brasil do século XIX: <i>plantations</i> e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial	
	Políticas de extermínio do indígena durante o Império	
	A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o Romantismo no Brasil	
Configurações do mundo no século XIX	Nacionalismo, revoluções e as novas nações europeias	
	Uma nova ordem econômica: as demandas do capitalismo industrial e o lugar das economias africanas e asiáticas nas dinâmicas globais	
	Os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX	
	O imperialismo europeu e a partilha da África e da Ásia	
	Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e racismo O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas A resistência dos povos e comunidades indígenas diante da ofensiva civilizatória	

HABILIDADES

(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.

(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.

(EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.

(EF08HI18) Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito.

(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

(EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.

(EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.

(EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia.

(EF08HI24) Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica.

(EF08HI25) Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX.

(EF08HI26) Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia.

(EF08HI27) Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas.

HISTÓRIA – 9º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX	Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos	
	A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações	
	Primeira República e suas características Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930	
	O período varguista e suas contradições A emergência da vida urbana e a segregação espacial O trabalhismo e seu protagonismo político	
	A questão indígena durante a República (até 1964)	
	Anarquismo e protagonismo feminino	
Totalitarismos e conflitos mundiais	O mundo em conflito: a Primeira Guerra Mundial A questão da Palestina A Revolução Russa A crise capitalista de 1929	
	A emergência do fascismo e do nazismo A Segunda Guerra Mundial Judeus e outras vítimas do holocausto	
	O colonialismo na África As guerras mundiais, a crise do colonialismo e o advento dos nacionalismos africanos e asiáticos	
	A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos	

HABILIDADES

- (EF09HI01)** Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.
- (EF09HI02)** Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.
- (EF09HI03)** Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.
- (EF09HI04)** Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.
- (EF09HI05)** Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.
- (EF09HI06)** Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).
- (EF09HI07)** Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.
- (EF09HI08)** Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.
- (EF09HI09)** Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
- (EF09HI10)** Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.
- (EF09HI11)** Identificar as especificidades e os desdobramentos mundiais da Revolução Russa e seu significado histórico.
- (EF09HI12)** Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia global.
- (EF09HI13)** Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).
- (EF09HI14)** Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.
- (EF09HI15)** Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização.
- (EF09HI16)** Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.

HISTÓRIA – 9º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946	O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação	
	Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência As questões indígena e negra e a ditadura	
	O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas O Brasil e suas relações internacionais na era da globalização	

HABILIDADES

(EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.

(EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.

(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.

(EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.

(EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.

(EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

(EF09HI27) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização.

HISTÓRIA – 9º ANO (Continuação)

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
A história recente	A Guerra Fria: confrontos de dois modelos políticos	
	A Revolução Chinesa e as tensões entre China e Rússia	
	A Revolução Cubana e as tensões entre Estados Unidos da América e Cuba	
	As experiências ditatoriais na América Latina	
	Os processos de descolonização na África e na Ásia	
	O fim da Guerra Fria e o processo de globalização Políticas econômicas na América Latina	
	Os conflitos do século XXI e a questão do terrorismo Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional	

HABILIDADES

(EF09HI28) Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses.

(EF09HI29) Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras.

(EF09HI30) Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos.

(EF09HI31) Descrever e avaliar os processos de descolonização na África e na Ásia.

(EF09HI32) Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais.

(EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.

(EF09HI34) Discutir as motivações da adoção de diferentes políticas econômicas na América Latina, assim como seus impactos sociais nos países da região.

(EF09HI35) Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios e os choques entre diferentes grupos e culturas.

(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

4.5. A ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO

Ao longo da história da educação brasileira, o Ensino Religioso assumiu diferentes perspectivas teórico-metodológicas, geralmente de viés confessional ou interconfessional. A partir da década de 1980, as transformações socioculturais que provocaram mudanças paradigmáticas no campo educacional também impactaram no Ensino Religioso. Em função dos promulgados ideais de democracia, inclusão social e educação integral, vários setores da sociedade civil passaram a reivindicar a abordagem do conhecimento religioso e o reconhecimento da diversidade religiosa no âmbito dos currículos escolares.

A Constituição Federal de 1988 (artigo 210) e a LDB nº 9.394/1996 (artigo 33, alterado pela Lei nº 9.475/1997) estabeleceram os princípios e os fundamentos que devem alicerçar epistemologias e pedagogias do Ensino Religioso, cuja função educacional, enquanto parte integrante da formação básica do cidadão, é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos. Mais tarde, a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 07/2010 reconheceram o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos⁵¹.

Estabelecido como componente curricular de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, em diferentes regiões do país, foram elaborados propostas curriculares, cursos de formação inicial e continuada e materiais didático-pedagógicos que contribuíram para a construção da área do Ensino Religioso, cujas natureza e finalidades pedagógicas são distintas da confessionalidade.

51 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acessos em: 7 nov. 2017.

Considerando os marcos normativos e, em conformidade com as competências gerais estabelecidas no âmbito da BNCC, o Ensino Religioso deve atender os seguintes objetivos:

a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;

b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;

c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;

d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.

O **conhecimento religioso**, objeto da área de Ensino Religioso, é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, notadamente da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões). Essas Ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte. De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizaram cosmologias, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade.

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida.

No Ensino Fundamental, o Ensino Religioso adota a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e ressignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas. Dessa maneira, busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão.

Por isso, a interculturalidade e a ética da alteridade constituem fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso, porque favorecem o reconhecimento e respeito às histórias, memórias, crenças, convicções e valores de diferentes culturas, tradições religiosas e filosofias de vida.

O Ensino Religioso busca construir, por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades. Trata-se de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz. Tais finalidades se articulam aos elementos da formação integral dos estudantes, na medida em que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Ensino Religioso – e, por consequência, o componente curricular de Ensino Religioso –, devem garantir aos alunos o desenvolvimento de **competências específicas**.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ENSINO RELIGIOSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

4.5.1. ENSINO RELIGIOSO

O ser humano se constrói a partir de um conjunto de relações tecidas em determinado contexto histórico-social, em um movimento ininterrupto de apropriação e produção cultural. Nesse processo, o sujeito se constitui enquanto ser de **imanência** (dimensão concreta, biológica) e de **transcendência** (dimensão subjetiva, simbólica).

Ambas as dimensões possibilitam que os humanos se relacionem entre si, com a natureza e com a(s) divindade(s), percebendo-se como iguais e diferentes.

A percepção das diferenças (**alteridades**) possibilita a distinção entre o “eu” e o “outro”, “nós” e “eles”, cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais simbólicos (representações, saberes, crenças, convicções, valores) necessários à construção das **identidades**.

Tais elementos embasam a **unidade temática Identidades e alteridades**, a ser abordada ao longo de todo o Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais. Nessa unidade pretende-se que os estudantes reconheçam, valorizem e acolham o caráter singular e diverso do ser humano, por meio da identificação e do respeito às semelhanças e diferenças entre o eu (subjetividade) e os outros (alteridades), da compreensão dos símbolos e significados e da relação entre imanência e transcendência.

A dimensão da transcendência é matriz dos fenômenos e das experiências religiosas, uma vez que, em face da **finitude**, os sujeitos e as coletividades sentiram-se desafiados a atribuir sentidos e significados à vida e à morte. Na busca de respostas, o ser humano conferiu valor de sacralidade a objetos, coisas, pessoas, forças da natureza ou seres sobrenaturais, transcendendo a realidade concreta.

Essa dimensão transcendental é mediada por linguagens específicas, tais como o símbolo, o mito e o rito. No símbolo, encontram-se dois sentidos distintos e complementares. Por exemplo, objetivamente uma flor é apenas uma flor. No entanto, é possível reconhecer nela outro significado: a flor pode despertar emoções e trazer lembranças. Assim, o símbolo é um elemento cotidiano ressignificado para representar algo além de seu sentido primeiro. Sua função é fazer a mediação com outra realidade e, por isso, é uma das linguagens básicas da experiência religiosa.

Tal experiência é uma construção subjetiva alimentada por diferentes **práticas espirituais** ou **ritualísticas**, que incluem a realização de cerimônias, celebrações, orações, festividades, peregrinações, entre outras. Enquanto linguagem gestual, os **ritos** narram, encenam, repetem e representam histórias e acontecimentos religiosos. Desta forma, se o símbolo é uma coisa que significa outra, o rito é um gesto que também aponta para outra realidade.

Os rituais religiosos são geralmente realizados coletivamente em **espaços e territórios sagrados** (montanhas, mares, rios, florestas, templos, santuários, caminhos, entre outros), que se distinguem dos demais por seu caráter simbólico. Esses espaços constituem-se em lócus de apropriação simbólico-cultural, onde os diferentes sujeitos se relacionam, constroem, desenvolvem e vivenciam suas identidades religiosas.

Nos territórios sagrados frequentemente atuam pessoas incumbidas da prestação de serviços religiosos. Sacerdotes, líderes, funcionários, guias ou especialistas, entre outras designações, desempenham funções específicas: difusão das crenças e doutrinas, organização dos ritos, interpretação de textos e narrativas, transmissão de práticas, princípios e valores etc. Portanto, os líderes exercem uma função pública, e seus atos e orientações podem repercutir sobre outras esferas sociais, tais como economia, política, cultura, educação, saúde e meio ambiente.

Esse conjunto de elementos (símbolos, ritos, espaços, territórios e lideranças) integra a **unidade temática Manifestações religiosas**, em que se pretende proporcionar o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas, e a compreensão das relações estabelecidas entre as lideranças e denominações religiosas e as distintas esferas sociais.

Na **unidade temática Crenças religiosas e filosofias de vida**, são tratados aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, ideias de imortalidade, princípios e valores éticos.

Os **mitos** são outro elemento estruturante das tradições religiosas. Eles representam a tentativa de explicar como e por que a vida, a natureza e o cosmos foram criados. Apresentam histórias dos deuses ou heróis divinos, relatando, por meio de uma linguagem rica em simbolismo, acontecimentos nos quais as divindades agem ou se manifestam.

O mito é um texto que estabelece uma relação entre imanência (existência concreta) e transcendência (o caráter simbólico dos eventos). Ao relatar um acontecimento, o mito situa-se em um determinado tempo e lugar e, frequentemente, apresenta-se como uma história verdadeira, repleta de elementos imaginários.

No enredo mítico, a criação é uma obra de **divindades**, seres, entes ou energias que transcendem a materialidade do mundo. São representados de diversas maneiras, sob distintos nomes, formas, faces e sentidos, segundo cada grupo social ou tradição religiosa.

O mito, o rito, o símbolo e as divindades alicerçam as **crenças**, entendidas como um conjunto de ideias, conceitos e representações estruturantes de determinada tradição religiosa. As crenças fornecem respostas teológicas aos enigmas da vida e da morte, que se manifestam nas práticas rituais e sociais sob a forma de orientações, leis e costumes.

Esse conjunto de elementos originam **narrativas** religiosas que, de modo mais ou menos organizado, são preservadas e passadas de geração em geração pela **oralidade**. Desse modo, ao longo do tempo, cosmovisões, crenças, ideia(s) de divindade(s), histórias, narrativas e mitos sagrados constituíram **tradições** específicas, inicialmente **orais**. Em algumas culturas, o conteúdo dessa tradição foi registrado sob a forma de textos **escritos**.

No processo de sistematização e transmissão dos textos sagrados, sejam eles orais, sejam eles escritos, certos grupos sociais acabaram por definir um conjunto de princípios e valores que configuraram **doutrinas** religiosas. Estas reúnem afirmações, dogmas e verdades que procuram atribuir sentidos e finalidades à existência, bem como orientar as formas de relacionamento com a(s) divindade(s) e com a natureza.

As doutrinas constituem a base do sistema religioso, sendo transmitidas e ensinadas aos seus adeptos de maneira sistemática, com o intuito de assegurar uma compreensão mais ou menos unitária e homogênea de seus conteúdos.

No conjunto das crenças e doutrinas religiosas encontram-se **ideias de imortalidade** (ancestralidade, reencarnação, ressurreição, transmigração, entre outras), que são norteadoras do sentido da vida dos seus seguidores. Essas informações oferecem aos sujeitos referenciais tanto para a vida terrena quanto para o pós-morte, cuja finalidade é direcionar condutas individuais e sociais, por meio de

códigos éticos e morais. Tais códigos, em geral, definem o que é certo ou errado, permitido ou proibido. Esses princípios éticos e morais atuam como balizadores de comportamento, tanto nos ritos como na vida social.

Também as **filosofias de vida** se ancoram em princípios cujas fontes não advêm do universo religioso. Pessoas sem religião adotam princípios éticos e morais cuja origem decorre de fundamentos racionais, filosóficos, científicos, entre outros. Esses princípios, geralmente, coincidem com o conjunto de valores seculares de mundo e de bem, tais como: o respeito à vida e à dignidade humana, o tratamento igualitário das pessoas, a liberdade de consciência, crença e convicções, e os direitos individuais e coletivos.

Cumprido destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

4.5.1.1.

ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS:
UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

ENSINO RELIGIOSO - 1º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Identities e alteridades	O eu, o outro e o nós	
	Imanência e transcendência	
Manifestações religiosas	Sentimentos, lembranças, memórias e saberes	

HABILIDADES	
	<p>(EF01ER01) Identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós.</p> <p>(EF01ER02) Reconhecer que o seu nome e o das demais pessoas os identificam e os diferenciam.</p>
	<p>(EF01ER03) Reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um.</p> <p>(EF01ER04) Valorizar a diversidade de formas de vida.</p>
	<p>(EF01ER05) Identificar e acolher sentimentos, lembranças, memórias e saberes de cada um.</p> <p>(EF01ER06) Identificar as diferentes formas pelas quais as pessoas manifestam sentimentos, ideias, memórias, gostos e crenças em diferentes espaços.</p>

ENSINO RELIGIOSO - 2º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Identities e alteridades	O eu, a família e o ambiente de convivência	
	Memórias e símbolos	
	Símbolos religiosos	
Manifestações religiosas	Alimentos sagrados	

HABILIDADES

(EF02ER01) Reconhecer os diferentes espaços de convivência.

(EF02ER02) Identificar costumes, crenças e formas diversas de viver em variados ambientes de convivência.

(EF02ER03) Identificar as diferentes formas de registro das memórias pessoais, familiares e escolares (fotos, músicas, narrativas, álbuns...).

(EF02ER04) Identificar os símbolos presentes nos variados espaços de convivência.

(EF02ER05) Identificar, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas.

(EF02ER06) Exemplificar alimentos considerados sagrados por diferentes culturas, tradições e expressões religiosas.

(EF02ER07) Identificar significados atribuídos a alimentos em diferentes manifestações e tradições religiosas.

ENSINO RELIGIOSO - 3º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Identities e alteridades	Espaços e territórios religiosos	
Manifestações religiosas	Práticas celebrativas	
	Indumentárias religiosas	

HABILIDADES

(EF03ER01) Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos de diferentes tradições e movimentos religiosos.

(EF03ER02) Caracterizar os espaços e territórios religiosos como locais de realização das práticas celebrativas.

(EF03ER03) Identificar e respeitar práticas celebrativas (cerimônias, orações, festividades, peregrinações, entre outras) de diferentes tradições religiosas.

(EF03ER04) Caracterizar as práticas celebrativas como parte integrante do conjunto das manifestações religiosas de diferentes culturas e sociedades.

(EF03ER05) Reconhecer as indumentárias (roupas, acessórios, símbolos, pinturas corporais) utilizadas em diferentes manifestações e tradições religiosas.

(EF03ER06) Caracterizar as indumentárias como elementos integrantes das identidades religiosas.

ENSINO RELIGIOSO - 4º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Manifestações religiosas	Ritos religiosos	
	Representações religiosas na arte	
Crenças religiosas e filosofias de vida	Ideia(s) de divindade(s)	

HABILIDADES

- (EF04ER01)** Identificar ritos presentes no cotidiano pessoal, familiar, escolar e comunitário.
- (EF04ER02)** Identificar ritos e suas funções em diferentes manifestações e tradições religiosas.
- (EF04ER03)** Caracterizar ritos de iniciação e de passagem em diversos grupos religiosos (nascimento, casamento e morte).
- (EF04ER04)** Identificar as diversas formas de expressão da espiritualidade (orações, cultos, gestos, cantos, dança, meditação) nas diferentes tradições religiosas.
- (EF04ER05)** Identificar representações religiosas em diferentes expressões artísticas (pinturas, arquitetura, esculturas, ícones, símbolos, imagens), reconhecendo-as como parte da identidade de diferentes culturas e tradições religiosas.
- (EF04ER06)** Identificar nomes, significados e representações de divindades nos contextos familiar e comunitário.
- (EF04ER07)** Reconhecer e respeitar as ideias de divindades de diferentes manifestações e tradições religiosas.

ENSINO RELIGIOSO - 5º ANO

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Crenças religiosas e filosofias de vida	Narrativas religiosas	
	Mitos nas tradições religiosas	
	Ancestralidade e tradição oral	

HABILIDADES

(EF05ER01) Identificar e respeitar acontecimentos sagrados de diferentes culturas e tradições religiosas como recurso para preservar a memória.

(EF05ER02) Identificar mitos de criação em diferentes culturas e tradições religiosas.

(EF05ER03) Reconhecer funções e mensagens religiosas contidas nos mitos de criação (concepções de mundo, natureza, ser humano, divindades, vida e morte).

(EF05ER04) Reconhecer a importância da tradição oral para preservar memórias e acontecimentos religiosos.

(EF05ER05) Identificar elementos da tradição oral nas culturas e religiosidades indígenas, afro-brasileiras, ciganas, entre outras.

(EF05ER06) Identificar o papel dos sábios e anciãos na comunicação e preservação da tradição oral.

(EF05ER07) Reconhecer, em textos orais, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver.

4.5.1.2.

ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS:
UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

ENSINO RELIGIOSO - 6º ANO

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Crenças religiosas e filosofias de vida	Tradição escrita: registro dos ensinamentos sagrados	
	Ensinamentos da tradição escrita	
	Símbolos, ritos e mitos religiosos	

HABILIDADES	
	<p>(EF06ER01) Reconhecer o papel da tradição escrita na preservação de memórias, acontecimentos e ensinamentos religiosos.</p> <p>(EF06ER02) Reconhecer e valorizar a diversidade de textos religiosos escritos (textos do Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, entre outros).</p>
	<p>(EF06ER03) Reconhecer, em textos escritos, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver.</p> <p>(EF06ER04) Reconhecer que os textos escritos são utilizados pelas tradições religiosas de maneiras diversas.</p> <p>(EF06ER05) Discutir como o estudo e a interpretação dos textos religiosos influenciam os adeptos a vivenciarem os ensinamentos das tradições religiosas.</p>
	<p>(EF06ER06) Reconhecer a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças, tradições e movimentos religiosos.</p> <p>(EF06ER07) Exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes tradições religiosas.</p>

ENSINO RELIGIOSO - 7º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Manifestações religiosas	Místicas e espiritualidades	
	Lideranças religiosas	
Crenças religiosas e filosofias de vida	Princípios éticos e valores religiosos	
	Liderança e direitos humanos	

HABILIDADES

(EF07ER01) Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e tradições religiosas.

(EF07ER02) Identificar práticas de espiritualidade utilizadas pelas pessoas em determinadas situações (acidentes, doenças, fenômenos climáticos).

(EF07ER03) Reconhecer os papéis atribuídos às lideranças de diferentes tradições religiosas.

(EF07ER04) Exemplificar líderes religiosos que se destacaram por suas contribuições à sociedade.

(EF07ER05) Discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões.

(EF07ER06) Identificar princípios éticos em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais.

(EF07ER07) Identificar e discutir o papel das lideranças religiosas e seculares na defesa e promoção dos direitos humanos.

(EF07ER08) Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam.

ENSINO RELIGIOSO – 8º ANO

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Crenças religiosas e filosofias de vida	Crenças, convicções e atitudes	
	Doutrinas religiosas	
	Crenças, filosofias de vida e esfera pública	
	Tradições religiosas, mídias e tecnologias	

HABILIDADES

(EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas.

(EF08ER02) Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos.

(EF08ER03) Analisar doutrinas das diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte.

(EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia).

(EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública.

(EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.

(EF08ER07) Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas.

ENSINO RELIGIOSO – 9º ANO

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Crenças religiosas e filosofias de vida	Imanência e transcendência	
	Vida e morte	
	Princípios e valores éticos	

HABILIDADES

(EF09ER01) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida.

(EF09ER02) Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias.

(EF09ER03) Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas, através do estudo de mitos fundantes.

(EF09ER04) Identificar concepções de vida e morte em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, por meio da análise de diferentes ritos fúnebres.

(EF09ER05) Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas tradições religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição).

(EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana.

(EF09ER07) Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida.

(EF09ER08) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos.

5. A ETAPA DO ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio no contexto da Educação Básica

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras.

Como bem identificam e explicitam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2011 (DCNEM/2011):

Com a perspectiva de um imenso contingente de **adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais**, é que o Ensino Médio deve trabalhar. Está em jogo a recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o **acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho** (Parecer CNE/CEB nº 5/2011⁵²; ênfases adicionadas).

Para responder a essa necessidade de recriação da escola, mostra-se imprescindível reconhecer que as rápidas transformações na dinâmica social contemporânea nacional e internacional, em grande parte decorrentes do desenvolvimento tecnológico, atingem diretamente as populações jovens e, portanto, suas demandas de formação. Nesse cenário cada vez mais complexo, dinâmico e fluido, as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais como um todo representam um grande desafio para a formulação de políticas e propostas de organização curriculares para a Educação Básica, em geral, e para o Ensino Médio, em particular.

As juventudes e o Ensino Médio

Na direção de atender às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea para a formação no Ensino Médio, as DCNEM/2011 explicitam a necessidade de não caracterizar o público dessa etapa – constituído predominantemente por adolescentes e jovens – como um grupo homogêneo, nem conceber a “juventude” como mero rito de passagem da infância à maturidade. Ao contrário, defendem ser fundamental reconhecer

52 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 5, de 4 de maio de 2011**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192>. Acesso em: 27 fev. 2018.

a juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo **múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes** (Parecer CNE/CEB nº 5/2011; ênfase adicionada).

Adotar essa noção ampliada e plural de **juventudes** significa, portanto, entender as culturas juvenis em sua singularidade. Significa não apenas compreendê-las como diversas e dinâmicas, como também reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas.

Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma **escola que acolha as diversidades**, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser **protagonistas** de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu **projeto de vida**, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos.

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo.

As finalidades do Ensino Médio na contemporaneidade

A dinâmica social contemporânea nacional e internacional, marcada especialmente pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico, impõe desafios ao Ensino Médio. Para atender às necessidades de formação geral, indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho, e responder à diversidade de expectativas dos jovens quanto à sua formação, a **escola que acolhe as juventudes** tem de estar comprometida com a **educação integral** dos estudantes e com a construção de seu **projeto de vida**.

Para orientar essa atuação, torna-se imprescindível recontextualizar as finalidades do Ensino Médio, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Art. 35)⁵³: há mais de vinte anos, em 1996:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Garantir a **consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos** no Ensino Fundamental é essencial nessa etapa final da Educação Básica. Além de possibilitar o prosseguimento dos estudos a todos aqueles que assim o desejarem, o Ensino Médio deve atender às necessidades de formação geral indispensáveis

53 BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 fev. 2018.

ao exercício da cidadania e construir “aprendizagens sintonizadas com **as necessidades, as possibilidades e os interesses** dos estudantes e, também, com os **desafios da sociedade contemporânea**”, como definido na Introdução desta BNCC (p. 14; ênfases adicionadas).

Para atingir essa finalidade, é necessário, em primeiro lugar, assumir a firme convicção de que todos os estudantes podem aprender e alcançar seus objetivos, independentemente de suas características pessoais, seus percursos e suas histórias. Com base nesse compromisso, a **escola que acolhe as juventudes** deve:

- favorecer a atribuição de sentido às aprendizagens, por sua vinculação aos desafios da realidade e pela explicitação dos contextos de produção e circulação dos conhecimentos;
- garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política;
- valorizar os papéis sociais desempenhados pelos jovens, para além de sua condição de estudante, e qualificar os processos de construção de sua(s) identidade(s) e de seu projeto de vida;
- assegurar tempos e espaços para que os estudantes reflitam sobre suas experiências e aprendizagens individuais e interpessoais, de modo a valorizarem o conhecimento, confiarem em sua capacidade de aprender, e identificarem e utilizarem estratégias mais eficientes a seu aprendizado;
- promover a aprendizagem colaborativa, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de trabalharem em equipe e aprenderem com seus pares; e
- estimular atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade, do mundo do trabalho e da sociedade em geral, alicerçadas no conhecimento e na inovação.

Essas experiências, como apontado, favorecem **a preparação básica para o trabalho e a cidadania**, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível,

criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Para tanto, a **escola que acolhe as juventudes** precisa se estruturar de maneira a:

- garantir a contextualização dos conhecimentos, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura;
- viabilizar o acesso dos estudantes às bases científicas e tecnológicas dos processos de produção do mundo contemporâneo, relacionando teoria e prática – ou o conhecimento teórico à resolução de problemas da realidade social, cultural ou natural;
- revelar os contextos nos quais as diferentes formas de produção e de trabalho ocorrem, sua constante modificação e atualização nas sociedades contemporâneas e, em especial, no Brasil;
- proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade; e
- prever o suporte aos jovens para que reconheçam suas potencialidades e vocações, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e desenvolvam uma postura empreendedora, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Nessa mesma direção, é também finalidade do Ensino Médio o **aprimoramento do educando como pessoa humana**, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária, a **escola que acolhe as juventudes** deve ser um espaço que permita aos estudantes:

- conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais;

- compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- promover o diálogo, o entendimento e a solução não violenta de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos;
- combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença;
- valorizar sua participação política e social e a dos outros, respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito; e
- construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade.

Subjacente a todas essas finalidades, o Ensino Médio deve garantir aos estudantes **a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos**, relacionando a teoria com a prática. Para tanto, a **escola que acolhe as juventudes**, por meio da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, deve possibilitar aos estudantes:

- compreender e utilizar os conceitos e teorias que compõem a base do conhecimento científico-tecnológico, bem como os procedimentos metodológicos e suas lógicas;
- conscientizar-se quanto à necessidade de continuar aprendendo e aprimorando seus conhecimentos;
- apropriar-se das linguagens científicas e utilizá-las na comunicação e na disseminação desses conhecimentos; e
- apropriar-se das linguagens das tecnologias digitais e tornar-se fluentes em sua utilização.

Para atender a todas essas demandas de formação no Ensino Médio, mostra-se imperativo repensar a organização curricular vigente para essa etapa da Educação Básica, que apresenta excesso de componentes curriculares e abordagens pedagógicas distantes das

culturas juvenis, do mundo do trabalho e das dinâmicas e questões sociais contemporâneas.

Na direção de substituir o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível, a Lei nº 13.415/2017⁵⁴ alterou a LDB, estabelecendo que

O currículo do ensino médio será composto pela **Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos**, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional (LDB, Art. 36; ênfases adicionadas).

Essa nova estrutura do Ensino Médio, além de ratificar a organização por áreas do conhecimento – sem desconsiderar, mas também sem fazer referência direta a todos os componentes que compunham o currículo dessa etapa –, prevê a oferta de variados itinerários formativos⁵⁵, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. Essa estrutura adota a **flexibilidade** como princípio de **organização curricular**, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do **protagonismo juvenil** e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida.

54 BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 26 fev. 2018.

55 No Brasil, a expressão “itinerário formativo” tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às formas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional.

A BNCC do Ensino Médio

A BNCC do Ensino Médio se organiza em continuidade ao proposto para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, centrada no desenvolvimento de competências e orientada pelo princípio da educação integral. Portanto, as **competências gerais da Educação Básica** orientam igualmente as aprendizagens dessa etapa, como ilustrado no esquema a seguir, sejam as aprendizagens essenciais definidas nesta **BNCC**, sejam aquelas relativas aos diferentes **itinerários formativos** – cujo detalhamento é prerrogativa dos diferentes sistemas, redes e escolas, conforme previsto na Lei nº 13.415/2017.



As aprendizagens essenciais definidas na **BNCC do Ensino Médio** estão organizadas por **áreas do conhecimento** (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), conforme estabelecido no artigo 35-A da LDB. Desde que foram introduzidas nas DCNEM/1998 (Parecer CNE/CEB nº 15/1998⁵⁶), as áreas do conhecimento têm por finalidade integrar dois ou mais componentes

56 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 15, de 1º de junho de 1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015_98.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

do currículo, para melhor compreender a complexa realidade e atuar nela. Essa organização

não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (Parecer CNE/CP nº 11/2009⁵⁷).

Na BNCC, para cada área do conhecimento, são definidas **competências específicas**, articuladas às respectivas competências das áreas do Ensino Fundamental, com as adequações necessárias ao atendimento das especificidades de formação dos estudantes do Ensino Médio. Essas competências específicas de área do Ensino Médio também devem orientar a proposição e o detalhamento dos itinerários formativos relativos a essas áreas.

Relacionadas a cada uma dessas competências, são descritas **habilidades** a ser desenvolvidas ao longo da etapa, além de habilidades específicas de Língua Portuguesa – componente obrigatório durante os três anos do Ensino Médio, da mesma maneira que Matemática (LDB, Art. 35-A, § 3º). Todas as habilidades da BNCC foram definidas tomando-se como referência o limite de **1.800 horas** do total da carga horária da etapa (LDB, Art. 35-A, § 5º).

As competências e habilidades da BNCC constituem a **formação geral básica**. Os **currículos do Ensino Médio** são compostos pela formação geral básica, articulada aos **itinerários formativos** como um **todo indissociável**, nos termos das DCNEM/2018 (Parecer CNE/CEB nº 3/2018 e Resolução CNE/CEB nº 3/2018⁵⁸).

57 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Parecer nº 11, de 30 de junho de 2009**. Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de agosto de 2009, Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1685-pcp011-09-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 fev. 2018.

58 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 3, de 8 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2018, Seção 1, p. 49. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102311-pceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018, Seção 1, p. 21. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acessos em: 30 nov. 2018.

A progressão das aprendizagens essenciais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio

O conjunto das competências específicas e habilidades definidas para o Ensino Médio concorre para o desenvolvimento das competências gerais da Educação Básica e está articulado às aprendizagens essenciais estabelecidas para o Ensino Fundamental. Com o objetivo de **consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral**, atende às finalidades dessa etapa e contribui para que os estudantes possam construir e realizar seu projeto de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania.

A área de Linguagens, no **Ensino Fundamental**, está centrada no conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização das diferentes linguagens (visuais, sonoras, verbais, corporais), visando estabelecer um repertório diversificado sobre as práticas de linguagem e desenvolver o senso estético e a comunicação com o uso das tecnologias digitais. No **Ensino Médio**, o foco da área de **Linguagens e suas Tecnologias** está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias.

A área de Matemática, no **Ensino Fundamental**, centra-se na compreensão de conceitos e procedimentos em seus diferentes campos e no desenvolvimento do pensamento computacional, visando à resolução e formulação de problemas em contextos diversos. No **Ensino Médio**, na área de **Matemática e suas Tecnologias**, os estudantes devem consolidar os conhecimentos desenvolvidos na etapa anterior e agregar novos, ampliando o leque de recursos para resolver problemas mais complexos, que exijam maior reflexão e abstração. Também devem construir uma visão mais integrada da Matemática, da Matemática com outras áreas do conhecimento e da aplicação da Matemática à realidade.

A área de Ciências da Natureza, no **Ensino Fundamental**, propõe aos estudantes investigar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural e tecnológico, explorar e compreender alguns de seus conceitos fundamentais e suas estruturas explicativas, além de valorizar e promover os cuidados pessoais e com o outro, o compromisso com a sustentabilidade e o exercício da cidadania. No **Ensino Médio**, a área de **Ciências da Natureza e suas Tecnologias** oportuniza o aprofundamento e a ampliação dos

conhecimentos explorados na etapa anterior. Trata a investigação como forma de engajamento dos estudantes na aprendizagem de processos, práticas e procedimentos científicos e tecnológicos, e promove o domínio de linguagens específicas, o que permite aos estudantes analisar fenômenos e processos, utilizando modelos e fazendo previsões. Dessa maneira, possibilita aos estudantes ampliar sua compreensão sobre a vida, o nosso planeta e o universo, bem como sua capacidade de refletir, argumentar, propor soluções e enfrentar desafios pessoais e coletivos, locais e globais.

A área de Ciências Humanas, tanto no **Ensino Fundamental** como no **Ensino Médio**, define aprendizagens centradas no desenvolvimento das competências de identificação, análise, comparação e interpretação de ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Essas competências permitirão aos estudantes elaborar hipóteses, construir argumentos e atuar no mundo, recorrendo aos conceitos e fundamentos dos componentes da área. No Ensino Médio, com a incorporação da Filosofia e da Sociologia, a área de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos. Nessa etapa, como os estudantes e suas experiências como jovens cidadãos representam o foco do aprendizado, deve-se estimular uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana.

O projeto de vida

Na BNCC, o protagonismo e a autoria estimulados no Ensino Fundamental traduzem-se, no Ensino Médio, como suporte para a construção e viabilização do projeto de vida dos estudantes, eixo central em torno do qual a escola pode organizar suas práticas.

Ao se orientar para a construção do projeto de vida, a escola que acolhe as juventudes assume o compromisso com a formação integral dos estudantes, uma vez que promove seu desenvolvimento pessoal e social, por meio da consolidação e construção de conhecimentos, representações e valores que incidirão sobre seus processos de tomada de decisão ao longo da vida. Dessa maneira, o projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o

desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos.

Logo, é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro.

As tecnologias digitais e a computação

A contemporaneidade é fortemente marcada pelo desenvolvimento tecnológico. Tanto a computação quanto as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) estão cada vez mais presentes na vida de todos, não somente nos escritórios ou nas escolas, mas nos nossos bolsos, nas cozinhas, nos automóveis, nas roupas etc. Além disso, grande parte das informações produzidas pela humanidade está armazenada digitalmente. Isso denota o quanto o mundo produtivo e o cotidiano estão sendo movidos por tecnologias digitais, situação que tende a se acentuar fortemente no futuro.

Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente no funcionamento da sociedade e, portanto, no mundo do trabalho. A dinamicidade e a fluidez das relações sociais – seja em nível interpessoal, seja em nível planetário – têm impactos na formação das novas gerações. É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais.

A preocupação com os impactos dessas transformações na sociedade está expressa na BNCC e se explicita já nas competências gerais para a Educação Básica. Diferentes dimensões que caracterizam a computação e as tecnologias digitais são tematizadas, tanto no que diz respeito a conhecimentos e habilidades quanto a atitudes e valores:

- pensamento computacional: envolve as capacidades de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções, de forma metódica e sistemática, por meio do desenvolvimento de algoritmos;
- mundo digital: envolve as aprendizagens relativas às formas de processar, transmitir e distribuir a informação de maneira segura e confiável em diferentes artefatos digitais – tanto físicos (computadores, celulares, *tablets* etc.) como virtuais (internet, redes sociais e nuvens de dados, entre outros) –, compreendendo a importância contemporânea de codificar, armazenar e proteger a informação;
- cultura digital: envolve aprendizagens voltadas a uma participação mais consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que supõe a compreensão dos impactos da revolução digital e dos avanços do mundo digital na sociedade contemporânea, a construção de uma atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, aos usos possíveis das diferentes tecnologias e aos conteúdos por elas veiculados, e, também, à fluência no uso da tecnologia digital para expressão de soluções e manifestações culturais de forma contextualizada e crítica.

Em articulação com as competências gerais, essas dimensões também foram contempladas nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil e nas competências específicas e habilidades dos diferentes componentes curriculares do Ensino Fundamental, respeitadas as características dessas etapas. No Ensino Médio, por sua vez, dada a intrínseca relação entre as culturas juvenis e a cultura digital, torna-se imprescindível ampliar e aprofundar as aprendizagens construídas nas etapas anteriores. Afinal, os jovens estão dinamicamente inseridos na cultura digital, não somente como consumidores, mas se engajando cada vez mais como protagonistas. Portanto, na BNCC dessa etapa, o foco passa a estar no reconhecimento das potencialidades das tecnologias digitais para a realização de uma série de atividades relacionadas a todas as áreas do conhecimento, a diversas práticas sociais e ao mundo do trabalho. São definidas competências e habilidades, nas diferentes áreas, que permitem aos estudantes:

- buscar dados e informações de forma crítica nas diferentes mídias, inclusive as sociais, analisando as vantagens do uso e da evolução da tecnologia na sociedade atual, como também seus riscos potenciais;

- apropriar-se das linguagens da cultura digital, dos novos letramentos e dos multiletramentos para explorar e produzir conteúdos em diversas mídias, ampliando as possibilidades de acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho;
- usar diversas ferramentas de *software* e aplicativos para compreender e produzir conteúdos em diversas mídias, simular fenômenos e processos das diferentes áreas do conhecimento, e elaborar e explorar diversos registros de representação matemática; e
- utilizar, propor e/ou implementar soluções (processos e produtos) envolvendo diferentes tecnologias, para identificar, analisar, modelar e solucionar problemas complexos em diversas áreas da vida cotidiana, explorando de forma efetiva o raciocínio lógico, o pensamento computacional, o espírito de investigação e a criatividade.

Currículos: BNCC e itinerários

As recentes mudanças na LDB, em função da Lei nº 13.415/2017, substituem o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível:

O currículo do ensino médio será composto pela **Base Nacional Comum Curricular** e por **itinerários formativos**, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional (LDB, Art. 36; ênfases adicionadas).

Nesse contexto, é necessário **reorientar currículos e propostas pedagógicas** - compostos, indissociavelmente, por **formação geral básica** e **itinerário formativo** (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 10). Nesse processo de reorientação curricular, é imprescindível aos sistemas de ensino, às redes escolares e às escolas:

- orientar-se pelas competências gerais da Educação Básica e assegurar as competências específicas de área e as habilidades definidas na BNCC do Ensino Médio em até 1.800 horas do total da carga horária da etapa, o que constitui a formação geral básica, nos termos do Artigo 11 da Resolução CNE/CEB nº 3/2018;
- orientar-se pelas competências gerais da Educação Básica para organizar e propor itinerários formativos (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12), considerando também as competências específicas de área e habilidades no caso dos itinerários formativos relativos às áreas do conhecimento.

Assim, na **formação geral básica**, os currículos e as propostas pedagógicas devem garantir as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. Conforme as DCNEM/2018, devem contemplar, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de:

I - língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas;

II - matemática;

III - conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;

IV - arte, especialmente em suas expressões regionais, desenvolvendo as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro;

V - educação física, com prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei;

VI - história do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;

VII - história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras;

VIII - sociologia e filosofia;

IX - língua inglesa, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da instituição ou rede de ensino (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 11, § 4º).

Os **itinerários formativos** – estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, pois possibilitam opções de escolha aos estudantes – podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas, compondo **itinerários integrados**, nos seguintes termos das DCNEM/2018:

I – linguagens e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

II – matemática e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos matemáticos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em resolução de problemas e análises complexas, funcionais e não-lineares, análise de dados estatísticos e probabilidade, geometria e topologia, robótica, automação, inteligência artificial, programação, jogos digitais, sistemas dinâmicos, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

III – ciências da natureza e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, organizando arranjos curriculares que permitam estudos em astronomia, metrologia, física geral, clássica, molecular, quântica e mecânica, instrumentação, ótica, acústica, química dos produtos naturais, análise de fenômenos físicos e químicos, meteorologia e climatologia, microbiologia, imunologia e parasitologia, ecologia, nutrição, zoologia, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

IV – ciências humanas e sociais aplicadas: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares

que permitam estudos em relações sociais, modelos econômicos, processos políticos, pluralidade cultural, historicidade do universo, do homem e natureza, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

V - formação técnica e profissional: desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12).

Assim, a oferta de diferentes itinerários formativos pelas escolas deve considerar a realidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos físicos, materiais e humanos das redes e instituições escolares de forma a propiciar aos estudantes possibilidades efetivas para construir e desenvolver seus projetos de vida e se integrar de forma consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho. Para tanto, os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes:

I - investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;

II - processos criativos: supõem o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas para a resolução de problemas identificados na sociedade;

III - mediação e intervenção sociocultural: supõem a mobilização de conhecimentos de uma ou mais

áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;

IV - empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º).

O conjunto dessas aprendizagens (formação geral básica e itinerário formativo) deve atender às finalidades do Ensino Médio e às demandas de qualidade de formação na contemporaneidade, bem como às expectativas presentes e futuras das juventudes. Além disso, deve garantir um diálogo constante com as realidades locais – que são diversas no imenso território brasileiro e estão em permanente transformação social, cultural, política, econômica e tecnológica –, como também com os cenários nacional e internacional. Portanto, essas aprendizagens devem assegurar aos estudantes a capacidade de acompanhar e participar dos debates que a cidadania exige, entendendo e questionando os argumentos que apoiam as diferentes posições.

Para que a **organização curricular** a ser adotada – áreas, interáreas, componentes, projetos, centros de interesse etc. – responda aos diferentes contextos e condições dos sistemas, das redes e das escolas de todo o País, é fundamental que a **flexibilidade** seja tomada como princípio obrigatório. Independentemente da opção feita, é preciso destacar a necessidade de “romper com a centralidade das disciplinas nos currículos e substituí-las por aspectos mais globalizadores e que abranjam a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência no mundo real” (Parecer CNE/CEB nº 5/2011). Para tanto, é fundamental a adoção de tratamento metodológico que favoreça e estimule o protagonismo dos estudantes, como também que:

evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 7, § 2º).

5.1. A ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS

A Base Nacional Comum Curricular da área de Linguagens e suas Tecnologias busca consolidar e ampliar as aprendizagens previstas na BNCC do Ensino Fundamental nos componentes Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa - observada a garantia dos direitos linguísticos aos diferentes povos e grupos sociais brasileiros. Para tanto, prevê que os estudantes desenvolvam competências e habilidades que lhes possibilitem mobilizar e articular conhecimentos desses componentes simultaneamente a dimensões socioemocionais, em situações de aprendizagem que lhes sejam significativas e relevantes para sua formação integral.

Tal organização responde a um conjunto de documentos e orientações oficiais (como as DCNEM e a Lei nº 13.415/2017) e dialoga com as contribuições da pesquisa acadêmica e de currículos estaduais já construídos no País. Nessa direção, considera os fundamentos básicos de ensino e aprendizagem das Linguagens, que, ao longo de mais de três décadas, têm se comprometido com uma formação voltada a possibilitar uma **participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens**.

No Ensino Médio, os jovens intensificam o conhecimento sobre seus sentimentos, interesses, capacidades intelectuais e expressivas; ampliam e aprofundam vínculos sociais e afetivos; e refletem sobre a vida e o trabalho que gostariam de ter. Encontram-se diante de questionamentos sobre si próprios e seus projetos de vida, vivendo juventudes marcadas por contextos socioculturais diversos.

Por ser um período de vida caracterizado por mais autonomia e maior capacidade de abstração e reflexão sobre o mundo, os jovens, gradativamente, ampliam também suas possibilidades de participação na vida pública e na produção cultural. Eles fazem isso por meio da autoria de diversas produções que constituem as culturas juvenis manifestadas em músicas, danças, manifestações da cultura corporal, vídeos, marcas corporais, moda, rádios comunitárias, redes de mídia da internet, gírias e demais produções e práticas socioculturais que combinam linguagens e diferentes modos de estar juntos.

No Ensino Fundamental, nos diferentes componentes da área, a BNCC procurou garantir aos estudantes a ampliação das práticas de linguagem e dos repertórios, a diversificação dos campos nos quais atuam, a análise das manifestações artísticas, corporais e

linguísticas e de como essas manifestações constituem a vida social em diferentes culturas, das locais às nacionais e internacionais.

No Ensino Médio, a área tem a responsabilidade de propiciar oportunidades para **a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens** – artísticas, corporais e verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) –, que são objeto de seus diferentes componentes (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa).

A **Arte**, enquanto área do conhecimento humano, contribui para o desenvolvimento da autonomia reflexiva, criativa e expressiva dos estudantes, por meio da conexão entre o pensamento, a sensibilidade, a intuição e a ludicidade. Ela é, também, propulsora da ampliação do conhecimento do sujeito sobre si, o outro e o mundo compartilhado. É na aprendizagem, na pesquisa e no fazer artístico que as percepções e compreensões do mundo se ampliam e se interconectam, em uma perspectiva crítica, sensível e poética em relação à vida, que permite aos sujeitos estar abertos às percepções e experiências, mediante a capacidade de imaginar e ressignificar os cotidianos e rotinas.

A proposta de progressão das aprendizagens no Ensino Médio prevê o aprofundamento na pesquisa e no desenvolvimento de processos de criação autorais nas linguagens das artes visuais, do audiovisual, da dança, do teatro, das artes circenses e da música. Além de propor que os estudantes explorem, de maneira específica, cada uma dessas linguagens, as competências e habilidades definidas preveem a exploração das possíveis conexões e intersecções entre essas linguagens, de modo a considerar as novas tecnologias, como internet e multimídia, e seus espaços de compartilhamento e convívio.

Um ambiente propício para o engajamento dos estudantes em processos criativos deve permitir a incorporação de estudos, pesquisas e referências estéticas, poéticas, sociais, culturais e políticas para a criação de projetos artísticos individuais, coletivos e colaborativos, capazes de gerar processos de transformação, crescimento e reelaboração de poéticas individuais e coletivas. Além disso, possibilita a constituição de um espaço em que as pessoas sejam respeitadas em seus modos de ser e pertencer culturalmente, e estimuladas a compreender e acolher as diferenças e a pluralidade de formas de existência. Esses processos podem emergir de temas norteadores, interesses e inquietações, e ter, como referência, manifestações populares, tradicionais, modernas, urbanas e contemporâneas.

No decorrer desses processos, os estudantes podem também relacionar, de forma crítica e problematizadora, os modos como as

manifestações artísticas e culturais se apresentam na contemporaneidade, estabelecendo relações entre arte, mídia, política, mercado e consumo. Podem, assim, aprimorar sua capacidade de elaboração de análises em relação às produções estéticas que observam/vivenciam e criam.

O trabalho com a Arte no Ensino Médio deve promover o entrelaçamento de culturas e saberes, possibilitando aos estudantes o acesso e a interação com as distintas manifestações culturais populares presentes na sua comunidade. O mesmo deve ocorrer com outras manifestações presentes nos centros culturais, museus e outros espaços, de modo a propiciar o exercício da crítica, da apreciação e da fruição de exposições, concertos, apresentações musicais e de dança, filmes, peças de teatro, poemas e obras literárias, entre outros, garantindo o respeito e a valorização das diversas culturas presentes na formação da sociedade brasileira, especialmente as de matrizes indígena e africana.

Nesse sentido, é fundamental que os estudantes possam assumir o papel de protagonistas como apreciadores e como artistas, criadores e curadores, de modo consciente, ético, crítico e autônomo, em saraus, performances, intervenções, *happenings*, produções em videoarte, animações, *web arte* e outras manifestações e/ou eventos artísticos e culturais, a ser realizados na escola e em outros locais. Assim, devem poder fazer uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais, em diferentes meios e tecnologias.

Na área de Linguagens e suas Tecnologias, a **Educação Física** possibilita aos estudantes explorar o movimento e a gestualidade em práticas corporais de diferentes grupos culturais e analisar os discursos e os valores associados a elas, bem como os processos de negociação de sentidos que estão em jogo na sua apreciação e produção. Nesse sentido, estimula o desenvolvimento da curiosidade intelectual, da pesquisa e da capacidade de argumentação.

Na BNCC para o Ensino Fundamental, a Educação Física procurou garantir aos estudantes oportunidades de compreensão, apreciação e produção de brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura. As práticas foram trabalhadas visando: à identificação de suas origens e dos modos como podem ser aprendidas; ao reconhecimento dos modos de viver e perceber o mundo a elas subjacentes; ao compartilhamento de valores, condutas e emoções nelas expressos; à percepção das marcas identitárias e à desconstrução de preconceitos e estereótipos nelas presentes; e, também, à reflexão crítica a respeito das relações práticas corporais, mídia e consumo, como também quanto a padrões de beleza, exercício, desempenho físico e saúde.

No Ensino Médio, além da experimentação de novos jogos e brincadeiras, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura, os estudantes devem ser desafiados a refletir sobre essas práticas, aprofundando seus conhecimentos sobre as potencialidades e os limites do corpo, a importância de se assumir um estilo de vida ativo, e os componentes do movimento relacionados à manutenção da saúde. É importante também que eles possam refletir sobre as possibilidades de utilização dos espaços públicos e privados que frequentam para desenvolvimento de práticas corporais, inclusive as aprendidas na escola, de modo a exercer sua cidadania e seu protagonismo comunitário. Esse conjunto de experiências, para além de desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e a saúde, a socialização e o entretenimento, favorece o diálogo com as demais áreas de conhecimento, ampliando a compreensão dos estudantes a respeito dos fenômenos da gestualidade e das dinâmicas sociais associadas às práticas corporais.

Essa reflexão sobre as vivências também contribuem para a formação de sujeitos que possam analisar e transformar suas práticas corporais, tomando e sustentando decisões éticas, conscientes e reflexivas em defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos.

Por sua vez, a **Língua Inglesa**, cujo estudo é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º), continua a ser compreendida como língua de caráter global – pela multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade –, assumindo seu viés de língua franca, como definido na BNCC do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Naquela etapa, além dessa visão intercultural e “desterritorializada” da língua inglesa – que, em seus usos, sofre transformações oriundas das identidades plurais de seus falantes –, consideraram-se também as práticas sociais do mundo digital, com ênfase em multiletramentos. Essa perspectiva já apontava para usos cada vez mais híbridos e miscigenados do inglês, característicos da sociedade contemporânea. Do mesmo modo, a relevância da língua inglesa na mediação de práticas sociais e interculturais, individuais e de grupo, orientou o início de sua aprendizagem, focalizando o processo de construção de repertórios linguísticos dos estudantes.

No Ensino Médio, a contextualização das práticas de linguagem nos diversos campos de atuação permite aos estudantes explorar a presença da multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, nas culturas juvenis e em estudos e pesquisas, como também ampliar suas perspectivas em relação à sua vida pessoal e profissional. Além disso, abrem-se possibilidades de aproximação e integração desses

estudantes com grupos multilíngues e multiculturais no mundo globalizado, no qual a língua inglesa se apresenta como língua comum para a interação.

Trata-se, portanto, de expandir os repertórios linguísticos, multissemióticos e culturais dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de maior consciência e reflexão críticas das funções e usos do inglês na sociedade contemporânea – permitindo, por exemplo, problematizar com maior criticidade os motivos pelos quais ela se tornou uma língua de uso global. Nas situações de aprendizagem do inglês, os estudantes podem reconhecer o caráter fluido, dinâmico e particular dessa língua, como também as marcas identitárias e de singularidade de seus usuários, de modo a ampliar suas vivências com outras formas de organizar, dizer e valorizar o mundo e de construir identidades. Aspectos como precisão, padronização, erro, imitação e nível de proficiência ou domínio da língua são substituídos por noções mais abrangentes e relacionadas ao universo discursivo nas práticas situadas dentro dos campos de atuação, como inteligibilidade, singularidade, variedade, criatividade/invenção e repertório. Trata-se também de possibilitar aos estudantes cooperar e compartilhar informações e conhecimentos por meio da língua inglesa, como também agir e posicionar-se criticamente na sociedade, em âmbito local e global.

Assim, as aprendizagens em inglês permitirão aos estudantes usar essa língua para aprofundar a compreensão sobre o mundo em que vivem, explorar novas perspectivas de pesquisa e obtenção de informações, expor ideias e valores, argumentar, lidar com conflitos de opinião e com a crítica, entre outras ações. Desse modo, eles ampliam sua capacidade discursiva e de reflexão em diferentes áreas do conhecimento.

Por fim, o componente **Língua Portuguesa** – tal como Matemática – deve ser oferecido nos três anos do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Assim sendo, as habilidades desse componente são apresentadas adiante, organizadas por campos de atuação social, como no Ensino Fundamental, mas sem indicação de seriação. Essa decisão permite orientar possíveis progressões na definição anual dos currículos e das propostas pedagógicas de cada escola.

Para orientar uma abordagem integrada dessas linguagens e de suas práticas, a área propõe que os estudantes possam **vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias** (impressa, digital, analógica), situadas em **campos de atuação social** diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos.

Essas demandas exigem que as escolas de Ensino Médio ampliem as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e do estado de direito. Exigem ainda possibilitar aos estudantes condições tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização e análise crítica, quanto para o exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens. Essas práticas visam à participação qualificada no mundo da produção cultural, do trabalho, do entretenimento, da vida pessoal e, principalmente, da vida pública, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e pelo bem comum.

Dando continuidade à perspectiva investigativa e de abstração adotada no Ensino Fundamental, a pesquisa e a produção colaborativa precisam ser o modo privilegiado de tratar os conhecimentos e discursos abordados no Ensino Médio. Particularmente na área de Linguagens e suas Tecnologias, mais do que uma investigação centrada no desvendamento dos sistemas de signos em si, trata-se de assegurar um conjunto de iniciativas para qualificar as intervenções por meio das práticas de linguagem. A produção de respostas diversas para o mesmo problema, a relação entre as soluções propostas e a diversidade de contextos e a compreensão dos valores éticos e estéticos que permeiam essas decisões devem se tornar foco das atividades pedagógicas.

Para isso, é fundamental que sejam garantidas aos estudantes oportunidades de experienciar fazeres cada vez mais próximos das práticas da vida acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal e situações que demandem a articulação de conhecimentos, o planejamento de ações, a auto-organização e a negociação em relação a metas. Tais oportunidades também devem ser orientadas para a criação e o encontro com o inusitado, com vistas a ampliar os horizontes éticos e estéticos dos estudantes.

Considerando que uma semiose é um sistema de signos em sua organização própria, é importante que os jovens, ao explorarem as possibilidades expressivas das diversas linguagens, possam realizar reflexões que envolvam o exercício de **análise de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semioses** – visuais (imagens estáticas e em movimento), sonoras (música, ruídos, sonoridades), verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) e corporais (gestuais, cênicas, dança). Afinal, muito por efeito das novas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), os textos e discursos atuais organizam-se de maneira híbrida e multissemiótica⁵⁹, incorporando diferentes sistemas de signos em sua constituição.

⁵⁹ Certos autores valem-se do termo “multimodalidade” para designar esse fenômeno.

Assim, propostas de trabalho que potencializem aos estudantes o acesso a saberes sobre o mundo digital e a práticas da cultura digital devem também ser priorizadas, já que, direta ou indiretamente, impactam seu dia a dia nos vários campos de atuação social e despertam seu interesse e sua identificação com as TDIC. Sua utilização na escola não só possibilita maior apropriação técnica e crítica desses recursos, como também é determinante para uma aprendizagem significativa e autônoma pelos estudantes.

Nessa perspectiva, para além da cultura do impresso (ou da palavra escrita), que deve continuar tendo centralidade na educação escolar, é preciso considerar a cultura digital, os multiletramentos e os novos letramentos⁶⁰, entre outras denominações que procuram designar novas práticas sociais de linguagem. No entanto, a necessária assunção dos multiletramentos não deve apagar o compromisso das escolas com os letramentos locais e com os valorizados. É preciso garantir que as juventudes se reconheçam em suas pertencas culturais, com a valorização das práticas locais, e que seja garantido o direito de acesso às práticas dos letramentos valorizados.

Não são somente novos gêneros que surgem ou se transformam (como *post*, *tweet*, *meme*, *mashup*, *playlist* comentada, reportagem multimidiática, relato multimidiático, *vlog*, *videominuto*, *political remix*, tutoriais em vídeo, entre outros), mas novas ações, procedimentos e atividades (curtir, comentar, redistribuir, compartilhar, taguear, seguir/ser seguido, remidiar⁶¹, remixar, curar, colecionar/descolecionar, colaborar etc.) que supõem o desenvolvimento de outras habilidades. Não se trata de substituição ou de simples convivência de mídias, mas de levar em conta como a coexistência e a convergência das mídias transformam as próprias mídias e seus usos e potencializam novas possibilidades de construção de sentidos.

Merece destaque o fato de que, ao alterar o fluxo de comunicação de um para muitos – como na TV, rádio e mídia impressa – para de muitos para muitos, as possibilidades advindas das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) permitem que todos sejam produtores em potencial, imbricando mais ainda as práticas

60 As práticas de leitura e produção de textos que são construídos a partir de diferentes linguagens ou semioses são consideradas práticas de multiletramentos, na medida em que exigem letramentos em diversas linguagens, como as visuais, as sonoras, as verbais e as corporais. Já os novos letramentos remetem a um conjunto de práticas específicas da mídia digital que operam a partir de uma nova mentalidade, regida por uma ética diferente.

61 Remediação é o processo pelo qual um gênero ou enunciado migra de uma mídia a outra. Esse processo acelerou-se tanto na *Web 2.0* que provocou um funcionamento transmídia, isto é, um processo em que artefatos culturais (e comerciais) passam sucessivamente através das diversas mídias, incentivando o consumo, de tal forma que um mesmo personagem famoso está em livros, no cinema, na TV, em chaveiros, camisetas, mochilas e até em garrafinhas de água mineral.

de leitura e produção (e de consumo e circulação/recepção). Não só é possível para qualquer um redistribuir ou comentar notícias, artigos de opinião, postagens em *vlogs*, *machinemas*, AMVs e outros textos, mas também escrever ou performar e publicar textos e enunciados variados, o que potencializa a participação.

Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (*fake news*), de pós-verdades, do *cyberbullying* e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias.

Considerando esses aspectos, a BNCC da área de Linguagens e suas Tecnologias no Ensino Médio prioriza cinco **campos de atuação social**.

O **campo da vida pessoal** organiza-se de modo a possibilitar uma reflexão sobre as condições que cercam a vida contemporânea e a condição juvenil no Brasil e no mundo e sobre temas e questões que afetam os jovens. As vivências, experiências, análises críticas e aprendizagens propostas nesse campo podem se constituir como suporte para os processos de construção de identidade e de projetos de vida, por meio do mapeamento e do resgate de trajetórias, interesses, afinidades, antipatias, angústias, temores etc., que possibilitam uma ampliação de referências e experiências culturais diversas e do conhecimento sobre si.

No escopo aqui considerado, a construção de projetos de vida envolve reflexões/definições não só em termos de vida afetiva, família, estudo e trabalho, mas também de saúde, bem-estar, relação com o meio ambiente, espaços e tempos para lazer, práticas corporais, práticas culturais, experiências estéticas, participação social, atuação em âmbito local e global etc. Considerar esse amplo conjunto de aspectos possibilita fomentar nos estudantes escolhas de estilos de vida saudáveis e sustentáveis, que contemplem um engajamento consciente, crítico e ético em relação às questões coletivas, além de abertura para experiências estéticas significativas. Nesse sentido, esse campo articula e integra as aprendizagens promovidas em todos os campos de atuação.

O **campo das práticas de estudo e pesquisa** abrange a pesquisa, recepção, apreciação, análise, aplicação e produção de discursos/textos expositivos, analíticos e argumentativos, que circulam tanto na esfera escolar como na acadêmica e de pesquisa, assim como no jornalismo de divulgação científica. O domínio desse campo é fundamental para

ampliar a reflexão sobre as linguagens, contribuir para a construção do conhecimento científico e para aprender a aprender.

O **campo jornalístico-midiático** caracteriza-se pela circulação dos discursos/textos da mídia informativa (impressa, televisiva, radiofônica e digital) e pelo discurso publicitário. Sua exploração permite construir uma consciência crítica e seletiva em relação à produção e circulação de informações, posicionamentos e induções ao consumo.

O **campo de atuação na vida pública** contempla os discursos/textos normativos, legais e jurídicos que regulam a convivência em sociedade, assim como discursos/textos propositivos e reivindicatórios (petições, manifestos etc.). Sua exploração permite aos estudantes refletir e participar na vida pública, pautando-se pela ética.

O **campo artístico** é o espaço de circulação das manifestações artísticas em geral, contribuindo para a construção da apreciação estética, significativa para a constituição de identidades, a vivência de processos criativos, o reconhecimento da diversidade e da multiculturalidade e a expressão de sentimentos e emoções. Possibilita aos estudantes, portanto, reconhecer, valorizar, fruir e produzir tais manifestações, com base em critérios estéticos e no exercício da sensibilidade.

A consideração desses campos para a organização da área vai além de possibilitar aos estudantes vivências situadas das práticas de linguagens. Envolve conhecimentos e habilidades mais contextualizados e complexos, o que também permite romper barreiras disciplinares e vislumbrar outras formas de organização curricular (como laboratórios de comunicação e de mídias, clubes de leitura e de teatro, núcleos de criação artística e literária, oficinas culturais e desportivas etc.). Tais formas diversificadas de organização dos espaços e tempos escolares possibilitam uma flexibilização curricular tanto no que concerne às aprendizagens definidas na BNCC, já que escolhas são possíveis desde que contemplem os diferentes campos, como também às articulações da BNCC com os itinerários formativos.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as da área de Linguagens do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, a área de Linguagens e suas Tecnologias deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de **competências específicas**. Três delas definem aprendizagens relativas às especificidades e aos saberes historicamente construídos acerca das Línguas, da Educação Física e da Arte (competências específicas 4, 5 e 6, respectivamente), enquanto as demais contemplam aprendizagens que atravessam os componentes da área. Relacionadas a cada uma delas, são indicadas, posteriormente, **habilidades** a ser alcançadas nessa etapa.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.
5. Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.
6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

5.1.1. LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS NO ENSINO MÉDIO: COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

Essa competência específica indica que, durante o Ensino Médio, os jovens devem desenvolver uma compreensão e análise mais aprofundadas e sistemáticas do funcionamento das diferentes linguagens. Além disso, prevê que os estudantes possam explorar e perceber os modos como as diversas linguagens se combinam de maneira híbrida em textos complexos e multissemióticos, para ampliar suas possibilidades de aprender, de atuar socialmente e de explicar e interpretar criticamente os atos de linguagem.

Por fim, é importante que os estudantes compreendam o funcionamento e a potencialidade dos recursos oferecidos pelas tecnologias digitais para o tratamento das linguagens (mixagem, sampleamento, edição, tratamento de imagens etc.), assim como as possibilidades de remediação abertas pelos fenômenos multimídia e transmídia, característicos da cultura da convergência.

HABILIDADES

(EM13LGG101) Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.

(EM13LGG102) Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.

(EM13LGG103) Analisar o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).

(EM13LGG104) Utilizar as diferentes linguagens, levando em conta seus funcionamentos, para a compreensão e produção de textos e discursos em diversos campos de atuação social.

(EM13LGG105) Analisar e experimentar diversos processos de remediação de produções multissemióticas, multimídia e transmídia, desenvolvendo diferentes modos de participação e intervenção social.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.

Essa competência específica diz respeito à compreensão e análise de situações e contextos de produção de sentidos nas práticas sociais de linguagem, na recepção ou na produção de discursos, percebendo conflitos e relações de poder que caracterizam essas práticas.

Para desenvolver essa competência, os estudantes de Ensino Médio precisam analisar e compreender as circunstâncias sociais, históricas e ideológicas em que se dão diversas práticas e discursos. Isso significa interpretar de modo contextualizado tanto produções artísticas (uma pintura como *Guernica*, um romance como *Macunaíma*, uma obra literária como *Terra sonâmbula*, uma peça musical para coro e orquestra como *Choros nº 10* ou uma canção como *O bêbado e a equilibrista*, um espetáculo de dança como *Gira* em suas relações com a música do Metá Metá etc.) quanto textos de outros campos (o remix político *George Bush/Imagine*, determinado projeto de lei, uma notícia acompanhada de artigos de opinião em algum veículo jornalístico, entre muitos outros exemplos).

Desse modo, os estudantes poderão compreender a pluralidade dos discursos e produzi-los de maneira posicionada – valorizando e respeitando as individualidades, as diferenças de ideias e posições e pautando-se por valores democráticos –, e também atuar de forma reflexiva, cooperativa e empática, sem preconceitos e buscando estabelecer o diálogo.

HABILIDADES

(EM13LGG201) Utilizar as diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais) em diferentes contextos, valorizando-as como fenômeno social, cultural, histórico, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.

(EM13LGG202) Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.

(EM13LGG203) Analisar os diálogos e os processos de disputa por legitimidade nas práticas de linguagem e em suas produções (artísticas, corporais e verbais).

(EM13LGG204) Dialogar e produzir entendimento mútuo, nas diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais), com vistas ao interesse comum pautado em princípios e valores de equidade assentados na democracia e nos Direitos Humanos.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.

Essa competência específica focaliza a construção da autonomia dos estudantes nas práticas de compreensão/recepção e de produção (individual ou coletiva) em diferentes linguagens.

No Ensino Fundamental, os estudantes já desenvolveram, em todos os componentes, habilidades básicas requeridas por processos de recuperação de informação (identificação, reconhecimento, organização), de compreensão (comparação, distinção, estabelecimento de relações e inferências) e de produção (planejamento, organização das formas de composição de textos nas línguas, execução de movimentos corporais em Educação Física e Arte, execução de ritmos, melodias ou desenhos e pinturas).

No Ensino Médio, pretende-se que os estudantes ampliem o uso das linguagens de maneira crítica, levando em conta um aprofundamento da análise do funcionamento das diversas semioses para produzir sentidos. Os estudantes devem utilizar diferentes linguagens de maneira posicionada, assumindo uma ética solidária que respeite as diferenças sociais ou individuais e promova os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.

HABILIDADES

(EM13LGG301) Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.

(EM13LGG302) Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.

(EM13LGG303) Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas.

(EM13LGG304) Formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global.

(EM13LGG305) Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo princípios e objetivos dessa atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 4

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.

Essa competência específica indica a necessidade de, ao final do Ensino Médio, os estudantes compreenderem as línguas e seu funcionamento como fenômeno marcado pela heterogeneidade e variedade de registros, dialetos, idioletos, estilizações e usos, respeitando os fenômenos da variação e diversidade linguística, sem preconceitos.

Ela também diz respeito à utilização das línguas de maneira adequada à situação de produção dos discursos, considerando a variedade e o registro, os campos de atuação social, e os contextos e interlocutores específicos, por meio de processos de estilização, seleção e organização dos recursos linguísticos.

HABILIDADES

(EM13LGG401) Analisar criticamente textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.

(EM13LGG402) Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e sem preconceito linguístico.

(EM13LGG403) Fazer uso do inglês como língua de comunicação global, levando em conta a multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções dessa língua no mundo contemporâneo.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.

Essa competência específica indica que, ao final do Ensino Médio, o jovem deverá apresentar uma compreensão aprofundada e sistemática acerca da presença das práticas corporais em sua vida e na sociedade, incluindo os fatores sociais, culturais, ideológicos, econômicos e políticos envolvidos nas práticas e nos discursos que circulem sobre elas. Prevê também que o jovem valorize a vivência das práticas corporais como formas privilegiadas de construção da própria identidade, autoconhecimento e propagação de valores democráticos. Nessa direção, é importante que os estudantes possam refletir sobre suas preferências, seus valores, preconceitos e estereótipos quanto às diferentes práticas corporais.

Cada conjunto de práticas corporais (jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas, esportes e atividades corporais de aventura) apresenta especificidades de produção da linguagem corporal e de valores e sentidos atribuídos às suas práticas. Essa diversidade de modos de vivenciar e significar as práticas corporais é objeto de aprendizagem da área.

Para o desenvolvimento dessa competência, é fundamental que os jovens experimentem práticas corporais acompanhadas de momentos de reflexão, leitura e produção de discursos nas diferentes linguagens.

HABILIDADES

(EM13LGG501) Selecionar e utilizar movimentos corporais de forma consciente e intencional para interagir socialmente em práticas corporais, de modo a estabelecer relações construtivas, empáticas, éticas e de respeito às diferenças.

(EM13LGG502) Analisar criticamente preconceitos, estereótipos e relações de poder presentes nas práticas corporais, adotando posicionamento contrário a qualquer manifestação de injustiça e desrespeito a direitos humanos e valores democráticos.

(EM13LGG503) Vivenciar práticas corporais e significá-las em seu projeto de vida, como forma de autoconhecimento, autocuidado com o corpo e com a saúde, socialização e entretenimento.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6

Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

Ao final do Ensino Médio, os jovens devem ser capazes de fruir manifestações artísticas e culturais, compreendendo o papel das diferentes linguagens e de suas relações em uma obra e apreciando-as com base em critérios estéticos. É esperado, igualmente, que percebam que tais critérios mudam em diferentes contextos (locais, globais), culturas e épocas, podendo reconhecer os movimentos históricos e sociais das artes.

A fruição, alimentada por critérios estéticos baseados em contrastes culturais e históricos, deve ser a base para uma maior compreensão dos efeitos de sentido, de apreciação e de emoção e empatia ou repulsão acarretados por obras e textos.

Pretende-se também que sejam capazes de participar ativamente dos processos de criação nas linguagens das artes visuais, do audiovisual, da dança, da música e do teatro e nas interseções entre elas e com outras linguagens e áreas de conhecimento. Nesses processos, espera-se que os estudantes considerem suas experiências pessoais e coletivas, e a diversidade de referências estéticas, culturais, sociais e políticas de que dispõem, como também articulem suas capacidades sensíveis, criativas, críticas e reflexivas, ampliando assim os repertórios de expressão e comunicação de seus modos de ser, pensar e agir no mundo.

Para tanto, essa competência prevê que os estudantes possam entrar em contato e explorar manifestações artísticas e culturais locais e globais, tanto valorizadas e canônicas como populares e midiáticas, atuais e de outros tempos, sempre buscando analisar os critérios e as escolhas estéticas que organizam seus estilos, inclusive comparativamente, e levando em conta as mudanças históricas e culturais que caracterizam essas manifestações.

HABILIDADES

(EM13LGG601) Apropriar-se do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica.

(EM13LGG602) Fruir e apreciar esteticamente diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, assim como delas participar, de modo a aguçar continuamente a sensibilidade, a imaginação e a criatividade.

(EM13LGG603) Expressar-se e atuar em processos de criação autorais individuais e coletivos nas diferentes linguagens artísticas (artes visuais, audiovisual, dança, música e teatro) e nas interseções entre elas, recorrendo a referências estéticas e culturais, conhecimentos de naturezas diversas (artísticos, históricos, sociais e políticos) e experiências individuais e coletivas.

(EM13LGG604) Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política e econômica e identificar o processo de construção histórica dessas práticas.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 7

Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

Essa competência específica diz respeito às práticas de linguagem em ambiente digital, que têm modificado as práticas de linguagem em diferentes campos de atuação social.

Nesse cenário, os jovens precisam ter uma visão crítica, criativa, ética e estética, e não somente técnica das TDIC e de seus usos, para selecionar, filtrar, compreender e produzir sentidos, de maneira crítica e criativa, em quaisquer campos da vida social.

Para tanto, é necessário não somente possibilitar aos estudantes explorar interfaces técnicas (como a das linguagens de programação ou de uso de ferramentas e *apps* variados de edição de áudio, vídeo, imagens, de realidade aumentada, de criação de *games*, *gifs*, memes, infográficos etc.), mas também interfaces críticas e éticas que lhes permitam tanto triar e curar informações como produzir o novo com base no existente.

HABILIDADES

(EM13LGG701) Explorar tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), compreendendo seus princípios e funcionalidades, e utilizá-las de modo ético, criativo, responsável e adequado a práticas de linguagem em diferentes contextos.

(EM13LGG702) Avaliar o impacto das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na formação do sujeito e em suas práticas sociais, para fazer uso crítico dessa mídia em práticas de seleção, compreensão e produção de discursos em ambiente digital.

(EM13LGG703) Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais.

(EM13LGG704) Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede.

5.1.2. LÍNGUA PORTUGUESA

Ao chegar ao Ensino Médio, os estudantes já têm condições de participar de forma significativa de diversas práticas sociais que envolvem a linguagem, pois, além de dominarem certos gêneros textuais/discursivos que circulam nos diferentes campos de atuação social considerados no Ensino Fundamental, eles desenvolveram várias habilidades relativas aos usos das linguagens. Cabe ao Ensino Médio **aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos**, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e **alargar as referências estéticas, éticas e políticas** que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos.

Do ponto de vista das **práticas contemporâneas de linguagem**, ganham mais destaque, no Ensino Médio, a cultura digital, as culturas juvenis, os novos letramentos e os multiletramentos, os processos colaborativos, as interações e atividades que têm lugar nas mídias e redes sociais, os processos de circulação de informações e a hibridização dos papéis nesse contexto (de leitor/autor e produtor/consumidor), já explorada no Ensino Fundamental. Fenômenos como a pós-verdade e o efeito bolha, em função do impacto que produzem na fidedignidade do conteúdo disponibilizado nas redes, nas interações sociais e no trato com a diversidade, também são ressaltados.

Para além de continuar a promover o desenvolvimento de habilidades relativas ao trato com a informação e a opinião, no que diz respeito à veracidade e confiabilidade de informações, à adequação, validade e força dos argumentos, à articulação entre as semioses para a produção de sentidos etc., é preciso intensificar o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o trato com o diverso e o debate de ideias. Tal desenvolvimento deve ser pautado pelo respeito, pela ética e pela rejeição aos discursos de ódio.

Se, por um lado, trata-se de enfrentar e buscar minimizar os riscos que os usos atuais da rede trazem, por outro, trata-se também de explorar suas potencialidades em termos do acesso à informação, a possibilidades variadas de disponibilização de conteúdos sem e com intermediação, à diversidade de formas de interação e ao incremento da possibilidade de participação e vivência de processos colaborativos. Todos esses fatores requerem aprendizagens e desenvolvimento de habilidades que precisam ser contempladas pelos currículos.

Em relação à **literatura**, a leitura do texto literário, que ocupa o centro do trabalho no Ensino Fundamental, deve permanecer nuclear também no Ensino Médio. Por força de certa simplificação didática, as biografias de autores, as características de épocas, os resumos e outros gêneros artísticos substitutivos, como o cinema e as HQs⁶², têm relegado o texto literário a um plano secundário do ensino. Assim, é importante não só (re)colocá-lo como ponto de partida para o trabalho com a literatura, como intensificar seu convívio com os estudantes.

Como linguagem artisticamente organizada, a literatura enriquece nossa percepção e nossa visão de mundo. Mediante arranjos especiais das palavras, ela cria um universo que nos permite aumentar nossa capacidade de ver e sentir. Nesse sentido, a literatura possibilita uma ampliação da nossa visão do mundo, ajuda-nos não só a ver mais, mas a colocar em questão muito do que estamos vendo e vivenciando.

Em comparação com o Ensino Fundamental, a BNCC de Língua Portuguesa para o Ensino Médio define a **progressão das aprendizagens e habilidades** levando em conta:

- a complexidade das práticas de linguagens e dos fenômenos sociais que repercutem nos usos da linguagem (como a pós-verdade e o efeito bolha);
- a consolidação do domínio de gêneros do discurso/gêneros textuais já contemplados anteriormente e a ampliação do repertório de gêneros, sobretudo dos que supõem um grau maior de análise, síntese e reflexão;
- o aumento da complexidade dos textos lidos e produzidos em termos de temática, estruturação sintática, vocabulário, recursos estilísticos, orquestração de vozes e semioses;
- o foco maior nas habilidades envolvidas na reflexão sobre textos e práticas (análise, avaliação, apreciação ética, estética e política, valoração, validação crítica, demonstração etc.), já que as habilidades requeridas por processos de recuperação de informação (identificação, reconhecimento, organização) e por processos de compreensão (comparação, distinção, estabelecimento de relações e inferência) já foram desenvolvidas no Ensino Fundamental;

62 É possível e desejável que se trabalhe com HQs, filmes, animações, entre outras produções, baseadas em obras literárias, incluindo análises sobre seus processos de produção e recepção. O que deve ser evitado é a simples substituição dos textos literários por essas produções.

- a atenção maior nas habilidades envolvidas na produção de textos multissemióticos mais analíticos, críticos, propositivos e criativos, abarcando sínteses mais complexas, produzidos em contextos que suponham apuração de fatos, curadoria⁶³, levantamentos e pesquisas e que possam ser vinculados de forma significativa aos contextos de estudo/construção de conhecimentos em diferentes áreas, a experiências estéticas e produções da cultura digital e à discussão e proposição de ações e projetos de relevância pessoal e para a comunidade;
- o incremento da consideração das práticas da cultura digital e das culturas juvenis, por meio do aprofundamento da análise de suas práticas e produções culturais em circulação, de uma maior incorporação de critérios técnicos e estéticos na análise e autoria das produções e vivências mais intensas de processos de produção colaborativos;
- a ampliação de repertório, considerando a diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas – literatura juvenil, literatura periférico-marginal, o culto, o clássico, o popular, cultura de massa, cultura das mídias, culturas juvenis etc. – e em suas múltiplas repercussões e possibilidades de apreciação, em processos que envolvem adaptações, remediações, estilizações, paródias, HQs, minisséries, filmes, videominutos, *games* etc.;
- a inclusão de obras da tradição literária brasileira e de suas referências ocidentais – em especial da literatura portuguesa –, assim como obras mais complexas da literatura contemporânea e das literaturas indígena, africana e latino-americana.

Os eixos de integração propostos para o Ensino Médio são as **práticas de linguagem** consideradas no Ensino Fundamental – leitura, produção de textos, oralidade (escuta e produção oral) e análise linguística/semiótica. As dimensões, habilidades gerais e conhecimentos considerados, relacionados a essas práticas, também são os mesmos (cf. p. 72-74; 77-78; 79-80; 82-83), cabendo ao Ensino

63 Curadoria é um conceito oriundo do mundo das artes, que vem sendo cada vez mais utilizado para designar ações e processos próprios do universo das redes: conteúdos e informações abundantes, dispersos, difusos, complementares e/ou contraditórios e passíveis de múltiplas seleções e interpretações que precisam de reordenamentos que os tornem confiáveis, inteligíveis e/ou que os revistam de (novos) sentidos. Implica sempre escolhas, seleção de conteúdos/informação, validação, forma de organizá-los, hierarquizá-los, apresentá-los. Nessa perspectiva, curadoria pode dizer respeito ao processo envolvido na construção de produções feitas a partir de outras previamente existentes, que possibilitam a criação de (outros) efeitos estéticos e políticos e de novos e particulares sentidos.

O termo também vem sendo bastante utilizado em relação ao tratamento da informação (curadoria da informação), envolvendo processos mais apurados de seleção e filtragem de informações, que podem requerer procedimentos de checagem e validação, comparações, análises, (re)organização, categorização e reedição de informações, entre outras possibilidades.

Médio, como já destacado, sua consolidação e complexificação, e a ênfase nas habilidades relativas à análise, síntese, compreensão dos efeitos de sentido e apreciação e réplica (posicionar-se de maneira responsável em relação a temas e efeitos de sentido dos textos; fazer apreciações éticas, estéticas e políticas de textos e produções artísticas e culturais etc.).

Uma vez que muitas habilidades já foram desenvolvidas e um grau de autonomia relativo às práticas de linguagem consideradas já foi alcançado, as habilidades passam a ser apresentadas no Ensino Médio de um modo próximo ao requerido pelas práticas sociais, muitas vezes misturando, ao mesmo tempo, escuta, tomada de nota, leitura e fala.

Diferentemente do Ensino Fundamental, para o Ensino Médio não há indicação de anos na apresentação das habilidades, não só em função da natureza mais flexível do currículo para esse nível de ensino, mas também, como já referido, do maior grau de autonomia dos estudantes, que se supõe alcançado. Essa proposta não mais impõe restrições e necessidades de estabelecimento de sequências (que já são flexíveis no Ensino Fundamental), podendo cada rede de ensino e escola definir localmente as sequências e simultaneidades, considerando os critérios gerais de organização apresentados em cada campo de atuação.

Os **campos de atuação social** propostos para contextualizar as práticas de linguagem no Ensino Médio em Língua Portuguesa correspondem aos mesmos considerados pela área. Além disso, estão em relação com os campos propostos nesse componente nas duas fases do Ensino Fundamental:

ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
Campo da vida cotidiana		Campo da vida pessoal
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública	Campo de atuação na vida pública

O **campo da vida pessoal** pretende funcionar como espaço de articulações e sínteses das aprendizagens de outros campos postas a serviço dos projetos de vida dos estudantes. As práticas de linguagem privilegiadas nesse campo relacionam-se com a ampliação do saber sobre si, tendo em vista as condições que cercam a vida contemporânea e as condições juvenis no Brasil e no mundo.

Está em questão também possibilitar vivências significativas de práticas colaborativas em situações de interação presenciais ou em ambientes digitais, inclusive por meio da articulação com outras áreas e campos, e com os projetos e escolhas pessoais dos jovens. Nessas vivências, os estudantes podem aprender procedimentos de levantamento, tratamento e divulgação de dados e informações, e a usar esses dados em produções diversas e na proposição de ações e projetos de natureza variada, exercendo protagonismo de forma contextualizada.

No cerne do **campo de atuação na vida pública** estão a ampliação da participação em diferentes instâncias da vida pública, a defesa de direitos, o domínio básico de textos legais e a discussão e o debate de ideias, propostas e projetos.

No Ensino Médio, ganham destaque as condições de produção dos textos legais, sócio e historicamente situados e, em última instância, baseados nas experiências humanas, formulados com vistas à paz social. A discussão sobre o Estatuto da Juventude e seu cumprimento e a análise e produção coletiva de projetos de lei também são postos em evidência. Análises de campanhas e programas políticos e de políticas públicas, bem como de estratégias de acompanhamento do exercício do mandato de governantes, também são consideradas em algumas das habilidades propostas.

Ainda no domínio das ênfases, indica-se um conjunto de habilidades que se relacionam com a análise, discussão, elaboração e desenvolvimento de propostas de ação e de projetos culturais e de intervenção social.

Em relação ao **campo jornalístico-midiático**, espera-se que os jovens que chegam ao Ensino Médio sejam capazes de: compreender os fatos e circunstâncias principais relatados; perceber a impossibilidade de neutralidade absoluta no relato de fatos; adotar procedimentos básicos de checagem de veracidade de informação; identificar diferentes pontos de vista diante de questões polêmicas de relevância social; avaliar argumentos utilizados e posicionar-se em relação a eles de forma ética; identificar e denunciar discursos de ódio e que envolvam desrespeito aos Direitos Humanos; e produzir textos jornalísticos variados, tendo em vista seus contextos de produção e características dos gêneros. Eles também devem ter condições de analisar estratégias linguístico-discursivas

utilizadas pelos textos publicitários e de refletir sobre necessidades e condições de consumo.

No Ensino Médio, enfatiza-se ainda mais a análise dos interesses que movem o campo jornalístico-midiático e do significado e das implicações do direito à comunicação e sua vinculação com o direito à informação e à liberdade de imprensa. Também estão em questão a análise da relação entre informação e opinião, com destaque para o fenômeno da pós-verdade, a consolidação do desenvolvimento de habilidades, a apropriação de mais procedimentos envolvidos nos processos de curadoria, a ampliação do contato com projetos editoriais independentes e a consciência de que uma mídia independente e plural é condição indispensável para a democracia. Aprofundam-se também as análises das formas contemporâneas de publicidade em contexto digital, a dinâmica dos influenciadores digitais e as estratégias de engajamento utilizadas pelas empresas.

Como já destacado, as práticas que têm lugar nas redes sociais têm tratamento ampliado. Além dos gêneros propostos para o Ensino Fundamental, são privilegiados gêneros mais complexos relacionados com a apuração e o relato de fatos e situações (reportagem multimidiática, documentário etc.) e com a opinião (crítica da mídia, ensaio, *vlog* de opinião etc.). Textos, vídeos e *podcasts* diversos de apreciação de produções culturais também são propostos, a exemplo do que acontece no Ensino Fundamental, mas com análises mais consistentes, tendo em vista a intensificação da análise crítica do funcionamento das diferentes semioses.

No **campo artístico-literário**, buscam-se a ampliação do contato e a análise mais fundamentada de manifestações culturais e artísticas em geral. Está em jogo a continuidade da formação do leitor literário e do desenvolvimento da fruição. A análise contextualizada de produções artísticas e dos textos literários, com destaque para os clássicos, intensifica-se no Ensino Médio. Gêneros e formas diversas de produções vinculadas à apreciação de obras artísticas e produções culturais (resenhas, *vlogs* e *podcasts* literários, culturais etc.) ou a formas de apropriação do texto literário, de produções cinematográficas e teatrais e de outras manifestações artísticas (remidiações, paródias, estilizações, videominutos, *fanfics* etc.) continuam a ser considerados associados a habilidades técnicas e estéticas mais refinadas.

A escrita literária, por sua vez, ainda que não seja o foco central do componente de Língua Portuguesa, também se mostra rica em possibilidades expressivas. Já exercitada no Ensino Fundamental, pode ser ampliada e aprofundada no Ensino Médio, aproveitando o interesse de muitos jovens por manifestações esteticamente organizadas comuns às culturas juvenis.

O que está em questão nesse tipo de escrita não é informar, ensinar ou simplesmente comunicar. O exercício literário inclui também a função de produzir certos níveis de reconhecimento, empatia e solidariedade e envolve reinventar, questionar e descobrir-se. Sendo assim, ele é uma função importante em termos de elaboração da subjetividade e das inter-relações pessoais. Nesse sentido, o desenvolvimento de textos construídos esteticamente – no âmbito dos mais diferentes gêneros – pode propiciar a exploração de emoções, sentimentos e ideias que não encontram lugar em outros gêneros não literários (e que, por isso, devem ser explorados).

O **campo das práticas de estudo e pesquisa** mantém destaque para os gêneros e as habilidades envolvidos na leitura/escuta e produção de textos de diferentes áreas do conhecimento e para as habilidades e procedimentos envolvidos no estudo. Ganham realce também as habilidades relacionadas à análise, síntese, reflexão, problematização e pesquisa: estabelecimento de recorte da questão ou problema; seleção de informações; estabelecimento das condições de coleta de dados para a realização de levantamentos; realização de pesquisas de diferentes tipos; tratamento de dados e informações; e formas de uso e socialização dos resultados e análises.

Além de fazer uso competente da língua e das outras semioses, os estudantes devem ter uma atitude investigativa e criativa em relação a elas e compreender princípios e procedimentos metodológicos que orientam a produção do conhecimento sobre a língua e as linguagens e a formulação de regras.

No Ensino Médio, aprofundam-se também a análise e a reflexão sobre a língua, no que diz respeito à contraposição entre uma perspectiva prescritiva única, que segue os moldes da abordagem tradicional da gramática, e a perspectiva de descrição de vários usos da língua. Ainda que continue em jogo a aprendizagem da norma-padrão, em função de situações e gêneros que a requeiram, outras variedades devem ter espaço e devem ser legitimadas. A perspectiva de abordagem do português brasileiro também deve estar presente, assim como a reflexão sobre as razões de sua ainda pouca presença nos materiais didáticos e nas escolas brasileiras.

As **habilidades** de Língua Portuguesa estão organizadas nesses cinco **campos de atuação social**. Além disso, ainda que uma mesma habilidade possa estar a serviço de mais de uma **competência específica da área de Linguagens e suas Tecnologias**, indica(m)-se aquela(s) com a(s) qual(is) cada habilidade tem maior afinidade.

5.1.2.1.

LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO: CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL, COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL

Embora a maioria das habilidades seja apresentada tendo em vista o contexto das práticas sociais de cada um dos diferentes campos de atuação social, os campos apresentam várias intersecções. Nesses casos, a habilidade é descrita em um dos campos e referida no outro. Também são desejáveis diferentes níveis de articulação entre os campos.

A pesquisa, por exemplo, além de ser mais diretamente dedicada a um campo, perpassa todos os outros em ações de busca, seleção, validação, tratamento e organização de informação, envolvidas na curadoria de informação, devendo também estar presente no tratamento metodológico dos conteúdos.

Os Direitos Humanos também perpassam todos os campos de atuação social de diferentes formas, seja no debate de ideias e organização de formas de defesa de direitos (campo jornalístico-midiático e campo de atuação na vida pública), seja no exercício desse direito (direito à literatura, à arte, à informação, aos conhecimentos disponíveis, ao saber sobre si etc.).

Por fim, o trabalho, entendido como ato humano de transformar a natureza – ideia na qual se considera que os humanos produzem sua realidade, apropriando-se dela e a transformando – e como forma de (re)produção da vida material, também está contemplado. No primeiro sentido,

o trabalho é princípio educativo à medida que proporciona compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e sentido humanos (Parecer CNE/CEB nº 5/2011⁶⁴).

64 BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 5, de 4 de maio de 2011**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 mar. 2018.

Nesse sentido, procura-se oferecer ferramentas de transformação social por meio da apropriação dos letramentos da letra e dos novos e multiletramentos, os quais supõem maior protagonismo por parte dos estudantes, orientados pela dimensão ética, estética e política. O segundo sentido de trabalho – o de atividade responsável pela (re)produção da vida material – também é considerado pelo repertório de práticas, letramentos e culturas que se pretende que sejam contemplados, pela possibilidade de exercício da criatividade, pelo desenvolvimento de habilidades vinculadas à pesquisa, a resoluções de problemas, ao recorte de questões-problema, ao planejamento, ao desenvolvimento e à avaliação de projetos de intervenção, pela vivência de processos colaborativos e coletivos de trabalho, entre outras habilidades que serão detalhadas a seguir.

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL	
PRÁTICAS Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica	
Habilidades	Competências específicas
(EM13LP01) Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações.	2
(EM13LP02) Estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.).	1
(EM13LP03) Analisar relações de intertextualidade e interdiscursividade que permitam a explicitação de relações dialógicas, a identificação de posicionamentos ou de perspectivas, a compreensão de paráfrases, paródias e estilizações, entre outras possibilidades.	1
(EM13LP04) Estabelecer relações de interdiscursividade e intertextualidade para explicitar, sustentar e conferir consistência a posicionamentos e para construir e corroborar explicações e relatos, fazendo uso de citações e paráfrases devidamente marcadas.	1

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL**PRÁTICAS****Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica**

Habilidades	Competências específicas
(EM13LP05) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/ contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.	3
(EM13LP06) Analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras ou expressões e da ordenação, combinação e contraposição de palavras, dentre outros, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua.	1
(EM13LP07) Analisar, em textos de diferentes gêneros, marcas que expressam a posição do enunciador frente àquilo que é dito: uso de diferentes modalidades (epistêmica, deôntica e apreciativa) e de diferentes recursos gramaticais que operam como modalizadores (verbos modais, tempos e modos verbais, expressões modais, adjetivos, locuções ou orações adjetivas, advérbios, locuções ou orações adverbiais, entonação etc.), uso de estratégias de impessoalização (uso de terceira pessoa e de voz passiva etc.), com vistas ao incremento da compreensão e da criticidade e ao manejo adequado desses elementos nos textos produzidos, considerando os contextos de produção.	1
(EM13LP08) Analisar elementos e aspectos da sintaxe do português, como a ordem dos constituintes da sentença (e os efeitos que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as categorias sintáticas, os processos de coordenação e subordinação (e os efeitos de seus usos) e a sintaxe de concordância e de regência, de modo a potencializar os processos de compreensão e produção de textos e a possibilitar escolhas adequadas à situação comunicativa.	1
(EM13LP09) Comparar o tratamento dado pela gramática tradicional e pelas gramáticas de uso contemporâneas em relação a diferentes tópicos gramaticais, de forma a perceber as diferenças de abordagem e o fenômeno da variação linguística e analisar motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola.	4

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL

PRÁTICAS

Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

Habilidades	Competências específicas
(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos.	4
(EM13LP11) Fazer curadoria de informação, tendo em vista diferentes propósitos e projetos discursivos.	7
(EM13LP12) Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas.	1, 7
(EM13LP13) Analisar, a partir de referências contextuais, estéticas e culturais, efeitos de sentido decorrentes de escolhas de elementos sonoros (volume, timbre, intensidade, pausas, ritmo, efeitos sonoros, sincronização etc.) e de suas relações com o verbal, levando-os em conta na produção de áudios, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de apreciação.	1
(EM13LP14) Analisar, a partir de referências contextuais, estéticas e culturais, efeitos de sentido decorrentes de escolhas e composição das imagens (enquadramento, ângulo/vetor, foco/profundidade de campo, iluminação, cor, linhas, formas etc.) e de sua sequenciação (disposição e transição, movimentos de câmera, <i>remix</i> , entre outros), das performances (movimentos do corpo, gestos, ocupação do espaço cênico), dos elementos sonoros (entonação, trilha sonora, sampleamento etc.) e das relações desses elementos com o verbal, levando em conta esses efeitos nas produções de imagens e vídeos, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de apreciação.	1

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL

PRÁTICAS

Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

Habilidades	Competências específicas
(EM13LP15) Planejar, produzir, revisar, editar, reescrever e avaliar textos escritos e multissemióticos, considerando sua adequação às condições de produção do texto, no que diz respeito ao lugar social a ser assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo, ao leitor pretendido, ao veículo e mídia em que o texto ou produção cultural vai circular, ao contexto imediato e sócio-histórico mais geral, ao gênero textual em questão e suas regularidades, à variedade linguística apropriada a esse contexto e ao uso do conhecimento dos aspectos notacionais (ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc.), sempre que o contexto o exigir.	1, 3
(EM13LP16) Produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada, como também aos elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.).	1, 4
(EM13LP17) Elaborar roteiros para a produção de vídeos variados (<i>vlog</i> , videoclipe, videominuto, documentário etc.), apresentações teatrais, narrativas multimídia e transmídia, <i>podcasts</i> , <i>playlists</i> comentadas etc., para ampliar as possibilidades de produção de sentidos e engajar-se em práticas autorais e coletivas.	3, 7
(EM13LP18) Utilizar <i>softwares</i> de edição de textos, fotos, vídeos e áudio, além de ferramentas e ambientes colaborativos para criar textos e produções multissemióticas com finalidades diversas, explorando os recursos e efeitos disponíveis e apropriando-se de práticas colaborativas de escrita, de construção coletiva do conhecimento e de desenvolvimento de projetos.	7

CAMPO DA VIDA PESSOAL

Além das habilidades indicadas a seguir, outras, descritas nos campos de atuação na vida pública e das práticas de estudo e pesquisa, devem ser consideradas também em relação a este campo. São elas as referentes: à realização de debates e discussões de temas de interesse dos jovens; à elaboração de propostas de ações e de projetos culturais e de intervenção; ao levantamento de dados de diferentes naturezas; e à análise situada da legislação.

Em relação aos textos legais, o Estatuto da Juventude deve ter destaque, com base no contexto social e histórico (brasileiro e latino-americano) de sua promulgação. Além disso: na discussão de ações e políticas públicas, devem ser privilegiadas políticas públicas para a juventude; os fóruns de discussão, debates e palestras devem contemplar a condição juvenil, como também temas de preocupações e curiosidades dos jovens; a produção de textos reivindicatórios pode incluir eventuais demandas por equipamentos e programações culturais, de espaços de lazer e de práticas das culturas corporais.

Além dos já mencionados, ganha destaque o domínio de gêneros e produções como perfis, apresentações pessoais, relatos autobiográficos, mapas (e outras formas de registro) comentados e dinâmicos, almanaques, *playlists* comentadas de produções culturais diversas, fanzines, *e-zines* (esses três últimos também considerados na esfera artístico-literária), entre outras possibilidades.

Parâmetros para a organização/progressão curricular

- Garantir espaço, ao longo dos três anos, para que os estudantes possam:
 - » saber sobre a condição juvenil e sobre as representações sobre jovens e juventudes; discutir sobre temáticas vinculadas a questões que os preocupam ou instigam sua curiosidade, privilegiando as que tiverem maior repercussão entre os estudantes;
 - » saber sobre si, com foco na retomada da trajetória de formação (aprendizagens mais significativas, dentro e fora da escola, interesses, potências e necessidades), dos modos privilegiados de expressão etc.;
 - » partilhar gostos e interesses, de forma a oportunizar vivências, situações de partilha (e de trato com o diferente), promoções de eventos ou projetos culturais, análises e/ou proposições de ações de políticas públicas culturais, projetos de intervenção social, entre outras possibilidades;
 - » levantar dados, informações e discussões sobre profissões e ocupações contemporâneas de interesse dos estudantes e, em especial, de profissões que atuam na área de linguagens (docência, tutoria, produção/edição de objetos digitais de aprendizagem, de materiais didáticos, mediação cultural etc.).

- Promover, ao longo dos três anos, trato e vivência com produções culturais e artísticas cujo interesse e gosto se mostrem constituídos, como também experimentação de novas possibilidades.
- Garantir que diferentes gêneros e formas de expressão das culturas juvenis tenham lugar ao longo dos anos.
- Prever o trato qualificado com diferentes semioses, ferramentas e ambientes digitais – editores de áudio, vídeo, foto e gráfico, *wiki*, ferramenta de *gif*, de linha do tempo, agregador de conteúdo etc.

CAMPO DA VIDA PESSOAL	
PRÁTICAS Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica	
Habilidades	Competências específicas
(EM13LP19) Apresentar-se por meio de textos multimodais diversos (perfis variados, <i>gifs</i> biográficos, <i>biodata</i> , currículo <i>web</i> , videocurrículo etc.) e de ferramentas digitais (ferramenta de <i>gif</i> , <i>wiki</i> , <i>site</i> etc.), para falar de si mesmo de formas variadas, considerando diferentes situações e objetivos.	3
(EM13LP20) Compartilhar gostos, interesses, práticas culturais, temas/ problemas/questões que despertam maior interesse ou preocupação, respeitando e valorizando diferenças, como forma de identificar afinidades e interesses comuns, como também de organizar e/ou participar de grupos, clubes, oficinas e afins.	2, 3
(EM13LP21) Produzir, de forma colaborativa, e socializar <i>playlists</i> comentadas de preferências culturais e de entretenimento, revistas culturais, fanzines, <i>e-zines</i> ou publicações afins que divulguem, comentem e avaliem músicas, games, séries, filmes, quadrinhos, livros, peças, exposições, espetáculos de dança etc., de forma a compartilhar gostos, identificar afinidades, fomentar comunidades etc.	1, 6
(EM13LP22) Construir e/ou atualizar, de forma colaborativa, registros dinâmicos (mapas, <i>wiki</i> etc.) de profissões e ocupações de seu interesse (áreas de atuação, dados sobre formação, fazeres, produções, depoimentos de profissionais etc.) que possibilitem vislumbrar trajetórias pessoais e profissionais.	3

CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA

Trata-se de consolidar habilidades relativas à participação e atuação política e social, ao debate qualificado e ético de ideias, à consciência dos direitos e deveres e à reclamação de direitos, por meio de:

- compreensão dos interesses que movem a esfera política em seus diferentes níveis e instâncias, das formas de participação institucionalizadas e não institucionalizadas, incluindo manifestações culturais e artísticas e intervenções urbanas;
- participação em diversos canais (incluindo digitais) e instâncias, seja na forma de acompanhamento de políticos e de desenvolvimento de projetos e políticas, seja na discussão de temas, propostas, ações, projetos, projetos de lei, programas ou políticas, relativos a temáticas gerais de interesse coletivo e, em especial, vinculados à juventude;
- envolvimento com questões de interesse coletivo e público e compreensão do contexto de promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Estatuto da Juventude e das políticas afirmativas, como forma de valorizar a democracia e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade;
- consolidação e desenvolvimento de habilidades e aprendizagem de novos procedimentos envolvidos na leitura/escuta e produção de textos pertencentes a gêneros relacionados à proposição, debate, aprovação e implementação de propostas e projetos de lei, à defesa e reclamação de direitos e à elaboração de projetos culturais e de intervenção de diferentes naturezas.

Trata-se também de fomentar experiências significativas e contextualizadas de exercício do protagonismo juvenil por meio da articulação com os outros campos, as demais áreas do currículo e os interesses e escolhas pessoais dos jovens.

Essas habilidades mais gerais envolvem a ampliação do domínio contextualizado de gêneros já considerados em outros campos – palestra, apresentação oral, comunicação, notícia, reportagem, artigo de opinião, cartaz, *spot*, anúncio (de campanhas variadas) – e de outros gêneros, como discussão oral, debate, programa de governo, programa político, lei, projeto de lei, estatuto, regimento, projeto de intervenção social, carta aberta, carta de reclamação, abaixo-assinado, petição *on-line*, requerimento, fala em assembleias e reuniões, edital, proposta, ata, parecer, recurso administrativo, enquête, relatório etc.

A utilização desses gêneros supõe o reconhecimento de sua função social e a análise relativa à forma como se organizam, aos recursos e elementos linguísticos e às demais semioses – elementos envolvidos na tessitura de textos pertencentes a esses gêneros –, visando consolidar e ampliar as aprendizagens iniciadas no Ensino Fundamental.

Parâmetros para a organização/progressão curricular

- Garantir espaço, ao longo dos três anos, para que os estudantes possam:
 - » organizar, participar e/ou intervir em situações de discussão e debates;
 - » analisar histórico de candidatos (por meio de ferramentas e plataformas de fiscalização/acompanhamento, entre outras possibilidades), programas políticos – identificação de prioridades e intencionalidades (o que se pretende fazer/implementar, por que, para que, como etc.), as consequências do que está sendo proposto, a forma de avaliar a eficácia e/ou o impacto das propostas, contraste de dados, informações e propostas, validade dos argumentos utilizados etc. – e/ou propaganda política (identificação dos recursos linguísticos e semióticos utilizados e os efeitos de sentido que podem provocar, avaliação da viabilidade e pertinência das propostas apresentadas, explicitando os efeitos de persuasão próprios dos discursos políticos e publicitários, que podem se sobrepor a análises críticas);
 - » analisar e/ou propor itens de políticas públicas, leis, projetos de leis, programas, projetos culturais e/ou de intervenção social, sobretudo os que envolvem a juventude;
 - » produzir textos reivindicatórios, de reclamação, de denúncia de desrespeito a direitos e de peças ou campanhas sociais, dependendo do que for mais significativo, levando em conta demandas locais e a articulação com o trabalho em outros campos de atuação social e áreas do conhecimento.
- Incentivar, prever e promover a participação significativa em alguma instância ou canal de participação da escola (conselho de representante, de escola, outros colegiados, grêmios livres), da comunidade (associações, coletivos, movimentos etc.), do município ou do País (fóruns e audiências públicas variadas), incluindo formas de participação digital (canais ou plataformas de participação, como o portal e-cidadania, serviços, portais e ferramentas de fiscalização e acompanhamentos do trabalho de políticos e de tramitação de leis, canais de educação política etc.), de forma que os estudantes possam vivenciar processos coletivos de tomada de decisão, debates de ideias e propostas e engajar-se com o acompanhamento e a fiscalização da gestão pública e com a busca de soluções para problemas ou questões que envolvam a coletividade.
- Prever o trato com diferentes ferramentas e ambientes digitais de participação e de fiscalização.
- Oportunizar a vivência de diferentes papéis em debates regrados (membro de uma equipe de debatedor, debatedor, apresentador/mediador, espectador – com ou sem direito a perguntas –, juiz/avaliador).

CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA	
PRÁTICAS Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica	
Habilidades	Competências específicas
(EM13LP23) Analisar criticamente o histórico e o discurso político de candidatos, propagandas políticas, políticas públicas, programas e propostas de governo, de forma a participar do debate político e tomar decisões conscientes e fundamentadas.	1, 7
(EM13LP24) Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promover uma reflexão/ação, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações.	1
(EM13LP25) Participar de reuniões na escola (conselho de escola e de classe, grêmio livre etc.), agremiações, coletivos ou movimentos, entre outros, em debates, assembleias, fóruns de discussão etc., exercitando a escuta atenta, respeitando seu turno e tempo de fala, posicionando-se de forma fundamentada, respeitosa e ética diante da apresentação de propostas e defesas de opiniões, usando estratégias linguísticas típicas de negociação e de apoio e/ou de consideração do discurso do outro (como solicitar esclarecimento, detalhamento, fazer referência direta ou retomar a fala do outro, parafraseando-a para endossá-la, enfatizá-la, complementá-la ou enfraquecê-la), considerando propostas alternativas e reformulando seu posicionamento, quando for caso, com vistas ao entendimento e ao bem comum.	1, 2, 3
(EM13LP26) Relacionar textos e documentos legais e normativos de âmbito universal, nacional, local ou escolar que envolvam a definição de direitos e deveres – em especial, os voltados a adolescentes e jovens – aos seus contextos de produção, identificando ou inferindo possíveis motivações e finalidades, como forma de ampliar a compreensão desses direitos e deveres.	1
(EM13LP27) Engajar-se na busca de solução para problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo consumo consciente e pela consciência socioambiental.	3

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA

Trata-se de ampliar e qualificar a participação dos estudantes nas práticas relativas ao estudo e à pesquisa*, de forma significativa e na articulação com outras áreas e com os projetos e escolhas pessoais dos jovens. A proposta é fomentar a curiosidade intelectual e o desenvolvimento de uma autonomia de estudo e de pensamento, principalmente por meio da(do):

- desenvolvimento de habilidades relacionadas à análise, síntese, reflexão e problematização no contexto de estudo e da produção e divulgação científica;
- compreensão do que é preciso saber/conhecer e do porquê/para que deve sabê-lo/conhecê-lo, tendo em vista diferentes objetivos e o estabelecimento de procedimentos de estudos com vistas a uma autonomia relativa à construção do conhecimento;
- incremento dos processos de busca e seleção de informações, não somente no que diz respeito à curadoria de informação, confiabilidade etc., mas também ao estabelecimento do recorte e do foco no que é essencial e efetivamente necessário, tendo em vista a abundância de informações e dados, referências e informações disponíveis nos ambientes digitais;
- desenvolvimento de habilidades relacionadas ao recorte de questões de pesquisa, coleta de dados/busca de informação, tratamento de dados e informações e socialização do conhecimento produzido;
- domínio de procedimentos, gêneros e práticas de linguagem relacionadas a diferentes tipos de pesquisa: bibliográfica, experimental, de campo etc.

Essas habilidades mais gerais envolvem o domínio progressivo e contextualizado de procedimentos de pesquisa e de gêneros já considerado no Ensino Fundamental, como apresentação oral, palestra, mesa-redonda, debate, artigo de divulgação científica, artigo científico, artigo de opinião, ensaio, reportagem de divulgação científica, texto didático, infográfico, esquema, relatório, relato (multimidiático) de campo, documentário, cartografia animada, *podcasts* e vídeos diversos de divulgação científica, muitos deles propostos apenas para situações de leitura/escuta, mas que, no Ensino Médio, são propostos, também, em situações de produção.

* Pesquisa, neste contexto, inclui tanto procedimentos relacionados à busca simples (mas confiável) de informações, envolvendo comparações e seleções, para responder diretamente a uma questão – um dos sentidos do termo “pesquisa” –, quanto procedimentos que envolvem algum método para a busca mais minuciosa e acurada de respostas a questões mais complexas, não respondíveis diretamente. No âmbito da escola, ao contrário do que acontece em contextos acadêmicos, cabe a pesquisa envolvendo questões/problemas/conhecimentos já consolidados pelas ciências de referência, como forma de possibilitar a vivência de procedimentos de investigação e de resolução de problemas. Contudo, devem ter lugar também pesquisas envolvendo a produção de novos conhecimentos pertinentes às comunidades e aos contextos locais, às culturas juvenis, aos recortes específicos de temas de interesse dos jovens etc.

Cabe também ampliar a compreensão dos jovens sobre a linguagem e a língua, vistas como objetos de pesquisa. Dessa forma, contribui-se para a compreensão de procedimentos de investigação da área e para o entendimento de que os conhecimentos sobre as línguas e as linguagens são construções humanas situadas sócio-historicamente. Sendo assim, elas são passíveis de interpretação e mudança, não se constituindo em verdades únicas e imutáveis e contribuindo para o desenvolvimento da competência específica 1.

Parâmetros para a organização/progressão curriculares

- Intensificar propostas que prevejam o uso de diferentes procedimentos (como grifar, anotar, resumir) e gêneros de apoio à compreensão (como sínteses, resumos, resenhas, quadros comparativos, entre outras possibilidades), tendo em vista os objetivos em questão e as características do texto dado a leitura/estudo, inclusive articuladas com atividades de outras áreas do conhecimento e com projetos pessoais.
- Considerar, ao longo dos anos, a ampliação e o suporte na seleção de fontes balizadas de informação e conhecimento – livros paradidáticos, de referência, repositórios/referatórios de objetos digitais de aprendizagem, plataformas educacionais, canais educacionais e de vídeos de divulgação científica etc.
- Propiciar aos estudantes experimentar diferentes tipos de pesquisa, inclusive articuladas com atividades de outras áreas do conhecimento e com projetos de livre escolha.
- Considerar a diversidade de gêneros escritos, orais e multissemióticos ao longo dos três anos nas práticas de leitura, escuta e produção propostas.
- Diversificar gêneros, suportes e mídias definidos para a socialização dos estudos e pesquisas: orais (seminário, apresentação, debate etc.), escritos (monografia, ensaio, artigo de divulgação científica, relatório, artigo de opinião, reportagem científica etc.) e multissemióticos (videominuto, documentário, *vlog* científico, *podcast*, relato multimidiático de campo, verbete de enciclopédia digital colaborativa, revista digital, fotorreportagem, foto-denúncia etc.).
- Diversificar o tipo de recurso de apoio: apresentações multissemióticas com uso de slides, apresentações não lineares, apresentações só com uso de imagens (com número e tempo de exposição determinados), apresentações que contem com o uso de vários tipos de imagens, animações, áudios e vídeos (de autoria própria e de terceiros) etc.
- Diversificar o tipo de apresentação – expositiva, dialogada e interativa –, de maneira a demandar diferentes tipos de participação da audiência.

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA**PRÁTICAS****Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica**

Habilidades	Competências específicas
(EM13LP28) Organizar situações de estudo e utilizar procedimentos e estratégias de leitura adequados aos objetivos e à natureza do conhecimento em questão.	3, 7
(EM13LP29) Resumir e resenhar textos, por meio do uso de paráfrases, de marcas do discurso reportado e de citações, para uso em textos de divulgação de estudos e pesquisas.	2, 3
(EM13LP30) Realizar pesquisas de diferentes tipos (bibliográfica, de campo, experimento científico, levantamento de dados etc.), usando fontes abertas e confiáveis, registrando o processo e comunicando os resultados, tendo em vista os objetivos pretendidos e demais elementos do contexto de produção, como forma de compreender como o conhecimento científico é produzido e apropriar-se dos procedimentos e dos gêneros textuais envolvidos na realização de pesquisas.	7
(EM13LP31) Compreender criticamente textos de divulgação científica orais, escritos e multissemióticos de diferentes áreas do conhecimento, identificando sua organização tópica e a hierarquização das informações, identificando e descartando fontes não confiáveis e problematizando enfoques tendenciosos ou superficiais.	1
(EM13LP32) Selecionar informações e dados necessários para uma dada pesquisa (sem excedê-los) em diferentes fontes (orais, impressas, digitais etc.) e comparar autonomamente esses conteúdos, levando em conta seus contextos de produção, referências e índices de confiabilidade, e percebendo coincidências, complementaridades, contradições, erros ou imprecisões conceituais e de dados, de forma a compreender e posicionar-se criticamente sobre esses conteúdos e estabelecer recortes precisos.	7

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA

PRÁTICAS

Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

Habilidades	Competências específicas
(EM13LP33) Selecionar, elaborar e utilizar instrumentos de coleta de dados e informações (questionários, enquetes, mapeamentos, opinários) e de tratamento e análise dos conteúdos obtidos, que atendam adequadamente a diferentes objetivos de pesquisa.	3
(EM13LP34) Produzir textos para a divulgação do conhecimento e de resultados de levantamentos e pesquisas – texto monográfico, ensaio, artigo de divulgação científica, verbete de enciclopédia (colaborativa ou não), infográfico (estático ou animado), relato de experimento, relatório, relatório multimidiático de campo, reportagem científica, <i>podcast</i> ou <i>vlog</i> científico, apresentações orais, seminários, comunicações em mesas redondas, mapas dinâmicos etc. –, considerando o contexto de produção e utilizando os conhecimentos sobre os gêneros de divulgação científica, de forma a engajar-se em processos significativos de socialização e divulgação do conhecimento.	3
(EM13LP35) Utilizar adequadamente ferramentas de apoio a apresentações orais, escolhendo e usando tipos e tamanhos de fontes que permitam boa visualização, topicalizando e/ou organizando o conteúdo em itens, inserindo de forma adequada imagens, gráficos, tabelas, formas e elementos gráficos, dimensionando a quantidade de texto e imagem por <i>slide</i> e usando, de forma harmônica, recursos (efeitos de transição, <i>slides</i> mestres, <i>layouts</i> personalizados, gravação de áudios em <i>slides</i> etc.).	7

CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO

Trata-se de ampliar as possibilidades de participação dos jovens nas práticas relativas ao trato com a informação e opinião, as quais estão no centro da esfera jornalística/midiática. Para além de consolidar habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que mantenham os jovens interessados pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e que afetam as vidas das pessoas.

Pretende-se que os jovens incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos. Também estão em jogo a produção de textos noticiosos, opinativos e a participação em discussões e debates de forma ética e respeitosa.

Fenômenos e práticas relacionadas às redes sociais também devem ser tematizados, assim como devem ser vislumbrados usos mais colaborativos das redes.

Vários são os gêneros possíveis de serem contemplados em atividades de leitura e produção de textos. Além dos gêneros já elencados para o Ensino Fundamental (entrevista, reportagem, fotorreportagem, foto-denúncia, artigo de opinião, editorial, resenha crítica, crônica, comentário, debate, *vlog* noticioso, *vlog* cultural, meme, charge, charge digital, *political remix*, anúncio publicitário, propaganda, *jingle*, *spot*, entre outros), devem ter espaço gêneros mais complexos relacionados com a apuração e o relato de fatos e situações (reportagem multimidiática, documentário) e/ou com a opinião (crítica da mídia, ensaio e *vlog* de opinião etc.), tanto no que se refere a práticas de leitura/recepção quanto às de produção.

Ainda com relação a esse campo, trata-se também de compreender as formas de persuasão do discurso publicitário e o apelo ao consumo, incluindo discussões sobre as formas contemporâneas de publicidade utilizadas nas várias mídias e ambientes digitais.

Parâmetros para a organização/progressão curriculares

- Possibilitar que, ao longo dos anos, os estudantes experimentem, de forma significativa, diferentes papéis envolvendo a circulação de informação e opinião: repórter, fotorrepórter, editor, comentarista, articulista, curador, leitor (que compartilha, comenta e avalia), crítico de produções culturais, *booktuber*, *vlogger* e outros.
- Considerar a diversidade de gêneros escritos, orais e multimodais ao longo dos três anos, buscando o equilíbrio entre os informativos, argumentativos e apreciativos, entre os mais complexos (documentários, reportagem multimidiática, ensaio etc.) e os menos complexos.

- Possibilitar que vivenciem processos colaborativos de apuração de fatos tidos como de relevância social, por meio de coberturas diretas, entrevistas, levantamentos de dados e afins e tratamento e divulgação de informações sobre esses fatos, utilizando ferramentas de escrita colaborativa e de curadoria e agregadores de conteúdos.
- Considerar produções que envolvam diferentes mídias, de forma que os jovens possam manipular editores de texto, foto, áudio, vídeo, infográfico e de outros tipos e explorar elementos e características das diferentes linguagens envolvidas e os efeitos de sentido que podem provocar, de forma a poder ampliar as possibilidades de análise e concretização de diferentes projetos enunciativos envolvendo a divulgação de relato de fatos ou atitude responsiva em relação aos relatos e opiniões em circulação.

CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO**PRÁTICAS****Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica**

Habilidades	Competências específicas
(EM13LP36) Analisar os interesses que movem o campo jornalístico, os impactos das novas tecnologias digitais de informação e comunicação e da <i>Web 2.0</i> no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria e da checagem de informação uma prática (e um serviço) essencial, adotando atitude analítica e crítica diante dos textos jornalísticos.	2
(EM13LP37) Conhecer e analisar diferentes projetos editoriais - institucionais, privados, públicos, financiados, independentes etc. -, de forma a ampliar o repertório de escolhas possíveis de fontes de informação e opinião, reconhecendo o papel da mídia plural para a consolidação da democracia.	2
(EM13LP38) Analisar os diferentes graus de parcialidade/imparcialidade (no limite, a não neutralidade) em textos noticiosos, comparando relatos de diferentes fontes e analisando o recorte feito de fatos/dados e os efeitos de sentido provocados pelas escolhas realizadas pelo autor do texto, de forma a manter uma atitude crítica diante dos textos jornalísticos e tornar-se consciente das escolhas feitas como produtor.	1, 2
(EM13LP39) Usar procedimentos de checagem de fatos noticiados e fotos publicadas (verificar/avaliar veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, formatação; comparar diferentes fontes; consultar ferramentas e <i>sites</i> checadores etc.), de forma a combater a proliferação de notícias falsas (<i>fake news</i>).	7
(EM13LP40) Analisar o fenômeno da pós-verdade - discutindo as condições e os mecanismos de disseminação de <i>fake news</i> e também exemplos, causas e consequências desse fenômeno e da prevalência de crenças e opiniões sobre fatos -, de forma a adotar atitude crítica em relação ao fenômeno e desenvolver uma postura flexível que permita rever crenças e opiniões quando fatos apurados as contradisserem.	2, 7
(EM13LP41) Analisar os processos humanos e automáticos de curadoria que operam nas redes sociais e outros domínios da internet, comparando os <i>feeds</i> de diferentes páginas de redes sociais e discutindo os efeitos desses modelos de curadoria, de forma a ampliar as possibilidades de trato com o diferente e minimizar o efeito bolha e a manipulação de terceiros.	7

CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO

PRÁTICAS

Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

Habilidades	Competências específicas
(EM13LP42) Acompanhar, analisar e discutir a cobertura da mídia diante de acontecimentos e questões de relevância social, local e global, comparando diferentes enfoques e perspectivas, por meio do uso de ferramentas de curadoria (como agregadores de conteúdo) e da consulta a serviços e fontes de checagem e curadoria de informação, de forma a aprofundar o entendimento sobre um determinado fato ou questão, identificar o enfoque preponderante da mídia e manter-se implicado, de forma crítica, com os fatos e as questões que afetam a coletividade.	2
(EM13LP43) Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, <i>gifs</i> , remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais.	7
(EM13LP44) Analisar formas contemporâneas de publicidade em contexto digital (<i>advergame</i> , anúncios em vídeos, <i>social advertising</i> , <i>unboxing</i> , narrativa mercadológica, entre outras), e peças de campanhas publicitárias e políticas (cartazes, folhetos, anúncios, propagandas em diferentes mídias, <i>spots</i> , <i>jingles</i> etc.), identificando valores e representações de situações, grupos e configurações sociais veiculadas, desconstruindo estereótipos, destacando estratégias de engajamento e viralização e explicando os mecanismos de persuasão utilizados e os efeitos de sentido provocados pelas escolhas feitas em termos de elementos e recursos linguístico-discursivos, imagéticos, sonoros, gestuais e espaciais, entre outros.	1, 7
(EM13LP45) Analisar, discutir, produzir e socializar, tendo em vista temas e acontecimentos de interesse local ou global, notícias, fotodenúncias, fotorreportagens, reportagens multimidiáticas, documentários, infográficos, <i>podcasts</i> noticiosos, artigos de opinião, críticas da mídia, <i>vlogs</i> de opinião, textos de apresentação e apreciação de produções culturais (resenhas, ensaios etc.) e outros gêneros próprios das formas de expressão das culturas juvenis (<i>vlogs</i> e <i>podcasts</i> culturais, <i>gameplay</i> etc.), em várias mídias, vivenciando de forma significativa o papel de repórter, analista, crítico, editorialista ou articulista, leitor, vlogueiro e <i>booktuber</i> , entre outros.	1, 3

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO

Neste campo, trata-se, principalmente, de levar os estudantes a ampliar seu repertório de leituras e selecionar obras significativas para si, conseguindo apreender os níveis de leitura presentes nos textos e os discursos subjacentes de seus autores.

Ao engajar-se mais criticamente, os jovens podem atualizar os sentidos das obras, possibilitando compartilhá-las em redes sociais, na escola e em diálogos com colegas e amigos. Trata-se, portanto, além da apropriação para si, de desfrutar também dos modos de execução das obras, que ocorre com a ajuda de procedimentos de análise linguística e semiótica.

A prática da leitura literária, assim como de outras linguagens, deve ser capaz também de resgatar a historicidade dos textos: produção, circulação e recepção das obras literárias, em um entrecruzamento de diálogos (entre obras, leitores, tempos históricos) e em seus movimentos de manutenção da tradição e de ruptura, suas tensões entre códigos estéticos e seus modos de apreensão da realidade.

Espera-se que os leitores/fruidores possam também reconhecer na arte formas de crítica cultural e política, uma vez que toda obra expressa, inevitavelmente, uma visão de mundo e uma forma de conhecimento, por meio de sua construção estética.

Para encontrar modos de experimentar e posicionar-se, os estudantes podem participar de eventos e práticas artísticas coletivas, mediante sua própria produção artística, combinando a escrita literária com outras formas semióticas de expressão. Desse modo, eles podem expor suas preferências ideológicas e estéticas e consolidar um conjunto de valores e conhecimentos da língua e da arte.

No Ensino Médio, devem ser introduzidas para fruição e conhecimento, ao lado da literatura africana, afro-brasileira, indígena e da literatura contemporânea, obras da tradição literária brasileira e de língua portuguesa, de um modo mais sistematizado, em que sejam aprofundadas as relações com os períodos históricos, artísticos e culturais. Essa tradição, em geral, é constituída por textos clássicos, que se perfilaram como canônicos – obras que, em sua trajetória até a recepção contemporânea, mantiveram-se reiteradamente legitimadas como elemento expressivo de suas épocas.

Nesse sentido, a tradição literária tem importância não só por sua condição de patrimônio, mas também por possibilitar a apreensão do imaginário e das formas de sensibilidade de uma determinada época, de suas formas poéticas e das formas de organização social e cultural do Brasil, sendo ainda hoje capazes de tocar os leitores nas emoções e nos valores. Além disso, tais obras proporcionam o contato com uma linguagem que amplia o repertório linguístico dos jovens e oportuniza novas potencialidades e experimentações de uso da língua, no contato com as ambiguidades da linguagem e seus múltiplos arranjos.

Está em jogo, também, nesta etapa, um trabalho mais sistemático com a escrita literária, o fazer poético, cujo trabalho é lento e demanda seleções e experimentações de

conteúdo e de recursos linguísticos variados, tendo em vista um interlocutor. Com isso, tais escolhas podem funcionar como processo de autoconhecimento, ao mobilizar ideias, sentimentos e emoções.

Parâmetros para a organização/progressão curricular

- Diversificar, ao longo do Ensino Médio, produções das culturas juvenis contemporâneas (*slams*, vídeos de diferentes tipos, *playlists* comentadas, *raps* e outros gêneros musicais etc.), minicontos, nanocontos, *best-sellers*, literaturas juvenis brasileira e estrangeira, incluindo entre elas a literatura africana de língua portuguesa, a afro-brasileira, a latino-americana etc., obras da tradição popular (versos, cordéis, cirandas, canções em geral, contos folclóricos de matrizes europeias, africanas, indígenas etc.) que possam aproximar os estudantes de culturas que subjazem na formação identitária de grupos de diferentes regiões do Brasil.
- Ampliar o repertório de clássicos brasileiros e estrangeiros com obras mais complexas que representem desafio para os estudantes do ponto de vista dos códigos linguísticos, éticos e estéticos.
- Estabelecer seleções em perspectivas comparativas e dialógicas, que considerem diferentes gêneros literários, culturas e temas.
- Abordar obras de diferentes períodos históricos, que devem ser apreendidas em suas dimensões sincrônicas e diacrônicas para estabelecer relações com o que veio antes e o que virá depois.
- Propor a leitura de obras significativas da literatura brasileira, contextualizando sua época, suas condições de produção, circulação e recepção, tanto no eixo diacrônico quanto sincrônico, ficando a critério local estabelecer ou não a abordagem do conjunto de movimentos estéticos, obras e autores, de forma linear, crescente ou decrescente, desde que a leitura efetiva de obras selecionadas não seja prejudicada.
- Encontrar outros tempos e espaços para contemplar a escrita literária, considerando ferramentas e ambientes digitais, além de outros formatos – oficinas de criação, laboratórios ou projetos de escritas literárias, comunidades de escritores etc. Trata-se de lidar com um fazer poético que, conforme já foi explicado, é uma forma de produção lenta e que demanda seleções de conteúdo e de recursos linguísticos variados. Assim sendo, essas escolhas podem funcionar como processo de autoconhecimento, no ir e vir da busca das palavras certas para revelar uma ideia, um sentimento e uma emoção, na experimentação de uma forma de composição, de uma sintaxe e de um léxico. Esse processo pode até mesmo envolver a quebra intencional de algumas das características estáveis dos gêneros, a hibridização de gêneros ou o uso de recursos literários em textos ligados a outros campos, como forma de provocar efeitos de sentidos diversos na escrita de textos pertencentes aos mais diferentes gêneros discursivos, não apenas os da esfera literária.

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO	
PRÁTICAS Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica	
Habilidades	Competências específicas
(EM13LP46) Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica.	6
(EM13LP47) Participar de eventos (saraus, competições orais, audições, mostras, festivais, feiras culturais e literárias, rodas e clubes de leitura, cooperativas culturais, jograis, repentes, <i>slams</i> etc.), inclusive para socializar obras da própria autoria (poemas, contos e suas variedades, roteiros e microrroteiros, videominutos, <i>playlists</i> comentadas de música etc.) e/ou interpretar obras de outros, inserindo-se nas diferentes práticas culturais de seu tempo.	3, 6
(EM13LP48) Identificar assimilações, rupturas e permanências no processo de constituição da literatura brasileira e ao longo de sua trajetória, por meio da leitura e análise de obras fundamentais do cânone ocidental, em especial da literatura portuguesa, para perceber a historicidade de matrizes e procedimentos estéticos.	1, 6
(EM13LP49) Perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura.	1, 6
(EM13LP50) Analisar relações intertextuais e interdiscursivas entre obras de diferentes autores e gêneros literários de um mesmo momento histórico e de momentos históricos diversos, explorando os modos como a literatura e as artes em geral se constituem, dialogam e se retroalimentam.	6
(EM13LP51) Selecionar obras do repertório artístico-literário contemporâneo à disposição segundo suas predileções, de modo a constituir um acervo pessoal e dele se apropriar para se inserir e intervir com autonomia e criticidade no meio cultural.	3

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO

PRÁTICAS

Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

Habilidades	Competências específicas
(EM13LP52) Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente.	1, 2
(EM13LP53) Produzir apresentações e comentários apreciativos e críticos sobre livros, filmes, discos, canções, espetáculos de teatro e dança, exposições etc. (resenhas, <i>vlogs</i> e <i>podcasts</i> literários e artísticos, <i>playlists</i> comentadas, fanzines, <i>e-zines</i> etc.).	1, 3
(EM13LP54) Criar obras autorais, em diferentes gêneros e mídias – mediante seleção e apropriação de recursos textuais e expressivos do repertório artístico –, e/ou produções derivadas (paródias, estilizações, <i>fanfics</i> , <i>fanclipes</i> etc.), como forma de dialogar crítica e/ou subjetivamente com o texto literário.	1, 3

5.2. A ÁREA DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

A BNCC da área de Matemática e suas Tecnologias propõe **a consolidação, a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais** desenvolvidas no Ensino Fundamental. Para tanto, propõe colocar em jogo, de modo mais inter-relacionado, os conhecimentos já explorados na etapa anterior, a fim de possibilitar que os estudantes construam uma visão mais integrada da Matemática, ainda na perspectiva de sua aplicação à realidade.

Na BNCC de Matemática do Ensino Fundamental, as habilidades estão organizadas segundo unidades de conhecimento da própria área (Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística).

Em relação aos números, os estudantes do Ensino Fundamental têm a oportunidade de desenvolver habilidades referentes ao pensamento numérico, ampliando a compreensão a respeito dos diferentes campos e significados das operações. Para isso, propõe-se a resolução de problemas envolvendo números naturais, inteiros, racionais e reais, em diferentes contextos (do cotidiano, da própria Matemática e de outras áreas do conhecimento).

Os estudantes têm também a oportunidade de desenvolver o pensamento algébrico, tendo em vista as demandas para identificar a relação de dependência entre duas grandezas em contextos significativos e comunicá-la, utilizando diferentes escritas algébricas, além de resolver situações-problema por meio de equações e inequações.

Em relação ao pensamento geométrico, eles desenvolvem habilidades para interpretar e representar a localização e o deslocamento de uma figura no plano cartesiano, identificar transformações isométricas e produzir ampliações e reduções de figuras. Além disso, são solicitados a formular e resolver problemas em contextos diversos, aplicando os conceitos de congruência e semelhança.

No que se refere a Grandezas e Medidas, os estudantes constroem e ampliam a noção de medida, pelo estudo de diferentes grandezas, e obtêm expressões para o cálculo da medida da área de superfícies planas e da medida do volume de alguns sólidos geométricos.

Outro ponto enfatizado no Ensino Fundamental é o desenvolvimento do pensamento proporcional. Isso pode ser feito pela exploração de situações que oportunizem a representação, em um sistema de coordenadas cartesianas, da variação de grandezas, além da análise e caracterização do comportamento dessa variação (diretamente proporcional, inversamente proporcional ou não proporcional).

No tocante à Probabilidade, os estudantes do Ensino Fundamental têm a possibilidade, desde os anos iniciais, de construir o espaço amostral de eventos equiprováveis, utilizando a árvore de possibilidades, o princípio multiplicativo ou simulações, para estimar a probabilidade de sucesso de um dos eventos.

Para o desenvolvimento de habilidades relativas à Estatística, os estudantes têm oportunidades não apenas de interpretar estatísticas divulgadas pela mídia, mas, sobretudo, de planejar e executar pesquisa amostral, interpretando as medidas de tendência central, e de comunicar os resultados obtidos por meio de relatórios, incluindo representações gráficas adequadas.

Além disso, a BNCC propõe que os estudantes utilizem tecnologias, como calculadoras e planilhas eletrônicas, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal valorização possibilita que, ao chegarem aos anos finais, eles possam ser estimulados a desenvolver o pensamento computacional, por meio da interpretação e da elaboração de algoritmos, incluindo aqueles que podem ser representados por fluxogramas.

Em continuidade a essas aprendizagens, no Ensino Médio o foco é a construção de uma visão integrada da Matemática, aplicada à realidade, em diferentes contextos. Consequentemente, quando a realidade é a referência, é preciso levar em conta as vivências cotidianas dos estudantes do Ensino Médio - impactados de diferentes maneiras pelos avanços tecnológicos, pelas exigências do mercado de trabalho, pelos projetos de bem viver dos seus povos, pela potencialidade das mídias sociais, entre outros. Nesse contexto, destaca-se ainda a importância do recurso a tecnologias digitais e aplicativos tanto para a investigação matemática como para dar continuidade ao desenvolvimento do pensamento computacional, iniciado na etapa anterior.

Diante dessas considerações, a área de Matemática e suas Tecnologias tem a responsabilidade de aproveitar todo o potencial já constituído por esses estudantes no Ensino Fundamental, para promover ações que ampliem o letramento matemático iniciado na

etapa anterior. Isso significa que novos conhecimentos específicos devem estimular processos mais elaborados de reflexão e de abstração, que deem sustentação a modos de pensar que permitam aos estudantes formular e resolver problemas em diversos contextos com mais autonomia e recursos matemáticos.

Para que esses propósitos se concretizem nessa área, os estudantes devem desenvolver habilidades relativas aos **processos de investigação, de construção de modelos e de resolução de problemas**. Para tanto, eles devem mobilizar seu modo próprio de raciocinar, representar, comunicar, argumentar e, com base em discussões e validações conjuntas, aprender conceitos e desenvolver representações e procedimentos cada vez mais sofisticados.

Assim, para o desenvolvimento de competências que envolvem **raciocinar**, é necessário que os estudantes possam, em interação com seus colegas e professores, investigar, explicar e justificar as soluções apresentadas para os problemas, com ênfase nos processos de argumentação matemática. Embora todos esses processos pressuponham o raciocínio matemático, em muitas situações são também mobilizadas habilidades relativas à representação e à comunicação para expressar as generalizações, bem como à construção de uma argumentação consistente para justificar o raciocínio utilizado.

As competências que estão diretamente associadas a **representar** pressupõem a elaboração de registros para evocar um objeto matemático. Apesar de essa ação não ser exclusiva da Matemática, uma vez que todas as áreas têm seus processos de representação, em especial nessa área é possível verificar de forma inequívoca a importância das representações para a compreensão de fatos, ideias e conceitos, uma vez que o acesso aos objetos matemáticos se dá por meio delas. Nesse sentido, na Matemática, o uso dos registros de representação e das diferentes linguagens é, muitas vezes, necessário para a compreensão, a resolução e a comunicação de resultados de uma atividade. Por esse motivo, espera-se que os estudantes conheçam diversos registros de representação e possam mobilizá-los para modelar situações diversas por meio da linguagem específica da matemática – verificando que os recursos dessa linguagem são mais apropriados e seguros na busca de soluções e respostas – e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento de seu próprio raciocínio.

Após resolverem os problemas matemáticos, os estudantes precisam apresentar e justificar seus resultados, interpretar os resultados dos colegas e interagir com eles. É nesse contexto que a competência de

comunicar ganha importância. Nas comunicações, os estudantes devem ser capazes de justificar suas conclusões não apenas com símbolos matemáticos e conectivos lógicos, mas também por meio da língua materna, realizando apresentações orais dos resultados e elaborando relatórios, entre outros registros.

Com relação à competência de **argumentar**, seu desenvolvimento pressupõe também a formulação e a testagem de conjecturas, com a apresentação de justificativas, além dos aspectos já citados anteriormente em relação às competências de raciocinar e representar.

Assim, as aprendizagens previstas para o Ensino Médio são fundamentais para que o letramento matemático dos estudantes se torne ainda mais denso e eficiente, tendo em vista que eles irão aprofundar e ampliar as habilidades propostas para o Ensino Fundamental e terão mais ferramentas para compreender a realidade e propor as ações de intervenção especificadas para essa etapa.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as da área de Matemática do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, a área de Matemática e suas Tecnologias deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de **competências específicas**. Relacionadas a cada uma delas, são indicadas, posteriormente, **habilidades** a ser alcançadas nessa etapa.

As competências não têm uma ordem preestabelecida. Elas formam um todo conectado, de modo que o desenvolvimento de uma requer, em determinadas situações, a mobilização de outras. Cabe observar que essas competências consideram que, além da cognição, os estudantes devem desenvolver atitudes de autoestima, de perseverança na busca de soluções e de respeito ao trabalho e às opiniões dos colegas, mantendo predisposição para realizar ações em grupo.

Por sua vez, embora cada habilidade esteja associada a determinada competência, isso não significa que ela não contribua para o desenvolvimento de outras. Ainda que Matemática, tal como Língua Portuguesa, deva ser oferecida nos três anos do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), as habilidades são apresentadas sem indicação de seriação. Essa decisão permite flexibilizar a definição anual dos currículos e propostas pedagógicas de cada escola.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO

1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, das questões socioeconômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a contribuir para uma formação geral.
2. Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.
3. Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.
4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas.
5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando estratégias e recursos, como observação de padrões, experimentações e diferentes tecnologias, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.

5.2.1. MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS NO ENSINO MÉDIO: COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, das questões socioeconômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a contribuir para uma formação geral.

O desenvolvimento dessa competência específica, que é bastante ampla, pressupõe habilidades que podem favorecer a interpretação e compreensão da realidade pelos estudantes, utilizando conceitos de diferentes campos da Matemática para fazer julgamentos bem fundamentados.

Essa competência específica contribui não apenas para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, mas também para a formação científica geral dos estudantes, uma vez que prevê a interpretação de situações das Ciências da Natureza ou Humanas. Os estudantes deverão, por exemplo, ser capazes de analisar criticamente o que é produzido e divulgado nos meios de comunicação (livros, jornais, revistas, internet, televisão, rádio etc.), muitas vezes de forma imprópria e que induz a erro: generalizações equivocadas de resultados de pesquisa, uso inadequado da amostragem, forma de representação dos dados – escalas inapropriadas, legendas não explicitadas corretamente, omissão de informações importantes (fontes e datas), entre outros.

HABILIDADES

(EM13MAT101) Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT102) Analisar tabelas, gráficos e amostras de pesquisas estatísticas apresentadas em relatórios divulgados por diferentes meios de comunicação, identificando, quando for o caso, inadequações que possam induzir a erros de interpretação, como escalas e amostras não apropriadas.

(EM13MAT103) Interpretar e compreender textos científicos ou divulgados pelas mídias, que empregam unidades de medida de diferentes grandezas e as conversões possíveis entre elas, adotadas ou não pelo Sistema Internacional (SI), como as de armazenamento e velocidade de transferência de dados, ligadas aos avanços tecnológicos.

(EM13MAT104) Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos.

(EM13MAT105) Utilizar as noções de transformações isométricas (translação, reflexão, rotação e composições destas) e transformações homotéticas para construir figuras e analisar elementos da natureza e diferentes produções humanas (fractais, construções civis, obras de arte, entre outras).

(EM13MAT106) Identificar situações da vida cotidiana nas quais seja necessário fazer escolhas levando-se em conta os riscos probabilísticos (usar este ou aquele método contraceptivo, optar por um tratamento médico em detrimento de outro etc.).

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2

Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.

Essa competência específica amplia a anterior por colocar os estudantes em situações nas quais precisam investigar questões de impacto social que os mobilizem a propor ou participar de ações individuais ou coletivas que visem solucionar eventuais problemas.

O desenvolvimento dessa competência específica prevê ainda que os estudantes possam identificar aspectos consensuais ou não na discussão tanto dos problemas investigados como das intervenções propostas, com base em princípios solidários, éticos e sustentáveis, valorizando a diversidade de opiniões de grupos sociais e de indivíduos e sem quaisquer preconceitos. Nesse sentido, favorece a interação entre os estudantes, de forma cooperativa, para aprender e ensinar Matemática de forma significativa.

Para o desenvolvimento dessa competência, deve-se também considerar a reflexão sobre os distintos papéis que a educação matemática pode desempenhar em diferentes contextos sociopolíticos e culturais, como em relação aos povos e comunidades tradicionais do Brasil, articulando esses saberes construídos nas práticas sociais e educativas.

HABILIDADES

(EM13MAT201) Propor ou participar de ações adequadas às demandas da região, preferencialmente para sua comunidade, envolvendo medições e cálculos de perímetro, de área, de volume, de capacidade ou de massa.

(EM13MAT202) Planejar e executar pesquisa amostral sobre questões relevantes, usando dados coletados diretamente ou em diferentes fontes, e comunicar os resultados por meio de relatório contendo gráficos e interpretação das medidas de tendência central e das medidas de dispersão (amplitude e desvio padrão), utilizando ou não recursos tecnológicos.

(EM13MAT203) Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3

Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.

As habilidades indicadas para o desenvolvimento dessa competência específica estão relacionadas à interpretação, construção de modelos, resolução e formulação de problemas matemáticos envolvendo noções, conceitos e procedimentos quantitativos, geométricos, estatísticos, probabilísticos, entre outros.

No caso da resolução e formulação de problemas, é importante contemplar contextos diversos (relativos tanto à própria Matemática, incluindo os oriundos do desenvolvimento tecnológico, como às outras áreas do conhecimento). Não é demais destacar que, também no Ensino Médio, os estudantes devem desenvolver e mobilizar habilidades que servirão para resolver problemas ao longo de sua vida – por isso, as situações propostas devem ter significado real para eles. Nesse sentido, os problemas cotidianos têm papel fundamental na escola para o aprendizado e a aplicação de conceitos matemáticos, considerando que o cotidiano não se refere apenas às atividades do dia a dia dos estudantes, mas também às questões da comunidade mais ampla e do mundo do trabalho.

Deve-se ainda ressaltar que os estudantes também precisam construir significados para os problemas próprios da Matemática.

Para resolver problemas, os estudantes podem, no início, identificar os conceitos e procedimentos matemáticos necessários ou os que possam ser utilizados na chamada formulação matemática do problema. Depois disso, eles precisam aplicar esses conceitos, executar procedimentos e, ao final, compatibilizar os resultados com o problema original, comunicando a solução aos colegas por meio de argumentação consistente e linguagem adequada.

No entanto, a resolução de problemas pode exigir processos cognitivos diferentes. Há problemas nos quais os estudantes deverão aplicar de imediato um conceito ou um procedimento, tendo em vista que a tarefa solicitada está explícita. Há outras situações nas quais, embora essa tarefa esteja contida no enunciado, os estudantes deverão fazer algumas adaptações antes de aplicar o conceito que foi explicitado, exigindo, portanto, maior grau de interpretação.

Há, ainda, problemas cujas tarefas não estão explícitas e para as quais os estudantes deverão mobilizar seus conhecimentos e habilidades a fim de identificar conceitos e conceber um processo de resolução. Em alguns desses problemas, os estudantes precisam identificar ou construir um modelo para que possam gerar respostas adequadas. Esse processo envolve analisar os fundamentos e propriedades de modelos existentes, avaliando seu alcance e validade para o problema em foco. Essa competência

específica considera esses diferentes tipos de problemas, incluindo a construção e o reconhecimento de modelos que podem ser aplicados.

Convém reiterar a justificativa do uso na BNCC de “Resolver e Elaborar Problemas” em lugar de “Resolver Problemas”. Essa opção amplia e aprofunda o significado dado à resolução de problemas: a elaboração pressupõe que os estudantes investiguem outros problemas que envolvem os conceitos tratados; sua finalidade é também promover a reflexão e o questionamento sobre o que ocorreria se algum dado fosse alterado ou se alguma condição fosse acrescentada ou retirada.

Cabe ainda destacar que o uso de tecnologias possibilita aos estudantes alternativas de experiências variadas e facilitadoras de aprendizagens que reforçam a capacidade de raciocinar logicamente, formular e testar conjecturas, avaliar a validade de raciocínios e construir argumentações.

HABILIDADES

(EM13MAT301) Resolver e elaborar problemas do cotidiano, da Matemática e de outras áreas do conhecimento, que envolvem equações lineares simultâneas, usando técnicas algébricas e gráficas, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT302) Construir modelos empregando as funções polinomiais de 1º ou 2º grau, para resolver problemas em contextos diversos, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT303) Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples com as que envolvem juros compostos, por meio de representações gráficas ou análise de planilhas, destacando o crescimento linear ou exponencial de cada caso.

(EM13MAT304) Resolver e elaborar problemas com funções exponenciais nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como o da Matemática Financeira, entre outros.

(EM13MAT305) Resolver e elaborar problemas com funções logarítmicas nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, Matemática Financeira, entre outros.

(EM13MAT306) Resolver e elaborar problemas em contextos que envolvem fenômenos periódicos reais (ondas sonoras, fases da lua, movimentos cíclicos, entre outros) e comparar suas representações com as funções seno e cosseno, no plano cartesiano, com ou sem apoio de aplicativos de álgebra e geometria.

(EM13MAT307) Empregar diferentes métodos para a obtenção da medida da área de uma superfície (reconfigurações, aproximação por cortes etc.) e deduzir expressões de cálculo para aplicá-las em situações reais (como o remanejamento e a distribuição de plantações, entre outros), com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT308) Aplicar as relações métricas, incluindo as leis do seno e do cosseno ou as noções de congruência e semelhança, para resolver e elaborar problemas que envolvem triângulos, em variados contextos.

HABILIDADES

(EM13MAT309) Resolver e elaborar problemas que envolvem o cálculo de áreas totais e de volumes de prismas, pirâmides e corpos redondos em situações reais (como o cálculo do gasto de material para revestimento ou pinturas de objetos cujos formatos sejam composições dos sólidos estudados), com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT310) Resolver e elaborar problemas de contagem envolvendo agrupamentos ordenáveis ou não de elementos, por meio dos princípios multiplicativo e aditivo, recorrendo a estratégias diversas, como o diagrama de árvore.

(EM13MAT311) Identificar e descrever o espaço amostral de eventos aleatórios, realizando contagem das possibilidades, para resolver e elaborar problemas que envolvem o cálculo da probabilidade.

(EM13MAT312) Resolver e elaborar problemas que envolvem o cálculo de probabilidade de eventos em experimentos aleatórios sucessivos.

(EM13MAT313) Utilizar, quando necessário, a notação científica para expressar uma medida, compreendendo as noções de algarismos significativos e algarismos duvidosos, e reconhecendo que toda medida é inevitavelmente acompanhada de erro.

(EM13MAT314) Resolver e elaborar problemas que envolvem grandezas determinadas pela razão ou pelo produto de outras (velocidade, densidade demográfica, energia elétrica etc.).

(EM13MAT315) Investigar e registrar, por meio de um fluxograma, quando possível, um algoritmo que resolve um problema.

(EM13MAT316) Resolver e elaborar problemas, em diferentes contextos, que envolvem cálculo e interpretação das medidas de tendência central (média, moda, mediana) e das medidas de dispersão (amplitude, variância e desvio padrão).

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 4

Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas.

As habilidades vinculadas a essa competência específica tratam da utilização das diferentes representações de um mesmo objeto matemático na resolução de problemas em vários contextos, como os socioambientais e da vida cotidiana, tendo em vista que elas têm um papel decisivo na aprendizagem dos estudantes. Ao conseguirem utilizar as representações matemáticas, compreender as ideias que elas expressam e, quando possível, fazer a conversão entre elas, os estudantes passam a dominar um conjunto de ferramentas que potencializa de forma significativa sua capacidade de resolver problemas, comunicar e argumentar; enfim, ampliam sua capacidade de pensar matematicamente. Além disso, a análise das representações utilizadas pelos estudantes para resolver um problema permite compreender os modos como o interpretaram e como raciocinaram para resolvê-lo.

Portanto, para as aprendizagens dos conceitos e procedimentos matemáticos, é fundamental que os estudantes sejam estimulados a explorar mais de um registro de representação sempre que possível. Eles precisam escolher as representações mais convenientes a cada situação, convertendo-as sempre que necessário. A conversão de um registro para outro nem sempre é simples, apesar de, muitas vezes, ser necessária para uma adequada compreensão do objeto matemático em questão, pois uma representação pode facilitar a compreensão de um aspecto que outra não favorece.

HABILIDADES

(EM13MAT401) Converter representações algébricas de funções polinomiais de 1º grau em representações geométricas no plano cartesiano, distinguindo os casos nos quais o comportamento é proporcional, recorrendo ou não a *softwares* ou aplicativos de álgebra e geometria dinâmica.

(EM13MAT402) Converter representações algébricas de funções polinomiais de 2º grau em representações geométricas no plano cartesiano, distinguindo os casos nos quais uma variável for diretamente proporcional ao quadrado da outra, recorrendo ou não a *softwares* ou aplicativos de álgebra e geometria dinâmica, entre outros materiais.

(EM13MAT403) Analisar e estabelecer relações, com ou sem apoio de tecnologias digitais, entre as representações de funções exponencial e logarítmica expressas em tabelas e em plano cartesiano, para identificar as características fundamentais (domínio, imagem, crescimento) de cada função.

(EM13MAT404) Analisar funções definidas por uma ou mais sentenças (tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica, identificando domínios de validade, imagem, crescimento e decrescimento, e convertendo essas representações de uma para outra, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT405) Utilizar conceitos iniciais de uma linguagem de programação na implementação de algoritmos escritos em linguagem corrente e/ou matemática.

(EM13MAT406) Construir e interpretar tabelas e gráficos de frequências com base em dados obtidos em pesquisas por amostras estatísticas, incluindo ou não o uso de *softwares* que inter-relacionem estatística, geometria e álgebra.

(EM13MAT407) Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos (histograma, de caixa (*box-plot*), de ramos e folhas, entre outros), reconhecendo os mais eficientes para sua análise.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando estratégias e recursos, como observação de padrões, experimentações e diferentes tecnologias, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.

O desenvolvimento dessa competência específica pressupõe um conjunto de habilidades voltadas às capacidades de investigação e de formulação de explicações e argumentos, que podem emergir de experiências empíricas – induções decorrentes de investigações e experimentações com materiais concretos, apoios visuais e a utilização de tecnologias digitais, por exemplo. Ao formular conjecturas com base em suas investigações, os estudantes devem buscar contraexemplos para refutá-las e, quando necessário, procurar argumentos para validá-las. Essa validação não pode ser feita apenas com argumentos empíricos, mas deve trazer também argumentos mais “formais”, incluindo a demonstração de algumas proposições.

Tais habilidades têm importante papel na formação matemática dos estudantes, para que construam uma compreensão viva do que é a Matemática, inclusive quanto à sua relevância. Isso significa percebê-la como um conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, com seus objetos de estudo e métodos próprios para investigar e comunicar seus resultados teóricos ou aplicados. Igualmente significa caracterizar a atividade matemática como atividade humana, sujeita a acertos e erros, como um processo de buscas, questionamentos, conjecturas, contraexemplos, refutações, aplicações e comunicação.

Para tanto, é indispensável que os estudantes experimentem e interiorizem o caráter distintivo da Matemática como ciência, ou seja, a natureza do raciocínio hipotético-dedutivo, em contraposição ao raciocínio hipotético-indutivo, característica preponderante de outras ciências.

HABILIDADES

(EM13MAT501) Investigar relações entre números expressos em tabelas para representá-los no plano cartesiano, identificando padrões e criando conjecturas para generalizar e expressar algebricamente essa generalização, reconhecendo quando essa representação é de função polinomial de 1º grau.

(EM13MAT502) Investigar relações entre números expressos em tabelas para representá-los no plano cartesiano, identificando padrões e criando conjecturas para generalizar e expressar algebricamente essa generalização, reconhecendo quando essa representação é de função polinomial de 2º grau do tipo $y = ax^2$.

(EM13MAT503) Investigar pontos de máximo ou de mínimo de funções quadráticas em contextos envolvendo superfícies, Matemática Financeira ou Cinemática, entre outros, com apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT504) Investigar processos de obtenção da medida do volume de prismas, pirâmides, cilindros e cones, incluindo o princípio de Cavalieri, para a obtenção das fórmulas de cálculo da medida do volume dessas figuras.

(EM13MAT505) Resolver problemas sobre ladrilhamento do plano, com ou sem apoio de aplicativos de geometria dinâmica, para conjecturar a respeito dos tipos ou composição de polígonos que podem ser utilizados em ladrilhamento, generalizando padrões observados.

(EM13MAT506) Representar graficamente a variação da área e do perímetro de um polígono regular quando os comprimentos de seus lados variam, analisando e classificando as funções envolvidas.

(EM13MAT507) Identificar e associar progressões aritméticas (PA) a funções afins de domínios discretos, para análise de propriedades, dedução de algumas fórmulas e resolução de problemas.

(EM13MAT508) Identificar e associar progressões geométricas (PG) a funções exponenciais de domínios discretos, para análise de propriedades, dedução de algumas fórmulas e resolução de problemas.

(EM13MAT509) Investigar a deformação de ângulos e áreas provocada pelas diferentes projeções usadas em cartografia (como a cilíndrica e a cônica), com ou sem suporte de tecnologia digital.

(EM13MAT510) Investigar conjuntos de dados relativos ao comportamento de duas variáveis numéricas, usando ou não tecnologias da informação, e, quando apropriado, levar em conta a variação e utilizar uma reta para descrever a relação observada.

(EM13MAT511) Reconhecer a existência de diferentes tipos de espaços amostrais, discretos ou não, e de eventos, equiprováveis ou não, e investigar implicações no cálculo de probabilidades.

5.2.1.1.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

As possibilidades de organização curricular das aprendizagens propostas na BNCC de Matemática são várias. Uma organização possível – e mais próxima da prática de elaboração curricular dessa área – é por unidades similares às propostas para o Ensino Fundamental. Essas unidades podem ser, entre outras, Números e Álgebra, Geometria e Medidas, e Probabilidade e Estatística, como apresentado nos quadros a seguir. É importante destacar que, nesses quadros, foram mantidos os códigos originais das habilidades (conforme apresentação no item anterior), o que permite reconhecer a competência específica à qual cada habilidade está relacionada. Assim, por exemplo, a habilidade EM13MAT402 está relacionada à competência específica 4, o que se identifica no primeiro algarismo após a sigla MAT.

Na (re)elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas, é possível adotar outras organizações, recorrendo tanto às habilidades definidas nesta BNCC quanto a outras que sejam necessárias e que contemplem especificidades e demandas próprias dos sistemas de ensino e das escolas. Apesar disso, é fundamental preservar a articulação, proposta nesta BNCC, entre os vários campos da Matemática, com vistas à construção de uma visão integrada de Matemática e aplicada à realidade. Além disso, é importante que os saberes matemáticos, do ponto de vista pedagógico e didático, sejam fundamentados em diferentes bases, de modo a assegurar a compreensão de fenômenos do próprio contexto cultural do indivíduo e das relações interculturais.

NÚMEROS E ÁLGEBRA**HABILIDADES**

(EM13MAT104) Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos.

(EM13MAT203) Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões.

(EM13MAT101) Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT302) Construir modelos empregando as funções polinomiais de 1º ou 2º grau, para resolver problemas em contextos diversos, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT401) Converter representações algébricas de funções polinomiais de 1º grau em representações geométricas no plano cartesiano, distinguindo os casos nos quais o comportamento é proporcional, recorrendo ou não a *softwares* ou aplicativos de álgebra e geometria dinâmica.

(EM13MAT510) Investigar conjuntos de dados relativos ao comportamento de duas variáveis numéricas, usando ou não tecnologias da informação, e, quando apropriado, levar em conta a variação e utilizar uma reta para descrever a relação observada.

(EM13MAT402) Converter representações algébricas de funções polinomiais de 2º grau em representações geométricas no plano cartesiano, distinguindo os casos nos quais uma variável for diretamente proporcional ao quadrado da outra, recorrendo ou não a *softwares* ou aplicativos de álgebra e geometria dinâmica, entre outros materiais.

(EM13MAT501) Investigar relações entre números expressos em tabelas para representá-los no plano cartesiano, identificando padrões e criando conjecturas para generalizar e expressar algebricamente essa generalização, reconhecendo quando essa representação é de função polinomial de 1º grau.

(EM13MAT502) Investigar relações entre números expressos em tabelas para representá-los no plano cartesiano, identificando padrões e criando conjecturas para generalizar e expressar algebricamente essa generalização, reconhecendo quando essa representação é de função polinomial de 2º grau do tipo $y = ax^2$.

(EM13MAT503) Investigar pontos de máximo ou de mínimo de funções quadráticas em contextos envolvendo superfícies, Matemática Financeira ou Cinemática, entre outros, com apoio de tecnologias digitais.

NÚMEROS E ÁLGEBRA

HABILIDADES

(EM13MAT507) Identificar e associar progressões aritméticas (PA) a funções afins de domínios discretos, para análise de propriedades, dedução de algumas fórmulas e resolução de problemas.

(EM13MAT508) Identificar e associar progressões geométricas (PG) a funções exponenciais de domínios discretos, para análise de propriedades, dedução de algumas fórmulas e resolução de problemas.

(EM13MAT303) Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples com as que envolvem juros compostos, por meio de representações gráficas ou análise de planilhas, destacando o crescimento linear ou exponencial de cada caso.

(EM13MAT304) Resolver e elaborar problemas com funções exponenciais nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como o da Matemática Financeira, entre outros.

(EM13MAT305) Resolver e elaborar problemas com funções logarítmicas nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, Matemática Financeira, entre outros.

(EM13MAT403) Analisar e estabelecer relações, com ou sem apoio de tecnologias digitais, entre as representações de funções exponencial e logarítmica expressas em tabelas e em plano cartesiano, para identificar as características fundamentais (domínio, imagem, crescimento) de cada função.

(EM13MAT306) Resolver e elaborar problemas em contextos que envolvem fenômenos periódicos reais (ondas sonoras, fases da lua, movimentos cíclicos, entre outros) e comparar suas representações com as funções seno e cosseno, no plano cartesiano, com ou sem apoio de aplicativos de álgebra e geometria.

(EM13MAT301) Resolver e elaborar problemas do cotidiano, da Matemática e de outras áreas do conhecimento, que envolvem equações lineares simultâneas, usando técnicas algébricas e gráficas, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT404) Analisar funções definidas por uma ou mais sentenças (tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás etc.), em suas representações algébrica e gráfica, identificando domínios de validade, imagem, crescimento e decrescimento, e convertendo essas representações de uma para outra, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT405) Utilizar conceitos iniciais de uma linguagem de programação na implementação de algoritmos escritos em linguagem corrente e/ou matemática.

(EM13MAT315) Investigar e registrar, por meio de um fluxograma, quando possível, um algoritmo que resolve um problema.

GEOMETRIA E MEDIDAS**HABILIDADES**

(EM13MAT103) Interpretar e compreender textos científicos ou divulgados pelas mídias, que empregam unidades de medida de diferentes grandezas e as conversões possíveis entre elas, adotadas ou não pelo Sistema Internacional (SI), como as de armazenamento e velocidade de transferência de dados, ligadas aos avanços tecnológicos.

(EM13MAT201) Propor ou participar de ações adequadas às demandas da região, preferencialmente para sua comunidade, envolvendo medições e cálculos de perímetro, de área, de volume, de capacidade ou de massa.

(EM13MAT307) Empregar diferentes métodos para a obtenção da medida da área de uma superfície (reconfigurações, aproximação por cortes etc.) e deduzir expressões de cálculo para aplicá-las em situações reais (como o remanejamento e a distribuição de plantações, entre outros), com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT105) Utilizar as noções de transformações isométricas (translação, reflexão, rotação e composições destas) e transformações homotéticas para construir figuras e analisar elementos da natureza e diferentes produções humanas (fractais, construções civis, obras de arte, entre outras).

(EM13MAT308) Aplicar as relações métricas, incluindo as leis do seno e do cosseno ou as noções de congruência e semelhança, para resolver e elaborar problemas que envolvem triângulos, em variados contextos.

(EM13MAT309) Resolver e elaborar problemas que envolvem o cálculo de áreas totais e de volumes de prismas, pirâmides e corpos redondos em situações reais (como o cálculo do gasto de material para revestimento ou pinturas de objetos cujos formatos sejam composições dos sólidos estudados), com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT313) Utilizar, quando necessário, a notação científica para expressar uma medida, compreendendo as noções de algarismos significativos e algarismos duvidosos, e reconhecendo que toda medida é inevitavelmente acompanhada de erro.

(EM13MAT314) Resolver e elaborar problemas que envolvem grandezas determinadas pela razão ou pelo produto de outras (velocidade, densidade demográfica, energia elétrica etc.).

(EM13MAT504) Investigar processos de obtenção da medida do volume de prismas, pirâmides, cilindros e cones, incluindo o princípio de Cavalieri, para a obtenção das fórmulas de cálculo da medida do volume dessas figuras.

(EM13MAT505) Resolver problemas sobre ladrilhamento do plano, com ou sem apoio de aplicativos de geometria dinâmica, para conjecturar a respeito dos tipos ou composição de polígonos que podem ser utilizados em ladrilhamento, generalizando padrões observados.

(EM13MAT506) Representar graficamente a variação da área e do perímetro de um polígono regular quando os comprimentos de seus lados variam, analisando e classificando as funções envolvidas.

(EM13MAT509) Investigar a deformação de ângulos e áreas provocada pelas diferentes projeções usadas em cartografia (como a cilíndrica e a cônica), com ou sem suporte de tecnologia digital.

PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA

HABILIDADES

(EM13MAT102) Analisar tabelas, gráficos e amostras de pesquisas estatísticas apresentadas em relatórios divulgados por diferentes meios de comunicação, identificando, quando for o caso, inadequações que possam induzir a erros de interpretação, como escalas e amostras não apropriadas.

(EM13MAT202) Planejar e executar pesquisa amostral sobre questões relevantes, usando dados coletados diretamente ou em diferentes fontes, e comunicar os resultados por meio de relatório contendo gráficos e interpretação das medidas de tendência central e das medidas de dispersão (amplitude e desvio padrão), utilizando ou não recursos tecnológicos.

(EM13MAT310) Resolver e elaborar problemas de contagem envolvendo agrupamentos ordenáveis ou não de elementos, por meio dos princípios multiplicativo e aditivo, recorrendo a estratégias diversas, como o diagrama de árvore.

(EM13MAT311) Identificar e descrever o espaço amostral de eventos aleatórios, realizando contagem das possibilidades, para resolver e elaborar problemas que envolvem o cálculo da probabilidade.

(EM13MAT106) Identificar situações da vida cotidiana nas quais seja necessário fazer escolhas levando-se em conta os riscos probabilísticos (usar este ou aquele método contraceptivo, optar por um tratamento médico em detrimento de outro etc.).

(EM13MAT312) Resolver e elaborar problemas que envolvem o cálculo de probabilidade de eventos em experimentos aleatórios sucessivos.

(EM13MAT316) Resolver e elaborar problemas, em diferentes contextos, que envolvem cálculo e interpretação das medidas de tendência central (média, moda, mediana) e das medidas de dispersão (amplitude, variância e desvio padrão).

(EM13MAT406) Construir e interpretar tabelas e gráficos de frequências com base em dados obtidos em pesquisas por amostras estatísticas, incluindo ou não o uso de *softwares* que inter-relacionem estatística, geometria e álgebra.

(EM13MAT407) Interpretar e comparar conjuntos de dados estatísticos por meio de diferentes diagramas e gráficos (histograma, de caixa (*box-plot*), de ramos e folhas, entre outros), reconhecendo os mais eficientes para sua análise.

(EM13MAT511) Reconhecer a existência de diferentes tipos de espaços amostrais, discretos ou não, e de eventos, equiprováveis ou não, e investigar implicações no cálculo de probabilidades.

5.3. A ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

Nas sociedades contemporâneas, muitos são os exemplos da presença da Ciência e da Tecnologia, e de sua influência no modo como vivemos, pensamos e agimos: do transporte aos eletrodomésticos; da telefonia celular à internet; dos sensores óticos aos equipamentos médicos; da biotecnologia aos programas de conservação ambiental; dos modelos submicroscópicos aos cosmológicos; do movimento das estrelas e galáxias às propriedades e transformações dos materiais. Além disso, questões globais e locais com as quais a Ciência e a Tecnologia estão envolvidas – como desmatamento, mudanças climáticas, energia nuclear e uso de transgênicos na agricultura – já passaram a incorporar as preocupações de muitos brasileiros. Nesse contexto, a Ciência e a Tecnologia tendem a ser encaradas não somente como ferramentas capazes de solucionar problemas, tanto os dos indivíduos como os da sociedade, mas também como uma abertura para novas visões de mundo.

Todavia, poucas pessoas aplicam os conhecimentos e procedimentos científicos na resolução de seus problemas cotidianos (como estimar o consumo de energia de aparelhos elétricos a partir de suas especificações técnicas, ler e interpretar rótulos de alimentos etc.). Tal constatação corrobora a necessidade de a Educação Básica – em especial, a área de Ciências da Natureza – comprometer-se com o letramento científico da população.

É importante destacar que aprender Ciências da Natureza vai além do aprendizado de seus conteúdos conceituais. Nessa perspectiva, a BNCC da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias – por meio de um olhar articulado da Biologia, da Física e da Química – define competências e habilidades que permitem a ampliação e a sistematização das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental no que se refere: aos conhecimentos conceituais da área; à contextualização social, cultural, ambiental e histórica desses conhecimentos; aos processos e práticas de investigação e às linguagens das Ciências da Natureza.

Na área de Ciências da Natureza, os **conhecimentos conceituais** são sistematizados em leis, teorias e modelos. A elaboração, a interpretação e a aplicação de modelos explicativos para fenômenos naturais e sistemas tecnológicos são aspectos fundamentais do fazer científico, bem como a identificação de regularidades, invariantes e transformações. Portanto, no Ensino Médio, o desenvolvimento do pensamento científico envolve aprendizagens específicas, com vistas a sua aplicação em contextos diversos.

Na definição das competências específicas e habilidades da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias foram privilegiados conhecimentos conceituais considerando a continuidade à proposta do Ensino Fundamental, sua relevância no ensino de Física, Química e Biologia e sua adequação ao Ensino Médio. Dessa forma, a BNCC da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias propõe um aprofundamento nas temáticas Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo. Os conhecimentos conceituais associados a essas temáticas constituem uma base que permite aos estudantes investigar, analisar e discutir situações-problema que emergem de diferentes contextos socioculturais, além de compreender e interpretar leis, teorias e modelos, aplicando-os na resolução de problemas individuais, sociais e ambientais. Dessa forma, os estudantes podem reelaborar seus próprios saberes relativos a essas temáticas, bem como reconhecer as potencialidades e limitações das Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Cabe considerar e valorizar, também, diferentes cosmovisões – que englobam conhecimentos e saberes de povos e comunidades tradicionais –, reconhecendo que não são pautadas nos parâmetros teórico-metodológicos das ciências ocidentais, pois implicam sensibilidades outras que não separam a natureza da compreensão mais complexa da relação homem-natureza.

Em **Matéria e Energia**, no Ensino Médio, diversificam-se as situações-problema, referidas nas competências específicas e nas habilidades, incluindo-se aquelas que permitem a aplicação de modelos com maior nível de abstração e que buscam explicar, analisar e prever os efeitos das interações e relações entre matéria e energia (por exemplo, analisar matrizes energéticas ou realizar previsões sobre a condutibilidade elétrica e térmica de materiais, sobre o comportamento dos elétrons frente à absorção de energia luminosa, sobre o comportamento dos gases frente a alterações de pressão ou temperatura, ou ainda sobre as consequências de emissões radioativas no ambiente e na saúde).

Em **Vida, Terra e Cosmos**, resultado da articulação das unidades temáticas Vida e Evolução e Terra e Universo desenvolvidas no Ensino Fundamental, propõe-se que os estudantes analisem a complexidade dos processos relativos à origem e evolução da Vida (em particular dos seres humanos), do planeta, das estrelas e do Cosmos, bem como a dinâmica das suas interações, e a diversidade dos seres vivos e sua relação com o ambiente. Isso implica, por exemplo, considerar modelos mais abrangentes ao explorar algumas aplicações das reações nucleares, a fim de explicar processos estelares, datações geológicas e a formação da matéria e da vida, ou ainda relacionar os ciclos biogeoquímicos ao metabolismo dos seres vivos, ao efeito estufa e às mudanças climáticas.

A **contextualização social, histórica e cultural da ciência e da tecnologia** é fundamental para que elas sejam compreendidas como empreendimentos humanos e sociais. Na BNCC, portanto, propõe-se também discutir o papel do conhecimento científico e tecnológico na organização social, nas questões ambientais, na saúde humana e na formação cultural, ou seja, analisar as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente.

A contextualização dos conhecimentos da área supera a simples exemplificação de conceitos com fatos ou situações cotidianas. Sendo assim, a aprendizagem deve valorizar a aplicação dos conhecimentos na vida individual, nos projetos de vida, no mundo do trabalho, favorecendo o protagonismo dos estudantes no enfrentamento de questões sobre consumo, energia, segurança, ambiente, saúde, entre outras.

Na mesma direção, a contextualização histórica não se ocupa apenas da menção a nomes de cientistas e a datas da história da Ciência, mas de apresentar os conhecimentos científicos como construções socialmente produzidas, com seus impasses e contradições, influenciando e sendo influenciadas por condições políticas, econômicas, tecnológicas, ambientais e sociais de cada local, época e cultura.

Para que os estudantes aprofundem e ampliem suas reflexões a respeito dos contextos de produção e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, as competências específicas e habilidades propostas para o Ensino Médio exploram situações-problema envolvendo melhoria da qualidade de vida, segurança, sustentabilidade, diversidade étnica e cultural, entre outras. Espera-se, também, que os estudantes possam avaliar o impacto de tecnologias contemporâneas (como as de informação e comunicação, geoprocessamento, geolocalização, processamento de dados, impressão, entre outras) em seu cotidiano, em setores produtivos, na economia, nas dinâmicas sociais e no uso, reúso e reciclagem de recursos naturais. Dessa maneira, as Ciências da Natureza constituem-se referencial importante para a interpretação de fenômenos e problemas sociais.

Ainda com relação à contextualização histórica, propõe-se, por exemplo, a comparação de distintas explicações científicas propostas em diferentes épocas e culturas e o reconhecimento dos limites explicativos das ciências, criando oportunidades para que os estudantes compreendam a dinâmica da construção do conhecimento científico.

Os **processos e práticas de investigação** merecem também destaque especial nessa área. Portanto, a dimensão investigativa das Ciências da Natureza deve ser enfatizada no Ensino Médio, aproximando os estudantes dos procedimentos e instrumentos de investigação, tais como: identificar problemas, formular questões, identificar informações ou variáveis relevantes, propor e testar hipóteses, elaborar argumentos e explicações, escolher e utilizar instrumentos de medida, planejar e realizar atividades experimentais e pesquisas de campo, relatar, avaliar e comunicar conclusões e desenvolver ações de intervenção, a partir da análise de dados e informações sobre as temáticas da área.

A abordagem investigativa deve promover o protagonismo dos estudantes na aprendizagem e na aplicação de processos, práticas e procedimentos, a partir dos quais o conhecimento científico e tecnológico é produzido. Nessa etapa da escolarização, ela deve ser desencadeada a partir de desafios e problemas abertos e contextualizados, para estimular a curiosidade e a criatividade na elaboração de procedimentos e na busca de soluções de natureza teórica e/ou experimental. Dessa maneira, intensificam-se o diálogo com o mundo real e as possibilidades de análises e de intervenções em contextos mais amplos e complexos, como no caso das matrizes energéticas e dos processos industriais, em que são indispensáveis os conhecimentos científicos, tais como os tipos e as transformações de energia, e as propriedades dos materiais. Vale a pena ressaltar que, mais importante do que adquirir as informações em si, é aprender como obtê-las, como produzi-las e como analisá-las criticamente.

As análises, investigações, comparações e avaliações contempladas nas competências e habilidades da área podem ser desencadeadoras de atividades envolvendo procedimentos de investigação. Propõe-se que os estudantes do Ensino Médio ampliem tais procedimentos, introduzidos no Ensino Fundamental, explorando, sobretudo, experimentações e análises qualitativas e quantitativas de situações-problema.

Diante da diversidade dos usos e da divulgação do conhecimento científico e tecnológico na sociedade contemporânea, torna-se fundamental a apropriação, por parte dos estudantes, de **linguagens específicas** da área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Aprender tais linguagens, por meio de seus códigos, símbolos, nomenclaturas e gêneros textuais, é parte do processo de letramento científico necessário a todo cidadão.

O Ensino Médio deve, portanto, promover a compreensão e a apropriação desse modo de “se expressar” próprio das Ciências da Natureza pelos estudantes. Isso significa, por exemplo, garantir: o uso pertinente da terminologia científica de processos e conceitos (como dissolução, oxidação, polarização, magnetização, adaptação, sustentabilidade, evolução e outros); a identificação e a utilização de unidades de medida adequadas para diferentes grandezas; ou, ainda, o envolvimento em processos de leitura, comunicação e

divulgação do conhecimento científico, fazendo uso de imagens, gráficos, vídeos, notícias, com aplicação ampla das tecnologias da informação e comunicação. Tudo isto é fundamental para que os estudantes possam entender, avaliar, comunicar e divulgar o conhecimento científico, além de lhes permitir uma maior autonomia em discussões, analisando, argumentando e posicionando-se criticamente em relação a temas de ciência e tecnologia.

Essa perspectiva está presente nas competências específicas e habilidades da área por meio do incentivo à leitura e análise de materiais de divulgação científica, à comunicação de resultados de pesquisas, à participação e promoção de debates, entre outros. Pretende-se, também, que os estudantes aprendam a estruturar discursos argumentativos que lhes permitam avaliar e comunicar conhecimentos produzidos, para diversos públicos, em contextos variados, utilizando diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), e implementar propostas de intervenção pautadas em evidências, conhecimentos científicos e princípios éticos e socioambientalmente responsáveis.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as da área de Ciências da Natureza do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de **competências específicas**. Relacionadas a cada uma delas, são indicadas, posteriormente, **habilidades** a ser alcançadas nessa etapa.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO MÉDIO

1. Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global.
2. Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis.
3. Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

5.3.1. CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS NO ENSINO MÉDIO: COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global.

Nessa competência específica, os fenômenos naturais e os processos tecnológicos são analisados sob a perspectiva das relações entre matéria e energia, possibilitando, por exemplo, a avaliação de potencialidades, limites e riscos do uso de diferentes materiais e/ou tecnologias para tomar decisões responsáveis e consistentes diante dos diversos desafios contemporâneos. Dessa maneira, podem-se estimular estudos referentes a: estrutura da matéria; transformações químicas; leis ponderais; cálculo estequiométrico; princípios da conservação da energia e da quantidade de movimento; ciclo da água; leis da termodinâmica; cinética e equilíbrio químicos; fusão e fissão nucleares; espectro eletromagnético; efeitos biológicos das radiações ionizantes; mutação; poluição; ciclos biogeoquímicos; desmatamento; camada de ozônio e efeito estufa; desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias de obtenção de energia elétrica; processos produtivos como o da obtenção do etanol, da cal virgem, da soda cáustica, do hipoclorito de sódio, do ferro-gusa, do alumínio, do cobre, entre outros.

Também é importante ressaltar que as diferentes habilidades relacionadas a esta competência podem ser desenvolvidas com o uso de dispositivos e aplicativos digitais, que facilitem e potencializem tanto análises e estimativas como a elaboração de representações, simulações e protótipos.

HABILIDADES

(EM13CNT101) Analisar e representar, com ou sem o uso de dispositivos e de aplicativos digitais específicos, as transformações e conservações em sistemas que envolvam quantidade de matéria, de energia e de movimento para realizar previsões sobre seus comportamentos em situações cotidianas e em processos produtivos que priorizem o desenvolvimento sustentável, o uso consciente dos recursos naturais e a preservação da vida em todas as suas formas.

(EM13CNT102) Realizar previsões, avaliar intervenções e/ou construir protótipos de sistemas térmicos que visem à sustentabilidade, considerando sua composição e os efeitos das variáveis termodinâmicas sobre seu funcionamento, considerando também o uso de tecnologias digitais que auxiliem no cálculo de estimativas e no apoio à construção dos protótipos.

(EM13CNT103) Utilizar o conhecimento sobre as radiações e suas origens para avaliar as potencialidades e os riscos de sua aplicação em equipamentos de uso cotidiano, na saúde, no ambiente, na indústria, na agricultura e na geração de energia elétrica.

(EM13CNT104) Avaliar os benefícios e os riscos à saúde e ao ambiente, considerando a composição, a toxicidade e a reatividade de diferentes materiais e produtos, como também o nível de exposição a eles, posicionando-se criticamente e propondo soluções individuais e/ou coletivas para seus usos e descartes responsáveis.

(EM13CNT105) Analisar os ciclos biogeoquímicos e interpretar os efeitos de fenômenos naturais e da interferência humana sobre esses ciclos, para promover ações individuais e/ou coletivas que minimizem consequências nocivas à vida.

(EM13CNT106) Avaliar, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais, tecnologias e possíveis soluções para as demandas que envolvem a geração, o transporte, a distribuição e o consumo de energia elétrica, considerando a disponibilidade de recursos, a eficiência energética, a relação custo/benefício, as características geográficas e ambientais, a produção de resíduos e os impactos socioambientais e culturais.

(EM13CNT107) Realizar previsões qualitativas e quantitativas sobre o funcionamento de geradores, motores elétricos e seus componentes, bobinas, transformadores, pilhas, baterias e dispositivos eletrônicos, com base na análise dos processos de transformação e condução de energia envolvidos - com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais -, para propor ações que visem a sustentabilidade.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2

Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis.

Ao reconhecerem que os processos de transformação e evolução permeiam a natureza e ocorrem das moléculas às estrelas em diferentes escalas de tempo, os estudantes têm a oportunidade de elaborar reflexões que situem a humanidade e o planeta Terra na história do Universo, bem como inteirar-se da evolução histórica dos conceitos e das diferentes interpretações e controvérsias envolvidas nessa construção.

Da mesma forma, entender a vida em sua diversidade de formas e níveis de organização permite aos estudantes atribuir importância à natureza e a seus recursos, considerando a imprevisibilidade de fenômenos, as consequências da ação antrópica e os limites das explicações e do próprio conhecimento científico.

Se por um lado é fundamental avaliar os limites da ciência, por outro é igualmente importante conhecer seu imenso potencial. Ao realizar previsões (relativas ao movimento da Terra no espaço, à herança genética ao longo das gerações, ao lançamento ou movimento de um satélite, à queda de um corpo no nosso planeta ou mesmo à avaliação das mudanças climáticas a médio e longo prazos, entre outras), a ideia de se conhecer um pouco do futuro próximo ou distante pode fornecer alguns elementos para pensar e repensar sobre o alcance dos conhecimentos científicos. Sempre que possível, os estudantes podem construir representações ou protótipos, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais (como *softwares* de simulação e de realidade virtual, entre outros), que possibilitem fazer projeções e avaliar impactos futuros considerando contextos atuais.

Nessa competência específica, podem ser mobilizados conhecimentos conceituais relacionados a: origem da Vida; evolução biológica; registro fóssil; exobiologia; biodiversidade; origem e extinção de espécies; políticas ambientais; biomoléculas; organização celular; órgãos e sistemas; organismos; populações; ecossistemas; teias alimentares; respiração celular; fotossíntese; neurociência; reprodução e hereditariedade; genética mendeliana; processos epidemiológicos; espectro eletromagnético; modelos atômicos, subatômicos e cosmológicos; astronomia; evolução estelar; gravitação; mecânica newtoniana; previsão do tempo; história e filosofia da ciência; entre outros.

HABILIDADES

(EM13CNT201) Analisar e discutir modelos, teorias e leis propostos em diferentes épocas e culturas para comparar distintas explicações sobre o surgimento e a evolução da Vida, da Terra e do Universo com as teorias científicas aceitas atualmente.

(EM13CNT202) Analisar as diversas formas de manifestação da vida em seus diferentes níveis de organização, bem como as condições ambientais favoráveis e os fatores limitantes a elas, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais (como *softwares* de simulação e de realidade virtual, entre outros).

(EM13CNT203) Avaliar e prever efeitos de intervenções nos ecossistemas, e seus impactos nos seres vivos e no corpo humano, com base nos mecanismos de manutenção da vida, nos ciclos da matéria e nas transformações e transferências de energia, utilizando representações e simulações sobre tais fatores, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais (como *softwares* de simulação e de realidade virtual, entre outros).

(EM13CNT204) Elaborar explicações, previsões e cálculos a respeito dos movimentos de objetos na Terra, no Sistema Solar e no Universo com base na análise das interações gravitacionais, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais (como *softwares* de simulação e de realidade virtual, entre outros).

(EM13CNT205) Interpretar resultados e realizar previsões sobre atividades experimentais, fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas noções de probabilidade e incerteza, reconhecendo os limites explicativos das ciências.

(EM13CNT206) Discutir a importância da preservação e conservação da biodiversidade, considerando parâmetros qualitativos e quantitativos, e avaliar os efeitos da ação humana e das políticas ambientais para a garantia da sustentabilidade do planeta.

(EM13CNT207) Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

(EM13CNT208) Aplicar os princípios da evolução biológica para analisar a história humana, considerando sua origem, diversificação, dispersão pelo planeta e diferentes formas de interação com a natureza, valorizando e respeitando a diversidade étnica e cultural humana.

(EM13CNT209) Analisar a evolução estelar associando-a aos modelos de origem e distribuição dos elementos químicos no Universo, compreendendo suas relações com as condições necessárias ao surgimento de sistemas solares e planetários, suas estruturas e composições e as possibilidades de existência de vida, utilizando representações e simulações, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais (como *softwares* de simulação e de realidade virtual, entre outros).

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3

Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

Em um mundo repleto de informações de diferentes naturezas e origens, facilmente difundidas e acessadas, sobretudo, por meios digitais, é premente que os jovens desenvolvam capacidades de seleção e discernimento de informações que lhes permitam, com base em conhecimentos científicos confiáveis, investigar situações-problema e avaliar as aplicações do conhecimento científico e tecnológico nas diversas esferas da vida humana com ética e responsabilidade.

Discussões sobre as tecnologias relacionadas à geração de energia elétrica (tanto as tradicionais quanto as mais inovadoras) e ao uso de combustíveis, por exemplo, possibilitam aos estudantes analisar os diferentes modos de vida das populações humanas e a dependência desses fatores. Na mesma direção, explorar como os avanços científicos e tecnológicos estão relacionados às aplicações do conhecimento sobre DNA e células pode gerar debates e controvérsias – pois, muitas vezes, sua repercussão extrapola os limites da ciência, explicitando dilemas éticos para toda a sociedade. Também a utilização atual de aparelhos elétricos e eletrônicos traz questões para além dos seus princípios de funcionamento, como os possíveis danos à saúde por eles causados ou a contaminação dos recursos naturais pelo seu descarte.

A compreensão desses processos é essencial para um debate fundamentado sobre os impactos da tecnologia nas relações humanas, sejam elas locais ou globais, e suas implicações éticas, morais, culturais, sociais, políticas e econômicas, e sobre seus riscos e benefícios para o desenvolvimento sustentável e a preservação da vida no planeta.

Por meio do desenvolvimento dessa competência específica, de modo articulado às competências anteriores, espera-se que os estudantes possam se apropriar de procedimentos e práticas das Ciências da Natureza como o aguçamento da curiosidade sobre o mundo, a construção e avaliação de hipóteses, a investigação de situações-problema, a experimentação com coleta e análise de dados mais aprimorados, como também se tornar mais autônomos no uso da linguagem científica e na comunicação desse conhecimento. Para tanto, é fundamental que possam experimentar diálogos com diversos públicos, em contextos variados, utilizando diferentes mídias, dispositivos e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), e construindo narrativas variadas sobre os processos e fenômenos analisados.

Além disso, para o desenvolvimento dessa competência específica podem ser mobilizados conhecimentos conceituais relacionados a: aplicação da tecnologia do DNA recombinante; identificação por DNA; emprego de células-tronco; neurotecnologias; produção de tecnologias de defesa; estrutura e propriedades de compostos orgânicos; isolantes e condutores térmicos, elétricos e acústicos; eficiência de diferentes tipos de motores; matriz energética; agroquímicos; controle biológico de pragas; conservantes alimentícios; mineração; herança biológica; desenvolvimento sustentável; vacinação; darwinismo social, eugenia e racismo; mecânica newtoniana; equipamentos de segurança etc.

HABILIDADES

(EM13CNT301) Construir questões, elaborar hipóteses, previsões e estimativas, empregar instrumentos de medição e representar e interpretar modelos explicativos, dados e/ou resultados experimentais para construir, avaliar e justificar conclusões no enfrentamento de situações-problema sob uma perspectiva científica.

(EM13CNT302) Comunicar, para públicos variados, em diversos contextos, resultados de análises, pesquisas e/ou experimentos, elaborando e/ou interpretando textos, gráficos, tabelas, símbolos, códigos, sistemas de classificação e equações, por meio de diferentes linguagens, mídias, tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), de modo a participar e/ou promover debates em torno de temas científicos e/ou tecnológicos de relevância sociocultural e ambiental.

(EM13CNT303) Interpretar textos de divulgação científica que tratem de temáticas das Ciências da Natureza, disponíveis em diferentes mídias, considerando a apresentação dos dados, tanto na forma de textos como em equações, gráficos e/ou tabelas, a consistência dos argumentos e a coerência das conclusões, visando construir estratégias de seleção de fontes confiáveis de informações.

(EM13CNT304) Analisar e debater situações controversas sobre a aplicação de conhecimentos da área de Ciências da Natureza (tais como tecnologias do DNA, tratamentos com células-tronco, neurotecnologias, produção de tecnologias de defesa, estratégias de controle de pragas, entre outros), com base em argumentos consistentes, legais, éticos e responsáveis, distinguindo diferentes pontos de vista.

(EM13CNT305) Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.

(EM13CNT306) Avaliar os riscos envolvidos em atividades cotidianas, aplicando conhecimentos das Ciências da Natureza, para justificar o uso de equipamentos e recursos, bem como comportamentos de segurança, visando à integridade física, individual e coletiva, e socioambiental, podendo fazer uso de dispositivos e aplicativos digitais que viabilizem a estruturação de simulações de tais riscos.

(EM13CNT307) Analisar as propriedades dos materiais para avaliar a adequação de seu uso em diferentes aplicações (industriais, cotidianas, arquitetônicas ou tecnológicas) e/ou propor soluções seguras e sustentáveis considerando seu contexto local e cotidiano.

HABILIDADES

(EM13CNT308) Investigar e analisar o funcionamento de equipamentos elétricos e/ou eletrônicos e sistemas de automação para compreender as tecnologias contemporâneas e avaliar seus impactos sociais, culturais e ambientais.

(EM13CNT309) Analisar questões socioambientais, políticas e econômicas relativas à dependência do mundo atual em relação aos recursos não renováveis e discutir a necessidade de introdução de alternativas e novas tecnologias energéticas e de materiais, comparando diferentes tipos de motores e processos de produção de novos materiais.

(EM13CNT310) Investigar e analisar os efeitos de programas de infraestrutura e demais serviços básicos (saneamento, energia elétrica, transporte, telecomunicações, cobertura vacinal, atendimento primário à saúde e produção de alimentos, entre outros) e identificar necessidades locais e/ou regionais em relação a esses serviços, a fim de avaliar e/ou promover ações que contribuam para a melhoria na qualidade de vida e nas condições de saúde da população.

5.4. A ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.

No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra nos processos de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Para tanto, prevê que os estudantes explorem conhecimentos próprios da Geografia e da História: temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade (de raça, religião, tradições étnicas etc.), modos de organização da sociedade e relações de produção, trabalho e poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo.

A exploração dessas questões sob uma perspectiva mais complexa torna-se possível no Ensino Médio dada a maior capacidade cognitiva dos jovens, que lhes permite ampliar seu repertório conceitual e sua capacidade de articular informações e conhecimentos. O desenvolvimento das capacidades de observação, memória e abstração permite percepções mais acuradas da realidade e raciocínios mais complexos – com base em um número maior de variáveis –, além de um domínio maior sobre diferentes linguagens, o que favorece os processos de **simbolização** e de **abstração**.

Portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer **diálogos** – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao **domínio** de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise,

interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos.

De posse desses instrumentos, espera-se que os jovens elaborem **hipóteses** e **argumentos** com base na seleção e na sistematização de dados, obtidos em fontes confiáveis e sólidas. A elaboração de uma hipótese é um passo importante tanto para a construção do **diálogo** como para a investigação científica, pois coloca em prática a **dúvida sistemática** – entendida como questionamento e autoquestionamento, conduta contrária à crença em verdades absolutas.

Nessa direção, a BNCC da área de Ciências Humanas prevê que, no Ensino Médio, sejam enfatizadas as aprendizagens dos estudantes relativas ao desafio de dialogar com o Outro e com as novas tecnologias. Considerando que as novas tecnologias exercem influência, às vezes negativa, outras vezes positiva, no conjunto das relações sociais, é necessário assegurar aos estudantes a análise e o uso consciente e crítico dessas tecnologias, observando seus objetivos circunstanciais e suas finalidades a médio e longo prazos, explorando suas potencialidades e evidenciando seus limites na configuração do mundo contemporâneo.

É necessário, ainda, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o **protagonismo juvenil** investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas.

Considerando as aprendizagens a ser garantidas aos jovens no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a **tematizar e problematizar algumas categorias da área**, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Cada uma delas pode ser desdobrada em outras ou ainda analisada à luz das especificidades de cada região brasileira, de seu território, da sua história e da sua cultura.

Tempo e Espaço explicam os fenômenos nas Ciências Humanas porque permitem identificar contextos, sendo categorias difíceis de se dissociar. No Ensino Médio, a análise de acontecimentos ocorridos em circunstâncias variadas torna possível compará-los, observar suas semelhanças e diferenças, assim como compreender processos marcados pela continuidade, por mudanças e por rupturas.

Nomear o que é semelhante ou diferente em cada cultura é relativamente simples. Bem mais complexo é explicar as razões e os motivos (materiais e imateriais) responsáveis pela formação de uma sociedade, de sua língua, seus usos e costumes. É simples enunciar a diferença. Complexo é explicar a “lógica” que produz a diversidade.

Portanto, analisar, comparar e compreender diferentes sociedades, sua cultura material, sua formação e desenvolvimento no tempo e no espaço, a natureza de suas instituições, as razões das desigualdades, os conflitos, em maior ou menor escala, e as relações de poder no interior da sociedade ou no contexto mundial são algumas das aprendizagens propostas pela área para o Ensino Médio.

Definir o que seria o tempo é um desafio sobre o qual se debruçaram e se debruçam grandes pensadores de diversas áreas do conhecimento. O tempo é matéria de reflexão na Filosofia, na Física, na Matemática, na Biologia, na História, na Sociologia e em outras áreas do saber.

Na História, o tempo assume significados e importância variados. O fundamental é compreender que não existe uma única noção de tempo e que ele não é nem homogêneo nem linear, ou seja, ele expressa diferentes significados. Assim, no Ensino Médio, os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas, destacando as noções de tempo em diferentes sociedades. Na história, o acontecimento, quando narrado, permite-nos ver nele tanto o tempo transcorrido como o tempo constituído na narrativa sobre o narrado.

A compreensão do espaço deve contemplar suas dimensões histórica e cultural, ultrapassando suas representações cartográficas. Espaço está associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas e, também, às movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço (em um lugar) se dá a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados.

Território e Fronteira, por sua vez, são categorias cuja utilização, na área de Ciências Humanas, é bastante ampla.

Território é uma categoria usualmente associada a uma porção da superfície terrestre sob domínio de um grupo e suporte para nações, estados, países. É dele que provêm alimento, segurança, identidade e refúgio. Engloba as noções de lugar, região, fronteira e, especialmente, os limites políticos e administrativos de cidades, estados e países, sendo, portanto, esquemas abstratos de organização da realidade. Associa-se território também à ideia de poder, jurisdição, administração e soberania, dimensões que expressam a diversidade das relações sociais e permitem juízos analíticos.

Fronteira também é uma categoria construída historicamente. Ao expressar uma cultura, povos definem fronteiras, formas de organização social e, por vezes, áreas de confronto com outros grupos. A conformação dos impérios coloniais, a formação dos Estados Nacionais e os processos de globalização problematizam a discussão sobre limites culturais e fronteiras nacionais. Os limites, por exemplo, entre civilização e barbárie geraram, não raro, a destruição daqueles indivíduos considerados bárbaros. Temos aí uma fronteira sangrenta. Povos com culturas e saberes distintos em muitos casos foram separados ou reagrupados de forma a resolver ou agravar conflitos, facilitar ou dificultar deslocamentos humanos, favorecer ou impedir a integração territorial de populações com identidades semelhantes.

Para além das marcações tradicionais do território, as cidades são repletas de territorialidades marcadas por fronteiras econômicas, sociais e culturais. As músicas, as festas e o lazer podem aproximar, mas podem também separar, criar grupos com culturas específicas ou circuitos culturais ou de poder. As fronteiras culturais são porosas, móveis e nem sempre circunscritas a um território específico.

Também há fronteiras de saberes, que envolvem, entre outros elementos, conhecimentos e práticas de diferentes sociedades. Caçar ou pescar, por exemplo, são atividades que demandam habilidades nem sempre conhecidas e desenvolvidas por populações das grandes cidades. Plantar e colher exigem competências e habilidades experimentadas no dia a dia por populações dedicadas ao trabalho agrícola, desenhando fronteiras, frutos de diversas formas de produção, usos do solo e transformação na natureza.

Assim, no Ensino Médio, o estudo dessas categorias deve possibilitar aos estudantes compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas

naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças.

A discussão a respeito das categorias **Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética**, bem como de suas relações, marca a constituição das chamadas Ciências Humanas. O esclarecimento teórico dessas categorias tem como base a resposta à questão que a tradição socrática, nas origens do pensamento grego, introduziu: O que é o ser humano?

Na busca da unidade, de uma natureza (*physis*), os primeiros pensadores gregos sistematizaram questões e se indagaram sobre as finalidades da existência, sobre o que era comum a todos os seres da mesma espécie, produzindo uma visão essencializada e metafísica sobre os seres humanos. A identificação da condição humana como animal político - e animal social - significa que, independentemente da singularidade de cada um, as pessoas são essencialmente capazes de se organizar para uma vida em comum e de se governar. Ou seja, os seres humanos têm uma necessidade vital da convivência coletiva.

Todavia, os humanos têm, também, necessidades relacionadas à sua subsistência. Nesse sentido, exercem atividades que implicam relações com a natureza, agindo sobre ela de maneira deliberada e consciente, transformando-a. Esse processo contribui para que o indivíduo se produza como ser social. A sociedade, da qual faz parte o indivíduo, consiste em um grupo humano, ocupante de um território, com uma forma de organização baseada em tradições, práticas, hábitos, costumes, modos de ser e valores, responsáveis por sua especificidade cultural. Na construção de sua vida em sociedade, o indivíduo estabelece relações e interações sociais com outros indivíduos, constrói sua percepção de mundo, atribui significados ao mundo ao seu redor, interfere na natureza e a transforma, produz conhecimento e saberes, com base em alguns procedimentos cognitivos próprios, fruto de suas tradições tanto físico-materiais como simbólico-culturais. A forma como diferentes povos e sociedades estruturam e organizam o espaço físico-territorial e suas atividades econômicas permite, por exemplo, reconhecer a influência que esses aspectos exercem sobre os diversos modos como esses grupos estabelecem suas relações com a natureza, incluindo-se os problemas ambientais resultantes dessas interferências. As relações que uma sociedade tem com a natureza também são influenciadas pela importância atribuída a ela em sua cultura, pelos valores sociais como um todo e pela informação e consciência que se tem da importância da natureza para a sustentabilidade do planeta.

As transformações geradas por cada indivíduo são mediadas pela cultura. Em sua etimologia latina, a cultura remete à ação de cultivar saberes, práticas e costumes em um determinado grupo. Na tradição metafísica, a cultura foi apresentada em oposição à natureza. Atualmente, as Ciências Humanas compreendem a cultura a partir de contribuições de diferentes campos do saber. O caráter polissêmico da cultura permite compreender o modo como ela se apresenta a partir de códigos de comunicação e comportamento, de símbolos e artefatos, como parte da produção, da circulação e do consumo de sistemas culturais que se manifestam na vida social. Os indivíduos estão inseridos em culturas (urbanas, rurais, eruditas, de massas, populares, regionais, locais etc.) e, dessa forma, são produtores e produto das transformações culturais e sociais de seu tempo.

Na modernidade, a noção de indivíduo se tornou mais complexa em razão das transformações ocorridas no âmbito das relações sociais marcadas por novos códigos culturais, concepções de individualidade e formas de organização política no mundo ocidental. Em meio às mudanças, foram criadas condições para o debate a respeito da natureza dos seres humanos, seu papel em diferentes culturas, suas instituições e sua capacidade para a autodeterminação. A sociedade capitalista, por exemplo, ao mesmo tempo em que propõe a centralidade de sujeitos iguais, constrói relações econômicas que produzem e reproduzem desigualdades no corpo social.

As diferenças e semelhanças entre os indivíduos e as sociedades foram sedimentadas ao longo do tempo e em múltiplos espaços e circunstâncias. Procurar identificar essas diferenças e semelhanças tanto em seu grupo social (familiar, escolar, bairro, cidade, país, etnia, religião etc.) quanto em outros povos e sociedades constitui uma aprendizagem a ser garantida aos estudantes na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para além dessa identificação, o exercício de deslocamento para outros pontos de vista e o reconhecimento de diferentes demandas políticas é central para a formação das juventudes no Ensino Médio, na medida em que ajuda a superar posturas baseadas na reiteração das referências de seu próprio grupo para avaliar os demais.

Seguindo essa atitude inquiridora da realidade, é preciso que os estudantes percebam que a pretensão da validade e a aceitação de princípios universais têm sido questionadas por diversos campos das Ciências Humanas, visto que a legitimação dos saberes envolve um conjunto de códigos produzidos em diferentes épocas e sociedades. A razão e a experiência, por exemplo, são paradigmas da

sociedade moderna ocidental e dificilmente servirão para analisar sociedades fundadas em outras lógicas, produto de outras histórias e outros contextos.

O entrelaçamento entre questões sociais, culturais e individuais permite aprofundar, no Ensino Médio, a discussão sobre a ética. Para tanto, os estudantes devem dialogar sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum em situações concretas. A ética pressupõe a compreensão da importância dos direitos humanos e de se aderir a eles de forma ativa no cotidiano, a identificação do bem comum e o estímulo ao respeito e ao acolhimento às diferenças entre pessoas e povos, tendo em vista a promoção do convívio social e o respeito universal às pessoas, ao bem público e à coletividade.

Em suma, o conhecimento do Outro, da outra cultura, depende da capacidade de se indagar para indagar o Outro, atitude fundamental a ser desenvolvida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esse é o primeiro passo para a formação de sujeitos protagonistas tanto no processo de construção do conhecimento como da ação ética diante do mundo real e virtual, marcado por uma multiplicidade de culturas.

As categorias **Política e Trabalho** também ocupam posição de centralidade nas Ciências Humanas. A vida em sociedade pressupõe ações individuais e coletivas que são mediadas pela política e pelo trabalho.

A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área.

A política está na origem do pensamento filosófico. Na Grécia Antiga, o exercício da argumentação e a discussão sobre os destinos das cidades e suas leis estimularam a retórica e a abstração como práticas necessárias para o debate em torno do bem comum. Esse exercício permitiu ao cidadão da pólis compreender a política como produção humana capaz de favorecer as relações entre pessoas e povos e, ao mesmo tempo, desenvolver a crítica a mecanismos políticos como a demagogia e a manipulação do interesse público. A política, em sua origem grega, foi o instrumento utilizado para combater os autoritarismos, as tiranias, os terrores, as violências e as múltiplas formas de destruição da vida pública.

No mundo contemporâneo, essas questões observadas tanto em escala local como global ganham maior visibilidade na Geopolítica, pois ela enuncia os conflitos planetários entre pessoas, grupos, países e blocos transnacionais, desafio importante de ser conhecido e analisado pelos estudantes.

As discussões sobre formas de organização do Estado, de governo e do poder são temáticas enunciadas no Ensino Fundamental e aprofundadas no Ensino Médio, especialmente em sua dimensão formal e como sistemas jurídicos complexos. Essas temáticas apresentadas de forma ampla na BNCC fornecem alguns elementos capazes de agregar diversos temas de ordem econômica, social, política, cultural e ambiental e permitem, sobretudo, a discussão dos conceitos veiculados por diferentes sociedades e culturas.

A categoria trabalho, por sua vez, comporta diferentes dimensões – filosófica, econômica, sociológica ou histórica: como virtude; como forma de produzir riqueza, de dominar e de transformar a natureza; como mercadoria; ou como forma de alienação. Ainda é possível falar de trabalho como categoria pensada por diferentes autores: trabalho como valor (Karl Marx); como racionalidade capitalista (Max Weber); ou como elemento de interação do indivíduo na sociedade em suas dimensões tanto corporativa como de integração social (Émile Durkheim). Seja qual for o caminho ou os caminhos escolhidos para tratar do tema, é importante destacar a relação sujeito/trabalho e toda a sua rede de relações sociais.

Atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente, a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo.

Como apontado, o estudo das categorias Política e Trabalho no Ensino Médio deve permitir aos estudantes compreender e analisar a diversidade de papéis dos múltiplos sujeitos e seus mecanismos de atuação e identificar os projetos políticos e econômicos em disputa nas diferentes sociedades. No tratamento dessas categorias no Ensino Médio, a heterogeneidade de visões de mundo e a convivência com as diferenças favorecem o desenvolvimento da sensibilidade, da autocrítica e da criatividade, nas situações da vida, em geral, e nas produções escolares, em particular. Essa ampliação da visão de mundo dos estudantes resulta em ganhos éticos relacionados à autonomia das decisões e ao comprometimento com valores como liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.

Por fim, para garantir as aprendizagens essenciais definidas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é imprescindível que os jovens aprendam a provocar suas consciências para a descoberta da transitoriedade do conhecimento, para a crítica e para a busca constante da ética em toda ação social.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as da área de Ciências Humanas do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de **competências específicas**. Relacionadas a cada uma delas, são indicadas, posteriormente, **habilidades** a ser alcançadas nessa etapa.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

5.4.1. CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS NO ENSINO MÉDIO: COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Nessa competência específica, pretende-se ampliar as capacidades dos estudantes de elaborar hipóteses e compor argumentos com base na sistematização de dados (de natureza quantitativa e qualitativa); compreender e utilizar determinados procedimentos metodológicos para discutir criticamente as circunstâncias históricas favoráveis à emergência de matrizes conceituais dicotômicas (modernidade/atraso, Ocidente/Oriente, civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo etc.), contextualizando-as de modo a identificar seu caráter redutor da complexidade efetiva da realidade; e operacionalizar conceitos como etnicidade, temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade etc. e diferentes linguagens e narrativas que expressem culturas, conhecimentos, crenças, valores e práticas.

HABILIDADES

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

Nessa competência específica, pretende-se comparar e avaliar a ocupação do espaço e a delimitação de fronteiras, como também o papel dos agentes responsáveis por essas transformações. Os atores sociais (na cidade, no campo, nas zonas limítrofes, em uma região, em um Estado ou mesmo na relação entre Estados) são produtores de diferentes territorialidades nas quais se desenvolvem diferentes formas de negociação e conflito, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão. Dada a complexidade das relações de poder que determinam as territorialidades, dos fluxos populacionais e da circulação de mercadorias, é prioritário considerar o raciocínio geográfico e estratégico, bem como o significado da história, da economia e da política na produção do espaço.

HABILIDADES

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Nessa competência específica, propõe-se analisar os paradigmas que refletem pensamentos e saberes de diferentes grupos, povos e sociedades (incluindo-se os indígenas, quilombolas e demais povos e populações tradicionais), levando em consideração suas formas de apropriação da natureza, extração, transformação e comercialização de recursos naturais, suas formas de organização social e política, as relações de trabalho, os significados da produção de sua cultura material e imaterial e suas linguagens.

Considerando a presença, na contemporaneidade, da cultura de massa e das culturas juvenis, é importante compreender os significados de objetos derivados da indústria cultural, os instrumentos publicitários utilizados, o funcionamento da propaganda e do marketing, sua semiótica e seus elementos persuasivos, os papéis das novas tecnologias e os aspectos psicológicos e afetivos do consumismo.

HABILIDADES

(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.

(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.

(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.

(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 4

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

Nessa competência específica, pretende-se que os estudantes compreendam o significado de trabalho em diferentes culturas e sociedades, suas especificidades e os processos de estratificação social caracterizados por uma maior ou menor desigualdade econômico-social e participação política.

Além disso, é importante que os indicadores de emprego, trabalho e renda sejam analisados em contextos específicos que favoreçam a compreensão tanto da sociedade e suas implicações sociais quanto das dinâmicas de mercado delas decorrentes. Já a investigação a respeito das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais deve enfatizar as novas formas de trabalho, bem como seus efeitos, especialmente em relação aos jovens e às futuras gerações.

HABILIDADES

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

O exercício de reflexão, que preside a construção do pensamento filosófico, permite aos jovens compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (linguísticas, culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos. Ao realizar esse exercício na abordagem de circunstâncias da vida cotidiana, os estudantes podem desnaturalizar condutas, relativizar costumes e perceber a desigualdade, o preconceito e a discriminação presentes em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional.

HABILIDADES

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

A construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. Assim, para que os estudantes compreendam a importância de sua participação e sejam estimulados a atuar como cidadãos responsáveis e críticos, essa competência específica propõe que percebam o papel da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social, e analisem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos.

Para o desenvolvimento dessa competência específica, a política será explorada como instrumento que permite às pessoas explicitar e debater ideias, abrindo caminho para o respeito a diferentes posicionamentos em uma dada sociedade. Desse modo, espera-se que os estudantes reconheçam que o debate público – marcado pelo respeito à liberdade, autonomia e consciência crítica – orienta escolhas e fortalece o exercício da cidadania e o respeito a diferentes projetos de vida.

HABILIDADES

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS604) Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Ficha técnica - Ensino Médio - Versão final

COMITÊ GESTOR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E REFORMA DO ENSINO MÉDIO**Titulares**

Henrique Sartori de Almeida Prado
Secretário Executivo - SE

Katia Cristina Stocco Smole
Secretária de Educação Básica - SEB

Romero Portella Raposo Filho
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica - Setec

Júlio César Meireles de Freitas
Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone
Secretário de Educação Superior - SESu

Marcos Silva Ozorio
Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino - Sase

Maria Inês Fini
Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep

EQUIPE DE ESPECIALISTAS**COORDENAÇÃO**

Ghislaine Trigo Silveira

REDATORES

Adriana Ranelli Weigel, Cristina Leite, Ghislaine Trigo Silveira, Gláucia d'Olim Marote Ferro, Guiomar Namó de Mello, Hebe Ribeiro da Cruz Peixoto, Isabel Porto Filgueiras, Jacqueline Peixoto Barbosa, Janice Theodoro da Silva, João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho, José Alves de Freitas Neto, Maria Augusta Querubim Rodrigues Pereira, Maria Eliza Fini, Maria Fernanda Penteado Lamas, Maria Sílvia Brumatti Sentelhas, Neide Luzia de Rezende, Paulo Roberto Cunha, Priscilla Vilas Boas, Ricardo Rechi Aguiar, Roxane Helena Rodrigues Rojo, Ruy Cesar Pietropaolo, Simone Laiz de Moraes Lima, Sonia Maria Vanzella Castellar e Stella Christina Schrijnemaeker.

LEITORES CRÍTICOS

Fabio Nogueira, Egon Rangel, Luis Vasquinho, Maria Balthasar, Paulo Storace Rota, Roberto Lent, Rodrigo Mendes e Rubem Klein.

Ficha técnica - Ensino Médio - 3ª versão

COMITÊ GESTOR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Titulares

Maria Helena Guimarães de Castro
(Presidente)
Secretária Executiva - SE

Rossieli Soares da Silva
(Secretário Executivo)
Secretário de Educação Básica - SEB

Eline Neves Braga Nascimento
**Secretária de Educação Profissional
e Tecnológica - Setec**

Ivana de Siqueira
**Secretária de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi**

Maria Inês Fini
**Presidente do Instituto Nacional de Estudos e
Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep**

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone
Secretário de Educação Superior - SESu

Regina de Assis
**Secretária de Articulação com
os Sistemas de Ensino - Sase**

Suplentes

Marcos Silva Ozorio
**Secretaria de Articulação com
os Sistemas de Ensino - Sase**

Mauro Luiz Rabelo
Secretaria de Educação Superior - SESu

Ricardo Corrêa Coelho
Secretaria Executiva - SE

Sueli Teixeira Mello
**Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi**

Teresa Cozetti Pontual Pereira
Secretaria de Educação Básica - SEB

Valdecir Carlos Tadei
**Secretaria de Educação Profissional
e Tecnológica - Setec**

Valdir Quintana Gomes Júnior
**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira - Inep**

EQUIPE DE ESPECIALISTAS**COORDENAÇÃO****Ghisleine Trigo Silveira****REDATORES**

Adriana Ranelli Weigel, Cristina Leite, Ghisleine Trigo Silveira, Gláucia d'Olim Marote Ferro, Guiomar Namó de Mello, Hebe Ribeiro da Cruz Peixoto, Isabel Porto Filgueiras, Jacqueline Peixoto Barbosa, Janice Theodoro da Silva, João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho, José Alves de Freitas Neto, Maria Augusta Querubim Rodrigues Pereira, Maria Eliza Fini, Maria Fernanda Penteado Lamas, Maria Silvia Brumatti Sentelhas, Neide Luzia de Rezende, Paulo Roberto Cunha, Priscilla Vilas Boas, Ricardo Rechi Aguiar, Roxane Helena Rodrigues Rojo, Ruy Cesar Pietropaolo, Simone Laiz de Moraes Lima, Sonia Maria Vanzella Castellar e Stella Christina Schrijnemaeker.

LEITORES CRÍTICOS

Cláudia Hilsdorf Rocha, Heloisa Martins, Luiz Carlos Menezes e Marcelo Câmara.

PARTICIPANTES DOS EVENTOS PARA A DISCUSSÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DA BNCC PARA O ENSINO MÉDIO

Abadia de Lourdes da Cunha, Adriana Andres, Adriana Paolilo, Adriana Santos Guimarães, Adriana Shneider, Agenor Florencio Costa Neto, Albert T. Chinen, Alexandre Pinto Guimarães, Alexsandro Santos, Alison Fagner de Souza e Silva, Amélia Ribeiro do Nascimento, Ana Cássia do Amaral Marinho, Ana Coelho Vieira Selva, Ana Cristina Dantas da Silva, Ana Joaquina SS Maltos Carvalho, Ana Lúcia da Silva Brito, Ana Lúcia Porto Faustino, Ana Lúcia Uchoa de Melo, Ana Maria Pinho Cavalcante, Ana Penido, André Vitor F. Dos Santos, Andrea Eliane Stahlke Augusto, Andreia Cristina Barrosa Cardoso, Andréia Pinheiro de Carvalho, Angela M. Baltieri Souza, Angélica Maria Ribeiro de Lima Oliveira, Anna Cecília Cavalcante Freitas, Antonio Ademilton P. Dantas, Antonio de Padua Caetano de Lima Sobrinho, Antonio Menezes da Costa, Antonio Ribeiro, Aparecida Maria de Paula Barbosa da Silva, Audileia Gonçalves da Silva, Benone Costa Filho, Bernadete Fernandes de Araújo, Bruno Andreotti, Caique Bernardes, Camila Pamplona, Caniggia Carneiro Pereira, Carla Chiamarelli, Carla Meira, Carleide Schramm Silva, Carlos Eduardo Povinha, Carlos Jean Araujo Silva, Carolina dos S. Batista Murauskas, Carolina Oliveira Zombrana, Cassiano Roberto Nascimento Ogliari, Catherine Rojas, Cátia Luciana Pereira, Cecília Cristina Resende Alves, Ciáxares Magalhães Carvalho, Cintia Padilha da Silva, Clarice Zanetti, Claudia Botelho, Claudia Costin, Cláudia Simões Mariano, Claudio Fernando I. Pinheiro, Clebe Gonçalves de Sousa, Cristiane Gonçalves de Oliveira Andrade, Cristiane Marcheti dos Santos, Cristiane Yoko Koyanagui da Costa, Cristiano de Souza Calisto, Cristina Ribeiro de Carvalho Santana, Daniel Barros, Daniel Louzada da Silva, Daniel Melo Macedo, Danielle de Oliveira Costa, Danusa Elena Zanella, Dawison Ponciano Sampaio, Dicson Soares dos Prazeres, Diego Araújo de Almeida, Diniz Lopes dos Santos, Diogo Tsukumo, Douglas Pereira Gomes da Silva, Durval Paulo Gomes Junior, Edilene Teixeira da Silva Santos, Edmilson dos Santos, Edson Carlos Mendes dos Santos, Eduardo de Oliveira, Egon Rangel, Eleuza Guazzelli, Eliane Gonçalves Figueira, Eliel dos Santos de Carvalho, Elinaldo Soares Silva, Eliude Costa Pereira, Eliziane Carneiro dos Santos Oliveira,

Eliziane de Paula Silveira Barbosa, Ellen Gera de Brito Moura, Emanuel Melo de Macena, Emerson Azevedo Soares, Emerson Costa, Emília Lucy Nogueira Marinho, Erika Botelho Guimarães Rijo Alves, Eva Maria Katayama Negrissolli, Evaneuda Araújo Rodrigues, Evilen Campos, Fabiana Alves de Melo Dias, Fabiano Farias de Souza, Fábio Dias Tavares, Felipe Morgado, Fernanda Lima Sant’anna da Motta, Fernando Wirthmann Ferreira, Flávia Demuner Ribeiro, Flavia Costa Lima Ferreira, Francisco Alberto Camargo Lacerda, Francisco Augusto Lima Paes, Francisco da Silva Gonçalves, Francisco Marcelo Van de Souza, Franco Alves L. Ramunno, Gabriel dos Santos Souza Gomes, Gabriela Gambi, Gabriela Zelice de Queiroz da Cruz, Geniana Guimaraes Faria, Geralda Efigenia Macedo da Silva, Gerson Ribeiro da Rosa, Gesson José Mendes Lima, Gezenira Rodrigues da Silva, Gilberto Barbosa Filho, Gilberto Luiz Agnozin, Girlene Lopez Sismotto, Gisele Nanini Mathias, Gisélia Maria Alves Domiciano, Graziella Matarazzo, Guiomar Mello, Guiomar Milan Chidiac, Helio Queiroz Daher, Hellen Grace Melo Gomes, Heloisa Magalhães Goulart de Andrade, Herbert Gomes da Silva, Hylo Leal Pereira, India Clara Santana Nascimento, Irene de Souza Costa, Isabel Paixão de Souza Albuquerque, Isaltino Alves Barbosa, Ivanete Rocha de Miranda, Jailson Barbosa Costa, Jairo Gonçalves Carlos, Jane Rúbia Adami da Silva, Janette de Fátima Reis, Jeanne Medeiros Dantas Fernandes, Joanede Aparecida Xavier de Souza Fé, João Batista Peres Junior, João da Rocha Silva Filho, João dos Santos Vitalino, João Ferreira de Oliveira, João Maria de Lima, João Mendes Barroso Filho, João Milton da Silva Santos Junior, Jorge Rodrigues, José Adilson Santos Antunes, José Almir Viana Nunes, José Luis Ortega, José Raul Staub, Joseane Oliveira Figueiredo, Joselino Goular Junior, Jucylene Maria de Castro Santos Borba Dias, Julia Callegari, Julia Siqueira da Rocha, Julia Tami, Julio Maria do Carmo Neto, Jurema Oliveira Brito, Kaire Michely Alves Alcantara, Kátia de Laura Borges, Kátia Neves Pedroza, Katia Pessoa, Kátia Regina Pessoa, Katia Vitorian Gellers, Kelly Cristina de Almeida Moreira, Lafranckia Saraiva Paz de Souza, Leila Aparecida de Souza, Leila Ribeiro, Leonardo Silva Souza, Leonora Aparecida dos Santos Lopes, Letícia Maria Coutada Machado, Liliana Souza da Silva Silveira, Liliane Alves de Sousa, Liliane Pereira da Silva Costa, Lucia de Fatima Palhano de Oliveira Barbosa, Lúcia Nascimento Andrade, Luciana Virgilio de Souza, Luciane da Silva Staub, Luciléia Gilles, Lucimar Donizete Gusmão, Luis Carlos de Menezes, Luis Felipe Serrão, Luiza Victor de Araújo, Lúzia Maria Tavares Maciel Luz Costa, Luzineth Rodrigues Martins, Magno de Andrade Moura, Marcella Suarez Di Santo, Marcelo Puma, Marcia Proescholdt Wilhems, Marcio Andrei Amazonas, Marco Antonio de Jesus Botelho, Marcus Aurélio da Silva Pereira, Margarete da Rosa Vieira, Mari Elisa Santos de Almeida, Maria Adriana Pagan, Maria Cristina de Paula Muller, Maria Cristina Vitoria Tavares Bertinetti, Maria da Conceição Pereira Rebouças, Maria de A. Medeiros Souza, Maria de Fátima Castro Ribeiro, Maria de Fátima de Andrade Bezerra, Maria do Socorro dos Santos Machado Andrade, Maria Eliane Franco Monteiro Azevedo, Maria Gilvânia Guimarães dos Santos, Maria Ignez Diniz, Maria Oneide de Oliveira Enes Costa, Maria Perpétua Ribeiro Lacerda, Maria Salute Rossi Luchetti, Marina Matera Sanches, Marina Silveira Saldanha, Marisa Baltasar Soares, Mauren Martini Lobo, Mauro de Salles Aguiar, Meryna Therezinha Juliano Rosa, Michelle Holtz, Missilene Silva Barreto, Monica Franco, Murilo Malnati Ismael, Naima Saleh, Natalia Rabelo, Nelson Masaia Borsi Junior, Nemone de Sousa Pessoa, Nilton José Hirota da Silva, Norma Maria Vasconcelos Balado, Patrícia Maria de Souza Régio, Paulo Alves da Silva, Paulo Henrique do Nascimento, Paulo Storace Rota, Paulo Venício Braga de Paula, Pedro Augusto Cardoso Evangelista, Pedro de Alcantara Lima Filho, Pedro Paulo Santos da Silva, Pedro Teófilo de Sá, Pedro Vitorino de Oliveira Neto, Rafaela Teixeira Possato de Barros, Raquel Fedelis, Raquel Francicleide de Queiroz Fidelis, Raquel Padilha da Silva, Rayssa Ferreira

Alencar, Regina Célia Gonçalves, Regina Efigênia de Jesus Silva Rodrigues, Rejane Maria Linhares Araújo Palácio, Renata Cristina de Andrade Oliveira, Renato Lopes, Ricardo José da Silva, Ricardo Lisboa Martins, Ricardo Sávio Aguiar de Souza, Richard J L Abreu, Rita Iris Pereira Silva, Rita Jobim, Roberta Guedes, Roberto Araujo Alves, Robespierre Cocker Gomes da Silva, Robson Rubenilson dos Santos Ferreira, Rogério Soares de Moura, Rômulo Augusto Soares Gurgel, Rosa Maria Rodrigues Lamana, Rosana de Nazaré dos Santos Araujo, Rosangela Monteiro da Silva Ramos, Rosangela Santos da Silva, Roseday Santos Nascimento, Rosseline Muniz e Silva, Roziane Marinho Ribeiro, Sabrina Samantha Prado dos Santos, Sandra Moura Severino, Sara das Mercês Ribeiro, Sergio Gotti, Sergio Luiz Damiaty, Sérgio Mariucci, Sergio Roberto Silveira, Sheyla Regina Jafra Cordeiro, Silvania Gregório Carlos, Sílvia Helena A.B. Brandão, Sirley Damian de Medeiros, Solange Mussato, Sonia Maria Oliveira da Rosa, Stefanie Eskereski, Suellen Mary Rech Fachinetto, Tânia Gonçalves, Telma Antônia Rodrigues Alves Noguchi, Tereza Santos Farias, Tiago Vieira Lima, Vagner da S. Bacarim, Valquíria Alves Dalat, Vanderley Aparecido Cornatione, Vera Cabral, Victor Rendon Hidalgo, Vilma Lenir Calixto, Vivian Barbosa de Brito Alves Barros, Viviane Casagrande Mariguela, Viviane Pedroso Domingues Cardoso, Walkíria Soares Almeida, Wanderley Lopes Sebastião, Wirley Jatniel Pinheiro de Oliveira, Wisley Pereira, Wladimir Tadeu Silveira Coelho, Wlahilma Maria de Queiroz Bezerra, Wudson Chaves da Silva.

Ficha técnica - Educação Infantil e Ensino Fundamental - Versão final

COMITÊ GESTOR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Titulares

Maria Helena Guimarães de Castro
(Presidente)
Secretária Executiva - SE

Rossieli Soares da Silva
(Secretário Executivo)
Secretário de Educação Básica - SEB

Eline Neves Braga Nascimento
**Secretária de Educação Profissional
e Tecnológica - Setec**

Ivana de Siqueira
**Secretária de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi**

Maria Inês Fini
**Presidente do Instituto Nacional de Estudos e
Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep**

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone
Secretário de Educação Superior - SESu

Regina de Assis
**Secretária de Articulação com
os Sistemas de Ensino - Sase**

Suplentes

Marcos Silva Ozorio
**Secretaria de Articulação com
os Sistemas de Ensino - Sase**

Mauro Luiz Rabelo
Secretaria de Educação Superior - SESu

Ricardo Corrêa Coelho
Secretaria Executiva - SE

Sueli Teixeira Mello
**Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi**

Teresa Cozetti Pontual Pereira
Secretaria de Educação Básica - SEB

Valdecir Carlos Tadei
**Secretaria de Educação Profissional
e Tecnológica - Setec**

Valdir Quintana Gomes Júnior
**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira - Inep**

EQUIPE DE ESPECIALISTAS**COORDENAÇÃO****Ghisleine Trigo Silveira****REDATORES**

Adriana Ranelli Weigel, André Luís Ruggiero Barroso, Andréa Patapoff Dal Coletto, Antonio Francisco da Silva Junior, Celso Amancio de Melo Filho, Cristiane Mori, Cristina Leite, Ghisleine Trigo Silveira, Gláucia d'Olim Marote Ferro, Guiomar Namó de Mello, Jacqueline Peixoto Barbosa, Janice Theodoro da Silva, João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho, José Alves de Freitas Neto, José Luís Marques López Landeira, Jussara Cristina Barboza Tortella, Maria Augusta Querubim Rodrigues Pereira, Paulo Roberto Cunha, Priscilla Vilas Boas, Raul Borges Guimarães, Roxane Helena Rodrigues Rojo, Ruy Cesar Pietropaolo, Simone Laiz de Moraes Lima, Sonia Maria Vanzella Castellar, Suraya Cristina Darido da Cunha e Zuleika de Felice Murrie.

COMISSÃO DE ENSINO RELIGIOSO

Gilberto Garcia (presidente), Ivan Siqueira (relator), Antonio Freitas e José Loureiro.

LEITORES CRÍTICOS

ACARA, Alexandre Jackson Chan Vianna, Alexandre Rezende, Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus, Ana Paula Martinez Duboc, Angela Corrêa da Silva, Anna Penido Monteiro, Beatriz Cardoso, Beatriz Mangione Sampaio Ferraz, Carolina Machado Rocha Busch Pereira, Claudia Maria Costin, Cydara Cavedon Ripoll, Dave Peck, Egon de Oliveira Rangel, Fabiano Farias de Souza, Fernando Jaime González, Helena Copetti Callai, Hilário Alencar da Silva, Iara Glória Areias Prado, Ilona Maria Lustosa Becskházy Ferrão de Sousa, Ivan Cláudio Pereira Siqueira, Jacqueline Peixoto Barbosa, João Batista Araujo e Oliveira, Jorge Megid Neto, José Angelo Barela, José Francisco Soares, Joyce Menasce Rosset, Julia Siqueira da Rocha, Julio Cezar Foschini Lisboa, Leticia Guimarães Rangel, Lino de Macedo, Magda Becker Soares, Marcelo Moraes Guzzo, Marcelo Viana, Maria Alice Setubal, Maria Angela de Souza Lima Rizzi, Maria Cristina Cortez Wissenbach, Maria Eliza Fini, Maria Fernandes, Maria Helena Webster, Maria Tereza Perez Soares, Mario Jorge Dias Carneiro, Maya Suemi Lemos, Nelio Marco Vincenzo Bizzo, Nina Coutinho, Osmar Moreira de Souza Júnior, Paulo Blikstein, Percival Tirapeli, Phil Lambert, Rauer Ribeiro Rodrigues, Ronaldo Goulart Duarte, Sandra Tatiana Baumel Durazzo, Telma Gimenez, Telma Weisz, Vital Didonet e Yassuko Hosoume.

TRADUTORES (versões para o inglês)

Marília Aranha de Freitas e Renato Ramalho Gerales.

Créditos institucionais e ficha técnica - 2ª versão

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO:

Aloizio Mercadante

SECRETARIA EXECUTIVA:

Luiz Cláudio Costa

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA:

Manuel Palacios da Cunha e Melo

DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL:

Italo Modesto Dutra

COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO MÉDIO:

Ricardo Magalhães Dias Cardozo

COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO FUNDAMENTAL:

Élsio José Corá

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

Rita de Cássia Freitas Coelho

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL:

Leandro da Costa Fialho

Consed

Presidente/Secretário de Estado de Educação de Santa Catarina:

Eduardo Deschamps

Secretaria Executiva:

Nilce Rosa da Costa

Vice-Presidente/Secretário de Estado da Educação da Bahia:

Osvaldo Barreto Filho

Vice-Presidente/Secretário de Estado de Educação do Amazonas:

Rossieli Soares da Silva

Vice-Presidente/Secretária de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul:

Maria Cecilia Amendola da Motta

Vice-Presidente/Secretário de Estado da Educação do Rio de Janeiro:

Antonio José Vieira de Paiva Neto

Vice-Presidente/Secretária de Estado da Educação do Paraná:

Ana Seres Trento Comin

Undime Nacional

PRESIDÊNCIA:

Alessio Costa Lima

Dirigente Municipal de Educação de Tabuleiro do Norte/CE

VICE-PRESIDÊNCIA:

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO:

Adenilde Stein Silva

Dirigente Municipal de Educação de Marechal Floriano/ES

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA:

Jorcirley de Oliveira

*Dirigente Municipal de Educação de Araguaína/TO***SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO:**

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

*Dirigente Municipal de Educação de Florianópolis/SC***SECRETARIA DE FINANÇAS:**

Maria Edineide de Almeida Batista

*Dirigente Municipal de Educação de Lagoa de Pedras/RN***SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:**

Horácio Francisco dos Reis Filho

*Dirigente Municipal de Educação de Goiana/PE***PRESIDÊNCIA REGIÃO CENTRO-OESTE:**

Virgínia Maria Pereira de Melo (em exercício)

*Dirigente Municipal de Educação de Anápolis/GO***PRESIDÊNCIA REGIÃO NORDESTE:**

Gelvânia Mota Silva

*Dirigente Municipal de Educação de Serrinha/BA***PRESIDÊNCIA REGIÃO NORTE:**

Edelson Penaforth Pinto

*Dirigente Municipal de Educação de Tonantins/AM***PRESIDÊNCIA REGIÃO SUDESTE:**

Priscilla Maria Bonini Ribeiro

*Dirigente Municipal de Educação de Guarujá/SP***PRESIDÊNCIA REGIÃO SUL:**

Celso Augusto de Souza de Oliveira (em exercício)

*Dirigente Municipal de Educação de Telêmaco Borba/PR***EQUIPE DE ASSESSORES E ESPECIALISTAS****COORDENAÇÃO**

Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello (MG/UFJF) e Isabel Cristina Alves da Silva Frade (MG/UFMG).

COMITÊ DE ASSESSORES

Alex Branco Fraga (RS/UFRGS), Begma Tavares Barbosa (MG/UFJF), Edenia Maria Ribeiro do Amaral (PE/UFRPE), Edgar de Brito Lyra Netto (RJ/PUC-Rio), Gilberto Icle (RS/UFRGS), Luiz Carlos Menezes (SP/USP), Marcelo Câmara dos Santos (PE/UFPE), Marcelo Tadeu Baumann Burgos (RJ/PUC-Rio), Margarete Schlatter (RS/UFRGS), Maria Carmen Silveira Barbosa (RS/UFRGS), Maria Eunice Ribeiro Marcondes (SP/USP), Maria Zélia Versiani Machado (MG/UFMG), Rosane Moreira Silva Meirelles (RJ/UERJ) e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira (SP/USP).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS

Abraão Juvencio de Araujo (PE/UFPE), Adair Bonini (SC/UFSC), Adecir Pozzer (SC/Consed), Admir Soares de Almeida Junior (MG/PUC Minas), Agustina Rosa Echeverría (GO/UFG), Alaércio Guimarães (MS/Undime), Amarildo Ferreira (RO/Consed), Ana Paula Gomes (MA/Consed), André Ferrer Pinto Martins (RN/UFRN), Andre Luiz Ribeiro Vianna (BA/Consed), Andréa Walder Zanatti (MS/Consed), Andreia Veber (PR/UEM), Antonio Cardoso do Amaral (PI/Consed), Antônio Daniel Marinho Ribeiro (AL/Consed), Carla Andrea Silva Lima (MG/UFU), Carlos Eduardo Povinha (SP/Consed), Claudia Cavalcante Cedraz Caribé de Oliveira (BA/Consed), Claudia de Alencar Serra e Sepulveda (BA/UEFS), Claudia Luisa Zeferino Pires (RS/UFRGS), Cleudemarcos Lopes Feitoza (CE/Undime), Danusa Munford (MG/UFG), Débora Baroudi Nascimento (SP/Undime), Denise Maria de Carvalho Lopes (RN/UFRN), Edilza Laray de Jesus (AM/UEA), Eduardo Adolfo Terrazzan (RS/UFSMS), Eduardo Fleury Mortimer (MG/FaE - UFG), Eliana Merlin Deganutti de Barros (PR/UENP), Elias Carvalho Pereira Junior (ES/Consed), Emerson Costa SP/Consed), Eriberto Barroso Façanha Filho (AM/Consed), Érico Andrade Marques de Oliveira (PE/UFPE), Fabiano Farias de Souza (RJ/Consed), Fernando Jaime González (RS/Unijui), Flaviana Gasparotti Nunes (MS/UFGD), Francisco Sales Bastos Palheta (AM/UFAM), Genildo Alves da Silva (AC/Consed), Gerson da Silva Rodrigues (SP/Undime), Giovani Jose da Silva (AP/UFAP), Gisele Girardi (ES/UFES), Giselly Rodrigues das Neves Silva Gomes (MT/Consed), Gleyson Souza dos Santos (SE/Consed), Haydée Glória Cruz Caruso (DF/UnB), Henrique Lima Assis (GO/Consed), Ileizi Luciana Fiorelli Silva (PR/UEL), Ínia Franco de Novaes (MG/Eseba-UFU), Iracilda da Silva Almeida (AL/Undime), Ivo Marçal Vieira Junior (DF/Consed), João Manoel de Faro Neto (SE/Consed), Joelma Bezerra da Silva (RR/Consed), José Ailto Vargas da Rosa (ES/Undime/SEDUC), Joseni Terezinha Frainer Pasqualini (SC/Consed), Jussara Fraga Portugal (BA/UNEB), Leandro Mendes Rocha (GO/UFG), Leila Cristina Mattei Cirino (PR/Consed), Leila Soares de Souza Perussolo (RR/Undime), Leila Soares de Souza Perussolo (RR/Undime), Leonel Piovezana (SC/Unochapecó), Luciana Pegoraro Penteadado Gândara (TO/Consed), Marcelo Tadeu Motokane (SP/USP), Marcia Garcia Leal Pires (DF/Consed), Marcílio Souza Júnior (PE/UPE), Marcos Antonio Silva (MG/Consed), Marcos Garcia Neira (SP/USP), Marcos Villela Pereira (RS/PUCRS), Margarida Maria Dias de Oliveira (RN/UFRN), Maria da Guia de Oliveira Medeiros (RN/Undime), Maria de Nazaré Pereira Rodrigues (AC/Consed), Maria del Carmen Fátima Gonzáles Daher (RJ/UFF), Maria Isabel Ramalho Ortigão (RJ/UERJ), Maria Oneide de Oliveira Enes Costa (RO/Consed), Maria Rosário dos Santos (PI/Consed), Maria Tereza Carneiro Soares (PR/UFPR), Marinelma Costa Meireles (MA/Consed), Massilia Maria Lira Dias (CE/UFC), Maurício Brito da Silva (AM/Consed), Mauricio Compiani (SP/Unicamp), Maycon Silva de Oliveira (TO/Consed), Micheline Madureira Lage (GO/IFG), Milton Antonio Auth (MG/Facipi-UFU), Minancy Gomes de Oliveira (PE/Consed), Monica Cerbella Freire Mandarin (RJ/Unirio), Monica Lemos de Matos (RJ/Consed), Parmenio Camurça Citó (RO/UFRR), Paulo André Alves Figueiredo (PA/Consed), Paulo Gerson de Lima (RN/Consed), Paulo Meireles Barguil (CE/Consed), Paulo Sérgio Fochi (RS/Unisinos), Reginaldo Gomes da Silva (AP/Consed), Reinaldo de Luna Freire (PB/Consed), Ricardo Gauche (DF/UnB), Ricardo Luiz Teixeira de Almeida (RJ/UFF), Rilma Suely de Souza Melo (PB/Undime), Rony Claudio de Oliveira Freitas (ES/IFES), Ruy Cesar Pietropaolo (SP/Universidade Anhanguera), Samuel Silva Chaves (MT/Consed), Sandra Arlinda Carioca (MG/Undime), Santiago Pich (SC/UFSC), Silvia Helena Vieira Cruz (CE/UFC), Simone Riske Koch (SC/Consed), Suraya Cristina Darido (SP/Unesp), Suzana Maria de Castro Lins (PE/Consed), Tânia Tuchtenhagen Clarindo (RS/Undime), Tatiana Garíglío Clark Xavier (MG/Consed), Vagno Ferreira de Sousa (PA/Undime), Vania Fonseca Maia (RJ/Undime), Vilma Lenir Calixto (PR/Consed), Vitor Powaczruk (RS/Consed), Wirley Jatniel Pinheiro de Oliveira (AP/Consed) e Yassuko Hosoume (SP/USP).

PROFESSORES QUE COLABORARAM COMO REVISORES DOS DOCUMENTOS DA BNCC

Rosângela Veiga Júlio Ferreira (MG/Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF), Vânia Fernandes (MG/Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF), Simone da Silva Ribeiro (MG/Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF), Luciene Ferreira da Silva Guedes (MG/Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF), Márcio Fagundes Alves (MG/Instituto Metodista Granbery), Orlando Ednei Ferretti (SC/UFSC) e Gabriela Pellegrino Soares (SP/USP).

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL AO PORTAL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Henrique Polidoro, Paula Habib e Daniela Mendes.

EQUIPE DE ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO DO PORTAL DA BNCC

Edna Rezende Silveira de Alcântara (MG/UFJF - Coordenadora), Sílvio Lucas Pereira Filho, Douglas Carvalho e Rafael Soares Vieira.

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES AO PORTAL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR***Pesquisadores***

Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa (DF/UnB - Coordenadora), Adriana Almeida Sales de Melo (DF/UnB), Alan Ricardo da Silva (DF/UnB), Claudete de Fatima Ruas (DF/UnB), Edgar de Brito Lyra Netto (RJ/PUC-Rio), Edna Rezende Silveira de Alcântara (MG/UFJF), Gilberto Daisson Santos (DF/UnB), Gilberto Lacerda Santos (DF/UnB), Janaína de Aquino Ferraz (DF/UnB), José Angelo Belloni (DF/UnB), Loureine Rapôso Oliveira Garcez (DF/UnB), Luiz Honorato da Silva Júnior (DF/UnB), Marcelo Tadeu Baumann Burgos (RJ/PUC-Rio), Ricardo Barros Sampaio (DF/UnB), Rudi Henri van Els (DF/UnB) e Valdir Adilson Steinke (DF/UnB).

Auxiliares de Pesquisa

Adriana Carla Oliveira de Morais Vale (RR), Adriano da Fonseca Melo (MS), Alexsandro Rocha de Souza (BA), Alfredo Souza de Oliveira (MS), Ana Cristina Silva de Oliveira Pereira (BA), Ana Maria do Nascimento Silva (AL), Andreliza Cristina de Souza (PR), Anny Carneiro Santos (BA), Antonio de Sousa Silva (PI), Catarina Janira Padilha (RR), Claudinne Briano Canuto (PE), Débora Maria do Nascimento (RN), Denise de Oliveira Alves (DF), Edinéia Aparecida Chaves de Oliveira (PR), Edluza Maria Soares de Oliveira (AL), Elaine Araújo Gheysens (MA), Elaine Maria de Camargos (MG), Eliane Nogueira de Azevedo (MG), Elias Carvalho Pereira Junior (ES), Fabiana Granada Garcia Sampaio (SP), Fabiane Freire França (PR), Fábio do Socorro Dias Brito (AP), Francileide Souza Alves (SE), Francio Xavier Santos Costa (PB), Gabriela Zelice de Queiroz da Cruz (SE), Gilmar Dantas da Silva (CE), Giselle Maria Sarti Leal Muniz Alves (RJ), Helaine Pereira de Souza (BA), Helyne Costa de Jesus (MA), Iara de Oliveira Barros Araújo (PB), Isabel Letícia Pedroso de Medeiros (RS), Ivone Garcia Barbosa (GO), Janette de Fátima Reis (RO), João Paulo Derocy Cêpa (ES), Jomaira Ramos de Freitas Mariano (ES), Jonas Loureiro Dias (AP), Leocádia Maria da Hora Neta (PE), Leonardo Elydio da Silveira (RJ), Luana Serra Elias Tavares (SP), Luciana Barbosa Candido Carniello (GO), Luiz Carlos Santos de Oliveira (AL), Luiz Miguel Martins Garcia (SP), Mara Suzany Romano Bergamo (SP), Márcia Inês Bernadt Wurzius (SC), Marcus Vinicius Silva de Oliveira (RJ), Margarete Ferreira do Vale

de Sousa (RN), Maria de Fátima de Andrade Bezerra (PE), Maria de Jesus Araújo Ribeiro (CE), Maria Gomes Cordeiro (AC), Maria Gorethi dos Santos Camelo (MA), Maria Jose Fernandes dos Reis Fink (RS), Maria Lúcia Pessoa Sampaio (RN), Maria Rita de Cássia Labanca (TO), Mariza Salvi (RO), Maxwell José Albuquerque Alves da Silva (PE), Nilson de Souza Cardoso (CE), Norma Lúcia de Queiroz (DF), Otair Rodrigues Rondon Filho (MT), Ozana Guterres de Abreu (MA), Patrícia Maria de Souza Régio (AC), Raimundo Araujo Costa Sobrinho (PI), Regina Célia Moraes Vieira (AM), Regina Efigenia de Jesus Silva Rodrigues (GO), Rizalva dos Santos Cardoso Rabêlo (PI), Robson Vila Nova Lopes (TO), Rosa Cristina Cavalcanti de Albuquerque Pires (SC), Rosemai Maria Victorio (MT), Rossana Padilha Negreira (RS), Rudson Adriano Rossato da Luz (RS), Sabrina Machado Campos (RJ), Sandra Helena Ataíde de Lima (PA), Sérgio Augusto Domingues (MG), Sílvia Sueli Santos da Silva (PA), Soraya de Oliveira Lima (AM), Sulamita Maria Comini César (MG), Suzy de Castro Alves (SC), Taciana Balth Jordão (MT), Tania Conceição Iglesias (PR), Tânia Dantas Gama (PB) e Willas Dias da Costa (AM).

COORDENADORES INSTITUCIONAIS DAS COMISSÕES ESTADUAIS PARA A DISCUSSÃO DA BNCC

Coordenadores indicados pelas Presidências Estaduais da Undime

Maria Izauníria Nunes da Silva (AC/Undime), Josefa da Conceição (AL/Undime), Silleti Lúcia Sarubi de Lyra (AM/Undime), Cleiberton Riullen Souza dos Santos (AP/Undime), Rosilene Vila Nova Cavalcante (BA/Undime), Regivaldo Freires da Silva (CE/Undime), Jomaira Ramos de Freitas Mariano (ES/Undime), Luciana Barbosa Cândido Carniello (GO/Undime), Maria Gorethi dos Santos Camelo (MA/Undime), Maria Virgínia Morais Garcia (MG/Undime), Marilda Fernandes de Oliveira Coelho (MS/Undime), Lenir de Fátima Alves Ferreira Vronski (MT/Undime), Nair Cristine da Silva Mascarenhas (PA/Undime), Rosilda Maria Silva (PB/Undime), Aderito Hilton do Nascimento (PE/Undime), Antônio de Sousa (PI/Undime), Alessandro Cristian Vin Linsingen (PR/Undime), Andrea Machado Pereira de Carvalho (RJ/Undime), Andrea Carla Pereira Campos Cunha (RN/Undime), Maria Edineide de Almeida Batista (RN/Undime), Mariza Salvi (RO/Undime), Kennedy Leite da Silva (RR/Undime), Márcia Adriana de Carvalho (RS/Undime), Marení de Fátima Rosa da Silva (SC/Undime), Paulo Roberto Caduda Santos (SE/Undime), Maridalva Oliveira Amorim Bertacini (SP/Undime) e Cristiane Terezinha Vidotti (TO/Undime).

Coordenadores indicados pelas Secretarias Estaduais de Educação

Rúbia de Abreu Cavalcante (AC/Consed), Laura Cristiane de Souza (AL/Consed), Vera Lúcia Lima da Silva (AM/Consed), Ailton Asdrubal Cardoso Guedes (AP/Consed), Valdirene Oliveira Souza (BA/Consed), Betânia Maria Gomes Raquel (CE/Consed), Rita de Cacia V.M. de Sousa (DF/Consed), João Paulo Derocy Cêpa (ES/Consed), Wisley João Pereira (GO/Consed), Silvana Maria Machado Bastos (MA/Consed), Augusta Aparecida Neves de Mendonça (MG/Consed), Hélio Queiroz Daher (MS/Consed), Otair Rodrigues Rondon Filho (MT/Consed), Maria Beatriz Mandelert Padovani (PA/Consed), Aparecida de Fátima Uchoa Rangel (PB/Consed), Ana Coelho Vieira Selva (PE/Consed), Carlos Alberto Pereira da Silva (PI/Consed), Rosângela Bezerra de Melo (PR/Consed), Fabiano Farias de Souza (RJ/Consed), Alessandro Augusto de Azevedo (RN/Consed), Joel Domingos Pereira (RO/Consed), Márcia Helena Maia de Lima (RR/Consed), Maria José Fernandes dos Reis Fink (RS/Consed), Júlia Siqueira da Rocha (SC/Consed), Gabriela Zelice de Queiroz da Cruz (SE/Consed), Ghisleine Trigo Silveira (SP/Consed) e Divino Mariosan Rodrigues de Siqueira (TO/Consed).

Créditos institucionais e ficha técnica - 1ª versão

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO:**

Renato Janine Ribeiro

SECRETÁRIO EXECUTIVO:

Luiz Cláudio Costa

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**Secretário:**

Manuel Palacios da Cunha e Melo

DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL**Diretor:**

Ítalo Modesto Dutra

COORDENAÇÃO-GERAL DO ENSINO FUNDAMENTAL**Coordenador-geral:**

Élsio José Corá

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**Coordenadora-geral:**

Rita de Cássia de Freitas Coelho

COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO MÉDIO**Coordenador-geral Interino:**

Ricardo Magalhães Dias Cardozo

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**Coordenador-geral:**

Leandro da Costa Fialho

Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed**Presidente/Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina**

Eduardo Deschamps

Vice-Presidente/Secretário da Educação do Estado da Bahia

Oswaldo Barreto Filho

Vice-Presidente/Secretário de Estado da Educação e da Qualidade de Ensino do Amazonas

Rossieli Soares da Silva

Vice-Presidente/Secretária de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul

Maria Cecília Amendola da Motta

Vice-Presidente/Secretário de Estado da Educação do Rio de Janeiro

Antônio José Viera de Paiva Neto

Vice-Presidente/Secretária de Estado da Educação do Paraná

Ana Seres Trento Comin

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime**Presidente**

TABULEIRO DO NORTE/CE

Alessio Costa Lima

Vice-Presidente

COSTA RICA/MS

Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral

Secretária de Articulação

MARECHAL FLORIANO/ES
Adenilde Stein Silva

Secretário de Coordenação Técnica

ARAGUAÍNA/TO
Jocirley de Oliveira

Secretário de Comunicação

FLORIANÓPOLIS/SC
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

Secretária de Finanças

LAGOA DE PEDRAS/RN
Maria Edineide de Almeida Batista

Secretário de Assuntos Jurídicos

GOIANA/PE
Horácio Francisco dos Reis Filho

Presidente Região Centro-Oeste

CUIABÁ/MT
Gilberto Gomes de Figueiredo

Presidente Região Nordeste

SERRINHA/BA
Gelcivânia Mota Silva

Presidente Região Norte

TONANTINS/AM
Edelson Penaforth Pinto

Presidente Região Sudeste

MARIANA/MG
Elizabeth Cota

Presidente Região Sul

RIO GRANDE/RS
André Lemes da Silva

LEITORES CRÍTICOS

Adair Mendes Nacarato (SP/USF), Airton Carrião (MG/UFMG), Alcilea Augusto (SP/USP), Cármen Lúcia Brancaglion Passos (SP/UFSCar), Aldo Victorio Filho (RJ/UERJ), Alexandre do Nascimento Almeida (RS/UFCSPA), Alexandre José Molina (MG/UFU), Amélia Regina Batista Nogueira (AM/UFAM), Ana Maria De Mattos Guimarães (RS/Unisinós), Anegleyce Teodoro Rodrigues (GO, FEFD/UFMG), Anis (DF/Instituto de Bioética), Antonio Hilario Aguilera Urquiza (MS/UFMS), Carlos Benedito de Campos Martins (DF/UnB), Carminda Mendes André (SP/Unesp), Cássia Navas Alves de Castro (SP/Unicamp), Cibelle Celestino Silva (SP/USP), Clara Zeni Camargo Dornelles (RS/Unipampa), Clarice Salete Traversini (RS/UFRGS), Cláudia Estevam Costa (RJ/Colégio Pedro II), Cristiano Alberto Muniz (DF/UnB), Delaine Cafiero Bicalho (MG/UFMG), Diogo Tourino de Sousa (RS/UFMS), Dirce Maria Antunes Suertegaray (RS/UFRGS), Douglas Santos (MS/UFMG), Edleise Mendes Oliveira Santos (BA/UFBA), Eduardo Salles de Oliveira Barra (PR/UFPR), Elcio Cecchetti (SC/SED), Elisete Medianeira Tomazetti (RS/UFMS), Eloisa Acires Candal Rocha (SC/UFSC), Flávia Maria Teixeira dos Santos (RS/UFRGS), Filipe Ceppas de Carvalho e Faria (RJ/UFRJ), Flávia Eloisa Caimi (RS/UPF), Flávia Maria Teixeira dos Santos (RS/UFRGS), Gilvan Müller de Oliveira (SC/UFSC), Helena Maria Bomeny Garchet (RJ/UERJ), Helenice Aparecida Bastos Rocha (RJ/UERJ), Inés Kayon de Miller (RJ/PUC-Rio), Iole de Freitas Druck (SP/USP), José Angelo Gariglio

(MG/UFMG), José Eustáquio de Sene (SP/USP), Lívia Tenorio Brasileiro (PE/UPE), Luciana Marta Del-Bem (RS/UFRGS), Luís Donisete Benzi Grupioni (SP/USP), Luis Fernando Cerri (PR/UEPG), Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ES/UFES), Luiz Henrique Ferreira (SP/UFSCar), Marcelo de Souza Magalhães (RJ/UFRJ), Marcia Paraquett Fernandes (BA/UFBA), Marcos Antônio Campos Couto (RJ/UERJ), Marcos Araújo Bagno (DF/UnB), Marcos Sorrentino (SP/USP), Maria Alice Gravina (RS/UFRGS), Maria Cristina Rigoni Costa (RJ/Unirio), Maria Cristina Rigoni Costa (RJ/Unirio), Maria Elena Ramos Simielli (SP/USP), Maria Teresa Eglér Mantoan (SP/Unicamp), Marieta de Moraes Ferreira (RJ/UFRJ), Marta Genú Soares (PA/UEPA), Martha Campos Abreu (RJ/UFF), Mauricio Pietrocola Pinto de Oliveira (SP/USP), Mirian Celeste Ferreira Dias Martins (SP/Mackenzie), Mônica Torres Bonatto (RS/UFRGS), Nestor André Kaercher (RS/UFRGS), Patrícia Del Nero Velasco (SP/UFABC), Paulo Cezar Pinto Carvalho (RJ/Impa/FGV), Pedro Paulo Abreu Funari (SP/Unesp), Renilson Rosa Ribeiro (MT/UFMT), Ricardo Rezer (SC/Unochapecó), Rodolfo Rozengardt (Argentina/ Universidad Nacional de La Pampa/Universidad Nacional de Avellaneda), Rosa Maria de Oliveira Graça (RS/UFRGS), Rosiléia Oliveira de Almeida (BA/UFBA), Sandra Regina Ferreira De Oliveira (PR/UEL), Silvana de Gaspari (SC/UFSC), Simone Portugal (DF/UnB), Sirio Possenti (SP/Unicamp), Sonia Kramer (RJ/PUC-Rio) Terezinha da Conceição Costa-Hübes (PR/Unioeste), Tizuko Mochida Kishimoto, Valter Bracht (ES/UFES) Vânia Carvalho de Araújo (ES, UFES), Vânia de Fátima Matias de Souza (PR/UEM), Vânia Rubia Farias Vlach (MG/UFU), Werner Heidermann (SC/UFSC) e Wilma de Nazaré Baía Coelho (PA/UFPA).

PRODUÇÃO EDITORIAL

Fundação Carlos Alberto Vanzolini
Gestão de Tecnologias em Educação

PARCERIA:



REALIZAÇÃO:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO





Recibo de Envio de Informações Nº 1/2022

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 08/04/2022, às 14h e 53min, pelo Controle Interno da PM DE SENTINELA DO SUL, referente ao órgão PM DE SENTINELA DO SUL, na pessoa de Jose Marcio Boeira de Souza, CPF 92522343068, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Art. 26-A - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	
1.1) Previsão normativa	
1.1.1) O Executivo Municipal e/ou o Conselho Municipal de Educação instituíram normativas específicas, atualmente vigentes, relativas à implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas redes e estabelecimentos de ensino do Município?	Sim - apenas o Conselho Municipal de Educação
1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.1.2) O Plano Municipal de Educação inclui o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN, com a garantia da realização de ações que promovam o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças e adolescentes com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, bem como o combate ao racismo e à discriminação, conforme disposto na Lei Estadual nº 14.705/2015?	Sim
1.2) Equipe responsável	
1.2.1) A Secretaria Municipal de Educação possui setor ou equipe técnica permanente com a atribuição específica de orientar, coordenar e controlar a educação das relações étnico-raciais e o ensino das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena nas escolas municipais?	Sim - possui equipe permanente
1.2.1.1) Informar a composição do Setor informado:	Registros informados: 3 Detalhamento no final do recibo.
1.2.1.2) Anexar documento que comprova que a coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é atribuição do Setor informado.	-
1.2.1.3) Informe a composição da Equipe técnica permanente e anexe documento que define suas atribuições	Registros informados: 3 Detalhamento no final do recibo.
1.2.1.4) Anexar documento que comprova que a designação de equipe responsável pela coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	220408141117.pdf (0,37MB)
1.2.2) Informar as atividades desenvolvidas pelo setor ou equipe técnica permanente da Secretaria Municipal de Educação:	Orientação e apoio às escolas no processo de inclusão nos documentos normativos e de planejamento (estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino) de objetivos explícitos visando ao combate do racismo e das discriminações por meio do ensino das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena Promoção de formação continuada de professores, mobilizando de forma colaborativa atores como os Fóruns de Educação, Instituições de Ensino Superior, NEABIs e correlatos, sociedade civil, comunidades indígenas, movimento social



Pergunta	Resposta
	negro, entre outros que possuam conhecimento na temática Apoio às coordenações pedagógicas na promoção do aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas voltados ao atingimento dos objetivos do art. 26-A da LDBEN, abrangendo os diferentes componentes curriculares Acompanhamento das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas nas escolas do município
1.3) Documentação pedagógica	
1.3.1) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura africana	Não
1.3.1.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	-
1.3.2) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura afro-brasileira	Não
1.3.2.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	-
1.3.3) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura indígena?	Não
1.3.3.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	-
1.3.4) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura africana?	Não
1.3.4.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	-
1.3.5) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura afro-brasileira?	Não
1.3.5.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	-
1.3.6) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura indígena?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.6.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	220408141117.pdf (0,37MB)
1.4) Previsão orçamentária	
1.4.1) Nas peças orçamentárias do Município (PPA, LDO e LOA) existe recurso orçamentário específico e exclusivo para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena?	Não
1.4.1.1) Informe a classificação orçamentária do(s) recurso(s) destinado(s) ao ensino das relações étnico-raciais, bem como o respectivo valor.	Registros informados: 0
1.4.3) De que forma foi empregado o valor destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	
1.4.3.1) Anexar os documentos que comprovam as respostas da questão 1.4.3.	-
1.5) Formação dos professores	
1.5.1) Houve concurso(s) público(s) para o magistério municipal no exercício de 2021?	Não
1.5.1.1) No(s) edital(is) e nas provas de concurso(s) público(s) realizado(s) foram exigidos dos candidatos conhecimentos sobre o ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas?	



Pergunta	Resposta
1.5.1.2) Anexar cópia(s) do(s) edital(is) do(s) concurso(s).	-
1.5.2) O Município oportunizou a participação de professores em cursos de formação na área de Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas durante o exercício de 2021?	Não
1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2021	Registros informados: 0
1.5.2.2) Informe a área de conhecimento dos professores capacitados para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2021:	
1.5.3) O Município organizou e realizou evento(s) de formação (mesmo que virtual) sobre o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN em 2021?	Não
1.5.3.1) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de especialistas?	
1.5.3.2) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de:	
1.5.3.3) Informe o(s) evento(s) de formação realizados no período:	Registros informados: 0
1.6) Abrangência do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	
1.6.1) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são ministrados nas escolas da rede municipal de ensino?	Sim - plenamente
1.6.2) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são ministrados em todas as disciplinas do currículo escolar das escolas municipais?	Sim
1.6.2.1) Anexar documentos que comprovem a resposta à questão anterior.	BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (2,92MB)
1.6.2.2) Tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, os conteúdos de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas são ministrados nas disciplinas de:	História Artes Educação Física Língua Portuguesa Geografia
1.6.3) O Município possui escolas públicas municipais de Educação Infantil?	Sim
1.6.4) Na EDUCAÇÃO INFANTIL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas:	São ministrados em todas as escolas públicas municipais
1.6.5) Na EDUCAÇÃO INFANTIL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas são ministrados:	Em todos os anos desta etapa de ensino
1.6.6) O Município possui escolas públicas municipais de Ensino Fundamental?	Sim
1.6.7) No ENSINO FUNDAMENTAL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas:	São ministrados em todas as escolas públicas municipais
1.6.8) No ENSINO FUNDAMENTAL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas são ministrados:	Em todos os anos desta etapa de ensino
1.6.9) O Município possui escolas públicas municipais de ou com Ensino Médio?	Não
1.6.10) No ENSINO MÉDIO, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas:	
1.6.11) No ENSINO MÉDIO, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas são ministrados:	
1.7) Controle do cumprimento do art. 26-A pelas escolas do Município	
1.7.1) A Secretaria Municipal de Educação realiza consultas nas escolas do Município, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas?	Não
1.7.2) Anexar cópia do relatório referente a 2021.	-
1.8) Autoavaliação	
1.8.1) Considerando as respostas a todos os questionamentos da presente requisição de informações e documentos, a Secretaria Municipal de Educação entende estar cumprindo plenamente a obrigação legal inserta no artigo 26-A da Lei de Federal	Sim



Pergunta	Resposta
9.394/96, de acordo com as diretrizes nacionais para implementação da educação das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?	
Justifique:	EM parte
1.8.2) Dados do responsável pelas respostas - Nome:	Fernanda Leite Araújo
Secretaria:	SMEDTC
CPF:	71451293020
Cargo:	PROFESSOR
E-mail:	fernandinhaaraujo26@gmail.com
Celular:	51996976439
2) Plano Municipal de Educação	
2.1) O município possui plano municipal de educação?	Sim
2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3) Meta 18 PNE	
3.1) O município possui plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação básica pública?	Sim
3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.2) O município observa o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme disposto no § 4º, art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008	Sim
3.3) O município utiliza o piso salarial nacional profissional do magistério público da educação básica como valor mínimo proporcional do vencimento básico para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais?	Sim
4) Busca Ativa	
4.1) Processos Estruturados de Busca Ativa	
4.1.1) Em 2021, o Município promoveu processos estruturados de busca ativa?	Sim
4.1.1.1) Informe de que modo o Município promoveu processos estruturados de busca ativa:	Outros
Quais?	visitação domiciliar, conselho tutelar, chamada pública e redes sociais da escola
4.2) Identificação de Crianças e Adolescentes Fora Da Escola e (Re)Matrícula	
4.2.1) O Município realizou, em 2021, proativamente a identificação de crianças e adolescentes fora da escola?	Sim
4.2.1.1) Como foi feita a identificação de crianças e adolescentes fora da escola?	Visitas a domicílios Contato telefônico/ aplicativo de mensagens Via registros estudantis de infrequência ou abandono
4.2.2) Uma vez identificada a criança/adolescente fora da escola, o Município atua imediatamente para garantir a (re)matrícula?	Sim
4.3) Monitoramento e Ações Preventivas Para Evitar Abandono ou Evasão Escolares	
4.3.1) O Município monitorou, em 2021, a frequência dos(as) estudantes, a fim de identificar riscos de abandono e de evasão escolar?	Sim
4.3.1.1) O Município controlou, em 2021, as causas do afastamento da escola?	Sim
4.3.2) O Município divulgou, em 2021, orientações aos profissionais da educação sobre como lidar com a infrequência dos estudantes?	Sim



Pergunta	Resposta
4.3.3) Em 2021, o Município realizou eventos ou cursos de formação na temática do enfrentamento ao abandono e à evasão escolar?	Não
4.3.4) O Município realiza acompanhamento de estudantes (re)inseridos, para garantir que não haja abandono ou evasão escolar?	Sim
4.4) Documentação Formal	
4.4.1) O Município dispõe de documento formal com diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão?	Não
4.4.1.1) Anexar cópia do documento.	-
4.5) Intersetorialidade	
4.5.1) Informe os órgãos/entidades municipais envolvidos na estratégia municipal de combate à exclusão escolar:	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Assistência Social (ou órgão/entidade análogo(a)) Secretaria Municipal de Saúde (ou órgão/entidade análogo(a)) Conselho Municipal de Educação Conselho Tutelar
4.5.2) No enfrentamento à exclusão escolar, o Município atua concertadamente com órgãos públicos de outras esferas?	Sim
4.5.2.1) Com quais órgãos?	Ministério Público do Estado
4.5.3) O Município definiu procedimentos visando a garantir que as crianças e adolescentes identificados pelo Município que necessitam de matrícula na rede estadual sejam encaminhados para serem matriculados nessa rede?	Sim
4.6) Profissionais envolvidos no enfrentamento à exclusão escolar	
4.6.1) O Município dispõe de profissional(is) treinado(s) e incumbido(s) de identificar casos de crianças e adolescentes fora da escola?	Sim
4.6.2) O Município dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar análise técnica acerca das causas da exclusão escolar, nos casos em que for identificada criança ou adolescente fora da escola?	Sim
4.6.3) O Município dispõe de responsável(is) por assegurar a interlocução entre os órgãos e setores participantes da estratégia de enfrentamento à exclusão escolar?	Sim
4.6.4) O Município dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar os encaminhamentos para a (re)inserção e permanência na escola e, quando necessário, para o atendimento nos demais serviços públicos?	Sim
4.7) Busca Ativa Escolar - Unicef e Undime	
4.7.1) O Município aderiu/realizou readesão à estratégia da Busca Ativa Escolar, desenvolvida por UNICEF e Undime, em parceria com Congemas e Conasems?	Sim
4.7.1.1) O Município utiliza e alimenta regularmente a plataforma da estratégia da Busca Ativa Escolar, desenvolvida por UNICEF e Undime, em parceria com Congemas e Conasems?	Não

Recibo emitido em 02/05/2022 14:54.

Código de autenticação
RAIA6-BFXQ5-DMYH2



Dados Tabulares

1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:

Tipo	Outro
Tipo "Outro", Informe:	Parecer
Número	1
Ano	2016
Proposta por	Executivo Municipal
Anexar arquivo	PARECER Nº 01-2016.pdf (392,39 KB)



Dados Tabulares

1.2.1.1) Informar a composição do Setor informado:

Nome	Fernanda L. Araujo
CPF	71451293020
Cargo	Professora
Formação	Licenciatura Geografia

Nome	Michela Aparecida Graboski Serrate
CPF	96712236053
Cargo	Conselho Municipal de Educação
Formação	Letras

Nome	Rosana Pereira Lima
CPF	63386364004
Cargo	Coordenação Pedagógica
Formação	Educação Física



Dados Tabulares

1.2.1.3) Informe a composição da Equipe técnica permanente e anexe documento que define suas atribuições

Nome	Fernanda Araujo
CPF	71451293020
Cargo	Profes
Formação	Licenciatura Geografia

Nome	Michela Aparecida Graboski Serrate
CPF	96712236053
Cargo	Conselho Municipal Educação
Formação	Letras

Nome	Rosana Pereira de Lima
CPF	63386364004
Cargo	Coordenação
Formação	Educação Física



Dados Tabulares

2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	1,265
Ano	2015
Anexar arquivo	Lei 1265-2015.pdf (1209,32 KB)



Dados Tabulares

3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	407
Ano	1998
Anexar arquivo	Lei 407-1998.pdf (9506,09 KB)

SituacaoInstrumentosPlanejamentoSUS

Ano Refe	UF Municipio	Plano de Saúde	Situação do Plano de Saúde	Situação Programação Anual de Saúde	Situação 1 RDQA	Situação 2 RDQA	Situação 3 RDQA	Situação Relatório Anual de Gestão	Situação Pactua Interfede
2022	Rio Grande do Sul	2020-2023	Aprovado	Não Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Aceguá	2022-2025	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Água Santa	2022-2025	Aprovado	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Agudo	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Ajuricaba	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Alecrim	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Alegrete	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Alegria	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Almirante Tamandaré do Sul	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Alpestre	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Alto Alegre	2022-2025	Aprovado	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Alto Feliz	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Alvorada	2022-2025	Em Análise no Conselho de Saúde	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Amaral Ferrador	2022-2025	Aprovado	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Ametista do Sul	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	André da Rocha	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Anta Gorda	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Antônio Prado	2022-2025	Aprovado	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Arambaré		Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Araricá	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Aratiba	2022-2025	Aprovado	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Arroio do Meio	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Arroio do Padre	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia

Ano Refe	UF Município	Plano de Saúde	Situação do Plano de Saúde	Situação Programação Anual de Saúde	Situação 1 RDQA	Situação 2 RDQA	Situação 3 RDQA	Situação Relatório Anual de Gestão	Situação Pactua Interfed
2022	São Sebastião do Caí	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	São Sepé	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	São Valentim	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	São Valentim do Sul	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	São Valério do Sul	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	São Vendelino	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	São Vicente do Sul	2022-2025	Aprovado	Em Análise no Conselho de Saúde	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sapiranga	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sapucaia do Sul	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sarandi	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Seberi	2022-2025	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sede Nova	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Segredo	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Selbach	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Senador Salgado Filho	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sentinela do Sul	2022-2025	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Serafina Corrêa	2022-2025	Aprovado	Em Análise no Conselho de Saúde	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sério	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sertão	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sertão Santana	2022-2025	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sete de Setembro	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Severiano de Almeida	2022-2025	Em Elaboração	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Silveira Martins	2022-2025	Aprovado	Aprovado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sinimbu	2022-2025	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Inicia
2022	Sobradinho	2022-2025	Aprovado	Em	Não	Não	Não	Não	Não Inicia

SAGE - Sala de Gestão Estratégic

portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento

Tipologia Municipal

- Rural Remoto
- Rural Adjacente
- Intermediario Remoto
- Intermediario Adjacente
- Urbano

Total de Municípios - Rio Grande do Sul/RS: 497

1º Quadrimestre 2º Quadrimestre 3º Quadrimestre

■ Avaliado ■ Em Análise no CS ■ Em Elaboração ■ Não Iniciado ■ Retornado para Ajustes

Número de Municípios por Situação do Relatório Anual de Gestão - 2022

Total de Municípios - Rio Grande do Sul/RS: 497

Aprovado Aprovado c/ Ressalvas Em Análise no CS Em Elaboração Não Aprovado Não Iniciado Retornado para Ajustes

Tabela da Situação dos Instrumentos de Planejamento - UF/Município

Show 10 entries

Ano Refe	UF Município	Plano de Saúde	Situação do Plano de Saúde	Situação Programação Anual de Saúde	Situação 1 RDQA	Situação 2 RDQA	Situação 3 RDQA	Situação Relatório Anual de Gestão	Situação Pactuação Interfederativa
2022	RIO GRANDE DO SUL	2020-2023	Aprovado	Não Aprovado	Avaliado	Em Análise no Conselho de Saúde	Não Iniciado	Não Iniciado	
2022	SENTINELA DO SUL	2022-2025	Em Elaboração	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	

Showing 1 to 2 of 2 entries

REDES SOCIAIS

Ativar o Windows

Assine o Windows para obter o melhor desempenho e recursos. Acesse Configurações para ativar o Windows.

Windows

23°C

POR PTB2 19:13 27/11/2022

Assinado digitalmente por: Luís Fernando Doerr em 28/11/22.
 Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8F71.D25C.AAD3.ACE9.1E50.

SAGE - Sala de Gestão Estratégic

portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento

Total de Municípios - Rio Grande do Sul/RS: 497

■ Avaliado ■ Em Análise no CS ■ Em Elaboração ■ Não Iniciado ■ Retornado para Ajustes

Número de Municípios por Situação do Relatório Anual de Gestão - 2021

Total de Municípios - Rio Grande do Sul/RS: 497

Tabela da Situação dos Instrumentos de Planejamento - UF/Município

Show 10 entries

Ano Refe	UF Município	Plano de Saúde	Situação do Plano de Saúde	Situação Programação Anual de Saúde	Situação 1 RDQA	Situação 2 RDQA	Situação 3 RDQA	Situação Relatório Anual de Gestão	Situação Pactuação Interfederativa
2021	RIO GRANDE DO SUL	2020-2023	Aprovado	Em Análise no Conselho de Saúde	Avaliado	Avaliado	Avaliado	Em Análise no Conselho de Saúde	Aprovado
2021	SENTINELA DO SUL	2018-2021	Aprovado	Em Análise no Conselho de Saúde	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Em apreciação pelo Conselho de Saúde

Showing 1 to 2 of 2 entries

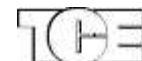
REDES SOCIAIS

Ativar o Windows

Ative o Windows para obter o melhor desempenho e recursos. Acesse Configurações para ativar o Windows. Saiba mais

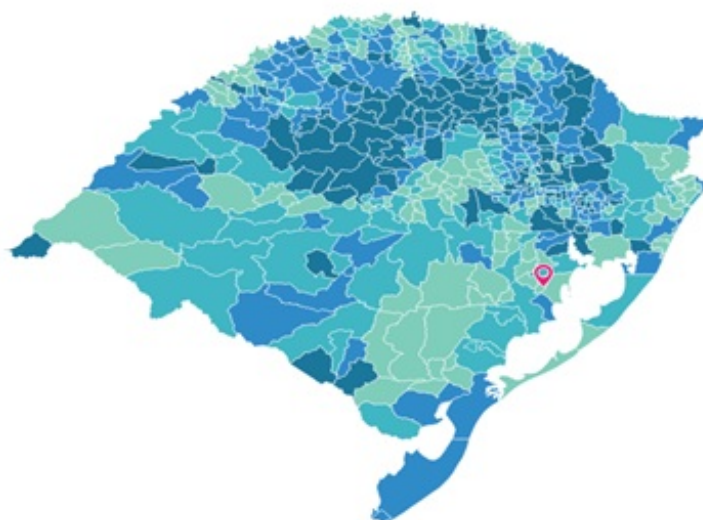
Windows Taskbar: Digite aqui para pesquisar, 24°C, 19:07, 27/11/2022

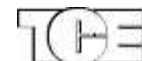
Assinado digitalmente por: Luís Fernando Doerr em 28/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7D22.75D7.4DD7.CDC9.296B.



RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS
EXECUTIVO MUNICIPAL

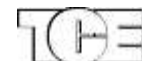
PROCESSO Nº:	001365-0200/21-9
FISCALIZADO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL
CNPJ:	94.068.277/0001-08
EXERCÍCIO:	2021





SUMÁRIO

- 1 GESTORES RESPONSÁVEIS**
- 2 INTRODUÇÃO**
- 3 PERFIL MUNICIPAL**
 - 3.1 Características do Município**
 - 3.1.1 População**
 - 3.1.2 Regionalização**
 - 3.1.3 Economia**
 - 3.2 Características da Administração Municipal**
 - 3.2.1 Estrutura Administrativa**
- 4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES**
 - 4.1 Entregas**
 - 4.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)**
 - 4.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)**
 - 4.1.3 Prestação de Contas Anual**
 - 4.1.4 Base de Legislação Municipal (BLM)**
 - 4.1.5 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)**
 - 4.1.6 Questionários**
 - 4.1.7 Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC**
- 5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**
 - 5.1 Aspectos Gerais**
 - 5.1.1 Legislação Aplicável**
 - 5.2 Instituição do Sistema de Controle Interno**
 - 5.2.1 Legislação Municipal**
 - 5.3 Estrutura Administrativa e Organizacional**
 - 5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno**
 - 5.4 Execução do Controle Interno**
 - 5.4.1 Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno**
 - 5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito**
- 6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**
 - 6.1 Aspectos Gerais**
 - 6.1.1 Legislação Aplicável**



6.2 Resultado Orçamentário

6.2.1 Resultado Orçamentário do Município

6.3 Créditos Orçamentários

6.3.1 Índice de Modificação Orçamentária

6.3.2 Limite Orçamentário para Abertura de Créditos Adicionais

6.4 Receitas

6.4.1 Estimativa e Execução das Receitas Orçamentárias

6.4.2 Estimativa e Execução das Receitas Correntes

6.4.3 Origem das Receitas Correntes

6.5 Despesas

6.5.1 Despesa por Função e Subfunção

6.5.2 Despesa por Programa

7 GESTÃO FISCAL

7.1 Aspectos Gerais

7.1.1 Legislação Aplicável

7.2 Avaliação Geral dos Índices de Gestão Fiscal

7.2.1 Índices de Gestão Fiscal

7.3 Receita Corrente Líquida

7.3.1 Apuração da Receita Corrente Líquida

7.4 Despesa Bruta com Pessoal

7.4.1 Percentual da Despesa com Pessoal

7.5 Dívida Consolidada Líquida

7.5.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida

7.6 Operações de Crédito

7.6.1 Percentual das operações de crédito

7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

7.7.1 Valores Restituíveis

7.7.2 Equilíbrio Financeiro

7.8 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO

7.8.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

7.8.2 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

7.9 Audiências Públicas

7.9.1 Realização de Audiências Públicas

8 GESTÃO PATRIMONIAL

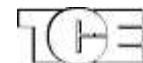
8.1 Aspectos Gerais

8.1.1 Conceitos

8.2 Balanço Patrimonial

8.2.1 Indicadores do Balanço Patrimonial

8.3 Demonstração de Variações Patrimoniais



8.3.1 Indicador da Demonstração das Variações Patrimoniais

9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

9.1 Pesquisas Aplicadas

9.1.1 Pesquisa da Transparência Fiscal

9.1.2 Pesquisa do Acesso à Informação

9.1.3 Pesquisa da Lei das Ouvidorias

9.1.4 Pesquisa da Lei de Enfrentamento à COVID-19

9.1.5 Pesquisa sobre a Vacinação contra COVID-19

10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

10.1 Aspectos Gerais

10.1.1 Legislação e Regime Municipal

11 LIMITES CONSTITUCIONAIS

11.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

11.1.1 Percentual de Aplicação em MDE

11.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

11.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB

11.2.2 Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

11.2.3 Ganho x Perda do FUNDEB

11.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde

11.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS

11.4 Operações de Crédito e Despesas de Capital - Regra de Ouro

11.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro

12 EDUCAÇÃO

12.1 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

12.1.1 Previsão Normativa

12.1.2 Formação dos Professores

12.1.3 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

12.2 Busca Ativa e Enfrentamento à Exclusão Escolar

12.2.1 Processos Estruturados de Busca Ativa

12.2.2 Identificação de Crianças e Adolescentes Fora da Escola e (Re)Matrícula

12.2.3 Monitoramento e Ações Preventivas Para Evitar Abandono ou Evasão Escolares

12.2.4 Documentação Formal

12.2.5 Intersetorialidade e Coordenação entre Entes Federativos

12.2.6 Profissionais Envolvidos no Enfrentamento à Exclusão Escolar

13 SAÚDE



- 13.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS
 - 13.1.1 Plano Municipal de Saúde
 - 13.1.2 Programação Anual da Saúde
 - 13.1.3 Relatório de Gestão
- 14 MEIO AMBIENTE
 - 14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
 - 14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
 - 14.2 Resíduos Sólidos
 - 14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
 - 14.3 Esgoto Sanitário
 - 14.3.1 Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento do Esgoto
- 15 QUADRO RESUMO
- 16 CONCLUSÃO



1 GESTORES RESPONSÁVEIS

No quadro a seguir consta a autoridade responsável pelas contas do Poder Executivo de Sentinela do Sul, ora analisadas.

Quadro 1 – Gestores responsáveis e substitutos

Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
Prefeito	José Flávio Raphaelli Trescastro	01-01-21 a 31-12-21

Fonte: Sistema de Cadastro do TCE-RS (SISCAD).

2 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Auditoria foi elaborado para subsidiar o exercício da competência deste Tribunal de Contas de emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, na forma dos artigos 31, 70, 71, I, e 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Estadual nº 11.424/2000; e Resolução TCE-RS nº 1.028/2015.

O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, oportuno assinalar, é uma peça de conteúdo técnico-jurídico e natureza opinativa cuja finalidade precípua é oferecer ao Poder Legislativo e à sociedade uma visão consistente sobre a macrogestão governamental e sobre o desempenho do governante naquele exercício financeiro.

Trata-se, por isso, de uma peça relevantíssima para a democracia, sendo o elemento técnico que instrui ou orienta, prevalentemente, o julgamento político-administrativo que o poder legislativo está incumbido de realizar sobre as contas globais prestadas pelo Chefe do Executivo, julgamento este do qual podem advir consequências como a inelegibilidade.

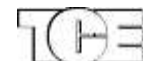
Com o escopo de fornecer substrato denso e suficiente para uma apreciação ampla e tecnicamente qualificada, o Relatório de Auditoria reúne um conjunto de criteriosas análises de gestão orçamentária, fiscal e patrimonial, de aplicação de recursos constitucionalmente vinculados à educação e à saúde, assim como outros elementos que podem ser considerados importantes para a avaliação da gestão municipal e dos resultados obtidos com as ações governamentais.

Por fim, cabe ressaltar que as contas anuais são compostas de informações voltadas a propiciar a formação de uma opinião técnica sob a perspectiva da macrogestão da unidade jurisdicionada e, por terem esse objeto e essa proposta de abordagem, podem não versar, por conseguinte, sobre situações concretas e específicas caracterizadoras de irregularidades em atos de gestão ou danos ao erário, ocorrências estas que, em regra, são apuradas por este Tribunal, com espeque no art. 71, II, da Constituição Federal, por meio de outros tipos processuais previstos em seu Regimento Interno – tais como o processo de contas especiais e a tomada de contas especial.

Registra-se a existência dos processos abaixo, de responsabilidade do senhor José Flávio Raphaelli Trescastro, gestor no exercício em exame:

Quadro 2 – Lista de processos

Processo	Tipo	Data de abertura	Período examinado	Situação
----------	------	------------------	-------------------	----------



026285-0200/21-3	Representação	04/10/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	Concluído, Sem Repercussão nas contas
026946-0200/21-6	Representação	29/10/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	Concluído, Sem Repercussão nas contas

Fonte: Processo Eletrônico do TCE-RS.

3 PERFIL MUNICIPAL

3.1 Características do Município

3.1.1 População

O município de Sentinela do Sul tem 5.635 habitantes e está entre os municípios de 5 a 10 mil habitantes no Estado:

Quadro 3 – População Municipal

Faixa de População	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
Até 5 mil hab	230	680.880	6%
5 a 10 mil hab	101	686.455	6%
10 a 20 mil hab	57	777.417	7%
20 a 50 mil hab	64	1.972.845	17%
50 a 100 mil hab	26	1.806.498	16%
Mais de 100 mil hab	19	5.542.535	48%

Fonte: Estimativa de População para 2021. IBGE, 2021 - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados> - acesso em 04/04/2022

É classificado como Rural Adjacente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Quadro 4 – Tipologia Urbano-Rural

Tipologia Urbano-Rural	Quant.	%	População	%
Rural Adjacente	341	68,61%	1.776.423	15,49%
Urbano	126	25,35%	9.144.408	79,75%
Intermediário Adjacente	26	5,23%	528.509	4,61%
Rural Remoto	2	0,40%	7.390	0,06%
Intermediário Remoto	1	0,20%	6.832	0,06%
Sem classificação	1	0,20%	3.068	0,03%

Fonte: Portal IBGE - <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto> - acesso em 04/04/2022

3.1.2 Regionalização

O município de Sentinela do Sul integra o Conselho Regional de Desenvolvimento Centro-Sul, cuja classificação é utilizada pela Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão para distribuição orçamentária.

Quadro 5 – Distribuição de Municípios e População por COREDE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE PELOTAS
Proc. Nº 001365-0200/21-9 - PM DE SENTINELA DO SUL



COREDE	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
Campos de Cima da Serra	10	104.842	1%
Alto da Serra do Botucaraí	16	105.102	1%
Vale do Jaguari	9	115.372	1%
Rio da Várzea	20	130.998	1%
Nordeste	19	132.343	1%
Celeiro	21	136.328	1%
Jacuí Centro	7	141.621	1%
Hortênsias	7	142.183	1%
Médio Alto Uruguai	22	143.744	1%
Alto Jacuí	14	154.373	1%
Noroeste Colonial	11	176.743	2%
Vale do Caí	19	192.968	2%
Fronteira Noroeste	20	201.040	2%
Campanha	7	222.208	2%
Norte	32	223.505	2%
Paranhana Encosta da Serra	10	232.267	2%
Missões	25	238.840	2%
Centro-Sul	17	276.216	2%
Litoral	21	357.673	3%
Vale do Taquari	36	364.172	3%
Produção	21	372.772	3%
Central	19	415.514	4%
Vale do Rio Pardo	23	449.890	4%
Fronteira Oeste	13	518.106	5%
Sul	22	879.476	8%
Serra	32	1.015.512	9%
Vale do Rio dos Sinos	14	1.420.221	12%
Metropolitano Delta do Jacuí	10	2.602.601	23%

Fonte: Atlas Socioeconômico, disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>, acesso em 25/03/2022.

Sentinela do Sul integra a associação de municípios ACOSTADOCE, que reúne municípios próximos e com perspectivas econômico-sociais em comum.

Quadro 6 – Associações de Municípios - Distribuição de Municípios e População

Associação	Número de Municípios	População Total	População Relativa
AMCSERRA	12	75.464	1%
AMASBI	12	77.481	1%
AMUCSER	10	107.102	1%
ASMURC	7	125.457	1%
AMUNOR	19	132.343	1%
AMUCELEIRO	21	136.328	1%
AMSERRA	7	144.954	1%
ACOSTADOCE	11	159.098	1%
AMUPLAM	11	176.743	2%
AMUFRON	20	201.040	2%
AMPARA	6	210.150	2%
ASSUDOESTE	7	222.208	2%
AMAU	32	223.505	2%
AMVARC	20	231.049	2%



AMM	25	238.840	2%
AMAJA	20	241.440	2%
AMZOP	43	278.640	2%
AMPLA	16	300.241	3%
AMVAT	35	360.762	3%
AMLINORTE	22	363.157	3%
AMVARP	14	384.240	3%
AMFRO	13	518.106	5%
AMCENTRO	33	663.541	6%
AMVARS	12	791.805	7%
AZONASUL	21	873.992	8%
AMESNE	34	1.020.273	9%
GRANPAL	14	3.208.671	28%

Fonte: Portal da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, disponível em <http://www.famurs.com.br/associacoes/>, acesso em 25/03/2022.

3.1.3 Economia

O produto interno bruto (PIB) de Sentinela do Sul em 2019 foi de R\$ 88.503,39 mil, ano em que o PIB dos municípios gaúchos foi de R\$ 482,46 bilhões e representava 6,5% do PIB nacional, de R\$ 7,389 trilhões.

A evolução do PIB de Sentinela do Sul é a seguinte:

Gráfico 1 – Evolução do PIB - 2010 a 2019 (em R\$ mil)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados>. Acesso em 18/01/2022.

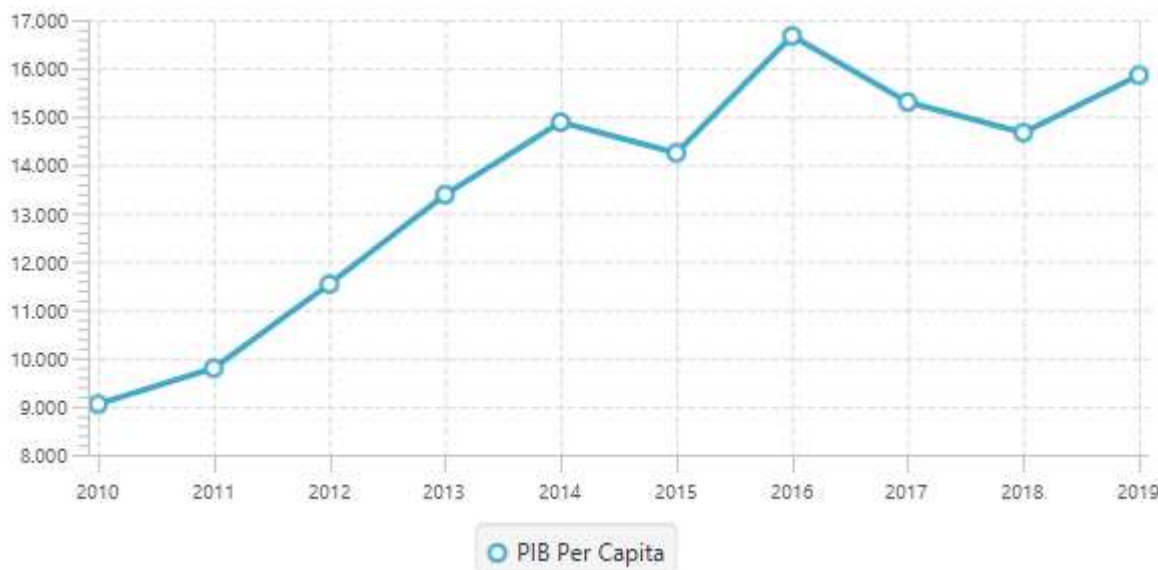
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

Por sua vez, naquele mesmo exercício, o PIB *per capita* de Sentinela do Sul foi de R\$ 15.857,98, o que correspondia a 0,37 vezes o estadual (R\$ 42.406,09/habitante) e 0,45 vezes o nacional (R\$ 35.161,70/habitante).



A evolução do PIB *per capita* de Sentinela do Sul é a seguinte:

Gráfico 2 – Evolução do PIB Per Capita - 2010 a 2019



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados>. Acesso em 18/01/2022.

Nota: Valores apresentados a preço corrente.

O principal elemento do produto interno bruto de Sentinela do Sul era a agropecuária.

Quadro 7 – Composição do PIB (R\$ mil e %) - 2010 a 2019

Ano	Administração Pública	%	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Impostos	%	PIB
2010	14.334,53	30,48%	18.520,11	39,38%	2.587,89	5,50%	9.577,01	20,37%	2.006,52	4,27%	47.026,06
2011	19.926,77	38,97%	14.279,10	27,92%	3.223,21	6,30%	11.298,01	22,09%	2.411,04	4,71%	51.138,13
2012	22.141,38	36,60%	18.534,09	30,64%	4.299,83	7,11%	13.045,85	21,57%	2.466,45	4,08%	60.487,60
2013	26.108,60	35,87%	23.236,29	31,92%	5.326,37	7,32%	15.440,32	21,21%	2.676,31	3,68%	72.787,89
2014	28.078,21	34,53%	26.744,39	32,89%	6.122,82	7,53%	17.288,50	21,26%	3.089,91	3,80%	81.323,82
2015	24.640,20	31,52%	28.533,06	36,51%	5.988,13	7,66%	15.790,02	20,20%	3.210,51	4,11%	78.161,93
2016	24.649,58	26,85%	39.536,94	43,06%	6.198,89	6,75%	17.367,94	18,92%	4.056,30	4,42%	91.809,65
2017	23.809,84	28,15%	33.036,68	39,06%	6.002,51	7,10%	17.609,73	20,82%	4.130,20	4,88%	84.588,95
2018	26.294,27	32,28%	26.340,69	32,34%	7.890,77	9,69%	16.550,22	20,32%	4.371,10	5,37%	81.447,04
2019	28.411,28	32,10%	30.426,47	34,38%	7.765,78	8,77%	17.888,94	20,21%	4.010,92	4,53%	88.503,39

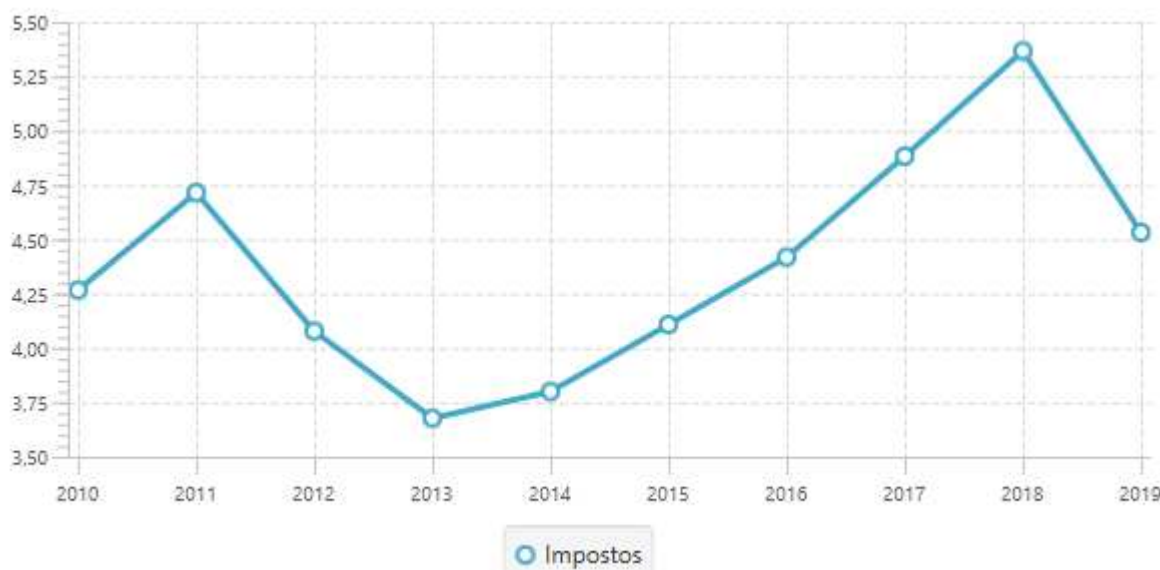
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados>. Acesso em 18/01/2022.

Nota: Valores apresentados em R\$ mil e a preço corrente.

Os impostos representaram 4,53% do produto interno bruto, indicando uma manutenção em relação ao ano anterior.

A evolução da participação dos impostos no produto interno bruto é a seguinte:

Gráfico 3 – Participação dos Impostos no PIB Municipal (2010 a 2019)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados>. Acesso em 18/01/2022.

Nota: Valores apresentados a preço corrente.

As três principais atividades que mais geraram valor adicionado em 2019 no Município foram “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, “Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita” e “Demais serviços”, demonstradas no quadro seguinte:

Quadro 8 – Atividades com Maior Valor Adicionado Bruto (as três principais)

Ano	Primeira	Segunda	Terceira
2010	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
2011	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
2012	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
2013	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
2014	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
2015	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
2016	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços
2017	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços
2018	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
2019	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?>



edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.

3.2 Características da Administração Municipal

3.2.1 Estrutura Administrativa

De acordo com os dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC compõem a estrutura da Administração Pública Municipal:

Quadro 9 – Estrutura Administrativa

MUNICÍPIO DE SENTINELA DO SUL	
Administração Direta	Prefeitura Municipal de Sentinela do Sul
	Câmara Municipal de Sentinela do Sul

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

O Município ainda faz parte dos seguintes Consórcios Municipais:

Quadro 10 – Consórcios Públicos

Consórcios Públicos
Consórcio Centro-sul

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES

4.1 Entregas

O Município deve enviar obrigatoriamente ao TCE-RS o Relatório de Gestão Fiscal, a Manifestação Conclusiva da Unidade Central de Controle Interno, o Relatório de Validação e Encaminhamento, a Prestação de Contas Anual, a Base de Legislação Municipal, os contratos e licitações e os questionários, nos prazos estabelecidos nas Resoluções TCE-RS nº 1.134/2020, nº 843/2009 e nº 1.050/2015 e nas Instruções Normativas TCE-RS nº 13/2021 e nº 13/2017.

Cumpra-se dizer que a qualquer tempo o TCE-RS pode solicitar informações complementares, nos termos do contido no § 2º do artigo 71 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e no § 1º do artigo 33 da Lei Estadual nº 11.424/2000.

4.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)

Em relação a essa documentação, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 11 – Informações das Entregas - RGF/MCI

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peças RGF / MCI
2ºS/2020 ⁽¹⁾	01-02-21	29-01-21	0	3286329 / 3291370
1ºS/2021	30-07-21	28-07-21	0	3630270 / 3671007

Nota: ⁽¹⁾ Processo de Contas Anuais nº 2092-0200/20-0.

Portanto, os Relatórios de Gestão Fiscal **foram entregues** nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 1.134/2020.

Também as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do



cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal **foram entregues** nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 1.134/2020.

4.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)

Em relação a esse relatório, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 12 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
Dez/2020 ⁽¹⁾	01-02-21	29-01-21	0	3286327
Jan/2021	02-03-21	26-02-21	0	3341156
Fev/2021	30-03-21	08-03-21	0	3365337
Mar/2021	30-04-21	12-04-21	0	3435110
Abr/2021	31-05-21	28-05-21	0	3540179
Mai/2021	30-06-21	28-06-21	0	3574069
Jun/2021	30-07-21	28-07-21	0	3630269
Jul/2021	30-08-21	25-08-21	0	3708214
Ago/2021	30-09-21	30-09-21	0	3784964
Set/2021	01-11-21	03-11-21	2	3896667
Out/2021	30-11-21	30-11-21	0	3984648

Nota: ⁽¹⁾ Processo de Contas Anuais nº 2092-0200/20-0.

De acordo com o Ofício Circular DCF nº 44/2021, o prazo de entrega do RVE do 11º mês de 2021 foi prorrogado para 07-01-2022. Nesse sentido, a tempestividade da entrega do mesmo será verificada no Relatório de Contas Anuais de 2022.

Quanto aos demais Relatórios de Validação e Encaminhamento, verifica-se que **não foram entregues**, em sua totalidade, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 1.134/2020 (peça 4707153).

Entretanto, como o referido atraso não comprometeu a análise das contas do Executivo Municipal, tal situação **não deve ser caracterizada como irregularidade passível de esclarecimento**.

4.1.3 Prestação de Contas Anual

Em relação a essa documentação, referente ao Processo de Contas Anuais do ano de 2020, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 13 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
ANUAL	30-01-21	29-01-21	0

Verifica-se que os documentos da prestação de contas **foram entregues** dentro do prazo disposto no artigo 2º, inciso III, da Resolução TCE-RS nº 1.099/2018, conforme protocolo eletrônico nº 355365.



4.1.4 Base de Legislação Municipal (BLM)

Em relação a essa remessa, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 14 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
4º T/2020 ⁽¹⁾	10-01-21	12-04-21	92
1º T/2021	10-04-21	12-04-21	2
2º T/2021	10-07-21	29-06-21	0
3º T/2021	10-10-21	13-10-21	3

Nota: ⁽¹⁾ Processo de Contas Anuais nº 2092-0200/20-0

As remessas de normas à Base de Legislação Municipal do TCE/RS **não foram encaminhadas, em sua totalidade, nos prazos** estabelecidos na Instrução Normativa TCE/RS n.º 12/2009 que regulamenta a Resolução TCE/RS n.º 843/2009.

Registra-se que essa irregularidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, pendente de julgamento.

4.1.5 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)

Em relação a essas remessas, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 15 – Informações das Entregas

Indicador	% Fora do Prazo	Atraso médio (dias)	Peça
Licitações	93,6	38,29	(peça 4707133)
Contratos	100	80,65	(peça 4707154)

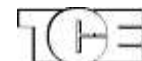
As remessas de licitações e contratos ao Sistema de Licitações e Contratos do TCE-RS (LICITACON) foram efetuadas **em desacordo** com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso no cadastramento dos eventos.

Registra-se que essa irregularidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, pendente de julgamento.

4.1.6 Questionários

De acordo com o art. 8º da Resolução TCE nº 1.134/2020, a qualquer tempo este Tribunal poderá solicitar informações complementares, inclusive por meio de questionários, que devem ser entregues no prazo fixado no pedido.

Com o objetivo de emitir pareceres prévios que trouxessem uma visão mais ampla sobre o município e seus serviços públicos, e que, desse modo, melhor informassem os cidadãos e as Câmaras Municipais, este Tribunal requisitou informações e documentos adicionais no ano de 2021, por meio do Espaço do Controle Interno do Portal do TCE-RS, conforme dispôs os



Ofícios Circulares DCF nº 06/2021 e 10/2021.

As informações requisitadas decorrem da competência constitucional atribuída a esta Corte de Contas, de forma que o não atendimento constitui obstaculização ao controle externo e sujeita o Prefeito responsável à apuração da ocorrência em seus próprios processos de contas com os possíveis consectários legais, dentre os quais, eventualmente, a emissão de parecer desfavorável.

Em relação a essas remessas, observa-se a seguinte situação de entrega:

Quadro 16 – Informações das Entregas

Questionário	Prazo até	Data Entrega	Peça
01/2021. Educação	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4707155)
03/2021. Conselho Municipal de Assistência Social	30-04-2021	16-04-2021	(peça 4707156)
04/2021. Conselho Municipal de Educação	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4707157)
05/2021. Conselho Municipal de Igualdade Racial	30-04-2021	16-04-2021	(peça 4707134)
06/2021. Conselho Municipal de Meio Ambiente	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4707158)
07/2021. Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres	30-04-2021	16-04-2021	(peça 4707159)
08/2021. Conselho Municipal de Saneamento	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4707160)
09/2021. Conselho Municipal de Saúde	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4707161)
10/2021. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	30-04-2021	16-04-2021	(peça 4707135)
11/2021. Conselho Tutelar	30-04-2021	16-04-2021	(peça 4707162)
12/2021. Políticas para Mulheres	30-04-2021	16-04-2021	(peça 4707163)
13/2021. Saúde	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4707164)
14/2021. Meio Ambiente e Saneamento	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4707165)

De posse dos dados acima, verifica-se que as remessas dos questionários foram efetuadas **de acordo** com a Resolução TCE-RS nº 1.134/2020 e os Ofícios Circulares DCF nº 06/2021 e 10/2021.

4.1.7 Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC

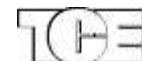
De acordo com o inciso III do § 1º do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência da gestão fiscal será assegurada, entre outros meios, pela adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A da mesma lei.

O Decreto Federal nº 10.540/2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, estabeleceu, em seu art. 18, parágrafo único, que os entes federativos deveriam disponibilizar ao órgão de controle externo o plano de ação voltado para a adequação às disposições do SIAFIC, no prazo de 180 dias, contado da data de publicação daquele instrumento. Esse prazo se encerrou em 04/05/2021.

No decorrer do ano de 2021, foi remetida comunicação eletrônica aos administradores municipais solicitando o encaminhamento do plano de ação e outras informações ao TCE-RS.

Em relação a essa remessa, observa-se, a partir do respectivo protocolo eletrônico, que a entrega foi efetivada no ano de 2021, **em cumprimento** ao disposto no art. 18, parágrafo único do Decreto Federal nº 10.540/2020 (peça 3489386).

5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



5.1 Aspectos Gerais

5.1.1 Legislação Aplicável

O sistema de controle interno deve avaliar o cumprimento de metas e resultados da gestão pública e apoiar o controle externo em sua missão institucional, nos termos do artigo 74 da Constituição Federal.

No Poder Executivo, esse sistema tem de exercer a fiscalização do município na forma da lei, conforme o disposto no artigo 31 da Constituição Federal.

Compete ao TCE-RS avaliar a eficiência e eficácia dos sistemas de controle interno dos municípios jurisdicionados, de acordo com o § 5º do artigo 71 da Constituição Estadual.

A estruturação e funcionamento do sistema de controle interno municipal devem atender as diretrizes estabelecidas na Resolução TCE-RS n.º 936/2012.

5.2 Instituição do Sistema de Controle Interno

5.2.1 Legislação Municipal

O sistema de controle interno do município de Sentinela do Sul foi instituído pela Lei Municipal n.º 1002, de 28-05-09, e regulamentada pelo Decreto 682/2011, cujo regimento interno é aprovado pelo Decreto Municipal n.º Decreto 682/2011, conforme informações prestadas na peça 4137929.

O exame dessa legislação evidencia que:

a) não existe previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI (inciso I do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

b) não existe previsão legal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado (alínea “h” do inciso II do artigo 4º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

c) não existe previsão legal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas (alínea “c” do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

d) não existe indicação legal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao TCE-RS das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal (alínea “d” do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

e) não existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao TCE-RS, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário (inciso III do parágrafo único do artigo 6º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012).

5.3 Estrutura Administrativa e Organizacional



5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno

A composição da Unidade Central de Controle Interno do Município é a seguinte (peça 4137929):

Quadro 17 – Composição da Unidade de Controle Interno

Nome do Servidor	Formação do Servidor	Cargo Original	Função/Atribuição	Provimento
Jose Marcio Boeira de Souza	Ensino Superior Completo	Presidente	Controle Interno - Responsável	Efetivo

Fonte: Dados do SISCAD.

A partir da análise dos dados apresentados no quadro anterior, pode-se concluir que os servidores:

- exercem cargos de provimento efetivo;
- parte** dos servidores desempenham suas atividades exclusivamente no controle interno; e,
- está** lotado em cargo com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle.

De acordo com a Unidade de Controle Interno, "O servidor do controle interno José Márcio Boeira de Souza, exerce suas atividades parcialmente, em períodos que a Contadora Eloísa Oliveira da Silveira, podendo substituí-la em momentos do gozo das suas férias, como Contador Interino. Também exerce as funções de Prestador de Contas de acordo com a portaria nº 268/2017, de acordo com a portaria nº 094/2018 COPERC, Comissão de Inventário Anual de Almoxarifado nº 269/2020."

5.4 Execução do Controle Interno

5.4.1 Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno

As informações prestadas pela UCCI (peça 4137929) indicam que o gestor:

- adota providências tendentes à correção das inconformidades apuradas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela unidade de controle; e
- emprega medidas tendentes a responsabilizar os agentes que infringem os regramentos vigentes para a administração pública do município.

SOBRE b)

De acordo com a Unidade de Controle Interno, "As recomendações em questão foram inerentes à índices que a municipalidade apresentava os quais precisavam melhorar, sob pena de apontamento futuro; E outras inerentes á questões preventivas;"

5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do

Prefeito

A unidade de controle interno **pronuncia-se de forma conclusiva** no parecer sobre as contas do Prefeito Municipal, opinando quanto à **regularidade** das contas.



6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Aspectos Gerais

6.1.1 Legislação Aplicável

É de iniciativa do Poder Executivo, por meio de lei, estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos do artigo 165 da Constituição Federal.

Compete aos entes federados adaptar suas estruturas ao regramento constitucional, por meio das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

6.2 Resultado Orçamentário

6.2.1 Resultado Orçamentário do Município

Os princípios orçamentários da unidade e da universalidade, previstos de forma expressa pelo *caput* do artigo 2º da Lei n.º 4.320/1964, dispõem, respectivamente, que deve existir um orçamento único para cada um dos entes federados com a finalidade de evitar a existência de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política e que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Nesse sentido, a execução do orçamento de 2021 do município de Sentinela do Sul, considerando as atualizações na previsão de arrecadação de receitas e de fixação das despesas (mediante abertura dos créditos adicionais), pode ser assim sintetizada:

Quadro 18 – Resultado Orçamentário da Prefeitura Municipal de Sentinela do Sul (81400)

Orçamento 2021 Em R\$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R\$ 17.900,00	R\$ 17.900,00	R\$ 21.837,01	R\$ 3.937,01
	Total	R\$ 17.900,00	R\$ 17.900,00	R\$ 21.837,01	R\$ 3.937,01
Despesa (B)	Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R\$ 17.259,00	R\$ 27.617,80	R\$ 19.989,65	-R\$ 7.628,16
	Total	R\$ 17.259,00	R\$ 27.617,80	R\$ 19.989,65	-R\$ 7.628,16
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exceto Intraorçamentário	R\$ 641,00	-R\$ 9.717,80	R\$ 1.847,36	R\$ 11.565,16
	Total	R\$ 641,00	-R\$ 9.717,80	R\$ 1.847,36	R\$ 11.565,16

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 19 – Resultado Orçamentário de CM DE SENTINELA DO SUL (81401)

Orçamento 2021 Em R\$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesa (B)	Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R\$ 641,00	R\$ 641,00	R\$ 508,43	-R\$ 132,57
	Total	R\$ 641,00	R\$ 641,00	R\$ 508,43	-R\$ 132,57
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exceto Intraorçamentário	-R\$ 641,00	-R\$ 641,00	-R\$ 508,43	R\$ 132,57
	Total	-R\$ 641,00	-R\$ 641,00	-R\$ 508,43	R\$ 132,57

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE PELOTAS
Proc. Nº 001365-0200/21-9 - PM DE SENTINELA DO SUL



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 20 – Resultado Orçamentário Consolidado

Orçamento 2021 Em R\$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R\$ 17.900,00	R\$ 17.900,00	R\$ 21.837,01	R\$ 3.937,01
	Total	R\$ 17.900,00	R\$ 17.900,00	R\$ 21.837,01	R\$ 3.937,01
Despesa (B)	Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R\$ 17.900,00	R\$ 28.258,80	R\$ 20.498,08	-R\$ 7.760,72
	Total	R\$ 17.900,00	R\$ 28.258,80	R\$ 20.498,08	-R\$ 7.760,72
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Exceto Intraorçamentário	R\$ 0,00	-R\$ 10.358,80	R\$ 1.338,93	R\$ 11.697,73
	Total	R\$ 0,00	-R\$ 10.358,80	R\$ 1.338,93	R\$ 11.697,73

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

A partir dos dados, pode-se concluir que o município de Sentinela do Sul apresenta um superavit orçamentário de R\$ 1.338,93 (R\$ mil) no ano de 2021.

A diferença verificada de R\$ 11.697,73 (R\$ mil) entre o resultado orçamentário previsto e o executado deve-se à subestimativa das receitas em R\$ 3.937,01 (R\$ mil) e à superestimativa das despesas em R\$ 7.760,72 (R\$ mil).

A Lei Orçamentária Anual destinou recursos orçamentários ao município de Sentinela do Sul, o montante de R\$ 17.900.000,00, distribuídos no cenário de arrecadação e gastos demonstrado nos dois quadros seguintes:

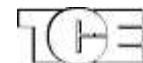
Quadro 21 – Evolução das Receitas Realizadas e Orçadas para 2021

RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA Em R\$ mil	RECEITAS REALIZADAS ⁽¹⁾				RECEITAS ORÇADAS		
	2017	2018	2019	2020	2021	AH	AV
RECEITAS CORRENTES	13.530,40	15.393,25	16.995,86	18.847,37	17.785,90	-5,63%	99,36%
Tributária	672,33	539,10	1.032,16	1.800,75	2.522,91	40,10%	14,09%
Contribuições	-	0,38	-	0,52	-	-100,00%	-
Patrimonial	140,21	34,39	89,17	30,73	62,50	103,41%	0,35%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	132,10	154,04	167,20	192,15	221,61	15,33%	1,24%
Transferências Correntes	12.543,31	14.629,49	15.680,33	16.416,55	14.242,14	-13,25%	79,57%
Outras Receitas Correntes	42,45	35,86	27,00	406,67	736,74	81,16%	4,12%
RECEITAS DE CAPITAL	44,29	497,72	5,84	535,06	114,10	-78,68%	0,64%
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	25,83	-	-	22,10	0,10	-99,55%	0,00%
Amortização de Empréstimo	18,46	9,56	5,84	8,85	114,00	1188,36%	0,64%
Transferências de Capital	-	488,16	-	504,07	-	-100,00%	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,05	-	-100,00%	-
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.574,69	15.890,97	17.001,70	19.382,43	17.900,00	-7,65%	100,00%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE PELOTAS
Proc. Nº 001365-0200/21-9 - PM DE SENTINELA DO SUL



Notas:

(1) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2021.

(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R\$ mil.

Quadro 22 – Evolução das Despesas Empenhadas e das Dotações Iniciais para 2021

DESPESAS POR FUNÇÃO Em R\$ mil	DESPESAS EMPENHADAS ⁽¹⁾				DOTAÇÃO INICIAL		
	2017	2018	2019	2020	2021	AH	AV
1 Legislativa	-	-	-	-	-	-	-
2 Judiciária	-	-	-	-	-	-	-
3 Essencial à Justiça	-	-	-	-	-	-	-
4 Administração	2.635,57	2.795,25	3.797,54	3.752,69	3.937,10	4,91%	22,81%
5 Defesa Nacional	-	-	-	-	-	-	-
6 Segurança Pública	-	-	-	-	-	-	-
7 Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-	-
8 Assistência Social	631,83	851,66	1.063,63	1.016,42	1.165,12	14,63%	6,75%
9 Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
10 Saúde	3.799,04	3.966,52	4.602,84	5.347,28	3.506,34	-34,43%	20,32%
11 Trabalho	-	-	-	-	7,00	-	0,04%
12 Educação	3.452,13	4.598,01	5.082,99	4.024,00	4.203,65	4,46%	24,36%
13 Cultura	117,33	173,04	157,53	47,20	79,00	67,38%	0,46%
14 Direitos da Cidadania	-	-	-	-	-	-	-
15 Urbanismo	108,93	133,08	376,61	1.397,62	200,00	-85,69%	1,16%
16 Habitação	0,57	-	1,08	20,01	10,00	-50,03%	0,06%
17 Saneamento	1,94	13,33	22,93	1,78	5,00	180,38%	0,03%
18 Gestão Ambiental	319,92	300,52	346,73	292,62	424,80	45,17%	2,46%
19 Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-
20 Agricultura	448,18	573,28	805,89	1.051,40	1.134,00	7,86%	6,57%
21 Organização Agrária	-	-	-	-	-	-	-
22 Indústria	-	-	-	-	-	-	-
23 Comércio e Serviços	-	1,65	-	3,05	14,00	359,26%	0,08%
24 Comunicações	-	-	-	-	-	-	-
25 Energia	-	-	-	-	-	-	-
26 Transporte	3,54	0,46	0,59	1,45	5,00	245,33%	0,03%
27 Desporto e Lazer	41,79	42,72	143,63	272,73	232,00	-14,93%	1,34%
28 Encargos Especiais	351,54	371,85	485,22	481,34	1.916,00	298,06%	11,10%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	420,00	-	2,43%
TOTAL	11.912,31	13.821,34	16.887,23	17.709,58	17.259,00	-2,54%	100,00%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

(1) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2021.

(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R\$ mil.

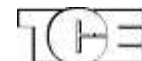
No quadro acima, foi considerada apenas a dotação inicial do Executivo Municipal. Por esse motivo, esse valor não coincide com o total das Receitas Orçadas do quadro anterior.

6.3 Créditos Orçamentários

6.3.1 Índice de Modificação Orçamentária

A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional.

O crédito inicial é aquele aprovado pela Lei Orçamentária Anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não dependentes.



Os créditos adicionais são as autorizações ocorridas no decorrer do exercício para realização de despesas inicialmente não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, conforme o disposto no artigo 41 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Apresenta-se o desmembramento dos créditos adicionais abertos pelo município de Sentinela do Sul nos últimos cinco exercícios, em valores nominais:

Quadro 23 – Evolução dos Créditos Adicionais (2017 a 2021) (em R\$ mil)

Tipo Crédito Adicional	2017		2018		2019		2020		2021	
	Valor	IMO ⁽¹⁾	Valor	IMO ⁽¹⁾	Valor	IMO ⁽¹⁾	Valor	IMO ⁽¹⁾	Valor	IMO ⁽¹⁾
Créditos Suplementares	5.046,18	41,26%	7.348,08	53,34%	8.576,61	60,02%	9.578,68	51,84%	13.108,25	75,95%
Créditos Especiais	0,00	0,00%	546,53	3,97%	511,01	3,58%	990,03	5,36%	312,31	1,81%
Créditos Extraordinários	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	61,33	0,33%	0,00	0,00%
TOTAL	5.046,18	41,26%	7.894,61	57,30%	9.087,62	63,59%	10.630,04	57,53%	13.420,55	77,76%
Total das Despesas Fixadas na LOA	12.229,80		13.777,00		14.290,00		18.476,47		17.259,00	

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota:

(1) IMO (Índice de Modificação Orçamentária).

O Poder Executivo de Sentinela do Sul, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R\$ 27.617.801,17 a sua despesa total para o ano de 2021, consoante a Lei Orçamentária Anual e os decretos municipais que alteraram a referida lei, e executou efetivamente o montante de R\$ 19.989.645,33, gerando economia de 27,62% entre o valor fixado atualizado e o realizado, conforme se verificou no item do Resultado Orçamentário anteriormente tratado neste relatório.

Embora tenha havido uma economia nas despesas do ente, o Índice de Modificação Orçamentária (IMO) total do ano em análise é de 77,76%, ou seja, houve necessidade de adaptação do plano elaborado para o ano de 2021.

Os créditos suplementares corresponderam a 75,95% do total das despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual.

Por sua vez, os créditos especiais corresponderam a 1,81% do total das despesas fixadas na LOA.

Não foram abertos créditos extraordinários no ano de 2021.

6.3.2 Limite Orçamentário para Abertura de Créditos Adicionais

Os recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais são o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, o excesso de arrecadação, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei e as operações de crédito autorizadas, conforme disposto no § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Os créditos extraordinários devem ser abertos por decreto do Poder Executivo e submetido ao Poder Legislativo correspondente (artigo 44 da Lei Federal n.º 4.320/1964).

A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que forem autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses daquele exercício, que poderão ser reabertos, por instrumento legal apropriado, nos limites de seus saldos, e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente (artigo 167, § 2º da Constituição Federal).

Os recursos utilizados pelo Executivo Municipal de Sentinela do Sul no ano de



2021 para abertura dos créditos adicionais foram os seguintes:

Quadro 24 – Recursos Disponíveis para Abertura de Créditos Adicionais (2021) (em R\$)

CRÉDITOS ADICIONAIS (por fonte)	2021	
Auxílios e Convênios	R\$ 4.337.158,27	32,32%
Excesso de Arrecadação	R\$ 217.230,96	1,62%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	0,00%
Reduções/Suplementações Orçamentárias entre Entidades	R\$ 440.000,00	3,28%
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma Entidade	R\$ 3.061.753,50	22,81%
Superavit Financeiro	R\$ 5.364.411,94	39,97%
TOTAL	R\$ 13.420.554,67	100,00%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

6.4 Receitas

O conjunto de receitas de cada município está intimamente relacionado à sua matriz econômica e administrativa.

A estimativa de receitas é uma ferramenta essencial na gestão orçamentária, pela qual se limita a fixação das despesas. A adoção de parâmetros inadequados na elaboração do orçamento pode contribuir para o desequilíbrio financeiro e comprometer a disponibilidade de recursos indispensáveis ao atendimento da população. Ao longo do tempo, pode prejudicar o equilíbrio da gestão fiscal e o desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo quando não houver discussão e avaliação adequada dos créditos adicionais.

6.4.1 Estimativa e Execução das Receitas Orçamentárias

A receita orçamentária é todo ingresso de recurso financeiro que pode viabilizar a execução das políticas públicas com a finalidade precípua de atender as necessidades e demandas da sociedade. Por categoria econômica, é classificada em corrente e de capital. A receita corrente contempla recursos que se destinam a gastos correntes e de consumo, que não resulta em sacrifício patrimonial. A receita de capital, por sua vez, é a direcionada à aplicação e cobertura das despesas com investimentos, que resulta em sacrifício patrimonial para ser obtida.

O Poder Executivo de Sentinela do Sul estimou em R\$ 17.900.000,00 a sua receita para o ano de 2021, consoante sua Lei Orçamentária Anual, e arrecadou efetivamente o montante de R\$ 21.837.008,45, gerando excesso de arrecadação de 21,99% entre o valor orçado inicialmente e o realizado.

Nos dois últimos exercícios, o ente municipal acumulou excesso de R\$ 4.382.966,86, que representa 11,90% das receitas orçamentárias estimadas para o período, conforme evidenciado no quadro seguinte:

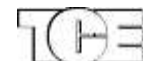
Quadro 25 – Comparativo entre Receita Orçada e Realização das Receitas (2020 e 2021)

Ano	Orçada (R\$) (A)	Realizada (R\$) (B)	Diferença (R\$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2020	18.936.474,97	19.382.433,38	445.958,41	2,36%
2021	17.900.000,00	21.837.008,45	3.937.008,45	21,99%
		Acumulado	4.382.966,86	11,90%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota:

(1) Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98



(2) Consideradas todas as receitas correntes, receitas de capital, receitas correntes intraorçamentárias, receitas de capital intraorçamentárias e deduções de receitas correntes, de capital, correntes intraorçamentárias e de capital intraorçamentárias registradas como realizadas no exercício.

Os municípios gaúchos apresentaram insuficiência média ponderada de arrecadação de 2,43% em 2020 e excesso médio ponderado de arrecadação de 9,79% em 2021, levando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Nesse sentido, os municípios gaúchos atingiram uma suficiência média ponderada de 3,68% no biênio.

Para o exercício de 2022, o Poder Executivo de Sentinela do Sul projeta em 304,62% o crescimento das receitas orçamentárias sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2021, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 26 – Estimativa das Receitas Orçamentárias (2022)

Município	Realizada 2021 (R\$) (A)	Orçada 2022 (R\$) (B)	Diferença (R\$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Sentinela do Sul	21.837.008,45	88.357.100,00	66.520.091,55	304,62%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98

O crescimento médio ponderado das receitas orçamentárias de todos os municípios do Estado para o ano de 2022 está estimado em 5,25%, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

No quadro seguinte, tem-se a composição da receita orçamentária orçada e realizada no ano de 2021:

Quadro 27 – Composição das Receitas Orçamentárias

DESCRIÇÃO DA CONTA Em R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Orçada	Realizada	Evolução	Orçada x Realizada	% Total
RECEITAS CORRENTES	13.530,40	15.393,25	16.995,86	18.847,37	17.785,90	21.681,95	15,04%	121,91%	99,29%
Tributária	672,33	539,10	1.032,16	1.800,75	2.522,91	1.315,07	-26,97%	52,13%	6,02%
Contribuições	-	0,38	-	0,52	-	6,44	1132,69%	-	0,03%
Patrimonial	140,21	34,39	89,17	30,73	62,50	190,08	518,64%	304,13%	0,87%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	132,10	154,04	167,20	192,15	221,61	171,92	-10,53%	77,58%	0,79%
Transferências Correntes	12.543,31	14.629,49	15.680,33	16.416,55	14.242,14	19.937,48	21,45%	139,99%	91,30%
Outras Receitas Correntes	42,45	35,86	27,00	406,67	736,74	60,95	-85,01%	8,27%	0,28%
RECEITAS DE CAPITAL	44,29	497,72	5,84	535,06	114,10	155,06	-71,02%	135,90%	0,71%
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	25,83	-	-	22,10	0,10	-	-100,00%	-	-
Amortização de Empréstimo	18,46	9,56	5,84	8,85	114,00	16,25	83,64%	14,25%	0,07%
Transferências de Capital	-	488,16	-	504,07	-	128,57	-74,49%	-	0,59%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,05	-	10,24	21376,93%	-	0,05%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.574,69	15.890,97	17.001,70	19.382,43	17.900,00	21.837,01	12,66%	121,99%	100,00%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

(1) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R\$ mil.

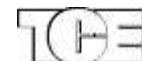
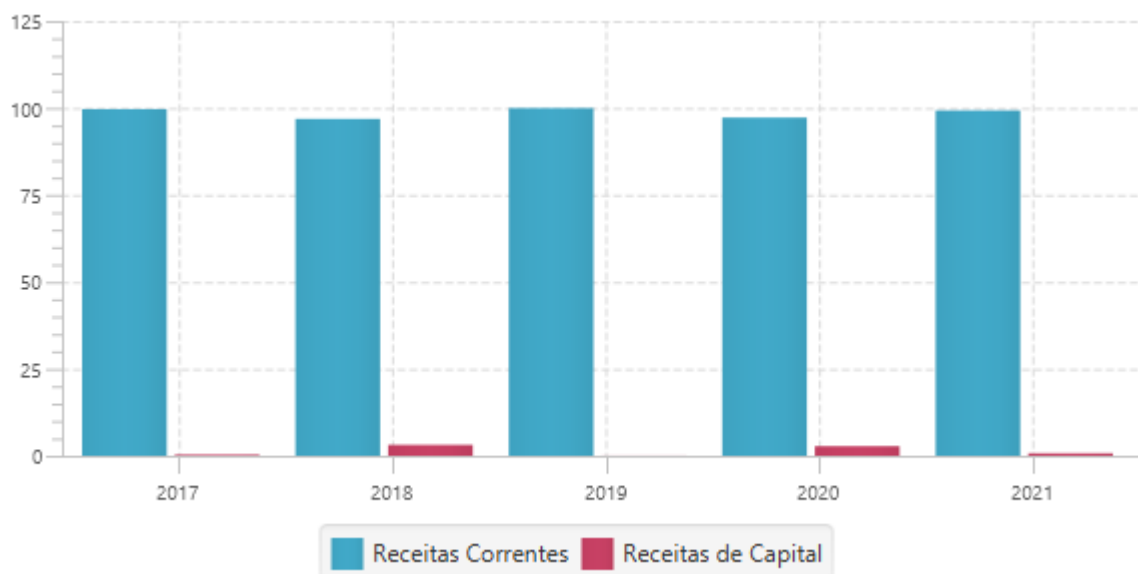


Gráfico 4 – Composição % das Receitas Orçamentárias (Sentinela do Sul)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

As receitas orçamentárias do ente municipal, ano de 2021, estão compostas de aproximadamente 99,29% de receitas correntes, considerando as respectivas deduções, e de 0,71% de receitas de capital.

As receitas orçamentárias dos 497 municípios gaúchos no ano de 2021 estão compostas de aproximadamente 97,25% de receitas correntes e de 2,75% de receitas de capital.

Com base nos dados apresentados anteriormente, constata-se uma evolução de 60,87% na arrecadação de Sentinela do Sul, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 12,66% entre os anos de 2020 e 2021.

A evolução média ponderada de arrecadação da totalidade dos municípios do Estado é de 40,26%, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 14,50%, entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

As receitas orçamentárias arrecadadas do Município somam R\$ 3.875,25 por habitante, no ano de 2021, representando uma evolução de 57,81%, entre os exercícios de 2017 e de 2021, e de 12,14%, no ano de 2021 (v. quadro seguinte).

Quadro 28 – Receitas Orçamentárias Realizadas Per Capita

Ano	Receitas Orçamentárias (A)	População (B)	Receitas Orçamentárias <i>per capita</i> (A/B)
2017	R\$ 13.574.685,14	5.528	R\$ 2.455,62
2018	R\$ 15.890.968,93	5.553	R\$ 2.861,69
2019	R\$ 17.001.703,72	5.581	R\$ 3.046,35
2020	R\$ 19.382.433,38	5.609	R\$ 3.455,60
2021	R\$ 21.837.008,45	5.635	R\$ 3.875,25

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e IBGE.



Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98.

Os municípios gaúchos, no ano de 2021, apresentaram receita orçamentária per capita média ponderada de R\$ 4.891,55. A evolução média ponderada apurada é de 39,51%, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 13,68%, entre os anos de 2020 e 2021.

6.4.2 Estimativa e Execução das Receitas Correntes

A arrecadação do município de Sentinela do Sul em 2021 revela excesso de R\$ 3.896.045,91 nas receitas correntes, que representa perto de 21,91% do montante estimado.

Nos dois últimos anos, o Município acumula excesso de R\$ 3.905.699,71, que corresponde a 10,66% das receitas previstas para o período:

Quadro 29 – Comparativo entre Valor Orçado e Montante Realizado (2020 e 2021)

Ano	Orçado (R\$) (A)	Realizado (R\$) (B)	Diferença (R\$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2020	18.837.716,33	18.847.370,13	9.653,8	0,05%
2021	17.785.900,00	21.681.945,91	3.896.045,91	21,91%
		Acumulado	3.905.699,71	10,66%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97.

Os municípios gaúchos apresentaram excesso de arrecadação médio de 2,21% em 2020 e 15,55% em 2021, atingindo um excesso médio de 7,88%, levando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

Para o exercício de 2022, o município de Sentinela do Sul projeta em 307,32% o crescimento das receitas correntes sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2021, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 30 – Estimativa das Receitas Correntes (2022)

Município	Realizada 2021 (R\$) (A)	Orçada 2022 (R\$) (B)	Diferença (R\$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Sentinela do Sul	21.681.945,91	88.314.200,00	66.632.254,09	307,32%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97.

A evolução média ponderada das receitas correntes de todos os municípios do Estado está estimada em 2,04% para o exercício de 2022, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

As receitas correntes arrecadadas pelo Executivo Municipal de Sentinela do Sul no exercício de 2021 somam R\$ 21.681.945,91, configurando uma evolução na arrecadação de 60,25% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 15,04% entre os anos de 2020 e 2021 (v. quadro seguinte).

Quadro 31 – Evolução das Receitas Correntes (2017 a 2021)

DESCRIÇÃO DA CONTA Em R\$ mil	2017	2018	2019	2020	2021				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Orçada	Realizada	Evolução	Orçada x Realizada	% Total



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE PELOTAS
Proc. Nº 001365-0200/21-9 - PM DE SENTINELA DO SUL



Receita Tributária	672,33	539,10	1.032,16	1.800,75	2.522,91	1.315,07	-26,97%	52,13%	6,07%
IPTU	86,65	130,06	124,03	124,09	578,75	139,52	12,44%	24,11%	0,64%
IR	123,94	132,91	155,48	163,92	170,66	192,56	17,48%	112,83%	0,89%
ITBI	128,73	61,16	173,66	170,18	258,00	402,34	136,41%	155,94%	1,86%
ISS	206,51	174,23	454,71	1.260,25	1.303,50	449,75	-64,31%	34,50%	2,07%
ITR	54,07	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	72,43	40,59	123,23	60,26	175,80	49,10	-18,52%	27,93%	0,23%
Contribuições de Melhorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	0,14	1,04	22,05	36,20	81,81	271,02%	225,99%	0,38%
Contribuições	-	0,38	-	0,52	-	6,44	1132,69%	-	0,03%
Receita Patrimonial	140,21	34,39	89,17	30,73	62,50	190,08	518,64%	304,13%	0,88%
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	132,10	154,04	167,20	192,15	221,61	171,92	-10,53%	77,58%	0,79%
Transferências Correntes	12.543,31	14.629,49	15.680,33	16.416,55	14.242,14	19.937,48	21,45%	139,99%	91,95%
TRANSF. DA UNIÃO	7.083,38	8.090,77	8.702,30	9.609,75	7.957,89	10.519,20	9,46%	132,19%	48,52%
TRANSF. DO ESTADO	4.982,55	4.373,09	4.567,84	4.237,61	3.835,35	5.725,04	35,10%	149,27%	26,40%
TRANSF. MULTIGOVERN.	-	2.165,62	2.410,20	2.569,20	2.444,00	3.518,76	36,96%	143,98%	16,23%
DEMAIS TRANSF.	477,38	-	-	-	4,90	174,49	-	3560,96%	0,80%
Outras Receitas Correntes	42,45	35,86	27,00	406,67	736,74	60,95	-85,01%	8,27%	0,28%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	13.500,40	15.393,25	16.995,86	18.847,37	17.785,90	21.681,95	15,04%	121,91%	100,00%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

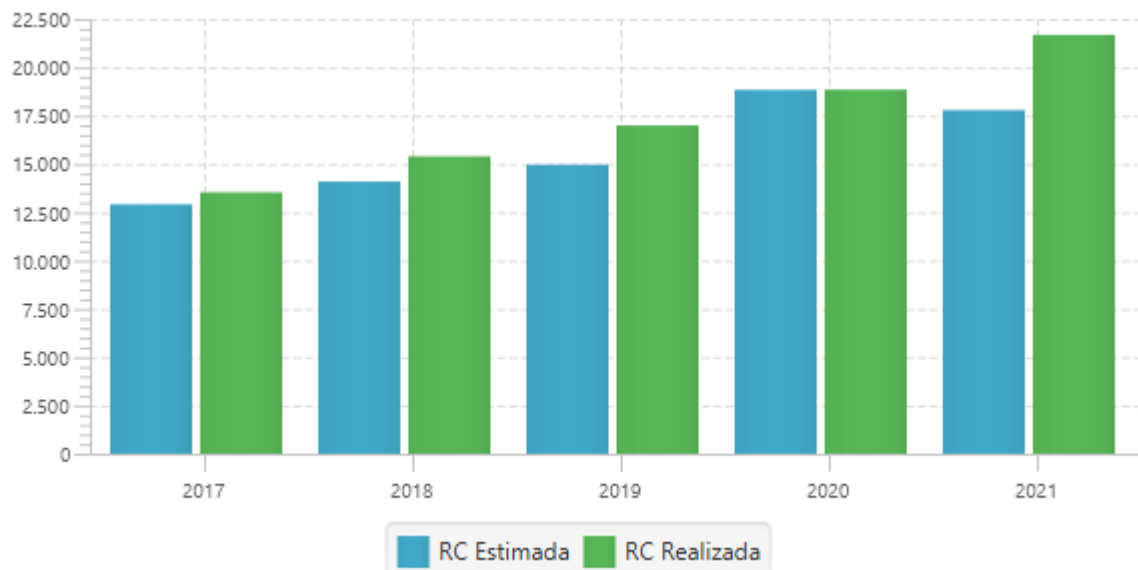
Notas:

(1) A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa bimestral ao TCE/RS.

(2) Embora o ISS cobrado no âmbito do Simples Nacional seja apurado, fiscalizado e cobrado na sua maior parte pela União Federal, não existe uma codificação no PCASP 2020 que permita excluí-lo do montante das receitas arrecadadas pela estrutura própria. Dessa forma, ele é considerado nas receitas arrecadadas diretamente pela administração municipal.

(3) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R\$ mil.

Gráfico 5 – Evolução da Arrecadação das Receitas Correntes (Sentinela do Sul)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A evolução média de arrecadação das receitas correntes da totalidade dos municípios do Estado é de 40,15% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 15,55% entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.



6.4.3 Origem das Receitas Correntes

As receitas correntes, em termos de origem, são oriundas do processo de arrecadação do próprio ente municipal ou resultantes de transferências de outros entes.

Assim sendo, a arrecadação própria do município de Sentinela do Sul importou em R\$ 1.744.467,22 e a originária de transferências correntes, em R\$ 19.937.478,69, o que representa 8,05% e 91,95%, respectivamente, das receitas correntes realizadas em 2021, livres das deduções.

Quadro 32 – Composição das Receitas Correntes - Origem dos Recursos

Ano	Arrecadação Própria (R\$)	%	Transferências Correntes (R\$)	%	Índice de Arrecadação Própria
2017	R\$ 987.086,29	7,29	R\$ 12.543.309,94	92,70	0,08
2018	R\$ 763.761,16	4,96	R\$ 14.629.486,95	95,04	0,05
2019	R\$ 1.315.529,85	7,74	R\$ 15.680.334,34	92,26	0,08
2020	R\$ 2.430.820,83	12,90	R\$ 16.416.549,30	87,10	0,15
2021	R\$ 1.744.467,22	8,05	R\$ 19.937.478,69	91,95	0,09

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Com base nos dados extraídos do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a participação ponderada média dos 497 municípios do Estado no ano de 2021 é de 38,23% de arrecadação própria e de 61,77% de transferências correntes, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

Em Sentinela do Sul, a relação entre a arrecadação própria e as transferências correntes é de 0,09 da receita auferida em 2021, enquanto que na totalidade dos municípios gaúchos, a média é de 0,48.

As receitas arrecadadas diretamente pelo Poder Executivo de Sentinela do Sul em 2021 atingiram o montante de R\$ 1.744.467,22. O quadro seguinte demonstra a composição desse valor:

Quadro 33 – Composição das Receitas Arrecadadas Diretamente (em R\$)

Cód	Conta	Orçada	Realizada	Diferença	%
11	Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	2.522.910,00	1.371.178,83	-1.151.731,17	-45,65
12	Contribuicoes	0,00	6.436,49	6.436,49	0,00
13	Receita Patrimonial	62.500,00	190.081,72	127.581,72	204,13
16	Receita de Servicos	221.610,00	174.315,32	-47.294,68	-21,34
19	Outras Receitas Correntes	736.735,99	60.950,47	-675.785,52	-91,73
911	Deducao - Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	0,00	-56.104,01	-56.104,01	0,00
916	Deducao - Receita de Servicos	0,00	-2.391,60	-2.391,60	0,00
	Total	3.543.755,99	1.744.467,22	-1.799.288,77	-50,77

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas: 1. A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa bimestral ao TCE/RS 2. Embora o ISS cobrado no âmbito do Simples Nacional seja apurado, fiscalizado e cobrado na sua maior parte pela União Federal, não existe uma codificação no PCASP 2020 que permita excluí-lo do montante das receitas arrecadadas pela estrutura própria. Dessa forma, ele é considerado nas receitas arrecadadas diretamente pela administração municipal.

A arrecadação própria de Sentinela do Sul apresenta uma evolução de 76,73%, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de -28,24% entre os anos de 2020 e 2021.

A evolução ponderada média da totalidade dos municípios gaúchos é de 36,21%, entre 2017 e 2021, e de 17,07%, entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o



cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

As receitas de transferências correntes recebidas pelo município de Sentinela do Sul no ano de 2021 atingiram o montante de R\$ 19.937.478,69. (v. quadro abaixo).

Quadro 34 – Composição das Receitas de Transferências Correntes Recebidas

Cód	Conta	Orçada	Realizada	Diferença	%
17	Transferencias Correntes	16.701.651,51	23.122.099,94	6.420.448,43	38,44
917	Deducao - Transferencias Correntes	-2.459.507,50	-3.184.621,25	-725.113,75	29,48
Total		14.242.144,01	19.937.478,69	5.695.334,68	39,99

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota: A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa mensal ao TCE/RS.

As transferências correntes recebidas por Sentinela do Sul apresentaram uma evolução de 58,95% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 21,45% entre os anos de 2020 e 2021.

A evolução ponderada média da totalidade dos municípios gaúchos é de 44,56% entre 2017 e 2021, e de 12,15% entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

As receitas correntes arrecadadas de Sentinela do Sul somaram R\$ 3.847,73 por habitante, no ano de 2021, representando uma evolução de 57,20% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 14,51% entre os anos de 2020 e 2021 (v. quadro abaixo).

Quadro 35 – Receitas Correntes Realizadas per capita

Ano	Receitas Correntes (A)	População (B)	Receitas Correntes per capita (A/B)
2017	R\$ 13.530.396,23	5.528	R\$ 2.447,61
2018	R\$ 15.393.248,11	5.553	R\$ 2.772,06
2019	R\$ 16.995.864,19	5.581	R\$ 3.045,31
2020	R\$ 18.847.370,13	5.609	R\$ 3.360,20
2021	R\$ 21.681.945,91	5.635	R\$ 3.847,73

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e do IBGE.

Os municípios gaúchos apresentaram receita corrente per capita média ponderada de R\$ 4.757,22 no ano de 2021. A evolução média apurada era de 39,25% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 14,60% entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

6.5 Despesas

O planejamento de qualquer entidade é realizado por meio do orçamento, onde são apresentados o fluxo de ingressos e a aplicação de recursos em determinado período.

O acompanhamento da execução orçamentária da despesa permite uma visão mais clara do programa governamental, proporcionando maior racionalidade e eficiência na administração pública e ampliando, assim, a visibilidade dos resultados e benefícios gerados



para a sociedade com a aplicação dos recursos públicos.

Os principais estágios da execução da despesa orçamentária são o empenho, a liquidação e o pagamento.

O Poder Executivo de Sentinela do Sul, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R\$ 27.617.801,17 a sua despesa total para o ano de 2021, consoante sua Lei Orçamentária Anual e os decretos municipais que alteram a referida lei, e executa efetivamente o montante de R\$ 19.989.645,33, gerando uma economia de 27,62% entre o valor fixado atualizado e o realizado.

Essa situação teve origem na economia das despesas correntes de 28,12% combinada com a economia das despesas de capital de 25,92%:

Quadro 36 – Evolução da Execução Orçamentária em R\$ mil – 2017 a 2021

Categoria Econômica	Natureza da Despesa	2017	2018	2019	2020	2021				
		Empenho	Empenho	Empenho	Empenho	Dotação Aut.	Empenho	% Evol.	Dot. x Emp.	% Total Real.
Despesas Correntes	31 Pessoal e Encargos Sociais	6.322	7.084	7.251	8.042	9.695	8.277	2,92%	-14,62%	41,41%
	32 Juros e Encargos da Dívida	33	40	55	51	6	2	95,45%	-61,33%	0,01%
	33 Outras Despesas Correntes	4.649	5.380	6.820	5.977	11.629	7.052	17,97%	-39,36%	35,28%
	TOTAL	11.004	12.504	14.126	14.070	21.330	15.331	8,96%	-28,12%	76,70%
Despesas de Capital	44 Investimentos	769	1.218	2.641	3.539	6.279	4.655	31,52%	-25,87%	23,29%
	45 Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	46 Amortização da Dívida	139	100	120	100	9	4	96,42%	-60,27%	0,02%
	TOTAL	908	1.318	2.761	3.639	6.288	4.658	28,01%	-25,92%	23,30%
Reservas	99 Reserva de Contingência/RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		11.912	13.821	16.887	17.710	27.618	19.990	12,87%	-27,62%	100,00%

Notas:

(1) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2021.

A comparação entre as despesas empenhadas em 2021 e em 2020 revelou um aumento de 8,96% das despesas correntes e um aumento de 28,01% das despesas de capital.

Na categoria de despesas correntes, a natureza de despesa orçamentária “Juros e Encargos da Dívida” teve a maior variação em comparação com o ano anterior: 95,45%.

Na categoria de despesas de capital, a natureza de despesa orçamentária “Amortização da Dívida” teve a maior variação em comparação com o ano anterior: 96,42%.

No exercício em exame, as despesas correntes e de capital corresponderam a 76,70% e 23,30%, respectivamente, do total das despesas orçamentárias.

6.5.1 Despesa por Função e Subfunção

A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A subfunção, por sua vez, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do ente municipal, relativas ao ano de 2021, classificadas por função e subfunção, com o comparativo entre a fixada atualizada e a executada:

Quadro 37 – Dotação Autorizada e Despesa Empenhada por Função e Subfunção (2021)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE PELOTAS
Proc. Nº 001365-0200/21-9 - PM DE SENTINELA DO SUL



Função	Subfunção	Dotação Autorizada R\$	Dotação Empenhada R\$	Variação %
12 - Educação	122 - Administração Geral	4.022.293,15	2.398.389,31	-40,37
	361 - Ensino Fundamental	3.243.220,00	3.116.878,74	-3,90
	365 - Educação Infantil	456.900,00	389.907,89	-14,66
	123 - Administração Financeira	,40	,00	-100,00
12 - Educação TOTAL		7.722.413,55	5.905.175,94	-23,53
10 - Saúde	301 - Atenção Básica	6.512.483,98	4.873.504,37	-25,17
	122 - Administração Geral	444.710,41	70.172,30	-84,22
	123 - Administração Financeira	387.082,07	278.108,47	-28,15
10 - Saúde TOTAL		7.344.276,46	5.221.785,14	-28,90
4 - Administração	122 - Administração Geral	3.892.187,49	3.039.996,11	-21,90
	123 - Administração Financeira	770.916,89	388.349,73	-49,62
	121 - Planejamento e Orçamento	79.550,00	4.490,00	-94,36
	124 - Controle Interno	74.202,00	60.248,24	-18,80
4 - Administração TOTAL		4.816.856,38	3.493.084,08	-27,48
20 - Agricultura	122 - Administração Geral	2.642.095,00	2.067.177,25	-21,76
	123 - Administração Financeira	28.571,00	,00	-100,00
20 - Agricultura TOTAL		2.670.666,00	2.067.177,25	-22,60
15 - Urbanismo	452 - Serviços Urbanos	1.520.601,68	1.375.771,42	-9,52
15 - Urbanismo TOTAL		1.520.601,68	1.375.771,42	-9,52
100 - Demais funções	-	3.542.987,10	1.926.651,50	-45,62
TOTAL		27.617.801,17	19.989.645,33	-27,62

Quadro 38 – Despesas Empenhadas por Habitante (2021)

Código Função	Função	Despesa Empenhada	Despesa por Habitante
010	Saúde	R\$ 5.221.785,14	R\$ 926,67
012	Educação	R\$ 5.905.175,94	R\$ 1.047,95
004	Administração	R\$ 3.493.084,08	R\$ 619,89
020	Agricultura	R\$ 2.067.177,25	R\$ 366,85
015	Urbanismo	R\$ 1.375.771,42	R\$ 244,15
100	Demais funções	R\$ 1.926.651,50	R\$ 341,91
TOTAL		R\$ 19.989.645,33	R\$ 3.547,42

6.5.2 Despesa por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor



Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do Município, relativas ao ano de 2021, classificadas por programa, com o comparativo entre a dotação fixada autorizada e as despesas empenhadas no referido ano.

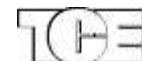
Quadro 39 – Dotações Orçamentárias Atualizadas e Despesas Empenhadas por Programas (2021) (em R\$ mil)

Despesas por Programas em 2021				
Código	Descrição	Dotação Autorizada	Despesa Empenhada	Variação
0000	OPERACOES ESPECIAIS	R\$ 937,94	R\$ 320,58	-65,82%
0001	Atuacao Legislativa	R\$ 1,43	R\$ 0,00	100,00%
0006	Programa de Gestao e Manutencao da Secretaria da Educacao, Turismo, Desporto e C	R\$ 181,74	R\$ 63,14	-65,26%
0007	Programa de Gestao e Manutencao da Secretaria da Saude	R\$ 188,34	R\$ 106,35	-43,53%
0008	Programa de Gestao e Manutencao da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistenc	R\$ 450,54	R\$ 204,46	-54,62%
0009	Programa de Gestao e Manutencao da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$ 28,57	R\$ 0,00	100,00%
0010	Programa de Gestao e Manutencao do Fundo Municipal de Saude	R\$ 87,07	R\$ 87,07	-,00%
0012	Programa de Gestao e Manutencao do Fundo Municipal de Meio Ambiente	R\$ 9,00	R\$ 8,77	-2,61%
0020	Aquisicao,Manutencao de Trator,Maquinas,Maquinas e Equipamentos Pesados / SI	R\$ 925,00	R\$ 682,50	-26,22%
0029	Assistencia Social Geral	R\$ 32,94	R\$ 17,41	-47,13%
0036	COVID-19	R\$ 278,71	R\$ 164,09	-41,13%
0037	IMPLEMENTACAO DA REDE CEGONHA	R\$ 0,60	R\$ 0,00	100,00%
0039	SAUDE PARA TODOS	R\$ 93,42	R\$ 92,31	-1,18%
0200	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	R\$ 761,34	R\$ 599,32	-21,28%
0201	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA E	R\$ 782,02	R\$ 648,02	-17,14%
0202	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENT	R\$ 850,47	R\$ 392,84	-53,81%
0203	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO	R\$ 917,22	R\$ 669,97	-26,96%
0204	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIACAO E SERVI	R\$ 1.909,10	R\$ 1.639,95	-14,10%
0205	CIDADE INTEGRADA	R\$ 2.157,60	R\$ 1.751,28	-18,83%
0206	FAMILIA, APOIO E PROTECAO	R\$ 384,34	R\$ 198,69	-48,30%
0207	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	R\$ 6.300,72	R\$ 5.099,85	-19,06%
0208	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AM	R\$ 1.801,90	R\$ 1.409,98	-21,75%
0209	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R\$ 4.886,31	R\$ 3.790,06	-22,44%
0210	SENTINELA MAIS SAUDAVEL	R\$ 1.832,07	R\$ 995,66	-45,65%
0211	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, DESPORTO, T	R\$ 1.819,44	R\$ 1.047,36	-42,43%
9999	Reserva de Contingencia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	%
TOTAL		R\$ 27.617,80	R\$ 19.989,65	100,00%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota: Os valores da coluna "dotação autorizada" apresentados na tabela acima são aqueles originais da Lei Orçamentária Anual, alterados por conta de abertura de créditos adicionais.

7 GESTÃO FISCAL



7.1 Aspectos Gerais

7.1.1 Legislação Aplicável

O cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 será fiscalizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder e do Ministério Público.

A competência atribuída aos Tribunais de Contas está replicada no artigo 5º, inciso XVI, do Regimento Interno do TCE-RS.

Além da previsão regimental, há a Instrução Normativa TCE-RS n.º 13/2021, que dispõe sobre critérios para elaboração dos relatórios gerados de forma eletrônica e automática pelo Programa Autenticador de Dados – PAD –, a partir do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC –, bem como sobre as informações acessórias imprescindíveis para a sua geração e sobre a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – para fins do exercício da fiscalização preconizada pelo artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

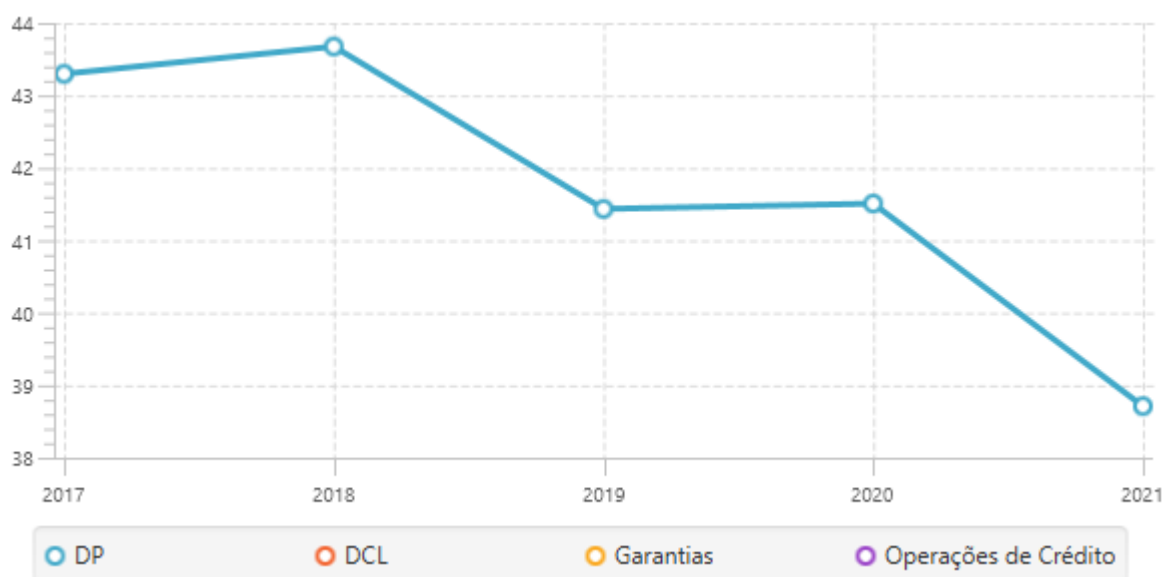
7.2 Avaliação Geral dos Índices de Gestão Fiscal

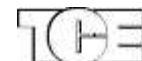
7.2.1 Índices de Gestão Fiscal

A Lei Complementar Federal n.º 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a permanente observância dos limites fixados que estabelecem o comprometimento de despesas e endividamento.

No gráfico seguinte, tem-se a evolução dos limites fixados pela lei fiscal, atingidos pelo Poder Executivo de Sentinela do Sul nos últimos exercícios, quanto à despesa com pessoal, dívida consolidada líquida, garantias e contragarantias e operações de crédito.

Gráfico 6 – Índices de Gestão Fiscal





Observa-se, em relação à receita corrente líquida:

- a) a **queda** das despesas com pessoal, no ano de 2021 em relação ao ano anterior;
- b) a **inexistência** de dívida consolidada líquida no período;
- c) a **inexistência** de concessão de garantias e contragarantias no período;
- d) a **inexistência** de operações de crédito internas, externas e por antecipação de receita no período.

7.3 Receita Corrente Líquida

A receita corrente líquida é apurada a partir das informações prestadas individualmente pelos órgãos jurisdicionados ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas do TCE-RS, conforme o disposto no **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021**, e é o resultado da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores, deduzida da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e das receitas provenientes da compensação financeira dos regimes de previdência.

Serve como parâmetro para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das garantias e contragarantias e das operações de crédito internas, externas e por antecipação de receita orçamentária do ente da federação.

No quadro seguinte, tem-se a evolução da receita corrente líquida do município de Sentinela do Sul nos últimos cinco anos: e, no gráfico, logo após, a respectiva representação da curva de evolução.

Quadro 40 – Evolução da Receita Corrente Líquida

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
RCL ⁽¹⁾	R\$ 13.716.090,10	R\$ 15.374.283,12	R\$ 16.999.202,74	R\$ 18.706.320,13	R\$ 21.381.888,70
RCL ⁽²⁾	R\$ 22.148.378,62	R\$ 23.461.859,35	R\$ 24.462.377,25	R\$ 23.812.387,95	R\$ 21.381.888,70
Variação anual %	-	5,93%	4,26%	-2,66%	-10,21%

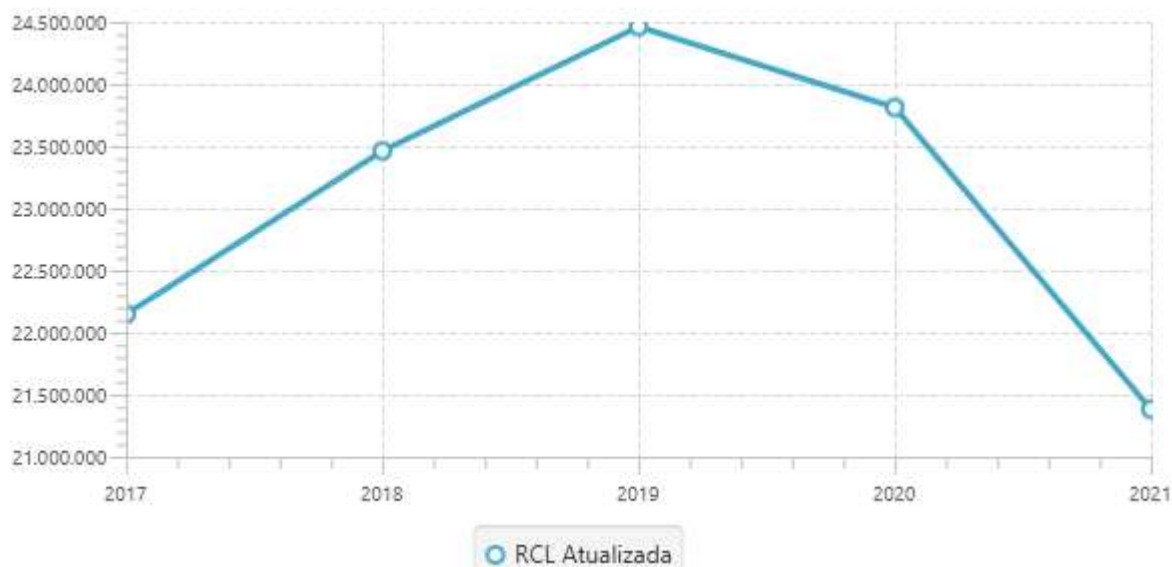
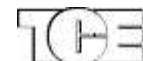
Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

⁽¹⁾ Valores nominais da RCL para fins da apuração dos limites da Despesa com Pessoal.

⁽²⁾ Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 7 – Evolução da Receita Corrente Líquida



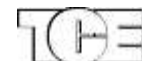
Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.3.1 Apuração da Receita Corrente Líquida

A composição da receita corrente líquida do município de Sentinela do Sul apurada no exercício de 2021 é a seguinte:

Quadro 41 – Composição da Receita Corrente Líquida (em R\$)

ESPECIFICAÇÃO	1º SEM (peça 3630269)	2º SEM (peça 4118467)
Receitas Correntes (a)	11.203.959,03	24.925.062,77
(-) Deduções Receitas Correntes (b)	-1.608.815,05	-3.243.116,86
(-) Outras Deduções (c)	0,00	-57,21
Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	0,00	0,00
Receitas do RPPS – Remuneração e Outras Receitas	0,00	0,00
Receitas Fundo de Assistência Social dos Servidores	0,00	-57,21
Receita Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do ano corrente (d = a+b+c)	9.595.143,98	21.681.888,7
Receita Corrente Líquida - ano anterior - Geral (e)	10.480.801,64	-
Receita Corrente Líquida - ano anterior - Despesa com Pessoal (f)	10.480.801,64	-
SUB TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - GERAL (g = d+e)	20.075.945,62	21.681.888,7
SUB TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL (h = d+f)	20.075.945,62	21.681.888,7
Emendas Parlamentares Individuais (i)	100.000,00	300.000,00
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO (j = g-i)	19.975.945,62	21.381.888,70
Emendas Parlamentares de Bancada (k)	0,00	0,00
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL (l = h-i-k)	19.975.945,62	21.381.888,70



TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - EXCETO DP E ENDIVIDAMENTO (g)	20.075.945,62	21.681.888,7
----------------------------------------------------------------	---------------	--------------

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.4 Despesa Bruta com Pessoal

O objetivo neste item é apresentar um panorama geral da despesa bruta com pessoal, correlacionando-a com outros dados e informações.

A composição e a evolução da despesa bruta com pessoal do Poder Executivo de Sentinela do Sul nos últimos cinco anos, considerando todas as despesas de natureza de despesa 3.1, está representada no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 42 – Despesa Bruta com Pessoal

Exercício	Despesa Bruta com Pessoal				
	2017	2018	2019	2020	2021
Valores Nominais ⁽¹⁾⁽²⁾	6.322.141,63	7.083.940,06	7.225.972,01	8.041.403,50	8.277.249,16
Valores em R\$ ⁽³⁾	10.208.826,68	10.810.416,59	10.398.396,68	10.236.380,99	8.277.249,16
Variação Anual %	-	5,89%	-3,81%	-1,56%	-19,14%
RCL Valores Nominais	13.716.090,10	15.374.283,12	16.999.202,74	18.706.320,13	21.381.888,70
RCL Valores em R\$ ⁽³⁾	22.148.378,62	23.461.859,35	24.462.377,25	23.812.387,95	21.381.888,70
Variação anual %	-	5,93%	4,26%	-2,66%	-10,21%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

1. Considerando o somatório total dos grupo de natureza de despesa 31.
2. As despesas correspondem aos valores liquidados no exercício, incluindo toda a despesa correspondente ao elemento de despesa estruturado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
3. Valores corrigidos monetariamente pelo IGP-DI/FGV para efeitos de comparação com o exercício de 2021.

Observa-se uma **redução** de 19,14% da despesa bruta com pessoal no exercício de 2021 em relação ao ano anterior.

Por sua vez, os dados da tabela também demonstram um **decréscimo** de 10,21% da receita corrente líquida apurada em 2021 em referência ao exercício anterior.

A quantidade e estratificação dos servidores lotados no Poder Executivo de Sentinela do Sul nos últimos cinco anos são as seguintes:

Quadro 43 – Número de Servidores (Matrículas)

Vínculo	Número de Matrículas				
	2017	2018	2019	2020	2021
Efetivos	164	173	142	168	170
Contratação Temporária	1	3	-	-	-
Comissionados	16	17	33	28	26
Agentes Políticos	-	-	-	5	6
Outros	46	59	55	28	29
Total	227	252	230	229	231
Variação Anual %	-	11,01%	-8,73%	-0,43%	0,87%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

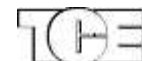
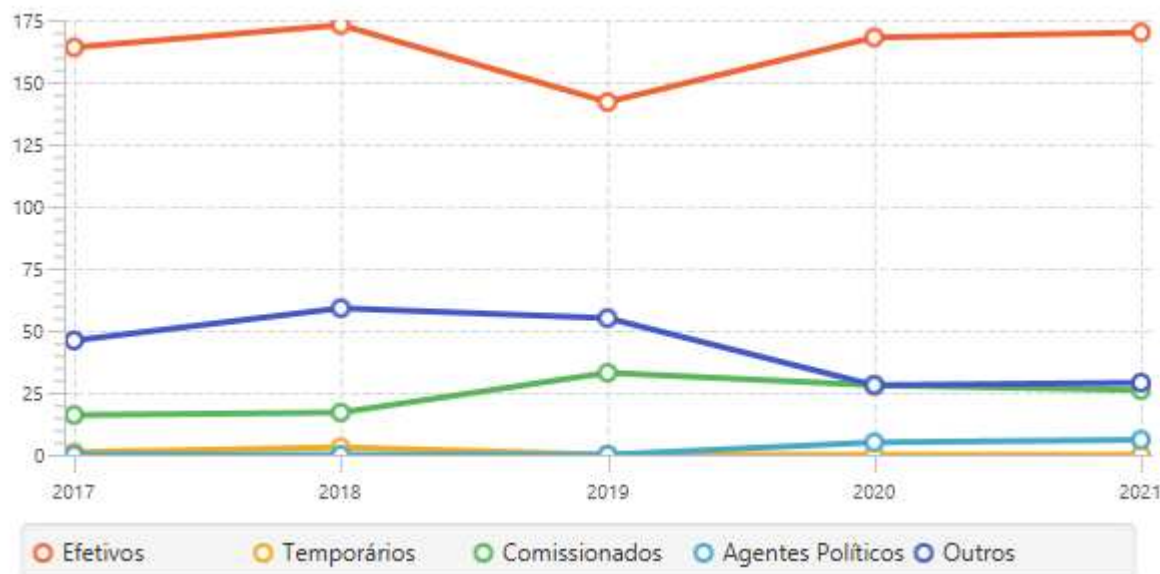


Gráfico 8 – Número de Servidores (Matrículas)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados, pode-se concluir que no ano de 2021, em relação ao exercício anterior, houve:

- a) **aumento de 0,87%** no número total de servidores;
- b) **diminuição de 7,14%** no número de servidores comissionados.

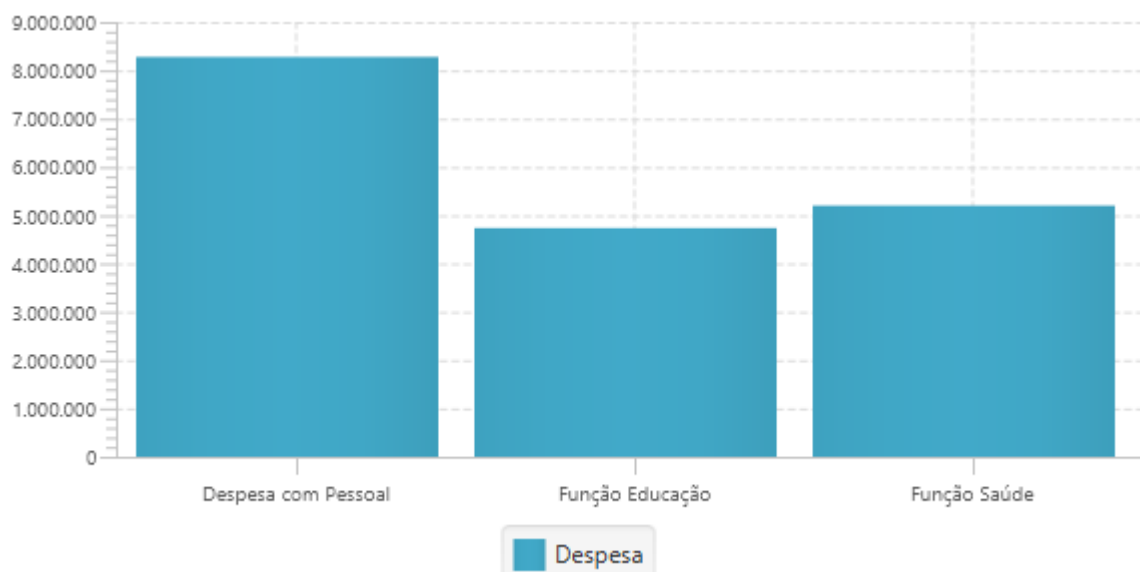
A comparação entre a despesa bruta com pessoal de todas as áreas da atuação governamental e os valores totais aplicados nas funções saúde e educação, inclusive com pessoal, pelo Poder Executivo de Sentinela do Sul no exercício de 2021, com a apuração do valor por habitante, segue no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 44 – Despesa Per Capita

	2021	Despesa per Capita
População	5.635	R\$
Despesa com Pessoal	8.277.249,16	1.468,90
Função Educação	4.735.370,89	840,35
Função Saúde	5.200.056,32	922,81

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Gráfico 9 – Comparativo da Despesa com Pessoal com as Funções Saúde e Educação



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.4.1 Percentual da Despesa com Pessoal

A despesa total com pessoal é o montante bruto dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, sem qualquer dedução ou retenção, nos termos do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

É apurada somando-se a despesa realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente do empenho, não podendo exceder a 60% da receita corrente líquida do município, sendo 6% para o legislativo e 54% para o executivo, conforme disposto no artigo 19, inciso III, e artigo 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Os critérios e entendimentos para apuração das despesas com pessoal dos entes jurisdicionados da área municipal do Estado do Rio Grande do Sul constam da Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021.

A evolução das despesas com pessoal do Poder Executivo de Sentinela do Sul nos últimos cinco anos está evidenciada no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 45 – Evolução das Despesas com Pessoal

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Despesa com Pessoal ⁽¹⁾	5.938.800,06	6.714.861,19	7.043.567,42	7.764.615,40	8.277.249,16
Despesa com Pessoal ⁽²⁾	9.589.816,88	10.247.185,35	10.135.910,84	9.884.040,95	8.277.249,16
Variação anual %	-	-	-	-	-
RCL ⁽²⁾	22.148.378,62	23.461.859,35	24.462.377,25	23.812.387,95	21.381.888,70
% Despesa Pessoal/RCL	43,30%	43,68%	41,43%	41,51%	38,71%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

⁽¹⁾ Valores nominais.

⁽²⁾ Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 10 – Evolução das Despesas com Pessoal

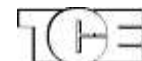


Os dados relativos à receita corrente líquida e à despesa com pessoal apresentados pelo Poder Executivo de Sentinela do Sul a partir dos Modelos 1 e 2 do Anexo I da Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021, referentes aos períodos do ano de 2021, foram inseridos no quadro seguinte, com a composição das despesas com pessoal, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Quadro 46 – Composição das Despesas com Pessoal

	1º SEM (peça 3630269)	2º SEM (peça 4118467)
Pessoal e Encargos Sociais (a)	3.690.391,41	8.277.249,16
Substituição de Mão de Obra (b)	0,00	0,00
Deduções (c)	0,00	0,00
<i>Aposentadorias e Pensões Pagas com Recursos do RPPS</i>	0,00	0,00
<i>Indenizatórios</i>	0,00	0,00
<i>Despesas de Exercícios Anteriores</i>	0,00	0,00
<i>Outras Deduções</i>	0,00	0,00
Total Naturezas de Despesa Orçamentárias (d = [a+b]-c)	3.690.391,41	8.277.249,16
Cobertura de Insuficiências Financeiras (e)	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Financeiro (f)	0	0,00
Total Contas Patrimoniais (g = [e+f])	0	0,00
Empenhos Não Liquidados (h)	195.538,64	-
Restos a Pagar Não Processados (i)	-	0,00
Consórcios (j)	0,00	0,00
Subtotal Despesa com Pessoal - exercício atual (k = d+g+h+i+j)	3.885.930,05	8.277.249,16
Despesa com Pessoal do ano anterior (l)	4.275.218,00	-
Total da Despesa com Pessoal Ativo/Inativo da Entidade (m = k+l)	8.161.148,05	8.277.249,16
Receita Corrente Líquida - Despesa com Pessoal	19.975.945,62	21.381.888,70
% Despesa Com Pessoal	40,85	38,71

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.



A partir dos dados apresentados no quadro, conclui-se que os percentuais apurados são **inferiores** ao limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.5 Dívida Consolidada Líquida

A dívida consolidada líquida representa o montante da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, e não poderá exceder a 1,2 vezes a receita corrente líquida do município, nos termos da Resolução do Senado Federal n.º 40/2001.

Os critérios e entendimentos para apuração da dívida consolidada líquida dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021**.

O Executivo Municipal de Sentinela do Sul **não possui** valores para a dívida consolidada líquida no período de 2017 a 2021.

7.5.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida

O Executivo Municipal de Sentinela do Sul **não possui** dívida consolidada líquida no exercício de 2021.

7.6 Operações de Crédito

A operação de crédito é todo compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, de abertura de crédito, de emissão e aceite de título, de aquisição financiada de bens, de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, de arrendamento mercantil; ou de outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros, e, por equiparação, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, nos termos do disposto no artigo 29, inciso III e § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

O montante global das operações de crédito é limitado em 16% da receita corrente líquida do município em cada exercício financeiro, conforme determina o Senado Federal. No caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, o limite será calculado considerando-se o cronograma anual de ingresso e a projeção da receita corrente líquida, atualizada por índice divulgado pelo Ministério da Economia.

Os critérios e entendimentos para apuração do montante das operações de crédito dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019.

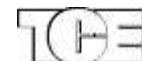
O Executivo Municipal de Sentinela do Sul não realizou operações de crédito no período de 2017 a 2021.

7.6.1 Percentual das operações de crédito

O Executivo Municipal de Sentinela do Sul **não realizou** operações de crédito no exercício de 2021.

7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em



que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Em regra, as despesas devem ser executadas e pagas dentro do exercício financeiro. O gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, desde que com disponibilidade de caixa.

Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

7.7.1 Valores Restituíveis

Os valores restituíveis são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, em que o município é mero agente depositário, que provocam o surgimento de passivos financeiros.

É necessário que, ao final do exercício financeiro, conste saldo suficiente no ativo circulante para cobertura dos valores restituíveis inseridos no passivo circulante, nos recursos vinculados extraorçamentários 8001 a 9999, nos termos do Manual Técnico – Volume III – Recurso Vinculado Aplicável aos órgãos, entidades e consórcios públicos municipais regidos pela Lei Federal n.º 4.320/1964, disponível no portal do TCE-RS.

Na hipótese de insuficiência nos recursos citados, o **recurso vinculado livre 0001** deverá suportar essas obrigações.

Quadro 47 – Valores Restituíveis - Prefeitura Municipal de Sentinela do Sul (81400)

Abertura de Valores Restituíveis	Em R\$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) ⁽¹⁾ – I	100.108,27
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999) ⁽²⁾ – II	100.108,27
Suficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	0,00

Notas:

⁽¹⁾ Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante.

⁽²⁾ Peça: 4118467

A partir dos dados apontados no quadro, o Poder Executivo de Sentinela do Sul apresenta disponibilidade financeira no recurso extraorçamentário 8001 a 9999 para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no passivo circulante.

7.7.2 Equilíbrio Financeiro

O equilíbrio financeiro é aferido por recurso vinculado, considerando eventuais ajustes realizados no item anterior e as informações constantes no Modelo 3 (Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa) e no Modelo 7 (Demonstrativo dos Restos a Pagar) do **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021**, e evidenciam a existência, ou não, de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em restos a pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2021.

As informações constantes no Modelo 9 (Demonstrativo dos Limites) do **Anexo I** da Instrução Normativa n.º **13/2021** (peça 4118468), que, juntamente com o Modelo 7, antes citado, integram o Relatório de Gestão Fiscal, demonstram a **existência de disponibilidade financeira** suficiente para a cobertura dos valores inscritos em restos a pagar, **em atendimento** ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.8 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF e do Relatório Resumido de



Execução Orçamentária - RREO

É obrigatória, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, a publicação e a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, dentre os quais estão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Os prazos, formas e meios de publicação e divulgação desses relatórios encontram-se dispostos no **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS n.º 13/2021.

7.8.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

A publicação e divulgação do Relatório de Gestão Fiscal dos municípios deve ser realizada de acordo com o estabelecido no **Anexo I** da Instrução Normativa n.º 13/2021.

Quadro 48 – Prazos de Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Relatório	Base Legal	Prazos e meios de publicação com base no número de habitantes	
		+ 50.000 habitantes	- 50.000 habitantes (1)
RGF	Art. 55, § 2º da Lei Federal n° 101/2000	30 dias após final de cada quadrimestre	30 dias ao final de cada de semestre
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural

Nota:

(1) É facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral, conforme o prescrito no artigo 63, inciso II, alínea “b” da Lei Complementar Federal n° 101/2000.

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a situação encontrada é a seguinte:

Quadro 49 – Publicação e Divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (Sentinela do Sul)

Período	Prazo	Peça	Data Publicação			Dias de Atraso		
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
2ºS/2020 ⁽¹⁾	01-02-21	3286327	26-01-21		26-01-21	0		0
1ºQ/2021	30-05-21	4118467	06-05-21		06-05-21	0		0
1ºS/2021	30-07-21	4118467	09-07-21		09-07-21	0		0
2ºQ/2021	30-09-21	4118467	10-09-21		10-09-21	0		0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota:

(1) Processo de Contas Anuais n° 2092-0200/20-0

Conclui-se, portanto, que as publicações e as divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal ocorreram nos prazos estabelecidos, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.8.2 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

A publicação e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos municípios deve ser realizada de acordo com o estabelecido no **Anexo I** da Instrução Normativa n.º 13/2021.

Quadro 50 – Prazos de Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório	Base Legal	Prazos e meios de publicação com base no número de habitantes
-----------	------------	---------------------------------------------------------------



Relatório	Base Legal	+ 50.000 habitantes	- 50.000 habitantes
RREO	Art. 52 da Lei Federal nº 101/2000	30 dias após o final de cada bimestre	
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a situação encontrada é a seguinte:

Quadro 51 – Publicação e Divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Sentinela do Sul)

RREO	Período	Prazo	Peça	Data Publicação			Dias de Atraso		
				Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
	6ºB/2020 ⁽¹⁾	01-02-21	3286327	26-01-21		26-01-21	0		0
	1ºB/2021	30-03-21	4118467	04-03-21		04-03-21	0		0
	2ºB/2021	30-05-21	4118467	06-05-21		06-05-21	0		0
	3ºB/2021	30-07-21	4118467	09-07-21		09-07-21	0		0
	4ºB/2021	30-09-21	4118467	10-09-21		14-09-21	0		0
	5ºB/2021	30-11-21	4118467	10-11-21		30-11-21	0		0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota:

⁽¹⁾ Processo de Contas de Governo nº 2092-0200/20-0.

Conclui-se, portanto, que as publicações e as divulgações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária ocorreram nos prazos estabelecidos, **em cumprimento** ao disposto no artigo 52 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.9 Audiências Públicas

A audiência pública é um mecanismo que propicia ao cidadão o exercício da participação popular nos atos de governo.

Cumpra ao Poder Executivo demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro em audiência pública na Câmara Municipal, em comissão equivalente àquela referida no § 1º do artigo 166 da Constituição Federal, conforme o disposto no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.9.1 Realização de Audiências Públicas

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (item 5.1.3 do relatório de validação e encaminhamento), a situação encontrada é a seguinte (peça 4118467):

Quadro 52 – Datas e Locais das Audiências Públicas

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias Atraso
3ºQ/20	28-02-21	29-01-21	MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA	0
1ºQ/21	31-05-21	09-05-21	MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA	0
2ºQ/21	30-09-21	10-09-21	MURAL ROL ENTRADA DA PREFEITURA	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Com base nos dados, conclui-se que as audiências públicas foram realizadas nos



prazos estabelecidos no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

8 GESTÃO PATRIMONIAL

8.1 Aspectos Gerais

8.1.1 Conceitos

O aspecto patrimonial da contabilidade aplicada ao setor público compreende o registro e a evidenciação da composição do patrimônio do ente e sua avaliação por indicadores financeiros, na forma dos artigos 85, 89, 100 e 104 da Lei Federal nº 4.320/1964, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais representam importantes instrumentos de avaliação da gestão patrimonial.

A análise das demonstrações contábeis é uma das técnicas que possibilita compreender a situação econômico-financeira do ente e as consequências das decisões dos gestores ante o patrimônio público ao longo dos anos.

8.2 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

O balanço patrimonial é estruturado em:

- a) ativo - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado, com potencial de serviços ou com capacidade de gerar benefícios econômicos;
- b) passivo - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade;
- c) patrimônio líquido (ou situação patrimonial líquida) - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, que pode ser um montante positivo ou negativo.

8.2.1 Indicadores do Balanço Patrimonial

Os indicadores financeiros para a análise e interpretação dos resultados apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:

- a) situação financeira - demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, a soma dos recursos financeiros disponíveis ou realizáveis no curto prazo, em confronto com as obrigações financeiras de curto prazo;
- b) liquidez corrente - demonstra quanto o ente detém de recursos disponíveis para a quitação de suas dívidas circulantes, ou seja, de curto prazo;
- c) liquidez geral - demonstra quanto o ente detém de recursos realizáveis de curto e longo prazo para o pagamento da totalidade das suas obrigações;
- d) solvência - medida de capacidade do ente em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com todos os seus recursos (bens e direitos) circulantes e não circulantes;
- e) endividamento geral - demonstra o grau de endividamento do ente, refletindo



também a sua estrutura de capital;

f) composição do endividamento - demonstra o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício.

No quadro abaixo, são demonstrados esses indicadores, calculados a partir do balanço patrimonial do Poder Executivo de Sentinela do Sul, encerrado em 31/12/2021 (peça 4118470).

Quadro 53 – Indicadores Patrimoniais

Indicador	Fórmula	Valores	Índice	Conclusão
Situação Financeira	AF PF	7.511.115,35	5,50	O resultado maior que 1 indica a existência de superavit financeiro, fonte para abertura de crédito adicional, nos termos do § 2º do art. 43 da Lei 4320/64, refletindo a influência positiva da Administração na gestão dos recursos disponíveis.
		1.364.568,07		
Liquidez Corrente	AC PC	8.080.611,20	46,89	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos disponíveis e realizáveis (bens e direitos) frente as suas obrigações no curto prazo, ou seja, aquelas que deverão ser cumpridas, geralmente, até o final do exercício seguinte à data da elaboração do balanço patrimonial, refletindo a influência positiva da Administração na capacidade de saldar as dívidas circulantes.
		172.314,20		
Liquidez Geral	AC ± ARLP PC + PNC	9.188.194,71	53,32	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos (bens e direitos) de curto e longo prazos frente as suas obrigações no mesmo período, refletindo a influência positiva da Administração na capacidade de saldar as dívidas circulantes e não circulantes.
		172.314,20		
Índice de Solvência	AC ± ANC PC + PNC	30.519.883,23	177,12	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos (bens e direitos) circulantes e não circulantes frente a todas obrigações, refletindo a influência positiva da Administração na solvência da entidade, evidenciando uma situação patrimonial líquida positiva.
		172.314,20		
Endividamento Geral	PC ± PNC AT	172.314,20	0,01	O resultado menor que 0,5 indica que a maioria dos recursos (bens e direitos) da entidade não estão financiados com capital de terceiros, refletindo a influência positiva da Administração na gestão de suas atividades.
		30.519.883,23		
Composição do Endividamento	PC PC + PNC	172.314,20	1,00	O resultado maior que 0,5 indica que a maioria das obrigações existentes ao final do exercício possuem exigibilidade de curto prazo, evidenciando menor qualidade das dívidas pactuadas pela Administração.
		172.314,20		

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota: AF - Ativo Financeiro, AC - Ativo Circulante, ARLP - Ativo Realizável a Longo Prazo, ANC - Ativo Não Circulante, AT - Ativo Total, PF - Passivo Financeiro, PC - Passivo Circulante, PNC - Passivo Não Circulante.

8.3 Demonstração de Variações Patrimoniais

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

8.3.1 Indicador da Demonstração das Variações Patrimoniais

O indicador financeiro para a análise e interpretação dos resultados apresentados na demonstração das variações patrimoniais é o “resultado das variações patrimoniais”, que demonstra o resultado patrimonial do exercício e é apurado a partir da relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas.

No quadro abaixo, é demonstrado esse indicador, calculado a partir da demonstração das variações patrimoniais do Poder Executivo de Sentinela do Sul, encerrada em 31/12/2021 (peça 4118471).

Quadro 54 – Quociente Patrimonial

Indicador	Fórmula	Valores	Índice	Conclusão
-----------	---------	---------	--------	-----------



Resultado das Variações Patrimoniais	VPA	24.547.387,78	1,29	O resultado maior que 1 indica a existência de superavit patrimonial no exercício, refletindo a influência da Administração na evolução positiva do Patrimônio Líquido
	VPD	18.988.619,15		

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota: VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas; VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas.

9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

9.1 Pesquisas Aplicadas

A legislação aplicada à divulgação de informações no âmbito da administração pública é ampla. Nesse sentido, o direito de receber informações dos órgãos públicos e o princípio da publicidade estão inseridos nos artigos 5º, inciso XXXIII, e 37 da Constituição Federal, respectivamente.

Por sua vez, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 exige a disponibilização e divulgação, inclusive em meio eletrônico, por todos os entes da federação, de suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais.

Conforme se extrai dessa Lei, trata-se de rol exemplificativo, não se esgotando a obrigação da entidade ou do órgão público tão só pela disponibilização dos dados elencados no seu artigo 8º, § 2º. Nesse sentido, entende-se que é dever do poder público prestar todas as informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas, inclusive de forma ativa quando houver viabilidade técnica para tanto.

Em seguida, registra-se que a Lei Federal n.º 13.460/2017, que traz também as atribuições e os deveres atinentes às ouvidorias públicas, prevê a garantia da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.

Por fim, as Leis Federais n.ºs 13.979/2020 e 14.124/2021 trazem a obrigação de serem disponibilizadas, em site oficial específico na internet, informações sobre aquisições ou contratações realizadas pelo ente federado para enfrentamento ao coronavírus, bem como sobre a aplicação das vacinas correspondentes.

Com base em todos esses parâmetros normativos, o TCE-RS **promoveu avaliação sistemática e global de cada um dos municípios**, a fim de verificar o nível de atendimento aos princípios da transparência e da publicidade.

A partir disso, verificou-se que o Poder Executivo de Sentinela do Sul atendeu, nos itens efetivamente analisados, a **55,56%** dos critérios da LAI e **63,64%** da LRF; **33,33%** dos itens consultados sobre **Canais de Ouvidorias**; **85,71%** dos quesitos verificados sobre **enfrentamento à COVID-19**; e **75,00%** dos itens examinados sobre **a aplicação das vacinas** contra o coronavírus, todos demonstrados adiante.

9.1.1 Pesquisa da Transparência Fiscal

O ente federado é obrigado a dar ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. Essa imposição advém do disposto nos artigos 48 e 48-A da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

A divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal é tratada em item próprio deste relatório (Publicação do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária).



Considerando questões de materialidade e relevância, apenas alguns itens apresentados no recibo da pesquisa foram selecionados para serem analisados pela equipe técnica. Para tanto, foi utilizada a sistemática de amostragem de auditoria. Nesse sentido, todos aqueles quesitos que possuem **Análise Definitiva S*** tiveram seus resultados considerados como atendidos a partir do histórico de pesquisa dos anos anteriores.

A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo de Sentinela do Sul, constata-se que **não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências de transparência estabelecidas pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (peça 4707136) :

23) *Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar n.º 101/2000)*

- Existência da LDO
- LDO - Existência do anexo LDO
- Existência da LOA
- LOA - Existência do anexo LOA

Registra-se que essa mesma irregularidade consta no Processo n.º 2092-0200/20-0, do exercício de 2020, pendente de apreciação.

9.1.2 Pesquisa do Acesso à Informação

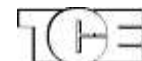
O ente federado é obrigado, igualmente, sob pena de responsabilidade, a franquear ao cidadão informações e documentos de interesses particular e coletivo, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal.

No sentido de atender não somente a esse mandamento, mas também ao ditado pelo artigo 37, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, é dever do ente observar os dispositivos da Lei Federal n.º 12.527/2011 – a chamada “Lei de Acesso à Informação” – que, em seu artigo 32, inciso I, tipifica como conduta ilícita do agente público o não fornecimento, o retardamento deliberado ou o fornecimento intencionalmente incorreto de informações requeridas.

Considerando questões de materialidade e relevância, apenas alguns itens apresentados no recibo da pesquisa foram selecionados para serem analisados pela equipe técnica. Para tanto, foi utilizada a sistemática de amostragem de auditoria. Nesse sentido, todos aqueles quesitos que possuem **Análise Definitiva S*** tiveram seus resultados considerados como atendidos a partir do histórico de pesquisa dos anos anteriores.

Apesar de o artigo 8º, §4º, da LAI dispensar, à primeira vista, a divulgação obrigatória na internet de parte das informações para os municípios com menos de 10 mil habitantes, considerando o cenário virtual e contexto social em 2021, a interpretação teleológica da LAI, a necessidade de eficiência e economicidade na gestão pública e que todos municípios gaúchos possuem sítios oficiais, é relevante a disponibilização eletrônica dos dados e registros públicos, por ser a forma mais econômica, efetiva e eficaz de dar a publicidade e transparência necessária a eles.

A partir da análise amostral das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo de Sentinela do Sul, constata-se que, **dentre os aspectos examinados, não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011 (peça



4707166) :

4) *Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)*

- Existência de histórico das informações (art. 8º)
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)
- Número do processo correspondente
- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido
- Objeto
- Valor

10) *Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)*

- Existência de histórico das informações (art. 8º)
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)

9.1.3 Pesquisa da Lei das Ouvidorias

As Ouvidorias são responsáveis prioritariamente pelo tratamento das reclamações e denúncias envolvendo irregularidades, desvios de conduta e falhas na prestação de serviços públicos.

O ente federado deve dispor de atos normativos específicos acerca da organização e funcionamento das Ouvidorias, na forma do disposto da Lei Federal nº 13.460/2017.

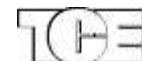
Assim, verificou-se a disponibilização, em site oficial, de Canal de Ouvidoria, Carta de Serviços e Relatório de Gestão pelo Poder Executivo municipal.

Considerando questões de materialidade e relevância, apenas alguns itens apresentados no recibo da pesquisa foram selecionados para serem analisados pela equipe técnica. Para tanto, foi utilizada a sistemática de amostragem de auditoria. Nesse sentido, todos aqueles quesitos que possuem **Análise Definitiva S*** tiveram seus resultados considerados como atendidos a partir do histórico de pesquisa dos anos anteriores.

A partir da análise amostral das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo de Sentinela do Sul, constata-se que, dentre os aspectos analisados, **não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011 (peça 4707167) :

25) *Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)*

- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II



da Lei nº 13.460/2017)

Registra-se que essa mesma irregularidade consta no Processo n.º 2092-0200/20-0, do exercício de 2020, pendente de apreciação.

9.1.4 Pesquisa da Lei de Enfrentamento à COVID-19

É obrigação do ente federado a disponibilização, no prazo máximo de cinco dias úteis, contado da realização do ato, em site oficial específico na internet, de todas as aquisições ou contratações realizadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, conforme o contido no § 2º do artigo 4º da Lei Federal n.º 13.979/2020.

Considerando questões de materialidade e relevância, apenas alguns itens apresentados no recibo da pesquisa foram selecionados para serem analisados pela equipe técnica. Para tanto, foi utilizada a sistemática de amostragem de auditoria. Nesse sentido, todos aqueles quesitos que possuem **Análise Definitiva S*** tiveram seus resultados considerados como atendidos a partir do histórico de pesquisa dos anos anteriores.

A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo de Sentinela do Sul, constata-se que, **dentre os aspectos examinados, não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 13.979/2020 (peça 4707168) :

26) *Contratações ou aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (art. 4º, §2º da Lei nº 13.979/2020)*

- Existência de informações atualizadas

9.1.5 Pesquisa sobre a Vacinação contra COVID-19

O regime jurídico excepcional de emergência sanitária decorrente da pandemia do coronavírus não relativiza ou exime o administrador público do dever constitucional de transparência. Pelo contrário, situações graves e extraordinárias exigem ampla visibilidade da atuação estatal empreendida para o enfrentamento da crise.

A transparência, neste momento, além de garantir o acesso à informação e o controle pelos órgãos competentes, constitui instrumento que possibilita a conjugação de esforços dos mais diversos setores da sociedade na busca de soluções para os problemas decorrentes da atual pandemia.

Diante disso, conforme se extrai do artigo 37, caput, da Constituição Federal (princípio da publicidade); dos artigos 3º e 8º, “caput”, da Lei n.º 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação); e do artigo 14, da Lei n.º 14.124/2021, é relevante a transparência efetiva de atos e procedimentos atinentes à vacinação contra a COVID-19.

A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo de Sentinela do Sul, constata-se que, **dentre os aspectos examinados, não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências estabelecidas (peça 4707169) :



2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?

10) Há divulgação dos processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal da transparência?

11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

- Registro de sobra
- Local de aplicação em que a sobra ocorreu
- Documento de orientação no caso de sobra
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias

Entretanto, o conjunto de inconformidades não é suficiente para caracterizar falta de transparência generalizada da aplicação de vacinas contra a COVID-19, dispensando a necessidade de esclarecimento pela gestão.

10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

10.1 Aspectos Gerais

10.1.1 Legislação e Regime Municipal

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, financiado por recursos orçamentários públicos e contribuições sociais e destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

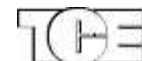
O sistema previdenciário brasileiro é composto pelo regime geral de previdência social, pelo regime próprio de previdência social e pelo regime de previdência complementar, cuja essência é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados, para transformar a poupança presente em benefícios futuros.

O regime próprio de previdência social, exclusivo dos servidores públicos efetivos, tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, e deve observar os critérios de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal e da Lei Federal n.º 9.717/1998.

O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da administração pública direta, bem como o das respectivas autarquias e fundações, serão amparados pelo regime geral de previdência social, caso o ente público não tenha instituído seu regime próprio, de acordo com o disposto no artigo 13 da Lei Federal n.º 8.212/1991.

A estrutura administrativa-organizacional dos regimes próprios de previdência pode ser na forma de fundo, dentro da estrutura da administração direta, ou de autarquia ou de fundação pública, na administração indireta.

A instituição de regime próprio de previdência implica adoção de contabilidade exclusiva e realização tempestiva e adequada de avaliação atuarial do plano de benefícios, sem prejuízo de observação às exigências de responsabilidade fiscal estabelecidas legalmente.



De todo modo, observa-se que os servidores do município de Sentinela do Sul estão vinculados ao **regime geral de previdência social**.

11 LIMITES CONSTITUCIONAIS

11.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

O município deverá aplicar, anualmente, **25%** (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na **manutenção e desenvolvimento do ensino**, na forma do artigo 212 da Constituição Federal.

A base de cálculo dos gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino é a receita líquida de impostos e transferências, as multas e juros incidentes sobre os impostos e a dívida ativa relacionada a esse tipo de tributo.

As despesas consideradas e as não admitidas como manutenção e desenvolvimento do ensino estão disciplinadas, respectivamente, nos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/1996.

11.1.1 Percentual de Aplicação em MDE

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município na manutenção e desenvolvimento do ensino estão listadas no **Anexo I** da Instrução Normativa TCE/RS nº **07/2021**.

Quadro 55 – Evolução do Percentual do MDE no Município de Sentinela do Sul (em R\$)

MDE	2017	2018	2019	2020	2021
Receita MDE	12.048.684,22	12.919.616,77	14.265.034,19	14.646.124,07	18.015.986,54
Aplicação Mínima (25%)	3.012.171,06	3.229.904,19	3.566.258,55	3.661.531,02	4.503.996,64
Aplicação Efetiva	3.055.411,23	3.401.175,16	3.948.585,27	3.718.169,18	4.856.308,78
% Aplicação MDE	25,36%	26,33%	27,68%	25,39%	26,96%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4118467) (RVE item 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados), constata-se que o percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino pelo Poder Executivo de Sentinela do Sul no exercício de 2021 **atende** ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal .

11.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação, conforme disposto nos artigos 212 e 212-A da Constituição Federal.

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual do FUNDEB aplicado pelo município estão listadas no **Anexo II** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **07/2021**.



11.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB

A aplicação dos recursos do FUNDEB nos municípios materializa-se nos investimentos em educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (ensino fundamental).

No quadro abaixo, demonstram-se a segregação e a evolução das receitas formadoras do fundo no município de **Sentinela do Sul** (peça 4118467) (RVE item 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas):

Quadro 56 – Evolução das Receitas Formadoras do FUNDEB no Município de Sentinela do Sul (em R\$)

Base de Cálculo Receita do FUNDEB	2017	2018	2019	2020	2021
ITR - Mun. Conveniados	13.422,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte FPM	1.383.798,48	1.482.661,66	1.607.426,52	1.530.854,62	2.063.998,46
Cota-parte ITR	0,00	15.102,87	19.596,75	9.486,32	9.028,71
LC nº 87/96 – Lei Kandir	4.374,76	5.387,77	0,00	0,00	0,00
Cota-parte ICMS	722.798,87	775.864,24	829.007,78	817.525,43	1.011.671,29
Cota-parte IPVA	55.230,43	66.447,15	66.261,12	103.005,46	88.855,60
Cota-parte IPI/Exportação	8.837,00	11.316,92	12.287,35	11.600,85	11.067,19
TOTAL	2.188.461,95	2.356.780,61	2.534.579,52	2.472.472,68	3.184.621,25

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

11.2.2 Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

É obrigação do município destinar pelo menos 70% (setenta por cento) dos recursos anuais do FUNDEB ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Quadro 57 – Evolução da Aplicação dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica de Sentinela do Sul (em R\$)

FUNDEB	2017	2018	2019	2020	2021
Receita FUNDEB Total ⁽¹⁾	1.880.583,93	2.165.624,03	2.410.203,12	2.569.435,88	3.542.504,53
70% do Retorno do FUNDEB	1.128.350,36	1.299.374,42	1.446.121,87	1.541.661,53	2.479.753,17
Aplicação Recursos - FUNDEB	1.486.399,44	1.608.799,95	1.641.376,26	1.781.056,21	2.533.121,11
% Aplicação	79,04	74,29	68,10	69,32	71,51

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota:

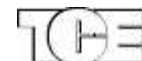
⁽¹⁾ Receita FUNDEB Total = Total retorno do FUNDEB + Receitas de Remuneração de Depósitos Bancário - Recurso vinculado FUNDEB.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4118467) (RVE item 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério), constata-se que o percentual aplicado pelo Poder Executivo de **Sentinela do Sul** no exercício de 2021 **atende** ao disposto no artigo 26 da Lei Federal n.º 14.113/2020 e no artigo 212-A, inciso XI da Constituição Federal .

11.2.3 Ganho x Perda do FUNDEB

Na dinâmica do FUNDEB há, de um lado, a contribuição à formação do fundo (no caso dos estados e municípios 20% dos impostos e transferências) e, de outro, a receita proveniente do fundo (valor recebido de acordo com o número de alunos matriculados).

Ao comparar-se o valor da contribuição com o valor do retorno, apura-se o “ganho” ou



a “perda” com o FUNDEB.

Valor do Retorno > Valor da Contribuição = **Ganho**

Valor do Retorno < Valor da Contribuição = **Perda**

Quadro 58 – Demonstração do Ganho ou da Perda do FUNDEB (em R\$)

Cálculo Ganho/Perda FUNDEB	2017	2018	2019	2020	2021
Contribuição (a)	2.188.461,95	2.356.780,61	2.534.579,52	2.472.472,68	3.184.621,25
Retorno (b)	1.878.828,75	2.171.777,69	2.410.203,12	2.569.195,50	3.518.756,10
Ganho (+) / Perda (-) (b-a)	-309.633,20	-185.002,92	-124.376,40	96.722,82	334.134,85

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas, constata-se que o município de Sentinela do Sul teve **ganho** de 10,49% no ano de 2021.

11.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde

A saúde é direito de todos e deverá ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal.

O município deverá aplicar, anualmente, **15%** (quinze por cento), no mínimo, da arrecadação de impostos e transferências nas **ações e serviços públicos de saúde**, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 141/2012, que regulamenta o § 3º do artigo 198 da Constituição Federal e dá outras providências.

11.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município em ações e serviços públicos de saúde estão listadas no **Anexo III** da Instrução Normativa TCE/RS n.º **07/2021**.

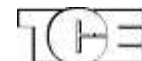
Quadro 59 – Evolução do Percentual do ASPS no Município de Sentinela do Sul (em R\$)

ASPS	2017	2018	2019	2020	2021
Receita ASPS	12.048.684,22	12.919.616,77	14.265.034,19	14.646.124,07	18.015.986,54
Aplicação Mínima (15%)	1.807.302,63	1.937.942,52	2.139.755,13	2.196.918,61	2.702.397,98
Aplicação Efetiva	3.474.612,96	3.246.409,42	3.737.095,47	4.549.644,94	3.773.144,00
% Aplicação ASPS	28,84%	25,13%	26,20%	31,06%	20,94%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4118467) (RVE item 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)), constata-se que o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde pelo Poder Executivo de **Sentinela do Sul** no exercício de 2021 **atende** ao disposto no artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

11.4 Operações de Crédito e Despesas de Capital - Regra de Ouro



A regra de ouro é a vedação de o montante das receitas de operações de crédito ser superior ao total das despesas de capital em cada exercício financeiro, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, nos termos do **inciso III** do **artigo 167** da Constituição Federal.

11.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro

Apenas as operações de crédito que motivaram registros de receita orçamentária no exercício ao qual se refere a lei orçamentária serão consideradas no cálculo para a verificação do cumprimento da regra de ouro.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (RVE item 5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício)(peça 4118467) constata-se a **inexistência** de operações de crédito internas e externas no exercício de 2021.

12 EDUCAÇÃO

12.1 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

A promoção do bem comum, sem quaisquer formas de discriminação, é objetivo fundamental, disposto no inciso IV do artigo 3º da Constituição Federal.

O conhecimento, o respeito e a valorização, por toda a população, da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena são pontos importantes para a superação do racismo no país.

O estudo desses temas tornou-se obrigatório no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental públicos e privados com o acréscimo, pela Lei Federal n.º 10.639/2003, do artigo 26-A à Lei Federal n.º 9.394/1996, com redação alterada pela Lei Federal n.º 11.645/2008.

Desde então, várias iniciativas foram adotadas, dentre as quais destacam-se:

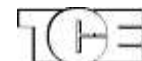
- O Conselho Nacional de Educação disciplinou essa obrigatoriedade por meio de pareceres e resoluções, entre os quais o Parecer CNE/CP n.º 3/2004 e a Resolução CNE/CP n.º 1/2004 e os Pareceres CNE/CEB n.ºs 2/2007, 6/2011 e 14/2015;

- A obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, é matéria reafirmada pelo disposto no artigo 11 da Lei Federal n.º 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;

- Edição, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, em 2013, do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- A obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é disciplinada no âmbito do Rio Grande do Sul pelas Leis n.ºs 13.694/2011 e 14.705/2015, que instituem o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e o Plano Estadual de Educação, respectivamente, pelo Decreto n.º 53.817/2017 e pela Resolução do Conselho Estadual de Educação n.º 297/2009.

Para realização da análise deste tema, foram obtidos dados através do Questionário



n° 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação.

12.1.1 Previsão Normativa

O município de Sentinela do Sul editou norma específica e vigente disciplinando a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, denotando **cumprimento ao artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996**, como demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 60 – Normativas relacionadas

Norma	Proposta por	Peça
Parecer n° 1/2016	Executivo Municipal	(peça 4707137)

Fonte: Resposta à questão 1.1.1.1 do Questionário n° 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação.

Por sua vez, o Plano Municipal de Educação inclui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena dentre as metas a serem atingidas, **cumprindo, portanto, o disposto na Lei Estadual n.º 14.705/2015**.

12.1.2 Formação dos Professores

A capacitação dos professores é fundamental para a adequada implementação do ensino da cultura e história africana, afro-brasileira e indígena nas instituições de educação, pontuada em todos os instrumentos normativos que disciplinam o artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996.

O município de Sentinela do Sul informou que não houve concurso público para o magistério municipal no exercício de 2021.

O Município não oportunizou a participação de professores em cursos de formação nas áreas de educação das relações étnico-raciais e ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas; tampouco organizou e realizou evento(s) de formação de professores sobre o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN durante o exercício de 2021. A ausência de medidas que promovam e assegurem a formação dos professores está em **desacordo** com o disposto nas estratégias n.ºs 8.22 e 8.27 do Plano Estadual de Educação (Anexo da Lei Estadual n.º 14.705/2015) e com as ações previstas para os governos municipais no Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da Cultura e História Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual n.º 53.817/2017.

12.1.3 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

O ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena deve ser ministrado em todos os sistemas e níveis de ensino, e no âmbito de todo o currículo escolar, em todas as disciplinas, áreas do conhecimento ou outra forma de organização curricular de cada escola, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira, nos termos do disposto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015 e nas demais diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas.

O município de Sentinela do Sul informou que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas



da rede municipal de ensino, em todas as disciplinas do currículo escolar (peça 4707170) .

Na rede de ensino municipal, a situação informada pode ser assim resumida:

a) na educação infantil, os conteúdos são ministrados em todas as escolas municipais e em todos os anos;

b) no ensino fundamental, os conteúdos são ministrados em todas as escolas municipais e em todos os anos;

c) O Município informou não possuir escolas públicas municipais de ensino médio.

A secretaria de educação de Sentinela do Sul não elaborou relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, em **desacordo** com o artigo 4º, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 53.817/2017 e com as principais ações previstas para os governos municipais no Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo mesmo decreto (peça 4707171) .

12.2 Busca Ativa e Enfrentamento à Exclusão Escolar

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, conforme disposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Esse dever do Estado com a educação, nos termos do inciso I do artigo 208 da Carta Constitucional, será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos de idade.

A fim de assegurar o direito à educação, a Lei Maior, no § 2º do artigo 208, prevê, ainda, que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

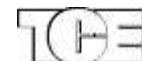
Em que pese a assertividade do arcabouço legal pátrio quanto à exigência de universalização do acesso à educação, milhares de crianças e adolescentes brasileiros ainda se encontram à margem do sistema educacional.

De acordo com Nota Técnica emitida em dezembro de 2021 pela organização Todos Pela Educação¹, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do 2º trimestre de 2021, houve, entre o segundo trimestre de 2019 e o mesmo período de 2021, aumento de 171,1% na quantidade de crianças e jovens de 06 a 14 anos fora da escola, passando de, aproximadamente, 90 mil em 2019 para, aproximadamente, 244 mil em 2021. Em termos relativos, o percentual de crianças e jovens dessa faixa etária que não estavam frequentando a escola, que era de 0,3% em 2019, atingiu 1,0% em 2021 - a maior taxa observada nos últimos seis anos.

Esses dados, além de demonstrarem os efeitos deletérios da pandemia da Covid-19 nas taxas de atendimento escolar, evidenciam a urgência de medidas contundentes para minimizar prejuízos ao aprendizado e ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes do país.

Para realização da análise do tema busca ativa e enfrentamento à exclusão escolar, foram obtidos dados por meio do Questionário nº 1 / 2022 - Contas Anuais 2021 - Educação (peça 4707171) .

1. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota . Acesso em: 14 dez. 2021



12.2.1 Processos Estruturados de Busca Ativa

O dever do Estado de garantir educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos de idade é afirmado no inciso I do artigo 208 da Constituição da Federal de 1988. A fim de efetivar essa garantia, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014, em suas três primeiras metas, aborda a universalização da educação básica no país e prevê, entre as estratégias para ampliação do acesso à educação, a realização de busca ativa.

As ações de busca ativa são importantes mecanismos de enfrentamento à exclusão escolar e de concretização do direito fundamental à educação.

A respeito dessa temática, o município de Sentinela do Sul declarou que, em 2021, promoveu processos estruturados de busca ativa mediante visita domiciliar, conselho tutelar, chamada pública e redes sociais da escola.

12.2.2 Identificação de Crianças e Adolescentes Fora da Escola e (Re)Matrícula

Na busca ativa, diferentemente do que ocorre na demanda manifesta, em que as instituições de ensino são procuradas por pais ou responsáveis que expressam o interesse na matrícula, o Estado atua de ofício para identificar crianças que estão fora da escola. Além de atender a demanda manifesta, os municípios devem realizar esforços para (re)inserir na escola crianças e adolescentes cujas famílias ou responsáveis não procuraram a rede de ensino para registrar interesse por vaga.

O município de Sentinela do Sul asseverou que, em 2021, realizou proativamente a identificação de crianças e adolescentes fora da escola, por meio de: Visitas a domicílios, Contato telefônico/ aplicativo de mensagens e Via registros estudantis de infrequência ou abandono.

Uma vez identificadas situações de exclusão escolar, é fundamental que se proceda com celeridade à (re)matrícula, a fim de prevenir a ocorrência de atraso escolar e de prejuízos ao desenvolvimento dos(as) estudantes.

Acerca desse tema, o Executivo Municipal informou que, uma vez identificada criança/adolescente fora da escola, o Município atua imediatamente para garantir a (re)matrícula.

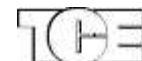
12.2.3 Monitoramento e Ações Preventivas Para Evitar Abandono ou Evasão

Escolares

Conquanto, em razão das particularidades de cada município ou estado, inexistente modelo único de combate à exclusão escolar, as estratégias de enfrentamento, a fim de obter resultados efetivos, devem contemplar medidas de monitoramento e ações preventivas para evitar abandono e evasão escolares.

O Município informou que em 2021 monitorou a frequência dos(as) estudantes, a fim de identificar riscos de abandono e de evasão escolares, e controlou as causas do afastamento da escola.

Esclarece ainda que houve, em 2021, a divulgação de orientações aos profissionais da educação sobre como lidar com a infrequência dos estudantes. Não foram, contudo, realizados eventos ou cursos de formação na temática do enfrentamento ao abandono e à evasão escolares. A realização de eventos e cursos de capacitação é prática recomendável, na medida em que reforça a atuação preventiva do município e amplia as chances de permanência dos(as) alunos(as) na escola.



Por fim, o Município declarou que realiza acompanhamento de estudantes (re)inseridos, para garantir que não haja (novo) abandono ou evasão escolar.

12.2.4 Documentação Formal

A elaboração de documento formal em que se definam diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão é importante etapa para implementação da estratégia do município.

A definição de metas, de cronograma, de ações e de procedimentos e a atribuição de responsabilidades contribuem para conferir direcionamento à atuação municipal e racionalidade às ações de enfrentamento à exclusão escolar, o que mitiga o risco de falhas na etapa de execução.

De acordo com os dados informados, o município de Sentinela do Sul, no entanto, não dispõe de documento formal com diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão, o que indica necessidade de aperfeiçoamento da etapa de planejamento da estratégia municipal de enfrentamento à exclusão escolar.

12.2.5 Intersetorialidade e Coordenação entre Entes Federativos

As causas da exclusão escolar são multidimensionais e envolvem questões que, frequentemente, não estão ao alcance da secretaria de educação, como violência familiar, trabalho infantil, falta de acesso a direitos básicos, vulnerabilidade econômica e enfermidades. Por esse motivo, é necessário que haja envolvimento de órgãos/entidades públicos municipais com atribuições variadas e que exista atuação concertada com órgãos públicos de outras esferas de governo.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014, prevê, nas estratégias 1.15, 2.5 e 3.9, que a busca ativa deve ser realizada em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

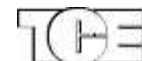
Acerca dessa temática, o município de Sentinela do Sul informou que os seguintes órgãos/entidades municipais estão envolvidos na estratégia municipal de combate à exclusão escolar: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Educação e Conselho Tutelar.

Ademais, assevera também que atua concertadamente com órgãos públicos de outras esferas, quais sejam: Ministério Público do Estado.

O Município esclareceu que definiu procedimentos visando a garantir o encaminhamento, à rede estadual, das crianças e adolescentes por ele identificados que necessitam de matrícula naquela rede.

12.2.6 Profissionais Envolvidos no Enfrentamento à Exclusão Escolar

O enfrentamento à exclusão escolar pressupõe a atuação coordenada de profissionais com atribuições, habilidades e competências diversas. As múltiplas etapas que compõem uma estratégia de enfrentamento efetiva, tais como a identificação de crianças ou adolescentes fora da escola, análise técnica das causas da exclusão, (re)matrícula e acompanhamento para assegurar a permanência, são complexas e demandam, portanto, constituição de equipes multidisciplinares.



Acerca dos recursos humanos destinados ao enfrentamento da exclusão escolar, o município de Sentinela do Sul informou que:

a) dispõe de profissional(is) treinado(s) e incumbido(s) de identificar casos de crianças e adolescentes fora da escola;

b) dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar análise técnica acerca das causas da exclusão escolar, nos casos em que for identificada criança ou adolescente fora da escola;

c) dispõe de responsável(is) por assegurar a interlocução entre os órgãos e setores participantes da estratégia de enfrentamento à exclusão escolar;

d) dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar os encaminhamentos para a (re)inserção e permanência na escola e, quando necessário, para o atendimento nos demais serviços públicos.

A situação descrita indica que o município de Sentinela do Sul dispõe de profissionais com atribuições condizentes com o objetivo de erradicar a exclusão escolar.

13 SAÚDE

13.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS

O conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei Federal n.º 8.080/1990 e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011.

O planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos e deve ser fruto de uma articulação de tarefas entre as três esferas da federação, cujas diretrizes encontram-se elencadas no artigo 94 da Portaria de Consolidação MS/GM n.º 1/2017, do Ministério da Saúde.

Os principais instrumentos de gestão no âmbito dos municípios são o plano de saúde, as programações anuais e os relatórios de gestão, previstos nos artigos 95 a 99 da portaria citada anteriormente.

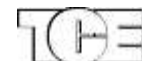
13.1.1 Plano Municipal de Saúde

A administração municipal de Sentinela do Sul não forneceu os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n.º 09/2022, dificultando, assim a respectiva análise e demais exames sobre o tema Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS.

A ausência de envio caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao artigo 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao artigo 33, § 1º, da Lei Estadual n.º 11.424/00 (Lei Orgânica do TCE), e poderá repercutir no exame das contas de 2022, exercício em que deveria ter ocorrido a entrega da documentação.

Em pesquisa no site do Ministério da Saúde <https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento>, realizada em 10/08/2022 verificou-se que ainda no exercício de 2022 os PMS encontra-se em fase de elaboração (peça 4707172, p. 2).

Por ser estruturante, a não elaboração do Plano Municipal pode implicar suspensão da transferência (obrigatória) dos recursos referidos no artigo 198, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, destinados ao custeio de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do SUS,



conforme previsão contida no artigo 22, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

Da informação obtida no site <https://portalsage.saude.gov.br/painellInstrumentoPlanejamento> depreende-se que o PMS será concluído posteriormente ao envio do PPA ao Legislativo, não atendendo ao objetivo de "nortear a elaboração do planejamento e orçamento do governo no campo da saúde" (art. 95, parágrafo 2º, da Portaria MS/GM 01/2017).

13.1.2 Programação Anual da Saúde

A administração municipal de Sentinela do Sul não forneceu os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n.º 09/2022, dificultando, assim a respectiva análise e demais exames sobre o tema Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS.

A ausência de envio caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao artigo 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao artigo 33, § 1º, da Lei Estadual n.º 11.424/00 (Lei Orgânica do TCE), e poderá repercutir no exame das contas de 2022, exercício em que deveria ter ocorrido a entrega da documentação.

A PAS - Programação Anual de Saúde é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano Municipal de Saúde e tem por objetivo anualizar as suas metas e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

A Programação deve ser encaminhada ao respectivo Conselho de Saúde para aprovação antes da data de encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício correspondente. Ou seja, no exercício ora examinado de 2021, a PAS 2022 deveria ter sido elaborada antes da LDO de 2022.

Em pesquisa no site do Ministério da Saúde <https://portalsage.saude.gov.br/painellInstrumentoPlanejamento>, realizada em 27/11/2022 verificou-se que ainda no exercício de 2022 a PAS deste mesmo ano sequer foi iniciada, descumprindo assim o contido no inciso I do artigo 98 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, do Ministério da Saúde (peça 4746281).

13.1.3 Relatório de Gestão

A administração municipal de Sentinela do Sul não forneceu os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n.º 09/2022, dificultando, assim a respectiva análise e demais exames sobre o tema Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS.

A ausência de envio caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao artigo 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao artigo 33, § 1º, da Lei Estadual n.º 11.424/00 (Lei Orgânica do TCE), e poderá repercutir no exame das contas de 2022, exercício em que deveria ter ocorrido a entrega da documentação.

O Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

O Relatório de Gestão deve ser enviado ao respectivo Conselho de Saúde até o dia



30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo, por meio do SARGSUS.

Em pesquisa no site do Ministério da Saúde <https://portalsage.saude.gov.br/painellInstrumentoPlanejamento>, realizada em 27/11/2022 verificou-se que ainda em novembro de 2022 a O Relatório de Gestão de 2021 sequer foi iniciado, descumprindo assim o contido no § 3º do artigo 99 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, do Ministério da Saúde (peça 4746269).

14 MEIO AMBIENTE

14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

A Constituição Federal estabeleceu, em seu artigo 225, que compete ao poder público e a toda coletividade defender o meio ambiente de modo que ele possa ser preservado para as presentes e para as futuras gerações. Além disso, para o cumprimento desse dever, o artigo 23 da Constituição Federal repartiu as competências entre os entes da federação, cabendo a cada um deles proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora.

Já a Lei Complementar Federal n.º 140/2011 fixou normas de cooperação entre os entes federados nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e combate à poluição. Nessa perspectiva, o município é o ente federativo onde os problemas ambientais estão mais próximos da vida do cidadão, sendo a administração municipal responsável, em grande parte, pela tomada de decisão e execução da gestão ambiental. Para tanto, de acordo com os incisos I a IX do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 140/2011, são ações administrativas dos municípios:

- I - executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais relacionadas à proteção do meio ambiente;
- II - exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;
- III - formular, executar e fazer cumprir a **Política Municipal de Meio Ambiente**;
- IV - promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental;
- V - articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente;
- VI - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos;
- VII - organizar e manter o Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente;
- VIII - prestar informações aos Estados e à União para a formação e atualização dos Sistemas Estadual e Nacional de Informações sobre Meio Ambiente;



IX - elaborar o Plano Diretor, observando os **zoneamentos ambientais**;

X - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

XI - promover e orientar a **educação ambiental** em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;

(grifou-se)

Cabe referir que a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é um sistema estabelecido pela Lei Federal n.º 6.938/1981, que dispõe sobre seus fins, mecanismos e instrumentos destinados à preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, no presente tópico são analisadas as políticas ambientais adotadas pelo Município e suas ações estruturantes, em especial quanto às atividades de controle e fiscalização e de licenciamento ambiental.

14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

A administração municipal de Sentinela do Sul não forneceu os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n.º 09/2022, impossibilitando assim esta análise e demais exames sobre o tema Políticas Municipais de Meio Ambiente.

A ausência de envio caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao art. 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao art. 33, § 1º, da Lei Estadual n.º 11.424/00 (Lei Orgânica do TCE), e poderá repercutir no exame das contas de 2022, exercício em que deve ocorrer a entrega da documentação.

14.2 Resíduos Sólidos

A Lei Federal n.º 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Nacional de Saneamento Básico, considera que o Saneamento Básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

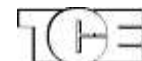
a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Sobre essas diretrizes, são analisados a seguir os eixos de esgotamento sanitário e de manejo de resíduos sólidos.



14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

A administração municipal de Sentinela do Sul não forneceu os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n.º 09/2022, impossibilitando assim esta análise e demais exames sobre o tema Políticas Municipais de Meio Ambiente.

A ausência de envio caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao art. 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao art. 33, § 1º, da Lei Estadual n.º 11.424/00 (Lei Orgânica do TCE), e poderá repercutir no exame das contas de 2022, exercício em que deve ocorrer a entrega da documentação.

14.3 Esgoto Sanitário

A Lei n.º 11.445/2007, recentemente alterada pela Lei 14.026/2020, demandou a estruturação do planejamento em todas as instâncias federadas, a partir do que foi estruturado o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plansab. O Plansab (2013) definiu metas de curto, médio e longo prazo, visando à universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário em um horizonte de 20 anos, então projetado para 2033.

Em nova redação dada à Lei 11.445/2007, a Lei 14.026/2020 reeditou as obrigações do titular dos serviços de saneamento:

Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem obrigatoriamente observados na execução dos serviços prestados de forma direta ou por concessão; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)

II - prestar diretamente os serviços, ou conceder a prestação deles, e definir, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)

III - definir os parâmetros a serem adotados para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)

IV - estabelecer os direitos e os deveres dos usuários; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)

V - estabelecer os mecanismos e os procedimentos de controle social, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 3º desta Lei; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)

VI - implementar sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; e (Redação pela



Lei n.º 14.026, de 2020)

VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nas hipóteses e nas condições previstas na legislação e nos contratos. (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)

Parágrafo único. No exercício das atividades a que se refere o caput deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores dos serviços. (Incluído pela Lei n.º 14.026, de 2020)

Além dessas alterações, visando à universalização do acesso ao saneamento, foram reforçadas as exigências aos municípios sobre: a proibição de contratos de programa; a necessidade de contratualização precedida de licitação; de que os contratos incluam metas; a obrigatoriedade da regulação, independentemente do tipo de prestação; condicionantes impondo a sustentabilidade econômica dos serviços.

14.3.1 Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento do Esgoto

A administração municipal de Sentinela do Sul não forneceu os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n.º 09/2022, impossibilitando assim esta análise e demais exames sobre o tema Políticas Municipais de Meio Ambiente.

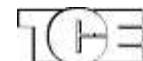
A ausência de envio caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao art. 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao art. 33, § 1º, da Lei Estadual n.º 11.424/00 (Lei Orgânica do TCE), e poderá repercutir no exame das contas de 2022, exercício em que deve ocorrer a entrega da documentação.

15 QUADRO RESUMO

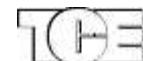
EXECUTIVO MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL - 2021	
Perfil Municipal	
População estimada	5.635
COREDE	Centro-Sul
Associação de Municípios	ACOSTADOCE
Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 - R\$ mil	R\$ 88.503,39
PIB per capita	R\$ 15.857,98
Remessas	
RGF	Atendimento dos Prazos
MCI	Atendimento dos Prazos
RVE	Atendimento Parcial dos Prazos
BLM	Não Atendimento dos Prazos
Prestação de Contas	Atendimento dos Prazos
Licitacion	Não Atendimento dos Prazos
Questionários	Atendimento dos Prazos
Sistema de Controle Interno	
Legislação Municipal	Não Atendido
Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno	Atendido
Gestão Orçamentária	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE PELOTAS
Proc. Nº 001365-0200/21-9 - PM DE SENTINELA DO SUL



Resultado Orçamentário - R\$ mil	Superavit orçamentário de R\$ 1.338,93			
Índice de Modificação Orçamentária	77,76%			
Fontes para abertura de Créditos Orçamentários	Atendido Parcialmente			
Receitas Orçamentárias - R\$ mil	Subestimada em R\$ 3.937,01			
Estimativa Receitas Orçamentárias 2022	Crescimento de 304,62%			
Composição Receitas Orçamentárias Arrecadadas	99,29% de receitas correntes e 0,71% de receitas de capital			
Receitas Orçamentárias per capita	R\$ 3.875,25			
Receitas Correntes	Excesso de Arrecadação de R\$ 3.896.045,91			
Estimativa Receitas Correntes 2022	Crescimento de 307,32% em comparação com 2021			
Receitas Correntes per capita	R\$ 3.847,73			
Origem Receitas Correntes	Arrecadação própria 8,05% Transferências 91,95%			
Despesas Orçamentárias	Superestimada em R\$ 7.760,72			
Gestão Fiscal				
RCL	R\$ 21.381.888,70	Queda de 10,21%		
Despesa com Pessoal	R\$ 8.277.249,16	Queda de 16,26%	Apuração ano	Limite / RCL
DCL	R\$ 0,00	-	38,71%	54%
Operações de Crédito - Internas e Externas	R\$ 0,00	-	0,00%	120%
Operações de Crédito - Antecipação de Receita Orçamentária	R\$ 0,00	-	0,00%	16%
Operações de Crédito - Antecipação de Receita Orçamentária	R\$ 0,00	-	0,00%	7%
Valores Restituíveis	Suficiência			
Equilíbrio Financeiro	- Suficiência			
Publicação RGF	Atendimento dos Prazos			
Publicação RREO	Atendimento dos Prazos			
Audiências Públicas	Atendimento dos Prazos			
Gestão Patrimonial				
Situação Financeira	5,50	Recomendável: > 1		
Liquidez Corrente	46,89	Recomendável: > 1		
Liquidez Geral	53,32	Recomendável: > 1		
Solvência	177,12	Recomendável: > 1		
Endividamento Geral	0,01	Recomendável: < 0,5		
Composição do Endividamento	1,00	Recomendável: < 0,5		
Resultado das Variações Patrimoniais	1,29	Recomendável: > 1		
Índices Constitucionais				
MDE	26,96%	Mínimo: 25%		
ASPS	20,94%	Mínimo: 15%		
FUNDEB	71,51%	Mínimo: 70%		
Regra de Ouro	Atendida			
Transparência				
Lei da Transparência Fiscal	Não Atendida			
Lei de Acesso à Informação	Não Atendida			
Lei das Ouvidorias	Não Atendida			
Lei de Enfrentamento à COVID	Não Atendida			
Vacinação contra COVID-19	Atendida			
Educação				
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Previsão Normativa	Atendido			
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Formação dos Professores	Não houve concurso público para o magistério municipal em 2021; Professores não capacitados para o cumprimento do Art. 26-A da LDBEN			



Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Abrangência do Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena	Implantou o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena
Busca Ativa - Processos Estruturados	Realiza
Busca Ativa - Identificação de Crianças e Adolescentes Fora da Escola e (Re)matrícula	Realiza
Busca Ativa - Monitoramento e Ações Preventivas para Evitar Abandoo e Evasão Escolar	Realiza monitoramento
Busca Ativa - Documentação Formal	Não possui documento formal definindo diretrizes para Busca Ativa.
Busca Ativa - Intersetorialidade e Coordenação entre Entes Federativos	Atua concertadamente com órgãos de outras esferas de governo
Busca Ativa - Profissionais Envolvidos no Enfrentamento à Exclusão Escolar	Dispõe de profissional(is) responsável(is)
Saúde	
Plano Municipal de Saúde 2018-2021	Questionário não respondido
Programação Anual de Saúde	Questionário não respondido
Relatório Anual de Saúde	Questionário não respondido
Gestão Ambiental	
Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente	Questionário não respondido
Situação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Questionário não respondido
Situação da disposição final ambientalmente adequada	Questionário não respondido
Cobrança pelos serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos	Questionário não respondido
Realização de coleta seletiva de recicláveis	Questionário não respondido
Município possui Plano Municipal de Saneamento Básico	Questionário não respondido
Instituição de cobrança pelos serviços de esgotamento	Questionário não respondido
Regulação dos serviços de saneamento sanitário	Questionário não respondido

16 CONCLUSÃO

Diante das irregularidades verificadas no presente relatório, resume-se no quadro a seguir aquelas passíveis de serem esclarecidas pelo(s) gestor(es):

Cargo	Nome	Item de responsabilização
Prefeito	José Flávio Raphaelli Trescastro	4.1.4
		4.1.5
		5.2.1
		9.1.1
		9.1.2
		9.1.3
		9.1.4
		12.1.2
		12.1.3
		13.1.1
		13.1.2
		13.1.3



Senhor(a) Supervisor(a): Esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 28/11/2022.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de seguir seu trâmite.

Em 06/12/2022.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



Processo:	001365-0200/21-9
Órgão:	PM DE SENTINELA DO SUL
Matéria:	Contas Anuais
Exercício:	2021

Vistos em Gabinete

Na forma do artigo 12, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, determino a citação do Sr. José Flávio Raphaelli Trescastro para, no prazo improrrogável de 30 dias, apresentar defesa ou esclarecimentos acerca do conteúdo do Relatório de Contas Anuais e dos demais documentos carreados aos autos.

Após a manifestação do Administrador Responsável, o processo deverá ser encaminhado ao Setor Instrutivo, para análise técnica. Na sequência, ao Ministério Público de Contas, para exarar Parecer.

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2022.

Conselheiro Renato Azeredo,

Relator.

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001365-0200/21-9 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
- Relator: Renato Luís Bordin de Azeredo
- Peça(s):
 - nº 4766820 - Despacho Interlocutório
 - Conclusões
 - CITAÇÃO
- Data de envio da comunicação: 07/12/2022
- Motivo: Citado - Apresentar Defesa/Esclarecimentos - prazo 30 dia(s)
 - Destinatário: **José Flávio Raphaeli Trescastro** - Responsável (e-com nº 61975/223693)

Porto Alegre, 07 de Dezembro de 2022

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Certidão de Consulta

Processo nº: 001365-0200/21-9
Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
Destinatário: José Flávio Raphaelli Trescastro
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Apresentar Defesa/Esclarecimentos
Prazo: 30 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 61975/223693, enviada a José Flávio Raphaelli Trescastro, em 07/12/2022, foi automaticamente consumada em:

19/12/2022 23:59:59

Porto Alegre, 20 de Dezembro de 2022

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
CONSELHEIRO RENATO AZEREDO
M.D. CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Processo nº 1365-0200/21-9

EXECUTIVO MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL

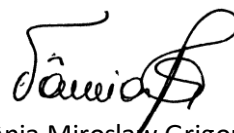
*Assunto: **Contas anuais 2021***

JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TRESCASTRO, Prefeito Municipal de Sentinela do Sul – Gestão 2021-2024, por sua procuradora firmatária (*ut* instrumento procuratório incluso) vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar os presentes ESCLARECIMENTOS ao **processo supra epigrafado**, referente ao **Relatório de Auditoria de Contas Anuais do Executivo Municipal de Sentinela do Sul/RS - Exercício 2021** na forma a seguir aduzida.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Porto Alegre/RS, 24 de janeiro de 2023.



Tânia Miroslaw Grigorieff

OAB/RS 32.823

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

EMÉRITOS CONSELHEIROS!

Considerando os apontamentos trazidos ao Processo, resultado da auditoria efetuada no município ora auditado por esta Corte de Contas, necessário se torna a prestação dos esclarecimentos, a fim de que, com ela, se possa elucidar situações controversas e elidir eventuais apontes, eis que, como adiante restarão demonstradas, as ações da Administração Municipal sempre tiveram como escopo o estrito cumprimento das normas legais, não devendo persistir qualquer penalidade impingida.

INCONFORMIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONTAS ANUAIS 2021

Precedentemente ao enfrentamento e registro dos esclarecimentos a respeito das supostas inconformidades apontadas pela Auditoria, faz-se absolutamente necessário consignar de modo preliminar a seguinte ponderação.

Em que pese reeleito, o manifestante foi reconduzido e reassumiu a direção do Poder Executivo em Janeiro/2021 ainda sob o imensurável e praticamente irreparável impacto administrativo e financeiro causado pela pandemia do Covid-19. Ou seja, o Relatório de Auditoria analisou o primeiro ano de governo do quadriênio 2021-2024 entrementes a maior catástrofe social e sanitária do século.

Não bastassem os desafios e a necessidade de reorganização da estrutura administrativa – remanejamento de servidores, contratação de novos comissionados, revisão de estratégias e atualização de métodos e estratégias governamentais –, houve, no primeiro trimestre de 2021, a mais crítica fase de contágio viral, com recordes de internações e mortes, além do mais restritivo sistema de controle social imposto pelo Governo Estadual (com a adoção da chamada *bandeira preta*).

Estas considerações preliminares não tem o objetivo de traçar um relato demagogo a fim de justificar eventuais falhas administrativas evidenciadas pela auditoria, mas registrar o imenso desafio assumido pelo Prefeito logo nos primeiros dias no novo quadriênio da sua gestão que, ainda que em regime de continuidade, estava planejada sob a perspectiva de mudanças estratégicas relevantes.

Diante desse cenário, roga-se a Vossa Excelência que analise os temas em discussão sob uma ótica contextualizada, considerando as dificuldades enfrentadas no primeiro ano do novo quadriênio de gestão que seria motivado pela adoção de um modelo de governança mais atual, o que foi severamente prejudicado pela situação social *herdada* do catastrófico ano de 2020.

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

Passa-se, assim, a abordar os itens sob os quais repousam a tese de inconformidade pela digna Auditoria desta Corte Fiscalizatória.

4. REMESSAS DE INFORMAÇÕES

4.1 ENTREGAS

4.1.4 BASES DE LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS (BLM)

De acordo com o Relatório de Auditoria, as remessas de normas à Base de Legislação Municipal do TCE-RS não teriam sido encaminhadas, em sua totalidade, nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 12/2009.

Antes de tudo, cumpre registrar que o Quadro 14 do Relatório (Peça n.º 4707138 - pág. 1172) indica que, no exercício de 2021, os atrasos não superaram 03 (três) dias, levando o Gestor a suscitar, para este item, a mesma interpretação e conclusão formalizada pelo Auditor quando examinou o Item 4.1.2, no sentido de que o reduzido número de dias de atraso não chegou a comprometer a análise das contas do Executivo Municipal, não devendo ser caracterizada irregularidade passível de esclarecimento.

O atraso mais significativo ocorreu relativamente ao último trimestre do exercício de 2020, quando chegou a 92 (noventa e dois) dias, já corrigido, conforme prova o próprio Quadro 14, que demonstra terem sido tomadas medidas administrativas eficazes, já explanadas quando da apresentação dos Esclarecimentos no Processo de Contas Anuais de 2020, nos quais foi informada a contratação de um servidor para superar o deficitário quadro de pessoal, ficando responsável pela gestão do sistema BLM.

Há, ainda, fato extremamente relevante e que justifica, satisfatoriamente, os atrasos apontados no 1º e 3º Trimestre. Explica-se:

- Quanto ao 1º Trimestre, a data limite para entrega foi estabelecida para o dia 10/04/2021, sábado, não considerado dia útil e no qual não houve expediente administrativo. A remessa foi realizada no dia 12.04.2021, segunda-feira, primeiro dia útil subsequente à data limite;
- Quanto ao 3º Trimestre, o prazo final foi fixado em 10/10/2021, domingo, igualmente sem expediente; além disso, houve adoção de ponto facultativo na segunda-feira, 11/10/2021, tendo em vista o feriado do dia 12/10/2021; por conseguinte, a remessa também foi enviada no primeiro dia útil subsequente, 13/10/2021, quarta-feira.

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

Ainda que se possa argumentar que a Instrução Normativa n.º 12/2009 utilize o termo “até o dia 10” para as datas limites das remessas trimestrais, é preciso avaliar o cenário da rotina administrativa e contextualizar as demandas que envolvem o dia a dia dos servidores, cuja ampla maioria desempenha inúmeras tarefas multidisciplinares e intersetoriais concomitantemente, impondo o atendimento dos prazos geralmente no último dia.

É necessário que se pondere o alegado desatendimento da obrigação legal à perspectiva prática, a fim de se observar, no que diz respeito aos prazos, que o ente cumpriu o dever de remessa, não tendo sido observado de forma estrita porque as datas limites não coincidiram com dias úteis nos quais houve expediente.

Destarte, é evidente que os atrasos não decorreram de atos comissivos e intencionais praticados pelos servidores ou pelo Gestor e não prejudicaram a fiscalização e controle.

Sob a ótica técnico-jurisprudencial, faz-se pertinente registrar que esta Corte possui entendimento consolidado de que os atrasos nas remessas do BLM não chegam a comprometer as contas a ponto de ensejar a emissão de parecer desfavorável ou a reprovação das contas, mas induzem ao alerta para adoção de medidas corretivas, conforme exemplificam as seguintes ementas:

2.1 - Da Base de Legislação Municipal – BLM. Não foram efetuadas as remessas de normas à BLM. Desatendimento da Resolução TCE nº 843/2009 e da Instrução Normativa TCE nº 12/2009 (...)

Irregularidades administrativas. Multa. Débito. Determinação. Advertência. Setor Jurídico somente com cargos comissionados – ausência de cargo efetivo. Não cumprimento de carga horária – Exoneração de servidor comissionado sem o desconto de horas não trabalhadas; Pagamento integral da remuneração de servidores efetivos. Divergências entre contas das demonstrações contábeis elaboradas nos termos das Leis nº 4320/1964 e nº 6404/1976. Classificação incorreta de aplicação financeira (inadequação ao PCASP). Irregularidade na conciliação bancária. Pagamento de encargos moratórios e ausência de responsabilização funcional de servidores pelo pagamento de despesas em atraso. Ausência de dedicação exclusiva pela servidora responsável pelo controle interno – Falha afastada. Ausência de independência funcional da servidora responsável pelo controle interno. Ausência de remessa de informações à BLM. Regularidade de contas do Senhor Josias de Abreu Pinheiro. **Regularidade de contas, com ressalvas**, do Senhor Rogério Roberto Seibert. (Processo: 002768-0200/16-0, Relator(a): Renato Luís Bordin de Azeredo, SEGUNDA CÂMARA ESPECIAL, Julgado em 12/11/2018, Publicado em 14/12/2018, Boletim 2120/2018)

IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ADVERTÊNCIA. DETERMINAÇÃO. NÃO ENTREGA DE DADOS DA BLM E SISCOP. NÃO ATENDIMENTO DA LEI DA TRANSPARÊNCIA. RESTOS A PAGAR. EQUILÍBRIO FINANCEIRO. **REGULARIDADE DE CONTAS, COM RESSALVAS**. (Processo: 002348-

Dessa forma, roga o Gestor que seja afastado o apontamento em razão da adoção de medidas corretivas relativas ao exercício de 2020 e da justificativa acerca da tempestividade das remessas realizadas no exercício de 2021. Caso mantido, protesta-se pelo afastamento de eventual penalidade, em razão dos fundamentos já expostos.

4.1.5 SISTEMA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LICITACON)

A partir da análise de dados coletados, a Auditoria concluiu que as remessas de licitações e contratos ao Sistema de Licitações e Contratos do TCE-RS (LicitaCon) foram realizadas em atraso.

A respeito deste item, há considerações dignas de registro, a fim de bem demonstrar que também estes atrasos não decorreram, exclusivamente, de conduta negligente ou voluntária praticada pela Administração.

Ainda que possa parecer uma argumentação *bordão*, o período auditado compreendeu a continuidade dos efeitos catastróficos causados por um dos eventos de maior proporção (de nível mundial) e que impôs à esfera administrativa um desafio incomensurável, desde a manutenção das atividades administrativas triviais até a prestação dos serviços públicos. Em razão do necessário distanciamento social, foi adotado regime de revezamento nos setores da Administração assim como afastamento de servidores classificados como do grupo de risco, passando estes a desempenharem suas atividades em *home office* quando a função assim permitia.

Conforme se apurou – mediante informações repassadas pela Secretaria responsável, os atrasos ocorreram por conta de um *déficit* pontual de servidores. Questionado pelo Gestor, o Setor de Licitações e Contratos informou que a servidora responsável pelas remessas das Licitações e dos Contratos ao sistema LicitaCon, Cláudia Viviane Barcelos Silva, faz parte do *grupo de risco*, tendo exercido suas atividades de forma remota durante praticamente todo o período pandêmico (entre os anos de 2020 e 2021, portanto), o que contribuiu para o atraso na entrega rotineira da documentação. A partir do seu retorno, determinou-se que fizesse uma revisão das remessas a fim de que solucionasse eventual inconsistência.

Importante ressaltar que, nos períodos anteriores à pandemia, os lançamentos estavam em dia. Entretanto, uma vez que havia apenas 01 Servidora responsável pelo trabalho minucioso e que requer muita atenção e cautela, os lançamentos sofreram atraso

em decorrência de situações pessoais da Servidora, que prejudicaram seu desempenho profissional. Por exemplo, entre outubro e dezembro de 2019, a mesma esteve afastada para cuidar de seu filho menor doente.

Questionada de forma mais incisiva pela Administração, a Servidora Cláudia Viviane informou que possui filho tenro diagnosticado como portador de TEA (autismo), depressão profunda e agressividade, tendo recebido recomendação médica de que se afastasse das funções na fase pandêmica mais crítica a fim de se dedicar aos cuidados da criança, agravando ainda mais o já prejudicado desenvolvimento das suas atividades profissionais. Uma vez que era ela, até então, a única servidora responsável pelas remessas ao LicitaCon, o cumprimento dos prazos também foi prejudicada.

É oportuno registrar, como elemento complementar da fundamentação, que segundo dados do IBGE¹, cerca de 75% da população de Sentinela do Sul reside na área rural² (3.896 do total de 5.635 habitantes). Ou seja, a população urbana do município é de aproximadamente 1.275 habitantes.

Segundo a lógica da proporcionalidade, esta circunstância reflete, invariável e indiscutivelmente, no porte e tamanho da Administração Pública, que contém número reduzido de servidores, sobretudo em face do impacto das despesas com pessoal. Note-se que o Quadro 43 (Peça 4707138 - pág. 35) demonstra que a Administração possuía 170 servidores efetivos em 2021.

Além disso, apurados os motivos do atraso, constatou-se que, segundo dados coletados no sistema LicitaCon no período auditado (2021)³, cerca de 74 licitações foram realizadas e inseridas no sistema, a maioria deles formalizados em períodos de tempo próximos, remetidos em sistema de lote, demonstrando a realidade aferida pelo volume da demanda - que não envolve apenas a redação dos atos, mas compreende a elaboração complexa e intrincada de licitações das mais variadas modalidades e objetos (inclusive, dispensas e inexigibilidades) - e a capacidade de atendimento frente ao número reduzido de servidores.

Aliás, a sistemática de remessa em lote dos dados para o LicitaCon, utilizada pela auditada na expectativa de tornar o processo mais célere e prático, muitas das vezes é prejudicada pela estrutura do sistema *online* e informatizado, que apresenta instabilidades e

¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/sentinela-do-sul.html>. Acesso em janeiro de 2023.

² Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/sentinela-do-sul-rs/>. Acesso em janeiro de 2023.

³ Disponível em: https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:14:::NO:RIR:P14_PAG_RETORNO,F50500_CD_ORGAO:4,81400&cs=1TRBu15k3ucwr2srdvplUmuj8urs. Acesso em janeiro de 2023.

aponta eventuais erros tão somente na fase de geração e remessa do arquivo, também contribuindo para alguns atrasos.

Esse procedimento impede, por exemplo, que os processos que não tenham erros no arquivo sejam enviados e obriga o operador do sistema a revisar, novamente, toda a documentação, causando atraso na remessa de todos os arquivos. Em suma, o erro em um dos arquivos prejudica a remessa de todos, por isso a observação, da Auditoria, do atraso na entrega dos documentos.

Embora se tenha, até agora, justificado e apresentado os motivos do atraso, é imprescindível que se registre que o Gestor está adotando medidas a fim de evitar a reincidência, já tendo sido determinada nova sistemática com a geração e remessa de arquivos de forma mais frequente, assim como a revisão de todas as remessas pela Servidora anteriormente referida.

A despeito da situação ora narrada, pondera-se que, em que pese a ocorrência de atrasos, a municipalidade nunca deixou de realizá-las, conforme prova o próprio Relatório de Auditoria, demonstrando, indubitavelmente, que sempre foi garantido o pleno exercício dos princípios da publicidade e da transparência.

Tal circunstância leva o Gestor a novamente suscitar a aplicabilidade, neste item, da interpretação dada pela Auditoria no Item 4.1.2, no sentido de que o atraso no lançamento das licitações e contratos no sistema não chegou a comprometer a fiscalização e a análise das contas, já que todas as informações foram disponibilizadas, cumprindo-se os princípios da publicidade e transparência.

Dessa forma, ainda que não seja inimputável ao gestor a responsabilidade pela conduta, entende-se que o aponte não revela gravidade a ponto de comprometer a transparência e a lisura dos contratos, tampouco os atos de gestão.

Roga-se, conseqüentemente, que Vossa Excelência analise e julgue o aponte de modo contextualizado, compreendendo as dificuldades estruturais, seja em face dos problemas no sistema, seja pela limitação do quadro de servidores que o operam e, finalmente, a adoção de medidas corretivas, assim como o teor da manifestação dos Auditores, para, ao fim, afastar o apontamento e eventual penalidade dele proveniente.

Por fim, caso mantida a inconformidade, registra-se que a mesma não conduz à reprovação das contas, porque não compromete o conjunto de ações que envolvem a administração pública. Aliás, recentes julgados sobre o tema, proferidos por esta Corte, atestam o entendimento de que a falha, por si só, não induz à reprovação, mas à regularidade com recomendação, conforme exemplificam as seguintes ementas:

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS 1.1.1 - Quadro ocupado somente por servidores comissionados. Falha mantida. Regularização em exercício posterior. Recomendação. 2.1.1- Eventos de licitações e/ou contratos cadastrados fora do prazo no sistema LicitaCon. Falha mantida com advertência. REGULARIDADE, COM RESSALVAS, DAS CONTAS. (Processo: 002099-0200/18-8, Relator(a): Daniela Zago Gonçalves da Cunda, SEGUNDA CÂMARA ESPECIAL, Julgado em 09/03/2020, Publicado em 17/06/2020, Boletim 523/2020)

(...)

2.1 e 2.1.1 – Informações ao Controle Externo. Sistemas de licitações e contratos – LicitaCon. Constatou-se que 34,51% das remessas de contratos para o sistema foram realizadas com atraso, em descumprimento à Resolução TCE nº 1.050/2015 e à Instrução Normativa TCE nº 06/2016. Atraso médio de 6,96 dias.

(...)

CONTAS DE GESTÃO. MULTA. CONTAS REGULARES, COM RESSALVAS. RECOMENDAÇÃO E DETERMINAÇÃO AO ATUAL GESTOR. A prática de atos contrários a normas constitucionais e legais reguladoras da gestão administrativa enseja a imposição de penalidade pecuniária. A existência de falhas que, em seu conjunto, não comprometem a Gestão enseja o julgamento pela regularidade das Contas, com ressalvas. As infringências ao ordenamento jurídico justificam recomendação e determinação ao atual Administrador no sentido da implementação de medidas preventivas e corretivas. (Processo: 005539-0200/17-1, Relator(a): Cezar Miola, SEGUNDA CÂMARA, Julgado em 17/04/2019, Publicado em 21/05/2019, Boletim 766/2019)

[g.n.]

Ante o exposto, roga-se seja afastada a inconformidade e, caso mantida, não seja aplicada qualquer sanção.

5. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

5.2 INSTITUIÇÃO DO SISTEMA DO CONTROLE INTERNO

5.2.1 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

A Auditoria evidenciou que, no âmbito legislativo municipal, não existia (a) previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI, (b) previsão de exame de legalidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão, (c) fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditadas para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, (d) indicação legal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao TCE-RS das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, e, tampouco, (e) previsão legal quanto ao dever da UCCI de acompanhar o processamento das tomadas de contas especiais.

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

De plano, cumpre esclarecer que, em decorrência do apontamento realizado no processo das Contas Anuais de 2020 - e conforme manifestado na defesa formulada naqueles autos, o Gestor editou a **Lei Municipal n.º 1.488/2022** (<http://leismunicipa.is/wcrzb>), **aprovada pelo Legislativo e sancionada em 14.03.2022, que instituiu uma série de adequações relacionadas à função do Controle Interno.**

A novel Lei alterou a já vigente (Lei Municipal n.º 1.002/2009) e **incluiu absolutamente todas as exigências apontadas no item ora em comento**, conforme prova as redações dos arts. 1.º ao 3º, aqui reproduzidos:

Art. 1º Fica alterado o artigo 4º da Lei Municipal nº 1002, de 28 de maio de 2009 que institui o Sistema de Controle Interno no Município, passando a ter a seguinte redação:

Art. 4º Todos os órgãos e os agentes públicos dos Poderes Executivo (Administração Direta e Indireta) e Legislativo integram o Sistema de Controle Interno Municipal e se submetem à fiscalização da Unidade de Controle Interno do Município.

Art. 2º Fica acrescentado os incisos XXIII e XXIV no artigo 5º da Lei Municipal nº 1002, de 28 de maio de 2009 que institui o Sistema de Controle Interno no Município, passando a ter a seguinte redação:

Art. 5º A Unidade de Controle Interno será em nível de assessoramento, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, alicerçado na realização de auditorias, com as seguintes atribuições:

(...)

XXIII - realizar o exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado;

XXIV - acompanhar o processamento das Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos órgãos da Administração Direta Municipal, inclusive as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado, manifestando-se, ao final da respectiva instrução dos processos, as quais deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário.

Art. 3º Fica alterado o §2º do artigo 8º da Lei Municipal nº 1002, de 28 de maio de 2009 que institui o Sistema de Controle Interno no Município, passando a ter a seguinte redação:

Art. 8º A coordenação das atividades do sistema de controle interno será exercida pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, como órgão central, com o auxílio dos serviços seccionais de controle interno.

(...)

§ 2º Para o desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Lei, o Coordenador do Sistema de Controle poderá emitir instruções normativas e fixar prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas;

| [g.n.]

O que se depreende, portanto, é que a inconformidade apontada não se sustenta em razão da contradição fática, tendo em vista a precedente adoção de medida legal, adequada e eficaz à cessação da irregularidade apontada no exercício anterior. Veja-se, a inconformidade foi sanada em março de 2022, antes mesmo da conclusão do Relatório de Auditoria do exercício de 2021, o que leva o Gestor a protestar pelo afastamento da rubrica sob o manto da inconformidade.

9. TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

9.1 PESQUISAS APLICADAS

9.1.1 PESQUISA DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo, a Auditoria constatou que não estariam sendo cumpridas algumas das exigências de transparência estabelecidas pela LC nº 101/2000 quanto aos instrumentos da Gestão Fiscal, notadamente a ausência de publicidade da LDO e da LOA e respectivos anexos.

Assim como nos itens anteriores, a inconformidade tratou de falhas eminentemente burocráticas e que fogem - pela característica do desenvolvimento e da atividade imanente ao Gestor - à sua capacidade de diligência. Em outras palavras, ainda que toda a Administração fique sob sua supervisão e responsabilidade, é impossível impor-lhe o dever e a diligência de verificar se todos os atos de publicidade estão sendo regularmente cumpridos, tarefa que é delegada aos Secretários e, neste caso, ao setor da Fazenda e Contabilidade, restando-lhe tarefas estratégicas e de maior impacto social.

No caso concreto, ao tomar conhecimento do teor do Item do Relatório, o Gestor questionou imediatamente o setor responsável, tendo obtido a resposta de que a ausência da publicização dos anexos da LDO e LOA decorreu do fato de que o Poder Executivo utilizava a Base Legal da Câmara de Vereadores para a publicidade das leis, base esta que não continha os anexos, mas apenas a redação dos artigos da Lei.

Descobriu-se, a partir de então, uma série de falhas no sistema informatizado responsável pela vinculação e publicidade dos atos normativos, o que ensejou uma verificação conjunta entre o Executivo e a empresa gerenciadora do sistema de dados da Prefeitura.

Apesar da falha, a partir da ordem do Gestor para que houvesse a imediata correção, a área competente da Administração providenciou a regularização da inconformidade mediante a pronta publicidade dos anexos que compõem a LDO e LOA, o

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

que pode ser verificado mediante acesso à plataforma da Transparência do Executivo (Aba Transparência > Publicações > LOA E LDO), disponível no seguinte link: <https://www.sentineladosul.rs.gov.br/publicacoes/23/loa-e-ldo>.

Conforme se pode apurar através do acesso ao citado link, tanto a LOA quanto a LDO foram compiladas com seus respectivos anexos, a fim de cumprir as exigências legais, tendo, na mesma ocasião, sido compiladas com seus respectivos anexos também as LOAs e LDOs relativas aos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023.

9.1.2 PESQUISAS DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Também apurou a auditoria que uma série de exigências quanto a transparência não vinham sendo cumpridas pela municipalidade, todas previstas nos arts. 7º e 8º da Lei Federal n.º 12.527/2011, quais sejam: ausência do registro de repasses ou transferências e dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras.

A situação relativa ao presente item é exatamente a mesma reproduzida no item anterior. O Gestor desconhecia a falha e, ao descobri-la, questionou o setor responsável, exigindo imediata correção.

De acordo com a manifestação do servidor Pablo Silva, responsável pelo setor de informática (doc. anexo), as falhas decorreram de erros apresentados no sistema informatizado de gestão, tendo sido realizada uma ação conjunta entre o Executivo e a empresa contratada para que a situação fosse regularizada.

Dessa forma, ainda que de fato tenham ocorrido falhas, estas foram corrigidas tão logo descobertas e, atualmente, todas as informações e exigências legais estão disponibilizadas na Plataforma de Transparência do Município, podendo ser consultadas e analisadas mediante acesso ao seguinte link: <http://portaltb.sentsul.com.br:9091/pronimtb/index.asp>.

Em outras palavras, em que pese o atraso na publicização das informações, a situação foi satisfatoriamente retificada por ordem do Prefeito Municipal e, hoje, a plena transparência dos dados está à disposição dos órgãos de controle e à população em geral, restando cumprida a obrigação de publicidade e transparência e o disposto na Lei de Acesso à Informação.

A respeito da inconformidade, pertinente registrar o posicionamento da Corte no sentido de que, o descumprimento parcial do acesso à informação não é motivo suficiente

para culminar no julgamento de irregularidade das contas do Gestor, conforme se observa das seguintes ementas:

(...)
6 – Da Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que as exigências da Lei Federal nº 12.527, de 18-11- 2011, estão sendo cumpridas apenas parcialmente,(...)
CONTAS DE GOVERNO. PARECER FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR. A existência de falhas que, em seu conjunto, não comprometem a Gestão enseja a emissão de parecer favorável à aprovação das contas. As infringências ao ordenamento jurídico justificam recomendação ao atual Administrador no sentido da implementação de medidas preventivas e corretivas. (Processo: 004726-0200/17-0, Relator(a): Cezar Miola, SEGUNDA CÂMARA, Julgado em 27/03/2019, Publicado em 24/04/2019, Boletim 616/2019)

(...)
2.4 – Da Lei de Acesso à Informação. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que as exigências da Lei Federal nº 12.527/2011 foram cumpridas apenas parcialmente (peças 620975, 620957 e 802332). O Gestor informou ter feito grande esforço para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, realizando os ajustes necessários para o cumprimento integral da lei. Destaco que os quesitos identificados pelo Órgão Técnico como ausentes no portal da Prefeitura referem-se à divulgação dos repasses e transferências, a instrumento normativo local que regulamente a LAI, e a dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras, além de outras deficiências pontuais. Em que pese a inclusão no sítio eletrônico de alguns dos tópicos exigidos, tais como informações gerais sobre programas, ações, projetos e obras, ainda restam lacunas pontuais a serem regularizadas para o pleno atendimento à Lei de Acesso à Informação. (...)
CONTAS DE GOVERNO. ATENDIMENTO À LRF. PARECER FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR. A obediência às normas da Lei Complementar nº 101/2000 quanto ao examinado nos autos e a ausência de apontamentos em relação à observância de índices constitucionais e normas de regulação relativos à educação e à saúde e a outras obrigações ensejam a emissão de parecer favorável à aprovação das contas. As infringências ao ordenamento jurídico justificam recomendação e determinação ao atual Administrador no sentido da implementação de medidas preventivas e corretivas. (Processo: 001615-0200/16-8, Relator(a): Cezar Miola, SEGUNDA CÂMARA, Julgado em 03/10/2018, Publicado em 13/11/2018, Boletim 1938/2018)
[g.n.]

Diante desse contexto, roga o Gestor que seja afastada eventual penalidade decorrente do apontamento, tendo em vista a regularização tempestiva e a cessação da inconformidade.

9.1.3 PESQUISAS DA LEI DAS OUVIDORIAS

O Relatório de Auditoria apontou a ausência da disponibilização da Carta de Serviços ao Usuário e do último Relatório Anual de Gestão, descumprindo-se a exigência estabelecida pela Lei Federal nº 12.537/2011.

Ao contrário do que fora manifestado nos itens anteriores, relativamente a este item o Gestor ousa discordar do teor do Relatório. Isto porque, a Carta de Serviços sempre esteve disponível para consulta, informação confirmada pela Servidora Andréia Graboski, nomeada Ouvidora Municipal. De acordo com a referida Servidora, o documento sempre esteve disponível, pelo menos desde 2020, quando houve manifestação da Corte nos autos do processo das Contas Anuais daquele exercício, ocasião em que a situação fora regularizada.

Assim, e conforme prova a manifestação e documentos anexos ao processo de Contas Anuais de 2020, a Carta de Serviços ao Usuário está disponível à população e aos órgãos de controle de forma destacada e de fácil acesso no sítio eletrônico oficial do Município: <https://www.sentineladosul.rs.gov.br/>

Relativamente ao Relatório Anual de Gestão, de fato foi disponibilizado com atraso. De todo modo, encontra-se atualmente disponível na aba “Transparência > Publicações > Ouvidoria”, podendo ser consultado mediante acesso ao seguinte link: <https://www.sentineladosul.rs.gov.br/publicacoes/22/ouvidoria> .

Em que pese o atraso, a situação foi satisfatoriamente retificada por ordem do Prefeito Municipal e, hoje, a plena transparência dos dados está à disposição dos órgãos de controle e à população em geral, restando cumprida a obrigação de publicidade e transparência e o disposto na Lei de Acesso à Informação.

A respeito da inconformidade, pertinente registrar o posicionamento da Corte no sentido de que o descumprimento parcial do acesso à informação não é motivo suficiente para culminar no julgamento de irregularidade das contas do Gestor, conforme se observa das seguintes ementas:

(...)

6 – Da Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que as exigências da Lei Federal nº 12.527, de 18-11- 2011, estão sendo cumpridas apenas parcialmente,(...)

CONTAS DE GOVERNO. PARECER FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR. A existência de falhas que, em seu conjunto, não comprometem a Gestão enseja a emissão de parecer favorável à aprovação das contas. As infringências ao ordenamento jurídico justificam recomendação ao atual

Administrador no sentido da implementação de medidas preventivas e corretivas. (Processo: 004726-0200/17-0, Relator(a): Cezar Miola, SEGUNDA CÂMARA, Julgado em 27/03/2019, Publicado em 24/04/2019, Boletim 616/2019)

(...)

2.4 – Da Lei de Acesso à Informação. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que as exigências da Lei Federal nº 12.527/2011 foram cumpridas apenas parcialmente (peças 620975, 620957 e 802332). O Gestor informou ter feito grande esforço para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, realizando os ajustes necessários para o cumprimento integral da lei. Destaco que os quesitos identificados pelo Órgão Técnico como ausentes no portal da Prefeitura referem-se à divulgação dos repasses e transferências, a instrumento normativo local que regulamente a LAI, e a dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras, além de outras deficiências pontuais. Em que pese a inclusão no sítio eletrônico de alguns dos tópicos exigidos, tais como informações gerais sobre programas, ações, projetos e obras, ainda restam lacunas pontuais a serem regularizadas para o pleno atendimento à Lei de Acesso à Informação. (...)

CONTAS DE GOVERNO. ATENDIMENTO À LRF. PARECER FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR. A obediência às normas da Lei Complementar nº 101/2000 quanto ao examinado nos autos e a ausência de apontamentos em relação à observância de índices constitucionais e normas de regulação relativos à educação e à saúde e a outras obrigações ensejam a emissão de parecer favorável à aprovação das contas. As infringências ao ordenamento jurídico justificam recomendação e determinação ao atual Administrador no sentido da implementação de medidas preventivas e corretivas. (Processo: 001615-0200/16-8, Relator(a): Cezar Miola, SEGUNDA CÂMARA, Julgado em 03/10/2018, Publicado em 13/11/2018, Boletim 1938/2018)
[g.n.]

Diante desse contexto, roga o Gestor que seja afastada eventual penalidade decorrente do apontamento, tendo em vista a regularização e a cessação da inconformidade.

9.1.4 PESQUISA DA LEI DE ENFRENTAMENTO À COVID-19

O Relatório de Auditoria teria constatado a ausência da disponibilização de informações atualizadas relativas às contratações ou de aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

Pois bem, no que diz respeito à manutenção das informações acerca das aquisições e contratações relacionadas ao enfrentamento da pandemia, impõe-se registrar que aquelas contratações específicas e relacionadas estritamente ao enfrentamento da Covid-19 foram lançadas sob esta rubrica no sistema LicitaCon, que promove a ampla e irrestrita publicidade de todas as contratações realizadas pela municipalidade.

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

É importante observar, neste ponto, que o canal de divulgação das licitações ou contratações diretas realizadas pelo Município é exatamente o LicitaCon, tanto que a aba de acesso às contratações mantidas no sítio oficial do Executivo (Licitações) direciona automaticamente a consulta para o sistema do TCE: <https://www.sentineladosul.rs.gov.br/transparencia/14/licitacoes>.

Diante desse cenário, considerando a vinculação e utilização de um sistema apenas para a consulta pública de aquisições e contratações, entendeu o Gestor que a publicidade relativa ao enfrentamento da pandemia, no que dizia respeito às contratações e aquisições, estava sendo plenamente cumprida e, inclusive, submetida à análise e apreciação do Tribunal de Contas por ocasião das remessas ordinárias/rotineiras.

Ao tomar ciência da irregularidade, o Prefeito determinou a revisão das divulgações, tanto do exercício de 2021 quanto de 2022, bem como a inserção dos dados faltantes. Agora, todas as informações constam no sítio eletrônico do Município, podendo ser encontradas através do link: <https://www.sentineladosul.rs.gov.br/transparencia/25/covid19>.

Desta forma, o engano foi identificado e corrigido por ordem do Gestor e, a plena transparência dos dados encontra-se à disposição dos órgãos de controle e à população em geral, restando cumprida a obrigação de publicidade e transparência e o disposto na Lei de Acesso à Informação.

O que se defende, por conseguinte, é que todos os atos relacionados às despesas para enfrentamento da pandemia foram publicizados e disponibilizados aos órgãos de controle e fiscalização.

Diante dessas circunstâncias, roga-se a este juízo que analise o tema de modo contextualizado, considerando as dificuldades fáticas vivenciadas no período pelos Gestores públicos e profissionais que desempenharam suas atividades na área da saúde, de modo a ponderar as dificuldades que, em determinadas situações, faziam predominar ações práticas em detrimento de ações meramente burocráticas.

Por fim, não menos importante registrar que, no período auditado – ou melhor, durante todo o período pandêmico –, o Ministério Público atuou de modo incisivo, realizando intenso e rigoroso controle de fiscalização, solicitando relatórios periódicos com informações pormenorizadas sobre o regime de vacinação, contratações, aquisições e investimentos, não tendo havido, no âmbito do Município de Sentinela do Sul, a necessidade de ação ou intervenção do órgão de controle em razão de supostas irregularidades ou

denúncias envolvendo atos da Administração, o que demonstra a mais ampla lisura e transparência da gestão.

Suplica-se, por conseguinte, que seja afastada a inconformidade e, caso mantida, não aplicada qualquer sanção ao Gestor.

12. EDUCAÇÃO

12.1 ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENA

12.1.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Conforme a Auditoria, os professores não teriam recebido capacitação sobre o ensino das culturas e histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas no ano de 2021, o que violaria o disposto no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996.

Efetivamente, a formação dos professores voltada para a temática étnico-cultural em comento não foi realizada em 2021, mas organizada e executada no exercício de 2022.

No exercício de 2021, em razão da situação pandêmica, a Administração promoveu a formação continuada dos professores com foco em ações voltadas para o embasamento e capacitação pedagógica do ensino à distância, tendo em vista a suspensão das aulas presenciais, o que, em face do caráter prioritário, prejudicou a realização de formação com temática étnica e racial.

Todavia, no exercício de 2022, já com o retorno das aulas presenciais, o auditado promoveu o “Projeto Identidade Cultural”, onde foram abordados temas específicos da cultura africana, afro-brasileira e indígena. Ainda, foi oferecida formação continuada dos professores abordando o tema do ensino das culturas e histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas com o auxílio do SESC, que desenvolveu com o corpo docente o seguinte tema: “Identities Brasilis - Vivências queer afro-indígenas no RS”. A formação foi realizada no mês de agosto de 2022, podendo ser comprovada mediante consulta ao canal do SESC na plataforma Youtube, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=Mc1D1r7-QQQ>.

Ou seja, mesmo que a formação continuada dos professores no exercício de 2021 não tenha abordado a temática étnica e cultural mencionada no Relatório de Auditoria, foi abordada em 2022, sem que tal circunstância tenha causado impacto negativo ou prejuízo tanto à educação pública quanto à categoria profissional.

Nesse compasso, entende o Gestor que, contrariamente ao que foi observado pela Auditoria, houve sim o cumprimento da meta pelo Gestor, o que afasta o caráter de

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

inconformidade do item e, conseqüentemente, de toda e qualquer penalidade dele decorrente.

12.1.3 ABRANGÊNCIA DO ENSINO E DA HISTÓRIA DA CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

A Auditoria apontou que o ente não teria elaborado os relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo com o artigo 4º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 53.817/2017.

No ponto, o Gestor arrisca discordar do teor do Relatório diante da realidade praticada no âmbito do Município, uma vez que o Município possui o conhecimento e as habilidades para o ensino da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena inseridos nas suas Diretrizes Curriculares, cumprindo o que dispõe o Decreto Estadual n.º 53.817/17.

Ademais, a própria Auditoria, ao desenvolver a conclusão analítica do item, referiu, de forma clara (Peça 4707138 – p. 55), que “(...) os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas da rede municipal de ensino, em todas as disciplinas do currículo escolar (peça 4707170)”.

O que se depreende, portanto, é a falta, apenas, da elaboração dos relatórios anuais que discriminem as ações de implementação das diretrizes curriculares.

A ausência do relatório anual, por conseguinte, não significa descumprimento à norma aplicável, porque se trata de mera inobservância de cunho material (em outras palavras, há tão somente a ausência do documento físico), já que, na prática, o Relatório Prévio atestou que o ensino é institucionalizado e ministrado no âmbito municipal. **Ou seja, a Auditoria apurou e constatou, objetivamente, que existe no Município ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, restando ausente, apenas, a elaboração de relatórios anuais.**

Cumpra esclarecer, no ponto, que o Conselho Municipal de Educação (CME) fiscaliza regular e permanentemente as ações e diretrizes implementadas na grade curricular municipal, frequentemente analisando e revisando (quando necessário) os projetos político-pedagógicos.

Esse processo de revisão contínua do projeto político-pedagógico tem o objetivo de representar os anseios da comunidade escolar e inclui discussões sobre a comunidade local, as prioridades, objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar.

O processo é coordenado e acompanhado pelo Conselho Escolar que também exerce a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuindo decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira.

No caso *sub examine*, uma vez que o Relatório de Auditoria confirmou, positivamente, que o ensino temático está inserido nos projetos político-pedagógicos das escolas (o tema é ministrado e inserido na grade curricular), **é indiscutível que a previsão legal foi (e continua sendo) cumprida no município, tendo havido a ausência, e tão somente, do relatório anual.**

Pode-se citar, exemplificativamente, a organização e execução do chamado “Projeto Identidade Cultural”, no qual foram abordados temas específicos da cultura africana, afro-brasileira e indígena, assim como realizadas oficinas, reuniões com professores e, até mesmo, uma multifeira com exposição dos trabalhos desenvolvido nas escolas.

A fim de reforçar a obrigatoriedade da inserção da temática no conteúdo programático de todas as séries, o Conselho Municipal de Educação (CME) editou e aprovou a Resolução n.º 01/2022 que instituiu normas complementares às Diretrizes Curriculares e deu ênfase ao ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas.

Frisa-se, por oportuno, que de acordo com a manifestação da Secretária Municipal de Educação, Rosângela Barbosa Pacheco, inobstante não tenha sido realizado o Relatório Anual relativo ao ano de 2021, este está sendo elaborado quanto ao ano letivo de 2022 e provavelmente estará à disposição da Corte de Contas quando da elaboração do Relatório de Auditoria do respectivo exercício.

Neste desiderato, suscita o Gestor o afastamento da inconformidade, tendo em vista o cumprimento das normas e diretrizes impostas pelo item e pela legislação aplicável.

13. SAÚDE

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

13.1 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SUS

13.1.1 PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.1.2 PROGRAMAÇÃO ANUAL DA SAÚDE

Apurou a Auditoria que o Plano Municipal da Saúde teria sido finalizado em data posterior ao envio do Plano Plurianual (PPA) para apreciação e aprovação do Legislativo, desatendendo o objetivo de nortear a elaboração do planejamento e orçamento do governo na área da saúde.

Ocorre que **as restrições impostas em decorrência da pandemia causada pela Covid-19 foram arrojadas no primeiro trimestre de 2021, o que atrasou a deliberação e aprovação do Plano Municipal de Saúde, na medida em que as reuniões presenciais estavam terminantemente vedadas e havia extrema dificuldade de mobilização dos Conselheiros Municipais acerca da instituição e participação de sistema de reuniões virtuais.**

Note-se que já em fevereiro de 2021, houve a implementação de sistema rigorosíssimo de distanciamento social (***bandeira preta***), que determinou, por exemplo, a suspensão de atividades econômicas, a circulação e concentração de pessoas e, também, a própria atividade ordinária da administração pública, tendo havido substancial alteração na rotina administrativa (com suspensão de aulas, de expedientes externos e adoção de regime diferenciado de trabalho para os servidores).

A restrição decorrente dos atos administrativos proibiu a realização de reuniões e as atividades dos Conselhos Municipais (intersetoriais e que demandavam diálogo de representantes de diversas áreas), impedindo que o PAS, por exemplo, fosse submetido à aprovação pelo Conselho Municipal.

Veja-se que, mesmo que tivesse sido enviado a tempo, a aprovação do PAS pelo Conselho Municipal restaria prejudicada porque as reuniões presenciais de todos os Conselhos estavam suspensas/proibidas e sequer havia planejamento para reuniões virtuais, porque recém haviam sido adotadas as medidas restritivas.

Indissociável da contextualização do item ora em debate é a abordagem da peculiaridade que envolve a população urbana do município de Sentinela do Sul, estimada em cerca de 1.275 habitantes (conforme já citado no item 4.1.5), o que ilustra a dificuldade do Gestor na mobilização e convencimento da participação popular na composição dos Conselhos Municipais, o que, inevitavelmente, reflete negativamente na organização e cumprimento das metas e prazos estabelecidos na lei quando há a intervenção do Conselho Municipal.

Ou seja, o atraso na aprovação não decorreu da vontade do Gestor, mas de circunstâncias absolutamente extraordinárias e involuntárias. Houve regras excepcionais também para a LDO em razão das restrições e da pandemia, já que o trabalho presencial dos parlamentares estava suspenso.

É válido registrar que, à época, todas as atenções e esforços, sobretudo na Secretaria de Saúde, estavam voltadas às medidas de controle das situações sanitárias da população, obviamente prejudicando o atendimento das ações de calendário anual de saúde.

Em que pese a situação caótica, tanto social quanto administrativa (nos primeiros meses de mandato de 2021), a Administração conseguiu inclusive apresentar o Plano Municipal de Saúde para o quadriênio 2022-2025 ao Conselho Municipal, tendo sido aprovado.

Anexo junta-se os seguintes documentos a fim de demonstrar o esforço do Gestor para regularizar esta situação: Plano de Saúde 2018-2021; Programação Anual da Saúde 2021; Pactuação da Saúde 2021; Relatório Anual de Gestão 2021; Plano de Saúde 2022-2025 e Resolução de Aprovação do Plano de Saúde 2022-2025.

O que se pretende demonstrar é que o atraso não foi provocado deliberadamente e voluntariamente pela Administração, mas por circunstâncias extraordinárias e que desafiaram todo o planejamento realizado pelo Gestor.

No que diz respeito ao contexto jurídico, é válido destacar que o atraso na elaboração do Plano Municipal de Saúde, conforme posicionamento adotado por esta Corte, não induz à reprovação das contas, mas à adoção de recomendação, senão vejamos:

(...)

6.2.1.1. Gestão e execução da atenção básica. Planejamento. Procedimento inexistente. A ausência do Plano Municipal de Saúde para o quadriênio 2014/2017 e da PAS prejudicou o planejamento da atenção básica.

(...)

CONTAS DE GESTÃO. MULTA. RECOMENDAÇÃO. O descumprimento de normas constitucionais e legais reguladoras da gestão administrativa determina a aplicação de penalidade pecuniária. As irregularidades verificadas ensejam recomendação ao atual Administrador no sentido da adoção de medidas preventivas e corretivas. (Processo: 001571-0200/16-0, Relator(a): Roberto Debacco Loureiro, PRIMEIRA CÂMARA, Julgado em 11/02/2020, Publicado em 12/06/2020, Boletim 499/2020)

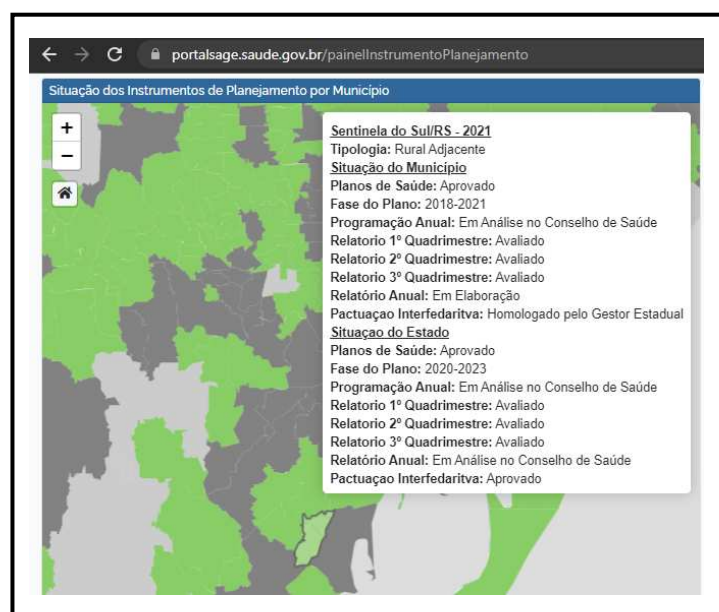
Contas de Gestão. Inconstitucional legislação regente da Procuradoria Municipal. Desatualização da planta de valores venais. Terceirização da gestão da receita pública. Descontrole do gasto com telefonia. Pregão Presencial 08/2017: ausência

de publicidade legalmente prevista; cláusulas restritivas; não determinação de preço de referência. Ausência de fiscalização e acompanhamento da variação de preços da ANP. Não recolhimento integral das contribuições previdenciárias patronais. Não observação da ordem cronológica de pagamentos. Implementação irregular do regime de caixa. Saúde pública: ausência de controle e estudo sobre absenteísmo; não promoção da busca ativa de pacientes faltosos; horas extraordinárias como fundamento de gestão de pessoal; horas extras institucionalizadas; carga horária e jornada extraordinária; quadro de pessoal incompatível com a demanda; verbas indenizatórias pagas em duplicidade; estruturas físicas e de pessoal deficientes; ausência de plano municipal de saúde; ausência de relatório anual de gestão; deficiências das metas e indicadores de saúde; não efetividade das políticas públicas de saúde. Déficit orçamentário para as ações de saúde. Deficiente fiscalização de contratos da Secretaria de Saúde. Desorganização do transporte de pacientes. Eventos de licitação cadastrados fora do prazo; não atendimento a requisição e óbice ao controle externo. Multa. Recomendação. (Processo: 004633-0200/17-6, Relator(a): Alexandre Postal, PRIMEIRA CÂMARA, Julgado em 21/01/2020, Publicado em 12/06/2020, Boletim 499/2020)
[g.n.]

Veja-se, nesse diapasão, que o Plano hoje se encontra elaborado, aprovado e em plena vigência.

No que tange à Programação Anual da Saúde (PAS), é preciso atentar-se ao fato de que a ausência da sua elaboração provém do fato de que dependia da aprovação do Plano Municipal da Saúde.

Em consulta ao “Portal Sage” do Ministério da Saúde (disponível em: <https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento>), constata-se que tanto o Plano Municipal quanto a Programação Anual relativos ao ano de 2021 estão aprovados e em pleno vigor:

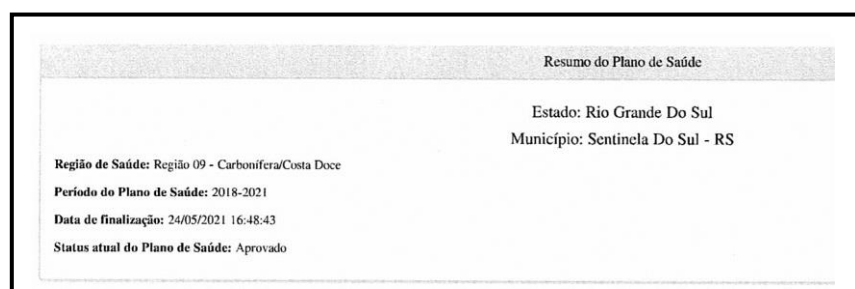


Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

Veja-se, da consulta à plataforma, que a **Programação Anual de Saúde** foi entregue/protocolizada na plataforma do Ministério no dia **24.05.2021** e o **Plano Municipal vigente até 2021** no dia **17.12.2020**, ambos já homologados pelo Gestor Estadual:



É preciso atentar para o fato de que o **PAS aprovado em 2018** previa a vigência para o quadriênio **2018/2021**, conforme documento que instrui a presente defesa, de modo que, até **31.12.2021**, era o que estava vigente:



Diante desse quadro, roga-se à Vossa Excelência que afaste o apontamento e, caso o mantido, não seja aplicado ao Gestor qualquer penalidade, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto em razão da excepcionalidade evidenciada.

13.1.3 RELATÓRIO DE GESTÃO

Segundo o Relatório de Auditoria, o Relatório de Gestão de 2021 sequer havia sido iniciado quando da consulta realizada pelo serviço de Auditoria junto ao Ministério da Saúde.

Como já descrito no item anterior o Relatório Anual de Gestão do exercício de 2021 foi finalizado e se encontra divulgado, conforme documento em anexo.

CONCLUSÃO E DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO

Em suma, além de demonstrar que os apontes levantados pela Equipe de Auditoria, pelas razões expostas, devem ser elididos em sua totalidade, também importa

Tânia Grigorieff - Advocacia | tania@grigorieff.com.br | www.grigorieff.com.br

destacar a Administração – Gestão 2021/2024 – mostra-se sempre disposta a corrigir qualquer possível irregularidade já no momento do aponte pelos Auditores.

Com medidas concretas, as questões levantadas já foram ou estão sendo sanadas de forma gradual e dentro das possibilidades estruturais e econômico-financeiras do Município, mas sempre com o fim maior de salvaguardar e bem gerir o dinheiro e o patrimônio municipal, sem deixar faltar à população os mais essenciais dos serviços públicos.

E aqui, faz-se absolutamente oportuno dedicar-se à discussão técnico-jurídica acerca do juízo de análise, convencimento e decisão dos atos praticados pelo Administrador Público.

O direito, à medida que deve acompanhar a evolução do comportamento humano no âmbito do relacionamento social e se manter não só atualizado como também em sintonia com os reflexos promovidos pelas mudanças de comportamento social, seja sob o contexto do direito privado, seja pelo direito público, desafia o pragmatismo de solidez e imutabilidade, induzindo a ampla discussão acerca do conceito de segurança jurídica. Sob essa discussão, tanto a legislação quanto a doutrina tentam delimitar um conceito de cunho dogmático, a fim de atribuir consistência ao instituto de suma importância para o mundo dos fatos e do direito.

Com o objetivo de estabelecer essa consistência e coerência às normas jurídico-positivas do sistema legislativo brasileiro, foi editado o Decreto-Lei nº 4.657/1942, denominado de Lei de Introdução ao Código Civil. Não obstante, ainda que a nomenclatura fizesse clara referência à seara jurídica-civilista, observou-se que o conjunto de disposições normativas contida na norma disciplinava regras que transcendiam o âmbito do direito civil e abordava, ou melhor, intervia em outros campos do direito. Em 2010, foi sancionada a Lei nº 12.376 que, dentre outros aspectos, alterou o título do decreto-lei e deu-lhe novo conceito, passando a ser denominado “*Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro*” - LINDB. Contrariando as demais normas jurídicas, que têm como objeto — mediata (princípio) ou imediatamente (regras) — o comportamento humano, a legislação mencionada tem como objeto a interpretação e a aplicação das próprias normas. Por esta razão, a Lei n.º 12.376 tratou (e se trata) de regras e princípios que podem ser chamados de “normas de sobredireito” ou “lei das leis”⁴.

Em abril de 2018, ajustando-se a legislação à nova configuração social e estatal, foi sancionada a Lei nº 13.655, cujo escopo, em sentido amplo, foi de ampliar as disposições

⁴ MAFFINI, R., & HEINEN, J. (2018). Análise acerca da aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (na redação dada pela Lei 13.655/2018) no que concerne à interpretação de normas de direito público: operações interpretativas e princípios gerais de direito administrativo. *Revista De Direito Administrativo*, 277(3), 247–278.

normativas do Decreto-Lei nº 4.657/1942, sobretudo no tratamento dedicado a segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

Pois bem, a primazia da segurança jurídica é resguardar a estabilidade das relações jurídicas e a paz social, com o fim de evitar deliberações estatais inesperadas e cujo impacto possam provocar situações inesperadas e surpreendentes no campo do comportamento individual e coletivo. Absorvendo o conceito para o campo do direito administrativo, pode-se dizer que o instituto jurídico em comento confere proteção às relações jurídicas que envolvam a Administração Pública e os administrados. Por meio desse princípio, objetiva-se assegurar a irretroatividade da lei capaz de atingir situações anteriormente concretizadas, outorgando proteção a essas situações. Em sentido amplo, a regra geral é a irretroatividade da lei, exceptuando o ordenamento jurídico a permissão da retroativa da lei.⁵

Indissociável do instituto da segurança jurídica se encontra o da proteção da confiança, que juntos, segundo a lição de SILVA⁶, constituem elementos conservadores inseridos na ordem jurídica, destinados à manutenção do *status quo* e a evitar que as pessoas sejam surpreendidas por modificações do direito positivo ou na conduta do Estado. O autor acrescenta ao afirmar:

É certo que o futuro não pode ser um perpétuo prisioneiro do passado, nem podem a segurança jurídica e a proteção à confiança se transformar em valores absolutos, capazes de petrificar a ordem jurídica, imobilizando o Estado e impedindo-o de realizar as mudanças que o interesse público estaria a reclamar. Mas, de outra parte, não é igualmente admissível que o Estado seja autorizado, em todas as circunstâncias, a adotar novas providências em contradição com as que foram por ele próprio impostas, surpreendendo os que acreditaram nos atos do Poder Público.

E nesse sentido, a Lei n.º 13.655/2018, ao inserir a vigência de dez novos artigos à LINDB, lançou luz e equilíbrio ao Direito Público, atribuindo sintonia e simetria entre o princípio da legalidade e da segurança jurídica, ambos fundamentais no Estado Democrático de Direito, e estabelecendo, no campo dogmático, a certeza de que a Administração Pública, apesar de gozar do poder-dever de anular seus atos ilegais, deve fazê-lo indissociavelmente

⁵ ARAÚJO, Bárbara Teixeira Tomaz de. Segurança Jurídica sob a perspectiva das inovações trazidas pela Lei nº 13.655/18. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 05, Vol. 06, pp. 155-165. Maio de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/seguranca-juridica>.

⁶ SILVA, A. do. C. E. O Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança) no Direito Público Brasileiro e o Direito da Administração Pública de Anular seus Próprios Atos Administrativos: o Prazo Decadencial do Art. 54. da Lei do Processo Administrativo da União (Lei nº 9.784/99). Revista de Direito Administrativo, n. 237, p. 271-315, jul. 2004. p. 38.

da análise do impacto e interferência da decisão sob a ótica da paz social e da estabilidade jurídica que naturalmente se espera do comportamento estatal⁷.

Exemplo prático dessa simetria é a exegese do art. 21 da citada Lei, que vinculou a declaração de nulidade de eventual ato administrativo à prévia ponderação e manifestação expressa do seu impacto (consequencialismo) no mundo dos fatos, obrigando o julgador (em qualquer esfera), a “indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos”.

Nesse ponto, irretocável é a lição de JULIANO HEINEN⁸ ao tratar sobre o que chama de **Consequencialismo dos atos ou decisões**, abrangendo, inclusive, aquelas proferidas pelos órgãos de controle e fiscalização:

Pode parecer contraditório, mas é verdade: o Direito Administrativo permite defender a manutenção de atos administrativos ilegais. Mesmo que contrários ao Direito ou violadores à norma, o mesmo sistema jurídico dirá que eles devem continuar gerando efeitos. Então, a mesma legalidade que obriga o administrador público a atuar conforme o Direito defere a essa mesma autoridade a possibilidade de, em certas situações, defender a manutenção uma ilegalidade. Cuide bem: o sistema normativo não está a incentivar ilegalidades, mas a considerar que elas são um bem jurídico a ser ponderado com outros bens, muitas vezes mais relevantes. E, em assim sendo, a norma declarará legal a manutenção de uma ilegalidade.

Logo, como professor, não posso mais afirmar — o que confessadamente fiz muitas vezes — que a anulação é ato administrativo vinculado. A frase deve ser refeita: a anulação pressupõe ponderação e interpretação sistemática. Esse cenário nos incentiva a apresentar ao leitor uma espécie de "roteiro" para a anulação dos atos administrativos, pressupondo que outros itens ou sistematizações poderão vir a complementar nossa metodologia. Enfim, destacamos duas palavras iniciais: o sistema de nulidades do Direito Administrativo não é mais o mesmo, porque incorporou uma série de institutos que, mal ou bem, podem ser importados do Direito Privado, como o plano da existência, a teoria da *pas de nullité sans grief* e algo próprio: a necessidade de ponderação para com outros bens juridicamente tutelados.

(...)

Ademais, o jurista deverá perceber se a o ato administrativo ilegal ou os seus efeitos não devem ser mantidos por outras ferramentas de estabilização, como, por exemplo, por aquelas ligadas à boa-fé objetiva, à violação da expectativa legítima, à aplicação da *surrectio* ou da *supressio* etc. Veja a situação em que o Poder Judiciário, em vez de declarar a nulidade de ato administrativo já praticado,

⁷ ARAÚJO, Bárbara Teixeira Tomaz de. *Op. cit.*

⁸ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-05/juliano-heinen-antes-nulidade-ponderacao>.

determina que o agente administrativo deixe de fazer algo em relação ao ato ilegal anterior, mas sem anular este mesmo ato. Aqui, seria visualizada uma situação em que estaria presente a estabilização;

O ato administrativo ilegal poderá ser mantido no ordenamento jurídico, desde que se pretenda proteger um bem juridicamente tutelado mais relevante ao caso concreto. É dizer que antes do pronunciamento de qualquer nulidade, é necessário que se faça um juízo de ponderação, ou seja, que se aplique o postulado da razoabilidade ou proporcionalidade. E isso ficou claro a partir das alterações feitas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro — LNDI) pela edição da Lei nº 13.655/18, e pelo texto do artigo 147 da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Muitas vezes as licitações ou contratos irregulares eram paralisadas e a execução dos seus objetos não mais acontecia. Enfim, de um lado, veja que uma nulidade, um vício jurídico etc. é um fator sério e que não deve ser ignorado. De outro, ele não pode ser percebido de modo isolado ou absoluto, ou seja, deve ser ponderado com outros bens jurídicos tão ou mais importantes. Em outras palavras, a paralisação da execução de um contrato pode gerar danos sociais, econômicos, ambientais etc. de grande monta, fato que impõe a ponderação entre valores juridicamente tutelados.

Então, diante desse cenário, o artigo 147 da Lei nº 14.133/21 convida o gestor, o controlador de contas, o magistrado e as demais autoridades a estabelecer um juízo de ponderação entre uma irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual constatada e uma série de conjunturas ou bens jurídicos apreciáveis (...).

[g.n.]

Ainda, imprescindível a análise acerca da relevância do que dispõem os arts. 20, 22 e 28 do Decreto-Lei, que assim preveem:

Art. 20 . Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Art. 22. **Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo**, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
[g.n.]

Os mencionados dispositivos introduzem um elemento dogmático (de natureza subjetiva e fundamentado no princípio da culpabilidade) na responsabilização por decisões administrativas ou opiniões técnicas.

Complementarmente, oportuno reproduzir a lição proferida pelos Professores JULIANO HEINEN e RAFAEL MAFFINI no trabalho intitulado *“Análise acerca da aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (na redação dada pela Lei nº 13.655/2018) no que concerne à interpretação de normas de direito público: operações interpretativas e princípios gerais de direito administrativo”*⁹, do qual se extraem os seguintes excertos:

Já o art. 22, “caput”, endereça sua prescritividade à interpretação do direito público, que sempre deverá ponderar: as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, em relação ao prejuízo que os direitos dos administrados possam sofrer. Esse “diálogo” é notoriamente bastante complexo. Contudo, revela notar a determinação, até mesmo repetitiva, de que a realidade, ou melhor, os fatores reais e pragmáticos existentes devam ser sempre levados em conta.

(...)

Não são raras as decisões administrativas e judiciais (e porque não, de órgãos controladores e fiscalizadores) que, em face de uma visão estanque e individualizada da realidade, buscam atender uma demanda específica apresentada, a qual, em última instância, pode chegar a comprometer o todo. A proteção do interesse social perde quando se atenta somente à proteção individual.

É óbvio que não se pode exigir dos entes públicos condutas não razoáveis. Até porque a carência de recursos “[...] consubstancia limitação certa quando da definição da obrigação governamental de agir diante de uma dada realidade, seja na via judiciária, seja na via administrativa¹⁰. (...)”

Não há mais saída senão voltar-se para uma leitura pragmática dos direitos fundamentais. A construção ponderada das decisões judiciais, controladoras ou administrativas não deve mais ignorar a realidade em que se insere. A reflexão dos limites em que nos encontramos deve ser sopesada, com repugnância à malversação de recursos do erário, à megalomania no atendimento individualizado de demandas desarrazoadas e à tantas vezes criminoso inatividade estatal.

(...)

Um novo movimento jurídico deve tomar conta, pugnano pela consideração da realidade como fator determinante, como fator primeiro, deixando-se de lado a orientação “normativista”, redutora dos próprios direitos.

[g.n.]

⁹ In Rev. Direito Adm., Rio de Janeiro, v. 277, n. 3, p. 247-278, set./dez. 2018.

¹⁰ Carvalho, Raquel de Melo Urbano de. Curso de direito administrativo — parte geral, intervenção do estado e estrutura da administração. Salvador: Juspodivm, 2008. p. 604.

E assim, resta absolutamente transparente, no caso *sub judice*, que o Prefeito não agiu de modo proposital, doloso ou desonesto, tampouco produziu e proferiu decisões que causassem prejuízo ao erário público, tendo todo o relatório de auditoria reproduzido constatações de ordem meramente administrativa, sem gravidade a ponto de comprometer a lisura da administração da *res publica*.

Repita-se, de todos os itens que foram objeto de apontamento (sob a rubrica da inconformidade), nenhum deles reportou irregularidades que comprometessem as contas públicas ou violassem diretamente direitos indisponíveis, passíveis de punição na seara judicial, por exemplo, o que leva o Gestor a rogar pela aprovação das contas seguindo o posicionamento jurisprudencial desta Corte no sentido de que “a existência de irregularidades que, em seu conjunto, não têm o condão de comprometer a gestão, determina a emissão de parecer favorável”¹¹.

Complementarmente, não menos importante citar o desafio que os anos de 2020 e 2021 impuseram – com grande sofrimento - à humanidade, e Vossas Excelências têm ciência do esforço, da dedicação (e por que não, sacrifício) praticado pelos Gestores Municipais em prol da população na expectativa de entregar mais rapidamente e com qualidade os serviços públicos, especialmente os voltados para a área da saúde.

Enfim, essas são as razões e fundamentos que o Prefeito Municipal, ora manifestante, entende por suficientes ao completo esclarecimento dos apontes realizados, esperando que Vossas Excelências assim os recebam e lhes deem procedência, o que será da mais inteira JUSTIÇA.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2023.


Tânia Miroslaw Grigorieff
OAB/RS 32.823

¹¹ Vide, por exemplo, os seguintes julgados: Processo: 004589-0200/17-3, Relator(a): Roberto Debacco Loureiro, PRIMEIRA CÂMARA, Julgado em 11/02/2020, Publicado em 08/06/2020, Boletim 465/2020; Processo: 001213-0200/18-6, Relator(a): Marco Peixoto, SEGUNDA CÂMARA, Julgado em 05/02/2020, Publicado em 08/06/2020, Boletim 465/2020.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TESCOASTRO, Prefeito Municipal de Sentinela do Sul/RS – Gestão 2021-2024, brasileiro, portador do CPF nº 180.159.560-72, residente e domiciliado em Sentinela do Sul/RS.

OUTORGADAS: TÂNIA MIROSLAW GRIGORIEFF, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/RS sob o n.º 32.823; MÁRCIA STURM TRUCULO, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RS sob o n.º 53.764; e BÁRBARA GRIGORIEFF BUBLITZ, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RS sob o n.º 107.769, ambas com endereço profissional na Av. Borges de Medeiros, 2105 / Sala 601, Praia de Belas, Porto Alegre, RS, CEP 90.110-130 – Fone: (51) 99916.1739.

FIM ESPECÍFICO: Representação do OUTORGANTE junto ao **Processo de Contas Anuais 2021 n.º 1365-0200/21-9** do Executivo Municipal de Sentinela do Sul/RS, que tramita perante o Tribunal de Contas do Estado do RS – TCE/RS.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, e na forma prevista nos artigos 653 a 661 do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002) e no art. 105 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/15), o Outorgante constitui e nomeia as Outorgadas suas bastante procuradoras para representá-lo em qualquer instância administrativa e/ou judicial, e em qualquer ação como autor, réu, assistente, oponente ou litisconsorte, conferindo-lhe os poderes contidos na cláusula “AD JUDICIA” para o foro em geral, e mais os específicos de confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, podendo substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas, para o fim de tudo praticar ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato.

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2022.

José Flávio Raphaelli Tescaastro
Prefeito Municipal



JOSÉ FLÁVIO RAPHAELLI TESCOASTRO
Prefeito Municipal



Município de
Sentinela do Sul
GESTÃO 2017 - 2020



Página
1258

Processo
01365-0200/21-9

Ao
Exmo. Sr.
José Flávio Raphaelli Trescastro
N/Municipalidade

Página da
peça
1

Peça
4855577

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P04A0746


Ao cumprimentá-lo com muita satisfação e respeito, venho por meio deste responder aos questionamentos aos quais me foram incumbidos:

9.1.2. Pesquisa de Acesso à Informação

Sobre o devido apontamento:

Com referência á este quesito, boa parte, se deu em virtude de problemas no site, e nas atualizações e correções de erros em ambos os sistemas, onde foi realizada a devida ação conjunta, como consta em anexo, o informativo do setor de informática acerca disto, bem como seus anexos;

Sentinela do Sul (RS) 19 de dezembro de 2022



Contador José Márcio Boeira de Souza
CEPC/CEAT/UCCI
PM de Sentinela do Sul



Município de
Sentinela do Sul
Gestão 2021-2024



Página
1259

Processo
01365-0200/21-9

Exmo. Sr.

José Flavio Raphaelli Trescastro

Prefeito Municipal, de Sentinela do Sul/RS

Página da
peça
2

Peça
4855577

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P04A0746

Prezado Sr,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, o que fazemos com satisfação e respeito, viemos por meio deste responder ao quesito 9.1.2 que é referente à Pesquisa do Acesso à Informação, o qual solicita que o Executivo Municipal preste esclarecimentos. Os dados em questão não apareciam em virtude de atualizações e erros de sistema que necessitavam ser saneados

Nestes últimos dias, foram realizadas ações conjuntas entre o Executivo Municipal, juntamente com a empresa mantenedora do site, e empresa mantenedora do software de gestão pública, foram realizadas as atualizações, e melhorias constantes no site.

Após, realizamos testes para verificar a execução destes parâmetros, no momento dos testes foram revelados os devidos acessos (Em anexo os prints dele, bem como o caminho a ser executado).

Cabe nos, lembrar, que o sistema não é algo perfeito, e estaremos acompanhando sua evolução, bem como nos atentar a possíveis modificações e evoluções que por ventura, sejam necessárias realizar.

Sem mais;

Sentinela do Sul (RS), 19 de dezembro de 2022

Pablo Silva

Responsável pelo Setor de Informática
PM de Sentinela do Sul



[3](#) Contratos | [Transparência | Prefe](#) | [x](#) [C](#) [Transparência | Prefeitura](#) | [x](#) [+](#) [v](#) [-](#) [o](#) [v](#) [x](#)

[x](#) [v](#) [A](#) Não saqueio [portatobussentineladousul.com.br/2021/01/23/procato-redebr-ati/2022-01-23.html](#)

[Acesso Rápido](#)




[COVID-19](#)  [Mapa do Site](#)   

[Início](#) > [Administração](#) > [Contratos](#)

[Administração](#) [Receitas](#) [Despesas](#) [Transferências Financeiras](#) [Transferências Voluntárias](#) [Credores](#) [Gestão de Pessoas](#) [Acesso à Informação](#) [Publicações](#) [Programas](#) [Obras](#) [Ações e Proj](#)

Contratos

*Entidade:

*Ano:

Unidade Gestora:

U?/arg?/50:

Nº/Numero/Ano do Contrato:

Per?/5odo: /

Nome do Fornecedor:

Valor do Contrato:

Maior que R\$

Menor que R\$

Todos

Inserir dados no formato DD/MM/AAAA

POR 16:13
 PTBZ 19/12/2022



Despesas | Transparência | Pref. x | Transparência | PM Sentinela do Sul x +

Ministério da Saúde <http://recepcaosul.com.br> | GAL - Gerenciador | CCPA - USUÁRIOS | IPT - W - Centro de Trabalho | SIREN | calendário euz | CTE | Presença Saúde | gerenc

Acesso Rápido Pesquisar

COVID-19 Mapa do Site



Administração | Receitas | Despesas | Transferências Financeiras | Transferências Voluntárias | Credores | Gestão de Pessoas | Acesso à Informação | Publicações | Programas, Obras, Ações e Projetos

Início > Despesas > Movimentação Diária

Movimentações Diárias

Ano: 2023

Entidade: PM SENTINELA DO SUL

Período: 01/12/2023 a 31/12/2023 Inserir dados no formato DD/MM/AAAA

Unidade Gestora: CONSOLIDADA

Tipos de Empenho: armentid%ario Restos a pagar Extra-Ord%armentid%ario

Nome do Credor:

CPF/CNPJ do Credor:

Nº/Número do Empenho:

Nesta opção é possível consultar os movimentos diários da Execução Orçamentária, Extra-Orçamentária e Restos a Pagar da entidade.

Windows taskbar with search icon and text: Digite aqui para pesquisar

Taskbar icons: Edge, File Explorer, Chrome, Firefox, Word, Excel, PowerPoint

System tray: 16:14, 19/12/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE SENTINELA DO SUL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CME/SS – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Manoel Hermenegildo da Silva- 13
Fone: (51)3679-1086 - Email: cme@sentineladosul.rs.gov.br



Página
1263

Processo
01365-0200/21-9

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SENTINELA DO SUL

Criado pela Lei Municipal nº 344, de 05 de dezembro de 1997

Resolução CME Nº 01/2022

Institui normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e trata da obrigatoriedade da inclusão do estudo da história e cultura indígena no currículo escolar das instituições de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SENTINELA DO SUL – CMESS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 344/97 que Cria o Conselho Municipal de Educação de Sentinela do Sul e pela Lei Municipal nº 1094/2011 que dispõe sobre o Conselho Municipal e Educação e dá outras providências, resolve:

Art.1º- A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Básica, no Sistema Municipal de Ensino.

Art.2º- A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização da identidade das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias e asiáticas, promovendo a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção da nação democrática.

Art.3º -As escolas públicas, integrantes do Sistema Municipal de Ensino devem redimensionar seus projetos político-pedagógicos de forma a contemplar, no currículo escolar, o

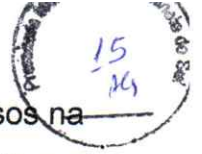
Página da
peça

1

Peça
4855624

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P04A0775



desenvolvimento dos conteúdos necessários para atender as finalidades e objetivos expressos na presente resolução, de forma a incluir a obrigatoriedade do estudo da história afrodescendente e a temática indígena.

Art.4º- Os conteúdos e temáticas referidos nesta Resolução devem ser trabalhados de forma interdisciplinar em todos os níveis da educação básica, independente de sua forma de organização. Esse trabalho será desenvolvido por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, com apoio e supervisão da respectiva mantenedora.

Art.5º- Os conteúdos da temática referente a história e cultura afrobrasileira e africana, assim como os conteúdos relacionados à história e cultura indígena, serão desenvolvidos nos componentes curriculares definidos nos respectivos planos do estabelecimento de ensino, no exercício de sua autonomia.

Art.6º- Os componentes curriculares de Artes, Literatura e História do Brasil são referências para o estudo sistemático dessas temáticas.

Parágrafo único- O conteúdo deverá ser desenvolvido no cotidiano as escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, sem prejuízo dos demais componentes, em atividades curriculares ou não, trabalhos em sala de aula, na sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares, bem como, no conjunto de todas as atividades desenvolvidas com as crianças na Educação Infantil.

Art.7º- Para o desenvolvimento das Diretrizes Curriculares, as mantenedoras devem tomar providências no sentido de:

- I- qualificar os educadores na temática afro-brasileira e africana, promovendo cursos, seminários, oficinas e outras modalidades de estudo e aperfeiçoamento, estimulando e garantindo a sua participação;
- II- estabelecer parcerias com grupos, movimentos e outras instituições relacionadas com a finalidade de buscar subsídios, ampliar e fortalecer as bases teóricas para o trabalho pedagógico;
- III- adquirir, gradativamente, livros sobre a matéria em questão a fim de dotar os estabelecimentos de ensino de um acervo que possibilite a consulta, a pesquisa, a leitura e o estudo por parte dos alunos, professores, demais servidores e comunidade;
- IV- oferecer condições objetivas de tempo e recursos para que cada estabelecimento de ensino constitua grupo interdisciplinar que elabore e proponha alternativas para o trabalho, além de atividades culturais ligadas à temática, visando ao desenvolvimento dessas Diretrizes;
- V- garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Página
1264

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
2

Peça
4855624

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P04A0775



Art.8º-O calendário escolar dos estabelecimentos de ensino deve incluir o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art.9º-Os estabelecimentos de ensino, em quaisquer dos seus níveis e modalidades, devem registrar, no requerimento da matrícula de cada aluno, seu pertencimento étnico-racial, garantindo o registro da sua auto-declaração.

A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aprovado em Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Educação no dia 16 de março de 2022


Michela Aparecida Graboski Serratte

Presidente do Conselho municipal de Educação

Michela Graboski Serratte
Conselho Municipal de Educação
Sentinela do Sul

Resumo do Plano de Saúde

Estado: Rio Grande Do Sul
Município: Sentinela Do Sul - RS

Região de Saúde: Região 09 - Carbonífera/Costa Doce

Período do Plano de Saúde: 2018-2021

Data de finalização: 20/01/2023 11:10:22

Status atual do Plano de Saúde: Aprovado

Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde

DIRETRIZ Nº 1 - Ampliar e qualificar o acesso integral à ações e serviços na Atenção Básica.

OBJETIVO Nº 1.1 - Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso a Atenção Básica.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
1.1.1	Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	-	-	Percentual	100,00	Percentual	30,00	50,00	70,00	100,00
1.1.2	Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	-	-	Percentual	25,00	Percentual	25,00	23,00	25,00	25,00
1.1.3	Ampliar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada	Ações coletivas de escovação dental supervisionada.	-	-	Percentual	50,00	Percentual	30,00	40,00	0,50	50,00
1.1.4	Manter o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos abaixo dos 5%.	Proporção de exodontia em relação aos procedimentos.	-	-	Proporção	5,00	Percentual	5,00	5,00	5,00	5,00
1.1.5	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos para a detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de colo de útero de 0,62 para 0,75	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	-	-	Razão	0,75	Percentual	0,75	0,75	0,75	0,75
1.1.6	Ampliar a razão de exame de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade para a detecção precoce do câncer de mama de 0,35 para 0,60	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	-	-	Razão	0,60	Percentual	0,30	0,40	0,50	0,60
1.1.7	Manter a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal SUS acima de 90%	Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	-	-	Proporção	90,00	Percentual	90,00	90,00	90,00	90,00

OBJETIVO Nº 1.2 - Adequação da capacidade instalada e fortalecimento dos processos de trabalho

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
1.2.1	Realizar no mínimo 01 capacitação no ano para todos os funcionários da atenção básica quanto aos protocolos clínicos do MS (pré-natal, puericultura, doenças crônicas, Urgência e Emergência, IST/testes rápidos, rastreamento de câncer de útero, mama e próstata) e também quanto a Política de Nacional de Humanização	Educação Permanente - Número de capacitações implantados no período X nº participantes nas capacitações e nos cursos realizados no período (por CBO)	-	-	Número	4	Número	1	1	1	1
1.2.2	Informatizar 100% dos serviços de Atenção básica.	Percentual de serviços informatizados	-	-	Percentual	100,00	Percentual	40,00	60,00	85,00	100,00
1.2.3	Manter o percentual de registros de óbitos com causa básica definida igual ou acima de 95%	Proporção de registro de óbitos com causa básica	-	-	Percentual	95,00	Percentual	95,00	95,00	95,00	95,00
1.2.4	Realizar dimensionamento de pessoal em 100% em toda a Atenção Básica Municipal	Alinhamento entre as equipes mínimas necessárias nos serviços de saúde com o CNES	-	-	Percentual	100,00	Percentual	60,00	70,00	80,00	100,00
1.2.5	Cadastrar no CNES 100% dos estabelecimentos de saúde de acordo com as inspeções realizadas.	Preencher formulários de solicitação de CNES e encaminhar para a Secretaria Municipal de Saúde para digitação.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

DIRETRIZ Nº 2 - Ampliar e qualificar as ações e serviços da Vigilância em Saúde.

OBJETIVO Nº 2.1 - Fortalecimento dos processo de trabalho da Vigilância em Saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
2.1.1	Manter o agente de Combate a Endemias capacitado e atualizado	Número absoluto de capacitações realizadas.	-	-	Número	4	Número	1	1	1	1
2.1.2	Cadastrar estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, de acordo com as inspeções realizadas	Número de cadastros realizados.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	70,00	80,00	90,00	100,00
2.1.3	Excluir do cadastro estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária com atividades encerradas.	Proporção total de cadastros de estabelecimentos com alvará de saúde.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.4	Alimentar mensalmente o SIPNIWEB em todas as salas de vacina	Proporção da sala de vacina.	-	-	Proporção	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.5	Atualizar periodicamente o Plano de Contingência da dengue	Número de vezes de atualização do plano de contingência no ano	-	-	Número	8,00	Proporção	2,00	2,00	2,00	2,00
2.1.6	Controle da dengue, simuliédeos, zoonoses; Vigilância de fontes de água.	Implantação do Departamento de Vigilância Ambiental	-	-	Número	100,00	Percentual	20,00	50,00	70,00	100,00
2.1.7	Alimentar o Sistema do Programa Nacional de Controle da Dengue.	Número de remessas realizadas.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

DIRETRIZ Nº 3 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de prevenção, promoção vigilância em saúde.

OBJETIVO Nº 3.1 - Estimular a promoção em Vigilância em Saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
3.1.1	Atingir o percentual de 95% na cobertura vacinal infantil	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	-	-	Percentual	95,00	Percentual	80,00	85,00	90,00	95,00
3.1.2	Realizar anualmente campanha nacional de vacinação contra a Influenza.	Proporção de vacinados nos grupos elegíveis	-	-	Percentual	90,00	Percentual	75,00	80,00	85,00	90,00
3.1.3	Realizar monitoramento anual de cobertura vacinal.	Número de monitoramento anual de cobertura vacinal.	-	-	Percentual	95,00	Percentual	70,00	75,00	85,00	95,00
3.1.4	Vistoriar os domicílios do município para o controle das endemias	Proporção de imóveis vistoriadas em pelo menos 4 ciclos	-	-	Proporção	90,00	Proporção	75,00	80,00	80,00	90,00
3.1.5	Realizar tratamento com larvicida nos criadouros de impossibilidade de remoção para o controle de combate ao Aedes aegypti	Número de imóveis tratados com larvicida.	-	-	Percentual	95,00	Percentual	80,00	85,00	90,00	95,00
3.1.6	Realizar vistoria quinzenal em pontos estratégicos no combate a Aedes aegypti.	Número de visitas em pontos estratégicos.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	80,00	90,00	95,00	100,00
3.1.7	Notificar agravos relacionados ao trabalho através do SIST e SINAN	Número absoluto de notificações.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	80,00	85,00	90,00	100,00
3.1.8	Manter percentual 100% de investigação dos óbitos relacionados ao trabalho.	Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados	-	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.9	Manter o percentual de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação em 90%	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	-	-	Percentual	90,00	Percentual	90,00	90,00	90,00	90,00
3.1.10	Realizar alimentação e manutenção dos Sistemas de Informação: SIM, SINASC, SIPN	Número absoluto de remessas enviadas.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.11	Realizar e encaminhar ao LACEN 100% das amostras coletadas	Número absoluto de amostras encaminhadas GAL	-	-	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

OBJETIVO Nº 3.2 - Promover atividades de prevenção em saúde no seus setores e para população em geral.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
3.2.1	Executar o projeto Gerenciamento de Resíduos em Saúde em 100% dos estabelecimentos acompanhados	Incluir os estabelecimentos na execução do Projeto Gerenciamento de Resíduos	-	-	Percentual	100,00	Percentual	80,00	80,00	100,00	100,00
3.2.2	Executar o Projeto Boas Práticas em Comercialização de alimentos em 100% dos estabelecimentos acompanhados	Número de participantes nas atividades do Projeto Boas Práticas em Comercialização de Alimentos	-	-	Percentual	100,00	Percentual	70,00	80,00	90,00	100,00
3.2.3	Realizar no mínimo 01 atividade educativa anual na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	Numero absoluto de atividades educativas realizadas.	-	-	Número	4	Número	1	1,00	0,10	1,00

DIRETRIZ Nº 4 - Qualificação e Humanização da Atenção em Saúde Mental, Álcool e outras drogas.

OBJETIVO Nº 4.1 - Fortalecer políticas de saúde voltadas para grupos de pessoas com transtornos mentais de alta prevalência e baixa cobertura assistencial, e pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, através da consolidação e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
4.1.1	Fortalecer o Componente Composição de Redução de Danos para abordagem a usuários de drogas.	Percentual de usuários que utilizam esse método de abordagem e tratamento.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	30,00	50,00	70,00	100,00
4.1.2	Ampliar oficinas terapêuticas na atenção básica	Número de oficinas terapêuticas instituídas nas unidades de saúde.	-	-	Número	3	Número	1,00	1,00	1,00	3
4.1.3	Promover a inserção de uma equipe multiprofissional composta por: 01 médico psiquiatra ou 01 psicólogo; 01 Assistente Social; 01 enfermeiro; 01 técnico de enfermagem	Propor um plano de intervenção com vistas à melhoria do acompanhamento dos pacientes com transtorno mental	-	-	Número	1	Número	1	1	1	1
4.1.4	Intensificar o controle do tratamento realizado pelos pacientes psiquiátricos através da realização de visitas domiciliares com maior periodicidade realizada por todos os membros da equipe de saúde;	Proporção de visitas realizadas a cada quadrimestre.	0,00	-	Proporção	90,00	Proporção	60,00	70,00	80,00	90,00
4.1.5	Aumentar em 25% os serviços da rede de Atenção Psicossocial no município	Ampliação do acesso aos serviços psicossocial para os usuários do sistema de saúde municipal	-	-	Percentual	25,00	Percentual	10,00	15,00	20,00	23,00
4.1.6	Atendimento compartilhado entre equipes de AB e NAAB para intervenção interdisciplinar, incluindo articulação com a rede de saúde, intersetorial.	Reestruturação do NAAB	-	-	Percentual	100,00	Percentual	70,00	8,00	90,00	100,00

DIRETRIZ Nº 5 - Garantia de assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 5.1 - Qualificar a gestão da assistência farmacêutica no SUS.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
5.1.1	Qualificar a gestão da assistência farmacêutica e contribuir para a ampliação do acesso da população aos medicamentos.	Gestão da farmácia municipal e ampliação da oferta de medicamentos	-	-	Percentual	100,00	Percentual	70,00	80,00	90,00	100,00

DIRETRIZ Nº 6 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do adoecimento saudável.**OBJETIVO Nº 6.1** - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
6.1.1	Fortalecer as ações de investigação para controle dos óbitos infantil por causas presumíveis no município.	Taxa de mortalidade infantil.	-	-	Percentual	0,00	Percentual	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1.2	Reduzir o número de óbitos maternos	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	-	-	Percentual	0,00	Percentual	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1.3	Aumentar o número de investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	-	-	Percentual	100,00	Percentual	80,00	90,00	95,00	100,00

DIRETRIZ Nº 7 - Implantação de plano estratégico de enfrentamento a COVID-19 por meio de ações preventivas, de controle da doença e de atendimento à população.**OBJETIVO Nº 7.1** - Fortalecer os processos de trabalho de vigilância em saúde em todo o território e promover ações intersetoriais para o enfrentamento a COVID-19.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
7.1.1	Implantação de normatização que institua a política de vigilância em saúde, com previsão de medidas preventivas para controle da pandemia, garantidas pelo poder de polícia exercido pelas autoridades sanitárias, além de arcabouço legal completo para as Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e em Saúde do Trabalhador.	Realizar fiscalização sanitária verificando o cumprimento das medidas a serem adotadas por todos os estabelecimentos comerciais ou responsáveis por gerar aglomerações contrariando os princípios da prevenção do novo Coronavírus.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	0,00	0,00	80,00	100,00
7.1.2	Pulverização química com solução a base de hipoclorito em espaços públicos que ocorram grandes aglomerações e permanente circulação de pessoas.	Pulverizar no período noturno, quando diminui a circulação de pessoas, todos os espaços públicos considerados de risco para transmissão do vírus por superfícies contaminados de uso coletivo.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	0,00	0,00	100,00	100,00
7.1.3	Fiscalização sanitária e em saúde do trabalhador nos estabelecimentos em geral impedindo a propagação do novo Coronavírus	Garantir o cumprimento da legislação no que se refere as medidas de proteção da saúde instituídas pela União, Estados e Município.	-	-	Percentual	100,00	Percentual	-	-	100,00	100,00

OBJETIVO Nº 7.2 - Implementar ação estratégica de imunização por meio da oferta de vacinas do Ministério da Saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2018	2019	2020	2021
7.2.1	Vacinar no mínimo 90% da população alvo de cada grupo prioritário.	Proporção de pessoas vacinadas em cada grupo.	-	-	-	100,00	Percentual	0,00	0,00	0,00	100,00

Resumo da Programação Anual de Saúde - 2021

Município: Sentinela Do Sul - RS

Estado: Rio Grande Do Sul

Região de Saúde: Região 09 - Carbonífera/Costa Doce

Período do Plano de Saúde: 2018-2021

Data de finalização: 20/01/2023 11:53:27

Status da PAS: Aprovado

Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas Anualizadas e Indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Ampliar e qualificar o acesso integral à ações e serviços na Atenção Básica.

OBJETIVO Nº 1.1 - Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso a Atenção Básica.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.1.1	Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica								
1.1.2	Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	-	-	Percentual	25,00	25,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica								
1.1.3	Ampliar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada	Ações coletivas de escovação dental supervisionada.	-	-	Percentual	50,00	50,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ações coletivas de escovação dental supervisionada								
1.1.4	Manter o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos abaixo dos 5%.	Proporção de exodontia em relação aos procedimentos.	-	-	Proporção	5,00	5,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de exodontia em relação aos procedimentos								
1.1.5	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos para a detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de colo de útero de 0,62 para 0,75	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	-	-	Razão	0,75	0,75	Percentual
Ação Nº 1 - Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local								
1.1.6	Ampliar a razão de exame de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade para a detecção precoce do câncer de mama de 0,35 para 0,60	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	-	-	Razão	0,60	0,60	Percentual
Ação Nº 1 - Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local								
1.1.7	Manter a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal SUS acima de 90%	Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	-	-	Proporção	90,00	90,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal								
OBJETIVO Nº 1.2 - Adequação da capacidade instalada e fortalecimento dos processos de trabalho								

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.2.1	Realizar no mínimo 01 capacitação no ano para todos os funcionários da atenção básica quanto aos protocolos clínicos do MS (pré-natal, puericultura, doenças crônicas, Urgência e Emergência, IST/testes rápidos, rastreamento de câncer de útero, mama e próstata) e também quanto a Política de Nacional de Humanização	Educação Permanente - Número de capacitações implantados no período X nº participantes nas capacitações e nos cursos realizados no período (por CBO)	-	-	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Educação Permanente - numero de capacitações implantados no período X nº participantes nas capacitações e nos cursos realizados no período (por CBO)								
1.2.2	Informatizar 100% dos serviços de Atenção básica.	Percentual de serviços informatizados	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Percentual de serviços informatizados								
1.2.3	Manter o percentual de registros de óbitos com causa básica definida igual ou acima de 95%	Proporção de registro de óbitos com causa básica	-	-	Percentual	95,00	95,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de registro de óbitos com causa básica								
1.2.4	Realizar dimensionamento de pessoal em 100% em toda a Atenção Básica Municipal	Alinhamento entre as equipes mínimas necessárias nos serviços de saúde com o CNES	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Alinhamento entre as equipes mínimas necessárias nos serviços de saúde com o CNES								
1.2.5	Cadastrar no CNES 100% dos estabelecimentos de saúde de acordo com as inspeções realizadas.	Preencher formulários de solicitação de CNES e encaminhar para a Secretaria Municipal de Saúde para digitação.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Preencher formulário de solicitação do CNES e encaminhar para a Secretaria Municipal de Saúde para digitação								

DIRETRIZ Nº 2 - Ampliar e qualificar as ações e serviços da Vigilância em Saúde.**OBJETIVO Nº 2.1** - Fortalecimento dos processo de trabalho da Vigilância em Saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.1.1	Manter o agente de Combate a Endemias capacitado e atualizado	Número absoluto de capacitações realizadas.	-	-	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Número absoluto de capacitação realizados								
2.1.2	Cadastrar estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, de acordo com as inspeções realizadas	Número de cadastros realizados.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Números de cadastros realizados								
2.1.3	Excluir do cadastro estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária com atividades encerradas.	Proporção total de cadastros de estabelecimentos com alvará de saúde.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção total de cadastro de estabelecimentos com alvará de saúde								
2.1.4	Alimentar mensalmente o SIPNIWEB em todas as salas de vacina	Proporção da sala de vacina.	-	-	Proporção	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de Sala de Vacina								
2.1.5	Atualizar periodicamente o Plano de Contingência da dengue	Número de vezes de atualização do plano de contingência no ano	-	-	Número	2,00	8,00	Proporção
Ação Nº 1 - Número de vezes de atualização do plano de contingência no ano								
2.1.6	Controle da dengue, simuliúdeos, zoonoses; Vigilância de fontes de água.	Implantação do Departamento de Vigilância Ambiental	-	-	Número	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Implantação do Departamento de Vigilância Ambiental								
2.1.7	Alimentar o Sistema do Programa Nacional de Controle da Dengue.	Número de remessas realizadas.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número de remessas realizadas								

DIRETRIZ Nº 3 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de prevenção, promoção vigilância em saúde.

OBJETIVO Nº 3.1 - Estimular a promoção em Vigilância em Saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			

3.1.1	Atingir o percentual de 95% na cobertura vacinal infantil	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	-	-	Percentual	95,00	95,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada								
3.1.2	Realizar anualmente campanha nacional de vacinação contra a Influenza.	Proporção de vacinados nos grupos elegíveis	-	-	Percentual	90,00	90,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de vacinados nos grupos elegíveis								
3.1.3	Realizar monitoramento anual de cobertura vacinal.	Número de monitoramento anual de cobertura vacinal.	-	-	Percentual	95,00	95,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número de monitoramento anual de cobertura vacinal.								
3.1.4	Vistoriar os domicílios do município para o controle das endemias	Proporção de imóveis vistoriadas em pelo menos 4 ciclos	-	-	Proporção	90,00	90,00	Proporção
Ação Nº 1 - Proporção de imóveis vistoriadas em pelo menos 4 ciclos								
3.1.5	Realizar tratamento com larvicida nos criadouros de impossibilidade de remoção para o controle de combate ao Aedes aegypti	Número de imóveis tratados com larvicida.	-	-	Percentual	95,00	95,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número de imóveis tratados com larvicida.								
3.1.6	Realizar vistoria quinzenal em pontos estratégicos no combate a Aedes aegypti.	Número de visitas em pontos estratégicos.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número de visitas em pontos estratégicos.								
3.1.7	Notificar agravos relacionados ao trabalho através do SIST e SINAN	Número absoluto de notificações.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número absoluto de notificações.								
3.1.8	Manter percentual 100% de investigação dos óbitos relacionados ao trabalho.	Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados								
3.1.9	Manter o percentual de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação em 90%	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	-	-	Percentual	90,00	90,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados								
3.1.10	Realizar alimentação e manutenção dos Sistemas de Informação: SIM, SINASC, SIPN	Número absoluto de remessas enviadas.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação								

3.1.11	Realizar e encaminhar ao LACEN 100% das amostras coletadas	Número absoluto de amostras encaminhadas GAL	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - amostras coletadas Número absoluto de amostras encaminhadas GAL								

OBJETIVO Nº 3.2 - Promover atividades de prevenção em saúde no seus setores e para população em geral.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
3.2.1	Executar o projeto Gerenciamento de Resíduos em Saúde em 100% dos estabelecimentos acompanhados	Incluir os estabelecimentos na execução do Projeto Gerenciamento de Resíduos	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Incluir os estabelecimentos na execução do Projeto Gerenciamento de Resíduos								
3.2.2	Executar o Projeto Boas Práticas em Comercialização de alimentos em 100% dos estabelecimentos acompanhados	Número de participantes nas atividades do Projeto Boas Práticas em Comercialização de Alimentos	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número de participantes nas atividades do Projeto Boas Práticas em Comercialização de Alimentos								
3.2.3	Realizar no mínimo 01 atividade educativa anual na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	Numero absoluto de atividades educativas realizadas.	-	-	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Numero absoluto de atividades educativas realizadas.								

DIRETRIZ Nº 4 - Qualificação e Humanização da Atenção em Saúde Mental, Álcool e outras drogas.

OBJETIVO Nº 4.1 - Fortalecer políticas de saúde voltadas para grupos de pessoas com transtornos mentais de alta prevalência e baixa cobertura assistencial, e pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, através da consolidação e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
4.1.1	Fortalecer o Componente Composição de Redução de Danos para abordagem a usuários de drogas.	Percentual de usuários que utilizam esse método de abordagem e tratamento.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Percentual de usuários que utilizam esse método de abordagem e tratamento.								
4.1.2	Ampliar oficinas terapêuticas na atenção básica	Número de oficinas terapêuticas instituídas nas unidades de saúde.	-	-	Número	3	3	Número
Ação Nº 1 - Número de oficinas terapêuticas instituídas nas unidades de saúde.								
4.1.3	Promover a inserção de uma equipe multiprofissional composta por: 01 médico psiquiatra ou 01 psicólogo; 01 Assistente Social; 01 enfermeiro; 01 técnico de enfermagem	Propor um plano de intervenção com vistas à melhoria do acompanhamento dos pacientes com transtorno mental	-	-	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Propor um plano de intervenção com vistas à melhoria do acompanhamento dos pacientes com transtorno mental								
4.1.4	Intensificar o controle do tratamento realizado pelos pacientes psiquiátricos através da realização de visitas domiciliares com maior periodicidade realizada por todos os membros da equipe de saúde;	Proporção de visitas realizadas a cada quadrimestre.	0,00	-	Proporção	90,00	90,00	Proporção
Ação Nº 1 - Proporção de visitas realizadas a cada quadrimestre.								
4.1.5	Aumentar em 25% os serviços da rede de Atenção Psicossocial no município	Ampliação do acesso aos serviços psicossocial para os usuários do sistema de saúde municipal	-	-	Percentual	23,00	25,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ampliação do acesso aos serviços psicossocial para os usuários do sistema de saúde municipal								
4.1.6	Atendimento compartilhado entre equipes de AB e NAAB para intervenção interdisciplinar, incluindo articulação com a rede de saúde, intersetorial.	Reestruturação do NAAB	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Reestruturação do NAAB								

DIRETRIZ Nº 5 - Garantia de assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 5.1 - Qualificar a gestão da assistência farmacêutica no SUS.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
5.1.1	Qualificar a gestão da assistência farmacêutica e contribuir para a ampliação do acesso da população aos medicamentos.	Gestão da farmácia municipal e ampliação da oferta de medicamentos	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Gestão da farmácia municipal e ampliação da oferta de medicamentos								

DIRETRIZ Nº 6 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do adoecimento saudável.

OBJETIVO Nº 6.1 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
6.1.1	Fortalecer as ações de investigação para controle dos óbitos infantil por causas presumíveis no município.	Taxa de mortalidade infantil.	-	-	Percentual	0,10	0,00	Percentual
Ação Nº 1 - Taxa de mortalidade infantil.								
6.1.2	Reduzir o número de óbitos maternos	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	-	-	Percentual	0,10	0,00	Percentual
Ação Nº 1 - Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.								
6.1.3	Aumentar o número de investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados								

DIRETRIZ Nº 7 - Implantação de plano estratégico de enfrentamento a COVID-19 por meio de ações preventivas, de controle da doença e de atendimento à população.

OBJETIVO Nº 7.1 - Fortalecer os processos de trabalho de vigilância em saúde em todo o território e promover ações intersetoriais para o enfrentamento a COVID-19.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
7.1.1	Implantação de normatização que institua a política de vigilância em saúde, com previsão de medidas preventivas para controle da pandemia, garantidas pelo poder de polícia exercido pelas autoridades sanitárias, além de arcabouço legal completo para as Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e em Saúde do Trabalhador.	Realizar fiscalização sanitária verificando o cumprimento das medidas a serem adotadas por todos os estabelecimentos comerciais ou responsáveis por gerar aglomerações contrariando os princípios da prevenção do novo Coronavírus.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Realizar fiscalização sanitária verificando o cumprimento das medidas a serem adotadas por todos os estabelecimentos comerciais ou responsáveis por gerar aglomerações contrariando os princípios da prevenção do novo Coronavírus.								
7.1.2	Pulverização química com solução a base de hipoclorito em espaços públicos que ocorram grandes aglomerações e permanente circulação de pessoas.	Pulverizar no período noturno, quando diminui a circulação de pessoas, todos os espaços públicos considerados de risco para transmissão do vírus por superfícies contaminados de uso coletivo.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Pulverizar no período noturno, quando diminui a circulação de pessoas, todos os espaços públicos considerados de risco para transmissão do vírus por superfícies contaminados de uso coletivo.								
7.1.3	Fiscalização sanitária e em saúde do trabalhador nos estabelecimentos em geral impedindo a propagação do novo Coronavírus	Garantir o cumprimento da legislação no que se refere as medidas de proteção da saúde instituídas pela União, Estados e Município.	-	-	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Garantir o cumprimento da legislação no que se refere as medidas de proteção da saúde instituídas pela União, Estados e Município.								

OBJETIVO Nº 7.2 - Implementar ação estratégica de imunização por meio da oferta de vacinas do Ministério da Saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2021	Meta Plano(2018-2021)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
7.2.1	Vacinar no mínimo 90% da população alvo de cada grupo prioritário.	Proporção de pessoas vacinadas em cada grupo.	-	-	-	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Proporção de pessoas vacinadas em cada grupo.								

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício
301 - Atenção Básica	Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	100,00
	Fortalecer as ações de investigação para controle dos óbitos infantil por causas presumíveis no município.	0,10
	Qualificar a gestão da assistência farmacêutica e contribuir para a ampliação do acesso da população aos medicamentos.	100,00
	Fortalecer o Componente Composição de Redução de Danos para abordagem a usuários de drogas.	100,00
	Realizar no mínimo 01 capacitação no ano para todos os funcionários da atenção básica quanto aos protocolos clínicos do MS (pré-natal, puericultura, doenças crônicas, Urgência e Emergência, IST/testes rápidos, rastreamento de câncer de útero, mama e próstata) e também quanto a Política de Nacional de Humanização	1
	Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	25,00
	Reduzir o número de óbitos maternos	0,10
	Ampliar oficinas terapêuticas na atenção básica	3
	Informatizar 100% dos serviços de Atenção básica.	100,00
	Ampliar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada	50,00
	Aumentar o número de investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil	100,00
	Promover a inserção de uma equipe multiprofissional composta por: 01 médico psiquiatra ou 01 psicólogo; 01 Assistente Social; 01 enfermeiro; 01 técnico de enfermagem	1
	Realizar no mínimo 01 atividade educativa anual na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	1
	Manter o percentual de registros de óbitos com causa básica definida igual ou acima de 95%	95,00
	Manter o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos abaixo dos 5%.	5,00
	Intensificar o controle do tratamento realizado pelos pacientes psiquiátricos através da realização de visitas domiciliares com maior periodicidade realizada por todos os membros da equipe de saúde;	90,00
	Realizar dimensionamento de pessoal em 100% em toda a Atenção Básica Municipal	100,00
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos para a detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de colo de útero de 0,62 para 0,75	0,75
	Aumentar em 25% os serviços da rede de Atenção Psicossocial no município	23,00
	Cadastrar no CNES 100% dos estabelecimentos de saúde de acordo com as inspeções realizadas.	100,00
Ampliar a razão de exame de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade para a detecção precoce do câncer de mama de 0,35 para 0,60	0,60	
Atendimento compartilhado entre equipes de AB e NAAB para intervenção interdisciplinar, incluindo articulação com a rede de saúde, intersetorial.	100,00	
Manter a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal SUS acima de 90%	90,00	

304 - Vigilância Sanitária	Executar o projeto Gerenciamento de Resíduos em Saúde em 100% dos estabelecimentos acompanhados	100,00
	Cadastrar estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, de acordo com as inspeções realizadas	100,00
	Executar o Projeto Boas Práticas em Comercialização de alimentos em 100% dos estabelecimentos acompanhados	100,00
	Excluir do cadastro estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária com atividades encerradas.	100,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Manter o agente de Combate a Endemias capacitado e atualizado	1
	Vacinar no mínimo 90% da população alvo de cada grupo prioritário.	100,00
	Implantação de normatização que institua a política de vigilância em saúde, com previsão de medidas preventivas para controle da pandemia, garantidas pelo poder de polícia exercido pelas autoridades sanitárias, além de arcabouço legal completo para as Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e em Saúde do Trabalhador.	100,00
	Atingir o percentual de 95% na cobertura vacinal infantil	95,00
	Realizar anualmente campanha nacional de vacinação contra a Influenza.	90,00
	Pulverização química com solução a base de hipoclorito em espaços públicos que ocorram grandes aglomerações e permanente circulação de pessoas.	100,00
	Realizar monitoramento anual de cobertura vacinal.	95,00
	Fiscalização sanitária e em saúde do trabalhador nos estabelecimentos em geral impedindo a propagação do novo Coronavírus	100,00
	Alimentar mensalmente o SIPNIWEB em todas as salas de vacina	100,00
	Vistoriar os domicílios do município para o controle das endemias	90,00
	Atualizar periodicamente o Plano de Contingência da dengue	2,00
	Realizar tratamento com larvicida nos criadouros de impossibilidade de remoção para o controle de combate ao Aedes aegypti	95,00
	Controle da dengue, simúlideos, zoonoses; Vigilância de fontes de água.	100,00
	Realizar vistoria quinzenal em pontos estratégicos no combate a Aedes aegypti.	100,00
	Alimentar o Sistema do Programa Nacional de Controle da Dengue.	100,00
	Notificar agravos relacionados ao trabalho através do SIST e SINAN	100,00
	Manter percentual 100% de investigação dos óbitos relacionados ao trabalho.	100,00
	Manter o percentual de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação em 90%	90,00
	Realizar alimentação e manutenção dos Sistemas de Informação: SIM, SINASC, SIPN	100,00
	Realizar e encaminhar ao LACEN 100% das amostras coletadas	100,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos

Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	3.779.391,31	N/A	9.527,90	N/A	N/A	N/A	1.035,90	3.789.955,11
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	N/A	N/A	640.011,93	N/A	N/A	N/A	N/A	640.011,93
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Processo
01365-0200/21-9Página da
peça
20Peça
4855640DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
P04A0785

Pactuação Interfederativa

Município: Sentinela Do Sul - RS**Estado:** Rio Grande Do Sul**Região de Saúde:** Região 09 - Carbonífera/Costa Doce**Ano da Pactuação:** 2021**Status:** Homologado pelo Gestor Estadual

Indicadores Pactuados

Nº	Tipo	Indicador	Meta	Unidade de Medida
1	U	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Não se Aplica	Número
2	E	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	100,00	Percentual
3	U	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	95,00	Percentual
4	U	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	95,00	Percentual
5	U	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	90,00	Percentual
6	U	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	Não se Aplica	Percentual
7	E	Número de Casos Autóctones de Malária	Não se Aplica	Número
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Não se Aplica	Número
9	U	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	Não se Aplica	Número
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Não se Aplica	Percentual
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0,75	Razão
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	0,60	Razão
13	U	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	Não se Aplica	Percentual
14	U	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Não se Aplica	Percentual
15	U	Taxa de mortalidade infantil	Não se Aplica	Número
16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Não se Aplica	Número
17	U	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	100,00	Percentual
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Não se Aplica	Percentual
19	U	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	25,00	Percentual
21	E	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	Não se Aplica	Percentual
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Não se Aplica	Número

N°	Tipo	Indicador	Meta	Unidade de Medida
23	U	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Não se Aplica	Percentual

Processo
01365-0200/21-9Página da
peça
2Peça
4855641DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
P04A0786

Relatório Anual de Gestão 2021

MARCIA SEIXAS
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 9.5. Covid-19 Repasse União
- 9.6. Covid-19 Recursos Próprios
- 9.7. Covid-19 Repasse Estadual

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	RS
Município	SENTINELA DO SUL
Região de Saúde	Região 09 - Carbonífera/Costa Doce
Área	281,96 Km ²
População	5.635 Hab
Densidade Populacional	20 Hab/Km ²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 21/12/2022

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SENTINELA DO SUL
Número CNES	7924151
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	94068277000108
Endereço	RUA AUGUSTA 430
Email	carlosdelopeseng@gmail.com
Telefone	5136791097

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 21/12/2022

1 .3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	JOSE FLAVIO RAPHAELLI TRESCASTRO
Secretário(a) de Saúde em Exercício	MARCIA SEIXAS
E-mail secretário(a)	marciaseixassaude21@gmail.com
Telefone secretário(a)	51998073128

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 21/12/2022

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	10/2012
CNPJ	13.293.156/0001-50
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	MARCIA SEIXAS

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 21/12/2022

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 20/01/2023

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Região 09 - Carbonífera/Costa Doce

Município	Área (Km ²)	População (Hab)	Densidade
ARAMBARÉ		519.124	3544 6,83
ARROIO DOS RATOS		425.938	14201 33,34
BARRA DO RIBEIRO		730.816	13618 18,63
BARÃO DO TRIUNFO		436.679	7550 17,29
BUTIÁ		768.889	20963 27,26

<https://digisusgmp.saude.gov.br>

3 de 33

CAMAQUÃ	1679.556	66686	39,70
CERRO GRANDE DO SUL	324.758	12579	38,73
CHARQUEADAS	216.513	41705	192,62
CHUVISCA	219.17	5518	25,18
CRISTAL	681.561	8121	11,92
DOM FELICIANO	1260.176	15556	12,34
ELDORADO DO SUL	509.699	42490	83,36
GENERAL CÂMARA	494.025	8339	16,88
GUAÍBA	376.973	98331	260,84
MARIANA PIMENTEL	338.131	3892	11,51
MINAS DO LEÃO	424.007	8130	19,17
SENTINELA DO SUL	281.959	5635	19,99
SERTÃO SANTANA	251.605	6586	26,18
SÃO JERÔNIMO	937.049	24569	26,22
TAPES	804.091	17363	21,59

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2021

1 .7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	RUA AUGUSTA	
E-mail		
Telefone		
Nome do Presidente	ODILON CARVALHO	
Número de conselheiros por segmento	Usuários	12
	Governo	6
	Trabalhadores	6
	Prestadores	2

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência:

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

• Considerações

Sem considerações

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução
Sem considerações

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	170	162	332
5 a 9 anos	170	163	333
10 a 14 anos	161	139	300
15 a 19 anos	181	182	363
20 a 29 anos	440	401	841
30 a 39 anos	411	349	760
40 a 49 anos	370	376	746
50 a 59 anos	421	366	787
60 a 69 anos	325	296	621
70 a 79 anos	179	176	355
80 anos e mais	89	108	197
Total	2917	2718	5635

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 21/12/2022.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2017	2018	2019	2020
SENTINELA DO SUL	52	65	40	49

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 21/12/2022.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020	2021
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	44	39	39	48	45
II. Neoplasias (tumores)	21	24	36	35	21
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	3	6	3	3	2
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	10	2	6	8	4
V. Transtornos mentais e comportamentais	12	18	19	18	10
VI. Doenças do sistema nervoso	8	14	7	4	11
VII. Doenças do olho e anexos	3	6	2	1	6
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	3	1	1	3	1
IX. Doenças do aparelho circulatório	42	66	57	49	39
X. Doenças do aparelho respiratório	49	22	19	22	13
XI. Doenças do aparelho digestivo	36	42	28	28	27
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	3	6	5	4
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	11	5	3	3	6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	22	13	12	6	15
XV. Gravidez parto e puerpério	53	80	47	50	40
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	10	10	2	4	2
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1	1	5	-	-
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	3	5	4	5	6
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	32	17	26	37	42
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	9	6	4	1	3

CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	374	380	326	330	297

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 21/12/2022.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3	-	2	7
II. Neoplasias (tumores)	9	5	8	12
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	1
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	4	2	9
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	2
VI. Doenças do sistema nervoso	4	-	1	5
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	14	16	6	13
X. Doenças do aparelho respiratório	8	8	14	9
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	3	1	3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	1	-	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	-	-	1
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1	-	-	1
XV. Gravidez parto e puerpério	-	1	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	1	-
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	1	4	3	1
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	9	6	2	1
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	52	48	40	65

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 21/12/2022.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Sem considerações

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	1.520
Atendimento Individual	12.697
Procedimento	8.470
Atendimento Odontológico	713

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	-	-
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 21/12/2022.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	-	-
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 21/12/2022.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual.
Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Não há informações cadastradas para o período
Data da consulta: 21/12/2022.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS
Sem considerações

Página
1296

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
9

Peça
4855625

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P04A0776

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2021

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos

Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	1	1
POSTO DE SAUDE	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
Total	0	0	3	3

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 21/12/2022.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2021

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica

Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	3	0	0	3
Total	3	0	0	3

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 21/12/2022.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

Sem considerações

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 02/2021

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	4	5	5	14	2
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	4	3	1	2	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 20/01/2023.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)		42	41	45	33

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)		5	5	12	12

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 20/01/2023.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS
Sem considerações

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Ampliar e qualificar o acesso integral à ações e serviços na Atenção Básica.**OBJETIVO Nº 1.1** - Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso a Atenção Básica.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica									
2. Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	Percentual			25,00	25,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica									
3. Ampliar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada	Ações coletivas de escovação dental supervisionada.	Percentual			50,00	50,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Ações coletivas de escovação dental supervisionada									
4. Manter o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos abaixo dos 5%.	Proporção de exodontia em relação aos procedimentos.	Proporção			5,00	5,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de exodontia em relação aos procedimentos									
5. Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos para a detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de colo de útero de 0,62 para 0,75	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	Razão			0,75	0,75	Percentual		
Ação Nº 1 - Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local									
6. Ampliar a razão de exame de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade para a detecção precoce do câncer de mama de 0,35 para 0,60	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão			0,60	0,60	Percentual		
Ação Nº 1 - Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local									
7. Manter a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal SUS acima de 90%	Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	Proporção			90,00	90,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal									

OBJETIVO Nº 1.2 - Adequação da capacidade instalada e fortalecimento dos processos de trabalho

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Realizar no mínimo 01 capacitação no ano para todos os funcionários da atenção básica quanto aos protocolos clínicos do MS (pré-natal, puericultura, doenças crônicas, Urgência e Emergência, IST/testes rápidos, rastreamento de câncer de útero, mama e próstata) e também quanto a Política de Nacional de Humanização	Educação Permanente - Número de capacitações implantados no período X nº participantes nas capacitações e nos cursos realizados no período (por CBO)	Número			4	1	Número		
Ação Nº 1 - Educação Permanente - numero de capacitações implantados no período X nº participantes nas capacitações e nos cursos realizados no período (por CBO)									
2. Informatizar 100% dos serviços de Atenção básica.	Percentual de serviços informatizados	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Percentual de serviços informatizados									
3. Manter o percentual de registros de óbitos com causa básica definida igual ou acima de 95%	Proporção de registro de óbitos com causa básica	Percentual			95,00	95,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de registro de óbitos com causa básica									
4. Realizar dimensionamento de pessoal em 100% em toda a Atenção Básica Municipal	Alinhamento entre as equipes mínimas necessárias nos serviços de saúde com o CNES	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Alinhamento entre as equipes mínimas necessárias nos serviços de saúde com o CNES									
5. Cadastrar no CNES 100% dos estabelecimentos de saúde de acordo com as inspeções realizadas.	Preencher formulários de solicitação de CNES e encaminhar para a Secretaria Municipal de Saúde para digitação.	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Preencher formulário de solicitação do CNES e encaminhar para a Secretaria Municipal de Saúde para digitação									
DIRETRIZ Nº 2 - Ampliar e qualificar as ações e serviços da Vigilância em Saúde.									
OBJETIVO Nº 2.1 - Fortalecimento dos processo de trabalho da Vigilância em Saúde									

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter o agente de Combate a Endemias capacitado e atualizado	Número absoluto de capacitações realizadas.	Número			4	1	Número		
Ação Nº 1 - Número absoluto de capacitação realizados									
2. Cadastrar estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, de acordo com as inspeções realizadas	Número de cadastros realizados.	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Números de cadastros realizados									
3. Excluir do cadastro estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária com atividades encerradas.	Proporção total de cadastros de estabelecimentos com alvará de saúde.	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção total de cadastro de estabelecimentos com alvará de saúde									
4. Alimentar mensalmente o SIPNIWEB em todas as salas de vacina	Proporção da sala de vacina.	Proporção			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de Sala de Vacina									
5. Atualizar periodicamente o Plano de Contingência da dengue	Número de vezes de atualização do plano de contingência no ano	Número			8,00	2,00	Proporção		
Ação Nº 1 - Número de vezes de atualização do plano de contingência no ano									
6. Controle da dengue, simúlideos, zoonoses; Vigilância de fontes de água.	Implantação do Departamento de Vigilância Ambiental	Número			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Implantação do Departamento de Vigilância Ambiental									
7. Alimentar o Sistema do Programa Nacional de Controle da Dengue.	Número de remessas realizadas.	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Número de remessas realizadas									

DIRETRIZ Nº 3 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de prevenção, promoção vigilância em saúde.

OBJETIVO Nº 3.1 - Estimular a promoção em Vigilância em Saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Atingir o percentual de 95% na cobertura vacinal infantil	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	Percentual			95,00	95,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada									
2. Realizar anualmente campanha nacional de vacinação contra a Influenza.	Proporção de vacinados nos grupos elegíveis	Percentual			90,00	90,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de vacinados nos grupos elegíveis									
3. Realizar monitoramento anual de cobertura vacinal.	Número de monitoramento anual de cobertura vacinal.	Percentual			95,00	95,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Número de monitoramento anual de cobertura vacinal.									

4. Vistoriar os domicílios do município para o controle das endemias	Proporção de imóveis vistoriadas em pelo menos 4 ciclos	Proporção		90,00	90,00	Proporção		
Ação Nº 1 - Proporção de imóveis vistoriadas em pelo menos 4 ciclos								
5. Realizar tratamento com larvicida nos criadouros de impossibilidade de remoção para o controle de combate ao Aedes aegypti	Número de imóveis tratados com larvicida.	Percentual		95,00	95,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Número de imóveis tratados com larvicida.								
6. Realizar vistoria quinzenal em pontos estratégicos no combate a Aedes aegypti.	Número de visitas em pontos estratégicos.	Percentual		100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Número de visitas em pontos estratégicos.								
7. Notificar agravos relacionados ao trabalho através do SIST e SINAN	Número absoluto de notificações.	Percentual		100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Número absoluto de notificações.								
8. Manter percentual 100% de investigação dos óbitos relacionados ao trabalho.	Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados	Percentual		100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados								
9. Manter o percentual de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação em 90%	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	Percentual		90,00	90,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados								
10. Realizar alimentação e manutenção dos Sistemas de Informação: SIM, SINASC, SIPN	Número absoluto de remessas enviadas.	Percentual		100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação								
11. Realizar e encaminhar ao LACEN 100% das amostras coletadas	Número absoluto de amostras encaminhadas GAL	Percentual		100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - amostras coletadas Número absoluto de amostras encaminhadas GAL								
OBJETIVO Nº 3.2 - Promover atividades de prevenção em saúde no seus setores e para população em geral.								

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Executar o projeto Gerenciamento de Resíduos em Saúde em 100% dos estabelecimentos acompanhados	Incluir os estabelecimentos na execução do Projeto Gerenciamento de Resíduos	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Incluir os estabelecimentos na execução do Projeto Gerenciamento de Resíduos									
2. Executar o Projeto Boas Práticas em Comercialização de alimentos em 100% dos estabelecimentos acompanhados	Número de participantes nas atividades do Projeto Boas Práticas em Comercialização de Alimentos	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Número de participantes nas atividades do Projeto Boas Práticas em Comercialização de Alimentos									
3. Realizar no mínimo 01 atividade educativa anual na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	Numero absoluto de atividades educativas realizadas.	Número			4	1	Número		
Ação Nº 1 - Numero absoluto de atividades educativas realizadas.									

DIRETRIZ Nº 4 - Qualificação e Humanização da Atenção em Saúde Mental, Álcool e outras drogas.

OBJETIVO Nº 4.1 - Fortalecer políticas de saúde voltadas para grupos de pessoas com transtornos mentais de alta prevalência e baixa cobertura assistencial, e pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, através da consolidação e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Fortalecer o Componente Composição de Redução de Danos para abordagem a usuários de drogas.	Percentual de usuários que utilizam esse método de abordagem e tratamento.	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Percentual de usuários que utilizam esse método de abordagem e tratamento.									
2. Ampliar oficinas terapêuticas na atenção básica	Número de oficinas terapêuticas instituídas nas unidades de saúde.	Número			3	3	Número		
Ação Nº 1 - Número de oficinas terapêuticas instituídas nas unidades de saúde.									
3. Promover a inserção de uma equipe multiprofissional composta por: 01 médico psiquiatra ou 01 psicólogo; 01 Assistente Social; 01 enfermeiro; 01 técnico de enfermagem	Propor um plano de intervenção com vistas à melhoria do acompanhamento dos pacientes com transtorno mental	Número			1	1	Número		
Ação Nº 1 - Propor um plano de intervenção com vistas à melhoria do acompanhamento dos pacientes com transtorno mental									
4. Intensificar o controle do tratamento realizado pelos pacientes psiquiátricos através da realização de visitas domiciliares com maior periodicidade realizada por todos os membros da equipe de saúde;	Proporção de visitas realizadas a cada quadrimestre.	Proporção		0,00	90,00	90,00	Proporção		
Ação Nº 1 - Proporção de visitas realizadas a cada quadrimestre.									
5. Aumentar em 25% os serviços da rede de Atenção Psicossocial no município	Ampliação do acesso aos serviços psicossocial para os usuários do sistema de saúde municipal	Percentual			25,00	23,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Ampliação do acesso aos serviços psicossocial para os usuários do sistema de saúde municipal									
6. Atendimento compartilhado entre equipes de AB e NAAB para intervenção interdisciplinar, incluindo articulação com a rede de saúde, intersetorial.	Reestruturação do NAAB	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Reestruturação do NAAB									

DIRETRIZ Nº 5 - Garantia de assistência farmacêutica no âmbito do SUS.**OBJETIVO Nº 5.1** - Qualificar a gestão da assistência farmacêutica no SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Qualificar a gestão da assistência farmacêutica e contribuir para a ampliação do acesso da população aos medicamentos.	Gestão da farmácia municipal e ampliação da oferta de medicamentos	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Gestão da farmácia municipal e ampliação da oferta de medicamentos									

DIRETRIZ Nº 6 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do adoecimento saudável.**OBJETIVO Nº 6.1** - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Fortalecer as ações de investigação para controle dos óbitos infantil por causas presumíveis no município.	Taxa de mortalidade infantil.	Percentual			0,10	0,10	Percentual		
Ação Nº 1 - Taxa de mortalidade infantil.									
2. Reduzir o número de óbitos maternos	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	Percentual			0,10	0,10	Percentual		
Ação Nº 1 - Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.									
3. Aumentar o número de investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados									

DIRETRIZ Nº 7 - Implantação de plano estratégico de enfrentamento a COVID-19 por meio de ações preventivas, de controle da doença e de atendimento à população.

OBJETIVO Nº 7.1 - Fortalecer os processos de trabalho de vigilância em saúde em todo o território e promover ações intersetoriais para o enfrentamento a COVID-19.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantação de normatização que institua a política de vigilância em saúde, com previsão de medidas preventivas para controle da pandemia, garantidas pelo poder de polícia exercido pelas autoridades sanitárias, além de arcabouço legal completo para as Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e em Saúde do Trabalhador.	Realizar fiscalização sanitária verificando o cumprimento das medidas a serem adotadas por todos os estabelecimentos comerciais ou responsáveis por gerar aglomerações contrariando os princípios da prevenção do novo Coronavírus.	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Realizar fiscalização sanitária verificando o cumprimento das medidas a serem adotadas por todos os estabelecimentos comerciais ou responsáveis por gerar aglomerações contrariando os princípios da prevenção do novo Coronavírus.									
2. Pulverização química com solução a base de hipoclorito em espaços públicos que ocorram grandes aglomerações e permanente circulação de pessoas.	Pulverizar no período noturno, quando diminui a circulação de pessoas, todos os espaços públicos considerados de risco para transmissão do vírus por superfícies contaminados de uso coletivo.	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Pulverizar no período noturno, quando diminui a circulação de pessoas, todos os espaços públicos considerados de risco para transmissão do vírus por superfícies contaminados de uso coletivo.									
3. Fiscalização sanitária e em saúde do trabalhador nos estabelecimentos em geral impedindo a propagação do novo Coronavírus	Garantir o cumprimento da legislação no que se refere as medidas de proteção da saúde instituídas pela União, Estados e Município.	Percentual			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Garantir o cumprimento da legislação no que se refere as medidas de proteção da saúde instituídas pela União, Estados e Município.									

OBJETIVO Nº 7.2 - Implementar ação estratégica de imunização por meio da oferta de vacinas do Ministério da Saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Vacinar no mínimo 90% da população alvo de cada grupo prioritário.	Proporção de pessoas vacinadas em cada grupo.	0			100,00	100,00	Percentual		
Ação Nº 1 - Proporção de pessoas vacinadas em cada grupo.									

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
301 - Atenção Básica	1	100,00	
	Fortalecer as ações de investigação para controle dos óbitos infantil por causas presumíveis no município.	0,10	
	Qualificar a gestão da assistência farmacêutica e contribuir para a ampliação do acesso da população aos medicamentos.	100,00	
	Fortalecer o Componente Composição de Redução de Danos para abordagem a usuários de drogas.	100,00	
	Realizar no mínimo 01 capacitação no ano para todos os funcionários da atenção básica quanto aos protocolos clínicos do MS (pré-natal, puericultura, doenças crônicas, Urgência e Emergência, IST/testes rápidos, rastreamento de câncer de útero, mama e próstata) e também quanto a Política de Nacional de Humanização	1	
	Ampliar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	25,00	
	Reduzir o número de óbitos maternos	0,10	
	Ampliar oficinas terapêuticas na atenção básica	3	
	Informatizar 100% dos serviços de Atenção básica.	100,00	
	Ampliar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada	50,00	
	Aumentar o número de investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil	100,00	
	Promover a inserção de uma equipe multiprofissional composta por: 01 médico psiquiatra ou 01 psicólogo; 01 Assistente Social; 01 enfermeiro; 01 técnico de enfermagem	1	
	Realizar no mínimo 01 atividade educativa anual na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	1	
	Manter o percentual de registros de óbitos com causa básica definida igual ou acima de 95%	95,00	
	Manter o percentual de exodontia em relação aos procedimentos preventivos e curativos abaixo dos 5%.	5,00	
	Intensificar o controle do tratamento realizado pelos pacientes psiquiátricos através da realização de visitas domiciliares com maior periodicidade realizada por todos os membros da equipe de saúde;	90,00	
	Realizar dimensionamento de pessoal em 100% em toda a Atenção Básica Municipal	100,00	
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos para a detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de colo de útero de 0,62 para 0,75	0,75	
	Aumentar em 25% os serviços da rede de Atenção Psicossocial no município	23,00	
	Cadastrar no CNES 100% dos estabelecimentos de saúde de acordo com as inspeções realizadas.	100,00	
Ampliar a razão de exame de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade para a detecção precoce do câncer de mama de 0,35 para 0,60	0,60		
Atendimento compartilhado entre equipes de AB e NAAB para intervenção interdisciplinar, incluindo articulação com a rede de saúde, intersetorial.	100,00		
Manter a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal SUS acima de 90%	90,00		
304 - Vigilância Sanitária	1	100,00	
	Cadastrar estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, de acordo com as inspeções realizadas	100,00	
	Executar o Projeto Boas Práticas em Comercialização de alimentos em 100% dos estabelecimentos acompanhados	100,00	
	Excluir do cadastro estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária com atividades encerradas.	100,00	
305 - Vigilância Epidemiológica	1	1	
	Vacinar no mínimo 90% da população alvo de cada grupo prioritário.	100,00	
	Implantação de normatização que institua a política de vigilância em saúde, com previsão de medidas preventivas para controle da pandemia, garantidas pelo poder de polícia exercido pelas autoridades sanitárias, além de arcabouço legal completo para as Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e em Saúde do Trabalhador.	100,00	

Atingir o percentual de 95% na cobertura vacinal infantil	95,00	
Realizar anualmente campanha nacional de vacinação contra a Influenza.	90,00	
Pulverização química com solução a base de hipoclorito em espaços públicos que ocorram grandes aglomerações e permanente circulação de pessoas.	100,00	
Realizar monitoramento anual de cobertura vacinal.	95,00	
Fiscalização sanitária e em saúde do trabalhador nos estabelecimentos em geral impedindo a propagação do novo Coronavírus	100,00	
Alimentar mensalmente o SIPNIWEB em todas as salas de vacina	100,00	
Vistoriar os domicílios do município para o controle das endemias	90,00	
Atualizar periodicamente o Plano de Contingência da dengue	2,00	
Realizar tratamento com larvicida nos criadouros de impossibilidade de remoção para o controle de combate ao Aedes aegypti	95,00	
Controle da dengue, simúlideos, zoonoses; Vigilância de fontes de água.	100,00	
Realizar vistoria quinzenal em pontos estratégicos no combate a Aedes aegypti.	100,00	
Alimentar o Sistema do Programa Nacional de Controle da Dengue.	100,00	
Notificar agravos relacionados ao trabalho através do SIST e SINAN	100,00	
Manter percentual 100% de investigação dos óbitos relacionados ao trabalho.	100,00	
Manter o percentual de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação em 90%	90,00	
Realizar alimentação e manutenção dos Sistemas de Informação: SIM, SINASC, SIPN	100,00	
Realizar e encaminhar ao LACEN 100% das amostras coletadas	100,00	

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	3.779.391,31	N/A	9.527,90	N/A	N/A	N/A	1.035,90	3.789.955,11
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	N/A	N/A	640.011,93	N/A	N/A	N/A	N/A	640.011,93
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 20/01/2023.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS
Sem considerações

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2021	Resultado Anual	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	0	0	0	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	100,00	100,00	100,00	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	95,00	95,00	95,00	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	95,00	95,00	95,00	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	90,00	90,00	90,00	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	0,00	0,00	0	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	-	-	0	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	0	0	0	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	0	0	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	0,00	0,00	0	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,75	0,75	0	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,60	0,60	0	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	0,00	0,00	0	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	0,00	0,00	0	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	0	0	0	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	0	0	0	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	100,00	100,00	100,00	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	0,00	0,00	0	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	25,00	25,00	25,00	Percentual
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	-	-	0	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	0	0	0	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	0,00	0,00	0	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 20/01/2023.

- Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa
Sem Considerações.

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 21/12/2022.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	4,20 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	93,71 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	6,35 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	42,11 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	4,46 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	60,94 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 794,67
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	46,54 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	7,51 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	36,85 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,17 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	37,79 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	22,01 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 21/12/2022.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.310.910,00	2.310.910,00	1.184.167,42	51,24
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	578.750,00	578.750,00	139.521,40	24,11
IPTU	550.000,00	550.000,00	109.843,38	19,97
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	28.750,00	28.750,00	29.678,02	103,23
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	258.000,00	258.000,00	402.335,46	155,94
ITBI	225.000,00	225.000,00	402.335,46	178,82
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.303.500,00	1.303.500,00	449.748,06	34,50
ISS	1.300.000,00	1.300.000,00	449.105,73	34,55
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.500,00	3.500,00	642,33	18,35
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	170.660,00	170.660,00	192.562,50	112,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.297.537,51	12.297.537,51	15.979.909,60	129,94
Cota-Parte FPM	8.058.537,51	8.058.537,51	10.319.993,65	128,06
Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	45.144,02	180,58
Cota-Parte do IPVA	400.000,00	400.000,00	444.276,93	111,07
Cota-Parte do ICMS	3.750.000,00	3.750.000,00	5.115.159,25	136,40
Cota-Parte do IPI - Exportação	50.000,00	50.000,00	55.335,75	110,67

Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	14.608.447,51	14.608.447,51	17.164.077,02	117,49

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.008.700,00	4.886.305,88	3.790.060,13	77,56	3.779.391,31	77,35	3.779.391,31	77,35	10.668,82
Despesas Correntes	2.868.700,00	4.758.805,88	3.782.428,26	79,48	3.771.759,44	79,26	3.771.759,44	79,26	10.668,82
Despesas de Capital	140.000,00	127.500,00	7.631,87	5,99	7.631,87	5,99	7.631,87	5,99	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	3.008.700,00	4.886.305,88	3.790.060,13	77,56	3.779.391,31	77,35	3.779.391,31	77,35	10.668,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPES	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPES (XII) = (XI)	3.790.060,13	3.779.391,31	3.779.391,31
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	10.668,82	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPES (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.779.391,31	3.779.391,31	3.779.391,31
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPES (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.574.611,55
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPES (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.204.779,76	1.204.779,76	1.204.779,76
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	22,01	22,01	22,01
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (xx)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2021	2.574.611,55	3.779.391,31	1.204.779,76	10.668,82	10.668,82	0,00	0,00	10.668,82	0,00	1.215.448,58
Empenhos de 2020	2.093.474,91	4.526.237,19	2.432.762,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.432.762,28
Empenhos de 2019	2.035.312,71	3.657.758,30	1.622.445,59	0,00	49.481,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.671.926,98
Empenhos de 2018	1.840.368,17	3.246.659,42	1.406.291,25	0,00	83.465,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.489.756,42
Empenhos de 2017	1.486.390,53	2.779.584,06	1.293.193,53	0,00	37.503,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330.696,55
Empenhos de 2016	1.653.427,61	2.921.838,49	1.268.410,88	0,00	4.350,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272.761,29
Empenhos de 2015	1.649.914,82	3.246.296,58	1.596.381,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596.381,76
Empenhos de 2014	1.647.536,48	3.223.934,58	1.576.398,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.576.398,10
Empenhos de 2013	1.497.930,49	2.224.651,44	726.720,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	726.720,95

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r") **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior) **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012) **0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	497.035,03	497.035,03	1.676.162,26	337,23
Provenientes da União	130.900,00	130.900,00	705.869,33	539,24
Provenientes dos Estados	366.135,03	366.135,03	970.292,93	265,01
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	497.035,03	497.035,03	1.676.162,26	337,23

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	96.635,03	932.967,63	643.951,93	69,02	640.011,93	68,60	640.011,93	68,60	3.940,00
Despesas Correntes	74.635,03	932.967,63	643.951,93	69,02	640.011,93	68,60	640.011,93	68,60	3.940,00
Despesas de Capital	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	100.000,00	122.820,50	1.035,90	0,84	1.035,90	0,84	1.035,90	0,84	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	122.820,50	1.035,90	0,84	1.035,90	0,84	1.035,90	0,84	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	196.635,03	1.055.788,13	644.987,83	61,09	641.047,83	60,72	641.047,83	60,72	3.940,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (IV + XXXIII)	3.105.335,03	5.819.273,51	4.434.012,06	76,20	4.419.403,24	75,94	4.419.403,24	75,94	14.608,82

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	100.000,00	122.820,50	1.035,90	0,84	1.035,90	0,84	1.035,90	0,84	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	3.205.335,03	5.942.094,01	4.435.047,96	74,64	4.420.439,14	74,39	4.420.439,14	74,39	14.608,82
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	196.635,03	1.055.788,13	644.987,83	61,09	641.047,83	60,72	641.047,83	60,72	3.940,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	3.008.700,00	4.886.305,88	3.790.060,13	77,56	3.779.391,31	77,35	3.779.391,31	77,35	10.668,82

FONTE: SIOPS, Rio Grande do Sul23/03/22 08:40:27

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2021 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 416.528,71	362591,28
	10301501921CE - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	R\$ 1.056,00	1035,90
	1030150192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 200.000,00	41223,91
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 33.649,19	38941,01
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 6.000,00	5000,00
	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 21.948,34	32177,02

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 - Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 - Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2020)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	216.036,77	0,00	216.036,77
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	37.141,47	37.141,47
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	0,00	0,00	0,00

Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00	0,00	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)	216.036,77	37.141,47	253.178,24

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	230.014,95	230.014,95	230.014,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	230.014,95	230.014,95	230.014,95

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2021 - Restos a pagar processados (a)	Inscrição em 2021 - Restos a pagar não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2020 - RPs processados (a)	Inscrição em 2020 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2020 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - P (g)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Gerado em 21/12/2022

14:55:36

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.6. Covid-19 Recursos Próprios

Não há informações cadastradas para o período da Covid-19 Recursos Próprios.

9.7. Covid-19 Repasse Estadual

Não há informações cadastradas para o período da Covid-19 Repasse Estadual.

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Sem Considerações

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.
Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)
Data da consulta: 20/01/2023.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 20/01/2023.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Sem considerações

11. Análises e Considerações Gerais

Sem considerações

Página

1317

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça

30

Peça
4855625

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P04A0776

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício
Sem considerações

MARCIA SEIXAS
Secretário(a) de Saúde
SENTINELA DO SUL/RS, 2021

Parecer do Conselho de Saúde

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:
Sem Parecer

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:
Sem Parecer

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:
Sem Parecer

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:
Sem Parecer

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:
Sem Parecer

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:
Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:
Sem Parecer

Auditorias

- Considerações:
Sem Parecer

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:
Sem Parecer

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:
Sem Parecer

Status do Parecer: Em Análise no Conselho de Saúde

SENTINELA DO SUL/RS, 20 de Janeiro de 2023

Conselho Municipal de Saúde de Sentinela Do Sul

Resumo do Plano de Saúde

Estado: Rio Grande Do Sul

Município: Sentinela Do Sul - RS

Região de Saúde: Região 09 - Carbonífera/Costa Doce

Período do Plano de Saúde: 2022-2025

Data de finalização: 22/12/2022 11:52:37

Status atual do Plano de Saúde: Em Análise no Conselho de Saúde

Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde

DIRETRIZ Nº 1 - Qualificação, Potencialização e Priorização da Atenção Básica em Saúde como coordenadora do cuidado e da rede de atenção a saúde - KAS**OBJETIVO Nº 1.1 - Fortalecer e qualificar a Atenção Primária em Saúde (APS), por meio da ampliação dos programas, da integralidade, com coordenação do cuidado e longitudinalidade a partir das necessidades das pessoas e das demandas.**

N°	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Unha-Base)		Meta Plano 2022-2025	Unidade de Média	2022	2023	2024	2025
			Valor	Ano						
1.1.1	Ampliar a cobertura de Agencas Comunitarias de Saúde de 30% para 100% contatando mais 1 (onze) Agencas Comunitarias de Saúde para atuar nas Estrategias de Saúde para atuar na Estrategias de Saúde e e-APS Municipais.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	-	-	100,00	Percentual	50,00	70,00	80,00	100,00
1.1.2	Intensificar os atendimentos odontológicos no município com o auxílio de ações de saúde bucal do Programa Saúde da Escola.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	-	-	90,00	Percentual	70,00	80,00	80,00	90,00
1.1.3	Ampliar e manter cotas de exames laboratoriais.	Cotas de exames laboratoriais.	-	-	80,00	Percentual	60,00	70,00	80,00	80,00
1.1.4	Fornecimento de EPIs, uniformes e crachás a todos os profissionais de seus respectivos setores	Ações de prevenção relacionados a Saúde do trabalhador	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.1.5	Implantar e manter os serviços de rai-x odontológico nos dois consórcios do município.	Cota de exames a população	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.1.6	Aquisição de exames de imagem e laboratoriais junto a iniciativa privada.	Fortalecimento de cotas de exames de imagem e laboratoriais	-	-	80,00	Proporção	20,00	30,00	50,00	50,00
1.1.7	Aquisição de câmara restrita, para melhor acondicionamento dos imunobiológicos na ESF Santa Clara	Quantidade de acondicionamento	-	-	1	Número	1	0	0	0
1.1.8	Aquisição de veículos para a secretaria de saúde e demais setores	Fortalecimento da frota da Secretaria Municipal de Saúde	-	-	8	Número	2	2	2	2
1.1.9	Implantar serviços de terapias complementares no município, conforme Portaria nº 849 de 27 de março de 2017 do Ministério da Saúde	Proporção de terapias complementares no município	-	-	30,00	Percentual	0,00	20,00	25,00	30,00
1.1.10	Programar e executar linhas de cuidado prioritarias como IST/AIDS	Numero de casos acompanhados de IST/AIDS	-	-	95,00	Percentual	75,00	80,00	90,00	95,00
1.1.11	Programar e qualificar as ações do Programa Previnê Brasil e SIAPS	Cobertura e acompanhamento dos indicadores dos programas	-	-	90,00	Percentual	50,00	70,00	80,00	90,00
1.1.12	Aquisição de Gerador de Energia para ESF Santa Clara	Referente a melhoria na qualidade de energia da Estratégia	-	-	1	Número	1	0	0	0
1.1.13	Aquisição de Toldos para áreas externas da SMS, TBS Central e ESF Santa Clara	Melhoria na área externa dos setores de saúde	-	-	3	Percentual	3	0	0	-
1.1.14	Ampliação dos exames de ecografia municipal	Fortalecimento dos Exames de imagem	-	-	70,00	Percentual	50,00	60,00	70,00	70,00

OBJETIVO N° 12 - Fortalecer a Política de Assistência Farmacêutica Municipal.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (linha-base)		Meta Plano/2022-2025	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano			Unidade de Medida	2022	2023	2024
1.2.1	Manter profissional Farmacêutico, conforme estabelece a Legislação Vigente	Numero de profissionais Farmacêuticos atuando no município	-	-	1	Número	1	1	1	1
1.2.2	Garantir o acesso da população a medicação essenciais com qualidade.	Proporção de Medicamentos entregues a população	-	-	100,00	Percentual	80,00	90,00	95,00	100,00
1.2.3	Revisar permanentemente a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME	Proporção de medicamentos ofertados na Farmácia Municipal.	-	-	100,00	Percentual	95,00	95,00	95,00	95,00
1.2.4	Aquisição de equipamentos permanentes para farmácia municipal.	Manutenção da Farmácia Municipal	-	-	100,00	Percentual	70,00	100,00	100,00	100,00
1.2.5	Monitorar a trajetória dos medicamentos dos medicamentos no ciclo da assistência farmacêutica (aquisição, estoque, distribuição, prescrição e dispensação)	Percentual de medicamento na farmácia municipal	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.2.6	Fomentar o Programa Farmácia Cuidar Mais.	Ações de fomento para a Farmácia Cuidar Mais	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

OBJETIVO Nº 1.3 - Fortalecer as ações de âmbito coletivo da Vigilância em Saúde e o gerenciamento de riscos e de agravos à saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Unha-Base)		Meta Plano(2022- 2025)	Unidade de Medida	2022	2023	2024	2025
			Valor	Ano						
1.3.1	Reduzir a Mortalidade Infantil e manter a investigação dos óbitos infantis e fatais em 100%	Taxa de Mortalidade Infantil	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.2	Reduzir o número de óbitos maternos e manter a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49) em 90%	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	-	-	95,00	Percentual	90,00	95,00	95,00	95,00
1.3.3	Manter a Vigilância nos casos suspeitos de COVID-19, bem como alimentar notificações e realizar testagem.	Ações de Vigilância em Saúde	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.4	Realizar o controle de vetores da dengue, e atividades educativas preventivas, intensificando as ações de vigilância e conscientização da comunidade para a prevenção de Dengue	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	-	-	95,00	Percentual	90,00	95,00	95,00	95,00
1.3.5	Realizar notificação e a investigação de todas as doenças de Notificação Compulsória	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após notificações	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.6	Realizar a notificação e a investigação de todos os agravos relacionados à saúde do trabalhador	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	-	-	95,00	Percentual	80,00	95,00	95,00	95,00
1.3.7	Realizar acompanhamento da qualidade das amostras de água para consumo humano	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, clovo residual livre e turbidez	-	-	90,00	Percentual	75,00	80,00	85,00	90,00
1.3.8	Alcançar em 100% as coberturas vacinais do calendário básico de vacinação no município.	Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação: Pentavalente; Pneumocóccico; valente; Poliomelite e Triplice viral	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.9	Alcançar 100% de cura dos casos de Hanseníase diagnosticados.	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.10	Manter a cobertura dos casos de tuberculose.	Tratamento e acompanhamento dos casos de tuberculose	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.11	Manter zero os números de casos de HIV/AIDS em menores de 5 anos	Garantir fluxo de referência para atendimentos e tratamento junto ao SAE de referência.	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.12	Garantir as ações de vigilância sanitária, consideradas necessárias.	Realizar bimestralmente ações de vigilância sanitária municipal	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

DIRETRIZ Nº 2 - Ampliação das Estratégias de promoção de saúde, prevenção de doenças, e atenção às condições de saúde prioritárias.**OBJETIVO Nº 2.1 - Melhorar a Atenção a Saúde Materno Infantil, com priorização do pré-natal e enfrentamento à sífilis congênita.**

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Janho-Basse)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta 2022	Meta 2023	Meta 2024	Meta 2025
			Valor	Ano						
2.1.1	Realizar o acompanhamento de pré-natal com no mínimo seis consultas sendo a 1ª antes de 12 semanas de gestação.	Ações de promoção de atendimentos de pré-natal	-	-	95,00	Percentual	90,00	95,00	95,00	95,00
2.1.2	Monitorar todos os Pré-natais de baixo risco realizados nas unidades de saúde principalmente até as 12 semanas.	Manter atualizado indicadores previne Brasil	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.3	Capacitar as equipes de profissionais da atenção primária para o acolhimento escuta qualificada e atendimento pré-natal por meio de protocolos.	Ações de capacitação das equipes de atenção primária	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.4	Manter acesso e continuidade do tratamento na referência de gestação de alto risco	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.5	Reduzir a taxa de sífilis congênita.	Proporção de casos de doenças de notificações computorizadas imediatas (DNCCI) encerrados em até 60 dias notificações.	-	-	95,00	Percentual	95,00	95,00	95,00	95,00
2.1.6	Ofertar e manter o serviço de coleta de exames citopatológicos e imunografias em mulheres na idade preconizada pelo Ministério da Saúde	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residentes de determinado local e a população da mesma faixa etária	-	-	90,00	Proporção	90,00	90,00	90,00	90,00

OBJETIVO Nº 2.2 - Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa e dos Portadores de Doenças Crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Limite-Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta 2022	Meta 2023	Meta 2024	Meta 2025
			Valor	Ano						
2.2.1	Melhorar a qualidade de vida, mantendo e recuperando a dignidade, o respeito, a proteção e defesa dos direitos humanos, da autonomia, da independência, da capacidade funcional (habilidade física e mental) e sua inserção junto à família e à comunidade.	Ações em saúde visando a promoção e prevenção de saúde.	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.2.2	Capacitar as equipes de profissionais de atenção primária em saúde para o atendimento, acolhimento e cuidado da pessoa idosa realizando cursos específicos sobre envelhecimento humano, cuidado e suas consequências	Proporção de equipes capacitadas para o cuidado da pessoa idosa	-	-	75,00	Percentual	75,00	75,00	75,00	75,00
2.2.3	Realizar análises sobre a ocorrência de Doenças Crônicas não transmissíveis - DCNTC, seus fatores de risco e medidas de prevenção	Proporção de casos de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na população alvo.	-	-	80,00	Percentual	80,00	80,00	80,00	80,00
2.2.4	Trabalho de conscientização sobre prevenção de acidente doméstico em idosos.	Ações de prevenção relacionadas aos acidentes domésticos	-	-	90,00	Percentual	90,00	90,00	90,00	90,00
2.2.5	Implantar, programar e qualificar as ações do projeto Rede Bem Cuidar	Proporção da população contemplada com a Rede Bem Cuidar	-	-	70,00	Percentual	70,00	70,00	70,00	70,00

OBJETIVO Nº 2.3 - Proporcionar Atenção Integral e Qualificada a Saúde de Crianças de 0 a 12 anos em todos os níveis de atenção.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	2022	2023	2024	2025
			Valor	Ano						
2.3.1	Manter atendimentos pediátricos no município.	Ações de monitoramento dos atendimentos pediátricos	-	-	90,00	Percentual	90,00	90,00	90,00	90,00
2.3.2	Realizar ações para proporcionar a saúde das crianças a partir do nascimento e do primeiro ano de vida, do crescimento e desenvolvimento saudáveis e da proteção e promoção da saúde física e emocional.	Percentual de crianças monitoradas pelas eSFs / eAPs	-	-	90,00	Percentual	90,00	90,00	90,00	90,00
2.3.3	Estimular e monitorar as coberturas vacinais adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança, disponibilizando as vacinas na rede de serviços locais.	Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3º dose, Pneumocócica 10 valente, 2º dose; Poliomielite 3º dose e Tríplice Viral 1º dose - cobertura vacinal preconizada.	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.3.4	Promover a renovação de materiais permanentes das salas de vacinas conforme a necessidade.	Ampliação e renovação das salas de vacinas.	-	-	80,00	Proporção	80,00	80,00	80,00	80,00
2.3.5	Desenvolver atividades conforme o preconizado pelo Programa Saúde na Escola	Ações de fomento para realização das atividades do PSE	-	-	75,00	Percentual	75,00	75,00	75,00	75,00

OBJETIVO Nº 2.4 - Atenção Integral à Saúde do Adolescente de 12 a 18 anos, visando à promoção a saúde, à prevenção de agravos e a redução da morbimortalidade.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	2022	2023	2024	2025
			Valor	Ano						
2.4.1	Ações para um crescimento e desenvolvimento saudáveis, saúde sexual e saúde reprodutiva, considerando as questões de gênero, orientação sexual, racismo, meio familiar condições de vida, escolaridade e trabalho.	Ações de monitoramento e incentivo a saúde dos adolescentes	-	-	70,00	Percentual	70,00	70,00	70,00	70,00
2.4.2	Elaborar estratégias para modificar os fatores de risco, doenças e de agravos, tendo em vista o desenvolvimento saudável e aumento dos vínculos de proteção em parceria com entidades afins.	Ações de prevenção e educação em saúde.	-	-	80,00	Percentual	80,00	80,00	80,00	80,00
2.4.3	Estimular a adesão ao calendário de vacinação nessa faixa etária.	Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação.	-	-	90,00	Percentual	90,00	90,00	90,00	90,00

OBJETIVO Nº 2.5 - Garantir o acesso aos Serviços de promoção, prevenção assistência e de recuperação da saúde, qualificando a Rede de Atenção Básica na Saúde da Mulher.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Unidade Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	2022	2023	2024	2025
			Valor	Ano						
2.5.1	Redução da morbidade e mortalidade de mulheres, especialmente por causas evitáveis em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais com práticas de cuidado integras e humanizados.	Números de óbitos maternos em determinados período e local de residência.	-	-	95,00	Percentual	95,00	95,00	95,00	95,00
2.5.2	Ações educativas e humanizadas para diminuir doenças e violência física e psicológica às mulheres bem como promover ações para a detecção precoce dos casos de câncer de mama e de colo de útero.	Ações de atividades preventivas visando a saúde da mulher	-	-	75,00	Percentual	75,00	75,00	75,00	75,00
2.5.3	Orientar exames de mamografias para mulheres em idade fértil	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	-	-	90,00	Percentual	90,00	90,00	90,00	90,00
2.5.4	Promover ações educativas no mês de novembro em alusão ao mês de promoções de saúde da mulher	Ações e educação em saúde	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

OBJETIVO Nº 2.6 - Atenção integral a Saúde do Homem.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Unidade Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	2022	2023	2024	2025
			Valor	Ano						
2.6.1	Orientar serviços de qualidade de acordo com as necessidades e demandas próprias do gênero masculino, em consonância com a vulnerabilidade social e condição de trabalho, rompendo as barreiras do acesso dos homens aos serviços da Atenção Básica.	Ações preventivas de saúde	-	-	75,00	Percentual	75,00	75,00	75,00	75,00
2.6.2	Promover ações educativas no mês de novembro em alusão ao mês de promoção de saúde do homem	Ações preventiva saúde do homem	-	-	75,00	Percentual	75,00	75,00	75,00	75,00

DIRETRIZ Nº 3 - Consolidação da Rede de Atenção à Saúde na Gestão do SUS

OBJETIVO Nº 3.1 - Qualificar a gestão do financiamento de acordo com as necessidades de saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista				
			Valor	Ano			Unidade de Medida	2022	2023	2024	2025
3.1.1	Cumprir os 15% orçamentários conforme LC 141/2012. Visando que seja resolutivo eficiente e transparente.	Ações de fomento orçamentário para atingir a meta.	-	-	75,00	Percentual	75,00	75,00	75,00	75,00	
3.1.2	Ampliar o percentual de recursos aplicados na APS	Ações e fomento orçamentário para cumprir metas da APS	-	-	15,00	Percentual	15,00	15,00	15,00	15,00	
3.1.3	Maintenance e Adequação das Estruturas Física nas Unidades de serviços de Saúde estratégia de Saúde da Família	Proporção de reformas estruturais	-	-	1	Número	1	1	1	1	
3.1.4	Aquisição de Materiais de Consumo e permanentes para as atividades da Secretaria Municipal de Saúde.	Ações de fomento orçamentário para aquisição de materiais.	-	-	80,00	Percentual	80,00	80,00	80,00	80,00	

OBJETIVO Nº 3.2 - Qualificar a Alimentação dos Sistemas de Informação de Saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista				
			Valor	Ano			Unidade de Medida	2022	2023	2024	2025
3.2.1	Capacitar os profissionais responsáveis pela alimentação dos sistemas de informação do SUS	Ações de promoção de atividade de educação permanente	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00	

OBJETIVO Nº 3.3 - Fortalecer as instancias de controle social e pactuação do no SUS

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista				
			Valor	Ano			Unidade de Medida	2022	2023	2024	2025
3.3.1	Estimular a participação da comunidade nas reuniões do conselho municipal de saúde bem como todas as outras reuniões pertinentes aos gestores municipais	Proporção de atividades do controle social e da participação da comunidade	-	-	90,00	Percentual	90,00	90,00	90,00	90,00	
3.3.2	Realizar Conferência Municipal Saúde conforme preconiza o Ministério da Saúde	Ações de participação da comunidade e do controle social	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00	

DIRRETRIZ Nº 4 - Fortalecimento das Ações de Educação em Saúde.

OBJETIVO Nº 4.1 - Promover ações de Educação em Saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano			Unidade de Medida	2022	2023	2024
4.1.1	Promover e incentivar ações de Educação Permanente em Saúde, destinadas aos trabalhadores do SUS, gestores municipais e controle social	Ações de incentivo a atividades de educação permanente	-	-	75,00	Percentual	75,00	75,00	75,00	75,00
4.1.2	Estimular a participação dos profissionais em eventos de educação permanente	Ações de Incentivo de atividades e educação permanente	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

DIRETRIZ Nº 5 - Equidade, transferência, inovação e eficiência na gestão da saúde.**OBJETIVO Nº 5.1 - Estabelecer processos, fluxos e prazos de trabalho para as atos de gestão**

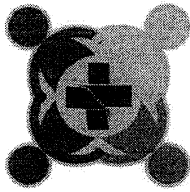
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano			Unidade de Medida	2022	2023	2024
5.1.1	Elaborar e divulgar instruções normativas, com fluxo e prazos, para o gerenciamento interno e fiscalização de 100% dos processos de Infraestrutura e apoio logístico (contratos de serviços terceirizados); processos de aquisição e distribuição de materiais, manutenções e reformas	Ações de manutenção e organização de fluxos administrativos	-	-	90,00	Percentual	90,00	90,00	90,00	90,00
5.1.2	Elaborar fluxos e normativas para processo de aquisição de materiais.	Ação de organização de fluxos	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
5.1.3	Fiscalizar contratos de terceiros e suas execuções	Monitoramento de Ações	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

DIRETRIZ Nº 6 - Implantação de plano estratégico de enfrentamento a COVID-19 por meio de ações preventivas, de controle da doença e de atendimento à população.**OBJETIVO Nº 6.1 - Fortalecer os processos de trabalho de vigilância em saúde em todo o território em promover ações intersectoriais para o enfrentamento a COVID-19**

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista					
		Valor	Ano			2022	2023	2024	2025		
6.1.1	Implantação de normatização que institua a política de vigilância em saúde, com previsão de medidas preventivas para controle da pandemia, garantidas pelo poder de polícia exercido pelas autoridades sanitárias, além de arcabouço legal completo para as Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e em Saúde do Trabalhador.	Realizar fiscalização sanitária verificando o cumprimento das medidas a serem adotadas por todos os estabelecimentos comerciais ou responsáveis por gerar aglomerações contrariando os princípios da prevenção do novo Coronavírus.	-	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
6.1.2	Pulverização química com solução a base de hipoclorito em espaços públicos que ocorram grandes aglomerações e permanente circulação de pessoas.	Pulverizar no período noturno, quando diminuir a circulação de pessoas, todos os espaços públicos considerados de risco para transmissão do vírus por superfícies contaminadas de uso coletivo.	-	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
6.1.3	Fiscalização sanitária e em saúde do trabalhador nos estabelecimentos em geral impedindo a propagação do novo Coronavírus	Garantir o cumprimento da legislação no que se refere as medidas de proteção da saúde instituídas pela União, Estados e Município.	-	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

OBJETIVO Nº 6.2 - Implementar ação estratégica de imunização por meio da oferta de vacinas do Ministério da Saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Indicador (Linha-Base)		Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista				
		Valor	Ano	Valor	Ano			2022	2023	2024	2025	
6.2.1	Vacinar no mínimo 90% da população alvo de cada grupo prioritário.	Proporção de pessoas vacinadas em cada grupo.	-	-	-	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00	



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SENTINELA DO SUL/RS

RESOLUÇÃO Nº 16/2022 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

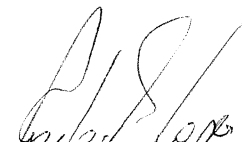
*Dispões sobre a aprovação do Plano Municipal de Saúde
2022-2025.*

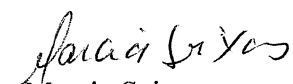
O Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CSM), de Sentinela do Sul, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelo Regimento Interno do CMS e garantidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata, juntamente com o plenário em Reunião Extraordinária em 23 de Dezembro de 2022, as 09 horas nas dependências da SMS.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprova Plano Municipal de Saúde 2022-2025.

Artigo 2º - A presente resolução foi discutida e aprovada na plenária por unanimidade, entrando em vigor na data de sua publicação.


Carlos Alberto da Silva Lopes
Presidente do Conselho Municipal de Saúde


Marcia Seixas
Secretária Municipal de Saúde

Sentinela do Sul - Rua Marcílio Oliveira nº 90 - CEP: 96.765-000
Fone: (51) 3679 1019 / (51) 3679 1261
E-mail: cmssentineladosul@gmail.com



Processo nº 001365-0200/21-9

Órgão: Executivo Municipal de Sentinela do Sul

Administrador¹: José Flávio Raphaelli Trescastro (Prefeito)

Procuradoras²: Marcia Sturm Truculo, OAB/RS n. 53764

Bárbara Grigorieff Bublitz, OAB/ n. 107769

Tânia Jussara Miroslaw Grigorieff, OAB/RS n. 32823

IT - Análise de Esclarecimentos

Processo de Contas Anuais - Executivo/2021

Senhora Coordenadora,

Registra-se a inexistência de processos de tutela de urgência, de denúncias, de representações, de inspeções especiais ou extraordinárias, de processos de contas especiais ou de tomadas de contas especiais de responsabilidade do gestor no exercício em exame.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS (peça nº 4855638, pp. 2 e 3)

Em considerações iniciais, o Administrador pondera que houve a recondução da administração em contexto de pandemia, cujo primeiro ano do novo mandato foi marcado pelos fortes efeitos da crise sanitária requerendo que a análise dos temas do Relatório de Contas Anuais seja realizada de forma contextualizada.

Ressalta-se que o Relatório de Contas Anuais, assim como a análise desta instrução técnica, reúne um conjunto de criteriosas análises de gestão orçamentária, fiscal e patrimonial, de aplicação de recursos e de diversos elementos importantes para a avaliação da gestão municipal e dos resultados ob-

¹ Consulta aos Sistemas Corporativos, RES1310, em 23-02-2023.

² Procuração à peça 4855639.



tidos com as ações governamentais, fatos estes que serão levados em consideração quando da emissão do Parecer Prévio.

A análise procedida por este serviço instrutivo terá por base as inconformidades verificadas no exame técnico das contas públicas realizado pela Auditoria deste Tribunal e os esclarecimentos apresentados pelo Gestor responsável, conforme item a seguir.

RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

4.1.4 - Da Base de Legislação Municipal (BLM). As remessas de normas à BLM do TCE-RS não foram encaminhadas, em sua totalidade, nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 12/2009. Atraso de 92, 2, 3 dias em relação aos 4ºT/2020³, 1ºT/2021 e 3ºT/2021 (peça nº 4707138, p. 14).

A Defesa pondera que o atraso do último trimestre do exercício de 2020 (92 dias) já foi corrigido, eis que os atrasos dos períodos posteriores (1ºT/2021 e 3ºT/2021) são menores, o que comprovaria a correção. Quanto aos atrasos das remessas do exercício de 2021, salienta que não superaram três dias, entendendo que deve ser aplicada a conclusão do Item 4.1.2 do RCA, no sentido de que o reduzido número de dias de atraso não chegou a comprometer a análise das contas do Executivo Municipal. Além disso, pondera as datas limites de entregas das remessas caíram em finais de semana (peça 4855638, pp. 3 a 5).

Ao exame.

Conforme já destacado no RCA, o atraso nas remessas de normas à BLM foi objeto de aponte no Processo 002092-0200/20-0, relativo ao exercício de 2020. A decisão⁴ foi no sentido de recomendar à atual Administração que evite a reincidência das falhas relatadas e adote providências preventivas e corretivas em relação àquelas passíveis de regularização.

³ Processo de Contas de Governo nº 2092-0200/20-0.

⁴ Decisão n. 2C-0975/2022, Segunda Câmara, em 23-11-2022.



Cumprir registrar que nos últimos cinco anos o atraso de remessas de normas à BLM foi objeto de apontamento nos exercícios de 2019 (Processo Nº 004325-0200/19-1, item 5.5⁵), 2018 (Processo Nº 002047-0200/18-3, item 5.5⁶), 2017 (Processo Nº 005207-0200/17-6, item 5.5⁷). As decisões foram no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade.

Tendo em vista o inequívoco descumprimento de prazos, sugere-se a manutenção da falha.

4.1.5 - Do Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon). De acordo com as informações constantes no Quadro 15, as remessas de licitações e contratos ao LicitaCon foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso médio de 38,29 dias no cadastramento dos eventos relativos a licitações e de 80,65 dias em relação aos contratos, além do percentual de eventos remetidos fora do prazo: 93,6% das licitações e 100% dos contratos. Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade⁸ (peça 4707138, p. 14).

A Defesa ressalta que o período em análise foi marcado pela Pandemia do Covid-19. Justifica os atrasos com o argumento de que a Administração Municipal enfrentou carência de servidores. Informa que a servidora responsável pelas remessas das Licitações e dos Contratos ao sistema LicitaCon exerceu suas atividades de forma remota nos exercícios de 2020 e 2021.

Além disso, diz que foi utilizada a sistemática de remessa de informações em lote para o LicitaCon, na expectativa de tornar o processo mais célere e prático, mas que muitas das vezes o sistema apresenta instabilidades, o

⁵ Decisão n. 1C-0164/2022, Primeira Câmara, em 19-04-2022.

⁶ Decisão n. 2C-0419/2020, Segunda Câmara, em 15-07-2020.

⁷ Decisão n. 2C-0735/2019, Segunda Câmara, em 11-09-2019.

⁸ Decisão n. 2C-0975/2022, Segunda Câmara, em 23-11-2022.



que contribui para os atrasos. Afirma que está adotando medidas a fim de evitar a reincidência da falha (peça 4855638, pp. 5 a 8). Não junta documentos.

Ao Exame.

Preliminarmente, registra-se que as dificuldades com o sistema informatizado e as instabilidades do Licitacon, alegadas nos esclarecimentos, não restaram comprovadas. Cumpre observar que através das informações das entregas (peças 4707133 e 4707154) não se trata de atrasos pontuais, mas sim de entregas ocorridas fora do prazo de forma generalizada, o que interfere nas ações de controle externo e social. Ressalta-se que, conforme apontado no RCA, a irregularidade foi objeto de destaque no exercício de 2020.

Em relação ao déficit de servidores e a eventuais afastamentos dos mesmos, entende-se que cabe à Administração do Município gerenciar tais questões.

O anúncio de ações futuras não elide o apontamento ratificado pelos esclarecimentos apresentados. Desta forma, sugere-se a permanência do aponte.

5.2.1 - Da Legislação Municipal de Instituição do Sistema de Controle Interno. Na verificação da legislação municipal, foi constatada:

a) não existe previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetam à fiscalização da UCCI; b) não existe previsão legal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal; c) não existe previsão legal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI; d) não existe indicação legal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao TCE das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna; e) inexistência de previsão legal para a UCCI acompanhar o processamento das tomadas de contas es-



peciais, em desacordo à Resolução TCE-RS nº 936/2012. Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça nº 4707138, p. 16).

O Gestor informa a edição da Lei Municipal n.º 1.488/2022, que alterou a Lei Municipal n.º 1.002/2009 e contemplou os itens apontados no RCA, requerendo o afastamento do apontamento (peça 4855638, pp. 8 a 10).

Em que pese a edição da norma citada, a mesma ocorreu em 16 de março de 2022⁹, ou seja, após o exame em análise. Assim, opina-se pela permanência da falha para o exercício de 2021.

9.1.1 – Da Pesquisa da Transparência. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências de transparência estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, sobre os Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000), conforme segue: existência da LDO; existência do anexo LDO; existência da LOA; existência do anexo da LOA. Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça 4707138, pp. 45 e 46).

A Defesa diz se tratar de falha eminentemente burocrática e que foge à atividade de diligência do gestor. Afirma que ao tomar conhecimento da irregularidade foi solicitada a imediata correção, através da publicidade dos anexos que compõem a LDO e LOA (peça 4855638, pp. 10 e 11).

Cumprir registrar que o apontamento foi originado a partir do Recibo de Envio de Informações nº 43/2021 (peça 4707136). A avaliação do Portal da Transparência do Município ocorreu no período de 06/07/2021 a 26/09/2021. Já o período para apresentação dos recursos foi de 27/09/2021 a

⁹ Disponível em <https://www.sentineladosul.rs.leg.br/leis/leis/leis-2022/lei-municipal-no-1488-2022/view>.



31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Entende-se que a oportunidade para demonstrar a pronta correção do Portal da Transparência, foi até o prazo final dos recursos, ou seja, até 31/10/2021, o que não ocorreu.

Do exposto, verifica-se o reconhecimento de que algumas informações não estavam disponíveis no sítio eletrônico do município no momento da realização da pesquisa. Quanto ao argumento de que se trata de falha burocrática, ressalta-se que a publicação das peças orçamentárias é de grande relevância para o controle externo e social.

Através da consulta ao Portal da Transparência do Município de Sentinela do Sul, é possível verificar que as publicações da LOA e LDO do exercício de 2021 foram publicadas somente 19-12-2022.

Diante do exposto, opina-se pela permanência do aponte.

9.1.2 – Da Pesquisa do Acesso à Informação. Conforme exame levado a efeito das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011, conforme segue: 4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020); 10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011) (peça 4707138, pp. 46 e 47).

O Gestor informa que as falhas decorreram de erros apresentados no sistema informatizado de gestão, tendo sido realizada uma ação conjunta entre o Executivo e a empresa contratada para que a situação fosse regularizada. Argumenta que não tinha conhecimento da falha, ordenando a sua correção a partir da ciência. Cita julgado desta Corte de Contas e pede o afastamento do aponte (peça 4855638, pp. 11 e 12, documento na peça 4855577).



Os esclarecimentos apresentados, assim como o documento (peça 4855577) ratificam a falha para o período em análise. Assim, sugere-se a permanência do apont.

9.1.3 - Da Pesquisa da Lei das Ouvidorias. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.460/2017: Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017); Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017). Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça 4707138, pp. 47 e 48).

Quanto a este item, o Gestor afirma que a Carta de Serviços sempre está disponível desde 2020. Já em relação ao Relatório Anual de Gestão, informa que o mesmo foi disponibilizado com atraso, salientando que a situação foi normalizada por determinação da Administração Municipal (peça 4855638, pp. 13 e 14).

Através do acesso ao Portal da Auditada constata-se que a Carta de Serviços¹⁰ está disponível. Cabe registrar que a pesquisa feita no exercício de 2020 (peça 3977282), que fez parte do Processo nº 2092-0200/20-0, concluiu por estar atendido este item.

Quanto ao Relatório Anual de Gestão, que deve divulgar o número de manifestações recebidas no ano anterior (art. 15, I, da Lei nº 13.640/2017) verifica-se que a publicação ocorreu apenas em 13-12-2022¹¹, ou seja, não ocorreu durante o exercício em análise.

Diante do exposto, opina-se pela permanência parcial do apont.

¹⁰ <https://www.sentineladosul.rs.gov.br/servicos/35/ouvidoria>.

¹¹ <https://www.sentineladosul.rs.gov.br/publicacoes/22/ouvidoria>.



9.1.4 – Pesquisa da Lei de Enfrentamento à COVID-19. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.979/2020: 26) Contratações ou aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (art. 4º, §2º da Lei nº 13.979/2020 - Existência de informações atualizadas (peça 4707138, p. 48).

A Defesa informa que, as contratações específicas e relacionadas ao enfrentamento da Covid-19 foram lançadas sob esta rubrica no sistema LicitaCon, entendendo que foi alcançada a publicidade das mesmas. Salienta que o canal de divulgação das licitações ou contratações diretas realizadas pelo Município é o LicitaCon. Notícia que ao tomar conhecimento do aponte determinou a revisão das divulgações, de forma que agora todos os atos relacionados às despesas para enfrentamento da pandemia constam no sítio eletrônico do Município, (peça 4855638, pp. 14 a 16). Não junta documentos.

Oportuno salientar que, o apontamento foi originado através da avaliação das informações contidas no site do Jurisdicionado, conforme Recibo de Envio de Informações Nº 46/2021 (peça 4707168). Destaca-se que o Ofício Circular DCF nº 27/2021, de 20 de julho de 2021, trouxe informações e orientações sobre a pesquisa que seria realizada, inclusive indicando o Manual Orientativo aos Gestores, contendo os critérios que seriam aplicados para a avaliação da transparência na vacinação contra a COVID-19, bem como as respectivas orientações para o seu devido atendimento.

Além disso, os Ofícios Circulares DCF de nºs 35/2021 e 37/2021, trataram do resultado da avaliação, possibilitando o pedido de revisão por parte dos municípios, além de trazer outras orientações a respeito do assunto. Ressalte-se que, na oportunidade dos esclarecimentos não foram apresentados documentos ou informações que permitam concluir pelo atendimento das informações mencionadas.



Assim, entende-se que o Jurisdicionado foi devidamente orientado e teve oportunidades de atender a transparência na vacinação contra a COVID-19, inclusive na oportunidade dos esclarecimentos, o que não ocorreu.

Diante da ausência de documentos que permitam concluir pelo atendimento do apontado, sugere-se a permanência da falha para o exercício em exame.

12.1.2 – Da formação dos professores para o Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena. O município de Sentinela do Sul informou que não houve concurso público para o magistério municipal no exercício de 2021. O Município não oportunizou a participação de professores em cursos de formação nas áreas de educação das relações étnico-raciais e ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas; tampouco organizou e realizou evento(s) de formação de professores sobre o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN durante o exercício de 2021, em descumprimento ao disposto no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996 (peça 4707138, p. 54).

O Administrador diz que a formação continuada dos professores se deu com foco em ações direcionadas à estruturação do ensino à distância, tendo em vista a suspensão das aulas presenciais, o que prejudicou a realização de formação com temática étnica e racial. Confirma que a formação dos professores para o Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena não foi realizada em 2021, mas organizada e executada no exercício de 2022 (peça 4855638, pp. 16 e 17). Não junta documentos.

Diante do reconhecimento da falha, opina-se pela permanência do apontado.

12.1.3 - Da abrangência do ensino e da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena. A Secretaria de Educação Municipal não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para



o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peça nº 4707138, pp. 54 e 55).

O Administrador entende que o Decreto Estadual nº 53.817/17 está sendo cumprido, uma vez que o Município possui o conhecimento e as habilidades para o ensino da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena inseridos nas suas Diretrizes Curriculares.

Argumenta que a ausência do relatório anual, por si só, não significa descumprimento à norma aplicável, mas de mera inobservância de cunho material (peça 4855638, pp. 17 e 18, documento na peça 4855624).

A ausência de relatórios anuais é inconteste, uma vez que os esclarecimentos apresentados, assim como o documento de peça 4855624 (Resolução CME – 01/2022), não comprovam a confecção dos documentos em questão.

Salienta-se que, o monitoramento contínuo e a avaliação anual da execução do Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas AfroBrasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, e o cumprimento de suas metas deve contar em tais relatórios, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 53.817/2017 (art. 4º, parágrafo único):

Assim, opina-se pela permanência do aponte.

13.1.1 – Do Plano Municipal de Saúde. Em que pese o Município de Sentinela do Sul não ter fornecido os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n. 09/2022, impossibilitando assim a análise quanto a existência do Plano Municipal de Saúde, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, foi verificado em pesquisa no site do Ministério da Saúde que o PMS encontra-se em fase de elaboração, podendo implicar em suspensão da transferência (obrigatória) dos recursos referidos no artigo 198, § 3º, inciso II, da



Constituição Federal, destinados ao custeio de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do SUS (peça 4707138, pp. 58 e 59).

13.1.2 - Da Programação Anual da Saúde. Em que pese o Município de Sentinela do Sul não ter fornecido os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n. 09/2022, impossibilitando assim a análise quanto a existência da Programação Anual da Saúde, foi verificado em pesquisa no site do Ministério da Saúde que a PAS de 2022 sequer foi iniciado, descumprindo assim o contido no inciso I do artigo 98 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, do Ministério da Saúde (peça 4707138, p. 59).

Os itens 13.1.1 e 13.1.2 foram abordados de forma conjunta nos esclarecimentos.

Em relação ao item 13.1.1 o Administrador argumenta que o processo de deliberação e aprovação do Plano Municipal de Saúde foi impactado pelas restrições impostas pela pandemia, sobretudo no primeiro trimestre de 2021. Lembra que em fevereiro de 2021 houve a suspensão de atividades econômicas, a circulação e concentração de pessoas.

Fala sobre a dificuldade na mobilização e convencimento da população para a participação popular na composição dos Conselhos Municipais, o que acontece em decorrência da forma como é distribuída a população do Município. Segundo o Gestor, o fato traz dificuldades na organização e cumprimento das metas e prazos estabelecidos na lei quando há a intervenção do Conselho Municipal. Apesar disso, salienta que o PMS e a PAS se encontram elaborados.

Em relação ao item 13.1.2, argumenta que a PAS que foi aprovada em 2018 previa a vigência para o quadriênio 2018/2021, de forma que estava vigente até 31-12-2021 (peça 4855638, PP. 19 a 22, documentos nas peças 4855640, 4855642, 4855643).

Ao exame.



Importante ressaltar que, mesmo com todas às dificuldades impostas pela pandemia para a realização das reuniões, existiram diversas alternativas disponíveis para a ocorrência das mesmas à distância, em ampla utilização desde o início do isolamento social. Observe-se que outros entes municipais foram eficientes ao ponto de garantir a realização de reuniões virtuais, e assim garantir os trâmites administrativos para fins de atendimento da legislação em vigor, motivo pelo qual não se entende como adequada a justificativa para afastar a falha.

Além disso, é necessário se ter presente que a Programação Anual da Saúde de 2022 deveria ter sido encaminhada ao respectivo Conselho de Saúde para aprovação, antes da data de encaminhamento da LDO de 2022, uma vez que se trata de instrumento que tem por objetivo anualizar as metas do Plano Municipal de Saúde, de forma que sejam previstos e alocados os recursos orçamentários a serem executados. Assim, não cabe o entendimento trazido nos esclarecimentos, no sentido de que a PAS aprovado em 2018 estaria válido e supriria a realização da Programação em análise.

Os documentos trazidos aos esclarecimentos indicam que o Plano Municipal de Saúde foi aprovado em 23-12-2022. Já a Programação Anual da Saúde de 2022, por seu turno, foi concluída em 14-01-2023¹², restando ratificados os apontamentos.

Diante do exposto, opina-se pela permanência dos itens 13.1.1 e 13.1.2.

13.1.3 – Do Relatório de Gestão. Em que pese o Município de Sentinela do Sul não ter fornecido os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n. 09/2022, impossibilitando assim a análise quanto a existência do Relatório de Gestão, foi verificado em pesquisa no site do Ministério da Saúde, realizada em 27-11-2022, que o Relatório de Gestão de 2021 sequer foi iniciado, descumprindo assim o contido no § 3º do artigo 99 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, do Ministério da Saúde (peça 4707138, pp. 59 e 60).

¹² <https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento>.



O Administrador informa que o Relatório Anual de Gestão do exercício de 2021 foi finalizado e se encontra divulgado (peça 4865638, p. 22, documentos nas peças 4855625 e 4855641).

Conforme já destacado no RCA, o Relatório de Gestão é o instrumento com elaboração anual e que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS. Tal instrumento vai orientar eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

O Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021 data de 20-01-2023 (peça 4855643). Diante da falta de tempestividade do documento, opina-se pela manutenção do apont.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (peça nº 4855638, pp. 22-28)

Em considerações conclusivas, sustenta que com as medidas adotadas, as questões levantadas no RCA já foram ou estão sendo sanadas de forma gradual e dentro das possibilidades estruturais e econômico-financeiras do Município, dizendo que a Administração mostra-se disposta a corrigir qualquer possível irregularidade, sempre com o intuito de bem administrar o dinheiro e patrimônio municipal e oferecer os serviços públicos essenciais.

Discorre sobre a Lei Federal nº 13.655/2018, salientando que os atos praticados pelo Gestor devem ser avaliados do ponto de vista da nova Lei, em especial sob a luz do art. 28, no que tange ao dolo, erro grosseiro ou ação ilegal (desonesta). Argumenta não se cogitar, atualmente, a possibilidade de penalização sem que se vislumbre a culpa grave do responsável, e que os apontes tratam de constatações de “ordem meramente administrativa, sem gravidade a ponto de comprometer a lisura da administração da res pública”, e por tais motivos peticiona pelo afastamento dos apontamentos, assim como de eventuais penalidades que possam ser aplicadas.

Ao exame.



Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB verifica-se que o artigo 28 mantém expressamente a responsabilidade pessoal por ato de gestão. No mesmo sentido, encontram-se os exames obrigatórios para a aplicação de sanções e para a interpretação das normas de direito público trazidos no art. 22 da LINDB.

Além disso, importante registrar que o fato de serem “falhas formais” que não causaram prejuízo ao erário, os registros do Relatório de Contas Anuais, destacam descumprimentos de dispositivos legais, regulamentos aplicáveis a Administração Pública, que devem ser de conhecimento e de aplicação por parte dos Gestores Públicos.

Ressalta-se que a análise desta instrução técnica reúne um conjunto de criteriosas análises de gestão orçamentária, fiscal e patrimonial, de aplicação de recursos e de diversos elementos importantes para a avaliação da gestão municipal e dos resultados obtidos com as ações governamentais, fatos estes que serão levados em consideração quando da emissão do Parecer Prévio.

À sua consideração.

Vladimir Costa da Silva
Auditor de Controle Externo



Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 22/03/2023.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 23/03/2023.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Consoante disposto na Resolução MPC-RS nº 02/2018, que estabelece o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001365-0200/21-9
Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: MPC - Procurador 2
Exercício: 01/01/2021 à 31/12/2021

Distribuído em 23/03/2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC nº 9831/2023

Processo nº	001365-0200/21-9
Relator:	Conselheiro Renato Luís B. Azeredo
Tipo:	Contas Anuais - EXERCÍCIO DE 2021
Órgão:	PM DE SENTINELA DO SUL
Gestor:	José Flávio Raphaelli Trescastro (Prefeito)

CONTAS ANUAIS. MULTA. PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

As infrações às regras, aos princípios constitucionais e à legislação ensejam a aplicação de penalidade pecuniária, sem prejuízo da emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas, ao Responsável (Prefeito).

Para exame e parecer, o Processo de Contas de Gestão do Administrador acima nominado, o qual apresentou esclarecimentos acompanhados de documentos que, após examinados pela Supervisão competente, vieram encaminhados a este *Parquet* para a manifestação regimentalmente prevista.

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

1. O SIM II registra a inexistência de processos de tutela de urgência, de denúncias, de representações, de inspeções especiais ou extraordinárias, de processos de contas especiais ou de tomadas de contas especiais de responsabilidade do gestor no exercício em exame.

2. As irregularidades a seguir desvelam a transgressão a dispositivos constitucionais e a normas de administração financeira e



orçamentária, ensejando a imposição de **multa** ao Responsável.

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

4.1.4 - Da Base de Legislação Municipal (BLM). As remessas de normas à BLM do TCE-RS não foram encaminhadas, em sua totalidade, nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 12/2009. Atraso de 92, 2 e 3 dias em relação aos 4ºT/2020¹, 1ºT/2021 e 3ºT/2021 (peça nº 4707138, p. 14).

4.1.5 - Do Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon). De acordo com as informações constantes no Quadro 15, as remessas de licitações e contratos ao LicitaCon foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso médio de 38,29 dias no cadastramento dos eventos relativos a licitações e de 80,65 dias em relação aos contratos, além do percentual de eventos remetidos fora do prazo: 93,6% das licitações e 100% dos contratos. Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão² foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça 4707138, p. 14).

5.2.1 - Da Legislação Municipal de Instituição do Sistema de Controle Interno. Na verificação da legislação municipal, foi constatada: a) não existe previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetam à fiscalização da UCCI; b) não existe previsão legal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal; c) não existe previsão legal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados

¹ Processo de Contas de Governo nº 2092-0200/20-0.

² Decisão n. 2C-0975/2022, Segunda Câmara, em 23/11/2022.



internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI; d) não existe indicação legal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao TCE das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna; e) inexistência de previsão legal para a UCCI acompanhar o processamento das tomadas de contas especiais, em desacordo à Resolução TCE-RS nº 936/2012. Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça nº 4707138, p. 16).

9.1.1 – Da Pesquisa da Transparência. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências de transparência estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, sobre os Instrumentos da Gestão Fiscal (art. 48, *caput*), conforme segue: existência da LDO; existência do anexo LDO; existência da LOA; existência do anexo da LOA. Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça 4707138, pp. 45 e 46).

9.1.2 – Da Pesquisa do Acesso à Informação. Conforme exame levado a efeito das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011, conforme segue: 4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea “f”, do Decreto Federal nº 10.540/2020); 10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea “a” e artigo 8º, § 1º, inciso V) (peça 4707138, pp. 46 e 47).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A despeito de a transparência ser um valor que necessita de constante aprimoramento pela Administração Pública, fato é que o art. 8º, § 4º, da Lei Federal nº 12.527/2011, é claro ao definir que “Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º”, hipótese na qual se inclui o Município de Sentinela do Sul.

Por isso, como a lei estipulou a certos Entes Federados uma dispensa da obrigação legal de divulgação obrigatória de certos dados na internet, entende este Agente Ministerial pelo **afastamento** da falha, sem prejuízo da emissão de **recomendação** à Origem para que, na medida do possível, atenda aos comandos do art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011.

9.1.3 - Da Pesquisa da Lei das Ouvidorias. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.460/2017: Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7º); Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II). Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça 4707138, pp. 47 e 48).

9.1.4 – Pesquisa da Lei de Enfrentamento à COVID-19. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.979/2020: 26) Contratações ou aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (art. 4º, §2º) - Existência de informações atualizadas (peça 4707138, p. 48).



12.1.2 – Da formação dos professores para o Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena. O Município de Sentinela do Sul informou que não houve concurso público para o magistério municipal no exercício de 2021. O Município não oportunizou a participação de professores em cursos de formação nas áreas de educação das relações étnico-raciais e ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas; tampouco organizou e realizou evento(s) de formação de professores sobre o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN durante o exercício de 2021, em descumprimento ao disposto no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996 (peça 4707138, p. 54).

12.1.3 - Da abrangência do ensino e da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena. A Secretaria de Educação Municipal não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peça nº 4707138, pp. 54 e 55).

13.1.1 – Do Plano Municipal de Saúde. Em que pese o Município de Sentinela do Sul não ter fornecido os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n. 09/2022, impossibilitando assim a análise quanto a existência do Plano Municipal de Saúde, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, foi verificado em pesquisa no site do Ministério da Saúde que o PMS encontra-se em fase de elaboração, podendo implicar em suspensão da transferência (obrigatória) dos recursos referidos no artigo 198, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, destinados ao custeio de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do SUS (peça 4707138, pp. 58 e 59).



13.1.2 - Da Programação Anual da Saúde. Em que pese o Município de Sentinela do Sul não ter fornecido os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n. 09/2022, impossibilitando assim a análise quanto a existência da Programação Anual da Saúde, foi verificado em pesquisa no site do Ministério da Saúde que a PAS de 2022 sequer foi iniciado, descumprindo assim o contido no inciso I do artigo 98 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, do Ministério da Saúde (peça 4707138, p. 59).

13.1.3 – Do Relatório de Gestão. Em que pese o Município de Sentinela do Sul não ter fornecido os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n. 09/2022, impossibilitando assim a análise quanto a existência do Relatório de Gestão, foi verificado em pesquisa no site do Ministério da Saúde, realizada em 27/11/2022, que o Relatório de Gestão de 2021 sequer foi iniciado, descumprindo assim o contido no § 3º do artigo 99 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, do Ministério da Saúde (peça 4707138, pp. 59 e 60).

II – CONCLUSÃO

Isso posto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Multa** ao Senhor **José Flávio Raphaelli Trescastro**, por infringência de normas de administração financeira e orçamentária, com fulcro nos artigos 67 da Lei Estadual nº 11.424, de 06 de janeiro de 2000, e 135 do RITCE;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2º) **Parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das contas do Senhor **José Flávio Raphaelli Trescastro**, com fundamento nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1.142/2021;

3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, adotando as medidas necessárias para sanar aquelas passíveis de correção, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas em tal sentido.

É o Parecer.

MPC, data da assinatura digital.

ÂNGELO GRÄBIN BORGHETTI
Procurador do MPC
Assinado digitalmente.

53



Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 01 de Novembro de 2023, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 39ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 07 de Novembro de 2023 - 14h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 001365-0200/21-9
Órgão: PM de Sentinela do Sul
Matéria: Contas Anuais

Porto Alegre, 30 de outubro de 2023.



Processo:	001365-0200/21-9
Órgão:	PM DE SENTINELA DO SUL
Matéria:	Contas Anuais
Interessado:	José Flávio Raphaelli Trescastro
Procuradoras:	Marcia Sturm Truculo, OAB/RS n.º 53.764 Bárbara Grigorieff Bublitz, OAB/ n.º 107.769 Tânia Jussara Miroslaw Grigorieff, OAB/RS n.º 32.823
Data da Sessão:	07-11-2023
Órgão Julgador:	Primeira Câmara
Parecer MPC:	Ângelo G. Borghetti
Relator:	Conselheiro Renato Azeredo

Procuração – peça 4855639.

**CONTAS ANUAIS. PARECER FAVORÁVEL, COM
RESSALVAS. PREFEITO. RECOMENDAÇÃO AO
ATUAL GESTOR.**

Emitir parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas Anuais do Senhor José Flávio Raphaelli Trescastro (Prefeito Municipal), nos termos do artigo 75, II, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 2º da Resolução TCE/RS nº 1.142/2021.

As inconformidades verificadas ensejam **recomendação** ao atual Administrador no sentido da adoção de medidas preventivas e corretivas.

Multa. Impossibilidade de imposição a Prefeito Municipal. Posicionamento adotado em consonância com decisões do Supremo Tribunal Federal.

Trata-se do Processo de Contas Anuais do Senhor **José Flávio Raphaelli Trescastro** (Prefeito Municipal), Administrador do **Executivo Municipal de Sentinela do Sul** no exercício de **2021**.

A Supervisão registra a inexistência de processos de tutela de urgência, de denúncias, de representações, de inspeções especiais ou extraordinárias, de processos de contas especiais ou de tomadas de contas especiais de responsabilidade do gestor no exercício em exame.



A Unidade Instrutiva, após a análise dos esclarecimentos prestados pelo Gestor, bem como documentos juntados aos autos, entendeu que remanescem os apontes a seguir:

Do Relatório de Contas Anuais

4.1.4 - Da Base de Legislação Municipal (BLM). As remessas de normas à BLM do TCE-RS não foram encaminhadas, em sua totalidade, nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 12/2009. Atraso de 92, 2, 3 dias em relação aos 4ºT/2020¹, 1ºT/2021 e 3ºT/2021 (peça nº 4707138, p. 14).

4.1.5 - Do Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon). De acordo com as informações constantes no Quadro 15, as remessas de licitações e contratos ao LicitaCon foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso médio de 38,29 dias no cadastramento dos eventos relativos a licitações e de 80,65 dias em relação aos contratos, além do percentual de eventos remetidos fora do prazo: 93,6% das licitações e 100% dos contratos. Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade² (peça 4707138, p. 14).

5.2.1 - Da Legislação Municipal de Instituição do Sistema de Controle Interno. Na verificação da legislação municipal, foi constatada: a) não existe previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetam à fiscalização da UCCI; b) não existe previsão legal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal; c) não existe previsão legal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI; d) não existe indicação legal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao TCE das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna; e) inexistência de previsão legal para a UCCI acompanhar o processamento das tomadas de contas especiais, em desacordo à Resolução TCE-RS nº 936/2012. Essa inconformidade consta no Processo nº

¹ Processo de Contas de Governo nº 2092-0200/20-0.



2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça nº 4707138, p. 16).

9.1.1 – Da Pesquisa da Transparência. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências de transparência estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, sobre os Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000), conforme segue: existência da LDO; existência do anexo LDO; existência da LOA; existência do anexo da LOA. Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça 4707138, pp. 45 e 46).

9.1.2 – Da Pesquisa do Acesso à Informação. Conforme exame levado a efeito das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011, conforme segue: 4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020); 10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011) (peça 4707138, pp. 46 e 47).

A Supervisão opina pela manutenção do aponte. O MPC propõe seu afastamento, com recomendação.

9.1.3 - Da Pesquisa da Lei das Ouvidorias. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.460/2017: Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017); Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017). Essa inconformidade consta no Processo nº 2092-0200/20-0 do exercício de 2020, cuja decisão foi no sentido de recomendar que seja evitada a reincidência da irregularidade (peça 4707138, pp. 47 e 48).

A Supervisão opina pela manutenção parcial do aponte. O MPC sugere a permanência integral da inconformidade.



9.1.4 – Pesquisa da Lei de Enfrentamento à COVID-19. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.979/2020: 26) Contratações ou aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (art. 4º, §2º da Lei nº 13.979/2020 - Existência de informações atualizadas (peça 4707138, p. 48).

12.1.2 – Da formação dos professores para o Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena. O município de Sentinela do Sul informou que não houve concurso público para o magistério municipal no exercício de 2021. O Município não oportunizou a participação de professores em cursos de formação nas áreas de educação das relações étnico-raciais e ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas; tampouco organizou e realizou evento(s) de formação de professores sobre o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN durante o exercício de 2021, em descumprimento ao disposto no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996 (peça 4707138, p. 54).

12.1.3 - Da abrangência do ensino e da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena. A Secretaria de Educação Municipal não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peça nº 4707138, pp. 54 e 55).

13.1.1 – Do Plano Municipal de Saúde. Em que pese o Município de Sentinela do Sul não ter fornecido os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n. 09/2022, impossibilitando assim a análise quanto a existência do Plano Municipal de Saúde, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, foi verificado em pesquisa no site do Ministério da Saúde que o PMS encontra-se em fase de elaboração, podendo implicar em suspensão da transferência (obrigatória) dos recursos referidos no artigo 198, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, destinados ao custeio de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do SUS (peça 4707138, pp. 58 e 59).

13.1.2 - Da Programação Anual da Saúde. Em que pese o Município de Sentinela do Sul não ter fornecido os documentos e informações requisitados pelo corpo



técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n. 09/2022, impossibilitando assim a análise quanto a existência da Programação Anual da Saúde, foi verificado em pesquisa no site do Ministério da Saúde que a PAS de 2022 sequer foi iniciado, descumprindo assim o contido no inciso I do artigo 98 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, do Ministério da Saúde (peça 4707138, p. 59).

13.1.3 – Do Relatório de Gestão. Em que pese o Município de Sentinela do Sul não ter fornecido os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio do Ofício DCF n. 09/2022, impossibilitando assim a análise quanto a existência do Relatório de Gestão, foi verificado em pesquisa no site do Ministério da Saúde, realizada em 27-11-2022, que o Relatório de Gestão de 2021 sequer foi iniciado, descumprindo assim o contido no § 3º do artigo 99 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, do Ministério da Saúde (peça 4707138, pp. 59 e 60).

Do Parecer do Ministério Público de Contas

O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer MPC n.º 9.831/2023 (peça 5378418), da lavra do Procurador Ângelo G. Borghetti, em conclusão, se manifestou nos seguintes termos:

- 1º) **Multa** ao Senhor **José Flávio Raphaelli Trescastro**, por infringência de normas de administração financeira e orçamentária, com fulcro nos artigos 67 da Lei Estadual nº 11.424, de 06 de janeiro de 2000, e 135 do RITCE;
- 2º) **Parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das contas do Senhor **José Flávio Raphaelli Trescastro**, com fundamento nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1.142/2021;
- 3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, adotando as medidas necessárias para sanar aquelas passíveis de correção, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas em tal sentido.

É o Relatório

Quanto ao **item 9.1.2** do Relatório, que aponta não estarem sendo cumpridas algumas exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011, conforme dados contidos no sítio eletrônico do ente, o Administrador informa que as falhas decorreram de erros apresentados no sistema informatizado de gestão, tendo sido realizada uma ação conjunta entre o Executivo e a empresa contratada para que a



situação fosse regularizada. Argumenta que não tinha conhecimento da falha, ordenando a sua correção a partir da ciência.

Por fim, o Gestor cita julgado desta Corte de Contas e pede o afastamento do aponte (peça 4855638, pp. 11 e 12, documento na peça 4855577).

Cabe ressaltar que o art. 8º, § 4º, da Lei Federal n.º 12.527/2011 estabelece, de forma clara, que os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, hipótese na qual se inclui o Município de Sentinela do Sul.

Desse modo, haja vista que a lei estipulou a determinados Entes Federados dispensa do encargo legal de divulgação obrigatória de certos dados na internet, acompanhando o eminente Agente Ministerial, afasto a inconformidade, sem prejuízo da emissão de recomendação à Auditada para que, na medida do possível, atenda às disposições do art. 8º da referida norma federal.

Em relação ao **item 9.1.3**, que aponta não estarem sendo cumpridas algumas exigências determinadas pela Lei Federal n.º 13.460/2017, a partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, o Administrador assevera que a Carta de Serviços está disponível desde 2020. Em relação ao Relatório Anual de Gestão, informa que foi disponibilizado com atraso, salientando que a situação foi normalizada por determinação da Administração Municipal (peça 4855638, pp. 13 e 14).

O Serviço de Instrução sublinha que verificou, por meio do acesso ao Portal da Auditada, que efetivamente a "Carta de Serviços ao Usuário"³ está disponível. Registra, ainda, que a pesquisa feita no exercício de 2020 (peça 3977282), parte integrante do Processo nº 2092-0200/20-0, concluiu pelo atendimento desse item.

Concernente ao Relatório Anual de Gestão, que deve divulgar o número de manifestações recebidas no ano anterior (art. 15, I, da Lei nº 13.640/2017), a SIM II salienta que a publicação ocorreu apenas em 13-12-2022⁴, ou seja, não aconteceu durante o exercício em análise.

Assim, convergindo com a análise procedida pela Unidade Instrutiva, o aponte deve ser parcialmente mantido.

³ <https://www.sentineladosul.rs.gov.br/servicos/35/ouvidoria>.

⁴ <https://www.sentineladosul.rs.gov.br/publicacoes/22/ouvidoria>.



No tocante às demais inconformidades, verificam-se descumprimentos às regras de administração pública, financeira e orçamentária, pois os argumentos lançados não são suficientes para afastá-los, o que enseja recomendação ao atual Gestor para a implementação de medidas corretivas.

No entanto, considerando que os apontes remanescentes não são relevantes a ponto de comprometerem às Contas Anuais do Senhor José Flávio Raphaelli Trescastro (Prefeito Municipal), concluo haver fundamento para a emissão de Parecer Favorável, com ressalvas, a sua aprovação.

Por fim, quanto à sugestão de multa proposta pelo *Parquet*, deixo de acolher em razão da impossibilidade de sua aplicação a Prefeito Municipal, nos termos da posição que defendi na Sessão do Tribunal Pleno de 07/06/2023, nos autos do Recurso de Embargos n. 024743-0200/20-9, embasado no julgamento dos Recursos Extraordinários nºs 848.826 e 729.744, em que o Supremo Tribunal Federal, no exercício de sua missão institucional de interpretação da Constituição da República e sob a sistemática da repercussão geral, definiu que: 1) "a apreciação das contas de Prefeito, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes"⁵; e 2) competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local"⁶.

Considerando que, no ordenamento jurídico brasileiro, a aplicação de sanção depende do devido processo legal, que abrange, por óbvio, a fase de julgamento, atribuída, expressamente, à Câmara Municipal, no caso das contas prestadas pelo Prefeito, entendo que inexistente margem interpretativa para manutenção da competência deste Tribunal, atinente à aplicação de multa ao Chefe do Executivo Municipal, sem caracterizar subterfúgio à autoridade das decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

iante do exposto, **voto** por:

a) emitir **parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das Contas Anuais do Senhor **José Flávio Raphaelli Trescastro** (Prefeito Municipal), Administrador do Executivo Municipal de **Sentinela do Sul** no exercício de 2021, nos termos do art. 75, inc. II, do RITCE e no art. 2º da Resolução TCE/RS nº 1.142/2021;

⁵ Trecho da tese de repercussão geral do Tema 835.

⁶ Trecho da tese de repercussão geral do Tema 157.



b) recomendar ao atual Administrador que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, em especial, para que, dentro do possível, atenda às disposições do art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011;

c) encaminhar o Processo ao **Legislativo Municipal** para exercício de suas competências constitucionais e legais, cumpridos os procedimentos reguladores da matéria e após o trânsito em julgado da decisão.

Conselheiro Renato Azeredo,
Relator.



Relator: Conselheiro Renato Azeredo
Processo n. 001365-02.00/21-9 –
Decisão n. 1C-0818/2023

– Contas Anuais do Administrador do **Executivo Municipal de Sentinela do Sul** no exercício de **2021**.

A Secretária da Primeira Câmara certifica que as ocorrências pertinentes a este processo, nesta sessão, estão abaixo consignadas.

Apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos.

A seguir, ocorreram as seguintes manifestações:

Conselheiro-Presidente, Estilac Xavier: “A matéria está em discussão. Em votação. Como vota a Conselheira Leticia?”

Conselheira-Substituta Leticia Ramos: “Acompanho o voto do Relator, Senhor Presidente.”

Conselheiro-Presidente, Estilac Xavier: “Igualmente acompanho o voto do Conselheiro, lançado para o item 6, fundamento de maneira diversa como é disposto na questão da multa. Aqui há fundamento diverso em relação a não aplicação da multa, claro. E pelo que proclamo acolhido à unanimidade o voto proferido pelo Conselheiro Renato para o item 6 da sua pauta.”

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

A Primeira Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:

*a) emitir Parecer sob o n. 22.440, Favorável com ressalvas à aprovação das Contas Anuais do Senhor **José Flávio Raphaeli Trescastro** (p.p. Advogadas Tânia Jussara Miroslaw Grigorieff, OAB/RS n. 32.823, Marcia Sturm Truculo, OAB/RS n. 53.764, e Bárbara Grigorieff Bublitz, OAB/RS n. 107.769), **Administrador do Executivo Municipal de Sentinela do Sul** no exercício de **2021**, nos termos do artigo 75, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, e do artigo 2º da Resolução n. 1.142/2021;*

b) recomendar ao atual Administrador que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, em especial, para que, dentro do possível, atenda às disposições do artigo 8º da Lei Federal n. 12.527/2011;

c) encaminhar o processo ao Legislativo Municipal para exercício de suas competências constitucionais e legais,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS



cumpridos os procedimentos reguladores da matéria e após o trânsito em julgado da decisão.

Participaram do julgamento do processo os Conselheiros Estilac Xavier (Presidente) e Renato Azeredo (Relator) e a Conselheira-Substituta Letícia Ramos.

Sala Virtual, em 07-11-2023.

Andréa Fátima do Nascimento,
Secretária da Primeira Câmara.

TC-08.1

Página
1367

Processo
01365-0200/21-9

Página da
peça
2

Peça
5576164

DOCUMENTO
PUBLICO



PARECER N. 22.440

Processo n. 001365-02.00/21-9

Processo de Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Sentinela do Sul**, referente ao exercício de **2021**. Falhas formais e de controle interno. Recomendação. **Parecer Favorável com ressalvas.**

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de 07 de novembro de 2023, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **001365-02.00/21-9**, de Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Sentinela do Sul**, Senhor **José Flávio Raphaelli Trescastro**, referente ao exercício de **2021**;

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e demais documentos que integram o referido Processo de Contas Anuais conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as contas em seu conjunto, embora ensejem recomendação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;



Continuação do Parecer n. 22.440

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável com ressalvas** à aprovação das Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Sentinela do Sul**, correspondentes ao exercício de **2021**, gestão do **José Flávio Raphaelli Trescastro**, nos termos do artigo 75, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal e no artigo 2º da Resolução n. 1.142/2021, **recomendando ao atual Administrador** que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, em especial, para que, dentro do possível, atenda às disposições do artigo 8º da Lei Federal n. 12.527/2011;

– **Encaminhar** o presente parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Sala Virtual,
07 de novembro de 2023.

Presidente

CONSELHEIRO ESTILAC MARTINS RORIGUES XAVIER

Relator

CONSELHEIRO RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO

CONSELHEIRA-SUBSTITUTA LETÍCIA AYRES RAMOS

Estive presente:

**PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS,
DOUTOR GERALDO COSTA DA CAMINO**

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001365-0200/21-9 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
- Relator: Renato Luís Bordin de Azeredo
- Peça(s):
 - nº 5576164 - Decisão
 - Conclusões
 - Advertência/Alerta/Cientificação/Recom/Determinação
 - Parecer Favorável com Ressalvas
- Data de envio da comunicação: 23/01/2024
- Motivo: Cientificado - MPC - Ciência do MPC - prazo 60 dia(s)
 - Destinatário: **Geraldo Costa da Camino** (e-com nº 99962/340079)
- Motivo: Intimado - Decisão de Sessão - prazo 30 dia(s)
 - Destinatário: **José Flávio Raphaelli Trescastro** (e-com nº 99962/340100)
 - pp.Bel. Bárbara Grigorieff Bublitz - OAB: 107769/ RS
 - pp.Bel. Marcia Sturm Truculo - OAB: 53764/ RS
 - pp.Bel. Tânia Jussara Miroslaw Grigorieff - OAB: 32823/ RS

Porto Alegre, 23 de Janeiro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Certidão de Consulta

Processo nº: 001365-0200/21-9
Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
Destinatário: Geraldo Costa da Camino
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Ciência do MPC
Prazo: 60 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 99962/340079, enviada a Geraldo Costa da Camino, em 23/01/2024, foi automaticamente consumada em:

05/02/2024 23:59:59

Porto Alegre, 06 de Fevereiro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Certidão de Consulta

Processo nº: 001365-0200/21-9
Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
Destinatário: José Flávio Raphaelli Trescastro
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Decisão de Sessão
Prazo: 30 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 99962/340100, enviada a José Flávio Raphaelli Trescastro, em 23/01/2024, foi automaticamente consumada em:

05/02/2024 23:59:59

Porto Alegre, 06 de Fevereiro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS



Certidão de Trânsito em Julgado

Certifica-se, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme dados do Processo Eletrônico desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do trânsito em julgado: 06/04/2024

Processo: 001365-0200/21-9

Órgão: PM de Sentinela do Sul

Matéria: Contas Anuais

Exercício: 2021

Recursos: -x-

Porto Alegre, 12 de Abril de 2024.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001365-0200/21-9 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
- Relator: Renato Luís Bordin de Azeredo
- Peça(s):
 - nº 5576164 - Decisão
 - Conclusões
 - Advertência/Alerta/Cientificação/Recom/Determinação
 - Parecer Favorável com Ressalvas
- Data de envio da comunicação: 16/07/2024
- Motivo: Notificado - Para conhecimento
 - Destinatário: **Paulo Roberto de Souza Coutinho** - Responsável (e-com nº 112985/383872)

Porto Alegre, 16 de Julho de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS



Processo: 1365-0200/21-9

Órgão: Executivo Municipal de Sentinela do Sul

TERMO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO

Com base na decisão prolatada (peça nº 5576164), registra-se que, no âmbito dessa Supervisão, foram adotados os seguintes procedimentos em sede de cumprimento de decisão:

1. Alínea “a”: Foi realizada a intimação do Sr. *José Flávio Raphaelli Trescastro*, Administrador do **Executivo Municipal de Sentinela do Sul** no exercício de **2021**, bem como na condição de atual Responsável, mediante comunicação processual eletrônica, conforme atesta a Certidão de Envio da Comunicação N. 99962 (peça nº 5662497);
2. Alínea “b”: Foi enviada comunicação processual eletrônica ao atual Administrador, para dar ciência do inteiro teor do Relatório e Voto e da Decisão, conforme atesta a Certidão de Envio da Comunicação N. 112985 (peça nº 6011128);
3. Alínea “c”: Foi realizada a intimação do MPC, por meio do envio de comunicação processual eletrônica, conforme atesta a Certidão de Envio da Comunicação N. 99962 (peça nº 5662497), bem como a certificação do Trânsito em Julgado (peça nº 5867165). A matéria será remetida à Câmara de Vereadores do Município, mediante comunicação processual eletrônica específica, uma vez encerrada a instrução final.

Encaminha-se o processo para o Setor de Cálculo e Certidões (SECALC) para instrução final e/ou saneamento.

Guilherme Gasparetto
Assistente de Controle Externo
(Assinado digitalmente)



Procedência: SEADE – SECALC

Destinatário: SEADE – SEARQ

Processo/Expediente nº 001365-0200/21-9

Contas Anuais Exercício: 2021

Prefeitura Municipal de Sentinela do Sul

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

A decisão da Primeira Câmara, em Sessão de 07/11/2023, transitou em julgado em 06/04/2024 e todas as alíneas foram cumpridas (peça 5576164).

Emitido Parecer, sob o nº 22440 Favorável com Ressalvas à aprovação das Contas do(s) Senhor(es) José Flávio Raphaelli Trescastro, Administradores do Executivo Municipal de Sentinela do Sul, no exercício de 2021 (peça 5610798).

O processo está em condições de ser encaminhado ao Legislativo Municipal para fins de julgamento.

Conforme previsto no artigo 72 do Regimento Interno do TCE-RS, “a Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal”.

ORIENTAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de **senha pessoal**, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia **Para o Fiscalizado** → [Consulta Processual e Geração de Guias](#).

O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), na guia **Para o Fiscalizado** > [Processo Eletrônico](#) > Acesso ao Sistema, com criação de um **e-protocolo avulso** do tipo “**Julgamento das Contas pelo Legislativo**”.

Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

SEADE – SECALC, em 18 de julho de 2024.

JOICE ALEXANDRA CARDOSO DE FARIAS,
Oficial de Controle Externo

CLEBER JOSÉ NASCIMENTO
Coordenador SEADE

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001365-0200/21-9 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
- Relator: Renato Luís Bordin de Azeredo
- Peça(s):
 - nº 6015244 - Termo de encerramento
- Data de envio da comunicação: 19/07/2024
- Motivo: Notificado - Disponibilização do Parecer Prévio
 - Destinatário: **Jose Marcio Boeira de Souza** - Controle Interno - Responsável (e-com nº 112985/385085)
 - Destinatário: **Luzardo Pacheco Aibar** - CM DE SENTINELA DO SUL - Responsável (e-com nº 112985/385086)

Observações:

A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Para o Fiscalizado - Consulta Processual e Geração de Guias. O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS(www.tce.rs.gov.br), na guia Para o Fiscalizado - Processo Eletrônico - Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo "Julgamento das Contas pelo Legislativo". Importante ressaltar que o prazo para julgamento está estabelecido nas normas locais, bem como há também o prazo de até 30 dias para encaminhar a esta Corte de Contas cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, conforme prevê a Resolução nº 1028/2015, art. 72: "A Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal". Caso o referido Processo já tenha sido julgado pela Câmara de Vereadores, o resultado da votação (Decreto Legislativo) deverá igualmente ser encaminhado conforme orientação acima. Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869

Porto Alegre, 19 de Julho de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Certidão de Consulta

Processo nº: 001365-0200/21-9
Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
Destinatário: Luzardo Pacheco Aibar
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 112985/385086, enviada a Luzardo Pacheco Aibar, em 19/07/2024, foi automaticamente consumada em:

29/07/2024 23:59:59

Porto Alegre, 30 de Julho de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Certidão de Consulta

Processo nº: 001365-0200/21-9
Órgão: PM DE SENTINELA DO SUL
Destinatário: Jose Marcio Boeira de Souza
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 112985/385085, enviada a Jose Marcio Boeira de Souza, em 19/07/2024, foi automaticamente consumada em:

29/07/2024 23:59:59

Porto Alegre, 30 de Julho de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS